

Baterias de Questões para Concursos

A melhor forma de estudar

Direito Civil

***3000 questões
Classificadas e Gabaritadas***

Prefácio

Esta é a série **Baterias de Questões para Concursos**, que traz para você milhares de questões de concursos públicos anteriores, completamente **gabaritadas** e **classificadas** por ano, banca, prova e assunto.

Neste volume, trazemos para você mais de **3000** questões de **Direito Civil**, coletadas de centenas de provas de concursos públicos realizados nos últimos anos.

Ao resolver as baterias de questões, garantimos que você se tornará muito mais preparado para enfrentar a batalha pelas vagas nos mais disputados concursos públicos do Brasil.

Bons estudos e boa sorte!

Equipe Bateria de Questões para Concursos

Canais de Comunicação

A equipe da Loja do Candidato disponibiliza diversos canais de comunicação para seus clientes.

Loja do Candidato

<http://www.lojadocandidato.com.br>

Serviço de Atendimento

<http://www.lojadocandidato.com.br/contacts>

Twitter da Loja do Candidato

Acompanhe de perto a Loja do Candidato e não perca nenhuma de nossas promoções. Cadastre-se no twitter e comece a seguir a Loja do Candidato em <http://twitter.com/lojadocandidato>

Direitos Autorais

Este material é registrado no Escritório de Direitos Autorais (EDA) da Fundação Biblioteca Nacional. Todos os direitos autorais referentes a esta obra são reservados exclusivamente aos seus autores.

A reprodução, parcial ou integral, e a disseminação deste material de forma indiscriminada através da Internet fere as leis de direitos autorais, desincentiva o lançamento de novos produtos e enfraquece a comunidade concurseira mantida pela Loja do Candidato.

A série Baterias de Questões para Concursos é uma produção independente e contamos com você para mantê-la sempre viva.

Bons estudos e boa sorte!

Equipe Baterias de Questões para Concursos

Sumário

I	2009	40
1	CESPE	41
1.1	AGU - ADV :: Advogado da União	41
1.2	OAB - SP :: 137ºExame de Ordem	41
1.3	TRT 17.ªRegião :: Técnico Judiciário - Administrativa	42
1.4	TRT 17.ªRegião :: Analista Judiciário - Administrativa	42
1.5	TRT 17.ªRegião :: Analista Judiciário - Judiciária	42
1.6	PGE - AL :: Procurador do Estado de Alagoas 1ªClasse	43
1.7	TRF - 5ªRegião :: Juiz Federal Substituto	43
1.8	AGU - ADV :: Advogado da União	44
1.9	DETRAN - DF :: Analista de Trânsito - Direito e Legislação	44
1.10	TRF - 5ªRegião :: Juiz Federal Substituto	45
1.11	TRT 17.ªRegião :: Analista Judiciário - Judiciária	45
1.12	PGE - AL :: Procurador do Estado de Alagoas 1ªClasse	46
1.13	AGU - ADV :: Advogado da União	46
1.14	CEHAP - PB :: Advogado	47
1.15	OAB - SP :: 137ºExame de Ordem	47
1.16	TCE - AC :: Analista de Controle Externo - Direito	48
1.17	TRF - 5ªRegião :: Juiz Federal Substituto	49
1.18	CEHAP - PB :: Advogado	50
1.19	PGE - AL :: Procurador do Estado de Alagoas 1ªClasse	50
1.20	TRT 17.ªRegião :: Técnico Judiciário - Administrativa	51
1.21	CEHAP - PB :: Advogado	51
1.22	OAB - SP :: 137ºExame de Ordem	52
1.23	TRE - GO :: Analista Judiciário - Administrativa	52
1.24	TRE - GO :: Analista Judiciário - Judiciária	52
1.25	TRT 17.ªRegião :: Analista Judiciário - Administrativa	53
1.26	TRF - 5ªRegião :: Juiz Federal Substituto	53
1.27	TRE - GO :: Analista Judiciário - Administrativa	54
1.28	AGU - ADV :: Advogado da União	55
1.29	OAB - SP :: 137ºExame de Ordem	55
1.30	TRE - GO :: Analista Judiciário - Administrativa	56
1.31	TRT 17.ªRegião :: Analista Judiciário - Administrativa	56
1.32	TRE - GO :: Analista Judiciário - Judiciária	56
1.33	TRT 17.ªRegião :: Analista Judiciário - Judiciária	57
1.34	TRT 17.ªRegião :: Técnico Judiciário - Administrativa	57
1.35	PGE - AL :: Procurador do Estado de Alagoas 1ªClasse	58
1.36	AGU - ADV :: Advogado da União	58
1.37	PGE - AL :: Procurador do Estado de Alagoas 1ªClasse	59
1.38	AGU - ADV :: Advogado da União	59
1.39	OAB - SP :: 137ºExame de Ordem	60
1.40	TCE - AC :: Analista de Controle Externo - Direito	60
1.41	TCE - TO :: Analista de Controle Externo - Direito	61
1.42	TRE - GO :: Analista Judiciário - Administrativa	61
1.43	TRE - GO :: Analista Judiciário - Judiciária	61
1.44	AGU - ADV :: Advogado da União	62
1.45	OAB - SP :: 137ºExame de Ordem	62
1.46	TCE - TO :: Analista de Controle Externo - Direito	63

1.47	PGE - AL :: Procurador do Estado de Alagoas 1ª Classe	63
1.48	AGU - ADV :: Advogado da União	64
1.49	FHS - ES :: Procurador	64
1.50	OAB - SP :: 137º Exame de Ordem	65
1.51	PGE - AL :: Procurador do Estado de Alagoas 1ª Classe	66
1.52	TCE - AC :: Analista de Controle Externo - Direito	66
1.53	TCE - TO :: Analista de Controle Externo - Direito	67
1.54	TRT 17.ª Região :: Analista Judiciário - Administrativa	67
1.55	TRT 17.ª Região :: Analista Judiciário - Judiciária	68
1.56	TRT 17.ª Região :: Técnico Judiciário - Administrativa	68
1.57	AGU - ADV :: Advogado da União	68
1.58	PGE - AL :: Procurador do Estado de Alagoas 1ª Classe	69
1.59	OAB - SP :: 137º Exame de Ordem	69
1.60	TCE - AC :: Analista de Controle Externo - Direito	70
1.61	TRE - GO :: Analista Judiciário - Judiciária	70
1.62	TRT 17.ª Região :: Técnico Judiciário - Administrativa	71
1.63	AGU - ADV :: Advogado da União	71
1.64	PGE - AL :: Procurador do Estado de Alagoas 1ª Classe	71
1.65	TRF - 5ª Região :: Juiz Federal Substituto	72
1.66	DETRAN - DF :: Analista de Trânsito - Direito e Legislação	72
1.67	OAB - SP :: 137º Exame de Ordem	73
2	FCC	74
2.1	TJ - PA :: Analista Judiciário - Direito	74
2.2	TJ - PA :: Auxiliar Judiciário	74
2.3	MPE - CE :: Promotor de Justiça	75
2.4	TRE - PI :: Analista Judiciário - Taquigrafia	76
2.5	TRT - 15 Região :: Analista Judiciário - Administrativa	76
2.6	TRT - 15 Região :: Analista Judiciário - Execução de Mandados	76
2.7	TRT - 15 Região :: Analista Judiciário - Judiciária	77
2.8	TRT - 15 Região :: Técnico Judiciário - Administrativa	77
2.9	MPE - SE :: Analista do Ministério Público - Direito	78
2.10	DPE - MA :: Defensor Público	78
2.11	DP - SP :: Defensor Público	79
2.12	MPE - CE :: Promotor de Justiça	79
2.13	TJ - PA :: Auxiliar Judiciário	80
2.14	TRE - PI :: Analista Judiciário - Taquigrafia	80
2.15	TRT - 15 Região :: Analista Judiciário - Administrativa	81
2.16	TRT - 15 Região :: Técnico Judiciário - Administrativa	81
2.17	TRT - 16 Região :: Analista Judiciário - Execução de Mandado	82
2.18	MPE - CE :: Promotor de Justiça	82
2.19	MPE - SE :: Técnico do Ministério Público - Administrativa	82
2.20	TJ - PA :: Auxiliar Judiciário	83
2.21	TRE - PI :: Analista Judiciário - Taquigrafia	83
2.22	TRT - 15 Região :: Analista Judiciário - Execução de Mandados	84
2.23	TRT - 16 Região :: Analista Judiciário - Execução de Mandado	84
2.24	MPE - CE :: Promotor de Justiça	85
2.25	MPE - SE :: Técnico do Ministério Público - Administrativa	85
2.26	TJ - PA :: Analista Judiciário - Direito	86
2.27	TJ - PA :: Auxiliar Judiciário	86
2.28	TJ - PA :: Oficial de Justiça Avaliador	87
2.29	TRT - 15 Região :: Analista Judiciário - Execução de Mandados	87
2.30	MPE - CE :: Promotor de Justiça	88
2.31	MPE - SE :: Técnico do Ministério Público - Administrativa	88
2.32	MPE - CE :: Promotor de Justiça	89
2.33	MPE - SE :: Analista do Ministério Público - Direito	89
2.34	MPE - SE :: Técnico do Ministério Público - Administrativa	89
2.35	DP - SP :: Defensor Público	90
2.36	MPE - CE :: Promotor de Justiça	90
2.37	MPE - SE :: Analista do Ministério Público - Direito	90

2.38	MPE - CE :: Promotor de Justiça	91
2.39	MPE - SE :: Analista do Ministério Público - Direito	91
2.40	MPE - SE :: Técnico do Ministério Público - Administrativa	92
2.41	TJ - PA :: Analista Judiciário - Direito	93
2.42	TJ - PA :: Auxiliar Judiciário	94
2.43	TJ - PA :: Oficial de Justiça Avaliador	94
2.44	TRE - PI :: Analista Judiciário - Taquigrafia	95
2.45	TRT - 15 Região :: Técnico Judiciário - Administrativa	95
2.46	TRT - 16 Região :: Analista Judiciário - Judiciária	95
2.47	DP - SP :: Defensor Público	96
2.48	TJ - PA :: Oficial de Justiça Avaliador	96
2.49	DP - SP :: Defensor Público	97
2.50	MPE - SE :: Analista do Ministério Público - Direito	97
2.51	MPE - SE :: Técnico do Ministério Público - Administrativa	98
2.52	TJ - PA :: Oficial de Justiça Avaliador	98
2.53	TRT - 16 Região :: Analista Judiciário - Judiciária	99
2.54	DP - SP :: Defensor Público	99
2.55	TJ - PA :: Oficial de Justiça Avaliador	100
2.56	DPE - MA :: Defensor Público	100
2.57	MPE - CE :: Promotor de Justiça	104
2.58	TCE - PI :: Assessor Jurídico	104
2.59	TJ - PA :: Auxiliar Judiciário	106
2.60	TRE - PI :: Analista Judiciário - Taquigrafia	106
2.61	TRT - 15 Região :: Analista Judiciário - Administrativa	107
2.62	TRT - 15 Região :: Analista Judiciário - Execução de Mandados	107
2.63	TRT - 15 Região :: Analista Judiciário - Judiciária	108
2.64	TRT - 15 Região :: Técnico Judiciário - Administrativa	109
2.65	MPE - CE :: Promotor de Justiça	110
2.66	TJ - PA :: Analista Judiciário - Direito	110
2.67	MPE - CE :: Promotor de Justiça	111
2.68	MPE - SE :: Técnico do Ministério Público - Administrativa	111
2.69	MPE - SE :: Analista do Ministério Público - Direito	112
2.70	TJ - PA :: Analista Judiciário - Direito	112
2.71	TRT - 16 Região :: Analista Judiciário - Judiciária	112
2.72	DPE - MA :: Defensor Público	113
2.73	MPE - CE :: Promotor de Justiça	113
2.74	MPE - SE :: Técnico do Ministério Público - Administrativa	114
2.75	TRT - 15 Região :: Analista Judiciário - Administrativa	114
2.76	TRT - 15 Região :: Analista Judiciário - Judiciária	115
2.77	TRT - 16 Região :: Analista Judiciário - Execução de Mandado	115
2.78	MPE - SE :: Analista do Ministério Público - Direito	116
2.79	TJ - PA :: Analista Judiciário - Direito	116
2.80	TRE - PI :: Analista Judiciário - Taquigrafia	117
3	PGE - PA	118
3.1	PGE - PA :: Procurador do Estado	118

II 2008 121

4	CESGRANRIO	122
4.1	ANP :: Analista em Regulação - Direito	122
4.2	BNDES :: Profissional básico - Administração	122
4.3	ANP :: Analista em Regulação - Direito	123
4.4	INEA :: Advogado	123
4.5	ANP :: Analista em Regulação - Direito	124
4.6	BNDES :: Profissional básico - Administração	125
4.7	INEA :: Advogado	126
4.8	ANP :: Analista em Regulação - Direito	126
4.9	INEA :: Advogado	127

4.10	ANP :: Analista em Regulação - Direito	128
4.11	BNDES :: Profissional básico - Administração	128
4.12	Petrobras Distribuidora :: Direito	129
4.13	ANP :: Analista em Regulação - Direito	132
5	CESPE	133
5.1	PGE- PI :: Procurador do Estado Substituto	133
5.2	DPE CE :: Defensor Público	134
5.3	Pref. Municipal de Natal :: Procurador Municipal	134
5.4	SEBRAE :: Direito	134
5.5	INSS :: Analista do Seguro Social - Direito	135
5.6	Pref. Municipal de Natal :: Assessor Jurídico	135
5.7	Pref. Teresina PI :: Agente Fiscal de Tributos Municipais	135
5.8	SEBRAE :: Direito	136
5.9	SGA - AC :: Advogado	136
5.10	TJ DFT :: Analista Judiciário - Judiciária	136
5.11	TJ-SE :: Juiz Substituto	137
5.12	DPE CE :: Defensor Público	137
5.13	FUNDAC - PB :: Advogado	138
5.14	INSS :: Analista do Seguro Social - Direito	138
5.15	MPE/AM :: Agente Técnico - Jurídico	139
5.16	PGE- PI :: Procurador do Estado Substituto	140
5.17	Pref. Municipal de Natal :: Assessor Jurídico	140
5.18	Pref. Municipal de Natal :: Procurador Municipal	141
5.19	PRF :: Policial Rodoviário Federal	142
5.20	SGA - AC :: Advogado	143
5.21	STJ :: Analista Judiciário - Área Judiciária	143
5.22	TCU - ACE :: Analista de Controle Externo - Auditoria Governamental	144
5.23	TJCE :: Oficial de Justiça - Judiciária	145
5.24	TJ-SE :: Juiz Substituto	146
5.25	TRT- 1ª Região :: Analista Judiciário - Judiciária	146
5.26	INSS :: Analista do Seguro Social - Direito	147
5.27	OAB-SP :: Advogado	147
5.28	PGE- ES :: Procurador do Estado de 1ª Categoria	148
5.29	SEBRAE :: Direito	148
5.30	SERPRO :: Analista - Especialização: Advocacia	148
5.31	TJ DFT :: Analista Judiciário - Execução de Mandados	149
5.32	OAB-SP :: Advogado	149
5.33	PGE- PI :: Procurador do Estado Substituto	149
5.34	Pref. Municipal de Natal :: Assessor Jurídico	150
5.35	Pref. Municipal de Natal :: Procurador Municipal	151
5.36	Pref. Teresina PI :: Agente Fiscal de Tributos Municipais	151
5.37	TJ-SE :: Juiz Substituto	152
5.38	TRT- 1ª Região :: Analista Judiciário - Execução de Mandados	153
5.39	DPE CE :: Defensor Público	153
5.40	TRT- 1ª Região :: Analista Judiciário - Execução de Mandados	154
5.41	OAB-SP :: Advogado	154
5.42	Pref. Municipal de Natal :: Assessor Jurídico	155
5.43	TJ DFT :: Analista Judiciário - Execução de Mandados	155
5.44	TJ DFT :: Analista Judiciário - Judiciária	155
5.45	TRT- 1ª Região :: Analista Judiciário - Judiciária	156
5.46	DPE CE :: Defensor Público	156
5.47	MPE/AM :: Agente Técnico - Jurídico	157
5.48	Pref. Municipal de Natal :: Assessor Jurídico	157
5.49	STF :: Execução de Mandatos - Judiciário	158
5.50	TJCE :: Oficial de Justiça - Judiciária	158
5.51	TJ-SE :: Juiz Substituto	159
5.52	PGE- PI :: Procurador do Estado Substituto	160
5.53	Pref. Teresina PI :: Agente Fiscal de Tributos Municipais	160

5.54	SEBRAE :: Direito	161
5.55	PGE- PI :: Procurador do Estado Substituto	161
5.56	STF :: Execução de Mandatos - Judiciário	162
5.57	INSS :: Analista do Seguro Social - Direito	162
5.58	TJCE :: Oficial de Justiça - Judiciária	162
5.59	INSS :: Analista do Seguro Social - Direito	163
5.60	MPE/AM :: Agente Técnico - Jurídico	163
5.61	TRT- 1ª Região :: Analista Judiciário - Judiciária	164
5.62	FUNDAC - PB :: Advogado	164
5.63	OAB-SP :: Advogado	165
5.64	Pref. Municipal de Natal :: Assessor Jurídico	165
5.65	TRT- 1ª Região :: Analista Judiciário - Execução de Mandados	166
5.66	Pref. Municipal de Natal :: Assessor Jurídico	166
5.67	Pref. Municipal de Natal :: Procurador Municipal	167
5.68	TRT- 1ª Região :: Analista Judiciário - Judiciária	167
5.69	PGE- ES :: Procurador do Estado de 1ª Categoria	168
5.70	OAB-SP :: Advogado	168
5.71	PGE- ES :: Procurador do Estado de 1ª Categoria	168
5.72	PGE- PI :: Procurador do Estado Substituto	169
5.73	STF :: Execução de Mandatos - Judiciário	169
5.74	TJ-SE :: Juiz Substituto	170
5.75	SEBRAE :: Direito	170
5.76	DPE CE :: Defensor Público	171
5.77	OAB-SP :: Advogado	171
5.78	PGE- ES :: Procurador do Estado de 1ª Categoria	171
5.79	PGE- PI :: Procurador do Estado Substituto	172
5.80	Pref. Municipal de Natal :: Procurador Municipal	172
5.81	SEBRAE :: Direito	173
5.82	SGA - AC :: Advogado	173
5.83	STF :: Execução de Mandatos - Judiciário	174
5.84	TJ-SE :: Juiz Substituto	174
5.85	DPE CE :: Defensor Público	175
5.86	OAB-SP :: Advogado	175
5.87	Pref. Teresina PI :: Agente Fiscal de Tributos Municipais	176
5.88	TJ-SE :: Juiz Substituto	176
5.89	FUNDAC - PB :: Advogado	177
5.90	INSS :: Analista do Seguro Social - Direito	177
5.91	FUNDAC - PB :: Advogado	177
5.92	STJ :: Analista Judiciário - Área Judiciária	178
5.93	TJ DFT :: Analista Judiciário - Judiciária	178
5.94	TJ-SE :: Juiz Substituto	179
5.95	DPE CE :: Defensor Público	179
5.96	PGE- ES :: Procurador do Estado de 1ª Categoria	180
5.97	INSS :: Analista do Seguro Social - Direito	180
5.98	MPE/AM :: Agente Técnico - Jurídico	181
5.99	Pref. Municipal de Natal :: Assessor Jurídico	181
5.100	Pref. Municipal de Natal :: Procurador Municipal	182
5.101	INSS :: Analista do Seguro Social - Direito	182
5.102	MPE/AM :: Agente Técnico - Jurídico	182
5.103	MPE - RR - Administrativo :: Oficial de Promotoria	183
5.104	PGE- PI :: Procurador do Estado Substituto	183
5.105	Pref. Municipal de Natal :: Procurador Municipal	184
5.106	FUNDAC - PB :: Advogado	184
5.107	INSS :: Analista do Seguro Social - Direito	185
5.108	OAB-SP :: Advogado	185
5.109	PGE- ES :: Procurador do Estado de 1ª Categoria	185
5.110	PGE- PI :: Procurador do Estado Substituto	186
5.111	Pref. Municipal de Natal :: Assessor Jurídico	187
5.112	SGA - AC :: Advogado	188
5.113	STF :: Execução de Mandatos - Judiciário	188

5.114TCU - ACE :: Analista de Controle Externo - Auditoria Governamental	189
5.115TJ DFT :: Analista Judiciário - Judiciária	189
5.116TJ-SE :: Juiz Substituto	190
5.117INSS :: Analista do Seguro Social - Direito	191
5.118TJ-SE :: Juiz Substituto	192
5.119INSS :: Analista do Seguro Social - Direito	192
5.120SERPRO :: Analista - Especialização: Advocacia	193
5.121TJ-SE :: Juiz Substituto	193
5.122DPE CE :: Defensor Público	194
5.123FUNDAC - PB :: Advogado	195
5.124MPE/AM :: Agente Técnico - Jurídico	196
5.125MPE - RR - Administrativo :: Oficial de Promotoria	196
5.126PGE- PI :: Procurador do Estado Substituto	197
5.127Pref. Municipal de Natal :: Procurador Municipal	199
5.128SEBRAE :: Direito	199
5.129STF :: Execução de Mandatos - Judiciário	200
5.130TJ DFT :: Analista Judiciário - Execução de Mandados	201
5.131TJ DFT :: Analista Judiciário - Judiciária	201
5.132OAB-SP :: Advogado	202
6 ESAF	203
6.1 CGU :: Analista de Finanças e Controle - Auditoria e Fiscalização	203
7 FCC	206
7.1 TRT - AL :: Analista Judiciário - Área Administrativa	206
7.2 MPE RS :: Assistente de Promotoria de Justiça	206
7.3 PM RECIFE :: Procurador Judicial	207
7.4 Pref. Recife PE :: Procurador Judicial	207
7.5 TCE-AL :: Procurador	208
7.6 TRF - 5ª Região :: Analista Judiciário - Administrativa	208
7.7 TRF - 5ª Região :: Analista Judiciário - Execução de Mandados	208
7.8 TRF - 5ª Região :: Analista Judiciário - Judiciária	209
7.9 TRT 18ª Região :: Analista Judiciário-Área Judiciária	209
7.10 TRT - 18ª Região :: Analista Judiciário-Área Administrativa	209
7.11 TRT - 18ª Região :: Analista Judiciário-Área Judiciária - Especialidade Execução	210
7.12 TRT - 19ª Região :: Analista Judiciário - Administrativa	210
7.13 TRT - AL :: Analista Judiciário - Área Administrativa	210
7.14 TRT - AL :: Analista Judiciário - Área Judiciária	211
7.15 TRT - SP :: Analista Judiciário - Execução de Mandados	211
7.16 TRT - SP :: Analista Judiciário - Judiciária	211
7.17 PM RECIFE :: Procurador Judicial	212
7.18 Pref. de São Paulo :: Procurador do Município	212
7.19 Pref. Recife PE :: Procurador Judicial	213
7.20 TCE-AL :: Procurador	213
7.21 TRF - 5ª Região :: Analista Judiciário - Execução de Mandados	214
7.22 MPE RS :: Assistente de Promotoria de Justiça	214
7.23 MPE RS :: Secretário de Diligências	215
7.24 Pref. de São Paulo :: Procurador do Município	215
7.25 TCE-AL :: Auditor	216
7.26 TCE-AL :: Procurador	216
7.27 TCE-SP :: Auditor	216
7.28 TJ RR :: Juiz Substituto	217
7.29 TRT - 18ª Região :: Analista Judiciário-Área Judiciária - Especialidade Execução	217
7.30 TRT - 19ª Região :: Analista Judiciário - Administrativa	218
7.31 TRT - AL :: Analista Judiciário - Área Administrativa	218
7.32 Pref. de São Paulo :: Procurador do Município	219

7.33	TRF - 5ª Região :: Analista Judiciário - Administrativa	219
7.34	TRT 18ª Região :: Analista Judiciário-Área Judiciária	220
7.35	TRT - 18ª Região :: Analista Judiciário-Área Judiciária - Especialidade Execução	221
7.36	TRT - AL :: Analista Judiciário - Área Judiciária	221
7.37	TRT - SP :: Analista Judiciário - Administrativa	222
7.38	TCE-AL :: Auditor	222
7.39	TCE-AL :: Procurador	223
7.40	TCE-SP :: Auditor	223
7.41	TJ RR :: Juiz Substituto	224
7.42	TRF - 5ª Região :: Analista Judiciário - Administrativa	224
7.43	TRT - 18ª Região :: Analista Judiciário-Área Administrativa	225
7.44	TRT - SP :: Analista Judiciário - Administrativa	225
7.45	TCE-SP :: Auditor	225
7.46	TJ RR :: Juiz Substituto	226
7.47	TRF - 5ª Região :: Analista Judiciário - Administrativa	226
7.48	MPE RS :: Secretário de Diligências	227
7.49	MPE - PE :: Promotor de Justiça	228
7.50	Pref. de São Paulo :: Procurador do Município	228
7.51	TJ RR :: Juiz Substituto	229
7.52	METRO - SP :: Advogado Trainee	229
7.53	MPE RS :: Assistente de Promotoria de Justiça	230
7.54	PM RECIFE :: Procurador Judicial	230
7.55	Pref. Recife PE :: Procurador Judicial	231
7.56	TCE-AL :: Auditor	231
7.57	TCE-AL :: Procurador	232
7.58	TJ RR :: Juiz Substituto	233
7.59	TRT 18ª Região :: Analista Judiciário-Área Judiciária	233
7.60	TRT - SP :: Analista Judiciário - Judiciária	233
7.61	PM RECIFE :: Procurador Judicial	234
7.62	Pref. Recife PE :: Procurador Judicial	234
7.63	TCE-AL :: Auditor	235
7.64	TJ RR :: Juiz Substituto	235
7.65	TRF - 5ª Região :: Analista Judiciário - Administrativa	236
7.66	TRF - 5ª Região :: Analista Judiciário - Judiciária	236
7.67	TRT - 18ª Região :: Analista Judiciário-Área Administrativa	237
7.68	TRT - SP :: Analista Judiciário - Execução de Mandados	237
7.69	TRT - SP :: Analista Judiciário - Judiciária	237
7.70	TJ RR :: Juiz Substituto	238
7.71	TRT - 18ª Região :: Analista Judiciário-Área Judiciária - Especialidade Execução	238
7.72	TRT - AL :: Analista Judiciário - Área Judiciária	239
7.73	PM RECIFE :: Procurador Judicial	239
7.74	Pref. Recife PE :: Procurador Judicial	239
7.75	MPE RS :: Secretário de Diligências	240
7.76	TCE-AL :: Auditor	240
7.77	TCE-AL :: Procurador	240
7.78	TRT - 18ª Região :: Analista Judiciário-Área Administrativa	241
7.79	TRT - SP :: Analista Judiciário - Execução de Mandados	241
7.80	TRT - SP :: Analista Judiciário - Administrativa	241
7.81	METRO - SP :: Advogado Trainee	242
7.82	PM RECIFE :: Procurador Judicial	242
7.83	Pref. Recife PE :: Procurador Judicial	243
7.84	TJ RR :: Juiz Substituto	243
7.85	Pref. de São Paulo :: Procurador do Município	244
7.86	TCE-AL :: Procurador	244
7.87	TRF - 5ª Região :: Analista Judiciário - Administrativa	245
7.88	TRF - 5ª Região :: Analista Judiciário - Execução de Mandados	246
7.89	TRF - 5ª Região :: Analista Judiciário - Judiciária	246
7.90	TRT - AL :: Analista Judiciário - Área Judiciária	247

7.91	MPE RS :: Secretário de Diligências	247
7.92	Pref. de São Paulo :: Procurador do Município	248
7.93	METRO - SP :: Advogado Trainee	248
7.94	MPE - PE :: Promotor de Justiça	249
7.95	MPE RS :: Secretário de Diligências	252
7.96	Pref. de São Paulo :: Procurador do Município	252
7.97	TCE-AL :: Procurador	253
7.98	TRT - 19ª Região :: Analista Judiciário - Administrativa	253
7.99	TRT - 19ª Região :: Analista Judiciário - Execução de Mandados	254
7.100	Pref. de São Paulo :: Procurador do Município	255
7.101	TCE-AL :: Auditor	255
7.102	TCE-AL :: Procurador	256
7.103	TJ RR :: Juiz Substituto	256
7.104	TRT - 18ª Região :: Analista Judiciário-Área Judiciária - Especialidade Execução	256
7.105	TRT - SP :: Analista Judiciário - Administrativa	257
7.106	TRT - SP :: Analista Judiciário - Execução de Mandados	257
7.107	TRT - SP :: Analista Judiciário - Judiciária	258
7.108	MPE RS :: Assistente de Promotoria de Justiça	258
7.109	TCE-AL :: Auditor	258
7.110	METRO - SP :: Advogado Trainee	259
7.111	PM RECIFE :: Procurador Judicial	259
7.112	Pref. de São Paulo :: Procurador do Município	260
7.113	Pref. Recife PE :: Procurador Judicial	260
7.114	TCE-AL :: Auditor	261
7.115	TCE-AL :: Procurador	261
7.116	TCE-SP :: Auditor	262
7.117	TJ RR :: Juiz Substituto	263
7.118	TRF - 5ª Região :: Analista Judiciário - Administrativa	263
7.119	Pref. de São Paulo :: Procurador do Município	264
7.120	Pref. Recife PE :: Procurador Judicial	264
7.121	TCE-AL :: Auditor	264
7.122	TRF - 5ª Região :: Analista Judiciário - Execução de Mandados	265
7.123	TRT 18ª Região :: Analista Judiciário-Área Judiciária	266
7.124	TRT - 18ª Região :: Analista Judiciário-Área Administrativa	266
7.125	TRT - 18ª Região :: Analista Judiciário-Área Judiciária - Especialidade Execução	266
7.126	TRT - AL :: Analista Judiciário - Área Judiciária	267
8	FGV	268
8.1	TJ MS :: Juiz de Direito Substituto de Carreira	268
8.2	SEFAZ RJ :: Fiscal de rendas	270
8.3	SEFAZ-RJ :: Fiscal de Rendas	270
8.4	SEFAZ RJ :: Fiscal de rendas	270
8.5	SEFAZ-RJ :: Fiscal de Rendas	271
8.6	TJ - MG :: Juiz de Direito Substituto de Carreira	271
8.7	TJ MS :: Juiz de Direito Substituto de Carreira	272
8.8	SEFAZ RJ :: Fiscal de rendas	272
8.9	TCM RJ :: Auditor	273
8.10	TJ - MG :: Juiz de Direito Substituto de Carreira	273
8.11	TJ MS :: Juiz de Direito Substituto de Carreira	274
8.12	TJ - MG :: Juiz de Direito Substituto de Carreira	274
8.13	TJ MS :: Juiz de Direito Substituto de Carreira	274
8.14	SEFAZ RJ :: Fiscal de rendas	275
8.15	TJ - MG :: Juiz de Direito Substituto de Carreira	275
8.16	TJ MS :: Juiz de Direito Substituto de Carreira	275
8.17	TCM RJ :: Auditor	276
8.18	TJ MS :: Juiz de Direito Substituto de Carreira	276
8.19	SEFAZ RJ :: Fiscal de rendas	276
8.20	TCM RJ :: Auditor	277

8.21 TJ - MG :: Juiz de Direito Substituto de Carreira	277
8.22 SEFAZ-RJ :: Fiscal de Rendas	277
8.23 SEFAZ RJ :: Fiscal de rendas	278
8.24 SEFAZ-RJ :: Fiscal de Rendas	278
8.25 TJ - MG :: Juiz de Direito Substituto de Carreira	278
8.26 TJ MS :: Juiz de Direito Substituto de Carreira	279
8.27 TJ - MG :: Juiz de Direito Substituto de Carreira	279
9 FUNRIO	280
9.1 Pref. Coronel Fabriciano - MG :: Advogado	280
10 MP SP	282
10.1 MP SP :: Promotor de Justiça Substituto	282
11 TJ DFT	287
11.1 TJ DFT :: Juiz de Direito Substituto	287
12 TRT 14ª	292
12.1 TRT 14ª:: Juiz do trabalho substituto	292
13 TRT 23ª	295
13.1 TRT 23ª:: Juiz do trabalho - 2ªetapa	295
14 TRT 3ªRegião	301
14.1 TRT 3ªRegião :: Juiz do Trabalho Substituto	301
15 TRT 8ª	304
15.1 TRT 8ª:: Juiz federal do trabalho substituto	304
16 VUNESP	308
16.1 Defensoria Pública - MS :: Defensor Público Substituto	308
III 2007	312
17 CAIPIMES	313
17.1 São Paulo Turismo :: Advogado	313
18 CESGRANRIO	316
18.1 REFAP - PETROBRAS :: Advogado Júnior	316
18.2 EPE :: Advogado Júnior	317
18.3 REFAP - PETROBRAS :: Advogado Júnior	318
18.4 EPE :: Advogado Júnior	318
18.5 REFAP - PETROBRAS :: Advogado Júnior	319
18.6 EPE :: Advogado Júnior	319
18.7 REFAP - PETROBRAS :: Advogado Júnior	320
19 CESPE	321
19.1 TCM-GO :: Procurador	321
19.2 AGU :: Procurador Federal	321
19.3 OAB-Nacional :: OAB - II Exame 2007	322
19.4 Corpo de Bombeiros Militar - D :: Bacharel em Direito	322
19.5 OAB-RJ :: OAB - 33o Exame da Ordem	322
19.6 TJ-TO :: Juiz Substituto	323
19.7 Banco da Amazônia :: Técnico Científico - Direito	323
19.8 PGE - PA :: Advogado	324
19.9 PM - RIO BRANCO/AC :: Procurador Jurídico	324
19.10TJ - PI :: Juiz de Direito Substituto	325
19.11Corpo de Bombeiros Militar - D :: Bacharel em Direito	326
19.12Defensoria Pública da União :: Defensor Público da União	327
19.13Defensoria Pública-Geral da U :: Defensor Público da União de 2ªCategoria	328

19.14IEMA/SEAMA :: Advogado	328
19.15OAB-Nacional :: OAB - II Exame 2007	329
19.16OAB-RJ :: OAB - 33o Exame da Ordem	329
19.17PETROBRAS :: Advogado Júnior	330
19.18PM - RIO BRANCO/AC :: Procurador Jurídico	330
19.19TCM-GO :: Procurador	331
19.20TJ-TO :: Juiz Substituto	332
19.21TSE :: Analista Judiciário - Administrativa	332
19.22TSE :: Analista Judiciário - Judiciária	333
19.23Corpo de Bombeiros Militar - D :: Bacharel em Direito	333
19.24IPC Cariacica - ES :: Procurador Previdenciário	334
19.25PETROBRAS :: Advogado Júnior	334
19.26TJ - PI :: Juiz de Direito Substituto	335
19.27AGU :: Procurador Federal	335
19.28MPE - AM :: Promotor de Justiça Substituto	336
19.29AGU :: Procurador Federal	337
19.30Defensoria Pública da União :: Defensor Público da União	337
19.31Defensoria Pública-Geral da U :: Defensor Público da União de 2ª Categoria	337
19.32MPE - AM :: Promotor de Justiça Substituto	338
19.33TSE :: Analista Judiciário - Judiciária	338
19.34OAB-Nacional :: OAB - I Exame 2007	339
19.35TJ-TO :: Juiz Substituto	339
19.36OAB-RJ :: OAB - 33o Exame da Ordem	340
19.37Defensoria Pública da União :: Defensor Público da União	341
19.38Defensoria Pública-Geral da U :: Defensor Público da União de 2ª Categoria	342
19.39IEMA/SEAMA :: Advogado	342
19.40SEGER - ES :: Analista Administrativo e Financeiro - Direito	343
19.41TCU :: Auditor do TCU	344
19.42TJ - AC :: Juiz de Direito Substituto	346
19.43TJ - PI :: Juiz de Direito Substituto	347
19.44PM - RIO BRANCO/AC :: Procurador Jurídico	348
19.45MPE - AM :: Promotor de Justiça Substituto	349
19.46OAB-Nacional :: OAB - I Exame 2007	350
19.47TJ-TO :: Juiz Substituto	350
19.48IEMA-ES :: Analista de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos - Direito	351
19.49SEGER - ES :: Analista Administrativo e Financeiro - Direito	351
19.50OAB-RJ :: OAB - 33o Exame da Ordem	351
19.51TJ - AC :: Juiz de Direito Substituto	352
19.52TJ - PI :: Juiz de Direito Substituto	353
19.53OAB-Nacional :: OAB - I Exame 2007	353
19.54OAB-RJ :: OAB - 33o Exame da Ordem	354
19.55OAB-Nacional :: OAB - II Exame 2007	354
19.56IEMA/SEAMA :: Advogado	354
19.57TJ - AC :: Juiz de Direito Substituto	355
19.58AGU :: Procurador Federal	355
19.59MPE - AM :: Promotor de Justiça Substituto	356
19.60OAB-Nacional :: OAB - I Exame 2007	356
19.61TJ - PI :: Juiz de Direito Substituto	357
19.62AGU :: Procurador Federal	357
19.63Banco da Amazônia :: Técnico Científico - Direito	358
19.64Defensoria Pública-Geral da U :: Defensor Público da União de 2ª Categoria	358
19.65IEMA-ES :: Analista de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos - Direito	359
19.66MPE - AM :: Promotor de Justiça Substituto	359
19.67OAB-Nacional :: OAB - II Exame 2007	360
19.68OAB-RJ :: OAB - 33o Exame da Ordem	360

19.69	PETROBRAS :: Advogado Júnior	361
19.70	PGE - PA :: Advogado	361
19.71	TJ - AC :: Juiz de Direito Substituto	362
19.72	TJ-TO :: Juiz Substituto	362
19.73	TSE :: Analista Judiciário - Administrativa	363
19.74	TSE :: Analista Judiciário - Judiciária	364
19.75	TJ - AC :: Juiz de Direito Substituto	364
19.76	TSE :: Analista Judiciário - Administrativa	365
19.77	MPE - AM :: Promotor de Justiça Substituto	366
19.78	TJ - AC :: Juiz de Direito Substituto	367
19.79	IPC Cariacica - ES :: Procurador Previdenciário	367
19.80	OAB-Nacional :: OAB - I Exame 2007	368
19.81	OAB-Nacional :: OAB - II Exame 2007	368
19.82	TJ-TO :: Juiz Substituto	369
19.83	OAB-Nacional :: OAB - I Exame 2007	370
19.84	TSE :: Analista Judiciário - Judiciária	371
19.85	Defensoria Pública da União :: Defensor Público da União	371
19.86	Defensoria Pública-Geral da U :: Defensor Público da União de 2ª Categoria	372
19.87	TCM-GO :: Procurador	372
19.88	TCU :: Auditor do TCU	373
19.89	TJ-TO :: Juiz Substituto	380
19.90	TSE :: Analista Judiciário - Judiciária	381
19.91	TCU :: Auditor do TCU	382
19.92	AGU :: Procurador Federal	383
19.93	OAB-Nacional :: OAB - I Exame 2007	384
19.94	TJ - PI :: Juiz de Direito Substituto	384
19.95	IEMA/SEAMA :: Advogado	385
19.96	MPE - AM :: Promotor de Justiça Substituto	385
19.97	OAB-Nacional :: OAB - I Exame 2007	386
19.98	PGE - PA :: Advogado	387
19.99	SEGER - ES :: Analista Administrativo e Financeiro - Direito	387
19.10	TCM-GO :: Procurador	388
19.10	TJ - PI :: Juiz de Direito Substituto	389
19.10	TJ-TO :: Juiz Substituto	390
19.10	MPE - AM :: Promotor de Justiça Substituto	391
19.10	Corpo de Bombeiros Militar - D :: Bacharel em Direito	391
19.10	IEMA/SEAMA :: Advogado	392
19.10	PGE - PA :: Advogado	394
19.10	PM - RIO BRANCO/AC :: Procurador Jurídico	394
19.10	TCM-GO :: Procurador	395
19.10	TCU :: Auditor do TCU	402
19.11	TSE :: Analista Judiciário - Administrativa	403
19.11	IPC Cariacica - ES :: Procurador Previdenciário	404
19.11	MPE - AM :: Promotor de Justiça Substituto	405
19.11	TJ - AC :: Juiz de Direito Substituto	406
19.11	TJ - PI :: Juiz de Direito Substituto	406
19.11	TJ-TO :: Juiz Substituto	407
20	ESAF	408
20.1	PGDF :: Procurador	408
20.2	SEFAZ-CE :: Analista Jurídico	409
20.3	PGFN :: Procurador da Fazenda Nacional	409
20.4	SEFAZ-CE :: Analista Jurídico	411
20.5	PGDF :: Procurador	411
20.6	SEFAZ-CE :: Analista Jurídico	411
20.7	PGDF :: Procurador	412
20.8	PGFN :: Procurador da Fazenda Nacional	412
20.9	PGDF :: Procurador	413
20.10	SEFAZ-CE :: Analista Jurídico	413

20.11PGDF :: Procurador	414
20.12PGFN :: Procurador da Fazenda Nacional	414
20.13SEFAZ-CE :: Analista Jurídico	415
20.14PGFN :: Procurador da Fazenda Nacional	416
20.15SEFAZ-CE :: Analista Jurídico	416
20.16PGDF :: Procurador	417
20.17PGFN :: Procurador da Fazenda Nacional	417
20.18SEFAZ-CE :: Analista Jurídico	418
20.19PGFN :: Procurador da Fazenda Nacional	418
20.20PGDF :: Procurador	419
20.21SEFAZ-CE :: Analista Jurídico	420
21 FCC	421
21.1 TJ-AL :: Juiz Substituto	421
21.2 TRF 4ª:: Analista Judiciário - Judiciária	421
21.3 Defensoria Pública-SP :: Defensor Público	422
21.4 TRF 2ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados	422
21.5 TRF 3ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados	422
21.6 MPU :: Analista - Processual	423
21.7 PM São Paulo :: Auditor Fiscal Tributário Municipal	423
21.8 TJ-AL :: Juiz Substituto	423
21.9 TJ-PE :: Oficial de Justiça	424
21.10TJ-PE :: Técnico Judiciário	424
21.11TRE-MS :: Analista Judiciário - Judiciária	424
21.12TRE-PB :: Analista Judiciário - Judiciária - Direito	425
21.13TRF 2ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados	425
21.14TRF 2ª:: Analista Judiciário - Judiciária	425
21.15TRF 3ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados	426
21.16TRF 3ª:: Analista Judiciário - Judiciária	426
21.17TRF 4ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados	426
21.18TRF 4ª:: Analista Judiciário - Judiciária	427
21.19PM São Paulo :: Auditor Fiscal Tributário Municipal	427
21.20TRF 2ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados	428
21.21TRF 4ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados	428
21.22PM São Paulo :: Auditor Fiscal Tributário Municipal	429
21.23TCE-MG :: Procurador do MP	429
21.24TJ-AL :: Juiz Substituto	429
21.25TJ-PE :: Oficial de Justiça	430
21.26TJ-PE :: Técnico Judiciário	430
21.27TRE-PB :: Analista Judiciário - Administrativa	431
21.28TRE-PB :: Analista Judiciário - Judiciária - Direito	431
21.29TRT 11ª:: Juiz do Trabalho Substituto	432
21.30TRF 2ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados	432
21.31TRF 4ª:: Analista Judiciário - Judiciária	433
21.32Defensoria Pública-SP :: Defensor Público	433
21.33TCE-MG :: Procurador do MP	433
21.34MPU :: Técnico - Administrativa	434
21.35TJ-PE :: Técnico Judiciário	434
21.36TRT 11ª:: Juiz do Trabalho Substituto	435
21.37Defensoria Pública-SP :: Defensor Público	435
21.38MPU :: Técnico - Administrativa	436
21.39TCE-MG :: Técnico de Controle Externo I	436
21.40TJ-AL :: Juiz Substituto	437
21.41TJ-PE :: Oficial de Justiça	437
21.42TJ-PE :: Técnico Judiciário	437
21.43TRE-MS :: Analista Judiciário - Administrativa	438
21.44TRE-MS :: Analista Judiciário - Judiciária	438
21.45TRE-PB :: Analista Judiciário - Administrativa	439
21.46TRF 1 :: Técnico Judiciário - Administrativa	439
21.47TRF 2ª:: Analista Judiciário - Administrativa	440

21.48TRT 11ª:: Juiz do Trabalho Substituto	440
21.49Defensoria Pública-SP :: Defensor Público	441
21.50PM São Paulo :: Auditor Fiscal Tributário Municipal	441
21.51TJ-AL :: Juiz Substituto	442
21.52TRT 11ª:: Juiz do Trabalho Substituto	443
21.53TCE-MG :: Procurador do MP	444
21.54TJ-AL :: Juiz Substituto	444
21.55TRF 4ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados	445
21.56TRF 4ª:: Analista Judiciário - Judiciária	445
21.57TRT 11ª:: Juiz do Trabalho Substituto	446
21.58MPU :: Analista - Processual	447
21.59TJ-PE :: Técnico Judiciário	447
21.60TRF 1 :: Técnico Judiciário - Administrativa	448
21.61TRF 2ª:: Analista Judiciário - Administrativa	448
21.62TRT 11ª:: Juiz do Trabalho Substituto	448
21.63PM São Paulo :: Auditor Fiscal Tributário Municipal	449
21.64TJ-AL :: Juiz Substituto	449
21.65Defensoria Pública-SP :: Defensor Público	450
21.66PM São Paulo :: Auditor Fiscal Tributário Municipal	450
21.67Defensoria Pública-SP :: Defensor Público	451
21.68MPU :: Técnico - Administrativa	451
21.69TRE-MS :: Analista Judiciário - Administrativa	452
21.70TRF 1 :: Técnico Judiciário - Administrativa	452
21.71TRF 2ª:: Analista Judiciário - Administrativa	453
21.72TRF 2ª:: Analista Judiciário - Judiciária	453
21.73TRF 4ª:: Analista Judiciário - Judiciária	454
21.74PM São Paulo :: Auditor Fiscal Tributário Municipal	454
21.75MPU :: Analista - Processual	454
21.76PM São Paulo :: Auditor Fiscal Tributário Municipal	455
21.77TJ-AL :: Juiz Substituto	455
21.78TRF 4ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados	457
21.79TRF 4ª:: Analista Judiciário - Judiciária	457
21.80TJ-AL :: Juiz Substituto	458
21.81TRF 2ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados	458
21.82TRF 4ª:: Técnico Judiciário - Administrativa	459
21.83TCE-MG :: Procurador do MP	459
21.84TJ-AL :: Juiz Substituto	460
21.85TJ-PE :: Oficial de Justiça	460
21.86TRE-MS :: Analista Judiciário - Judiciária	461
21.87TRE-PB :: Analista Judiciário - Administrativa	461
21.88TRF 2ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados	462
21.89TRF 2ª:: Analista Judiciário - Judiciária	462
21.90TRT 11ª:: Juiz do Trabalho Substituto	463
21.91Defensoria Pública-SP :: Defensor Público	463
21.92MPU :: Técnico - Administrativa	464
21.93TRE-MS :: Analista Judiciário - Administrativa	464
21.94TRF 1 :: Técnico Judiciário - Administrativa	464
21.95TRF 2ª:: Analista Judiciário - Administrativa	465
21.96TRF 2ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados	465
21.97TRF 2ª:: Analista Judiciário - Judiciária	466
21.98TRF 3ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados	466
21.99TRF 4ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados	467
21.100TRF 4ª:: Analista Judiciário - Judiciária	467
21.10Defensoria Pública-SP :: Defensor Público	468
21.10MPU :: Analista - Processual	469
21.10PM São Paulo :: Auditor Fiscal Tributário Municipal	469
21.10TCE-MG :: Técnico de Controle Externo I	470
21.10TJ-AL :: Juiz Substituto	470
21.10TJ-PE :: Oficial de Justiça	471
21.10TJ-PE :: Técnico Judiciário	471

21.108	TRE-MS :: Analista Judiciário - Judiciária	471
21.109	TRE-PB :: Analista Judiciário - Judiciária - Direito	472
21.110	TRF 1 :: Técnico Judiciário - Administrativa	472
21.111	TRF 3ª :: Analista Judiciário - Execução de Mandados	473
21.112	TRF 3ª :: Analista Judiciário - Judiciária	473
21.113	Defensoria Pública-SP :: Defensor Público	474
21.114	TCE-MG :: Procurador do MP	474
21.115	TCE-MG :: Técnico de Controle Externo I	475
21.116	TJ-PE :: Oficial de Justiça	476
21.117	TJ-PE :: Técnico Judiciário	477
21.118	TRF 2ª :: Analista Judiciário - Execução de Mandados	480
21.119	TRF 3ª :: Analista Judiciário - Judiciária	482
22	MPE/MS	483
22.1	MPE/MS :: Oficial de Secretaria	483
23	NCE	485
23.1	MPE-RJ :: Técnico de Notificação e Atos Intimatórios	485
23.2	ELETROBRAS :: Advogado	485
23.3	ANAC :: Especialista em Regulação de Aviação Civil - Ciências Contáb.	486
23.4	ELETROBRAS :: Advogado	486
23.5	ANAC :: Especialista em Regulação de Aviação Civil - Ciências Contáb.	487
23.6	MPE-RJ :: Técnico de Notificação e Atos Intimatórios	488
23.7	ELETROBRAS :: Advogado	489
23.8	ANAC :: Especialista em Regulação de Aviação Civil - Ciências Contáb.	490
23.9	MPE-RJ :: Técnico de Notificação e Atos Intimatórios	490
24	TRT 24ª	494
24.1	TRT 24ª :: Juiz do trabalho substituto - 1ª etapa	494
24.2	TRT 24ª :: Juiz do trabalho substituto - 2ª etapa	495
24.3	TRT 24ª :: Juiz do trabalho substituto - 1ª etapa	496
24.4	TRT 24ª :: Juiz do trabalho substituto - 2ª etapa	496
24.5	TRT 24ª :: Juiz do trabalho substituto - 1ª etapa	497
24.6	TRT 24ª :: Juiz do trabalho substituto - 2ª etapa	498
24.7	TRT 24ª :: Juiz do trabalho substituto - 1ª etapa	499
25	TRT 8ª	500
25.1	TRT 8ª :: Juiz do trabalho substituto - 1ª etapa	500
25.2	TRT 8ª :: Juiz do trabalho substituto - 2ª etapa	501
25.3	TRT 8ª :: Juiz do trabalho substituto - 1ª etapa	501
25.4	TRT 8ª :: Juiz do trabalho substituto - 2ª etapa	502
25.5	TRT 8ª :: Juiz do trabalho substituto - 1ª etapa	503
25.6	TRT 8ª :: Juiz do trabalho substituto - 2ª etapa	504
25.7	TRT 8ª :: Juiz do trabalho substituto - 1ª etapa	505
26	VUNESP	506
26.1	Câmara de São Paulo :: Procurador Legislativo	506
26.2	Pref. Louveira SP :: Procurador Judicial	507
26.3	Câmara de São Paulo :: Procurador Legislativo	508
26.4	Pref. Louveira SP :: Procurador Judicial	509
26.5	Câmara de São Paulo :: Procurador Legislativo	509
26.6	Pref. Louveira SP :: Procurador Judicial	512

IV	2006	513
27	CESGRANRIO	514
27.1	BNDES :: Direito - 1ª fase	514
27.2	BNDES :: Profissional Básico - Direito	515
27.3	EPE :: Técnico de Nível Superior - Jurídico	515
27.4	BNDES :: Profissional Básico - Direito	517
27.5	BNDES :: Direito - 1ª fase	517
27.6	BNDES :: Profissional Básico - Direito	518
27.7	BNDES :: Direito - 1ª fase	518
27.8	BNDES :: Profissional Básico - Direito	519
27.9	BNDES :: Direito - 1ª fase	520
27.10	BNDES :: Profissional Básico - Direito	522
27.11	EPE :: Técnico de Nível Superior - Jurídico	522
27.12	BNDES :: Direito - 1ª fase	523
27.13	BNDES :: Profissional Básico - Direito	523
27.14	EPE :: Técnico de Nível Superior - Jurídico	523
27.15	BNDES :: Direito - 1ª fase	524
27.16	BNDES :: Profissional Básico - Direito	524
27.17	EPE :: Técnico de Nível Superior - Jurídico	525
27.18	BNDES :: Direito - 1ª fase	525
28	CESGRARIO	526
28.1	Petrobrás :: Advogado(a) junior	526
29	CESPE	529
29.1	TJ-SE :: Serviços Notariais e de Registro	529
29.2	TRT 5ª :: Juiz do trabalho substituto - 2ª etapa	530
29.3	OAB-PE :: OAB - II Exame 2006	532
29.4	TJ-SE :: Serviços Notariais e de Registro	532
29.5	OAB-PE :: OAB - II Exame 2006	533
29.6	TJ-AC :: Delegatário de Serviços Notariais e de Registro	534
29.7	DATAPREV :: Analista de Tecnologia da Informação - Jurídico	535
29.8	OAB-PE :: OAB - II Exame 2006	535
29.9	TJ-SE :: Serviços Notariais e de Registro	536
29.10	OAB-PE :: OAB - II Exame 2006	536
29.11	TJ-SE :: Serviços Notariais e de Registro	537
29.12	DATAPREV :: Analista de Tecnologia da Informação - Jurídico	537
29.13	OAB-PE :: OAB - II Exame 2006	538
29.14	TJ-SE :: Serviços Notariais e de Registro	538
29.15	TRT 5ª :: Juiz do trabalho substituto - 2ª etapa	539
29.16	DATAPREV :: Analista de Tecnologia da Informação - Jurídico	540
29.17	OAB-PE :: OAB - II Exame 2006	540
29.18	TJ-SE :: Serviços Notariais e de Registro	541
29.19	TRT 5ª :: Juiz do trabalho substituto - 2ª etapa	542
29.20	TJ-AC :: Delegatário de Serviços Notariais e de Registro	543
29.21	TJ-SE :: Serviços Notariais e de Registro	544
29.22	OAB-PE :: OAB - II Exame 2006	545
29.23	TJ-AC :: Delegatário de Serviços Notariais e de Registro	545
29.24	TRT 5ª :: Juiz do trabalho substituto - 2ª etapa	546
29.25	DATAPREV :: Analista de Tecnologia da Informação - Jurídico	547
29.26	TRT 5ª :: Juiz do trabalho substituto - 2ª etapa	547
29.27	TJ-SE :: Serviços Notariais e de Registro	548
30	ESAF	549
30.1	CGU :: Analista de Finanças e Controle - Correição	549
30.2	PFN :: Procurador da Fazenda Nacional	550
30.3	CGU :: Analista de Finanças e Controle - Correição	550
30.4	PFN :: Procurador da Fazenda Nacional	550
30.5	CGU :: Analista de Finanças e Controle - Correição	551
30.6	IRB :: Advogado	551

30.7 MTE :: Auditor Fiscal do Trabalho	552
30.8 PFN :: Procurador da Fazenda Nacional	552
30.9 IRB :: Advogado	552
30.10CGU :: Analista de Finanças e Controle - Correição	553
30.11IRB :: Analista	553
30.12TCU :: Analista de Controle Externo	553
30.13CGU :: Analista de Finanças e Controle - Correição	554
30.14IRB :: Advogado	554
30.15MTE :: Auditor Fiscal do Trabalho	555
30.16PFN :: Procurador da Fazenda Nacional	555
30.17TCU :: Analista de Controle Externo	555
30.18CGU :: Analista de Finanças e Controle - Correição	556
30.19IRB :: Advogado	556
30.20IRB :: Analista	557
30.21CGU :: Analista de Finanças e Controle - Correição	557
30.22IRB :: Advogado	557
30.23IRB :: Analista	558
30.24PFN :: Procurador da Fazenda Nacional	558
30.25CGU :: Analista de Finanças e Controle - Correição	559
30.26IRB :: Advogado	560
30.27MTE :: Auditor Fiscal do Trabalho	560
30.28TCU :: Analista de Controle Externo	560
30.29CGU :: Analista de Finanças e Controle - Correição	561
30.30PFN :: Procurador da Fazenda Nacional	562
30.31TCU :: Analista de Controle Externo	562
30.32CGU :: Analista de Finanças e Controle - Correição	563
30.33IRB :: Advogado	563
30.34IRB :: Analista	563
30.35MTE :: Auditor Fiscal do Trabalho	564
30.36TCU :: Analista de Controle Externo	565
31 FCC	566
31.1 Defensoria Pública-SP :: Defensor Público	566
31.2 PM Salvador :: Procurador	567
31.3 ARCE :: Analista de Regulação - Advogado	567
31.4 Estado-PB :: Auditor Fiscal da Receita Estadual	567
31.5 Defensoria Pública-SP :: Defensor Público	568
31.6 TCE-CE :: Procurador de Contas	568
31.7 TCE-PB :: Assistente Jurídico	568
31.8 TCE-PB :: Auditor de Contas Públicas - Direito	569
31.9 TRF 1ª:: Analista Judiciário - Exec. Mandados	569
31.10ARCE :: Procurador Autárquico	569
31.11Banco Central :: Procurador	570
31.12Estado-PB :: Auditor Fiscal da Receita Estadual	570
31.13MPE-PE :: Analista Ministerial - Processual	571
31.14MPE-PE :: Técnico Ministerial - Administrativa	571
31.15OAB-SP :: OAB	571
31.16PM Jaboatão dos Guararapes-PE :: Auditor Tributário	572
31.17PM Manaus :: Procurador	572
31.18TCE-AM :: Procurador de Contas	572
31.19TCE-CE :: Procurador de Contas	573
31.20TRE-AP :: Analista Judiciário - Judiciária	573
31.21TRE-SP :: Analista Judiciário - Judiciária	573
31.22TRF 1ª:: Analista Judiciário - Judiciária	574
31.23TRT 20ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados	574
31.24TRT 20ª:: Analista Judiciário - Judiciária	574
31.25TRT 20ª:: Técnico Judiciário - Administrativa	575
31.26TRT 4ª:: Analista Judiciário - Administrativa	575
31.27TRT 4ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados	576
31.28TRT 4ª:: Analista Judiciário - Judiciária	576

31.29Banco Central :: Procurador	577
31.30Defensoria Pública-SP :: Defensor Público	577
31.31PM Jaboaão dos Guararapes-PE :: Auditor Tributário	578
31.32PM Salvador :: Procurador	578
31.33SEFAZ-SP :: Agente Fiscal de Rendas	579
31.34MPE-PE :: Analista Ministerial - Processual	579
31.35PM Jaboaão dos Guararapes-PE :: Auditor Tributário	580
31.36PM Jaboaão dos Guararapes-PE :: Procurador	580
31.37PM Manaus :: Procurador	581
31.38PM Salvador :: Procurador	581
31.39TCE-CE :: Procurador de Contas	582
31.40TCE-PB :: Assistente Jurídico	582
31.41TCE-PB :: Auditor de Contas Públicas - Direito	582
31.42TRE-AP :: Analista Judiciário - Judiciária	583
31.43TRT 20ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados	583
31.44TRT 20ª:: Analista Judiciário - Judiciária	584
31.45TRT 20ª:: Técnico Judiciário - Administrativa	584
31.46TRT 4ª:: Analista Judiciário - Administrativa	585
31.47TRT 4ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados	585
31.48TRT 4ª:: Analista Judiciário - Judiciária	585
31.49TRT 6ª:: Analista Judiciário - Judiciária	586
31.50ARCE :: Procurador Autárquico	586
31.51Defensoria Pública-SP :: Defensor Público	586
31.52PM Jaboaão dos Guararapes-PE :: Auditor Tributário	587
31.53PM Manaus :: Procurador	587
31.54SEFAZ-SP :: Agente Fiscal de Rendas	588
31.55TCE-PB :: Assistente Jurídico	588
31.56TRF 1ª:: Analista Judiciário - Exec. Mandados	589
31.57TRT 4ª:: Analista Judiciário - Administrativa	589
31.58TRT 6ª:: Analista Judiciário - Judiciária	590
31.59Defensoria Pública-SP :: Defensor Público	590
31.60PM Manaus :: Procurador	591
31.61TCE-PB :: Assistente Jurídico	591
31.62ARCE :: Analista de Regulação - Advogado	592
31.63Banco Central :: Procurador	592
31.64PM Salvador :: Procurador	592
31.65SEFAZ-SP :: Agente Fiscal de Rendas	593
31.66TRF 1ª:: Técnico Judiciário - Administrativa	593
31.67TRT 20ª:: Técnico Judiciário - Administrativa	594
31.68TRT 4ª:: Analista Judiciário - Judiciária	594
31.69ARCE :: Procurador Autárquico	594
31.70Banco Central :: Procurador	595
31.71Defensoria Pública-SP :: Defensor Público	595
31.72MPE-PE :: Técnico Ministerial - Administrativa	596
31.73PM Jaboaão dos Guararapes-PE :: Procurador	596
31.74PM Manaus :: Procurador	596
31.75PM Salvador :: Procurador	597
31.76TRE-AP :: Analista Judiciário - Judiciária	597
31.77TRE-SP :: Analista Judiciário - Administrativa	598
31.78TRF 1ª:: Analista Judiciário - Administrativa	598
31.79TRF 1ª:: Analista Judiciário - Exec. Mandados	598
31.80TRF 1ª:: Analista Judiciário - Judiciária	599
31.81TRF 1ª:: Técnico Judiciário - Administrativa	599
31.82TRT 20ª:: Técnico Judiciário - Administrativa	600
31.83TRT 4ª:: Analista Judiciário - Administrativa	600
31.84OAB-SP :: OAB	601
31.85ARCE :: Procurador Autárquico	601
31.86OAB-SP :: OAB	601
31.87PM Manaus :: Procurador	602
31.88Defensoria Pública-SP :: Defensor Público	602

31.89	OAB-SP :: OAB	602
31.90	SEFAZ-SP :: Agente Fiscal de Rendas	603
31.91	PM Jaboaão dos Guararapes-PE :: Procurador	603
31.92	ARCE :: Procurador Autárquico	604
31.93	Banco Central :: Procurador	604
31.94	Estado-PB :: Auditor Fiscal da Receita Estadual	605
31.95	PM Jaboaão dos Guararapes-PE :: Auditor Tributário	606
31.96	PM Jaboaão dos Guararapes-PE :: Procurador	606
31.97	TCE-CE :: Auditor	607
31.98	TCE-CE :: Procurador de Contas	608
31.99	TCE-PB :: Assistente Jurídico	608
31.10	TCE-PB :: Auditor de Contas Públicas - Direito	609
31.10	TRF 1ª :: Analista Judiciário - Exec. Mandados	609
31.10	TRF 1ª :: Analista Judiciário - Judiciária	609
31.10	TRT 20ª :: Analista Judiciário - Execução de Mandados	610
31.10	TRT 20ª :: Analista Judiciário - Judiciária	610
31.10	ARCE :: Analista de Regulação - Advogado	611
31.10	PM Jaboaão dos Guararapes-PE :: Auditor Tributário	611
31.10	PM Salvador :: Procurador	612
31.10	TRT 20ª :: Analista Judiciário - Judiciária	612
31.10	TRT 4ª :: Analista Judiciário - Judiciária	613
31.11	TRT 6ª :: Analista Judiciário - Judiciária	613
31.11	Banco Central :: Procurador	614
31.11	OAB-SP :: OAB	614
31.11	TCE-CE :: Auditor	614
31.11	TCE-CE :: Procurador de Contas	615
31.11	TCE-PB :: Assistente Jurídico	615
31.11	TCE-PB :: Auditor de Contas Públicas - Direito	615
31.11	TRF 1ª :: Analista Judiciário - Exec. Mandados	616
31.11	TRF 1ª :: Analista Judiciário - Judiciária	616
31.11	TRT 20ª :: Analista Judiciário - Execução de Mandados	616
31.12	TRT 4ª :: Analista Judiciário - Execução de Mandados	617
31.12	Banco Central :: Procurador	617
31.12	Estado-PB :: Auditor Fiscal da Receita Estadual	618
31.12	PM Salvador :: Procurador	618
31.12	TRT 20ª :: Analista Judiciário - Judiciária	619
31.12	Defensoria Pública-SP :: Defensor Público	619
31.12	MPE-PE :: Analista Ministerial - Processual	620
31.12	OAB-SP :: OAB	620
31.12	ARCE :: Analista de Regulação - Advogado	620
31.12	Banco Central :: Procurador	621
31.13	Estado-PB :: Auditor Fiscal da Receita Estadual	621
31.13	MPE-PE :: Analista Ministerial - Processual	621
31.13	MPE-PE :: Técnico Ministerial - Administrativa	622
31.13	SEFAZ-SP :: Agente Fiscal de Rendas	622
31.13	TRF 1ª :: Analista Judiciário - Administrativa	623
31.13	TRF 1ª :: Técnico Judiciário - Administrativa	623
31.13	TRT 20ª :: Técnico Judiciário - Administrativa	624
31.13	TRT 4ª :: Analista Judiciário - Administrativa	624
31.13	ARCE :: Procurador Autárquico	624
31.13	ARCE :: Analista de Regulação - Advogado	625
31.14	Banco Central :: Procurador	625
31.14	Estado-PB :: Auditor Fiscal da Receita Estadual	626
31.14	PM Manaus :: Procurador	626
31.14	TRE-SP :: Analista Judiciário - Judiciária	627
31.14	TRT 20ª :: Técnico Judiciário - Administrativa	627
31.14	TCE-PB :: Assistente Jurídico	627
31.14	Defensoria Pública-SP :: Defensor Público	628
31.14	MPE-PE :: Analista Ministerial - Processual	628
31.14	PM Jaboaão dos Guararapes-PE :: Auditor Tributário	629

31.14	PM Salvador :: Procurador	629
31.15	TCE-PB :: Assistente Jurídico	630
31.15	TRE-AP :: Analista Judiciário - Administrativa	630
31.15	TRE-SP :: Analista Judiciário - Administrativa	631
31.15	TRE-SP :: Analista Judiciário - Judiciária	631
31.15	TRF 1ª :: Analista Judiciário - Administrativa	632
31.15	TRF 1ª :: Técnico Judiciário - Administrativa	633
31.15	TRT 20ª :: Analista Judiciário - Judiciária	633
31.15	TRT 4ª :: Analista Judiciário - Execução de Mandados	634
31.15	TRT 4ª :: Analista Judiciário - Judiciária	634
31.15	Defensoria Pública-SP :: Defensor Público	635
31.16	OAB-SP :: OAB	635
31.16	Defensoria Pública-SP :: Defensor Público	635
31.16	TCE-PB :: Assistente Jurídico	636
31.16	MPE-PE :: Analista Ministerial - Processual	636
31.16	PM Manaus :: Procurador	636
31.16	ARCE :: Procurador Autárquico	637
31.16	Banco Central :: Procurador	637
31.16	PM Jaboaão dos Guararapes-PE :: Procurador	637
31.16	PM Manaus :: Procurador	638
31.16	PM Salvador :: Procurador	638
31.17	PM Jaboaão dos Guararapes-PE :: Procurador	639
31.17	TRF 1ª :: Analista Judiciário - Exec. Mandados	639
31.17	ARCE :: Analista de Regulação - Advogado	640
31.17	ARCE :: Procurador Autárquico	640
31.17	Banco Central :: Procurador	640
31.17	Estado-PB :: Auditor Fiscal da Receita Estadual	641
31.17	MPE-PE :: Analista Ministerial - Processual	642
31.17	PM Salvador :: Procurador	642
31.17	SEFAZ-SP :: Agente Fiscal de Rendas	643
31.17	TCE-CE :: Auditor	643
31.18	TRT 4ª :: Analista Judiciário - Execução de Mandados	644
31.18	ARCE :: Analista de Regulação - Advogado	644
31.18	PM Jaboaão dos Guararapes-PE :: Procurador	644
31.18	TCE-CE :: Auditor	645
31.18	TCE-PB :: Assistente Jurídico	645
31.18	TCE-PB :: Auditor de Contas Públicas - Direito	646
31.18	TRE-AP :: Analista Judiciário - Administrativa	646
31.18	TRE-SP :: Analista Judiciário - Administrativa	646
31.18	TRF 1ª :: Analista Judiciário - Administrativa	647
31.18	TRF 1ª :: Analista Judiciário - Judiciária	647
31.19	TRF 1ª :: Técnico Judiciário - Administrativa	647
31.19	ARCE :: Procurador Autárquico	648
31.19	Banco Central :: Procurador	648
31.19	PM Jaboaão dos Guararapes-PE :: Procurador	649
31.19	PM Salvador :: Procurador	649
31.19	TCE-CE :: Procurador de Contas	650
31.19	ARCE :: Analista de Regulação - Advogado	650
31.19	Estado-PB :: Auditor Fiscal da Receita Estadual	650
31.19	MPE-PE :: Analista Ministerial - Processual	651
31.19	OAB-SP :: OAB	651
31.20	PM Jaboaão dos Guararapes-PE :: Procurador	652
31.20	PM Manaus :: Procurador	652
31.20	TCE-CE :: Auditor	652
31.20	TRE-AP :: Analista Judiciário - Administrativa	653
31.20	TRE-AP :: Analista Judiciário - Judiciária	653
31.20	TRE-SP :: Analista Judiciário - Judiciária	654
31.20	TRF 1ª :: Analista Judiciário - Administrativa	654
31.20	TRF 1ª :: Analista Judiciário - Exec. Mandados	655
31.20	TRF 1ª :: Analista Judiciário - Judiciária	655

31.20	TRF 1ª:: Técnico Judiciário - Administrativa	656
31.21	TRT 20ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados	656
31.21	TRT 20ª:: Analista Judiciário - Judiciária	657
31.21	PM Jaboaão dos Guararapes-PE :: Procurador	657
31.21	Defensoria Pública-SP :: Defensor Público	657
32	FGV	658
32.1	SEFAZ-MS :: Agente Tributário Estadual	658
32.2	SEFAZ-MS :: Fiscal de Rendas	658
32.3	SEFAZ-MS :: Agente Tributário Estadual	659
32.4	SEFAZ-MS :: Fiscal de Rendas	659
32.5	SEFAZ-MS :: Agente Tributário Estadual	660
32.6	SEFAZ-MS :: Fiscal de Rendas	660
33	FUNIVERSA	661
33.1	APEX-Brasil :: Consultor Pleno - Jurídica	661
33.2	APEX-Brasil :: Consultor Pleno - Licitações	662
33.3	APEX-Brasil :: Analista Júnior - Jurídica	662
33.4	APEX-Brasil :: Consultor Pleno - Licitações	663
33.5	APEX-Brasil :: Consultor Pleno - Jurídica	663
33.6	APEX-Brasil :: Consultor Pleno - Licitações	664
33.7	APEX-Brasil :: Analista Júnior - Licitações	664
33.8	APEX-Brasil :: Consultor Pleno - Licitações	665
33.9	APEX-Brasil :: Analista Júnior - Licitações	665
33.10	APEX-Brasil :: Analista Júnior - Jurídica	666
33.11	APEX-Brasil :: Consultor Pleno - Licitações	666
33.12	APEX-Brasil :: Analista Júnior - Licitações	666
33.13	APEX-Brasil :: Consultor Pleno - Licitações	667
33.14	APEX-Brasil :: Analista Júnior - Jurídica	667
33.15	APEX-Brasil :: Consultor Pleno - Licitações	668
33.16	APEX-Brasil :: Consultor Pleno - Jurídica	668
33.17	APEX-Brasil :: Analista Júnior - Licitações	669
33.18	APEX-Brasil :: Consultor Pleno - Licitações	669
34	IPAD	670
34.1	COMPESA :: Advogado	670
34.2	HEMOPE :: Advogado	671
34.3	COMPESA :: Advogado	671
34.4	HEMOPE :: Advogado	672
34.5	COMPESA :: Advogado	672
34.6	HEMOPE :: Advogado	673
35	JPF	674
35.1	SEFAZ-RO :: Auditor Fiscal	674
36	MPE/MG	676
36.1	MPE-MG :: Promotor	676
37	OAB/DF	681
37.1	OAB-DF :: OAB - III Exame 2006	681
37.2	OAB-DF :: OAB - I Exame 2006	682
37.3	OAB-DF :: OAB - II Exame 2006	682
37.4	OAB-DF :: OAB - III Exame 2006	683
37.5	OAB-DF :: OAB - II Exame 2006	683
37.6	OAB-DF :: OAB - III Exame 2006	683
37.7	OAB-DF :: OAB - I Exame 2006	684
37.8	OAB-DF :: OAB - II Exame 2006	686
37.9	OAB-DF :: OAB - III Exame 2006	687
37.10	OAB-DF :: OAB - II Exame 2006	688
37.11	OAB-DF :: OAB - I Exame 2006	688
37.12	OAB-DF :: OAB - II Exame 2006	689

38 OAB/RJ	691
38.1 OAB-RJ :: OAB 29º	691
39 TRT 13ª	693
39.1 TRT 13ª:: Juiz do Trabalho Substituto	693
40 TRT 14ª	698
40.1 TRT 14ª:: Juiz do Trabalho Substituto	698
41 TRT 16ª	704
41.1 TRT 16ª:: Juiz do Trabalho Substituto	704
42 TRT 18ª	707
42.1 TRT 18ª:: Juiz do Trabalho Substituto	707
43 TRT 1ª	712
43.1 TRT 1ª:: Juiz do Trabalho Substituto	712
44 TRT 22ª	714
44.1 TRT 22ª:: Juiz do trabalho substituto - 2ªetapa	715
45 TRT 23ª	720
45.1 TRT 23ª:: Juiz do Trabalho Substituto	720
46 TRT 24ª	725
46.1 TRT 24ª:: Juiz do Trabalho Substituto	725
47 TRT 8ª	729
47.1 TRT 8ª:: Juiz do trabalho substituto - 1ªetapa	729
47.2 TRT 8ª:: Juiz do trabalho substituto - 2ªetapa	729
47.3 TRT 8ª:: Juiz do trabalho substituto - 1ªetapa	730
47.4 TRT 8ª:: Juiz do trabalho substituto - 2ªetapa	731
47.5 TRT 8ª:: Juiz do trabalho substituto - 1ªetapa	732
47.6 TRT 8ª:: Juiz do trabalho substituto - 2ªetapa	733
47.7 TRT 8ª:: Juiz do trabalho substituto - 1ªetapa	734
48 TRT 9ª	735
48.1 TRT 9ª:: Magistratura do trabalho - 1ªetapa	735
49 VUNESP	740
49.1 OAB-SP :: OAB 130º	740
49.2 OAB-SP :: OAB 129º	740
49.3 OAB-SP :: OAB 130º	741
49.4 OAB-SP :: OAB 129º	741
49.5 OAB-SP :: OAB 130º	742
49.6 OAB-SP :: OAB 129º	742
49.7 OAB-SP :: OAB 130º	743
49.8 OAB-SP :: OAB 129º	744
49.9 OAB-SP :: OAB 130º	744
49.10 OAB-SP :: OAB 129º	745
V 2005	746
50 ESAF	747
50.1 Estado-RN :: Auditor Fiscal do Tesouro	747
50.2 TRT 7ª:: Juiz do Trabalho Substituto	747
50.3 Estado-RN :: Auditor Fiscal do Tesouro	749
50.4 TRT 7ª:: Juiz do Trabalho Substituto	750
50.5 Estado-RN :: Auditor Fiscal do Tesouro	750
50.6 TRT 7ª:: Juiz do Trabalho Substituto	751

51 FAPEU	754
51.1 TRE-SC :: Analista Judiciário - Judiciária	754
52 FCC	755
52.1 PM Santos :: Procurador	755
52.2 OAB-SP :: OAB	755
52.3 PGE-SE :: Procurador do Estado	756
52.4 PM Santos :: Procurador	756
52.5 PGE-SE :: Procurador do Estado	756
52.6 PGE-GO :: Procurador Geral do Estado	757
52.7 PGE-SE :: Procurador do Estado	757
52.8 TCE-PI :: Auditor	757
52.9 TCE-SP :: Agente da Fiscalização Financeira	758
52.10 OAB-ES :: OAB	758
52.11 PGE-GO :: Procurador Geral do Estado	759
52.12 PGE-SE :: Procurador do Estado	759
52.13 PM Santos :: Procurador	759
52.14 CEAL :: Advogado	760
52.15 OAB-ES :: OAB	760
52.16 OAB-SP :: OAB	760
52.17 PGE-GO :: Procurador Geral do Estado	761
52.18 PM Santos :: Procurador	761
52.19 TCE-MA :: Procurador	762
52.20 TCE-MG :: Auditor	762
52.21 TCE-PI :: Auditor	763
52.22 TRE-MG :: Analista Judiciário - Judiciária	763
52.23 TRE-RN :: Analista Judiciário - Judiciária	764
52.24 TRT 11ª :: Analista Judiciário - Judiciária	764
52.25 TRT 11ª :: Juiz do Trabalho Substituto	765
52.26 TRT 3ª :: Analista Judiciário - Judiciária	765
52.27 OAB-SP :: OAB	765
52.28 PGE-GO :: Procurador Geral do Estado	766
52.29 CEAL :: Advogado	766
52.30 OAB-ES :: OAB	767
52.31 OAB-SP :: OAB	767
52.32 PM Santos :: Procurador	768
52.33 TCE-MA :: Procurador	768
52.34 TCE-PI :: Procurador	769
52.35 TRT 11ª :: Analista Judiciário - Judiciária	769
52.36 TRT 11ª :: Juiz do Trabalho Substituto	769
52.37 OAB-ES :: OAB	770
52.38 OAB-SP :: OAB	770
52.39 PM Santos :: Procurador	770
52.40 TRT 11ª :: Analista Judiciário - Judiciária	771
52.41 OAB-SP :: OAB	771
52.42 PGE-GO :: Procurador Geral do Estado	772
52.43 PGE-SE :: Procurador do Estado	772
52.44 PM Santos :: Procurador	773
52.45 TCE-PI :: Auditor	773
52.46 TRT 11ª :: Analista Judiciário - Exec. Mandados	773
52.47 TRT 11ª :: Juiz do Trabalho Substituto	774
52.48 TRT 3ª :: Analista Judiciário - Judiciária	774
52.49 OAB-SP :: OAB	774
52.50 TCE-MG :: Auditor	776
52.51 TRE-MG :: Analista Judiciário - Judiciária	776
52.52 TRE-RN :: Analista Judiciário - Administrativa	777
52.53 TRT 11ª :: Analista Judiciário - Exec. Mandados	777
52.54 TRT 11ª :: Juiz do Trabalho Substituto	778
52.55 OAB-SP :: OAB	778
52.56 OAB-ES :: OAB	779

52.57PGE-GO :: Procurador Geral do Estado	779
52.58OAB-SP :: OAB	780
52.59PGE-GO :: Procurador Geral do Estado	781
52.60PGE-SE :: Procurador do Estado	781
52.61PM Santos :: Procurador	782
52.62TCE-MA :: Procurador	783
52.63TCE-PI :: Procurador	784
52.64TRT 11ª:: Juiz do Trabalho Substituto	785
52.65OAB-SP :: OAB	785
52.66PGE-SE :: Procurador do Estado	786
52.67PM Santos :: Procurador	787
52.68TRT 11ª:: Juiz do Trabalho Substituto	787
52.69OAB-SP :: OAB	788
52.70PGE-SE :: Procurador do Estado	788
52.71PM Santos :: Procurador	789
52.72TCE-MG :: Auditor	789
52.73TRT 11ª:: Analista Judiciário - Exec. Mandados	789
52.74TRT 11ª:: Juiz do Trabalho Substituto	790
52.75PGE-GO :: Procurador Geral do Estado	790
52.76OAB-ES :: OAB	791
52.77OAB-SP :: OAB	791
52.78CEAL :: Advogado	792
52.79OAB-ES :: OAB	792
52.80PGE-GO :: Procurador Geral do Estado	792
52.81PM Santos :: Procurador	793
52.82TCE-PI :: Procurador	793
52.83TRE-RN :: Analista Judiciário - Administrativa	794
52.84PGE-GO :: Procurador Geral do Estado	794
52.85PGE-SE :: Procurador do Estado	795
52.86PM Santos :: Procurador	795
52.87OAB-SP :: OAB	795
52.88PGE-SE :: Procurador do Estado	796
52.89TCE-PI :: Procurador	796
52.90OAB-SP :: OAB	796
52.91PM Santos :: Procurador	797
52.92TRE-RN :: Analista Judiciário - Administrativa	798
52.93OAB-ES :: OAB	798
52.94OAB-SP :: OAB	799
52.95PGE-SE :: Procurador do Estado	799
52.96TCE-MA :: Procurador	800
52.97TCE-MG :: Auditor	800
52.98TCE-PI :: Auditor	800
52.99TRE-MG :: Analista Judiciário - Judiciária	801
52.100TRE-RN :: Analista Judiciário - Judiciária	801
52.101TRT 11ª:: Juiz do Trabalho Substituto	802
52.102TRT 3ª:: Analista Judiciário - Judiciária	802
52.103OAB-SP :: OAB	802
52.104PGE-GO :: Procurador Geral do Estado	803
52.105TRE-RN :: Analista Judiciário - Administrativa	803
52.106TRE-RN :: Analista Judiciário - Judiciária	803
52.107PGE-GO :: Procurador Geral do Estado	804
52.108PGE-SE :: Procurador do Estado	804
52.109PM Santos :: Procurador	804
52.110TRE-RN :: Analista Judiciário - Administrativa	805
52.111TRT 11ª:: Analista Judiciário - Administrativa	805
52.112CEAL :: Advogado	806
52.113PGE-GO :: Procurador Geral do Estado	806
52.114TCE-MA :: Procurador	807
52.115TCE-MG :: Auditor	807
52.116TCE-PI :: Auditor	807

52.11	TRE-MG :: Analista Judiciário - Judiciária	808
52.118	TRT 11ª:: Analista Judiciário - Exec. Mandados	808
52.119	TRT 11ª:: Analista Judiciário - Judiciária	809
52.120	TRT 3ª:: Analista Judiciário - Judiciária	809
52.12	PGE-GO :: Procurador Geral do Estado	810
53	FESAG	811
53.1	TRE-ES :: Analista Judiciário - Judiciária	811
54	FGV	812
54.1	TJ-PA :: Juiz Substituto	812
55	MPE/MG	817
55.1	MPE-MG :: Promotor	817
56	MPT	822
56.1	Ministério Público do Trabalho :: Procurador do Trabalho	822
57	OAB/DF	827
57.1	OAB-DF :: OAB - III Exame 2005	827
57.2	OAB-DF :: OAB	827
57.3	OAB-DF :: OAB - III Exame 2005	828
57.4	OAB-DF :: OAB	828
57.5	OAB-DF :: OAB - III Exame 2005	829
57.6	OAB-DF :: OAB	830
57.7	OAB-DF :: OAB - III Exame 2005	832
57.8	OAB-DF :: OAB	832
57.9	OAB-DF :: OAB - III Exame 2005	834
57.10	OAB-DF :: OAB	834
57.11	OAB-DF :: OAB - III Exame 2005	835
57.12	OAB-DF :: OAB	836
58	OAB/MG	837
58.1	OAB-MG :: OAB	837
59	OAB/RJ	840
59.1	OAB-RJ :: OAB 28º	840
59.2	OAB-RJ :: OAB 27º	841
59.3	OAB-RJ :: OAB 28º	841
59.4	OAB-RJ :: OAB 27º	842
59.5	OAB-RJ :: OAB 28º	843
59.6	OAB-RJ :: OAB 27º	843
59.7	OAB-RJ :: OAB 28º	843
59.8	OAB-RJ :: OAB 27º	844
60	TRT 13ª	845
60.1	TRT 13ª:: Juiz do Trabalho Substituto	845
61	TRT 14ª	849
61.1	TRT 14ª:: Juiz do Trabalho Substituto	849
62	TRT 21ª	859
62.1	TRT 21ª:: Juiz do Trabalho Substituto	859
63	TRT 8ª	865
63.1	TRT 8ª:: Juiz do trabalho substituto - 2ªetapa	865
63.2	TRT 8ª:: Juiz do trabalho substituto - 1ªetapa	866
63.3	TRT 8ª:: Juiz do trabalho substituto - 2ªetapa	867
63.4	TRT 8ª:: Juiz do trabalho substituto - 1ªetapa	869
64	TRT 9ª	872
64.1	TRT 9ª:: Juiz do Trabalho Substituto	872

65 VUNESP	877
65.1 OAB-PE :: OAB	877
65.2 PGE-SP :: Procurador	877
65.3 OAB-PE :: OAB	878
65.4 PGE-SP :: Procurador	879
65.5 OAB-PE :: OAB	879
65.6 PGE-SP :: Procurador	880
65.7 OAB-PE :: OAB	880
65.8 PGE-SP :: Procurador	881
65.9 OAB-PE :: OAB	881
65.10PGE-SP :: Procurador	882
65.11OAB-PE :: OAB	883

VI 2004 885

66 CESPE	886
66.1 MJ - PF :: Delegado da Polícia Federal	886
66.2 TCE-PE :: Procurador Consultivo do TC	887
66.3 Companhia de Saneamento -SE :: Advogado	888
66.4 FSCMP :: Advogado	888
66.5 PGE-RR :: Procurador	889
66.6 TCE-PE :: Procurador Consultivo do TC	889
66.7 TCE-PE :: Procurador do Ministério Público de Contas	890
66.8 TCU :: Analista de Controle Externo	890
66.9 PGE-RR :: Procurador	892
66.10TCU :: Analista de Controle Externo	893
66.11PGE-RR :: Procurador	893
66.12Companhia de Saneamento -SE :: Advogado	894
66.13TCE-PE :: Procurador Consultivo do TC	894
66.14PGE-RR :: Procurador	895
66.15Companhia de Saneamento -SE :: Advogado	895
66.16FSCMP :: Advogado	897
66.17PGE-RR :: Procurador	897
66.18TCE-PE :: Procurador Consultivo do TC	897
66.19TCU :: Analista de Controle Externo	898
66.20TCE-PE :: Procurador Consultivo do TC	900
66.21Companhia de Saneamento -SE :: Advogado	900
66.22FSCMP :: Advogado	900
66.23MJ - PF :: Delegado da Polícia Federal	901
66.24Companhia de Saneamento -SE :: Advogado	902
66.25TCE-PE :: Procurador do Ministério Público de Contas	902

67 CONSULT	904
67.1 TJ-SE :: Analista Judiciário (direito)	904

68 ESAF	908
68.1 MPU :: Técnico - Administrativa	908
68.2 IRB :: Advogado	908
68.3 IRB :: Analista - Geral	909
68.4 PGE-DF :: Procurador	909
68.5 IRB :: Advogado	910
68.6 IRB :: Analista - Geral	910
68.7 PGE-DF :: Procurador	911
68.8 IRB :: Advogado	913
68.9 MPU :: Técnico Administrativo	913
68.10MPU :: Técnico - Administrativa	913
68.11PGE-DF :: Procurador	914
68.12CGU :: Analista de Finanças e Controle - Correição	915
68.13IRB :: Advogado	915
68.14PGE-DF :: Procurador	916

68.15MPU :: Analista - Processual	917
68.16IRB :: Advogado	917
68.17PGE-DF :: Procurador	918
68.18MPU :: Analista - Processual	918
68.19PGE-DF :: Procurador	919
68.20IRB :: Advogado	919
68.21MPU :: Analista - Processual	920
68.22MPU :: Técnico Administrativo	921
68.23MPU :: Técnico - Administrativa	921
68.24PGE-DF :: Procurador	921
68.25IRB :: Analista - Geral	923
68.26PGE-DF :: Procurador	923
68.27MPU :: Analista - Processual	923
68.28IRB :: Advogado	924
68.29MPU :: Analista - Processual	925
68.30PGE-DF :: Procurador	925
68.31MPU :: Analista - Processual	925
68.32MPU :: Técnico - Administrativa	926
68.33PGE-DF :: Procurador	926
68.34IRB :: Analista - Geral	927
68.35MPU :: Técnico Administrativo	927
68.36PGE-DF :: Procurador	928
68.37MPU :: Técnico Administrativo	928
68.38PGE-DF :: Procurador	929
69 FCC	930
69.1 TRT 17ª:: Técnico Judiciário	930
69.2 TRF 4ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados	930
69.3 TRF 4ª:: Analista Judiciário - Judiciária	931
69.4 PGE-PE :: Procurador do Estado	931
69.5 TRF 4ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados	932
69.6 TRF 4ª:: Analista Judiciário - Judiciária	932
69.7 TRT 15ª:: Analista Judiciário - Administrativa	933
69.8 TRT 15ª:: Analista Judiciário - Exec. Mandados	933
69.9 TRT 15ª:: Técnico Judiciário - Administrativa	933
69.10TRT 17ª:: Analista Judiciário - Administrativa	934
69.11TRT 2ª:: Analista Judiciário - Judiciária	934
69.12TRT 8ª:: Analista Judiciário - Judiciária	934
69.13TRT 9ª:: Analista Judiciário - Judiciária	935
69.14PGE-PE :: Procurador do Estado	935
69.15TRF 4ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados	936
69.16TRT 8º:: Analista Judiciário - Administrativa	936
69.17PGE-PE :: Procurador do Estado	937
69.18TRE-PE :: Analista Judiciário	937
69.19TRT 15ª:: Analista Judiciário - Administrativa	938
69.20TRT 15ª:: Técnico Judiciário - Administrativa	938
69.21TRT 17ª:: Analista Judiciário - Oficial de Justiça	939
69.22PGE-PE :: Procurador do Estado	940
69.23TRT 15ª:: Analista Judiciário - Administrativa	940
69.24TRT 17ª:: Analista Judiciário - Administrativa	941
69.25TRT 17ª:: Técnico Judiciário	941
69.26TRT 8º:: Analista Judiciário - Execução de Mandados	942
69.27TRT 2ª:: Analista Judiciário - Exec. Mandados	942
69.28TRT 8º:: Analista Judiciário - Execução de Mandados	942
69.29TRF 4ª:: Analista Judiciário - Judiciária	943
69.30TRT 15ª:: Analista Judiciário - Exec. Mandados	943
69.31TRT 15ª:: Técnico Judiciário - Administrativa	943
69.32TRT 8º:: Analista Judiciário - Administrativa	944
69.33TRT 8º:: Analista Judiciário - Execução de Mandados	944
69.34TRE-PE :: Analista Judiciário	945

69.35TRF 4ª:: Analista Judiciário - Judiciária	945
69.36TRT 15ª:: Analista Judiciário - Administrativa	946
69.37TRT 15ª:: Técnico Judiciário - Administrativa	946
69.38TRT 17ª:: Técnico Judiciário	946
69.39TRT 8ª:: Analista Judiciário - Judiciária	947
69.40TRF 4ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados	947
69.41TRT 8º:: Analista Judiciário - Administrativa	947
69.42PGE-PE :: Procurador do Estado	948
69.43TRT 2ª:: Analista Judiciário - Exec. Mandados	948
69.44TRT 2ª:: Analista Judiciário - Judiciária	948
69.45TRT 9ª:: Analista Judiciário - Administrativa	949
69.46PGE-PE :: Procurador do Estado	950
69.47TRF 4ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados	950
69.48TRT 8ª:: Analista Judiciário - Judiciária	951
69.49PGE-PE :: Procurador do Estado	951
69.50TRT 15ª:: Analista Judiciário - Exec. Mandados	952
69.51TRT 15ª:: Técnico Judiciário - Administrativa	952
69.52TRT 17ª:: Técnico Judiciário	953
69.53TRT 8º:: Analista Judiciário - Execução de Mandados	953
69.54PGE-PE :: Procurador do Estado	954
69.55TRE-PE :: Analista Judiciário	954
69.56TRT 15ª:: Técnico Judiciário - Administrativa	955
69.57TRT 17ª:: Analista Judiciário - Oficial de Justiça	955
69.58TRT 17ª:: Técnico Judiciário	956
69.59TRT 2ª:: Analista Judiciário - Administrativa	956
69.60PGE-PE :: Procurador do Estado	957
69.61TRE-PE :: Analista Judiciário	958
69.62TRT 15ª:: Analista Judiciário - Exec. Mandados	959
69.63TRT 17ª:: Analista Judiciário - Administrativa	959
69.64TRT 8º:: Analista Judiciário - Administrativa	960
69.65TRT 9ª:: Analista Judiciário - Judiciária	961
69.66TRT 9ª:: Técnico Judiciário - Administrativa	961
69.67TRT 17ª:: Analista Judiciário - Administrativa	962
69.68TRT 9ª:: Analista Judiciário - Administrativa	962
69.69TRT 8ª:: Analista Judiciário - Judiciária	963
69.70PGE-PE :: Procurador do Estado	963
69.71TRT 15ª:: Analista Judiciário - Exec. Mandados	964
69.72TRT 17ª:: Analista Judiciário - Administrativa	964
69.73PGE-PE :: Procurador do Estado	964
69.74TRE-PE :: Analista Judiciário	965
69.75TRF 4ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados	966
69.76TRF 4ª:: Analista Judiciário - Judiciária	967
69.77TRT 17ª:: Analista Judiciário - Administrativa	967
69.78TRT 17ª:: Analista Judiciário - Oficial de Justiça	967
69.79TRT 22ª:: Analista Judiciário - Exec. Mandados	968
69.80TRT 22ª:: Analista Judiciário - Judiciária	969
69.81TRT 2ª:: Analista Judiciário - Exec. Mandados	970
69.82TRT 8º:: Analista Judiciário - Administrativa	970
69.83TRT 8º:: Analista Judiciário - Execução de Mandados	971
69.84TRT 9ª:: Analista Judiciário - Administrativa	971
69.85TRT 9ª:: Analista Judiciário - Exec. Mandados	971
69.86TRT 9ª:: Técnico Judiciário - Administrativa	972
69.87TRT 15ª:: Analista Judiciário - Exec. Mandados	972
69.88PGE-PE :: Procurador do Estado	973
69.89TRT 15ª:: Analista Judiciário - Administrativa	973
69.90TRT 15ª:: Analista Judiciário - Exec. Mandados	974
69.91TRT 15ª:: Técnico Judiciário - Administrativa	975
69.92TRT 17ª:: Analista Judiciário - Administrativa	975
69.93TRT 17ª:: Analista Judiciário - Oficial de Justiça	976
69.94TRT 17ª:: Técnico Judiciário	977

69.95TRT 17ª:: Analista Judiciário - Oficial de Justiça	977
69.96TRT 22ª:: Analista Judiciário - Judiciária	977
69.97TRT 17ª:: Analista Judiciário - Oficial de Justiça	978
70 FGV	979
70.1 BESC :: Advogado	979
71 MPE/MG	982
71.1 MPE-MG :: Promotor	982
72 MPT	986
72.1 Ministério Público do Trabalho :: Procurador do Trabalho	986
73 NCE	988
73.1 Estado-MT :: Auditor - Direito	988
74 OAB/DF	991
74.1 OAB-DF :: OAB	991
74.2 OAB-DF :: OAB - III Exame 2004	993
74.3 OAB-DF :: OAB	993
74.4 OAB-DF :: OAB - III Exame 2004	994
74.5 OAB-DF :: OAB	994
74.6 OAB-DF :: OAB - III Exame 2004	995
74.7 OAB-DF :: OAB	996
74.8 OAB-DF :: OAB - III Exame 2004	997
74.9 OAB-DF :: OAB	997
74.10OAB-DF :: OAB - III Exame 2004	997
74.11OAB-DF :: OAB	998
74.12OAB-DF :: OAB - III Exame 2004	998
74.13OAB-DF :: OAB	999
74.14OAB-DF :: OAB - III Exame 2004	1000
74.15OAB-DF :: OAB	1000
74.16OAB-DF :: OAB - III Exame 2004	1001
74.17OAB-DF :: OAB	1001
75 TRT 12ª	1002
75.1 TRT 12ª:: Juiz do Trabalho Substituto	1002
76 TRT 14ª	1006
76.1 TRT 14ª:: Juiz do Trabalho Substituto	1006
77 VUNESP	1016
77.1 OAB-SP :: OAB	1016
77.2 OAB-PE :: OAB	1016
77.3 OAB-SP :: OAB	1017
77.4 OAB-PE :: OAB	1017
77.5 OAB-SP :: OAB	1018
77.6 OAB-PE :: OAB	1019
77.7 OAB-SP :: OAB	1020
77.8 PM Ribeirão Preto-SP :: Procurador	1021
77.9 OAB-PE :: OAB	1022
77.10OAB-SP :: OAB	1022
77.11OAB-PE :: OAB	1023
77.12PM Ribeirão Preto-SP :: Procurador	1024
77.13OAB-SP :: OAB	1024
77.14OAB-PE :: OAB	1025
77.15OAB-SP :: OAB	1025
77.16OAB-PE :: OAB	1026
77.17OAB-SP :: OAB	1026
77.18OAB-PE :: OAB	1027
77.19OAB-SP :: OAB	1027

77.20OAB-PE :: OAB	1028
77.21OAB-SP :: OAB	1029
77.22PM Ribeirão Preto-SP :: Procurador	1031
77.23OAB-PE :: OAB	1031
77.24OAB-SP :: OAB	1032
77.25PM Ribeirão Preto-SP :: Procurador	1033
77.26OAB-PE :: OAB	1033
77.27PM Ribeirão Preto-SP :: Procurador	1034
77.28OAB-PE :: OAB	1034
77.29OAB-SP :: OAB	1034

VII 2003 1035

78 CESPE	1036
78.1 TJ-DF :: Analista Judiciário (ativ. processual)	1036
78.2 TJ-DF :: Analista Judiciário (ex. mandados)	1039

79 COMVEST/UEPB	1042
79.1 SSP-PB :: Delegado Civil	1042

80 CONATEC	1044
80.1 TRT-GO :: Analista Judiciário - Judiciária	1044

81 ESAF	1047
81.1 Prefeitura do Recife :: Auditor do Tesouro Municipal	1047
81.2 SRF :: Procurador da Fazenda	1047
81.3 TRT 7ª:: Técnico Judiciário - Administrativa	1048
81.4 SRF :: Procurador da Fazenda	1048
81.5 Ministério do Trabalho :: Auditor Fiscal do Trabalho	1048
81.6 TRT 7ª:: Analista Judiciário - Administrativa	1049
81.7 TRT 7ª:: Técnico Judiciário - Administrativa	1049
81.8 Prefeitura do Recife :: Auditor do Tesouro Municipal	1050
81.9 Ministério do Trabalho :: Auditor Fiscal do Trabalho	1050
81.10TRT 7ª:: Analista Judiciário - Administrativa	1051
81.11Prefeitura do Recife :: Auditor do Tesouro Municipal	1051
81.12TRT 7ª:: Analista Judiciário - Administrativa	1051
81.13TRT 7ª:: Técnico Judiciário - Administrativa	1052
81.14SRF :: Procurador da Fazenda	1052
81.15TCE-PR :: Auditor	1053
81.16Prefeitura do Recife :: Auditor do Tesouro Municipal	1053
81.17TRT 7ª:: Técnico Judiciário - Administrativa	1053
81.18SRF :: Procurador da Fazenda	1054
81.19Prefeitura Fortaleza :: Auditor do Tesouro	1054
81.20Prefeitura do Recife :: Auditor do Tesouro Municipal	1054
81.21TCE-PR :: Auditor	1055
81.22TRT 7ª:: Analista Judiciário - Administrativa	1055
81.23TRT 7ª:: Técnico Judiciário - Administrativa	1057
81.24Prefeitura Fortaleza :: Auditor do Tesouro	1057
81.25Ministério do Trabalho :: Auditor Fiscal do Trabalho	1057
81.26Prefeitura do Recife :: Auditor do Tesouro Municipal	1058
81.27Prefeitura Fortaleza :: Auditor do Tesouro	1058
81.28TCE-PR :: Auditor	1059
81.29Prefeitura do Recife :: Auditor do Tesouro Municipal	1060
81.30SRF :: Procurador da Fazenda	1061
81.31Ministério do Trabalho :: Auditor Fiscal do Trabalho	1061
81.32Prefeitura do Recife :: Auditor do Tesouro Municipal	1061
81.33Prefeitura Fortaleza :: Auditor do Tesouro	1062
81.34SRF :: Procurador da Fazenda	1062
81.35TCE-PR :: Auditor	1062
81.36TRT 7ª:: Analista Judiciário - Administrativa	1063

81.37TRT 7ª:: Técnico Judiciário - Administrativa	1063
81.38Prefeitura do Recife :: Auditor do Tesouro Municipal	1064
81.39TRT 7ª:: Analista Judiciário - Administrativa	1065

82 FCC

1066

82.1 Estado-MA :: Defensor Público	1066
82.2 PGE-MA :: Procurador	1066
82.3 TRE-AC :: Analista Judiciário - Judiciária	1067
82.4 TRE-BA :: Analista Judiciário - Judiciário	1067
82.5 TRF 5ª:: Técnico Judiciário	1068
82.6 TRF 5ª:: Analista Judiciário (ex. mandados)	1068
82.7 Estado-MA :: Defensor Público	1068
82.8 PGE-MA :: Procurador	1069
82.9 TRE-AM :: Analista Judiciário - Judiciária	1069
82.10TRE-BA :: Analista Judiciário - Judiciário	1070
82.11TRF 5ª:: Analista Judiciário (ex. mandados)	1070
82.12Estado-MA :: Defensor Público	1071
82.13PGE-MA :: Procurador	1071
82.14Prefeitura do Recife :: Procurador	1072
82.15TRF 5ª:: Analista Judiciário (ex. mandados)	1072
82.16Estado-MA :: Defensor Público	1072
82.17Prefeitura do Recife :: Procurador	1073
82.18PGE-MA :: Procurador	1073
82.19Prefeitura do Recife :: Procurador	1073
82.20TRF 5ª:: Analista Judiciário (ex. mandados)	1074
82.21TRE-AC :: Analista Judiciário - Judiciária	1074
82.22TRF 5ª:: Analista Judiciário (administrativa)	1074
82.23TRF 5ª:: Técnico Judiciário	1075
82.24Estado-MA :: Defensor Público	1075
82.25PGE-MA :: Procurador	1075
82.26Prefeitura do Recife :: Procurador	1076
82.27TRE-AC :: Analista Judiciário - Judiciária	1076
82.28TRE-AM :: Analista Judiciário - Judiciária	1077
82.29TRF 5ª:: Analista Judiciário (administrativa)	1077
82.30TRF 5ª:: Analista Judiciário (ex. mandados)	1078
82.31Estado-MA :: Defensor Público	1078
82.32TRE-BA :: Analista Judiciário - Judiciário	1078
82.33Estado-MA :: Defensor Público	1079
82.34Prefeitura do Recife :: Procurador	1079
82.35TRF 5ª:: Analista Judiciário (ex. mandados)	1080
82.36Prefeitura do Recife :: Procurador	1080
82.37TRF 5ª:: Analista Judiciário (administrativa)	1081
82.38TRF 5ª:: Analista Judiciário (ex. mandados)	1081
82.39Prefeitura do Recife :: Procurador	1081
82.40Estado-MA :: Defensor Público	1082
82.41PGE-MA :: Procurador	1082
82.42Prefeitura do Recife :: Procurador	1082
82.43Estado-MA :: Defensor Público	1083
82.44PGE-MA :: Procurador	1083
82.45Prefeitura do Recife :: Procurador	1084
82.46TRE-BA :: Analista Judiciário - Judiciário	1084
82.47TRF 5ª:: Analista Judiciário (ex. mandados)	1084
82.48TRF 5ª:: Técnico Judiciário	1085
82.49PGE-MA :: Procurador	1085
82.50Estado-MA :: Defensor Público	1086
82.51PGE-MA :: Procurador	1086
82.52Estado-MA :: Defensor Público	1086
82.53PGE-MA :: Procurador	1088
82.54TRE-AC :: Analista Judiciário - Judiciária	1088
82.55TRE-BA :: Analista Judiciário - Judiciário	1089

82.56TRF 5ª:: Analista Judiciário (administrativa)	1089
82.57TRF 5ª:: Analista Judiciário (ex. mandados)	1090
82.58TRF 5ª:: Técnico Judiciário	1090
82.59TRE-AM :: Analista Judiciário - Judiciária	1091
82.60TRF 5ª:: Técnico Judiciário	1092
82.61Estado-MA :: Defensor Público	1092
82.62Prefeitura do Recife :: Procurador	1092
82.63TRE-AC :: Analista Judiciário - Judiciária	1093
82.64Estado-MA :: Defensor Público	1093
82.65PGE-MA :: Procurador	1093
82.66Estado-MA :: Defensor Público	1094
82.67PGE-MA :: Procurador	1095
82.68TRE-BA :: Analista Judiciário - Judiciário	1096
82.69TRF 5ª:: Analista Judiciário (administrativa)	1096
82.70TRF 5ª:: Analista Judiciário (ex. mandados)	1097
82.71TRF 5ª:: Técnico Judiciário	1097
82.72PGE-MA :: Procurador	1098
82.73TRE-AM :: Analista Judiciário - Judiciária	1099
82.74TRE-BA :: Analista Judiciário - Judiciário	1100
82.75TRF 5ª:: Analista Judiciário (administrativa)	1100
82.76TRF 5ª:: Técnico Judiciário	1100
82.77TRE-AM :: Analista Judiciário - Judiciária	1101
82.78TRE-BA :: Analista Judiciário - Judiciário	1101
82.79PGE-MA :: Procurador	1101
83 FEC	1102
83.1 TRF 2ª:: Analista Judiciário (ex.mandados)	1102
83.2 TRF 2ª:: Analista Judiciário	1102
83.3 TRT 1ª:: Analista Judiciário - Judiciária	1103
83.4 TRF 2ª:: Analista Judiciário	1103
83.5 TRT 1ª:: Analista Judiciário - Administrativa	1104
83.6 TRT 1ª:: Analista Judiciário - Judiciária	1104
83.7 TRT 1ª:: Analista Judiciário - Administrativa	1105
83.8 TRF 2ª:: Analista Judiciário (ex.mandados)	1105
83.9 TRT 1ª:: Analista Judiciário - Administrativa	1105
83.10TRT 1ª:: Analista Judiciário - Judiciária	1106
83.11TRF 2ª:: Analista Judiciário	1106
83.12TRT 1ª:: Analista Judiciário - Administrativa	1107
83.13TRF 2ª:: Analista Judiciário (ex.mandados)	1108
83.14TRF 2ª:: Analista Judiciário	1108
83.15TRF 2ª:: Analista Judiciário (ex.mandados)	1109
83.16TRT 1ª:: Analista Judiciário - Judiciária	1110
83.17TRT 1ª:: Analista Judiciário - Administrativa	1110
83.18TRT 1ª:: Analista Judiciário - Judiciária	1110
83.19TRF 2ª:: Analista Judiciário (ex.mandados)	1111
84 MPE/MG	1112
84.1 MPE-MG :: Promotor	1112
85 MPE/PB	1119
85.1 MP - PB :: Promotor de Justiça	1119
86 MPT	1125
86.1 Ministério Público do Trabalho :: Procurador do Trabalho	1125
87 MPU	1127
87.1 MPF :: Procurador	1127
88 NCE	1131
88.1 ELETROBRÁS :: Advogado	1131

89 OAB/DF	1134
89.1 OAB-DF :: OAB	1134
90 Polícia Civil/GO	1150
90.1 Polícia Civil-GO :: Delegado	1150
91 TJSC	1155
91.1 TJ-SC :: Juiz	1155
92 TRT 14^a	1160
92.1 TRT 14 ^a :: Juiz do Trabalho Substituto	1160
93 TRT 1^a	1163
93.1 TRT 1 ^a :: Juiz do Trabalho Substituto	1163
94 TRT 20^a	1169
94.1 TRT 20 ^a :: Juiz do Trabalho Substituto	1169
95 TRT 9^a	1173
95.1 TRT 9 ^a :: Juiz do Trabalho Substituto	1173
96 VUNESP	1180
96.1 OAB-SP :: OAB	1180
96.2 OAB-RN :: OAB	1180
96.3 OAB-SP :: OAB	1181
96.4 OAB-RN :: OAB	1183
96.5 OAB-SP :: OAB	1183
96.6 OAB-RN :: OAB	1184
96.7 OAB-SP :: OAB	1184
96.8 OAB-PE :: OAB	1186
96.9 OAB-RN :: OAB	1186
96.10OAB-SP :: OAB	1186
96.11OAB-PE :: OAB	1189
96.12OAB-SP :: OAB	1189
96.13OAB-PE :: OAB	1190
96.14OAB-RN :: OAB	1191
96.15OAB-SP :: OAB	1192
96.16OAB-RN :: OAB	1193
96.17OAB-PE :: OAB	1194
96.18OAB-SP :: OAB	1195
96.19OAB-PE :: OAB	1196
96.20OAB-RN :: OAB	1197

VIII 2002 1199

97 CESPE	1200
97.1 AGU :: Procurador Federal	1200
97.2 Senado Federal :: Consultor Legislativo (Área 3)	1201
97.3 AGU :: Advogado Geral da União	1202
97.4 AGU :: Procurador Federal	1202
97.5 Senado Federal :: Consultor Legislativo (Área 3)	1203
97.6 TJ-PA :: Juiz Substituto	1204
97.7 Senado Federal :: Consultor Legislativo (Área 3)	1205
97.8 TCE-DF :: Auditor	1206
97.9 Senado Federal :: Consultor Legislativo (Área 3)	1207
97.10TJ-PA :: Juiz Substituto	1208
97.11AGU :: Procurador Federal	1209
97.12Senado Federal :: Consultor Legislativo (Área 3)	1210
97.13TCE-DF :: Auditor	1211
97.14TJ-PA :: Juiz Substituto	1212

97.15	Senado Federal :: Consultor Legislativo (Área 3)	1213
97.16	AGU :: Advogado Geral da União	1214
97.17	AGU :: Procurador Federal	1215
97.18	Senado Federal :: Consultor Legislativo (Área 3)	1220
97.19	TJ-PA :: Juiz Substituto	1222
97.20	Senado Federal :: Consultor Legislativo (Área 3)	1223
97.21	TCE-DF :: Auditor	1225
97.22	TJ-PA :: Juiz Substituto	1227
98	ESAF	1228
98.1	Banco Central :: Procurador	1228
98.2	TCU :: Analista de Controle Externo	1229
98.3	Banco Central :: Procurador	1230
98.4	PM-FORTALEZA :: Procurador Municipal	1232
98.5	SRF :: Auditor Fiscal da Receita Federal	1232
98.6	INSS :: Auditor Fiscal da Previdência Social	1232
98.7	Banco Central :: Procurador	1233
98.8	INSS :: Auditor Fiscal da Previdência Social	1233
98.9	PM-FORTALEZA :: Procurador Municipal	1235
98.10	SEFAZ-PA :: Fiscal de Tributos Estaduais	1238
98.11	SRF :: Auditor Fiscal da Receita Federal	1239
98.12	TCU :: Analista de Controle Externo	1241
98.13	Banco Central :: Procurador	1242
98.14	INSS :: Auditor Fiscal da Previdência Social	1243
98.15	PM-FORTALEZA :: Procurador Municipal	1243
98.16	Banco Central :: Procurador	1243
99	FCC	1245
99.1	TCE-PI :: Assessor Jurídico	1245
99.2	TCE-SE :: Subprocurador	1245
99.3	TRE-PI :: Analista Judiciário - Judiciária	1246
99.4	TCE-PI :: Assessor Jurídico	1246
99.5	TJ-RN :: Juiz Substituto	1246
99.6	PGE-SP :: Procurador Geral do Estado	1247
99.7	MP - PE :: Promotor de Justiça	1247
99.8	PGE-SP :: Procurador Geral do Estado	1248
99.9	TCE-PI :: Assessor Jurídico	1248
99.10	TJ-RN :: Juiz Substituto	1249
99.11	TCE-SE :: Subprocurador	1249
99.12	PGE-SP :: Procurador Geral do Estado	1249
99.13	MP - PE :: Promotor de Justiça	1250
99.14	PGE-SP :: Procurador Geral do Estado	1251
99.15	MP - PE :: Promotor de Justiça	1251
99.16	TCE-PI :: Assessor Jurídico	1253
99.17	TCE-SE :: Subprocurador	1253
99.18	TJ-RN :: Juiz Substituto	1254
99.19	TRE-PI :: Analista Judiciário - Judiciária	1255
99.20	PGE-SP :: Procurador Geral do Estado	1255
99.21	MP - PE :: Promotor de Justiça	1256
99.22	PGE-SP :: Procurador Geral do Estado	1257
99.23	TCE-PI :: Assessor Jurídico	1260
99.24	TCE-SE :: Subprocurador	1261
99.25	TJ-RN :: Juiz Substituto	1262
99.26	TRE-PI :: Analista Judiciário - Judiciária	1265
99.27	MP - PE :: Promotor de Justiça	1266
99.28	TCE-SE :: Subprocurador	1266
99.29	TJ-RN :: Juiz Substituto	1267
99.30	TRE-PI :: Analista Judiciário - Judiciária	1268
99.31	PGE-SP :: Procurador Geral do Estado	1269

100FEC	1270
100.1CAERD :: Técnico de Nível Superior - Direito	1270
101IMES	1273
101.1PM Campinas-SP :: Auditor Fiscal	1273
101.2PM Campinas-SP :: Procurador	1274
102MPE/MG	1278
102.1MPE-MG :: Promotor	1278
103NCE	1280
103.1Polícia Civil-RJ :: Delegado de Polícia	1280
103.2Ministério Público-RJ :: Secretário de Procuradoria	1280
103.3Polícia Civil-RJ :: Delegado de Polícia	1281
103.4Ministério Público-RJ :: Secretário de Procuradoria	1281
103.5Polícia Civil-RJ :: Delegado de Polícia	1281
103.6Ministério Público-RJ :: Secretário de Procuradoria	1282
103.7Polícia Civil-RJ :: Delegado de Polícia	1284
103.8Ministério Público-RJ :: Secretário de Procuradoria	1286
103.9Polícia Civil-RJ :: Delegado de Polícia	1286
103.10Ministério Público-RJ :: Secretário de Procuradoria	1287
104OAB/DF	1288
104.1OAB-DF :: OAB - III Exame 2002	1288
104.2OAB-DF :: OAB - II Exame 2002	1288
104.3OAB-DF :: OAB - I Exame 2002	1289
104.4OAB-DF :: OAB - III Exame 2002	1289
104.5OAB-DF :: OAB - II Exame 2002	1290
104.6OAB-DF :: OAB - III Exame 2002	1290
104.7OAB-DF :: OAB - I Exame 2002	1291
104.8OAB-DF :: OAB - II Exame 2002	1291
104.9OAB-DF :: OAB - III Exame 2002	1292
104.10OAB-DF :: OAB - II Exame 2002	1292
104.11OAB-DF :: OAB - III Exame 2002	1293
104.12OAB-DF :: OAB - I Exame 2002	1293
104.13OAB-DF :: OAB - II Exame 2002	1296
104.14OAB-DF :: OAB - III Exame 2002	1297
104.15OAB-DF :: OAB - I Exame 2002	1299
104.16OAB-DF :: OAB - II Exame 2002	1300
104.17OAB-DF :: OAB - I Exame 2002	1301
105TRT 12^a	1302
105.1TRT 12 ^a :: Juiz do Trabalho Substituto	1302
106VUNESP	1310
106.1TJ-SP :: Ortogante	1310
106.2OAB-AM :: OAB	1310
106.3OAB-SP :: OAB	1311
106.4TJ-SP :: Ortogante	1311
106.5OAB-AM :: OAB	1312
106.6PM São Paulo-SP :: Procurador Municipal	1312
106.7SEFAZ-SP :: Agente Fiscal de Rendas	1313
106.8SEFAZ-SP :: Agente Fiscal de Rendas - ICMS (contencioso)	1313
106.9TJ-SP :: Ortogante	1314
106.10OAB-AM :: OAB	1314
106.11PM São Paulo-SP :: Procurador Municipal	1315
106.12TJ-SP :: Ortogante	1315
106.13OAB-AM :: OAB	1316
106.14OAB-SP :: OAB	1317
106.15TJ-SP :: Ortogante	1317
106.16SEFAZ-SP :: Agente Fiscal de Rendas	1317

106.17TJ-SP :: Ortogante	1318
106.18AB-SP :: OAB	1318
106.19AB-AM :: OAB	1318
106.20AB-SP :: OAB	1319
106.21PM São Paulo-SP :: Procurador Municipal	1319
106.22EFAZ-SP :: Agente Fiscal de Rendas - ICMS (contencioso)	1320
106.23TJ-SP :: Ortogante	1321
106.24AB-AM :: OAB	1321
106.25AB-SP :: OAB	1322
106.26PM São Paulo-SP :: Procurador Municipal	1324
106.27EFAZ-SP :: Agente Fiscal de Rendas	1326
106.28EFAZ-SP :: Agente Fiscal de Rendas - ICMS (contencioso)	1326
106.29TJ-SP :: Ortogante	1327
106.30AB-AM :: OAB	1328
106.31AB-SP :: OAB	1329
106.32EFAZ-SP :: Agente Fiscal de Rendas	1329
106.33TJ-SP :: Ortogante	1330

IX 2001

1333

107ESAF

1334

107.1SEFAZ-PI :: Auditor	1334
107.2SERPRO :: Analista de Assuntos Jurídicos	1334
107.3ESTADO-MT :: Agente Tributário	1335
107.4Estado-CE :: Promotor de Justiça	1335
107.5Banco Central :: Procurador	1336
107.6Estado-CE :: Promotor de Justiça	1336
107.7ESTADO-MT :: Agente Tributário	1336
107.8SERPRO :: Analista de Assuntos Jurídicos	1337
107.9Estado-CE :: Promotor de Justiça	1337
107.10Banco Central :: Procurador	1337
107.11Estado-CE :: Promotor de Justiça	1340
107.12ESTADO-MT :: Agente Tributário	1343
107.13SEFAZ-PI :: Auditor	1344
107.14SERPRO :: Analista de Assuntos Jurídicos	1345
107.15Estado-CE :: Promotor de Justiça	1346
107.16ESTADO-MT :: Agente Tributário	1347

108FCC

1348

108.1TRF 5ª:: Juiz Federal Substituto	1348
108.2SEFAZ-DF :: Fiscal da Receita	1349
108.3TRF 5ª:: Juiz Federal Substituto	1349
108.4SEFAZ-DF :: Fiscal da Receita	1350
108.5TRF 1ª:: Analista Judiciário (administrativa)	1350
108.6TRF 1ª:: Analista Judiciário (ex. mandados)	1350
108.7TRF 1ª:: Técnico Judiciário (administrativa)	1351
108.8TRF 5ª:: Juiz Federal Substituto	1351
108.9SEFAZ-DF :: Fiscal da Receita	1351
108.10TRF 1ª:: Analista Judiciário (administrativa)	1352
108.11TRF 1ª:: Analista Judiciário (ex. mandados)	1352
108.12TRF 1ª:: Técnico Judiciário (administrativa)	1353
108.13TRF 5ª:: Juiz Federal Substituto	1353
108.14SEFAZ-DF :: Fiscal da Receita	1354
108.15TRF 1ª:: Analista Judiciário (administrativa)	1354
108.16TRF 1ª:: Analista Judiciário (ex. mandados)	1354
108.17TRF 1ª:: Técnico Judiciário (administrativa)	1357
108.18TRF 5ª:: Juiz Federal Substituto	1358
108.19TRF 1ª:: Analista Judiciário (administrativa)	1359
108.20TRF 1ª:: Analista Judiciário (ex. mandados)	1359

108.2TRF 1ª:: Técnico Judiciário (administrativa)	1360
109OAB/DF	1361
109.1OAB-DF :: OAB - I Exame 2001	1361
109.2OAB-DF :: OAB - III Exame 2001	1361
109.3OAB-DF :: OAB - I Exame 2001	1362
109.4OAB-DF :: OAB - III Exame 2001	1362
109.5OAB-DF :: OAB - I Exame 2001	1363
109.6OAB-DF :: OAB - III Exame 2001	1363
109.7OAB-DF :: OAB - II Exame 2001	1363
109.8OAB-DF :: OAB - III Exame 2001	1364
109.9OAB-DF :: OAB - I Exame 2001	1365
109.10OAB-DF :: OAB - II Exame 2001	1366
109.11OAB-DF :: OAB - III Exame 2001	1367
109.12OAB-DF :: OAB - I Exame 2001	1369
109.13OAB-DF :: OAB - II Exame 2001	1369
109.14OAB-DF :: OAB - III Exame 2001	1370
110TRT 9ª	1371
110.1TRT 9ª:: Juiz do Trabalho Substituto	1371
111VUNESP	1378
111.1Estado-MS :: OAB	1378
X 2000	1384
112OAB/DF	1385
112.1OAB-DF :: OAB - II Exame 2000	1385
112.2OAB-DF :: OAB - I Exame 2000	1385
112.3OAB-DF :: OAB - II Exame 2000	1386
112.4OAB-DF :: OAB - I Exame 2000	1386
112.5OAB-DF :: OAB - II Exame 2000	1388
112.6OAB-DF :: OAB - I Exame 2000	1390
112.7OAB-DF :: OAB - II Exame 2000	1390
113TRT 12ª	1391
113.1TRT 12ª:: Juiz do Trabalho Substituto	1391
114TRT 1ª	1395
114.1TRT 1ª:: Juiz - 1ªetapa	1395
115TRT 2ª	1398
115.1TRT 2ª:: Magistratura do trabalho - 2ªetapa	1398

Parte I
2009

Capítulo 1

CESPE

1.1 AGU - ADV :: Advogado da União

Q.1

Origem

Ricardo, que dirigia seu carro em velocidade normal, atropelou Raimundo, causando-lhe sérios ferimentos. Em depoimento prestado na delegacia de polícia, Ricardo afirmou que o atropelamento ocorrera por motivos de força maior, haja vista que trafegava normalmente pela via quando um motoqueiro, dirigindo em alta velocidade, cruzou a frente do veículo que ele conduzia, não lhe tendo restado outra alternativa senão a de desviar o carro para o acostamento. Alegou, ainda, que não havia visto Raimundo, que aguardava pelo ônibus no acostamento, e que, se não tivesse desviado o veículo, ele poderia ter causado a morte do motoqueiro. Testemunhas confirmaram a versão de Ricardo. Com base nessa situação hipotética, julgue o item que se segue.

AGU - ADV :: Advogado da
União
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Atos jurídicos ilícitos

() A despeito de o ato praticado por Ricardo não ser considerado ilícito civil, ele terá a obrigação de indenizar Raimundo, caso haja o ajuizamento de ação com esse fim.

1.2 OAB - SP :: 137º Exame de Ordem

Q.2

Origem

A respeito do ato ilícito, assinale a opção correta.

OAB - SP :: 137º Exame de Ordem
CESPE
2009

() Ato ilícito é o que se pratica de acordo com a ordem jurídica, mas que viola direito subjetivo individual, apto a causar dano material ou moral a outrem.

() Todo ato lesivo é classificado como ato ilícito.

() Na seara da culpa extracontratual, o ofendido não precisa constituir o devedor em mora.

() A ilicitude do ato praticado com abuso de direito possui sempre natureza subjetiva, somente aferível a partir da comprovação da existência de culpa ou dolo.

Assuntos relacionados

Atos jurídicos ilícitos

1.3 TRT 17.^aRegião :: Técnico Judiciário - Administrativa

Q.3

Quanto à nulidade e à anulabilidade dos atos jurídicos, julgue os seguintes itens.

- () A nulidade absoluta, embora envolva evidente interesse social, somente será decretada pelo juiz, de ofício, para favorecer pessoa absolutamente incapaz.
- () A simulação, considerada pela doutrina um vício social, é causa de nulidade do negócio jurídico; no entanto, é possível que subsista o negócio que se dissimulou.
- () Poderá haver anulação do negócio jurídico se o devedor insolvente doar imóvel do seu patrimônio a um irmão seu.

Origem

TRT 17.^aRegião :: Técnico
Judiciário - Administrativa
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Atos jurídicos ilícitos

1.4 TRT 17.^aRegião :: Analista Judiciário - Administrativa

Q.4

A respeito do negócio jurídico, dos atos jurídicos lícitos, dos atos ilícitos, da prescrição e decadência, julgue os seguintes itens.

- () O agente capaz que contratar com pessoa absolutamente incapaz estará autorizado a invocar em seu favor a incapacidade desta, ainda que divisível a prestação objeto do direito ou da obrigação comum.
- () Configura-se a existência do negócio jurídico quando a vontade humana se manifesta somente para aderir a efeitos preestabelecidos pelo ordenamento jurídico.
- () Submetem-se ao plano da validade jurídica os fatos jurídicos stricto sensu e os fatos ilícitos.
- () Aplicam-se à prescrição aquisitiva as hipóteses de suspensão e interrupção do prazo prescricional previstas no Código Civil.

Origem

TRT 17.^aRegião :: Analista
Judiciário - Administrativa
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Atos jurídicos lícitos

1.5 TRT 17.^aRegião :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.5

Julgue os seguintes itens, relativos ao negócio jurídico, aos atos jurídicos lícitos e aos atos ilícitos.

- () Todo ato jurídico se origina de uma emissão de vontade, mas nem toda declaração de vontade constitui um negócio jurídico.
- () O ato ilícito poderá originar ou criar um direito para quem o comete.

Origem

TRT 17.^aRegião :: Analista
Judiciário - Judiciária
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Atos jurídicos lícitos

1.6 PGE - AL :: Procurador do Estado de Alagoas 1ª Classe

Q.6

Origem

A respeito da posse, assinale a opção correta.

PGE - AL :: Procurador do
Estado de Alagoas 1ª Classe
CESPE
2009

- () Diz-se de boa-fé a posse que não se reveste de clandestinidade, violência ou precariedade.
- () O locatário poderá defender a posse do imóvel locado, em caso de ameaça da posse, ou de efetiva turbacão ou esbulho, mas não poderá adquirir a propriedade pela usucapião, haja vista que a sua posse é ad interdicta.
- () A boa-fé mostra-se essencial para o uso das ações possessórias.
- () Considerando que a posse é situação de fato protegida pelo direito, não é possível a sua aquisição por intermédio de representante.
- () Caso mais de uma pessoa se diga possuidora, será mantida provisoriamente no imóvel a que comprovar a posse de boa-fé.

Assuntos relacionados

Posse

1.7 TRF - 5ª Região :: Juiz Federal Substituto

Q.7

Origem

Com base na disciplina do direito das coisas, assinale a opção correta.

TRF - 5ª Região :: Juiz Federal
Substituto
CESPE
2009

- () A boa-fé é requisito indispensável para o uso das ações possessórias, uma vez que é pressuposto básico para a interpretação de qualquer ato jurídico.
- () Ao analisar pedido de liminar em ação possessória na qual autor e réu se dizem possuidores, o juiz deve manter provisoriamente na posse aquele que tiver justo título, ou, caso nenhum deles o tenha, aquele que detiver a coisa.
- () A posse é situação de fato protegida pelo direito, tendo-se por adquirida desde o momento em que se torna possível o exercício, em nome próprio, de qualquer dos poderes inerentes à propriedade, de forma que não há como adquirila por intermédio de representante.
- () Na aquisição da posse natural, não há lugar para a verificação da presença das regras aplicáveis à teoria dos negócios jurídicos.
- () A posse injusta impede que seja exercido o direito de retenção sobre a coisa, tal como ocorre com o possuidor de má-fé, a quem são ressarcidas apenas as benfeitorias necessárias e é negado o exercício do referido direito.

Assuntos relacionados

Posse

1.8 AGU - ADV :: Advogado da União

Q.8

Considerando a disciplina do CC e a certeza de que o decurso de tempo tem importante influência tanto na aquisição quanto na extinção de direitos, julgue os próximos itens

- () É válida cláusula inserida em contrato de seguro na qual se estipule que a pretensão do segurado contra o segurador prescreva em dois anos, desde que haja formalização do ato por instrumento público.
- () A prescrição pode ser alegada, em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita, mas não poderá ser arguida em sede de recurso especial ou extraordinário se não tiver sido suscitada na instância ordinária.

Origem

AGU - ADV :: Advogado da
União
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

1.9 DETRAN - DF :: Analista de Trânsito - Direito e Legislação

Q.9

A respeito do direito civil, julgue os seguintes itens.

- () A omissão do Estado em debelar um incêndio poderá ser a condição da ocorrência do dano, mas causa não será e, assim, a responsabilidade do respectivo ente público quanto à reparação do dano será subjetiva.
- () A prescrição extintiva atinge o direito subjetivo do lesado, mas preserva a ação em sentido material.
- () Se a decadência for a convencional, a parte a quem aproveita poderá alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não poderá suprir a alegação.
- () A responsabilidade civil em casos excepcionais pode existir sem a relação de causalidade entre o dano e o respectivo evento danoso.
- () Os bens públicos dominicais são alienáveis, uma vez que não há qualquer afetação deles a uma finalidade pública específica.

Origem

DETRAN - DF :: Analista de
Trânsito - Direito e Legislação
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

1.10 TRF - 5ª Região :: Juiz Federal Substituto

Q.10

No que tange à disciplina da prescrição e da decadência no Código Civil de 2002, assinale a opção correta.

() Não é possível que haja renúncia prévia de prazo prescricional legal, mas pode haver renúncia de prazo decadencial fixado em lei, desde que seja feita de forma expressa, já que a sua aplicação é adstrita aos direitos potestativos.

() Caso um dos credores solidários interpele judicialmente o devedor quanto à interrupção da prescrição, tal fato não aproveitará aos demais credores que se quedaram inertes.

() A citação realizada em ação que tenha terminado com a resolução do processo sem julgamento do mérito não é apta a interromper a prescrição.

() Os contratantes podem, desde que mediante prévio acordo por escrito, diminuir os prazos prescricionais estabelecidos no Código Civil, mas não é lícito que eles aumentem o referido prazo, pois isso configuraria violação de norma de ordem pública.

() Se, após prescrita a dívida, o devedor ajuizar ação de consignação em pagamento, não deve o juiz decretar de ofício a prescrição, uma vez que o Código Civil não extinguiu a renúncia à prescrição.

Origem

TRF - 5ª Região :: Juiz Federal Substituto
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

1.11 TRT 17.ª Região :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.11

A respeito de prescrição e decadência, julgue os seguintes itens.

() A alteração dos prazos por acordo entre as partes é admissível na decadência, porém não o é na prescrição.

() Se a prescrição for suspensa em favor de um dos credores solidários, só aproveitará aos demais se a obrigação for indivisível.

Origem

TRT 17.ª Região :: Analista Judiciário - Judiciária
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

1.12 PGE - AL :: Procurador do Estado de Alagoas 1ª Classe

Q.12

Assinale a opção correta a respeito das regras sobre o parcelamento do solo urbano.

- () Os compromissos de compra e venda, as cessões ou promessas de cessão de lotes poderão ser feitos tanto por escritura pública quanto por instrumento particular.
- () Se o loteamento não estiver regularmente inscrito, poderá ser validamente aposta no contrato cláusula de rescisão por inadimplemento do adquirente.
- () Registrado, o loteamento somente poderá ser cancelado por decisão judicial.
- () São irretratáveis os compromissos de compra e venda de lotes, mas não os de promessa de cessão.
- () Será condicional a promessa de venda de parcela de loteamento não registrado.

Origem

PGE - AL :: Procurador do Estado de Alagoas 1ª Classe
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Propriedade

1.13 AGU - ADV :: Advogado da União

Q.13

No que tange à responsabilidade civil, julgue o item seguinte

- () Embora o CC somente tenha feito referência à boa-fé na conclusão e na execução do contrato, a doutrina entende haver lugar para a responsabilidade pré-contratual, a qual não se aplica aos chamados contratos preliminares, mas aos contatos anteriores à formalização do pacto contratual.

Origem

AGU - ADV :: Advogado da União
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

1.14 CEHAP - PB :: Advogado

Q.14

Julgue os itens abaixo, relativos aos fatos jurídicos e à responsabilidade civil. I Caso um indivíduo, a fim de arcar com os custos de cirurgia de urgência a que sua mãe, internada em UTI, vá se submeter, celebre contrato de mútuo com incidência de taxa de juros mensal muito superior à usual do mercado, o contrato será passível de ser anulado por vício de lesão. II Estão sujeitos à decadência os direitos potestativos e está sujeita à prescrição a responsabilidade pelo adimplemento do direito a uma prestação protegido por ação condenatória. III Se um indivíduo, em virtude de acidente de trânsito ocorrido em 10/6/2005, tiver sido condenado à pena privativa de liberdade, e a sentença penal tiver transitado em julgado em 1.º/8/2008, a vítima do acidente poderá ajuizar ação reparatória civil por danos materiais e morais contra o citado indivíduo, pois ainda não está prescrita tal pretensão. IV Considerando que, em razão de um vendaval, a cerca de um aviário seja destruída, fazendo que as aves causem danos à plantação de Antônio, nessa situação, o dono das aves ficará responsabilizado a ressarcir os danos a Antônio. A quantidade de itens certos é igual a

- () 1.
- () 2.
- () 3.
- () 4.

Origem

CEHAP - PB :: Advogado
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

1.15 OAB - SP :: 137º Exame de Ordem

Q.15

Assinale a opção correta acerca da responsabilidade civil.

- () Em razão da natureza do dever violado, a culpa poderá ser contratual ou extracontratual.
- () Considera-se dano moral direto a lesão a interesse tendente à satisfação ou a gozo de bem jurídico patrimonial que produza depreciação a um bem extrapatrimonial.
- () Dano moral é a lesão de interesses exclusivamente patrimoniais de pessoas naturais ou jurídicas provocada pelo fato lesivo.
- () Só subsiste a imputabilidade se presente o nexô causal.

Origem

OAB - SP :: 137º Exame de Ordem
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

1.16 TCE - AC :: Analista de Controle Externo - Direito

Q.16

Origem

Fernando e Cláudia contrataram Madalena, no dia 20 de dezembro, para prestar serviços de doméstica na residência deles. No dia 10 de janeiro, Flávio, amigo íntimo do casal, por necessidade de se ausentar da cidade, deixou seu carro na garagem da casa de Fernando e Cláudia, que guardaram a chave do veículo no escritório da residência. No final de semana seguinte, Antônio, marido de Madalena, pegou a chave e o carro de Flávio para dar uma volta pela cidade, sem que o casal tivesse percebido. Durante o passeio, Antônio terminou atropelando um menino de 8 anos de idade, diante da necessidade de se desviar de um motociclista que atravessou na frente do carro de forma súbita. Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

TCE - AC :: Analista de Controle
Externo - Direito
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

() Considerando que incide, na hipótese, a teoria do risco criado, a responsabilidade pelos danos causados ao menor será suportada por Fernando e Cláudia.

() Considerando ter restado caracterizada situação excludente de ilicitude, o dever de indenizar será medido pelo grau de culpa do responsável.

() A responsabilidade pelos danos causados ao menor deverá ser suportada pelo motociclista e por Antônio, na proporção da conduta de cada um, haja vista a concorrência de culpa dos dois.

() Incide, na hipótese, o que se denomina legítima defesa, de forma que há conduta, há dano, mas não se pode falar em nexo de causalidade, uma vez que o resultado foi alheio à vontade de Antônio.

() Não haverá lugar para a responsabilização do casal pelos danos causados ao menor, de forma que qualquer indenização deverá ser suportada por Antônio.

1.17 TRF - 5ª Região :: Juiz Federal Substituto

Q.17

Origem

Acerca da disciplina da responsabilidade civil, assinale a opção correta.

TRF - 5ª Região :: Juiz Federal
Substituto
CESPE
2009

() Considere que Paulo, agindo em estado de necessidade, abalroe o veículo de Fernando, o que venha a deflagrar uma série de eventos que culmine na morte de Fernando, após dez dias de sua internação em hospital. Considere, ainda, que Fernando fosse casado com Cláudia, dona de casa, e pai de Henrique, de sete anos de idade. Nessa situação hipotética, a indenização deve consistir no pagamento das despesas com o tratamento da vítima, seu funeral e o luto da família, além da prestação de alimentos à esposa e ao filho do falecido, sendo a reparação correspondente ao dano moral limitada ao valor da paga pelo luto da família.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

() É entendimento corrente que o valor do seguro obrigatório recebido por vítima de evento danoso ocorrido em acidente com veículo automotor, em razão de sua natureza especial, não deve ser descontado da indenização comum.

() Considere que Rodolfo, ator, tenha sido atropelado por Adriano e, por isso, não tenha conseguido chegar a tempo para uma apresentação que seria realizada em determinado teatro. Nessa situação hipotética, de acordo com a teoria da causalidade adequada, Adriano não deve ser obrigado a indenizar o dono do teatro pelos prejuízos decorrentes da ausência de Rodolfo na apresentação, ainda que seja possível entender que se trata de dano material reflexo.

() Considere que Maura, estando de férias fora da cidade em que reside, alugue um carro de determinada locadora de veículos e, durante o período de locação, colida o veículo alugado com o veículo de Joaquim, causando-lhe danos. Nessa situação hipotética, como Maura detinha a posse direta do veículo juridicamente transferida e a exercia sem vigilância da locadora, não há lugar para a responsabilidade solidária entre a locatária e a locadora, dada a inexistência de relação de preposição.

() Se o credor demandar o devedor antes de estar vencida a dívida, fora dos casos em que a lei permita, ficará o credor obrigado a pagar ao devedor metade do valor do débito, esperar o prazo faltante e arcar com eventuais custas

1.18 CEHAP - PB :: Advogado

Q.18

Julgue os itens subsequentes. I A empresa adquire personalidade jurídica com o início de suas atividades empresariais. II O sócio que comete falta grave no cumprimento das obrigações sociais pode ser excluído judicialmente, mediante iniciativa do sócio administrador da sociedade simples. III O contrato de promessa de compra e venda de imóvel, ainda que não registrado no cartório de registro de imóveis, confere ao promissário comprador direito à adjudicação compulsória do imóvel em face do promitente vendedor. IV Considerando que seja instituído usufruto sobre uma casa em prol uma creche, a fim de que esta cuide de crianças carentes, se a creche deixar de prestar esse tipo de assistência, extinto estará o usufruto. Estão certos apenas os itens

- () I e II.
- () I e III.
- () II e IV.
- () III e IV.

Origem

CEHAP - PB :: Advogado
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Sociedade

1.19 PGE - AL :: Procurador do Estado de Alagoas 1ª Classe

Q.19

Por vezes, a autonomia patrimonial da pessoa jurídica pode dar azo à realização de fraudes, o que pode ensejar a sua desconsideração. Com base nessa teoria, assinale a opção correta.

- () Se o juiz decidir pela desconsideração da pessoa jurídica, a consequência mediata será a invalidade do seu ato constitutivo.
- () Para que o juiz decida pela desconsideração da pessoa jurídica, é necessário que haja abuso da personalidade jurídica, o que se caracteriza pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial.
- () Diante dos princípios que norteiam as relações contratuais, como a boa-fé objetiva e a lealdade, mostra-se suficiente à desconsideração da pessoa jurídica a insolvência do respectivo ente coletivo que, a toda evidência, traga prejuízo aos credores.
- () A teoria da desconsideração tem sido alvo de críticas por impedir a preservação da empresa.
- () Embora tenha sido fruto de construção jurisprudencial, hoje a teoria da desconsideração da personalidade jurídica tem respaldo legal e passou a ser aplicada como regra.

Origem

PGE - AL :: Procurador do
Estado de Alagoas 1ª Classe
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

1.20 TRT 17.^a Região :: Técnico Judiciário - Administrativa

Q.20

Origem

Julgue os itens que se seguem, acerca da personalidade e da capacidade.

TRT 17.^a Região :: Técnico
Judiciário - Administrativa
CESPE
2009

- () A capacidade é a medida da personalidade, sendo que para uns a capacidade é plena e para outros, limitada.
- () Considere a seguinte situação hipotética. Carla está no sétimo mês de gestação e, tendo conhecimento de que o bebê será do sexo feminino, escolheu o nome de Isadora para a criança. Nessa situação, Isadora é dotada de personalidade, podendo receber em doação um imóvel.
- () As pessoas jurídicas têm personalidade distinta da dos seus membros. No entanto, em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz extinguir a pessoa jurídica e atingir o patrimônio dos sócios.

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

1.21 CEHAP - PB :: Advogado

Q.21

Origem

Em relação às pessoas naturais, às pessoas jurídicas e aos bens, assinale a opção correta.

CEHAP - PB :: Advogado
CESPE
2009

- () Considere a seguinte situação hipotética. Sérgio, menor relativamente incapaz, foi constituído mandatário de Márcio. Por essa razão, Sérgio realizou negócio jurídico em nome de Márcio, estando desacompanhado de assistente. Nessa situação hipotética, o negócio jurídico será passível de ser anulado em face da incapacidade relativa de Sérgio.
- () O Código Civil de 2002 perfilhou a regra já contida na sistemática constitucional brasileira de que a responsabilidade das pessoas jurídicas de direito público, por ato de seus agentes, causadores de danos a terceiros, é objetiva, na modalidade do risco administrativo.
- () Somente a pessoa natural com idade acima de 18 anos completos pode exercer a atividade de empresário.
- () No tocante à classificação dos bens, considera-se a servidão predial como bem divisível.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

1.22 OAB - SP :: 137º Exame de Ordem

Q.22

Origem

Pessoa é todo ente físico ou moral suscetível de direitos e obrigações, sendo, portanto, sujeito de direitos. Idem, ibidem. Tendo o fragmento de texto acima como referência e considerando os dispositivos do Código Civil relativos às pessoas natural e jurídica, assinale a opção correta.

OAB - SP :: 137º Exame de Ordem
CESPE
2009

Assuntos relacionados

- () A capacidade de exercício da pessoa natural corresponde à sua inaptidão para ser sujeito de direito.
- () A capacidade de exercício ou de fato da pessoa natural pressupõe a de gozo ou de direito, mas esta pode subsistir sem aquela.
- () A incapacidade relativa da pessoa natural não pode ser suprida.
- () O estado político da pessoa natural indica a sua situação em relação ao matrimônio e ao parentesco consanguíneo ou por afinidade.

Pessoas naturais

1.23 TRE - GO :: Analista Judiciário - Administrativa

Q.23

Origem

Acerca da personalidade e capacidade das pessoas naturais e jurídicas, assinale a opção correta.

TRE - GO :: Analista Judiciário -
Administrativa
CESPE
2009

Assuntos relacionados

- () No que respeita à capacidade de gozo ou de direito, as pessoas naturais absolutamente incapazes estão privadas da capacidade de adquirir direitos e obrigações na ordem civil.
- () A pessoa pródiga interditada, sem assistência do seu curador, não pode decidir sobre a fixação do seu domicílio.
- () As empresas públicas são dotadas de personalidade jurídica de direito público.
- () A pessoa maior de dezesseis e menor de dezoito anos poderá ser constituída mandatária.

Pessoas naturais

1.24 TRE - GO :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.24

Origem

Quanto aos institutos da capacidade e da personalidade, assinale a opção correta de acordo com o Código Civil.

TRE - GO :: Analista Judiciário -
Judiciária
CESPE
2009

Assuntos relacionados

- () Os animais são dotados de personalidade civil.
- () Os recém-nascidos possuem capacidade de fato desde seu nascimento com vida.
- () Considera-se absolutamente incapaz o indivíduo que não pode exprimir, mesmo que temporariamente, sua vontade.
- () O indivíduo que dissipa seu patrimônio torna-se absolutamente incapaz de exercer qualquer atos da vida civil.

Pessoas naturais

1.25 TRT 17.^aRegião :: Analista Judiciário - Administrativa

Q.25

Origem

Julgue os itens subsequentes, a respeito das pessoas naturais e jurídicas, e do domicílio.

TRT 17.^aRegião :: Analista
Judiciário - Administrativa
CESPE
2009

- () O legatário detém legitimidade para requerer em juízo a sucessão provisória do ausente.
- () Os direitos da personalidade da pessoa são compreendidos pela ótica do direito privado, enquanto as liberdades públicas correspondem a imposições legais, em face da autorização expressa ou implícita conferida pelo Estado para assegurar o gozo e o exercício daqueles direitos.
- () A uma criança com dez anos de idade é conferida pelo ordenamento jurídico brasileiro a capacidade de gozo ou de aquisição de direitos ou obrigações.
- () A fixação da residência em determinado lugar configura o elemento subjetivo inerente ao conceito legal do domicílio da pessoa natural.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

1.26 TRF - 5^aRegião :: Juiz Federal Substituto

Q.26

Origem

Duas pessoas maiores e capazes resolveram entabular um negócio de compra e venda de um imóvel avaliado em R\$ 1.000.000,00, documentando o ato por meio de instrumento particular. Posteriormente, falecido o vendedor, os seus herdeiros apontaram a invalidade do ato por impropriedade da forma, tendo argumentado o comprador que, ainda assim, o ato poderia ser considerado uma promessa irretratável de compra e venda, uma vez presentes os requisitos para isso. Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

TRF - 5^aRegião :: Juiz Federal
Substituto
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

- () Na situação em tela, ausente a lesão a interesse público ou de terceiros, o vício descrito seria sanável, o que poderia resultar na convalidação do ato, de modo a preservar a sua validade como promessa de compra e venda.
- () Na situação descrita, verifica-se vício em uma das partes do negócio, que pode ser separada das demais ainda válidas, de modo que essas últimas possam ser preservadas para o fim de conservar o ato de transmissão.
- () Caso os herdeiros não tivessem questionado a validade do negócio descrito, mesmo cientes de seu vício, ocorreriam sua confirmação tácita e a consequente preservação da sua validade.
- () Apesar de prestigiar o princípio da conservação dos atos jurídicos, o Código Civil não previu meio de conservar negócios eivados de nulidade, como o descrito.
- () Sendo evidente a intenção do vendedor de transmitir direitos ao comprador, é possível admitir a conversão substancial do negócio nulo em promessa de compra e venda.

Q.27

Origem

Carlos, de posse de projeto elaborado por uma arquiteta e por ele aprovado, celebrou contrato de empreitada mista com uma construtora para a realização de reforma em imóvel seu, não tendo sido estipulada cláusula de reajuste de preço. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

TRF - 5ª Região :: Juiz Federal
Substituto
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

() Como é usual nos contratos de empreitada mista, a responsabilidade da construtora abrangerá o fornecimento de mão de obra e de materiais, ficando a direção da obra sob a responsabilidade de Carlos.

() Ainda que a construtora comprove aumento do custo do material e dos salários dos empregados, não lhe cabe o direito a qualquer acréscimo no preço acertado com Carlos.

() Em face da natureza do contrato celebrado, a construtora é responsável por eventuais danos causados a terceiros em decorrência da reforma do imóvel, ficando Carlos isento de qualquer responsabilidade.

() Havendo modificações no projeto original, somente poderá a construtora exigir acréscimo no preço contratado se tais modificações forem autorizadas por instruções escritas do dono da obra, não cabendo a alegação de conhecimento tácito deste.

() Em regra, Carlos poderá introduzir as modificações que entender convenientes no projeto original, desde que as autorize por escrito.

1.27 TRE - GO :: Analista Judiciário - Administrativa

Q.28

Origem

A respeito do inadimplemento e transmissão das obrigações e dos contratos, assinale a opção correta.

TRE - GO :: Analista Judiciário -
Administrativa
CESPE
2009

() Na cessão pro soluto do crédito, o cedente não responde pela solvência do devedor, mas apenas pela existência do crédito.

() Na assunção de dívida, o novo devedor pode opor ao credor as exceções pessoais que competiam ao devedor primitivo.

() A compensação legal de dívidas pode recair sobre prestações infungíveis.

() No caso de vício redibitório, o adquirente decai do direito de obter a redibição no prazo de trinta dias, se a coisa for imóvel.

Assuntos relacionados

Transmissão das obrigações

1.28 AGU - ADV :: Advogado da União

Q.29

Origem

Considerando a disciplina do direito das coisas no CC, julgue os itens

AGU - ADV :: Advogado da
União
CESPE
2009

() Considere que Francisco, proprietário e legítimo possuidor de um apartamento, tenha anunciado sua intenção de alugá-lo há mais de quatro meses, mas não consegue fechar nenhum negócio porque Luís, proprietário do imóvel vizinho, cria dificuldades e embaraços às visitas dos pretensos locatários, situação que ampara a pretensão de Francisco de ajuizar uma ação de interdito proibitório. Nessa situação hipotética, o comportamento de Luís importa ameaça de turbação ao direito de posse de Francisco.

() A passagem de uma tubulação de gás sob um terreno pertencente a outrem constitui uma servidão, porém seu caráter contínuo ou descontínuo é determinado pelo uso da estrutura, visto que somente a utilização efetiva e ininterrupta determina o caráter contínuo da servidão.

() A indivisão dos condomínios voluntários pode ser determinada por disposição do doador, do testador ou dos próprios condôminos por prazo não superior a cinco anos, o qual pode ser judicialmente desconsiderado se houver razões graves para tanto.

() A presunção relativa de que pertence ao proprietário a construção ou plantação feita em seu terreno opera em seu favor no caso da utilização de materiais ou sementes alheias, embora, provada a utilização de bens alheios por tal proprietário, sejam devidos reposição patrimonial e até perdas e danos, estes condicionados à prova da má-fé do referido proprietário.

Assuntos relacionados

1.29 OAB - SP :: 137º Exame de Ordem

Q.30

Origem

O direito das coisas regula o poder do homem sobre certos bens suscetíveis de valor e os modos de sua utilização econômica. Insta acentuar que o direito das coisas não pode ser compreendido exatamente como sinônimo de direitos reais. Possui configuração mais ampla, abrangendo, além dos direitos reais propriamente ditos, capítulos destinados ao estudo da posse e aos direitos de vizinhança. Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosenvald. Direitos reais. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006 (com adaptações). Considerando as idéias do texto acima e os dispositivos do Código Civil relativos ao direito das coisas, assinale a opção correta.

OAB - SP :: 137º Exame de Ordem
CESPE
2009

Assuntos relacionados

() São elementos da relação jurídica oriunda dos direitos reais subjetivos: aquele que detém a titularidade formal do direito, a comunidade e o bem sobre o qual o titular exerce ingerência socioeconômica.

() Ao titular do direito real é imprescindível o uso da ação pauliana ou revocatória para recuperar a coisa em poder de terceiros, inclusive na hipótese de fraude à execução.

() A promessa de compra e venda registrada no respectivo cartório de registro de imóveis e a propriedade fiduciária constituem exemplos de direitos pessoais.

() Caracterizam-se os direitos reais pela formação de relações jurídicas de crédito entre pessoas determinadas ou determináveis, estando o credor em posição de exigir do devedor comportamento caracterizado por uma prestação de dar, fazer ou não fazer.

1.30 TRE - GO :: Analista Judiciário - Administrativa

Q.31

A respeito das modalidades, efeitos, extinção e inadimplemento das obrigações, assinale a opção correta.

- () Se a obrigação for de dar coisa incerta, antes da concentração, no caso de força maior ou caso fortuito, será lícito ao devedor alegar perda ou deterioração da coisa como forma de se exonerar do cumprimento da obrigação.
- () Se a obrigação for de restituir coisa certa, e esta, sem culpa do devedor, se perder antes da tradição, sofrerá o credor a perda.
- () A contratação de advogado sem permitir o substabelecimento do mandato constitui exemplo de obrigação de fazer fungível.
- () Não perde a qualidade de indivisível a obrigação que se resolve em perdas e danos.

Origem

TRE - GO :: Analista Judiciário -
Administrativa
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

1.31 TRT 17.^aRegião :: Analista Judiciário - Administrativa

Q.32

Julgue os itens a seguir, acerca da ação de consignação em pagamento.

- () Caso um pintor tenha sido contratado para realizar a pintura de um muro e recebido por esse contrato pagamento adiantado, mas, a todo momento que tente executar os serviços contratados, encontre obstáculos criados pelo próprio contratante, ele poderá servir-se do rito especial da ação de consignação em pagamento para cumprir a sua obrigação.
- () A possibilidade de efetuar a consignação em pagamento mediante depósito extrajudicial só existe para obrigações de pagar em dinheiro, reservando-se a outras obrigações o procedimento judicial.

Origem

TRT 17.^aRegião :: Analista
Judiciário - Administrativa
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

1.32 TRE - GO :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.33

Com relação ao tema domicílio, assinale a opção correta de acordo com o Código Civil.

- () A casa de praia ocupada de modo ocasional por um indivíduo pode ser considerada seu domicílio.
- () A Lei Civil admite que uma pessoa tenha mais de um domicílio civil.
- () O domicílio da pessoa jurídica que possui inúmeros estabelecimentos será o local em que funcionar sua sede administrativa.
- () O domicílio do servidor público será o do local em que firmar moradia, mesmo que outro seja o local em que permanentemente exerça sua atividade funcional.

Origem

TRE - GO :: Analista Judiciário -
Judiciária
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Domicílio

1.33 TRT 17.^a Região :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.34

A respeito das pessoas naturais e jurídicas, e do domicílio, julgue os seguintes itens.

- () Os maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos de idade são destituídos da personalidade jurídica, razão pela qual são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
- () A declaração de ausência acarreta a incapacidade do ausente.
- () Nas associações, não há direitos e obrigações recíprocos entre os associados.
- () O domicílio voluntário da pessoa natural poderá subsistir ante a superveniência do domicílio legal ou necessário.

Origem

TRT 17.^a Região :: Analista
Judiciário - Judiciária
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Domicílio

1.34 TRT 17.^a Região :: Técnico Judiciário - Administrativa

Q.35

Com relação à disciplina do domicílio, julgue o item abaixo.

- () No Brasil, não se admite a pluralidade de domicílios.

Origem

TRT 17.^a Região :: Técnico
Judiciário - Administrativa
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Domicílio

1.35 PGE - AL :: Procurador do Estado de Alagoas 1ª Classe

Q.36

Assinale a opção correta com relação à hipoteca.

- () Caso o credor hipotecário tenha receio de não receber seu débito, ante o comportamento do devedor, há previsão legal no sentido de que seja inserida cláusula contratual proibindo ao proprietário alienar o imóvel hipotecado.
- () Se X hipotecar imóvel seu como garantia de dívida contraída com Y, e o imóvel hipotecado vier a perder valor em virtude de negligência de X na sua conservação, poderá ocorrer o vencimento antecipado da dívida.
- () Será anulável a cláusula que permita ao credor hipotecário ficar com o imóvel dado em garantia, caso a dívida não seja paga no vencimento.
- () Se um devedor der em garantia ao pagamento de dívida com alguém seu apartamento de dois quartos, em bairro nobre de Maceió - AL, e, em seguida, falecer, cada sucessor poderá remir parcialmente a hipoteca na proporção do seu quinhão.
- () Ainda que não conste do título, caso o devedor pague parte da dívida, haverá correspondente exoneração da garantia hipotecária.

Origem

PGE - AL :: Procurador do
Estado de Alagoas 1ª Classe
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Penhor
Hipoteca
Anticrese

1.36 AGU - ADV :: Advogado da União

Q.37

Acerca dos atos unilaterais, julgue os itens subsequentes

- () Constitui requisito da ação de repetição de indébito o fato de o pagamento ter sido realizado voluntariamente.
- () Considere que Ângela tenha locado imóvel de sua propriedade a Suzi e que esta não pague os aluguéis há três meses. Nessa situação hipotética, considerando-se que a falta de pagamento gera o enriquecimento de Suzi e o empobrecimento de Ângela, não havendo causa jurídica que os justifique, a locadora poderá ingressar com ação in rem verso para se ressarcir dos prejuízos sofridos.

Origem

AGU - ADV :: Advogado da
União
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Atos unilaterais

1.37 PGE - AL :: Procurador do Estado de Alagoas 1ª Classe

Q.38

O supermercado Sua Casa celebrou contrato com a empresa Suco Mais por prazo indeterminado, cujo objeto consiste no fornecimento de cem caixas de um litro de suco de uva natural por semana, ao custo de R\$ 1,00 cada caixa. Ficou acertado que o pagamento ocorrerá a cada dois meses. Com base na situação hipotética acima, assinale a opção correta.

- () Caso a empresa verifique que não tem mais condições de dar cumprimento ao contrato, poderá promover a rescisão unilateral, por meio de denúncia feita ao supermercado.
- () Se a empresa tiver feito investimentos consideráveis para a execução do contrato, o supermercado somente poderá denunciar unilateralmente o contrato após um ano.
- () Caso a empresa deixe de entregar o suco por mais de quatro semanas, o supermercado poderá pedir a resolução do contrato ou, se preferir, exigir-lhe o cumprimento, caso em que não caberá indenização por perdas e danos.
- () Se a empresa efetuar a denúncia unilateral do contrato, a rescisão operará efeitos ex tunc.
- () Qualquer das partes poderá promover a resolução do contrato com base na teoria da imprevisão, desde que estejam configurados os requisitos autorizadores da sua aplicação ao caso concreto, que consistem em um acontecimento extraordinário, imprevisível e excessivamente oneroso para uma das partes.

Origem

PGE - AL :: Procurador do
Estado de Alagoas 1ª Classe
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Atos unilaterais

1.38 AGU - ADV :: Advogado da União

Q.39

Com base na disciplina relativa à extinção dos contratos, julgue os itens a seguir

- () Em virtude do princípio da autonomia de vontade, admite-se que seja inserida, no contrato de compra e venda de bem móvel, pactuado entre particulares, a cláusula solve et repete.
- () Para que o juiz resolva contrato entre particulares, com base na aplicação da teoria da imprevisão, basta a parte interessada provar que o acontecimento ensejador da resolução é extraordinário, imprevisível e excessivamente oneroso para ela.

Origem

AGU - ADV :: Advogado da
União
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Contratos

1.39 OAB - SP :: 137º Exame de Ordem

Q.40

Origem

José contratou com João o fornecimento diário de refeições por prazo indeterminado. No entanto, meses depois, João, mediante instrumento particular, cientificou José de que faria a interrupção da entrega das refeições a partir do trigésimo dia subsequente. Na situação hipotética apresentada, o ato jurídico praticado por João caracteriza

OAB - SP :: 137º Exame de Ordem
CESPE
2009

Assuntos relacionados

- ☐ distrato.
- ☐ rescisão unilateral.
- ☐ resolução por inexecução voluntária.
- ☐ direito de arrependimento.

Contratos

1.40 TCE - AC :: Analista de Controle Externo - Direito

Q.41

Origem

Raimundo celebrou com Manuel, em 30 de abril de 2007, contrato por prazo indeterminado para que este lhe forneça 200 sacas de farinha de trigo, por semana, ao preço de R\$ 100 cada saca, reajustáveis em 2

TCE - AC :: Analista de Controle
Externo - Direito
CESPE
2009

Assuntos relacionados

- ☐ Caso a inflação atinja índices superiores aos praticados no momento da conclusão do contrato, será lícito a Manuel pedir a resolução da avença com base na teoria da imprevisão.
- ☐ Caso Raimundo constitua em mora Manuel, por estar há mais de 10 semanas sem entregar as sacas de farinha, e, após esse ato, o preço do produto, em decorrência de condições climáticas desfavoráveis, fique extremamente elevado, Manuel poderá, ainda assim, pedir a resolução do contrato com amparo na teoria da imprevisão, alegando causa superveniente.
- ☐ No contrato celebrado, não há lugar para a resolução com base na teoria da imprevisão porquanto as partes, utilizando da sua autonomia contratual, já previram mecanismo de correção do preço do produto fornecido.
- ☐ Se, por circunstância extraordinária e imprevisível, houver aumento considerável da farinha de trigo, Manuel poderá pedir a resolução do contrato com base na teoria da imprevisão, no entanto, deverá demonstrar não só a onerosidade excessiva que suportará como também a extrema vantagem que Raimundo obterá.
- ☐ Para que Manuel veja o contrato resolvido ante a alegação de que a sua prestação se tornou excessivamente onerosa em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, deverá, primeiramente, requerer a revisão do contrato, haja vista o princípio da conservação dos contratos.

Contratos

1.41 TCE - TO :: Analista de Controle Externo - Direito

Q.42

Origem

A respeito das regras aplicáveis aos contratos, assinale a opção correta.

TCE - TO :: Analista de Controle Externo - Direito
CESPE
2009

- () As partes podem reforçar a garantia pela evicção, mas não podem excluí-la.
- () A responsabilidade do alienante pelos vícios redibitórios não subsiste se a coisa perecer em poder do adquirente.
- () A gravidade do defeito não é requisito exigível para a configuração da responsabilidade do alienante pelo vício redibitório.
- () Para que o contrato seja resolvido mediante a aplicação da teoria da imprevisão, basta que a prestação se tenha tornado excessivamente onerosa para um dos contratantes.
- () A garantia da evicção subsiste ainda que a alienação se tenha realizado em praça pública.

Assuntos relacionados

Contratos

1.42 TRE - GO :: Analista Judiciário - Administrativa

Q.43

Origem

A respeito das espécies de contratos e da responsabilidade civil, assinale a opção correta.

TRE - GO :: Analista Judiciário - Administrativa
CESPE
2009

- () Na compra e venda a contento, o contrato se aperfeiçoa no momento em que ocorre a tradição da coisa alienada.
- () Na compra e venda de bens móveis ou imóveis, o direito de prelação poderá ser cedido por ato inter vivos, bem como passar aos herdeiros do preemtor por ato causa mortis.
- () O contrato de mútuo tem por objeto o empréstimo de coisas infungíveis.
- () Na retrovenda, o direito de retrato poderá ser exercido contra o terceiro adquirente do bem retrovendido.

Assuntos relacionados

Contratos

1.43 TRE - GO :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.44

Origem

Assinale a opção correspondente a característica própria do contrato de seguro.

TRE - GO :: Analista Judiciário - Judiciária
CESPE
2009

- () unilateral
- () personalíssimo
- () aleatório
- () comutativo

Assuntos relacionados

Contratos

Q.45

Assinale a opção que não se configura cláusula especial nos contratos de compra e venda.

- ☐ retrovenda
- ☐ venda sobre documentos
- ☐ venda a contento
- ☐ venda ad mensuram

Origem

TRE - GO :: Analista Judiciário -
Judiciária
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Contratos

1.44 AGU - ADV :: Advogado da União

Q.46

Quanto aos princípios informadores dos registros públicos, julgue o item a seguir

- ☐ De acordo com o princípio da obrigatoriedade, nenhuma informação pode ser perdida, devendo qualquer dado ser arquivado na matrícula do imóvel; segundo o princípio da prioridade, se houver conflito de registro de imóvel embasado em títulos dominiais diversos, prevalecerá o que tiver sido prenotado anteriormente.

Origem

AGU - ADV :: Advogado da
União
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Institutos complementares

1.45 OAB - SP :: 137º Exame de Ordem

Q.47

A respeito do fato jurídico, assinale a opção correta.

- ☐ A decadência extingue a pretensão e, por via oblíqua, o direito.
- ☐ Pode haver renúncia à prescrição antes da consumação do respectivo prazo, desde que não haja prejuízo a terceiros.
- ☐ Ato jurídico em sentido estrito é o que surge como mero pressuposto de efeito jurídico preordenado pela lei sem função e natureza de autorregulamento.
- ☐ O negócio jurídico, ato independente da vontade humana, produz efeitos jurídicos, criando, modificando ou extinguindo direitos.

Origem

OAB - SP :: 137º Exame de Ordem
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Fatos jurídicos

1.46 TCE - TO :: Analista de Controle Externo - Direito

Q.48

Origem

A respeito da disciplina dos fatos jurídicos, assinale a opção correta.

TCE - TO :: Analista de Controle Externo - Direito
CESPE
2009

- () O pai, quando reconhece a paternidade do filho havido fora do casamento, pratica ato jurídico em sentido estrito.
- () O provérbio "quem cala consente" é plenamente aplicável ao direito, pois, em regra, o silêncio importa anuência.
- () Ocorre a reserva mental quando um dos contratantes oculta a sua verdadeira intenção, hipótese em que subsistirá a manifestação de vontade, sendo irrelevante para o direito o conhecimento ou o desconhecimento da reserva pela outra parte.
- () Considere que duas partes tenham ajustado entre si uma doação, e, após algum tempo, houve conflito ante a interpretação das cláusulas constantes do instrumento. Nesse caso, o juiz, ao decidir a eventual causa, deverá dar interpretação extensiva ao contrato.
- () A vontade é pressuposto básico do negócio jurídico, sendo imprescindível a sua manifestação expressa.

Assuntos relacionados

Fatos jurídicos

1.47 PGE - AL :: Procurador do Estado de Alagoas 1ª Classe

Q.49

Origem

Assinale a opção correta quanto à disciplina de proteção ao consumidor.

PGE - AL :: Procurador do Estado de Alagoas 1ª Classe
CESPE
2009

- () Em regra, a nulidade de uma cláusula contratual abusiva anula o contrato, haja vista que quebra a boa-fé exigida nas relações de consumo.
- () É anulável a cláusula que obriga o fornecedor a modificar unilateralmente o conteúdo do contrato, após a sua celebração, haja vista que pode implicar ônus excessivo à parte mais fraca da relação.
- () A cláusula que retira do consumidor a opção do reembolso das quantias já pagas somente não será declarada nula se devidamente justificada e destacada no contrato.
- () Ainda que o CDC tenha como um de seus fins a proteção da parte considerada mais fraca na relação de consumo, restou assegurada alguma margem de autonomia ao consumidor -, desde que demonstrado que possui certo grau de instrução -, como no caso da renúncia ao direito de indenização por benfeitorias, desde que necessárias.
- () O CDC, ao tratar das cláusulas abusivas, optou pelo sistema aberto.

Assuntos relacionados

Direito civil

1.48 AGU - ADV :: Advogado da União

Q.50

Suponha que, no dia 20 de janeiro, tenha sido publicada lei estabelecendo, no art. 2.º, que os proprietários de veículos populares pagariam, na ocasião do abastecimento, 20

() Se não constar do texto da referida lei a data de vigência, ela passará a vigorar a partir da data oficial de sua promulgação.

() Caso o juiz constate erro na definição de veículo popular pela referida lei, ele poderá, em processo sob seu exame, corrigi-lo sob a fundamentação de que toda lei necessita ser interpretada teleologicamente e de que, na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum.

Origem

AGU - ADV :: Advogado da
União
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

1.49 FHS - ES :: Procurador

Q.51

Julgue os itens seguintes de acordo com o Código Civil e sua respectiva lei de introdução.

() Em um negócio jurídico bilateral, o silêncio intencional de uma das partes a respeito de fato ou qualidade que a outra parte haja ignorado, constitui omissão dolosa, provando-se que sem ela o negócio não se teria celebrado.

() Quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta, resta configurado o estado de perigo.

() Caso um indivíduo demande por dívida já paga em parte, sem ressaltar as quantias recebidas, ele ficará obrigado a pagar ao devedor o dobro do que lhe cobrou, salvo se houver prescrição.

() Se Márcia e Renato forem casados sob o regime da comunhão parcial, então, a eles será vedado contratar sociedade, entre si ou com terceiros.

() Um usufrutuário não pode transferir o usufruto por alienação, nem ceder o seu exercício.

Origem

FHS - ES :: Procurador
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

Q.52

Origem

Julgue os itens seguintes de acordo com o Código Civil e sua respectiva lei de introdução.

FHS - ES :: Procurador
CESPE
2009

() De acordo com a Lei de Introdução ao Código Civil, as organizações destinadas a fins de interesse coletivo, como as sociedades e as fundações, obedecem à lei do Estado em que se constituírem.

() Alguém pode validamente dispor, com objetivo científico, do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte. Tal disposição, porém, será irrevogável.

() A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado começa com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro. Na hipótese de alguém pretender anular a constituição de uma pessoa jurídica de direito privado, por defeito do ato respectivo, deverá fazê-lo em até dois anos, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro, sob pena de prescrição.

() Na hipótese de pretender-se alterar o estatuto de uma fundação, é necessário que referida reforma seja deliberada por dois terços dos competentes para gerir e representar a fundação, não contrarie ou desvirtue o fim desta e seja aprovada pelo órgão do Ministério Público. Se não houver aprovação do órgão ministerial, poderá o juiz supri-la, a requerimento do interessado.

() A manifestação de vontade subsiste ainda que seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento.

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

1.50 OAB - SP :: 137º Exame de Ordem

Q.53

Origem

A Lei de Introdução ao Código Civil (LICC), lei de introdução às leis, contém princípios gerais sobre as normas sem qualquer discriminação, indicando como aplicá-las, determinando-lhes a vigência e eficácia, suas projeções nas situações conflitivas, evidenciando os respectivos elementos de conexão determinantes das normas substantivas aplicáveis no caso de haver conflito de leis no tempo e no espaço. Maria Helena Diniz. Curso de direito civil brasileiro. Teoria geral do direito civil. Vol. 1, 24.ªed., São Paulo: Saraiva, 2007 (com adaptações). Considerando as ideias do texto acima e os dispositivos da LICC, assinale a opção correta.

OAB - SP :: 137º Exame de Ordem
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

() Em caso de lacunas, a LICC estabelece mecanismos de integração de normas, tais como a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.

() Na interpretação sociológica da norma, o aplicador examina cada termo do texto normativo, isolada ou sintaticamente, atendendo à pontuação, colocação de vocábulos e origem etimológica das palavras.

() Na aplicação da norma, observa-se a existência do critério de subsunção quando, ao aplicar a norma ao caso, o juiz não encontra norma que lhe seja aplicável.

() A abrogação torna sem efeito uma parte da lei.

1.51 PGE - AL :: Procurador do Estado de Alagoas 1ª Classe

Q.54

Origem

A respeito da vigência e aplicação da lei, assinale a opção correta.

PGE - AL :: Procurador do
Estado de Alagoas 1ª Classe
CESPE
2009

- () A lei posterior revoga a anterior se for com ela incompatível, ou se estabelecer disposições gerais a par das já existentes.
- () Em que pese lei em vigor ter efeito imediato e geral, deverá ser respeitado o direito adquirido, que se traduz naquele que já foi consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.
- () Como não pode deixar de decidir, quando a lei for omissa, o juiz deverá atentar para os fins sociais a que ela se dirige e decidir o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais do direito.
- () Considerando que ninguém pode se escusar de cumprir a lei, esta começa a vigorar a partir da sua publicação, salvo disposição em contrário, tanto no Brasil como nos Estados estrangeiros.
- () A derrogação torna sem efeito parte de uma norma, de forma que a norma não perderá sua vigência, pois apenas os dispositivos alcançados é que não terão mais obrigatoriedade.

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

1.52 TCE - AC :: Analista de Controle Externo - Direito

Q.55

Origem

Considere que, em 30 de janeiro, tenha sido publicada, no Diário Oficial da União, a lei B, que não previu prazo para a sua entrada em vigor. Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

TCE - AC :: Analista de Controle
Externo - Direito
CESPE
2009

- () Considerando que no Brasil foi adotado o sistema da obrigatoriedade simultânea, a lei B passará a vigor ao mesmo tempo nas diferentes regiões brasileiras e nos estados estrangeiros.
- () Durante a vacatio legis, a lei B ainda não possui obrigatoriedade. Porém, vindo a ocorrer nova publicação de seu texto, mesmo para a correção de erros ou falhas de grafia, o prazo da obrigatoriedade, em regra, voltará a fluir da data da nova publicação.
- () Pelo princípio da continuidade, a lei B vigorará até que outra venha a lhe revogar expressamente.
- () Se a lei B estabelecer disposições a par das já existentes na lei A, sendo as duas de mesma hierarquia, ocorrerá o que se denomina derrogação da lei A.
- () Se a lei A tiver sido revogada pela lei B e, em seguida, for publicada a lei C revogando a lei B, então serão restaurados os efeitos da lei A.

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

1.53 TCE - TO :: Analista de Controle Externo - Direito

Q.56

Origem

No dia 2 de janeiro, foi publicada, no Diário Oficial da União, a Lei A, determinando que será considerada entidade familiar a união estável entre pessoas do mesmo sexo, desde que reconhecida e declarada judicialmente pelo juiz competente. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

TCE - TO :: Analista de Controle Externo - Direito
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

- () Se não houver estipulação quanto à data de vigência da Lei "A", ela entrará em vigor na data de publicação nos locais em que houver Diário Oficial e quarenta e cinco dias após nas demais localidades.
- () Eventual união estável mantida entre brasileiros do mesmo sexo residentes nos Estados Unidos da América será alcançada pela Lei A somente após 3 meses de sua publicação oficial no Brasil.
- () Caso não haja pedido judicial algum de reconhecimento de união estável de pessoas do mesmo sexo, durante longo período de tempo, ocorrerá o fenômeno da caducidade da lei.
- () Se, após cinco anos de vigência, a Lei A for expressamente revogada pela Lei B, haverá desconstituição de todos os atos que reconheceram a união estável entre pessoas do mesmo sexo.
- () Se for publicada Lei B, estipulando normas especiais a par das já existentes, não haverá revogação da Lei A, mas apenas a sua modificação.

1.54 TRT 17.^aRegião :: Analista Judiciário - Administrativa

Q.57

Origem

Acerca da vigência e da aplicação da lei no tempo e no espaço, julgue os seguintes itens.

TRT 17.^aRegião :: Analista Judiciário - Administrativa
CESPE
2009

- () O eventual antagonismo entre uma lei brasileira e uma lei pertencente ao ordenamento jurídico de Portugal constitui hipótese de antinomia real.
- () A ab-rogação é a revogação parcial da lei.

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

1.55 TRT 17.^a Região :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.58

Julgue os seguintes itens, referentes à vigência e à aplicação da lei no tempo e no espaço.

() Se, durante o período da vacatio legis, a norma que vier a ser corrigida em seu texto por conter erros materiais, ensejando nova publicação, será considerada lei nova.

() Na aplicação da norma jurídica, a existência de uma antinomia jurídica real será resolvida pelos critérios normativos, ou seja, o hierárquico, o cronológico e o da especialidade.

Origem

TRT 17.^a Região :: Analista
Judiciário - Judiciária
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

1.56 TRT 17.^a Região :: Técnico Judiciário - Administrativa

Q.59

A respeito da vigência e aplicação das normas jurídicas, julgue os itens a seguir.

() Com a publicação, ocorre a executoriedade da lei.

() Caso o juiz não encontre nenhuma norma aplicável a determinado caso concreto, deverá proceder à integração normativa.

Origem

TRT 17.^a Região :: Técnico
Judiciário - Administrativa
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

1.57 AGU - ADV :: Advogado da União

Q.60

Regina e Jorge são casados pelo regime da comunhão parcial de bens e possuem dois imóveis, um apartamento de dois quartos, no centro do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 200 mil, e uma casa de um quarto, na Barra da Tijuca, no valor de R\$ 220 mil, onde residem alternadamente. Com base na situação hipotética apresentada, julgue os próximos itens, a respeito do bem de família.

() Se Regina e Jorge não quiserem que qualquer dos imóveis seja considerado bem de família em possível processo de execução movido em face deles, eles deverão eleger um dos bens, mediante escritura pública registrada no cartório competente.

() Caso um dos imóveis residenciais do casal estivesse situado em área rural, tal fato não seria óbice para sua instituição como bem de família.

Origem

AGU - ADV :: Advogado da
União
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Bens

Q.61

Origem

A respeito da disciplina dos bens, julgue os itens seguintes

AGU - ADV :: Advogado da
União
CESPE
2009

- () A praça, exemplo típico de bem de uso comum do povo, perderá tal característica se o poder público tornar seu uso oneroso, instituindo uma taxa de uso, por exemplo.
- () O imóvel público onde esteja localizada uma Procuradoria Regional da União é considerado bem de uso especial, qualificação que impede a sua alienação.

Assuntos relacionados

Bens

1.58 PGE - AL :: Procurador do Estado de Alagoas 1ª Classe

Q.62

Origem

No que tange às disposições legais sobre os bens, assinale a opção correta.

PGE - AL :: Procurador do
Estado de Alagoas 1ª Classe
CESPE
2009

- () Entre os critérios utilizados pela lei para definir o bem indivisível encontra-se o do valor econômico.
- () Embora o Código Civil distinga bens móveis de imóveis, tal distinção não comporta importância prática.
- () Os bens coletivos podem constituir-se em universalidade de fato, mas não em universalidade de direito.
- () Embora as pertencas não se destinem, de modo duradouro, ao uso, ao serviço, ou ao aformoseamento de um bem, constituem partes integrantes do bem.
- () Os frutos e produtos somente poderão ser objeto de negócio jurídico após separados do bem principal, sob pena de nulidade.

Assuntos relacionados

Bens

1.59 OAB - SP :: 137º Exame de Ordem

Q.63

Origem

A respeito dos negócios jurídicos, assinale a opção correta.

OAB - SP :: 137º Exame de Ordem
CESPE
2009

- () No contrato estimatório, o consignatário se liberará da obrigação de pagar o preço caso a restituição dos bens consignados, em sua integralidade, se torne impossível por fato a ele não imputável.
- () No contrato de troca ou permuta, é permitida a permuta ou troca de um bem móvel fungível por prestação de um serviço prestado pela parte adversa ou por terceiro.
- () No contrato de empréstimo de uso, o emprestador tem obrigação legal de pagar as despesas feitas com o uso e gozo da coisa.
- () O mandato ad judicium só pode ser conferido a advogado regularmente inscrito na OAB, sob pena de nulidade do ato.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.64

Origem

Considerando-se os dispositivos do Código Civil relativos ao negócio jurídico e ao direito das obrigações, é correto afirmar que, se um humilde camponês, por meio de um contrato de compra e venda, adquirir algumas glebas de terra de seu vizinho, no valor de R\$ 15.000,00, porém aceitar como documentação o simples recibo firmado pela parte adversa, o referido contrato de compra e venda

OAB - SP :: 137º Exame de Ordem
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

- () será anulável.
- () será inexistente.
- () será perfeitamente válido.
- () terá existência fática, porém é nulo.

1.60 TCE - AC :: Analista de Controle Externo - Direito

Q.65

Origem

A respeito da disciplina dos negócios jurídicos no Código Civil, assinale a opção correta.

TCE - AC :: Analista de Controle
Externo - Direito
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

- () Os negócios solenes não são a regra no direito brasileiro. No entanto, se a norma legal impõe forma especial para a realização do ato, diz-se que o negócio é ad solemnitatem. Exemplo disso é o testamento.
- () Embora o tutor tenha capacidade de direito, não poderá, mesmo em hasta pública, adquirir bens do tutelado, sob pena de nulidade, por faltar-lhe, para a prática desse ato, capacidade de fato.
- () Caso um contrato estipule, como condição resolutiva da avença, que a parte beneficiada realize algo juridicamente impossível, a consequência será a invalidade do contrato.
- () O encargo não suspende a aquisição nem o exercício do direito, de forma que não poderá ser imposto no negócio jurídico, pelo disponente, como condição suspensiva, sob pena de haver descaracterização do instituto.
- () Para que se configure a lesão e possa, em virtude disso, ser anulado o negócio jurídico entabulado, é necessário que a contraparte saiba da premente necessidade ou da inexperiência do outro.

1.61 TRE - GO :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.66

Origem

Acerca dos efeitos dos negócios jurídicos, assinale a opção correta.

TRE - GO :: Analista Judiciário -
Judiciária
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

- () O erro caracteriza-se como uma manifestação de vontade distorcida da realidade, em que o declarante a desconhece ou entende de modo errado aquilo que acontece.
- () O erro, em qualquer de suas modalidades, torna o negócio passível de anulação.
- () O dolo acidental causa a anulação do negócio jurídico.
- () A coação absoluta e a relativa, modalidades de vício de vontade, tornam o negócio nulo de pleno direito.

1.62 TRT 17.^aRegião :: Técnico Judiciário - Administrativa

Q.67

Origem

O negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado é anulável, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com aquele tratou. No entanto, a lei estabelece o prazo de 180 dias a contar da conclusão do negócio ou da cessação da incapacidade, para pleitear-se a anulação. Acerca desse assunto, julgue o item abaixo.

TRT 17.^aRegião :: Técnico
Judiciário - Administrativa
CESPE
2009

() O prazo referido é um prazo decadencial, cujo objeto são os direitos potestativos.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

1.63 AGU - ADV :: Advogado da União

Q.68

Origem

No item a seguir, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, com relação ao direito obrigacional

AGU - ADV :: Advogado da
União
CESPE
2009

() Carla cedeu a Sílvia crédito que possuía com Luíza. Na data avançada para pagamento do débito, Sílvia procurou Luíza, ocasião em que ficou sabendo da condição de insolvência da devedora. Nessa situação, Carla será obrigada a pagar a Sílvia o valor correspondente ao crédito, haja vista a regra geral de que o cedente responde pela solvência do devedor.

Assuntos relacionados

1.64 PGE - AL :: Procurador do Estado de Alagoas 1^aClasse

Q.69

Origem

Considerando a disciplina do direito das obrigações, assinale a opção correta.

PGE - AL :: Procurador do
Estado de Alagoas 1^aClasse
CESPE
2009

() Caso o devedor esteja em mora, por não ter efetuado o pagamento na forma estabelecida para cumprimento da obrigação, o credor não poderá enjeitá-la, se o devedor estiver disposto a cumpri-la acrescida de perdas e danos.

() Qualquer interessado na extinção da dívida pode pagá-la em seu próprio nome, ficando sub-rogado nos direitos do credor.

() Considerando os requisitos legais exigidos para o reconhecimento da onerosidade excessiva, é possível afirmar que a regra se aplica às relações obrigacionais de execução diferida ou sucessiva.

() O pagamento de boa-fé feito ao credor putativo somente será inválido se, posteriormente, restar provado que não era credor.

() A quitação, além de conter certos requisitos, como valor da dívida, quem pagou, tempo e lugar do pagamento e assinatura do credor, deverá revestir-se da mesma forma do contrato.

Assuntos relacionados

1.65 TRF - 5ª Região :: Juiz Federal Substituto

Q.70

Origem

A respeito da disciplina das obrigações, assinale a opção correta.

TRF - 5ª Região :: Juiz Federal Substituto
CESPE
2009

() Considere que Marcos tenha cedido seus direitos sobre determinado imóvel a Lúcia, obrigando-se a pagar o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana relativo ao ano anterior, que estava em atraso.

Considere, ainda, que Lúcia tenha pago a Marcos R\$ 200 mil, correspondentes a 90() Caso um candidato a cargo de juiz de direito fosse atropelado quando se dirigia para a realização da prova oral, tendo sido aprovado em outras fases do concurso, seria possível que fosse atribuída ao ofensor a obrigação de indenizar pela perda de uma chance, desde que restasse comprovado que o candidato seria aprovado na prova oral, diante de seu desempenho em concursos anteriores.

() De acordo com a legislação brasileira, considera-se mora apenas o pagamento extemporâneo por parte do devedor ou a recusa injustificada do credor de receber o pagamento no prazo devido, caracterizando-se como inadimplemento a desconformidade quanto ao lugar ou ao modo de pagamento previamente estabelecidos.

() O inadimplemento da obrigação pode ser absoluto ou relativo, sendo absoluto quando o atraso na prestação gera, no devedor, o desinteresse em prestá-la ante a impossibilidade de reparar eventuais prejuízos decorrentes de sua atitude.

() Considere que uma empresária tenha contratado uma agência de publicidade para a colocação de outdoors na cidade em que trabalha, a fim de divulgar a sua empresa, tendo a contratada instalado os referidos outdoors em locais de difícil acesso e sem iluminação. Nessa situação hipotética, não se caracteriza descumprimento de obrigação, visto que o serviço foi realizado, mesmo que de forma não satisfatória.

Assuntos relacionados

1.66 DETRAN - DF :: Analista de Trânsito - Direito e Legislação

Q.71

Origem

A respeito do direito processual civil, julgue os seguintes itens.

DETRAN - DF :: Analista de Trânsito - Direito e Legislação
CESPE
2009

() O direito de ação é exercido contra o Estado-juiz e não contra quem, na perspectiva de quem o exercita, lesiona ou ameaça direito seu.

() A capacidade postulatória corresponde à capacidade de ter direitos e obrigações na ordem civil, isto é, ser considerado titular de uma relação jurídica a ser levada ao Estado-juiz por meio de um processo.

() Dá-se a substituição processual quando o terceiro defende em juízo direito alheio em nome alheio.

() Na execução lastreada em título executivo judicial, a fazenda pública será citada para pagamento do débito em quinze dias, sob pena de incidência de multa de 10() Não faz coisa julgada a apreciação da questão prejudicial decidida incidentemente no processo.

Assuntos relacionados

1.67 OAB - SP :: 137º Exame de Ordem

Q.72

Origem

O testador tem ampla liberdade de testar, desde que preserve a legítima dos herdeiros necessários. Além de ser permitida a instituição de herdeiro e legatário em primeiro grau, a norma jurídica autoriza-lhe indicar substituto (sucessor de segundo grau) para recolher os bens da herança, na falta de herdeiro ou legatário nomeado, em virtude de falecimento antes da abertura da sucessão, de renúncia, ou de exclusão, ou após o herdeiro ou legatário indicado em primeiro lugar, que, nesse caso, passará os bens transmitidos pelo de cujus, depois de certo tempo, a um substituto. Maria Helena Diniz. Curso de direito civil brasileiro. Direito das sucessões. Vol. 6, 21.ªed., São Paulo: Saraiva, 2007 (com adaptações). Considerando as ideias do texto acima e os dispositivos do Código Civil relativos ao direito das sucessões, assinale a opção correta.

OAB - SP :: 137º Exame de Ordem
CESPE
2009

Assuntos relacionados

- () É permitida a substituição hereditária de mais de um grau.
 - () A substituição vulgar consiste na indicação da pessoa que deve ocupar o lugar do herdeiro, ou legatário, que não quer ou não pode aceitar a liberalidade.
 - () Substituição recíproca consiste na instituição de herdeiro ou legatário com a obrigação de, por sua morte, a certo tempo ou sob condição preestabelecida, transmitir a uma outra pessoa a herança.
 - () No usufruto testamentário, o testador poderá contemplar pessoas incertas ou ainda sem existência.
-

Capítulo 2

FCC

2.1 TJ - PA :: Analista Judiciário - Direito

Q.73

Origem

O fato jurídico é todo acontecimento da vida relevante para o direito, mesmo que ilícito, podendo-se afirmar que:

TJ - PA :: Analista Judiciário -
Direito
FCC
2009

- (a) os fatos humanos por si só, ou atos jurídicos em sentido amplo, não criam nem modificam direitos.
- (b) fatos humanos e fatos naturais significam a mesma coisa, ainda que decorram uns da atividade humana e outros da natureza.
- (c) os fatos naturais não se confundem, por exemplo, com o nascimento, a morte e a maioridade.
- (d) os fatos extraordinários não guardam relação com tempestades, terremotos e raios, por exemplo.
- (e) os fatos extraordinários não se enquadram na categoria dos fortuitos ou de força maior.

Assuntos relacionados

Atos jurídicos ilícitos

2.2 TJ - PA :: Auxiliar Judiciário

Q.74

Origem

O Código Civil estabelece que não constituem atos ilícitos os praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido, sendo correto dizer que

TJ - PA :: Auxiliar Judiciário
FCC
2009

- (a) se por engano ou erro de pontaria terceira pessoa vier a ser atingida, o agente ainda que agindo em legítima defesa deve reparar o dano.
- (b) o agente que tiver agido com erro de pontaria atingir terceiro, não terá direito à ação regressiva contra o injusto agressor.
- (c) a legítima defesa putativa praticada contra o agressor deixa de ser ato ilícito apesar do dano causado, e impede a ação de ressarcimento de danos.
- (d) só a legítima defesa putativa, e praticada contra o agressor deixa de ser ato ilícito.
- (e) se o ato foi praticado contra o próprio agressor, e em legítima defesa, não há falar em ação de ressarcimento em favor de terceiro eventualmente atingido pelo do agente.

Assuntos relacionados

Atos jurídicos ilícitos

Q.75

Origem

De acordo com o que estabelece o Código Civil, para que o ato jurídico seja válido o agente tem que ser capaz. Essa imposição exige que o agente

TJ - PA :: Auxiliar Judiciário
FCC
2009

- (a) não tenha tido seus direitos políticos suspensos.
- (b) possua a capacidade de gozo, a capacidade de direito e a capacidade de aquisição.
- (c) tenha em qualquer circunstância mais de 18 anos de idade.
- (d) não seja interdito.
- (e) possua a capacidade de fato, a capacidade de ação e a capacidade de exercício.

Assuntos relacionados

Atos jurídicos lícitos

Q.76

Origem

Quando o objeto do ato jurídico for impossível, será

TJ - PA :: Auxiliar Judiciário
FCC
2009

- (a) por inteiro discricionário.
- (b) retificável em parte.
- (c) totalmente nulo em qualquer circunstância.
- (d) sempre anulável.
- (e) aceitável se as partes assim o quiserem.

Assuntos relacionados

Atos jurídicos lícitos

2.3 MPE - CE :: Promotor de Justiça

Q.77

Origem

Considere as seguintes afirmações a respeito da prescrição e decadência, reguladas pelo Código Civil:

MPE - CE :: Promotor de Justiça
FCC
2009

I. Pode o Juiz, de ofício, reconhecer a ocorrência da prescrição e da decadência legal ou convencional.

II. Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva, embora a responsabilidade civil seja independente da criminal.

III. Salvo se se tratar de obrigações ou direitos indivisíveis, a interrupção da prescrição por um dos credores solidários, não aproveita aos outros, assim como a interrupção efetivada contra o devedor solidário não envolve os demais ou seus herdeiros.

IV. Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros se a obrigação for indivisível.

V. Não corre o prazo prescricional, nem o prazo decadencial contra os absolutamente incapazes.

Estão corretas as afirmações:

- (a) III, IV e V.
- (b) II, IV e V.
- (c) II, III e IV.
- (d) I, III e V.
- (e) I, III e IV.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

2.4 TRE - PI :: Analista Judiciário - Taquigrafia

Q.78

Origem

De acordo com o Código Civil Brasileiro, é considerada causa que suspende a prescrição

TRE - PI :: Analista Judiciário -
Taquigrafia
FCC
2009

- (a) qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor.
- (b) a apresentação do título de crédito em juízo de inventário.
- (c) a pendência de ação de evicção.
- (d) o protesto cambial.
- (e) qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

2.5 TRT - 15 Região :: Analista Judiciário - Administrativa

Q.79

Origem

A interrupção da prescrição

TRT - 15 Região :: Analista
Judiciário - Administrativa
FCC
2009

- (a) efetuada contra o devedor solidário não envolve os demais e seus herdeiros.
- (b) operada contra o codevedor não solidário, ou seu herdeiro, prejudica aos demais coobrigados.
- (c) produzida contra o principal devedor prejudica o fiador.
- (d) por um credor não solidário aproveita aos outros.
- (e) por um dos credores solidários não aproveita aos outros.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

2.6 TRT - 15 Região :: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.80

Origem

A respeito da decadência, considere:

- I. É nula a renúncia à decadência fixada em lei.
- II. Deve o juiz, de ofício, conhecer da decadência, quando estabelecida por lei.
- III. Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita só poderá alegá-la na contestação. Está correto o que se afirma SOMENTE em

TRT - 15 Região :: Analista
Judiciário - Execução de
Mandados
FCC
2009

- (a) III.
- (b) I e II.
- (c) I e III.
- (d) II e III.
- (e) I.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

2.7 TRT - 15 Região :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.81

A respeito da prescrição, é INCORRETO afirmar que

- (a) a exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão.
- (b) os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.
- (c) a prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição pela parte a quem aproveita.
- (d) a prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.
- (e) não corre a prescrição entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.

Origem

TRT - 15 Região :: Analista
Judiciário - Judiciária
FCC
2009

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

2.8 TRT - 15 Região :: Técnico Judiciário - Administrativa

Q.82

A interrupção da prescrição não

- (a) ocorrerá pela apresentação do título de crédito em juízo de inventário.
- (b) ocorrerá pela apresentação do título de crédito em concurso de credores.
- (c) ocorrerá por protesto cambial.
- (d) poderá ocorrer mais de uma vez.
- (e) poderá ser provocada por qualquer interessado.

Origem

TRT - 15 Região :: Técnico
Judiciário - Administrativa
FCC
2009

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

2.9 MPE - SE :: Analista do Ministério Público - Direito

Q.83

Origem

José, três (03) anos antes de ser promovida sua interdição por incapacidade absoluta, recebeu a título de herança um imóvel urbano, de 500m² de área, o qual se achava na posse de Antonio, havia dois (02) anos e que, por inércia do antigo proprietário, o possuidor comportava-se como dono. Passados vinte (20) anos, desde a transmissão da propriedade a José, cujo curador também não tomou qualquer providência para desalojar Antonio, este promoveu ação de usucapião, a qual deverá ser julgada

MPE - SE :: Analista do
Ministério Público - Direito
FCC
2009

Assuntos relacionados

Propriedade

- (a) improcedente, porque contra José, após sua interdição, não correu o prazo para a aquisição do domínio pretendido por Antonio.
- (b) improcedente, porque só pode ser adquirido pela usucapião imóvel urbano de área de até 250 m²)
- (c) procedente, porque Antonio, a fim de perfazer o lapso temporal exigível, pode acrescer à sua posse o período de posse do antigo proprietário.
- (d) procedente, porque, decorridos mais de vinte anos de posse mansa e pacífica, o possuidor adquirira o imóvel pela usucapião.
- (e) improcedente, porque o prazo para a aquisição de bem imóvel pela usucapião é de trinta (30) anos.

2.10 DPE - MA :: Defensor Público

Q.84

Origem

No tocante à disciplina da responsabilidade civil, é correto afirmar:

DPE - MA :: Defensor Público
FCC
2009

- (a) Os pais são responsáveis objetivamente pela reparação civil dos danos causados por filhos menores ou, embora maiores de 18 anos, incapazes, ainda que estes não estejam sob sua autoridade e em sua companhia.
- (b) Para que ocorra a responsabilidade civil subjetiva, basta a existência de um dano material ou moral e de uma ação ou omissão dolosa ou culposa.
- (c) Na responsabilidade civil objetiva, a culpa exclusiva do prejudicado afasta o dever de reparação do causador do dano porque é causa de exclusão do dano.
- (d) Na responsabilidade civil objetiva, a culpa exclusiva do prejudicado em nada altera a situação jurídica do causador do dano, o qual responderá independentemente de culpa.
- (e) Na responsabilidade civil objetiva, não surgirá o dever de reparação do dano na hipótese de culpa exclusiva da vítima por falta de nexo de causalidade entre a ação do agente e o dano sofrido.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

2.11 DP - SP :: Defensor Público

Q.85

Origem

Com relação à reparação civil, considere as seguintes assertivas:

I. Os incapazes respondem pelos prejuízos que causarem a outrem com a totalidade de seus bens.

II. Os incapazes respondem pelos prejuízos que causarem se os seus responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de recursos suficientes.

III. A indenização de danos causados por incapazes deverá ser equitativa e poderá não ter lugar se privá-los, bem como às pessoas que dele dependerem, do necessário para viver com dignidade.

IV. A indenização dos prejuízos que os incapazes causarem a outrem deverá ter por medida a extensão do dano, isto é, deverá ser proporcional.

V. Pelo prejuízo advindo em acidente automobilístico causado por ação de menor emancipado e com economia própria, a responsabilidade será solidária com os pais e com o proprietário do veículo.

Estão corretas SOMENTE

- (a) I e IV.
- (b) I, IV e V.
- (c) II, III e V.
- (d) II, IV e V.
- (e) III e IV.

DP - SP :: Defensor Público
FCC
2009

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

2.12 MPE - CE :: Promotor de Justiça

Q.86

Origem

Na responsabilidade civil, a indenização mede-se pela extensão do dano, respondendo por ela o seu autor:

MPE - CE :: Promotor de Justiça
FCC
2009

(a) independentemente de culpa, bastando a comprovação do prejuízo e do nexos causal, salvo quando a lei expressamente se referir a conduta culposa ou dolosa como elemento essencial da responsabilidade.

(b) mas, se ele for incapaz, a indenização será equitativa e não terá lugar se vier, a ele ou às pessoas que dele dependem, privar do necessário.

(c) e o valor não poderá ser reduzido, ainda que a culpa do autor do dano seja leve.

(d) não tendo nenhuma influência na fixação da indenização a concorrência da vítima, se esta agiu apenas culposa e não dolosamente.

(e) e conjuntamente os curadores, tutores, pais e empregadores, se tiverem agido culposamente na vigilância dos curatelados, tutelados, filhos ou empregados.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

2.13 TJ - PA :: Auxiliar Judiciário

Q.87

Em se cuidando de responsabilidade dos pais pela prática de atos ilícitos praticados pelos filhos menores, é correto afirmar que:

- (a) o simples afastamento da casa paterna pelo filho, elide a responsabilidade dos genitores.
- (b) os pais não responderão se positivado que não houve culpa.
- (c) para que se eximam de responsabilidade, os pais não necessitam demonstrar que o filho autor do ato tido como ilícito não se encontrava sob seu poder ou em sua companhia.
- (d) os pais são responsáveis pela reparação civil decorrente de atos ilícitos praticados pelos filhos que estiverem sob seu poder e em sua companhia.
- (e) os pais respondem primeiramente com seu patrimônio, mas se não o tiverem, ou se insuficiente, não poderá ser atingido o patrimônio do menor.

Origem

TJ - PA :: Auxiliar Judiciário
FCC
2009

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

2.14 TRE - PI :: Analista Judiciário - Taquigrafia

Q.88

Concernente à responsabilidade civil, nos termos do Código Civil Brasileiro, é certo que

- (a) o incapaz, em regra, não responde pelos prejuízos que causar, mesmo se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
- (b) é responsável pela reparação civil, independentemente de culpa de sua parte, aquele que gratuitamente houver participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia.
- (c) aquele que ressarcir o dano causado por outrem por seu ascendente ou descendente, pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou.
- (d) aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressaltar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, em ambos os casos, o dobro do que houver cobrado, salvo se houver prescrição.
- (e) são responsáveis pela reparação civil, independentemente de culpa de sua parte, os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, salvo para fins de educação, pelos seus hóspedes e moradores.

Origem

TRE - PI :: Analista Judiciário -
Taquigrafia
FCC
2009

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

2.15 TRT - 15 Região :: Analista Judiciário - Administrativa

Q.89

Origem

A respeito da responsabilidade civil, considere:

I. Os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, mesmo para fins de educação, são responsáveis pela reparação civil pelos atos praticados por seus hóspedes, moradores e educandos.

II. A responsabilidade civil é independente da criminal, motivo porque se pode questionar no juízo cível sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.

III. Aquele que habitar prédio, ou parte dele, responde pelo dano proveniente das coisas que dele caírem ou forem lançadas em lugar indevido. Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (a) II e III.
- (b) I e II.
- (c) I e III.
- (d) I.
- (e) II.

TRT - 15 Região :: Analista
Judiciário - Administrativa
FCC
2009

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

2.16 TRT - 15 Região :: Técnico Judiciário - Administrativa

Q.90

Origem

São responsáveis pela reparação civil, apenas se houver culpa de sua parte,

- (a) os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime até a concorrente quantia.
- (b) os pais, pelos atos praticados pelos filhos menores que estiverem sob a sua autoridade e em sua companhia.
- (c) o empregador ou comitente pelos atos praticados por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que a eles competir, ou em razão dele.
- (d) o autor do dano, quando a atividade por este normalmente desenvolvida implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.
- (e) os motoristas de veículos automóveis que se envolverem em colisão em via pública ou particular.

TRT - 15 Região :: Técnico
Judiciário - Administrativa
FCC
2009

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

2.17 TRT - 16 Região :: Analista Judiciário - Execução de Mandado

Q.91

Origem

A responsabilidade objetiva caracteriza-se ante a ausência de:

- (a) dolo do agente.
- (b) dano.
- (c) ação (comissiva ou omissiva).
- (d) culpa do agente.
- (e) nexo de causalidade.

TRT - 16 Região :: Analista
Judiciário - Execução de Mandado
FCC
2009

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

2.18 MPE - CE :: Promotor de Justiça

Q.92

Origem

A alteração de estatuto de uma fundação depende de que a reforma seja deliberada:

- (a) por dois terços dos competentes para gerir e representar a fundação, mas se a alteração não houver sido aprovada por votação unânime, os administradores da fundação, ao submeterem o estatuto ao órgão do Ministério Público, requererão que se dê ciência à minoria vencida para impugná-la, se quiser, em dez dias.
- (b) pela maioria absoluta dos competentes para gerir e representar a fundação e de que seja aprovada pelo órgão do Ministério Público, e, caso este a denegue, poderá o juiz supri-la, a requerimento do interessado.
- (c) pela unanimidade dos competentes para gerir e representar a fundação, dependendo porém sua eficácia de aprovação pelo órgão do Ministério Público.
- (d) por três quartos dos competentes para gerir e representar a fundação, mas somente se a deliberação não for unânime deverá ser aprovada pelo órgão do Ministério Público, e, caso este a denegue, poderá o juiz supri-la, a requerimento do interessado.
- (e) pela unanimidade dos competentes para gerir e representar a fundação, se a alteração contrariar o fim desta.

MPE - CE :: Promotor de Justiça
FCC
2009

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

2.19 MPE - SE :: Técnico do Ministério Público - Administrativa

Q.93

Origem

De acordo com o Código Civil brasileiro, são consideradas pessoas jurídicas de direito público, dentre outras,

- (a) as organizações religiosas, as empresas públicas e a União.
- (b) os partidos políticos, as autarquias federais e os municípios.
- (c) as autarquias federais, as associações públicas e as empresas públicas.
- (d) as organizações religiosas, os partidos políticos e a União.
- (e) as associações públicas, os partidos políticos e as autarquias federais.

MPE - SE :: Técnico do Ministério
Público - Administrativa
FCC
2009

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

2.20 TJ - PA :: Auxiliar Judiciário

Q.94

Levando em conta que as pessoas jurídicas de direito privado respondem pelos atos culposos de seus empregados e prepostos, é certo afirmar que:

- (a) a vítima não pode acionar a pessoa jurídica ou o empregado.
- (b) seus diretores não respondem.
- (c) seus conselheiros e administradores não respondem.
- (d) não subsiste responsabilidade solidária.
- (e) respondem também pelos atos de seus órgãos.

Origem

TJ - PA :: Auxiliar Judiciário
FCC
2009

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

Q.95

Considerando que a ideia de personalidade exprime a aptidão genérica para adquirir direitos e contrair obrigações, diante do Direito Positivo, é correto afirmar que:

- (a) apenas o ser humano é dotado de personalidade.
- (b) os órgãos públicos, o espólio, a massa falida e a herança jacente são dotados de personalidade.
- (c) todos os seres humanos e os entes morais (sociedades, associações e fundações) são dotados de personalidade.
- (d) apenas o ser humano com capacidade plena é dotado de personalidade.
- (e) para ser pessoa, não basta existir para adquirir personalidade

Origem

TJ - PA :: Auxiliar Judiciário
FCC
2009

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

2.21 TRE - PI :: Analista Judiciário - Taquigrafia

Q.96

Nos termos do Código Civil Brasileiro são consideradas pessoas jurídicas de direito público,

- (a) as sociedades de economia mista.
- (b) as autarquias.
- (c) os partidos políticos.
- (d) as organizações religiosas.
- (e) as fundações.

Origem

TRE - PI :: Analista Judiciário -
Taquigrafia
FCC
2009

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

2.22 TRT - 15 Região :: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.97

Origem

A respeito das fundações é correto afirmar:

TRT - 15 Região :: Analista
Judiciário - Execução de
Mandados
FCC
2009

- (a) A fundação deve ser instituída por escritura pública, através de dotação especial de bens, sendo que seu ato constitutivo não pode fixar prazo para a sua existência.
- (b) A alteração do estatuto da fundação deve ser aprovada pelo órgão do Ministério Público, não podendo o juiz supri-la a requerimento do interessado.
- (c) Se a fundação tiver sede no Rio de Janeiro, mas as suas atividades se estenderem por mais de um Estado, caberá, em cada um deles, ao respectivo Ministério Público o encargo de por ela velar.
- (d) A fundação criada para fins econômicos será submetida à fiscalização do Ministério Público e do Banco Central.
- (e) A fundação criada para fins políticos deverá ter o seu estatuto registrado no Tribunal Regional Eleitoral do lugar da sua sede.

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

2.23 TRT - 16 Região :: Analista Judiciário - Execução de Mandado

Q.98

Origem

A personalidade jurídica pública é inerente a

TRT - 16 Região :: Analista
Judiciário - Execução de Mandado
FCC
2009

- (a) fundações instituídas pelo Poder Público se as leis que as criarem assim dispuserem.
- (b) todas as empresas multinacionais.
- (c) todos os partidos políticos.
- (d) todas as empresas públicas.
- (e) todas as sociedades de economia mista.

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

2.24 MPE - CE :: Promotor de Justiça

Q.99

Origem

Sobre o nome civil da pessoa natural é correto afirmar que:

MPE - CE :: Promotor de Justiça
FCC
2009

- (a) os oficiais do registro civil não registrarão prenomes suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores, salvo por requerimento expresso de ambos os genitores perante duas testemunhas ou mediante autorização judicial, ouvido o representante do Ministério Público.
- (b) o prenome é imutável, somente sendo admissível a sua substituição por apelidos públicos notórios.
- (c) será admitida a substituição do prenome em razão de fundada coação ou ameaça decorrente da colaboração com a apuração de crime, por determinação, em sentença, de Juiz competente, ouvido o Ministério Público.
- (d) até dois anos após ter atingido a maioridade civil, poderá o interessado, independentemente de motivação, e após a audiência do Ministério Público, alterar o nome, desde que não prejudique os apelidos de família, averbando-se a alteração, que será publicada pela imprensa.
- (e) poderá ser averbado no registro civil o nome abreviado usado como firma comercial, mas não em outra atividade profissional.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

2.25 MPE - SE :: Técnico do Ministério Público - Administrativa

Q.100

Origem

Maria, João, Pedro e Samanta são vizinhos e grandes amigos. Maria e João possuem 16 anos completos e Pedro e Samanta possuem 17 anos completos. Maria é casada legalmente com Douglas; João exerce emprego público temporário; Pedro colou grau em curso de ensino médio e Samanta é proprietária de estabelecimento comercial que lhe gera economia própria. Neste caso, cessou a incapacidade relativa para exercer certos atos da vida civil, APENAS para

MPE - SE :: Técnico do Ministério
Público - Administrativa
FCC
2009

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

- (a) João, Maria e Pedro.
- (b) Maria e Samanta.
- (c) João e Pedro.
- (d) Maria, João e Samanta.
- (e) Samanta e Pedro.

2.26 TJ - PA :: Analista Judiciário - Direito

Q.101

Origem

Sendo o ser humano sujeito de direitos e deveres, nos termos do disposto no art. 1º do Código Civil, pode-se afirmar que:

TJ - PA :: Analista Judiciário -
Direito
FCC
2009

- (a) capacidade se confunde com legitimação.
- (b) todos possuem capacidade de fato.
- (c) capacidade é a medida da personalidade.
- (d) não existe mais de uma espécie de capacidade.
- (e) a capacidade de direito é sinônimo de capacidade limitada.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

Q.102

Origem

O pródigo

TJ - PA :: Analista Judiciário -
Direito
FCC
2009

- (a) é portador de um desvio de personalidade.
- (b) padece de um estado de alienação mental.
- (c) poderá ser interditado para favorecer a seu cônjuge, ascendentes ou descendentes.
- (d) ficará privado de dar autorização para casamento dos filhos.
- (e) poderá praticar livremente alguns atos da vida civil que envolvam apenas pequenas questões patrimoniais.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

2.27 TJ - PA :: Auxiliar Judiciário

Q.103

Origem

Tratando-se de incapacidade das pessoas, é certo afirmar que

TJ - PA :: Auxiliar Judiciário
FCC
2009

- (a) o relativamente incapaz não pode fazer testamento ainda que assistido.
- (b) a incapacidade relativa não permite que o incapaz pratique atos da vida civil, mesmo que assistido.
- (c) a incapacidade absoluta acarreta a proibição total do exercício, por si só, do direito.
- (d) o relativamente incapaz para inscrever-se como eleitor, necessita da assistência de seu representante legal.
- (e) a incapacidade relativa pode ser suprida, ao passo que a incapacidade absoluta não pode ser suprida.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

Q.104

Origem

De acordo com o que estabelece o Código Civil, são absolutamente incapazes

TJ - PA :: Auxiliar Judiciário
FCC
2009

- (a) os pródigos em quaisquer circunstâncias.
- (b) aqueles que, mesmo por causa transitória, não tiverem condições de exprimir sua vontade.
- (c) os menores de 18 anos.
- (d) os excepcionais sem desenvolvimento mental completo.
- (e) os alcoólatras e os viciados na ingestão de substâncias estupefacientes.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

2.28 TJ - PA :: Oficial de Justiça Avaliador

Q.105

Origem

O pródigo

TJ - PA :: Oficial de Justiça
Avaliador
FCC
2009

- (a) poderá praticar livremente alguns atos da vida civil que envolvam apenas pequenas questões patrimoniais.
- (b) é portador de um desvio de personalidade.
- (c) padece de um estado de alienação mental.
- (d) poderá ser interditado para favorecer a seu cônjuge, ascendentes ou descendentes.
- (e) ficará privado de dar autorização para casamento dos filhos.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

Q.106

Origem

Sendo o ser humano sujeito de direitos e deveres, nos termos do disposto no art. 1º do Código Civil, pode-se afirmar que:

TJ - PA :: Oficial de Justiça
Avaliador
FCC
2009

- (a) a capacidade de direito é sinônimo de capacidade limitada.
- (b) capacidade se confunde com legitimação.
- (c) todos possuem capacidade de fato.
- (d) capacidade é a medida da personalidade.
- (e) não existe mais de uma espécie de capacidade.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

2.29 TRT - 15 Região :: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.107

Origem

Dentre outros, NÃO será registrado no Registro Civil de Pessoas Naturais

TRT - 15 Região :: Analista
Judiciário - Execução de
Mandados
FCC
2009

- (a) a petição inicial de pedido de interdição por incapacidade absoluta.
- (b) a emancipação por outorga dos pais.
- (c) a sentença declaratória de morte presumida.
- (d) os nascimentos, casamentos e óbitos.
- (e) a interdição por incapacidade absoluta ou relativa.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

2.30 MPE - CE :: Promotor de Justiça

Q.108

Origem

Sobre a usucapião pode-se afirmar:

I. É forma originária de aquisição da propriedade, que se obtém mediante sentença judicial de natureza constitutiva.

II. O possuidor pode, a fim de atingir o tempo necessário para a aquisição da propriedade pela usucapião extraordinária, contar os períodos de posse dos seus antecessores desde que todos sejam contínuos e pacíficos.

III. A usucapião pode ter por objeto coisas móveis, coisas imóveis e servidões aparentes.

IV. O imóvel de propriedade de pessoas relativamente incapazes não pode ser adquirido por terceiro que esteja na sua posse, ainda que preenchidos os requisitos legais para a usucapião.

V. Não será reconhecido mais de uma vez ao mesmo possuidor o direito de adquirir imóvel rural pela usucapião pro-labore, em que o prazo exigido para a aquisição é de cinco (05) anos.

Estão corretas as afirmações:

- (a) III, IV e V.
- (b) II, IV e V.
- (c) II, III e V.
- (d) I, III e V.
- (e) I, II e III.

MPE - CE :: Promotor de Justiça
FCC
2009

Assuntos relacionados

Servidões

2.31 MPE - SE :: Técnico do Ministério Público - Administrativa

Q.109

Origem

Com relação à sucessão geral, é correto afirmar:

(a) Regula a sucessão e a legitimação para suceder a lei vigente ao tempo da formalização da partilha.

(b) Aberta sucessão a herança não se transmite, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários.

(c) A sucessão dar-se-á por lei ou por disposição de última vontade.

(d) A sucessão abre-se no local de nascimento do falecido.

(e) Havendo herdeiros necessários o testador somente poderá dispor de um terço da herança.

MPE - SE :: Técnico do Ministério
Público - Administrativa
FCC
2009

Assuntos relacionados

Sucessão em geral

2.32 MPE - CE :: Promotor de Justiça

Q.110

Origem

Na sucessão legítima o direito de representação dá-se:

MPE - CE :: Promotor de Justiça
FCC
2009

- (a) na linha reta descendente e, na transversal, em favor dos filhos de irmãos do falecido, quando com irmãos deste concorrerem.
- (b) apenas na linha reta ascendente.
- (c) na linha reta descendente e ascendente, mas nunca na transversal.
- (d) na linha reta ascendente e, na transversal, somente em favor dos filhos de irmãos do falecido, quando com irmãos deste concorrerem.
- (e) apenas na linha reta descendente.

Assuntos relacionados

Sucessão legítima

2.33 MPE - SE :: Analista do Ministério Público - Direito

Q.111

Origem

Na sucessão legítima, o direito de representação

MPE - SE :: Analista do
Ministério Público - Direito
FCC
2009

- (a) na linha transversal, somente se dá em favor dos filhos de irmãos do falecido, quando com irmãos deste concorrerem.
- (b) somente se dá se não houver cônjuge sobrevivente.
- (c) em nenhuma hipótese alcança os parentes da linha colateral.
- (d) dá-se na linha reta ascendente, mas nunca na descendente.
- (e) somente se dá na linha reta descendente.

Assuntos relacionados

Sucessão legítima

2.34 MPE - SE :: Técnico do Ministério Público - Administrativa

Q.112

Origem

Aquiles era casado em comunhão universal de bens com Joana e faleceu, deixando dois filhos: Maria e João. Maria é fruto de seu casamento com Joana e João de seu primeiro matrimônio com Fátima, já falecida. Deixou, ainda, seus pais Douglas e Janaina e um irmão chamado Átila. Nesse caso, a sucessão legítima defere-se a

MPE - SE :: Técnico do Ministério
Público - Administrativa
FCC
2009

- (a) Maria e João.
- (b) Maria em concorrência com Joana, Douglas e Janaina.
- (c) Maria e João em concorrência com Joana.
- (d) Maria e João em concorrência com Joana, Douglas e Janaina.
- (e) Douglas e Janaina.

Assuntos relacionados

Sucessão legítima

2.35 DP - SP :: Defensor Público

Q.113

Quem recebeu em boa-fé um imóvel e o alienou a título oneroso responde pela

- (a) quantia recebida mais perdas e danos.
- (b) quantia recebida.
- (c) devolução do bem mais perdas e danos.
- (d) devolução do bem e, se for o caso, pelos valores das despesas de reparo de deterioração culposa do bem.
- (e) devolução do bem e dos frutos gerados.

Origem

DP - SP :: Defensor Público
FCC
2009

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

2.36 MPE - CE :: Promotor de Justiça

Q.114

A remissão pode ser concedida ao adolescente:

- (a) pelo representante do Ministério Público e pelo Juiz, somente depois de iniciado o processo para a apuração de ato infracional e implicará necessariamente o reconhecimento da responsabilidade para efeito de antecedentes.
- (b) somente pelo Juiz e importará a exclusão do processo para a apuração de ato infracional.
- (c) pelo representante do Ministério Público, antes de iniciado o processo judicial para apuração de ato infracional, como forma de exclusão do processo.
- (d) pelo representante do Ministério Público e pelo Juiz, antes ou depois de iniciado o processo judicial para apuração de ato infracional e importará apenas a suspensão do processo.
- (e) somente pelo representante do Ministério Público depois de iniciado o processo judicial para apuração de ato infracional e implicará a extinção do processo.

Origem

MPE - CE :: Promotor de Justiça
FCC
2009

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

2.37 MPE - SE :: Analista do Ministério Público - Direito

Q.115

Opera-se de pleno direito a sub-rogação

- (a) sempre que terceiro não interessado pagar a dívida hipotecária ou pignoratícia.
- (b) somente a favor do credor que paga a dívida do devedor comum.
- (c) em favor de terceiro não interessado, que paga a dívida sem o conhecimento do devedor.
- (d) em favor de terceiro interessado, que paga a dívida pela qual era ou podia ser obrigado, no todo ou em parte.
- (e) sempre que terceira pessoa empresta ao devedor a quantia precisa para solver uma dívida.

Origem

MPE - SE :: Analista do
Ministério Público - Direito
FCC
2009

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

2.38 MPE - CE :: Promotor de Justiça

Q.116

Origem

A ação de separação judicial pode ser proposta por qualquer dos cônjuges, imputando ao outro ato que caracterize grave violação dos deveres do casamento:

MPE - CE :: Promotor de Justiça
FCC
2009

Assuntos relacionados

- (a) desde que sejam casados por mais de um ano e a vida em comum se torne insuportável.
- (b) desde que um dos cônjuges tenha abandonado o lar conjugal por período superior a trinta (30) dias.
- (c) independentemente da insuportabilidade da vida em comum, desde que verificada uma das causas do rol exemplificativo constante da lei.
- (d) e torne insuportável a vida em comum, fornecendo a lei rol exemplificativo de condutas autorizantes do pedido.
- (e) e torne insuportável a vida em comum, sendo, porém, taxativo o rol que a lei oferece de condutas autorizantes do pedido.

Casamento

Q.117

Origem

José e Maria, ambos com cinquenta (50) anos de idade, casaram-se em 20 de dezembro de 2003, sem que fosse celebrado pacto antenupcial. Naquela época, o varão possuía em seu patrimônio um imóvel situado na rua X. Um ano após o casamento, José adquiriu outro imóvel, situado na rua Y, por escritura de venda e compra que em seguida foi registrada; Maria ganhou R\$ 100.000,00 (cem mil reais) em sorteio da loteria e recebeu, por herança de seu pai, um imóvel situado na Rua K, e José recebeu, por herança de sua mãe, um imóvel na rua W. Pertencem a ambos os cônjuges:

MPE - CE :: Promotor de Justiça
FCC
2009

Assuntos relacionados

- (a) todos os bens referidos.
- (b) o imóvel situado na rua Y e o dinheiro obtido em sorteio.
- (c) os imóveis situados nas ruas Y, K e W.
- (d) os imóveis situados nas ruas X e Y e o dinheiro obtido em sorteio.
- (e) o dinheiro obtido em sorteio e os imóveis situados nas ruas K e W.

Casamento

2.39 MPE - SE :: Analista do Ministério Público - Direito

Q.118

Origem

Em ação de anulação de casamento, a intervenção do Ministério Público

MPE - SE :: Analista do
Ministério Público - Direito
FCC
2009

- (a) em nenhuma hipótese é obrigatória, porque não há interesse público.
- (b) só ocorrerá se o juiz entender presente algum interesse público.
- (c) só será obrigatória se houver filhos incapazes.
- (d) é obrigatória, porque se trata de ação concernente ao estado da pessoa.
- (e) não será obrigatória, se as partes estiverem representadas por advogados constituídos, mas será obrigatória se pelo menos uma delas for representada pela Defensoria Pública.

Assuntos relacionados

Casamento

Q.119

Origem

Presume-se concebido na constância do casamento

MPE - SE :: Analista do
Ministério Público - Direito
FCC
2009

- (a) somente o filho nascido cento e oitenta dias, pelo menos, depois de estabelecida a convivência conjugal ou até trezentos dias subsequentes à dissolução da sociedade conjugal pela morte do marido.
- (b) o filho havido, a qualquer tempo, quando se tratar de embriões excedentários, decorrentes de concepção artificial homóloga.
- (c) qualquer filho de pessoas que vierem a se casar.
- (d) o filho havido por fecundação artificial homóloga, somente se for vivo o marido, na data do seu nascimento.
- (e) o filho havido por inseminação artificial heteróloga, independentemente de autorização do marido.

Assuntos relacionados

Casamento

Q.120

Origem

É nulo o casamento contraído

MPE - SE :: Analista do
Ministério Público - Direito
FCC
2009

- (a) pelo divorciado, enquanto não houver sido homologada ou decidida a partilha dos bens do casal.
- (b) do viúvo que se casar antes de dar a inventário os bens deixados pela mulher pré-morta.
- (c) por quem não completou a idade mínima para casar, podendo a declaração de sua nulidade ser promovida por qualquer interessado ou pelo Ministério Público.
- (d) por incompetência da autoridade celebrante.
- (e) com infringência de impedimento, e a declaração de sua nulidade pode ser promovida pelo Ministério Público.

Assuntos relacionados

Casamento

2.40 MPE - SE :: Técnico do Ministério Público - Administrativa

Q.121

Origem

As causas suspensivas da celebração do casamento podem ser arguidas APENAS pelos parentes

MPE - SE :: Técnico do Ministério
Público - Administrativa
FCC
2009

- (a) consanguíneos em linha reta de um dos nubentes e pelos colaterais consanguíneos até terceiro grau.
- (b) consanguíneos em linha reta de um dos nubentes e pelos colaterais consanguíneos em segundo grau.
- (c) em linha reta de um dos nubentes, sejam consanguíneos ou afins.
- (d) colaterais em segundo grau, sejam consanguíneos ou afins.
- (e) em linha reta de um dos nubentes, sejam consanguíneos ou afins, e pelos colaterais em segundo grau, também consanguíneos ou afins.

Assuntos relacionados

Casamento

Q.122

Origem

De acordo com o Código Civil brasileiro, é nulo o casamento

MPE - SE :: Técnico do Ministério
Público - Administrativa
FCC
2009

- (a) realizado por autoridade celebrante incompetente.
- (b) contraído por infringência de impedimento.
- (c) de quem não completou a idade mínima para casar.
- (d) do incapaz de consentir ou manifestar, de modo inequívoco, o consentimento.
- (e) realizado pelo mandatário, sem que ele soubesse da revogação do mandato, e não sobrevivendo coabitação entre os cônjuges.

Assuntos relacionados

Casamento

Q.123

Origem

Com relação ao domicílio é INCORRETO afirmar:

MPE - SE :: Técnico do Ministério
Público - Administrativa
FCC
2009

- (a) Nos contratos escritos, poderão os contratantes especificar domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes.
- (b) Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde for encontrada.
- (c) Se a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio seu qualquer delas.
- (d) O domicílio do marítimo será a sede do comando a que se encontrar imediatamente subordinado.
- (e) Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.

Assuntos relacionados

Domicílio

2.41 TJ - PA :: Analista Judiciário - Direito

Q.124

Origem

Considerando o domicílio a sede jurídica da pessoa, onde ela se presume presente para efeitos de direito, é correto afirmar que:

TJ - PA :: Analista Judiciário -
Direito
FCC
2009

- (a) os ciganos, andarilhos e caixeiros viajantes, tem que ter obrigatoriamente uma residência habitual.
- (b) uma pessoa pode ter mais de um domicílio, mas não pode ter várias residências.
- (c) é impossível alguém ter domicílio sem ter residência.
- (d) a residência é um elemento do conceito de domicílio, o seu elemento objetivo.
- (e) o agente diplomático que, citado no estrangeiro, alegar extraterritorialidade sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, não poderá ser demandado no Distrito Federal ou no último ponto do território brasileiro onde o teve.

Assuntos relacionados

Domicílio

2.42 TJ - PA :: Auxiliar Judiciário

Q.125

Origem

NÃO é exemplo do domicílio necessário o do

TJ - PA :: Auxiliar Judiciário
FCC
2009

- (a) incapaz, que é o mesmo de seu representante legal.
- (b) cigano, que é o local onde for encontrado.
- (c) funcionário público, que é o local onde estiver servindo.
- (d) militar, que é onde estiver servindo.
- (e) preso, que é onde estiver cumprindo a pena.

Assuntos relacionados

Domicílio

Q.126

Origem

A respeito do domicílio, é correto afirmar que:

TJ - PA :: Auxiliar Judiciário
FCC
2009

- (a) se confunde com habitação ou moradia.
- (b) não é o local onde responde por suas obrigações.
- (c) não é o local onde a pessoa estabelece a sua residência com ânimo definitivo.
- (d) é o local onde a pessoa pratica habitualmente seus atos e negócios jurídicos.
- (e) a residência não é elemento do conceito de domicílio.

Assuntos relacionados

Domicílio

2.43 TJ - PA :: Oficial de Justiça Avaliador

Q.127

Origem

Considerando o domicílio a sede jurídica da pessoa, onde ela se presume presente para efeitos de direito, é correto afirmar que:

TJ - PA :: Oficial de Justiça
Avaliador
FCC
2009

- (a) o agente diplomático que, citado no estrangeiro, alegar extraterritorialidade sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, não poderá ser demandado no Distrito Federal ou no último ponto do território brasileiro onde o teve.
 - (b) os ciganos, andarilhos e caixeiros viajantes, tem que ter obrigatoriamente uma residência habitual.
 - (c) uma pessoa pode ter mais de um domicílio, mas não pode ter várias residências.
 - (d) é impossível alguém ter domicílio sem ter residência.
 - (e) a residência é um elemento do conceito de domicílio, o seu elemento objetivo.
-

Assuntos relacionados

Domicílio

2.44 TRE - PI :: Analista Judiciário - Taquigrafia

Q.128

Origem

Sobre o domicílio civil, considere:

- I. Nos contratos escritos não poderão os contratantes especificar domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes.
- II. Se a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio seu qualquer delas.
- III. Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso.
- IV. O agente diplomático do Brasil que, citado no estrangeiro, alegar extraterritorialidade sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, poderá ser demandado no Distrito Federal ou no último ponto do território brasileiro onde o teve. De acordo com o Código Civil Brasileiro, está correto o que se afirma APENAS em

TRE - PI :: Analista Judiciário -
Taquigrafia
FCC
2009

Assuntos relacionados

Domicílio

- (a) I, II e III.
(b) I, III e IV.
(c) II e III.
(d) II, III e IV.
(e) II e IV.

2.45 TRT - 15 Região :: Técnico Judiciário - Administrativa

Q.129

Origem

Pedro é militar da Marinha e está servindo na cidade de Foz do Iguaçu. A sede do comando a que se encontra imediatamente subordinado situa-se em Santos. Sua esposa mora em Registro. Seu filho é domiciliado em Guarujá. Seus pais residem em Curitiba. O domicílio civil de Pedro é em

TRT - 15 Região :: Técnico
Judiciário - Administrativa
FCC
2009

Assuntos relacionados

Domicílio

- (a) Registro.
(b) Foz de Iguaçu.
(c) Santos.
(d) Guarujá.
(e) Curitiba.

2.46 TRT - 16 Região :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.130

Origem

Pessoa que seja possuidora de duas residências regulares. O seu domicílio poderá ser

TRT - 16 Região :: Analista
Judiciário - Judiciária
FCC
2009

Assuntos relacionados

Domicílio

- (a) a localidade em que por último passou a residir.
(b) o local de sua propriedade em que começou a residir em primeiro lugar.
(c) qualquer das residências.
(d) o local onde estiver residindo há mais tempo.
(e) somente se o imóvel for de sua propriedade.

2.47 DP - SP :: Defensor Público

Q.131

Tratando-se de inadimplemento de obrigação:

I. responde o devedor por perdas e danos com correção e juros e, ainda, pelos prejuízos resultantes de caso fortuito e força maior se por estes houver se responsabilizado;

II. ainda que vencida sua prestação, o devedor não responde por mora quando houver do credor exigência de encargos não convencionados;

III. estando em mora o credor, responde o devedor pela conservação da coisa, devendo entregá-la nas mesmas condições do dia da oferta;

IV. não sendo a prestação de pagamento em dinheiro, responde o devedor em mora pelo dano emergente e lucros cessantes, podendo, em alguns casos, ser acrescido o dano reflexo.

Estão corretas SOMENTE as assertivas

- (a) I e II.
- (b) I, II e III.
- (c) I, II e IV.
- (d) II e III.
- (e) III e IV.

Origem

DP - SP :: Defensor Público
FCC
2009

Assuntos relacionados

Inadimplemento das obrigações

2.48 TJ - PA :: Oficial de Justiça Avaliador

Q.132

No cumprimento de mandado o Oficial de Justiça encontrou os seguintes bens passíveis de penhora:

I. Títulos e valores mobiliários com cotação em mercado.

II. Diversas jóias de ouro.

III. Títulos da dívida pública da União, com cotação em mercado.

IV. Um avião bimotor.

V. Um apartamento para veraneio.

A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem:

- (a) I, III, II, V e IV.
- (b) V, IV, II, III e I.
- (c) III, II, V, I e IV.
- (d) IV, V, I, III e II.
- (e) II, III, I, IV e V.

Origem

TJ - PA :: Oficial de Justiça
Avaliador
FCC
2009

Assuntos relacionados

Penhor
Hipoteca
Anticrese

2.49 DP - SP :: Defensor Público

Q.133

Origem

Assinale a alternativa INCORRETA.

DP - SP :: Defensor Público
FCC
2009

- (a) A pessoa casada no regime da comunhão parcial de bens não tem o direito de reivindicar contra parceiro amoroso eventual de seu cônjuge bem que este tenha adquirido com o fruto de patrimônio particular.
- (b) A doação de bem integrante do patrimônio conjugal pelo cônjuge infiel ao seu cúmplice pode ser anulada pelo cônjuge prejudicado até dois anos de dissolvida a sociedade conjugal.
- (c) Os bens adquiridos mediante o esforço conjunto dos concubinos, ainda que um deles seja casado e mantenha vida conjugal, devem ser objetos de partilha.
- (d) O cônjuge prejudicado por doação ou transferência de bens comuns só pode reivindicá-los se não estiver separado de fato há mais de cinco anos.
- (e) Os herdeiros necessários podem, até dois anos de dissolvida a sociedade conjugal, requerer a anulação da doação feita por cônjuge infiel ao seu cúmplice.

Assuntos relacionados

Regime de bens entre os cônjuges

2.50 MPE - SE :: Analista do Ministério Público - Direito

Q.134

Origem

Sobre os alimentos no Direito de Família, considere:

I. Se um dos cônjuges separados judicialmente vier a necessitar de alimentos, será o outro obrigado a prestá-los mediante pensão a ser fixada pelo juiz, caso não tenha sido declarado culpado na ação de separação judicial.

II. Se a parte que deve alimentos em primeiro lugar não estiver em condições de suportar totalmente o encargo, serão chamados a concorrer os de grau imediato e sendo várias as pessoas obrigadas a prestar alimentos, haverá solidariedade entre elas.

III. Fixado juridicamente, o valor dos alimentos torna-se irredutível após o trânsito em julgado da sentença.

IV. O direito a alimentos é irrenunciável.

V. O novo casamento do cônjuge devedor não extingue a obrigação constante da sentença de divórcio, mas o casamento do credor faz cessar para o devedor o dever de prestar alimentos.

Está correto o que se afirma APENAS em

MPE - SE :: Analista do
Ministério Público - Direito
FCC
2009

Assuntos relacionados

Alimentos

- (a) II, III e IV.
- (b) III, IV e V.
- (c) I, II e III.
- (d) I, III e IV.
- (e) I, IV e V.

2.51 MPE - SE :: Técnico do Ministério Público - Administrativa

Q.135

Origem

Prescreve em dois anos a pretensão

MPE - SE :: Técnico do Ministério
Público - Administrativa
FCC
2009

- (a) de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.
- (b) dos tabeliães, auxiliares da justiça, serventuários judiciais, árbitros e peritos, pela percepção de emolumentos, custas e honorários.
- (c) para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.
- (d) relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos.
- (e) para haver juros, dividendos ou quaisquer prestações acessórias, pagáveis, em períodos não maiores de um ano.

Assuntos relacionados

Alimentos

2.52 TJ - PA :: Oficial de Justiça Avaliador

Q.136

Origem

A interpretação do contrato faz-se necessária quando existe divergência entre as partes sobre o efetivo sentido de uma cláusula. Neste caso, é certo que

TJ - PA :: Oficial de Justiça
Avaliador
FCC
2009

- (a) sendo o contrato um negócio jurídico, não pode ser interpretado conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.
- (b) toda vez que surgir conflito levado ao conhecimento do Poder Judiciário, o julgador deverá intervir e decidir a questão de acordo com o seu convencimento, ainda que as partes tenham chegado a uma composição em sentido contrário.
- (c) o sentido literal da linguagem é o que obrigatoriamente deve prevalecer em todos os casos de dúvida na interpretação do contrato.
- (d) havendo conflito de interesses somente em casos excepcionais o ajuste poderá ser determinado pelo juiz.
- (e) faz-se mister em primeiro lugar, verificar qual a intenção comum dos contratantes.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.137

Origem

Como a empreitada é contrato bilateral, consensual, cumutativo oneroso e não solene, pode-se afirmar que,

TJ - PA :: Oficial de Justiça
Avaliador
FCC
2009

- (a) ainda que bilateral, não envolve prestação de ambas as partes podendo prescindir de tal providência.
- (b) mesmo sendo cumutativo, os contratantes nem mesmo subjetivamente, creem na equivalência das prestações.
- (c) por ser oneroso, não envolve propósito especulativo.
- (d) não sendo solene pode ser ultimado por mero acordo verbal das partes.
- (e) sendo consensual, não é negócio que se aperfeiçoa pela mera junção dos consentimentos.

Assuntos relacionados

Contratos

2.53 TRT - 16 Região :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.138

Origem

A respeito da interpretação de contratos, é certo dizer que

TRT - 16 Região :: Analista
Judiciário - Judiciária
FCC
2009

- (a) as cláusulas não podem ser revistas em hipótese alguma depois da assinatura do contrato por todos os contratantes, a não ser por determinação judicial em processo de conhecimento.
- (b) as expressões com mais de um sentido não devem, em caso de dúvida, ser entendidas de maneira mais conforme à natureza e ao objeto do contrato só podendo ser modificadas em juízo.
- (c) as cláusulas ambíguas não são interpretadas de acordo com o costume do lugar em que foram estipuladas.
- (d) quando um contrato ou uma cláusula apresenta duplo sentido, deve-se interpretá-lo de maneira que possa gerar algum efeito, e não de modo que não produza nenhum.
- (e) as cláusulas inscritas nas condições gerais do contrato, impressas ou formuladas por um dos contratantes, não são interpretadas, na dúvida, em favor do outro.

Assuntos relacionados

Contratos

2.54 DP - SP :: Defensor Público

Q.139

Origem

- A respeito dos direitos reais de uso, de usufruto e de habitação,
- I. os dois primeiros podem recair tanto sobre bens móveis quanto sobre bens imóveis e o primeiro está contido no segundo;
- II. é somente através do segundo que se institui o direito à percepção dos frutos;
- III. nenhum confere a possibilidade de alteração ou transformação da destinação econômica;
- IV. tem-nos o cônjuge sobrevivente sobre parte dos bens do falecido, se o regime de bens não for o da comunhão universal e enquanto durar a viuvez;
- V. tem-nos os pais sobre os bens dos filhos crianças ou adolescentes.
- Estão corretas SOMENTE as assertivas

DP - SP :: Defensor Público
FCC
2009

Assuntos relacionados

Direitos reais

- (a) I e II.
- (b) I e III.
- (c) II e IV.
- (d) I, III e V.
- (e) II, III e IV.

Q.140

Origem

Assinale a alternativa INCORRETA.

DP - SP :: Defensor Público
FCC
2009

- (a) O ordenamento brasileiro não prevê expressamente a posse do estado de filho.
- (b) Na investigação de paternidade, a recusa à perícia médica-hematológica ordenada pelo juiz supre a prova.
- (c) A filiação advinda após cento e oitenta dias da celebração do casamento não se presume do marido.
- (d) A manifestação expressa e direta perante Juiz de Direito implica em reconhecimento de filhos, ainda que fora da sede de investigação.
- (e) O óbito de pretense adotante no curso do procedimento de adoção obsta a filiação.

Assuntos relacionados

2.55 TJ - PA :: Oficial de Justiça Avaliador

Q.141

Origem

O fato jurídico é todo acontecimento da vida relevante para o direito, mesmo que ilícito, podendo-se afirmar que:

TJ - PA :: Oficial de Justiça
Avaliador
FCC
2009

- (a) os fatos extraordinários não se enquadram na categoria dos fortuitos ou de força maior.
- (b) os fatos humanos por si só, ou atos jurídicos em sentido amplo, não criam nem modificam direitos.
- (c) fatos humanos e fatos naturais significam a mesma coisa, ainda que decorram uns da atividade humana e outros da natureza.
- (d) os fatos naturais não se confundem, por exemplo, com o nascimento, a morte e a maioridade.
- (e) os fatos extraordinários não guardam relação com tempestades, terremotos e raios, por exemplo.

Assuntos relacionados

Fatos jurídicos

2.56 DPE - MA :: Defensor Público

Q.142

Origem

Sobre a vocação hereditária, preceitua o Código Civil:

DPE - MA :: Defensor Público
FCC
2009

- (a) Legitimam-se a suceder as pessoas nascidas ou já concebidas no momento da morte do de cujus.
- (b) Legitimam-se a suceder as pessoas nascidas ou já concebidas no momento da abertura do testamento cerrado.
- (c) Na sucessão legítima podem ainda ser chamados a suceder os filhos, ainda não concebidos, de pessoas indicadas pelo testador, desde que vivo este ao abrir-se a sucessão.
- (d) Não podem ser nomeados herdeiros nem legatários, entre outros, a concubina do testador casado, salvo se este, sem culpa sua, estiver separado de fato do cônjuge há mais de um ano.
- (e) São anuláveis as disposições testamentárias em favor de pessoas não legitimadas a suceder, quando simuladas sob a forma de contrato oneroso, ou feitas mediante interposta pessoa.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.143

Origem

De acordo com o direito consumerista, o direito de reclamar pelos vícios

DPE - MA :: Defensor Público
FCC
2009

(a) aparentes ou de fácil constatação caduca em oitenta dias contados a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.

(b) aparentes ou de fácil constatação caduca em trinta dias contados a partir do momento em que o consumidor notar o defeito, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.

(c) aparentes ou de fácil constatação caduca em vinte dias contados a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.

(d) ocultos caduca em sete dias contados a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.

(e) ocultos caduca em noventa dias contados a partir do momento em que ficar evidenciado o defeito, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.144

Origem

Segundo a Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro (Decreto-Lei nº4.657/42):

DPE - MA :: Defensor Público
FCC
2009

(a) quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes, a equidade e os princípios gerais de direito.

(b) salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente promulgada.

(c) nos Estados, a obrigatoriedade da lei federal iniciase três meses depois de oficialmente publicada, salvo disposição contrária.

(d) a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

(e) salvo disposição em contrário, a lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.145

Origem

O contrato, segundo o Direito Civil em vigor, se for aleatório por

DPE - MA :: Defensor Público
FCC
2009

(a) dizer respeito a coisas ou fatos futuros, cujo risco de não virem a existir um dos contratantes assuma, terá o outro direito de receber integralmente o que lhe foi prometido, se de sua parte tiver havido dolo, ainda que nada do avençado venha a existir.

(b) serem objeto dele coisas futuras, tomando o adquirente a si o risco de virem a existir em qualquer quantidade, terá também direito o alienante a todo o preço, mesmo que de sua parte tiver concorrido culpa, ainda que a coisa venha a existir em quantidade inferior à esperada. Mas, se da coisa nada vier a existir, alienação não haverá, e o alienante restituirá o preço recebido.

(c) dizer respeito a coisas ou fatos futuros, cujo risco de não virem a existir um dos contratantes assuma, terá o outro direito de receber integralmente o que lhe foi prometido, desde que de sua parte não tenha havido dolo ou culpa, ainda que nada do avençado venha a existir.

(d) serem objeto dele coisas futuras, tomando o adquirente a si o risco de virem a existir em qualquer quantidade, terá também direito o alienante a todo o preço, desde que de sua parte não tiver concorrido culpa, exceto se a coisa venha a existir em quantidade inferior à esperada. Mas, se da coisa nada vier a existir, alienação não haverá, e o alienante restituirá o preço recebido.

(e) se referir a coisas existentes, mas expostas a risco não assumido pelo adquirente, terá igualmente direito o alienante a todo o preço, posto que a coisa já não existisse, em parte, ou de todo, no dia do contrato.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.146

Origem

Os direitos de personalidade são direitos subjetivos

DPE - MA :: Defensor Público
FCC
2009

(a) intransmissíveis e irrenunciáveis em qualquer hipótese, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

(b) intransmissíveis e irrenunciáveis, embora excepcionalmente o seu exercício possa sofrer limitação voluntária, mesmo sem expressa previsão legal.

(c) e, por essa razão, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, em qualquer hipótese, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.

(d) fundamentais, razão pela qual a vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, a requerimento do interessado, adotará as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a esta norma.

(e) fundamentais, razão pela qual é válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição onerosa do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.147

Origem

À luz do Código Civil brasileiro,

DPE - MA :: Defensor Público
FCC
2009

(a) o direito de propriedade será exercido de forma plena, absoluta e exclusiva por todo aquele que detiver o título, sendo inconstitucional qualquer restrição imposta, excetuando-se as que seu titular aceitar de forma voluntária.

(b) segundo Jhering, a posse, por se tratar da exteriorização do direito de propriedade, gera presunção juris et de jure de domínio.

(c) enquanto a propriedade de bem imóvel é adquirida no momento da averbação em Cartório de Registro de Imóveis do título aquisitivo, tratando-se de ato inter vivos, ou do formal de partilha, no caso de sucessão mortis causa, a do bem móvel ocorre pela simples tradição em qualquer caso.

(d) a propriedade de bem imóvel transmite-se ao herdeiro do de cujus, pelo registro do formal de partilha no Cartório de Registro de Imóveis.

(e) a propriedade de bem imóvel transmite-se ao herdeiro do de cujus independentemente de registro do formal de partilha no Cartório de Registro de Imóveis.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.148

Origem

A respeito da paternidade, é correto afirmar:

DPE - MA :: Defensor Público
FCC
2009

(a) A prova da impotência do cônjuge para gerar, à época do nascimento, ilide a presunção da paternidade.

(b) O reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento pode ser feito por escrito particular, a ser arquivado em cartório.

(c) Se a esposa confessar o adultério, isso basta para ilidir a presunção de paternidade.

(d) O reconhecimento pode preceder o nascimento do filho ou ser posterior ao seu falecimento, exceto se ele deixar descendentes.

(e) O filho maior pode ser reconhecido mesmo sem o seu consentimento, cabendo-lhe tão-somente o direito de contestar se o reconhecimento for em juízo ou de ingressar com ação denegatória, a passo que o menor pode impugnar o reconhecimento, nos dois anos que se seguem à maioridade, ou à emancipação.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.149

Origem

A respeito da capacidade de direito, é correto afirmar:

DPE - MA :: Defensor Público
FCC
2009

(a) O menor de dezesseis anos é absolutamente incapaz, ao passo que a capacidade de direito plena ocorre somente aos dezoito anos.

(b) Em relação às pessoas físicas, ocorre a partir do nascimento com vida, mas somente se prova com o registro de nascimento.

(c) Em relação às pessoas jurídicas, ocorre a partir do nascimento com vida, mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.

(d) O registro civil da pessoa física possui natureza jurídica meramente declaratória, ao passo que, para as pessoas jurídicas, o registro tem efeito constitutivo.

(e) Para o maior de dezoito anos, pode ser afastada mediante ação de interdição, na qual se prove a total falta de discernimento do interditando, quer por doença, quer por mal congênito.

Assuntos relacionados

Direito civil

2.57 MPE - CE :: Promotor de Justiça

Q.150

Origem

A inscrição de inadimplentes pode ser mantida nos serviços de proteção ao crédito:

MPE - CE :: Promotor de Justiça
FCC
2009

(a) por, no máximo, três anos, salvo se maior o prazo de prescrição relativo à cobrança do débito, o qual prevalecerá sobre o triênio.

(b) até que o débito que lhe deu origem seja integralmente pago.

(c) por, no máximo, dez anos e, consumada a prescrição relativa à cobrança do débito do consumidor, não serão fornecidas, pelos respectivos Sistemas de Proteção ao Crédito, quaisquer informações que possam impedir ou dificultar novo acesso ao crédito junto aos fornecedores.

(d) pelo prazo, qualquer que seja ele, da prescrição relativa à cobrança do débito.

(e) por, no máximo, cinco anos e, consumada a prescrição relativa à cobrança de débitos do consumidor, não serão fornecidas, pelos respectivos Sistemas de Proteção ao Crédito, quaisquer informações que possam impedir ou dificultar novo acesso ao crédito junto aos fornecedores.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.151

Origem

A publicidade que se aproveita das deficiências de julgamento e experiência da criança é considerada:

MPE - CE :: Promotor de Justiça
FCC
2009

(a) lícita, nos casos em que se possa presumir a permissão dos pais ou responsáveis para que a criança a ela tenha acesso.

(b) enganosa e, por isto, proibida.

(c) abusiva e, por isto, proibida.

(d) abusiva, se for capaz de induzir também o adulto em erro a respeito das características ou qualidades do produto.

(e) enganosa, se induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial à sua saúde ou à sua segurança.

Assuntos relacionados

Direito civil

2.58 TCE - PI :: Assessor Jurídico

Q.152

Origem

Haverá responsabilidade civil objetiva

TCE - PI :: Assessor Jurídico
FCC
2009

(a) quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

(b) sempre que a lei não exigir expressamente a comprovação de culpa ou o reconhecimento da ilicitude do ato causador do dano.

(c) somente quando a lei expressamente dispensar a comprovação de culpa do causador do dano.

(d) apenas quando o dano tiver sido causado por servidor público no exercício de suas funções.

(e) sempre que o causador do dano for incapaz.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.153

Origem

Durante a demora que, no estudo, no reconhecimento ou no pagamento da dívida, considerada líquida, tiverem as repartições ou servidores encarregados de estudar e apreciá-la, o prazo prescricional referente às ações contra a Fazenda Pública

TCE - PI :: Assessor Jurídico
FCC
2009

Assuntos relacionados

Direito civil

- (a) ficará interrompido, desde a entrada do requerimento do titular de direito ou de credor nos livros ou protocolos das repartições públicas.
- (b) ficará suspenso, desde a entrada do requerimento do titular de direito ou de credor nos livros ou protocolos das repartições públicas.
- (c) não se suspende, nem se interrompe, porque as instâncias administrativa e judicial são independentes entre si.
- (d) ficará interrompido, desde o despacho inicial da autoridade competente, determinando a análise do pedido e recomeçará a correr, pela metade do prazo legal, após a decisão administrativa não mais sujeita a recurso.
- (e) ficará suspenso, desde o despacho inicial da autoridade competente, determinando a análise do pedido e recomeçará a correr, pela metade do prazo legal, após decisão administrativa não mais sujeita a recurso.

Q.154

Origem

Considere as seguintes afirmações:

- I. Se, havendo dois ou mais devedores, a prestação não for divisível, cada um será obrigado pela dívida toda.
- II. Na solidariedade ativa, convertendo-se a prestação em perdas e danos, extingue-se, para todos os efeitos, a solidariedade.
- III. A obrigação é indivisível quando a prestação tem por objeto uma coisa ou um fato não suscetível de divisão por motivo de ordem econômica, embora naturalmente divisível por natureza.
- IV. Na cessão por título oneroso, o cedente, ainda que não se responsabilize, fica responsável ao cessionário pela existência do crédito ao tempo em que lhe cedeu, mas não responde, salvo estipulação em contrário, pela solvência do devedor.
- V. Quando o pagamento for em cotas periódicas, a quitação da última estabelece a presunção absoluta do pagamento das anteriores. Estão corretas as afirmações

TCE - PI :: Assessor Jurídico
FCC
2009

Assuntos relacionados

Direito civil

- (a) I, II e IV.
- (b) I, III e IV.
- (c) I, IV e V.
- (d) II, III e V.
- (e) III, IV e V.

Q.155

Origem

A aplicação de uma norma ou um princípio regulador de um fato jurídico a outro fato jurídico não regulado, mas semelhante àquele, corresponde à aplicação

TCE - PI :: Assessor Jurídico
FCC
2009

Assuntos relacionados

Direito civil

- (a) do costume.
- (b) dos princípios gerais de direito.
- (c) da analogia.
- (d) da interpretação extensiva da lei.
- (e) da equidade.

2.59 TJ - PA :: Auxiliar Judiciário

Q.156

Origem

De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, o profissional liberal responde pelos danos causados em razão da prestação de serviços

TJ - PA :: Auxiliar Judiciário
FCC
2009

- (a) se o consumidor não foi suficientemente alertado a respeito dos eventuais riscos do serviço prestado.
- (b) independentemente da apuração de culpa.
- (c) se o serviço mesmo que não defeituoso, pudesse ser realizado de maneira melhor em virtude da superveniência de novas técnicas.
- (d) se os eventuais defeitos constatados se deverem a culpa exclusiva de terceiro.
- (e) se o dano apurado se concretizou a despeito de o prejudicado ter tomado as devidas cautelas ao contratar o serviço.

Assuntos relacionados

Direito civil

2.60 TRE - PI :: Analista Judiciário - Taquigrafia

Q.157

Origem

No que concerne ao instituto da ausência, de acordo com o Código Civil Brasileiro, é correto afirmar:

TRE - PI :: Analista Judiciário -
Taquigrafia
FCC
2009

- (a) Para entrar na posse dos bens do ausente os descendentes darão garantias da restituição deles, mediante penhores ou hipotecas equivalentes aos quinhões respectivos.
- (b) Em regra, a curadoria dos bens dos ausentes incumbe aos descendentes, aos ascendentes ou ao cônjuge não separados judicialmente, nesta ordem.
- (c) Se o ausente aparecer, e ficar provado que a ausência foi voluntária e injustificada, ele não perderá, em favor do sucessor, sua parte nos frutos e rendimentos.
- (d) A sucessão definitiva poderá ser requerida, se o ausente conta com 80 anos de idade, e que de três anos datam as últimas notícias dele.
- (e) Decorridos três anos da arrecadação dos bens do ausente, se este deixou representante ou procurador, os interessados poderão requerer a abertura da sucessão provisória.

Assuntos relacionados

Direito civil

2.61 TRT - 15 Região :: Analista Judiciário - Administrativa

Q.158

Origem

A respeito da mora, é certo que

- (a) o devedor incorre em mora, mesmo não havendo fato ou omissão que lhe seja imputável.
- (b) mesmo havendo termo, a mora se constitui mediante interpelação judicial ou extrajudicial.
- (c) nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora a partir da citação ou interpelação.
- (d) se considera em mora o credor que não quiser receber o pagamento no tempo, lugar e forma que a lei ou a convenção estabelecer.
- (e) o credor não poderá enjeitar a prestação mesmo se esta, devido à mora, para ele se tornar inútil.

TRT - 15 Região :: Analista
Judiciário - Administrativa
FCC
2009

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.159

Origem

A respeito das associações, é correto afirmar que

- (a) entre os associados não há direitos e obrigações recíprocos.
- (b) os estatutos não podem instituir categorias de associados com vantagens especiais.
- (c) a qualidade de associado é intransmissível, mesmo se o estatuto dispuser o contrário.
- (d) da decisão do órgão que, de conformidade com o estatuto, decretar a exclusão de associado, não cabe recurso para a Assembleia Geral.
- (e) se constituem através da união de pessoas que se organizem para fins econômicos.

TRT - 15 Região :: Analista
Judiciário - Administrativa
FCC
2009

Assuntos relacionados

Direito civil

2.62 TRT - 15 Região :: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.160

Origem

Denomina-se vacatio legis

- (a) o período de tramitação da lei no Congresso Nacional.
- (b) o instituto de direito não regulamentado por lei.
- (c) o período de vigência da lei temporária.
- (d) o intervalo entre a data da publicação da lei e a da sua entrada em vigor.
- (e) a situação jurídica dos fatos regulamentados por lei revogada.

TRT - 15 Região :: Analista
Judiciário - Execução de
Mandados
FCC
2009

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.161

Origem

Nos contratos onerosos, o alienante responde pela evicção. A respeito da evicção, é certo que

- (a) não subsiste a garantia da evicção se a aquisição se tenha realizado em hasta pública.
- (b) as partes não podem, por cláusula expressa, reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção.
- (c) subsiste para o alienante esta obrigação, ainda que a coisa alienada esteja deteriorada, exceto havendo dolo do adquirente.
- (d) pode o adquirente demandar pela evicção, mesmo se sabia que a coisa era alheia ou litigiosa.
- (e) o adquirente não pode pleitear nem a rescisão do contrato, nem a indenização, se a evicção for parcial e o valor do prejuízo não for considerável.

TRT - 15 Região :: Analista
Judiciário - Execução de
Mandados
FCC
2009

Assuntos relacionados

Direito civil

2.63 TRT - 15 Região :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.162

Origem

João está obrigado por três débitos da mesma natureza a um só credor, todos líquidos e vencidos, e se dispõe a oferecer quantia em pagamento. O instituto que lhe dá o direito de indicar a qual desses débitos oferece pagamento denomina-se

- (a) compensação.
- (b) dação em pagamento.
- (c) novação.
- (d) imputação do pagamento.
- (e) pagamento em consignação.

TRT - 15 Região :: Analista
Judiciário - Judiciária
FCC
2009

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.163

Origem

Um avião de passageiros desapareceu quando cruzava o Oceano. Dias depois do desaparecimento, foram encontrados destroços da aeronave e corpos de passageiros. Todavia, o corpo de José não foi encontrado após vários meses e as autoridades responsáveis encerraram as buscas. Nesse caso, a morte presumida

TRT - 15 Região :: Analista
Judiciário - Judiciária
FCC
2009

Assuntos relacionados

- (a) pode ser declarada, sem decretação de ausência.
- (b) só pode ser declarada após 10 anos contados da data do acidente.
- (c) só pode ser declarada após dois anos contados da data do acidente.
- (d) não pode ser declarada, somente podendo ser declarada a ausência.
- (e) só pode ser declarada após 10 anos contados da data da declaração da ausência.

Direito civil

Q.164

Origem

A respeito dos atos nulos e dos atos anuláveis, considere:

I. Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será este de cinco anos, a contar da data da conclusão do ato.

II. O menor, entre dezesseis e dezoito anos, para eximir-se de uma obrigação, pode invocar a sua idade, mesmo se dolosamente, no ato de obrigar se, declarou-se maior.

III. Ninguém pode reclamar o que, por uma obrigação anulada, pagou a um incapaz, se não provar que reverteu em proveito dele a importância paga. Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (a) I.
- (b) III.
- (c) I e II.
- (d) I e III.
- (e) II e III.

TRT - 15 Região :: Analista
Judiciário - Judiciária
FCC
2009

Assuntos relacionados

Direito civil

2.64 TRT - 15 Região :: Técnico Judiciário - Administrativa

Q.165

Origem

Paulo, Pedro e José, num automóvel, levavam João a um hospital, pois estava muito doente. Paulo, o mais velho, dirigia o veículo. Pedro, seu filho, estava no banco da frente. José, uma criança de 8 anos, e João ocupavam o banco traseiro. No percurso, o veículo colidiu com um poste e todos morreram, não se podendo verificar quem morreu primeiro. Nesse caso, presume-se que

- (a) todos morreram simultaneamente.
- (b) Paulo morreu primeiro, por ser o mais velho.
- (c) Pedro morreu primeiro, por viajar no banco da frente.
- (d) José morreu primeiro, por ser o mais jovem.
- (e) João morreu primeiro, porque estava muito doente.

TRT - 15 Região :: Técnico
Judiciário - Administrativa
FCC
2009

Assuntos relacionados

Direito civil

2.65 MPE - CE :: Promotor de Justiça

Q.166

Origem

A elaboração de texto legal deve observar regras técnicas estabelecidas na Lei Complementar no 95, de 26/02/1998, entre as quais a indicação de sua vigência, "de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula 'entra em vigor na data de sua publicação' para as leis de pequena repercussão",

MPE - CE :: Promotor de Justiça
FCC
2009

Assuntos relacionados

(a) contudo, nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia sempre 90 (noventa) dias depois de oficialmente publicada.

Lei de introdução ao código civil

(b) por isto não mais vigoram as disposições da Lei de Introdução ao Código Civil, a respeito da vacatio legis.

(c) entretanto, salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país 45 (quarenta e cinco) dias depois de oficialmente publicada.

(d) logo, ao Juiz caberá estabelecer o momento em que a lei entrará em vigor, caso não estabelecido prazo razoável de vacatio legis.

(e) por este motivo, são inconstitucionais as leis ordinárias que não estabelecem prazo de vacatio ou não determinem a entrada em vigor na data de sua publicação.

2.66 TJ - PA :: Analista Judiciário - Direito

Q.167

Origem

Sendo a lei um conjunto de normas que regulam o comportamento humano, é correto afirmar que:

TJ - PA :: Analista Judiciário -
Direito
FCC
2009

(a) A lei, embora nascendo com a promulgação, só começa a vigorar com a sua publicação, 90 dias mais tarde.

(b) A lei passa obrigatoriamente por três fases: a da elaboração, a da promulgação e a da publicação, ainda que em eventual regime de exceção que esteja vivendo o país.

Assuntos relacionados

(c) A despeito de nascer com a promulgação, a lei pode excepcionalmente começar a vigorar com a sua publicação, 60 dias mais tarde.

Lei de introdução ao código civil

(d) A lei entra em vigor na data da sua publicação, não há possibilidade de que venha a vigorar em data mais remota.

(e) Se durante a vacatio legis ocorrer a nova publicação de seu texto, para a correção de falha de ortografia, o prazo da obrigatoriedade não começará necessariamente a correr da nova publicação.

2.67 MPE - CE :: Promotor de Justiça

Q.168

Origem

Passam a integrar o domínio do Município as vias e praças, os espaços livres e as áreas destinadas a edifícios públicos ou outros equipamentos urbanos, constantes do projeto e do memorial descritivo do loteamento:

MPE - CE :: Promotor de Justiça
FCC
2009

- (a) desde a data do registro do loteamento.
- (b) desde o registro da escritura de venda dessas áreas, que o loteador necessariamente fará ao Município, incumbindo a este a avaliação.
- (c) com o decreto expropriatório dessas áreas.
- (d) com o pagamento de indenização devida ao loteador pela desapropriação das áreas referidas.
- (e) desde o registro da escritura de doação dessas áreas, que o loteador deve fazer ao Município.

Assuntos relacionados

Bens

2.68 MPE - SE :: Técnico do Ministério Público - Administrativa

Q.169

Origem

Considere:

I. Para os efeitos legais, são imóveis, dentre outros, as energias que tenham valor econômico e os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.

II. Constitui universalidade de fato o complexo de relações jurídicas, de uma pessoa, dotadas de valor econômico.

III. Apesar de ainda não separados do bem principal, os frutos e produtos podem ser objeto de negócio jurídico.

IV. São pertenças os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro.

De acordo com o Código Civil brasileiro está correto o que se afirma APENAS em

MPE - SE :: Técnico do Ministério
Público - Administrativa
FCC
2009

Assuntos relacionados

Bens

- (a) III e IV.
- (b) I, II e III.
- (c) I e IV.
- (d) II e III.
- (e) II, III e IV.

2.69 MPE - SE :: Analista do Ministério Público - Direito

Q.170

Origem

São anuláveis os negócios jurídicos praticados pelos

MPE - SE :: Analista do
Ministério Público - Direito
FCC
2009

- (a) menores de dezesesseis anos.
- (b) que, por deficiência mental, não tiveram o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil.
- (c) excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
- (d) menores de dezoito anos emancipados.
- (e) que, por causa transitória, não puderam exprimir sua vontade.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

2.70 TJ - PA :: Analista Judiciário - Direito

Q.171

Origem

No que tange aos negócios jurídicos pode-se afirmar que

TJ - PA :: Analista Judiciário -
Direito
FCC
2009

- (a) os negócios neutros podem ser enquadrados entre os onerosos ou os gratuitos.
- (b) nos negócios jurídicos onerosos nem sempre ambos os contratantes auferem vantagens.
- (c) não há nenhum negócio que não possa ser incluído na categoria dos onerosos ou dos gratuitos.
- (d) nos negócios jurídicos gratuitos só uma das partes auferir vantagens ou benefícios.
- (e) os negócios celebrados inter vivos não se destinam obrigatoriamente a produzir efeitos desde logo, ainda que estando vivas as partes.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

2.71 TRT - 16 Região :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.172

Origem

Negócio jurídico efetuado por pessoa absolutamente incapaz, e sem a devida representação, espelhará ato

TRT - 16 Região :: Analista
Judiciário - Judiciária
FCC
2009

- (a) anulável por sua própria natureza.
- (b) absolutamente nulo.
- (c) nulo, caso haja suspeita de prejuízo para o interessado.
- (d) anulável, caso envolva quantia relativamente elevada.
- (e) nulo, caso não haja autorização judicial, com a expressa concordância do Ministério Público.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

2.72 DPE - MA :: Defensor Público

Q.173

Origem

No Direito das Obrigações,

DPE - MA :: Defensor Público
FCC
2009

- (a) a solidariedade, de acordo com a lei, nunca será presumida, pois dependerá exclusivamente da vontade das partes.
- (b) se um dos devedores solidários falecer deixando herdeiros, nenhum destes será obrigado a pagar senão a quota que corresponder ao seu quinhão hereditário, salvo se a obrigação for divisível; mas todos reunidos serão considerados como um devedor solidário em relação aos demais devedores.
- (c) enquanto o julgamento contrário a um dos credores solidários não atinge os demais, o favorável, como regra geral, aproveita-lhes.
- (d) o credor não pode renunciar à solidariedade em favor de um ou de alguns dos devedores, em razão do princípio da indivisibilidade da obrigação solidária.
- (e) impossibilitando-se a prestação por culpa de um dos devedores solidários, subsiste para todos o encargo de pagar o equivalente, mais perdas e danos.

Assuntos relacionados

2.73 MPE - CE :: Promotor de Justiça

Q.174

Origem

Nas obrigações de não fazer:

MPE - CE :: Promotor de Justiça
FCC
2009

- (a) a mora ocorrerá pelo simples descumprimento da obrigação, ainda que não haja fato ou omissão imputável ao devedor.
- (b) não poderá o credor exigir que o devedor desfaça o ato, ainda que isto seja materialmente possível.
- (c) se descumprida, somente é possível a condenação do réu a abster-se do ato, sob pena de multa diária.
- (d) o devedor ficará isento de qualquer consequência de ordem pecuniária, se o credor não provar o prejuízo.
- (e) se descumprida, em caso de urgência poderá o credor desfazer ou mandar desfazer, independentemente de autorização judicial, sem prejuízo do ressarcimento devido.

Assuntos relacionados

2.74 MPE - SE :: Técnico do Ministério Público - Administrativa

Q.175

Origem

Com relação a obrigação de dar coisa certa e incerta é correto afirmar que,

MPE - SE :: Técnico do Ministério
Público - Administrativa
FCC
2009

(a) se a obrigação for de restituir coisa certa, e esta, sem culpa do devedor, se perder antes da tradição, responderá o devedor pelo equivalente, mais perdas e danos.

(b) deteriorada a coisa, não sendo o devedor culpado, não poderá o credor resolver a obrigação, devendo aceitar a coisa, abatido de seu preço o valor que perdeu.

(c) a obrigação de dar coisa certa, em regra, não abrange os acessórios dela não mencionados.

(d) até a tradição pertence ao devedor a coisa, com os seus melhoramentos e acrescidos, pelos quais poderá exigir aumento no preço.

(e) os frutos percebidos são do credor, cabendo ao devedor os pendentes.

Assuntos relacionados

2.75 TRT - 15 Região :: Analista Judiciário - Administrativa

Q.176

Origem

Nas obrigações

TRT - 15 Região :: Analista
Judiciário - Administrativa
FCC
2009

(a) alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou.

(b) solidárias, não importa em renúncia da solidariedade a propositura de ação pelo credor contra um ou alguns dos devedores.

(c) indivisíveis, se um dos credores remitar a dívida, a obrigação ficará extinta para com os outros.

(d) de dar coisa certa, deteriorada a coisa, não sendo o devedor culpado, poderá o credor resolver a obrigação e exigir do devedor o valor que perdeu em decorrência da deteriorização.

(e) de não fazer, praticado pelo devedor o ato a cuja abstenção se obrigara, extingue-se a obrigação pela perda do objeto, não tendo o credor direito a indenização.

Assuntos relacionados

2.76 TRT - 15 Região :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.177

Origem

Nas obrigações

TRT - 15 Região :: Analista
Judiciário - Judiciária
FCC
2009

- (a) divisíveis, havendo dois ou mais devedores, cada um será obrigado pela dívida toda.
- (b) alternativas, pode o devedor obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra.
- (c) solidárias, o credor pode renunciar a solidariedade em favor de um ou de alguns dos devedores.
- (d) de dar coisa incerta, indicada pelo gênero e pela quantidade, a escolha pertence ao credor, se o contrário não resultar do título da obrigação.
- (e) de fazer, se a prestação do fato tornar-se impossível sem culpa do devedor, responderá este por perdas e danos.

Assuntos relacionados

2.77 TRT - 16 Região :: Analista Judiciário - Execução de Mandado

Q.178

Origem

No que tange ao tema do adimplemento das obrigações, tem-se que para a sua validade e formalização:

TRT - 16 Região :: Analista
Judiciário - Execução de Mandado
FCC
2009

- (a) a pessoa que se beneficia com o cumprimento da obrigação não precisa presenciar o ato, assim como pode deixar de ser representada quando da formalização.
- (b) é necessária a existência de um vínculo obrigacional.
- (c) não é absolutamente necessária a demonstração da intenção do obrigado no sentido de provar que quer cumprir a obrigação.
- (d) o cumprimento da obrigação por parte do obrigado não depende necessariamente da concordância do credor.
- (e) a pessoa que cumpre a obrigação não precisa estar presente ou fazer-se representar no ato da formalização, sendo dispensável tal providência.

Assuntos relacionados

2.78 MPE - SE :: Analista do Ministério Público - Direito

Q.179

Origem

A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida, pondo a lei a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro,

MPE - SE :: Analista do
Ministério Público - Direito
FCC
2009

- (a) por isto o natimorto também adquire personalidade jurídica, transmitindo os bens que herdar para sua mãe.
- (b) porém, na sucessão testamentária, podem ser chamados a suceder os filhos, ainda não concebidos, de pessoas indicadas pelo testador, desde que vivas estas ao abrir-se a sucessão.
- (c) o qual, porém, não herdará os bens do pai, se este morrer antes de seu nascimento.
- (d) por isto não se pode beneficiar em testamento pessoa não concebida até a morte do testador.
- (e) mas se pode aquinhoar em testamento a prole eventual, de quem já for concebido no momento da abertura da sucessão do testador.

Assuntos relacionados

2.79 TJ - PA :: Analista Judiciário - Direito

Q.180

Origem

No direito brasileiro NÃO existe incapacidade de direito. Daí decorre que

TJ - PA :: Analista Judiciário -
Direito
FCC
2009

- (a) as incapacidades civil e relativa não podem ser superadas, ainda que observados os requisitos da representação e da assistência.
- (b) há várias espécies de incapacidade.
- (c) incapacidade absoluta pode ser confundida com a relativa, dependendo das circunstâncias.
- (d) a incapacidade relativa não permite que o incapaz pratique alguns atos da vida civil desassistido.
- (e) existe apenas incapacidade de fato ou de exercício.

Assuntos relacionados

2.80 TRE - PI :: Analista Judiciário - Taquigrafia

Q.181

Origem

Considere:

- I. Os excepcionais sem desenvolvimento mental completo.
- II. Os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- III. Os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.
- IV. Os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.
- V. Os menores de dezesseis anos. De acordo com o Código Civil Brasileiro são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil as hipóteses constantes APENAS em

- (a) I, II e V.
- (b) I, III e IV.
- (c) I, III e V.
- (d) II, IV e V.
- (e) II e IV.

TRE - PI :: Analista Judiciário -
Taquigrafia
FCC
2009

Assuntos relacionados

Capítulo 3

PGE - PA

3.1 PGE - PA :: Procurador do Estado

Q.182

Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa INCORRETA:

- (a) Prescrita a obrigação jurídica, converte-se em obrigação natural, não podendo ser exigida coercitivamente, mas persistindo o direito de ação em si.
- (b) Apesar da independência entre a jurisdição penal e a civil, no caso de cometimento de um homicídio, enquanto não houver sentença criminal definitiva, a prescrição não correrá contra os herdeiros da vítima, no que toca à reparação civil.
- (c) A decadência decorrente de prazo legal pode ser pronunciada, de ofício, pelo juiz, independentemente da arguição do interessado, enquanto que a prescrição das ações patrimoniais não pode ser decretada ex officio pelo magistrado.
- (d) Consoante súmula do STF, a prescrição em favor da Fazenda Pública recomeça a correr, por dois anos e meio, a partir do ato interruptivo, mas não fica reduzida aquém de cinco anos, embora o titular do direito a interrompa durante a primeira metade do prazo.

Origem

PGE - PA :: Procurador do
Estado
PGE - PA
2009

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Q.183

Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa INCORRETA:

- (a) O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
- (b) Consoante a jurisprudência do STJ, o dano reflexo enseja a responsabilidade civil do infrator, desde que seja demonstrado o prejuízo à vítima indireta.
- (c) A compensação devida à vítima do dano, ainda que este resulte de dolo do devedor, deverá incluir os danos emergentes e os lucros cessantes decorrentes diretamente da conduta infracional, excluídos os danos remotos.
- (d) A configuração do abuso de direito, consoante o Código Civil de 2002, é essencial a prova de que o agente tinha a intenção de prejudicar terceiro.

Origem

PGE - PA :: Procurador do
Estado
PGE - PA
2009

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

Q.184

Origem

Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

PGE - PA :: Procurador do
Estado
PGE - PA
2009

(a) Nas sociedades limitadas, o sócio cuja contribuição consista em serviços, não pode, salvo convenção em contrário, empregar-se em atividade estranha à sociedade, sob pena de ser privado de seus lucros e dela excluído.

(b) Nas sociedades em conta de participação, obriga-se perante terceiros somente o sócio ostensivo, a não ser que o sócio oculto participe diretamente da transação, caso em que responderá solidariamente com aquele.

(c) O juiz deve pronunciar as nulidades de ofício, quando conhecer do negócio jurídico ou de seus efeitos e as encontrar provadas, podendo, todavia, a requerimento das partes e desde que não haja prejuízos a terceiros de boa-fé, supri-las.

(d) Ocorre lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade ou por inexperiência, assume obrigação excessivamente onerosa.

Assuntos relacionados

Sociedade

Q.185

Origem

Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa INCORRETA:

PGE - PA :: Procurador do
Estado
PGE - PA
2009

(a) As declarações enunciativas, constantes de documentos assinados, presumem-se verdadeiras em relação aos signatários e, desde que tenham relação direta com as disposições principais ou com a legitimidade das partes, eximem os interessados em sua veracidade do ônus de prová-las.

(b) Em ação de investigação de paternidade, consoante a jurisprudência do STJ, a recusa do suposto pai a submeter-se ao exame de DNA constitui presunção absoluta da sua paternidade.

(c) O novo Código Civil equiparou as cópias (reproduções) inautênticas aos documentos originais e autenticados, desde que sejam comuns às partes e inexista impugnação à sua exatidão.

(d) Nos casos em que a lei exclui a prova testemunhal, não se admite, como meio de prova, a presunção, exceto se prevista em lei.

Assuntos relacionados

Relações de parentesco

Q.186

Origem

Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

PGE - PA :: Procurador do
Estado
PGE - PA
2009

I. O aforamento de terreno da União depende de prévia autorização do Presidente da República, ficando o foreiro sujeito ao pagamento de foro, anualmente atualizado, caducando do direito no caso de não-pagamento durante 3 (três) anos consecutivos.

II. A servidão, desde que registrada no Cartório de Registro de Imóveis, só se extingue, com respeito a terceiros, quando cancelada, ainda que haja desapropriação do prédio dominante.

III. No caso de extinção do direito de superfície em consequência de desapropriação, a indenização cabe ao proprietário e ao superficiário, no valor correspondente ao direito real de cada um.

IV. Consoante a jurisprudência do STF, é defeso construir parede de tijolos de vidro translúcido a menos de metro e meio do prédio vizinho.

Assuntos relacionados

Superfície

(a) II e III estão corretas.

(b) I e III estão corretas.

(c) I e IV estão corretas.

(d) II e IV estão corretas.

Q.187

Origem

Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa INCORRETA:

PGE - PA :: Procurador do
Estado
PGE - PA
2009

- (a) O adquirente de imóvel locado não é obrigado a respeitar o contrato, a não ser que dele conste cláusula dispondo sobre sua vigência no caso de alienação, devidamente registrada no Registro de Imóveis.
- (b) Salvo estipulação em contrário, o empreiteiro deve executar a obra de acordo com o projeto original, sem possibilidade de exigir acréscimo no preço, ainda que realize serviços extraordinários, excepcionados os casos em que estes resultem de instruções escritas do dono da obra ou de sua autorização tácita.
- (c) Consoante jurisprudência do STJ, o segurado perderá o direito à garantia se, por sua culpa exclusiva ou de seu preposto, agravar intencionalmente o risco objeto do contrato.
- (d) A fiança é modalidade de garantia que visa ao interesse do credor, de tal sorte que o devedor não pode opor-se à sua estipulação.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.188

Origem

Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

PGE - PA :: Procurador do
Estado
PGE - PA
2009

- I. No caso de pagamento indevido para a obtenção de fim ilícito, imoral ou proibido por lei, a repetição reverterá em favor de entidade local de beneficência.
- II. O reivindicante tem a obrigação de indenizar as benfeitorias ao possuidor de má-fé, quer as necessárias, quer as voluptuárias, podendo optar entre o seu valor atual e o seu custo.
- III. O devedor pode invocar a proteção ao bem de família legal mesmo se a penhora de seu imóvel residencial houver sido ordenada antes da entrada em vigor da Lei n. 8.009/90.
- IV. A contagem do prazo para a entrada em vigor das leis que estabeleçam período de vacância far-se-á com a exclusão da data da publicação e do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua consumação integral.
- (a) I e II estão corretas.
- (b) III e IV estão corretas.
- (c) I e III estão corretas.
- (d) II e IV estão corretas.

Assuntos relacionados

Bem de família

Q.189

Origem

Considerando a jurisprudência dos Tribunais Superiores, é INCORRETO afirmar:

PGE - PA :: Procurador do
Estado
PGE - PA
2009

- (a) O condômino não pode usucapir parte ideal pertencente a outro condômino, ainda que exerça posse exclusiva sobre o imóvel.
- (b) A hipoteca firmada entre a construtora e o agente financeiro, anterior ou posterior à celebração da promessa de compra e venda, não tem eficácia perante os adquirentes do imóvel.
- (c) No compromisso de compra e venda com cláusula de arrependimento, a devolução do sinal, por quem o deu, ou a sua restituição em dobro, por quem o recebeu, exclui indenização a maior, a título de perdas e danos, salvo os juros moratórios e os encargos do processo.
- (d) Nos contratos de locação, é válida a cláusula de renúncia à indenização das benfeitorias e ao direito de retenção.

Assuntos relacionados

Direitos reais

Parte II
2008

Capítulo 4

CESGRANRIO

4.1 ANP :: Analista em Regulação - Direito

Q.190

Origem

Quanto à responsabilidade civil, são feitas as afirmações a seguir.

I - Ela é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, quando esta questão se achar decidida no juízo criminal.

II - Em caso de homicídio, sua indenização consiste, tão somente, no pagamento das despesas com o tratamento da vítima, seu funeral e o luto da família.

III - Se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, eqüitativamente, a indenização.

IV - O valor da indenização por injúria, difamação ou calúnia, quando o ofendido não puder provar prejuízo material, corresponderá a 10

- (a) I e III
- (b) II e IV
- (c) III e IV
- (d) I, II e V
- (e) II, III e V

ANP :: Analista em Regulação -
Direito
CESGRANRIO
2008

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

4.2 BNDES :: Profissional básico - Administração

Q.191

Origem

A respeito da responsabilidade civil da Administração, a jurisprudência e a melhor doutrina pátria reconhecem, com amparo na atual disciplina constitucional e legal da matéria, que o Brasil adota a teoria:

- (a) subjetiva da culpa.
- (b) do risco administrativo.
- (c) do risco integral.
- (d) da culpa administrativa.
- (e) da culpa civil comum.

BNDES :: Profissional básico -
Administração
CESGRANRIO
2008

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

4.3 ANP :: Analista em Regulação - Direito

Q.192

Origem

João e José constituíram uma sociedade em conta de participação, na qual o primeiro assumiu a condição de sócio ostensivo. Considerando-se exclusivamente estas informações e este contexto,

ANP :: Analista em Regulação -
Direito
CESGRANRIO
2008

- (a) José não se obriga perante terceiros.
- (b) João pode admitir novo sócio, desde que José não manifeste sua oposição.
- (c) a falência de João não acarreta a dissolução da sociedade.
- (d) a sociedade deve ser formalmente constituída e só pode ser provada por escrito.
- (e) A sociedade adquire personalidade jurídica com a inscrição de seu contrato social.

Assuntos relacionados

Sociedade não-personificada

4.4 INEA :: Advogado

Q.193

Origem

Nos termos da legislação vigente, a deliberação dos sócios de uma sociedade limitada que implique modificação de seu contrato social dependerá de votos representativos de, no mínimo,

INEA :: Advogado
CESGRANRIO
2008

- (a) 2/3 (dois terços) dos votos dos sócios presentes à reunião ou assembléia.
- (b) 1/2 (metade) do capital social.
- (c) 1/2 (metade) dos votos dos sócios presentes à reunião ou assembléia.
- (d) 3/4 (três quartos) do capital social.
- (e) 3/4 (três quartos) dos votos dos sócios presentes à reunião ou assembléia.

Assuntos relacionados

Sociedade personificada

Q.194

Origem

Tratando-se de acordo de acionistas regulado pelas disposições do art. 118 da Lei no 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), pode-se afirmar que:

INEA :: Advogado
CESGRANRIO
2008

I - o acordo de acionistas pode regular as condições de alienação das ações de titularidade dos acionistas participantes;

II - os acionistas participantes do acordo podem, segundo as condições previstas no acordo, promover execução específica das obrigações nele assumidas;

III - a companhia deve aplicar literalmente o acordo de acionistas que tenha sido arquivado em sua sede, sendo vedado a esta solicitar aos acionistas participantes do acordo esclarecimentos acerca de suas cláusulas;

IV - o presidente da assembléia geral não computará voto de acionista participante do acordo arquivado na sede da companhia, que tenha sido proferido em desacordo com as obrigações nele assumidas.

Estão corretas as afirmações

- (a) I, II e III, apenas.
- (b) I, II e IV, apenas.
- (c) I, III e IV, apenas.
- (d) II, III e IV, apenas.
- (e) I, II, III e IV.

Assuntos relacionados

Sociedade personificada

4.5 ANP :: Analista em Regulação - Direito

Q.195

Origem

A incapacidade, para os menores, cessará, pelo(a)

ANP :: Analista em Regulação -
Direito
CESGRANRIO
2008

- (a) casamento.
- (b) ingresso em curso de ensino superior.
- (c) aprovação em concurso público.
- (d) assinatura da CTPS.
- (e) declaração dos pais, desde que reconhecida por autenticidade.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

Q.196

Origem

Quanto à prova testemunhal, são feitas as afirmações a seguir.

ANP :: Analista em Regulação -
Direito
CESGRANRIO
2008

I - Os menores de dezoito anos não podem ser admitidos como testemunhas.

II - A oitiva de cegos e surdos na qualidade de testemunhas não sofre qualquer restrição.

III - Os colaterais, até o sexto grau, de alguma das partes, por consangüinidade ou afinidade, não podem ser admitidos como testemunhas.

IV - Qualquer que seja o valor do negócio jurídico, a prova testemunhal é admissível como subsidiária ou complementar da prova por escrito.

É(São) correta(s) APENAS a(s) afirmativa(s)

Assuntos relacionados

Provas

- (a) I
- (b) IV
- (c) II e III
- (d) I, II e III
- (e) II, III e IV

Q.197

Origem

Quanto às cláusulas especiais à compra e venda, analise as afirmações a seguir.

ANP :: Analista em Regulação -
Direito
CESGRANRIO
2008

I - O prazo para o exercício de cláusula de retrovenda tem caráter prescricional e deve ser exercido no tempo máximo de dois anos.

II - A venda feita a contento do comprador não se reputará perfeita, enquanto o adquirente não manifestar seu desagrado.

III - O prazo para exercer o direito de preferência não poderá exceder a cento e oitenta dias, se a coisa for móvel, ou a dois anos, se imóvel.

IV - A cláusula de reserva de domínio será estipulada por escrito e depende de registro no domicílio do comprador para valer contra terceiros.

V - Na venda sobre documentos, a entrega do seu título representativo e dos outros documentos exigidos pelo contrato não substitui a tradição da coisa.

Estão corretas APENAS as afirmações

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

- (a) I e II
- (b) I e V
- (c) III e IV
- (d) I, II, III e IV
- (e) II, III, IV e V

4.6 BNDES :: Profissional básico - Administração

Q.198

Origem

Sobre as sociedades anônimas, é INCORRETO afirmar que

BNDES :: Profissional básico -
Administração
CESGRANRIO
2008

- (a) as companhias abertas podem emitir partes beneficiárias.
- (b) o capital social pode ser integralizado pelo acionista em dinheiro, bens ou créditos.
- (c) são sempre sociedades empresárias, mesmo que o seu objeto seja atividade econômica civil.
- (d) para a sua constituição é necessário que todas as ações representativas do capital social estejam subscritas.
- (e) se considera nacional a companhia constituída de acordo com a legislação brasileira e com sede de administração localizada no Brasil, sendo irrelevante a nacionalidade do capital ou dos acionistas.

Assuntos relacionados

Empresário

Q.199

Origem

A adoção da Teoria da Empresa no direito positivo brasileiro se consolida com a entrada em vigor do Código Civil de 2002. Ainda assim, o atual ordenamento jurídico brasileiro reconhece hipóteses de atividades econômicas civis que não se submetem ao regime jurídico-empresarial. A esse respeito, analise os exemplos a seguir.

BNDES :: Profissional básico -
Administração
CESGRANRIO
2008

I - Leonardo presta serviços de consultoria diretamente a pessoas físicas ou jurídicas, com habitualidade e intuito lucrativo, mas sem constituir sociedade, tampouco contratar empregados.

II - Cristina é advogada recém-formada que atende pessoalmente seus primeiros clientes no escritório de advocacia do qual é sócia com sua amiga Ana, também advogada, contando com o auxílio de colaboradores empregados nas funções de recepcionista, secretária e arquivista.

III - Helena prepara em sua casa doces que vende para restaurantes e bufês, com habitualidade e intuito lucrativo, mas sem constituir sociedade, tampouco contratar empregados.

Submete(m)-se ao regime jurídico-empresarial a(s) atividade(s) exercida(s) por

Assuntos relacionados

Empresário

- (a) Helena, apenas.
- (b) Cristina, apenas.
- (c) Cristina e Helena, apenas.
- (d) Leonardo e Helena, apenas.
- (e) Leonardo e Cristina, apenas.

4.7 INEA :: Advogado

Q.200

Origem

São regras aplicáveis à interpretação e aplicação dos contratos privados, previstas no direito positivo brasileiro (Código Civil) as apresentadas a seguir.

INEA :: Advogado
CESGRANRIO
2008

I - O distrato faz-se pela mesma forma exigida para o contrato.

II - Quando houver, no contrato de adesão, cláusulas ambíguas ou contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao aderente.

III - Nos contratos de adesão, são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.

IV - Nos contratos bilaterais, nenhum dos contratantes, antes de cumprida a sua obrigação, pode exigir o implemento da obrigação do outro.

Estão corretas as regras

Assuntos relacionados

Contratos

- (a) I e III, apenas.
 - (b) I, II e III, apenas.
 - (c) I, III e IV, apenas.
 - (d) II, III e IV, apenas.
 - (e) I, II, III e IV.
-

4.8 ANP :: Analista em Regulação - Direito

Q.201

Origem

Quanto ao nome empresarial, são feitas as afirmações abaixo.

ANP :: Analista em Regulação -
Direito
CESGRANRIO
2008

I - O nome empresarial não pode ser objeto de alienação.

II - Pode constar da denominação da sociedade anônima o nome do fundador.

III - O nome de sócio que vier a falecer pode ser conservado na firma social, desde que ele seja seu fundador.

IV - A denominação das associações e fundações é com ele equiparado, para os efeitos da proteção da lei.

V - A sociedade cooperativa funciona sob denominação integrada pelo vocábulo "cooperativa".

Estão corretas APENAS as afirmações

Assuntos relacionados

Institutos complementares

- (a) I e II
 - (b) III e IV
 - (c) I, II e V
 - (d) I, II, IV e V
 - (e) II, III, IV e V
-

Q.202

Origem

Quanto aos títulos de crédito, apresentam-se as afirmações abaixo.

- I - O aval deve ser dado no verso ou no anverso do próprio título, sendo, nesse caso, necessário conter a data e a assinatura do avalista.
II - A omissão de qualquer requisito legal, que tire ao escrito a sua validade como título de crédito, não implica a invalidade do negócio jurídico que lhe deu origem.
III - O título de crédito deve conter a data da emissão, a indicação precisa dos direitos que confere, e a assinatura do emitente.
IV - Consideram-se não escritas no título a cláusula de juros, a proibitiva de endosso e a excludente de responsabilidade pelo pagamento ou por despesas.
V - Enquanto o título de crédito estiver em circulação, só ele poderá ser dado em garantia, ou ser objeto de medidas judiciais, e não, separadamente, os direitos ou mercadorias que representa.
Estão corretas APENAS as afirmações

- (a) I e II
- (b) III e IV
- (c) I, II e V
- (d) I, II, IV e V
- (e) II, III, IV e V

ANP :: Analista em Regulação -
Direito
CESGRANRIO
2008

Assuntos relacionados

Títulos de crédito

4.9 INEA :: Advogado

Q.203

Origem

Sobre as regras do usufruto previstas no Código Civil tem-se que o

- (a) usufruto apenas pode ser constituído sobre bens imóveis.
- (b) usufruto não se estende aos acessórios da coisa objeto do usufruto, salvo disposição em contrário.
- (c) usufruto apenas pode ser constituído sobre a integralidade da coisa, abrangendo necessariamente todos seus frutos e utilidades.
- (d) exercício do usufruto não pode ser cedido a terceiros.
- (e) pagamento das contribuições do seguro caberá ao usufrutuário, caso a coisa objeto do usufruto esteja segurada.

INEA :: Advogado
CESGRANRIO
2008

Assuntos relacionados

Usufruto

4.10 ANP :: Analista em Regulação - Direito

Q.204

Origem

São instrumentos de intervenção estatal no domínio econômico:

ANP :: Analista em Regulação -
Direito
CESGRANRIO
2008

- (a) criação de incentivos fiscais, controle de preços e repressão ao abuso de poder econômico.
- (b) criação de subsídios, livre estipulação de preços e repressão ao abuso de poder econômico.
- (c) repressão ao abuso de poder econômico, monopólio e livre estipulação de preços.
- (d) cobrança de impostos, criação de incentivos fiscais e controle de abastecimento.
- (e) controle de preços, monopólio e cobrança de impostos.

Assuntos relacionados

Direito civil

4.11 BNDES :: Profissional básico - Administração

Q.205

Origem

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar no 101/2000) estabelece que o ato que criar ou aumentar despesa obrigatória de caráter continuado deverá ser instruído com estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes, bem como demonstrar a origem dos recursos para seu custeio. Nesse contexto, a legislação estabelece que se considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a(ao):

BNDES :: Profissional básico -
Administração
CESGRANRIO
2008

Assuntos relacionados

Direito civil

- (a) um exercício.
- (b) dois exercícios.
- (c) três exercícios.
- (d) quatro exercícios.
- (e) período remanescente do mandato do chefe do Poder Executivo do ente federativo.1883

4.12 Petrobras Distribuidora :: Direito

Q.206

Origem

É correto afirmar, a respeito da prescrição, que esta atinge a pretensão que nasce da violação do direito

Petrobras Distribuidora :: Direito
CESGRANRIO
2008

- (a) subjetivo, não é causa de extinção de direito e só pode ser conhecida pelo juiz se houver provocação do interessado.
- (b) subjetivo, não é causa de extinção de direito e pode ser conhecida pelo juiz mesmo sem provocação do interessado.
- (c) subjetivo, é causa de extinção de direito e só pode ser conhecida pelo juiz se houver provocação do interessado.
- (d) potestativo, não é causa de extinção de direito e pode ser conhecida pelo juiz mesmo sem provocação do interessado.
- (e) potestativo, não é causa de extinção de direito e só pode ser conhecida pelo juiz se houver provocação do interessado.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.207

Origem

A respeito de Responsabilidade Civil, todas as afirmativas abaixo estão corretas, EXCETO uma. Assinale-a.

Petrobras Distribuidora :: Direito
CESGRANRIO
2008

- (a) A imprudência é a atuação do sujeito sem as devidas cautelas, de forma açodada.
- (b) A noção de culpa vincula-se a um juízo de imputabilidade.
- (c) A culpa é elemento acidental da responsabilidade civil.
- (d) O artigo 186 do CCB refere-se exclusivamente à culpa stricto sensu.
- (e) O previsível, na culpa, mede-se pelo grau médio de cuidado, de acordo com a sensibilidade ético-social.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.208

Origem

José Márcio celebrou com TWL Construções Ltda. contrato preliminar de compra de venda de imóvel pertencente a esta última, a título irrevogável, no valor total de R\$ 500.000,00, ajustando que o pagamento deveria ser feito em moeda corrente, da seguinte forma: R\$ 50.000,00, a título de sinal, em 48 horas a contar da assinatura do instrumento; R\$ 200.000,00 contra a exibição da certidão de ônus reais emitida pelo cartório de registro imobiliário, que deveria ser providenciada pela promitente-vendedora em até dez dias; R\$ 250.000,00 no ato da celebração do contrato definitivo, a realizar-se em até trinta dias. Na data agendada para a formalização do contrato de compra e venda, cumpridas regularmente todas as obrigações vencidas até então, as certidões exibidas pela promitente-vendedora demonstraram a existência de dívida fiscal de valor superior ao do imóvel, bem como de ações e execuções cíveis em curso, envolvendo valor global também superior ao do contrato. Diante disso, José Márcio pode, lícitamente, exigir da promitente-vendedora, além do desfazimento do contrato preliminar a(o)

Petrobras Distribuidora :: Direito
CESGRANRIO
2008

Assuntos relacionados

Direito civil

- (a) devolução do valor pago até aquela data.
- (b) dobro do valor total pago até aquela data.
- (c) dobro do valor total pago até aquela data e, ainda, indenização pelos prejuízos sofridos em razão da dissolução do contrato que superarem o total dos pagamentos realizados.
- (d) dobro do valor pago a título de sinal e a devolução da segunda parcela do preço.
- (e) dobro do valor pago a título de sinal, a devolução da segunda parcela do preço e, ainda, indenização pelos prejuízos sofridos em razão da dissolução do contrato que superarem o valor da primeira parcela do preço.

Q.209

Origem

Analisar as afirmações a seguir, sobre obrigações.

Petrobras Distribuidora :: Direito
CESGRANRIO
2008

I - Em caso de obrigação com prestação facultativa, tornando-se impossível o cumprimento da prestação principal, em decorrência de fortuito, resta ao credor exigir a entrega da supletória.

II - A prova do inadimplemento cabe ao credor nas obrigações de meio; nas obrigações de resultado, a prova do inadimplemento cabe ao devedor.

III - Nas obrigações genéricas, a destruição da coisa não exonera o devedor, ainda que decorrente de fortuito.

IV - Nas obrigações indivisíveis, havendo pluralidade de credores, o devedor só se desonera efetuando o pagamento a todos eles, conjuntamente. São corretas, APENAS, as afirmativas

Assuntos relacionados

Direito civil

- (a) I e II
- (b) II e III
- (c) III e IV
- (d) I, II e III
- (e) I, II e IV

Q.210

Origem

Com relação à regulação da responsabilidade pelo Código Civil, analise as afirmativas a seguir.

I - O Código distinguiu as duas espécies de responsabilidade, contratual e extracontratual, tratando da primeira nos artigos 389 e 395.

II - A responsabilidade contratual não abrange o descumprimento de negócio unilateral.

III - No caso da responsabilidade contratual, o credor deve demonstrar que a prestação foi descumprida.

IV - A responsabilidade do credor que demanda o devedor por dívida já paga é subjetiva.

V - A indenização está vinculada à violação de um dever jurídico.

Estão corretas APENAS as afirmativas

- (a) I e III
- (b) I e IV
- (c) II e IV
- (d) II e V
- (e) IV e V

Petrobras Distribuidora :: Direito
CESGRANRIO
2008

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.211

Origem

O contrato de locação não-residencial pode estipular, lícitamente, que o(a)

(a) pagamento de todas as despesas condominiais e, ainda, do imposto predial caberá ao locatário.

(b) aluguel deverá ser pago até o último dia útil do mês vincendo.

(c) exercício do direito à renovação do contrato submeter-se-á ao pagamento prévio, pelo locatário, do triplo do valor do aluguel vigente.

(d) locatário não fará jus a indenização por quaisquer benfeitorias realizadas no imóvel, mesmo que necessárias.

(e) locação será garantida por caução equivalente ao triplo do valor do aluguel pactuado, bem como por fiança prestada, em caráter solidário, pelos sócios do locatário, sendo esta pessoa jurídica.

Petrobras Distribuidora :: Direito
CESGRANRIO
2008

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.212

Origem

Na hipótese de contrato que fere lei imperativa, a responsabilidade civil é

- (a) contratual.
- (b) delitual.
- (c) subjetiva.
- (d) putativa.
- (e) decorrente do risco.

Petrobras Distribuidora :: Direito
CESGRANRIO
2008

Assuntos relacionados

Direito civil

4.13 ANP :: Analista em Regulação - Direito

Q.213

Origem

Quanto aos negócios jurídicos, são feitas as afirmações a seguir.

I - A boa-fé e os usos do lugar de sua celebração devem nortear sua interpretação.

II - Não obstante suas circunstâncias, eles são interpretados de forma estrita.

III - A impossibilidade inicial do objeto contamina-os definitivamente quanto à validade.

IV - O silêncio não importa anuência, pois a declaração de vontade deve ser sempre expressa.

V - Nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem.

Estão corretas APENAS as afirmações

- (a) I e II
- (b) I e V
- (c) III e IV
- (d) I, II, III e IV
- (e) II, III, IV e V

ANP :: Analista em Regulação -
Direito
CESGRANRIO
2008

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Capítulo 5

CESPE

5.1 PGE- PI :: Procurador do Estado Substituto

Q.214

Origem

Quanto aos atos ilícitos e ao abuso de direito, assinale a opção correta.

PGE- PI :: Procurador do Estado
Substituto
CESPE
2008

() Para se configurar a responsabilidade por ato ilícito, ainda que não tenha causado efetivo prejuízo, é necessária, no momento da conduta, a verificação de dolo ou culpa por parte do agente, bem como a verificação da gradação da culpa em grave, leve ou levíssima.

() Quando inúmeras causas sucessivas contribuem para a produção do efeito danoso, qualquer dessas causas pode ser considerada suficiente para demonstrar o nexo de causalidade e imputar ao seu autor o dever de indenizar.

() Os atos ilícitos praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito, que provoquem deterioração ou destruição da coisa alheia ou lesão a pessoa, não geram o dever de indenizar.

() O abuso de direito, que é uma das fontes de obrigações, caracteriza-se não pela incidência da violação formal a direito, mas pela extrapolação dos limites impostos pelo ordenamento jurídico para o seu exercício.

() O abuso de direito configura-se como ato ilícito e a responsabilidade dele decorrente depende de dolo ou culpa, tendo, portanto, natureza subjetiva. Assim, para o reconhecimento desse ato ilícito, é imprescindível que o agente tenha a intenção de prejudicar um terceiro, que, por sua vez, ao exercer determinado direito, tenha excedido manifestamente os limites impostos pela finalidade econômica ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

Assuntos relacionados

Atos jurídicos ilícitos

5.2 DPE CE :: Defensor Público

Q.215

Acerca da prescrição, julgue os itens que se seguem.

() Considere a seguinte situação hipotética. Lucas, funcionário público estadual que foi designado para prestar serviços no Distrito Federal, é credor de João, por uma dívida vencida e não paga. Nessa situação, o prazo prescricional para propositura da execução contra o devedor inadimplente será suspenso a partir da data que Lucas foi designado para prestar serviços públicos em local diverso de sua lotação.

() Caso o devedor pague uma dívida e posteriormente tome conhecimento de que aquela obrigação estava prescrita, ele poderá propor ação para reaver o que indevidamente pagou. Essa prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, inclusive em recurso especial ou extraordinário, desde que tenha ocorrido prequestionamento.

Origem

DPE CE :: Defensor Público
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

5.3 Pref. Municipal de Natal :: Procurador Municipal

Q.216

Com relação ao instituto da prescrição no atual Código Civil, assinale a opção correta.

() A prescrição suspensa em favor de um dos credores solidários aproveitará aos outros, uma vez que a solidariedade impõe a todos a totalidade da prestação.

() Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, fica interrompida a prescrição até o recebimento da denúncia ou da queixa-crime.

() A interrupção da prescrição por um dos credores não aproveitará aos outros, ressalvando-se o caso de serem credores solidários.

() As partes poderão, desde que mediante mútuo acordo, diminuir os prazos prescricionais previstos no código citado, já que as normas que regulam a prescrição são consideradas dispositivas.

Origem

Pref. Municipal de Natal ::
Procurador Municipal
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

5.4 SEBRAE :: Direito

Q.217

Quanto à prescrição, julgue o item a seguir.

() A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá quando for feita sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumir.

Origem

SEBRAE :: Direito
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

5.5 INSS :: Analista do Seguro Social - Direito

Q.218

Origem

Com respeito ao direito civil das coisas, julgue os itens que se seguem.

INSS :: Analista do Seguro Social
- Direito
CESPE
2008

() A ocupação é o modo originário, por excelência, de aquisição do domínio de bem imóvel.

() O constituto possessório é modo de aquisição e perda da posse, pois o possuidor, em razão da cláusula constituti, altera a relação possessória, passando a possuir em nome alheio aquilo que possuía em nome próprio.

Assuntos relacionados

Propriedade

5.6 Pref. Municipal de Natal :: Assessor Jurídico

Q.219

Origem

No dia 4/8/2003, Ana comprou um apartamento de Sílvia, mediante escritura pública, e, após um mês, mudou-se para o imóvel. No dia 9/10/2007, recebeu de Alexandre notificação para desocupar o apartamento, já que ele havia adquirido o imóvel de Sílvia. Procurado por Ana, Alexandre reafirmou que havia comprado o imóvel, tendo-o registrado no cartório de registro de imóveis, conforme documentos que apresentou. À luz da disciplina conferida pelo atual Código Civil à matéria e considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta.

Pref. Municipal de Natal ::
Assessor Jurídico
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Propriedade

() A situação de Ana não deve ser abalada, pois, apesar de Alexandre ter levado a escritura a registro, ele não obteve a tradição do imóvel.

() Alexandre deve ser considerado proprietário do apartamento, uma vez que o registrou no cartório de registro de imóveis em seu nome.

() Ana deve ser considerada proprietária do imóvel, pois ela firmou negócio jurídico válido e formalizado em escritura pública com Sílvia.

() Alexandre poderá deixar de ser proprietário do bem, bastando, para isso, que seja declarada a invalidade do título translativo que lhe confere esta situação por meio de ação própria.

5.7 Pref. Teresina PI :: Agente Fiscal de Tributos Municipais

Q.220

Origem

A respeito da aquisição da propriedade imóvel, julgue os itens a seguir.

Pref. Teresina PI :: Agente Fiscal
de Tributos Municipais
CESPE
2008

() O registro do título aquisitivo da propriedade imobiliária gera a presunção absoluta da propriedade, pois sana os possíveis vícios ou defeitos no negócio jurídico.

() A acessão que é fruto de um acréscimo lento, sucessivo e imperceptível aos terrenos ribeirinhos denomina-se aluvião. Esses acréscimos formados por depósitos e aterros naturais pertencem aos donos dos terrenos marginais.

Assuntos relacionados

Propriedade

5.8 SEBRAE :: Direito

Q.221

Origem

Julgue o item abaixo, a respeito da aquisição da propriedade.

SEBRAE :: Direito
CESPE
2008

() A avulsão constitui um meio de aquisição da propriedade imobiliária.

Assuntos relacionados

Propriedade

5.9 SGA - AC :: Advogado

Q.222

Origem

Julgue os seguintes itens, acerca de posse e propriedade.

SGA - AC :: Advogado
CESPE
2008

() É permitido o convalidamento da posse precária, violenta ou clandestina, desde que cessado o vício que macula a posse ou pelo decurso de ano e dia, assegurando-se ao possuidor o direito a indenização das benfeitorias necessárias e das úteis, bem como o direito de retenção.

() A ocupação de bem público traz como consequência o reconhecimento da posse tolerada ou detenção, que se confundem com a posse direta, assegurando-se àquele que exerce atos possessórios direito a indenização pelas benfeitorias feitas no imóvel, bem como o direito de retenção.

() O registro, no cartório de registro de imóveis, do título de aquisição do domínio de um bem imóvel gera a presunção da propriedade, e, se o teor do registro não exprimir a verdade, cabe ao prejudicado o ônus probatório da falsidade.

Assuntos relacionados

Propriedade

5.10 TJ DFT :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.223

Origem

No que se refere à propriedade, julgue os seguintes itens.

TJ DFT :: Analista Judiciário -
Judiciária
CESPE
2008

() Denomina-se ocupação o fato de alguém se assenhorear de coisa sem dono para logo lhe adquirir a propriedade, não sendo isso defeso em lei.

() O abandono, para caracterizar perda da propriedade imobiliária, independe de transcrição no respectivo registro.

Assuntos relacionados

Propriedade

5.11 TJ-SE :: Juiz Substituto

Q.224

Origem

A respeito da propriedade e da posse, assinale a opção correta.

TJ-SE :: Juiz Substituto
CESPE
2008

() O direito de retenção consiste na faculdade do possuidor de boa-fé ou o detentor de coisa imóvel de manter o poder fático sobre a coisa alheia, objetivando proteger a sua posse ou receber a indenização pelas benfeitorias necessárias e úteis realizadas no imóvel.

Assuntos relacionados

() Se o proprietário, por meio de contrato verbal de comodato, permitir o uso gratuito de um imóvel por tempo indeterminado, o comodatário exerce legitimamente a posse e, sem a notificação necessária de que não mais tem interesse em manter o comodato, não há constituição em mora e, sem ela, também o proprietário não pode postular a reintegração de posse.

Propriedade

() O convalhecimento da posse adquirida de forma violenta, clandestina ou precária é permitido pela cessação da violência ou da clandestinidade e pelo decurso de ano e dia. Cessado o vício, a posse torna-se justa e o possuidor passa a ser considerado de boa-fé, reconhecendo-se-lhe o direito de retenção, seja por acessões seja por benfeitorias necessárias, úteis ou voluptuárias.

() A descoberta é um modo de aquisição originária da propriedade móvel, segundo a qual aquele que encontrar coisa alheia, sem dono ou abandonada torna-se seu depositário e, transcorridos três anos sem que o proprietário a reclame, a propriedade consolida-se na pessoa do possuidor.

() Adquire-se a propriedade por abandono de álveo quando houver acréscimo de terras às margens de um rio, provocado pelo desvio de águas ou afastamento dessas, descobrindo parte do álveo.

5.12 DPE CE :: Defensor Público

Q.225

Origem

A respeito da responsabilidade civil, julgue os itens a seguir.

DPE CE :: Defensor Público
CESPE
2008

() A responsabilidade das empresas prestadoras de serviço público por dano causado, por ação ou omissão, a terceiro ou aos usuários do serviço é objetiva, pelo risco integral, não se eximindo dessa responsabilidade, ainda quando o dano ocorrer por culpa exclusiva da vítima ou de terceiro, por caso fortuito ou força maior.

Assuntos relacionados

() O fornecedor não será responsabilizado pela introdução do produto defeituoso no mercado por preposto ou mesmo representante autônomo, se provar que a colocação do produto defeituoso se deu contra a sua vontade, em decorrência de culpa exclusiva de terceiro, ou que o produto ainda se encontrava em fase de teste, tratando-se, portanto, de amostra grátis do produto.

Responsabilidade civil

() Se uma ação de indenização for julgada procedente e a parte ré for condenada ao pagamento de pensão de caráter alimentar, decorrente de ato ilícito, esta será obrigada a constituir capital ou caução idônea capaz de assegurar o cumprimento da obrigação, mesmo quando restar provada a sua capacidade financeira.

5.13 FUNDAC - PB :: Advogado

Q.226

Origem

A respeito das pessoas, das obrigações e da responsabilidade civil, assinale a opção correta.

FUNDAC - PB :: Advogado
CESPE
2008

() Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem jurídica. Essa disposição permite afirmar que a personalidade é atributo exclusivo da pessoa natural.

Assuntos relacionados

() Se, por culpa do devedor, não se puder cumprir nenhuma das prestações alternativas, não competindo ao credor proceder à escolha, a obrigação ficará extinta.

Responsabilidade civil

() Nos últimos tempos, vem-se consolidando a chamada teoria do risco, que, sem afastar a aplicação da teoria da culpa, promove melhor cobertura a danos nos casos em que a teoria clássica da responsabilidade civil se revela insuficiente. Assim, a teoria do risco tem como pressuposto o exercício de atividade perigosa como fundamento da responsabilidade civil do agente.

() Segundo dispõe o Código Civil vigente, comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos costumes. Assim, para tipificar o abuso de direito, será imprescindível a prova de que o agente agiu culposamente.

5.14 INSS :: Analista do Seguro Social - Direito

Q.227

Origem

O instituto da responsabilidade civil é parte integrante do direito obrigacional, pois a principal consequência da prática de um ato ilícito é a obrigação que acarreta, para o seu autor, de reparar o dano, obrigação esta de natureza pessoal, que se resolve em perdas e danos. Carlos Roberto Gonçalves. Responsabilidade civil. 8.a ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 2 (com adaptações). A respeito da responsabilidade civil e com base nas idéias do texto acima, julgue os próximos itens.

INSS :: Analista do Seguro Social
- Direito
CESPE
2008

Assuntos relacionados

() Na responsabilidade civil subjetiva, a atividade que gera o dano é lícita, mas causa perigo a outrem, de modo que aquele que a exerce, por ter a obrigação de velar para que dela não resulte prejuízo, tem o dever ressarcitório mediante o simples implemento do nexo causal.

Responsabilidade civil

() A vítima, no caso de responsabilidade por ato ou fato de terceiro, poderá eleger, entre os co-responsáveis, aquele de maior resistência econômica para suportar o encargo ressarcitório.

() Na legislação brasileira, a responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público interno é ampla. Assim, todo e qualquer prejuízo patrimonial relacionável com condutas omissivas do Estado deve ser indenizado à vítima ou aos seus herdeiros ou sucessores.

() No caso de conduta omissiva, a responsabilidade extracontratual do Estado é subjetiva.

Q.228

Origem

O instituto da responsabilidade civil é parte integrante do direito obrigacional, pois a principal consequência da prática de um ato ilícito é a obrigação que acarreta, para o seu autor, de reparar o dano, obrigação esta de natureza pessoal, que se resolve em perdas e danos. Carlos Roberto Gonçalves. Responsabilidade civil. 8.a ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 2 (com adaptações). A respeito da responsabilidade civil e com base nas idéias do texto acima, julgue os próximos itens.

INSS :: Analista do Seguro Social
- Direito
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

- () A responsabilidade civil se assenta, segundo a teoria clássica, na existência de três pressupostos: um dano, a culpa do autor do dano e a relação de causalidade entre o fato culposo e o referido dano.
- () A responsabilidade civil dos pais e tutores por ato ilícito praticado pelo incapaz independe da imputação de culpa.
- () Apesar dos fundamentos da teoria clássica, a lei civil brasileira vigente admite a imputação da responsabilidade civil sem a comprovação da existência da prática de conduta culposa ou dolosa por parte do agente.
- () Nas hipóteses de responsabilidade objetiva imprópria ou impura, o autor da ação só precisa provar a ação ou a omissão e o dano resultante da conduta do réu, porque a culpa deste já é presumida.
- () Na hipótese de culpa aquiliana, o ônus da prova caberá ao lesado, por inexistir a presunção de culpa, diferentemente do que ocorre na relação contratual.

5.15 MPE/AM :: Agente Técnico - Jurídico

Q.229

Origem

Com relação à responsabilidade civil, julgue os itens subsequentes.

MPE/AM :: Agente Técnico -
Jurídico
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

- () A responsabilidade civil por ato de terceiro é objetiva e permite estender a obrigação de reparar o dano à pessoa diversa daquela que praticou a conduta danosa, desde que exista uma relação jurídica entre o causador do dano e o responsável pela indenização, ainda que não haja culpa de sua parte.
- () O sistema jurídico brasileiro adota como regra a teoria do risco integral quando a responsabilidade de reparar advém do fato de o dano ter sido consequência de uma atividade potencialmente lesiva de alguém. Assim, nos acidentes de veículos em que um dos envolvidos é uma empresa prestadora de serviços públicos, independentemente da culpa do motorista e da vítima, ou de caso fortuito e força maior, a empresa responde objetivamente pela reparação dos danos causados pelo acidente.

5.16 PGE- PI :: Procurador do Estado Substituto

Q.230

Origem

Assinale a opção correta a respeito da responsabilidade civil.

PGE- PI :: Procurador do Estado Substituto
CESPE
2008

- () Para o reconhecimento da responsabilidade civil exige-se a plena capacidade de discernimento da pessoa a quem se imputa a prática do ato danoso. Assim, o incapaz não pode ser responsabilizado civilmente, respondendo por ele, objetivamente, o seu representante legal.
- () O empregador responde objetivamente por danos decorrentes de acidente de trabalho, independentemente do benefício previdenciário, ainda que incorra em culpa, em razão de ter assumido os riscos da atividade econômica ou de risco.
- () A responsabilidade civil pela atividade profissional dos médicos, hospitais ou clínicas médicas é subjetiva, independentemente da natureza da obrigação assumida por esses profissionais.
- () No contrato de transporte de pessoas, o transportador assume uma obrigação de resultado e responde objetivamente pelos danos causados aos passageiros e às suas bagagens, salvo motivo de força maior.
- () O dano proveniente de coisas que caírem ou forem lançadas de um prédio é de natureza objetiva, devendo responder por ele o proprietário do prédio. Assim, ainda que o imóvel esteja alugado a terceiro, a ação deve ser proposta contra o proprietário e não contra o inquilino, pois a locação não transfere para o locatário a responsabilidade pelos acidentes ocorridos no imóvel.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

5.17 Pref. Municipal de Natal :: Assessor Jurídico

Q.231

Origem

Teresa estava dirigindo seu carro em rua muito movimentada quando atropelou Madalena na faixa de pedestres. Indagada por policiais, Teresa disse que não conseguiu ver Madalena, porque o Sol estava forte. Madalena, em razão dos ferimentos que sofreu, arcou com gastos médicos no valor de R\$ 5.000,00. Com base nessa situação hipotética e no que dispõe o Código Civil vigente, assinale a opção correta.

Pref. Municipal de Natal ::
Assessor Jurídico
CESPE
2008

- () Como provocou os danos sofridos pela vítima, Teresa deve pagar a Madalena a quantia que foi despendida com o tratamento médico.
- () O valor da indenização deve ser reduzido equitativamente, em razão do grau de culpa de Teresa.
- () Como há, no caso, culpa concorrente, já que o reflexo da luz solar concorreu para o fato danoso, o valor da indenização devida por Teresa não poderá corresponder ao total dos gastos efetuados por Madalena.
- () Considerando-se que se tratava de rua muito movimentada e que o Sol estava refletindo nos olhos dos motoristas, deve-se aplicar ao caso a teoria da culpa exclusiva da vítima.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

5.18 Pref. Municipal de Natal :: Procurador Municipal

Q.232

Origem

Rosa foi denunciada sob a acusação de ter causado lesões corporais graves em Carla. Após instrução processual, o juiz concluiu que Rosa não tinha sido a autora das lesões sofridas por Carla e proferiu sentença absolutória, a qual transitou em julgado após percorrer todas as esferas recursais. Carla, de posse da certidão de trânsito em julgado e considerando que os danos sofridos a impediam de exercer sua profissão, ajuizou ação civil ordinária, pedindo a condenação de Rosa pelos danos materiais decorrentes das lesões sofridas. Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta à luz das disposições legais no que se refere à responsabilidade civil.

Pref. Municipal de Natal ::
Procurador Municipal
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

() Não há possibilidade de Carla obter êxito na ação ordinária que visa à condenação de Rosa à indenização por danos materiais, por que não se pode questionar a negativa de autoria reconhecida no juízo criminal.

() Conforme disposição legal, são independentes as esferas civil e criminal, de forma que, a depender das provas trazidas aos autos, há possibilidade de Carla obter a condenação de Rosa ao pagamento dos danos materiais.

() Não há possibilidade de Carla voltar a discutir a questão no juízo cível porque a decisão no juízo criminal, onde se persegue a verdade real, sempre vincula a solução possível no juízo cível.

() Carla poderá obter êxito na ação cível, já que, de acordo com a lei, apenas a decisão acerca da inexistência do fato impede novo questionamento.

5.19 PRF :: Policial Rodoviário Federal

Q.233

Origem

Com referência à responsabilidade civil nos termos estabelecidos no Código Civil, cada uma das opções abaixo apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção que apresenta assertiva correta.

PRF :: Policial Rodoviário Federal
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

() Felipe, menor de quatorze anos de idade, acidentalmente, quebrou o pára-brisa do carro de um vizinho com uma bola. Nessa situação, caberá ao pai de Felipe arcar com o prejuízo.

() Andréa, que, embora seja casada com Joaquim, é detentora de patrimônio próprio, causou danos a terceiro em razão de conduta culposa. Nessa situação, Joaquim deverá pagar pelos prejuízos causados por Andréa, apesar de ela ter patrimônio próprio.

() Antônio é motorista particular de Pedro e, nessa condição, causou danos a terceiro. Nessa situação, Pedro deverá arcar com a reparação dos danos causados por Antônio, sem qualquer possibilidade de cobrar deste a restituição dos valores pagos.

() Valéria é doente mental e foi interditada judicialmente, tendo-lhe sido nomeado curador que não é seu parente. Nessa situação, o curador nomeado estará isento de responder pelos prejuízos decorrentes da conduta de Valéria, por não ser seu parente.

() João tem dezessete anos de idade e, por imprudência, bateu sua bicicleta na porta de vidro de um escritório. Nessa situação, João responderá pessoal e exclusivamente pela reparação, já que, legalmente, ele é apenas relativamente incapaz.

Q.234

Origem

Com relação às normas sobre segurança pública, meio ambiente e família, a CF dispõe que

PRF :: Policial Rodoviário Federal
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

() a Polícia Federal, a PRF e a polícia ferroviária federal são consideradas, juntamente com as polícias militares e os corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército.

() o meio ambiente é bem de uso especial, que a administração pública pode utilizar para a realização de suas atividades e a consecução de seus fins.

() a PRF exerce as funções de polícia de fronteira e o policiamento ostensivo das rodovias federais.

() são penalmente inimputáveis apenas menores de dezesseis anos, sujeitos às normas da legislação especial.

() a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes é considerada entidade familiar.

5.20 SGA - AC :: Advogado

Q.235

Origem

Quanto à responsabilidade civil, julgue os itens subseqüentes.

SGA - AC :: Advogado
CESPE
2008

() No caso de responsabilidade objetiva, quando não restar provada a extensão do dano material sofrido pela vítima ou quando não existir a certeza do dano, a indenização deverá ser fixada segundo o critério da razoabilidade para que sejam evitados o enriquecimento sem causa e a ruína do réu.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

() Presume-se a responsabilidade do dono ou do detentor de animal pelos danos que este venha a causar a terceiros. A presunção só é ilidível pela prova, a ser produzida pelo dono ou pelo detentor do animal, de que o dano adveio de culpa da vítima ou de caso fortuito.

5.21 STJ :: Analista Judiciário - Área Judiciária

Q.236

Origem

A CF define que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é direito de todos e dá a este a natureza de bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, atribuindo ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. A respeito da responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, julgue os itens a seguir.

STJ :: Analista Judiciário - Área
Judiciária
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

() O não-cumprimento de medidas necessárias à preservação ou correção de inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeita os transgressores à perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito e à suspensão de sua atividade, entre outras sanções.

() Como se presume a culpa da empresa que polui, ela deve indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade, salvo se provar que agiu de forma diligente e cautelosa.

5.22 TCU - ACE :: Analista de Controle Externo - Auditoria Governamental

Q.237

Origem

Julgue os itens a seguir, que versam sobre responsabilidade civil

TCU - ACE :: Analista de
Controle Externo - Auditoria
Governamental
CESPE
2008

() De acordo com o sistema civilista vigente, a responsabilidade tem como fundamento genérico o dolo. Este distingue-se em aquiliano e extra-contratual e se materializa pela prática de ato ilícito consistente não apenas na violação de preceito legal ou de obrigação contratual, mas também pode se dar pela infração de preceito moral determinado ou de obrigação de caráter geral de não causar dano. Existem, porém, certos atos lesivos que não são considerados atos ilícitos por expressa disposição legal.

() Os titulares de serventias extrajudiciais (notário, oficial de registro e tabelião) prestam serviços em caráter privado, por delegação do poder público. Inclusive por isso, os funcionários dessas serventias podem ser contratados pelo regime celetista. Assim, o Estado não responderá objetivamente pelos danos causados pelos titulares dessas serventias ou pelos seus prepostos. O prejudicado por ato praticado por algum desses agentes somente contra ele poderá mover ação de natureza indenizatória.

() Considere a seguinte situação hipotética. Manoel agrediu covardemente Joaquim, quase levando-o à morte. As seqüelas foram graves e afastaram a vítima do trabalho por seis meses. Tempos depois, ao propor ação indenizatória pelos danos sofridos, já estava em curso uma ação penal contra Manoel por tentativa de homicídio. Nessa situação, ciente do fato, o juízo cível deverá obrigatoriamente suspender o andamento da ação de reparação de danos até que seja proferido o julgamento pelo juízo criminal, a fim de evitar a ocorrência de decisões conflitantes.

() Considere que, em julgamento realizado pelo TCU em sua composição plenária, o ex-presidente de uma fundação pública seja condenado ao pagamento de multa pecuniária por haver agido de forma negligente na condução de processo licitatório que acabou por acarretar prejuízos vultosos às finanças da instituição pública que administrou por quatro anos. Nessa situação, mesmo que não se tenha verificado dolo na conduta do ex-dirigente nem mesmo sinais de enriquecimento ilícito, ainda assim ele deverá ser civilmente responsabilizado pelo prejuízo causado ao erário, visando o ressarcimento integral do dano, estando ainda sujeito à perda da função pública, se for o caso, como também à suspensão de seus direitos políticos por prazo determinado.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

Q.238

Origem

Márcio e sua esposa, residentes em Brasília, diante das suas férias no fim do último ano, adquiriram dois bilhetes de passagem de ida e volta para a cidade de Teresina, junto à empresa de transporte coletivo rodoviário X. Como houve atraso de mais de 10 horas no embarque, Márcio e sua esposa resolveram ingressar com ação de indenização, buscando a reparação de danos morais e materiais. Acerca da situação hipotética acima apresentada, julgue os itens subseqüentes.

TCU - ACE :: Analista de
Controle Externo - Auditoria
Governamental
CESPE
2008

Assuntos relacionados

- () Mesmo que a empresa comprove, nos autos da ação de indenização contra ela proposta, que o atraso decorreu de culpa exclusiva de terceiro, ela estará obrigada a indenizar os referidos danos.
- () Na situação em apreço, por falta de prazo previsto em lei específica, a ação de reparação de danos contra a concessionária de serviço público prescreverá em três anos, conforme dispõe o Código Civil.
- () Comprovado que o dano foi causado por ato de agente público do Estado, agindo nessa qualidade, caberá a esse indenizar o réu.

Responsabilidade civil

5.23 TJCE :: Oficial de Justiça - Judiciária

Q.239

Origem

Com relação a decadência e responsabilidade civil, julgue os itens seguintes.

TJCE :: Oficial de Justiça -
Judiciária
CESPE
2008

- () Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação.
- () Na ação de reparação do dano moral, o direito de exigir reparação bem como a obrigação de prestá-la transmitem-se aos herdeiros.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

5.24 TJ-SE :: Juiz Substituto

Q.240

Origem

Assinale a opção correta com referência à responsabilidade civil.

TJ-SE :: Juiz Substituto
CESPE
2008

() A fixação judicial do valor da indenização a título de danos morais está vinculada ao valor do prejuízo efetivamente experimentado e demonstrado pela vítima. Para a adequada fixação do dano moral, há de se levar em conta o poder econômico das partes e o caráter educativo da sanção.

() Tratando-se de acidente de veículos em que um dos envolvidos é empresa de transporte coletivo, portanto, prestadora de serviços públicos, independentemente da culpa do motorista ou da vítima, essa empresa responde objetivamente pelos danos causados pelo acidente.

() Se o condutor de um veículo invadir a pista contrária para não colidir com outro que intercepta sua trajetória e assim colidir com veículo que transite corretamente na outra pista, nessa situação, o mencionado condutor não praticará ato ilícito, entretanto, subsistirá o dever de reparar os prejuízos que causou.

() O incapaz responde pelos danos que causar a terceiros, no entanto, ocorre a responsabilidade subsidiária de seus responsáveis, quando o incapaz não dispuser de meios suficientes para efetuar o pagamento, podendo a vítima, em consequência, propor ação contra o menor ou contra seus pais.

() O protesto indevido de título cambial e o registro do nome do devedor nos serviços de proteção ao crédito geram direito à indenização por danos morais à imagem do devedor, mesmo quando existentes outras restrições ao crédito desse devedor inscritas naqueles serviços.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

5.25 TRT- 1ª Região :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.241

Origem

Antônio, vivendo sob a guarda de seus pais aos dezessete anos de idade, tomou emprestada a bicicleta de sua mãe e, ao conduzi-la de forma imprudente no caminho para a escola, lesionou José, que ajuizou ação buscando a reparação de seus prejuízos. Considerando essa situação hipotética à luz da disciplina da responsabilidade civil, assinale a opção correta.

TRT- 1ª Região :: Analista
Judiciário - Judiciária
CESPE
2008

() Somente os pais de Antônio deverão responder pelos prejuízos causados a José, dado que os pais respondem pelos ilícitos praticados pelos filhos que estejam sob sua autoridade.

() Os pais de Antônio poderão eximir-se da responsabilidade pela reparação do dano se comprovarem que não contribuíram culposamente para o seu surgimento.

() Antônio responderá pela reparação do dano somente se seus responsáveis não tiverem a obrigação de reparar ou condições de fazê-lo.

() No caso de Antônio responder pelo dano a reparação deverá ser integral, conforme a regra geral da responsabilidade civil e indiferente à eventual limitação ou ao esgotamento de seu patrimônio.

() Os pais de Antônio poderão eximir-se da responsabilidade pelo dano, se o emanciparem logo após o fato e antes de ajuizada a ação por José.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

5.26 INSS :: Analista do Seguro Social - Direito

Q.242

Origem

O regime econômico se estrutura mediante as relações obrigacionais; assim, por meio do direito das obrigações, se estabelece também a autonomia da vontade entre os particulares na esfera patrimonial. Pode-se afirmar que o direito das obrigações exerce grande influência na vida econômica, em razão da inegável constância das relações jurídicas obrigacionais no mundo contemporâneo; ele intervém na vida econômica, nas relações de consumo sob diversas modalidades e, também, na distribuição dos bens. O direito das obrigações é, pois, um ramo do direito civil que tem por fim contrapesar as relações entre credores e devedores. Consiste em um complexo de normas que regem relações jurídicas de ordem patrimonial e que têm por objeto prestações (dar, restituir, fazer e não fazer) cumpridas por um sujeito em proveito de outro. Bruna Lyra Duque. Análise histórica do direito das obrigações. In: Jus Navigandi. Internet: jus2.uol.com.br (com adaptações). A partir das idéias apresentadas no texto acima, julgue os seguintes itens, acerca do direito das obrigações.

INSS :: Analista do Seguro Social
- Direito
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

- () Até a tradição, a coisa certa - bem como os seus melhoramentos e acréscimos, inclusive os frutos, salvo os pendentes - pertence ao devedor.
- () Perde a qualidade de indivisível a obrigação que se resolve em perdas e danos.
- () Se a prestação se converte em perdas e danos, extingue-se a solidariedade.
- () O vício da incapacidade alegado pelo devedor contra um dos credores solidários prejudica a todos os demais.

5.27 OAB-SP :: Advogado

Q.243

Origem

Constitui obrigação de fazer materialmente infungível aquela que

OAB-SP :: Advogado
CESPE
2008

- () recaia sobre prestação de coisa certa.
- () não admita substituição da pessoa do devedor por outrem, em decorrência da natureza da obrigação, do contrato ou das circunstâncias da situação concreta.
- () possa ser prestada por terceira pessoa.
- () seja referente a coisas ainda não individualizadas, porque designadas apenas pelo gênero a que pertencem e à sua qualidade, peso ou medida.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

5.28 PGE- ES :: Procurador do Estado de 1ª Categoria

Q.244

Origem

Acerca do direito das obrigações, julgue os itens subseqüentes

PGE- ES :: Procurador do Estado
de 1ª Categoria
CESPE
2008

() No caso de obrigação de restituir coisa certa, vindo esta a se perder, sem culpa do devedor, antes da tradição, a obrigação resolve-se automaticamente, sem qualquer direito ao credor de receber indenização ou de exigir a restituição da coisa.

() Na obrigação alternativa, ocorre a estipulação de várias prestações. Essa multiplicidade de prestações, no entanto, manifesta-se de maneira disjuntiva, pois o devedor se libera da obrigação satisfazendo apenas uma delas.

() Quando o devedor contrai com o credor nova obrigação, visando extinguir e substituir obrigação nula ou extinta, verifica-se a novação. Da mesma forma, verifica-se novação se surgir novo devedor, sucessor do anterior, hipótese em que este fica desobrigado, transmitindo ao novo devedor a obrigação pela qual, até então, era o responsável.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

5.29 SEBRAE :: Direito

Q.245

Origem

Acerca do lugar das obrigações, julgue o item que se segue.

SEBRAE :: Direito
CESPE
2008

() Em regra, as obrigações são portáteis, ou seja, considera-se lugar do pagamento o domicílio do devedor.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

5.30 SERPRO :: Analista - Especialização: Advocacia

Q.246

Origem

Julgue os itens que se seguem, referentes ao direito civil.

SERPRO :: Analista -
Especialização: Advocacia
CESPE
2008

() Os bens considerados em si mesmos têm como espécies a coisa principal e a acessória.

() A prescrição e a decadência são exemplos de fatos jurídicos em sentido estrito e classificam-se entre os ordinários.

() A intimação e a notificação são atos jurídicos materiais ou reais em sentido estrito.

() Na obrigação de dar coisa certa, o objeto da prestação é a prática de um ato por parte do devedor com proveito patrimonial para o credor ou terceiro.

() O contrato será de empreitada se a remuneração se calcula em função da obra feita, não se levando em conta o tempo gasto em sua execução, ao contrário da locação de serviço, em que a remuneração é paga em função de uma unidade de tempo, como a hora, o dia ou o mês.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

5.31 TJ DFT :: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.247

Origem

Quanto às obrigações, julgue os itens a seguir.

- () Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou.
- () Havendo várias cessões do mesmo crédito, prevalece a que se completar com a tradição do crédito cedido.
- () Pagamento ou quitação é ato que compete exclusivamente ao devedor.

TJ DFT :: Analista Judiciário -
Execução de Mandados
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

5.32 OAB-SP :: Advogado

Q.248

Origem

Independentemente de seu objeto social, considera-se sociedade simples a

- () sociedade em nome coletivo.
- () sociedade em comandita simples.
- () sociedade limitada.
- () sociedade cooperativa.

OAB-SP :: Advogado
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Sociedade personificada

5.33 PGE- PI :: Procurador do Estado Substituto

Q.249

Origem

A respeito do direito de empresa, assinale a opção correta.

- () A transformação de uma sociedade empresária em coligada acarreta a sua liquidação e a constituição de um novo tipo societário. A sociedade transformada será extinta e absorvida por outra sociedade que lhe sucede em todos os direitos e obrigações.
- () A fusão consiste na reunião do patrimônio de duas sociedades que se extinguem, para o surgimento de uma nova, que as sucederá em todos os direitos e obrigações.
- () A atividade de empresário só pode ser exercida por aqueles que estiverem em pleno gozo da capacidade civil, desde que não estejam legalmente impedidos. Por isso, o incapaz que eventualmente tenha iniciado atividade empresarial enquanto ainda era considerado capaz não poderá dar continuidade à empresa.
- () Há relação de coligação entre duas sociedades quando uma possui pelo menos 10() As sociedades simples têm por objeto social a exploração e o desenvolvimento de atividade econômica, com organização profissional voltada à produção ou circulação de bens ou serviços.

PGE- PI :: Procurador do Estado
Substituto
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Sociedade personificada

5.34 Pref. Municipal de Natal :: Assessor Jurídico

Q.250

Origem

Jorge, Márcio e Lia decidiram instituir sociedade limitada, cujo objeto é a prestação de serviços na área de informática. Para tanto, fixaram o capital social em R\$ 30.000,00, divididos em 3 quotas iguais de R\$ 10.000,00.

Como Jorge não tinha dinheiro suficiente, mas possuía formação superior na área de informática, os três estabeleceram que Jorge contribuiria para a sociedade com prestação de serviços. Com base nessa situação hipotética e de acordo com as disposições do Código Civil, assinale a opção correta.

Pref. Municipal de Natal ::
Assessor Jurídico
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Sociedade personificada

() Há vedação legal para estipulação dessa natureza, qual seja, contribuição que consista em prestação de serviços.

() Se os serviços não forem prestados da forma acertada no contrato social, Jorge será excluído da sociedade.

() Só é válida a estipulação que consiste na contribuição por meio de prestação de serviços quando for fixada no contrato social a remuneração correspondente.

() Como Jorge efetuará sua contribuição por meio de prestação de serviços, caso não haja integralização do capital social, não será possível responsabilizá-lo.

Q.251

Origem

Marli, sócia de Regina e Joaquim em sociedade instituída com o fim de comercializar roupas infantis, comunicou que pretende retirar-se da sociedade. Sabendo que no contrato social da sociedade em tela não foi estipulado prazo para sua duração, assinale a opção correta à luz do que dispõe o Código Civil vigente.

Pref. Municipal de Natal ::
Assessor Jurídico
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Sociedade personificada

() Não há amparo legal para a resolução da sociedade com relação a um sócio, exceto no caso de morte.

() Marli poderá retirar-se da sociedade desde que notifique os demais sócios com antecedência mínima de 60 dias.

() Na situação em apreço, deve haver dissolução e liquidação da sociedade, para depois, se assim desejarem os outros sócios, ser constituída nova sociedade, sem a participação de Marli.

() Marli só tem direito a se retirar da sociedade se houver previsão no contrato social ou se for provada justa causa judicialmente.

5.35 Pref. Municipal de Natal :: Procurador Municipal

Q.252

Origem

Supondo que três indivíduos pretendam constituir sociedade limitada para prestação de serviços médicos. Segundo norma do Código Civil, quanto à administração dessa sociedade, é correto afirmar que,

Pref. Municipal de Natal ::
Procurador Municipal
CESPE
2008

() se esses três indivíduos pretenderem que a sociedade seja administrada por não-sócio, eles deverão designar o administrador no contrato social, pois a designação em ato separado é exclusiva para sócio.
() se os três estipularem que a sociedade terá mais de um administrador, um deles deverá ser necessariamente um sócio.
() no caso de o contrato permitir administradores não-sócios, a designação destes dependerá sempre da aprovação unânime dos sócios.
() se a administração for atribuída, no contrato, a todos os sócios, não se estenderá de pleno direito aos que posteriormente adquirirem essa qualidade.

Assuntos relacionados

Sociedade personificada

5.36 Pref. Teresina PI :: Agente Fiscal de Tributos Municipais

Q.253

Origem

Julgue os itens que se seguem, a respeito do direito de empresa.

Pref. Teresina PI :: Agente Fiscal
de Tributos Municipais
CESPE
2008

() Serão registrados na junta comercial de sua sede os empresários, as sociedades empresárias e as sociedades simples.
() Na sociedade limitada, embora a responsabilidade do sócio seja restrita às quotas por ele subscritas, todos os sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Assuntos relacionados

Sociedade personificada

Q.254

Origem

Ainda no que concerne ao direito de empresa, julgue os itens subseqüentes.

Pref. Teresina PI :: Agente Fiscal
de Tributos Municipais
CESPE
2008

() Na sociedade em comum, enquanto não regularizado o seu registro, a responsabilidade dos sócios pelas obrigações sociais é ilimitada e direta.
() A administração das sociedades anônimas é realizada por um conjunto de órgãos societários, sendo a assembléia geral o órgão máximo de deliberação, que possui competência para tratar de qualquer assunto relacionado ao objeto social.
() Nas sociedades anônimas, as ações preferenciais podem ter o direito de voto limitado ou suprimido pelo estatuto da companhia.

Assuntos relacionados

Sociedade personificada

5.37 TJ-SE :: Juiz Substituto

Q.255

Origem

Com relação ao direito de empresa, assinale a opção correta.

TJ-SE :: Juiz Substituto
CESPE
2008

- () Na sociedade anônima, a ação é o principal valor mobiliário emitido pela companhia, e os titulares de ações ordinárias têm direito de voto e prioridade no reembolso de capital.
- () É regra geral no direito societário que os sócios respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais, em virtude da autonomia patrimonial das pessoas jurídicas devidamente constituídas.
- () Na sociedade anônima, os administradores são pessoas responsáveis pelas obrigações que assumirem em nome da sociedade e em virtude de ato regular de gestão. Todavia, por atos ilícitos e de má administração de outros administradores, só responderão se agirem com conivência ou negligência em relação a eles.
- () É possível a sociedade limitada ter como sócio uma pessoa incapaz ou menor de idade, ainda que não esteja com o capital social totalmente integralizado, exigindo-se que o ingresso desse sócio ocorra por sucessão causa mortis.
- () As sociedades institucionais, ou seja, aquelas cujo ato regulamentar é o estatuto social, são sociedades de pessoas e capital. Nessas sociedades, as ações são sempre impenhoráveis por dívida de sócio, e a morte de um dos sócios autoriza a dissolução parcial.

Assuntos relacionados

Sociedade personificada

Q.256

Origem

Assinale a opção correta acerca do direito de empresa.

TJ-SE :: Juiz Substituto
CESPE
2008

- () Para a transformação de sociedade em nome coletivo em sociedade limitada, exige-se a regular dissolução e liquidação da sociedade em nome coletivo e, posteriormente, a constituição da nova sociedade.
- () Na sociedade em comandita simples, os comanditários, pessoas físicas, são responsáveis solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais.
- () A fusão de sociedades somente pode ocorrer entre pessoas jurídicas organizadas sob a mesma espécie societária, que se unem para formar uma nova sociedade da mesma espécie.
- () Estabelecimento empresarial é o complexo de bens, materiais e imateriais, que constituem o instrumento utilizado para o exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária.
- () A sociedade em conta de participação tem personalidade jurídica, seu contrato social é registrado na junta comercial, mas a atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio ostensivo, em seu nome individual, participando os demais sócios somente dos resultados financeiros da sociedade.

Assuntos relacionados

Sociedade personificada

5.38 TRT- 1ª Região :: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.257

Origem

Antes mesmo de celebrar e inscrever contrato que dispusesse acerca de sua sociedade, José, Bruno e Olavo resolveram unir seus esforços, incluindo disposição de bens e serviços, para exercerem juntos uma atividade econômica definida como objeto social e dividir entre si os lucros daí resultantes. Assinale a opção correta, tendo como referência essa situação hipotética.

TRT- 1ª Região :: Analista
Judiciário - Execução de
Mandados
CESPE
2008

Assuntos relacionados

() Enquanto perdurar a ausência de inscrição de seus atos constitutivos, todos os sócios respondem de forma solidária e ilimitada pelas obrigações sociais, não podendo suscitar o chamado benefício de ordem em relação aos bens sociais.

Sociedade

() A sociedade descrita só poderá ser considerada empresária após a inscrição de seu ato constitutivo no registro público de empresas mercantis.

() Terceiros que venham a demandar contra interesses da referida sociedade podem provar a sua existência por qualquer meio admitido em direito, indiferentemente da existência ou inexistência de atos constitutivos não inscritos.

() Por ato de gestão praticado por José, sem o conhecimento dos demais sócios, sempre responderão os bens sociais, até que o contrato social seja regularmente inscrito.

() Se, no acerto realizado entre os sócios, José for designado como o administrador da sociedade, cabendo aos demais atuar sob sua direção, estará configurada sociedade em conta de participação.

5.39 DPE CE :: Defensor Público

Q.258

Origem

Sobre as normas do Código Civil atinentes aos bens e às pessoas jurídicas, julgues os itens a seguir.

DPE CE :: Defensor Público
CESPE
2008

() As pessoas jurídicas de direito privado adquirem sua existência própria com a assinatura de seu ato constitutivo. Esse ato constitutivo deverá revestir-se de forma pública, por instrumento público ou por testamento, salvo quando se tratar de fundações de direito público, que são criadas por lei.

Assuntos relacionados

() As sociedades são pessoas jurídicas de direito privado, mesmo que tenham como sócios ou acionistas entes de direito público interno.

Pessoas jurídicas

() São móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, e também os bens que podem ser removidos sem alteração de sua substância econômica. Os materiais destinados a uma construção mantêm a qualidade de móveis enquanto não forem imobilizados com a sua utilização. Assim, não perde a característica de imóvel o telhado provisoriamente separado da casa.

5.40 TRT- 1ª Região :: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.259

Origem

A pedido do Ministério Público, José, juiz de direito, em ação que lhe competia intervir, decidiu estender aos bens de uma pessoa jurídica os efeitos patrimoniais de obrigação assumida por pessoa física que figura como sua sócia majoritária. José entendeu que, em decorrência da confusão patrimonial entre as referidas pessoas jurídica e física, houve lesão ao credor. Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta.

TRT- 1ª Região :: Analista
Judiciário - Execução de
Mandados
CESPE
2008

Assuntos relacionados

- () A decisão de José implica desconconsideração da personalidade jurídica, mas, não poderia ter sido tomada, nessa situação, pois depende exclusivamente de pedido das partes, e não, do Ministério Público.
- () O CC prevê, de forma expressa, a possibilidade de o juiz determinar a desconconsideração da personalidade jurídica. No entanto, a decisão tomada no caso em tela não encontra amparo na doutrina ou na jurisprudência, pois foi atingido o patrimônio da pessoa jurídica, quando deveria ter sido atingido o patrimônio da pessoa física.
- () A decisão foi correta, eis que aplicou a chamada teoria da desconconsideração da personalidade jurídica, que, no Direito brasileiro, possui fonte exclusivamente jurisprudencial, sem que haja previsão legal expressa desta possibilidade no CC.
- () Nessa situação, José aplicou corretamente o que a doutrina denomina de desconconsideração inversa da personalidade jurídica, atingindo-se o patrimônio da pessoa jurídica para garantir a satisfação da obrigação assumida pela pessoa física que compõe o quadro societário da primeira.
- () A decisão foi incorreta eis que, conforme disciplina a matéria no CC, demandaria prova robusta do propósito de fraudar a lei ou de cometer ato ilícito, requisitos de ordem subjetiva imprescindíveis à aplicação da desconconsideração da personalidade jurídica segundo o mencionado diploma.

Pessoas jurídicas

5.41 OAB-SP :: Advogado

Q.260

Origem

Por meio de atributos pode-se identificar juridicamente a pessoa como determinado sujeito a quem a lei garante posições jurídicas, positivas ou negativas. São exemplos de atributos da personalidade

OAB-SP :: Advogado
CESPE
2008

Assuntos relacionados

- () a capacidade e a obrigação de prestar fatos.
- () o nome e a obrigação de dar ou restituir coisa.
- () o estado civil e o concubinato.
- () o domicílio e a fama.

Pessoas naturais

5.42 Pref. Municipal de Natal :: Assessor Jurídico

Q.261

Origem

No que tange aos direitos da personalidade, assinale a opção correta.

Pref. Municipal de Natal ::
Assessor Jurídico
CESPE
2008

() Esses direitos são considerados intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo sofrer limitação de nenhuma ordem.

() Poderá ser admitido ato de disposição do próprio corpo, mesmo que esse ato importe diminuição permanente da integridade física ou contrarie os bons costumes.

() Com objetivo altruístico, é válida a disposição gratuita ou com remuneração simbólica do próprio corpo para depois da morte.

() O cônjuge sobrevivente tem legitimidade para requerer que cesse lesão ou ameaça a direito da personalidade do cônjuge morto, desde que prove ser este direito economicamente explorável.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

5.43 TJ DFT :: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.262

Origem

Considerando a personalidade e os direitos que lhe são inerentes, julgue os itens que se seguem.

TJ DFT :: Analista Judiciário -
Execução de Mandados
CESPE
2008

() Sem autorização, não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial, tampouco o pseudônimo adotado para atividades lícitas.

() A vida privada da pessoa natural é inviolável e, no curso de um processo, independentemente de requerimento do interessado, o juiz adotará as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a essa norma.

() Não se aplica às pessoas jurídicas a proteção dos direitos da personalidade.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

5.44 TJ DFT :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.263

Origem

Considerando a personalidade e os direitos que lhe são inerentes, julgue os itens que se seguem.

TJ DFT :: Analista Judiciário -
Judiciária
CESPE
2008

() Sem autorização, não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial, tampouco o pseudônimo adotado para atividades lícitas.

() A vida privada da pessoa natural é inviolável e, no curso de um processo, independentemente de requerimento do interessado, o juiz adotará as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a essa norma.

() Não se aplica às pessoas jurídicas a proteção dos direitos da personalidade.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

5.45 TRT- 1^a Região :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.264

Origem

Antônia, esposa de Fernando, requereu ao juiz competente para tanto que este declarasse a morte presumida de seu marido, fundamentando seu pedido na única afirmação de que recebeu a notícia do desaparecimento daquele em naufrágio de embarcação pequena, ocorrido durante grave tempestade em alto-mar. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

TRT- 1^a Região :: Analista
Judiciário - Judiciária
CESPE
2008

Assuntos relacionados

- () O pedido deverá ser julgado procedente, visto que a lei prevê a declaração de morte presumida quando esta for extremamente provável para quem estava em perigo de morte.
- () A morte presumida só será declarada se Fernando não houver deixado procurador a quem caiba a administração de seus bens ou, caso tenha deixado procurador, este não queira continuar exercendo sua obrigação.
- () A lei só ressalva a possibilidade da declaração de morte presumida para as situações de desaparecidos em campanha ou prisioneiros que não forem encontrados até 2 anos após o término de uma guerra.
- () No caso, a consequência do provimento do pedido será a arrecadação de bens e nomeação de curador, após o que, com o decurso de um ano, será declarada a morte presumida de Fernando.
- () O pedido não deverá ser provido porque a autora da ação apenas comprovou a extrema probabilidade de morte e a situação de perigo à vida, sem, no entanto, ter fundado seu pedido, também, no esgotamento das buscas e averiguações levadas a cabo para encontrar o desaparecido.

Pessoas naturais

5.46 DPE CE :: Defensor Público

Q.265

Origem

A respeito do direito de família, julgue os itens que se seguem.

DPE CE :: Defensor Público
CESPE
2008

() Em se tratando de filho nascido de pais não casados entre si, o reconhecimento voluntário da filiação pode ser feito no assento de nascimento, por escritura pública, escrito particular, por testamento ou, ainda, por manifestação perante o juiz, tomada por termo, qualquer que seja o procedimento.

() As relações de parentesco subdividem-se em parentesco por consanguinidade e por afinidade, ou seja, são parentes as pessoas que descendem umas das outras, bem como aquelas ligadas por afinidade. Assim, sogra e nora são parentes afins em primeiro grau em linha reta, e os irmãos são parentes entre si em primeiro grau na linha colateral.

() O vínculo da adoção constitui-se por sentença judicial e autoriza o registro mediante mandado judicial no assento civil com o nome dos adotantes como pais, bem como o nome de seus ascendentes, sem qualquer observação sobre a origem do ato. Se o adotando for menor de idade, poderá o juiz determinar a modificação do prenome do adotado.

Assuntos relacionados

Relações de parentesco

5.47 MPE/AM :: Agente Técnico - Jurídico

Q.266

Origem

Julgue os itens que se seguem, acerca do direito de família.

MPE/AM :: Agente Técnico -
Jurídico
CESPE
2008

() O vínculo colateral estabelecido pela afinidade desaparece com a dissolução do casamento ou da união estável, mas a afinidade em linha reta é sempre mantida, persistindo o impedimento para o casamento entre esses parentes.

Assuntos relacionados

() Considere a seguinte situação hipotética. Priscila, com 9 anos de idade, é filha biológica de Maria e Paulo, cujo nome consta no assento de nascimento da menina. Recentemente, Maria casou-se com Gabriel, que deseja adotar Priscila. Nessa situação, exige-se a concordância expressa de Maria, que detém a guarda de Priscila, e a demonstração de que a adoção visa a sua proteção. Além disso, após realizada a adoção, mantém-se o vínculo de parentesco de Priscila e a família de seu pai biológico, extinguindo-se tão-somente os vínculos de filiação.

Relações de parentesco

5.48 Pref. Municipal de Natal :: Assessor Jurídico

Q.267

Origem

Considerando que servidão de trânsito constituída por declaração expressa dos proprietários e registrada devidamente tenha deixado de ser utilizada pelos donos do prédio dominante por seis anos e que, após esse período, tenha sido constatada a necessidade de obras para a sua reutilização, assinale a opção correta conforme a disciplina das servidões no Código Civil.

Pref. Municipal de Natal ::
Assessor Jurídico
CESPE
2008

Assuntos relacionados

() Caso o título que constituiu a servidão nada disponha a respeito, as obras necessárias a seu uso serão encargo do dono do prédio dominante.

Servidões

() Por ter passado mais de cinco anos sem ser utilizada pelos donos do prédio dominante, a servidão pode ser cancelada a pedido do proprietário do prédio serviente.

() Sendo de seu interesse, o proprietário do prédio serviente pode aproveitar para realizar obras para remover a servidão de lugar, às custas do proprietário do prédio dominante, desde que haja necessidade da referida mudança.

() O custo necessário à realização das obras deve ser rateado entre os proprietários dos prédios dominante e serviente, salvo estipulação em contrário.

5.49 STF :: Execução de Mandatos - Judiciário

Q.268

Origem

A respeito do direito de família e das sucessões, julgue os itens a seguir.

STF :: Execução de Mandatos -
Judiciário
CESPE
2008

() Os parentes colaterais são herdeiros necessários até o quarto grau, mas não podem herdar por representação, pois essa só ocorre na linha reta descendente e nunca na transversal. Esses parentes descendem uns dos outros e têm um tronco comum.

() Renunciada a herança, em caráter irrevogável, a parte do herdeiro renunciante acrescerá à dos outros herdeiros da mesma classe, uma vez que sucedem por cabeça, ou seja, quando é deferida por direito próprio, o herdeiro recebe a herança por si só. Todavia, se o renunciante for o único da sua classe de herdeiros, a herança será devolvida aos herdeiros da classe subsequente.

() O vínculo jurídico de afinidade associa-se ao casamento e à união estável, gerando um parentesco que não se rompe com a dissolução do casamento nem do companheirismo. Assim, falecendo um dos cônjuges, ou ocorrendo o divórcio, ou, ainda, havendo o rompimento da sociedade de fato, o sobrevivente continua ligado aos ascendentes, descendentes e colaterais do outro pelo vínculo da afinidade, continuando a incidirem os efeitos de impedimento matrimonial.

Assuntos relacionados

Sucessão em geral

5.50 TJCE :: Oficial de Justiça - Judiciária

Q.269

Origem

Quanto à vigência da lei, à capacidade e ao direito sucessório, julgue os próximos itens.

TJCE :: Oficial de Justiça -
Judiciária
CESPE
2008

() A derrogação é a supressão total da lei.

() A capacidade de exercício ou de fato pressupõe a de gozo, mas esta pode subsistir sem a capacidade de exercício.

() Considere a seguinte situação hipotética. Carlos morreu e deixou dois filhos vivos, João e Pedro, e dois netos, José e Moisés, descendentes de um terceiro filho, Tiago, pré-morto. Nessa situação, a herança deverá ser dividida em partes iguais para João, Pedro, José e Moisés.

Assuntos relacionados

Sucessão em geral

5.51 TJ-SE :: Juiz Substituto

Q.270

Origem

Quanto à sucessão legítima e testamentária, assinale a opção correta.

TJ-SE :: Juiz Substituto
CESPE
2008

() Aberta a sucessão, se o sobrevivente do casal desejar atribuir a sua meação aos demais herdeiros, deverá fazê-lo por meio do termo de renúncia de meação, a favor do monte, nos autos do inventário e partilha dos bens deixados pelo cônjuge falecido.

Assuntos relacionados

() A cessão de direitos hereditários, mesmo relativa a imóveis, tem natureza obrigacional, por isso, se for firmada por documento particular registrado em cartório, é válida e tem eficácia inclusive em relação a terceiros.

Sucessão em geral

() Se uma pessoa falecer, sem deixar testamento conhecido e em estado de viuvez, deixando quatro filhos, sendo um prémorto, e três netos, estes descendentes do filho pré-morto, nessa hipótese, haverá sucessão por estirpe e a herança será dividida em quatro partes iguais, dividindo-se uma delas entre os três netos.

() Na sucessão legítima, ocorre o direito de acrescer quando a lei chama os descendentes do falecido ou do renunciante a sucederem em todos os direitos em que ele sucederia se vivo fosse ou em que não houvesse renunciado à herança. Não havendo descendentes, serão chamados os herdeiros da classe seguinte, isto é, os ascendentes, o cônjuge ou companheiro sobrevivente ou os colaterais.

() O doador pode, no próprio contrato de doação ou por testamento, dispensar o herdeiro necessário de efetuar a colação, bastando, para tanto, que determine que a doação saia de sua parte disponível, mas essa doação será computada pelo seu valor ao tempo em que foi realizada e não ao tempo da abertura da sucessão. Por isso, ainda que a liberalidade exceda a parte disponível, não ficará sujeita à colação.

5.52 PGE- PI :: Procurador do Estado Substituto

Q.271

Origem

Ainda acerca dos contratos, assinale a opção correta.

PGE- PI :: Procurador do Estado Substituto
CESPE
2008

() O pacto de retrovenda é uma cláusula acessória aposta no contrato de compra e venda de imóvel, que consiste no direito que se reserva o vendedor de resolver o contrato, recuperando a coisa, desde que pague ao comprador o preço original, monetariamente corrigido, as despesas por ele suportadas e o valor equivalente às benfeitorias necessárias, bem como as benfeitorias úteis e voluptuárias expressamente consentidas, na forma escrita.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

() Na fiança, o garantidor se responsabiliza por assegurar o cumprimento da prestação prometida pelo devedor. Por isso, o garantidor não pode, para se eximir da obrigação, alegar que o devedor tem bens suficientes para saldar a dívida por ele garantida.

() Pelo contrato de depósito voluntário, o depositário recebe um objeto móvel ou imóvel para guardá-lo ou conservá-lo, até que o depositante o reclame; enquanto não for pedida a restituição da coisa, essa se incorpora ao patrimônio do depositário. Em caso de inadimplemento da obrigação por parte do depositário, o contrato resolve-se em perdas e danos.

() No contrato de empreitada de mão-de-obra, por se tratar de obrigação de meio, o empreiteiro tem o direito de exigir do proprietário que, uma vez concluída a obra nos termos contratuais, ele a aceite, pois, nesse tipo de empreitada, todos os riscos correm por conta do dono.

() O direito do promissário comprador à adjudicação compulsória não se condiciona ao registro do compromisso de compra e venda no cartório de imóveis; mas, se o contrato particular for devidamente registrado, confere ao promitente comprador direito real de propriedade.

5.53 Pref. Teresina PI :: Agente Fiscal de Tributos Municipais

Q.272

Origem

Acerca dos contratos, julgue os itens.

Pref. Teresina PI :: Agente Fiscal de Tributos Municipais
CESPE
2008

() A propriedade do fiduciário é resolúvel e, portanto, patrimônio de afetação. No entanto, durante a vigência do contrato, o bem pode ser penhorado ou dado em garantia da dívida do fiduciário, desde que o devedor preste caução ao credor fiduciante.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

() Com a resolução do contrato de arrendamento mercantil e a reintegração do bem na posse da arrendadora, é possível a devolução das parcelas pagas antecipadamente a título de valor residual garantido à arrendatária.

() No contrato de representação comercial, o representado é sempre uma empresa, geralmente industrial, e o representante comercial, que pode ser pessoa física ou jurídica, se compromete, por meio de contrato de trabalho, a representar o contratante em local diverso da sede ou matriz da empresa.

5.54 SEBRAE :: Direito

Q.273

Origem

No tocante a obrigações e contratos, julgue os itens subseqüentes.

SEBRAE :: Direito
CESPE
2008

() A obrigação de dar coisa certa, em regra, abrange as respectivas pertencas.

() O ato praticado por quem não tenha mandato, ou o tenha mas sem poderes suficientes, é ineficaz em relação àquele em cujo nome foi praticado, salvo se este o ratificar.

() Pelo contrato estimatório, o consignante entrega bem móvel ao consignatário, que fica autorizado a vendê-lo, pagando àquele o preço ajustado, salvo se preferir, no prazo ajustado, restituir-lhe a coisa consignada.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

5.55 PGE- PI :: Procurador do Estado Substituto

Q.274

Origem

Acerca do direito das obrigações, assinale a opção correta.

PGE- PI :: Procurador do Estado
Substituto
CESPE
2008

() Nas arras penitenciais, se a parte que as recebeu não cumprir o contrato, a outra parte poderá considerá-lo resolvido e exigir a devolução do sinal, somado ao equivalente, com atualização monetária, juros e indenização por perdas e danos.

() Na cessão do crédito onerosa, voluntária ou convencional, o cedente ficará responsável pela existência do crédito transferido no momento da cessão, embora não responda pela solvabilidade do devedor.

() O credor, para exigir o pagamento da cláusula penal convencional, deverá provar a culpa do devedor pelo inadimplemento e o prejuízo efetivamente sofrido. Se tal prejuízo exceder o previsto na cláusula penal, o credor poderá exigir indenização suplementar.

() A assunção de dívida é um negócio bilateral, não condicionado à anuência do credor, pelo qual o devedor transfere a um terceiro os seus encargos obrigacionais. Nesse negócio, ocorre a substituição do sujeito passivo da relação de crédito, sendo extinta a obrigação primitiva e surgindo a solidariedade obrigacional entre os devedores.

() O inadimplemento absoluto de uma obrigação se dá quando essa não for cumprida no tempo, no lugar e na forma devidos. Nesse caso, o credor deverá exigir do inadimplente o recebimento do valor devido ou a prestação a que o devedor se obrigou, acrescida da multa contratual.

Assuntos relacionados

Transmissão das obrigações

5.56 STF :: Execução de Mandatos - Judiciário

Q.275

Origem

Acerca do direito das obrigações, julgue os itens subsequentes.

STF :: Execução de Mandatos -
Judiciário
CESPE
2008

() Em regra, na cessão de crédito ocorre a substituição subjetiva no pólo ativo ou passivo da obrigação, com a conservação do vínculo obrigacional com todos os seus acessórios, a qual opera efeitos legais, com expressa anuência do devedor originário.

Assuntos relacionados

() Havendo pluralidade de devedores solidariamente responsáveis pelo pagamento da dívida, o credor pode exigir de qualquer um dos co-devedores o cumprimento integral da obrigação, mas, ao optar por cobrar a integralidade da dívida, extingue-se a solidariedade, perdendo o credor o direito de exigi-la dos demais devedores.

Transmissão das obrigações

5.57 INSS :: Analista do Seguro Social - Direito

Q.276

Origem

Acerca da tutela e curatela no direito civil, julgue os seguintes itens.

INSS :: Analista do Seguro Social
- Direito
CESPE
2008

() Tutela e poder familiar são institutos jurídicos que não se excluem, ou seja, podem coexistir e, assim, terem ambos, por objeto, a um só tempo, o mesmo incapaz.

Assuntos relacionados

() A sentença que declara a interdição do incapaz só produz efeitos após o seu trânsito em julgado.

Tutela
Curatela

5.58 TJCE :: Oficial de Justiça - Judiciária

Q.277

Origem

Com relação a tópicos diversos de direito civil, julgue os próximos itens.

TJCE :: Oficial de Justiça -
Judiciária
CESPE
2008

() Consideram-se imóveis para os efeitos legais os direitos reais sobre imóveis e as ações que os assegurem.

Assuntos relacionados

() O bem imóvel rural objeto de derrelição por seu proprietário, e que não se encontrar na posse de outrem, poderá ser arrecadado pelo poder público como bem vago e, três anos depois, passar à propriedade da União.

União estável

() O divórcio por conversão pressupõe a separação judicial transitada em julgado.

() O vínculo da afinidade é extensível à união estável.

() O cego não pode dispor dos bens para depois de sua morte por meio de testamento por lhe faltar capacidade ativa.

5.59 INSS :: Analista do Seguro Social - Direito

Q.278

Origem

O regime econômico se estrutura mediante as relações obrigacionais; assim, por meio do direito das obrigações, se estabelece também a autonomia da vontade entre os particulares na esfera patrimonial. Pode-se afirmar que o direito das obrigações exerce grande influência na vida econômica, em razão da inegável constância das relações jurídicas obrigacionais no mundo contemporâneo; ele intervém na vida econômica, nas relações de consumo sob diversas modalidades e, também, na distribuição dos bens. O direito das obrigações é, pois, um ramo do direito civil que tem por fim contrapesar as relações entre credores e devedores. Consiste em um complexo de normas que regem relações jurídicas de ordem patrimonial e que têm por objeto prestações (dar, restituir, fazer e não fazer) cumpridas por um sujeito em proveito de outro. Bruna Lyra Duque. Análise histórica do direito das obrigações. In: Jus Navigandi. Internet: jus2.uol.com.br (com adaptações). A partir das idéias apresentadas no texto acima, julgue os seguintes itens, acerca do direito das obrigações.

INSS :: Analista do Seguro Social
- Direito
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

- () É ineficaz, em relação ao devedor, a cessão do crédito vencido.
- () O fiador que paga a dívida em seu próprio nome não se sub-roga nos direitos do credor.
- () Se o devedor age de boa-fé e amparado pela escusabilidade do erro, considera-se válido o pagamento feito por ele ao credor putativo.
- () Se uma dívida é caracterizada como quesível, isso significa que competirá ao devedor oferecer o pagamento no domicílio do credor.

5.60 MPE/AM :: Agente Técnico - Jurídico

Q.279

Origem

Acerca do direito das obrigações, julgue os itens que se seguem.

MPE/AM :: Agente Técnico -
Jurídico
CESPE
2008

Assuntos relacionados

- () Na obrigação solidária passiva, havendo novação entre credor e um dos devedores, exoneram-se os demais devedores e as preferências e garantias do crédito novado remanescem somente sobre os bens do que contrair a nova obrigação.
- () A dação em pagamento pode ser corretamente definida como um acordo entre o credor e o devedor, com o objetivo de extinguir a obrigação, no qual consente o credor em receber coisa diversa da devida, em substituição à prestação que lhe era originalmente objeto do pacto.

Adimplemento
Extinção das obrigações

5.61 TRT- 1ª Região :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.280

Origem

José entabulou com Paulo dois negócios distintos, em razão dos quais se obrigou a pagar a este as quantias de R\$ 1.000,00 e de R\$ 500,00, sendo a primeira dívida onerada pela fixação de juros moratórios, e a segunda, apenas pelo estabelecimento de multa. Vencidas as dívidas, José, que só dispunha de R\$ 600,00, propôs pagar parte do capital da primeira dívida, já que esta era a mais onerosa. Encontrou, no entanto, resistência de Paulo. Com base na situação hipotética acima descrita, assinale a opção correta.

TRT- 1ª Região :: Analista
Judiciário - Judiciária
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

- () Diante da recusa injustificada de Paulo, cabe a José o pagamento em consignação.
- () Por dispor de quantia insuficiente ao pagamento integral da primeira obrigação, José não podia servir-se da imputação em pagamento para determinar qual das duas obrigações seria saldada.
- () A lei civil garante ao devedor o pagamento do capital antes dos juros vencidos.
- () Por oferecer quantia diversa daquela efetivamente devida, José, na verdade, tentou utilizar-se da dação em pagamento.
- () Mesmo que Paulo tivesse aceito o pagamento parcial do capital da dívida mais onerosa, tal transação seria nula por ir de encontro à disposição legal que determina a obrigatoriedade da quitação dos juros em primeiro lugar.

5.62 FUNDAC - PB :: Advogado

Q.281

Origem

Mário e Fátima, que têm, hoje, 60 e 50 anos de idade, respectivamente, casaram-se em fevereiro de 2006. Em março de 2008, Fátima abandonou o lar conjugal e passou a residir na casa de sua mãe. No mês seguinte, Mário procurou um advogado e ajuizou ação de divórcio contra Fátima. Com relação à situação hipotética acima apresentada, assinale a opção correta com base na Constituição Federal de 1988.

FUNDAC - PB :: Advogado
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Casamento

- () A ação de divórcio em questão não poderia ter sido ajuizada visto que não havia comprovação de separação de fato por mais de dois anos ou prévia separação judicial por mais de um ano, requisitos exigidos pela Constituição para tal ação.
- () A partir da Constituição de 1998, o casamento civil pode ser dissolvido pela separação judicial.
- () A ação de divórcio ajuizada pelo advogado de Mário está respaldada no fato de o casal ter ficado casado por mais de dois anos.
- () Mário poderá ajuizar ação de divórcio após 6 meses da saída de Fátima do lar conjugal.

5.63 OAB-SP :: Advogado

Q.282

Origem

Constitui impedimento matrimonial dirimente circunstância que envolva

OAB-SP :: Advogado
CESPE
2008

() pessoa divorciada enquanto não houver sido homologada ou decidida a partilha de bens do casal.

() parentesco por afinidade em linha reta, ainda que já dissolvido o casamento que originou a afinidade.

Assuntos relacionados

() viúvo ou viúva que tiver filho do cônjuge falecido, enquanto não fizer o inventário dos bens do casal e der partilha aos herdeiros.

Casamento

() tutor ou curador e os seus descendentes, ascendentes, irmãos, cunhados e sobrinhos, com a pessoa tutelada ou curatelada, enquanto não cessar a tutela ou curatela e não estiverem saldadas as respectivas contas.

5.64 Pref. Municipal de Natal :: Assessor Jurídico

Q.283

Origem

Quanto aos direitos do promitente comprador expressos no atual Código Civil, assinale a opção correta.

Pref. Municipal de Natal ::
Assessor Jurídico
CESPE
2008

() Ao inverso do que ocorre com a promessa de compra e venda celebrada por instrumento particular, no caso de promessa celebrada por instrumento público a lei não exige registro no cartório de registro de imóveis.

Assuntos relacionados

() Caso as partes estabeleçam a possibilidade de arrependimento na promessa de compra e venda, a constituição de direito real sobre a coisa dependerá de registro.

Direito do promitente comprador

() O direito de exigir a outorga da escritura definitiva de compra e venda deve ser exercido somente contra o promitente vendedor, resolvendo-se o negócio em perdas e danos no caso de cessão dos direitos reais a terceiros.

() O promitente comprador, quando titular de direito real, pode requerer ao juiz a adjudicação do imóvel se houver recusa do promitente vendedor.

Q.284

Origem

Assinale a opção que apresenta uma conclusão correta acerca da situação hipotética nela contida, no que tange às disposições a respeito de domicílio de pessoa natural.

Pref. Municipal de Natal ::
Assessor Jurídico
CESPE
2008

() Raul passou a dormir na casa de seu irmão, em cidade vizinha, enquanto sua casa passava por reforma de uma semana. Nesse caso, houve mudança de domicílio de Raul.

Assuntos relacionados

() Francisco exercita sua profissão em lugares diversos. Nessa situação, considera-se seu domicílio o local onde tem maior volume de trabalho.

Domicílio

() Patrícia é artista circense. Nesse caso, em razão das peculiaridades de sua profissão, o lugar onde Patrícia for encontrada é considerado seu domicílio.

() Paulo tem duas residências, onde vive alternadamente. Nessa situação, é considerado seu domicílio a residência em que ele passa maior tempo.

5.65 TRT- 1ª Região :: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.285

Origem

Com base no que determina o CC, julgue os itens a seguir, acerca do domicílio das pessoas naturais. I Considere que Maurício, mesmo mantendo mais de uma residência, passe dois finais de semana por mês naquela em que vive com sua família. Nessa situação, o único domicílio de Maurício é a casa em que vive com a família. II Suponha que Renato, advogado, pretenda ajuizar ação com o objetivo de ver declarada a nulidade de uma cláusula da convenção de condomínio do prédio em que mora. Nessa situação, Renato pode declarar como domicílio o seu domicílio profissional, pois é advogado e atuará em causa própria. III A mudança de domicílio é determinada pela transferência de residência com a intenção manifesta de mudar-se, o que se pode demonstrar tanto pelas circunstâncias da própria alteração de endereço como por declarações feitas à municipalidade dos lugares. IV A pessoa natural que possui mais de um domicílio profissional pode ser demandada em qualquer um desses locais, independentemente de haver correspondência entre a relação profissional e os diversos lugares onde se exerce a profissão. V A pessoa natural que não possuir residência habitual, pode ser demandada no domicílio de seus pais, se lá for encontrada. Estão certos apenas os itens

TRT- 1ª Região :: Analista
Judiciário - Execução de
Mandados
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Domicílio

- () I e II.
- () I e IV.
- () II e IV.
- () II e V.
- () III e V.

5.66 Pref. Municipal de Natal :: Assessor Jurídico

Q.286

Origem

A respeito da capacidade para o exercício de atividade de empresário, assinale a opção correta.

Pref. Municipal de Natal ::
Assessor Jurídico
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Empresário

- () A empresa herdada por um menor com 16 anos de idade necessariamente deve ser administrada por um tutor, já que a atividade de empresário exige o pleno gozo da capacidade civil.
- () Uma pessoa legalmente impedida de exercer atividade empresária, se a exercer, deixará de responder pelas obrigações contraídas, não só pela sua incapacidade, como também pela aplicação do instituto da boa-fé objetiva.
- () Um casal casado sob o regime de separação obrigatória de bens pode, caso comprove legítimo interesse, formar uma sociedade empresarial.
- () Um empresário casado sob o regime de comunhão universal de bens pode alienar os imóveis que integrem o patrimônio de sua empresa sem que seja necessária a outorga conjugal.

5.67 Pref. Municipal de Natal :: Procurador Municipal

Q.287

Origem

Heitor, empresário, casado com Luciana sob o regime de comunhão parcial de bens, vendo-se em situação financeira delicada, haja vista que não possuía dinheiro suficiente para pagar seus fornecedores, decidiu vender um dos imóveis do patrimônio da empresa. A partir da situação hipotética apresentada e de acordo com o disposto no Código Civil acerca do direito de empresa, assinale a opção correta.

Pref. Municipal de Natal ::
Procurador Municipal
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Empresário

- () Heitor necessitará de outorga conjugal para promover a venda do bem, por que o negócio envolverá a alienação de imóvel.
- () Heitor somente poderia alienar o imóvel sem necessidade de outorga conjugal se fosse casado no regime da separação de bens.
- () Independentemente do regime de bens do casamento, Heitor pode promover a alienação do imóvel da empresa sem outorga judicial.
- () Caso fique provado que a alienação do imóvel será realizada em benefício do casal, a eventual discordância da esposa de Heitor com relação à venda do referido imóvel preserva a este a possibilidade de requerer o suprimento judicial da outorga.

5.68 TRT- 1ª Região :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.288

Origem

Roberto, engenheiro civil, resolveu expandir seu escritório de engenharia e montou um plano diferenciado de prestação de serviços para pessoas de baixa renda, contratando, para isso, além da secretária, cinco engenheiros, dois decoradores de ambiente, um desenhista e um contador, que passaram a trabalhar sob suas ordens e mediante salário, atraindo clientela graças ao conjunto de facilidades ofertadas pelo grupo. Considerando essa situação hipotética e a disciplina do direito da empresa, assinale a opção correta.

TRT- 1ª Região :: Analista
Judiciário - Judiciária
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Empresário

- () A expansão da atividade profissional pelo concurso de auxiliares e colaboradores não é capaz de alterar a condição de Roberto como profissional intelectual, a qual é diversa da condição de empresário.
- () Antes de ser realizada a devida inscrição no Registro Público de Empresas, a expansão da atividade profissional de Roberto não é suficiente, por si só, para caracterizá-lo como empresário.
- () Roberto deve ser considerado empresário porque a contratação de auxiliar remunerado é incompatível com a figura do profissional intelectual.
- () A atividade de Roberto deixou de ser a de simples profissional intelectual, uma vez que ele assumiu o papel de organizador de fatores de produção e a sua própria atividade intelectual passou a ser um desses fatores.
- () Roberto só passará à condição de empresário quando a renda bruta anual arrecadada em sua organização ultrapassar o limite fixado pela lei para esse fim.

5.69 PGE- ES :: Procurador do Estado de 1ª Categoria

Q.289

Origem

Acerca do direito de empresa, julgue os itens subseqüentes

PGE- ES :: Procurador do Estado
de 1ª Categoria
CESPE
2008

- () Se um estabelecimento for alienado, o adquirente assumirá a responsabilidade, perante os credores da empresa, pelas dívidas devidamente contabilizadas na data da alienação, e o alienante ficará solidariamente responsável com o adquirente pelas dívidas vencidas e vincendas contabilizadas na data da alienação, pelo prazo de um ano.
- () A empresa é uma atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou serviços, e, se legalmente constituída, adquire capacidade jurídica, tornando-se, portanto, investida de direitos e obrigações.

Assuntos relacionados

Estabelecimento

5.70 OAB-SP :: Advogado

Q.290

Origem

A anticrese constitui

OAB-SP :: Advogado
CESPE
2008

- () modo de aquisição da propriedade imóvel.
- () direito real de garantia.
- () direito do promitente comprador.
- () direito ao uso de bem móvel de propriedade do devedor.

Assuntos relacionados

Penhor
Hipoteca
Anticrese

5.71 PGE- ES :: Procurador do Estado de 1ª Categoria

Q.291

Origem

Em relação aos direitos reais, julgue os itens a seguir

PGE- ES :: Procurador do Estado
de 1ª Categoria
CESPE
2008

- () Se o proprietário de bem dado em garantia real alienar o bem afetado ao débito antes do termo de pagamento, a alienação será válida, porém ineficaz perante o credor.
- () No usufruto, o direito de dispor da coisa remanesce em favor do proprietário, enquanto o seu proveito econômico é revertido em benefício do usufrutuário.
- () Se o devedor tornar-se inadimplente com relação ao crédito da hipoteca de primeiro grau, o resgate da hipoteca pelo credor da segunda hipoteca acarreta a extinção do ônus real, ou seja, libera o imóvel onerado mediante o pagamento da quantia devida.
- () O direito de retenção, seja por acessões ou por benfeitorias, exige, para o seu reconhecimento, a demonstração da coexistência da posse de determinado bem imóvel e a prova da propriedade dos bens a serem indenizados.

Assuntos relacionados

Penhor
Hipoteca
Anticrese

5.72 PGE- PI :: Procurador do Estado Substituto

Q.292

Origem

A respeito dos direitos reais, assinale a opção correta.

PGE- PI :: Procurador do Estado Substituto
CESPE
2008

() A servidão predial aparente pode ser constituída em prédio próprio, exigindo-se que os prédios serviente e dominante sejam contíguos, de forma a possibilitar a utilização mais cômoda do prédio dominante.

() O direito ao usufruto é inalienável e intransmissível, não podendo o usufrutuário, portanto, ceder a exploração da coisa a terceiro. Quando constituído em favor de duas pessoas, com cláusula expressa de direito de acrescer, em caso de falecimento de uma delas, ocorre a desoneração da propriedade a ela correspondente que, automaticamente, retorna ao nu-proprietário.

() Nas dívidas garantidas por penhor, é válido que os contratantes firmem convenção acessória autorizando o credor a ficar com a coisa dada em garantia, caso a prestação não seja cumprida no vencimento.

() A hipoteca não pode ser constituída como meio de garantir a dívida futura ou condicionada, ainda que determinado o valor máximo do crédito a ser garantido, pois essa visa assegurar ao credor o pagamento da dívida líquida e certa.

() A anticrese é o direito real sobre imóvel alheio, em virtude do qual o credor obtém a posse da coisa a fim de perceber-lhe os frutos, juros e capital, e imputá-los no pagamento da dívida, sendo, porém, permitido estipular que os frutos do imóvel sejam, na sua totalidade, percebidos pelo credor à conta de juros.

Assuntos relacionados

Penhor
Hipoteca
Anticrese

5.73 STF :: Execução de Mandatos - Judiciário

Q.293

Origem

Quanto ao direito real sobre coisa alheia, julgue os itens seguintes.

STF :: Execução de Mandatos - Judiciário
CESPE
2008

() São direitos do credor pignoratício, entre outros, o de apropriar-se dos frutos da coisa empenhada que se encontre em seu poder; o de promover a venda antecipada, mediante prévia autorização judicial, nas hipóteses em que se configure evidente risco de perda ou deterioração da coisa empenhada.

() A hipoteca como direito real de garantia sobre bem imóvel fica sujeita ao resgate da dívida garantida, e o pagamento parcial do crédito exonera parcialmente o imóvel hipotecado, podendo o devedor constituir segunda hipoteca sobre o bem.

Assuntos relacionados

Penhor
Hipoteca
Anticrese

5.74 TJ-SE :: Juiz Substituto

Q.294

Origem

No que concerne aos direitos reais, assinale a opção correta.

TJ-SE :: Juiz Substituto
CESPE
2008

() A garantia real, no direito civil, ocorre quando o devedor, ou alguém por ele, destina determinado bem do seu patrimônio para a garantia de uma dívida. Essa sujeição cria preferência, ou prelação, para o credor, que, na venda do bem, será o primeiro a receber, sem se sujeitar a concursos ou rateios.

() Um pai poderá garantir a dívida de um seu descendente, hipotecando os seus bens particulares, sem a autorização de seu cônjuge e dos demais herdeiros.

() O direito de superfície é a concessão para se construir ou plantar em solo alheio. A constituição desse direito operase por contrato oneroso, durante a sua vigência, e o detentor da propriedade superficiária poderá modificar unilateralmente a destinação da utilização do terreno, quando essa não beneficiar a propriedade economicamente.

() O direito real de servidão de passagem exige, para o seu reconhecimento, o encravamento do imóvel dominante, consistente na ausência de saída pela via pública, fonte ou porto. É passível de proteção possessória e pode ser adquirido por usucapião, mesmo que a posse seja descontínua e não aparente.

() O penhor, por ser contrato real que só se aperfeiçoa com a tradição do bem, exige a transferência efetiva da posse pelo devedor ao credor do bem empenhado, qualquer que seja a espécie de penhor.

Assuntos relacionados

Penhor
Hipoteca
Anticrese

5.75 SEBRAE :: Direito

Q.295

Origem

A respeito do matrimônio, julgue o item abaixo.

SEBRAE :: Direito
CESPE
2008

() Em regra, nenhum dos cônjuges pode, sem autorização do outro, alienar ou gravar de ônus real os bens imóveis, nem prestar fiança ou aval.

Assuntos relacionados

Regime de bens entre os cônjuges

5.76 DPE CE :: Defensor Público

Q.296

Origem

Julgue os itens que seguem, acerca dos contratos.

DPE CE :: Defensor Público
CESPE
2008

() Os contratos de consumo comportam execução específica. Neles, o juiz pode determinar a execução de toda e qualquer medida que possa alcançar o efeito concreto pretendido pelas partes, salvo quando constar expressamente do contrato cláusula que disponha de maneira diversa, em caso de não cumprimento da obrigação pelo fornecedor.

Assuntos relacionados

() Se alguém, ao contratar, promete fato de terceiro, esse contrato não tem a eficácia de obrigar quem dele não participou, vinculando à obrigação aquele que assumiu o cumprimento da prestação, como devedor primário. Assim, se o terceiro não executar a promessa feita no contrato, a responsabilidade patrimonial por perdas e danos incide sobre o promitente.

Contratos

5.77 OAB-SP :: Advogado

Q.297

Origem

A exceção do contrato não cumprido poderá ser argüida nos

OAB-SP :: Advogado
CESPE
2008

- () contratos sinalagmáticos.
- () contratos de mútuo.
- () negócios jurídicos unilaterais.
- () contratos de comodato.

Assuntos relacionados

Contratos

5.78 PGE- ES :: Procurador do Estado de 1ª Categoria

Q.298

Origem

A respeito dos contratos regidos pelo Código Civil, julgue os próximos itens

PGE- ES :: Procurador do Estado
de 1ª Categoria
CESPE
2008

() No contrato de depósito voluntário de bens fungíveis, o bem depositado pode ser utilizado pelo depositário, que assume a obrigação de reembolsar o depositante e restituí-lo a qualquer tempo.

() Caracterizada a evicção parcial, não sendo esta considerável, o evicto não pode valer-se da opção entre a rescisão contratual e o abatimento no preço, assistindo-lhe apenas o direito a indenização.

Assuntos relacionados

() Se no contrato forem estipuladas arras penitenciais, a inexecução deste facultará à parte inocente pedir indenização suplementar, se provar que o seu prejuízo foi maior que o valor das arras. A parte inocente também poderá exigir a execução do contrato, acrescido de perdas e danos.

Contratos

() Nos contratos em que as obrigações assumidas pelas partes são recíprocas e simultâneas, o inadimplemento de uma permite à outra parte opor a exceção do contrato não cumprido, deixando de efetuar a sua prestação enquanto a outra parte não efetuar a respectiva contraprestação.

5.79 PGE- PI :: Procurador do Estado Substituto

Q.299

Origem

Quanto aos contratos, segundo as disposições do Código Civil, assinale a opção correta.

PGE- PI :: Procurador do Estado Substituto
CESPE
2008

() No contrato comutativo, as prestações de uma das partes, bem como a extensão da contraprestação, são incertas porque dependem de fato futuro. Por ser de execução diferida ou de trato sucessivo, a prestação pode ser desproporcional ao valor da contraprestação.

Assuntos relacionados

() A responsabilidade pela evicção depende de cláusula expressa no contrato, em que um dos contratantes se obriga a indenizar ou não aquele que se tornar evicto. Assim, verificada a evicção da coisa adquirida, havendo cláusula expressa de exclusão da garantia, o evicto não poderá recobrar o preço que pagou por ela, pois assumiu o risco ao excluir a garantia.

Contratos

() Os vícios redibitórios são defeitos ocultos em coisa alienada que impedem ou dificultam o uso a que a coisa se destina, autorizando o comprador a devolvê-la, e obrigando o alienante a ressarcir o valor recebido, acrescido de perdas e danos, ainda que não conheça o defeito.

() O contrato preliminar é o compromisso para uma futura declaração de vontade, ou seja, um contrato que gera a obrigação de contratar.

Trata-se de documento preparatório para um negócio definitivo, devendo ser observada, sob pena de nulidade, a forma do contrato a ser celebrado.

() O inadimplemento de uma obrigação pelo devedor é causa de resolução do contrato, podendo a parte prejudicada pleitear, além da resolução do contrato, a indenização pelos prejuízos, que abrangem o dano emergente e o lucro cessante.

5.80 Pref. Municipal de Natal :: Procurador Municipal

Q.300

Origem

Paulo, proprietário de um imóvel, constituiu Henrique como seu procurador para a venda do bem. Henrique, por falta de tempo disponível para tratar com os interessados em comprar o imóvel em questão, substabeleceu seus poderes para Mônica, que passou a negociar esse imóvel. Passado um mês, Henrique foi beneficiado por uma herança e procurou Mônica para adquirir o imóvel de Paulo. Considerando a situação hipotética apresentada acima e as disposições do Código Civil acerca do assunto, é correto afirmar que a venda do imóvel a Henrique

Pref. Municipal de Natal ::
Procurador Municipal
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Contratos

() seria nula de pleno direito, por tratar-se de negócio jurídico celebrado consigo mesmo.

() seria plenamente válida, porque, diante do silêncio de Paulo, presume-se que este tenha permitido o autocontrato por Henrique.

() poderia ser anulada por Paulo, por tratar-se de negócio jurídico celebrado por Henrique consigo mesmo, por intermédio de substabelecimento.

() seria perfeitamente válida, porque os poderes de representação constituídos a Henrique foram substabelecidos a Mônica.

5.81 SEBRAE :: Direito

Q.301

Origem

Julgue os próximos itens, acerca de contratos.

SEBRAE :: Direito
CESPE
2008

- () No contrato de compra e venda, salvo cláusula em contrário, as despesas de escritura, registro e tradição ficarão a cargo do comprador.
- () No contrato de seguro, se ocorrer o sinistro, terá direito a indenização o segurado que estiver em mora no pagamento do prêmio, desde que proceda à sua purgação.
- () De acordo com o Código Civil, nos contratos onerosos, o alienante responde pela evicção, podendo as partes, entretanto, por cláusula expressa, reforçar, diminuir ou excluir tal responsabilidade.
- () Os cônjuges podem contratar sociedade, entre si ou com terceiros, desde que não tenham casado no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória.
- () No contrato de uma sociedade limitada, todas as quotas devem ter igual valor.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.302

Origem

Acerca da interpretação dos negócios jurídicos e dos contratos, julgue os seguintes itens.

SEBRAE :: Direito
CESPE
2008

- () Quando houver, no contrato de adesão, cláusulas ambíguas ou contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao aderente.
- () Na declaração de vontade, atender-se-á mais à intenção nela consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem.
- () A proposta de contrato deixa de ser obrigatória se, antes dela, ou simultaneamente, chegar ao conhecimento da outra parte a retratação do proponente.

Assuntos relacionados

Contratos

5.82 SGA - AC :: Advogado

Q.303

Origem

Julgue os itens de 91 a 93, acerca das obrigações e dos contratos regidos pelo Código Civil.

SGA - AC :: Advogado
CESPE
2008

- () Se, no contrato de locação, houver cláusula expressa de que há responsabilidade dos fiadores até a efetiva entrega das chaves do imóvel objeto da locação, essa responsabilidade perdura ainda que o contrato seja prorrogado por prazo indeterminado.
- () Quando o objeto adquirido pelo comprador, ao tempo da tradição, tiver um defeito oculto desconhecido do comprador, insuscetível de verificação imediata, que o torne impróprio ao uso a que é destinado ou lhe diminua o valor, o comprador pode, com ação redibitória, rejeitar a coisa e pedir a extinção do contrato; no caso de o adquirente optar por ficar com o bem, ele tem direito ao abatimento no preço, que pode ser conseguido mediante ação estimatória.
- () Se houver pluralidade de devedores e sendo a obrigação indivisível por vontade das partes - indivisibilidade convencional -, pode haver o cumprimento fracionado da obrigação.

Assuntos relacionados

Contratos

5.83 STF :: Execução de Mandatos - Judiciário

Q.304

Julgue os próximos itens, que versam acerca dos contratos regidos pelo Código Civil.

() Feita a proposta entre presentes, a aceitação deve dar-se dentro do prazo estabelecido e, não havendo prazo, deve ser imediata, visto que, do contrário, a proposta deixa de ser obrigatória. Nesse sentido, a aceitação por parte do destinatário da proposta formaliza o contrato, uma vez que se atinge a convergência de vontades, elemento essencial aos contratos.

() Poderá ser objeto de alienação direito sucessório, ainda que esteja vivo o autor da herança, desde que a alienação se faça por escritura pública e sob condição, isto é, com cláusula que subordine os efeitos do negócio jurídico ao evento morte do titular do direito alienado.

() Ocorrendo a evicção parcial, mas sendo considerável a perda, faculta-se ao evicto postular a resolução do contrato com a rejeição da coisa ou a restituição proporcional do preço. Tem-se, nesse caso, uma obrigação alternativa com escolha deferida ao credor.

() O objeto da fiança convencional é determinado pela obrigação cujo cumprimento ela garante, podendo ser a fiança de dívidas atuais ou futuras, compreendendo ou não os seus acessórios, e, ainda, garantir a dívida por inteiro ou apenas parte dela, exigindo-se, no entanto, que essa dívida seja válida.

Origem

STF :: Execução de Mandatos -
Judiciário
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Contratos

5.84 TJ-SE :: Juiz Substituto

Q.305

No que concerne aos contratos, assinale a opção correta.

() O contrato preliminar é preparatório para um negócio definitivo e destina-se a dar segurança às partes que querem celebrar o contrato; por essa razão é vedada a cláusula de arrependimento.

() O prazo prescricional para a rescisão do compromisso de compra e venda de imóvel com base em vício redibitório conta-se a partir da tradição do bem e não da data em que o adquirente tomar conhecimento do citado vício.

() Caso ocorra a evicção de uma coisa adquirida por meio de contrato oneroso com cláusula expressa de exclusão da garantia da evicção, o evicto não poderá recobrar integralmente o preço que pagou pela coisa, pois a referida cláusula importa em renúncia ao ressarcimento pelos riscos da evicção.

() No contrato de mútuo, a propriedade do bem mutuado é transferida ao mutuário desde o momento de sua tradição. A partir desse momento, é que se estabelece a responsabilidade do mutuário pelos riscos e pela deterioração ou perda do objeto do mútuo.

() Em um contrato firmado entre duas pessoas, não podem ser pactuados benefícios nem criadas obrigações para uma pessoa estranha à formação do vínculo contratual; portanto, esse terceiro não se sujeita às condições e normas do contrato, razão por que não poderá reclamar o cumprimento da obrigação nem ser compelido a executá-la.

Origem

TJ-SE :: Juiz Substituto
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Contratos

5.85 DPE CE :: Defensor Público

Q.306

Acerca dos registros públicos e dos direitos reais, julgue os itens subseqüentes.

- () Segundo o princípio da unitariedade, é impossível a matrícula conter mais do que um imóvel em sua descrição. Permite-se, no entanto, a fusão de matrículas de dois imóveis fisicamente contíguos, mesmo quando em um deles a titularidade seja representada por compromisso de compra e venda.
- () Prenotado, o título goza de prioridade sobre quaisquer outros títulos que versem acerca de direitos reais relativos ao mesmo bem imóvel. A prenotação assegura precedência do direito real ao qual o título se refere. Assim, a escritura pública levada a cartório antes de outra e prenotada sob número de ordem mais baixo é que deve ser registrada com preferência sobre qualquer outra.
- () O procedimento de dúvida será instaurado a requerimento da pessoa que se sentir prejudicada por exigências desnecessárias do oficial do cartório, quando for negada a prenotação ou registro de uma escritura pública de compra e venda de imóvel. Instaurado o contraditório, o juiz dará vista, sucessivamente, ao oficial e ao promotor de justiça para se manifestar, no prazo de cinco dias.
- () A preferência das hipotecas entre os vários credores hipotecários se dará pela ordem do registro dos respectivos títulos junto ao cartório de registro de imóveis. Assim, mesmo que se vença a segunda hipoteca, não poderá o credor executá-la antes de vencida a anterior.

Origem

DPE CE :: Defensor Público
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Direitos reais

5.86 OAB-SP :: Advogado

Q.307

O direito ao uso de coisa alheia constitui

- () direito real que, a título gratuito ou oneroso, instituído por ato inter vivos ou causa mortis, permite ao usuário, temporariamente, fruir todas as utilidades de coisa móvel ou imóvel, para atender às suas necessidades e às de sua família.
- () direito real temporário de ocupar gratuitamente bem imóvel alheio para a moradia do titular e de sua família, não podendo estes alugá-lo nem emprestá-lo.
- () direito real de gozo sobre bens imóveis que, em virtude de lei ou vontade das partes, se impõe sobre prédio serviente em benefício do dominante.
- () direito real pelo qual o proprietário, temporariamente, de modo gratuito ou oneroso, concede a outrem o direito de construir ou plantar em seu terreno.

Origem

OAB-SP :: Advogado
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Direitos reais

5.87 Pref. Teresina PI :: Agente Fiscal de Tributos Municipais

Q.308

Origem

Quanto aos direitos reais, julgue os próximos itens.

Pref. Teresina PI :: Agente Fiscal
de Tributos Municipais
CESPE
2008

() Servidões prediais são restrições impostas a um prédio em proveito de outro, ainda que pertencentes ao mesmo proprietário. São indivisíveis e perpétuas, desde que registradas no cartório de registro de imóveis, e não são sujeitas a extinção, por aderirem ao imóvel serviente.

() O registro da promessa de compra e venda gera um direito real à aquisição, que alcança terceiros estranhos à relação contratual originária e torna ineficazes as alienações e onerações posteriores ao registro do contrato preliminar.

() O usufruto é um direito real temporário e intransmissível, concedido a uma pessoa para ela desfrutar de um bem móvel ou imóvel alheio como se fosse próprio, retirando suas utilidades e frutos, sem, contudo, alterar-lhe a substância.

() O direito real de uso transfere-se, por morte do usuário, aos seus sucessores menores ou incapazes.

() Caso o direito real de habitação seja conferido a três pessoas conjuntamente, e apenas uma delas ocupe o imóvel, nessa situação, o ocupante do imóvel deverá pagar aluguel às outras duas pessoas, fixado na proporção do direito de cada uma delas.

Assuntos relacionados

Direitos reais

5.88 TJ-SE :: Juiz Substituto

Q.309

Origem

Assinale a opção correta relativamente aos títulos de crédito.

TJ-SE :: Juiz Substituto
CESPE
2008

() A característica comum a todos os títulos de crédito, além da literalidade, é a abstração, isto é, eles circulam desvinculadamente da causa ou do negócio jurídico que lhes deu origem como forma de garantir-lhes a autonomia cambiária.

() O título de crédito à ordem não traz inscrito na cártula o nome do beneficiário do crédito, permitindo-se que o pagamento se faça àquele que apresentá-lo e exigir o cumprimento da obrigação.

() Por ser o aval uma garantia autônoma que se dá ao pagamento de um título de crédito, a responsabilidade do avalista deixa de existir caso a obrigação avalizada seja nula.

() O título nominativo pode ser transferido por meio de endosso, em branco ou em preto, sendo necessária a averbação do ato negocial no registro do emitente do título para que a transferência possa gerar efeitos.

() Com a circulação do título de crédito, o novo adquirente terá o seu direito regido pela relação cartular, podendo exigir do signatário anterior, observados os requisitos legais, somente o que consta do título, não se admitindo, entretanto, que a ele sejam opostas as exceções pessoais que o devedor originário tinha perante seu credor.

Assuntos relacionados

Títulos de crédito

5.89 FUNDAC - PB :: Advogado

Q.310

Origem

Quanto a contratos, posse e propriedade material, assinale a opção correta.

FUNDAC - PB :: Advogado
CESPE
2008

() A essência do contrato repousa na auto-regulamentação dos interesses particulares com a finalidade de criar, modificar ou extinguir obrigações. Em decorrência, a locação de imóvel residencial situado em zona residencial, para fins comercial ou industrial, atende aos ditames da função social do contrato.

Assuntos relacionados

Usufruto

() A proposta de contrato feita sem prazo determinado à pessoa presente obriga o proponente, ainda que não aceite imediatamente.

() Considera-se detentor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade.

() O usufruto constitui direito real de gozo ou fruição sobre coisa alheia móvel ou imóvel.

5.90 INSS :: Analista do Seguro Social - Direito

Q.311

Origem

Acerca do direito de empresa, julgue os itens a seguir.

INSS :: Analista do Seguro Social
- Direito
CESPE
2008

() A sociedade simples é a que exerce atividade econômica não-comercial ou não-empresarial, como as de profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, salvo se referida atividade constituir-se em elemento de empresa.

Assuntos relacionados

() Marido e mulher casados sob o regime da comunhão universal não podem contratar a formação de sociedade empresária.

() Na sociedade em conta de participação, o sócio oculto participa com capital e responde integralmente perante terceiros, pois assume todo o negócio em seu nome individual.

5.91 FUNDAC - PB :: Advogado

Q.312

Origem

Assinale a opção correta de acordo com a Lei Federal n.º 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - e o entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça.

FUNDAC - PB :: Advogado
CESPE
2008

() A destituição do pátrio poder não depende de procedimento próprio, pois sua perda ou suspensão está implícita nas ações de adoção.

Assuntos relacionados

() O Ministério Público é parte legítima para provocar o início do procedimento da suspensão do pátrio poder.

Estatuto da criança e do adolescente

() Falecendo o adotante antes de concluído o processo de adoção, o juiz da vara da infância deve extinguir o processo ainda que tenha havido inequívoca manifestação de vontade.

() No procedimento para aplicação de medida socioeducativa, pode o magistrado desistir de prova documental e testemunhal em face da confissão do adolescente.

5.92 STJ :: Analista Judiciário - Área Judiciária

Q.313

Origem

A respeito do instituto da guarda compartilhada, julgue o item abaixo.

STJ :: Analista Judiciário - Área
Judiciária
CESPE
2008

() A guarda compartilhada implica o exercício conjunto de direitos e deveres concernentes ao poder familiar do filho, mas, como pressupõe consenso, não pode ser requerida unilateralmente pela mãe ou pelo pai nem determinada de ofício pelo juiz, que está limitado à determinação da guarda unilateral.

Assuntos relacionados

5.93 TJ DFT :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.314

Origem

Considerando o atual estágio do direito de família brasileiro, julgue os próximos itens.

TJ DFT :: Analista Judiciário -
Judiciária
CESPE
2008

() O Superior Tribunal de Justiça reconheceu recentemente a união estável entre pessoas do mesmo sexo, inclusive com repercussão em matéria sucessória.

() As dívidas contraídas para comprar as coisas necessárias à economia doméstica obrigam solidariamente ambos os cônjuges.

() É nulo o casamento contraído por quem não tem a idade mínima para se casar.

() Se ambos os cônjuges estavam de má-fé ao celebrar o casamento, este não produz efeito algum.

Assuntos relacionados

5.94 TJ-SE :: Juiz Substituto

Q.315

Origem

No que concerne ao direito de família, assinale a opção correta.

TJ-SE :: Juiz Substituto
CESPE
2008

() Se uma pessoa casada em regime de comunhão parcial de bens, na constância do casamento, adquirir um imóvel com o produto auferido com a alienação do patrimônio herdado de seu pai, esse imóvel não se incluirá na comunhão e não será objeto de partilha, caso sobrevenha a separação do casal, por ser bem particular de um dos cônjuges.

() Denomina-se bem de família voluntário o único bem que a família tiver e nele residir. Esse bem, embora seja alienável, é impenhorável e não responderá por qualquer dívida. Entretanto, pode-se renunciar a essa proteção, bastando para isso a indicação do bem à penhora em ação de execução ou sua hipoteca em garantia de dívida.

() Os vínculos colateral e em linha reta estabelecidos pela afinidade desaparecem com a dissolução do casamento, seja pela morte, seja pelo divórcio.

() Casamento putativo é aquele que foi contraído de boa-fé, por ambos os cônjuges, que ignoravam a circunstância que o faz anulável; por tal razão, esse casamento não será anulado e produzirá todos os efeitos do casamento válido.

() Duas pessoas, desde que sejam casadas e que tenham residência comum, podem ser nomeadas curadoras ou tutoras de uma mesma pessoa, pois, nesse caso, o exercício da curatela, tal como da tutela, pode ser compartilhado. Podem, ainda, tais representantes delegar parcialmente a outras pessoas físicas ou jurídicas o exercício da curatela ou da tutela.

Assuntos relacionados

5.95 DPE CE :: Defensor Público

Q.316

Origem

Em relação à Defensoria na Constituição Federal de 1988, julgue os itens que se seguem.

DPE CE :: Defensor Público
CESPE
2008

() A Defensoria Pública da União tem autonomia funcional e administrativa.

() O defensor público é remunerado por meio de subsídio.

() Aos defensores públicos é assegurada a garantia da inamovibilidade.

Assuntos relacionados

Direito civil

5.96 PGE- ES :: Procurador do Estado de 1ª Categoria

Q.317

Origem

A respeito da Lei dos Registros Públicos, julgue os seguintes itens

PGE- ES :: Procurador do Estado
de 1ª Categoria
CESPE
2008

() A fusão de matrículas de dois imóveis fisicamente contíguos pertencentes ao mesmo proprietário pode ser efetuada abrindo-se apenas uma matrícula e nela reunindo os diversos imóveis em nome deste proprietário.

Assuntos relacionados

() Na hipótese de uma escritura pública com garantia hipotecária em segundo grau ser apresentada para registro, e, na matrícula do imóvel, não existir nada que o onere, o oficial deve prenotá-la. Depois de transcorrido o prazo legal sem que seja apresentado o título com a garantia hipotecária anterior, o título acima referido deve ser registrado e obter preferência sobre este.

Direito civil

5.97 INSS :: Analista do Seguro Social - Direito

Q.318

Origem

Uma norma jurídica tem três momentos, que dizem respeito à determinação do início de sua vigência, à continuidade de sua vigência e à cessação de sua vigência. Além disso, a norma contém em si uma carga de generalidade, referindo-se a casos indefinidos, o que implica seu afastamento da realidade, fazendo surgir uma oposição entre normas jurídicas e fatos. Maria Helena Diniz. Curso de direito civil brasileiro, vol. I, 24.a ed. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 58 (com adaptações). Tendo as idéias do texto acima como referência inicial, julgue os itens que se seguem, relativos à analogia, interpretação e aplicação da lei no tempo e no espaço.

INSS :: Analista do Seguro Social
- Direito
CESPE
2008

Assuntos relacionados

- () As leis, em sentido amplo, nascem com a promulgação.
- () A obrigatoriedade imposta por uma norma jurídica sempre se inicia na data da sua publicação.
- () No que concerne à obrigatoriedade da norma brasileira no exterior, faltando estipulação legal do prazo de entrada em vigor, tal prazo é de três meses depois de a norma ser oficialmente publicada.
- () Derrogação é a supressão total da norma jurídica anterior.
- () A analogia, que é um dos instrumentos de integração da norma jurídica, consiste na prática uniforme, constante, pública e geral de determinado ato com a convicção de sua necessidade jurídica.

Lei de introdução ao código civil

5.98 MPE/AM :: Agente Técnico - Jurídico

Q.319

Origem

Quanto a leis e princípios gerais de direito e a equidade, julgue os itens a seguir.

MPE/AM :: Agente Técnico -
Jurídico
CESPE
2008

() Se a lei for omissa no que diz respeito a matéria tratada no pedido do autor ou na resposta do réu ou se, existindo a lei, o juiz entender que ela não deve ser aplicada por não fazer justiça no caso concreto, esse juiz deverá decidir por analogia, aplicando os princípios gerais de direito de acordo com sua convicção jurídica, ou por equidade, valendo-se da doutrina e da jurisprudência dominantes sobre o tema.

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

() Para a contagem do prazo de vacatio legis de uma lei, ou seja, o intervalo entre a data de sua publicação e a sua entrada em vigor, exclui-se o dia da publicação e inclui-se o do vencimento. Além disso, se, após iniciado o transcurso da vacatio legis, ocorrer publicação de norma corretiva do texto original da lei, o prazo da obrigatoriedade começa a fluir da nova publicação.

5.99 Pref. Municipal de Natal :: Assessor Jurídico

Q.320

Origem

Com base na Lei de Introdução ao Código Civil, assinale a opção correta quanto à vigência da lei.

Pref. Municipal de Natal ::
Assessor Jurídico
CESPE
2008

() Uma lei sempre vigorará até que outra a modifique ou revogue.

() Perdida a vigência da lei revogadora e inexistente qualquer norma que regule a matéria nela tratada, é possível ao juiz aplicar as disposições da lei revogada.

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

() Lei ordinária nova que regule diversamente matéria já regulada por lei ordinária mais antiga impõe ao aplicador buscar uma forma de compatibilizar os textos, de modo a preservar alguma eficácia ao texto antigo.

() Lei nova que estabeleça disposição especial, a par das já estabelecidas em leis mais antigas, não revoga nem modifica estas últimas.

Q.321

Origem

Considerando que Fábio, brasileiro, pretenda se casar, no Brasil, com Marie, que possui nacionalidade francesa, assinale a opção correta, de acordo com a Lei de Introdução ao Código Civil.

Pref. Municipal de Natal ::
Assessor Jurídico
CESPE
2008

() Deve ser aplicada a lei brasileira quanto aos impedimentos dirimentes e às formalidades da celebração.

() Quanto às formalidades da celebração, poderá ser aplicada a lei francesa, desde que sejam observados os impedimentos aplicáveis.

() Se os nubentes tiverem domicílio em países diversos, os casos de invalidade do matrimônio poderão ser regidos pela lei de qualquer dos domicílios.

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

() O regime de bens deve obedecer ao que dispõe a legislação brasileira.

5.100 Pref. Municipal de Natal :: Procurador Municipal

Q.322

Origem

Acerca dos princípios fundamentais norteadores do Código Civil, assinale a opção correta.

Pref. Municipal de Natal ::
Procurador Municipal
CESPE
2008

- () A regra segundo a qual os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé diz respeito à boa-fé subjetiva.
- () O atual Código Civil, em coerência com o Código Civil anterior, manteve a prevalência da autonomia da vontade ante a preservação da função social na formação dos contratos.
- () Um dos exemplos da operabilidade adotada como valor essencial na elaboração do Código Civil vigente é a distinção precisa dos institutos da prescrição e da decadência.
- () No atual Código Civil, não há regra que tome em consideração a natureza social da posse ou da propriedade, tendo sido reservada à CF a referência a essa natureza de tais institutos.

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

5.101 INSS :: Analista do Seguro Social - Direito

Q.323

Origem

Considerando o direito civil dos bens, julgue os itens a seguir.

INSS :: Analista do Seguro Social
- Direito
CESPE
2008

- () Os armários embutidos instalados em um imóvel residencial são considerados bens imóveis por acessão intelectual.
- () A cota de capital e as ações que o indivíduo possua em uma sociedade empresária constituem exemplos de bens imóveis por determinação legal.

Assuntos relacionados

Bens

5.102 MPE/AM :: Agente Técnico - Jurídico

Q.324

Origem

A respeito das pessoas e dos bens, julgue os itens seguintes.

MPE/AM :: Agente Técnico -
Jurídico
CESPE
2008

- () O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece residência definitiva, mesmo que dele se ausente. Esse domicílio é único, pois determina o local onde a pessoa deve cumprir suas obrigações e onde é aberta a sucessão hereditária.
- () No negócio jurídico de alienação de um bem imóvel, incluem-se os bens acessórios, ainda que não constem expressamente do contrato, pois, em regra, a coisa acessória segue a principal e pertence ao titular da principal.

Assuntos relacionados

Bens

5.103 MPE - RR - Administrativo :: Oficial de Promotoria

Q.325

Origem

Julgue os itens, relacionados ao direito civil e ao direito processual civil.

MPE - RR - Administrativo ::
Oficial de Promotoria
CESPE
2008

- () Segundo a Lei de Introdução ao Código Civil, se não houver disposição em contrário, a lei entra em vigor na data de sua publicação.
- () A capacidade relativa da pessoa natural começa aos dezesseis anos, quando pode praticar os atos da vida civil, assistida por seu representante legal.
- () O domicílio civil pode ser definido pela própria pessoa.
- () Os tijolos podem ser considerados bens móveis tanto quando utilizados em uma edificação quanto após serem empregados na construção.
- () A validade do ato jurídico exige a presença simultânea, no momento de sua prática, da capacidade do agente, da licitude do objeto e, quando necessário, da obediência da forma estabelecida em lei.

Assuntos relacionados

Bens

5.104 PGE- PI :: Procurador do Estado Substituto

Q.326

Origem

Em relação aos bens jurídicos, assinale a opção correta.

PGE- PI :: Procurador do Estado
Substituto
CESPE
2008

- () O direito à sucessão aberta é considerado como bem imóvel, ainda que a herança seja formada por bens móveis ou abranja apenas direitos pessoais.
- () São pertenças os bens acessórios que se incorporam ao bem principal para que este atinja suas finalidades. Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal abrangem as pertenças, pois essas não podem ser negociadas autonomamente.
- () Infungíveis são os bens móveis que não se identificam pela sua individualidade, mas pela quantidade. Por isso, podem ser fracionados em partes distintas, sem alteração de suas qualidades essenciais e sem prejuízo ao uso a que se destinam.
- () Bens móveis por antecipação são aqueles que eram imóveis, mas que foram mobilizados por uma intervenção humana. Essa mudança de natureza, no entanto, não dispensa os requisitos para a transmissão da propriedade imóvel.
- () Os bens dominicais são bens públicos disponíveis à utilização direta e imediata do povo ou dos usuários de serviços, não se submetendo a qualquer tipo de discriminação ou fruição.

Assuntos relacionados

Bens

5.105 Pref. Municipal de Natal :: Procurador Municipal

Q.327

Origem

Com relação aos bens na disciplina do Código Civil vigente, assinale a opção correta.

Pref. Municipal de Natal ::
Procurador Municipal
CESPE
2008

() Classificam-se como divisíveis os bens que se podem fracionar sem alteração na sua substância, ou prejuízo do uso a que se destinam, sem que se considere a eventual diminuição do valor.

() Ainda que não estejam separados do bem principal, os frutos e produtos podem ser objeto de negócio jurídico.

() A fungibilidade dos bens móveis depende da correspondência exata do valor entre os objetos considerados, sem que haja necessidade de serem da mesma espécie.

() Por ser da natureza do bem, uma coisa que é divisível não pode ser tornada indivisível pela vontade das partes.

Assuntos relacionados

Bens

5.106 FUNDAC - PB :: Advogado

Q.328

Origem

Quanto aos fatos, atos e negócios jurídicos, assinale a opção correta.

FUNDAC - PB :: Advogado
CESPE
2008

() A interpretação do contrato situa-se no âmbito da declaração volitiva dos contraentes. Desse modo, o Código Civil brasileiro dispõe que os negócios jurídicos benéficos interpretam-se amplamente.

() A forma é o meio pelo qual se externa a manifestação da vontade na consumação dos negócios jurídicos. Assim, a validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, salvo se a lei expressamente a exigir.

() O ato negocial apenas produzirá efeitos jurídicos se houver correspondência entre a vontade declarada e a que o agente quer exteriorizar. A esse respeito, é correto afirmar que a anulabilidade do negócio jurídico produz seus efeitos antes de essa declaração de vontade ser julgada por sentença ou ser pronunciada de ofício pelo juiz.

() Condição é a cláusula que subordina o efeito do negócio jurídico, oneroso ou gratuito, a evento futuro e incerto. Assim, ao titular do direito eventual, no caso de condição suspensiva, é permitido praticar atos destinados à transmissão da propriedade ou do domínio.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

5.107 INSS :: Analista do Seguro Social - Direito

Q.329

Origem

Acerca dos fatos e do negócio jurídico no direito civil, julgue os próximos itens.

INSS :: Analista do Seguro Social
- Direito
CESPE
2008

- () O vendaval que destrói uma casa é exemplo de negócio jurídico unilateral.
- () Ao titular do direito eventual, nos casos de condição suspensiva ou resolutiva, é permitido praticar os atos destinados a conservar tal direito.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

5.108 OAB-SP :: Advogado

Q.330

Origem

São negócios jurídicos unilaterais

OAB-SP :: Advogado
CESPE
2008

- () a troca ou permuta e a doação.
- () o comodato e o mútuo.
- () a promessa de recompensa e a gestão de negócios.
- () a fiança e a transação.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.331

Origem

É nulo o negócio jurídico quando

OAB-SP :: Advogado
CESPE
2008

- () viciado por erro, dolo, coação, estado de perigo ou lesão.
- () praticado por pessoa relativamente incapaz, sem a devida assistência legal.
- () praticado para fraudar credores.
- () tiver por objetivo fraudar lei imperativa.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

5.109 PGE- ES :: Procurador do Estado de 1ª Categoria

Q.332

Origem

Julgue os itens que se seguem, acerca dos negócios jurídicos

PGE- ES :: Procurador do Estado
de 1ª Categoria
CESPE
2008

- () Condição é a cláusula, voluntariamente aposta a um negócio jurídico, que subordina o nascimento ou a extinção de um direito à ocorrência de evento futuro e certo. Quando se tratar de condição resolutiva, enquanto não se verificar essa condição, o negócio não produzirá qualquer efeito.
- () Um negócio jurídico anulável não pode ser confirmado pelas partes, e a declaração judicial de ineficácia do ato negocial retroage à data de sua celebração.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

5.110 PGE- PI :: Procurador do Estado Substituto

Q.333

Origem

Assinale a opção correta a respeito dos atos unilaterais.

PGE- PI :: Procurador do Estado
Substituto
CESPE
2008

() A gestão de negócio é a administração autorizada de negócios alheios, feita independentemente de obrigação legal ou convencional. O gestor responde pelos prejuízos resultantes de qualquer culpa na gestão, bem como pelo caso fortuito, quando fizer operação que cause risco ao negócio.

() Aquele que quitou dívida prescrita ou natural poderá exigir a restituição daquilo que pagou, ainda que não o tenha feito por erro ou involuntariamente. Nessa situação, o pagamento é indevido e gera, para aquele que o recebeu indevidamente, a obrigação de restituí-lo.

() A promessa de recompensa adquire sua eficácia vinculante no momento em que a vontade do promitente é tornada pública, independentemente de aceitação, caracterizando-se, assim, como uma obrigação pela manifestação unilateral do promitente.

() Se o ato contemplado na promessa de recompensa foi praticado por mais de uma pessoa, ainda que não tenha sido simultânea a execução, a recompensa será dividida em partes iguais entre aqueles que executaram a ação recompensável.

() Na gestão de negócio alheio, se o dono da coisa desaprovar a gestão por considerá-la contrária aos seus interesses, ele deverá resilir a avença e indenizar o gestor pelas despesas que efetuou, acrescidas de juros e correção monetária.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.334

Origem

Acerca do negócio jurídico, assinale a opção correta.

PGE- PI :: Procurador do Estado
Substituto
CESPE
2008

() Condição é elemento accidental do ato ou negócio jurídico que faz o mesmo depender de evento futuro e incerto. A condição resolutiva é requisito e pressuposto de validade de negócio, suspendendo-o, no plano da sua eficácia, até a ocorrência da condição estabelecida.

() Se, no ato negocial, ambos os contratantes procederem dolosamente, o negócio celebrado será eivado de nulidade por representar declaração enganosa da vontade dos contratantes. Essa nulidade pode ser requerida por qualquer uma das partes.

() A lesão inclui-se entre os vícios de consentimento e acarreta a anulabilidade do negócio, permitindo-se, porém, para evitá-la, a oferta de suplemento suficiente, ou, se o favorecido concordar, a redução da vantagem, aproveitando-se, assim, o negócio.

() A fraude contra credores consiste na alienação de bens pelo devedor com o intuito de escusar-se do pagamento de sua dívida ao credor. Tal ato de alienação é válido, porém ineficaz em face do credor prejudicado.

() A falta de capacidade de uma das partes do negócio jurídico não pode ser a causa alegada pela outra parte para justificar a nulidade do negócio. Entretanto, a parte incapaz poderá alegar tal condição para invalidar o negócio, ainda que dela tivesse consciência, uma vez que o instituto da incapacidade protege os seus direitos.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

5.111 Pref. Municipal de Natal :: Assessor Jurídico

Q.335

Origem

A respeito das regras previstas no vigente Código Civil para os negócios jurídicos, assinale a opção correta.

Pref. Municipal de Natal ::
Assessor Jurídico
CESPE
2008

- () Para o fim de provar o consentimento de uma das partes, o silêncio de quem deveria emitir declaração de vontade sempre importa anuência.
- () A impossibilidade inicial do objeto, mesmo que seja relativa, invalida o negócio jurídico.
- () Tem-se por inexistentes as condições suspensivas que forem juridicamente impossíveis.
- () A renúncia deve ser interpretada restritamente, assim como os negócios jurídicos benéficos.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.336

Origem

Laura vendeu um veículo automotor a Rui por R\$ 50.000,00, valor compatível com o de mercado. Ocorre que Rui tinha conhecimento de que a mãe de Laura estava gravemente enferma e de que, portanto, Laura não possuía dinheiro suficiente para saldar todas as dívidas que havia contraído durante o período de recuperação da mãe. Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

Pref. Municipal de Natal ::
Assessor Jurídico
CESPE
2008

- () A venda do veículo poderá ser anulada, tendo em vista que Laura se encontrava em premente necessidade, o que configura vício de lesão.
- () Está configurado, nessa situação, o estado de perigo, visto que o grave dano sofrido por Laura era conhecido de Rui.
- () O negócio entabulado poderá ser anulado, por configurar-se fraude contra credores.
- () Na situação, configurou-se dolo por parte de Rui, uma vez que ele tinha conhecimento da situação vivenciada por Laura e, mesmo assim, adquiriu o veículo.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.337

Origem

Caio prometeu doar a Vânia um sítio localizado na região de Petrópolis - RJ caso ela lhe cedesse os direitos hereditários de obra escrita por sua mãe ainda em vida. Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

Pref. Municipal de Natal ::
Assessor Jurídico
CESPE
2008

- () Por se tratar de condição juridicamente impossível, considera-se que é não-escrita.
- () A condição imposta não é defesa, pois não se sujeita ao arbítrio de uma das partes e não priva o negócio jurídico de todo o efeito.
- () Trata-se de condição que invalida o negócio jurídico, por ser juridicamente impossível.
- () O negócio entabulado tem sua validade condicionada à anuência dos demais herdeiros necessários da mãe de Vânia.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.338

Origem

O Código Civil vigente estabelece que os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé, sendo a doutrina unânime em identificar que, nesse particular, trata-se de boa-fé objetiva. Tendo como referência essa afirmação, assinale a opção correta.

Pref. Municipal de Natal ::
Assessor Jurídico
CESPE
2008

() Os dispositivos que tratam da boa-fé no Código Civil atual não representam inovação em relação ao Código Civil anterior, no qual já havia referência à boa-fé objetiva.

() A regra destacada consagra o princípio da operabilidade no Código Civil atual.

() Ao exigir a interpretação conforme a boa-fé objetiva, o Código Civil atual apóia-se na orientação da socialidade.

() A referência à boa-fé objetiva consolida o princípio da eticidade no Código Civil vigente.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

5.112 SGA - AC :: Advogado

Q.339

Origem

A respeito dos negócios jurídicos, julgue os itens a seguir.

SGA - AC :: Advogado
CESPE
2008

() São anuláveis os negócios jurídicos quando eivados de vício de consentimento ou de dolo. Nesse caso, a declaração judicial de ineficácia do ato negocial retroage à data da celebração do acordo; não produzindo esse ato jurídico qualquer efeito, não pode ser ele convalidado pelas partes, o que gera, para o prejudicado, o direito de reaver o que pagou, cumulado com o direito de perdas e danos.

() O estado de perigo, que torna o negócio anulável, configurase quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido da outra parte, celebra negócio e assume obrigação excessivamente onerosa.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

5.113 STF :: Execução de Mandatos - Judiciário

Q.340

Origem

A respeito dos negócios jurídicos, julgue os itens a seguir.

STF :: Execução de Mandatos -
Judiciário
CESPE
2008

() Quando há uma manifestação de vontade submetida a uma condição suspensiva, essa vontade só produz os seus efeitos com o implemento da condição suspensiva. Todavia, legítimos são apenas os atos que não se revelarem incompatíveis com a realização da condição suspensiva.

() Se, no negócio jurídico, o dolo tiver sido praticado pelo representante legal de uma das partes, a responsabilidade pelas perdas e danos será solidária do representante e do representado, e o negócio será anulado independentemente de o representado ter conhecimento do dolo.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

5.114 TCU - ACE :: Analista de Controle Externo - Auditoria Governamental

Q.341

Origem

A respeito da validade dos negócios jurídicos e da possibilidade de sua anulação, em cada item subsequente é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada

TCU - ACE :: Analista de
Controle Externo - Auditoria
Governamental
CESPE
2008

() Os pais de Hoterlino, jovem de 19 anos de idade, faleceram em grave acidente automobilístico, herdando ele todos os bens e passando a residir com seus avós maternos. Tempos depois, necessitando saldar dívidas contraídas com cartão de crédito, fez, sozinho e de boa-fé, a venda de uma casa de praia a um casal de argentinos residentes na França. Nessa situação, essa venda é anulável, pois trata-se de negócio jurídico efetuado por indivíduo relativamente incapaz não assistido por seus representantes legais.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

() Ameaçada de morte por um primo, homem de notória violência, Abgail assinou contrato de compra e venda, transferindo-lhe a propriedade de uma fazenda de cacau na Bahia. Transcorridos seis anos, sem que cessasse a coação, esse primo faleceu, e ela decidiu imediatamente constituir advogado para buscar a anulação judicial do negócio. Nessa situação, caso logre êxito em provar a coação sofrida, é possível que Abgail obtenha decisão favorável ao seu pleito, pois o prazo decadencial de quatro anos para requerer a anulação é contado da data em que cessou a coação e não da data da realização do negócio.

5.115 TJ DFT :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.342

Origem

Quanto ao negócio jurídico no âmbito do atual Código Civil, julgue os itens a seguir.

TJ DFT :: Analista Judiciário -
Judiciária
CESPE
2008

() O Código Civil, ao afirmar, peremptoriamente, que o negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, acabou por rejeitar, em seu sistema, o princípio da conservação do negócio jurídico.

Assuntos relacionados

() São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.

Negócio jurídico

5.116 TJ-SE :: Juiz Substituto

Q.343

Origem

Assinale a opção correta a respeito dos negócios jurídicos.

TJ-SE :: Juiz Substituto
CESPE
2008

() A essência do negócio jurídico é a vontade que deve corresponder à declaração, a qual é mera exteriorização da vontade subjetiva do agente. Assim, havendo divergência entre a vontade e a declaração, o negócio jurídico é nulo, ainda que o declarante haja feito a reserva mental de não querer o que declara ou quando o destinatário desconhece a verdadeira intenção da outra parte.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

() A simulação consiste em um acordo das partes contratantes para criar um negócio jurídico aparente, cujos efeitos não são desejados pelas partes, ou para ocultar, sob determinada aparência, o negócio querido, acarretando a nulidade do negócio. O propósito do negócio aparente é o de enganar terceiros, ou fugir ao imperativo da lei.

() Para caracterizar a fraude contra credores é irrelevante o estado econômico e financeiro do devedor ou que esse seja insolvente. Faz-se necessária, para o reconhecimento da anulabilidade do negócio, a comprovação de qualquer artifício ou manobra intencional do devedor com o intuito de escusar-se do pagamento de sua dívida ao credor.

() O negócio jurídico anulável, e posteriormente declarado judicialmente ineficaz, não produz qualquer efeito e tampouco pode ser convalidado pelas partes.

() Os poderes de representação conferem-se por lei ou pelo interessado. Por expressa vedação legal e por violação ao princípio da boa-fé, padece de nulidade insanável o negócio jurídico em que o representante celebrar consigo mesmo, ainda que por meio de substabelecimento de poderes.

5.117 INSS :: Analista do Seguro Social - Direito

Q.344

Origem

O regime econômico se estrutura mediante as relações obrigacionais; assim, por meio do direito das obrigações, se estabelece também a autonomia da vontade entre os particulares na esfera patrimonial. Pode-se afirmar que o direito das obrigações exerce grande influência na vida econômica, em razão da inegável constância das relações jurídicas obrigacionais no mundo contemporâneo; ele intervém na vida econômica, nas relações de consumo sob diversas modalidades e, também, na distribuição dos bens. O direito das obrigações é, pois, um ramo do direito civil que tem por fim contrapesar as relações entre credores e devedores. Consiste em um complexo de normas que regem relações jurídicas de ordem patrimonial e que têm por objeto prestações (dar, restituir, fazer e não fazer) cumpridas por um sujeito em proveito de outro. Bruna Lyra Duque. Análise histórica do direito das obrigações. In: Jus Navigandi. Internet: jus2.uol.com.br; (com adaptações). A partir das idéias apresentadas no texto acima, julgue os seguintes itens, acerca do direito das obrigações.

INSS :: Analista do Seguro Social
- Direito
CESPE
2008

Assuntos relacionados

- () Pelo inadimplemento das obrigações respondem todos os bens do devedor, ainda que se trate de obrigação de fazer materialmente infungível.
 - () A mora ex persona se constitui mediante interpelação judicial ou extrajudicial do devedor, nas hipóteses de não haver tempo certo fixado para o cumprimento da prestação ou de a obrigação não ser positiva e líquida.
 - () A cláusula penal não poderá ser cumulada com multa diária (astreinte).
 - () A incidência das arras penitenciais prescinde da verificação do inadimplemento da parte.
-

5.118 TJ-SE :: Juiz Substituto

Q.345

Origem

Assinale a opção correta acerca do direito das obrigações.

TJ-SE :: Juiz Substituto
CESPE
2008

- () A cláusula penal tem por objetivo reforçar a obrigação principal ou apresentar-se como alternativa ao seu adimplemento.
- () A remissão tácita de uma obrigação com garantia real ocorre quando o credor voluntariamente libera o devedor da dívida, entregando-lhe o objeto empenhado ou o título que representa a obrigação e, desde que aceita pelo devedor, extingue a obrigação, mas sem prejuízo de terceiro.
- () Para que fique caracterizada a mora do devedor, total ou parcial, é necessário que esta decorra de fato ou omissão a ele imputável. Todavia, o devedor em mora, como regra, não responde pela impossibilidade da prestação nem pelos prejuízos dela resultantes, quando ocorre caso fortuito ou força maior.
- () O terceiro interessado que efetua o pagamento em seu próprio nome poderá reembolsar-se do que pagou, por meio da ação de execução, uma vez que, nesse caso, não ocorre sub-rogação.
- () O inadimplemento da obrigação indivisível converte-a em perdas e danos, dando lugar à indenização, em dinheiro, dos prejuízos causados ao credor, que torna a obrigação divisível. Se apenas um dos devedores foi culpado pela inadimplência, só ele responderá por perdas e danos, exonerando-se os demais; mas, se a culpa for de todos, todos responderão por partes iguais.

Assuntos relacionados

5.119 INSS :: Analista do Seguro Social - Direito

Q.346

Origem

No que concerne ao direito civil das pessoas, julgue os itens subseqüentes.

INSS :: Analista do Seguro Social
- Direito
CESPE
2008

- () A capacidade de fato ou de exercício da pessoa natural é a aptidão oriunda da personalidade para adquirir direitos e contrair obrigações na vida civil.
- () Segundo a teoria da ficção legal defendida por Savigny, a pessoa jurídica é um organismo social que tem existência própria distinta da de seus membros e objetiva realizar um fim social.
- () O foro de eleição constitui espécie de domicílio necessário ou legal especial.

Assuntos relacionados

5.120 SERPRO :: Analista - Especialização: Advocacia

Q.347

Origem

Julgue os itens que se seguem, referentes ao direito civil.

SERPRO :: Analista -
Especialização: Advocacia
CESPE
2008

() Para orientar a tarefa interpretativa do aplicador da lei, existem várias técnicas. Segundo os postulados da técnica teleológica, na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum.

() Os direitos da personalidade da pessoa natural são intransmissíveis, irrenunciáveis, impenhoráveis e inexpropriáveis, entretanto, podem ser objeto de disposição por meio de contrato.

() Em relação à natureza da pessoa jurídica, segundo os postulados da teoria da realidade das instituições jurídicas, somente o homem é capaz de ser sujeito de direito, donde se conclui que a pessoa jurídica é uma ficção legal, uma criação artificial da lei para exercer direitos patrimoniais e facilitar a função de certas entidades.

() No caso de desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial da pessoa jurídica de direito privado, o juiz, a requerimento do Ministério Público ou da parte, poderá determinar que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigação sejam estendidos aos bens particulares dos administradores.

() O domicílio necessário não importa em exclusividade, de modo que a pessoa a ele submetido poderá ter domicílio plúrimo.

Assuntos relacionados

5.121 TJ-SE :: Juiz Substituto

Q.348

Origem

A respeito das pessoas naturais e jurídicas, assinale a opção correta.

TJ-SE :: Juiz Substituto
CESPE
2008

() O desaparecimento de uma pessoa de seu domicílio, sem dar qualquer notícia de seu paradeiro, ainda que não tenha deixado bens, é causa para nomeação de curador de ausentes.

() Se uma pessoa jurídica tiver diversos estabelecimentos ou agências em lugares diferentes, será considerado como seu domicílio, para quaisquer atos praticados, o local onde funciona a sua sede ou a matriz onde funcionar a administração da empresa.

() A associação civil é uma pessoa jurídica de direito privado criada a partir da união de pessoas em torno de uma finalidade que não seja lucrativa. No entanto, não há qualquer impedimento para que uma organização sem fins lucrativos desenvolva atividades econômicas para geração de renda, desde que não partilhe os resultados decorrentes entre os associados.

() Admite-se a morte presumida sem decretação de ausência em casos excepcionais, para viabilizar a abertura da sucessão provisória e resolver os problemas jurídicos gerados com o desaparecimento da pessoa.

() Entende-se por curador o representante do incapaz em razão da idade ou da pessoa incapaz por motivos diversos, como pela enfermidade ou deficiência mental, ou ainda impossibilidade transitória.

Assuntos relacionados

5.122 DPE CE :: Defensor Público

Q.349

Origem

Em relação à Defensoria Pública do Estado do Ceará, de acordo com a Lei Complementar Estadual n.º6/1997, julgue os itens seguintes.

DPE CE :: Defensor Público
CESPE
2008

- () É vedado ao defensor se declarar suspeito para o patrocínio dos interesses de pessoa atendida pela assistência judiciária.
- () É dever do defensor residir na comarca na qual servir, dela só podendo se ausentar, nos dias úteis, com autorização do defensor público-geral.
- () Em razão da autonomia funcional, a atividade dos defensores está sujeita apenas às fiscalizações em correições ordinárias e extraordinárias.
- () Em procedimento administrativo disciplinar, o corregedor-geral da Defensoria Pública pode aplicar penalidade de suspensão por até noventa dias ao defensor público.
- () Entre as funções institucionais da Defensoria Pública está a promoção, nos cartórios competentes, do registro civil de pessoas carentes.

Assuntos relacionados

Q.350

Origem

Julgue os próximos itens, relacionados à Lei Complementar Federal n.º80/94.

DPE CE :: Defensor Público
CESPE
2008

- () O prazo para defensor público opor embargos à execução civil é de 20 dias, contados da data da intimação pessoal.
- () O defensor público designado para atuar em processo administrativo disciplinar tem prazo em dobro para oferecer razões finais.
- () A prisão em flagrante de defensor público deve ser imediatamente comunicada ao defensor público-geral.
- () A vedação de defensor público exercer atividade político-partidária somente existe enquanto ele atuar junto à justiça eleitoral.
- () O defensor público é proibido de ser acionista de sociedade comercial.

Assuntos relacionados

Q.351

Origem

Em relação à assistência judiciária, julgue os itens a seguir.

DPE CE :: Defensor Público
CESPE
2008

- () O benefício da assistência judiciária não abrange o pagamento de honorários de sucumbência devidos pelo beneficiário no caso de derrota em ação.
- () O benefício da assistência judiciária pode ser revogado em qualquer fase do processo.
- () A sentença que julgar causa contrária à pretensão de pessoa beneficiada pela assistência judiciária está sujeita ao duplo grau obrigatório.
- () O defensor público do estado do Ceará que atuar em nome de pessoa com assistência judiciária não está dispensado de juntar aos autos instrumento de mandato para pedido de abertura de inquérito por crime de ação penal privada.
- () O advogado privado que se recusar sem justo motivo a prestar assistência poderá ser multado pela autoridade judiciária, sem prejuízo de sanção disciplinar pela Ordem dos Advogados do Brasil.

Assuntos relacionados

Q.352

Origem

A respeito da sentença e da coisa julgada, julgue os seguintes itens.

DPE CE :: Defensor Público
CESPE
2008

() A sentença que, apesar de adstrita à causa deduzida em juízo, concede além do que foi pleiteado pelo autor, contém vício, o qual, contudo, não enseja a nulidade do julgado, mas tão-só a retirada da parte que exceder ao pedido, por ocasião do julgamento do recurso. No entanto, quando se tratar de direito indisponível ou de consumidor, não se exige essa limitação, podendo o juiz decidir da forma que melhor proteger aqueles interesses.

() Nas ações civis públicas, a sentença fará coisa julgada erga omnes, estendendo-se seus efeitos, inclusive, para fora dos limites da competência territorial do órgão prolator, salvo se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas.

() Com o trânsito em julgado da sentença que encerra a relação processual sem resolução do mérito, ocorre a coisa julgada formal, tornando imutável, indiscutível e com força de lei as questões decididas na sentença.

Assuntos relacionados

5.123 FUNDAC - PB :: Advogado

Q.353

Origem

Acerca do processo de execução dos embargos do devedor, assinale a opção correta.

FUNDAC - PB :: Advogado
CESPE
2008

() Se o devedor, condenado ao pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação, não o efetuar no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de 10() No procedimento de cumprimento da sentença, o executado poderá propor ação de embargos à execução, no prazo de quinze dias, independentemente de penhora de bens.

() O princípio da especificidade da execução significa que a atividade jurisdicional incide direta e exclusivamente sobre o patrimônio e não sobre a pessoa do executado.

() A execução singular realiza-se no interesse do credor, que adquire, pela penhora, o direito de preferência sobre os bens penhorados.

Assuntos relacionados

Q.354

Origem

A respeito da citação, da antecipação de tutela, da resposta do réu e das provas, assinale a opção correta.

FUNDAC - PB :: Advogado
CESPE
2008

() Para a validade do processo judicial, é indispensável a citação inicial do réu ou interessado, salvo quando se tratar de ação sob o procedimento de jurisdição voluntária.

() A tutela de mérito antecipada é medida provisória não satisfativa, apenas de cunho preventivo.

() Compete ao juiz conhecer, de ofício, a existência de convenção de arbitragem, ainda que esta não tenha sido alegada pelo réu em sede de contestação.

() Quanto às provas, o Código de Processo Civil brasileiro adotou o sistema da persuasão racional.

Assuntos relacionados

5.124 MPE/AM :: Agente Técnico - Jurídico

Q.355

Origem

Em relação à competência, julgue os itens a seguir.

MPE/AM :: Agente Técnico -
Jurídico
CESPE
2008

() Quando a competência é determinada em virtude do interesse público, não se admite a sua modificação e, por isso, ela é improrrogável. Assim, firmada, a competência absoluta deve prevalecer durante todo o curso do processo, ou seja, os feitos pendentes não poderão ser alcançados pelas modificações supervenientes, de fato ou de direito, que possam alterar a competência já estabilizada.

() Considere que os credores solidários de uma mesma obrigação, com fundamento nessa, proponham duas ações distintas em juízos diversos, e que, em uma delas, postulem a cobrança dos juros moratórios e, na outra, a cobrança pelo inadimplemento total da obrigação. Nessa hipótese, em virtude da continência, haverá modificação da competência e os processos serão reunidos para decisão conjunta.

Assuntos relacionados

5.125 MPE - RR - Administrativo :: Oficial de Promotoria

Q.356

Origem

Julgue os itens, relacionados ao direito civil e ao direito processual civil.

MPE - RR - Administrativo ::
Oficial de Promotoria
CESPE
2008

() O inventário de alguém que deixe herdeiros menores e seja proprietário de bens situados em vários estados, mas que não tenha domicílio certo, deverá ser aberto no local de seu falecimento.

() O Ministério Público, contestando ação, deverá impugnar de forma específica cada um dos fatos constantes da petição inicial, sob pena de serem aceitos como verdadeiros os fatos não impugnados.

() Um jovem com dezesseis anos de idade deverá ser assistido - por exemplo, por sua mãe - para propor ação judicial.

() O fato afirmado por uma parte e confirmado pela outra dispensa a produção de prova de sua ocorrência.

() A decisão que julga antecipadamente a ação deve ser desafiada por agravo retido.

Assuntos relacionados

Q.357

Origem

Julgue os itens, relacionados ao direito civil e ao direito processual civil.

MPE - RR - Administrativo ::
Oficial de Promotoria
CESPE
2008

- () A presunção de boa-fé do possuidor com justo título não admite prova em contrário.
- () Na hipótese de caso fortuito ou força maior, o devedor responderá por perdas e danos decorrentes da perda do objeto da prestação, se por eles expressamente se responsabilizar.
- () A legítima defesa exercida moderadamente para afastar o perigo é uma das situações em que o Código Civil exclui a ilicitude do ato.
- () Quando o réu, embora não citado, comparece aos autos espontaneamente, apresentando defesa, faz que se caracterize a nulidade decorrente da falta de citação.
- () No curso de ação judicial, a colidência de interesses do menor com os do seu representante legal implica a necessidade de nomeação de curador especial para o menor.

Assuntos relacionados

5.126 PGE- PI :: Procurador do Estado Substituto

Q.358

Origem

Em relação à ação rescisória, assinale a opção correta.

PGE- PI :: Procurador do Estado
Substituto
CESPE
2008

- () Para que seja cabível ação rescisória com fundamento em erro de fato, é necessário, entre outros pressupostos, que o erro seja apurável independentemente da produção de novas provas e que, sobre o fato, não tenha havido controvérsia entre as partes nem pronunciamento judicial.
- () Embora presentes os pressupostos necessários para o seu deferimento, não é admissível a antecipação de tutela em ação rescisória, sob pena de se afrontar a coisa julgada e de se desvirtuar a referida ação, tornando-a uma espécie de recurso.
- () O ajuizamento da ação rescisória suspende a execução ou o cumprimento da sentença rescindenda. No entanto, essa sentença poderá ser objeto de execução provisória, desde que o exequente preste caução em caso de eventual desconstituição do título, para assegurar a reparação de danos ao executado, autor da rescisória.
- () Em se tratando de ação rescisória, a demanda deve ser proposta contra todos os que participaram da ação originária, a ausência da citação de um dos litisconsortes acarreta a nulidade da ação e a revelia de qualquer um dos litisconsortes opera seus efeitos, dispensando o autor do ônus de provar o fato constitutivo da rescindibilidade.
- () A ação rescisória constitui meio de impugnação da coisa julgada e tem por objetivo a apreciação da justiça e da correção da decisão rescindenda, bem como da interpretação dos fatos ou da valoração da prova que o juiz empregou para formar o seu juízo de convencimento.

Assuntos relacionados

Q.359

Origem

A respeito das ações coletivas, assinale a opção correta.

PGE- PI :: Procurador do Estado
Substituto
CESPE
2008

Assuntos relacionados

() A defensoria pública tem legitimidade concorrente e disjuntiva para a ação coletiva que objective, por exemplo, a tutela de interesses difusos coletivos e individuais homogêneos, ainda que não tenham repercussão em interesses particulares dos necessitados, e que a sentença proferida possa operar efeitos perante outros sujeitos.

() No caso de sentença proferida em ação coletiva que condene o réu ao pagamento em dinheiro pelo equivalente à lesão, o valor da condenação será revertido individualmente, de maneira uniforme, aos sujeitos que experimentaram danos pessoais em decorrência da lesão e do ato ilícito, o que enseja a liquidação e a execução/cumprimento da sentença.

() Na ação coletiva para a defesa de direitos difusos que não digam respeito a relações de consumo, a sentença faz coisa julgada erga omnes, nos limites da competência territorial do órgão prolator, salvo quando o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas. Nesse caso, qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

() Na hipótese da existência simultânea de ação coletiva e ação individual para a defesa de direitos individuais homogêneos, o autor individual será beneficiado pelos efeitos da coisa julgada erga omnes da sentença de procedência da ação coletiva, ainda que não tenha ciência dessa ação ou que não tenha requerido a suspensão do processo ou, ainda, que a sua pretensão seja julgada improcedente.

() Não há litispendência entre as ações coletivas para a tutela de direitos coletivos ou direitos individuais homogêneos, nem entre essas e uma ação individual. Assim, um legitimado para a ação coletiva poderá ingressar com ação já proposta por outro legitimado, com a mesma causa de pedir e o mesmo pedido.

5.127 Pref. Municipal de Natal :: Procurador Municipal

Q.360

Origem

Carla-ME - empresa de confecção de roupas - adquiriu da Loja Pluma certa quantidade de tecidos, no valor de R\$ 300,00, para pagar, mediante carnê de pagamento, em 3 prestações de R\$ 100,00, com vencimentos para 10 de maio, 10 de junho e 10 de julho, respectivamente. No dia 5 de julho, recebeu citação para responder ação de cobrança que lhe moveu a Loja Pluma, sob a alegação de que havia ocorrido atraso no pagamento da prestação vencida em 1.º de julho. A empresa não pagou essa prestação e apresentou defesa contra a Loja Pluma, que, após tomar conhecimento desta, verificou que havia se equivocado na cobrança e desistiu da ação impetrada. A partir dessa situação hipotética e considerando o disposto no Código Civil acerca da obrigação de indenizar, assinale a opção correta.

Pref. Municipal de Natal ::
Procurador Municipal
CESPE
2008

Assuntos relacionados

- () A Loja Pluma será obrigada a esperar o tempo que faltava para o vencimento da referida prestação e a descontar os juros correspondentes, além de pagar as custas em dobro.
- () Ainda que a cobrança tivesse sido realizada por meio extrajudicial, a empresa Carla-ME teria direito a exigir que a Loja Pluma esperasse o tempo restante para o vencimento da prestação e descontasse os correspondentes juros cobrados.
- () A Loja Pluma, por ter promovido a demanda devido a equívoco de sua parte, terá de pagar à empresa Carla-ME o dobro do que houver cobrado indevidamente.
- () O pedido de desistência da ação, mesmo depois de apresentada a contestação, exime a Loja Pluma de pagar as custas em dobro.

5.128 SEBRAE :: Direito

Q.361

Origem

Acerca de procedimentos especiais, julgue os itens seguintes.

SEBRAE :: Direito
CESPE
2008

- () A ação monitória compete a quem pretender, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, pagamento de soma em dinheiro, entrega de coisa fungível ou de determinado bem móvel ou imóvel.
- () A ação de depósito, prevista no Código de Processo Civil, tem por fim se proceder ao depósito judicial de coisa a que o credor se nega receber.

Assuntos relacionados

Q.362

Origem

Julgue os itens subseqüentes, acerca de recursos no processo civil.

SEBRAE :: Direito
CESPE
2008

() Enquanto a apelação constitui um recurso de fundamentação livre, os embargos de declaração e de divergência são recursos de fundamentação vinculada.

() Quando o relator, no tribunal, monocraticamente, atribuir efeito suspensivo ao agravo de instrumento, caberá agravo ao órgão colegiado competente para conhecer do recurso.

() Será julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) o recurso ordinário interposto contra decisão concessiva ou denegatória da ordem em mandado de segurança julgado em única instância no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Assuntos relacionados

5.129 STF :: Execução de Mandatos - Judiciário

Q.363

Origem

Julgue os itens que se seguem, acerca da competência em matéria civil.

STF :: Execução de Mandatos -
Judiciário
CESPE
2008

() A competência para o inventário é definida em razão do lugar onde ocorrer a morte do autor da herança, trata-se de competência relativa. Por isso, quando o autor da herança for servidor público, será competente para processar o seu inventário o juízo do local onde ele tinha seu domicílio necessário, ou seja, o lugar em que exercia permanentemente suas funções, ou o juízo do lugar de sua última lotação.

() Nas hipóteses de prorrogação da competência por continência, caso as ações já estejam em curso, ainda que a causa menor seja proposta depois da continência, o juiz, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, determinará a reunião das ações propostas em separado, a fim de que sejam decididas simultaneamente pelo juízo prevento.

Assuntos relacionados

Q.364

Origem

Julgue os itens subseqüentes, relativos à intervenção de terceiros.

STF :: Execução de Mandatos -
Judiciário
CESPE
2008

() A oposição consiste na intervenção de terceiro em processo alheio, para excluir tanto o autor como o réu. A oposição é uma nova ação, conduzida em apartado e decidida simultaneamente com a ação principal, em razão da conexão com o pedido mediato.

() Se o réu, no prazo para apresentar a resposta, apresentar incidente de nomeação à autoria, o juiz suspenderá o processo e determinará a citação do nomeado para integrar a lide, como autor.

() O chamamento ao processo consiste na admissibilidade de o réu fazer com que co-devedores solidários passem a integrar o pólo passivo da demanda junto com ele, em litisconsórcio, a fim de que o juiz declare, na mesma sentença, a responsabilidade de cada um.

Assuntos relacionados

5.130 TJ DFT :: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.365

Origem

Quanto às citações e intimações no processo civil, julgue os próximos itens.

TJ DFT :: Analista Judiciário -
Execução de Mandados
CESPE
2008

() Comparecendo o réu no processo apenas para argüir a nulidade da citação, e sendo ela decretada, considerar-se-á feita a citação na data em que ele ou seu advogado for intimado da decisão.

() Em regra, as intimações efetuam-se de ofício.

Assuntos relacionados

Q.366

Origem

Com respeito à intervenção de terceiros, julgue os itens subseqüentes.

TJ DFT :: Analista Judiciário -
Execução de Mandados
CESPE
2008

() Aquele que detiver a coisa em nome alheio, sendo-lhe demandada em nome próprio, deverá nomear à autoria o proprietário ou o possuidor.

() Quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertam autor e réu, poderá, antes do trânsito em julgado da causa, oferecer oposição contra ambos.

() É admissível o chamamento do devedor avalizado ao processo, na ação em que o avalista for réu.

Assuntos relacionados

5.131 TJ DFT :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.367

Origem

Mauro, advogado, tem domicílio em Brasília e exerce suas atividades de advocacia em seu único escritório, situado em Taguatinga. Trata-se de causídico que ostenta procuração por instrumento público com poderes especiais para receber citações em nome de François, seu cliente estrangeiro domiciliado em Paris. A partir da situação hipotética acima, julgue os seguintes itens.

TJ DFT :: Analista Judiciário -
Judiciária
CESPE
2008

() Eventual citação de François feita na pessoa de Mauro no seu domicílio em Brasília seria nula, pois, por se tratar de relações concernentes à sua profissão, deveria ser realizada em Taguatinga.

() Considerando-se que Mauro seja devedor particular de Ricardo, caso este ceda seu crédito, aquele poderia ser notificado tanto em Brasília quanto em Taguatinga.

Assuntos relacionados

5.132 OAB-SP :: Advogado

Q.368

Origem

Assinale a opção correta a respeito do direito das sucessões.

OAB-SP :: Advogado
CESPE
2008

- () O legatário sucede o autor da herança a título universal.
 - () Considerada a ordem de vocação hereditária, os irmãos do falecido são herdeiros necessários.
 - () A pessoa jurídica detém capacidade testamentária ativa.
 - () Codicilo é ato jurídico unilateral de última vontade, escrito, pelo qual o autor da herança pode dispor sobre o seu enterro.
-

Assuntos relacionados

Capítulo 6

ESAF

6.1 CGU :: Analista de Finanças e Controle - Auditoria e Fiscalização -

Q.369

Origem

Analise os itens a seguir e marque com V a assertiva verdadeira e com F a falsa, assinalando ao final a opção correspondente

() A única hipótese de emancipação judicial, que depende de sentença do juiz, é a do menor com dezesseis anos completos ante o pedido de um dos pais na falta do outro

() Para que se configure a comoriência, faz-se mister que dois ou mais indivíduos faleçam na mesma ocasião e no mesmo lugar, não se podendo averiguar qual deles morreu primeiro

() A pessoa jurídica de direito privado responde como preponente pelos atos de seus empregados ou prepostos (responsabilidade por fato de terceiro), como também pelos de seus órgãos (diretores, administradores, assembléias)

() O direito à sucessão aberta é considerado bem imóvel.

- (a) V, V, F, V
- (b) F, V, F, V
- (c) F, F, V, V
- (d) V, F, F, F
- (e) V, V, V, F

CGU :: Analista de Finanças e
Controle - Auditoria e
Fiscalização -
ESAF
2008

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

Q.370

Origem

Analise os itens a seguir e marque com V a assertiva verdadeira e com F a falsa, assinalando ao final a opção correspondente

- () Os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo sofrer exceção e nem o seu exercício sofrer limitação voluntária
- () É ampla a permissão do ato de disposição do próprio corpo, inclusive para fins de transplante, in vida
- () O nome da pessoa pode ser empregado por outrem, sem autorização, em propaganda comercial, desde que não a exponha ao desprezo público
- () O pseudônimo adotado para atividades lícitas não goza da proteção que se dá ao nome.

- (a) V, V, F, V
- (b) F, V, F, V
- (c) F, F, V, F
- (d) V, F, F, V
- (e) F, F, F, F

CGU :: Analista de Finanças e
Controle - Auditoria e
Fiscalização -
ESAF
2008

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

Q.371

Origem

Analise os itens a seguir e marque com V a assertiva verdadeira e com F a falsa, assinalando ao final a opção correspondente

- () Os ébrios habituais, os viciados em tóxicos e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil
- () Os recém-nascidos e os amentais possuem a capacidade de direito e de fato ou de exercício, visto que podem herdar
- () Presume-se a morte, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão provisória
- () Os atos judiciais ou extrajudiciais que declararem ou reconhecerem a filiação serão registrados em registro público.

- (a) V, V, F, V
- (b) F, V, F, V
- (c) F, F, V, F
- (d) V, F, F, F
- (e) F, F, F, F

CGU :: Analista de Finanças e
Controle - Auditoria e
Fiscalização -
ESAF
2008

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

Q.372

Origem

Analise os itens a seguir:

- I. o juiz atenderá aos fins sociais a que a lei se dirige.
- II. o penhor regula-se pela lei do país em que se contraiu o contrato de penhor.
- III. à autoridade judiciária brasileira, exclusivamente, compete conhecer das ações relativas a imóveis situados no Brasil.
- IV. a interpretação sistemática atende ao espírito da lei, procurando apurar o sentido e a finalidade da norma, com abandono dos elementos puramente verbais. Assinale a opção correta.

- (a) Apenas o item I está correto.
- (b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (c) Apenas os itens III e IV estão corretos.
- (d) Apenas os itens II e IV estão incorretos.
- (e) Todos os itens estão incorretos.

CGU :: Analista de Finanças e
Controle - Auditoria e
Fiscalização -
ESAF
2008

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

Q.373

Origem

Assinale a opção incorreta.

CGU :: Analista de Finanças e
Controle - Auditoria e
Fiscalização -
ESAF
2008

- (a) Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal abrangem as pertencas.
- (b) Os negócios jurídicos sinalagmáticos são aqueles em que há reciprocidade de direitos e obrigações.
- (c) O silêncio pode ser interpretado como manifestação tácita da vontade.
- (d) A representação pode ser legal ou convencional.
- (e) O Código Civil prevê expressamente a possibilidade da celebração do contrato consigo mesmo.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.374

Origem

Assinale a opção correta.

CGU :: Analista de Finanças e
Controle - Auditoria e
Fiscalização -
ESAF
2008

- (a) É nulo o negócio jurídico celebrado em estado de perigo.
- (b) As pretensões de exercício potestativo não prescrevem.
- (c) A ação de evicção pendente não obsta a prescrição.
- (d) Exige-se sejam autenticadas as reproduções fotográficas, os registros fonográficos e quaisquer outras reproduções mecânicas ou eletrônicas a fim de que tenham força probante.
- (e) O juiz deve pronunciar de ofício a anulabilidade dos negócios jurídicos em prol da segurança jurídica.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Capítulo 7

FCC

7.1 TRT - AL :: Analista Judiciário - Área Administrativa

Q.375

Origem

Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora

TRT - AL :: Analista Judiciário -
Área Administrativa
FCC
2008

- (a) desde a prática do ato.
- (b) a partir da interpelação extrajudicial.
- (c) a partir da interpelação judicial.
- (d) a partir da propositura da ação.
- (e) a partir da citação.

Assuntos relacionados

Atos jurídicos ilícitos

7.2 MPE RS :: Assistente de Promotoria de Justiça

Q.376

Origem

Com relação a interrupção da prescrição, considere as seguintes hipóteses:

I. Despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.

II. Protesto cambial, procedido na forma regulamentada na legislação brasileira.

III. Apresentação do título de crédito em juízo de inventário ou em concurso de credores.

IV. Qualquer ato inequívoco, exceto se extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.

De acordo com o Código Civil brasileiro são hipóteses de interrupção da prescrição as mencionadas APENAS em

MPE RS :: Assistente de
Promotoria de Justiça
FCC
2008

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

- (a) II, III e IV.
- (b) I, II e IV.
- (c) II e III.
- (d) I, II e III.
- (e) I, III e IV.

7.3 PM RECIFE :: Procurador Judicial

Q.377

Paulo participava de um jogo de futebol quando teve uma perna fraturada em um lance casual. Levado para um hospital foi atendido pelo ortopedista Dr. José, que indicou a realização imediata de uma cirurgia, cobrando do paciente a quantia de R\$ 7000,00 (sete mil reais) a título de honorários. No dia seguinte, Paulo foi operado, teve alta médica, mas não pagou os honorários médicos contratados. A pretensão de o Dr. José cobrar os seus honorários de Paulo, a partir da data da conclusão de seus serviços, prescreverá em

- (a) 10 anos.
- (b) 05 anos.
- (c) 04 anos.
- (d) 03 anos.
- (e) 02 anos.

Origem

PM RECIFE :: Procurador
Judicial
FCC
2008

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

7.4 Pref. Recife PE :: Procurador Judicial

Q.378

Paulo participava de um jogo de futebol quando teve uma perna fraturada em um lance casual. Levado para um hospital foi atendido pelo ortopedista Dr. José, que indicou a realização imediata de uma cirurgia, cobrando do paciente a quantia de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) a título de honorários. No dia seguinte, Paulo foi operado, teve alta médica, mas não pagou os honorários médicos contratados. A pretensão de o Dr. José cobrar os seus honorários de Paulo, a partir da data da conclusão de seus serviços, prescreverá em

- (A) 10 anos.
- (B) 05 anos.
- (C) 04 anos.
- (D) 03 anos.
- (E) 02 anos.

Origem

Pref. Recife PE :: Procurador
Judicial
FCC
2008

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

7.5 TCE-AL :: Procurador

Q.379

Sobre a prescrição, considere:

- I. as exceções são imprescritíveis;
- II. a prescrição pode ser, de ofício, reconhecida pelo juiz;
- III. quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva;
- IV. suspensão a prescrição em favor de um dos credores solidários, sempre aproveita aos demais credores;
- V. a interrupção da prescrição contra o devedor solidário envolve os demais e seus herdeiros. Estão corretos

- (a) I, II e IV.
- (b) I, II e V.
- (c) I, III e IV.
- (d) II, III e V.
- (e) III, IV e V.

Origem

TCE-AL :: Procurador
FCC
2008

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

7.6 TRF - 5ª Região :: Analista Judiciário - Administrativa

Q.380

De acordo com o Código Civil Brasileiro a pretensão de reparação civil prescreve em

- (a) dois anos.
- (b) cinco anos.
- (c) dez anos.
- (d) três anos.
- (e) quatro anos.

Origem

TRF - 5ª Região :: Analista
Judiciário - Administrativa
FCC
2008

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

7.7 TRF - 5ª Região :: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.381

Prescreve em um ano a pretensão

- (a) dos peritos para percepção de honorários.
- (b) relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos.
- (c) para receber prestações vencidas de rendas temporárias ou vitalícias.
- (d) de reparação civil.
- (e) de cobrança de dívida líquida constante de instrumento público.

Origem

TRF - 5ª Região :: Analista
Judiciário - Execução de
Mandados
FCC
2008

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

7.8 TRF - 5ª Região :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.382

Origem

Prescreve em 3 anos a pretensão

TRF - 5ª Região :: Analista
Judiciário - Judiciária
FCC
2008

- (a) de ressarcimento do enriquecimento sem causa.
- (b) de cobrança de dívida líquida constante de instrumento particular.
- (c) do vencedor para haver do vencido o que despendeu em juízo.
- (d) dos hospedeiros para o pagamento da hospedagem.
- (e) dos fornecedores de víveres destinados a consumo no próprio estabelecimento para o pagamento dos alimentos.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

7.9 TRT 18ª Região :: Analista Judiciário-Área Judiciária

Q.383

Origem

A respeito da decadência, é correto afirmar que

TRT 18ª Região :: Analista
Judiciário-Área Judiciária
FCC
2008

- (a) não corre a decadência pendendo condição suspensiva.
- (b) é nula a renúncia à decadência fixada em lei.
- (c) interrompe a decadência qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor.
- (d) a decadência pode ser interrompida por qualquer interessado.
- (e) a interrupção produzida contra o principal devedor prejudica o fiador.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

7.10 TRT - 18ª Região :: Analista Judiciário-Área Administrativa

Q.384

Origem

A respeito da prescrição, considere:

- I. A renúncia da prescrição só pode ser expressa.
 - II. Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes constante de contrato escrito.
 - III. Não corre a prescrição contra os ausentes do país em serviço público dos Municípios.
 - IV. A prescrição pode ser interrompida por qualquer interessado.
- Está correto o que consta SOMENTE em

TRT - 18ª Região :: Analista
Judiciário-Área Administrativa
FCC
2008

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

- (a) I e II.
 - (b) I, II e III.
 - (c) II e IV.
 - (d) I, III e IV.
 - (e) III e IV.
-

7.11 TRT - 18ª Região :: Analista Judiciário - Área Judiciária - Especialidade Execução

Q.385

Origem

NÃO interrompe a prescrição

TRT - 18ª Região :: Analista
Judiciário - Área Judiciária -
Especialidade Execução
FCC
2008

- (a) a apresentação de título já protestado em concurso de credores.
- (b) o despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.
- (c) o protesto cambial.
- (d) qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor.
- (e) qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe no reconhecimento do direito pelo devedor.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

7.12 TRT - 19ª Região :: Analista Judiciário - Administrativa

Q.386

Origem

A respeito da prescrição e da decadência, é correto afirmar:

TRT - 19ª Região :: Analista
Judiciário - Administrativa
FCC
2008

- (a) As partes, desde que maiores e capazes, podem, por acordo, alterar os prazos de prescrição previstos em lei.
- (b) As partes, desde que maiores e capazes, podem renunciar a decadência fixada em lei.
- (c) A interrupção da prescrição ocorrerá tantas vezes quantas forem as causas interruptivas aplicáveis.
- (d) A exceção e a defesa do réu prescrevem no dobro do prazo previsto para a pretensão deduzida pelo autor.
- (e) Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

7.13 TRT - AL :: Analista Judiciário - Área Administrativa

Q.387

Origem

A respeito da prescrição e da decadência, é correto afirmar:

TRT - AL :: Analista Judiciário -
Área Administrativa
FCC
2008

- (a) As partes, desde que maiores e capazes, podem, por acordo, alterar os prazos de prescrição previstos em lei.
- (b) As partes, desde que maiores e capazes, podem renunciar a decadência fixada em lei.
- (c) A interrupção da prescrição ocorrerá tantas vezes quantas forem as causas interruptivas aplicáveis.
- (d) A exceção e a defesa do réu prescrevem no dobro do prazo previsto para a pretensão deduzida pelo autor.
- (e) Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

7.14 TRT - AL :: Analista Judiciário - Área Judiciária

Q.388

Origem

A pretensão de cobrança de dívida decorrente do descumprimento de contrato verbal de empréstimo em dinheiro prescreve em

TRT - AL :: Analista Judiciário -
Área Judiciária
FCC
2008

- (a) 2 anos.
- (b) 3 anos.
- (c) 4 anos.
- (d) 5 anos.
- (e) 10 anos.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

7.15 TRT - SP :: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.389

Origem

A respeito da prescrição, é correto afirmar:

TRT - SP :: Analista Judiciário -
Execução de Mandados
FCC
2008

- (a) A renúncia só pode ser expressa e só valerá sendo feita, sem prejuízo de terceiro, antes da prescrição se consumir.
- (b) A exceção prescreve no dobro do prazo em que a pretensão.
- (c) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.
- (d) Iniciada contra uma pessoa, não continua a correr contra o seu sucessor.
- (e) Pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

7.16 TRT - SP :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.390

Origem

Corre normalmente a prescrição

TRT - SP :: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2008

- (a) contra os que se acharem servindo as forças armadas, em tempo de paz.
- (b) entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.
- (c) entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar.
- (d) entre tutelados ou curatelados e seus tutores ou curadores, durante a tutela ou curatela.
- (e) contra os ausentes do país em serviço público dos municípios.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

7.17 PM RECIFE :: Procurador Judicial

Q.391

No que diz respeito ao Condomínio Edilício, nos termos preconizados pelo Código Civil, é certo que

- (a) se o síndico não convocar a assembléia anual de condomínio, um quarto dos condôminos poderá fazê-lo.
- (b) a alteração da convenção de condomínio depende da aprovação pela unanimidade dos condôminos.
- (c) o condomínio poderá ter um conselho fiscal, composto por até dois membros, eleitos pela assembléia, por prazo não superior a dois anos, ao qual compete dar parecer sobre as contas do síndico.
- (d) a assembléia escolherá um síndico, que poderá não ser condômino, para administrar o condomínio, por prazo não superior a dois anos, sendo vedada a renovação.
- (e) o seguro de toda a edificação contra o risco de incêndio ou destruição, total ou parcial, é facultativo e deverá ser objeto de deliberação em assembléia.

Origem

PM RECIFE :: Procurador
Judicial
FCC
2008

Assuntos relacionados

Propriedade

7.18 Pref. de São Paulo :: Procurador do Município

Q.392

Em matéria de conflitos de vizinhança aplica-se a seguinte regra:

- (a) Somente o possuidor e o detentor de um prédio têm o direito de fazer cessar as interferências prejudiciais à segurança ou à saúde dos que o habitam, provocadas por utilização de propriedade vizinha, mas igual direito não assiste ao proprietário que não seja possuidor.
- (b) Não tem o proprietário ou possuidor de um prédio o direito de fazer cessar interferências prejudiciais a seu sossego, provocadas pela utilização de propriedade vizinha, e tampouco indenização delas decorrentes, se as interferências forem justificadas por interesse público.
- (c) O proprietário tem direito a exigir do dono do prédio vizinho a demolição ou a reparação deste, quando ameace ruína, mas igual direito não tem o possuidor que só poderá exigir a prestação de caução.
- (d) Quando, por sentença judicial transitada em julgado, devam ser toleradas as interferências, poderá o vizinho prejudicado exigir cabal indenização, mas não mais lhe assistirá o direito de exigir a redução das interferências, ainda que isto se torne possível.
- (e) Ainda que por decisão judicial devam ser toleradas as interferências, poderá o vizinho exigir a sua redução, ou eliminação, quando estas se tornarem possíveis.

Origem

Pref. de São Paulo :: Procurador
do Município
FCC
2008

Assuntos relacionados

Propriedade

7.19 Pref. Recife PE :: Procurador Judicial

Q.393

No que diz respeito ao Condomínio Edifício, nos termos preconizados pelo Código Civil, é certo que

- (A) se o síndico não convocar a assembléia anual de condomínio, um quarto dos condôminos poderá fazê-lo.
- (B) a alteração da convenção de condomínio depende da aprovação pela unanimidade dos condôminos.
- (C) o condomínio poderá ter um conselho fiscal, composto por até dois membros, eleitos pela assembléia, por prazo não superior a dois anos, ao qual compete dar parecer sobre as contas do síndico.
- (D) a assembléia escolherá um síndico, que poderá não ser condômino, para administrar o condomínio, por prazo não superior a dois anos, sendo vedada a renovação.
- (E) o seguro de toda a edificação contra o risco de incêndio ou destruição, total ou parcial, é facultativo e deverá ser objeto de deliberação em assembléia.

Origem

Pref. Recife PE :: Procurador
Judicial
FCC
2008

Assuntos relacionados

Propriedade

7.20 TCE-AL :: Procurador

Q.394

NÃO são suscetíveis de aquisição por usucapião:

- (a) os bens cujo domínio conste do serviço de registro de imóveis como pertencentes às pessoas absolutamente incapazes e os bens das autarquias.
- (b) os bens dominicais da União, dos Estados e dos Municípios, bem como os gravados com cláusula de impenhorabilidade por disposição testamentária.
- (c) quaisquer bens móveis e os bens públicos de uso comum do povo.
- (d) as terras devolutas e os imóveis gravados por testamento com cláusula de inalienabilidade.
- (e) os imóveis de que o possuidor for titular de propriedade resolúvel e os bens cujo domínio constante do serviço de registro de imóveis pertencer a menor de dezesseis anos ou a um pródigo.

Origem

TCE-AL :: Procurador
FCC
2008

Assuntos relacionados

Propriedade

7.21 TRF - 5ª Região :: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.395

Origem

Adquire a propriedade de imóvel urbano com área de 500 metros quadrados, independentemente de título ou boa-fé, aquele que o possuir como seu e nele houver estabelecido a sua moradia habitual, sem interrupção, nem oposição, por, no mínimo,

- (a) 5 anos.
- (b) 30 anos.
- (c) 20 anos.
- (d) 15 anos.
- (e) 10 anos.

TRF - 5ª Região :: Analista
Judiciário - Execução de
Mandados
FCC
2008

Assuntos relacionados

Propriedade

7.22 MPE RS :: Assistente de Promotoria de Justiça

Q.396

Origem

Mario foi compelido a ressarcir danos causados pelos seus filhos, Joana de 17 anos, Douglas de 16 anos, Joaquim de 15 anos e Patrícia que possui 20 anos, mas é declarada pródiga. Neste caso, de acordo com o Código Civil brasileiro, Mário

MPE RS :: Assistente de
Promotoria de Justiça
FCC
2008

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

- (a) só poderá reaver de Joana o que pagou, uma vez que ela é sua descendente relativamente incapaz.
 - (b) não poderá reaver de nenhum dos filhos o que pagou.
 - (c) só poderá reaver de Douglas e Joaquim o que pagou, uma vez que eles são seus descendentes absolutamente incapazes.
 - (d) só poderá reaver de Joana e Patrícia o que pagou, uma vez que elas são suas descendentes relativamente incapazes.
 - (e) poderá reaver de todos os quatro filhos o que pagou.
-

7.23 MPE RS :: Secretário de Diligências

Q.397

Origem

A respeito da obrigação de indenizar, considere:

I. Os donos de estabelecimentos onde se albergue por dinheiro para fins de educação são responsáveis pelos seus educandos.

II. A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.

III. O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não se transmitem com a herança.

De acordo com o Código Civil brasileiro está correto o que se afirma APENAS em

MPE RS :: Secretário de
Diligências
FCC
2008

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

- (a) III.
- (b) I e III.
- (c) II e III.
- (d) I e II.
- (e) I.

7.24 Pref. de São Paulo :: Procurador do Município

Q.398

Origem

Os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano

Pref. de São Paulo :: Procurador
do Município
FCC
2008

(a) mas se o ofensor for incapaz e não tendo seus responsáveis obrigação de indenizar ou não dispuserem de meios suficientes, a indenização será indevida.

(b) e, se tiver mais de um autor, o valor da indenização terá caráter de obrigação conjunta.

(c) e, se tiver mais de um autor, entre eles existirá solidariedade.

(d) mas a indenização será indevida sempre que ficar provado que o autor da ofensa agiu em estado de necessidade.

(e) mas a indenização ficará excluída sempre que o autor do dano vier a ser absolvido em ação penal pelo mesmo fato.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

7.25 TCE-AL :: Auditor

Q.399

Haverá responsabilidade civil objetiva

- (a) sempre que a lei não exigir expressamente o requisito da culpa.
- (b) nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.
- (c) somente quando o causador do dano for agente do Estado ou de suas concessionárias.
- (d) nos casos de responsabilidade solidária ou quando o ato danoso tiver sido praticado por mais de uma pessoa sem que seja possível estabelecer de quem foi a culpa.
- (e) em todas as hipóteses em que o dano foi causado a um consumidor e o agente for considerado fornecedor.

Origem

TCE-AL :: Auditor
FCC
2008

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

7.26 TCE-AL :: Procurador

Q.400

Na responsabilidade civil, a indenização mede-se pela extensão do dano

- (a) e seu pagamento em nenhuma hipótese depende da comprovação de culpa do agente.
- (b) e mesmo que a vítima tenha concorrido culposamente para o evento danoso, a fixação da indenização só levará em conta a gravidade da culpa do autor do dano.
- (c) que sempre é presumido, nas hipóteses de dano exclusivamente moral.
- (d) e seu pagamento terá lugar mesmo que venha privar o incapaz, autor do dano, do necessário para sua sobrevivência.
- (e) mas se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, equitativamente, a indenização.

Origem

TCE-AL :: Procurador
FCC
2008

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

7.27 TCE-SP :: Auditor

Q.401

A indenização por ato ilícito

- (a) só será devida quando ficar configurado dano material.
- (b) não será devida, se ficar configurado apenas abuso de direito.
- (c) será devida, ainda que o dano seja exclusivamente moral.
- (d) só será devida na hipótese de se apurar dolo ou culpa grave do agente.
- (e) em nenhuma hipótese será devida, se o agente for incapaz.

Origem

TCE-SP :: Auditor
FCC
2008

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

7.28 TJ RR :: Juiz Substituto

Q.402

"X" é empregado de "Y" e, exercendo a função de motorista, provocou culposamente um acidente de que decorreram danos de grande monta para o proprietário de outro veículo. Neste caso, o patrão

- (a) só responderá pela indenização se o empregado tiver sido condenado em ação penal.
- (b) não responderá pela indenização se provar que escolheu bem e vigiou convenientemente seu empregado.
- (c) responderá pela indenização, ainda que não haja culpa de sua parte.
- (d) responderá somente pela metade da indenização se provar que não há culpa de sua parte.
- (e) se provar que não há culpa de sua parte, só responderá subsidiariamente pela indenização.

Origem

TJ RR :: Juiz Substituto
FCC
2008

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

7.29 TRT - 18ª Região :: Analista Judiciário- Área Judiciária - Especialidade Execução

Q.403

Um hóspede do Hotel X derrubou um televisor pela janela, atingindo e danificando um veículo estacionado. Nesse caso, o dono do hotel

- (a) só responde pela reparação civil se tiver havido dolo de sua parte ou de algum funcionário do estabelecimento.
- (b) só responde pela reparação civil se tiver havido culpa de sua parte.
- (c) só responde pela reparação civil se tiver havido culpa de sua parte ou de funcionário do estabelecimento.
- (d) não responde pela reparação civil, que deverá ser pleiteada exclusivamente do hóspede.
- (e) responde pela reparação civil, mesmo que não tenha havido culpa de sua parte.

Origem

TRT - 18ª Região :: Analista
Judiciário-Área Judiciária -
Especialidade Execução
FCC
2008

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

7.30 TRT - 19ª Região :: Analista Judiciário - Administrativa

Q.404

Origem

João, José, Paulo, Pedro e Luiz foram processados criminalmente, acusados da prática de crimes e, afinal, foram absolvidos. As sentenças absolutórias transitaram em julgado, tendo ficado decidido no juízo criminal, nos respectivos processos, que inexistiu o fato imputado a João; que José não foi o autor do delito; que não havia prova da culpa atribuída a Paulo; que não havia prova da autoria do delito atribuída a Pedro; que a prova é contraditória quanto ao fato imputado a Luiz. A responsabilidade civil é independente da criminal, mas, não se poderá questionar mais no juízo cível a responsabilidade civil apenas de

TRT - 19ª Região :: Analista
Judiciário - Administrativa
FCC
2008

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

- (a) Paulo, Pedro e Luiz.
- (b) Paulo e Pedro.
- (c) João, José e Luiz.
- (d) João e José.
- (e) Paulo e Luiz. Direito Constitucional

7.31 TRT - AL :: Analista Judiciário - Área Administrativa

Q.405

Origem

João, José, Paulo, Pedro e Luiz foram processados criminalmente, acusados da prática de crimes e, afinal, foram absolvidos. As sentenças absolutórias transitaram em julgado, tendo ficado decidido no juízo criminal, nos respectivos processos, que inexistiu o fato imputado a João; que José não foi o autor do delito; que não havia prova da culpa atribuída a Paulo; que não havia prova da autoria do delito atribuída a Pedro; que a prova é contraditória quanto ao fato imputado a Luiz. A responsabilidade civil é independente da criminal, mas, não se poderá questionar mais no juízo cível a responsabilidade civil apenas de

TRT - AL :: Analista Judiciário -
Área Administrativa
FCC
2008

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

- (a) Paulo, Pedro e Luiz.
- (b) Paulo e Pedro.
- (c) João, José e Luiz.
- (d) João e José.
- (e) Paulo e Luiz.

7.32 Pref. de São Paulo :: Procurador do Município

Q.406

Origem

Na solidariedade passiva

Pref. de São Paulo :: Procurador
do Município
FCC
2008

- (a) a interrupção da prescrição efetuada contra um dos devedores envolve os demais e seus herdeiros.
- (b) a propositura de ação pelo credor contra um ou alguns dos devedores importará renúncia da solidariedade.
- (c) se um dos devedores falecer deixando herdeiros, cada um destes será obrigado pela dívida toda, mesmo que a obrigação seja divisível.
- (d) impossibilitando-se a prestação por culpa de um dos devedores solidários, subsiste para todos o encargo de pagar o equivalente em dinheiro, inclusive as perdas e danos.
- (e) o devedor demandado pode opor as exceções que forem pessoais de qualquer dos co-devedores.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

7.33 TRF - 5ª Região :: Analista Judiciário - Administrativa

Q.407

Origem

Análise as seguintes assertivas sobre as obrigações de dar coisa certa e incerta:

- I. Deteriorada a coisa, não sendo o devedor culpado, poderá o credor resolver a obrigação, ou aceitar a coisa, abatido de seu preço o valor que perdeu.
- II. Até a tradição pertence ao devedor a coisa, com seus melhoramentos e acrescidos, pelos quais não poderá exigir aumento do preço.
- III. Se a coisa restituível se deteriorar sem culpa do devedor, recebê-la-á o credor, tal qual se ache, sem direito a indenização.
- IV. Nas coisas determinadas pelo gênero e pela quantidade, na obrigação de dar coisa incerta, a escolha pertence ao credor, se o contrário não resultar do título da obrigação.
- De acordo com o Código Civil é correto o que se afirma APENAS em:

- (a) II e III.
- (b) II, III e IV.
- (c) I, III e IV.
- (d) I, II e IV.
- (e) I e III.

TRF - 5ª Região :: Analista
Judiciário - Administrativa
FCC
2008

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

7.34 TRT 18ª Região :: Analista Judiciário-Área Judiciária

Q.408

Origem

A respeito das obrigações solidárias, é correto afirmar:

TRT 18ª Região :: Analista
Judiciário-Área Judiciária
FCC
2008

- (a) Existindo mais de um credor ou mais de um devedor, presume-se a solidariedade.
- (b) O credor não pode renunciar a solidariedade em favor de um ou de alguns dos devedores.
- (c) Cada um dos credores solidários só tem o direito de exigir do devedor a parcela que lhe cabe na prestação.
- (d) Convertendo-se a prestação em perdas e danos, subsiste, para todos os efeitos, a solidariedade.
- (e) Importa em renúncia da solidariedade a propositura de ação pelo credor contra um ou alguns dos devedores.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

Q.409

Origem

A respeito da sociedade simples, considere:

TRT 18ª Região :: Analista
Judiciário-Área Judiciária
FCC
2008

- I. A sociedade de prazo indeterminado dissolve-se por deliberação da maioria absoluta dos sócios.
 - II. Na sociedade simples, é válida a estipulação contratual que exclua qualquer sócio de participar dos lucros e perdas.
 - III. O sócio admitido em sociedade já constituída se exime das dívidas sociais anteriores à admissão.
 - IV. A administração da sociedade, nada dispondo o contrato social, compete conjuntamente a todos os sócios.
- Está correto o que consta SOMENTE em

Assuntos relacionados

Sociedade personificada

- (a) I.
- (b) II e IV.
- (c) I e III.
- (d) IV.
- (e) I, II e IV.

7.35 TRT - 18ª Região :: Analista Judiciário - Área Judiciária - Especialidade Execução

Q.410

Origem

A respeito da sociedade limitada, considere:

I. As deliberações infringentes do contrato ou da lei tornam ilimitada a responsabilidade dos que expressamente a aprovaram.

II. A deliberação em assembleia será obrigatória se o número de sócios for superior a dois.

III. O capital social divide-se em quotas, iguais ou desiguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio.

Está correto o que consta SOMENTE em

- (a) I e III.
- (b) I e II.
- (c) II e III.
- (d) I.
- (e) II.

TRT - 18ª Região :: Analista
Judiciário - Área Judiciária -
Especialidade Execução
FCC
2008

Assuntos relacionados

Sociedade personificada

7.36 TRT - AL :: Analista Judiciário - Área Judiciária

Q.411

Origem

Numa assembleia de sociedade limitada com mais de dez sócios, será tomada pelos votos correspondentes, no mínimo, a três quartos do capital social, dentre outras, a deliberação referente

- (a) à aprovação das contas da administração.
- (b) ao julgamento das contas dos liquidantes.
- (c) à modificação do contrato social.
- (d) ao pedido de concordata.
- (e) à nomeação dos liquidantes.

TRT - AL :: Analista Judiciário -
Área Judiciária
FCC
2008

Assuntos relacionados

Sociedade personificada

7.37 TRT - SP :: Analista Judiciário - Administrativa

Q.412

Origem

De acordo com o Código Civil brasileiro, a respeito da sociedade limitada, é correto afirmar:

TRT - SP :: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2008

- (a) A destituição dos administradores depende dos votos correspondentes a, no mínimo, 3/4 do capital social.
- (b) A modificação do contrato social depende dos votos correspondentes à unanimidade do capital social.
- (c) A assembléia dos sócios será presidida e secretariada por sócios escolhidos entre os presentes.
- (d) As deliberações infringentes do contrato ou da lei não tornam ilimitada a responsabilidade dos que expressamente a aprovaram.
- (e) Qualquer sócio, por si ou na condição de mandatário, pode votar matéria que lhe diga respeito diretamente.

Assuntos relacionados

Sociedade

7.38 TCE-AL :: Auditor

Q.413

Origem

A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado começa

TCE-AL :: Auditor
FCC
2008

- (a) com a autorização ou aprovação do órgão competente do Poder Executivo, para iniciar o seu funcionamento.
- (b) com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, tendo sido abolida, depois da Constituição Federal de 1988, qualquer exigência de autorização ou aprovação do Poder Executivo, independentemente da atividade a ser exercida.
- (c) pela celebração do contrato de sociedade, pela aprovação de seu estatuto nos casos das associações e pelo registro do testamento ou lavratura de escritura pública da instituição, no caso das fundações.
- (d) com a publicação no Diário Oficial de seus atos constitutivos.
- (e) com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo.

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

7.39 TCE-AL :: Procurador

Q.414

As organizações religiosas são classificadas como

- (a) pessoas jurídicas de direito público interno, se não tiverem ramificações em outros países e de direito público externo, se tiverem ramificações em outros países.
- (b) entes despersonalizados, embora seus atos constitutivos possam ser registrados em cartório.
- (c) pessoas jurídicas de direito público externo, sempre que constituídas em outros países, ainda que exercendo atividade no território brasileiro.
- (d) pessoas jurídicas de direito privado, podendo, entretanto, o poder público negar-lhes reconhecimento ou registro de seus atos constitutivos.
- (e) pessoas jurídicas de direito privado, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento e registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento.

Origem

TCE-AL :: Procurador
FCC
2008

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

7.40 TCE-SP :: Auditor

Q.415

Será possível distinguir uma associação de uma sociedade se aquela

- (a) se constituir apenas de pessoas físicas e esta se constituir por pessoas físicas e por pessoas jurídicas.
- (b) não possuir bens e esta possuir bens.
- (c) for instituída por dotação de bens mediante escritura pública ou testamento e esta por um contrato.
- (d) tiver prazo determinado de existência e esta não tiver prazo determinado de existência.
- (e) não tiver fins econômicos e se esta tiver fins econômicos.

Origem

TCE-SP :: Auditor
FCC
2008

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

7.41 TJ RR :: Juiz Substituto

Q.416

Origem

A doutrina do disregard of legal entity tem por finalidade superar ou desconsiderar a personalidade jurídica de pessoas jurídicas,

TJ RR :: Juiz Substituto
FCC
2008

(a) para atingir o patrimônio dos sócios ou administradores, sempre que se verificar fraude contra credores, o que, na legislação brasileira, será possível por decisão judicial a requerimento da parte ou do Ministério Público.

Assuntos relacionados

(b) responsabilizando-lhes os administradores e, para isto, considera inexistente a personificação.

Pessoas jurídicas

(c) para atingir o patrimônio dos sócios, sempre que se verificar confusão patrimonial, permitindo a legislação brasileira que a desconsideração se dê por ato administrativo ou judicial.

(d) responsabilizando-lhes os sócios ou administradores, mas sem considerar nula a personificação, apenas a tornando ineficaz para certos atos.

(e) para atingir o patrimônio dos sócios, implicando, na legislação brasileira, a declaração de nulidade de seus estatutos ou atos constitutivos no que se referir à distinção entre a personalidade jurídica dos sócios e da sociedade.

7.42 TRF - 5^a Região :: Analista Judiciário - Administrativa

Q.417

Origem

O prazo decadencial para anular constituição de pessoa jurídica de direito privado, por defeito do ato respectivo, é de

TRF - 5^a Região :: Analista
Judiciário - Administrativa
FCC
2008

(a) um ano, contado o prazo da data do protocolo de inscrição do ato constitutivo no respectivo registro.

(b) cinco anos, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.

(c) três anos, contado o prazo da data do protocolo de inscrição do ato constitutivo no respectivo registro.

(d) cinco anos, contado o prazo da data do protocolo de inscrição do ato constitutivo no respectivo registro.

(e) três anos, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

7.43 TRT - 18ª Região :: Analista Judiciário- Área Administrativa

Q.418

Origem

A respeito das associações, é correto afirmar:

- (a) A decisão do órgão que, de conformidade com o estatuto, decretar a exclusão de associado é irrecorrível.
- (b) Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins econômicos.
- (c) A qualidade de associado é sempre transmissível, não podendo o estatuto dispor em contrário.
- (d) Os associados devem ter iguais direitos, mas o estatuto pode instituir categorias com vantagens especiais.
- (e) Entre os associados, há direitos e obrigações recíprocas, que devem obrigatoriamente constar do estatuto.

TRT - 18ª Região :: Analista
Judiciário-Área Administrativa
FCC
2008

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

7.44 TRT - SP :: Analista Judiciário - Admin- istrativa

Q.419

Origem

Os partidos políticos, as associações públicas e as organizações religiosas são pessoas jurídicas de direito

- (a) privado.
- (b) privado, público e público, respectivamente.
- (c) público, privado e privado, respectivamente.
- (d) público.
- (e) privado, público e privado, respectivamente.

TRT - SP :: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2008

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

7.45 TCE-SP :: Auditor

Q.420

Origem

Os direitos da personalidade, com exceção dos casos previstos em lei, são

- (a) irrenunciáveis, mas seu exercício sempre pode sofrer limitação voluntária.
- (b) irrenunciáveis, mas não são intransmissíveis.
- (c) intransmissíveis, mas não são irrenunciáveis.
- (d) intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- (e) transmissíveis e renunciáveis, mas seu exercício não pode sofrer qualquer outro tipo de limitação voluntária.

TCE-SP :: Auditor
FCC
2008

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

7.46 TJ RR :: Juiz Substituto

Q.421

Origem

Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência,

TJ RR :: Juiz Substituto
FCC
2008

- (a) se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida.
- (b) somente de alguém desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não sendo encontrado até 02 (dois) anos após o término da guerra.
- (c) depois de dez (10) anos do desaparecimento da pessoa ou se o desaparecido contar oitenta (80) anos de idade e suas últimas notícias forem de mais de cinco (05) anos.
- (d) depois de vinte (20) anos do desaparecimento da pessoa, sendo suas últimas notícias de mais de cinco (05) anos.
- (e) sempre que alguém, tendo desaparecido de seu domicílio, contar cem (100) anos de idade.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

7.47 TRF - 5^a Região :: Analista Judiciário - Administrativa

Q.422

Origem

Nos termos estabelecidos pela legislação civil brasileira, NÃO cessará para os menores a incapacidade

TRF - 5^a Região :: Analista
Judiciário - Administrativa
FCC
2008

- (a) pela existência de relação de emprego e em função dele, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.
- (b) pela concessão dos pais, mediante instrumento particular, independentemente de homologação judicial, se o menor tiver dezesseis anos completos.
- (c) pela colação de grau em curso de ensino superior.
- (d) pelo exercício de emprego público efetivo.
- (e) pelo casamento.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

Q.423

Origem

No que concerne ao instituto da ausência, de acordo com o Código Civil, é correto afirmar que:

TRF - 5^a Região :: Analista
Judiciário - Administrativa
FCC
2008

- (a) Em regra, a curadoria dos bens dos ausentes incumbe aos descendentes, aos ascendentes ou ao cônjuge não separado judicialmente, nesta ordem.
- (b) Os imóveis do ausente só se poderão alienar, não sendo por desapropriação, ou hipoteca, quando o ordene o juiz, para lhes evitar a ruína.
- (c) Decorridos dois anos da arrecadação dos bens do ausente, se este deixou representante ou procurador, os interessados poderão requerer a abertura da sucessão provisória.
- (d) A sucessão definitiva poderá ser requerida se o ausente conta com 75 (setenta e cinco) anos de idade, e que de três anos datam as últimas notícias dele.
- (e) Para entrar na posse dos bens do ausente todos os herdeiros deverão necessariamente dar garantias, mediante penhores ou hipotecas equivalentes aos quinhões respectivos.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

7.48 MPE RS :: Secretário de Diligências

Q.424

Origem

Segundo as normas preconizadas no Código Civil brasileiro, NÃO se presumem concebidos na constância do casamento os filhos

MPE RS :: Secretário de
Diligências
FCC
2008

- (a) havidos, a qualquer tempo, quando se tratar de embriões excedentários, decorrentes de concepção artificial homóloga.
- (b) nascidos cento e oitenta dias, pelo menos, depois de estabelecida a convivência conjugal.
- (c) nascidos nos trezentos dias subsequentes à dissolução da sociedade conjugal, por morte, separação judicial, nulidade e anulação do casamento.
- (d) havidos por fecundação artificial homóloga, mesmo que falecido o marido.
- (e) havidos por inseminação artificial heteróloga, independentemente de prévia autorização do marido.

Assuntos relacionados

Relações de parentesco

Q.425

Origem

Considere as seguintes assertivas a respeito do reconhecimento dos filhos:

I. Quando a maternidade constar do termo do nascimento do filho, a mãe só poderá contestá-la provando a falsidade do termo, ou das declarações nele contidas.

II. O filho maior pode ser reconhecido sem o seu consentimento, desde que esse reconhecimento se faça por escritura pública.

III. O reconhecimento não pode ser revogado, nem mesmo quando feito em testamento.

De acordo com o Código Civil brasileiro está correto o que se afirma APENAS em

MPE RS :: Secretário de
Diligências
FCC
2008

Assuntos relacionados

Relações de parentesco

- (a) III.
- (b) I e III.
- (c) II e III.
- (d) I e II.
- (e) II.

Q.426

Origem

De acordo com o Código Civil brasileiro, cada cônjuge ou companheiro é aliado aos parentes do outro pelo vínculo da afinidade. O parentesco por afinidade limita-se aos

MPE RS :: Secretário de
Diligências
FCC
2008

- (a) ascendentes, aos descendentes, aos irmãos e sobrinhos do cônjuge ou companheiro.
- (b) ascendentes do cônjuge ou companheiro, apenas.
- (c) descendentes do cônjuge ou companheiro, apenas.
- (d) ascendentes e aos descendentes do cônjuge ou companheiro, apenas.
- (e) ascendentes, aos descendentes e aos irmãos do cônjuge ou companheiro.

Assuntos relacionados

Relações de parentesco

Q.427

Origem

De acordo com o Código Civil brasileiro, a adoção de maiores de dezoito anos

MPE RS :: Secretário de
Diligências
FCC
2008

- (a) dependerá da assistência efetiva do Poder Público e de sentença constitutiva.
- (b) não dependerá da assistência efetiva do Poder Público, mas deverá ser realizada por escritura pública.
- (c) não dependerá da assistência efetiva do Poder Público e poderá ser realizada por escritura pública ou particular.
- (d) dependerá da assistência efetiva do Poder Público, mas não necessita de sentença constitutiva, podendo ser realizada por escritura pública.
- (e) dependerá da assistência efetiva do Poder Público, mas não necessita de sentença constitutiva, podendo ser realizada por escritura particular.

Assuntos relacionados

Relações de parentesco

7.49 MPE - PE :: Promotor de Justiça

Q.428

Origem

Concorrendo à herança do falecido irmãos bilaterais com irmãos unilaterais,

MPE - PE :: Promotor de Justiça
FCC
2008

- (a) todos herdarão em partes iguais.
- (b) cada um destes herdará metade do que cada um daqueles herdar.
- (c) somente herdarão os irmãos unilaterais.
- (d) somente herdarão os irmãos bilaterais.
- (e) estes somente herdarão se habitarem imóvel do falecido.

Assuntos relacionados

Sucessão em geral

7.50 Pref. de São Paulo :: Procurador do Município

Q.429

Origem

João, com 65 anos de idade, viúvo e já possuindo os filhos Antônio e Pedro, casou-se com Maria, solteira e sem filhos, que contava à época 25 anos. Dois anos após, João e Maria adotaram Joana, com 01 ano de idade. João faleceu, quando Joana estava com 03 anos, porém havia autorizado a esposa a submeter-se a inseminação artificial heteróloga, do que nascera o filho José, um mês antes da morte de João. Neste caso, participarão da herança de João

Pref. de São Paulo :: Procurador
do Município
FCC
2008

Assuntos relacionados

Sucessão em geral

- (a) somente Antônio, Pedro e Joana em igualdade de condições, sendo que a Maria caberá, por herança, 25
- (b) apenas Antônio e Pedro.
- (c) Maria, com 50
- (d) em igualdade de condições Antônio, Pedro, Joana e José, mas não participará Maria.
- (e) Antônio, Pedro, Joana e José, sendo que a Maria caberá, por herança, 25

7.51 TJ RR :: Juiz Substituto

Q.430

Origem

Vítimas de um acidente automobilístico faleceram os irmãos José e Pedro , que eram solteiros, não mantinham união estável e não possuíam ascendentes nem descendentes. José faleceu no local e Pedro , horas depois, em um hospital. Ambos eram irmãos de Maria e Joana e haviam tido outro irmão - Antonio - anteriormente falecido e que deixara dois filhos, que são vivos. Neste caso, é correto afirmar que os bens de José serão herdados

TJ RR :: Juiz Substituto
FCC
2008

Assuntos relacionados

Sucessão em geral

- (a) por Pedro, Maria e Joana e os bens de Pedro somente por Maria e Joana.
 - (b) assim como os de Pedro, por Maria e Joana por cabeça e pelos filhos de Antonio, por estirpe.
 - (c) assim como os de Pedro, por Maria, Joana e pelos filhos de Antonio, por cabeça.
 - (d) por Pedro, Maria e Joana e pelos filhos de Antonio, por cabeça e os bens de Pedro serão herdados por Maria, Joana e pelos filhos de Antonio, também por cabeça.
 - (e) por Pedro, Maria e Joana, por cabeça e pelos filhos de Antonio, por estirpe e os bens de Pedro serão herdados por Maria e Joana, por cabeça e pelos filhos de Antonio, por estirpe.
-

7.52 METRO - SP :: Advogado Trainee

Q.431

Origem

No tocante ao seguro de pessoa, é INCORRETO afirmar:

METRO - SP :: Advogado Trainee
FCC
2008

- (a) É válida a instituição do companheiro como beneficiário, se ao tempo do contrato o segurado era separado judicialmente, ou já se encontrava separado de fato.
 - (b) No seguro sobre a vida de outros, o proponente é obrigado a declarar, sob pena de falsidade, o seu interesse pela preservação da vida do segurado.
 - (c) O segurador não pode sub-rogar-se nos direitos e ações do segurado, ou do beneficiário, contra o causador do sinistro.
 - (d) O capital segurado é livremente estipulado pelo proponente, que não pode contratar mais de um seguro sobre o mesmo interesse, com o mesmo ou diversos seguradores.
 - (e) No seguro de vida ou de acidentes pessoais para o caso de morte, o capital estipulado não está sujeito às dívidas do segurado, nem se considera herança para todos os efeitos de direito.
-

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

7.53 MPE RS :: Assistente de Promotoria de Justiça

Q.432

Origem

De acordo com o Código Civil brasileiro, são sujeitas à redução as doações em que se apurar excesso quanto ao que o doador poderia dispor, no momento da liberalidade. Sendo várias as doações a herdeiros necessários, feitas em diferentes datas, serão elas reduzidas

MPE RS :: Assistente de
Promotoria de Justiça
FCC
2008

- (a) partindo-se dos bens móveis, até a eliminação do excesso.
- (b) a partir da última doação, até a eliminação do excesso.
- (c) a partir da primeira doação, até a eliminação do excesso.
- (d) partindo-se dos bens imóveis, até a eliminação do excesso.
- (e) conforme a ordem cronológica de idade dos herdeiros, até a eliminação do excesso.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

7.54 PM RECIFE :: Procurador Judicial

Q.433

Origem

Considere os seguintes conceitos estabelecidos pelo Código Civil:

I. O comprador é obrigado a oferecer ao vendedor a coisa que aquele vai vender, ou dar em pagamento, para que este use de seu direito de prelação na compra, tanto por tanto.

II. O vendedor de coisa imóvel pode reservar-se o direito de recobrá-la no prazo máximo de decadência de três anos, restituindo o preço recebido e reembolsando as despesas do comprador, inclusive as que, durante o período de resgate, se efetuaram com a sua autorização escrita, ou para a realização de benfeitorias necessárias.

III. O consignante entrega bens móveis ao consignatário, que fica autorizado a vendê-los, pagando àquele o preço ajustado, salvo se preferir, no prazo estabelecido, restituir-lhe a coisa consignada. Estes conceitos referem-se, respectivamente, aos institutos:

- (a) preempção, retrovenda e contrato estimatório.
- (b) retrovenda, contrato estimatório e preempção.
- (c) contrato estimatório, preempção e retrovenda.
- (d) preempção, contrato estimatório e retrovenda.
- (e) retrovenda, preempção e contrato estimatório.

PM RECIFE :: Procurador
Judicial
FCC
2008

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

7.55 Pref. Recife PE :: Procurador Judicial

Q.434

Origem

Considere os seguintes conceitos estabelecidos pelo Código Civil:

I. O comprador é obrigado a oferecer ao vendedor a coisa que aquele vai vender, ou dar em pagamento, para que este use de seu direito de prelação na compra, tanto por tanto.

II. O vendedor de coisa imóvel pode reservar-se o direito de recobrá-la no prazo máximo de decadência de três anos, restituindo o preço recebido e reembolsando as despesas do comprador, inclusive as que, durante o período de resgate, se efetuaram com a sua autorização escrita, ou para a realização de benfeitorias necessárias.

III. O consignante entrega bens móveis ao consignatário, que fica autorizado a vendê-los, pagando àquele o preço ajustado, salvo se preferir, no prazo estabelecido, restituir-lhe a coisa consignada.

Estes conceitos referem-se, respectivamente, aos institutos:

- (A) preempção, retrovenda e contrato estimatório.
- (B) retrovenda, contrato estimatório e preempção.
- (C) contrato estimatório, preempção e retrovenda.
- (D) preempção, contrato estimatório e retrovenda.
- (E) retrovenda, preempção e contrato estimatório.

Pref. Recife PE :: Procurador
Judicial
FCC
2008

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

7.56 TCE-AL :: Auditor

Q.435

Origem

Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis

TCE-AL :: Auditor
FCC
2008

(a) o empreiteiro de materiais e execução só responderá pela solidez e segurança do trabalho se houver cláusula expressa de responsabilidade objetiva.

(b) o empreiteiro de materiais e execução só responderá pela solidez e segurança do trabalho, mas não em razão dos materiais ou do solo.

(c) o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.

(d) o empreiteiro de materiais e execução, em nenhuma hipótese, responderá pelos defeitos em razão do solo, mas responderá pelos defeitos em razão dos materiais.

(e) o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo prescricional de três anos, pelos defeitos da obra independente de culpa e durante o prazo decadencial de cinco anos, se tiver culpa, cuja demonstração incumbe ao dono da obra.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.436

Origem

Se o imóvel for alienado durante a locação predial urbana, o adquirente

TCE-AL :: Auditor
FCC
2008

- (a) poderá denunciar o contrato, a qualquer tempo, mesmo que ainda esteja dentro do prazo contratual.
- (b) não poderá em nenhuma hipótese denunciar o contrato, antes de seu termo final.
- (c) só poderá denunciar o contrato, se necessitar do imóvel para uso próprio, de ascendente, de descendente ou de seu cônjuge.
- (d) poderá denunciar o contrato, com o prazo de noventa dias para a desocupação, salvo se a locação for por tempo determinado e o contrato contiver cláusula de vigência em caso de alienação e estiver averbado junto à matrícula do imóvel, sendo que a denúncia deverá ser exercida no prazo de noventa dias contados do registro de venda ou de compromisso.
- (e) presume-se concorde na manutenção da locação, se não exercitar a denúncia do contrato no prazo de trinta dias, contados do registro da venda ou do compromisso e, por isto, deve respeitar o ajuste até o termo final de seu prazo.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

7.57 TCE-AL :: Procurador

Q.437

Origem

Pelo contrato de compra e venda, um dos contratantes

TCE-AL :: Procurador
FCC
2008

- (a) se obriga a transferir o domínio de certa coisa e o outro a recebê-lo, mediante o pagamento em dinheiro ou em outros bens.
- (b) transfere o domínio de certa coisa, e o outro, se obriga a pagar-lhe certo preço em dinheiro.
- (c) quando se tratar de venda sobre documento, transfere o domínio da coisa mediante a tradição, obrigando-se a entregar os documentos exigidos pelo contrato, ou pelos usos locais, em prazo fixado de comum acordo entre as partes.
- (d) se obriga a transferir o domínio de certa coisa, e o outro, a pagar-lhe certo preço em dinheiro.
- (e) transfere a propriedade resolúvel de certa coisa, e o outro se obriga a pagar-lhe certo preço em dinheiro, como condição para adquirir o domínio pleno.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

7.58 TJ RR :: Juiz Substituto

Q.438

Origem

Em contrato de financiamento, garantido por alienação fiduciária de coisa móvel

TJ RR :: Juiz Substituto
FCC
2008

- (a) o fiduciante, mantendo sua posse, transfere ao fiduciário a propriedade resolúvel do bem.
- (b) o fiduciário adquire a posse do bem e o fiduciante sua propriedade resolúvel.
- (c) o fiduciante transfere ao fiduciário a propriedade e a posse do bem.
- (d) o fiduciante conserva a propriedade e a posse do bem, apenas conferindo ao fiduciário uma garantia semelhante ao penhor.
- (e) a garantia é em tudo semelhante ao penhor, apenas com a diferença de que o devedor mantém a posse da coisa.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

7.59 TRT 18ª Região :: Analista Judiciário-Área Judiciária

Q.439

Origem

Ocorrendo várias cessões do mesmo crédito, prevalece a que

TRT 18ª Região :: Analista
Judiciário-Área Judiciária
FCC
2008

- (a) for feita em primeiro lugar.
- (b) for feita por escritura pública.
- (c) se completar com a tradição do título do crédito cedido.
- (d) for feita por último.
- (e) abranger todos os seus acessórios.

Assuntos relacionados

Transmissão das obrigações

7.60 TRT - SP :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.440

Origem

A respeito da cessão de crédito, é INCORRETO afirmar:

TRT - SP :: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2008

- (a) Independentemente do conhecimento da cessão pelo devedor, pode o cessionário exercer os atos conservatórios do direito cedido.
- (b) Ocorrendo várias cessões do mesmo crédito, prevalece a que se completar com a tradição do título de crédito cedido.
- (c) Salvo estipulação em contrário, o cedente responde pela solvência do devedor.
- (d) O devedor pode opor ao cessionário as exceções que lhe competirem, bem como as que, no momento em que veio a ter conhecimento da cessão, tinha contra o cedente.
- (e) Na cessão de um crédito, salvo disposição em contrário, abrangem-se todos os seus acessórios.

Assuntos relacionados

Transmissão das obrigações

7.61 PM RECIFE :: Procurador Judicial

Q.441

No que concerne ao adimplemento e extinção das obrigações, é correto afirmar:

- (a) Em regra, a convenção de pagamento em ouro é permitida, sendo nula a convenção de pagamento em moeda estrangeira.
- (b) O pagamento feito pelo devedor ao credor, intimado da penhora feita sobre o crédito, será válido também perante terceiros, não podendo ele ser constrangido a pagar novamente a dívida.
- (c) Se a obrigação tiver por objeto prestação divisível, o credor pode ser obrigado a receber, e o devedor a pagar, por partes, mesmo se assim não se ajustou.
- (d) O terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar; mas não se sub-roga nos direitos do credor.
- (e) Havendo solidariedade passiva no débito no caso de falência de um dos devedores o credor poderá cobrar antecipadamente a dívida de todos os devedores antes de vencido o prazo estipulado em contrato ou estabelecido no Código Civil.

Origem

PM RECIFE :: Procurador
Judicial
FCC
2008

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

7.62 Pref. Recife PE :: Procurador Judicial

Q.442

No que concerne ao adimplemento e extinção das obrigações, é correto afirmar:

- (A) Em regra, a convenção de pagamento em ouro é permitida, sendo nula a convenção de pagamento em moeda estrangeira.
- (B) O pagamento feito pelo devedor ao credor, intimado da penhora feita sobre o crédito, será válido também perante terceiros, não podendo ele ser constrangido a pagar novamente a dívida.
- (C) Se a obrigação tiver por objeto prestação divisível, o credor pode ser obrigado a receber, e o devedor a pagar, por partes, mesmo se assim não se ajustou.
- (D) O terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar; mas não se sub-roga nos direitos do credor.
- (E) Havendo solidariedade passiva no débito no caso de falência de um dos devedores o credor poderá cobrar antecipadamente a dívida de todos os devedores antes de vencido o prazo estipulado em contrato ou estabelecido no Código Civil.

Origem

Pref. Recife PE :: Procurador
Judicial
FCC
2008

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

7.63 TCE-AL :: Auditor

Q.443

Efetivar-se-á o pagamento

- (a) no domicílio do devedor, salvo se as partes convencionarem diversamente, ou se o contrário resultar da lei, da natureza da obrigação ou das circunstâncias.
- (b) no domicílio do credor, salvo se as partes convencionarem diversamente, ou se o contrário resultar da lei, da natureza da obrigação ou das circunstâncias.
- (c) no local onde convencionado pelas partes e, ainda que reiteradamente feito em outro local, não se presume renúncia do credor relativamente ao previsto no contrato.
- (d) ordinariamente, no domicílio do devedor e, sendo designados dois ou mais lugares para o pagamento, caberá, também ao devedor, escolher entre eles.
- (e) no domicílio do credor mas sendo designados dois ou mais lugares para o pagamento, caberá ao devedor escolher entre eles.

Origem

TCE-AL :: Auditor
FCC
2008

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

7.64 TJ RR :: Juiz Substituto

Q.444

Sobre a extinção das obrigações é correto afirmar:

- (a) Obrigando-se por terceiro uma pessoa, poderá compensar essa dívida com a que o credor dele lhe dever.
- (b) O devedor somente pode compensar com o credor o que este lhe dever; mas o fiador pode compensar sua dívida com a de seu credor ao afiançado.
- (c) A confusão operada na pessoa do credor ou devedor solidário extingue toda a obrigação até a equivalência integral dos créditos.
- (d) O credor pode consentir em receber prestação diversa da que lhe é devida, mediante dação em pagamento, mas se for evicto da coisa recebida em pagamento, a quitação não perde seu efeito.
- (e) Em novação subjetiva, sendo insolvente o novo devedor, tem sempre o credor ação regressiva contra o devedor primitivo.

Origem

TJ RR :: Juiz Substituto
FCC
2008

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

7.65 TRF - 5ª Região :: Analista Judiciário - Administrativa

Q.445

Origem

Considere as seguintes assertivas sobre o pagamento no direito das obrigações:

- I. A entrega do título ao devedor firma a presunção do pagamento, mas a quitação ficará sem efeito se o credor provar, em noventa dias, a falta do pagamento.
- II. O terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar, mas não se sub-roga nos direitos do credor.
- III. Ao credor assistirá o direito de cobrar a dívida antes de vencido o prazo estipulado no contrato se os bens, hipotecados ou empenhados, forem penhorados em execução por outro credor.
- IV. Não vale o pagamento cientemente feito ao credor incapaz de quitar, se o devedor não provar que em benefício dele efetivamente reverteu.
- De acordo com o Código Civil Brasileiro é correto o que se afirma APENAS em:

- (a) I e III.
(b) II e IV.
(c) II e III.
(d) II, III e IV.
(e) I, III e IV.

TRF - 5ª Região :: Analista
Judiciário - Administrativa
FCC
2008

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

7.66 TRF - 5ª Região :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.446

Origem

A respeito do pagamento, considere:

- I. O credor é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, se for mais valiosa.
- II. O pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é válido ainda provado depois que não era credor.
- III. É lícito convencionar o aumento progressivo de prestações sucessivas.
- Está correto o que se afirma, APENAS, em

- (a) I.
(b) I e II.
(c) I e III.
(d) II e III.
(e) III.

TRF - 5ª Região :: Analista
Judiciário - Judiciária
FCC
2008

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

7.67 TRT - 18ª Região :: Analista Judiciário- Área Administrativa

Q.447

Origem

Se o credor consentir em receber prestação diversa da que lhe é devida ocorre a

- (a) novação.
- (b) imputação do pagamento.
- (c) dação em pagamento.
- (d) compensação.
- (e) confusão.

TRT - 18ª Região :: Analista
Judiciário-Área Administrativa
FCC
2008

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

7.68 TRT - SP :: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.448

Origem

A respeito do pagamento, é INCORRETO afirmar:

- (a) É lícito convencionar o aumento progressivo de prestações sucessivas.
- (b) O devedor que paga tem direito à quitação regular, mas não pode reter o pagamento, enquanto não lhe seja dada.
- (c) Quando o pagamento for em quotas periódicas, a quitação da última estabelece, até prova em contrário, a presunção de estarem solvidas as anteriores.
- (d) Sendo a quitação do capital sem reserva dos juros, estes presumem-se pagos.
- (e) A entrega do título ao devedor firma a presunção do pagamento.

TRT - SP :: Analista Judiciário -
Execução de Mandados
FCC
2008

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

7.69 TRT - SP :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.449

Origem

A respeito da novação, é correto afirmar:

- (a) A novação por substituição do devedor não pode ser efetivada sem o consentimento deste.
- (b) Importa exoneração do fiador a novação feita sem o seu consentimento com o devedor principal.
- (c) Podem ser objeto de novação, dentre outras modalidades, as obrigações extintas.
- (d) Se o novo devedor for insolvente e não tiver havido má-fé na substituição, tem o credor, que o aceitou, ação regressiva contra o primeiro.
- (e) A novação em nenhuma hipótese pode acarretar a extinção dos acessórios e garantias da dívida.

TRT - SP :: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2008

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

7.70 TJ RR :: Juiz Substituto

Q.450

O bem de família

- (a) regulado pela lei especial, está isento de quaisquer execução por dívida, exceto se decorrente de fiança prestada em contrato de locação ou de tributos e despesas condominiais incidentes sobre o imóvel.
- (b) instituído pelos cônjuges ou entidade familiar mediante escritura pública poderá abranger prédio residencial urbano ou rural, com suas pertencas e acessórios, destinando-se em ambos os casos a domicílio familiar, e poderá abranger valores mobiliários, cuja renda será aplicada na conservação do imóvel e no sustento da família.
- (c) não poderá consistir do imóvel mais valioso dos cônjuges se estes possuírem outro de menor valor, nem de quaisquer outros bens móveis, ainda que instituído mediante escritura pública ou testamento.
- (d) regulado pela lei especial, será sempre considerado o imóvel residencial de maior valor, quando mais de um existir na mesma localidade.
- (e) em nenhuma hipótese, para fins de impenhorabilidade, poderá incluir os móveis e utensílios da casa de moradia se esta não pertencer ao dono daqueles.

Origem

TJ RR :: Juiz Substituto
FCC
2008

Assuntos relacionados

Bem de família

7.71 TRT - 18ª Região :: Analista Judiciário- Área Judiciária - Especialidade Execução

Q.451

A impenhorabilidade do bem de família pode ser oposta, dentre outros, em processo de execução movido

- (a) pelo credor de pensão alimentícia.
- (b) pela Fazenda Nacional, para cobrança do Imposto de Renda.
- (c) para execução de hipoteca sobre o imóvel oferecido como garantia real pelo casal ou pela entidade familiar.
- (d) em razão de créditos das contribuições previdenciárias de trabalhadores da própria residência.
- (e) por ter sido adquirido com produto de crime.

Origem

TRT - 18ª Região :: Analista
Judiciário-Área Judiciária -
Especialidade Execução
FCC
2008

Assuntos relacionados

Bem de família

7.72 TRT - AL :: Analista Judiciário - Área Judiciária

Q.452

Origem

Considere as assertivas abaixo sobre impenhorabilidade do bem de família.

I. Na hipótese do casal, ou entidade familiar, ser possuidor de vários imóveis utilizados como residência, a impenhorabilidade recairá sobre o de maior valor, salvo se outro tiver sido registrado, para esse fim, no Registro de Imóveis, na forma da lei civil.

II. O único imóvel residencial, ainda que em construção, encontra-se protegido pelo benefício da impenhorabilidade, na medida em que o devedor e sua família pretendem nele residir permanentemente após a conclusão das obras.

III. A impenhorabilidade não é oponível em processo de execução civil movido pelo credor de pensão alimentícia decorrente de vínculos familiares.

IV. É passível de penhora o imóvel residencial da família, quando a execução se referir a contribuições condominiais sobre ele incidentes.

É correto o que afirma APENAS em

- (a) I, II e III.
- (b) III e IV.
- (c) II, III e IV.
- (d) I e II.
- (e) I, III e IV.

TRT - AL :: Analista Judiciário -
Área Judiciária
FCC
2008

Assuntos relacionados

Bem de família

7.73 PM RECIFE :: Procurador Judicial

Q.453

Origem

O prazo para ser intentada a ação de anulação do casamento, a contar da data da celebração, se incompetente a autoridade celebrante, é de

- (a) 180 dias.
- (b) 01 ano.
- (c) 02 anos.
- (d) 03 anos.
- (e) 04 anos.

PM RECIFE :: Procurador
Judicial
FCC
2008

Assuntos relacionados

Casamento

7.74 Pref. Recife PE :: Procurador Judicial

Q.454

Origem

O prazo para ser intentada a ação de anulação do casamento, a contar da data da celebração, se incompetente a autoridade celebrante, é de

- (A) 180 dias.
- (B) 01 ano.
- (C) 02 anos.
- (D) 03 anos.
- (E) 04 anos.

Pref. Recife PE :: Procurador
Judicial
FCC
2008

Assuntos relacionados

Casamento

7.75 MPE RS :: Secretário de Diligências

Q.455

De acordo com o Código Civil brasileiro, com relação ao domicílio é certo que

- (a) ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde tiver nascido.
- (b) se a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio seu o lugar onde residem seus ascendentes.
- (c) o domicílio do marítimo é a sede do comando a que se encontrar imediatamente subordinado.
- (d) tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.
- (e) se a pessoa natural exercer profissão em lugares diversos, será considerado domicílio o local onde estiver situada a sede da empresa empregadora.

Origem

MPE RS :: Secretário de
Diligências
FCC
2008

Assuntos relacionados

Domicílio

7.76 TCE-AL :: Auditor

Q.456

A pessoa natural que não tenha residência habitual

- (a) considera-se domiciliada no último lugar onde o teve.
- (b) não tem domicílio.
- (c) terá por domicílio o lugar onde for encontrada.
- (d) terá por domicílio a Capital Federal.
- (e) terá por domicílio o local onde nasceu ou onde tiver sido registrada no serviço de Registro Civil.

Origem

TCE-AL :: Auditor
FCC
2008

Assuntos relacionados

Domicílio

7.77 TCE-AL :: Procurador

Q.457

A pessoa natural tem domicílio plural

- (a) quando for itinerante.
- (b) quanto às relações concorrentes à profissão, quando a exercer em lugares diferentes.
- (c) se for absoluta ou relativamente incapaz, e residir em lugar diverso de seu representante ou assistente.
- (d) se for militar da Marinha ou da Aeronáutica.
- (e) se for servidor público ou preso que aguarda julgamento.

Origem

TCE-AL :: Procurador
FCC
2008

Assuntos relacionados

Domicílio

7.78 TRT - 18ª Região :: Analista Judiciário- Área Administrativa

Q.458

Origem

O domicílio do marítimo é onde

- (a) estabeleceu sua residência com ânimo definitivo.
- (b) o navio estiver matriculado.
- (c) o navio estiver atracado.
- (d) for encontrado.
- (e) residir sua família.

TRT - 18ª Região :: Analista
Judiciário-Área Administrativa
FCC
2008

Assuntos relacionados

Domicílio

7.79 TRT - SP :: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.459

Origem

Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso. É certo que o domicílio do

- (a) servidor é o lugar em que tomou posse do cargo público.
- (b) incapaz é o lugar do seu nascimento.
- (c) preso é o lugar em que cumprir a sentença.
- (d) militar é o lugar onde residir a sua família.
- (e) marítimo é o lugar onde o navio estiver atracado.

TRT - SP :: Analista Judiciário -
Execução de Mandados
FCC
2008

Assuntos relacionados

Domicílio

7.80 TRT - SP :: Analista Judiciário - Admin- istrativa

Q.460

Origem

A respeito do inadimplemento das obrigações, é INCORRETO afirmar:

- (a) Não havendo fato ou omissão imputável ao devedor, não incorre este em mora.
- (b) Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora a partir do momento em que for interpelado judicial ou extrajudicialmente.
- (c) O inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, no seu termo, constitui de pleno direito em mora o devedor.
- (d) Considera-se em mora o credor que não quiser receber o pagamento, no tempo, lugar e forma que a convenção estabelecer.
- (e) Nas obrigações negativas, o devedor é havido por inadimplente desde o dia em que executou o ato de que devia se abster.

TRT - SP :: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2008

Assuntos relacionados

Inadimplemento das obrigações

7.81 METRO - SP :: Advogado Trainee

Q.461

Origem

De acordo com as normas previstas no Código Civil brasileiro, com relação à hipoteca, considere:

I. A hipoteca não abrange todas as acessões, melhoramentos ou construções do imóvel.

II. O dono do imóvel hipotecado pode constituir outra hipoteca sobre ele, mediante novo título, em favor do mesmo ou de outro credor.

III. Salvo o caso de insolvência do devedor, o credor da segunda hipoteca, embora vencida, não poderá executar o imóvel antes de vencida a primeira.

IV. Dentro de noventa dias, contados do registro do título aquisitivo, tem o adquirente do imóvel hipotecado o direito de remi-lo, citando os credores hipotecários e propondo importância não inferior ao preço por que o adquiriu. Está correto o que consta SOMENTE em

- (a) I e IV.
- (b) II e IV.
- (c) II e III.
- (d) I e III.
- (e) III e IV.

METRO - SP :: Advogado Trainee
FCC
2008

Assuntos relacionados

Penhor
Hipoteca
Anticrese

7.82 PM RECIFE :: Procurador Judicial

Q.462

Origem

Com referência aos direitos reais de garantia, é INCORRETO afirmar:

- (a) A coisa comum a dois ou mais proprietários não pode ser dada em garantia real, na sua totalidade, sem o consentimento de todos.
- (b) Os sucessores do devedor não podem remir parcialmente a hipoteca na proporção dos seus quinhões; qualquer deles, porém, pode fazê-lo no todo.
- (c) A dívida estará vencida antecipadamente se perecer o bem dado em garantia, e não for substituído, não sendo compreendidos os juros correspondentes ao tempo ainda não decorrido.
- (d) É nula a cláusula que autoriza o credor hipotecário a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento, bem como é vedado ao devedor dar a coisa em pagamento da dívida após o vencimento.
- (e) A propriedade superveniente torna eficaz, desde o registro, as garantias reais estabelecidas por quem não era dono.

PM RECIFE :: Procurador
Judicial
FCC
2008

Assuntos relacionados

Penhor
Hipoteca
Anticrese

7.83 Pref. Recife PE :: Procurador Judicial

Q.463

Com referência aos direitos reais de garantia, é INCORRETO afirmar:

- (A) A coisa comum a dois ou mais proprietários não pode ser dada em garantia real, na sua totalidade, sem o consentimento de todos.
- (B) Os sucessores do devedor não podem remir parcialmente a hipoteca na proporção dos seus quinhões; qualquer deles, porém, pode fazê-lo no todo.
- (C) A dívida estará vencida antecipadamente se perecer o bem dado em garantia, e não for substituído, não sendo compreendidos os juros correspondentes ao tempo ainda não decorrido.
- (D) É nula a cláusula que autoriza o credor hipotecário a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento, bem como é vedado ao devedor dar a coisa em pagamento da dívida após o vencimento.
- (E) A propriedade superveniente torna eficaz, desde o registro, as garantias reais estabelecidas por quem não era dono.

Origem

Pref. Recife PE :: Procurador
Judicial
FCC
2008

Assuntos relacionados

Penhor
Hipoteca
Anticrese

7.84 TJ RR :: Juiz Substituto

Q.464

Os alimentos serão devidos

- (a) se o cônjuge declarado culpado vier a necessitar de alimentos, e não tiver parentes em condições de prestá-los, nem aptidão para o trabalho, pelo outro cônjuge, fixando o juiz o valor indispensável à sobrevivência.
- (b) somente entre pais e filhos ou entre cônjuges.
- (c) entre irmãos germanos, mas não entre os unilaterais, nos casos previstos em lei.
- (d) pelos ascendentes, recaindo a obrigação independentemente do grau de proximidade.
- (e) sempre na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada.

Origem

TJ RR :: Juiz Substituto
FCC
2008

Assuntos relacionados

Alimentos

7.85 Pref. de São Paulo :: Procurador do Município

Q.465

Origem

Analise as seguintes afirmativas:

I. A manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento.

II. O silêncio sempre importará anuência, como manifestação da vontade, quando as circunstâncias ou os usos locais o autorizarem.

III. Nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem.

IV. A inobservância da forma prescrita em lei determina a nulidade relativa dos negócios jurídicos, porque a validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.

V. O falso motivo só vicia a declaração de vontade quando expresso como razão determinante.

Estão corretas as afirmativas

- (a) I, II e III.
- (b) I, II e IV.
- (c) I, III e V.
- (d) II, III e V.
- (e) III, IV e V.

Pref. de São Paulo :: Procurador
do Município
FCC
2008

Assuntos relacionados

Contratos

7.86 TCE-AL :: Procurador

Q.466

Origem

O prazo estabelecido no contrato, para manifestação da vontade, a fim de obstar-lhe a renovação é

TCE-AL :: Procurador
FCC
2008

(a) decadencial e o juiz deve suprir a alegação da parte a quem aproveita.

(b) decadencial, mas o juiz não pode suprir a alegação da parte a quem aproveita.

(c) prescricional, mas o juiz não pode suprir a alegação da parte a quem aproveita.

(d) prescricional, e o juiz deve suprir a alegação da parte a quem aproveita.

(e) de simples garantia do interesse da parte, podendo ser qualificado como decadencial, ou prescricional, conforme seja a ação a ser proposta constitutiva ou condenatória.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.467

Origem

Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor

TCE-AL :: Procurador
FCC
2008

Assuntos relacionados

Contratos

- (a) pedir a resolução do contrato, retroagindo os efeitos da sentença à data da citação, mas a resolução poderá ser evitada oferecendo-se o réu a modificar equitativamente as condições do contrato.
 - (b) pedir a revisão das cláusulas para assegurar o quanto possível o valor real da prestação, mas não poderá pedir a resolução do contrato.
 - (c) pedir a resolução do contrato, produzindo-se os efeitos da sentença a partir do trânsito em julgado, salvo se concedida pelo juiz antecipação da tutela, mas a resolução poderá ser evitada, oferecendo-se o réu a modificar equitativamente as condições do contrato.
 - (d) apenas pedir a resolução do contrato, mas não poderá pedir a revisão de cláusulas, ainda que para assegurar o equilíbrio das prestações.
 - (e) pedir remissão da dívida, no que exceder o valor total de seus bens, porque estará caracterizado seu estado de insolvabilidade.
-

7.87 TRF - 5^a Região :: Analista Judiciário - Administrativa

Q.468

Origem

No que concerne à evicção, nos termos preconizados pelo Código Civil, é certo que

TRF - 5^a Região :: Analista
Judiciário - Administrativa
FCC
2008

Assuntos relacionados

Contratos

- (a) apenas as benfeitorias necessárias, não abonadas ao que sofreu a evicção, serão pagas pelo alienante.
 - (b) o alienante não responde pela evicção nos contratos onerosos se a aquisição se tenha realizado em hasta pública.
 - (c) sendo ela parcial, mas não considerável, caberá ao evicto somente direito à indenização.
 - (d) o adquirente poderá demandar pela evicção, se sabia que a coisa era alheia ou litigiosa.
 - (e) havendo cláusula que exclui a garantia contra a evicção, se esta se der, o evicto não terá direito de receber o preço que pagou pela coisa evicta, se não soube do risco da evicção.
-

7.88 TRF - 5ª Região :: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.469

Origem

A respeito dos vícios redibitórios, considere:

I. A coisa recebida em virtude de doação onerosa pode ser enjeitada por vícios ou defeitos ocultos que a tornem imprópria ao uso a que é destinada.

II. Se o alienante não conhecia o vício ou defeito da coisa, restituirá o que recebeu, com perdas e danos.

III. A responsabilidade do alienante subsiste ainda que a coisa pereça em poder do alienatário, se perecer por vício oculto, já existente ao tempo da tradição.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (a) I e III.
- (b) I e II.
- (c) II e III.
- (d) II.
- (e) III.

TRF - 5ª Região :: Analista
Judiciário - Execução de
Mandados
FCC
2008

Assuntos relacionados

Contratos

7.89 TRF - 5ª Região :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.470

Origem

A respeito da evicção, nos contratos onerosos, é correto afirmar que

(a) o alienante responde pela evicção mesmo se a aquisição tiver se realizado em hasta pública.

(b) as partes não podem, por cláusula expressa, reforçar a responsabilidade pela evicção.

(c) não subsiste para o alienante essa obrigação, se a coisa alienada estiver deteriorada, mesmo havendo dolo do adquirente.

(d) o adquirente pode demandar pela evicção mesmo sabendo que a coisa era litigiosa.

(e) as partes não podem, por cláusula expressa, excluir a responsabilidade pela evicção.

TRF - 5ª Região :: Analista
Judiciário - Judiciária
FCC
2008

Assuntos relacionados

Contratos

7.90 TRT - AL :: Analista Judiciário - Área Judiciária

Q.471

Origem

A respeito da evicção, é correto afirmar:

TRT - AL :: Analista Judiciário -
Área Judiciária
FCC
2008

- (a) O preço, na evicção total, será sempre o valor constante do contrato.
- (b) A responsabilidade pela evicção não pode ser excluída pelas partes, através de cláusula contratual.
- (c) O adquirente pode demandar pela evicção mesmo sabendo que a coisa era litigiosa.
- (d) As benfeitorias necessárias ou úteis, não abonadas ao que sofreu a evicção, serão pagas pelo alienante.
- (e) Não subsiste a garantia da evicção, se a aquisição tiver sido realizada em hasta pública.

Assuntos relacionados

Contratos

7.91 MPE RS :: Secretário de Diligências

Q.472

Origem

Mário tem 5 anos e é filho de Joana e de André. Gilberto, irmão de Joana, pretende viajar para Gramado-RS, com seu sobrinho sem a companhia de sua irmã e de seu marido André. Considerando que Gilberto possui 30 anos de idade e que todos residem em Porto Alegre, para essa viagem Gilberto

MPE RS :: Secretário de
Diligências
FCC
2008

- (a) não precisará de expressa autorização judicial, não havendo, também necessidade de comprovação documental do parentesco.
- (b) precisará de expressa autorização judicial, havendo dispositivo legal neste sentido.
- (c) não precisará de expressa autorização judicial, desde que comprove documentalmente o parentesco.
- (d) precisará de expressa autorização judicial ou de autorização dos pais mediante escritura pública.
- (e) precisará de expressa autorização judicial ou de autorização de Joana mediante escritura pública.

Assuntos relacionados

Estatuto da criança e do
adolescente

Q.473

Origem

Considera-se criança, para os efeitos das normas contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente, a pessoa até

MPE RS :: Secretário de
Diligências
FCC
2008

- (a) doze anos de idade incompletos.
- (b) doze anos de idade completos.
- (c) treze anos de idade incompletos.
- (d) treze anos de idade completos.
- (e) quatorze anos de idade incompletos.

Assuntos relacionados

Estatuto da criança e do
adolescente

7.92 Pref. de São Paulo :: Procurador do Município

Q.474

Origem

Toda criança ou adolescente terá acesso às diversões e espetáculos públicos classificados como adequados à sua faixa etária, porém, deverão estar na companhia dos pais ou responsáveis se menores de

Pref. de São Paulo :: Procurador
do Município
FCC
2008

- (a) dezesseis anos.
- (b) quinze anos.
- (c) quatorze anos.
- (d) doze anos.
- (e) dez anos.

Assuntos relacionados

Estatuto da criança e do
adolescente

Q.475

Origem

O Conselho Tutelar é órgão permanente

Pref. de São Paulo :: Procurador
do Município
FCC
2008

- (a) que será criado pelos municípios, composto por, no mínimo, dez (10) membros, eleitos pela comunidade local, para mandato de quatro (04) anos, incumbido de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.
- (b) vinculado ao Juizado da Infância e da Juventude, encarregado de zelar pelo conjunto dos direitos da criança e do adolescente, definidos em lei.
- (c) e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento de direitos da criança e do adolescente.
- (d) vinculado à Secretaria Municipal incumbida de zelar pelo conjunto dos direitos da criança e do adolescente, composto de cinco (05) membros, eleitos pela comunidade local para mandato com o prazo fixado pela Lei Orgânica do Município.
- (e) composto de, no mínimo, cinco (05) membros indicados pela Câmara Municipal entre residentes no município, com idade superior a vinte e um (21) anos e de reconhecida idoneidade moral, incumbido de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

Assuntos relacionados

Estatuto da criança e do
adolescente

7.93 METRO - SP :: Advogado Trainee

Q.476

Origem

Quando forem constatados vícios de qualidade por inadequação ou insegurança do produto ou serviço, poderá ser aplicada ao fornecedor pela autoridade administrativa, mediante procedimento administrativo, assegurada ampla defesa, não sendo caso de reincidência na prática das infrações de maior gravidade previstas na Lei no 8078/90, a sanção de

METRO - SP :: Advogado Trainee
FCC
2008

Assuntos relacionados

- (a) cassação de alvará de licença.
- (b) suspensão do fornecimento de produto ou serviço.
- (c) interdição.
- (d) suspensão temporária da atividade.
- (e) intervenção administrativa.

Direito civil

7.94 MPE - PE :: Promotor de Justiça

Q.477

Origem

A respeito do bem de família, é certo que

MPE - PE :: Promotor de Justiça
FCC
2008

- (a) os valores mobiliários constituídos como bem de família só podem ser alienados com o consentimento dos interessados e seus representantes legais, ouvido o Ministério Público.
- (b) dissolvida a sociedade conjugal pela morte de um dos cônjuges, o sobrevivente não poderá pedir a extinção do bem de família, se for o único bem do casal.
- (c) podem os cônjuges, mediante escritura pública, destinar até 2/3 (dois terços) do patrimônio líquido do casal existente à época da instituição para instituir bem de família.
- (d) o bem de família é isento de execução por dívidas anteriores e posteriores à sua instituição, salvo as que provierem de tributos relativos ao prédio, ou despesas de condomínio.
- (e) o prédio considerado bem de família pode ser alienado com o consentimento do núcleo familiar, dispensada a atuação do Ministério Público.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.478

Origem

No Registro de Imóveis será feita, dentre outras, a averbação

MPE - PE :: Promotor de Justiça
FCC
2008

- (a) da arrematação e da adjudicação em hasta pública.
- (b) dos formais de partilha.
- (c) da servidão ambiental.
- (d) da permuta.
- (e) da dação em pagamento.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.479

Origem

O divórcio

MPE - PE :: Promotor de Justiça
FCC
2008

- (a) poderá ser requerido pelos ascendentes, descendentes ou irmãos dos cônjuges, ainda que ambos sejam capazes.
- (b) não poderá ser concedido sem que haja prévia partilha de bens, ainda que móveis de qualquer natureza.
- (c) poderá ser requerido pelo curador, pelos ascendentes ou pelo irmão se o cônjuge for incapaz para propor a ação.
- (d) resultante da conversão da separação judicial dos cônjuges será declarado por sentença, da qual deverá constar a causa que o determinou.
- (e) modificará os direitos e deveres dos pais em relação aos filhos.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.480

Origem

A legislação civil prevê que no regime de comunhão parcial entram na comunhão

MPE - PE :: Promotor de Justiça
FCC
2008

- (a) as pensões, meio-soldos, montepios e outras rendas semelhantes.
- (b) os bens que sobrevierem a cada cônjuge, na constância do casamento, por doação.
- (c) as obrigações provenientes de atos ilícitos quando não reverterem em proveito do casal.
- (d) os proventos do trabalho pessoal de cada cônjuge.
- (e) as benfeitorias em bens particulares de cada cônjuge.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.481

Origem

A indenização por injúria, difamação ou calúnia, se o ofendido não puder provar prejuízo material, será fixada pelo juiz

MPE - PE :: Promotor de Justiça
FCC
2008

- (a) entre cinquenta e cem vezes o maior salário mínimo vigente no país.
- (b) no dobro da multa no grau máximo da pena criminal correspondente.
- (c) em até três vezes do valor da multa no grau máximo da pena criminal correspondente.
- (d) equitativamente, na conformidade das circunstâncias do caso.
- (e) entre cinco e cem vezes o maior salário mínimo vigente no país.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.482

Origem

Consideram-se, dentre outros, bem móveis para os efeitos legais

MPE - PE :: Promotor de Justiça
FCC
2008

- (a) as energias que tenham valor econômico.
- (b) o direito à sucessão aberta decorrente da declaração de ausência ou óbito.
- (c) as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local.
- (d) os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reintegrarem.
- (e) os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.483

Origem

No que tange a aspectos do usufruto, é certo que

MPE - PE :: Promotor de Justiça
FCC
2008

- (a) o usufrutuário pode ceder o seu exercício por título oneroso.
- (b) o usufruto só pode recair em bens imóveis.
- (c) o doador está obrigado à caução se reservar o usufruto da coisa doada.
- (d) o usufrutuário é obrigado a pagar as deteriorações resultantes do exercício regular do usufruto.
- (e) os frutos civis, vencidos na data inicial do usufruto, pertencem ao usufrutuário.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.484

Origem

Tendo em vista o instituto da adoção, observa-se que, dentre outras situações

MPE - PE :: Promotor de Justiça
FCC
2008

- (a) o adotante há de ser no mínimo 10 anos e no máximo 15 anos mais velho que o adotado.
- (b) extinguem-se os vínculos de filiação entre o adotado e o cônjuge do adotante e os respectivos parentes, se um dos cônjuges adota o filho do outro.
- (c) será admitida a adoção de um menor por duas pessoas, ainda que não sejam marido e mulher ou não vivam em união estável, se isso implicar em efetivo benefício para o adotante.
- (d) as relações de parentesco se estabelecem não só entre o adotante e o adotado, como também entre aquele e os descendentes deste e entre o adotado e todos os parentes do adotante.
- (e) a adoção atribui a situação de filho ao adotado, desligando-o de qualquer vínculo com os pais e parentes consangüíneos, inclusive quanto aos impedimentos para o casamento.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.485

Origem

Dentre outros, são considerados limites e modificadores da responsabilidade penal e da capacidade civil, mas de natureza psicopatológica, os seguintes:

MPE - PE :: Promotor de Justiça
FCC
2008

- (a) afasia, sonambulismo e hipnotismo.
- (b) prodigalidade, neuroses e idade.
- (c) agonia dos moribundos, hipnotismo e deficiências de inteligência.
- (d) emoção e paixão, surdo-mudez e dependência de drogas.
- (e) psicologia coletiva das multidões, causa e circunstâncias do crime e doenças mentais.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.486

Origem

A respeito da eficácia da lei no tempo e no espaço, é correto afirmar:

MPE - PE :: Promotor de Justiça
FCC
2008

- (a) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país na data de sua publicação.
- (b) O regime de bens convencional, sendo os nubentes domiciliados em países diversos, obedece à lei do país do primeiro domicílio conjugal, independentemente do lugar da celebração.
- (c) Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia 45 dias depois de oficialmente publicada.
- (d) As correções a texto de lei já publicada e em vigor não se consideram lei nova.
- (e) Se a lei revogadora perder a vigência, a lei revogada se restaura, independentemente de disposição nesse sentido.

Assuntos relacionados

Direito civil

7.95 MPE RS :: Secretário de Diligências

Q.487

Origem

Paulo resolveu suicidar-se. Pedro forneceu-lhe veneno. Paulo contratou João para, sabendo tratar-se de veneno, injetar-lhe a referida substância, que ocasionou-lhe a morte. Nesse caso,

MPE RS :: Secretário de
Diligências
FCC
2008

- (a) Pedro responderá por homicídio e João por auxílio a suicídio.
- (b) Pedro e João responderão por homicídio.
- (c) Pedro e João responderão por auxílio a suicídio.
- (d) Pedro não responderá por nenhum crime e João por auxílio a suicídio.
- (e) Pedro responderá por auxílio a suicídio e João por homicídio.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.488

Origem

No que concerne aos delitos de falsidade documental, NÃO se equiparam ao documento público

MPE RS :: Secretário de
Diligências
FCC
2008

- (a) os títulos ao portador.
- (b) as declarações assinadas por particular com firma reconhecida.
- (c) os testamentos particulares.
- (d) os títulos transmissíveis por endosso.
- (e) os livros mercantis.

Assuntos relacionados

Direito civil

7.96 Pref. de São Paulo :: Procurador do Município

Q.489

Origem

O Conpresp (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo) decidiu iniciar processo de tombamento de um imóvel situado na Avenida Angélica, na cidade de São Paulo. NÃO se enquadra como possível "considerando" da Resolução relativa ao tombamento deste imóvel:

Pref. de São Paulo :: Procurador
do Município
FCC
2008

- (a) "Considerando o valor que as peças construídas nas oficinas da residência pelo artesão e imigrante alemão que lá vivia têm para o folclore e a cultura alemãs."
- (b) "Considerando o valor ambiental do conjunto residência-vegetação na paisagem local, sobretudo pela grande verticalização existente na porção final da Avenida Angélica."
- (c) "Considerando o valor urbanístico definido pela implantação da construção em exíguo terreno, com características dimensionais que ainda guardam resquícios do parcelamento do solo da época colonial."
- (d) "Considerando o seu valor histórico e documental com significativo testemunho de um modo de morar paulistano de classe média do início do século 20 e um dos últimos remanescentes deste tipo de moradia na região próxima do espigão da Avenida Paulista."
- (e) "Considerando o valor arquitetônico e técnico-construtivo da antiga residência X, localizada na Avenida Angélica, assim conhecida devido ao seu antigo construtor e proprietário, o artesão e imigrante alemão X."

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.490

Origem

O meio ambiente ecologicamente equilibrado

Pref. de São Paulo :: Procurador
do Município
FCC
2008

(a) não é considerado pela Constituição Federal como bem, porque se acha fora do comércio.

(b) é considerado pela Constituição Federal como bem público, cuja defesa compete exclusivamente à União.

(c) não se considera bem de uso comum do povo, porque sua defesa impõe restrições ao direito de propriedade.

(d) se insere entre os bens dominiais da União, mas cuja defesa compete, também, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal.

(e) constitui bem de uso comum do povo, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo.

Assuntos relacionados

Direito civil

7.97 TCE-AL :: Procurador

Q.491

Origem

O comerciante será responsável por fato do produto,

TCE-AL :: Procurador
FCC
2008

(a) quando o produto for fornecido sem identificação clara do seu fabricante, produtor, construtor ou importador.

(b) somente se não conservar adequadamente os produtos perecíveis.

(c) se, embora identificado o fabricante, este vier a falir ou cair em insolvência, impossibilitando a indenização do consumidor.

(d) apenas se o fabricante ou produtor não puder ser identificado.

(e) sempre que o consumidor preferir demandá-lo em lugar do fabricante, dada a responsabilidade solidária de ambos, podendo, porém, exercer direito de regresso contra o fabricante. DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Assuntos relacionados

Direito civil

7.98 TRT - 19ª Região :: Analista Judiciário - Administrativa

Q.492

Origem

Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora

TRT - 19ª Região :: Analista
Judiciário - Administrativa
FCC
2008

(a) desde a prática do ato.

(b) a partir da interpelação extrajudicial.

(c) a partir da interpelação judicial.

(d) a partir da propositura da ação.

(e) a partir da citação.

Assuntos relacionados

Direito civil

7.99 TRT - 19ª Região :: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.493

Origem

A respeito da evicção, é correto afirmar:

- (a) O preço, na evicção total, será sempre o valor constante do contrato.
- (b) A responsabilidade pela evicção não pode ser excluída pelas partes, através de cláusula contratual.
- (c) O adquirente pode demandar pela evicção mesmo sabendo que a coisa era litigiosa.
- (d) As benfeitorias necessárias ou úteis, não abonadas ao que sofreu a evicção, serão pagas pelo alienante.
- (e) Não subsiste a garantia da evicção, se a aquisição tiver sido realizada em hasta pública.

TRT - 19ª Região :: Analista
Judiciário - Execução de
Mandados
FCC
2008

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.494

Origem

A pretensão de cobrança de dívida, decorrente do descumprimento de contrato verbal de empréstimo em dinheiro prescreve em

- (a) 2 anos.
- (b) 3 anos.
- (c) 4 anos.
- (d) 5 anos.
- (e) 10 anos.

TRT - 19ª Região :: Analista
Judiciário - Execução de
Mandados
FCC
2008

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.495

Origem

Numa assembléia de sociedade limitada com mais de dez sócios, será tomada pelos votos correspondentes, no mínimo, a três quartos do capital social, dentre outras, a deliberação referente

- (a) à aprovação das contas da administração.
- (b) ao julgamento das contas dos liquidantes.
- (c) à modificação do contrato social.
- (d) ao pedido de concordata.
- (e) à nomeação dos liquidantes.

TRT - 19ª Região :: Analista
Judiciário - Execução de
Mandados
FCC
2008

Assuntos relacionados

Direito civil

7.100 Pref. de São Paulo :: Procurador do Município

Q.496

Origem

Considere as disposições legais abaixo. Lei de Introdução ao Código Civil "Art. 6º A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada. §2º Consideram-se adquiridos assim os direitos que o seu titular, ou alguém por ele, possa exercer, como aqueles cujo começo do exercício tenha termo préfixo, ou condição preestabelecida inalterável, a arbítrio de outrem." "Art. 9º Para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país em que se constituírem. §2º A obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o proponente." Código Civil "Art. 125 Subordinando-se a eficácia do negócio jurídico à condição suspensiva, enquanto esta se não verificar, não se terá adquirido o direito, a que ele visa." "Art. 435 Reputar-se-á celebrado o contrato no lugar em que foi proposto." É correto afirmar que

Pref. de São Paulo :: Procurador do Município
FCC
2008

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

- (a) as disposições transcritas da Lei de Introdução ao Código Civil acham-se em vigor, porque os artigos 125 e 435 do Código Civil consideram-se inconstitucionais.
- (b) os artigos 125 e 435 do Código Civil, por serem posteriores, revogaram os parágrafos 2º dos artigos 6º e 9º da Lei de Introdução ao Código Civil.
- (c) o Código Civil revogou, apenas, o §2º do artigo 6º, mas não o §2º do artigo 9º da Lei de Introdução ao Código Civil.
- (d) o Código Civil revogou, apenas, o §2º do artigo 9º, mas não o §2º do artigo 6º da Lei de Introdução ao Código Civil.
- (e) todas as disposições legais transcritas acham-se em vigor, porque inexistente incompatibilidade entre qualquer delas em relação a outra.

7.101 TCE-AL :: Auditor

Q.497

Origem

Sobre a reconstituição da lei, é correto afirmar:

TCE-AL :: Auditor
FCC
2008

- (a) Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- (b) A lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- (c) A lei revogada jamais se restaura, devendo seu conteúdo ser objeto de outra lei, para que suas disposições voltem a vigorar.
- (d) A legislação brasileira não contém disposição sobre esta matéria.
- (e) As leis temporárias se restauram automática e periodicamente.

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

7.102 TCE-AL :: Procurador

Q.498

O servidor X contava treze (13) anos de serviço público estadual, quando entrou em vigor nova lei, que aboliu adicionais sobre os vencimentos a cada cinco (05) anos de serviço. Neste caso, X

- (a) manterá sem seu patrimônio o equivalente aos dois (02) adicionais pelos dez (10) anos completos e mais 30(b) a partir da nova lei, perderá os adicionais que havia conquistado, pois só tem direito adquirido àqueles vencidos, que, eventualmente, estivessem pendentes de pagamento.
- (c) continuará adquirindo o direito aos adicionais a cada cinco (05) anos de serviço, que se completarem.
- (d) adquirirá apenas mais um adicional, quando se completar o terceiro período de cinco (05) anos.
- (e) manterá em seu patrimônio dois (02) adicionais, mas não obterá o terceiro.

Origem

TCE-AL :: Procurador
FCC
2008

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

7.103 TJ RR :: Juiz Substituto

Q.499

Com a nova publicação da lei, destinada a correção,

- (a) em nenhuma hipótese haverá novo prazo para entrar em vigor.
- (b) se depois de entrar a lei em vigor, a correção não se considerará lei nova.
- (c) se antes de ela entrar em vigor, a vacatio legis começará a correr da nova publicação.
- (d) se depois de entrar em vigor, será retroativa à data da primeira publicação.
- (e) se antes de ela entrar em vigor, a vacatio legis consistirá do prazo restante contado desde a primeira publicação.

Origem

TJ RR :: Juiz Substituto
FCC
2008

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

7.104 TRT - 18ª Região :: Analista Judiciário- Área Judiciária - Especialidade Execução

Q.500

A sucessão do ausente obedece a lei do país

- (a) onde foi visto pela última vez.
- (b) em que se situam seus bens imóveis.
- (c) onde ocorreu o desaparecimento.
- (d) em que era domiciliado o desaparecido.
- (e) onde residirem seus filhos.

Origem

TRT - 18ª Região :: Analista
Judiciário-Área Judiciária -
Especialidade Execução
FCC
2008

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

7.105 TRT - SP :: Analista Judiciário - Administrativa

Q.501

Origem

A respeito da Lei de Introdução ao Código Civil brasileiro, considere:
I. O penhor regula-se pela lei do domicílio que tiver a pessoa, em cuja posse se encontre a coisa empenhada.
II. A obrigação resultante de contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o proponente.
III. A lei do domicílio do herdeiro ou legatário regula a capacidade para suceder.
IV. Dependem de homologação as sentenças meramente declaratórias do estado das pessoas proferidas no estrangeiro.
Está correto o que consta APENAS em

TRT - SP :: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2008

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

- (a) I, II e III.
- (b) II e III.
- (c) I e IV.
- (d) II, III e IV.
- (e) III e IV.

7.106 TRT - SP :: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.502

Origem

A respeito da Lei de Introdução ao Código Civil brasileiro, considere:
I. Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país na data da sua publicação.
II. Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia 45 dias depois de oficialmente publicada.
III. As correções de texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.
IV. A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
É correto o que consta APENAS em

TRT - SP :: Analista Judiciário -
Execução de Mandados
FCC
2008

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

- (a) I e II.
- (b) III e IV.
- (c) I e IV.
- (d) II e III.
- (e) I, III e IV.

7.107 TRT - SP :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.503

Origem

Considere:

I. A lei do país onde for domiciliada a pessoa determina a regra sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.

II. Realizando-se o casamento no Brasil, será aplicada a lei brasileira quanto aos impedimentos dirimentes e às formalidades da celebração.

III. Tendo os nubentes domicílio diverso, regerá os casos de invalidade do matrimônio a lei do local da celebração.

IV. O casamento de estrangeiros poderá celebrar-se perante autoridades diplomáticas ou consulares do país de ambos os nubentes.

É correto o que consta APENAS em

- (a) II e IV.
- (b) II, III e IV.
- (c) III e IV.
- (d) I e III.
- (e) I, II e IV.

TRT - SP :: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2008

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

7.108 MPE RS :: Assistente de Promotoria de Justiça

Q.504

Origem

O direito à sucessão aberta, os direitos pessoais de caráter patrimonial e os direitos reais sobre objetos móveis são, para os efeitos legais, considerados bens

- (a) móveis.
- (b) imóveis.
- (c) imóvel, móvel e móvel, respectivamente.
- (d) móvel, imóvel e imóvel, respectivamente.
- (e) imóvel, imóvel e móvel, respectivamente.

MPE RS :: Assistente de
Promotoria de Justiça
FCC
2008

Assuntos relacionados

Bens

7.109 TCE-AL :: Auditor

Q.505

Origem

A propriedade do solo abrange a do espaço aéreo e subsolo correspondentes, em altura e profundidade úteis ao seu exercício,

- (a) e também as jazidas, minérios e demais recursos minerais.
- (b) mas não abrange os potenciais de energia hidráulica e os monumentos arqueológicos.
- (c) excetuando-se apenas as jazidas e os bens referidos em leis especiais.
- (d) podendo o proprietário opor-se a atividades que sejam realizadas por terceiros a qualquer altura e profundidade.
- (e) incluindo-se os recursos minerais de emprego imediato na construção civil, mesmo que submetidos a transformação industrial.

TCE-AL :: Auditor
FCC
2008

Assuntos relacionados

Bens

7.110 METRO - SP :: Advogado Trainee

Q.506

Origem

Pérsio, por inexperiência, se obrigou a prestação manifestamente desproporcional, uma vez que contratou o mecânico Otávio para a realização de serviço de substituição de uma simples peça de motor pelo pagamento da quantia de R\$ 4300,00 (quatro mil e trezentos reais), enquanto que a praxe comercial vigente ao tempo em que foi celebrado o negócio jurídico entre as partes era de no máximo R\$ 300,00 (trezentos reais). Neste caso, de acordo com o Código Civil brasileiro, o negócio jurídico poderá ser anulado em razão da ocorrência de

METRO - SP :: Advogado Trainee
FCC
2008

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

- (a) coação.
 - (b) lesão.
 - (c) erro.
 - (d) dolo.
 - (e) fraude contra credores.
-

7.111 PM RECIFE :: Procurador Judicial

Q.507

Origem

Considere as seguintes assertivas sobre os defeitos do negócio jurídico:

I. O dolo do representante convencional de uma das partes só obriga o representado a responder civilmente até a importância do proveito que teve.

II. A transmissão errônea da vontade por meios interpostos é anulável nos mesmos casos em que o é a declaração direta.

III. Caracterizada a lesão o negócio jurídico não será anulado se a parte favorecida concordar com a redução do proveito.

IV. O erro de cálculo não gera a anulação do negócio jurídico, autorizando apenas a retificação da declaração de vontade. De acordo com o Código Civil é correto o que se afirma SOMENTE em

PM RECIFE :: Procurador
Judicial
FCC
2008

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

- (a) I, II e III.
 - (b) I, II e IV.
 - (c) I, III e IV.
 - (d) II e III.
 - (e) II, III e IV.
-

7.112 Pref. de São Paulo :: Procurador do Município

Q.508

Origem

José vendeu um imóvel para Pedro, no valor de R\$ 120.000,00, cujo pagamento se fará em doze prestações mensais, sendo a escritura pública registrada no Serviço de Registro de Imóveis. Neste caso, a

Pref. de São Paulo :: Procurador
do Município
FCC
2008

- (a) resilição bilateral e a quitação necessariamente terão de dar-se por escritura pública.
- (b) resilição bilateral terá de dar-se por escritura pública, mas a quitação pode ser dada por instrumento particular.
- (c) resilição bilateral e a quitação poderão dar-se por instrumento particular.
- (d) resilição bilateral é vedada se o contrato estiver sujeito à cláusula de irretratabilidade.
- (e) quitação da última parcela firmará presunção absoluta do pagamento das anteriores.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

7.113 Pref. Recife PE :: Procurador Judicial

Q.509

Origem

Considere as seguintes assertivas sobre os defeitos do negócio jurídico:

I. O dolo do representante convencional de uma das partes só obriga o representado a responder civilmente até a importância do proveito que teve.

II. A transmissão errônea da vontade por meios interpostos é anulável nos mesmos casos em que o é a declaração direta.

III. Caracterizada a lesão o negócio jurídico não será anulado se a parte favorecida concordar com a redução do proveito.

IV. O erro de cálculo não gera a anulação do negócio jurídico, autorizando apenas a retificação da declaração de vontade.

De acordo com o Código Civil é correto o que se afirma SOMENTE em

Pref. Recife PE :: Procurador
Judicial
FCC
2008

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) II e III.
- (E) II, III e IV.

7.114 TCE-AL :: Auditor

Q.510

Origem

Difere a condição suspensiva do termo inicial porque aquela

TCE-AL :: Auditor
FCC
2008

- (a) pode não derivar exclusivamente da vontade da parte, enquanto este sempre deriva da vontade das partes.
- (b) suspende apenas o exercício do direito enquanto este suspende a aquisição e o exercício do direito.
- (c) consubstancia evento futuro e certo, enquanto este, evento futuro e incerto.
- (d) pode referir-se a fato passado, enquanto este só pode referir-se a evento futuro.
- (e) suspende a aquisição e o exercício do direito enquanto este suspende apenas o seu exercício.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

7.115 TCE-AL :: Procurador

Q.511

Origem

Os negócios jurídicos entre vivos sem prazo

TCE-AL :: Procurador
FCC
2008

- (a) equiparam-se aos negócios jurídicos sob condição suspensiva, porque sua eficácia sempre ficará na dependência de evento futuro e incerto.
- (b) são exigíveis desde logo, e a constituição em mora independe de interpelação judicial ou extrajudicial, exceto se a execução tiver de ser feita em lugar diverso ou depender de tempo.
- (c) devem ser executados dentro de trinta (30) dias da celebração do ajuste, sob pena de o devedor incidir em mora.
- (d) são ineficazes, porque o prazo é da essência dos negócios jurídicos, salvo se, expressamente, a obrigação tiver sido assumida para execução imediata.
- (e) são exigíveis desde logo, exceto se a execução tiver de ser feita em lugar diverso ou depender de tempo, mas a mora se constitui mediante interpelação judicial ou extrajudicial.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.512

Origem

Quando a lei proíbe a prática de um negócio jurídico, sem lhe cominar sanção, ele será

TCE-AL :: Procurador
FCC
2008

- (a) inexistente.
- (b) ineficaz.
- (c) nulo.
- (d) anulável.
- (e) válido.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

7.116 TCE-SP :: Auditor

Q.513

Origem

O Código Civil de 2002 estabelece no artigo 2035: "A validade dos negócios e demais atos jurídicos, constituídos antes da entrada em vigor deste Código, obedece ao disposto nas leis anteriores, referidas no art. 2045, mas os seus efeitos, produzidos após a vigência deste Código, aos preceitos dele se subordinam, salvo se houver sido prevista pelas partes determinada forma de execução". Essa disposição

TCE-SP :: Auditor
FCC
2008

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

- (a) revogou totalmente o artigo 6o da Lei de Introdução ao Código Civil, porque estabelece nova regra de direito intertemporal.
- (b) é compatível com a do artigo 6o da Lei de Introdução ao Código Civil que estabelece: "A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada".
- (c) revogou parcialmente o artigo 6o da Lei de Introdução ao Código Civil, porque aboliu o efeito imediato da lei.
- (d) não tem qualquer relação com o direito intertemporal, porque se trata de norma transitória.
- (e) é inconstitucional porque manda aplicar os preceitos do novo Código Civil aos efeitos de negócio jurídico celebrado na vigência do Código Civil anterior.

Q.514

Origem

Sobre a invalidade dos negócios jurídicos, considere:

TCE-SP :: Auditor
FCC
2008

- I. Os negócios simulados são nulos e aqueles praticados mediante erro de direito são anuláveis.
- II. Os negócios praticados em fraude contra credores e os contratos celebrados em estado de perigo são anuláveis.
- III. São nulos os negócios celebrados pelos pródigos e anuláveis os celebrados por menor entre dezesseis e dezoito anos.
- IV. A pretensão para se declarar a nulidade dos negócios jurídicos firmados por pessoa absolutamente incapaz, bem como dos que tiverem objeto ilícito, prescreve em dez anos.
- V. Os negócios jurídicos anuláveis sujeitam-se a prazos decadenciais e os negócios nulos se sujeitam a prazos prescricionais.
- Está correto o que se afirma APENAS em

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

- (a) I e II.
- (b) I e III.
- (c) I e V.
- (d) II e IV.
- (e) III e V.
-

7.117 TJ RR :: Juiz Substituto

Q.515

Origem

O negócio jurídico eivado de erro de direito é

TJ RR :: Juiz Substituto
FCC
2008

- (a) apenas ineficaz, podendo ser aproveitado se decorrente de transação homologada por sentença.
- (b) nulo, mas pode ser confirmado pelas partes, e convalesce pelo decurso do tempo.
- (c) anulável, mas não se anula a transação por erro de direito acerca das questões que foram objeto de controvérsia entre as partes.
- (d) anulável, mas não pode ser confirmado pelas partes, nem convalesce pelo decurso do tempo.
- (e) nulo, apenas se for praticado por pessoa absoluta ou relativamente incapaz.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

7.118 TRF - 5ª Região :: Analista Judiciário - Administrativa

Q.516

Origem

Com relação aos negócios jurídicos, especificamente sobre a Condição, Termo e Encargo, é correto afirmar:

TRF - 5ª Região :: Analista
Judiciário - Administrativa
FCC
2008

- (a) Ao titular de direito eventual, nos casos de condição suspensiva ou resolutiva, não é permitido praticar os atos destinados a conservá-lo.
- (b) O encargo não suspende a aquisição nem o exercício do direito, salvo quando expressamente imposto no negócio jurídico, pelo disponente, como condição suspensiva.
- (c) Salvo disposição legal ou convencional em contrário, contam-se os prazos, incluído o dia do começo e excluído o do vencimento.
- (d) Em regra, nos contratos presume-se o prazo em proveito do credor e nos testamentos em favor dos herdeiros.
- (e) O termo inicial suspende o exercício e a aquisição do direito.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

7.119 Pref. de São Paulo :: Procurador do Município

Q.517

Origem

Considere as seguintes situações:

I. Ação judicial movida em face de a municipalidade com vistas a impedir a construção de uma indústria que acarretaria poluição de determinado córrego.

II. Ação judicial movida em face de a municipalidade visando reconhecer a inconstitucionalidade da instituição de determinada taxa municipal.

III. Ação judicial movida em face de a municipalidade com vistas a garantir que a composição de determinado conselho municipal obedeça às disposições de lei municipal.

As situações apresentadas podem ser, respectivamente, de interesse

- (a) difuso; coletivo; individual homogêneo.
- (b) coletivo; individual homogêneo; difuso.
- (c) individual homogêneo; coletivo; difuso.
- (d) difuso; individual homogêneo; coletivo.
- (e) coletivo; difuso; individual homogêneo.

Pref. de São Paulo :: Procurador
do Município
FCC
2008

Assuntos relacionados

7.120 Pref. Recife PE :: Procurador Judicial

Q.518

Origem

O termo inicial para a fraude à execução fiscal é

- (A) a citação válida do executado.
- (B) o despacho do juiz que ordena a citação.
- (C) a distribuição da execução fiscal.
- (D) o início de procedimento administrativo de fiscalização.
- (E) a inscrição na dívida ativa.

Pref. Recife PE :: Procurador
Judicial
FCC
2008

Assuntos relacionados

7.121 TCE-AL :: Auditor

Q.519

Origem

Interrompida a prescrição contra a Fazenda Pública, recomeça o prazo a correr

- (a) pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu ou do último ato ou termo do respectivo processo, mas não poderá ficar aquém do prazo originário, se a interrupção se der antes de sua metade.
- (b) do ato que a interrompeu ou do último ato ou termo do respectivo processo, pelo tempo faltante para completar cinco anos.
- (c) da data do trânsito em julgado da sentença que vier a ser proferida no respectivo processo, e pelo prazo faltante para completar cinco anos.
- (d) pelo mesmo tempo do prazo prescricional, uma vez que não se trata de suspensão, contando-se da data do ato que a interrompeu ou do último ato ou termo do respectivo processo.
- (e) pelo dobro do tempo faltante, contado da data do ato que a interrompeu ou do último ato ou termo do respectivo processo.

TCE-AL :: Auditor
FCC
2008

Assuntos relacionados

7.122 TRF - 5ª Região :: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.520

Origem

Por ocasião da alienação em hasta pública,

(a) o exequente, se vier a arrematar os bens, não estará obrigado a exibir o preço; mas, se o valor dos bens exceder o seu crédito, depositará, dentro de 10 (dez) dias, a diferença, sob pena de ser tornada sem efeito a arrematação.

(b) quando o valor dos bens penhorados não exceder 80 (oitenta) vezes o valor do salário mínimo vigente na data da avaliação, será dispensada a publicação de editais, não podendo, nesse caso, o preço da arrematação ser inferior ao da avaliação.

(c) tratando-se de bem imóvel, quem estiver interessado em adquiri-lo em prestações poderá apresentar por escrito sua proposta, nunca inferior à avaliação, com oferta de pelo menos 30(d) a arrematação far-se-á, em regra, mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante ou, no prazo de até 10 (dez) dias, mediante caução.

(e) o devedor será intimado pessoalmente, por mandado, carta registrada ou por outro meio idôneo, do dia, hora e local da alienação judicial, sendo vedada a intimação através de advogado constituído nos autos.

TRF - 5ª Região :: Analista
Judiciário - Execução de
Mandados
FCC
2008

Assuntos relacionados

Q.521

Origem

Far-se-á a liquidação por artigos quando

(a) exigir a natureza do objeto da liquidação.

(b) determinado pela sentença.

(c) convencionado pelas partes.

(d) houver necessidade de alegar e provar fato novo, para determinar o valor da condenação.

(e) a determinação do valor da condenação depender de cálculo aritmético.

TRF - 5ª Região :: Analista
Judiciário - Execução de
Mandados
FCC
2008

Assuntos relacionados

7.123 TRT 18ª Região :: Analista Judiciário-Área Judiciária

Q.522

Origem

A respeito da responsabilidade patrimonial no processo de execução, é correto afirmar:

TRT 18ª Região :: Analista
Judiciário-Área Judiciária
FCC
2008

- (a) Não ficam sujeitos à execução os bens do sucessor a título singular, tratando-se de execução fundada em obrigação reipersecutória.
- (b) O devedor responde, para cumprimento de suas obrigações, com todos os seus bens, exceto os que forem adquiridos após a sua citação.
- (c) O fiador, quando executado, não poderá nomear à penhora bens livres e desembaraçados do devedor, devendo cobrá-lo posteriormente, através de ação regressiva.
- (d) A partir da abertura da sucessão, o espólio responde pelas dívidas do falecido, mesmo após ter sido feita a partilha.
- (e) O credor que estiver, por direito de retenção, na posse de coisa pertencente ao devedor, não poderá promover a execução sobre outros bens senão depois de excutida a coisa que se acha em seu poder.

Assuntos relacionados

7.124 TRT - 18ª Região :: Analista Judiciário-Área Administrativa

Q.523

Origem

Numa execução de cheque dado para pagamento de empréstimo bancário, devolvido por insuficiência de fundos e protestado, à falta de outros bens, podem ser penhorados

TRT - 18ª Região :: Analista
Judiciário-Área Administrativa
FCC
2008

- (a) os honorários de profissional liberal.
- (b) os frutos e rendimentos de bens inalienáveis, salvo se destinados à satisfação de prestação alimentícia.
- (c) os instrumentos úteis ao exercício de qualquer profissão.
- (d) os seguros de vida.
- (e) os utensílios necessários ao exercício de qualquer profissão.

Assuntos relacionados

7.125 TRT - 18ª Região :: Analista Judiciário-Área Judiciária - Especialidade Execução

Q.524

Origem

Na alienação em hasta pública, é admitido a lançar, dentre outros, o

TRT - 18ª Região :: Analista
Judiciário-Área Judiciária -
Especialidade Execução
FCC
2008

- (a) escrivão.
- (b) membro do Ministério Público.
- (c) membro da Defensoria Pública.
- (d) síndico, quanto aos bens confiados à sua guarda e responsabilidade.
- (e) exequente.

Assuntos relacionados

7.126 TRT - AL :: Analista Judiciário - Área Judiciária

Q.525

Origem

A respeito da petição inicial, é correto afirmar:

TRT - AL :: Analista Judiciário -
Área Judiciária
FCC
2008

- (a) Os pedidos são interpretados restritivamente, não se compreendendo, por isso, no principal, os juros legais, que devem ser expressamente requeridos.
- (b) É lícito formular pedido genérico quando a determinação do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo réu.
- (c) Indeferida a petição inicial, caberá recurso de agravo de instrumento, em razão da natureza da decisão.
- (d) Quando a obrigação consistir em prestações periódicas, só serão consideradas incluídas no pedido as que se vencerem no curso do processo se houver declaração expressa do autor a respeito na petição inicial.
- (e) Só é permitida a cumulação, num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, se entre eles houver conexão.

Assuntos relacionados

Q.526

Origem

A respeito dos recursos, é correto afirmar:

TRT - AL :: Analista Judiciário -
Área Judiciária
FCC
2008

- (a) Nos embargos infringentes, quando o desacordo for parcial, o julgamento não fica restrito à matéria objeto da divergência, possibilitando o reexame integral do alegado na apelação.
- (b) A parte que, no prazo legal, apresentou recurso autônomo, pode também interpor recurso adesivo.
- (c) O Ministério Público tem legitimidade para recorrer no processo em que é parte, não podendo fazê-lo naqueles em que oficiou como fiscal da lei.
- (d) O recorrente poderá, a qualquer tempo, desistir do recurso, desde que haja anuência dos litisconsortes.
- (e) O juiz não receberá o recurso de apelação quando a sentença estiver em conformidade com Súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Assuntos relacionados

Capítulo 8

FGV

8.1 TJ MS :: Juiz de Direito Substituto de Carreira

Q.527

Origem

Em relação às ações civis públicas, assinale a afirmativa incorreta .

TJ MS :: Juiz de Direito
Substituto de Carreira
FGV
2008

- (a) A ação civil pública proposta contra empresa pública federal tramita perante a justiça federal ainda que o dano tenha ocorrido em outra localidade que não for sede de justiça federal.
- (b) O Ministério Público está legitimado a defender os interesses do consumidor, sejam tais interesses difusos, coletivos ou, ainda, individuais homogêneos.
- (c) Em se tratando de responsabilidade objetiva, pode o fornecedor de produto denunciar a lide para discutir a culpa daquele que deve indenizá-lo em regresso.
- (d) Admite-se o chamamento ao processo somente na hipótese de haver seguro por parte do fornecedor, de sorte a propiciar a condenação da seguradora solidariamente com ele.
- (e) O Ministério Público tem legitimidade para propor ação de investigação de paternidade em favor de menor, mas não tem legitimidade para ajuizar ação individual em benefício do consumidor lesado.

Assuntos relacionados

Ação civil pública

Q.528

Origem

Tomando em consideração a legitimidade ativa e a causa de pedir, bem como a jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, a Ação Civil Pública poderá ser legitimamente ajuizada nos termos da Lei 7.347/85:

TJ MS :: Juiz de Direito
Substituto de Carreira
FGV
2008

- (a) pelo Procurador Geral do Município, tendo por causa de pedir matéria relativa à proteção do consumidor.
- (b) pelo Ministério Público para a proteção e defesa dos bens e direitos de valor histórico, desde que não haja ação popular previamente ajuizada versando sobre a mesma causa de pedir.
- (c) por uma associação constituída há mais de um ano, que tenha por finalidade institucional a defesa dos interesses dos consumidores, versando sobre matéria relativa à proteção ao meio ambiente.
- (d) por uma associação constituída há exatos seis meses, que tenha por finalidade institucional a proteção ao meio ambiente, versando sobre o mesmo tema, ainda que o requisito da préconstituição não seja dispensado pelo juiz.
- (e) pela Defensoria Pública, tendo por causa de pedir questão relativa aos direitos dos consumidores, induzindo litispendência para as ações individuais anteriormente propostas.

Assuntos relacionados

Ação civil pública

Q.529

Origem

Assinale a afirmativa incorreta .

TJ MS :: Juiz de Direito
Substituto de Carreira
FGV
2008

- (a) Na ação civil pública é possível discutir, de uma só vez, interesses difusos, interesses coletivos e interesses individuais homogêneos.
- (b) O mesmo interesse pode ser ao mesmo tempo difuso, coletivo e individual homogêneo.
- (c) O Código de Defesa do Consumidor disciplinou o fenômeno da coisa julgada nas ações coletivas de acordo com a natureza do interesse ofendido.
- (d) Nos interesses individuais homogêneos o objeto é divisível.
- (e) Não será cabível ação civil pública para veicular pretensões que envolvam fundos de natureza institucional cujos beneficiários possam ser individualmente determinados.

Assuntos relacionados

Ação civil pública

Q.530

Origem

Em relação à ação civil pública, assinale a afirmativa correta.

TJ MS :: Juiz de Direito
Substituto de Carreira
FGV
2008

- (a) Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a anulação, declaração de ineficácia ou nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, Estados e Municípios.
- (b) Regem-se pelas disposições da lei que trata da ação civil pública, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados ao meio ambiente, ao consumidor e a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
- (c) Será cabível ação civil pública para veicular pretensões que envolvam tributos e contribuições previdenciárias a beneficiários que podem ser individualmente determinados.
- (d) Se, no exercício de suas funções, os juízes e tribunais tiverem conhecimento de fatos que possam ensejar a propositura da ação civil, remeterão peças ao Ministério Público para as providências cabíveis.
- (e) A prova da cidadania, para ingresso em juízo, só pode ser com o título eleitoral.

Assuntos relacionados

Ação civil pública

8.2 SEFAZ RJ :: Fiscal de rendas

Q.531

Origem

O Banco Delta, para amortizar o débito de determinada empresa sua cliente, utilizou o saldo positivo que esta detinha em conta, para pagamento de fornecedores. Essa conduta configura:

SEFAZ RJ :: Fiscal de rendas
FGV
2008

- (a) exercício regular de um direito.
- (b) estrito cumprimento de dever legal.
- (c) ato lícito e possível.
- (d) abuso de direito.
- (e) uso arbitrário das próprias razões.

Assuntos relacionados

Atos jurídicos ilícitos

8.3 SEFAZ-RJ :: Fiscal de Rendas

Q.532

Origem

A responsabilização do ato emulativo ocorre de forma:

SEFAZ-RJ :: Fiscal de Rendas
FGV
2008

- (a) subjetiva.
- (b) subjetivo-objetiva.
- (c) objetiva.
- (d) presumida.
- (e) ficta.

Assuntos relacionados

Atos jurídicos ilícitos

8.4 SEFAZ RJ :: Fiscal de rendas

Q.533

Origem

Analise as afirmativas a seguir:

I. A reintegração de posse deve ser pedida toda vez que o poder de fato sobre a coisa for turbado.

II. O interdito proibitório representa uma ordem para fazer cessar a ameaça sobre a posse.

III. A autotutela da posse é possível de forma moderada e com os meios necessários.

IV. A ação de manutenção de posse velha não permite a concessão de liminar.

V. A tutela da posse no direito brasileiro requer a existência do elemento subjetivo.

Assinale:

SEFAZ RJ :: Fiscal de rendas
FGV
2008

Assuntos relacionados

Posse

- (a) se somente as afirmativas I, II e V estiverem corretas.
- (b) se somente as afirmativas I, III e IV estiverem corretas.
- (c) se somente as afirmativas II, IV e V estiverem corretas.
- (d) se somente as afirmativas II, III e IV estiverem corretas.
- (e) se somente as afirmativas III, IV e V estiverem corretas.

8.5 SEFAZ-RJ :: Fiscal de Rendas

Q.534

Origem

Opera-se a intervenção da posse de maneira:

SEFAZ-RJ :: Fiscal de Rendas
FGV
2008

- (a) expressa.
- (b) indicativa.
- (c) diferida.
- (d) tácita.
- (e) antecipada.

Assuntos relacionados

Posse

8.6 TJ - MG :: Juiz de Direito Substituto de Carreira

Q.535

Origem

A ação de indenização, relativamente aos prejuízos causados em razão da entrega de sementes, para plantação, de qualidade inferior à contratada, deve observar o prazo:

TJ - MG :: Juiz de Direito
Substituto de Carreira
FGV
2008

- (a) prescricional de 3 anos.
- (b) decadencial de 3 anos.
- (c) decadencial de 90 dias.
- (d) decadencial de 30 dias.
- (e) prescricional de 5 anos.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Q.536

Origem

Prestado aval por um cônjuge sem a outorga uxória correspondente, poderá o outro pleitear a anulação, depois de terminada a sociedade conjugal, no prazo de até:

TJ - MG :: Juiz de Direito
Substituto de Carreira
FGV
2008

- (a) 6 meses.
- (b) 1 ano.
- (c) 2 anos.
- (d) 3 anos.
- (e) 5 anos.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

8.7 TJ MS :: Juiz de Direito Substituto de Carreira

Q.537

Prestado aval por um cônjuge sem a outorga uxória correspondente, poderá o outro pleitear a anulação, depois de terminada a sociedade conjugal, no prazo de até:

- (a) 6 meses.
- (b) 1 ano.
- (c) 2 anos.
- (d) 3 anos.
- (e) 5 anos.

Origem

TJ MS :: Juiz de Direito
Substituto de Carreira
FGV
2008

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Q.538

A ação de indenização, relativamente aos prejuízos causados em razão da entrega de sementes, para plantação, de qualidade inferior à contratada, deve observar o prazo:

- (a) prescricional de 3 anos.
- (b) decadencial de 3 anos.
- (c) decadencial de 90 dias.
- (d) decadencial de 30 dias.
- (e) prescricional de 5 anos.

Origem

TJ MS :: Juiz de Direito
Substituto de Carreira
FGV
2008

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Q.539

O prazo para anular venda de ascendente para descendente, sem observância dos requisitos legais, é:

- (a) prescricional de 1 ano.
- (b) decadencial de 1 ano.
- (c) prescricional de 2 anos.
- (d) decadencial de 2 anos.
- (e) prescricional de 6 meses.

Origem

TJ MS :: Juiz de Direito
Substituto de Carreira
FGV
2008

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

8.8 SEFAZ RJ :: Fiscal de rendas

Q.540

No caso de responsabilidade pelo fato da coisa, o responsável será:

- (a) seu dono.
- (b) seu usuário.
- (c) seu possuidor.
- (d) seu detentor.
- (e) seu locador.

Origem

SEFAZ RJ :: Fiscal de rendas
FGV
2008

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

8.9 TCM RJ :: Auditor

Q.541

Origem

Quando a lei atribui a um sujeito de direito o dever de indenizar os danos devidos à ação culposa de outro, há:

TCM RJ :: Auditor
FGV
2008

- (a) responsabilidade por simples culpa.
- (b) responsabilidade complexa.
- (c) responsabilidade objetiva.
- (d) responsabilidade por culpa presumida.
- (e) responsabilidade pelo risco.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

Q.542

Origem

A principal função da responsabilidade civil é:

TCM RJ :: Auditor
FGV
2008

- (a) sancionatória.
- (b) punitiva.
- (c) retributiva.
- (d) educativa.
- (e) compensatória.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

Q.543

Origem

Caracterizam o vínculo obrigacional:

TCM RJ :: Auditor
FGV
2008

- (a) a juridicidade e a existência de deveres.
- (b) a juridicidade e a existência de direitos.
- (c) a patrimonialidade e a sujeição.
- (d) a submissão e a liberalidade.
- (e) a patrimonialidade e a inexistência de direitos.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

8.10 TJ - MG :: Juiz de Direito Substituto de Carreira

Q.544

Origem

A doutrina dos atos próprios, no âmbito do Código Civil de 2002, foi acolhida como:

TJ - MG :: Juiz de Direito
Substituto de Carreira
FGV
2008

- (a) regra.
- (b) postulado.
- (c) princípio.
- (d) preceito.
- (e) norma.

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

8.11 TJ MS :: Juiz de Direito Substituto de Carreira

Q.545

Origem

A doutrina dos atos próprios, no âmbito do Código Civil de 2002, foi acolhida como:

TJ MS :: Juiz de Direito
Substituto de Carreira
FGV
2008

- (a) regra.
- (b) postulado.
- (c) princípio.
- (d) preceito.
- (e) norma.

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

8.12 TJ - MG :: Juiz de Direito Substituto de Carreira

Q.546

Origem

Ocorre a suspensão do poder familiar, quanto ao pai ou à mãe, quando condenados por sentença irrecorrível, cuja pena exceda a:

TJ - MG :: Juiz de Direito
Substituto de Carreira
FGV
2008

- (a) 1 ano.
- (b) 2 anos.
- (c) 3 anos.
- (d) 4 anos.
- (e) 5 anos.

Assuntos relacionados

Relações de parentesco

8.13 TJ MS :: Juiz de Direito Substituto de Carreira

Q.547

Origem

Ocorre a suspensão do poder familiar, quanto ao pai ou à mãe, quando condenados por sentença irrecorrível, cuja pena exceda a:

TJ MS :: Juiz de Direito
Substituto de Carreira
FGV
2008

- (a) 1 ano.
- (b) 2 anos.
- (c) 3 anos.
- (d) 4 anos.
- (e) 5 anos.

Assuntos relacionados

Relações de parentesco

8.14 SEFAZ RJ :: Fiscal de rendas

Q.548

Origem

No contrato de transporte sobressai o princípio:

SEFAZ RJ :: Fiscal de rendas
FGV
2008

- (a) da boa-fé.
- (b) da transparência.
- (c) do equilíbrio pelo valor da tarifa.
- (d) da confiança.
- (e) da segurança.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.549

Origem

Não é consequência do contrato de compra e venda:

SEFAZ RJ :: Fiscal de rendas
FGV
2008

- (a) a obrigação de entregar a coisa com seus acessórios.
- (b) a obrigação de cobrir os riscos pelo prazo de 30 dias.
- (c) a obrigação de garantir os riscos da evicção.
- (d) o direito aos cômodos antes de efetuada a tradição.
- (e) a responsabilidade pelo alienante sobre vícios ocultos.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

8.15 TJ - MG :: Juiz de Direito Substituto de Carreira

Q.550

Origem

O contrato de fiança, inserido em contrato formulário, que contenha cláusula de renúncia antecipada de benefício de ordem é:

TJ - MG :: Juiz de Direito
Substituto de Carreira
FGV
2008

- (a) irregular.
- (b) ineficaz.
- (c) anulável.
- (d) legítimo.
- (e) nulo.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

8.16 TJ MS :: Juiz de Direito Substituto de Carreira

Q.551

Origem

O contrato de fiança, inserido em contrato formulário, que contenha cláusula de renúncia antecipada de benefício de ordem é:

TJ MS :: Juiz de Direito
Substituto de Carreira
FGV
2008

- (a) irregular.
- (b) ineficaz.
- (c) anulável.
- (d) legítimo.
- (e) nulo.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

8.17 TCM RJ :: Auditor

Q.552

Origem

As despesas com o pagamento são:

TCM RJ :: Auditor
FGV
2008

- (a) do credor, que tem interesse em receber.
- (b) do devedor, que tem a obrigação de pagar.
- (c) do credor e do devedor, devendo ser repartidas por igual.
- (d) do devedor, exceto se o contrário tiver sido estipulado no contrato.
- (e) do credor, exceto se o contrário foi firmado no ajuste.

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

8.18 TJ MS :: Juiz de Direito Substituto de Carreira

Q.553

Origem

Celebrado contrato de promessa de compra e venda de imóvel, e estando o devedor em dificuldades financeiras e objetivando não mais prosseguir na respectiva execução, poderá no tocante à avença postular:

TJ MS :: Juiz de Direito
Substituto de Carreira
FGV
2008

- (a) rescisão.
- (b) resolução.
- (c) resilição.
- (d) revisão.
- (e) revogação.

Assuntos relacionados

Direito do promitente comprador

8.19 SEFAZ RJ :: Fiscal de rendas

Q.554

Origem

Quanto ao contrato de execução contínua, é correto afirmar que:

SEFAZ RJ :: Fiscal de rendas
FGV
2008

- (a) as prestações vencidas e não pagas produzem efeitos ex tunc .
- (b) a prescrição atinge por igual todas as parcelas do contrato.
- (c) não há liberação de uma das partes, se a outra não pode cumprir o contrato.
- (d) pode ser exigido o cumprimento das prestações de forma simultânea.
- (e) a nulidade do contrato de prestação contínua não afeta seus efeitos já produzidos.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.555

Origem

Paulo emite proposta de venda de seu carro a José. Pouco depois Paulo vem a falecer. Essa proposta:

SEFAZ RJ :: Fiscal de rendas
FGV
2008

- (a) é válida e eficaz.
- (b) é anulável e ineficaz.
- (c) perdeu validade com a morte do proponente.
- (d) perdeu eficácia com a morte do proponente.
- (e) torna-se inexistente, ante a morte do proponente.

Assuntos relacionados

Contratos

8.20 TCM RJ :: Auditor

Q.556

Origem

A multa convencional nas obrigações pecuniárias cumpre função:

TCM RJ :: Auditor
FGV
2008

- (a) de reforço da necessidade de cumprir a obrigação e de pré-fixação das perdas e danos.
- (b) compensatória e punitiva.
- (c) punitiva e liberatória.
- (d) de pré-fixação das perdas e danos e punitiva.
- (e) de reforço da necessidade de cumprir a obrigação e liberatória.

Assuntos relacionados

Contratos

8.21 TJ - MG :: Juiz de Direito Substituto de Carreira

Q.557

Origem

Celebrado contrato de promessa de compra e venda de imóvel, e estando o devedor em dificuldades financeiras e objetivando não mais prosseguir na respectiva execução, poderá no tocante à avença postular:

TJ - MG :: Juiz de Direito
Substituto de Carreira
FGV
2008

- (a) rescisão.
- (b) resolução.
- (c) resilição.
- (d) revisão.
- (e) revogação.

Assuntos relacionados

Direitos reais

8.22 SEFAZ-RJ :: Fiscal de Rendas

Q.558

Origem

Nas relações consumeristas, vige a teoria da carga da prova:

SEFAZ-RJ :: Fiscal de Rendas
FGV
2008

- (a) dinâmica.
- (b) reversa.
- (c) estática.
- (d) ampliada.
- (e) geral.

Assuntos relacionados

Direito civil

8.23 SEFAZ RJ :: Fiscal de rendas

Q.559

Origem

Havendo conflito aparente entre princípios, a situação será resolvida pela dimensão:

SEFAZ RJ :: Fiscal de rendas
FGV
2008

- (a) de validade.
- (b) de eficácia.
- (c) de vigência.
- (d) de valor.
- (e) política.

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

Q.560

Origem

Assegurando uma barreira ao arbítrio, inclusive do legislador, está o princípio:

SEFAZ RJ :: Fiscal de rendas
FGV
2008

- (a) da proporcionalidade.
- (b) do devido processo legal.
- (c) da legalidade.
- (d) do juiz natural.
- (e) da representação partidária.

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

8.24 SEFAZ-RJ :: Fiscal de Rendas

Q.561

Origem

Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será esta de:

SEFAZ-RJ :: Fiscal de Rendas
FGV
2008

- (a) 1 ano.
- (b) 5 anos.
- (c) 3 anos.
- (d) 2 anos.
- (e) 4 anos.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

8.25 TJ - MG :: Juiz de Direito Substituto de Carreira

Q.562

Origem

Admite-se a revisão do negócio jurídico diferido, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa com extrema vantagem para outra, sendo esse um elemento:

TJ - MG :: Juiz de Direito
Substituto de Carreira
FGV
2008

- (a) accidental.
- (b) essencial.
- (c) substancial.
- (d) exógeno.
- (e) endógeno.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

8.26 TJ MS :: Juiz de Direito Substituto de Carreira

Q.563

Origem

Admite-se a revisão do negócio jurídico diferido, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa com extrema vantagem para outra, sendo esse um elemento:

TJ MS :: Juiz de Direito
Substituto de Carreira
FGV
2008

- (a) accidental.
- (b) essencial.
- (c) substancial.
- (d) exógeno.
- (e) endógeno.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.564

Origem

Ocorrendo abertura de sucessão, e impedindo um dos co-herdeiros a utilização do bem pelos demais, deverá o Espólio ajuizar ação de:

TJ MS :: Juiz de Direito
Substituto de Carreira
FGV
2008

- (a) imissão na posse.
- (b) reivindicatória.
- (c) reintegração de posse.
- (d) esbulho possessório.
- (e) interdito proibitório.

Assuntos relacionados

8.27 TJ - MG :: Juiz de Direito Substituto de Carreira

Q.565

Origem

Ocorrendo abertura de sucessão, e impedindo um dos co-herdeiros a utilização do bem pelos demais, deverá o Espólio ajuizar ação de:

TJ - MG :: Juiz de Direito
Substituto de Carreira
FGV
2008

- (a) imissão na posse.
- (b) reivindicatória.
- (c) reintegração de posse.
- (d) esbulho possessório.
- (e) interdito proibitório.

Assuntos relacionados

Capítulo 9

FUNRIO

9.1 Pref. Coronel Fabriciano - MG :: Advogado

Q.566

Origem

Com relação as pessoas jurídicas é correto afirmar.

I. São pessoas jurídicas de direito público interno: a União, os Estados e os Municípios.

II. Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com o pedido de inscrição do ato constitutivo no respectivo registro III. São

pessoas jurídicas de direito privado: associações, sociedades e partidos

políticos IV. As pessoas jurídicas de direito público interno não são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo

V. São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos.

(A) as assertivas III, IV e V estão corretas.

(B) as assertivas II,IV e V estão corretas.

(C) as assertivas I, II e V estão corretas.

(D) as assertivas I, III e V estão corretas.

(E) as assertivas I, IV e V estão corretas.

Pref. Coronel Fabriciano - MG ::

Advogado

FUNRIO

2008

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

Q.567

Origem

São direitos reais.

I. a propriedade (somente de bem imóvel), a superfície e o espaço aéreo;

II. a superfície, as servidões e o usufruto;

III. as servidões, a habitação e o direito do promitente comprador do imóvel;

IV. o usufruto, a penhora e a hipoteca;

V. a habitação, anticrese e a concessão especial para fins de moradia;

(A) as assertivas III, IV e V estão corretas.

(B) as assertivas II,IV e V estão corretas.

(C) as assertivas II, III e V estão corretas.

(D) as assertivas I, III e V estão corretas.

(E) as assertivas I, IV e V estão corretas.

Pref. Coronel Fabriciano - MG ::

Advogado

FUNRIO

2008

Assuntos relacionados

Direitos reais

Q.568

Origem

Extingue-se o processo com resolução do mérito

Pref. Coronel Fabriciano - MG ::
Advogado
FUNRIO
2008

- (A) quando o autor desistir da ação.
- (B) pela convenção de arbitragem.
- (C) prescrição e decadência.
- (D) quando o juiz indeferir a petição inicial.
- (E) quando reconhecida a litispendência ou a coisa julgada.

Assuntos relacionados

Capítulo 10

MP SP

10.1 MP SP :: Promotor de Justiça Substituto

Q.569

Origem

Assinale a alternativa correta.

MP SP :: Promotor de Justiça
Substituto
MP SP
2008

- (a) No caso de ato infracional com reflexos patrimoniais, o adolescente poderá ser obrigado, pelo juiz, a ressarcir o dano que perpetrou ou compensar, por outra forma, o prejuízo da vítima.
- (b) O incapaz jamais responde pelo ato ilícito por ele praticado, cabendo aos pais arcar com a indenização de forma direta.
- (c) A inimputabilidade do agente não afasta o dever de indenizar o dano que provocou, provando-se unicamente o fato de que ele possui meios de reparar o ato ilícito.
- (d) A emancipação por outorga dos pais exclui, por si só, a responsabilidade civil decorrente de atos ilícitos do filho.
- (e) Os pais são responsáveis pela reparação civil, de forma subsidiária, pelo ato ilícito praticado pelo filho menor que estiver sob sua autoridade e em sua companhia.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

Q.570

Origem

Leia atentamente as seguintes assertivas sobre os direitos da personalidade.
I. O direito à intimidade é inalienável, irrenunciável e relativamente disponível.

II. O suicídio constitui um ato ilícito, embora sem natureza criminal.

III. A criança e o adolescente têm direito à tutela de imagem e intimidade, sendo, por isso, vedada a divulgação de atos infracionais que permitam a sua identificação.

IV. A circunstância de se encontrar o funcionário público no exercício de suas funções, e não em conversa ou atividade particular, afasta a incidência das normas de proteção à vida privada, com relação à divulgação da sua imagem.

Assinale a alternativa correta.

MP SP :: Promotor de Justiça
Substituto
MP SP
2008

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

- (a) Somente I, II e III são verdadeiras.
 - (b) Somente I, II e IV são verdadeiras.
 - (c) Somente I, III e IV são verdadeiras.
 - (d) Somente II, III e IV são verdadeiras.
 - (e) Todas as assertivas são verdadeiras.
-

Q.571

Origem

Sobre as relações patrimoniais entre pais e filhos, assinale a alternativa correta.

MP SP :: Promotor de Justiça
Substituto
MP SP
2008

- (a) O pai ou a mãe que abusarem de sua autoridade, arruinando os bens dos filhos, poderão sofrer a suspensão do poder familiar e, na reiteração, a sua destituição.
- (b) Na administração dos rendimentos e dos bens dos filhos, os pais ficam sujeitos a apresentar contas e também a prestar caução para garantir o fiel cumprimento de seu encargo.
- (c) Os valores auferidos pelos filhos no exercício de atividade profissional estão sujeitos ao poder familiar, independentemente da idade.
- (d) Os bens adquiridos pelos filhos maiores de dezoito anos em decorrência do exercício de atividade profissional estão sujeitos ao poder familiar.
- (e) Ficam sujeitos à administração e ao usufruto dos pais os bens doados ao filho, independentemente de qualquer condição.

Assuntos relacionados

Relações de parentesco

Q.572

Origem

Indique a alternativa correta.

MP SP :: Promotor de Justiça
Substituto
MP SP
2008

- (a) A incapacidade para suceder e a exclusão da sucessão de herdeiro ou legatário dependem de declaração por sentença transitada em julgado.
- (b) O excluído da sucessão conservará o direito ao usufruto e à administração dos bens que aos seus sucessores couberem na herança.
- (c) Prescreve em dois anos, contados da abertura da sucessão, a pretensão de excluir o herdeiro ou o legatário.
- (d) É possível a reabilitação expressa do excluído da sucessão, em testamento ou outro ato autêntico que indique o perdão do ofendido.
- (e) A sentença de exclusão do herdeiro ou legatário produz efeitos a partir do trânsito em julgado, cabendo ao excluído, desde que de boa-fé, os frutos e rendimentos dos bens pelo tempo de posse da herança.

Assuntos relacionados

Sucessão em geral

Q.573

Origem

Certo testador institui seus herdeiros Antonio por 1/6 da herança, Benedito por 2/6 e Carlos por 3/6, dispondo que, na falta de um deles por preterição, indignidade ou renúncia, nomeia Daniel, como herdeiro, juntamente com os demais. Considerando a condição de substituto vulgar de Daniel, a concorrer com os substitutos recíprocos, assinale a assertiva correta sobre a distribuição da herança caso Antonio venha a falecer.

MP SP :: Promotor de Justiça
Substituto
MP SP
2008

- (a) O seu quinhão será dividido entre Daniel, Benedito e Carlos na mesma proporção fixada, ou seja, 1/6, 2/6 e 3/6.
- (b) Benedito, Carlos e Daniel receberão cada um 1/3 da herança deixada pelo de cujus.
- (c) O quinhão de Antonio (1/6) irá para Daniel, ficando Benedito com 2/6 da herança e Carlos com 3/6 desta.
- (d) O quinhão de Antonio (1/6) será dividido em partes iguais por todos os herdeiros, Benedito, Carlos e inclusive Daniel.
- (e) A sua cota (1/6) será dividida entre Benedito, que receberá duas partes dela, e Carlos, que ficará com três partes dela.

Assuntos relacionados

Sucessão testamentária

Q.574

Origem

Com relação à pessoa do interdito, assinale a alternativa incorreta.

MP SP :: Promotor de Justiça
Substituto
MP SP
2008

- (a) O seu domicílio será o do curador, não se admitindo prova em contrário, sendo irrelevante, para efeito legal, o lugar da situação dos bens ou o da residência ou internação.
- (b) A incapacidade absoluta constitui causa impeditiva da prescrição, independentemente da data da sentença ou do registro de interdição.
- (c) Quando o curador for o cônjuge e o regime de bens do casamento for de comunhão parcial, não será obrigado à prestação de contas, salvo determinação judicial.
- (d) O seu filho, se menor, ficará sob a autoridade do curador nomeado pelo juiz, que terá, ainda, a administração dos bens que lhe pertencam.
- (e) Ainda que sem consciência do ilícito, ele poderá ser vítima de danos morais por ofensa à honra, inclusive no caso de calúnia.

Assuntos relacionados

Tutela
Curatela

Q.575

Origem

Sobre a dissolução do vínculo matrimonial, aponte a assertiva correta.

MP SP :: Promotor de Justiça
Substituto
MP SP
2008

- (a) A anulação do casamento contraído por menor de dezesseis anos poderá ser requerida pelo próprio cônjuge menor, por seus representantes legais, por seus ascendentes, ou pelo Ministério Público.
- (b) A decretação de nulidade de casamento, por infringência de impedimento, poderá ser objeto de ação promovida por qualquer interessado, ou pelo Ministério Público.
- (c) A sentença que decretar a nulidade do casamento terá efeito ex nunc, vigendo a partir da sentença passada em julgado, sem prejudicar direitos adquiridos por terceiro de boa-fé, a título oneroso.
- (d) O casamento é anulável por incapacidade do agente, quando contraído pelo enfermo mental sem o necessário discernimento para os atos da vida civil.
- (e) O desfazimento do vínculo faz cessar o impedimento para novas núpcias, e ocorre apenas nos casos de divórcio e de morte real de um dos cônjuges.

Assuntos relacionados

Casamento

Q.576

Origem

Assinale a alternativa correta.

MP SP :: Promotor de Justiça
Substituto
MP SP
2008

- (a) A hipoteca convencional extingue-se pela preempção legal, pois decorridos vinte anos de seu registro, sem que haja renovação, não mais será admissível qualquer prorrogação.
- (b) Têm o direito de resgatar o imóvel hipotecado: o credor sub-hipotecário; o adquirente do imóvel hipotecado; o devedor da hipoteca ou os membros de sua família; a massa falida ou os credores em concurso.
- (c) É obrigação do devedor pignoratício imputar o valor dos frutos de que vier a se apropriar nas despesas de guarda e conservação, nos juros e no capital da obrigação garantida sucessivamente.
- (d) O usufruto convencional por alienação ocorre quando o dono do bem cede a nua-propriedade, reservando para si o usufruto.
- (e) o usufruto convencional por retenção se dá quando o proprietário o concede, mediante ato inter vivos ou causa mortis, conservando a nua-propriedade.

Assuntos relacionados

Penhor
Hipoteca
Anticrese

Q.577

Origem

Os dividendos e as ações bonificadas percebidas pelo cônjuge-acionista na constância do matrimônio, sendo o regime da comunhão parcial,

MP SP :: Promotor de Justiça
Substituto
MP SP
2008

- (a) serão de propriedade exclusiva do cônjuge-acionista, por serem provento de seu trabalho pessoal.
- (b) entrarão para o patrimônio comum, por terem sido adquiridos por fato eventual.
- (c) pertencerão somente ao cônjuge-acionista, visto serem lucros sociais oriundos de um investimento por ele feito com vista à remuneração periódica do capital empregado.
- (d) farão parte dos bens particulares do cônjuge-acionista, pois sua aquisição teve por título uma causa anterior ao casamento.
- (e) entrarão para o patrimônio comum do casal, comunicando-se, portanto, ao outro cônjuge (não-acionista), que, então, deles será meeiro, pois constituem frutos civis de bens particulares do cônjuge-acionista.

Assuntos relacionados

Regime de bens entre os cônjuges

Q.578

Origem

Quanto à causa jurídica, os alimentos poderão ser

MP SP :: Promotor de Justiça
Substituto
MP SP
2008

- (a) atuais e futuros.
- (b) naturais e civis.
- (c) voluntários, ressarcitórios e legítimos.
- (d) acautelatórios, voluntários e definitivos.
- (e) provisionais, provisórios e regulares.

Assuntos relacionados

Alimentos

Q.579

Origem

Leia as assertivas a seguir.

I. É imprescindível autorização judicial específica para a participação de criança ou adolescente em programa de televisão e nas respectivas gravações, mesmo que estejam acompanhados pelos pais ou responsável.

II. É dispensável autorização judicial específica para a entrada e permanência de criança ou adolescente, desacompanhados dos pais ou responsável, em estúdio de televisão, desde que disciplinadas através de portaria ou autorizadas, mediante alvará, pelo juízo da infância.

III. É vedada a entrada e permanência de crianças e adolescentes em estabelecimentos que exploram comercialmente jogos de azar, mas tal vedação não alcança as casas de diversões eletrônicas, reguladas por portaria ou alvará do juízo da infância.

Pode-se afirmar que

MP SP :: Promotor de Justiça
Substituto
MP SP
2008

Assuntos relacionados

Estatuto da criança e do adolescente

- (a) é correta somente a I.
- (b) é correta somente a II.
- (c) são corretas somente a I e a II.
- (d) são corretas somente a II e a III.
- (e) todas são corretas.

Q.580

Origem

Assinale a alternativa correta.

MP SP :: Promotor de Justiça
Substituto
MP SP
2008

- (a) As ações judiciais da competência da Justiça da Infância e da Juventude não são isentas de custas e emolumentos.
- (b) A apelação em sede de Juízo da Infância e da Juventude terá apenas efeito devolutivo, salvo quando se tratar de sentença que defere adoção por estrangeiro, ou quando houver perigo de dano irreparável ou de difícil reparação.
- (c) O prazo para recorrer das decisões proferidas pela Justiça da Infância e da Juventude não será contado em dobro para a Defensoria Pública e para o Ministério Público, por ser especial a Lei n.º 8.069/90.
- (d) Nos casos de ato infracional, será competente a autoridade judiciária do domicílio dos pais ou responsáveis e, na sua falta, a do local onde se encontrar o infrator.
- (e) O procedimento para imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção à criança e ao adolescente apenas poderá iniciar-se por representação do Conselho Tutelar.

Assuntos relacionados

Estatuto da criança e do
adolescente

Capítulo 11

TJ DFT

11.1 TJ DFT :: Juiz de Direito Substituto

Q.581

Assinale a alternativa incorreta:

- (a) a posse pode ser adquirida pela própria pessoa ou por seu representante;
- (b) o possuidor de boa-fé tem direito, enquanto ela durar, aos frutos percebidos;
- (c) ao possuidor de má-fé serão ressarcidas as benfeitorias necessárias e úteis, e não poderá levantar as voluptuárias;
- (d) os frutos civis reputam-se percebidos dia por dia.

Origem

TJ DFT :: Juiz de Direito
Substituto
TJ DFT
2008

Assuntos relacionados

Posse

Q.582

Analise as seguintes proposições:

- I - considera-se fiduciária a propriedade resolúvel de coisa móvel infungível que o devedor, com escopo de garantia, transfere ao credor;
- II - é válida a cláusula que autoriza o proprietário fiduciário a ficar com a coisa alienada em garantia, se a dívida não for paga no vencimento;
- III - regra geral o usufruto em favor de duas ou mais pessoas extinguir-se-á a parte em relação a cada uma das que falecerem;
- IV - quando o uso consistir no direito de habitar gratuitamente casa alheia, o titular deste direito não a pode emprestar.

Assinale a alternativa adequada:

- (a) apenas uma das proposições é verdadeira.
- (b) apenas uma das proposições é falsa.
- (c) todas as proposições são verdadeiras.
- (d) todas as proposições são falsas.

Origem

TJ DFT :: Juiz de Direito
Substituto
TJ DFT
2008

Assuntos relacionados

Propriedade

Q.583

Origem

Analise as seguintes proposições:

- I - haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem;
- II - é lícito aos interessados prevenirem ou terminarem litígio mediante concessões mútuas (transação), o que inviabiliza avença sobre a incidência de pena convencional;
- III - a responsabilidade civil é independente da criminal, por isso, naquela jurisdição (cível), por exemplo, pode-se questionar sobre a existência do fato, mesmo que esta questão se achar negada no juízo criminal;
- IV - se a dívida se encontrava prescrita, e ocorreu seu pagamento, pode-se requerer sua repetição pelo devedor.
- Assinale a alternativa adequada:

- (a) apenas uma das proposições é verdadeira.
- (b) apenas uma das proposições é falsa.
- (c) todas as proposições são verdadeiras.
- (d) todas as proposições são falsas.

TJ DFT :: Juiz de Direito
Substituto
TJ DFT
2008

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

Q.584

Origem

Analise as seguintes proposições:

- I - aberta a sucessão, a herança transmite-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários, portanto, morto o autor da herança, o legatário, por autoridade própria, pode entrar na posse da coisa;
- II - o instituto da deserção é comum a sucessão legítima e a testamentária;
- III - transmitido o legado ao fiduciário, este o terá sob condição suspensiva;
- IV - para testar, necessária a capacidade plena do testador.
- Assinale a alternativa adequada:

- (a) apenas uma das proposições é verdadeira.
- (b) apenas uma das proposições é falsa.
- (c) todas as proposições são verdadeiras.
- (d) todas as proposições são falsas.

TJ DFT :: Juiz de Direito
Substituto
TJ DFT
2008

Assuntos relacionados

Sucessão em geral

Q.585

Origem

Analise as seguintes proposições:

- I - Ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta, exigindo-se conhecimento das circunstâncias pelo beneficiário;
- II - podem ser objeto de hipoteca: o domínio útil, os navios, as aeronaves;
- III - o homem e a mulher com dezesseis anos podem se casar, todavia, por não serem plenamente capazes, necessitam de autorização judicial;
- IV - são herdeiros necessários apenas os descendentes e ascendentes.
- Correto(s) o(s) seguinte(s) item(ns):

- (a) I.
- (b) II.
- (c) II, III.
- (d) I, II, III e IV.

TJ DFT :: Juiz de Direito
Substituto
TJ DFT
2008

Assuntos relacionados

Penhor
Hipoteca
Anticrese

Q.586

Origem

Assinale a alternativa correta:

TJ DFT :: Juiz de Direito
Substituto
TJ DFT
2008

- (a) o terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, não se sub-roga nos direitos do credor;
- (b) quando se estipular a cláusula penal para o caso de total inadimplemento da obrigação, esta converter-se-á em obrigatória para o credor;
- (c) a garantia da evicção não subsiste se a aquisição do bem tenha realizado em hasta pública;
- (d) a cláusula resolutiva, seja de espécie for, depende de interpelação judicial.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.587

Origem

Analise as seguintes proposições:

TJ DFT :: Juiz de Direito
Substituto
TJ DFT
2008

- I - consideram-se imóveis para os efeitos legais os direitos reais sobre imóvel, como também as ações que os asseguram;
- II - considera-se bem móvel para os efeitos legais o direito à sucessão aberta;
- III - pode ser cobrada retribuição pelo uso dos bens públicos do povo, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem;
- IV - os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis por vontade das partes.

Assinale a alternativa adequada:

Assuntos relacionados

Bens

- (a) apenas uma das proposições é verdadeira.
- (b) apenas uma das proposições é falsa.
- (c) todas as proposições são verdadeiras.
- (d) todas as proposições são falsas.

Q.588

Origem

Analise as seguintes proposições:

TJ DFT :: Juiz de Direito
Substituto
TJ DFT
2008

- I - a lesão, defeito do negócio jurídico, trata-se de instituto acolhido pelo legislador brasileiro, pela primeira vez, com o advento do atual Código Civil;
- II - considera-se coação a prática do ato em razão do simples temor reverencial;
- III - anulável o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma;
- IV - em nenhuma situação poderá reclamar o que, por uma obrigação anulada, pagou a um incapaz.
- V - a invalidade da obrigação principal não tem o condão de afetar as obrigações acessórias, haja vista as invalidades destas não influir naquela (obrigação principal).

Assinale a alternativa adequada:

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

- (a) apenas uma das proposições é verdadeira.
- (b) apenas uma das proposições é falsa.
- (c) todas as proposições são verdadeiras.
- (d) todas as proposições são falsas.

Q.589

Origem

Assinale a alternativa correta:

TJ DFT :: Juiz de Direito
Substituto
TJ DFT
2008

- (a) considera-se termo a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.
- (b) os negócios jurídicos benéficos interpretam-se de forma ampliativa.
- (c) regra geral o encargo não suspende a aquisição nem o exercício do direito.
- (d) defeso ao titular do direito eventual, no caso de condição suspensiva, por ainda não ter adquirido o direito, a que ele visa, praticar atos destinados a conservá-lo.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.590

Origem

Analise as seguintes proposições:

I - a impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico se for relativa;

II - as condições impossíveis, quando resolutivas, são consideradas inexistentes;

III - aquele que, possuindo apenas parentes colaterais, pretender deixar seu patrimônio para um querido amigo, deverá, no testamento, excluí-los.

IV - em negócio jurídico celebrado, as partes podem avençar cláusula de não valer sem instrumento publico, passando este a ser considerado como da substância do ato.

Assinale a alternativa adequada:

TJ DFT :: Juiz de Direito
Substituto
TJ DFT
2008

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.591

Origem

Analise as seguintes proposições:

I - caracteriza-se como negócio jurídico nulo a venda de ascendente a descendente, sem consentimento dos demais descendentes e cônjuge do alienante;

II - são relativamente incapazes para todos os atos da vida civil os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.

III - a idade de uma pessoa se caracteriza como elemento objetivo, portanto, o Código Civil não deixa de proteger o menor relativamente incapaz, eximindo-o da obrigação, quando este, ao contratar, declara-se maior, eis que tal incapacidade independe da sua vontade;

IV - válida a emancipação concedida pelos genitores, mediante instrumento público, todavia, sua eficácia, que não se confunde com validade, dependerá da necessária homologação judicial.

Assinale a alternativa adequada:

TJ DFT :: Juiz de Direito
Substituto
TJ DFT
2008

Assuntos relacionados

- (a) correto apenas o item I.
- (b) corretos os itens I, II e III.
- (c) todos os itens são corretos.
- (d) todos os itens são incorretos.

Q.592

Origem

Analise as seguintes proposições:

I - o instituto da comoriência incidirá quando, em um desastre, falecer parentes, não sendo possível estabelecer ordem cronológica de suas mortes;

II - em determinadas situações, como por exemplo, se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida, ser declarada a sua "morte presumida", sem decretação de ausência;

III - o pseudônimo adotado para atividades lícitas, não sendo nome, não goza da proteção legal dada para este;

IV - para criar uma associação, o seu instituidor fará dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.

Assinale a alternativa adequada:

- (a) apenas uma das proposições é verdadeira.
 - (b) apenas uma das proposições é falsa.
 - (c) todas as proposições são verdadeiras.
 - (d) todas as proposições são falsas.
-

TJ DFT :: Juiz de Direito
Substituto
TJ DFT
2008

Assuntos relacionados

Capítulo 12

TRT 14^a

12.1 TRT 14^a:: Juiz do trabalho substituto

Q.593

Origem

Sobre a solidariedade ativa, à luz do Direito Civil, analise as proposições abaixo e responda:

I. Nas obrigações divisíveis, cada um dos credores solidários terá direito a exigir do devedor o cumprimento da prestação, no que se refere à parte que lhe couber.

II. Os herdeiros do credor solidário somente terão direito a exigir e receber a quota do crédito que corresponder aos seus quinhões hereditários.

III. Tratando-se de solidariedade ativa, pode o devedor opor a um dos credores solidários as exceções pessoais oponíveis aos outros.

IV. O julgamento contrário a um dos credores solidários atinge os demais.

- (a) Há apenas uma proposição verdadeira.
- (b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- (c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- (d) Todas as proposições são verdadeiras.
- (e) Todas as proposições são falsas.

TRT 14^a:: Juiz do trabalho substituto
TRT 14^a
2008

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

Q.594

Origem

Assinale a alternativa falsa:

- (a) Os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo, são relativamente incapazes para a prática de certos atos da vida civil.
- (b) É anulável o ato jurídico praticado por pessoa completamente embriagada que, em razão dessa situação transitória, não se encontrava em condições de exprimir a sua vontade.
- (c) A emancipação voluntária decorre de ato unilateral dos pais, que devem sempre levar em conta o interesse do filho menor, exigindo-se, para isso, instrumento público, sem a necessidade de homologação judicial.
- (d) Salvo as exceções previstas em lei, os direitos da personalidade são irrenunciáveis, intransmissíveis, imprescritíveis e inexpropriáveis.
- (e) O maior de 16 (dezesseis) anos e menor de 18 (dezoito) anos não emancipado pode ser mandatário, independentemente da presença de um assistente.

TRT 14^a:: Juiz do trabalho substituto
TRT 14^a
2008

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

Q.595

Origem

Sobre a transação, à luz do Direito Civil, assinale a alternativa falsa:

TRT 14^a:: Juiz do trabalho
substituto
TRT 14^a
2008

- (a) A transação interpreta-se restritivamente.
- (b) A transação é permitida somente quanto a direitos patrimoniais de caráter privado.
- (c) Pela transação não se transmitem direitos.
- (d) A transação não aproveita e nem prejudica senão aos que nela intervierem, salvo se relativa à coisa indivisível.
- (e) A transação não se anula por erro de direito a respeito das questões que foram objeto de controvérsia entre as partes.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.596

Origem

Considerando as proposições abaixo, à luz do Direito Civil, responda:

TRT 14^a:: Juiz do trabalho
substituto
TRT 14^a
2008

I. A alienação de imóveis que integrem o patrimônio da empresa, ou o gravame dos mesmos de ônus real, pode ser feita pelo empresário casado, sem que necessite de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens do casamento.

II. É obrigatória a inscrição do empresário no cartório de registro de títulos e documentos no Estado em que exerça as suas respectivas atividades mercantis. Atuando em mais de um Estado, deverá também implementar a respectiva inscrição em cada um dos cartórios locais de registro competente.

III. Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda que com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.

IV. A lei autoriza que seja dispensado ao empresário rural tratamento diferenciado quanto à inscrição no registro público e aos efeitos dela decorrentes.

Assuntos relacionados

Empresário

- (a) Apenas as proposições III e IV são verdadeiras.
- (b) Apenas as proposições II e III são verdadeiras.
- (c) Apenas as proposições I, III e IV são verdadeiras.
- (d) Todas as proposições são verdadeiras.
- (e) Todas as proposições são falsas.

Q.597

Origem

Assinale a alternativa verdadeira:

TRT 14^a:: Juiz do trabalho
substituto
TRT 14^a
2008

- (a) A lei nasce com a promulgação e passa a vigorar a partir da sua publicação oficial, salvo se de outra forma ela determinar.
- (b) A lei posterior não revoga a anterior apenas por ser com ela incompatível, sendo necessária a declaração expressa da revogação, salvo se a nova lei regular inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
- (c) A lei revogadora perdendo a vigência, a anterior que havia sido por ela revogada se restaura, salvo disposição em contrário.
- (d) O ordenamento jurídico brasileiro não admite lei de vigência temporária, permanecendo o vigor até que outra a modifique ou revogue.
- (e) A obrigatoriedade da lei brasileira nos Estados estrangeiros, quando admitida, inicia-se apenas três meses depois de oficialmente publicada.

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

Q.598

Origem

Analise as proposições abaixo à luz do Direito Civil e responda:

I. A legislação civil brasileira, ao classificar os bens levando em conta as suas qualidades físicas ou jurídicas, estabeleceu expressamente a distinção entre bens corpóreos e incorpóreos, considerando corpóreos os que têm existência física e incorpóreos aqueles com existência abstrata, ambos, no entanto, avaliáveis economicamente.

II. A fungibilidade é uma característica dos bens móveis, sendo o resultado da comparação entre duas coisas que se consideram equivalentes.

Entretanto, admite a doutrina dominante, e reconhecidamente autorizada, que as partes de uma relação contratual podem tornar infungíveis coisas móveis.

III. São bens consumíveis, de acordo com a definição legal, aqueles utilizados para o consumo, de modo contínuo ou instantâneo, sendo ainda considerados como tais os bens móveis destinados à alienação.

IV. Pelo chamado princípio da gravitação jurídica, os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal abrangem as pertencas, salvo se o contrário resultar da lei ou da vontade as partes.

- (a) Apenas as proposições I e II são verdadeiras.
- (b) Apenas as proposições I e IV são verdadeiras.
- (c) Apenas a proposição II é verdadeira.
- (d) Todas as proposições são verdadeiras.
- (e) Todas as proposições são falsas.

TRT 14^a:: Juiz do trabalho
substituto

TRT 14^a
2008

Assuntos relacionados

Bens

Q.599

Origem

Analise as proposições abaixo à luz do Direito Civil e responda:

I. O negócio jurídico se distingue do ato jurídico em sentido estrito; o primeiro tem como essência a auto-regulação dos interesses particulares em conformidade com o ordenamento jurídico; o segundo não tem função e nem natureza de auto-regulamento.

II. A declaração de vontade é elemento essencial do negócio jurídico, o mesmo não ocorrendo com os atos jurídicos em sentido estrito, cujos efeitos se operam na forma da lei, ficando a intenção ou a manifestação volitiva no plano secundário.

III. O vício de consentimento torna o negócio jurídico anulável, podendo, no entanto, ser confirmado pelas partes, de modo expresso ou tácito, ressalvado o direito de terceiro.

IV. O prazo decadencial para se pleitear a anulação do negócio jurídico é de quatro anos.

- (a) Há apenas uma proposição verdadeira.
- (b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- (c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- (d) Todas as proposições são verdadeiras.
- (e) Todas as proposições são falsas.

TRT 14^a:: Juiz do trabalho
substituto

TRT 14^a
2008

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Capítulo 13

TRT 23ª

13.1 TRT 23ª:: Juiz do trabalho - 2ªetapa

Q.600

Origem

Analise as proposições e assinale a alternativa CORRETA:

I - são causas que interrompem a prescrição, dentre outras: o protesto cambial; qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor ou, ainda, qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor, sendo certo que, a interrupção da prescrição somente poderá ocorrer uma vez;

II - a interrupção da prescrição produzida contra o devedor principal não prejudica o fiador. A interrupção da prescrição por um credor não aproveita aos outros; semelhantemente, a interrupção operada contra o co-devedor, ou seu herdeiro, não prejudica aos demais coobrigados;

III - não corre a prescrição, dentre outras hipóteses: contra os ausentes do País em serviço público da União, dos Estados, dos Municípios e de suas autarquias, fundações ou das empresas públicas, ou, ainda, entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar;

IV - A interrupção por um dos credores solidários aproveita aos outros; assim como a interrupção efetuada contra o devedor solidário envolve os demais e seus herdeiros.

- (a) todas as proposições estão corretas;
- (b) apenas as proposições I e II e IV estão corretas;
- (c) apenas as proposições II e III estão corretas;
- (d) apenas as proposições I, III e IV estão incorretas;
- (e) apenas as proposições I e IV estão corretas.

TRT 23ª:: Juiz do trabalho -
2ªetapa
TRT 23ª
2008

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Q.601

Origem

Assinale a alternativa CORRETA:

I - da personalização das sociedades empresárias decorre o princípio da autonomia patrimonial, que é um dos elementos fundamentais do direito societário; em razão desse princípio, os sócios, em regra, não respondem pelas obrigações da sociedade;

II - a cláusula resolutiva expressa opera de pleno direito; a tácita depende de interpelação judicial;

III - a onerosidade excessiva que fundamenta a cláusula rebus sic stantibus implica a impossibilidade superveniente de cumprir a obrigação;

IV - em matéria de responsabilidade civil, o Código Civil, como regra geral, considera a teoria da responsabilidade subjetiva, embora alguns autores admitam que, com o novo texto, a regra geral seria a da teoria da responsabilidade objetiva.

- (a) todas as opções estão corretas;
- (b) apenas três opções estão corretas;
- (c) apenas duas opções estão corretas;
- (d) apenas uma opção está correta;
- (e) todas as opções estão incorretas.

TRT 23ª.: Juiz do trabalho -
2ª etapa
TRT 23ª
2008

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

Q.602

Origem

Dadas as proposições, assinale a alternativa CORRETA:

I - antes da escolha, não poderá o devedor alegar perda ou deterioração da coisa, ainda que por força maior ou caso fortuito;

II - nas obrigações de não fazer, em caso de urgência, poderá o credor desfazer ou mandar desfazer o ato, a cuja abstenção se obrigara o devedor, independentemente de autorização judicial, sem prejuízo de eventual ressarcimento;

III - não importará renúncia da solidariedade a propositura de ação pelo credor contra um ou alguns dos devedores solidários;

IV - a obrigação que tem o condômino de contribuir para a conservação ou divisão do bem comum, assim como a obrigação dos proprietários de imóveis vizinhos de concorrer para as despesas de construção de tapumes divisórios, são exemplos, segundo a doutrina, das chamadas obrigações propter rem.

- (a) todas as proposições estão corretas;
- (b) apenas a proposição I está incorreta;
- (c) apenas a proposição II está incorreta;
- (d) apenas a proposição III está incorreta;
- (e) apenas a proposição IV está incorreta.

TRT 23ª.: Juiz do trabalho -
2ª etapa
TRT 23ª
2008

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

Q.603

Origem

Dadas as proposições abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

- I - a incorporação é a operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações, devendo todas aprová-la, na forma estabelecida para os respectivos tipos;
- II - fusão é a operação pela qual a sociedade passa, independentemente de dissolução e liquidação, de um tipo para outro;
- III - transformação é a operação pela qual se unem duas ou mais sociedades para formar uma sociedade nova que lhes sucederá em direitos e obrigações;
- IV - a cisão de empresa não implica, necessariamente, na extinção da sociedade cindida, já que a cisão poderá ser parcial.

- (a) todas as opções estão corretas;
- (b) apenas três opções estão corretas;
- (c) apenas duas opções estão corretas;
- (d) apenas uma opção está correta;
- (e) todas as opções estão incorretas.

TRT 23^a:: Juiz do trabalho -
2^a etapa
TRT 23^a
2008

Assuntos relacionados

Sociedade personificada

Q.604

Origem

Assinale a alternativa CORRETA:

- I - de acordo com o Código Civil, o juiz pode, de ofício, em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pela confusão patrimonial, ou pelo desvio de finalidade, decidir que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica;
- II - na sociedade cooperativa, a responsabilidade do cooperado será sempre limitada ao valor de sua quota social;
- III - a intransferibilidade das quotas do capital a terceiros estranhos à sociedade, salvo por herança, é uma das características da sociedade cooperativa;
- IV - nos termos do Código Civil, na sociedade limitada os sócios poderão contribuir para a formação do capital social com bens, dinheiro, crédito e serviços.

- (a) todas as opções estão corretas;
- (b) apenas três opções estão corretas;
- (c) apenas duas opções estão corretas;
- (d) apenas uma opção está correta;
- (e) todas as opções estão incorretas.

TRT 23^a:: Juiz do trabalho -
2^a etapa
TRT 23^a
2008

Assuntos relacionados

Sociedade personificada

Q.605

Origem

Xistus, alpinista, dias depois de iniciada a escalada do Monte Everest - face norte - manteve o último contato informando que estava gravemente ferido e sem oxigênio suplementar, além de outras sérias dificuldades (tempestades, avalanches etc.). Depois disso, apesar do empenho das equipes de salvamento, Xistus não foi localizado, concluindo-se as buscas 30 dias após o último contato. No caso hipotético, à vista do direito vigente, marque a alternativa CORRETA.

I - depois de esgotadas as buscas e averiguações, poderá ser declarada a morte presumida de Xistus, sem a decretação de sua ausência, devendo a sentença fixar a data provável de seu falecimento;

II - o cônjuge de Xistus, desde que não esteja separado judicialmente ou de fato, por mais de dois anos antes da decretação da ausência, será nomeado o seu legítimo curador;

III - a sentença que determinar a abertura da sucessão provisória só produzirá efeito cento e oitenta dias depois de publicada pela imprensa; mas, logo que passe em julgado, proceder-se-á a abertura do testamento, se houver, e ao inventário e partilha dos bens, como se Xistus falecido fosse;

IV - dez anos depois de passada em julgado a sentença que concede a abertura da sucessão provisória, poderão os interessados requerer a sucessão definitiva e o levantamento das cauções prestadas.

- (a) todas as proposições estão corretas;
- (b) apenas as proposições I, II e III estão corretas;
- (c) apenas as proposições I, III e IV estão corretas;
- (d) apenas as proposições II, III e IV estão corretas;
- (e) apenas as proposições I, II e IV estão corretas.

TRT 23^a:: Juiz do trabalho -
2^aetapa
TRT 23^a
2008

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

Q.606

Origem

Assinale a alternativa CORRETA:

I - a exceção de contrato não cumprido (exceptio non adimpleti contractus) é inerente aos contratos bilaterais;

II - a doação pode ser revogada por ingratidão do donatário. Contudo, nesse caso, não se pode renunciar antecipadamente o direito de revogá-la;

III - é nulo o contrato de compra e venda quando um dos contratantes se encarrega de fixar, unilateralmente, o preço da coisa;

IV - a doação feita a nascituro é válida, transmitindo desde logo a propriedade do bem doado.

- (a) todas as opções estão corretas;
- (b) apenas três opções estão corretas;
- (c) apenas duas opções estão corretas;
- (d) apenas uma opção está correta;
- (e) todas as opções estão incorretas.

TRT 23^a:: Juiz do trabalho -
2^aetapa
TRT 23^a
2008

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.607

Origem

Analise as proposições e assinale a alternativa CORRETA:

I - em relação aos bens reciprocamente considerados, consideram-se pertencentes os bens que, constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro;
II - podem os cônjuges, ou a entidade familiar, mediante escritura pública ou testamento, destinar parte de seu patrimônio para instituir bem de família, desde que não ultrapasse a metade do patrimônio líquido existente ao tempo da instituição, mantidas as regras sobre a impenhorabilidade do imóvel residencial estabelecida em lei especial;
III - extingue-se o bem de família com a morte de ambos os cônjuges, sobrevivendo a maioria dos filhos, desde que não sujeitos a curatela;
IV - o bem de família, quando instituído pelos cônjuges ou por terceiro, depois de registrado no Cartório de Registro de Imóveis, é absolutamente impenhorável.

- (a) todas as opções estão corretas;
- (b) apenas três opções estão corretas;
- (c) apenas duas opções estão corretas;
- (d) apenas uma opção está correta;
- (e) todas as opções estão incorretas.

TRT 23ª.: Juiz do trabalho -
2ª etapa
TRT 23ª
2008

Assuntos relacionados

Bem de família

Q.608

Origem

Analise as proposições e assinale a alternativa CORRETA:

I - sendo resolutive a condição, enquanto esta não se realizar, não se perfectibilizará o negócio jurídico;
II - em relação aos defeitos do negócio jurídico, ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta;
III - na compra e venda de imóveis, na modalidade ad mensuram (por medida), o comprador tem direito a complementação da área ou a redução do preço, se a respectiva área não corresponder às dimensões dadas, ao contrário do que ocorre na modalidade de compra e venda ad corpus (coisa certa), que não haverá complemento de área, nem devolução de excesso;
IV - são civilmente responsáveis pelo ressarcimento de dano, decorrente de publicação pela imprensa, tanto o autor do escrito quanto o proprietário do veículo de divulgação.

- (a) todas as opções estão corretas;
- (b) apenas três opções estão corretas;
- (c) apenas duas opções estão corretas;
- (d) apenas uma opção está correta;
- (e) todas as opções estão incorretas.

TRT 23ª.: Juiz do trabalho -
2ª etapa
TRT 23ª
2008

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.609

Origem

Dadas as proposições, assinale a alternativa CORRETA:

I - pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções legais. Em se tratando de morto, terá legitimação para requerer essa medida o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau;

II - são incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer: Os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos; os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido; os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo, além dos pródigos;

III - decai em dois anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro;

IV - se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões se tomarão pela maioria de votos dos presentes, salvo se o ato constitutivo dispuser de modo diverso, decaindo em três anos o direito de anular essas decisões quando violarem a lei ou estatuto, ou forem eivadas de erro, dolo, simulação ou fraude.

- (a) todas as proposições estão corretas;
- (b) apenas as proposições I, II e III estão corretas;
- (c) apenas as proposições I, III e IV estão corretas;
- (d) apenas as proposições II, III e IV estão corretas;
- (e) apenas as proposições I, II e IV estão corretas.

TRT 23ª:: Juiz do trabalho -
2ª etapa
TRT 23ª
2008

Assuntos relacionados

Capítulo 14

TRT 3ª Região

14.1 TRT 3ª Região :: Juiz do Trabalho Substituto

Q.610

Origem

Sob a ótica do novo Código Civil, e especificamente no que tange a responsabilidade civil, analise as afirmativas abaixo:

I - O incapaz não responde pelos prejuízos que causar.

II - Os pais são responsáveis pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade.

III - A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar sobre a existência do fato ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.

IV - O direito de exigir reparação transmite-se com a herança e o da obrigação de prestar a reparação não.

V - Poderá o prejudicado exigir que a indenização seja paga de uma só vez se da ofensa resultar defeito pelo qual o ofendido não possa exercer o seu ofício ou profissão ou se lhe diminua a capacidade de trabalho. Agora, assinale a alternativa correta:

TRT 3ª Região :: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 3ª Região
2008

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

- (a) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- (b) Apenas os itens I, II e V estão corretos.
- (c) Apenas os itens II, IV e V estão corretos.
- (d) Apenas os itens II, III e V estão corretos .
- (e) Apenas os itens I, II, III e V estão corretos.

Q.611

Origem

Considerando o novo Código Civil, são características da sociedade cooperativa, exceto:

(a) dispensa do capital social.

(b) intransferibilidade de quotas do capital a terceiros estranhos à sociedade, ainda que por herança.

(c) direito de cada sócio a um só voto nas deliberações, tenha ou não capital a sociedade, e qualquer que seja o valor de sua participação.

(d) distribuição de resultados, proporcionalmente ao valor das operações efetuadas pelo sócio com a sociedade.

(e) indivisibilidade do fundo de reserva entre os sócios, exceção ao caso de dissolução da sociedade .

TRT 3ª Região :: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 3ª Região
2008

Assuntos relacionados

Sociedade personificada

Q.612

Origem

Sobre os fatos jurídicos, escolha a opção correta, após análise das afirmativas abaixo:

I. A incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos co-interessados capazes, salvo se, neste caso, for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.

II. O termo inicial suspende o exercício, mas não a aquisição do direito e a ele se aplicam, no que couber, as disposições relativas à condição suspensiva.

III. É nulo o negócio jurídico simulado. Haverá simulação nos negócios jurídicos quando aparentarem conferir ou transmitir direitos a pessoas diversas daquelas às quais realmente se conferem, ou transmitem, contiverem declaração, confissão, condição ou cláusula não verdadeira, os instrumentos particulares forem antedatados, ou pós-datados.

IV. Quando existe incapacidade relativa do agente, o negócio jurídico é anulável, o mesmo ocorrendo por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores.

V. comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

- (a) Uma afirmativa está correta.
- (b) Duas afirmativas estão corretas.
- (c) Três afirmativas estão corretas.
- (d) Quatro afirmativas estão corretas.
- (e) Todas as afirmativas estão corretas.

TRT 3ª Região :: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 3ª Região
2008

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.613

Origem

Sobre as pessoas, analise as afirmativas abaixo e assinale a opção correta:

I. A morte presumida ou ausência ocorre quando for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida, quando alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra ou quando a pessoa desaparece do seu domicílio sem dela haver notícia.

II. O nome da pessoa e o pseudônimo adotado para atividades lícitas não podem ser empregados por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória, ou usados, sem autorização, em propaganda comercial.

III. As associações são constituídas pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos e seus estatutos regerão os direitos e obrigações recíprocos entre os associados.

IV. O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo. Se, porém, a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio seu qualquer delas. É também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida. Se a pessoa exercitar profissão em lugares diversos, cada um deles constituirá domicílio para as relações que lhe corresponderem.

V. O Ministério Público do Estado velará pelas fundações nele situadas. Se elas estenderem a atividade por mais de um Estado, caberá o encargo, em cada um deles, ao respectivo Ministério Público.

- (a) As afirmativas I e III estão corretas.
- (b) As afirmativas I e II estão corretas.
- (c) As afirmativas II e III estão corretas.
- (d) As afirmativas II, IV e V estão corretas.
- (e) As afirmativas II, III e IV estão corretas.

TRT 3ª Região :: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 3ª Região
2008

Assuntos relacionados

Capítulo 15

TRT 8ª

15.1 TRT 8ª:: Juiz federal do trabalho substituto

Q.614

Origem

Considerando as disposições do Código Civil, referente às obrigações, é CORRETO afirmar:

TRT 8ª:: Juiz federal do trabalho substituto
TRT 8ª
2008

(a) Se a obrigação for de restituir coisa certa, e esta, sem culpa do devedor, se perder antes da tradição, responderá o devedor pelo equivalente. Se a coisa se perder por culpa do devedor, responderá este pelo equivalente, mais perdas e danos.

(b) Tratando-se de obrigação de dar coisa incerta, nas coisas determinadas pelo gênero e pela quantidade, a escolha pertence ao credor, se o contrário não resultar do título da obrigação. Realizada a escolha, o negócio jurídico reger-se-á pelas normas pertinentes às obrigações de dar coisa certa.

(c) Na obrigação de fazer, incorre na obrigação de indenizar perdas e danos o devedor que recusar a prestação a ele só imposta, ou só por ele exeqüível. Em caso de urgência e tratando-se de obrigação fungível, pode o credor, mercê de autorização judicial, executar ou mandar executar o fato, sendo depois ressarcido.

(d) Havendo mais de um devedor ou mais de um credor em obrigação divisível, esta presume-se dividida em tantas obrigações, iguais e distintas, quantos os credores ou devedores. Se, havendo dois ou mais devedores, a prestação não for divisível, cada um será obrigado pela dívida toda, porém o devedor, que paga a dívida, sub-roga-se no direito do credor em relação aos outros coobrigados.

(e) O adquirente de imóvel hipotecado pode tomar a seu cargo o pagamento do crédito garantido; se o credor, notificado, não impugnar em sessenta dias a transferência do débito, entender-se-á dado o assentimento.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

Q.615

Origem

Assinale a alternativa CORRETA:

TRT 8^a:: Juiz federal do trabalho
substituto
TRT 8^a
2008

- (a) Se duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra, as duas obrigações extinguem-se por confusão, até onde se compensarem.
- (b) Ocorre a novação: I - quando o devedor contrai com o credor nova dívida para extinguir e substituir a anterior; II - quando novo devedor sucede ao antigo, ficando este quite com o credor ou, III - quando, em virtude de obrigação nova, outro credor é substituído ao antigo, ficando o devedor quite com este.
- (c) A devolução voluntária do objeto empenhado, quando por escrito particular ou por tradição, prova desoneração do devedor e seus coobrigados, se o credor for capaz de alienar, e o devedor capaz de adquirir.
- (d) A regra geral é que o devedor em mora responde pela impossibilidade da prestação, mesmo que essa impossibilidade resulte de caso fortuito ou de força maior. A única hipótese a afastar a responsabilidade do devedor é este comprovar que o dano sobreviria ainda quando a obrigação fosse oportunamente desempenhada.
- (e) Tratando-se de vício redibitório, o adquirente decai do direito de obter a redibição ou abatimento no preço no prazo de trinta dias se a coisa for móvel; é de seis meses se for imóvel, contado da entrega efetiva; se já estava na posse, o prazo conta-se da alienação, reduzido à metade.

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

Q.616

Origem

Assinale a alternativa CORRETA, considerando as disposições do Código Civil:

TRT 8^a:: Juiz federal do trabalho
substituto
TRT 8^a
2008

- (a) A lei civil possui dispositivo onde prevê a responsabilidade objetiva do Estado. Pelos seus termos, as pessoas jurídicas de direito público interno e as privadas prestadoras de serviço público são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo.
- (b) Quanto às pessoas jurídicas, o domicílio é: I - da União, o Distrito Federal; II - dos Estados e Territórios, as respectivas capitais; III - do Município, o lugar onde funcione a administração municipal; IV - das demais pessoas jurídicas, o lugar onde funcionarem as respectivas diretorias e administrações, ou onde elegerem domicílio especial no seu estatuto ou atos constitutivos. Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para todos os efeitos legais.
- (c) Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso. O domicílio do incapaz é o do seu representante ou assistente; o do servidor público, o lugar em que exercer permanentemente suas funções; o do militar, onde servir, e, sendo da Marinha ou da Aeronáutica, a sede do comando a que se encontrar imediatamente subordinado; o do marítimo, onde o navio estiver fundeado; e o do preso, o lugar em que cumprir a sentença.
- (d) O agente diplomático do Brasil, que, citado no estrangeiro, alegar extraterritorialidade sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, deverá ser demandado no Distrito Federal.
- (e) Muda-se o domicílio, transferindo a residência, com a intenção manifesta de o mudar. A prova da intenção resultará do que declarar a pessoa às municipalidades dos lugares, que deixa, e para onde vai, ou, se tais declarações não fizer, da própria mudança, com as circunstâncias que a acompanharem.

Assuntos relacionados

Domicílio

Q.617

Origem

Assinale a alternativa INCORRETA, considerando as normas do Código Civil:

TRT 8ª: Juiz federal do trabalho
substituto
TRT 8ª
2008

(a) Tratando-se de responsabilidade por ato jurídico anulado pelo vício do dolo, a responsabilidade do representado será limitada ao proveito que teve, se for representação legal; se a representação for convencional, o representado responderá solidariamente com ele por perdas e danos.

(b) A verificação da existência de coação, para viciar a declaração da vontade, envolve elementos de natureza subjetiva, que digam respeito à pessoa coagida. Porém é certo que não se considera coação a ameaça do exercício normal de um direito, nem o simples temor reverencial.

(c) É de quatro anos o prazo para pleitear a anulação do negócio jurídico, contado do dia em que se realizou o negócio jurídico, no caso de coação, erro, dolo, fraude contra credores, estado de perigo ou lesão.

(d) A anulabilidade por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores não tem efeito antes de julgada por sentença, nem se pronuncia de ofício; só os interessados a podem alegar, e aproveita exclusivamente aos que a alegarem, salvo o caso de solidariedade ou indivisibilidade.

(e) Tratando-se de negócio jurídico nulo, as nulidades podem ser alegadas por qualquer interessado, ou pelo Ministério Público, quando lhe couber intervir. Independentemente de requerimento das partes, será pronunciada pelo juiz, quando conhecer do negócio jurídico ou dos seus efeitos e as encontrar provadas, não lhe sendo permitido suprilas, ainda que a requerimento das partes. O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, nem convalesce pelo decurso do tempo.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.618

Origem

Com relação ao negócio jurídico é CORRETO afirmar, exceto:

TRT 8ª: Juiz federal do trabalho
substituto
TRT 8ª
2008

(a) Sobrevindo a condição resolutiva, extingue-se, para todos os efeitos, o direito a que ela se opõe; mas, se aposta a um negócio de execução continuada ou periódica, a sua realização, salvo disposição em contrário, tem eficácia quanto aos atos já praticados, desde que compatíveis com a natureza da condição pendente e conforme aos ditames de boa-fé.

(b) De regra a manifestação de vontade subsiste, salvo nos casos que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, com pleno conhecimento do destinatário.

(c) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se estritamente.

(d) É anulável o negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com aquele tratou, sendo de cento e oitenta dias, a contar da conclusão do negócio ou da cessação da incapacidade, o prazo de decadência para pleitear essa anulação.

(e) Os negócios jurídicos entre vivos, sem prazo, são exequíveis desde logo, salvo se a execução tiver de ser feita em lugar diverso ou depender de tempo.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.619

Origem

Sobre penhora, assinale a alternativa INCORRETA:

TRT 8ª:: Juiz federal do trabalho
substituto
TRT 8ª
2008

- (a) A penhora de crédito representado por letra de câmbio far-se-á pela apreensão do documento, esteja ou não em poder do devedor. Se o título não for apreendido, mas o terceiro confessar a dívida, será havido como depositário da importância. O terceiro só se exonerará da obrigação, depositando em juízo a importância da dívida; se o terceiro negar o débito em conluio com o devedor, a quitação, que este lhe der, considerar-se-á em fraude de execução.
- (b) Feita a penhora em direito e ação do devedor, e não tendo este oferecido embargos, ou sendo estes rejeitados, o credor fica subrogado nos direitos do devedor até a concorrência do seu crédito. A sub rogação não impede ao subrogado, se não receber o crédito do devedor, de prosseguir na execução, nos mesmos autos, penhorando outros bens.
- (c) A penhora de empresa, que funcione mediante autorização, far-se-á conforme o valor do crédito sobre a renda, sobre determinados bens, ou sobre todo o patrimônio, nomeando o juiz como depositário, de preferência, um de seus diretores. Por outro lado, a penhora sobre aeronave não obsta a que continue operando até a alienação; mas o juiz, ao conceder a autorização para operar, não permitirá que saia do aeroporto antes que o devedor faça o seguro usual contra riscos.
- (d) As pedras e os metais preciosos, bem como os papéis de crédito, serão preferencialmente depositados na Caixa Econômica Federal, impondo-se que apenas as jóias sejam depositadas com registro do valor estimado de resgate.
- (e) Na penhora de percentual do faturamento da empresa executada, será nomeado depositário, com a atribuição de submeter à aprovação judicial a forma de efetivação da constrição, bem como de prestar contas mensalmente, entregando ao exequente as quantias recebidas a fim de serem imputadas no pagamento da dívida.

Assuntos relacionados

Q.620

Origem

Sobre títulos executivos extrajudiciais, assinale a alternativa INCORRETA:

TRT 8ª:: Juiz federal do trabalho
substituto
TRT 8ª
2008

- (a) É definitiva a execução fundada em título executivo extrajudicial; é provisória enquanto pendente apelação da sentença de improcedência dos embargos do executado, quando recebidos com efeito suspensivo.
- (b) São títulos executivos extrajudiciais: os honorários do árbitro, ou dos árbitros, no compromisso arbitral; o crédito decorrente de foro e laudêmio; as decisões do Tribunal de Contas da União de que resulte imputação de débito ou multa.
- (c) São títulos executivos extrajudiciais: as transações relativas a alimentos devidos ao idoso, celebradas perante o promotor de justiça; o termo de compromisso de cessação de prática antitruste, bem como as decisões do plenário do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, cominando multa ou impondo obrigação de fazer ou não fazer.
- (d) São títulos executivos extrajudiciais: os contratos de anticrese e caução; o termo de conciliação derivado de acordo celebrado perante comissão de conciliação prévia; o contrato escrito de honorários de advogado; e o termo de ajustamento de conduta tomado por órgão público.
- (e) São títulos executivos extrajudiciais: o boletim de subscrição e o aviso de chamada, previstos na Lei de Sociedades Anônimas, bem assim o termo de compromisso referente à subscrição de ações preferenciais.

Assuntos relacionados

Capítulo 16

VUNESP

16.1 Defensoria Pública - MS :: Defensor Público Substituto

Q.621

Origem

Marta adquiriu de Joana, herdeira de José, e que apresenta distúrbio psíquico incapacitante, um imóvel, por meio de escritura pública de cessão de direitos hereditários, em 17 de janeiro de 1995. Joana foi declarada totalmente incapaz somente em 12 de agosto de 2008. Diante desse fato, aponte a alternativa correta.

Defensoria Pública - MS ::
Defensor Público Substituto
VUNESP
2008

Assuntos relacionados

- (a) Está prescrito o direito de Joana, representada por seu procurador, requerer a anulação do negócio jurídico, uma vez que não era incapaz na ocasião do negócio, por não estar interditada.
- (b) Não prescreveu o direito de Joana, por seu procurador, requerer a anulação do negócio jurídico, pois não corre prescrição contra incapazes, mesmo não tendo sido declarada incapaz.
- (c) Está prescrito o direito de Joana, representada por seu procurador, requerer a declaração de nulidade do negócio jurídico, pois não era incapaz na ocasião do negócio.
- (d) Não prescreveu o direito de Joana, por seu procurador, requerer a nulidade do negócio jurídico, pois não corre prescrição contra incapazes, não convalidando pelo decurso do tempo.

Prescrição
Decadência

Q.622

Origem

O proprietário de prédio superior pretende obrigar que o dono do prédio inferior suporte o escoamento das águas fluviais e de seu esgoto, uma vez que não há coleta de esgoto disponível para o imóvel superior. Em razão desse fato, aponte a alternativa correta.

Defensoria Pública - MS ::
Defensor Público Substituto
VUNESP
2008

Assuntos relacionados

- (a) O imóvel inferior deverá suportar o escoamento das águas que correm naturalmente, mas não do esgoto.
- (b) O imóvel inferior deverá suportar o escoamento das águas fluviais e da passagem do esgoto.
- (c) Não se poderá exigir do proprietário superior outra solução para o problema, uma vez que a situação decorre da lei da gravidade.
- (d) O proprietário do imóvel superior não deverá indenizar pelo fato, uma vez que o imóvel inferior deve suportar o ônus.

Propriedade

Q.623

Origem

Indique a alternativa correta.

- (a) Na inseminação heteróloga, a paternidade se presume, mesmo sem a apresentação da autorização do marido, uma vez que a paternidade corresponde à paternidade de intenção.
- (b) Na inseminação heteróloga, inexistindo o consentimento do marido, com sua recusa no reconhecimento da paternidade, ensejará na impossibilidade do reconhecimento judicial.
- (c) A utilização dos embriões excedentários, após a morte do marido, apenas poderá ocorrer naqueles havidos nos 300 (trezentos) dias subsequentes à referida morte.
- (d) O filho concebido por meio da inseminação homóloga tem direito a conhecer sua ascendência genética de forma ampla e irrestrita, ainda sem autorização do marido.

Defensoria Pública - MS ::
Defensor Público Substituto
VUNESP
2008

Assuntos relacionados

Relações de parentesco

Q.624

Origem

Assinale a alternativa correta.

- (a) O doador não pode estipular que os bens doados voltem ao seu patrimônio, exceto se tratar de todos os seus bens.
- (b) É possível, no contrato de doação, cláusula de reversão em favor de terceiro, com a morte do doador.
- (c) Com a cláusula de reversão, se o doador falecer antes do donatário, com a morte deste, os bens passam aos herdeiros do doador.
- (d) O doador pode estipular que os bens doados voltem para seu patrimônio, se sobreviver ao donatário.

Defensoria Pública - MS ::
Defensor Público Substituto
VUNESP
2008

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.625

Origem

José e Maria transferiram o domínio de um terreno à Construtora X por meio de escritura pública, livre e desembaraçado de quaisquer ônus. A construtora, a fim de garantir o financiamento da construção do edifício projetado sobre o terreno, para fins não residenciais, deu o imóvel em garantia ao Banco Y, que liberaria o ônus, assim que quitado o empréstimo. Para o pagamento do terreno, José e Maria receberiam 4 unidades a serem construídas, sendo que ao final, receberam as unidades hipotecadas, em virtude de que a construtora não quitou o débito com o banco. Diante desse fato, indique a alternativa correta.

- (a) É possível a execução da hipoteca, em razão da inadimplência da construtora.
- (b) A hipoteca, mesmo posterior, não tem eficácia perante a permuta havida.
- (c) O ônus hipotecário abrange somente o terreno e não as unidades construídas.
- (d) A hipoteca não poderá ser extinta, ainda que haja remição do devedor.

Defensoria Pública - MS ::
Defensor Público Substituto
VUNESP
2008

Assuntos relacionados

Penhor
Hipoteca
Anticrese

Q.626

Origem

No que diz respeito ao regime de bens, indique a alternativa correta.

- (a) No regime de comunhão universal, estão excluídos os bens gravados de fideicomisso e o direito do herdeiro fideicomissário, antes de realizada a condição suspensiva.
- (b) No regime da comunhão parcial de bens, não se excluem os adquiridos com valores exclusivamente pertencentes a um dos cônjuges em sub-rogação dos bens particulares.
- (c) Não entram na comunhão, no regime de comunhão parcial, os frutos dos bens particulares percebidos na constância do casamento, ou pendentes ao tempo de cessar a união.
- (d) É nulo o pacto antenupcial se não for feito por escritura pública e anulável se não lhe seguir o casamento com o regime de bens estabelecido no instrumento público.

Defensoria Pública - MS ::
Defensor Público Substituto
VUNESP
2008

Assuntos relacionados

Regime de bens entre os cônjuges

Q.627

Origem

Considere as seguintes assertivas:

- I. Transmite-se aos herdeiros do devedor, nos limites da herança, a obrigação de prestar alimentos à ex-companheira.
 - II. Quem deixa de pagar débito alimentar decorrente de ato ilícito não está sujeito à prisão civil.
 - III. A diferença de causa nas dívidas não impede a compensação se uma se originar em alimentos.
 - IV. Não pode o credor deixar de exercer, porém lhe é vedado renunciar o direito a alimentos, sendo o respectivo crédito insuscetível de cessão, compensação ou penhora.
- Está correto apenas o que se afirma em

- (a) I e IV.
- (b) III e IV.
- (c) I e II.
- (d) II e III.

Defensoria Pública - MS ::
Defensor Público Substituto
VUNESP
2008

Assuntos relacionados

Alimentos

Q.628

Origem

Considere as assertivas a seguir:

- I. A exigência de cláusula penal moratória depende da utilidade do cumprimento atrasado da obrigação e exclui a pretensão ao adimplemento.
 - II. A exigência de cláusula penal compensatória exclui a pretensão ao adimplemento ou à indenização por perdas e danos.
 - III. Com a cláusula penal compensatória, o credor é ressarcido pelas perdas e danos decorrentes do descumprimento da obrigação e a estipulação é como uma pré-fixação desses prejuízos.
 - IV. A cláusula penal moratória é estabelecida apenas para o caso de inadimplemento completo da obrigação.
- É correto o que se afirma apenas em

- (a) I e III.
- (b) II e IV.
- (c) I e IV.
- (d) II e III.

Defensoria Pública - MS ::
Defensor Público Substituto
VUNESP
2008

Assuntos relacionados

Contratos

Q.629

No tocante à teoria do abuso do direito, na forma consagrada no Código Civil, assinale a alternativa correta.

- (a) Exige-se o elemento culposo para a caracterização de um ato de abuso, traduzido no interesse.
- (b) A ilicitude de um ato não pode ser condicionada ao seu objeto, ou seja, ao efeito material e jurídico.
- (c) Caracteriza-se por uma observação objetiva da conduta que excede os limites impostos na forma da lei.
- (d) Não há dano lícito, em nenhuma hipótese que se observe a prática de um ato contrário ao direito.

Origem

Defensoria Pública - MS ::
Defensor Público Substituto
VUNESP
2008

Assuntos relacionados

Contratos

Q.630

Indique a alternativa correta.

- (a) A invalidade do instrumento induz a do negócio jurídico, mesmo que se possa provar sua existência, por outro meio lícito.
- (b) Ninguém pode reclamar o que, por uma obrigação anulada, pagou a um incapaz, se não provar que reverteu em proveito dele a importância paga.
- (c) Quando a lei dispuser que um ato é anulável, sem estabelecer prazo para a anulação, será de quatro anos, a contar da conclusão do ato.
- (d) Além dos casos expressamente declarados em lei, é anulável o negócio jurídico por incapacidade absoluta do agente.

Origem

Defensoria Pública - MS ::
Defensor Público Substituto
VUNESP
2008

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Parte III

2007

Capítulo 17

CAIPIMES

17.1 São Paulo Turismo :: Advogado

Q.631

Origem

Acerca da culpa é correto afirmar que:

São Paulo Turismo :: Advogado
CAIPIMES
2007

- (a) se diferencia do dolo, pois decorre da infração consciente do dever preexistente.
- (b) não é critério para aferição da diligência exigível do agente e caracterização da culpa, a comparação de seu comportamento com o do homem ideal.
- (c) mede-se a indenização pelo grau de culpa e não pela extensão do dano.
- (d) a concepção clássica é a de que a vítima não tem de provar a culpa do agente para obter a reparação.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

Q.632

Origem

Quanto à responsabilidade civil, é falso afirmar que:

São Paulo Turismo :: Advogado
CAIPIMES
2007

- (a) na responsabilidade aquiliana, sobre o lesado não recai o ônus de provar culpa ou dolo do causador do dano.
- (b) via de regra a obrigação de indenizar assenta-se na prática de um ato ilícito.
- (c) diz-se ser subjetiva a responsabilidade quando se esteia na idéia de culpa.
- (d) todo inadimplemento presume-se culposos.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

Q.633

Origem

Assinale a letra que contenha a ordem que expresse a correlação correta.

V - verdadeiro F - falso

() O consignatário se exonera da obrigação de pagar o preço, se a restituição da coisa, em sua integridade, se tornar impossível, ainda que por fato a ele não imputável

() A venda com reserva de domínio é modalidade especial de venda de coisa móvel, em que o vendedor tem a própria coisa vendida como garantia do recebimento do preço

() O comodato é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis

() No contrato de empreitada, se o dono a recebe e paga o que lhe foi entregue, presume-se verificado e em ordem, não poderá, então, enjeitá-la, mesmo que o empreiteiro tenha-se afastado das instruções recebidas.

(a) F, F, V, F.

(b) V, V, V, F.

(c) F, V, V, F.

(d) V, F, F, F.

São Paulo Turismo :: Advogado
CAIPIMES
2007

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.634

Origem

Assinale a alternativa incorreta:

(a) o credor não é obrigado a aceitar pagamento parcial.

(b) imputar o pagamento é indicar o que se está pagando, no caso de dois ou mais débitos da mesma natureza, líquidos e vencidos, em favor de um só credor.

(c) a obrigação somente pode ser extinta pelo pagamento.

(d) a transação ocorre quando as partes fazem concessões recíprocas, para evitar ou terminar um litígio.

São Paulo Turismo :: Advogado
CAIPIMES
2007

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

Q.635

Origem

Em face da teoria da aparência de direito, considere as afirmações abaixo:

I. O Direito atribui valor jurídico a certos atos que, por si mesmo, não teriam possibilidade de gerar efeitos legais para proteger a boa-fé e o trato habitual dos negócios.

II. A teoria da aparência não se aplica às situações de herdeiro aparente e cobrador aparente.

III. Um contrato será válido ainda que contenha apenas uma assinatura, uma vez que se trata de ato praticado por titular aparente do direito.

IV. Dentre os requisitos da aparência destaca-se a impossibilidade da convalidação do ato, como medida de equidade e de tutela da fé pública.

Estão corretas SOMENTE as afirmações:

(a) I e IV.

(b) II e III.

(c) I e III.

(d) II, III e IV.

São Paulo Turismo :: Advogado
CAIPIMES
2007

Assuntos relacionados

Contratos

Q.636

Origem

Relativamente aos contratos, é incorreto afirmar que:

São Paulo Turismo :: Advogado
CAIPIMES
2007

- (a) pode ocorrer um contrato consigo mesmo, mas apenas de forma aparente, quando a mesma pessoa intervém de um lado em nome próprio, e de outro como mandatário de outrem, ou como mandatário dos dois lados.
 - (b) os contratos reais são os que se consideram formados por simples proposta e aceitação.
 - (c) a validade do contrato exige acordo de vontades, agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável, bem como forma prescrita ou não proibida.
 - (d) são paritários os contratos em que as partes estão em pé de igualdade, escolhendo o contratante e debatendo livremente as cláusulas.
-

Assuntos relacionados

Contratos

Capítulo 18

CESGRANRIO

18.1 REFAP - PETROBRAS :: Advogado Júnior

Q.637

Origem

Sobre as regras da prescrição, é correto afirmar que:

REFAP - PETROBRAS ::
Advogado Júnior
CESGRANRIO
2007

- (a) a prescrição é interrompida sempre que se verificar fato hábil a produzir esse efeito, sem limites de ocorrências.
- (b) o Juiz pode suprir, de ofício, a alegação de prescrição.
- (c) o beneficiário não pode renunciar à prescrição, principalmente após a sua consumação.
- (d) o prazo prescricional, interrompida a prescrição, volta a fluir sempre por inteiro.
- (e) os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Q.638

Origem

Considere a seguinte notícia hipotética: "Caminhão de refinaria de petróleo transportando matériaprima inflamável explode, destrói 2 imóveis e fere 4 moradores." A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

REFAP - PETROBRAS ::
Advogado Júnior
CESGRANRIO
2007

- (a) Mesmo que se verifique que a conduta do motorista da refinaria não tenha se originado de uma ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, a refinaria responderá pelos danos causados.
- (b) Caso se verifique que o motorista da refinaria não foi o responsável principal pelo acidente, poderá requerer-se, pela mitigação do princípio da reparação integral, a redução, equitativamente, da indenização a ser paga às vítimas.
- (c) Em se verificando que o motorista da refinaria conduzia o automóvel de forma imprudente, eventuais indenizações deverão ser por ele suportadas, admitindo-se apenas a responsabilidade subsidiária do empregador.
- (d) Caso se verifique que a causa do acidente foi a conduta do motorista da refinaria, mas que esta estava dentro dos limites indispensáveis para remoção de perigo iminente gerado por caminhão desgovernado, a conduta é considerada lícita, não havendo responsabilidade sobre os danos.
- (e) Por ser a responsabilidade civil dependente da criminal, a refinaria não poderá mais discutir no juízo cível a autoria dos danos, se no juízo criminal seu motorista aceita transação penal.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

18.2 EPE :: Advogado Júnior

Q.639

Origem

João e José, respectivamente, na qualidade de credor e devedor, pactuaram uma obrigação alternativa, com prestações periódicas. A esse respeito, assinale a afirmação correta.

EPE :: Advogado Júnior
CESGRANRIO
2007

- (a) A escolha cabe a João, se outra coisa não se estipulou.
- (b) A opção deverá ser exercida por José em cada período.
- (c) A opção deverá ser exercida por José antes do encerramento do primeiro período.
- (d) A opção deverá ser exercida por João antes do encerramento do primeiro período.
- (e) É facultado a José obrigar João a receber parte em uma prestação e parte, em outra.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

Q.640

Origem

Assinale a afirmação INCORRETA em relação ao domicílio necessário.

EPE :: Advogado Júnior
CESGRANRIO
2007

- (a) Quanto ao marítimo, ele corresponde ao lugar onde o navio estiver atracado.
- (b) Quanto ao incapaz, ele corresponde ao do seu representante ou assistente.
- (c) Quanto ao preso, ele corresponde ao lugar onde ele estiver cumprindo sentença.
- (d) Quanto ao servidor público, ele corresponde ao lugar em que ele exercer permanentemente suas funções.
- (e) Quanto ao militar, ele corresponde ao lugar onde ele servir e, quando ele for da Aeronáutica, à sede do comando a que se encontrar imediatamente subordinado.

Assuntos relacionados

Domicílio

18.3 REFAP - PETROBRAS :: Advogado Júnior

Q.641

Origem

De acordo com a Lei no 7.064/1982, que regula a situação de trabalhadores contratados no Brasil ou transferidos por empresas de serviços de engenharia e congêneres para prestar serviços no exterior, é correto afirmar que:

REFAP - PETROBRAS ::
Advogado Júnior
CESGRANRIO
2007

Assuntos relacionados

(a) enquanto o empregado estiver no exterior gozará anualmente suas férias no país onde estiver trabalhando, independente do tempo de permanência fora do Brasil.

Direito civil

(b) durante o período da prestação de serviço do empregado no exterior será observada a legislação do país estrangeiro no que diz respeito à Previdência Social.

(c) antes do término do prazo de transferência do empregado para o exterior, seu retorno ao Brasil se dará excepcionalmente e apenas se o empregado der motivo a justa causa para a rescisão do contrato de trabalho.

(d) os valores do salário-base, durante o trabalho fora do Brasil, ficarão sujeitos aos reajustes e aumentos compulsórios previstos na legislação brasileira, mas incidirão exclusivamente sobre os valores ajustados em moeda nacional.

(e) as prestações in natura recebidas pelo empregado por mais de doze meses em função de sua permanência no exterior aderem-se ao contrato de trabalho, sendo devidas, portanto, após seu retorno ao Brasil.

18.4 EPE :: Advogado Júnior

Q.642

Origem

Relativamente aos bens, pode-se afirmar que:

EPE :: Advogado Júnior
CESGRANRIO
2007

(a) as energias que tenham valor econômico são consideradas bens móveis para os efeitos legais.

(b) os materiais provisoriamente separados de um prédio, ainda que para nele se reempregarem, perdem seu caráter de bens imóveis.

(c) nem a lei, nem tampouco a vontade das partes pode tornar indivisível o que é naturalmente divisível.

(d) são considerados singulares os bens que, uma vez reunidos, deixam de ser considerados de per si.

(e) são considerados intangíveis os bens móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.

Assuntos relacionados

Bens

18.5 REFAP - PETROBRAS :: Advogado Júnior

Q.643

Origem

O Código Civil estabelece que os negócios jurídicos são anuláveis por dolo, quando esta for a sua causa. Quando da realização de um negócio jurídico, pode-se afirmar, sobre a ocorrência de dolo, que:

REFAP - PETROBRAS ::
Advogado Júnior
CESGRANRIO
2007

- (a) não se pode configurar a partir de uma omissão.
- (b) se ambas as partes procederem com dolo, caberão indenizações recíprocas, respeitando-se as proporções.
- (c) se for acidental, só obriga à satisfação de perdas e danos.
- (d) se for de terceiro, nunca torna o negócio anulável.
- (e) se for do representante convencional, obriga o representado a responder por perdas e danos subsidiariamente. 6 Advogado Júnior

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

18.6 EPE :: Advogado Júnior

Q.644

Origem

De acordo com o disposto no Código Civil quanto à contagem de um prazo, pode-se afirmar que:

EPE :: Advogado Júnior
CESGRANRIO
2007

- (a) invariavelmente, inclui-se, em seu cômputo, o dia do começo.
- (b) seu vencimento é antecipado, quando ele se encerra em feriado.
- (c) quando fixado por hora, ele exclui a aferição dos minutos.
- (d) quando fixado por mês, ele é computado na base de 30 dias por mês.
- (e) meado considera-se, em qualquer mês, o seu décimo quinto dia.

Assuntos relacionados

18.7 REFAP - PETROBRAS :: Advogado Júnior

Q.645

Origem

Acerca do processo de homologação de sentença arbitral proferida no exterior, regulado pela Lei no 9.307, de 23 de setembro de 1996, pode-se afirmar que:

REFAP - PETROBRAS ::
Advogado Júnior
CESGRANRIO
2007

I - para ser reconhecida ou executada no Brasil, a sentença arbitral estrangeira deverá ter sua validade atestada por uma corte judiciária da localidade onde houver sido proferida e, posteriormente, ser homologada pelo Supremo Tribunal Federal;

II - poderá ser negado o pedido de homologação de sentença arbitral estrangeira, quando o réu demonstrar ter sido esta suspensa por decisão judicial proferida no país onde a sentença arbitral foi prolatada;

III - poderá ser negado o pedido de homologação de sentença arbitral estrangeira, quando o réu demonstrar haver sido violado o princípio do contraditório, impossibilitando seu direito à ampla defesa;

IV - o processo de reconhecimento da sentença estrangeira no Brasil deve observar prioritariamente os tratados internacionais com eficácia no ordenamento interno. Estão corretas as afirmativas:

- (a) I e II, apenas.
- (b) II e III, apenas.
- (c) I, II e III, apenas.
- (d) II, III e IV, apenas.
- (e) I, II, III e IV.

Assuntos relacionados

Q.646

Origem

Segundo o Código de Processo Civil, o acolhimento da alegação de preempção enseja a(o):

REFAP - PETROBRAS ::
Advogado Júnior
CESGRANRIO
2007

- (a) suspensão do processo.
- (b) extinção do processo sem resolução de mérito.
- (c) extinção do processo com resolução de mérito.
- (d) possibilidade de o autor intentar de novo a ação.
- (e) reconhecimento da procedência do pedido autoral.

Assuntos relacionados

Capítulo 19

CESPE

19.1 TCM-GO :: Procurador

Q.647

Relativamente à desapropriação, assinale a opção correta.

() Desapropriação indireta corresponde àquela que, embora não observe os procedimentos pertinentes, põe fim à propriedade privada em razão de situações atribuídas ao poder público.

() A CF exige os seguintes requisitos para a desapropriação: a observância de procedimento administrativo, a comprovação de necessidade ou utilidade pública ou de interesse social e o pagamento de indenização prévia, justa e em dinheiro.

() Compete à União legislar sobre normas gerais em matéria de desapropriação, no âmbito da competência concorrente da União, dos estados e do DF.

() A competência para edição de ato declaratório de bens de utilidade pública ou de interesse social para fins de desapropriação foi reservada à União, aos estados, ao DF, aos municípios, bem como às suas autarquias e fundações públicas.

Origem

TCM-GO :: Procurador
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Ação de desapropriação

19.2 AGU :: Procurador Federal

Q.648

João, motorista, enquanto aguardava seu chefe na porta de uma repartição pública, foi vítima de tentativa de furto do veículo que conduzia. Antes de consumir o delito, o criminoso fugiu, por circunstâncias alheias à sua vontade. Com relação a essa situação hipotética, julgue os seguintes itens

() Em conformidade com os termos expressos do Código Civil, apenas o possuidor turbado, ou esbulhado - e não, o mero detentor -, poderá manter-se ou restituir-se por sua própria força, contanto que o faça imediatamente.

() João, no momento em que os fatos ocorreram, era mero detentor - e não, possuidor - do veículo que conduzia.

Origem

AGU :: Procurador Federal
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Posse

19.3 OAB-Nacional :: OAB - II Exame 2007

Q.649

Origem

Tendo em vista o que dispõe o Código Civil a respeito de posse, julgue os itens seguintes. I Dá-se o constituto possessório quando o possuidor transfere a posse a outrem, mas mantém-se como detentor direto da coisa. II Constitui efeito da posse a autodefesa do possuidor no caso de turbacão ou esbulho. III O possuidor de má-fé deve indenizar o reivindicante pelos prejuízos decorrentes de perda ou deterioração do bem, ainda que acidentais, salvo se provar que a perda ou deterioração ocorreria de qualquer modo, mesmo que estivesse o bem em poder do reivindicante. IV É admissível a oposição de embargos de terceiro fundados em alegação de posse advinda do compromisso de compra e venda de imóvel, ainda que desprovido do registro. Assinale a opção correta.

OAB-Nacional :: OAB - II Exame
2007
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Posse

- () Apenas os itens I e II estão certos.
() Apenas os itens I e III estão certos.
() Apenas os itens II e IV estão certos.
() Todos os itens estão certos.

19.4 Corpo de Bombeiros Militar - D :: Bacharel em Direito

Q.650

Origem

Acerca de prescrição e decadência, julgue os itens subseqüentes.

Corpo de Bombeiros Militar - D ::
Bacharel em Direito
CESPE
2007

- () De acordo com o Código Civil, a interrupção da prescrição somente poderá ocorrer uma vez, não havendo, entretanto, tal limite para a suspensão.
() Conforme estabelece o CPC, o juiz pronunciará, de ofício, a prescrição.
() O Código Civil admite a renúncia à decadência, mesmo quando fixada em lei.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

19.5 OAB-RJ :: OAB - 33o Exame da Ordem

Q.651

Origem

A passagem do tempo pode determinar uma série de efeitos jurídicos, sendo, por exemplo, um dos elementos determinantes para a prescrição ou a decadência de direitos. Sobre esses institutos jurídicos, assinale a opção correta.

OAB-RJ :: OAB - 33o Exame da
Ordem
CESPE
2007

Assuntos relacionados

- () A interrupção da prescrição, que pode ocorrer diversas vezes, exige a demonstração do interesse por parte de quem a promove.
() O direito brasileiro não admite a suspensão da decadência, sendo esta, portanto, considerada como prazo fatal.
() A prescrição da pretensão de reparação civil se dá, nos termos do Código Civil, em 5 anos.
() A prescrição pode ser pronunciada, de ofício, pelo juiz.

Prescrição
Decadência

19.6 TJ-TO :: Juiz Substituto

Q.652

Origem

Acerca da prescrição e da decadência, assinale a opção correta.

TJ-TO :: Juiz Substituto
CESPE
2007

- () O titular do direito patrimonial, desde que maior e capaz, poderá renunciar ao direito de invocar a decadência ou a prescrição, de forma expressa ou tácita, mesmo antes de decorrido o prazo estabelecido por lei.
- () Os direitos acessórios prescrevem quando há também a prescrição dos principais, e o juiz, ao decidir sobre a ocorrência dessa prescrição, deverá extinguir o processo sem resolução de mérito.
- () O juiz, de ofício, poderá reconhecer a prescrição de direitos patrimoniais, ainda que, assim, seja favorecida pessoa maior e capaz. Entretanto, se a decadência for convencional, ela poderá ser alegada pela parte interessada, mas não poderá ser declarada de ofício pelo juiz.
- () Se a prescrição for suspensa em favor de um dos credores solidários, contra os outros credores, o prazo prescricional fluirá normalmente, salvo quando a obrigação for indivisível. Suspensa a prescrição, o prazo anterior já transcorrido não é computado, iniciando-se nova contagem após o ato que a suspendeu.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

19.7 Banco da Amazônia :: Técnico Científico - Direito

Q.653

Origem

Quanto ao direito das coisas, julgue os itens que se seguem

Banco da Amazônia :: Técnico
Científico - Direito
CESPE
2007

- () O direito de retenção, seja por acessões, seja por benfeitorias necessárias, úteis ou voluptuárias, é prerrogativa de quem é possuidor de algum bem imóvel. Exige-se para sua configuração, e, em consequência, para o reconhecimento do direito à indenização, a coexistência da posse e a prova da propriedade dos bens a serem indenizados.
- () A sentença que reconhece a aquisição originária do direito de superfície por usucapião não concede a propriedade, mas tão-somente o direito limitado de construir ou de plantar.
- () Se a unidade condominial, mesmo que hipotecada a uma instituição financeira, for adquirida judicialmente, por arrematação, o adquirente do imóvel responderá pelas despesas do condomínio e outros encargos a partir da efetiva posse do bem adquirido. Por isso, do produto da venda a ser entregue ao exequente serão deduzidas as despesas condominiais em atraso.

Assuntos relacionados

Propriedade

19.8 PGE - PA :: Advogado

Q.654

Origem

A respeito da posse e da propriedade, assinale a opção incorreta.

PGE - PA :: Advogado
CESPE
2007

() Na composesse, qualquer compossuidor pode usar da coisa comum conforme sua destinação, desde que não exclua, com isso, a mesma utilização por parte dos restantes compossuidores.

() O constituto possessório é forma de aquisição e perda da posse e se verifica quando aquele que possuir a posse própria e plena transfere a outrem a posse indireta e reserva para si a posse direta.

() Ocupação é o modo originário de aquisição da propriedade móvel, por meio do qual alguém toma posse de uma coisa sem dono, com a intenção de adquiri-la para si.

() Adquire-se a propriedade superficiária de um imóvel por usucapião quando o juiz, ao proferir sentença em uma ação de usucapião, verificar que a propriedade pode ser desmembrada, concedendo ao detentor da posse direta a propriedade do solo e resguardando a propriedade plena do detentor do domínio, isto é, da posse indireta.

Assuntos relacionados

Propriedade

19.9 PM - RIO BRANCO/AC :: Procurador Jurídico

Q.655

Origem

Quanto ao direito das coisas, julgue os itens subseqüentes

PM - RIO BRANCO/AC ::
Procurador Jurídico
CESPE
2007

() A descoberta é o modo originário de aquisição da propriedade móvel pelo qual alguém se apropria de coisa alheia perdida ou de coisa abandonada por seu dono.

() O proprietário de imóvel encravado, desde que esse encravamento seja absoluto e natural, mediante pagamento de indenização, poderá obrigar o vizinho a suportar a passagem por seu imóvel. Na falta de acordo quanto à forma de sua fixação, a passagem forçada será fixada judicialmente.

Assuntos relacionados

Propriedade

19.10 TJ - PI :: Juiz de Direito Substituto

Q.656

Origem

Acerca da posse e da propriedade, assinale a opção correta.

TJ - PI :: Juiz de Direito
Substituto
CESPE
2007

() Se os ramos de uma árvore, cujo tronco estiver na linha da divisa de duas propriedades, ultrapassarem a extrema de um dos prédios, o dono do prédio invadido deverá dar ciência ao seu confinante para que tome as providências necessárias para sanar o problema e, em caso de recusa ou omissão do vizinho, ele poderá cortar os ramos invasores, às expensas daquele.

Assuntos relacionados

Propriedade

() Para que a posse exercida sobre um bem seja considerada de boa-fé, exige-se que seja examinada a inexistência de vícios extrínsecos que a infirmem ou, caso existentes, que o possuidor os ignore ou que tenha tomado conhecimento do vício da posse, em data posterior à sua aquisição, ou mesmo que, por erro inescusável, ou ignorância grosseira, desconheça o vício ou obstáculo jurídico que lhe impeça a aquisição da coisa ou do direito possuído.

() A posse mantém o mesmo caráter de sua aquisição, podendo ser adquirida pelo próprio interessado, por seu procurador e pelo constituto possessório. Assim, se a aquisição foi violenta ou clandestina, esse vício se prende à posse enquanto ela durar, isto é, não convalesce, pois será sempre considerada posse injusta.

() A posse ininterrupta e incontestada pelo prazo de 15 anos gera a propriedade de um bem imóvel por meio da usucapião ordinária, independentemente de título e de boa-fé, quando o possuidor houver estabelecido no imóvel a sua morada, ou nele houver realizado obras ou serviços de caráter produtivo.

() Se o possuidor houver adquirido a posse do bem imóvel por meio de comodato verbal, por prazo indeterminado, a notificação ou interpelação do comodatário para a restituição e desocupação do imóvel é suficiente para constituí-lo em mora. Se o comodatário não desocupar o imóvel no prazo que lhe foi concedido, sua recusa constitui esbulho à posse do comodante, reparável por meio da ação reintegratória.

19.11 Corpo de Bombeiros Militar - D :: Bacharel em Direito

Q.657

Origem

Em fevereiro de 2003, Márcio, servidor público, conduzindo veículo oficial durante o expediente, ofereceu carona a João, seu amigo, que a aceitou. Durante o trajeto, o carro desgovernou-se, sem culpa do condutor, e colidiu com um poste, causando lesões em João. Em julho de 2006, João ajuizou ação de indenização contra o Estado, alegando a ocorrência de danos materiais, consistentes em despesas médicas, na ordem de aproximadamente 100 salários mínimos. Com base nessa situação hipotética, julgue os próximos itens.

Corpo de Bombeiros Militar - D ::
Bacharel em Direito
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

- () De acordo com o entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), no transporte desinteressado de simples cortesia, o transportador só será civilmente responsável pelos danos causados ao transportado quando tiver incorrido em culpa grave ou dolo.
- () Nos termos do Código Civil, a pretensão de reparação civil prescreve em 3 anos, o que também se aplica ao Estado. & & & Portanto, na situação hipotética, ocorreu a prescrição.
- () Somente após a citação, e com a anuência do réu, João poderá aditar o pedido, desde que pague as custas acrescidas dessa iniciativa.
- () João deverá, tendo em vista o valor da causa, necessariamente, propor a ação em atenção ao rito ordinário previsto no Código de Processo Civil (CPC).
-

19.12 Defensoria Pública da União :: Defensor Público da União

Q.658

Origem

Quanto à responsabilidade civil do Estado e do particular, julgue os itens que se seguem

Defensoria Pública da União ::
Defensor Público da União
CESPE
2007

- () Como a responsabilidade civil do Estado por ato danoso de seus prepostos é objetiva, surge o dever de indenizar se restarem provados o dano ao patrimônio de outrem e o nexo de causalidade entre este e o comportamento do preposto. No entanto, o Estado poderá afastar a responsabilidade objetiva quando provar que o evento danoso resultou de caso fortuito ou de força maior, ou ocorreu por culpa exclusiva da vítima.
- () A ação indenizatória decorrente de danos morais tem caráter pessoal, pois o herdeiro não sucede no sofrimento da vítima nem pode ser indenizado por dor alheia. Por isso, se o autor falecer no curso do processo, não poderá ocorrer substituição processual no pólo ativo da demanda. Nesse caso, o processo será extinto sem resolução de mérito, por perda superveniente da legitimidade ad causam do autor.
- () Segundo a teoria da causalidade adequada, quando inúmeras e sucessivas causas contribuem para a produção do evento danoso, todas as concausas são consideradas adequadas a produzir esse evento, uma vez que, sem elas, o resultado não teria ocorrido, imputando-se o dever de reparar o dano a todas ou a qualquer das pessoas que o provocaram.
- () A responsabilidade da administração pública, de acordo com a teoria do risco administrativo, evidencia-se na obrigação que tem o Estado de indenizar o dano injustamente sofrido pelo particular - independentemente da existência de falta do serviço e da culpa do agente público -, havendo a possibilidade de comprovação da culpa da vítima a fim de atenuar ou excluir a indenização.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

19.13 Defensoria Pública-Geral da U :: Defensor Público da União de 2ª Categoria

Q.659

Origem

Quanto à responsabilidade civil do Estado e do particular, julgue os itens que se seguem

Defensoria Pública-Geral da U ::
Defensor Público da União de
2ª Categoria
CESPE
2007

- () Como a responsabilidade civil do Estado por ato danoso de seus prepostos é objetiva, surge o dever de indenizar se restarem provados o dano ao patrimônio de outrem e o nexo de causalidade entre este e o comportamento do preposto. No entanto, o Estado poderá afastar a responsabilidade objetiva quando provar que o evento danoso resultou de caso fortuito ou de força maior, ou ocorreu por culpa exclusiva da vítima.
- () A ação indenizatória decorrente de danos morais tem caráter pessoal, pois o herdeiro não sucede no sofrimento da vítima nem pode ser indenizado por dor alheia. Por isso, se o autor falecer no curso do processo, não poderá ocorrer substituição processual no pólo ativo da demanda. Nesse caso, o processo será extinto sem resolução de mérito, por perda superveniente da legitimidade ad causam do autor.
- () Segundo a teoria da causalidade adequada, quando inúmeras e sucessivas causas contribuem para a produção do evento danoso, todas as concausas são consideradas adequadas a produzir esse evento, uma vez que, sem elas, o resultado não teria ocorrido, imputando-se o dever de reparar o dano a todas ou a qualquer das pessoas que o provocaram.
- () A responsabilidade da administração pública, de acordo com a teoria do risco administrativo, evidencia-se na obrigação que tem o Estado de indenizar o dano injustamente sofrido pelo particular - independentemente da existência de falta do serviço e da culpa do agente público -, havendo a possibilidade de comprovação da culpa da vítima a fim de atenuar ou excluir a indenização.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

19.14 IEMA/SEAMA :: Advogado

Q.660

Origem

Quanto à responsabilidade civil, julgue os itens a seguir.

IEMA/SEAMA :: Advogado
CESPE
2007

- () O reconhecimento da concorrência de culpa da vítima pelo evento danoso não altera o valor da indenização por danos morais, estando a fixação desse valor vinculada ao valor do prejuízo experimentado e demonstrado pela vítima.
- () Os pais respondem objetivamente pela reparação civil dos danos praticados por filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia. Se o patrimônio das pessoas responsáveis pelo menor for insuficiente para adimplir o dever de reparar, o patrimônio do incapaz responde subsidiariamente pela obrigação de indenizar.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

19.15 OAB-Nacional :: OAB - II Exame 2007

Q.661

Origem

Acerca da responsabilidade civil, assinale a opção correta.

OAB-Nacional :: OAB - II Exame
2007
CESPE
2007

- () No caso de estado de necessidade decorrente de situação de perigo causada por terceiro, por se tratar de ato lícito, a pessoa lesada ou o dono da coisa danificada não pode reclamar indenização do prejuízo que sofreu.
- () Tratando-se de vício exclusivamente de quantidade, ressalvadas as normas aplicáveis às relações de consumo, os empresários individuais e as empresas respondem objetivamente por danos causados pelos produtos postos em circulação.
- () A responsabilidade civil decorrente do abuso do direito depende da comprovação de culpa, pois se fundamenta no critério subjetivo-finalístico.
- () São requisitos essenciais da responsabilidade subjetiva: a prática do ato, o nexo de causalidade, o dano e o dolo ou a culpa do agente causador do dano.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

19.16 OAB-RJ :: OAB - 33o Exame da Ordem

Q.662

Origem

Acerca da responsabilidade civil, assinale a opção correta.

OAB-RJ :: OAB - 33o Exame da
Ordem
CESPE
2007

- () A responsabilidade dos pais pelos atos dos filhos menores, que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia, é considerada subjetiva, embora se presuma a culpa daqueles.
- () No regime do Código Civil, a responsabilidade do empresário e da sociedade empresária pelos danos causados por produtos postos em circulação é subjetiva, ao contrário do que se observa, no regime do Código de Defesa do Consumidor, em relação aos fornecedores, que respondem objetivamente pelos mesmos danos.
- () Na hipótese de homicídio, o autor do fato somente será obrigado a indenizar o cônjuge sobrevivente, mas não os eventuais credores de alimentos do falecido, pois esta seria uma hipótese de reparação de dano indireto, o que é vedado pelo direito brasileiro.
- () O Código Civil impõe uma responsabilidade civil objetiva ao empregador pelo ato culposos de seu empregado, se o dano foi causado no exercício do trabalho que lhe competia ou em razão dele.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

19.17 PETROBRAS :: Advogado Júnior

Q.663

Origem

Quanto à responsabilidade civil, julgue os itens subseqüentes.

PETROBRAS :: Advogado Júnior
CESPE
2007

() Na responsabilidade civil por ato ilícito, não se admite a cumulação da indenização por danos moral e estético, ainda que decorrentes do mesmo fato ou de causalidade múltipla ou, ainda, quando tiverem causas autônomas, pois o fundamento do dano moral é o próprio dano estético, que geraria, assim, uma dupla condenação pelo mesmo fato.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

() São cumuláveis o benefício previdenciário e a indenização por danos morais e materiais decorrentes de um mesmo acidente de trabalho, fundada na responsabilidade subjetiva do empregador por danos experimentados pelo empregado no exercício da atividade laboral.

() Na responsabilidade subsidiária, há duas ou mais pessoas responsáveis pela obrigação, uma delas tem o débito originário e a outra, apenas a responsabilidade por esse débito. Assim, o empregador, o pai ou o responsável legal que pagar o prejuízo causado por um empregado ou por um filho menor ou por um incapaz poderá ajuizar demanda regressiva contra a pessoa por quem se responsabilizou.

() Em se tratando de dano ambiental, a regra é a responsabilidade civil objetiva e solidária, pela qual basta a demonstração do nexo causal entre a conduta do poluidor e a lesão ao meio ambiente. Assim, para que haja a obrigatoriedade da reparação do dano, é suficiente que se demonstre o nexo causal entre a lesão infligida ao meio ambiente e a ação ou omissão do responsável pelo dano.

19.18 PM - RIO BRANCO/AC :: Procurador Jurídico

Q.664

Origem

Acerca da responsabilidade civil, julgue os itens a seguir

PM - RIO BRANCO/AC ::
Procurador Jurídico
CESPE
2007

() O inadimplemento contratual se presume culposos e acarreta a responsabilidade de indenizar os prejuízos causados ao credor. Tratando-se de responsabilidade contratual, o termo inicial dos juros moratórios é o da data da citação do réu para responder a ação de reparação de danos.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

() A responsabilidade subsidiária surge nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação pelo agente principal causador do dano. Com isso, pode-se dirigir a execução contra os outros agentes solidários também passíveis de responsabilização.

19.19 TCM-GO :: Procurador

Q.665

Origem

De acordo com a Constituição Federal (CF), "As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa." E, de acordo com o Código Civil, "As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo." Considerando os dois artigos acima transcritos, assinale a opção incorreta.

TCM-GO :: Procurador
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

() A responsabilidade objetiva estabelecida no artigo da CF acima transcrito abrange todas as empresas públicas e sociedades de economia mista federais, estaduais, distritais e municipais, uma vez que essas empresas integram a administração indireta de tais entes da Federação.

() A responsabilidade objetiva de que trata o segundo artigo acima transcrito abrange a União, os estados, o Distrito Federal (DF), os territórios, os municípios e as autarquias, inclusive as associações públicas, bem como as demais entidades de caráter público criadas por lei.

() O primeiro artigo acima transcrito não abrange os partidos políticos nem as organizações religiosas.

() A responsabilidade dos agentes públicos tratada nos artigos transcritos está ligada ao conceito de ato ilícito, definido pelo Código Civil como ato praticado por agente que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, viole direito e cause dano a outrem, ainda que exclusivamente moral.

19.20 TJ-TO :: Juiz Substituto

Q.666

Origem

Acerca da responsabilidade civil, assinale a opção correta.

TJ-TO :: Juiz Substituto
CESPE
2007

() Com fundamento na teoria do risco da atividade, as instituições financeiras respondem objetivamente por todos os danos causados a seus usuários ou aos transeuntes, em decorrência de assaltos em terminais ou caixas eletrônicos instalados em via pública, por serem estes considerados como extensão do estabelecimento bancário.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

() Se um juiz de direito, ao proferir uma sentença penal condenatória que posteriormente foi cassada por ser considerada nula a prova existente nos autos, prestar informações desabonadoras à imprensa ou à polícia a respeito do réu, usando expressões ofensivas à honra do mesmo, o ofendido poderá propor ação de indenização contra o juiz, que deverá responder diretamente pelos danos causados ao réu.

() A responsabilidade civil por ato de terceiro permite estender a obrigação de reparar o dano a pessoa diversa daquela que praticou a conduta danosa, desde que exista uma relação jurídica entre o causador do dano e o responsável pela indenização. Nessa hipótese, a responsabilidade é objetiva.

() A legítima defesa putativa é causa excludente de responsabilidade civil pelo prejuízo causado, em razão de o ofensor acreditar encontrar-se diante de uma injusta agressão. Nesse caso, por não constituir ato ilícito, apesar de causar dano aos direitos de outrem, não acarreta o dever de indenizar.

19.21 TSE :: Analista Judiciário - Administrativa

Q.667

Origem

A respeito da responsabilidade civil, assinale a opção correta.

TSE :: Analista Judiciário -
Administrativa
CESPE
2007

() Se o ato danoso for praticado em estado de necessidade, não configura ato ilícito e nem assegura à vítima o direito à indenização pelos prejuízos sofridos, porque o estado de necessidade é excludente da responsabilidade civil.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

() Exclui-se a responsabilidade do transportador quando for provado que o dano causado à vítima decorreu de fato de terceiro que, agindo culposamente, provocou o acidente. Nessa hipótese, o transportador será excluído, pelo juiz, da relação processual, e o terceiro será condenado ao pagamento da indenização devida à vítima.

() O proprietário ou aquele que habitar o prédio, ou parte dele, responde objetivamente pelos danos que advierem de sua ruína, provenientes da falta de reparos indispensáveis à remoção daquele perigo.

() Exclui-se a responsabilidade objetiva nos casos em que não há nexo causal entre a atividade normalmente desenvolvida pelo autor e o dano, ou seja, quando a causa do dano decorre de culpa exclusiva da vítima, no fato de terceiro equiparável a força maior, ou caso fortuito.

19.22 TSE :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.668

Origem

Quanto à responsabilidade civil, assinale a opção correta.

TSE :: Analista Judiciário -
Judiciária
CESPE
2007

- () Segundo a teoria do risco criado, quem exerce determinadas atividades deve ser responsável também pelos riscos delas decorrentes e responderá objetivamente por indenização, independentemente da valoração da conduta dos sujeitos envolvidos ou da ocorrência de danos.
- () Os danos causados por veículos automotores são abrangidos pela cláusula geral da responsabilidade objetiva, considerando-se que a atividade é, em si, potencialmente perigosa.
- () O reconhecimento da concorrência de culpa da vítima pelo evento danoso não altera a natureza da indenização, mas o valor da indenização será fixado segundo o critério da gravidade da culpa da vítima em comparação com a culpa do agente causador do dano.
- () Se o incapaz causar um dano injusto, a obrigação de indenizar recairá diretamente sobre o patrimônio daquele a que a lei indica como seu responsável, por presunção relativa de culpa pela violação do dever de vigilância sobre os incapazes.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

19.23 Corpo de Bombeiros Militar - D :: Bacharel em Direito

Q.669

Origem

Os irmãos Fábio, Marcos e Mateus adquiriram, em condomínio e na expressa posição de co-devedores solidários, o carro de Lucas. Nos termos do respectivo contrato de compra e venda, passaram a dever ao credor a quantia total de R\$ 20.000,00, a ser paga em 10 parcelas mensais de R\$ 2.000,00. Considerando essa situação hipotética, julgue os seguintes itens.

Corpo de Bombeiros Militar - D ::
Bacharel em Direito
CESPE
2007

- () Considerando-se o direito material, a obrigação de pagar dos irmãos Fábio, Marcos e Mateus é uma obrigação quesível, o que, conforme o CPC, embasa a regra geral de que a ação fundada em direito pessoal deve ser proposta no foro do domicílio do réu.
- () Se, na eventual inadimplência dos irmãos, o credor propuser ação apenas contra Fábio, haverá renúncia à solidariedade.
- () Se o carro, antes da sua tradição, for destruído por um incêndio, sem culpa de Lucas, ficará resolvida a obrigação para ambas as partes.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

19.24 IPC Cariacica - ES :: Procurador Previdenciário

Q.670

Origem

Julgue os itens a seguir acerca do direito das obrigações e dos contratos.

IPC Cariacica - ES :: Procurador
Previdenciário
CESPE
2007

() Na solidariedade passiva, cada um dos devedores é obrigado pela dívida toda, contudo, a novação celebrada entre o credor e um dos devedores solidários exonera os demais devedores, e as preferências e garantias do crédito novado remanescem somente sobre os bens daquele que contraiu a nova obrigação.

() Na obrigação alternativa, há unidade de vínculo e pluralidade de prestações, permitindo-se ao devedor liberar-se da obrigação satisfazendo apenas uma delas.

() Nas obrigações de pagamento em dinheiro, se os juros de mora não forem suficientes para cobrir o prejuízo do credor, o juiz condenará o devedor inadimplente à pena convencional e ao pagamento de indenização suplementar para a integral restituição do patrimônio do credor.

() É lícita a venda de bens imóveis entre cônjuges, independentemente do regime de bens adotado no casamento. Contudo, exige-se a anuência de seus descendentes para a validade do negócio jurídico.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

19.25 PETROBRAS :: Advogado Júnior

Q.671

Origem

Acerca do direito das obrigações, julgue os itens a seguir.

PETROBRAS :: Advogado Júnior
CESPE
2007

() Na obrigação de restituir coisa certa, se sobrevierem acréscimos ou melhoramentos na coisa restituível antes de sua tradição, ainda que realizados pelo devedor, esses são de exclusiva propriedade do dono da coisa principal. Por isso, ao devedor não é assegurado o direito de retenção nem o pagamento de indenização pela valorização da coisa.

() Em se tratando de obrigação pecuniária constituída em moeda estrangeira e desde que as partes tenham convencionado a sua conversão em moeda nacional, esta deve ocorrer pela taxa oficial vigente na data do vencimento da obrigação ou da constituição em mora do devedor, mesmo quando a quitação dessa obrigação ocorrer em data posterior.

() O credor, ao emitir recibo, dando plena, geral e irrevogável quitação do valor devido, renuncia ao direito de receber os encargos decorrentes da mora. Assim, comprovado o pagamento, por meio do recibo de quitação referente ao capital, sem qualquer ressalva quanto aos juros, presume-se extinto o débito e exonera-se o devedor da obrigação.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

19.26 TJ - PI :: Juiz de Direito Substituto

Q.672

Origem

Com relação ao direito das obrigações, assinale a opção correta.

TJ - PI :: Juiz de Direito
Substituto
CESPE
2007

() Em se tratando de obrigação alternativa com possibilidade de ser atribuído o direito de escolha a mais de uma pessoa, isto é, quando houver pluralidade subjetiva sobre a concentração da obrigação, e inexistir unanimidade entre os sujeitos na escolha da obrigação prevalecente, deverá predominar a vontade da maioria, qualificada pelo valor das respectivas quotas-partes.

() A obrigação indivisível de responsabilidade de vários devedores, que não for paga por culpa de um dos devedores, não perde a qualidade de indivisibilidade e todos continuarão a responder pelo cumprimento da obrigação e por perdas e danos, pois o objeto dessa obrigação é indivisível e cada devedor está obrigado pela dívida toda.

() Se, no contrato, for inserida cláusula de arrependimento para qualquer das partes, se fará presumir acordo final dos contratantes para o caso de inadimplemento da obrigação e quanto à faculdade de optarem por não cumprir o pactuado e resolver o contrato, desde que seja paga a multa penitencial, acrescida das perdas e danos.

() Ocorre a solidariedade quando a totalidade da prestação puder ser exigida por qualquer dos credores de qualquer devedor por inteiro, e a prestação efetuada pelo devedor a quaisquer deles libera-o em face de todos os outros credores. Deduzido em juízo qualquer litígio que verse sobre exceções pessoais entre o devedor e um dos credores solidários, a decisão que a este último prejudique não interferirá no direito dos demais credores.

() O pagamento de uma obrigação por um terceiro que não tem interesse na relação de crédito entre credor e devedor não obriga o devedor a ressarcir o terceiro que voluntariamente quitou o seu débito, sem o seu consentimento ou com a sua oposição, ainda que o devedor não possuísse qualquer razão legal para não proceder ao pagamento. Assim, esse terceiro não tem o direito de reembolsar-se, mas obtém a sub-rogação dos direitos do credor.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

19.27 AGU :: Procurador Federal

Q.673

Origem

Acerca das sociedades não-personificadas, julgue os itens subseqüentes

AGU :: Procurador Federal
CESPE
2007

() Tanto na sociedade em comum quanto na sociedade em conta de participação, os sócios, nas relações entre eles mesmos ou com terceiros, somente podem provar a existência da sociedade por escrito.

() Na sociedade em conta de participação, salvo estipulação em contrário, o sócio ostensivo pode admitir novo sócio, independentemente do consentimento dos demais integrantes da sociedade.

Assuntos relacionados

Sociedade não-personificada

Q.674

Origem

Acerca das companhias, julgue os itens subseqüentes

AGU :: Procurador Federal
CESPE
2007

() Na constituição desse tipo de sociedade, exige-se, em regra, realização, a título de entrada, de 10() O aumento de capital mediante capitalização de lucros ou de reservas não implica em alteração do valor nominal das ações nem distribuição de novas ações.

Assuntos relacionados

Sociedade personificada

19.28 MPE - AM :: Promotor de Justiça Substituto

Q.675

Origem

A respeito do direito de empresa e sociedade, assinale a opção correta.

MPE - AM :: Promotor de Justiça
Substituto
CESPE
2007

() Na sociedade limitada com capital social integralizado, os sócios respondem solidariamente entre si pelas obrigações sociais. Nessas sociedades, o patrimônio pessoal dos sócios responderá subsidiária e limitadamente, e, entre si, os sócios respondem ilimitadamente por todas as obrigações assumidas pela sociedade.

Assuntos relacionados

Sociedade personificada

() A transformação de uma sociedade empresária em coligada acarreta a sua liquidação e a constituição de um novo tipo societário, mas, para ocorrer, depende da autorização dos credores e da aquiescência da controladora das sociedades coligadas. A sociedade transformada será absorvida por outra sociedade que lhe sucede em todos os direitos e obrigações, ficando extinta a sociedade transformada.

() A sociedade em conta de participação é uma sociedade empresária personificada e de capital, constituída mediante contrato social devidamente registrado. Nessas sociedades, vige o princípio da livre participação societária, e a morte de um dos sócios não autoriza a dissolução parcial, seja a pedido dos sobreviventes seja dos sucessores.

() A empresa é uma atividade legalmente constituída para a produção ou circulação de bens ou serviços, investida de direitos e obrigações. Caracteriza-se como empresário, como regra, a pessoa natural plenamente capaz que desenvolve o exercício de qualquer atividade ou profissão econômica produtiva, de natureza comercial ou intelectual.

() Na sociedade simples, permite-se que um ou alguns dos sócios não contribuam para a formação de seu capital com dinheiro ou bens, mas apenas com participação em serviços. Tal sócio, em regra, deve dedicar-se exclusivamente à sociedade que compõe, não podendo exercer qualquer ofício ou profissão estranhos ao objeto social.

19.29 AGU :: Procurador Federal

Q.676

Origem

A propósito da veladura das fundações pelo Ministério Público, julgue os itens seguintes

AGU :: Procurador Federal
CESPE
2007

() Se uma fundação estender suas atividades por mais de um estado, independentemente de ser federal ou estadual, sua veladura caberá ao Ministério Público Federal.

Assuntos relacionados

() De acordo com o STF, cabe ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios velar pelas fundações públicas e de direito privado em funcionamento no DF, sem prejuízo da atribuição, ao Ministério Público Federal, da veladura das fundações federais de direito público que funcionem, ou não, no DF ou nos eventuais territórios.

Pessoas jurídicas

19.30 Defensoria Pública da União :: Defensor Público da União

Q.677

Origem

A respeito das pessoas jurídicas, julgue o item abaixo

Defensoria Pública da União ::
Defensor Público da União
CESPE
2007

() A desconsideração da personalidade jurídica de uma sociedade é permitida nos casos em que há desvio de seu objetivo social, independentemente da verificação de abuso da personalidade jurídica, da intenção de fraudar a lei ou de causar prejuízos à própria sociedade ou a terceiros. Por isso, depois de despersonalizada a sociedade, os bens particulares dos sócios e dos administradores respondem pela dívida da pessoa jurídica.

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

19.31 Defensoria Pública-Geral da U :: Defensor Público da União de 2ª Categoria

Q.678

Origem

A respeito das pessoas jurídicas, julgue o item abaixo

Defensoria Pública-Geral da U ::
Defensor Público da União de
2ª Categoria
CESPE
2007

() A desconsideração da personalidade jurídica de uma sociedade é permitida nos casos em que há desvio de seu objetivo social, independentemente da verificação de abuso da personalidade jurídica, da intenção de fraudar a lei ou de causar prejuízos à própria sociedade ou a terceiros. Por isso, depois de despersonalizada a sociedade, os bens particulares dos sócios e dos administradores respondem pela dívida da pessoa jurídica.

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

19.32 MPE - AM :: Promotor de Justiça Substituto

Q.679

Origem

Julgue os itens subseqüentes, a respeito das fundações e de sua organização e fiscalização.

I - Se for extinta uma fundação, por decisão administrativa, seu patrimônio deverá ser alienado pelo melhor preço de mercado, exigindo-se autorização da maioria absoluta dos integrantes do conselho curador e aprovação do MP.

II - O MP tem legitimidade para a propositura de ação civil pública que objetive a responsabilização de ex-dirigentes de fundação de direito privado de assistência ao idoso e aos portadores de deficiência física.

III - Poderá o instituidor de uma fundação encarregar o MP da elaboração dos estatutos daquela entidade. Nessa situação, cabe ao MP, além do encargo da elaboração no prazo estipulado, a função de aprová-lo e levá-lo a registro.

IV - O MP pode recomendar modificações a serem feitas no estatuto de uma fundação, bem como denegar a aprovação, por decisão administrativa. Em qualquer caso, o interessado poderá requerer suprimento judicial de modificação de estatutos ou de instituição de fundação, ação da qual participará o MP, como custos legis, obrigatoriamente.

V - Compete ao membro do MPF a fiscalização das fundações que tiverem atividades em diversos estados da Federação, com a finalidade de evitar eventual divergência entre os representantes do MP de cada estado. Estão certos apenas os itens

- () I e II.
- () I e III.
- () II e IV.
- () III e V.
- () IV e V.

MPE - AM :: Promotor de Justiça Substituto
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

19.33 TSE :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.680

Origem

A respeito das pessoas físicas e jurídicas, assinale a opção correta.

() Por meio do nome civil a pessoa natural é identificada no seu ambiente familiar e no meio social; por isso, o nome é imutável, exceto se a mudança decorrer da adoção de menor ou do casamento.

() Os bens pertencentes a pessoa jurídica e os bens que integrem o estabelecimento empresarial são de propriedade dos seus sócios, em comunhão ou condomínio, na proporção representada pelas quotas da sociedade limitada ou pelas ações da sociedade anônima.

() A emancipação voluntária é ato unilateral de concessão realizado pelos pais, em pleno exercício da autoridade parental, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, desde que o menor já tenha completado 16 anos.

() A sociedade de fato ou irregular não tem personalidade jurídica, mas possui capacidade de ser parte no processo, tem autonomia patrimonial em relação aos sócios e responsabilidade própria.

TSE :: Analista Judiciário - Judiciária
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

19.34 OAB-Nacional :: OAB - I Exame 2007

Q.681

Origem

Com relação ao direito da pessoa, assinale a opção correta.

OAB-Nacional :: OAB - I Exame
2007
CESPE
2007

() Os direitos da personalidade são intransmissíveis, irrenunciáveis, inatos ou decorrentes, perpétuos e insuscetíveis de apropriação.

() A capacidade de exercício é imanente a toda pessoa, o que significa dizer que toda pessoa tem capacidade de adquirir direitos e contrair obrigações.

() A emancipação voluntária ocorre pelo exercício de emprego público efetivo.

() Depois de transitada em julgado, a sentença judicial que decreta a nulidade ou anulação do casamento deve ser registrada no cartório de registro de pessoas naturais.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

19.35 TJ-TO :: Juiz Substituto

Q.682

Origem

Julgue os itens a seguir, relativos à pessoa natural. I Na sentença que declara a interdição de uma pessoa por prodigalidade, deve constar que o relativamente incapaz pode praticar validamente todos os atos na vida civil, desde que assistido por seu curador. A sentença impõe, ainda, como restrição ao relativamente incapaz, a obrigatoriedade do casamento pelo regime da separação total de bens. II Aberta a sucessão provisória dos bens do ausente, os herdeiros devem prestar garantia para se imitirem na posse dos bens que lhes cabem, além de terem a obrigação de capitalizar a metade de seus rendimentos e prestar contas anualmente ao juiz competente. No entanto, quando os herdeiros forem ascendentes, descendentes, cônjuge ou companheiro, estes estarão dispensados de tais exigências para a imissão na posse provisória dos bens do ausente. III Ainda que o desaparecido tenha deixado representante, será declarada a ausência do representado e nomeado um curador, se, por algum motivo, o representante não puder ou não quiser realizar os atos necessários para a gestão dos bens e negócios do desaparecido. Assim, para a declaração de ausência, além dos pressupostos fáticos, exige-se a sua declaração judicial. Essa sentença perde a eficácia com o retorno do ausente. IV A emancipação concedida por sentença judicial refere-se aos casos em que o menor se encontre sob tutela, ou, ainda, quando o menor pretenda emancipar-se independentemente da vontade dos pais. Têm legitimidade para requerer essa emancipação o menor interessado, o Ministério Público ou o tutor. Estão certos apenas os itens

TJ-TO :: Juiz Substituto
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

() I e II.

() I e IV.

() II e III.

() III e IV.

Q.683

Origem

Quanto aos atos unilaterais e às preferências e privilégios creditórios, assinale a opção correta.

TJ-TO :: Juiz Substituto
CESPE
2007

() Em caso de insolvência civil, a preferência de crédito com privilégio geral incide sobre todos os bens do devedor, só não prevalecendo sobre os créditos com garantia real e aqueles com privilégio especial, no que diz respeito aos bens objeto da garantia ou aos bens vinculados ao privilégio, e a outros créditos que a lei expressamente determinar que devam ser pagos prioritariamente.

Assuntos relacionados

Preferências e privilégios
creditórios

() O gestor de negócios alheios age voluntariamente no interesse do dono do negócio e de acordo com a vontade declarada deste. O dono do negócio será obrigado a indenizar os prejuízos sofridos pelo gestor, além das despesas úteis e necessárias realizadas, independentemente de que haja extraído proveito econômico do negócio ou de que a gestão lhe tenha sido útil.

() O pagamento indevido faz surgir, para aquele que recebeu indevidamente, a obrigação de restituir, seja espontaneamente seja por meio da ação de repetição de indébito. Assim, aquele que solveu uma dívida prescrita tem legitimidade para ajuizar a referida ação ou para exigir a repetição daquilo que pagou indevidamente.

() Quando a situação de insolvência do devedor for constatada no curso de uma execução promovida por algum dos credores, esse credor terá preferência em relação aos outros na ordem de recebimento dos ativos do devedor insolvente, desde que não ocorra a habilitação de crédito privilegiado.

19.36 OAB-RJ :: OAB - 33o Exame da Ordem

Q.684

Origem

Com relação à sucessão, assinale a opção incorreta.

OAB-RJ :: OAB - 33o Exame da
Ordem
CESPE
2007

() A sucessão abre-se no lugar do último domicílio do falecido.

() A companheira participa da sucessão do outro, apenas em relação aos bens adquiridos onerosamente na constância da união.

() O nascituro tem vocação hereditária.

() Pessoas jurídicas não podem receber por sucessão causa mortis.

Assuntos relacionados

Sucessão em geral

19.37 Defensoria Pública da União :: Defensor Público da União

Q.685

Origem

Julgue os itens seguintes, acerca dos contratos regidos pelo Código Civil

Defensoria Pública da União ::
Defensor Público da União
CESPE
2007

() A retrovenda é condição resolutiva expressa do contrato, simplesmente potestativa, e consiste na vontade unilateral e imotivada do alienante de reaver o imóvel, desde que indenizado o comprador. O direito de retrato não é suscetível de cessão por ato entre vivos, mas é transmissível aos herdeiros por causa de morte do alienante, isto é, por sucessão hereditária.

() Mesmo se o bem que fora doado já tiver sido transferido, a doação poderá ser revogada por ingratidão, o que poderá levar o doador a ser indenizado pelo valor equivalente ao bem. Por ser personalíssima, somente o doador pode se valer dessa revogação, ressalvada a hipótese de seu homicídio doloso ser imputável ao donatário. Entretanto, esse tipo de revogação não é possível nos seguintes casos: doação com encargo já cumprido, doação puramente remuneratória, doação feita para determinado casamento, doação que se fizer em cumprimento de obrigação natural.

() Se determinado bem locado for alienado na vigência de contrato de locação, o adquirente não será obrigado a respeitar o contrato celebrado com o alienante, porque os efeitos de um contrato não podem atingir quem dele não participou, ainda que nesse contrato conste cláusula, devidamente registrada, de vigência no caso de alienação.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.686

Origem

Julgue os itens que se seguem

Defensoria Pública da União ::
Defensor Público da União
CESPE
2007

() O postulado da função social do contrato (CC, art. 421), consectário lógico dos princípios constitucionais da solidariedade (CF, art. 3.º, I) e da justiça social (CF, art. 170), constitui uma cláusula geral, a impor a revisão do princípio da relatividade dos efeitos dos contratos em relação a terceiros.

() Havendo solidariedade entre devedores, a interrupção da prescrição atinge a todos, devedor principal e fiador.

() A ação de petição de herança (CC, art. 1.824), a ação de sonegados (CC, arts. 1.992 a 1.996) e a ação de complementação de área (CC, art. 500) prescrevem em 10 anos, conforme dicção da regra geral do art. 205 do CC, em face de omissão legal de prazo prescricional específico para a propositura de tais ações.

() João Victor alienou seu veículo automotor a Monalisa, sua única filha, sem o consentimento expresso de seu cônjuge. Nesse caso, a referida venda é sempre anulável, podendo, outrossim, ser validada pelo consentimento posterior do cônjuge.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

19.38 Defensoria Pública-Geral da U :: Defensor Público da União de 2ª Categoria

Q.687

Origem

Julgue os itens seguintes, acerca dos contratos regidos pelo Código Civil

Defensoria Pública-Geral da U ::
Defensor Público da União de
2ª Categoria
CESPE
2007

() A retrovenda é condição resolutiva expressa do contrato, simplesmente potestativa, e consiste na vontade unilateral e imotivada do alienante de reaver o imóvel, desde que indenizado o comprador. O direito de retrato não é suscetível de cessão por ato entre vivos, mas é transmissível aos herdeiros por causa de morte do alienante, isto é, por sucessão hereditária.

() Mesmo se o bem que fora doado já tiver sido transferido, a doação poderá ser revogada por ingratidão, o que poderá levar o doador a ser indenizado pelo valor equivalente ao bem. Por ser personalíssima, somente o doador pode se valer dessa revogação, ressalvada a hipótese de seu homicídio doloso ser imputável ao donatário. Entretanto, esse tipo de revogação não é possível nos seguintes casos: doação com encargo já cumprido, doação puramente remuneratória, doação feita para determinado casamento, doação que se fizer em cumprimento de obrigação natural.

() Se determinado bem locado for alienado na vigência de contrato de locação, o adquirente não será obrigado a respeitar o contrato celebrado com o alienante, porque os efeitos de um contrato não podem atingir quem dele não participou, ainda que nesse contrato conste cláusula, devidamente registrada, de vigência no caso de alienação.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

19.39 IEMA/SEAMA :: Advogado

Q.688

Origem

Acerca dos contratos regidos pelo Código Civil, julgue os itens a seguir.

IEMA/SEAMA :: Advogado
CESPE
2007

() É nula a fiança dada em valor inferior ou superior ao da obrigação principal, pois, sendo a fiança acessória à obrigação contraída em outro contrato, servindo-lhe de garantia, a sua fixação deve corresponder ao valor da dívida principal.

() O contrato realizado por alguém que prometeu fato de terceiro não tem a eficácia de obrigar quem dele não participou. Assim, se o terceiro não executar a promessa feita no contrato, a responsabilidade patrimonial por perdas e danos incide sobre o promitente.

() Poderá ocorrer a resolução do contrato de execução continuada ou a termo quando as prestações tornarem-se excessivamente onerosas para uma das partes, com extrema vantagem para a outra, em decorrência de acontecimento extraordinário e imprevisível superveniente à formação do contrato, capaz de gerar mudanças nas condições econômicas sob as quais foi celebrado.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

19.40 SEGER - ES :: Analista Administrativo e Financeiro - Direito

Q.689

Origem

Acerca dos contratos regidos pelo Código Civil, julgue os itens que se seguem

SEGER - ES :: Analista
Administrativo e Financeiro -
Direito
CESPE
2007

() O contrato será resolvido por onerosidade excessiva quando ocorrer desequilíbrio de direitos e deveres entre os contratantes, provocado por acontecimentos que, apesar de previsíveis, são desconsiderados em razão da identificação do poder contratual dominante de uma das partes e da presunção legal de vulnerabilidade do outro contratante.

Assuntos relacionados

() No contrato de mútuo, a propriedade do bem mutuado é transferida ao mutuário desde o momento de sua tradição. É a partir desse momento que se estabelece a responsabilidade do mutuário pelos riscos e deterioração ou perda do objeto do mútuo.

Espécies de contrato

() O comodato é um empréstimo de uso, de forma gratuita, por meio do qual o comodatário recebe apenas o direito de usufruir do bem infungível, sem a possibilidade de transferência de propriedade.

19.41 TCU :: Auditor do TCU

Q.690

Origem

Uma auditoria do TCU constatou que, em julho de 2006, determinada entidade instituída como serviço social autônomo efetuou a doação pura e simples de um imóvel a uma federação vinculada à mesma categoria econômica. Para ocultar o fato, foi lavrada em cartório uma escritura de compra e venda de imóvel, sem que tenha sido pago o preço de venda constante da escritura. Considerando a situação hipotética descrita e sabendo que a mencionada federação foi constituída na forma de associação civil, julgue os itens seguintes.

TCU :: Auditor do TCU
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

() A doação pura e simples é um contrato bilateral, gratuito e sem encargo, podendo ou não ser condicionado. Nessa espécie de contrato, uma pessoa - o doador - por liberalidade, transfere do seu patrimônio bens ou vantagens para o patrimônio de outra pessoa - o donatário -, que o aceita. A aceitação pelo donatário não depende de forma especial, podendo ser expressa ou tácita e importando o silêncio aceitação, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem.

() O procedimento das entidades aludidas na hipótese em apreço contraria um dos princípios básicos dos contratos estabelecido expressamente no Código Civil, segundo o qual os contratantes são obrigados a guardar, tanto na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé. Na interpretação dos negócios jurídicos, também deve ser considerado, segundo o Código Civil, o princípio da boa-fé.

() Por disposição já constante do texto constitucional originário, entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical existentes na data da promulgação da Constituição Federal permaneceram como destinatárias de contribuições compulsórias dos empregadores incidentes sobre a folha de salários.

() O serviço social autônomo referido infringiu normas de direito público. Segundo jurisprudência do TCU, as entidades dessa natureza, apesar de serem pessoas jurídicas de direito privado, gerem recursos públicos, devendo, por isso, prestar contas a esse tribunal e sujeitar-se a princípios que regem a administração pública, tais como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

() Segundo dispositivos da lei federal que institui normas para licitações e contratos da administração pública, aplicável subsidiariamente à situação descrita, para a alienação do imóvel em questão, seriam necessárias autorização legislativa, avaliação prévia e licitação na modalidade de concorrência.

Q.691

Origem

Uma auditoria do TCU constatou que, em julho de 2006, determinada entidade instituída como serviço social autônomo efetuou a doação pura e simples de um imóvel a uma federação vinculada à mesma categoria econômica. Para ocultar o fato, foi lavrada em cartório uma escritura de compra e venda de imóvel, sem que tenha sido pago o preço de venda constante da escritura. Considerando a situação hipotética descrita e sabendo que a mencionada federação foi constituída na forma de associação civil, julgue os itens seguintes.

TCU :: Auditor do TCU
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

() A doação referida é um negócio jurídico simulado e, portanto, nula, não sendo suscetível de confirmação nem convalidância pelo decurso de tempo, de acordo com disposições do Código Civil.

() Diferentemente do que ocorre no direito civil, no direito processual civil um ato processual nulo pode ser convalidado pelo juiz, uma vez que o princípio da substanciação foi adotado pelo CPC, ao estabelecer que, quando a lei prescrever determinada forma, sem cominação de nulidade, o juiz deverá considerar válido o ato se, realizado de outro modo, ele alcançar a finalidade.

() É de quatro anos, contados a partir do dia em que se realizou o negócio, o prazo decadencial fixado pelo Código Civil para se requerer, no juízo cível, a anulação do contrato de compra e venda em questão.

() Ao julgar o relatório da auditoria mencionada, o TCU pode fixar prazo para que os gestores do serviço social autônomo adotem, sob pena de aplicação de multa, as providências necessárias à obtenção da declaração de nulidade do negócio jurídico em questão. Todavia, falta ao TCU competência para declarar, ele próprio, a nulidade de tal contrato.

19.42 TJ - AC :: Juiz de Direito Substituto

Q.692

Origem

A respeito dos contratos regidos pelo Código Civil, assinale a opção correta.

TJ - AC :: Juiz de Direito
Substituto
CESPE
2007

() O contrato de comissão tem por objeto a aquisição ou a venda de bens pelo comissário, que deve exercer profissionalmente essa atividade, recebendo uma remuneração em decorrência da realização do negócio ou como ressarcimento das despesas efetuadas, quando houver resilição da avença. Esse contrato tem natureza exclusivamente mercantil. Nele, um dos contratantes age em nome e por conta do outro, embora se obrigando para com as pessoas com quem contrata.

() No contrato de seguro, a proposta é vinculativa e obrigatória. O teor da apólice deve com ela coincidir, pois, em caso de divergência, prevalecerá o disposto na proposta porque esta é o documento vinculativo do seguro. Assim, se não aceitar acobertar determinado risco constante da proposta de contratação, o segurador deverá, obrigatoriamente, dar ciência desse fato ao segurado.

() No contrato de transporte cumulativo de mercadorias, embora o ajuste figure, para o remetente, como se houvesse um único contratado, todos os transportadores respondem solidariamente pelo dano causado ao expedidor, inclusive pelo roubo praticado mediante ameaça exercida com arma de fogo, por se tratar de contrato de resultado e de responsabilidade objetiva.

() O objeto do contrato de fiança é determinado pela obrigação cujo cumprimento ela garante, podendo as dívidas garantidas ser atuais ou futuras, totais ou parciais, compreender ou não os seus acessórios e, ainda, garantir obrigações nulas ou naturais, desde que sejam lícitas.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

19.43 TJ - PI :: Juiz de Direito Substituto

Q.693

Origem

TJ - PI :: Juiz de Direito
Substituto
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Com relação ao contrato de compra e venda regido pelo Código Civil, julgue os itens que se seguem. I O pacto de retrovenda é cláusula acessória aposta no contrato de compra e venda de bens imóveis, consistente na faculdade que se reserva o vendedor de resolver o contrato, por vontade unilateral e imotivada, reavendo o imóvel desde que pague ao comprador o preço original, monetariamente corrigido, as despesas por ele suportadas e o valor equivalente às benfeitorias necessárias, bem como as úteis e voluptuárias que se efetuaram com a sua autorização escrita. II Pela cláusula de preferência, o comprador se compromete a vender o bem móvel ou imóvel adquirido ao vendedor, em prazo certo e decadencial. Trata-se de cláusula resolutiva expressa no contrato, por ser potestativa, subordinada à vontade do antigo dono de readquirir o bem. O direito de preferência não se transmite por ato entre vivos, apenas por causa de morte do alienante aos herdeiros. III A cláusula de venda a contento subordina a eficácia do negócio à circunstância da satisfação do adquirente. Pela condição suspensiva desse negócio, o comprador, enquanto não se manifesta acerca da aprovação da coisa, ocupa posição jurídica análoga à do comodatário. IV Na venda sobre documentos, a entrega do bem é substituída pela entrega do título representativo e dos outros documentos exigidos pelo contrato. Como nesse tipo de contrato não há a tradição do bem alienado, o comprador pode condicionar o pagamento à verificação de inexistência de vícios redibitórios ou de outros tipos de defeitos ou recusar o pagamento quando comprovar tais defeitos na coisa vendida. V A venda com reserva de domínio é uma modalidade de venda a crédito de bens imóveis com garantia fiduciária, na qual o comprador, até a quitação integral do preço, não adquire a propriedade da coisa, embora já exerça sobre ela a posse. Essa cláusula prevê o desfazimento da venda caso o comprador deixe de cumprir a obrigação de pagar o preço no prazo estipulado, independentemente de ação judicial e do pagamento de qualquer indenização ou restituição do valor já pago. Estão certos apenas os itens

- () I e IV.
- () I e III.
- () II e III.
- () II e IV.
- () III e IV.

19.44 PM - RIO BRANCO/AC :: Procurador Jurídico

Q.694

Origem

Julgue os próximos itens, acerca das obrigações e dos contratos regidos pelo Código Civil

PM - RIO BRANCO/AC ::
Procurador Jurídico
CESPE
2007

() O contrato de mútuo no qual uma parte assume o pagamento excessivo de juros, por se encontrar com diversas dívidas vencidas e não pagas e, ainda, na iminência de ser despejado do imóvel onde reside com sua família, constitui hipótese de contrato eivado de nulidade absoluta, por vício de lesão, pois o devedor assumiu obrigação excessiva, sob premente necessidade.

() Se for configurada a assunção de dívida, não subsistirá a obrigação primitiva, extinguindo-se, com a substituição do sujeito passivo da relação de crédito, não só o vínculo obrigacional, mas também os acessórios e as garantias do débito, exceto as garantias do crédito que tiverem sido prestadas por terceiro.

Assuntos relacionados

Transmissão das obrigações

19.45 MPE - AM :: Promotor de Justiça Substituto

Q.695

Origem

Com relação ao direito de família, à tutela e à curatela, assinale a opção correta.

MPE - AM :: Promotor de Justiça Substituto
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Tutela
Curatela

() Na constância do casamento celebrado pelo regime de participação final dos aquestos, cada cônjuge tem a exclusiva administração dos seus bens particulares e os do casal, podendo alienar ou gravar com ônus reais os bens imóveis sem a autorização do outro cônjuge. Na dissolução do casamento, cabe a cada um dos cônjuges a metade dos bens adquiridos onerosamente pelo casal.

() A pessoa que, embora capaz para os atos da vida civil, em razão de enfermidade ou de não reunir plenas condições físicas, não possa cuidar de seus próprios interesses e negócios poderá requerer em juízo que lhe seja nomeado um curador para cuidar de todos ou alguns negócios ou bens, podendo, inclusive, indicar a pessoa que exercerá o encargo de curador.

() O vínculo jurídico de afinidade associa-se ao casamento e à união estável, gerando um parentesco que não se rompe com a dissolução do casamento nem do companheirismo. Assim, caso ocorra o falecimento de um dos cônjuges, o divórcio ou, ainda, o rompimento da sociedade de fato, o sobrevivente continua ligado aos ascendentes, descendentes e colaterais do outro pelo vínculo da afinidade, continuando a gerar efeitos de impedimento matrimonial.

() A adoção do menor de dezoito anos é irrevogável e dependerá, para a sua validade, de homologação judicial do acordo ou do consentimento do genitor que detém a guarda do adotando e da intervenção do MP. Essa exigência é desnecessária quando se tratar de menor abandonado ou de pessoa maior e capaz.

() Os alimentos provisionais concedidos em ação cautelar incidental à ação de reconhecimento e dissolução de união estável têm efeitos imediatos. No entanto, a superveniência da sentença que reduz o valor fixado ou mesmo revoga a sua concessão, na ação principal, terá efeito retroativo e alcançará os provisionais que não tenham sido adimplidos, ainda que vencidos. Por isso, os alimentos não podem ser objeto de execução, sob pena de se promover o enriquecimento sem causa do alimentando, em injusto detrimento do patrimônio do alimentante.

19.46 OAB-Nacional :: OAB - I Exame 2007

Q.696

Origem

Assinale a opção correta acerca do direito das obrigações e do direito das coisas.

OAB-Nacional :: OAB - I Exame
2007
CESPE
2007

- () Mora accipiendi é a mora do devedor de obrigação líquida, certa e exigível.
- () Nas obrigações provenientes de ato ilícito, em sede de ação reparatória ou indenizatória, contam-se os juros moratórios a partir da citação.
- () Juros remuneratórios ou compensatórios são devidos pelo atraso no cumprimento da prestação por parte do devedor.
- () A aluvião é forma de aquisição da propriedade por acessão decorrente de fenômenos naturais. Será própria quando os acréscimos se formarem pelos depósitos ou aterros naturais nos terrenos marginais do rio. De outra parte, será imprópria se o acréscimo se formar pelo afastamento das águas que descobrem parte do álveo. Aquele que se beneficia pela aluvião não tem de pagar indenização.

Assuntos relacionados

19.47 TJ-TO :: Juiz Substituto

Q.697

Origem

A respeito da posse e da propriedade, assinale a opção correta.

TJ-TO :: Juiz Substituto
CESPE
2007

- () A posse que gera a usucapião extraordinária, ordinária ou especial é aquela exercida por alguém com ânimo de proprietário e sobre coisa certa, não podendo ser reclamada sobre coisa incerta, salvo quando se tratar de composses de coisa indivisa.
- () Gera a usucapião a posse ininterrupta e sem oposição, com ânimo de dono, por cinco anos ininterruptos, de área de terra em zona rural não superior a cinquenta hectares, utilizada como moradia pelo possuidor, que a torne produtiva pelo seu trabalho e dela tire a sua subsistência e de sua família, não sendo o possuidor proprietário de qualquer outro imóvel.
- () A tolerância da administração pública quanto à ocupação dos bens públicos de uso comum ou especial por particulares faz nascer para estes direito assegurável pelos interditos possessórios e direito à indenização pelas benfeitorias úteis e necessárias, o que lhes assegura a prerrogativa de retenção.
- () O convalhecimento da posse adquirida de forma violenta, clandestina ou precária é permitido pela cessação da violência ou da clandestinidade e pelo decurso de ano e dia.

Assuntos relacionados

19.48 IEMA-ES :: Analista de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos - Direito

Q.698

Origem

Em relação ao direito das obrigações, julgue os itens seguintes.

() A purgação da mora é o ato por meio do qual a parte neutraliza os efeitos do seu retardamento, ofertando a prestação devida ou aceitando-a no tempo, lugar e forma estabelecidos pela lei ou pelo título da obrigação. Ao contrário da mora do devedor, a mora do credor não depende de culpa; no entanto, o credor só pode recusar a prestação ofertada pelo devedor se tiver uma justa causa para a recusa.

() A novação é um negócio jurídico por meio do qual o credor transmite seu crédito total a um terceiro, extinguindo-se a relação obrigacional, ou cede parcialmente esse crédito, mantendo-se a relação obrigacional primitiva com o mesmo devedor.

IEMA-ES :: Analista de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos - Direito
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

19.49 SEGER - ES :: Analista Administrativo e Financeiro - Direito

Q.699

Origem

A respeito do direito das obrigações, julgue os itens a seguir

() Na assunção de dívida, ocorre a substituição do sujeito passivo da relação de crédito, com efeitos modificativos, isto é, extingue-se a dívida originária e os encargos obrigacionais são transferidos a um terceiro, independentemente da aceitação do credor.

() A cláusula penal moratória, por visar tão-somente a impedir o retardamento culposos do adimplemento obrigacional, permite que a prestação obrigacional possa ser objeto de cumulação, pelo credor, à exigência de regular cumprimento da obrigação principal.

() Extingue-se a obrigação pela compensação quando duas pessoas são, simultaneamente, credora e devedora uma da outra, de dívidas vencidas e originadas de uma mesma causa, ainda que não haja homogeneidade das prestações ou que se trate de coisa incerta ou não fungível entre si.

SEGER - ES :: Analista Administrativo e Financeiro - Direito
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

19.50 OAB-RJ :: OAB - 33o Exame da Ordem

Q.700

Origem

Com relação ao instituto do casamento, assinale a opção incorreta.

() É lícito o casamento entre irmãos germanos.

() O casamento celebrado no Brasil prova-se pela certidão do registro.

() É anulável o casamento de menor em idade núbil, porém sem a autorização dos pais.

() O homem, ao casar, pode acrescentar o sobrenome da mulher.

UnB/CESPE - OAB/RJ Prova Objetiva 33.º Exame de Ordem de Ordem -

5 -

OAB-RJ :: OAB - 33o Exame da Ordem
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Casamento

19.51 TJ - AC :: Juiz de Direito Substituto

Q.701

Origem

Assinale a opção correta acerca do direito de família.

TJ - AC :: Juiz de Direito
Substituto
CESPE
2007

() É nulo o casamento celebrado com a inobservância das causas suspensivas, e a declaração da nulidade acarreta a invalidade do casamento a partir da data da sentença que o invalidou. No entanto, o casamento será convalidado e, portanto, produzirá todos os efeitos do casamento válido se restar provado que foi contraído de boa-fé por um ou por ambos os cônjuges.

Assuntos relacionados

Casamento

() O cônjuge considerado inocente na ação de separação judicial litigiosa e, por conseguinte, isentado do dever de prestar alimentos ao outro fica exonerado da prestação dos alimentos provisionais, fixados na ação cautelar, a partir da prolação da sentença, na ação principal, que reconheceu a culpa do outro cônjuge. Os alimentos que foram pagos a partir daí serão devolvidos, e os vencidos e não pagos não podem ser objeto do pedido de cumprimento de sentença.

() A constituição de nova família com o nascimento de novos filhos caracteriza alteração de fortuna, mas não autoriza a redução do encargo alimentício devido à esposa e aos filhos do primeiro casamento, porquanto constitui encargo livremente assumido.

() Se, na ação de separação judicial e na reconvenção em que ambos os cônjuges pleiteiem a dissolução da sociedade conjugal, cada um imputando culpa ao outro pelo rompimento da sociedade conjugal, ainda que não haja comprovação dos motivos apresentados, pode o juiz levar em consideração outros fatos que tornem evidente a insustentabilidade da vida em comum e, diante disso, decretar a separação judicial do casal, sem imputação de causa a nenhuma das partes.

19.52 TJ - PI :: Juiz de Direito Substituto

Q.702

Origem

Acerca do direito de família, assinale a opção correta.

TJ - PI :: Juiz de Direito
Substituto
CESPE
2007

- () A ação de separação judicial tem caráter pessoal, razão pela qual a legitimidade para sua propositura e a respectiva defesa são atribuídas aos cônjuges, com exclusividade. Mas o curador, o ascendente ou o irmão, no caso de incapacidade do cônjuge, têm legitimidade representativa para propor a ação.
- () Compete aos pais a obrigação de prestar alimentos aos filhos menores e incapazes, mas se os genitores não possuírem capacidade econômica para prestar os alimentos, esses serão devidos pelos avós. Trata-se de responsabilidade solidária, podendo o menor propor ação de alimentos contra os pais, os avós ou apenas um deles.
- () O casamento religioso poderá ser inscrito no registro civil a qualquer tempo, bastando que se faça o requerimento perante a autoridade competente, instruindo com a certidão ou prova equivalente da realização do ato religioso. Todavia, o efeito jurídico desse casamento será da data do registro, portanto, não retroagindo à data da celebração do casamento religioso.
- () O casamento e a união estável foram equiparados pela CF, que, ainda, reconheceu a união estável como entidade familiar, sem fazer qualquer distinção entre essa e o concubinato. Por isso, conclui-se que a norma infraconstitucional não poderá fazê-lo e deixar de reconhecer as consequências e atribuir efeitos jurídicos a qualquer união de fato entre pessoas de sexos diferentes. Assim, nessas uniões de fato, os bens que compõem o patrimônio de ambos os companheiros, no caso de sucessão por causa da morte ou por ato entre vivos, serão partilhados e pertencem, em partes iguais, a ambos os companheiros, independentemente da origem ou do tempo da aquisição desses bens.
- () A tutela é o encargo deferido por lei a uma determinada pessoa, para administrar os bens de outra pessoa que, em virtude de sua incapacidade, não possa fazê-lo por si. Destinase a suprir a falta de capacidade, tem caráter assistencial e é compatível com o poder familiar

Assuntos relacionados

Casamento

19.53 OAB-Nacional :: OAB - I Exame 2007

Q.703

Origem

Acerca das pessoas e do domicílio, assinale a opção incorreta.

OAB-Nacional :: OAB - I Exame
2007
CESPE
2007

- () Não é cabível a desconsideração da personalidade jurídica em se tratando de firma individual.
- () A fundação de direito privado não pode ter fins lucrativos.
- () A República Federativa do Brasil é pessoa jurídica de direito público interno.
- () Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar e o preso.

Assuntos relacionados

Domicílio

19.54 OAB-RJ :: OAB - 33o Exame da Ordem

Q.704

Origem

Acerca do domicílio, assinale a opção incorreta.

OAB-RJ :: OAB - 33o Exame da
Ordem
CESPE
2007

- () O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo.
- () O direito brasileiro somente admite a unicidade domiciliar.
- () Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso.
- () As partes contratantes podem especificar, nos contratos celebrados por escrito, o domicílio onde serão exercidos os direitos e obrigações resultantes dos mesmos.

Assuntos relacionados

Domicílio

19.55 OAB-Nacional :: OAB - II Exame 2007

Q.705

Origem

No referente ao direito de empresa, assinale a opção correta.

OAB-Nacional :: OAB - II Exame
2007
CESPE
2007

- () Um magistrado não pode ser sócio de sociedades simples ou empresárias.
- () O(A) empresário(a) casado(a), qualquer que seja o regime de bens, não poderá, sem a outorga conjugal, alienar os imóveis que integram o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.
- () O crédito pessoal de qualquer espécie tem preferência sobre o crédito real.
- () Aquele que exerce profissão intelectual de natureza científica, mediante organização e investimento de capital visando auferir lucro, com o concurso de colaboradores ou auxiliares é considerado empresário.

Assuntos relacionados

Empresário

19.56 IEMA/SEAMA :: Advogado

Q.706

Origem

Em relação ao direito das obrigações, julgue os itens a seguir.

IEMA/SEAMA :: Advogado
CESPE
2007

- () Havendo inadimplemento total pelo devedor da obrigação assumida em um contrato, no qual tenha sido estipulada cláusula penal para o caso de total inadimplemento, o credor poderá, ao recorrer às vias judiciais, exigir o recebimento da multa e o cumprimento da obrigação, fundamentando corretamente o seu pedido na previsão legal que autoriza a interpretação da cláusula penal em seu benefício.
- () A solidariedade passiva ocorre quando, na mesma obrigação, concorre mais de um devedor, cada um obrigado à dívida toda. Nesse caso, se o credor renunciar ou exonerar da solidariedade todos os credores, extinguir-se-á a obrigação.
- () Na obrigação alternativa, que contém duas ou mais prestações com objetos distintos, o devedor se libera ao cumprir uma delas, mediante escolha sua ou do credor ou mesmo de um terceiro. No entanto, a obrigação será extinta, se todas as prestações não puderem ser cumpridas, desde que não haja culpa do devedor.

Assuntos relacionados

Inadimplemento das obrigações

19.57 TJ - AC :: Juiz de Direito Substituto

Q.707

Origem

Acerca do direito das obrigações, assinale a opção correta.

TJ - AC :: Juiz de Direito
Substituto
CESPE
2007

() Ocorrendo o inadimplemento de uma obrigação de pagamento em dinheiro, caso a pena convencional e os juros de mora não sejam suficientes para cobrir todos os prejuízos causados pela mora, poderá o juiz conceder indenização suplementar ao credor prejudicado, cumulativamente, para composição do patrimônio desse credor.

() É solidária a obrigação quando houver mais de um devedor em obrigação indivisível que se baseie em uma mesma causa ou fundamento jurídico, sendo únicos a natureza e o objeto da prestação, bem como a condição e o prazo para todos os devedores. Assim, o cumprimento da prestação deve ser feito, de forma integral e necessariamente, por todos os devedores conjuntamente, sob pena de extinção da solidariedade e da unidade da prestação.

() Na obrigação de restituir, caso a coisa se deteriore, por culpa ou não do depositário, tornando impossível o cumprimento da obrigação, esta será considerada resolvida e o proprietário da coisa deverá recebê-la tal qual se ache, sem direito a indenização.

() Se o contrato de compra e venda não possuir cláusula de arrendimento, o valor dado como sinal deve ser considerado como arras confirmatórias do negócio entabulado entre as partes. Se ocorrer a inexecução do contrato por culpa da parte que as prestou, poderá a outra ter o contrato por desfeito, retendo as arras e, ainda, obrigar aquele que deu culpa a responder por perdas e danos.

Assuntos relacionados

Inadimplemento das obrigações

19.58 AGU :: Procurador Federal

Q.708

Origem

A respeito dos direitos reais, julgue os itens a seguir

AGU :: Procurador Federal
CESPE
2007

() As enfiteuses constituídas antes do Código Civil de 2002 devem adequar-se ao regime do direito de superfície, espécie de direito real criado pela codificação.

() Segundo a Súmula do STJ, a hipoteca firmada entre a construtora e o agente financeiro, anterior ou posteriormente à celebração da promessa de compra e venda, não tem eficácia perante os adquirentes do imóvel.

Assuntos relacionados

Penhor
Hipoteca
Anticrese

19.59 MPE - AM :: Promotor de Justiça Substituto

Q.709

Origem

Quanto ao direito das coisas, assinale a opção correta.

MPE - AM :: Promotor de Justiça Substituto
CESPE
2007

() A hipoteca, como direito real de garantia, é indivisível, ou seja, o imóvel dado em garantia fica sujeito ao resgate da dívida em sua integralidade, de maneira que o pagamento parcial do crédito não exonera parcialmente o imóvel hipotecado, pois a indivisibilidade não é da dívida garantida ou da coisa, mas do vínculo real.

() Pelo constituto possessório, o detentor da posse direta adquire a posse indireta, tornando-se proprietário do bem que possuía em nome alheio.

() O convalidamento da posse adquirida de forma violenta, clandestina ou precária é permitido pela cessação da violência ou da clandestinidade e pelo decurso de ano e dia. Cessado o vício, a posse torna-se justa e o possuidor de boa-fé, reconhecendo-lhe o direito de retenção, seja por acessões, ou seja por benfeitorias necessárias, úteis ou voluptuárias.

() Os frutos caídos de árvore do terreno do vizinho pertencem ao proprietário da árvore, que conserva a propriedade dos frutos caídos devido a seu caráter acessório.

() Composse é uma modalidade de posse exercida, simultaneamente, por várias pessoas sobre coisa indivisa. Cada possuidor detém a posse exclusiva sobre parte ideal do bem, podendo invocar a proteção possessória contra os compossuidores ou terceiros.

Assuntos relacionados

Penhor
Hipoteca
Anticrese

19.60 OAB-Nacional :: OAB - I Exame 2007

Q.710

Origem

Considerando o direito das obrigações, coisas e sucessões, assinale a opção incorreta.

OAB-Nacional :: OAB - I Exame
2007
CESPE
2007

() Na cessão de crédito por título oneroso, o cedente sempre responde ao cessionário pela existência do crédito. Se houver acordo entre as partes, o cedente poderá assumir a responsabilidade também pela solvência do devedor. Nessa hipótese, a responsabilidade do cedente é limitada ao valor que recebeu do cessionário, mais juros.

() A usucapião é forma originária de aquisição da propriedade. Assim, prevalece a propriedade adquirida por usucapião extraordinária, ainda que sobre o imóvel usucapiendo haja cláusula de inalienabilidade instituída pelo proprietário anterior.

() Nas dívidas garantidas por penhor, este terá por objeto determinado bem imóvel de propriedade do devedor.

() Falecendo o varão antes de transitada em julgado a decisão que decretou o divórcio, embora em execução provisória - porque pendente o julgamento de recurso contra a decisão que não admitiu o recurso especial -, o estado civil do cônjuge sobrevivente é o de viuvez.

Assuntos relacionados

Penhor
Hipoteca
Anticrese

19.61 TJ - PI :: Juiz de Direito Substituto

Q.711

Origem

Acerca dos direitos reais sobre coisas alheias, assinale a opção correta.

TJ - PI :: Juiz de Direito
Substituto
CESPE
2007

() A servidão predial tem como pressuposto a existência de dois prédios vizinhos, o serviente e o dominante, pertencentes a donos diversos ou não, e consiste na obrigação de possibilitar a utilização cômoda do prédio dominante.

() A indivisibilidade é característica da hipoteca, pois o imóvel dado em garantia fica sujeito ao resgate da dívida inteira por cada uma de suas partes, e, enquanto não for liquidada a dívida, subsistirá a garantia sobre a totalidade do bem hipotecado. Todavia, poderá o contrato hipotecário estabelecer a desoneração dos bens proporcionalmente ao pagamento de parte da dívida.

() Podem os contratantes validamente firmar convenção acessória que autorize o credor de dívida garantida por penhor a ficar com a coisa dada em garantia no caso de prestação não cumprida no vencimento, no caso de venda do objeto da garantia, e o credor de ser pago com o produto dessa venda e ter preferência sobre os demais credores.

() A constituição de qualquer espécie de penhor sobre coisa móvel e suscetível de alienação pressupõe a transferência efetiva da posse pelo devedor ao credor da coisa empenhada em garantia do débito.

() A preferência concedida ao credor hipotecário significa que o bem hipotecado constitua a garantia única do credor, pois o seu crédito não será assegurado por todo o patrimônio do devedor, mas por aquele bem. Assim, se for executada a hipoteca, o credor deverá ser pago com o produto obtido na venda judicial, quitando-se o débito, independentemente de o valor obtido ser superior ou inferior à dívida.

Assuntos relacionados

Penhor
Hipoteca
Anticrese

19.62 AGU :: Procurador Federal

Q.712

Origem

No campo das obrigações e dos contratos, várias novas teorias têm sido delineadas pela doutrina e pela jurisprudência. A esse respeito, julgue os itens que se seguem

AGU :: Procurador Federal
CESPE
2007

() A partir do princípio da função social, tem-se estudado aquilo que se convencionou chamar de efeitos externos do contrato, que constituem uma releitura da relatividade dos efeitos dos contratos.

() Segundo a doutrina contemporânea, o aforismo *turpitudinem suam allegans non auditor* não se confunde com a vedação do *venire contra factum proprium*; enquanto o primeiro objetiva reprimir a malícia e a má-fé, o segundo busca tutelar a confiança e as expectativas de quem confiou na estabilidade e na coerência alheias.

Assuntos relacionados

Contratos

19.63 Banco da Amazônia :: Técnico Científico - Direito

Q.713

Origem

A respeito dos negócios jurídicos, das obrigações e dos contratos, julgue os itens a seguir

Banco da Amazônia :: Técnico Científico - Direito
CESPE
2007

() A garantia da evicção independe de cláusula expressa, operando de pleno direito, uma vez que é consequência do direito transferido. Assim, aquele que transfere onerosamente o domínio, a posse ou o uso se obriga automaticamente a indenizar o adquirente que vier a sofrer prejuízo com a perda desse domínio, dessa posse ou desse uso.

() O negócio jurídico concluído pelo representante legal, quando houver conflito de interesses entre este e o representado, é anulável se o terceiro com o qual o representante celebrou o negócio tenha, ou possa ter, conhecimento de tal conflito, o que caracterizaria a sua má-fé.

() Tratando-se de obrigações alternativas, o devedor somente se libera prestando a coisa devida, pois o objeto, embora inicialmente plúrimo e indeterminado, após a escolha, é individualizado e certo, não se podendo obrigar o credor a receber coisa diversa.

Assuntos relacionados

Contratos

19.64 Defensoria Pública-Geral da U :: Defensor Público da União de 2ª Categoria

Q.714

Origem

Julgue os itens que se seguem

Defensoria Pública-Geral da U ::
Defensor Público da União de
2ª Categoria
CESPE
2007

() O postulado da função social do contrato (CC, art. 421), consectário lógico dos princípios constitucionais da solidariedade (CF, art. 3.º, I) e da justiça social (CF, art. 170), constitui uma cláusula geral, a impor a revisão do princípio da relatividade dos efeitos dos contratos em relação a terceiros.

() Havendo solidariedade entre devedores, a interrupção da prescrição atinge a todos, devedor principal e fiador.

() A ação de petição de herança (CC, art. 1.824), a ação de sonegados (CC, arts. 1.992 a 1.996) e a ação de complementação de área (CC, art. 500) prescrevem em 10 anos, conforme dicção da regra geral do art. 205 do CC, em face de omissão legal de prazo prescricional específico para a propositura de tais ações.

() João Victor alienou seu veículo automotor a Monalisa, sua única filha, sem o consentimento expresso de seu cônjuge. Nesse caso, a referida venda é sempre anulável, podendo, outrossim, ser validada pelo consentimento posterior do cônjuge.

Assuntos relacionados

Contratos

19.65 IEMA-ES :: Analista de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos - Direito

Q.715

Origem

Acerca dos contratos regidos pelo Código Civil, julgue os itens a seguir.

() O contrato inicia-se com a proposta e aperfeiçoa-se com a aceitação. Quando feita para pessoas indeterminadas e sem prazo estipulado, a proposta é irrevogável e tem força vinculante, ainda que na sua formulação o proponente assegure a faculdade de não se manter vinculado a todos os seus termos, pois presume-se que, desde a divulgação dessa proposta, os destinatários a conheçam.

() Nos contratos aleatórios que têm por objeto coisas futuras, o risco contratado é parcial, assumindo o adquirente o risco de as coisas existirem em qualquer quantidade. Por isso, se a contraprestação ou a extensão desta se tornarem desproporcionais, as partes continuam obrigadas, exceto se o alienante tiver concorrido com culpa ou se o objeto da obrigação não vier a existir.

IEMA-ES :: Analista de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos - Direito
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Contratos

19.66 MPE - AM :: Promotor de Justiça Substituto

Q.716

Origem

Acerca do direito das obrigações, dos contratos e dos atos unilaterais, assinale a opção correta.

() O inadimplemento absoluto de uma obrigação se dá quando essa não for cumprida no tempo, no lugar e na forma devidos. Nesse caso, o credor poderá exigir do inadimplente o recebimento ou a prestação a que o devedor se obrigou, acrescida da multa contratual.

() A promessa de recompensa constitui-se como um ato unilateral não-receptício, que adquire sua eficácia vinculante no momento em que a vontade do promitente é tornada pública, independentemente de aceitação.

() A imputação em pagamento é a faculdade pela qual o devedor de várias dívidas ainda não vencidas a um mesmo credor propõe quitá-las antecipadamente, oferecendo como pagamento coisa diversa da que é devida ao credor. Se o credor consente em recebê-la, o devedor deve indicar qual das obrigações está pagando.

() Nos contratos onerosos com cláusula de exclusão completa da garantia contra a evicção, por força do convencionado livremente entre as partes, o alienante será exonerado de qualquer responsabilidade, inclusive da restituição da quantia paga pelo evicto, ainda que este comprove que desconhecia o risco de perder a coisa adquirida, em virtude de direito de terceiro.

() Vícios redibitórios são defeitos ocultos em coisa alienada que impeçam ou dificultem o uso a que a coisa se destina, autorizando o comprador a devolver a coisa, e obrigando o alienante a ressarcir o valor recebido, acrescido de perdas e danos resultantes da situação criada, correção monetária e demais despesas suportadas pelo comprador, independentemente da culpa ou da má-fé de qualquer um dos contratantes.

MPE - AM :: Promotor de Justiça Substituto
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Contratos

19.67 OAB-Nacional :: OAB - II Exame 2007

Q.717

Origem

Com relação a contratos e sucessão, assinale a opção incorreta.

OAB-Nacional :: OAB - II Exame
2007
CESPE
2007

- () Nos contratos de locação, é válida a cláusula de renúncia à indenização das benfeitorias e ao direito de retenção.
- () Desde a abertura da sucessão, pertence ao legatário a coisa certa, existente no acervo, salvo se o legado estiver sob condição suspensiva, não se deferindo de imediato a posse da coisa legada nem podendo o legatário nela entrar por autoridade própria.
- () Será sempre judicial a partilha se algum herdeiro for incapaz.
- () Configura a existência de herança vacante o falecimento de alguém sem deixar herdeiro testamentário ou legítimo notoriamente conhecido.

Assuntos relacionados

Contratos

19.68 OAB-RJ :: OAB - 33o Exame da Ordem

Q.718

Origem

O estudo dos contratos é iniciado por uma teoria geral. Acerca desse assunto, assinale a opção correta.

OAB-RJ :: OAB - 33o Exame da
Ordem
CESPE
2007

- () No direito brasileiro, no que diz respeito à celebração de contratos entre ausentes, adota-se, como regra, a teoria da expedição, embora se admitam algumas exceções.
- () As partes não podem celebrar contratos atípicos, devendo, conseqüentemente, adotar uma das espécies contratuais reguladas pelo Código Civil e pelas leis especiais.
- () No regime do Código Civil, tal como no do Código de Defesa do Consumidor, os vícios redibitórios são os vícios aparentes ou de fácil constatação, que tornam a coisa imprestável a seus fins ou lhe diminuem o valor.
- () Na evicção, o adquirente só pode realizar a denúncia da lide ao alienante imediato, mas não aos anteriores, a fim de exercer o direito que da evicção lhe resulta.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.719

Origem

Com referência às diversas espécies contratuais reguladas pelo Código Civil, assinale a opção correta.

OAB-RJ :: OAB - 33o Exame da
Ordem
CESPE
2007

- () É nula a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente a consentirem.
- () O mútuo, o comodato e o depósito, sendo considerados contratos reais, caracterizam-se pela transmissão da propriedade da coisa ao mutuário, comodatário e depositário desde a sua celebração.
- () Para a prática de atos que exorbitem da administração ordinária, tais como a alienação, a constituição de hipoteca e a transação, necessita o mandatário de poderes especiais e expressos.
- () Na fiança, não pode o fiador, em nenhuma hipótese, alegar benefício de ordem, sendo considerado devedor solidário com o afiançado.

Assuntos relacionados

Contratos

19.69 PETROBRAS :: Advogado Júnior

Q.720

Origem

Julgue os itens seguintes, que versam sobre contratos.

PETROBRAS :: Advogado Júnior
CESPE
2007

() A cláusula resolutiva expressa consiste no pacto comissório formulado pelos contraentes, desde que se trate de contrato bilateral, segundo o qual, havendo inadimplemento por parte de um deles, o outro pode provocar, mediante ação judicial, a resolução do contrato ou, se preferir, alternativamente, de reclamar o cumprimento da prestação ou a sua conversão em perdas e danos.

Assuntos relacionados

Contratos

() Nos contratos bilaterais, em que há prestações recíprocas, interdependentes e simultâneas, o inadimplemento de um dos contratantes permite à outra parte a opção de resolver o contrato ou opor a exceção do contrato não cumprido, deixando de efetuar a sua prestação enquanto a outra parte não efetuar a respectiva contraprestação.

() Nos contratos de compra e venda com pacto de retrovenda, as partes, validamente, ajustam a cumulação da multa compensatória, pelo exercício do direito de retrato, e perdas e danos, desde que limitados aos lucros cessantes ao valor das benfeitorias erigidas no imóvel.

() Por meio da estipulação em favor de terceiro, um dos contratantes se obriga a atribuir vantagem patrimonial gratuita a pessoa estranha à formação do vínculo contratual. A esse terceiro é assegurado o direito de exigir o adimplemento da obrigação, nos termos do contrato, se a ele anuir, e enquanto o estipulante não o inovar.

19.70 PGE - PA :: Advogado

Q.721

Origem

Quanto aos contratos e ao direito das obrigações, assinale a opção correta.

PGE - PA :: Advogado
CESPE
2007

() Em regra, o credor sempre poderá, sem a anuência do devedor, transferir seu crédito. Qualquer crédito pode ser objeto de cessão, decorrendo as restrições a esse direito apenas da natureza da obrigação, da lei ou da convenção entre as partes.

Assuntos relacionados

Contratos

() Considera-se em mora o devedor que, independentemente de culpa, não efetuar o pagamento de dívida já vencida, isto é, aquela cujo termo tenha se expirado. Esse devedor responderá por todos os prejuízos que o credor vier a sofrer em virtude do atraso no pagamento da dívida, acrescidos dos juros moratórios e multa.

() O credor, para exigir o pagamento da cláusula penal convencional, deverá provar a culpa do devedor pelo inadimplemento e o prejuízo efetivamente sofrido. Se o valor da cominação imposta na cláusula não for suficiente para reparar todo o prejuízo sofrido pelo credor, este poderá exigir indenização suplementar, ainda que as partes expressamente não tenham convencionado essa possibilidade.

() A oferta feita ao público em geral não tem força vinculante, ainda que esta contenha os elementos essenciais do contrato, nem impõe ao anunciante a obrigação de celebrar o contrato. A oferta não equivale à proposta na formação do contrato, por ser dirigida a pessoa indeterminada.

19.71 TJ - AC :: Juiz de Direito Substituto

Q.722

Origem

Ainda a respeito dos contratos regidos pelo Código Civil, assinale a opção incorreta.

TJ - AC :: Juiz de Direito Substituto
CESPE
2007

() O princípio da função social nas relações contratuais é vinculante e tem prioridade axiológica sobre qualquer outra regra da disciplina contratual. A função social é considerada um fim para cuja realização ou preservação se justifica a imposição de preceitos inderrogáveis e inafastáveis pela vontade das partes.

Assuntos relacionados

Contratos

() Nos contratos onerosos, para que o alienante não responda pela evicção e seja exonerado inclusive da restituição da quantia paga pelo evicto, é necessário que, além da cláusula expressa de exclusão da garantia, o adquirente tenha ciência do risco e o tenha assumido, como é o caso de quem adquire coisa que sabe litigiosa.

() Por meio da estipulação em favor de terceiro, poderá o promitente validamente fazer disposições de última vontade, outorgando benefício pecuniário a um terceiro para após a morte do estipulante e, ainda, renunciar ao direito de revogar a estipulação ou substituir o terceiro, bem como exigir do beneficiário uma contraprestação.

() A fiança prestada em conjunto a um só débito, salvo ajuste expresso, gera a solidariedade legal entre os fiadores, e não, entre eles e o devedor principal, sendo, portanto, cada um responsável pelo montante total da dívida. Se for estipulado o benefício da divisão, cada fiador será responsável apenas pela parte que expressamente assumiu.

19.72 TJ-TO :: Juiz Substituto

Q.723

Origem

Ainda sobre os contratos, assinale a opção correta.

TJ-TO :: Juiz Substituto
CESPE
2007

() A revogação da doação pura e simples por ingratidão não tem efeitos retroativos, por isso, não atinge os direitos adquiridos por terceiros nem obriga o donatário a restituir os frutos que percebeu antes da citação válida. Em caso de impossibilidade de restituição do objeto doado, o donatário deverá indenizar o doador pelo meio termo do valor do objeto.

Assuntos relacionados

Contratos

() No contrato de mútuo, o proprietário transmite a posse da coisa mutuada, obrigando-se o mutuário a restituir a coisa emprestada quando vencido o prazo ajustado. Quando se tratar de mútuo oneroso ou feneratício, o mutuante poderá resolver o contrato se o mutuário deixar de pagar os juros estipulados.

() No contrato de transporte de pessoas, o transportador responde pelos danos causados às pessoas transportadas e a suas bagagens. A responsabilidade do transportador é contratual e objetiva, prescindindo-se, portanto, de verificação de culpa. O transportador será eximido do dever de indenizar quando o acidente ocorrer por motivo de força maior, ou por culpa exclusiva da vítima ou de terceiro.

() Se o condômino ceder ou alienar a sua fração ideal da coisa comum, seja ela divisível ou indivisível ou que permaneça em estado de indivisão, ele deve, obrigatoriamente, notificar aos demais comproprietários para que o negócio tenha eficácia contra terceiros e seja válido.

Q.724

Origem

Julgue os itens a seguir, relativos aos contratos. I Nos contratos de prestação de serviços por prazo indeterminado, a rescisão unilateral opera mediante denúncia notificada à outra parte. Essa rescisão tem efeitos ex nunc, isto é, passa a valer desde o momento em que ocorrer. II Firmado um contrato em que as partes tenham convencionado cláusula penal compensatória, no caso de inadimplemento total da obrigação, o credor poderá exigir o cumprimento da obrigação principal ou o pagamento da multa convencional. O pagamento da cláusula penal exclui a possibilidade de exigir-se reparação por perdas e danos, ainda que limitados aos lucros cessantes. III O contrato preliminar é dependente e acessório, tem por finalidade garantir o cumprimento da obrigação assumida no contrato principal. Esse contrato se insere na denominada fase preliminar ou de tratativas, por isso, não gera responsabilidade civil contratual caso venha a ser descumprida a proposta. IV O desatendimento das obrigações assumidas nos contratos bilaterais sinalagmáticos enseja defesa por meio da exceção de contrato não cumprido, na ação em que o outro contratante deduza pretensão exigindo o cumprimento da obrigação assumida pelo outro, sem antes ter cumprido a sua. Estão certos apenas os itens

TJ-TO :: Juiz Substituto
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Contratos

- () I e II.
- () III e IV.
- () I, II e IV.
- () II, III e IV.

19.73 TSE :: Analista Judiciário - Administrativa

Q.725

Origem

Quanto aos contratos regidos pelo Código Civil, assinale a opção incorreta .

TSE :: Analista Judiciário -
Administrativa
CESPE
2007

- () Se o contrato de prestação de serviço por prazo indeterminado for devidamente denunciado, e respeitado o prazo pactuado para o aviso prévio, o contrato pode ser rescindido unilateralmente.
- () Na fase pré-contratual, independentemente de expectativas ou investimentos gerados, das tratativas iniciais surgem obrigações para os contratantes. E a desistência desse contrato por qualquer das partes, ainda que justificadamente, acarreta, para aquele que desistiu, a obrigação de ressarcir a outra parte pelas perdas e danos resultantes da situação criada.
- () O contrato de compra e venda por si só não gera a transmissão do domínio do bem ou da coisa, mas o direito e o dever de concretizá-lo. Como regra, a compra e venda corresponde a um contrato de execução instantânea, quando ocorre a efetiva prestação do comprador ao vendedor, ainda que possa assumir características de contrato de execução diferida.
- () Vícios redibitórios são os defeitos existentes na coisa objeto de contrato comutativo, ao tempo da tradição, e ocultos, que tornam a coisa imprópria para o uso a que se destina, ou que desvalorizam a coisa. Se o alienante sabe do vício e se omite, trata-se de dolo, cuja diferença prática quanto aos efeitos é que, provado, o alienante responde também por perdas e danos.

Assuntos relacionados

Contratos

19.74 TSE :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.726

Origem

A respeito dos contratos, assinale a opção correta.

TSE :: Analista Judiciário -
Judiciária
CESPE
2007

() Quanto à execução, o contrato de execução diferida, também chamado de contrato de trato sucessivo, é aquele cujo adimplemento situa-se no futuro, em várias prestações.

() Nos contratos de adesão, as partes podem criar regras próprias de interpretação, pois as previstas na teoria geral dos contratos são de natureza supletiva, podendo ser afastadas por convenção que estipule que as cláusulas não podem ser interpretadas contra o estipulante ou que represente renúncia antecipada por qualquer das partes a direito resultante da natureza do negócio.

() Se alguém, ao contratar, promete fato de terceiro, esse contrato tem a eficácia de obrigar quem dele não participou e criar uma relação jurídica entre um dos contratantes e o terceiro. Se a obrigação não vier a ser cumprida, a responsabilidade patrimonial por perdas e danos incide sobre aquele que deveria executar o fato, isto é, o terceiro.

() Nos contratos aleatórios, as obrigações das partes podem se tornar desproporcionais, conforme o risco contratado. Na modalidade emptio rei speratae (venda da coisa esperada), o risco contratado é parcial. Se houver desproporção, as partes continuam obrigadas, exceto se o objeto da obrigação de uma das partes não vier a existir.

Assuntos relacionados

Contratos

19.75 TJ - AC :: Juiz de Direito Substituto

Q.727

Origem

Quanto ao direito das coisas, assinale a opção correta.

TJ - AC :: Juiz de Direito
Substituto
CESPE
2007

() A promessa de compra e venda é um contrato preliminar bilateral, cujo adimplemento integral pelo promissário comprador gera um dever de outorga de escritura ao promitente vendedor. A promessa como direito real à aquisição surge quando o instrumento público ou particular da promessa de compra e venda é objeto de registro no cartório de registro de imóveis.

() O registro de título de aquisição da propriedade no registro imobiliário é condição necessária para a produção de eficácia real ao negócio jurídico. Ele confere ao novo titular a presunção absoluta da propriedade, em virtude do princípio da fé pública do registro imobiliário e, ainda, sana eventuais vícios do negócio originário.

() Na composses, modalidade de posse exercida por várias pessoas sobre o mesmo bem, cada possuidor detém uma parte ideal do bem, exercendo sobre ele a posse plena e exclusiva, podendo, portanto, invocar a proteção possessória contra os compossuidores ou terceiros.

() Na constituição da hipoteca convencional sobre determinado imóvel de propriedade comum de várias pessoas, como no caso de um condomínio ou quando esse bem constitui o único imóvel de um espólio, cada proprietário ou cada herdeiro será responsável pelo pagamento tão-somente da dívida relativa ao seu quinhão, podendo resgatar a dívida da parte que lhe cabe.

Assuntos relacionados

Direitos reais

19.76 TSE :: Analista Judiciário - Administrativa

Q.728

Origem

Quanto à propriedade e aos direitos reais sobre coisas alheias, assinale a opção correta.

TSE :: Analista Judiciário -
Administrativa
CESPE
2007

() O direito de usufruto, por disposição legal, é inalienável, exceto ao nu-proprietário, mas o uso direto da coisa pode ser feito por pessoa diversa do usufrutuário, a título oneroso ou gratuito.

() Adquire-se a propriedade de bem imóvel pela usucapião especial urbana, quando a pessoa física detém a posse de boafé, justo título e utiliza-se do imóvel para moradia sua ou da família, por cinco anos ininterruptos e sem oposição, independentemente de possuir outro bem imóvel.

() A descoberta é um modo de aquisição originária da propriedade móvel. Aquele que encontra coisa alheia, sem dono ou abandonada torna-se seu depositário e, transcorridos três anos sem que o proprietário a reclame, a propriedade consolida-se na pessoa do possuidor.

() O direito real de servidão de passagem exige, para o seu reconhecimento, o encravamento do imóvel dominante, consistente na ausência de saída pela via pública, fonte ou porto. É passível de proteção possessória, pode ser adquirido pela usucapião, mesmo sendo descontínua e não aparente.

Assuntos relacionados

Direitos reais

19.77 MPE - AM :: Promotor de Justiça Substituto

Q.729

Origem

Quanto aos títulos de crédito, assinale a opção correta.

MPE - AM :: Promotor de Justiça
Substituto
CESPE
2007

() As relações cambiais são regidas pelos princípios da autonomia e da inoponibilidade das exceções pessoais ao terceiro de boa-fé, entre outros. Assim, quando o devedor for demandado pelo legítimo portador do título, não poderá alegar possíveis exceções pessoais que possui contra o credor originário.

Assuntos relacionados

() O título de crédito causal representa obrigações desvinculadas do negócio jurídico que deu origem à cártula, permitindo-se considerar, quando o título é posto em circulação, apenas a existência da obrigação cambial, representada por uma cártula e seu conteúdo. Por isso, para que seu titular exerça o direito de crédito dele emergente, basta a apresentação do título.

Títulos de crédito

() Em decorrência do princípio da literalidade, o título de crédito em branco ou incompleto é ineficaz cambialmente; por isso, o seu posterior preenchimento, mesmo quando houver acordo prévio, poderá constituir motivo para que sejam opostas ao portador as exceções que caberiam contra o primitivo credor. Assim, ainda que tenha havido a circulação desse título, será negado pagamento e o negócio jurídico que lhe deu origem será anulável.

() O meio próprio de transferência do título de crédito à ordem é o endosso seguido de sua tradição. O endosso não tem eficácia em relação ao devedor, senão quando a este notificado; o endossante é responsável não só pelo aceite, mas também pelo pagamento do crédito nele mencionado, isto é, ele se responsabiliza pela solvência do crédito.

() O aval é autônomo em relação à obrigação do devedor principal e se constitui no vencimento do título de crédito. Assim, a morte do avalista ocorrida antes do vencimento do título extingue a obrigação, não se transmitindo aos herdeiros, por não possuir caráter personalíssimo.

19.78 TJ - AC :: Juiz de Direito Substituto

Q.730

A respeito dos atos unilaterais e dos títulos de crédito, assinale a opção correta.

- () Aquele que receber uma obrigação natural ou uma dívida prescrita fica obrigado a restituir o que indevidamente recebeu. Caso não o faça, aquele que efetuou o pagamento, embora voluntariamente, mas por erro, poderá exigir a repetição do indébito, por meio induzido da ação de repetição.
- () Os títulos de crédito à ordem não trazem o nome do beneficiário do crédito ali inscrito e por ele representado, sendo permitido que o pagamento se faça àquele que os apresentar e exigir o cumprimento da obrigação.
- () O título nominativo caracteriza-se pela exigência de que o nome do beneficiário da prestação emergente do título conste do registro próprio nos livros do emitente. Esse título pode ser transferido por endosso que contenha o nome do endossatário ou mediante termo em que conste, além do registro do emitente, a assinatura do proprietário do título e do seu adquirente ou de seus legítimos representantes.
- () O título ao portador é transmissível pela via do endosso em preto, que equivale à cessão de crédito nele mencionada, sendo permitido que o pagamento se faça ao endossatário nomeado. Para a validade do endosso, dado no verso do título, é suficiente a simples assinatura do endossante.

Origem

TJ - AC :: Juiz de Direito
Substituto
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Títulos de crédito

19.79 IPC Cariacica - ES :: Procurador Previdenciário

Q.731

Acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), julgue os itens a seguir.

- () A guarda de criança ou de adolescente pode ser concedida a outras pessoas que não sejam os seus genitores, pois a guarda é um dos atributos do poder familiar, que não se exaure nele nem com ele se confunde.
- () Poderá um dos cônjuges adotar o filho do outro, ainda que conste no assento de nascimento do adotando o nome do pai biológico, bastando, para tanto, que aquele comprove a convivência com o menor. Nesse caso, a separação judicial do casal ou a morte do adotante restabelece o poder familiar e o vínculo de filiação do adotado com o pai natural.

Origem

IPC Cariacica - ES :: Procurador
Previdenciário
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Estatuto da criança e do
adolescente

19.80 OAB-Nacional :: OAB - I Exame 2007

Q.732

Origem

Acerca do direito de família, assinale a opção incorreta.

OAB-Nacional :: OAB - I Exame
2007
CESPE
2007

- () Nas relações de parentesco na linha reta, extingue-se a afinidade com a dissolução do casamento ou da união estável.
- () A verba alimentícia é sempre irrepetível, ainda que o alimentante vença a demanda e a fixação da verba decorra da prática de ato ilícito.
- () Havendo herdeiros descendentes, o cônjuge sobrevivente casado sob o regime da separação obrigatória de bens não é herdeiro necessário do cônjuge falecido.
- () Codicilo é negócio jurídico unilateral mortis causa, escrito, mediante o qual o autor da herança dispõe de bens de pouco valor ou de particular valor sentimental, de forma menos solene e, portanto, mais singela que o testamento.

Assuntos relacionados

19.81 OAB-Nacional :: OAB - II Exame 2007

Q.733

Origem

Assinale a opção correta quanto ao direito de família.

OAB-Nacional :: OAB - II Exame
2007
CESPE
2007

- () Será nulo o casamento se, logo depois de celebrado, não for lavrado o assento no livro de registro.
- () O divórcio litigioso direto não pode ser concedido sem prévia partilha de bens.
- () A mulher que tenha renunciado aos alimentos na separação judicial tem direito à pensão previdenciária por morte do exmarido, comprovada a necessidade econômica superveniente.
- () A bigamia constitui impedimento matrimonial impeditivo.

Assuntos relacionados

19.82 TJ-TO :: Juiz Substituto

Q.734

Origem

Acerca do direito de família, assinale a opção correta.

TJ-TO :: Juiz Substituto
CESPE
2007

() A obrigação alimentar vincula-se à relação de parentesco, enquanto se apresentar como necessária, e é devida entre ascendentes e descendentes. Na falta de ascendentes e descendentes, a obrigação alimentar será cumprida pelos colaterais, de forma exclusiva ou proporcional. Assim, persistindo a necessidade do alimentando, em regra, sobre todos os parentes recai a obrigação de suprir os alimentos ou fornecer-lhe hospedagem e sustento.

() Na separação judicial de um casal, aquele que detiver a guarda dos filhos menores ou incapazes será, além de guardião, também administrador dos bens daqueles filhos. Por isso, o alimentante poderá legitimamente ajuizar ação contra o guardião, objetivando a prestação de contas dos alimentos que foram pagos aos seus filhos.

() É possível a penhora do imóvel residencial, ainda que bem de família, quando o devedor o indicar à penhora, pois pode livremente dispor da proteção legal de sua impenhorabilidade, sendo-lhe vedado, no entanto, nos embargos do devedor, alegar a impenhorabilidade do referido bem, pois, ao indicá-lo à penhora, ele perde a proteção que a lei lhe confere.

() No casamento realizado sob a égide do Código Civil de 1916, no qual foi adotado o regime da separação de bens, por imposição legal em face da menoridade dos cônjuges, desde que tenha desaparecido a causa que determinou a adoção de regime legal e que não haja qualquer prejuízo aos cônjuges ou a terceiros, é permitida a alteração do regime de bens adotado anteriormente para outro regime eleito pelo casal. Os efeitos da sentença que autoriza a mudança do regime de bens se operam a partir de seu trânsito em julgado.

Assuntos relacionados

Q.735

Origem

Ainda a respeito do direito de família, julgue os itens que se seguem. I Se, no curso do procedimento da adoção, ocorrer a morte do adotante, desde que haja inequívoca manifestação de vontade quanto à adoção, a sentença a ser proferida concederá a adoção post mortem e seus efeitos retroagirão à data do óbito do adotante. II No caso de ação de separação judicial fundada em doença mental do outro cônjuge, este, ainda que processualmente vencido na ação de separação judicial, terá o direito de receber alimentos a serem pagos pelo outro, de reaver o remanescente dos bens que trouxe para o casamento e, se o regime de bens adotado o permitir, a meação dos bens adquiridos na constância da sociedade conjugal. III Tutela é um encargo imposto a uma pessoa no sentido de que cuide, administre e represente, sob supervisão judicial, todos os interesses de um menor que não esteja sujeito ao poder familiar. O casamento da pessoa tutelada com o tutor ou com algum de seus parentes em linha reta é anulável, pois a tutela é causa de impedimento da celebração do casamento e a sua inobservância fulmina o ato de nulidade. IV No casamento sob regime de separação de bens, o casal pode pactuar sobre a comunicação patrimonial na sucessão por meio do pacto antenupcial e, ainda, livremente dispor de todo e qualquer bem móvel. Não obstante, o princípio da autonomia sofre restrição quanto aos bens imóveis, que não podem ser alienados ou gravados sem outorga do outro cônjuge, bem como quanto a concessão, fiança ou aval sem anuência do outro. Estão certos apenas os itens

- () I e II.
- () I e IV.
- () II e III.
- () III e IV.

TJ-TO :: Juiz Substituto
CESPE
2007

Assuntos relacionados

19.83 OAB-Nacional :: OAB - I Exame 2007

Q.736

Origem

Acerca das pessoas, dos bens e dos fatos jurídicos, assinale a opção incorreta.

- () A situação de fato, cercada de circunstâncias tais que manifestamente a apresentem como se fosse uma situação de direito, constitui requisito caracterizador da teoria da aparência.
- () Salvo disposição específica em contrário, o sistema jurídico brasileiro não admite a repristinação.
- () Para qualificar e reger as obrigações, aplica-se a lei do país em que elas forem constituídas. No entanto, em contrato de arrendamento celebrado entre empresa holandesa e brasileira e constituído na Inglaterra, aplica-se a lei holandesa se a empresa arrendadora (holandesa) abdicar do foro inglês e ajuizar a ação no domicílio da empresa arrendatária, situado no Brasil.
- () As cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, quando instituídas para garantia de usufruto, cancelam-se com a morte dos doadores.

OAB-Nacional :: OAB - I Exame
2007
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Fatos jurídicos

19.84 TSE :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.737

Origem

Acerca dos fatos e atos jurídicos, assinale a opção incorreta .

TSE :: Analista Judiciário -
Judiciária
CESPE
2007

() É anulável o negócio jurídico que o representante, no seu interesse ou por conta de outro, celebra consigo mesmo. No entanto, considera-se sanado o defeito quando o representante substabelece os poderes que recebeu do representado e o negócio é celebrado entre o substabelecido e o representante.

() É fraude contra credores a concessão de garantia real de dívida feita pelo devedor insolvente a um dos seus credores quirografários.

() Por reserva mental entende-se a manifestação de vontade diversa da real intenção do agente. A reserva mental é indiferente à validade do negócio jurídico, exceto quando o destinatário da manifestação de vontade efetuada com reserva mental tiver conhecimento da mesma.

() É de quatro anos o prazo de decadência para a propositura das ações anulatórias, em caso de defeitos do negócio jurídico e atos praticados por relativamente incapazes, sem a devida assistência.

Assuntos relacionados

Fatos jurídicos

19.85 Defensoria Pública da União :: Defensor Público da União

Q.738

Origem

No que se refere aos direitos do consumidor, julgue os itens subseqüentes

Defensoria Pública da União ::
Defensor Público da União
CESPE
2007

() Os vícios de inadequação são aqueles que afetam a prestabilidade do produto, prejudicando seu uso e fruição ou diminuindo o seu valor. Esses vícios ocorrem, ainda, quando a informação prestada não corresponde verdadeiramente ao produto, que se mostra, de qualquer forma, impróprio para o fim a que se destina e desatende a legítima expectativa do consumidor.

() Para a reparação de defeito na qualidade do produto, ainda que este não tenha causado danos, o consumidor pode dirigir sua pretensão contra qualquer um dos fornecedores da cadeia de produção, por meio de ação judicial. Nesse caso, além de haver inversão do ônus da prova ou o seu custeio pela parte ré, o consumidor pode requerer o desfazimento do negócio, com a devolução dos valores pagos ou a substituição do produto por outro.

() Para caracterização da publicidade enganosa, é suficiente que a informação publicitária, por ser falsa, inteira ou parcialmente, ou por omitir dados importantes, leve o consumidor ao erro, não se exigindo dolo ou culpa do anunciante nem dos demais responsáveis por sua veiculação, mas apenas capacidade de induzir o consumidor ao erro.

Assuntos relacionados

Direito civil

19.86 Defensoria Pública-Geral da U :: Defensor Público da União de 2ª Categoria

Q.739

Origem

No que se refere aos direitos do consumidor, julgue os itens subseqüentes

Defensoria Pública-Geral da U ::
Defensor Público da União de
2ª Categoria
CESPE
2007

() Os vícios de inadequação são aqueles que afetam a prestabilidade do produto, prejudicando seu uso e fruição ou diminuindo o seu valor. Esses vícios ocorrem, ainda, quando a informação prestada não corresponde verdadeiramente ao produto, que se mostra, de qualquer forma, impróprio para o fim a que se destina e desatende a legítima expectativa do consumidor.

() Para a reparação de defeito na qualidade do produto, ainda que este não tenha causado danos, o consumidor pode dirigir sua pretensão contra qualquer um dos fornecedores da cadeia de produção, por meio de ação judicial. Nesse caso, além de haver inversão do ônus da prova ou o seu custeio pela parte ré, o consumidor pode requerer o desfazimento do negócio, com a devolução dos valores pagos ou a substituição do produto por outro.

() Para caracterização da publicidade enganosa, é suficiente que a informação publicitária, por ser falsa, inteira ou parcialmente, ou por omitir dados importantes, leve o consumidor ao erro, não se exigindo dolo ou culpa do anunciante nem dos demais responsáveis por sua veiculação, mas apenas capacidade de induzir o consumidor ao erro.

Assuntos relacionados

Direito civil

19.87 TCM-GO :: Procurador

Q.740

Origem

O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade. Considerando o dispositivo constante da CF transcrito acima e outros a ele relacionados, assinale a opção correta.

TCM-GO :: Procurador
CESPE
2007

() A lei não pode estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício, salvo no caso de servidores: portadores de deficiência; que exerçam atividades de risco; ou cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

() Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral da previdência social (RGPS).

() No artigo acima transcrito e em outros dispositivos da CF que tratam da matéria, pode-se identificar uma nítida relação de gênero e espécie entre os conceitos de tempo de serviço e tempo de contribuição.

() A CF assegura expressamente a contagem recíproca do tempo de serviço prestado em atividade rural, de natureza privada.

Assuntos relacionados

Direito civil

19.88 TCU :: Auditor do TCU

Q.741

Origem

TCU :: Auditor do TCU
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Direito civil

Ao julgar um processo de fiscalização referente a um conselho de fiscalização profissional, o TCU decidiu fixar prazo para que a entidade adotasse as providências cabíveis à rescisão de contratos de trabalho firmados, no ano de 2005, sem o prévio concurso público. A associação dos empregados do mencionado conselho protocolizou, no TCU, a peça intitulada recurso de reconsideração, requerendo a reforma da decisão sob as alegações de que os empregados dos conselhos não eram servidores públicos, não se aplicando a eles a norma que exige a contratação mediante prévio concurso público, e de que a rescisão imediata de todos os contratos de trabalho oneraria demasiadamente o conselho, levando-o à extrapolação dos limites de gastos estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Ante a situação hipotética acima descrita, julgue os itens a seguir.

() Os empregados dos conselhos de fiscalização profissional realmente não são servidores públicos em sentido estrito; todavia, ante a natureza autárquica desses conselhos, a jurisprudência pacífica do TCU, fundamentada em decisões do STF, é no sentido de que a admissão de empregados por essas entidades deve ser precedida de prévio concurso público de provas ou provas e títulos, nos termos da norma constitucional. Tal jurisprudência, todavia, não se aplica à Ordem dos Advogados do Brasil.

() Publicada em 2000, a LRF, lei complementar federal cuja edição já estava prevista no texto originário da Constituição Federal, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Seus dispositivos obrigam a União, os estados, o DF e os municípios, abrangendo: o Poder Executivo, o Poder Legislativo, neste incluídos os tribunais de contas, o Poder Judiciário e o Ministério Público; as respectivas administrações diretas, os fundos, as autarquias, as fundações e as empresas estatais dependentes.

() No que tange à segunda alegação do recorrente, o TCU realmente decidiu, em caráter normativo, que os conselhos de fiscalização profissional não estão subordinados às limitações contidas na LRF; devem tais conselhos, entretanto, observar as normas gerais e os princípios que norteiam a gestão pública responsável, com destaque para a ação planejada e transparente que possa prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio de suas contas. Portanto, a alegação do recorrente não justifica descumprimento de norma constitucional.

() Da mesma forma como faz quando enumera os requisitos para a propositura de ação judicial, o CPC enumera expressamente os pressupostos imprescindíveis para conhecimento de recursos interpostos contra decisões judiciais monocráticas ou colegiadas, estando incluídos a legitimidade e o interesse.

Lei n.ºX, de 14 de junho de 2006 Proíbe o gozo de férias simultâneo por mais de um terço dos servidores de cada um dos setores operacionais da autarquia federal Y e extingue a gratificação especial de localidade paga aos servidores da autarquia federal Z. O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1.º Fica proibido, a partir da vigência desta lei, o gozo de férias simultâneo por mais de um terço dos servidores de cada um dos setores operacionais da autarquia federal Y. Art. 2.º Fica extinta a gratificação especial de localidade paga aos servidores da autarquia federal Z. Parágrafo único. Fica garantido o pagamento da gratificação de que trata o caput deste artigo aos servidores que, até o dia 31 de maio de 2006, cumpriram os requisitos para o recebimento da vantagem. Art. 3.º Esta lei entra em vigor no prazo de um mês após a sua publicação. Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário. Essa lei, de iniciativa do Poder Executivo, foi publicada no Diário Oficial da União no dia 16 de junho de 2006. Em determinado setor operacional da autarquia Y, havia catorze servidores lotados. O controle interno, em seu relatório de auditoria, entendeu, pelo exame gramatical do texto da lei, que, naquele setor, era permitido o gozo simultâneo de férias por, no máximo, quatro servidores. Ao julgar o processo, o TCU, considerando a finalidade da norma, entendeu que era permitido o gozo simultâneo de férias por, no máximo, cinco servidores. Ante a situação hipotética descrita e sabendo que a gratificação especial de localidade era paga por dia de serviço prestado nas localidades definidas em lei, julgue os itens.

TCU :: Auditor do TCU
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Direito civil

() A Lei n.ºX não padece de inconstitucionalidade formal decorrente de vício de iniciativa, uma vez que a Constituição Federal estabelece que são de iniciativa exclusiva do presidente da República, entre outras, as leis que disponham sobre servidores públicos civis e militares, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, aposentadoria e reforma.

() Os servidores públicos das autarquias mencionadas submetem-se ao mesmo regime jurídico dos servidores públicos civis da União, tendo, portanto, como requisitos básicos, entre outros, para sua investidura no cargo público, a prévia aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos, o gozo dos direitos políticos, o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo, a idade mínima de dezoito anos e a aptidão física e mental.

() A interpretação do art. 1.º da Lei n.ºX/2006 efetuada pelo controle interno é administrativa quanto à fonte, semântica, quanto ao método empregado, e restritiva quanto aos resultados obtidos; a interpretação do mesmo artigo efetuada pelo TCU é jurisdicional quanto à fonte, teleológica quanto ao método empregado, e extensiva quanto aos resultados obtidos.

() Ainda que, segundo jurisprudência do STF, não haja direito adquirido a regime jurídico, o art. 2.º da Lei n.ºX/2006 é completamente inconstitucional, em razão de contrariar o princípio constitucional da irretroatividade das leis, ao contemplar dispositivo prejudicial a direitos de servidores da autarquia federal Z, adquiridos em data anterior à vigência da lei.

Q.743

Origem

Em novembro de 2006, um cidadão protocolizou no TCU um documento, intitulado de denúncia, versando sobre ilegalidade que estaria sendo praticada por uma sociedade de economia mista federal. A ilegalidade alegada pelo cidadão era a de que, no segundo semestre de 2004, seu veículo teria sido abalroado por um veículo de propriedade da empresa referida, conduzido por um empregado da empresa durante seu trabalho. Acrescentou que, apesar de o laudo pericial haver atribuído a culpa pelo acidente ao motorista da empresa, esta recusava-se a pagar-lhe administrativamente a indenização devida. Considerando a situação hipotética descrita e sabendo que a mencionada sociedade de economia mista é exploradora de atividade econômica, julgue os itens.

TCU :: Auditor do TCU
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Direito civil

() Se o referido cidadão ingressar na justiça comum com ação judicial contra a mencionada empresa após o vencimento do prazo prescricional, requerendo a reparação do dano, o juiz de direito competente deverá pronunciar, de ofício, a prescrição, caso em que, segundo disposições do CPC, há resolução do mérito do processo.

() Se houver renúncia expressa da prescrição da pretensão aludida, tal renúncia só valerá, segundo o Código Civil, se feita depois que a prescrição se consumir e não houver prejuízo de terceiro. Ademais, o termo de renúncia deve ser interpretado considerando-se que, por ocasião de sua elaboração, o signatário utilizou expressões mais restritas do que a sua verdadeira intenção.

() O STF, mediante controle concentrado, exercido por meio de ação direta de inconstitucionalidade, declarou inconstitucionais, por ferirem direitos e garantias fundamentais estabelecidos na Constituição Federal, dispositivos legais e regimentais que permitiam ao TCU manter o sigilo do autor da denúncia, mesmo após a decisão definitiva sobre a matéria.

() No resguardo de direitos e garantias individuais, o TCU deve assegurar tratamento sigiloso ao processo, visto que o documento foi intitulado de denúncia pelo cidadão, não cabendo ao próprio TCU, ao decidir, manter ou não o sigilo quanto ao objeto e à autoria da denúncia.

Dois municípios vizinhos, integrantes da mesma unidade federativa, constituíram, em 2006, um consórcio para racionalizar os gastos com a aquisição e a utilização de um ônibus para o transporte escolar de alunos do ensino fundamental residentes na zona rural daqueles municípios. Para custear o empreendimento, foram despendidos recursos do FUNDEF. No referido ano, a União repassou recursos do FUNDEF a ambos os municípios, recursos estes que representaram, no ano considerado, apenas 5

TCU :: Auditor do TCU
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Direito civil

() De acordo com dispositivo do Código Civil, os alunos referidos, se menores de 16 anos de idade, têm como domicílio necessário o dos seus representantes legais, ainda que tais representantes não residam na zona rural daquele município; se tiverem entre 16 e 18 anos de idade, têm como domicílio necessário o do seus assistentes legais, ainda que tais assistentes não residam na zona rural daqueles municípios.

() Conforme jurisprudência do Tribunal de Contas de União (TCU), apesar de os recursos federais comporem apenas 5() Se o dispêndio público referido acarretar algum processo no âmbito do TCU, a representação processual, perante esse tribunal, das pessoas jurídicas envolvidas decorre de dispositivo expresso do Código de Processo Civil (CPC) que estabelece o seguinte: cada um dos municípios é representado, em juízo ou fora dele, por seu prefeito ou procurador; o consórcio é representado, em juízo ou fora dele, por quem o respectivo estatuto designar ou, não tendo havido designação, por seu presidente.

() Se o dispêndio público referido acarretar algum processo no âmbito dos tribunais de contas dos municípios daquele estado, esse tribunal pode não admitir que o Ministério Público estadual officie no processo, na condição de fiscal da lei, com fundamento na lei complementar estadual referida, por considerar inconstitucional esse dispositivo legal, uma vez que há entendimento do STF no sentido de que contraria a Constituição Federal texto normativo que preveja a possibilidade de o Ministério Público estadual substituir o Ministério Público especial, na função específica deste, de atuação junto ao tribunal de contas.

Ao julgar um processo de fiscalização referente a um conselho de fiscalização profissional, o TCU decidiu fixar prazo para que a entidade adotasse as providências cabíveis à rescisão de contratos de trabalho firmados, no ano de 2005, sem o prévio concurso público. A associação dos empregados do mencionado conselho protocolizou, no TCU, a peça intitulada recurso de reconsideração, requerendo a reforma da decisão sob as alegações de que os empregados dos conselhos não eram servidores públicos, não se aplicando a eles a norma que exige a contratação mediante prévio concurso público, e de que a rescisão imediata de todos os contratos de trabalho oneraria demasiadamente o conselho, levando-o à extrapolação dos limites de gastos estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Ante a situação hipotética acima descrita, julgue os itens a seguir.

TCU :: Auditor do TCU
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Direito civil

() A Constituição Federal garante a plena liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar, sendo que a criação de associações independe de autorização e é proibida a interferência estatal em seu funcionamento. Ademais, ninguém pode ser compelido a associar-se ou a permanecer associado, além do que as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.

() A associação referida na situação hipotética tem legitimidade para interpor recurso perante o TCU em nome dos associados, desde que esteja expressamente autorizada, conforme norma constitucional, e comprove, nos autos, o vínculo associativo daqueles em nome de quem recorre.

() Em decorrência do princípio que proíbe o agravamento da situação do recorrente em grau de recurso, não é aplicável à situação hipotética descrita o princípio da fungibilidade recursal para justificar o conhecimento do recurso interposto, uma vez que, no caso em questão, o pedido de reexame tem consequências mais gravosas para o recorrente do que o recurso interposto.

Lei n.ºX, de 14 de junho de 2006 Proíbe o gozo de férias simultâneo por mais de um terço dos servidores de cada um dos setores operacionais da autarquia federal Y e extingue a gratificação especial de localidade paga aos servidores da autarquia federal Z. O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1.º Fica proibido, a partir da vigência desta lei, o gozo de férias simultâneo por mais de um terço dos servidores de cada um dos setores operacionais da autarquia federal Y. Art. 2.º Fica extinta a gratificação especial de localidade paga aos servidores da autarquia federal Z. Parágrafo único. Fica garantido o pagamento da gratificação de que trata o caput deste artigo aos servidores que, até o dia 31 de maio de 2006, cumpriram os requisitos para o recebimento da vantagem. Art. 3.º Esta lei entra em vigor no prazo de um mês após a sua publicação. Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário. Essa lei, de iniciativa do Poder Executivo, foi publicada no Diário Oficial da União no dia 16 de junho de 2006. Em determinado setor operacional da autarquia Y, havia catorze servidores lotados. O controle interno, em seu relatório de auditoria, entendeu, pelo exame gramatical do texto da lei, que, naquele setor, era permitido o gozo simultâneo de férias por, no máximo, quatro servidores. Ao julgar o processo, o TCU, considerando a finalidade da norma, entendeu que era permitido o gozo simultâneo de férias por, no máximo, cinco servidores. Ante a situação hipotética descrita e sabendo que a gratificação especial de localidade era paga por dia de serviço prestado nas localidades definidas em lei, julgue os itens de 41 a 47.

() No caso dos servidores prejudicados pelo que dispõe a Lei n.ºX/2006, o procedimento adequado para a defesa dos seus interesses é a impetração de mandado de segurança, no órgão competente do Poder Judiciário, contra o mencionado dispositivo legal, uma vez que a Constituição Federal dispõe que se concederá mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público.

() O art. 3.º da Lei n.ºX/2006 está em conflito com disposição expressa de lei complementar federal que, publicada anteriormente à edição dessa lei, estabelece, de forma precisa, como deve ser indicada a vacatio legis nas leis brasileiras.

() De acordo com jurisprudência do STF, o TCU tem competência para, mediante controle difuso de constitucionalidade, dar ao parágrafo único do art. 2.º da Lei n.ºX/2006 interpretação conforme a Constituição Federal, para considerá-lo totalmente inconstitucional e, nos casos concretos, abster-se de aplicar o referido artigo.

TCU :: Auditor do TCU
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.747

Origem

Dois municípios vizinhos, integrantes da mesma unidade federativa, constituíram, em 2006, um consórcio para racionalizar os gastos com a aquisição e a utilização de um ônibus para o transporte escolar de alunos do ensino fundamental residentes na zona rural daqueles municípios. Para custear o empreendimento, foram despendidos recursos do FUNDEF. No referido ano, a União repassou recursos do FUNDEF a ambos os municípios, recursos estes que representaram, no ano considerado, apenas 5

TCU :: Auditor do TCU
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Direito civil

() Consoante disposição expressa da Constituição Federal, a União, os estados, o Distrito Federal (DF) e os municípios devem disciplinar, por meio de lei, os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, podendo autorizar a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos.

() Segundo jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal (STF), a formação do referido consórcio administrativo depende de aprovação prévia das câmaras municipais de ambos os municípios, no exercício da competência fiscalizadora, atribuída expressamente pela Constituição Federal ao Poder Legislativo municipal, levado a efeito mediante controle externo, com o auxílio dos tribunais de contas dos estados ou dos municípios ou dos conselhos ou tribunais de contas dos municípios, onde houver.

() Os atos normativos municipais autorizadores da formação do mencionado consórcio administrativo não são passíveis de serem submetidos ao controle de constitucionalidade exercido pelo STF, uma vez que a Constituição Federal estabelece que compete ao STF processar e julgar a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.

() Segundo lei específica recentemente editada, que regula os consórcios administrativos no âmbito da administração pública brasileira, o consórcio mencionado deve ser constituído na forma de associação civil, uma vez que se trata, nos termos do Código Civil, de organização de pessoas para fins não-econômicos. Assim, o referido consórcio deve ser uma pessoa jurídica de direito privado, tendo como associadas duas pessoas jurídicas de direito público interno.

() Consoante disposições do Código Civil, o ônibus aludido é classificado como um bem principal, móvel, singular, não-consumível e indivisível por natureza. Trata-se, ainda, de um bem público de uso especial, que não pode ser alienado enquanto conservar essa qualificação, e de um bem que não está sujeito a usucapião.

19.89 TJ-TO :: Juiz Substituto

Q.748

Origem

TJ-TO :: Juiz Substituto
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Direito civil

Julgue os itens que se seguem, relativos ao direito das relações de consumo. I Nas relações de consumo, se a contratação do fornecimento de produto ou serviço ocorrer no estabelecimento comercial do fornecedor ou no domicílio do consumidor, é assegurado o direito de arrependimento, no prazo de sete dias a contar da assinatura do contrato. Nessa hipótese, o consumidor receberá de volta os valores eventualmente pagos, a qualquer título, durante o prazo de reflexão, sendo a devolução imediata e monetariamente atualizada. II O dever de assistência com peças de reposição e componentes obriga apenas o fabricante e o importador e alcança apenas produtos industrializados e compostos em peça. O dever de assistência técnica cabe também ao distribuidor, enquanto não cessar a fabricação ou importação do produto. III Oferta, nas relações de consumo, significa o conjunto de métodos, técnicas e instrumentos que aproximam o consumidor dos produtos e serviços colocados a sua disposição no mercado pelos fornecedores. A oferta nas relações de consumo pode dar-se entre pessoas indeterminadas, alcançando tanto o consumidor efetivo quanto o potencial, e, desde que suficientemente precisa, obriga o fornecedor a cumprir o ofertado e integra o contrato que vier a ser celebrado. IV A vedação de práticas abusivas no fornecimento de produtos e serviços tem fundamento jurídico nos princípios da boa-fé e da equidade, que informam as relações contratuais de consumo, tais como as de locação e as de alienação fiduciária. Constatada a existência de cláusula abusiva no contrato, o juiz, de ofício, deverá reconhecer a nulidade do contrato, determinar a resolução deste e condenar o fornecedor ao pagamento de perdas e danos. Estão certos apenas os itens

- () I e II.
- () I e IV.
- () II e III.
- () III e IV.

Q.749

Origem

TJ-TO :: Juiz Substituto
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Direito civil

Julgue os próximos os itens, relativos à Lei dos Registros Públicos. I O procedimento de dúvida ocorre sempre que uma pessoa não concorda em satisfazer uma exigência do registrador, insistindo no protocolo do documento apresentado. Esse procedimento pode ser utilizado para decidir se há duplicidade de registro do imóvel. II O contrato de locação com cláusula de vigência em caso de alienação deverá ser registrado junto à matrícula do imóvel, para que impeça a denúncia do contrato pelo adquirente. III Os atos de registro em sentido amplo englobam a matrícula do imóvel, os atos de registro em sentido estrito e as averbações. À matrícula se aplica o princípio da unitariedade, pelo qual a cada imóvel corresponde uma matrícula e pelo qual uma mesma matrícula não pode abranger mais de um imóvel. IV A prenotação de título referente a bem imóvel tem seus efeitos limitados ao prazo de trinta dias, dentro do qual deve ocorrer o registro imobiliário. Se for suscitada dúvida, ela deve ser dirimida antes do encerramento do prazo legal, sob pena de a prenotação ser cancelada. Estão certos apenas os itens

- () I e III.
- () I e IV.
- () II e III.
- () II e IV.

Q.750

Origem

Acerca da responsabilidade pelo fato do produto e por vícios do produto e serviço nas relações de consumo, sob a sistemática do Código de Defesa do Consumidor, assinale a opção correta.

TJ-TO :: Juiz Substituto
CESPE
2007

() A constatação dos vícios de inadequação se faz por um critério objetivo, bastando a verificação de que a informação sobre a qualidade ou quantidade não corresponde verdadeiramente ao que o produto proporciona. Verificada a existência desses vícios, ainda que sem a presença do dano efetivo, surge para o fornecedor a responsabilização civil, com a conseqüente indenização pecuniária, além das sanções administrativas e penais.

Assuntos relacionados

Direito civil

() O consumidor pode sofrer danos por defeitos relativos à prestação de serviços e por informação inadequada ou insuficiente que com ele seja fornecida. O serviço presume-se defeituoso quando é mal apresentado ao consumidor, quando sua fruição é capaz de suscitar riscos acima do nível razoável de expectativa, bem como quando, em razão do decurso do tempo, desde a sua prestação, é de se supor que não ostente sinais de envelhecimento.

() O comerciante, a pessoa ou a empresa que vendeu ou fez a entrega do produto ao consumidor responde solidariamente com o fornecedor pelo defeito do produto e por sua colocação no circuito comercial, ainda que receba o produto embalado e sem possibilidade de testá-lo, ou que o fornecedor esteja perfeitamente individualizado, ou que o produto tenha a identificação de seu fabricante.

() Prescreve em cinco anos a pretensão à reparação de danos causados por fato ou por vício do produto ou do serviço, iniciando-se a contagem a partir do momento do conhecimento pelo consumidor do defeito ou do vício e de seu causador.

19.90 TSE :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.751

Origem

A respeito da Lei de Introdução do Código Civil e das pessoas, assinale a opção correta.

TSE :: Analista Judiciário -
Judiciária
CESPE
2007

() A lei nova que estabelece disposições gerais revoga as leis especiais anteriores que dispõem sobre a mesma matéria, pois não pode ocorrer conflito de leis, ou seja, aquele em que diversas leis regem a mesma matéria.

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

() Nas ações envolvendo a sucessão por morte real ou presumida, deve ser aplicada a lei do país do domicílio do autor da herança, quaisquer que sejam a natureza e a situação dos bens. Quanto à capacidade para suceder, aplica-se a lei do domicílio do herdeiro ou legatário.

() As leis, por serem preceitos de ordem pública, ou seja, de observância obrigatória, sejam cogentes ou dispositivas, têm força coercitiva e não podem ser derogadas por convenção entre as partes.

() A finalidade da interpretação da lei é revelar sua significação e também dar-lhe uma interpretação atual que atenda às necessidades do momento histórico em que está sendo aplicada. Quanto à origem, a interpretação autêntica é realizada pelos tribunais e juízes nas decisões proferidas nos casos concretos que lhes são submetidos a julgamento.

19.91 TCU :: Auditor do TCU

Q.752

Origem

TCU :: Auditor do TCU
CESPE
2007

Assuntos relacionados

No ano de 2005, um órgão público federal repassou recursos do orçamento da União a uma organização não-governamental (ONG) instituída em 2004. O repasse foi efetuado por meio de convênio, cujo objeto era a prestação de assistência a crianças e adolescentes carentes. Uma auditoria realizada pelo órgão repassador dos recursos comprovou a não-execução do objeto do convênio. Diante desse fato e da omissão no dever de prestar contas, o órgão repassador dos recursos instaurou tomada de contas especial (TCE), tendo como responsável a referida ONG. No âmbito do TCU, a entidade foi citada, na pessoa do seu representante legal, por meio de carta registrada, com aviso de recebimento, entregue no endereço da entidade. Na carta, estava estabelecido o prazo de quinze dias, para apresentação de defesa ou recolhimento da importância devida. Em sua defesa, o representante legal da entidade alegou que os atos irregulares foram praticados por seus procuradores, que agiram de má-fé e sem o conhecimento dele. Considerando a situação hipotética descrita e sabendo que a referida ONG foi constituída na forma de fundação particular e está situada no DF, julgue os itens de 48 a 56.

() Conforme disposto na Constituição Federal, o amparo a crianças e adolescentes carentes é um dos objetivos da assistência social, que é prestada a quem dela necessitar independentemente de contribuição à seguridade social. As ações governamentais na área da assistência social devem ser realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, além de outras fontes, sendo uma das diretrizes básicas a coordenação e execução de programas por entidades beneficentes e de assistência social.

() Consoante dispositivos do Código Civil, a fundação mencionada é uma pessoa jurídica de direito privado, cujos fins não podem ser econômicos e cuja existência legal teve início com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, tendo capacidade para ser parte em relação jurídica processual e cabendo velar por ela o Ministério Público Federal.

() De acordo com jurisprudência do TCU, a TCE deveria ter sido instaurada contra as pessoas naturais, ou seja, contra os dirigentes da ONG que praticaram os atos irregulares, e não, contra a entidade, uma vez que falta a essa entidade o elemento subjetivo, ou seja, o dolo ou a culpa, que é imprescindível, segundo o Código Civil, para a configuração do ato ilícito, pressuposto inafastável para a instauração de TCE.

() Quanto aos atos eventualmente praticados pelos representantes convencionais referidos, estabelece o Código Civil que as manifestações de vontade do representante, nos limites de seus poderes, produzem efeitos em relação ao representado. Caso o representante convencional, agindo com dolo, tenha celebrado algum negócio jurídico prejudicial a outrem, o representado responderá solidariamente com o representante por todas as perdas e danos decorrentes.

() Em dispositivo aplicável aos processos no TCU, o Código Civil estabelece que, em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz desconsiderar a personalidade jurídica e alcançar os bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica. Tal dispositivo, todavia, não se aplica à referida ONG, em razão de se tratar de fundação particular, sem fins econômicos.

Q.753

Origem

Em novembro de 2006, um cidadão protocolizou no TCU um documento, intitulado de denúncia, versando sobre ilegalidade que estaria sendo praticada por uma sociedade de economia mista federal. A ilegalidade alegada pelo cidadão era a de que, no segundo semestre de 2004, seu veículo teria sido abalroado por um veículo de propriedade da empresa referida, conduzido por um empregado da empresa durante seu trabalho. Acrescentou que, apesar de o laudo pericial haver atribuído a culpa pelo acidente ao motorista da empresa, esta recusava-se a pagar-lhe administrativamente a indenização devida. Considerando a situação hipotética descrita e sabendo que a mencionada sociedade de economia mista é exploradora de atividade econômica, julgue os itens de 17 a 24.

TCU :: Auditor do TCU
CESPE
2007

Assuntos relacionados

() De acordo com dispositivo do Código Civil, a sociedade de economia mista em questão é uma sociedade empresária; segundo disposição da Lei das Sociedades por Ações, essa companhia tem natureza mercantil. Certo é que a natureza jurídica da empresa seria a mesma, ainda que seu objeto fosse a mera prestação de serviços públicos.

() A Constituição Federal e o Código Civil não estenderam a responsabilidade objetiva da administração às empresas públicas e sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica. Assim, a sociedade de economia mista mencionada, na condição de empregadora e proprietária do veículo, somente responderá pelo dano causado ao particular após este haver provado que houve dolo ou culpa atribuível à empresa.

() Mesmo que haja ilegalidade no procedimento adotado pela empresa, a jurisprudência do TCU é no sentido de que a matéria não se inclui nas competências constitucionais nem legais desse tribunal, uma vez que se trata de interesse ou direito subjetivo próprio de particular, que dispõe de outros meios cabíveis para pleiteá-lo, inclusive o judicial.

() Na hipótese considerada, como se trata de litígio entre um particular e uma pessoa jurídica de direito privado, regida pelo direito privado quanto aos direitos e obrigações civis, prescreve em três anos, contados da ocorrência do fato, a pretensão de reparação civil pleiteada pelo cidadão, de acordo com dispositivos do Código Civil.

19.92 AGU :: Procurador Federal

Q.754

Origem

No Código Civil de 2002, no capítulo da parte geral dedicado aos bens reciprocamente considerados, introduziu-se a figura das pertenças, verdadeira novidade legislativa no âmbito do direito privado brasileiro. A respeito dos bens reciprocamente considerados, julgue os itens a seguir

AGU :: Procurador Federal
CESPE
2007

Assuntos relacionados

() De acordo com o direito das obrigações, em regra, a obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dessa coisa, ainda que não mencionados.

Bens

() São pertenças os bens que, constituindo partes integrantes, destinam-se, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro.

() Em regra, os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal não abrangem as pertenças.

19.93 OAB-Nacional :: OAB - I Exame 2007

Q.755

Origem

No que se refere às normas relativas aos bens e a suas classificações, assinale a opção incorreta.

OAB-Nacional :: OAB - I Exame
2007
CESPE
2007

- () Os bens públicos dominicais são disponíveis e alienáveis.
- () A energia elétrica e os direitos autorais são considerados bens móveis.
- () Imóveis por acessão intelectual é tudo aquilo que o homem incorporar permanentemente ao solo, de modo que não se possa retirar sem destruição.
- () A moeda é coisa incerta e fungível.

Assuntos relacionados

Bens

19.94 TJ - PI :: Juiz de Direito Substituto

Q.756

Origem

Com relação aos bens, julgue os itens a seguir. I Os bens móveis fungíveis podem ser objeto dos contratos de mútuo, por serem passíveis de substituição por outro bem da mesma espécie, qualidade e quantidade, seja por vontade das partes ou por serem naturalmente fungíveis. II São bens imóveis por natureza o solo e tudo aquilo que é a ele aderente em estado de natureza, isto é, o que não é resultante do trabalho da cultura do homem. São bens imóveis por acessão física as árvores destinadas ao corte, os arbustos, as sementes lançadas à terra ou qualquer planta fixada ao solo pelas raízes, cuja existência resulta da ação do homem. III Os frutos e os produtos são considerados bens acessórios, que advêm do bem principal. A percepção dos frutos não causa a destruição da coisa principal, mas a percepção ou extração dos produtos diminui a existência e a substância do bem principal. As pertencas também são bens acessórios, sendo que elas não são partes integrantes do bem principal, mas o embelezam ou lhe são úteis. IV Denomina-se bem de família voluntário o único bem que a família possuir e nele residir. Esse bem é inalienável e impenhorável, independentemente de qualquer registro, e não responderá por qualquer dívida, por ser coisa fora do comércio. Entretanto, a família pode renunciar a essa proteção ao bem, bastando, para isso, indicá-lo para penhora em ação de execução. V A alienação dos bens públicos de uso comum do povo e dos de uso especial dependerá de prévia alteração de sua natureza jurídica, segundo lei específica. Assim, os bens públicos suscetíveis de valoração patrimonial podem perder a inalienabilidade que lhes é peculiar, pelo instituto da desafetação. Estão certos apenas os itens

TJ - PI :: Juiz de Direito
Substituto
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Bens

- () I, II e IV.
- () I, III e V.
- () I, IV e V.
- () II, III e IV.
- () II, III e V.

19.95 IEMA/SEAMA :: Advogado

Q.757

Origem

Com relação a negócios jurídicos, julgue os itens seguintes.

IEMA/SEAMA :: Advogado
CESPE
2007

() Quanto a sua formação, os negócios jurídicos são sempre bilaterais, fazendo-se necessária a declaração de vontade de duas ou mais pessoas para que o negócio se complete validamente, o que caracteriza uma relação contratual.

Assuntos relacionados

() Para a caracterização da lesão, que é vício de consentimento, exige-se desproporção entre as prestações recíprocas avençadas, aferidas no momento de contratar, em decorrência de abuso praticado por uma das partes, por inexperiência ou por premente necessidade do outro contratante.

Negócio jurídico

19.96 MPE - AM :: Promotor de Justiça Substituto

Q.758

Origem

A respeito dos fatos, atos e negócios jurídicos, assinale a opção correta.

MPE - AM :: Promotor de Justiça
Substituto
CESPE
2007

() É nulo o ato negocial no qual ambas as partes houverem reciprocamente agido com dolo. Mas, a nenhum dos contratantes é permitido reclamar indenização, devendo cada uma suportar o prejuízo experimentado pela prática do ato doloso, resguardando-se tão-somente o direito ao ressarcimento do terceiro de boa-fé.

Assuntos relacionados

() Caracteriza-se a lesão quando alguém, sob premente necessidade, assume obrigação excessivamente desproporcional à vantagem obtida, gerando um lucro exagerado ao outro contratante. Para que seja reconhecida a nulidade desse negócio, exige-se, além do prejuízo de uma das partes e do lucro exagerado da outra, o dolo de aproveitamento na conduta do outro contratante.

Negócio jurídico

() Caracteriza-se fraude contra credores a remissão de dívida, quando se tratar de devedor insolvente ou reduzido a insolvência mediante perdão. Nesse caso, é irrelevante, para a caracterização da fraude, o conhecimento ou o desconhecimento do devedor em relação ao seu estado econômico ou financeiro.

() O dolo accidental de terceiro provoca a anulação do negócio jurídico, ainda que a parte a quem aproveite dele não tivesse nem devesse ter conhecimento, por afetar a declaração da vontade, desviando-a de sua real intenção e causando-lhe danos.

() O negócio jurídico celebrado mediante coação exercida por terceiro sujeita o coator e aquele que teve proveito econômico com a avença à reparação dos danos causados na conclusão do ato negocial. Nessa situação, ainda que a parte beneficiada ignore a coação, o negócio não terá validade, resolvendo-se em perdas e danos suportados somente pelo terceiro.

19.97 OAB-Nacional :: OAB - I Exame 2007

Q.759

Origem

Acerca do negócio jurídico, assinale a opção incorreta.

OAB-Nacional :: OAB - I Exame
2007
CESPE
2007

() Negócio jurídico unilateral não receptício é um ato de autonomia privada que se aperfeiçoa pela declaração do seu autor e produz seus efeitos sem a necessidade de aceitação e conhecimento por parte do seu destinatário.

() A validade do negócio jurídico requer capacidade do agente. Nesse sentido, tal requisito tipifica a um só tempo elementos de existência e pressupostos de validade do negócio jurídico.

() A reserva mental ilícita ou irregular torna nula a declaração da vontade, se desconhecida da outra parte ao tempo da consumação do negócio jurídico.

() Representante legal é a pessoa munida de mandato, expresso ou tácito, outorgado pelo representado.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.760

Origem

Com relação às normas atinentes ao negócio jurídico e às obrigações, assinale a opção incorreta.

OAB-Nacional :: OAB - I Exame
2007
CESPE
2007

() A base subjetiva do negócio jurídico compreende as representações nas quais as partes assentaram seu acordo de vontade. Desse modo, a frustração subjetiva dos contraentes pode render ensejo à não obrigatoriedade da prestação ou à anulação do negócio jurídico por erro essencial.

() A mora e a violação positiva da obrigação ou do contrato por parte do devedor são exemplos de inadimplemento relativo.

() A multa cominatória tem caráter intimidativo, de modo que o depósito ou pagamento desta não desobriga o devedor do cumprimento da prestação estabelecida na sentença da ação cominatória.

() Remição é a renúncia gratuita do crédito.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.761

Origem

No que se refere ao termo ou condição e aos defeitos do negócio jurídico, julgue os itens abaixo. I A condição é a cláusula que subordina o efeito do negócio jurídico, oneroso ou gratuito, a evento futuro e incerto, e tem aceitação voluntária. II Em face da condição resolutiva, tem-se mera expectativa de direito ou direito eventual pendente. III O vício resultante da coação causa a anulabilidade do negócio jurídico, mas é passível de ratificação pelas partes, ressalvado direito de terceiro. IV Na fraude contra credores, o ato de alienação de bens praticado pelo devedor é nulo de pleno direito e dispensa a propositura de ação própria para anulação do negócio jurídico. Estão certos apenas os itens

OAB-Nacional :: OAB - I Exame
2007
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

() I e II.

() I e III.

() II e IV.

() III e IV.

19.98 PGE - PA :: Advogado

Q.762

Origem

A respeito dos negócios jurídicos, assinale a opção correta.

PGE - PA :: Advogado
CESPE
2007

() No negócio jurídico de alienação de um bem imóvel, se inserem todos os bens acessórios e as pertenças que o adornam, ainda que não constem expressamente do contrato, pois todos esses seguem o principal e não podem ser objeto de negócio jurídico.

() Para se caracterizar o estado de perigo capaz de viciar o negócio e torná-lo anulável, exige-se, quanto ao elemento subjetivo, que a vítima esteja premida pela necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano; em relação à parte que se beneficia do estado de perigo, exige-se o dolo de aproveitamento.

() Quanto à formação, os negócios jurídicos são sempre bilaterais, sendo necessário, para que o negócio se complete, além da manifestação de ambas as partes, que essas declarações de vontade sejam antagônicas.

() Nos negócios jurídicos em que se estabelece uma condição suspensiva, desde o momento da celebração da avença, esse ato é considerado perfeito e acabado. Assim, é anulável qualquer outra disposição sobre o bem negociado que sujeite o contratante inadimplente ao pagamento de perdas e danos à parte inocente e ao terceiro de boa-fé.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

19.99 SEGER - ES :: Analista Administrativo e Financeiro - Direito

Q.763

Origem

Julgue os itens seguintes, acerca do negócio jurídico

SEGER - ES :: Analista
Administrativo e Financeiro -
Direito
CESPE
2007

() Para caracterizar a fraude contra credores, é irrelevante o estado econômico e financeiro do devedor ou o fato de que esse seja insolvente e, para o reconhecimento da nulidade do negócio, faz-se necessária a comprovação de qualquer artifício ou manobra intencional do devedor com o intuito de escusar-se do pagamento de sua dívida ao credor.

() Se, no ato negocial, ambos os contratantes procederem dolosamente, não poderão alegar os dolos concorrentes para anular o negócio jurídico celebrado, nem reclamar qualquer indenização por perdas e danos.

() Para operar-se a conversão do ato negocial nulo, faz-se necessário que o negócio nulo contenha os requisitos do negócio a ser convertido, bem como que as partes queiram essa conversão, e ainda a verificação de que os contratantes pretendiam a celebração de outro contrato e ignoravam a nulidade do negócio que realizaram.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

19.100 TCM-GO :: Procurador

Q.764

Origem

Em novembro de 2006, José foi contratado pela prefeitura de um município situado no estado de Goiás para prestar serviços de pedreiro, como trabalhador autônomo, recebendo por esses serviços o montante de R\$ 8.000,00. Essa foi a única contratação dessa espécie de serviço pela prefeitura durante o ano de 2006. Diante da situação hipotética descrita, assinale a opção correta.

TCM-GO :: Procurador
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

() De acordo com o Código Civil, se José não souber ler nem escrever, o instrumento contratual poderá ser assinado a rogo e subscrito por duas testemunhas.

() O contrato de prestação de serviços mencionado é um negócio jurídico bilateral, oneroso e sujeito a condição suspensiva, pois a liberação do pagamento está condicionada à efetiva prestação dos serviços.

() De acordo com a lei federal que institui normas para licitações e contratos da administração pública, de observância obrigatória pelos municípios, seria necessária licitação para a referida contratação.

() Consoante disposição do Código Civil, o contrato de prestação de serviços mencionado deve ser interpretado restritivamente em relação aos benefícios do empregador.

Q.765

Origem

- Pago R\$ 100 mil se a empresa que ganhou a licitação não for contratada pela prefeitura. Pago mais R\$ 100 mil se a minha empresa for contratada, por inexigibilidade de licitação, no lugar da licitante vencedora. - Combinado. Quero em dinheiro vivo. Considere que o diálogo hipotético transcrito acima tenha-se dado entre o proprietário de uma empresa e o prefeito de determinado município. Considere, ainda, que essa conversa telefônica tenha sido gravada com autorização judicial. Com base no diálogo e nessas informações, assinale a opção correta.

TCM-GO :: Procurador
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

() A proposta feita pelo empresário para que a empresa ganhadora da licitação não seja contratada configura condição suspensiva, o que significa que, enquanto esta não se realizar, vigorará o negócio jurídico, podendo, desde a conclusão do negócio, exercer-se o direito por ele estabelecido.

() A proposta feita pelo empresário, de que sua empresa seja contratada sem licitação, configura condição potestativa, portanto defesa, segundo o Código Civil, o que acarreta a sua invalidade e significa que o negócio pode produzir os efeitos almejados sem a observância do evento condicionado.

() Se ambas as propostas feitas pelo empresário contivessem condições juridicamente impossíveis, o que não é o caso, os negócios jurídicos subordinados seriam inválidos.

() A primeira proposta não contém uma condição negativa, pois a não ocorrência do evento futuro e incerto convencionado, no prazo fixado, não caracteriza o implemento da condição.

19.101 TJ - PI :: Juiz de Direito Substituto

Q.766

Origem

Quanto aos negócios jurídicos, assinale a opção correta.

TJ - PI :: Juiz de Direito
Substituto
CESPE
2007

() O silêncio importará em manifestação positiva de vontade, quando, em um contrato de adesão, houver prazo obrigatório assinalado para manifestação da parte, sob pena de, não o fazendo, a contraparte considerar que houve demonstração de aceitação do negócio jurídico, desde que a parte tenha ampla oportunidade de tomar conhecimento de todos os termos e cláusulas do contrato.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

() Encargo é a cláusula acessória aderente aos negócios jurídicos gratuitos. O encargo impõe uma contraprestação do beneficiário, que, enquanto não for cumprida, se traduz em óbice à aquisição ou ao exercício do direito.

() A nulidade absoluta de um negócio jurídico poderá ser argüida por qualquer interessado, bem como pelo Ministério Público em casos em que couber intervir, ou, ainda, ser decretada pelo juiz, de ofício, quando conhecer do negócio ou dos seus efeitos e a encontrar provada. Declarada essa nulidade por sentença judicial, ela produzirá efeitos ex tunc, alcançando a declaração de vontade no momento da emissão.

() Quando, na celebração de um negócio jurídico bilateral ou unilateral, o representante legal ou convencional de uma das partes agir com dolo intencional, para acarretar a nulidade desse ato negocial, exige-se o efetivo conhecimento da parte que dele se aproveite, pois o dolo provocado pelo representante recebe o mesmo tratamento legal destinado ao dolo de terceiro.

() Na celebração de um negócio jurídico, a vontade manifestada de uma das partes não subsiste, se esta faz reserva mental de não querer aquilo que manifestou, ainda que a outra parte não tenha conhecimento da mesma, pois, além de haver a intenção de prejudicar, existe o vício de consentimento ensejando a nulidade do negócio. Assim, essa discrepância entre a vontade e a declaração do agente acarreta a invalidade do negócio, por erro na declaração de vontade.

19.102 TJ-TO :: Juiz Substituto

Q.767

Origem

Quanto aos negócios jurídicos, assinale a opção correta.

TJ-TO :: Juiz Substituto
CESPE
2007

() Em caso de simulação absoluta, as partes convencionam um negócio jurídico aparente com o qual não desejam produzir qualquer efeito com esse ato. Esse negócio jurídico é nulo e o efeito da declaração de nulidade é ex tunc, fulminando o ato em sua origem e extirpando todos os seus efeitos, ressaltando-se os direitos de terceiros de boa-fé em face desses contratantes.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

() O detentor de um direito eventual, na pendência da condição suspensiva ou resolutiva, não poderá praticar qualquer ato destinado à conservação do negócio ou à sua execução. Tal proibição decorre do caráter de eventualidade atribuído ao negócio, cuja aquisição ou manutenção esteja subordinada ao implemento de condição, que, sobrevindo, opera a extinção do direito a que a ela se opõe.

() Caso o negócio jurídico seja realizado por representante legal ou convencional e se restar provado o dolo na conduta de qualquer dos proponentes ou, ainda, que o dolo foi a causa da realização da avença, o negócio é passível de anulação e impõe-se ao representado e ao representante a obrigação solidária de indenizar o contratante de boa-fé por perdas e danos.

() A declaração judicial da anulação de um negócio jurídico celebrado por uma pessoa relativamente incapaz aproveita exclusivamente a quem tiver provocado a anulação, ainda que nesse negócio haja pluralidade de sujeitos ou no caso de solidariedade entre as partes. Por força do princípio da conservação, preserva-se o negócio jurídico viciado quanto aos demais interessados.

Q.768

Origem

Quanto ao direito das obrigações, assinale a opção correta.

TJ-TO :: Juiz Substituto
CESPE
2007

() Quando o devedor for herdeiro do credor e se tratar de herança solvente, ocorrerá a confusão: a reunião, na mesma pessoa, das qualidades de credor e devedor de uma mesma relação obrigacional. Nesse caso, extingue-se totalmente a obrigação que decorra da confusão de parte da dívida, mesmo nos casos em que o devedor não seja o único herdeiro, sendo irrelevante tratar-se de obrigação solidária.

Assuntos relacionados

() Em uma obrigação solidária, caso a prestação se torne impossível por culpa de um dos devedores, a obrigação se converterá em perdas e danos, extinguindo-se a solidariedade. Por isso, somente o co-devedor culpado responderá pelos encargos decorrentes, seja o de pagar o equivalente em dinheiro pela prestação que se impossibilitou, seja o de substituir a coisa devida por outra semelhante, seja, ainda, o de ser responsável por perdas e danos decorrentes da impossibilidade.

() O terceiro não interessado que paga dívida alheia em seu próprio nome com consentimento expresso do devedor se sub-roga em todos os direitos do credor, não lhe sendo, no entanto, assegurado o direito a reembolsar-se do que pagou.

() Na cessão de um crédito, não há modificação objetiva da obrigação, a qual se transfere com todos os acessórios e garantias da dívida. Assim, ocorrendo a cessão do crédito, não se extingue a obrigação e o cessionário fica investido de todas as garantias que asseguravam originariamente o crédito, salvo se, quanto a estas, houver ressalva pactuada pelas partes.

19.103 MPE - AM :: Promotor de Justiça Substituto

Q.769

Origem

A respeito das pessoas naturais e jurídicas, assinale a opção correta.

MPE - AM :: Promotor de Justiça Substituto
CESPE
2007

() Aquisição da personalidade jurídica da pessoa natural opera-se desde a sua concepção. Por isso, embora ainda não nascida, a pessoa tem capacidade jurídica e pode ser titular de direitos e obrigações.

() Poderá ser declarada judicialmente a morte presumida de uma pessoa desaparecida, depois de esgotadas todas as possibilidades de encontrá-la. Nesse caso, a sentença que decretar a ausência reconhece o fim da personalidade da pessoa natural, nomeia-lhe um curador e, por fim, determina a abertura da sucessão definitiva.

() A desconsideração da personalidade jurídica é instrumento apto a responsabilizar a pessoa física pelo uso abusivo daquela, exigindo-se para a decretação o atendimento de pressupostos específicos relacionados com a fraude ou o abuso de direito em prejuízo de terceiros. Todavia, dispensase a propositura de ação autônoma, podendo referida desconsideração ser concedida incidentalmente no próprio processo de execução, a requerimento da parte ou do MP.

() No ato constitutivo da pessoa jurídica de direito privado, fazse necessária a inscrição de seu domicílio, que deve coincidir com a sede de sua administração, ou com a residência de seu proprietário ou de seu administrador, salvo no caso de se eleger domicílio especial. Quando a pessoa jurídica tiver multiplicidade de domicílios, ela pode ser demandada em qualquer um deles.

() A emancipação voluntária pode ser revogada por sentença judicial, desde que os pais comprovem que o filho, por fato superveniente, tornou-se incapaz de administrar a si e aos seus bens. Nesse caso, o emancipado retorna à anterior situação de incapacidade civil, e os pais podem ser responsabilizados solidariamente pelos danos causados pelo filho que emanciparam.

Assuntos relacionados

19.104 Corpo de Bombeiros Militar - D :: Bacharel em Direito

Q.770

Origem

Daniel ajuizou contra Davi ação que versava sobre questão exclusivamente de direito. O juízo a quo, após o regular processamento do feito, proferiu sentença, julgando o autor carecedor de ação. Contra essa decisão, Daniel interpôs apelação, que, tendo sido apreciada pelo tribunal, gerou acórdão no sentido de não existir a carência de ação. Quanto ao mérito, o tribunal acolheu o pedido deduzido na petição inicial. Com base nessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

Corpo de Bombeiros Militar - D ::
Bacharel em Direito
CESPE
2007

() O juízo ad quem, ao ingressar no mérito da causa, agiu de forma incorreta, de sorte a suprimir instância. Deveria, nesse caso, ter cassado a sentença e devolvido os autos à origem para novo pronunciamento.

() Nos termos do CPC, são exemplos de condições de ação: possibilidade jurídica do pedido, a legitimidade das partes e os pressupostos processuais.

Assuntos relacionados

Q.771

Origem

A respeito dos recursos no processo civil, julgue os itens a seguir.

Corpo de Bombeiros Militar - D ::
Bacharel em Direito
CESPE
2007

() Em regra, no litisconsórcio unitário, o recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita.

() O efeito regressivo do recurso dá-se quando o órgão ad quem determina que os autos retornem à origem para novo pronunciamento acerca de determinada matéria.

() O efeito translativo dos recursos compreende-se pela expressão latina *tantum devolutum quantum appellatum*.

Assuntos relacionados

19.105 IEMA/SEAMA :: Advogado

Q.772

Origem

Acerca das respostas do réu, julgue os itens a seguir.

IEMA/SEAMA :: Advogado
CESPE
2007

() Reconvenção não é tão-somente resposta do réu, mas uma nova ação dentro de um processo instaurado, tratando-se de cumulação objetiva de ações. Assim, é possível que, em um mesmo processo, haja reconvenção da reconvenção, ainda que haja extensão subjetiva dos pólos do processo, como denunciação da lide ou chamamento ao processo.

() Em observância ao princípio da concentração, incumbe ao réu formular, de uma só vez, na contestação, todas as defesas de que dispõe, seja de caráter formal ou material, excetuando apenas aquelas que constituem objeto específico de outras respostas ou incidentes. Nessa fase do processo, além do ônus de impugnar especificadamente todos os fatos arrolados pelo autor, o réu tem de especificar as provas que pretende produzir.

() A exceção de impedimento ou a suspeição - mesmo não havendo preclusão em relação à possibilidade de arguí-la - deverá ser alegada a dentro de 15 dias da data do conhecimento do fato que ocasionou a suspeita de parcialidade do juiz. Contudo, o termo final desse prazo é o momento imediatamente anterior à prolação da decisão judicial.

Assuntos relacionados

Q.773

Origem

Quanto a sentença e coisa julgada, julgue os próximos itens.

IEMA/SEAMA :: Advogado
CESPE
2007

() A sentença que reconhece a perempção, a litispendência ou a prescrição e indefere a petição inicial pode ser corretamente classificada como sentença terminativa, que não faz coisa julgada material e tem como função exclusiva pôr fim a relação processual.

() A coisa julgada é a imutabilidade da norma jurídica individualizada contida na parte dispositiva de uma decisão judicial. Essa imutabilidade pode restringir-se aos limites do processo em que a decisão foi proferida, coisa julgada formal, ou projetar-se além deles, formando a coisa julgada material.

Assuntos relacionados

Q.774

Origem

Em relação aos sujeitos da relação processual, julgue os itens que se seguem.

IEMA/SEAMA :: Advogado
CESPE
2007

() A capacidade processual consiste na aptidão de participar da relação processual, em nome próprio ou alheio, nesse último caso, por representação. Assim, têm capacidade processual as pessoas que possuem capacidade civil e aqueles que, em substituição de parte, são representantes de pessoa incapaz.

() Em caso de litisconsórcio necessário unitário, a participação de todos os litisconsortes no processo é indispensável. Assim, se alguns dos litisconsortes necessários não forem chamados a participar do processo, eventual sentença proferida no processo será ineficaz com relação a todos, inclusive àqueles que integraram a relação jurídica, ocorrendo a nulidade do processo.

() Os litisconsortes simples são considerados litigantes distintos e independentes uns dos outros em suas relações com a parte adversa. Nesse caso, os atos e as omissões de um deles não prejudicarão nem beneficiarão aos demais. As provas, todavia, não se consideram como pertinentes apenas ao litisconsorte que as tenha promovido, sejam favoráveis ou contrárias ao interesse comum do litisconsórcio.

Assuntos relacionados

Q.775

Origem

Julgue os itens que se seguem, acerca da competência.

IEMA/SEAMA :: Advogado
CESPE
2007

() A competência do juiz é pressuposto processual de validade. Assim, a incompetência relativa e a absoluta resulta em nulidade absoluta, sendo, pois, vício insanável, motivo pelo qual deve ser declarada de ofício e ser alegada em qualquer grau de jurisdição. No entanto, se o réu não o fizer no momento processual adequado, responde integralmente pelas custas e honorários advocatícios, ainda que a pretensão do autor seja julgada improcedente.

() Em se tratando de foro de eleição firmado em cláusula de contrato paritário ou de adesão, o juiz, de ofício, pode declinar de sua competência para outro juízo, a qualquer tempo e em qualquer grau de jurisdição, independentemente de o réu ter apresentado exceção de incompetência ou ter argüido a nulidade da cláusula de eleição de foro.

Assuntos relacionados

19.106 PGE - PA :: Advogado

Q.776

Origem

Regina, menor impúbere, representada por sua genitora, por intermédio da defensoria pública, ajuizou ação de indenização por danos morais e materiais contra o DF, alegando que, por defeito na prestação de serviços médicos da rede pública estadual, na ocasião do parto, sofrera danos decorrentes do atraso no atendimento médico, o que lhe causou lesões neurológicas irreversíveis. A petição inicial foi devidamente instruída com o prontuário médico da autora, bem como com laudo pericial no qual os peritos concluíram que os problemas neurológicos apresentados pela autora - paralisia cerebral e suas conseqüências - se relacionavam com o parto. A sentença proferida pelo juiz julgou parcialmente procedente o pedido inicial e condenou o réu ao pagamento de indenização por danos morais em R\$ 15.000,00 e ao pensionamento vitalício da autora em 3 salários mínimos mensais, fixando os honorários advocatícios em 10

PGE - PA :: Advogado
CESPE
2007

Assuntos relacionados

() O direito brasileiro adota a responsabilidade objetiva do Estado, tanto na ocorrência de atos comissivos como de atos omissivos de seus agentes que, nessa qualidade, causarem danos a terceiros. Pela referida teoria da reparação integral, basta a ocorrência do evento danoso, ainda que este resulte de caso fortuito ou força maior, para gerar a obrigação do Estado de reparar a lesão sofrida por Regina.

() Na hipótese em questão, a verba honorária perfaz o total de R\$ 2.760,00, ou seja, R\$ 1.500,00 - 10() Na situação em apreço, a sentença é nula de pleno direito, por se tratar de sentença ultra petita, pois o juiz condenou o réu ao pagamento de indenização por dano moral e fixou um pensionamento mensal e vitalício, impondo, assim, uma dupla condenação ao Estado pelo mesmo fato e com a mesma natureza reparatória.

() Para a eficácia da sentença proferida contra a fazenda pública, exige-se que a decisão seja submetida ao reexame necessário. Entretanto, qualquer das partes poderá interpor recurso de apelação, que será recebido em ambos os efeitos.

19.107 PM - RIO BRANCO/AC :: Procurador Jurídico

Q.777

Origem

A respeito dos recursos contra as decisões proferidas no processo civil, julgue os itens seguintes

PM - RIO BRANCO/AC ::
Procurador Jurídico
CESPE
2007

() Se, por ocasião do julgamento de uma apelação, o tribunal não conhecer do recurso principal, poderá conhecer do recurso adesivo, desde que satisfeitos os requisitos de admissibilidade.

() Os recursos especial e extraordinário não viabilizam novo exame da causa, pois têm âmbito restrito, permitindo apenas o reexame da solução que pode ter afrontado a lei federal, no recurso especial, ou a Constituição Federal e ter repercussão geral, no recurso extraordinário. Assim, o que se veda, mediante a proibição do reexame de provas, é a possibilidade de se analisar se o tribunal recorrido apreciou adequadamente a prova para formar a sua convicção sobre os fatos.

Assuntos relacionados

19.108 TCM-GO :: Procurador

Q.778

Origem

Um juiz federal extinguiu determinado processo civil, com resolução de mérito, em que o autor era um município situado no estado de Goiás. Ante a situação hipotética descrita, assinale a opção correta.

TCM-GO :: Procurador
CESPE
2007

- () Não se pode concluir, com base unicamente nas informações apresentadas, se a causa em questão era de interesse direto da União, como ré, assistente ou opoente.
- () A ação pode ter sido considerada intransmissível por disposição legal.
- () Não pode ter havido transigência das partes nem o autor pode ter desistido da ação.
- () Não é possível que o juiz haja pronunciado de ofício a prescrição.

Assuntos relacionados

Q.779

Origem

Ao atuar originariamente em um mandado de segurança impetrado por um particular contra ato do prefeito de um município localizado no estado de Goiás, o julgador anulou determinado ato que já havia sido praticado no processo. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

TCM-GO :: Procurador
CESPE
2007

- () O julgador a que se refere o texto é o TJ/GO.
- () Anulado o ato referido, reputam-se de nenhum efeito, segundo o CPC, todos os atos processuais subsequentes.
- () Na sistemática adotada pelo CPC, as alegações de nulidade absoluta ou relativa não estão sujeitas a preclusão temporal ou consumativa.
- () O ato anulado pelo julgador não se repetirá nem se lhe suprirá a falta se não prejudicar a parte.

Assuntos relacionados

Q.780

Origem

O direito de agir, embora autônomo e abstrato, está conexo, instrumentalmente, a uma pretensão, pelo que se liga a uma situação jurídica concreta sobre a qual deve incidir a prestação jurisdicional invocada. Por esse motivo, o jus actionis se subordina a condições que se relacionam com a pretensão a ser julgada. Chamam-se condições da ação os elementos e requisitos necessários para que o juiz decida do mérito da pretensão, aplicando o direito objetivo a uma situação contenciosa. José Frederico Marques. Instituições de direito processual civil. Campinas: Millennium, v. II, 2000, p. 20. Considerando o texto acima transcrito, assinale a opção incorreta.

TCM-GO :: Procurador
CESPE
2007

- () São condições da ação a legitimidade das partes, o interesse de agir e a possibilidade jurídica do pedido.
- () De acordo com o Código de Processo Civil (CPC), a ausência dos elementos e requisitos a que se refere o texto pode ser conhecida de ofício pelo juiz, em qualquer tempo e grau de jurisdição, enquanto não for proferida a sentença de mérito.
- () A falta de qualquer um dos elementos e requisitos a que alude o texto, como a possibilidade jurídica, a legitimidade das partes e o interesse processual, é motivo de extinção do processo pelo juiz, sem resolução de mérito, por carência de ação.
- () O acolhimento da tese de carência da ação, pela falta de qualquer um dos elementos e requisitos a que alude o texto, não impõe obstáculo processual para o conhecimento das demais matérias tratadas no processo.

Assuntos relacionados

Q.781

Origem

A empresa Z Engenharia e Construções Ltda. encaminhou representação ao TCM/GO apontando irregularidades no edital da Concorrência n.º1/2007, instaurada pela prefeitura de um município goiano, cujo objeto era a contratação de empresa de engenharia para execução indireta, no regime de empreitada por preço global, das obras e serviços de construção de uma creche municipal, com recursos do Fundo de Participação dos Municípios. No documento protocolizado no tribunal, a representante requereu a concessão de medida cautelar para a suspensão do certame licitatório referido e a antecipação de tutela para anular o mencionado edital, ante a ausência de projeto básico. Ainda com relação à situação hipotética apresentada no texto, assinale a opção incorreta.

TCM-GO :: Procurador
CESPE
2007

Assuntos relacionados

() O poder geral de cautela deriva de dispositivo do CPC, que estabelece que, além dos procedimentos cautelares específicos regulados naquele código, o juiz pode determinar as medidas provisórias que julgar adequadas, quando houver fundado receio de que uma parte, antes do julgamento da lide, cause ao direito da outra lesão grave e de difícil reparação.

() Um dos aspectos fundamentais do processo cautelar, no direito processual civil, é o fato de que a tutela jurisdicional nele concedida é baseada em juízo de verossimilhança, o que significa dizer que, nessa modalidade processual, apesar de a cognição da matéria ser ampla e exauriente, a decisão adotada é restrita, sumária e provisória.

() A antecipação da tutela decorre de dispositivo do CPC que preceitua que o juiz pode, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação ou fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.

() Se confirmada a informação do representante, o referido edital padece de irregularidade, pois, de acordo com a lei federal que institui normas para licitações e contratos da administração pública, de observância obrigatória pelos municípios, as obras e os serviços somente poderão ser licitados, entre outras exigências, quando houver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório.

João, quando conduzia sua bicicleta, foi vítima de atropelamento por um veículo pertencente à prefeitura de um município do estado de Goiás, dirigido por um servidor público municipal em serviço, em velocidade acima da permitida na via. Em virtude disso, João ingressou com ação ordinária contra o município, pleiteando o pagamento de indenização por danos materiais suportados para o conserto da sua bicicleta avariada no acidente. A ação em análise foi julgada procedente, com o acolhimento do pedido formulado, vindo a sentença a transitar em julgado. Após o seu desfecho, João ingressou com outra ação ordinária em decorrência do mesmo acidente, desta feita pleiteando a condenação do município ao pagamento de indenização por danos morais, justificando essa pretensão na alegação de que o acidente em foco, por ter-lhe causado dano físico, impôs-lhe dor e sofrimento. Ainda com referência à situação hipotética descrita no texto, assinale a opção incorreta.

TCM-GO :: Procurador
CESPE
2007

Assuntos relacionados

- () As duas ações mencionadas não são idênticas, pois, apesar de derivarem do mesmo fato, contemplam pedidos distintos.
- () As duas ações mencionadas reputam-se conexas, de acordo com o CPC, uma vez que contêm a mesma causa de pedir.
- () A doutrina do direito processual civil considera que os elementos de uma ação judicial são as partes, a causa de pedir e o pedido.
- () A responsabilidade do município no caso em questão é decorrente da aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica, acolhida pelo Código Civil, que contempla a possibilidade de responsabilização da pessoa jurídica por ato praticado pela pessoa física, no caso, o servidor municipal.
-

A empresa Z Engenharia e Construções Ltda. encaminhou representação ao TCM/GO apontando irregularidades no edital da Concorrência n.º 1/2007, instaurada pela prefeitura de um município goiano, cujo objeto era a contratação de empresa de engenharia para execução indireta, no regime de empreitada por preço global, das obras e serviços de construção de uma creche municipal, com recursos do Fundo de Participação dos Municípios. No documento protocolizado no tribunal, a representante requereu a concessão de medida cautelar para a suspensão do certame licitatório referido e a antecipação de tutela para anular o mencionado edital, ante a ausência de projeto básico. Acerca da situação hipotética descrita no texto, assinale a opção incorreta.

TCM-GO :: Procurador
CESPE
2007

Assuntos relacionados

() De acordo com a lei federal que institui normas para licitações e contratos da administração pública, de observância obrigatória pelos municípios, qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica pode apresentar representação ao tribunal de contas contra irregularidades na aplicação da referida lei.

() O TCM/GO pode adotar a medida cautelar pleiteada pelo representante, pois, de acordo com o disposto na sua Lei Orgânica, o tribunal pleno ou o relator, em caso de urgência, de fundado receio de grave lesão ao erário ou a direito alheio, ou de risco de ineficácia da decisão de mérito, pode, de ofício ou mediante provocação, adotar medida cautelar, com ou sem a prévia oitiva da parte, determinando, entre outras providências, a suspensão do ato ou do procedimento impugnado, até que o tribunal decida sobre o mérito da questão suscitada.

() De acordo com o CPC, uma medida cautelar pode ser substituída pela prestação de caução ou outra garantia menos gravosa para o requerido, desde que, mediante requerimento devidamente fundamentado, este comprove que a caução oferecida é adequada e suficiente para evitar a lesão ou repará-la integralmente.

() No direito processual civil, o poder geral de cautela e a antecipação de tutela são institutos distintos, que não se confundem e que possuem requisitos e efeitos diversos. O poder geral de cautela visa, em regra, à garantia do processo, enquanto que o instituto da antecipação de tutela atinge o mérito do processo.

Q.784

Origem

João, quando conduzia sua bicicleta, foi vítima de atropelamento por um veículo pertencente à prefeitura de um município do estado de Goiás, dirigido por um servidor público municipal em serviço, em velocidade acima da permitida na via. Em virtude disso, João ingressou com ação ordinária contra o município, pleiteando o pagamento de indenização por danos materiais suportados para o conserto da sua bicicleta avariada no acidente. A ação em análise foi julgada procedente, com o acolhimento do pedido formulado, vindo a sentença a transitar em julgado. Após o seu desfecho, João ingressou com outra ação ordinária em decorrência do mesmo acidente, desta feita pleiteando a condenação do município ao pagamento de indenização por danos morais, justificando essa pretensão na alegação de que o acidente em foco, por ter-lhe causado dano físico, impôs-lhe dor e sofrimento. Considerando a situação hipotética referida no texto, assinale a opção incorreta.

TCM-GO :: Procurador
CESPE
2007

Assuntos relacionados

- () São partes do mencionado processo: o município, o prefeito, o juiz da causa, o servidor público municipal e João. Todavia, os sujeitos do processo são somente João e o município.
- () É subjetiva a responsabilidade do servidor público municipal a que alude o texto.
- () Caso o servidor público mencionado no texto viaje para o exterior, a serviço do município, os prazos prescricionais estabelecidos no Código Civil não correrão contra ele, durante o período em que estiver ausente do Brasil.
- () De acordo com o CPC, o município deve ser representado em juízo por seu prefeito ou procurador.

Q.785

Origem

Ao examinar um processo, no âmbito do TCM/GO, o relator observou que o procurador da parte estava deduzindo pretensão ou defesa contra texto expreso de lei, alterando a verdade dos fatos e interpondo recursos com intuito manifestamente protelatório. Considerando a situação hipotética descrita, assinale a opção incorreta.

TCM-GO :: Procurador
CESPE
2007

Assuntos relacionados

- () No âmbito do direito processual civil, a conduta do mencionado procurador é qualificada como litigância de má-fé.
- () De acordo com o CPC, o juiz ou o tribunal pode, de ofício ou a requerimento, condenar o litigante de má-fé a pagar multa de 10() Segundo o CPC, além das condutas descritas no texto, reputam-se como caracterizadores de litigância de má-fé, entre outros, os seguintes procedimentos: opor resistência injustificada ao andamento do processo, proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo e provocar incidentes manifestamente infundados.
- () Diferentemente do CPC, a Lei Orgânica do TCM/GO não prevê a aplicação de multa àquele que atua perante o tribunal com litigância considerada de má-fé.

Q.786

Origem

De decisão em processo de prestação ou tomada de contas, mesmo especial, de decisão de mérito proferida em processos sujeitos a registro cabe Recurso Ordinário, com efeito suspensivo, podendo ser formulado uma só vez e por escrito, pela parte ou pelo Ministério Público junto ao Tribunal, dentro do prazo de quinze dias, contados da intimação da decisão recorrida. Considerando o artigo da Lei Orgânica do TCM/GO transcrito acima, assinale a opção incorreta.

TCM-GO :: Procurador
CESPE
2007

Assuntos relacionados

() O efeito suspensivo ao qual o artigo se refere diz respeito ao efeito do recurso pelo qual a efetivação do comando emergente da decisão impugnada fica suspensa até que seja julgado o recurso.

() Outro efeito do recurso de que trata o referido artigo é aquele que atribui ao órgão competente do tribunal a prerrogativa de conhecer e apreciar novamente a matéria impugnada, podendo revê-la, impondo a prorrogação da jurisdição e evitando o trânsito em julgado da decisão recorrida.

() No direito processual civil, em matéria recursal, a doutrina e a jurisprudência vêm admitindo, em determinadas hipóteses, o efeito expansivo do recurso, pelo qual o tribunal pode examinar questões que não constam das razões ou das contrarrazões do recurso, ou seja, que não foram levantadas pelas partes em suas peças recursais.

() No processo civil, os recursos gozam, entre outros, do denominado efeito substitutivo, segundo o qual, por disposição expressa do CPC, o julgamento proferido pelo tribunal substitui a sentença ou a decisão recorrida no que tiver sido objeto de recurso.

Q.787

Origem

As decisões do Tribunal de Contas, em regra, não permitem transparecer as dificuldades surgidas no curso de um processo tipicamente administrativo, de natureza multiforme, que, apesar de informadas pelos princípios da oficialidade, do formalismo moderado e da verdade material, devem sempre curvar-se às garantias constitucionais que asseguram às partes processuais o contraditório e a ampla defesa. Benjamin Zymler. Processo administrativo no Tribunal de Contas da União. Prêmio Serzedello Corrêa 1996: monografias vencedoras. Brasília: TCU, 1997, p. 147-8 (com adaptações). Considerando o texto acima, assinale a opção incorreta.

TCM-GO :: Procurador
CESPE
2007

Assuntos relacionados

() O princípio da ampla defesa, de que trata o texto, traduz a faculdade do indivíduo de, em processos judiciais ou administrativos, na defesa de seus interesses, alegar fatos e propor provas, com os meios e recursos inerentes.

() Os princípios da oficialidade, do formalismo moderado e da verdade material, mencionados no texto, não se aplicam, em regra, ao processo civil, no âmbito do Poder Judiciário.

() Uma das manifestações do princípio do contraditório, no âmbito do direito processual civil, está inserida na disposição, constante do CPC, que estabelece que os prazos processuais somente começam a correr a partir do primeiro dia útil após a intimação.

() A faculdade da parte de produzir sustentação oral perante o Pleno e as Câmaras, durante a sessão de julgamento, atribuída pela Lei Orgânica do TCM/GO, é uma das afirmações da aplicabilidade do princípio da oralidade aos processos desse tribunal.

Q.788

Origem

Os pressupostos processuais são aquelas exigências legais sem cujo atendimento o processo, como relação jurídica, não se estabelece ou não se desenvolve validamente. (...) São, em suma, requisitos jurídicos para a validade e eficácia da relação processual. Humberto Theodoro Júnior. Curso de direito processual civil. Rio de Janeiro: Forense, 1997, p. 58. Tendo o texto acima como referência, assinale a opção incorreta.

TCM-GO :: Procurador
CESPE
2007

Assuntos relacionados

() No direito processual civil, são pressupostos processuais subjetivos, entre outros, a capacidade processual e a capacidade postulatória; são pressupostos processuais objetivos, entre outros, a citação válida e a inexistência de litispendência.

() A doutrina do direito processual civil, ao tratar dos requisitos jurídicos a que se refere o texto, faz menção a duas espécies, a saber: requisitos de constituição do processo e requisitos de desenvolvimento válido e regular do processo.

() De acordo com o CPC, a ausência dos requisitos jurídicos a que se refere o texto pode ser conhecida de ofício pelo juiz, em qualquer tempo e grau de jurisdição, enquanto não for proferida a sentença de mérito.

() A falta de qualquer um dos requisitos jurídicos a que alude o texto é motivo de extinção do processo pelo juiz, sem resolução de mérito, verificando-se, na hipótese, a preclusão temporal ou consumativa.

19.109 TCU :: Auditor do TCU

Q.789

Origem

No ano de 2005, um órgão público federal repassou recursos do orçamento da União a uma organização não governamental (ONG) instituída em 2004. O repasse foi efetuado por meio de convênio, cujo objeto era a prestação de assistência a crianças e adolescentes carentes. Uma auditoria realizada pelo órgão repassador dos recursos comprovou a não-execução do objeto do convênio. Diante desse fato e da omissão no dever de prestar contas, o órgão repassador dos recursos instaurou tomada de contas especial (TCE), tendo como responsável a referida ONG. No âmbito do TCU, a entidade foi citada, na pessoa do seu representante legal, por meio de carta registrada, com aviso de recebimento, entregue no endereço da entidade. Na carta, estava estabelecido o prazo de quinze dias, para apresentação de defesa ou recolhimento da importância devida. Em sua defesa, o representante legal da entidade alegou que os atos irregulares foram praticados por seus procuradores, que agiram de má-fé e sem o conhecimento dele. Considerando a situação hipotética descrita e sabendo que a referida ONG foi constituída na forma de fundação particular e está situada no DF, julgue os itens de 48 a 56.

TCU :: Auditor do TCU
CESPE
2007

Assuntos relacionados

() No âmbito do direito processual civil, a citação é o ato pelo qual se chama a juízo o réu ou o interessado a fim de se defender. De acordo com o CPC, no procedimento ordinário, a regra é que a citação seja feita pessoalmente ao réu, ao seu representante legal ou ao procurador legalmente autorizado, sendo nulas as citações feitas sem observância às prescrições legais e inválido o processo em que não houver a citação inicial do réu.

() Apesar de as normas do direito processual em vigor aplicarem-se subsidiariamente aos processos no TCU, por força de dispositivo do RI/TCU, a citação, no âmbito do TCU, tem normas específicas, constantes da LO/TCU e do RI/TCU, sendo válida, se feita, entre outras formas, mediante carta registrada, com aviso de recebimento que comprove a entrega no endereço do destinatário. Por aplicação subsidiária do CPC, no âmbito do TCU, o comparecimento espontâneo do réu supre a falta da citação.

() Relativamente à contagem dos prazos processuais, o CPC estabelece que os prazos devem ser computados excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, considerando-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil se o vencimento corresponder a um feriado ou dia em que tenha sido determinado o fechamento do fórum ou em que o expediente forense tenha sido encerrado antes da hora normal. Ainda de acordo com o CPC, os prazos processuais somente começam a correr no primeiro dia útil após a intimação.

() No âmbito do TCU, o prazo de quinze dias para resposta à citação, fixado na LO/TCU, tem forma própria de contagem, estabelecida nas normas específicas que regem o processo nesse tribunal, não se aplicando subsidiariamente, no caso, as normas atinentes à contagem de prazos processuais dispostas no CPC.

19.110 TSE :: Analista Judiciário - Administrativa

Q.790

Origem

A respeito da competência, assinale a opção incorreta .

TSE :: Analista Judiciário -
Administrativa
CESPE
2007

() O foro de eleição vincula as partes e determina a competência do juiz para solucionar o litígio gerado pelo contrato. Assim, a ação será proposta perante o foro eleito; caso isso não ocorra, o juiz deverá, de ofício, declinar de sua competência.

() O juiz competente para processar e julgar as ações reais imobiliárias, ainda que não fundadas em direito de propriedade ou posse, é o da situação do imóvel. No entanto, por se tratar de competência relativa, podem as partes contratar o foro de eleição ou o réu opor exceção de incompetência.

() A competência é um pressuposto da regularidade do processo, bem como de admissibilidade da tutela jurisdicional. O juiz pode decidir sobre sua competência, sem, no entanto, vincular outro juiz a essa decisão.

() O juiz poderá declarar, de ofício, a incompetência relativa, desde que o faça no primeiro momento em que atue no processo, pois, do contrário, ocorrerá a prorrogação da competência, ainda que se trate de eleição de foro, em contrato de adesão.

Assuntos relacionados

Q.791

Origem

Acerca do litisconsórcio, da assistência e da intervenção de terceiros, assinale a opção correta.

TSE :: Analista Judiciário -
Administrativa
CESPE
2007

() No litisconsórcio necessário, as partes não podem recusar a sua formação, isto é, desde que requerido por uma das partes, a outra não pode recusá-lo. No entanto, o juiz pode determinar o desmembramento do processo, quando não ocorrer afinidade de questões por um ponto comum de fato ou de direito.

() O litisconsórcio diz-se unitário quando for imposto por lei e a decisão tiver que ser idêntica para todos os litigantes. Pode ser unitário tanto o litisconsórcio necessário quanto o facultativo, exigindo-se apenas que a sentença seja idêntica para todos os litigantes.

() Na assistência litisconsorcial, a sentença vai influir na relação jurídica entre o assistente e o adversário do assistido, apesar de o direito em discussão pertencer apenas ao assistido. Esse assistente equipara-se ao litisconsorte, podendo praticar todos os atos necessários à defesa do direito da parte que assiste, todavia, à sua atividade processual é subordinada à vontade do assistido.

() No chamamento ao processo, o réu apresenta sua defesa alegando ilegitimidade passiva por não ser titular da pretensão resistida e requer a sua exclusão da ação.

Assuntos relacionados

19.111 IPC Cariacica - ES :: Procurador Previdenciário

Q.792

Origem

A respeito do direito de família e sucessões, julgue os itens que se seguem.

IPC Cariacica - ES :: Procurador
Previdenciário
CESPE
2007

() O parentesco em linha reta e colateral se limita até o quarto grau. Para contagem do parentesco, adota-se como linha a vinculação da pessoa a tronco ancestral comum, sem que exista relação de ascendência e descendência entre os parentes.

() Casamento putativo é aquele que foi contraído de boa-fé por um ou ambos os cônjuges, que ignoravam a circunstância que o faz nulo ou anulável. Nesse caso, o casamento produzirá todos os efeitos do casamento válido, até a data da decretação da sua nulidade.

() Herdeiros legítimos são aqueles que têm seus direitos de herança assegurados pela própria lei, que estabelece a ordem de vocação hereditária e os subdivide em herdeiros necessários e herdeiros simplesmente legítimos, ou seja, os colaterais até o quarto grau.

() Aberta a sucessão, haverá concorrência do cônjuge sobrevivente com os descendentes do de cujus se o regime de bens do casamento foi o da comunhão universal ou o da separação obrigatória de bens ou, ainda, se o autor da herança não tiver deixado bens particulares.

Assuntos relacionados

19.112 MPE - AM :: Promotor de Justiça Substituto

Q.793

Origem

Quanto à sucessão legítima e testamentária, assinale a opção correta.

MPE - AM :: Promotor de Justiça
Substituto
CESPE
2007

() A sucessão é por cabeça quando é chamada outra pessoa a suceder em lugar do herdeiro, em virtude de este não poder suceder, seja por pré-morte, seja por deserdação, seja por renúncia. Esse sucessor terá direito ao quinhão que o representado herdaria se fosse vivo.

() Por meio de disposições testamentárias, o testador poderá livremente instituir ou destituir herdeiro necessário ou legítimo e, ainda, dispor sobre a substituição hereditária. Essa substituição pode ser recíproca, quando o testador declara os herdeiros substitutos uns dos outros; e fideicomissária, quando o testador impõe um período de tempo no qual o fiduciário ficará na propriedade resolúvel dos bens.

() Aberta a sucessão, se o sobrevivente do casal desejar atribuir a sua meação aos demais herdeiros, deverá fazê-lo por meio do termo de renúncia de meação, a favor do monte, nos autos do inventário e partilha dos bens deixados pelo cônjuge falecido.

() Abre-se a sucessão causa mortis com o falecimento do autor da herança. O direito à sucessão aberta é considerado bem imóvel mesmo que o acervo hereditário se constitua exclusivamente de bens móveis, ou de direitos pessoais, ou de ambos. E o direito dos co-herdeiros será indivisível, até que se ultime a partilha dos bens.

() A sucessão entre companheiros regula-se pelas mesmas disposições do casamento, dividindo-se o patrimônio comum em duas meações. Se o de cujus deixou bens particulares, estes são divididos entre o companheiro sobrevivente e os descendentes ou ascendentes ou caso não haja nenhum desses herdeiros (descendentes ou ascendentes), o companheiro terá direito à totalidade da herança.

Assuntos relacionados

19.113 TJ - AC :: Juiz de Direito Substituto

Q.794

Origem

Quanto ao direito das sucessões, assinale a opção correta.

TJ - AC :: Juiz de Direito
Substituto
CESPE
2007

() Na sucessão legítima e na testamentária, ocorre o direito de acrescer, quando a herança for renunciada e, por conseguinte, forem chamados automaticamente à vocação hereditária os herdeiros do renunciante.

() Dá-se a sucessão por direito de representação quando certas pessoas são chamadas a suceder parente mais próximo do autor da herança, desde que esse parente esteja na condição de pré-morto, ausente ou incapaz de suceder. A representação é restrita à sucessão legítima e ocorre apenas na linha descendente. Ninguém pode suceder representando o herdeiro renunciante.

() Se uma pessoa em estado de viuvez falecer sem ter elaborado testamento conhecido e deixar dois filhos, sendo um prémorto, e três netos, esses descendentes herdam por direito próprio e cada um deles recebe quota igual da herança.

() A sucessão testamentária decorre de expressa manifestação de última vontade, por meio de testamento, no qual o autor da herança tem total liberdade de dispor de seus bens e alterar a ordem da vocação hereditária. Ainda que contenha cláusula proibindo a sua revogação, quando a manifestação de vontade for de natureza exclusivamente patrimonial, o testamento público pode ser feito por intermédio de procurador com poderes especiais.

Assuntos relacionados

19.114 TJ - PI :: Juiz de Direito Substituto

Q.795

Origem

Quanto ao direito das sucessões, assinale a opção correta.

TJ - PI :: Juiz de Direito
Substituto
CESPE
2007

() O pacto sucessório é expressamente vedado pelo ordenamento jurídico brasileiro, pois é nulo de pleno direito o contrato que tenha por objeto os bens do espólio. Ademais, a herança é direito indivisível, e os bens que a constituem são uma universalidade, por isso, os herdeiros não poderão validamente fazer qualquer convenção quanto aos bens da herança enquanto não for ultimado o inventário.

() Considera-se aberta a sucessão no lugar do falecimento do autor da herança ou, quando este é desconhecido, no lugar onde se encontrar a maior parte dos bens a serem inventariados.

() Havendo herdeiros legítimos, o autor da herança poderá dispor por testamento da metade de seu patrimônio, a chamada parte disponível, pois a outra parte, a legítima, será necessariamente entregue a esses herdeiros, desde que não haja cláusula testamentária de deserdação.

() O credor que se sentir prejudicado pela renúncia do herdeiro poderá, mediante autorização do juiz, aceitar a herança em nome do renunciante. Quitadas as dívidas do renunciante e se houver saldo, prevalece a renúncia quanto ao remanescente, que será devolvido aos demais herdeiros.

() Considere que o autor de uma herança seja casado pelo regime da separação de bens e não tenha deixado descendentes, deixando o cônjuge sobrevivente, e como ascendentes, os pais e a avó materna. Nessa hipótese, serão chamados a suceder os ascendentes, por direito próprio, e a herança será dividida em três partes iguais.

Assuntos relacionados

19.115 TJ-TO :: Juiz Substituto

Q.796

Origem

TJ-TO :: Juiz Substituto
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Julgue os itens a seguir, relativos ao direito das sucessões. I A cessão de direitos hereditários, mesmo a relativa a imóveis, tem natureza obrigacional, razão por que, não constituindo contrato constitutivo ou translativo de direito real, quando registrado em cartório o ajuste firmado em documento particular, este é válido e tem eficácia inclusive em relação a terceiros. II Falecendo uma pessoa no estado de solteira e sem deixar testamento, deixando como herdeiros parentes colaterais em terceiro lugar, isto é, tio e sobrinho, a herança será dividida em duas partes iguais. O tio herda por direito próprio e o sobrinho, representando o genitor pré-morto. III Os parentes colaterais são herdeiros legítimos, mas não necessários. Esses herdeiros serão chamados se não houver deliberação em contrário do autor da herança. Para excluí-los da sucessão, basta que o testador disponha, em favor de terceiros, da totalidade do seu patrimônio. IV O tutor ou o curador não pode, em nome de seus representados, aceitar direitos de herança ou a eles renunciar sem autorização judicial, pois isso implicaria ato de disposição e, não, de administração e representação. Estão certos apenas os itens

- () I e II.
 - () I e IV.
 - () II e III.
 - () III e IV.
-

Capítulo 20

ESAF

20.1 PGDF :: Procurador

Q.797

Origem

PGDF :: Procurador
ESAF
2007

Assuntos relacionados

Ação popular

A empresa Dias & Dias Aguiar Ltda. sagrou-se vencedora em processo licitatório, organizado pela Secretaria de Turismo do DF, que objetivava a contratação de firma especializada em transporte de bens e valores, o que acabou acontecendo no dia 11 de dezembro de 2006, data da formalização do contrato. O eleitor Mauro Lopes, em dia com suas obrigações eleitorais, propôs ação popular pretendendo anular a contratação da licitante vencedora, que, segundo o autor, sequer deveria ter passado da fase de habilitação, por não satisfazer diversas exigências constantes do edital. Por isso, a celebração do contrato estaria trazendo prejuízo para o Distrito Federal, sendo cabível a pretensão anulatória. Mauro Lopes não era sócio de nenhuma empresa que tenha participado da licitação. À vista de tais fatos, assinale a afirmativa incorreta.

- (a) Se o autor desistir da ação, e desde que nenhum interessado assumo o pólo ativo da relação processual após a publicação de editais, o feito será encaminhado ao Ministério Público, que poderá promover o prosseguimento do feito, no prazo de noventa dias.
- (b) Devem figurar, como sujeitos passivos da relação processual, o Distrito Federal e a empresa Dias & Dias Aguiar Ltda.
- (c) O prazo de contestação é de vinte dias, prorrogável por mais vinte, a requerimento do interessado e desde que seja particularmente difícil a produção de prova documental.
- (d) Mauro Lopes não tem legitimidade para propor a ação, porque não participou do certame licitatório.
- (e) O Distrito Federal poderá abster-se de contestar ou, se for o caso, poderá atuar ao lado do autor popular.

20.2 SEFAZ-CE :: Analista Jurídico

Q.798

Origem

Constitui causa interruptiva de prescrição a

SEFAZ-CE :: Analista Jurídico
ESAF
2007

- (a) ausência do Brasil por motivo de estar o devedor em serviço público da União, dos Estados e Municípios.
- (b) incapacidade absoluta.
- (c) apresentação do título de crédito em juízo de inventário ou em concurso de credores, o mesmo sucedendo com o processo de falência e de liquidação extrajudicial de bancos, bem como de companhias de seguro, a favor ou contra a massa.
- (d) pendência de condição suspensiva, pois enquanto não realizada, o titular não adquire direito, logo não tem ação.
- (e) pendência de ação de evicção.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

20.3 PGFN :: Procurador da Fazenda Nacional

Q.799

Origem

Assinale a opção falsa.

PGFN :: Procurador da Fazenda
Nacional
ESAF
2007

- (a) O registro de imóveis, além de constituir o direito de propriedade imobiliária e o direito real sobre coisa alheia, apresenta o efeito da prioridade, decorrente da ordem de prenotação do título.
- (b) A cessão de direito hereditário não é suscetível de registro porque tem por objeto uma universalidade de direitos.
- (c) A ocupação de terreno não aforado, em faixa de marinha que, por não criar direito real, será insuscetível de registro.
- (d) O cancelamento do registro imobiliário será efetuado mediante averbação, assinada pelo oficial, seu substitutivo legal ou escrevente autorizado, que declarará o seu motivo determinante e o título em razão do qual foi feito, como, por exemplo, na hipótese de requerimento do proprietário de imóveis contíguos pedindo fusão das matrículas autônomas numa só, de novo número.
- (e) Deve ser realizado desde que haja recolhimento de custas e emolumentos, o primeiro registro de direito real constituído em favor de beneficiário de regularização fundiária de interesse social em áreas urbanas e em áreas rurais de agricultura familiar.

Assuntos relacionados

Propriedade

Q.800

Origem

Se um escritor, culposamente, não entregar ao editor, no prazo estipulado no contrato, a obra prometida, a sua responsabilidade, quanto ao fato gerador, será:

PGFN :: Procurador da Fazenda
Nacional
ESAF
2007

- (a) objetiva
- (b) indireta
- (c) contratual
- (d) direta
- (e) subjetiva

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

Q.801

Origem

Tanto na solidariedade como na indivisibilidade, ante a pluralidade subjetiva, cada credor pode exigir a dívida inteira e cada devedor está obrigado pelo débito todo. O credor que receber responderá pela parte dos demais e o devedor que pagar terá direito de regresso contra os outros. Apesar desses pontos de contato, há nítidas diferenças entre ambas as obrigações. Indique, entre as opções, o elemento diferencial falso:

- (a) a fonte da solidariedade é o próprio título em razão do qual as partes estão obrigadas e a da indivisibilidade é, em regra, a natureza da prestação, que não comporta execução fracionada.
- (b) a solidariedade se extingue com o óbito de um dos co-credores e de um dos co-devedores, exceto se a obrigação for divisível; já na indivisibilidade, o falecimento de um co-credor ou co-devedor tornará divisível a obrigação.
- (c) a solidariedade perdura mesmo se a obrigação se converter em perdas e danos; tal, porém, não ocorrerá com a indivisibilidade, que cessará se houver essa transformação, pois, passando a ter natureza pecuniária, tornar-se-á divisível.
- (d) Na obrigação solidária, havendo inadimplemento, todos os co-devedores responderão pelos juros moratórios, mesmo que a ação tenha sido proposta apenas contra um deles, embora o culpado tenha de responder aos outros pela obrigação acrescida; na obrigação indivisível, sendo a culpa de um só dos devedores, os outros ficarão exonerados, respondendo só aquele pelas perdas e danos.
- (e) Na solidariedade, a interrupção da prescrição aberta por um dos credores aproveitará aos demais, assim como a interrupção efetuada contra o devedor solidário envolverá os demais e seus herdeiros; na indivisibilidade, a interrupção da prescrição por um credor não aproveitará aos demais e a interrupção operada contra o co-devedor ou seu herdeiro não prejudicará os demais coobrigados.

PGFN :: Procurador da Fazenda
Nacional
ESAF
2007

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

Q.802

Origem

O fornecimento de 50.000 toneladas de petróleo em cinco carregamentos iguais, previamente ajustado, é uma obrigação, quanto ao tempo de adimplemento

- (a) de execução continuada
- (b) simples
- (c) momentânea
- (d) de dar coisa incerta
- (e) divisível

PGFN :: Procurador da Fazenda
Nacional
ESAF
2007

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

20.4 SEFAZ-CE :: Analista Jurídico

Q.803

Entre os efeitos jurídicos da solidariedade passiva no que atina às relações entre co-devedores solidários e o credor, temos:

- (a) o co-devedor a quem a dívida solidária interessar exclusivamente responderá sozinho por toda ela para com aquele que a solveu.
- (b) o pagamento parcial feito por um dos devedores e a remissão por ele obtida não aproveitarão aos demais, senão até a concorrência da quantia paga ou relevada.
- (c) o co-devedor culpado pelos juros de mora responderá aos outros pela obrigação acrescida.
- (d) o co-devedor que satisfaz a dívida, por inteiro, terá o direito de exigir de cada um dos coobrigados a sua quota, dividindo-se igualmente por todos a do insolvente, se houver.
- (e) o credor que tiver remetido a dívida ou recebido o pagamento responderá aos outros pela parte que lhes caiba.

Origem

SEFAZ-CE :: Analista Jurídico
ESAF
2007

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

20.5 PGDF :: Procurador

Q.804

Assinale a opção falsa.

- (a) O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou do contrato social.
- (b) O juiz também poderá desconsiderar a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.
- (c) As sociedades consorciadas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor.
- (d) As sociedades coligadas só respondem por culpa.
- (e) As sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor.

Origem

PGDF :: Procurador
ESAF
2007

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

20.6 SEFAZ-CE :: Analista Jurídico

Q.805

Para que uma fundação particular adquira personalidade jurídica será preciso:

- (a) elaboração de seu estatuto pelo instituidor ou por aquele a quem ele cometer a aplicação do patrimônio.
- (b) aprovação do seu estatuto pelo Ministério Público.
- (c) dotação e aprovação da autoridade competente com recurso ao juiz.
- (d) dotação e registro do seu estatuto.
- (e) dotação, elaboração e aprovação dos estatutos, e registro.

Origem

SEFAZ-CE :: Analista Jurídico
ESAF
2007

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

20.7 PGDF :: Procurador

Q.806

Joaquim e Maria viviam em regime de união estável. Celebraram contrato no qual ficou estabelecido que a relação patrimonial, durante o período de convivência, seria o da separação absoluta de bens e que em nenhuma hipótese os bens existentes ou adquiridos se comunicariam. Joaquim veio a falecer, pondo-se, assim, fim à união estável. Quanto aos bens adquiridos onerosamente na vigência da união estável, é correto afirmar que, na qualidade de companheira, Maria:

- (a) não participará da sucessão de Joaquim em face da cláusula contratual que estabeleceu a incomunicabilidade dos bens adquiridos na constância da união estável.
- (b) se concorrer com filhos comuns, terá direito a uma quota equivalente à metade do que por lei for atribuída ao filho.
- (c) se concorrer com descendentes só do autor da herança, tocar-lhe-á a metade do que couber a cada um daqueles.
- (d) se concorrer com outros parentes sucessíveis, terá direito à metade da herança.
- (e) somente participará da sucessão se não houver parentes sucessíveis.

Origem

PGDF :: Procurador
ESAF
2007

Assuntos relacionados

Sucessão em geral

20.8 PGFN :: Procurador da Fazenda Nacional

Q.807

O contrato de custódia de ações ou valores mobiliários, identificáveis por número e não havendo estipulação de que o depositário os pode consumir, inclui-se entre os de:

- (a) depósito legal
- (b) depósito regular
- (c) depósito miserável
- (d) depósito necessário
- (e) depósito irregular

Origem

PGFN :: Procurador da Fazenda
Nacional
ESAF
2007

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

20.9 PGDF :: Procurador

Q.808

Origem

Assinale a opção falsa.

PGDF :: Procurador
ESAF
2007

- (a) A "cessão de crédito" e a "assunção de dívida" constituem modalidades de transmissão das obrigações.
- (b) Podem os contratantes estabelecer cláusula proibitiva da cessão de crédito. Tal cláusula proibitiva não poderá ser oposta ao cessionário de boa-fé, se não constar do instrumento da obrigação.
- (c) A partir da assunção de dívida, salvo assentimento expresso do devedor primitivo, consideram-se extintas as garantias especiais por ele originariamente dadas ao credor.
- (d) Como na assunção de dívida, o que se transmite é a "obrigação originária", o novo devedor pode opor ao credor as exceções pessoais que competiam ao devedor primitivo.
- (e) Qualquer das partes pode assinar prazo ao credor para que consinta na assunção de dívida, interpretando-se o seu silêncio como recusa.

Assuntos relacionados

Transmissão das obrigações

Q.809

Origem

Assinale a opção correta.

PGDF :: Procurador
ESAF
2007

- (a) Configura supressão o pagamento reiteradamente feito em local diferente daquele previsto no contrato.
- (b) Efetuar-se-á o pagamento no domicílio do credor salvo se as partes convencionarem diversamente ou se o contrário resultar da lei, da natureza da obrigação ou das circunstâncias.
- (c) Se o pagamento consistir em prestação relativa a imóvel, far-se-á no lugar do domicílio do devedor.
- (d) Nas hipóteses de vencimento antecipado de dívida previstas no art. 333 do Código Civil, se houver, no débito, solidariedade passiva, reputar-se-á vencido quanto aos outros credores solventes.
- (e) Designados no contrato dois ou mais lugares como local do pagamento, cabe ao devedor escolher entre eles.

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

20.10 SEFAZ-CE :: Analista Jurídico

Q.810

Origem

A , procurador de B , cumprindo o mandato, compra de C uma casa para B por R\$ 500.000,00. Essa dívida é de B para com C . Mas A e C efetivaram entre si um contrato de mútuo pelo qual A passa a ser credor de C , por ter emprestado a ele a quantia de R\$ 300.000,00. A dívida de B para com C e a de C para com A :

SEFAZ-CE :: Analista Jurídico
ESAF
2007

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

- (a) são compensáveis, por haver reciprocidade.
- (b) são insuscetíveis de compensação, por não haver reciprocidade de obrigação.
- (c) são compensáveis para evitar pagamentos simultâneos.
- (d) são compensáveis, pois o mandante deve ao credor e o credor ao mandatário.
- (e) podem ser compensadas, porque não se tem reciprocidade.

Q.811

Origem

São caracteres específicos da cláusula penal:

SEFAZ-CE :: Analista Jurídico
ESAF
2007

- (a) acessoriedade, compulsoriedade e condicionalidade.
- (b) acessoriedade, subsidiariedade e imutabilidade relativa.
- (c) acessoriedade, condicionalidade, ressarcibilidade e subsidiariedade.
- (d) acessoriedade, condicionalidade, compulsoriedade, subsidiariedade e ressarcibilidade.
- (e) acessoriedade, condicionalidade, compulsoriedade, subsidiariedade, ressarcibilidade e imutabilidade relativa.

Assuntos relacionados

Inadimplemento das obrigações

20.11 PGDF :: Procurador

Q.812

Origem

Assinale a opção falsa.

PGDF :: Procurador
ESAF
2007

- (a) A propriedade fiduciária e o penhor somente incidem sobre bens móveis.
- (b) A hipoteca, o penhor e a anticrese constituem modalidade de direito real de garantia.
- (c) O dono de imóvel pode constituir outra hipoteca sobre ele, mediante novo título, em favor do mesmo credor ou de outro (hipoteca de 2º grau).
- (d) O dono de bem móvel pode instituir sobre ele propriedade fiduciária de 2º grau, do mesmo modo como ocorre com a hipoteca.
- (e) É nula cláusula que autoriza o proprietário fiduciário, o credor hipotecário, pignoratício, anticrético a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento.

Assuntos relacionados

Penhor
Hipoteca
Anticrese

20.12 PGFN :: Procurador da Fazenda Nacional

Q.813

Origem

São hipotecáveis:

PGFN :: Procurador da Fazenda
Nacional
ESAF
2007

- (a) os imóveis e seus acessórios; o domínio direto e o útil; estrada de ferro; as jazidas, minas, pedreiras e demais recursos minerais, independentemente do solo em que se acham; os navios e as aeronaves.
- (b) os imóveis; o domínio direto; o direito de uso especial para fins de moradia, as estradas de ferro, os navios, as aeronaves e o direito real de uso.
- (c) os imóveis e os seus acessórios; as jazidas, minas, pedreiras e demais recursos minerais; a propriedade superficiária; as estradas de ferro, os navios e as aeronaves.
- (d) os imóveis e os acessórios dos imóveis, conjuntamente com eles; o domínio direto e o domínio útil; as estradas de ferro; as jazidas, minas, pedreiras e demais recursos minerais, potenciais de energia hidráulica, independentemente do solo em que se acham; os navios; as aeronaves; o direito de uso especial para fins de moradia; o direito real de uso e a propriedade superficiária.
- (e) os imóveis; o domínio direto e o útil; as estradas de ferro; as jazidas, minas, pedreiras e demais recursos minerais, potenciais de energia hidráulica, independentemente do solo em que se acham; aeronaves; navios, o direito real de uso e a propriedade superficiária.

Assuntos relacionados

Penhor
Hipoteca
Anticrese

Q.814

Origem

O princípio pelo qual a liberdade contratual deverá estar voltada à solidariedade, à justiça social, à livre iniciativa, ao progresso social, à livre circulação de bens e serviços, à produção de riquezas, aos valores sociais, econômicos e morais, é o:

PGFN :: Procurador da Fazenda
Nacional
ESAF
2007

- (a) do consensualismo
- (b) do equilíbrio contratual
- (c) da relatividade dos efeitos do negócio jurídico contratual
- (d) da função social do contrato
- (e) da boa fé objetiva

Assuntos relacionados

Contratos

20.13 SEFAZ-CE :: Analista Jurídico

Q.815

Origem

A cláusula contratual tornando a exigibilidade da prestação imune a qualquer pretensão contrária do devedor, apresentando-se como renúncia à exceção do contrato não cumprido, é a

SEFAZ-CE :: Analista Jurídico
ESAF
2007

- (a) exceptio non rite adimpleti contractus.
- (b) assecuratória do direito de retenção.
- (c) solve et repete.
- (d) de arrependimento, sem direito à indenização suplementar.
- (e) de non praestanda evictione

Assuntos relacionados

Contratos

Q.816

Origem

O princípio pelo qual as estipulações feitas no contrato deverão ser fielmente cumpridas, sob pena de execução patrimonial contra o inadimplente é o da

SEFAZ-CE :: Analista Jurídico
ESAF
2007

- (a) função social do contrato.
- (b) autonomia da vontade.
- (c) equivalência contratual.
- (d) obrigatoriedade da convenção.
- (e) relatividade dos efeitos do negócio jurídico contratual.

Assuntos relacionados

Contratos

20.14 PGFN :: Procurador da Fazenda Nacional

Q.817

Origem

Assinale a opção falsa.

PGFN :: Procurador da Fazenda
Nacional
ESAF
2007

(a) O endosso-penhor é o que contém cláusula "valor em penhor" e por meio do qual o endossante transfere tão-somente a posse do título cambial ao endossatário, que assume o dever de não deixar perecer o direito nele contido.

(b) O endosso-mandato transfere ao endossatário- mandatário a posse e não a propriedade do título cambial.

(c) Se a circulação do crédito é importante para a atividade econômica, a negociabilidade do título é um atributo seu.

(d) O aval antecipado é o que se impõe antes que a obrigação principal se efetive, mas, se o aval for apostado depois do vencimento do título, diante da impossibilidade de protesto nos títulos, produzirá os mesmos efeitos, como se tivesse sido anteriormente dado.

(e) O título nominativo não pode ser transferido por endosso em preto.

Assuntos relacionados

Títulos de crédito

20.15 SEFAZ-CE :: Analista Jurídico

Q.818

Origem

Em execução fiscal é incorreto afirmar que

SEFAZ-CE :: Analista Jurídico
ESAF
2007

(a) é admissível a penhora sobre saldo ou movimento de conta bancária no país do executado.

(b) é admissível a penhora sobre receita corrente bruta (faturamento) do executado pessoa jurídica.

(c) a penhora sobre saldo ou movimento de conta bancária do executado no país apenas é admissível, conforme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, quando não localizados outros bens penhoráveis do executado ou quando não localizado o próprio executado.

(d) a penhora sobre receita corrente bruta (faturamento) do executado pessoa jurídica apenas é admissível, conforme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, quando não localizados outros bens penhoráveis do executado e quando o exeqüente (Fazenda Pública) elaborar plano de realização do valor executado e indicar administrador a fim de controlar o cumprimento do plano.

(e) é admissível a penhora sobre saldo ou movimento de conta bancária no país do executado ou de terceiro por ele indicado, desde que não recaia sobre os valores recebidos a título de participação nos lucros ou resultados de empresa.

Assuntos relacionados

Execução fiscal

20.16 PGDF :: Procurador

Q.819

Origem

Assinale a opção correta.

PGDF :: Procurador
ESAF
2007

- (a) A fraude contra credores é tratada no direito brasileiro no plano dos efeitos, gerando, como consequência, a ineficácia relativa do negócio jurídico.
- (b) É de 4 (quatro) anos o prazo de prescrição para pleitear-se a anulação do negócio jurídico fraudulento, contado do dia de sua realização.
- (c) Somente para a desconstituição dos negócios jurídicos onerosos é que se exige a demonstração do consilium fraudis como requisito de procedência do pedido na ação pauliana.
- (d) O credor com garantia real, por contar com a garantia do bem afetado ao pagamento do seu direito creditório, em nenhuma hipótese poderá pleitear a desconstituição do negócio jurídico fraudulento.
- (e) A fraude contra credores é um defeito que se caracteriza como falha no consentimento, viciando, como consequência, a declaração de vontade dos partícipes do negócio jurídico.

Assuntos relacionados

Fatos jurídicos

20.17 PGFN :: Procurador da Fazenda Nacional

Q.820

Origem

Assinale a opção correta.

PGFN :: Procurador da Fazenda
Nacional
ESAF
2007

- (a) Os meios probatórios regular-se-ão pela lex fori por pertencerem à ordem processual e o modo de produção dessas provas reger-se-á pela norma vigente no Estado onde ocorreu o fato.
- (b) A nossa Lei de Introdução ao Código Civil não contém qualquer proibição expressa e categórica do retorno; assim, o juiz poderá ater-se às normas de direito internacional privado do país em que ocorreu o fato interjurisdicional sub judice .
- (c) A interpretação teleológica é também axiológica e conduz o intérprete-aplicador à configuração do sentido normativo em dado caso concreto, já que tem como critério o fim prático da norma de satisfazer as exigências sociais e a realização dos ideais de justiça vigentes na sociedade atual.
- (d) Às coisas in transitu aplicar-se-á a lex reitutae .
- (e) A locus regit actum é uma norma de direito internacional privado para indicar a lei aplicável à forma intrínseca do ato.

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

20.18 SEFAZ-CE :: Analista Jurídico

Q.821

Origem

Aponte a opção falsa.

SEFAZ-CE :: Analista Jurídico
ESAF
2007

(a) Ter-se-á interpretação declarativa ou especificadora, apenas quando houver correspondência entre a expressão linguístico-legal e a voluntas legis, sem que haja necessidade de dar ao comando normativo um alcance ou sentido mais amplo ou mais restrito.

(b) A analogia juris estriba-se em um conjunto de normas para extrair elementos que possibilitem sua aplicabilidade ao caso concreto não previsto, mas similar ao previsto.

(c) É retroativa a norma que atinge os efeitos de atos jurídicos praticados sob o império da norma revogada.

(d) O princípio da territorialidade é, no Brasil, aplicado de modo absoluto.

(e) A contagem do prazo para entrada em vigor das leis que estabeleçam período de vacância far-se-á com a inclusão da data da publicação e do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua consumação integral.

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

20.19 PGFN :: Procurador da Fazenda Nacional

Q.822

Origem

Se desaparecerem os dutos e as estações de compressão de um gasoduto, este perderá seu interesse econômico. Isto se dá por serem os dutos e as estações de compressão:

PGFN :: Procurador da Fazenda
Nacional
ESAF
2007

(a) pertenças

(b) acessões

(c) bens principais

(d) coisas anexadas empregadas intencionalmente na exploração de atividade econômica.

(e) partes integrantes

Assuntos relacionados

Bens

20.20 PGDF :: Procurador

Q.823

Origem

Estabelece o art. 2.028 do Código Civil que "serão os da lei anterior os prazos, quando reduzidos por esse Código, e se, na data de sua entrada em vigor, já houver transcorrido mais da metade do tempo estabelecido na lei revogada". Com relação à norma constante do texto acima, é correto afirmar que:

PGDF :: Procurador
ESAF
2007

Assuntos relacionados

- (a) aplica-se indistintamente às hipóteses de prescrição e decadência previstas no Código Civil.
- (b) não é aplicável às hipóteses de decadência, visto que, em se tratando de direito potestativo ou formativo, as regras do direito intertemporal são as próprias do direito de ação, já que esse tipo de direito e o prazo para exercê-lo se consideram inseparáveis.
- (c) não se aplica às hipóteses de prescrição previstas no Código Civil.
- (d) não se aplica a nenhum prazo extintivo previsto no Código Civil.
- (e) aplica-se, exclusivamente, aos prazos de decadência previstos no Código Civil.

Q.824

Origem

Sobre o tema "mandado de segurança", assinale a afirmativa correta.

PGDF :: Procurador
ESAF
2007

- (a) No mandado de segurança, é lícito ao impetrante postular - e, ao juiz, deferir - providência liminar de natureza assecuratória do objeto pretendido na impetração.
- (b) Caso a autoridade apontada como coatora não apresente informações, ocorrerá revelia.
- (c) O prazo para informações é de quinze dias.
- (d) O juiz pode deixar de determinar a remessa dos autos ao Ministério Público, quando verificar que o tema versado nos autos é objeto de súmula dos tribunais superiores.
- (e) O prazo para a propositura da ação prescreve em cento e oitenta dias, a contar da ciência do ato impugnado.

Assuntos relacionados

20.21 SEFAZ-CE :: Analista Jurídico

Q.825

Assinale a opção correta.

- (a) Na lesão especial há desproporção das prestações, causada por estado de necessidade econômica, mesmo não conhecido pelo contratante, que vem a se aproveitar do negócio, logo dispensada está a verificação e a prova do dolo da parte que tirou proveito, ordenando a anulabilidade do negócio lesionário ou a possibilidade de complementação contratual, bastando, para tanto, que haja prejuízo, prova da ocorrência do ato em caso de premência da necessidade, levianda ou inexperiência.
- (b) A presunção deixada ao critério e prudência do magistrado, que se funda naquilo que cotidiana, habitual ou ordinariamente acontece, denomina-se juris et de jure.
- (c) O cumprimento do encargo só pode ser exigido pelo próprio instituidor.
- (d) A anulabilidade de um negócio só aproveitará à parte que a alegou, mesmo se houver exceção de indivisibilidade ou solidariedade.
- (e) A condição mista é a que se caracteriza no momento inicial, como potestativa vindo a perder tal característica por fato superveniente alheio à vontade do agente, que venha a dificultar sua realização.

Origem

SEFAZ-CE :: Analista Jurídico
ESAF
2007

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.826

Se A (comprador) adquire uma obra de arte por influência de C , que o convence de sua raridade por pertencer ao século XVII, sem que B (vendedor), ouvindo tal disparate, alerte A , tal negócio é suscetível de anulação, por ter havido:

- (a) dolo de terceiro.
- (b) reserva mental.
- (c) dissimulação.
- (d) simulação absoluta.
- (e) dolo incidente.

Origem

SEFAZ-CE :: Analista Jurídico
ESAF
2007

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Capítulo 21

FCC

21.1 TJ-AL :: Juiz Substituto

Q.827

Na ação civil pública a sentença

- (a) de improcedência sempre fará coisa julgada erga omnes, em todo território nacional.
- (b) de procedência fará coisa julgada erga omnes em todo o território nacional.
- (c) de improcedência nunca fará coisa julgada, podendo qualquer legitimado intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se das mesmas provas.
- (d) de improcedência nunca fará coisa julgada podendo qualquer legitimado intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.
- (e) fará coisa julgada erga omnes, nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas.

Origem

TJ-AL :: Juiz Substituto
FCC
2007

Assuntos relacionados

Ação civil pública

21.2 TRF 4ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.828

Sobre a Ação Civil Pública analise:

- I. Ajuizada a ação civil pública, é facultado ao Poder Público habilitar-se como litisconsorte de qualquer das partes.
- II. Em caso de desistência infundada, ou abandono da ação por associação legitimada, caberá exclusivamente ao Ministério Público assumir a titularidade ativa.
- III. Se o pedido inicial for julgado improcedente por insuficiência de provas, poderá ser ajuizada ação civil pública com idêntico fundamento por qualquer legitimada, valendo-se de nova prova.
- IV. Comprovada a má-fé da associação autora, caberá condenação em honorários advocatícios, custas e despesas processuais. Está correto o que se afirma APENAS em

- (a) II e IV.
- (b) II, III e IV.
- (c) I, III e IV.
- (d) I e III.
- (e) I, II e III.

Origem

TRF 4ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2007

Assuntos relacionados

Ação civil pública

21.3 Defensoria Pública-SP :: Defensor Público

Q.829

Origem

Thales e Victor ingressaram com ação de alimentos, pleiteando 33

Defensoria Pública-SP :: Defensor
Público
FCC
2007

- (a) trinta e três por cento.
- (b) trinta por cento.
- (c) vinte e cinco por cento.
- (d) vinte por cento.
- (e) quinze por cento.

Assuntos relacionados

Ação de alimentos

21.4 TRF 2ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.830

Origem

Quem, não sendo parte no processo, sofrer esbulho na posse de seus bens, por ato de apreensão judicial em caso de penhora, poderá ajuizar

TRF 2ª:: Analista Judiciário -
Execução de Mandados
FCC
2007

- (a) ação de consignação em pagamento.
- (b) ação de reintegração de posse.
- (c) ação de manutenção de posse.
- (d) interdito proibitório.
- (e) embargos de terceiro.

Assuntos relacionados

Posse

21.5 TRF 3ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.831

Origem

O caseiro de uma chácara que, achando-se em relação de dependência para com o proprietário, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens e instruções suas, considera-se

TRF 3ª:: Analista Judiciário -
Execução de Mandados
FCC
2007

- (a) possuidor indireto.
- (b) detentor.
- (c) possuidor direto.
- (d) possuidor de boa-fé.
- (e) possuidor de má-fé.

Assuntos relacionados

Posse

21.6 MPU :: Analista - Processual

Q.832

A prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor, porém prescreverá em três anos a pretensão

- (a) para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.
- (b) para percepção de honorários dos árbitros e peritos.
- (c) relativa à tutela, a contar da data da aprovação das contas.
- (d) relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos.
- (e) para o vencedor haver do vencido o que dispendeu em juízo.

Origem

MPU :: Analista - Processual
FCC
2007

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

21.7 PM São Paulo :: Auditor Fiscal Tributário Municipal

Q.833

José deve a Tomás a quantia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Tomás, contudo, não tomou medidas necessárias para a cobrança, o que ensejou o transcurso do prazo prescricional. Posteriormente, Tomás dirige notificação a José, solicitando o pagamento, e José lhe responde afirmando que pagará a dívida em 3 meses, assim que conseguir recursos. Se José não pagar a dívida nesse prazo, Tomás

- (a) não pode cobrar a dívida, porque os prazos prescricionais não podem ser alterados por vontade das partes.
- (b) pode cobrar a dívida, pois José renunciou à prescrição.
- (c) não pode cobrar a dívida, pois não se admite renúncia tácita à prescrição.
- (d) não pode cobrar a dívida, porque os prazos prescricionais não podem ser interrompidos.
- (e) não pode cobrar a dívida, porque a prescrição consumada é definitiva.

Origem

PM São Paulo :: Auditor Fiscal
Tributário Municipal
FCC
2007

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

21.8 TJ-AL :: Juiz Substituto

Q.834

O juiz conhecerá de ofício da

- (a) prescrição, somente quando favorecer a pessoa absolutamente incapaz.
- (b) decadência legal e da decadência convencional.
- (c) prescrição e da decadência legal.
- (d) prescrição e da decadência convencional somente se favorecerem a pessoa absoluta ou relativamente incapaz.
- (e) prescrição e da decadência, legal ou convencional, se favorecerem a Fazenda Pública.

Origem

TJ-AL :: Juiz Substituto
FCC
2007

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

21.9 TJ-PE :: Oficial de Justiça

Q.835

Considere as afirmativas abaixo sobre prescrição e decadência.

- I. A renúncia da prescrição só poderá ser expressa, e produzirá efeitos sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumir.
- II. Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes.
- III. Os relativamente incapazes e as pessoas jurídicas têm ação contra os seus assistentes ou representantes legais, que derem causa à prescrição, ou não a alegarem oportunamente.
- IV. Em regra, a suspensão da prescrição em favor de um dos credores solidários aproveita os outros, seja a obrigação divisível ou indivisível.
- É correto o que se afirma APENAS em:

- (a) I, II e III.
(b) I, II e IV.
(c) I, III e IV.
(d) II e III.
(e) II, III e IV.

Origem

TJ-PE :: Oficial de Justiça
FCC
2007

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

21.10 TJ-PE :: Técnico Judiciário

Q.836

O prazo de prescrição

- (a) pode, em regra, ser alterado por acordo das partes.
(b) é de dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.
(c) iniciado contra uma pessoa não continua a correr contra o seu sucessor.
(d) não pode ser renunciado pelas partes, havendo expressa vedação neste sentido.
(e) pode ser interrompido mais de uma vez por protesto cambial.

Origem

TJ-PE :: Técnico Judiciário
FCC
2007

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

21.11 TRE-MS :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.837

De acordo com o Código Civil, não havendo previsão legal de prazo menor a prescrição ocorre em

- (a) 03 anos.
(b) 05 anos.
(c) 10 anos.
(d) 15 anos.
(e) 20 anos.

Origem

TRE-MS :: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2007

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

21.12 TRE-PB :: Analista Judiciário - Judiciária - Direito

Q.838

Origem

A prescrição corre normalmente

TRE-PB :: Analista Judiciário -
Judiciária - Direito
FCC
2007

- (a) contra os ausentes do País em serviço público dos Municípios.
- (b) entre ascendentes e descendentes durante o poder familiar.
- (c) entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.
- (d) contra os relativamente incapazes.
- (e) contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas, em tempo de guerra.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

21.13 TRF 2ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.839

Origem

Prescreve em quatro anos a pretensão

TRF 2ª:: Analista Judiciário -
Execução de Mandados
FCC
2007

- (a) do vencedor para haver do vencido o que despendeu em juízo.
- (b) relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos.
- (c) de ressarcimento de enriquecimento sem causa.
- (d) relativa à tutela, a contar da data da aprovação das contas.
- (e) para reaver prestações vencidas de rendas temporárias ou vitalícias.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

21.14 TRF 2ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.840

Origem

Prescreve em cinco anos a pretensão

TRF 2ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2007

- (a) de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.
- (b) de restituição dos lucros ou dividendos recebidos de má-fé, correndo prazo da data em que foi deliberada a distribuição.
- (c) dos credores não pagos contra os sócios de acionistas e os liquidantes, contando o prazo da publicação da ata de encerramento da liquidação da sociedade.
- (d) dos hospedeiros ou fornecedores de víveres destinados ao consumo no próprio estabelecimento, para pagamento da hospedagem ou dos alimentos.
- (e) para haver juros, dividendos ou quaisquer pretensões acessórias, pagáveis em períodos não maiores de um ano, com capitalização ou sem ela.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

21.15 TRF 3ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.841

Origem

A interrupção da prescrição

TRF 3ª:: Analista Judiciário -
Execução de Mandados
FCC
2007

(a) operada contra o co-devedor não solidário, ou seu herdeiro, prejudica aos demais coobrigados.

(b) ocorrerá tantas vezes quantas forem as causas interruptivas supervenientes.

(c) por um credor não solidário aproveita aos outros.

(d) produzida contra o principal devedor prejudica o fiador.

(e) por um dos credores solidários não aproveita aos outros.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

21.16 TRF 3ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.842

Origem

A respeito da prescrição e da decadência, é correto afirmar:

TRF 3ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2007

(a) Prescreve em dez anos a cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.

(b) No contrato regularmente formalizado por escrito, as partes podem renunciar a decadência fixada em lei.

(c) Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação.

(d) A alteração do prazo prescricional por acordo das partes só terá validade se comprovada nos autos por instrumento público ou particular.

(e) A prescrição iniciada contra uma pessoa cessa com a sua morte, iniciando-se novo prazo em relação ao seu sucessor.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

21.17 TRF 4ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.843

Origem

De acordo com o Código Civil brasileiro, a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular e a pretensão do vencedor para haver do vencido o que despendeu em juízo prescrevem em

TRF 4ª:: Analista Judiciário -
Execução de Mandados
FCC
2007

(a) dois anos.

(b) três anos.

(c) cinco anos.

(d) dois e três anos, respectivamente.

(e) cinco e três anos, respectivamente.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

21.18 TRF 4ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.844

Mário é proprietário de um imóvel urbano que locou a Maria. Esta, por sua vez, ali se estabeleceu com uma hospedaria. Maria não vem efetuando o pagamento dos aluguéis para Mário porque muitos de seus hóspedes não estão efetuando o pagamento da hospedagem. De acordo com o Código Civil, a pretensão de Mário relativa à cobrança dos aluguéis do prédio urbano, e a de Maria relativa ao pagamento das despesas de hospedagem, prescrevem, respectivamente, em

- (a) um ano e três anos.
- (b) dois e quatro anos.
- (c) três anos e um ano.
- (d) quatro e dois anos.
- (e) cinco e três anos.

Origem

TRF 4ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2007

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

21.19 PM São Paulo :: Auditor Fiscal Tributário Municipal

Q.845

NÃO enseja a aquisição de propriedade de bem imóvel particular por usucapião, a posse contínua, ininterrupta e sem oposição, de

- (a) qualquer bem imóvel, por 10 (dez) anos, com justo título e boa-fé.
- (b) qualquer bem imóvel, por 10 (dez) anos, independentemente de justo título e boa-fé.
- (c) imóvel residencial do possuidor, por 10 (dez) anos, independentemente de justo título e boa-fé.
- (d) imóvel urbano com até 250m2 (duzentos e cinquenta metros quadrados) e que seja o único imóvel do possuidor, destinado a sua residência, por 5 (cinco) anos, independentemente de justo título e boa-fé.
- (e) imóvel rural com até 50ha (cinquenta hectares) e que seja o único imóvel do possuidor, destinado a sua residência e subsistência, por 5 (cinco) anos, independentemente de justo título e boa-fé.

Origem

PM São Paulo :: Auditor Fiscal
Tributário Municipal
FCC
2007

Assuntos relacionados

Propriedade

Q.846

O proprietário de um imóvel que planta árvores em seu terreno se tornará proprietário destas por

- (a) acessão.
- (b) aluvião.
- (c) avulsão.
- (d) especificação.
- (e) ocupação.

Origem

PM São Paulo :: Auditor Fiscal
Tributário Municipal
FCC
2007

Assuntos relacionados

Propriedade

21.20 TRF 2ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.847

Origem

A respeito da posse e da propriedade, é correto afirmar:

TRF 2ª:: Analista Judiciário -
Execução de Mandados
FCC
2007

- (a) só se considera possuidor aquele que tem de fato o exercício pleno de todos os poderes inerentes à propriedade.
- (b) são defesos os atos que não trazem ao proprietário qualquer comodidade, ou utilidade, e sejam animados pela intenção de prejudicar outrem.
- (c) a posse direta de quem tem a coisa temporariamente, em virtude de direito pessoal ou real, anula a indireta, de quem aquela foi havida.
- (d) a propriedade do solo abrange as jazidas, minas e demais recursos minerais existentes no subsolo.
- (e) em razão das finalidades econômicas e sociais da propriedade, esta não se presume nem plena, nem exclusiva.

Assuntos relacionados

Propriedade

21.21 TRF 4ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.848

Origem

Considere as seguintes assertivas a respeito da posse e da propriedade:

TRF 4ª:: Analista Judiciário -
Execução de Mandados
FCC
2007

- I. Considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade.
 - II. Os frutos e mais produtos da coisa pertencem, ainda quando separados, ao seu proprietário, salvo se, por preceito jurídico especial, couberem a outrem.
 - III. O possuidor com justo título, em regra, não tem por si a presunção de boa-fé, por expressa determinação legal, devendo provar a boa-fé inerente à sua posse.
 - IV. O proprietário do solo não tem, em nenhuma hipótese, o direito de explorar os recursos minerais de emprego imediato na construção civil.
- De acordo com o código Civil brasileiro, está correto o que consta APENAS em

Assuntos relacionados

Propriedade

- (a) I e II.
- (b) I e III.
- (c) I, III e IV.
- (d) II e III.
- (e) II e IV.

21.22 PM São Paulo :: Auditor Fiscal Tributário Municipal

Q.849

Origem

No direito brasileiro, são regidas pelas regras da responsabilidade civil objetiva as obrigações por atos ilícitos decorrentes de

PM São Paulo :: Auditor Fiscal
Tributário Municipal
FCC
2007

- (a) acidentes de trânsito e acidentes de trabalho.
- (b) atos praticados por profissionais liberais e relações de consumo.
- (c) danos ao meio ambiente e relações de consumo.
- (d) atos praticados por profissionais liberais e por pessoas jurídicas de direito público.
- (e) contratos de transporte e de mandato.1899

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

21.23 TCE-MG :: Procurador do MP

Q.850

Origem

Sobre a responsabilidade civil, é correto afirmar:

TCE-MG :: Procurador do MP
FCC
2007

- I. O incapaz não responde pelos prejuízos que causar, porque somente as pessoas por ele responsáveis terão de arcar com a indenização.
- II. A obrigação de reparar o dano independe de culpa, salvo nos casos em que a lei estabelece exclusivamente a responsabilidade subjetiva.
- III. O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la transmitem-se com a herança.
- IV. A responsabilidade do empregador é subsidiária pelos atos ilícitos praticados por seus empregados.
- V. Aquele que ressarcir o dano causado por seu descendente absoluta ou relativamente incapaz, deste não poderá reaver o que pagou à vítima. Está correto o que se afirma APENAS em

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

- (a) I e II.
 - (b) II e III.
 - (c) III e IV.
 - (d) III e V.
 - (e) IV e V.
-

21.24 TJ-AL :: Juiz Substituto

Q.851

Origem

Ficará isento de indenização em virtude de sentença criminal o réu que

TJ-AL :: Juiz Substituto
FCC
2007

- (a) for absolvido por ter agido em estado de necessidade.
- (b) tiver reconhecida a extinção da punibilidade pela prescrição.
- (c) for absolvido por ter agido em legítima defesa.
- (d) for absolvido porque o fato não constitui crime.
- (e) for absolvido por insuficiência de prova de sua participação no crime.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

21.25 TJ-PE :: Oficial de Justiça

Q.852

Origem

A obrigação de indenizar surge diante da prática de ato ilícito, que cause dano a outrem. No que concerne à responsabilidade civil, é correto afirmar:

TJ-PE :: Oficial de Justiça
FCC
2007

- (a) a responsabilidade civil é dependente da criminal, podendo-se, inclusive, questionar sobre quem seja o autor do fato, se esta questão se achar decidida no juízo criminal.
- (b) o empresário individual responde, desde que comprovada sua culpa, pelos danos causados pelos produtos postos em circulação.
- (c) o incapaz, em regra, responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo.
- (d) aquele que demandar, pedindo mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor o dobro do que houver cobrado.
- (e) o direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não se transmitem com a herança.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

21.26 TJ-PE :: Técnico Judiciário

Q.853

Origem

Considere as afirmativas abaixo sobre responsabilidade civil.

I. É responsável pela reparação civil, desde que comprovada a culpa de sua parte, o empregador pelos atos praticados pelos seus empregados, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele.

II. O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.

III. O dono ou detentor do animal ressarcirá o dano por ele causado, se não comprovar culpa da vítima ou força maior.

IV. Aquele que ressarcir o dano causado por seu descendente relativamente incapaz poderá reaver o que houver pago daquele por quem pagou. É correto o que se afirma APENAS em:

TJ-PE :: Técnico Judiciário
FCC
2007

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

- (a) I, II e III.
- (b) I, II e IV.
- (c) I, III e IV.
- (d) II e III.
- (e) III e IV.

21.27 TRE-PB :: Analista Judiciário - Administrativa

Q.854

Origem

Sobre a responsabilidade civil, considere:

- I. Haverá obrigação de reparar o dano independentemente de culpa, quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.
- II. Aquele que habitar parte de prédio não responde pelo dano proveniente das coisas que dele caírem.
- III. O dono de edifício ou construção responde pelos danos que resultarem de sua ruína, se esta provier de falta de reparos cuja necessidade fosse manifesta.
- IV. Quando a vítima concorrer culposamente para o evento danoso, a sua indenização será fixada levando-se em conta a gravidade da sua culpa em confronto com a do autor do dano.
- De acordo com o Código Civil, é correto o que consta APENAS em:

- (a) I, II e III.
(b) I, II e IV.
(c) I, III e IV.
(d) I e II.
(e) II e III.

TRE-PB :: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2007

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

21.28 TRE-PB :: Analista Judiciário - Judiciária - Direito

Q.855

Origem

Sobre responsabilidade civil, considere:

- I. Quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar por sua natureza, risco para os direitos de outrem, haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa.
- II. O pai que ressarcir o dano causado pelo seu filho relativamente incapaz poderá reaver o que houver pago de seu filho por quem pagou, quando este completar a maioridade civil.
- III. O incapaz responde pelos prejuízos que causar se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
- IV. As penas previstas para aquele que demandar de má-fé, por dívida já paga, não são aplicadas quando o autor desistir da ação antes ou depois da contestação.
- De acordo com o Código Civil, é correto o que consta APENAS em:

- (a) I e II.
(b) II e IV.
(c) I e III.
(d) I, II e III.
(e) I, III e IV.

TRE-PB :: Analista Judiciário -
Judiciária - Direito
FCC
2007

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

21.29 TRT 11ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.856

Origem

A indenização devida em razão de responsabilidade civil

TRT 11ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
FCC
2007

(a) será equitativa, quando tiver de ser suportada por incapaz, e não terá lugar se o privar do necessário, ou às pessoas que dele dependam, para sobreviver.

(b) em nenhuma hipótese será suportada por pessoa incapaz, devendo sempre onerar o patrimônio de quem a representa.

(c) será sempre calculada pela extensão do dano, e não admite redução equitativa, mesmo que haja desproporção entre a gravidade da culpa e o dano.

(d) independe de culpa do autor do dano, desde que provado o nexo causal.

(e) só será paga pelo empregador em razão de danos causados por seus empregados, se provado que obrou com culpa na escolha deles ou não os vigiou devidamente.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

21.30 TRF 2ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.857

Origem

A respeito das obrigações de dar, considere:

I. Deteriorada a coisa, não sendo o devedor culpado, poderá o credor resolver a obrigação, ou aceitar a coisa, abatido de seu preço o valor que perdeu.

II. Se a obrigação for de restituir coisa certa e sobrevier melhoramento ou acréscimo à coisa, sem despesa ou trabalho do devedor, lucrará o credor, desde que indenize o devedor.

III. Nas coisas determinadas pelo gênero e pela quantidade, a escolha pertencerá ao credor, se o contrário não resultar do título da obrigação. Está correto o que consta APENAS em

TRF 2ª:: Analista Judiciário -
Execução de Mandados
FCC
2007

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

- (a) I.
 - (b) I e II.
 - (c) I e III.
 - (d) II e III.
 - (e) III.
-

21.31 TRF 4ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.858

Origem

A respeito das Obrigações considere:

I. Nas obrigações de dar coisa certa, os frutos percebidos são do devedor, cabendo ao credor os pendentes.

II. Nas obrigações de dar coisa incerta, antes da escolha, não poderá o devedor alegar perda ou deterioração da coisa, ainda que por força maior ou caso fortuito.

III. Nas obrigações de fazer, se a prestação do fato tornar-se impossível sem culpa do devedor, resolver-se-á a obrigação.

IV. Em regra, nas obrigações de dar coisa incerta determinadas pelo gênero e pela quantidade, a escolha pertence ao credor.

De acordo com o Código Civil brasileiro, está correto o que consta APENAS em

TRF 4ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2007

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

- (a) I, II e III.
- (b) I, II e IV.
- (c) I e III.
- (d) II, III e IV.
- (e) III e IV.

21.32 Defensoria Pública-SP :: Defensor Público

Q.859

Origem

Cada sócio responde pelo valor de sua quota e todos terão responsabilidade solidária pela integralização do capital social. Após esta integralização do capital, se a sociedade vier a sofrer perdas irreparáveis em razão das operações efetivadas, proceder-se-á à redução do capital social, diminuindo-se proporcionalmente o valor nominal das quotas de cada sócio. As características acima correspondem à

Defensoria Pública-SP :: Defensor
Público
FCC
2007

Assuntos relacionados

- (a) sociedade em comandita simples.
- (b) sociedade em conta de participação.
- (c) sociedade em nome coletivo.
- (d) sociedade limitada.
- (e) cooperativa.

Sociedade personificada

21.33 TCE-MG :: Procurador do MP

Q.860

Origem

Quatro médicos resolveram criar uma sociedade por ações para a prestação de serviços hospitalares. Esta sociedade será

TCE-MG :: Procurador do MP
FCC
2007

Assuntos relacionados

- (a) personificada e simples.
- (b) não personificada e empresária.
- (c) personificada e empresária.
- (d) não personificada e simples.
- (e) personificada, podendo, porém, ser simples ou empresária, conforme o órgão em que vier a ser registrada.

Sociedade personificada

21.34 MPU :: Técnico - Administrativa

Q.861

Origem

A respeito das pessoas jurídicas analise:

I. As autarquias, os partidos políticos e as organizações religiosas são pessoas jurídicas de direito público interno.

II. Em regra, se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões se tomarão pela maioria de votos dos presentes.

III. Se a administração da pessoa jurídica vier a faltar, o juiz, a requerimento de qualquer interessado, nomear-lhe-á administrador provisório.

IV. As fundações somente poderão constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.

É correto o que consta APENAS em

- (a) I, II e III.
- (b) I, II e IV.
- (c) II e III.
- (d) II, III e IV.
- (e) II e IV.

MPU :: Técnico - Administrativa
FCC
2007

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

21.35 TJ-PE :: Técnico Judiciário

Q.862

Origem

A pessoa jurídica

(a) que tiver administração coletiva, terá suas decisões tomadas, em regra, por dois terços dos presentes, salvo se o ato constitutivo dispuser de modo diverso.

(b) pode ser exclusivamente de direito público interno e de direito privado.

(c) estará obrigada pelos atos de seus administradores, exercidos ou não no limite de seus poderes definidos no ato constitutivo.

(d) não subsistirá para fins de liquidação após a sua dissolução.

(e) terá assegurada a proteção dos direitos da personalidade, no que couber.

TJ-PE :: Técnico Judiciário
FCC
2007

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

21.36 TRT 11ª: Juiz do Trabalho Substituto

Q.863

Origem

A desconsideração da personalidade jurídica, segundo o direito positivo vigente, visa

TRT 11ª: Juiz do Trabalho
Substituto
FCC
2007

(a) anular, por ato do Juiz, os negócios jurídicos realizados pela pessoa jurídica com desvio de finalidade ou quando houver abuso de poder por parte dos administradores.

(b) extinguir a pessoa jurídica quando agir com desvio de finalidade ou ocorrer confusão patrimonial.

(c) estender, por ato do Juiz ou de autoridade administrativa, os efeitos de certas relações de obrigações aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.

(d) estender, por ato do Juiz, os efeitos de certas relações de obrigações aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.

(e) estender, por ato do Juiz e somente em ação autônoma proposta pelo Ministério Público ou por qualquer interessado, os efeitos de certas relações de obrigações aos bens particulares de sócios e administradores de pessoa jurídica, nos casos de desvio de finalidade ou confusão patrimonial.

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

21.37 Defensoria Pública-SP :: Defensor Público

Q.864

Origem

Princípio que consagra o direito da pessoa capaz, de manifestar sua vontade e de dispor gratuitamente do próprio corpo, no todo ou em parte, após a sua morte, com objetivo científico ou terapêutico é chamado pela doutrina de princípio

Defensoria Pública-SP :: Defensor
Público
FCC
2007

(a) da beneficência altruísta.

(b) do consenso beneficente.

(c) do consenso afirmativo.

(d) do consentimento válido.

(e) da autonomia de vontade.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

Q.865

Origem

João, solteiro e sem ascendentes ou descendentes, desapareceu de seu domicílio há 06 meses e não há notícias de seu paradeiro. Não deixou representante ou procurador para a administração dos seus bens. À luz do Direito vigente, é correto afirmar:

Defensoria Pública-SP :: Defensor
Público
FCC
2007

(a) O requerimento de ausência só poderá ser formulado por parente até o terceiro grau ou pelo Ministério Público.

(b) Será nomeado um curador pelo juiz para gerir a pessoa do ausente e seus bens.

(c) O curador, nomeado pelo juiz, prosseguirá como representante legal da herança, mesmo aparecendo herdeiros.

(d) Em se passando 2 (dois) anos, poderão os interessados requerer a declaração de ausência, abrindo-se provisoriamente a sucessão.

(e) Poderá ser declarada a sucessão definitiva de João, 10 (dez) anos após transitada em julgado a sentença que concedeu a sucessão provisória.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

21.38 MPU :: Técnico - Administrativa

Q.866

Origem

Poderão os interessados requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão se decorrido

MPU :: Técnico - Administrativa
FCC
2007

- (a) um ano da arrecadação dos bens do ausente, ou, se ele deixou representante ou procurador, em se passando seis meses.
- (b) um ano da arrecadação dos bens do ausente, ou, se ele deixou representante ou procurador, em se passando três anos.
- (c) seis meses da arrecadação dos bens do ausente, ou, se ele deixou representante ou procurador, em se passando um ano.
- (d) seis meses da arrecadação dos bens do ausente, inclusive se tiver deixado representante ou procurador.
- (e) três anos da arrecadação dos bens do ausente, ou, se ele deixou representante ou procurador, em se passando seis meses.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

Q.867

Origem

Em uma sala encontram-se cinco pessoas: Mário, Maria, Márcia, Mariana e Marcos. Mário é pródigo; Maria, por causa transitória, não pode exprimir sua vontade; Márcia é excepcional, sem desenvolvimento mental completo; Mariana, por deficiência mental, tem o discernimento reduzido e Marcos conta com dezessete anos de idade. É absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

MPU :: Técnico - Administrativa
FCC
2007

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

- (a) Maria
- (b) Mário
- (c) Márcia
- (d) Mariana
- (e) Marcos

21.39 TCE-MG :: Técnico de Controle Externo

I

Q.868

Origem

Sobre os direitos da personalidade, considere as seguintes afirmações:
I. exceto nos casos previstos em lei, são intransmissíveis e irrenunciáveis.
II. sujeitam-se a prazos prescricionais, mas não a prazos decadenciais.
III. não se reconhece lesão a direitos da personalidade, se o suposto ofendido já for morto.
IV. a proteção dos direitos da personalidade em algumas hipóteses se aplica às pessoas jurídicas.
V. é validade, com objetivo científico, a disposição total ou parcial do corpo para depois da morte, a título gratuito ou oneroso. Está correto o que se afirma APENAS em

TCE-MG :: Técnico de Controle
Externo I
FCC
2007

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

- (a) I e II.
- (b) I e IV.
- (c) II e III.
- (d) II e V.
- (e) III e IV.

21.40 TJ-AL :: Juiz Substituto

Q.869

Origem

A respeito do nome civil considere as seguintes afirmações:

I. Toda pessoa tem direito ao nome, nele não se compreendendo, porém, o sobrenome.

II. O interessado, no primeiro ano após ter atingido a maioridade civil, poderá alterar o nome, desde que não prejudique os apelidos de família.

III. O prenome é imutável e não pode ser substituído em nenhuma circunstância por apelidos.

IV. Admite-se a substituição do prenome em razão de fundada coação ou ameaça decorrente da colaboração com a apuração de crime.

V. Poderá ser averbado no registro civil nome abreviado usado em qualquer atividade profissional. Estão corretas

TJ-AL :: Juiz Substituto

FCC

2007

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

- (a) I, II e III.
- (b) I, III e IV.
- (c) II, III e IV.
- (d) II, IV e (V.)
- (e) III, IV e (V.)

21.41 TJ-PE :: Oficial de Justiça

Q.870

Origem

Nos termos preconizados pelo Código Civil são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil

TJ-PE :: Oficial de Justiça

FCC

2007

- (a) os maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos.
- (b) os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- (c) os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
- (d) os viciados em tóxicos com discernimento reduzido.
- (e) os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

21.42 TJ-PE :: Técnico Judiciário

Q.871

Origem

São incapazes, relativamente, a certos atos, ou à maneira de os exercer:

TJ-PE :: Técnico Judiciário

FCC

2007

- (a) os que, por enfermidade, não tiverem o discernimento necessário para a prática de atos da vida civil.
- (b) os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- (c) os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
- (d) os indivíduos com dezessete anos de idade, emancipados pelos pais.
- (e) os menores de dezesseis anos.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

21.43 TRE-MS :: Analista Judiciário - Administrativa

Q.872

Origem

De acordo com o Código Civil, cessará para o menor a incapacidade civil pela emancipação a partir dos dezesesseis anos completos,

TRE-MS :: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2007

- (a) pela concessão de um dos pais, na falta do outro, mediante procedimento de jurisdição voluntária, até final homologação judicial.
- (b) pela concessão de ambos os pais, mediante instrumento público, devidamente homologado pelo juiz.
- (c) pela concessão de ambos os pais, mediante instrumento particular, independentemente de homologação judicial.
- (d) por concessão do tutor, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial.
- (e) por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor estiver sob o regime da tutela.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

21.44 TRE-MS :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.873

Origem

No que concerne aos direitos da personalidade é correto afirmar que

TRE-MS :: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2007

- (a) o pseudônimo adotado para atividades lícitas e ilícitas goza da proteção que se dá ao nome.
- (b) a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte, é válida com objetivo altruístico.
- (c) é lícito o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, mesmo se não houver exigência médica.
- (d) eles são intransmissíveis e irrenunciáveis, em regra, mas o seu exercício poderá sofrer limitação voluntária.
- (e) em se tratando de pessoa pública o nome desta poderá ser utilizado em propaganda comercial, ainda que sem autorização.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

21.45 TRE-PB :: Analista Judiciário - Administrativa

Q.874

Origem

A respeito da personalidade e capacidade das pessoas naturais, é correto afirmar que

TRE-PB :: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2007

- (a) são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- (b) cessará, para os menores, a incapacidade pela colação de grau em curso de ensino médio.
- (c) presume-se a morte, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão provisória.
- (d) são relativamente incapazes os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil.
- (e) o pseudônimo adotado para atividades lícitas não goza da mesma proteção dada ao nome.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

21.46 TRF 1 :: Técnico Judiciário - Administrativa

Q.875

Origem

A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil. De acordo com o Código Civil Brasileiro, cessará, para os menores, a incapacidade

TRF 1 :: Técnico Judiciário -
Administrativa
FCC
2007

- (a) pelo exercício de emprego público temporário.
- (b) pela concessão dos pais, se o menor tiver quatorze anos completos.
- (c) pelo casamento.
- (d) pela colação de grau em curso de ensino médio.
- (e) pela aquisição de imóvel.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

21.47 TRF 2ª:: Analista Judiciário - Administrativa

Q.876

Origem

Maurice, francês, casou-se com Jeanne, espanhola. Morou algum tempo no Brasil, onde adquiriu bens imóveis. Dessa união nasceu um filho brasileiro, José. Posteriormente, Maurice faleceu na França, onde era domiciliado. Nesse caso, de acordo com a Lei de Introdução ao Código Civil brasileiro, a sucessão dos bens que Maurice adquiriu em vida no Brasil será regulada pela lei

TRF 2ª:: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2007

Assuntos relacionados

- (a) brasileira, se a lei francesa não for mais favorável a José.
- (b) brasileira, seja ou não mais favorável a José.
- (c) francesa, seja ou não mais favorável a José.
- (d) espanhola, se for mais favorável a José.
- (e) espanhola, seja ou não mais favorável a José.

Pessoas naturais

21.48 TRT 11ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.877

Origem

Cessar, para os menores, a incapacidade pela concessão

TRT 11ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
FCC
2007

- (a) do pai ou da mãe isolada ou conjuntamente, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.
- (b) dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, ou particular, firmado juntamente com duas testemunhas, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.
- (c) dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.
- (d) dos pais, ou de um deles, ou do tutor se o menor não estiver sob o poder familiar, dependendo, em qualquer caso, de homologação judicial, desde que o menor conte mais de dezesseis anos de idade.
- (e) dos pais em conjunto e por instrumento público, ou mediante sentença do juiz, se houver discordância entre eles ou se o menor estiver sob tutela, desde que conte mais de catorze anos de idade.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

21.49 Defensoria Pública-SP :: Defensor Público

Q.878

Origem

Cláusula inserida na compra e venda, pelo qual o vendedor se reserva o direito de reaver, em certo tempo, o bem alienado, tem efeitos reais e só pode ser exercida durante um prazo de caducidade de, no máximo, 3 anos, a partir da data da venda. Este enunciado diz respeito ao ato negocial:

Defensoria Pública-SP :: Defensor Público
FCC
2007

- (a) venda a contento.
- (b) preempção.
- (c) pacto comissório.
- (d) pactum reservati dominii.
- (e) retrovenda.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

21.50 PM São Paulo :: Auditor Fiscal Tributário Municipal

Q.879

Origem

Determinado município celebra contrato de locação, na qualidade de locatário, de imóvel urbano destinado à instalação de posto de saúde. No decorrer da execução do contrato, constata-se diversas falhas estruturais nos alicerces do imóvel, que impedem a sua utilização. Neste caso, o

PM São Paulo :: Auditor Fiscal Tributário Municipal
FCC
2007

- (a) proprietário deverá efetuar a reparação, porque responde pela evicção.
- (b) Município poderá efetuar a reparação por conta própria, ressarcindo-se posteriormente perante o proprietário.
- (c) proprietário poderá efetuar a reparação por conta própria, ressarcindo-se posteriormente perante o Município.
- (d) dever de reparar o imóvel depende de expressa previsão contratual, atribuindo-o a uma das partes.
- (e) dever de reparar o imóvel depende de haver sido expressamente previsto, como condição da licitação destinada à locação do imóvel.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.880

Origem

Desejando guardar móveis e eletrodomésticos inservíveis, Cláudio contrata a empresa denominada "Armazéns Gerais Ltda.", pelo prazo certo de 12 (doze) meses. Passado esse período, resolve retirar os bens, mas foi impedido de fazê-lo pela empresa porque não havia pago a retribuição devida, relativa aos últimos dois meses. Além disso, um dos bens armazenados continha substâncias tóxicas que vazaram e contaminaram bens de outros proprietários, que foram indenizados pela empresa depositária. Nesse caso, a retenção dos bens de Cláudio é providência

PM São Paulo :: Auditor Fiscal
Tributário Municipal
FCC
2007

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

- (a) lícita, para garantia do pagamento da retribuição e para o ressarcimento dos danos causados.
- (b) lícita apenas para garantia do pagamento da retribuição, mas não para o ressarcimento dos danos causados.
- (c) lícita apenas para o ressarcimento dos danos causados, mas não para o pagamento da retribuição.
- (d) ilícita, tendo Cláudio direito à restituição dos bens por suas próprias forças.
- (e) ilícita, tendo Cláudio direito à indenização correspondente ao valor dos bens depositados.

21.51 TJ-AL :: Juiz Substituto

Q.881

Origem

Extingue-se o mandato pela revogação

TJ-AL :: Juiz Substituto
FCC
2007

- (a) que, entretanto, é vedada se o mandato tiver prazo certo de vigência.
- (b) salvo se contiver cláusula de irrevogabilidade, ainda que o mandante se disponha a pagar perdas e danos.
- (c) mas conferido o mandato com a cláusula "em causa própria", a sua revogação não terá eficácia, nem se extinguirá pela morte de qualquer das partes.
- (d) exceto se a procuração revestir a firma de escritura pública.
- (e) mas por revogado não se considera o mandato anterior pela simples comunicação ao mandatário da nomeação de outro para o mesmo negócio.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.882

Origem

A fiança dar-se-á por escrito e não admite interpretação extensiva

TJ-AL :: Juiz Substituto
FCC
2007

- (a) e, sendo o fiador casado, sob qualquer regime de bens, depende da anuência do outro cônjuge.
- (b) mas, não sendo limitada, compreenderá todos os acessórios da dívida principal, inclusive as despesas judiciais, desde a citação do fiador.
- (c) entretanto, decorre de lei a solidariedade existente entre o fiador e o devedor principal.
- (d) não podendo também ser estipulada sem o consentimento do devedor ou contra sua vontade.
- (e) e em nenhuma hipótese será suscetível de fiança a obrigação nula.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

21.52 TRT 11ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.883

Origem

A prestação de serviço NÃO se poderá convencionar por

TRT 11ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
FCC
2007

(a) instrumento particular quando qualquer das partes não souber ler nem escrever.

(b) prazo indeterminado, sob pena de nulidade do contrato.

(c) mais de quatro anos, embora o contrato tenha por causa o pagamento de dívida de quem o presta, ou se destine à execução de certa e determinada obra.

(d) mais de três anos, embora se destine à execução de certa e determinada obra.

(e) tempo inferior a um ano, sob pena de nulidade do contrato.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.884

Origem

Antonio é empregado de Pedro & Cia Ltda., tendo a empregadora a ele cedido imóvel residencial, em locação, pelo prazo de doze meses. Findo este prazo,

TRT 11ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
FCC
2007

(a) o locador somente poderá vir a retomar o imóvel depois de transcorridos cinco anos de ocupação, mesmo que a ocupação do imóvel esteja relacionada com o emprego e extinto o contrato de trabalho, porque se trata de locação residencial.

(b) o locador, devendo valer-se de ação de despejo, poderá retomar o imóvel, se extinto o contrato de trabalho e se a ocupação do imóvel estiver relacionada com o seu emprego.

(c) o locador poderá valer-se de ação de reintegração de posse para retomar o imóvel, depois de o empregado haver sido notificado para desocupá-lo em trinta dias.

(d) o locador poderá obter liminar para desocupação em quinze dias, na ação de despejo, ainda que vigente o contrato de trabalho e a ocupação do imóvel esteja relacionada com o emprego.

(e) o locador somente poderá retomar o imóvel por falta de pagamento, se o empregado continuar a ocupação depois de extinto o contrato de trabalho.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.885

Origem

O credor pode ceder o seu crédito, se a isso não se opuser a natureza da obrigação, a lei, ou a convenção com o devedor,

TRT 11ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
FCC
2007

(a) e, ainda que onerosa a cessão, o cedente não responde pela existência do crédito ao tempo em que o cedeu.

(b) e o crédito, mesmo penhorado, pode ser transferido pelo credor que tiver conhecimento da penhora; mas o devedor que o pagar, não tendo notificação dela, fica exonerado, subsistindo somente contra o credor os direitos de terceiro.

(c) mas, salvo estipulação em contrário, o cedente responde pela solvência do devedor.

(d) mas o crédito, uma vez penhorado, não pode mais ser transferido pelo credor que tiver conhecimento da penhora; mas o devedor que o pagar, não tendo notificação dela, fica exonerado, subsistindo somente contra o credor os direitos de terceiro.

(e) mas o cedente, na cessão onerosa, sempre fica responsável pela existência do crédito ao tempo em que o cedeu e pela solvência do devedor.

Assuntos relacionados

Transmissão das obrigações

21.53 TCE-MG :: Procurador do MP

Q.886

Origem

A respeito da quitação, é correto afirmar que

TCE-MG :: Procurador do MP
FCC
2007

- (a) sempre poderá ser verbal, desde que presentes duas testemunhas.
- (b) sempre poderá ser dada por instrumento particular, ainda que a dívida tenha se originado de negócio celebrado por escritura pública, com garantia hipotecária.
- (c) terá de ser dada por instrumento público, se o negócio a que se referir for celebrado por instrumento público.
- (d) designará o valor e a espécie da dívida quitada, o nome do devedor, ou quem por este pagou, o tempo e o lugar do pagamento, com a assinatura do credor, ou do seu representante, não podendo esses requisitos serem supridos, ainda que dos termos do documento ou das circunstâncias resultem haver sido paga a dívida.
- (e) sendo o pagamento em quotas periódicas, a quitação da última estabelece presunção absoluta de estarem solvidas as anteriores.

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

21.54 TJ-AL :: Juiz Substituto

Q.887

Origem

Efetuar-se-á o pagamento no domicílio

TJ-AL :: Juiz Substituto
FCC
2007

- (a) de quem indicado expressamente no contrato e sendo designados dois ou mais lugares, cabe ao devedor escolher entre eles.
- (b) do credor, salvo se as partes convencionarem diversamente, ou se o contrário resultar da lei, da natureza da obrigação ou das circunstâncias.
- (c) do credor, mas se o pagamento consistir na tradição de um imóvel, ou em prestações relativas a imóvel, far-se-á no lugar onde situado o bem.
- (d) de quem indicado expressamente no contrato, e, por isto, ainda que reiteradamente feito em outro local, não faz presumir a renúncia do credor ao previsto no instrumento contratual, que faz lei entre as partes.
- (e) do devedor, salvo se as partes convencionarem diversamente, ou se o contrário resultar da lei, da natureza da obrigação ou das circunstâncias.

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

21.55 TRF 4ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.888

Origem

Segundo as normas previstas pelo Código Civil brasileiro, com relação ao objeto do pagamento e sua prova, é correto afirmar:

TRF 4ª:: Analista Judiciário -
Execução de Mandados
FCC
2007

- (a) O credor não é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, exceto ser for mais valiosa.
- (b) O devedor que paga tem direito à quitação regular, e pode reter o pagamento, enquanto não lhe seja dada.
- (c) Se a obrigação tiver por objeto prestação divisível, pode o credor ser obrigado a receber por partes, inclusive se assim não se estiver ajustado.
- (d) É ilícito, em qualquer hipótese, convencionar o aumento progressivo de prestações sucessivas.
- (e) Em regra, presumem-se a cargo do credor as despesas com o pagamento e a quitação.

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

21.56 TRF 4ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.889

Origem

De acordo com o Código Civil brasileiro, só terá eficácia o pagamento que importar transmissão da propriedade quando feito por quem possa alienar o objeto em que ele consistiu. Se se der em pagamento coisa fungível,

TRF 4ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2007

- (a) poderá reclamar do credor que, mesmo de boa-fé, a tenha recebido e consumido, tendo ou não o solvente o direito de aliená-la.
- (b) poderá reclamar do credor que, mesmo de boa-fé, a tenha recebido e consumido, ainda que o solvente não tivesse o direito de aliená-la.
- (c) poderá reclamar do credor que, mesmo de boa-fé, a tenha recebido e consumido, exceto se o solvente não tivesse o direito de aliená-la.
- (d) não se poderá mais reclamar do credor que, de boa-fé, a recebeu e consumiu, exceto se o solvente não tivesse o direito de aliená-la.
- (e) não se poderá mais reclamar do credor que, de boa-fé, a recebeu e consumiu, ainda que o solvente não tivesse o direito de aliená-la.

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

21.57 TRT 11ª: Juiz do Trabalho Substituto

Q.890

Origem

Salvo se as partes convencionarem diversamente, ou se o contrário resultar da lei, da natureza da obrigação ou das circunstâncias, efetuar-se-á o pagamento no domicílio do

TRT 11ª: Juiz do Trabalho
Substituto
FCC
2007

- (a) devedor e o pagamento reiteradamente feito em outro lugar não faz presumir renúncia do credor relativamente ao previsto no contrato.
- (b) credor mas o pagamento reiteradamente feito em outro lugar faz presumir renúncia do credor relativamente ao previsto no contrato.
- (c) devedor ou do credor, indistintamente e à escolha do devedor.
- (d) credor, ou do devedor, indistintamente e à escolha do credor.
- (e) devedor e o pagamento reiteradamente feito em outro lugar faz presumir renúncia do credor relativamente ao previsto no contrato.

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

Q.891

Origem

Considere as seguintes afirmativas sobre o bem de família:

- I. Não havendo instituição voluntária e possuindo os cônjuges mais de um imóvel residencial, será considerado bem de família o de menor valor.
- II. Poderá haver instituição voluntária, por testamento, compreendendo o imóvel de maior valor entre os que possuírem os instituidores, mas não poderá ultrapassar um terço do patrimônio líquido ao tempo da instituição.
- III. Poderá consistir de prédio rústico ou urbano.
- IV. Quando instituído por escritura pública compreenderá apenas um imóvel residencial, urbano ou rústico, ficando excluídos dessa proteção quaisquer bens móveis ou valores mobiliários.
- V. A proteção legal não abrangerá qualquer peça do mobiliário que guarneça a moradia. Está correto o que se afirma APENAS em

TRT 11ª: Juiz do Trabalho
Substituto
FCC
2007

Assuntos relacionados

Bem de família

- (a) I, II e III.
- (b) I, II e IV.
- (c) II, III e IV.
- (d) II, IV e V.
- (e) III, IV e V.

21.58 MPU :: Analista - Processual

Q.892

Considere as seguintes assertivas a respeito da dissolução da sociedade e do vínculo conjugal:

I. A separação judicial pode ser pedida se um dos cônjuges provar ruptura da vida em comum há mais de um ano e a impossibilidade de sua reconstituição.

II. A separação judicial põe termo aos deveres de coabitação e fidelidade recíproca e ao regime de bens.

III. O divórcio poderá ser requerido, por um ou por ambos os cônjuges, no caso de comprovada separação de fato por mais de dois anos.

IV. O divórcio não pode ser concedido sem que haja prévia partilha de bens, por expressa disposição legal.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (a) I e III.
- (b) I, II e III.
- (c) I, II e IV.
- (d) II, III e IV.
- (e) III e IV.

Origem

MPU :: Analista - Processual
FCC
2007

Assuntos relacionados

Casamento

21.59 TJ-PE :: Técnico Judiciário

Q.893

Considere as afirmativas abaixo sobre domicílio civil.

I. Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde for encontrada.

II. Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, apenas sua sede será considerada domicílio para quaisquer atos praticados.

III. Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso.

IV. Nos contratos escritos, o domicílio deve ser necessariamente o local da residência dos contraentes. É correto o que se afirma APENAS em:

- (a) I e II.
- (b) I, II e III.
- (c) I e III.
- (d) II e III.
- (e) III e IV.

Origem

TJ-PE :: Técnico Judiciário
FCC
2007

Assuntos relacionados

Domicílio

21.60 TRF 1 :: Técnico Judiciário - Administrativa

Q.894

Origem

Segundo as normas preconizadas no Código Civil Brasileiro, com relação ao domicílio é INCORRETO afirmar:

TRF 1 :: Técnico Judiciário -
Administrativa
FCC
2007

- (a) Quanto às pessoas jurídicas, o domicílio da União é o Distrito Federal.
- (b) O domicílio do militar da Marinha é o local em que o navio estiver matriculado.
- (c) Se a pessoa natural exercer profissão em lugares diversos, cada um deles constituirá domicílio para as relações que lhe corresponderem.
- (d) Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.
- (e) Em regra, muda-se o domicílio, transferindo a residência, com a intenção manifesta de o mudar.

Assuntos relacionados

Domicílio

21.61 TRF 2ª:: Analista Judiciário - Administrativa

Q.895

Origem

O domicílio do

TRF 2ª:: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2007

- (a) servidor público é o lugar onde residia antes da posse no cargo.
- (b) incapaz é o lugar onde residir com ânimo definitivo.
- (c) preso é o lugar onde foi proferida a sentença condenatória.
- (d) militar da aeronáutica é o lugar onde residir a sua família.
- (e) marítimo é o lugar onde o navio estiver matriculado.

Assuntos relacionados

Domicílio

21.62 TRT 11ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.896

Origem

José, servidor público federal, sendo proprietário de um imóvel na cidade de São Paulo, alugou-o para Antonio. Findo o prazo contratual e tendo de mudar-se para aquela cidade em razão de transferência, onde proverá cargo efetivo, que deseja exercer durante dois anos, tempo suficiente para obter sua aposentadoria, o locador notificou o locatário, para desocupar a casa. Neste caso, a notificação do locador

TRT 11ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
FCC
2007

Assuntos relacionados

Domicílio

- (a) constitui ato jurídico e José terá apenas residência em São Paulo, mas não terá domicílio.
- (b) e a fixação do domicílio constituem ato jurídico e o domicílio de José será voluntário.
- (c) constitui ato jurídico, mas não é negócio jurídico e José terá domicílio necessário em São Paulo.
- (d) e a fixação do domicílio constituem, respectivamente, negócio jurídico e ato jurídico, e José terá domicílio voluntário.
- (e) e a fixação do domicílio constituem, respectivamente, ato jurídico e negócio jurídico e José terá domicílio voluntário em São Paulo.

21.63 PM São Paulo :: Auditor Fiscal Tributário Municipal

Q.897

Origem

A decretação da falência de empresário individual

PM São Paulo :: Auditor Fiscal
Tributário Municipal
FCC
2007

- (a) opera a extinção das garantias reais constituídas em favor de credores comerciais.
- (b) é providência impossível, porque a falência é instituto aplicável apenas às pessoas jurídicas.
- (c) retira-lhe a administração de seus bens pessoais vinculados ao exercício da empresa.
- (d) tem requisitos diferentes daqueles aplicáveis às sociedades empresárias.
- (e) extingue automaticamente todos os contratos de que for parte.

Assuntos relacionados

Empresário

Q.898

Origem

A notificação do devedor inadimplente é providência indispensável para constituí-lo em mora quando

PM São Paulo :: Auditor Fiscal
Tributário Municipal
FCC
2007

- (a) o credor pretender extinguir a dívida por compensação.
- (b) a obrigação for positiva e líquida e não houver sido cumprida em seu termo.
- (c) se tratar de obrigação proveniente de ato ilícito.
- (d) não houver termo para cumprimento da obrigação.
- (e) a obrigação for negativa.

Assuntos relacionados

Inadimplemento das obrigações

21.64 TJ-AL :: Juiz Substituto

Q.899

Origem

Maria casou-se com José em 20/12/1978, pelo regime da comunhão parcial de bens, com quem teve dois filhos, mas, por testamento cerrado, José reconheceu um filho que teve com outra mulher embora já casado com Maria, sendo que, à época desse casamento, ambos já possuíam grande patrimônio. José faleceu em 15/6/2003, vindo Maria a casar-se, um ano depois, com Antonio, o qual tinha sessenta e cinco anos de idade e que veio a falecer em 20/01/2005, deixando viva sua genitora, Joana. Neste caso, Maria

TJ-AL :: Juiz Substituto
FCC
2007

Assuntos relacionados

Inventário
Partilha

- (a) participará da sucessão de José mas não participará da sucessão de Antonio.
- (b) participará da sucessão de José e de Antonio.
- (c) participará da sucessão de Antonio mas não participará da sucessão de José.
- (d) não participará da sucessão nem de José, nem de Antonio.
- (e) somente participará da sucessão de Antonio, se este deixar bens adquiridos durante o casamento.

21.65 Defensoria Pública-SP :: Defensor Público

Q.900

Origem

Considere as afirmações:

I. As heranças, legados e doações percebidos por um dos cônjuges, a qualquer tempo, antes ou durante a vigência do matrimônio não se comunicam.

II. No regime de participação final nos aqüestos, os bens adquiridos em nome próprio, na vigência da sociedade conjugal, sujeitam-se à compensação e não à divisão.

III. A liberdade é total para disposições quanto ao regime de bens no Código Civil atual, podendo os nubentes escolher um dos contidos no código ou criar novas formas e não há exceções a esta regra.

IV. O entendimento jurisprudencial dominante é no sentido de que a separação de fato não é suficiente para romper o estado condominial, entre os cônjuges, no que se refere aos bens e dívidas, persistindo a comunhão, especialmente no regime de comunhão universal. SOMENTE estão corretas as afirmações

- (a) I e II.
- (b) II e III.
- (c) I, III e IV.
- (d) I, II e III.
- (e) I, II e IV.

Defensoria Pública-SP :: Defensor Público
FCC
2007

Assuntos relacionados

Regime de bens entre os cônjuges

21.66 PM São Paulo :: Auditor Fiscal Tributário Municipal

Q.901

Origem

De acordo com o regime da participação final nos aqüestos,

(a) os bens adquiridos a título oneroso por qualquer dos cônjuges na constância do casamento são considerados de propriedade comum do casal.

(b) a alienação de participações societárias de propriedade exclusiva de um dos cônjuges depende da autorização do outro.

(c) os cônjuges deverão proceder à equalização dos bens adquiridos a título oneroso na constância do casamento, no caso de divórcio.

(d) os bens adquiridos a título gratuito por qualquer dos cônjuges, ainda que anteriormente ao casamento, são considerados de propriedade comum do casal.

(e) cada cônjuge deverá transferir ao outro a metade ideal dos bens adquiridos durante a constância do casamento, no caso de divórcio.

PM São Paulo :: Auditor Fiscal Tributário Municipal
FCC
2007

Assuntos relacionados

Regime de bens entre os cônjuges

21.67 Defensoria Pública-SP :: Defensor Público

Q.902

Origem

No que se refere aos contratos, é correto afirmar:

Defensoria Pública-SP :: Defensor
Público
FCC
2007

- (a) Os princípios da probidade e da boa-fé estão ligados não só à interpretação dos contratos, mas também ao interesse social de segurança das relações jurídicas, uma vez que as partes têm o dever de agir com honradez e lealdade na conclusão do contrato e na sua execução.
- (b) A liberdade de contratar no Direito Brasileiro é absoluta, pois há o princípio da autonomia da vontade, onde se permite às partes pactuar, mediante acordo de vontade, a disciplina de seus interesses.
- (c) O contrato de adesão é um contrato paritário, pois o aderente é tutelado pelos Códigos Civil e de Defesa do Consumidor em relação ao ofertante.
- (d) A compra e venda entre cônjuges, qualquer que seja o regime de casamento, está proibida para evitar a venda fictícia entre marido e mulher na constância do casamento, o que poderia levar à lesão de direitos de terceiros.
- (e) A pena convencional poderá ter efeito pleno iure, mas é necessário ter prova de que houve prejuízo com a inexecução do contrato ou inadimplemento da obrigação.

Assuntos relacionados

Contratos

21.68 MPU :: Técnico - Administrativa

Q.903

Origem

Pode ser enjeitada por vícios ou defeitos ocultos, que a tornem imprópria ao uso a que é destinada, ou lhe diminuam o valor, a coisa recebida em virtude de contrato comutativo. Com relação aos vícios redibitórios é certo que

MPU :: Técnico - Administrativa
FCC
2007

Assuntos relacionados

- (a) o adquirente, em regra, decai do direito de obter a redibição no prazo de sessenta dias se a coisa for móvel, contado da entrega efetiva.
- (b) o alienante restituirá o que recebeu com perdas e danos, inclusive se não conhecia o vício ou defeito da coisa.
- (c) a responsabilidade do alienante subsiste ainda que a coisa pereça em poder do alienatário, se perecer por vício oculto, já existente ao tempo da tradição.
- (d) o adquirente deverá rejeitar a coisa, quando constatado o vício ou defeito oculto, redibindo o contrato, não podendo reclamar abatimento no preço.
- (e) o adquirente, em regra, decai do direito de obter a redibição no prazo de dois anos se a coisa for imóvel, contado da entrega efetiva.

Contratos

21.69 TRE-MS :: Analista Judiciário - Administrativa

Q.904

Origem

No que concerne aos contratos e suas disposições gerais, e de acordo com o Código Civil, é correto afirmar que:

TRE-MS :: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2007

- (a) o prazo para o adquirente reclamar pelos vícios redibitórios inicia-se a partir da entrega efetiva da coisa se o defeito não for oculto, ainda que haja cláusula de garantia.
- (b) o adquirente não pode demandar pela evicção se sabia que a coisa era alheia ou litigiosa.
- (c) deixa de ser obrigatória a proposta se houver retratação do proponente durante o prazo estipulado para aceitação da outra parte.
- (d) a herança de pessoa viva pode ser objeto de contrato.
- (e) nos contratos onerosos o alienante não responde pela evicção se a aquisição da coisa for realizada em hasta pública.

Assuntos relacionados

Contratos

21.70 TRF 1 :: Técnico Judiciário - Administrativa

Q.905

Origem

De acordo com o Código Civil Brasileiro, a coisa recebida em virtude de contrato comutativo pode ser enjeitada por vícios ou defeitos ocultos, que a tornem imprópria ao uso a que é destinada, ou lhe diminuam o valor. Em regra, o adquirente decai do direito de obter a redibição ou abatimento no preço no prazo de

TRF 1 :: Técnico Judiciário -
Administrativa
FCC
2007

Assuntos relacionados

- (a) trinta dias se a coisa for móvel, e de um ano se for imóvel, contado da entrega efetiva.
- (b) sessenta dias se a coisa for móvel, e de seis meses se for imóvel, contado da entrega efetiva.
- (c) trinta dias se a coisa for móvel, e de um ano se for imóvel, contado da celebração do contrato, independentemente da entrega efetiva.
- (d) sessenta dias se a coisa for móvel, e de seis meses se for imóvel, contado da celebração do contrato, independentemente da entrega efetiva.
- (e) noventa dias se a coisa for móvel, e de um ano se for imóvel, contado da entrega efetiva.

Contratos

21.71 TRF 2ª:: Analista Judiciário - Administrativa

Q.906

Origem

No que concerne aos contratos em geral, a proposta de contrato, se o contrário não resultar dos termos dela, da natureza do negócio, ou das circunstâncias do caso, obriga o proponente se,

TRF 2ª:: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2007

- (a) antes dela, chegar ao conhecimento da outra parte a retratação do proponente.
- (b) simultaneamente a ela, chegar ao conhecimento da outra parte a retratação do proponente.
- (c) feita sem prazo a pessoa presente, não foi imediatamente aceita.
- (d) feita sem prazo por telefone, foi imediatamente aceita.
- (e) feita sem prazo a pessoa ausente, tiver decorrido tempo suficiente para chegar a resposta ao seu conhecimento.

Assuntos relacionados

Contratos

21.72 TRF 2ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.907

Origem

A respeito do contrato de mandato é certo que

TRF 2ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2007

- (a) por envolver relação de confiança, o mandato é sempre revogável, não podendo a procuração conter cláusula de irrevogabilidade.
- (b) a outorga do mandato não está sujeita à forma exigida por lei para o ato a ser praticado.
- (c) o mandato presume-se gratuito quando não for estipulada retribuição, ainda que o seu objeto corresponder ao daqueles que o mandatário trata por ofício ou profissão lucrativa.
- (d) o mandatário pode compensar o prejuízo a que deu causa, com os proveitos que, por outro lado, tenha granjeado ao seu constituinte.
- (e) ainda que se outorgue o mandato por instrumento público, pode substabelecer-se mediante instrumento particular.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.908

Origem

A respeito do contrato de compra e venda, é correto afirmar:

TRF 2ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2007

- (a) Se a venda se realizar à vista de amostras, protótipos ou modelos, prevalece sobre estes a matéria pela qual se descrever a coisa no contrato.
- (b) Em decorrência da liberdade de contratar assegurada pelo Código Civil Brasileiro, a fixação do preço pode ser deixada ao arbítrio exclusivo de uma das partes.
- (c) Convencionada a venda sem fixação de preço ou critérios para sua determinação, se não houver tabelamento oficial, entende-se que as partes se sujeitaram ao preço corrente nas vendas habituais do vendedor.
- (d) Não é lícita a compra e venda entre cônjuges com relação a bens excluídos da comunhão, por implicarem em alteração do regime estabelecido por ocasião da celebração do matrimônio.
- (e) Nas coisas vendidas conjuntamente, o defeito oculto de uma autoriza a rejeição de todas.

Assuntos relacionados

Contratos

21.73 TRF 4ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.909

Nos contratos onerosos, o alienante responde pela evicção. Segundo o Código Civil brasileiro, com relação à evicção é correto afirmar:

- (a) A evicção não subsistirá se a aquisição se tenha realizado em hasta pública, havendo dispositivo legal expresso neste sentido.
- (b) Podem as partes, por cláusula expressa, reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção.
- (c) Ocorrendo evicção parcial considerável, caberá somente direito à indenização, não podendo o evicto optar pela rescisão do contrato.
- (d) Pode o adquirente demandar pela evicção, inclusive se sabia que a coisa era alheia ou litigiosa.
- (e) Salvo estipulação em contrário, não tem direito o evicto à indenização dos frutos que tiver sido obrigado a restituir.

Origem

TRF 4ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2007

Assuntos relacionados

Contratos

21.74 PM São Paulo :: Auditor Fiscal Tributário Municipal

Q.910

A recusa ao aceite de uma duplicata de prestação de serviços

- (a) permite ao sacador que a proteste por falta de aceite, como condição para cobrança do respectivo valor face ao endossatário.
- (b) impede que o título circule por meio de endosso, tendo em vista a imperfeição da relação jurídica cambiária.
- (c) dá ao sacador o direito de reputá-la vencida antecipadamente e proceder a sua cobrança judicial, desde que precedida do protesto por falta de pagamento.
- (d) independe de maior formalidade quanto ao prazo e à forma de sua efetivação.
- (e) poderá ser efetuada se os serviços houverem sido prestados de forma comprovadamente viciada.

Origem

PM São Paulo :: Auditor Fiscal
Tributário Municipal
FCC
2007

Assuntos relacionados

Títulos de crédito

21.75 MPU :: Analista - Processual

Q.911

É certo que usufruto

- (a) não se estende, em regra, aos acessórios da coisa e seus acréscidos, por expressa disposição legal.
- (b) pode recair em um ou mais bens exclusivamente imóveis, abrangendo-lhe, no todo ou em parte, apenas os frutos.
- (c) de imóveis constituir-se-á mediante registro no Cartório de Registro de Imóveis, inclusive quando resulte de usucapião.
- (d) gera a obrigação ao usufrutuário de pagar as deteriorações resultantes do exercício regular do direito.
- (e) não pode ser transferido por alienação, mas o seu exercício pode ser cedido por título gratuito ou oneroso.

Origem

MPU :: Analista - Processual
FCC
2007

Assuntos relacionados

Usufruto

21.76 PM São Paulo :: Auditor Fiscal Tributário Municipal

Q.912

Origem

É direito do usufrutuário

PM São Paulo :: Auditor Fiscal
Tributário Municipal
FCC
2007

- (a) alienar o usufruto, a título gratuito ou oneroso.
- (b) a disposição causa mortis do usufruto, por testamento.
- (c) requerer, do nu-proprietário, a consolidação da propriedade em suas mãos a qualquer tempo.
- (d) exonerar-se do pagamento de quaisquer despesas incidentes sobre o bem.
- (e) a percepção de alugueres incidentes durante o usufruto.

Assuntos relacionados

Usufruto

21.77 TJ-AL :: Juiz Substituto

Q.913

Origem

NÃO se submeterão aos efeitos da recuperação judicial os créditos

TJ-AL :: Juiz Substituto
FCC
2007

- (a) com garantia real ou fidejussória.
- (b) existentes mas não vencidos até a data do pedido de recuperação judicial.
- (c) derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidente do trabalho vencidos até a data do pedido de recuperação judicial.
- (d) de quem for titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis, mas durante o prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar do deferimento da recuperação judicial, não será permitida a retirada do estabelecimento do devedor os bens de capital essenciais a sua atividade empresarial.
- (e) em moeda estrangeira, ou cujo indexador esteja vinculado à variação cambial.

Assuntos relacionados

Q.914

Origem

Constitui obrigação dos dirigentes de estabelecimento de ensino fundamental:

TJ-AL :: Juiz Substituto
FCC
2007

- (a) garantir acesso das crianças em geral a todas as formas de criação artística.
- (b) garantir a existência, ao menos, de uma turma em período noturno, de cada ciclo do ensino fundamental.
- (c) comunicar ao Conselho Tutelar os elevados níveis de repetência.
- (d) comunicar ao Conselho Tutelar os casos de indisciplina grave.
- (e) garantir educação universal, válida para qualquer cultura e contexto social.

Assuntos relacionados

Estatuto da criança e do
adolescente

Q.915

Origem

Diana, mãe de Ulisses, entrega seu filho a Cássio e Cassandra, para que seja por eles criado na qualidade de filho. A conduta consubstancia crime punido com privação de liberdade e multa, se efetivado

TJ-AL :: Juiz Substituto
FCC
2007

- (a) mediante paga ou recompensa, sujeitando somente Diana às penas.
- (b) mediante paga ou recompensa, sujeitando somente Cássio e Cassandra às penas.
- (c) com ausência de paga ou recompensa, sujeitando, nesse caso, somente Diana às penas.
- (d) mediante paga ou recompensa, sujeitando Diana, Cássio e Cassandra às penas.
- (e) com ausência de paga ou recompensa, sujeitando, nesse caso, somente Cássio e Cassandra às penas.

Assuntos relacionados

Estatuto da criança e do adolescente

Q.916

Origem

Pedro e Cristina são divorciados. Seus filhos, Miguel, Alessandra e Joana são todos incapazes. A guarda das crianças foi atribuída à Cristina, que reside e é domiciliada em Portugal desde 20 04) No Natal de 2006, Pedro obteve o direito de passar as férias com seus filhos, desde que se deslocasse a Portugal. Ao término do período, e após ter falsificado a autorização da mãe para que as crianças deixassem Portugal, Pedro traz os filhos ao Brasil. A mãe, com base na Convenção da Haia de 1980 sobre seqüestro de crianças, ratificada por ambos os países, entra com medida cautelar de busca e apreensão, visando o retorno dos filhos a Portugal. Essa ação será processada perante a Vara competente

TJ-AL :: Juiz Substituto
FCC
2007

Assuntos relacionados

Estatuto da criança e do adolescente

- (a) da Justiça da Infância e Juventude, por se tratar de crianças em situação irregular.
- (b) da Justiça Federal, por se tratar de questão regulada em tratado internacional.
- (c) da Família, por se tratar de questões entre pais e filhos, com guarda regulada pelo Código Civil.
- (d) da Justiça da Infância e Juventude, por se tratar de questões entre pais e filhos, com guarda regulada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.
- (e) da Família, por se tratar de crianças em situação regular.

Q.917

Origem

Antonio e Maria são pais de Ana, de 6 anos de idade. Após denúncia formalizada pela professora de Ana, o Conselho Tutelar intervém e requer judicialmente o afastamento de Antonio da moradia da família por considerá-lo autor de agressão. Segundo as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, o juiz poderá conceder o afastamento cautelar do agressor em casos de

TJ-AL :: Juiz Substituto
FCC
2007

Assuntos relacionados

Estatuto da criança e do adolescente

- (a) maus-tratos, opressão ou abuso sexual.
- (b) ofensa verbal, ofensa física grave ou má administração dos bens dos filhos menores.
- (c) ofensa física leve, ofensa verbal ou abuso sexual.
- (d) ofensa física leve, abuso sexual ou má administração dos bens dos filhos menores.
- (e) ofensa verbal, ofensa física levíssima ou má administração dos bens dos filhos menores.

Q.918

Origem

Segundo as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, NÃO representa medida de prevenção especial:

TJ-AL :: Juiz Substituto
FCC
2007

- (a) classificação indicativa das atividades de diversão e dos espetáculos públicos.
- (b) proibição de veiculação de programas televisivos de conteúdo não educativo (educacional, artístico, cultural ou informativo) em horário recomendado para o público infanto-juvenil.
- (c) proibição de que crianças e adolescentes tenham acesso a fitas de vídeo e similares, por venda ou aluguel, se o seu conteúdo for impróprio.
- (d) proibição de que crianças e adolescentes matriculem-se em cursos de artes marciais, como judô e karatê.
- (e) imposição de que as revistas e demais publicações voltadas ao público infanto-juvenil sejam isentas de ilustrações, textos e anúncios que instiguem o consumo de álcool, tabaco, armas e munições.

Assuntos relacionados

Estatuto da criança e do adolescente

21.78 TRF 4ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.919

Origem

De acordo com a Lei de Execução Fiscal, se o executado efetuar o depósito do valor exigido em Banco Oficial, no prazo concedido pelo mandado de citação, o prazo para oferecimento de embargos à execução é de

TRF 4ª:: Analista Judiciário -
Execução de Mandados
FCC
2007

- (a) 10 (dez) dias contados a partir da data do depósito.
- (b) 10 (dez) dias contados a partir da data da juntada do comprovante de depósito nos autos.
- (c) 30 (trinta) dias contados a partir da data da juntada do comprovante de depósito nos autos.
- (d) 30 (trinta) dias contados a partir da data do depósito.
- (e) 60 (sessenta) dias contados a partir da data da juntada do comprovante do depósito nos autos.

Assuntos relacionados

Execução fiscal

21.79 TRF 4ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.920

Origem

De acordo com a lei de Execução Fiscal, despachada a petição inicial pelo Magistrado, o executado será citado para pagar a dívida com os juros, multa de mora e encargos na Certidão de Dívida Ativa ou garantir a execução no prazo de

TRF 4ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2007

- (a) 30 dias.
- (b) 15 dias.
- (c) 10 dias.
- (d) 05 dias.
- (e) 48 horas.

Assuntos relacionados

Execução fiscal

21.80 TJ-AL :: Juiz Substituto

Q.921

Constituem obrigações dos estabelecimentos públicos e privados de saúde, relativamente às gestantes, EXCETO:

- (a) identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe.
- (b) manter alojamento conjunto, possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe.
- (c) proceder exames visando o diagnóstico e terapêutica de anormalidade no metabolismo do recém-nascido.
- (d) fornecer declaração de nascido vivo, da qual constarão todas as informações e intercorrências relativas ao parto e ao desenvolvimento do neonato.
- (e) manter banco de leite humano para as hipóteses em que a mãe não puder amamentar o neonato.

Origem

TJ-AL :: Juiz Substituto
FCC
2007

Assuntos relacionados

Direito civil

21.81 TRF 2ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.922

Conceder-se-á habeas data para

- (a) anular ato lesivo à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.
- (b) anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe.
- (c) assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constante de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- (d) proteção de bens e direitos de valor artístico, estético, turístico e paisagístico.
- (e) reparar lesões à ordem econômica, urbanística e à economia popular, bem como a qualquer interesse difuso ou coletivo.

Origem

TRF 2ª:: Analista Judiciário -
Execução de Mandados
FCC
2007

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.923

Sobre o prazo para internação na hipótese de imposição de medida de segurança, considere:

- I. Será indeterminado, perdurando até a cessação da periculosidade.
 - II. Será o mesmo da pena que seria imposta se o réu fosse imputável.
 - III. Deverá ser de no mínimo de 01 (um) a 03 (três) anos.
 - IV. Será no máximo o prazo previsto para a pena privativa de liberdade para o crime praticado.
 - V. Será fixado no máximo o prazo da prescrição em abstrato.
- Está correto o que consta APENAS em

Origem

TRF 2ª:: Analista Judiciário -
Execução de Mandados
FCC
2007

Assuntos relacionados

Direito civil

- (a) I e III.
- (b) I, II e IV.
- (c) II, III e V.
- (d) II e V.
- (e) IV e V.

21.82 TRF 4ª:: Técnico Judiciário - Administrativa

Q.924

Origem

O Juizado Especial Federal visa à obtenção do máximo rendimento da lei com o mínimo de atos processuais. Tal objetivo diz respeito ao princípio

TRF 4ª:: Técnico Judiciário -
Administrativa
FCC
2007

- (a) da legalidade.
- (b) da oralidade.
- (c) da economia processual.
- (d) do contraditório.
- (e) da impessoalidade.

Assuntos relacionados

Juizados

Q.925

Origem

Poderão ser ajuizadas perante o Juizado Especial Federal as causas

TRF 4ª:: Técnico Judiciário -
Administrativa
FCC
2007

- (a) de divisão e demarcação.
- (b) sobre bens imóveis das autarquias e fundações públicas federais.
- (c) que tenham por objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis.
- (d) para anulação ou cancelamento de ato administrativo federal de natureza previdenciária.
- (e) que tenham por objeto a impugnação de sanções disciplinares aplicadas a militares.

Assuntos relacionados

Juizados

21.83 TCE-MG :: Procurador do MP

Q.926

Origem

Considere as seguintes afirmações:

- I. Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.
- II. A contagem do prazo para entrada em vigor das leis que estabeleçam período de vacância far-se-á com a inclusão da data da publicação e do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua consumação integral.

TCE-MG :: Procurador do MP
FCC
2007

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

- (a) As afirmações I e II são corretas.
 - (b) Somente a afirmação I é correta.
 - (c) Somente a afirmação II é correta.
 - (d) As afirmações I e II são incorretas.
 - (e) As afirmações I e II são colidentes entre si e nenhuma delas corresponde a regra jurídica em vigor.
-

21.84 TJ-AL :: Juiz Substituto

Q.927

Origem

"A questão coloca-se sobretudo à face dos facta pendentia, pois com relação aos facta praeterita sempre haveria retroatividade, ao passo que relativamente aos facta futura não há retroatividade possível. Ora, quanto aos primeiros, 'é preciso estabelecer uma separação entre as partes anteriores à data da mudança da legislação, que não poderia ser atingida sem retroatividade, e as partes posteriores, em relação às quais a lei nova, se se lhes deve aplicar, não terá senão um efeito imediato'. Portanto, quando o Legislador declara que lei em vigor 'terá efeito imediato', com isso determina que a lei nova, em princípio, se aplica tanto aos facta futura, como às 'partes posteriores' dos facta pendentia." (R. Limongi França. A Irretroatividade das Leis e o Direito Adquirido . 5ed. São Paulo: Saraiva, 1998 p. 209) O texto doutrinário acima sobre o efeito imediato da lei é

TJ-AL :: Juiz Substituto
FCC
2007

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

(a) incompatível com a Constituição Federal, que determina o respeito ao direito adquirido sem restrição.

(b) compatível com a regra contida na Lei de Introdução ao Código Civil acerca do conflito de leis no tempo e não é incompatível com a Constituição Federal, que determina o respeito ao direito adquirido.

(c) incompatível com a Lei de Introdução ao Código Civil que fixa prazo de vacatio legis, a fim de se resolverem as questões pendentes.

(d) compatível com a Lei de Introdução ao Código Civil, mas incompatível com a Constituição Federal e, por isto, não serve para dirimir qualquer controvérsia acerca do conflito de leis no tempo.

(e) compatível com a Constituição Federal que apenas veda a retroatividade das leis, mas incompatível com a Lei de Introdução ao Código Civil, a qual, entretanto, não prevalece sobre texto constitucional posterior.

21.85 TJ-PE :: Oficial de Justiça

Q.928

Origem

Com relação à vigência e aplicação da lei no tempo e no espaço é correto afirmar:

TJ-PE :: Oficial de Justiça
FCC
2007

(a) as correções a texto de lei já em vigor, em regra, não são consideradas lei nova, tratando-se de meras correções.

(b) salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o Brasil sessenta dias depois de oficialmente publicada.

(c) a lei nova que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, em regra, revoga ou modifica a lei anterior.

(d) em qualquer hipótese a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue, por expressa determinação legal.

(e) se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo para início da vigência começará a correr da nova publicação.

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

21.86 TRE-MS :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.929

Origem

Considere as seguintes assertivas sobre a Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro:

- I. Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país 60 dias depois de oficialmente publicada.
 - II. Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia três meses depois de oficialmente publicada.
 - III. Havendo incompatibilidade entre lei posterior e lei anterior haverá revogação desta última.
 - IV. A correção a texto de lei em vigor não é considerada lei nova.
- É coreto o que se afirma APENAS em:

- (a) I, II e III.
- (b) I, II e IV.
- (c) I e III.
- (d) II e III.
- (e) II, III e IV.

TRE-MS :: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2007

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

21.87 TRE-PB :: Analista Judiciário - Administrativa

Q.930

Origem

No que concerne à vigência e aplicação das leis, de acordo com a Lei de Introdução ao Código Civil, é correto afirmar que

- (a) salvo disposição em contrário, a lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- (b) não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
- (c) a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes modifica a lei anterior.
- (d) a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida nos Estados estrangeiros se inicia dois meses depois de oficialmente publicada.
- (e) as correções a texto de lei já em vigor não consideram-se lei nova.

TRE-PB :: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2007

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

21.88 TRF 2ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.931

Origem

Paulo é equatoriano, domiciliado no Peru e casou-se, no Uruguai, com Maria, Argentina, domiciliada no Uruguai. Logo após a celebração do matrimônio, fixaram domicílio no Brasil. De acordo com a Lei de Introdução ao Código Civil brasileiro, o regime de bens entre os cônjuges obedecerá a lei

TRF 2ª:: Analista Judiciário -
Execução de Mandados
FCC
2007

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

- (a) equatoriana.
- (b) brasileira.
- (c) peruana.
- (d) argentina.
- (e) uruguaia.

21.89 TRF 2ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.932

Origem

De acordo com a Lei de Introdução ao Código Civil brasileiro, é correto afirmar que

TRF 2ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2007

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

- (a) a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga ou modifica a lei anterior.
 - (b) a lei começa a vigorar em todo o País, salvo disposição em contrário, na data da sua publicação.
 - (c) nos estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia três meses depois de oficialmente publicada.
 - (d) a lei revogada sempre se restaura quando a lei revogada tiver perdido a vigência.
 - (e) as correções a texto de lei já em vigor não são consideradas lei nova.
-

21.90 TRT 11ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.933

Origem

Considere as seguintes afirmativas:

I. No direito brasileiro, não haverá repristinação da lei, salvo disposição expressa em contrário.

II. A lei geral sempre revogará tacitamente a lei especial que tratar de matéria pertinente ao mesmo ramo do direito.

III. Somente haverá revogação tácita da lei quando a lei nova for incompatível com a lei anterior.

IV. Se a lei nova regular inteiramente a matéria de que tratava lei anterior, haverá revogação tácita desta.

V. A lei nova que estabelecer disposição especial a par de lei geral já existente não revogará a esta.

Está correto o que se afirma APENAS em

TRT 11ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
FCC
2007

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

- (a) I, II e III.
- (b) I, IV e V.
- (c) II, III e IV.
- (d) II, IV e V.
- (e) III, IV e V.

21.91 Defensoria Pública-SP :: Defensor Público

Q.934

Origem

Sociedade de pessoas voltadas à consecução de atividades econômicas em que todos os sócios, pessoas físicas, responderão, solidária e ilimitadamente, pelas obrigações sociais, podendo os bens particulares dos sócios responder por débitos da sociedade. O enunciado refere-se a

Defensoria Pública-SP :: Defensor
Público
FCC
2007

Assuntos relacionados

- (a) cooperativa.
- (b) sociedade em nome coletivo.
- (c) sociedade em conta de participação.
- (d) sociedade simples.
- (e) sociedade em comandita simples.

21.92 MPU :: Técnico - Administrativa

Q.935

Origem

De acordo com a classificação dos bens adotada pelo Código Civil brasileiro, é correto afirmar:

MPU :: Técnico - Administrativa
FCC
2007

(a) Os rios, mares, estradas, ruas e praças são considerados bens públicos de uso especial.

(b) Consideram-se bens móveis, para os efeitos legais, os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram.

(c) Consideram-se bens imóveis para os efeitos legais, as energias que tenham valor econômico.

(d) São infungíveis os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.

(e) Os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis por determinação da lei ou por vontade das partes.

Assuntos relacionados

Bens

21.93 TRE-MS :: Analista Judiciário - Administrativa

Q.936

Origem

Paulo transitava com seu veículo pela "Avenida Brasil", na cidade "Y" e foi buscar o seu filho na Escola Municipal "Dona Maria". No caminho passou defronte ao fórum da cidade e comarca "Y", vizinho de um terreno desocupado de propriedade da Prefeitura Municipal. De acordo com o Código Civil a "Avenida Brasil", a "Escola Municipal Dona Maria", o "Fórum da Comarca Y" e o "terreno desocupado", todos bens públicos, classificam-se, respectivamente, como

TRE-MS :: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2007

Assuntos relacionados

Bens

(a) de uso comum do povo, dominical, dominical e dominical.

(b) de uso comum do povo, uso especial, uso comum do povo e dominical.

(c) de uso comum do povo, uso especial, uso especial e dominical.

(d) de uso especial, uso especial, uso especial e uso comum do povo.

(e) de uso comum do povo, dominical, dominical e uso especial.

21.94 TRF 1 :: Técnico Judiciário - Administrativa

Q.937

Origem

As praças, os rios e o edifício onde funciona a Prefeitura Municipal são, respectivamente, bens públicos de uso

TRF 1 :: Técnico Judiciário -
Administrativa
FCC
2007

(a) especial, dominical e dominical.

(b) comum do povo, de uso comum do povo e dominical.

(c) comum do povo, dominical e de uso especial.

(d) comum do povo, de uso comum do povo e de uso especial.

(e) especial, de uso comum do povo e dominical.

Assuntos relacionados

Bens

Q.938

Origem

Considere as seguintes assertivas a respeito das classes de bens adotadas pelo Código Civil Brasileiro:

- I. São fungíveis os bens móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- II. Constitui universalidade de direito a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária.
- III. Os bens que formam uma universalidade de fato não podem ser objeto de relações jurídicas próprias.
- IV. Os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis por determinação da lei ou por vontade das partes. Estão corretas SOMENTE

- (a) I e IV.
- (b) II e III.
- (c) I, II e III.
- (d) I, II e IV.
- (e) II, III e IV.

TRF 1 :: Técnico Judiciário -
Administrativa
FCC
2007

Assuntos relacionados

Bens

21.95 TRF 2ª:: Analista Judiciário - Administrativa

Q.939

Origem

Um quilo de ouro é um bem

- (a) móvel, fungível e indivisível.
- (b) imóvel, infungível e divisível.
- (c) móvel, fungível e divisível.
- (d) imóvel, infungível e indivisível.
- (e) móvel, infungível e divisível.

TRF 2ª:: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2007

Assuntos relacionados

Bens

21.96 TRF 2ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.940

Origem

Consideram-se bens imóveis

- (a) os materiais provenientes da demolição de algum prédio.
- (b) os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados.
- (c) os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reintegrarem.
- (d) os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.
- (e) as energias que tenham valor econômico.

TRF 2ª:: Analista Judiciário -
Execução de Mandados
FCC
2007

Assuntos relacionados

Bens

21.97 TRF 2ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.941

Considere:

- I. Praças, ruas e estradas.
 - II. Edifícios destinados a estabelecimentos da administração pública estadual.
 - III. Terrenos destinados a serviços de autarquia municipal.
 - IV. Rios e mares.
- São bens públicos de uso especial os indicados APENAS em

- (a) I, II e III.
- (b) I e IV.
- (c) II.
- (d) II e III.
- (e) III.

Origem

TRF 2ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2007

Assuntos relacionados

Bens

21.98 TRF 3ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.942

Considere os seguintes bens públicos:

- I. Rios e mares.
 - II. Prédio integrante do patrimônio da União.
 - III. Estradas.
 - IV. Terrenos destinados a serviço da administração estadual.
 - V. Ruas e praças. VI. Edifícios destinados a instalação da administração municipal.
- São bens de uso especial os indicados APENAS em

- (a) I, III e V.
- (b) II, V e VI.
- (c) II e III.
- (d) III, IV e V.
- (e) IV e VI.

Origem

TRF 3ª:: Analista Judiciário -
Execução de Mandados
FCC
2007

Assuntos relacionados

Bens

21.99 TRF 4ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.943

Origem

Maria está na praça Beija Flor, em frente ao prédio da prefeitura da cidade de Lagoas, ao lado direito de um terreno baldio que é patrimônio da prefeitura e ao lado esquerdo do prédio da autarquia federal W. De acordo com o Código Civil brasileiro, em regra, a praça, o prédio da Prefeitura, o terreno baldio e o prédio da autarquia federal W são considerados, respectivamente, bens públicos

TRF 4ª:: Analista Judiciário -
Execução de Mandados
FCC
2007

Assuntos relacionados

- (a) dominical, de uso comum do povo, dominical e de uso especial.
- (b) de uso comum do povo, de uso comum do povo, dominical e de uso especial.
- (c) de uso comum do povo, dominical, de uso especial e dominical.
- (d) de uso comum do povo, dominical, dominical e de uso especial.
- (e) de uso comum do povo, de uso especial, dominical e de uso especial.

Bens

Q.944

Origem

Considere:

- I. uma Biblioteca;
- II. um Rebanho;
- III. uma Frota de automóveis;
- IV. uma Herança;
- V. uma Esquadilha.

De acordo com o Código Civil brasileiro, constitui uma universalidade de fato os bens indicados APENAS em

TRF 4ª:: Analista Judiciário -
Execução de Mandados
FCC
2007

Assuntos relacionados

- (a) I, IV e V.
- (b) I e IV.
- (c) I, II e III.
- (d) I, II, III e V.
- (e) II, III e V.

Bens

21.100 TRF 4ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.945

Origem

Analise:

- I. O subsolo correspondente em profundidade útil ao seu exercício.
 - II. As jazidas, minas e demais recursos minerais.
 - III. Os potenciais de energia hidráulica.
 - IV. O espaço aéreo correspondente em altura útil ao seu exercício.
- De acordo com Código Civil brasileiro, a propriedade do solo abrange os itens indicados APENAS em

TRF 4ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2007

Assuntos relacionados

- (a) I, II, e IV.
- (b) I e III.
- (c) I, III e IV.
- (d) I e IV.
- (e) III e IV.

Bens

21.101 Defensoria Pública-SP :: Defensor Público

Q.946

Origem

Em matéria de adoção, é correto afirmar:

Defensoria Pública-SP :: Defensor Público
FCC
2007

- (a) A sentença de adoção possui eficácia ex tunc e portanto é válida a adoção se no curso do processo houver falecimento do adotante.
- (b) A adoção intuitu personae é a regra que vigora na praxe forense das varas que cuidam de adoção, porque atende ao princípio da prevalência dos interesses da criança.
- (c) O Código Civil prevê em um de seus artigos que "não se pode adotar sem o consentimento do adotado ou de seu representante legal se for incapaz ou nascituro", o que leva a doutrina a aceitar a adoção de nascituro de forma pacificada.
- (d) A adoção do maior de 18 anos só pode ocorrer por processo judicial, sendo necessária a participação do Ministério Público e deve ser processada nas varas de família.
- (e) A adoção e a guarda judicial não permitem que a guardiã possa pleitear licença maternidade.

Assuntos relacionados

Q.947

Origem

Na união estável, com relação aos conviventes, é correto afirmar que

Defensoria Pública-SP :: Defensor Público
FCC
2007

- (a) estão incluídos na ordem de vocação hereditária, com todos os direitos e garantias deferidos aos cônjuges.
- (b) há presunção jûris et de jure de que os bens adquiridos de forma onerosa na constância da união são frutos do esforço comum.
- (c) a Lei no 8971/94 não quantificou prazo de convivência e fixou a competência das varas de família para o julgamento dos litígios entre eles.
- (d) o direito aos alimentos foi regulamentado pela Lei no 9278/96.
- (e) é assegurado o direito real de habitação pelo Código Civil de 2003, ao sobrevivente, quando houver a morte do companheiro.

Assuntos relacionados

Q.948

Origem

O relator de Mandado de Segurança de competência originária do Tribunal de Justiça do Estado, por decisão monocrática, indeferiu a petição inicial do mandamus, por reputar incabível o pleito de segurança. Inconformado, o advogado do impetrante, ancorado no artigo 105, II, "b" da CF, interpôs recurso ordinário contra tal decisão, dirigido ao STJ, que também teve seu seguimento denegado pelo mesmo relator, por inadmissível. Quanto ao recurso acima considerado, o relator agiu

Defensoria Pública-SP :: Defensor Público
FCC
2007

- (a) corretamente, pois, nessa hipótese, o recurso cabível seria o agravo de instrumento, no prazo de 10 dias.
- (b) corretamente, pois nessa hipótese o recurso cabível seria o agravo regimental, também chamado de agravo interno, no prazo de 5 dias.
- (c) incorretamente, pois o recurso interposto estava de acordo com o permissivo constitucional.
- (d) incorretamente, já que tolheu ao impetrante o direito de acesso à Câmara julgadora.
- (e) incorretamente, pois, na hipótese em exame, o recurso interposto era o único cabível.

Assuntos relacionados

21.102 MPU :: Analista - Processual

Q.949

Origem

Com relação aos defeitos do negócio jurídico é correto afirmar:

MPU :: Analista - Processual
FCC
2007

(a) O dolo do representante legal de uma das partes, em regra, só obriga o representado a responder civilmente até a importância do proveito que teve.

(b) A transmissão errônea da vontade por meios interpostos não é anulável nos mesmos casos em que o é a declaração direta.

(c) O dolo acidental, em regra, anula o negócio jurídico, mas não obriga à satisfação das perdas e danos.

(d) Ao apreciar a coação, não se terá em conta o sexo, a idade, a condição, a saúde e o temperamento do paciente.

(e) Se ambas as partes procederem com dolo, ambas podem alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

21.103 PM São Paulo :: Auditor Fiscal Tributário Municipal

Q.950

Origem

NÃO é nulo o ato jurídico

PM São Paulo :: Auditor Fiscal
Tributário Municipal
FCC
2007

(a) simulado.

(b) praticado sem observância da forma legal.

(c) praticado por absolutamente incapaz.

(d) praticado com reserva mental, desconhecida da outra parte.

(e) sujeito à condição suspensiva impossível.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.951

Origem

Caio vendeu a Tício imóvel de sua propriedade, pelo preço de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Durante as negociações, Caio mencionou que o imóvel tinha área de 1.000 m² (mil metros quadrados). Todavia, ao ingressar na posse, Tício constatou que a área, na realidade, era de 900 m² (novecentos metros quadrados). Neste caso, Tício

PM São Paulo :: Auditor Fiscal
Tributário Municipal
FCC
2007

(a) não terá direito à restituição proporcional do preço, em nenhuma hipótese.

(b) terá direito à restituição proporcional do preço, se a venda houver sido estipulada ad mensuram .

(c) terá direito à restituição proporcional do preço, se a venda houver sido estipulada ad corpus .

(d) teria direito à restituição proporcional do preço, se a diferença não fosse superior a 1/20 (um vigésimo) da área declarada.

(e) terá direito à restituição proporcional do preço, em qualquer hipótese.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

21.104 TCE-MG :: Técnico de Controle Externo I

Q.952

Origem

Considere as seguintes afirmações:

I. A manifestação da vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento.

II. Nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem.

TCE-MG :: Técnico de Controle
Externo I
FCC
2007

Assuntos relacionados

- (a) Somente a afirmação II é correta.
- (b) Somente a afirmação I é correta.
- (c) As afirmações I e II são corretas.
- (d) As afirmações I e II são incorretas.
- (e) As afirmações I e II são colidentes entre si e nenhuma delas corresponde a regra jurídica em vigor.

Negócio jurídico

21.105 TJ-AL :: Juiz Substituto

Q.953

Origem

O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação

TJ-AL :: Juiz Substituto
FCC
2007

(a) mas convalesce pelo decurso do tempo, porque no direito brasileiro não existem pretensões imprescritíveis.

(b) nem convalesce pelo decurso do tempo, porém se contiver os requisitos de outro negócio jurídico subsistirá este quando o fim a que visavam as partes permitir supor que o teriam querido, se houvessem previsto a nulidade.

(c) mas pode o juiz a requerimento das partes ou do Ministério Público, quando couber intervir, relevar a nulidade para evitar enriquecimento sem causa de uma das partes.

(d) mas não pode o juiz, de ofício, reconhecer a nulidade, exceto se beneficiar menores ou interditos.

(e) salvo no caso de simulação, quando subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância, independentemente da observância da forma prescrita em lei.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

21.106 TJ-PE :: Oficial de Justiça

Q.954

Origem

No que concerne ao negócio jurídico é correto afirmar:

TJ-PE :: Oficial de Justiça
FCC
2007

- (a) a impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.
- (b) basta a existência de agente capaz e objeto lícito, determinado ou determinável, para a validade do negócio jurídico.
- (c) a incapacidade relativa de uma das partes, em regra, pode ser invocada pela outra em benefício próprio.
- (d) a validade da declaração de vontade dependerá, em regra, de forma especial, em razão da subjetividade existente.
- (e) em regra, a manifestação de vontade não subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

21.107 TJ-PE :: Técnico Judiciário

Q.955

Origem

No que concerne ao negócio jurídico, é correto afirmar:

TJ-PE :: Técnico Judiciário
FCC
2007

- (a) a impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.
- (b) a validade da declaração de vontade, em regra, depende de forma especial para produzir efeitos.
- (c) a manifestação de vontade, em regra, não subsiste se o seu autor fez reserva mental de não querer o que manifestou.
- (d) o silêncio importa anuência, inclusive quando o negócio jurídico exigir declaração de vontade expressa.
- (e) os negócios jurídicos, que trazem algum benefício, devem ser interpretados de forma extensiva.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

21.108 TRE-MS :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.956

Origem

De conformidade com o Código Civil é nulo o negócio jurídico

TRE-MS :: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2007

- (a) por vício resultante de lesão.
- (b) praticado por agente relativamente incapaz.
- (c) por vício resultante de fraude contra credores.
- (d) quando for indeterminável o seu objeto.
- (e) se praticado mediante coação.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

21.109 TRE-PB :: Analista Judiciário - Judiciária - Direito

Q.957

Origem

No que concerne ao erro, um dos defeitos do negócio jurídico, é correto afirmar:

TRE-PB :: Analista Judiciário -
Judiciária - Direito
FCC
2007

- (a) O erro será substancial quando sendo de direito e não implicando recusa à aplicação da lei, for o motivo único ou principal do negócio jurídico.
- (b) O falso motivo sempre viciará a declaração de vontade e gerará a anulação do negócio jurídico.
- (c) A transmissão errônea de vontade por meios interpostos não é anulável nos mesmos casos em que o é a declaração direta.
- (d) O erro de indicação da pessoa ou da coisa, a que se referir a declaração de vontade, viciará o negócio jurídico em qualquer hipótese.
- (e) O erro de cálculo poderá gerar a anulação do negócio jurídico, uma vez que restou viciada a declaração de vontade.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

21.110 TRF 1 :: Técnico Judiciário - Administrativa

Q.958

Origem

Considere as seguintes assertivas a respeito da condição, do termo e do encargo dos negócios jurídicos:

TRF 1 :: Técnico Judiciário -
Administrativa
FCC
2007

- I. Em regra, o termo inicial suspende o exercício, bem como a aquisição do direito, havendo disposição legal neste sentido.
- II. Subordinando-se a eficácia do negócio jurídico à condição suspensiva, enquanto esta não se verificar, não se terá adquirido o direito a que ele visa.
- III. Considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.
- IV. O encargo suspende a aquisição e o exercício do direito, salvo quando expressamente imposto no negócio jurídico, pelo disponente, como condição suspensiva. Estão corretas SOMENTE

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

- (a) I e II.
- (b) II e III.
- (c) I e III.
- (d) I, II e IV.
- (e) II, III e IV.

Q.959

Origem

De acordo com o Código Civil Brasileiro, quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa, configurar-se-á

TRF 1 :: Técnico Judiciário -
Administrativa
FCC
2007

- (a) dolo específico e irreversível.
- (b) negócio jurídico impossível.
- (c) fraude contra credores.
- (d) o estado de perigo.
- (e) a lesão.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.960**Origem**

Com relação à invalidade do negócio jurídico é correto afirmar:

TRF 1 :: Técnico Judiciário -
Administrativa
FCC
2007

- (a) Em regra, o negócio jurídico nulo é suscetível de confirmação, e convalesce pelo decurso do tempo.
- (b) Não haverá simulação nos negócios jurídicos quando aparentarem transmitir direitos a pessoas diversas daquelas às quais realmente se transmitem.
- (c) As nulidades devem ser pronunciadas pelo juiz quando conhecer do negócio jurídico e as encontrar provadas, lhe sendo permitido supri-las a requerimento das partes.
- (d) É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.
- (e) É de seis anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contado, no caso de coação, do dia em que ela cessar.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

21.111 TRF 3ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados**Q.961****Origem**

A respeito dos defeitos dos negócios jurídicos, é correto afirmar que

TRF 3ª:: Analista Judiciário -
Execução de Mandados
FCC
2007

- (a) o dolo accidental, a despeito do qual o negócio seria realizado, embora por outro modo, só obriga à satisfação de perdas e danos.
- (b) o erro de cálculo afeta a declaração de vontade e prejudica a validade do negócio jurídico.
- (c) se ambas as partes procederam com dolo, ambas podem alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização.
- (d) o negócio jurídico nulo é suscetível de confirmação e convalesce pelo decurso do tempo.
- (e) o falso motivo, expresso como razão determinante, não vicia a declaração de vontade.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

21.112 TRF 3ª:: Analista Judiciário - Judiciária**Q.962****Origem**

Quando a imposição de encargo ilícito constitui o motivo determinante da liberalidade,

TRF 3ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2007

- (a) invalida-se o negócio jurídico.
- (b) substitui-se o encargo ilícito por outro lícito, a critério do juiz.
- (c) considera-se não escrito o encargo ilícito.
- (d) substitui-se o encargo ilícito por outro lícito, a critério do beneficiário.
- (e) reduz-se a liberalidade à metade do valor estipulado pelo disponente.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

21.113 Defensoria Pública-SP :: Defensor Público

Q.963

Origem

Celestino, pessoa idosa, ajuíza ação de alimentos em face de João, um de seus 6 filhos maiores e capazes, sustentando sua necessidade ao amparo alimentar vindicado e as portentosas condições econômicas do réu em cumprir com o encargo. Em sua defesa, João, além de contrariar o pedido, veicula denúncia da lide em face de seus irmãos, afirmando a necessidade da integração ao feito de todos os co-responsáveis, haja vista tratar-se de obrigação indivisível. Nesse caso,

Defensoria Pública-SP :: Defensor Público
FCC
2007

Assuntos relacionados

- (a) realmente, Celestino deveria direcionar seu pedido em face de todos os co-legitimados em vista da incindibilidade da obrigação alimentar.
- (b) o pleito de intervenção de terceiros se mostrou cabível em virtude do procedimento adequado à espécie.
- (c) a pretensão do réu deveria fundar-se não no pedido de intervenção mas sim de ilegitimidade de parte em razão da existência de litisconsórcio necessário no pólo passivo.
- (d) por ser idoso, Celestino pôde optar entre os alimentantes.
- (e) o pedido de litisdenuciação deveria ter sido veiculado em peça apartada da contestação.

21.114 TCE-MG :: Procurador do MP

Q.964

Origem

"A" é credor de R\$ 1000,00 (mil reais) correspondente a empréstimo feito a "B", vencido há um ano e não pago e, por isto, moveu contra o devedor ação de cobrança. Em sua contestação e porque admitido no procedimento, "B" alegou que a dívida achava-se extinta e que era, na verdade, credor de "A", em razão de negócios anteriores, ocorridos há cinco anos, nos quais "A" obtivera ganhos que caracterizam enriquecimento sem causa, no importe de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e, assim, pediu ao Juiz que condenasse o autor ao pagamento da diferença de R\$ 1000,00 (mil reais). Antes da prolação da sentença, mas depois de escoado o prazo para a réplica, "A" suscitou que o crédito de "B" era inexigível, em virtude da prescrição, que se dera no prazo de três anos e que nenhuma causa houve de suspensão ou interrupção. Neste caso, as alegações de "A" sobre a prescrição devem ser

TCE-MG :: Procurador do MP
FCC
2007

Assuntos relacionados

- (a) desacolhidas, embora a prescrição efetivamente se tenha consumado, porque a prescrição necessariamente deve ser argüida na primeira oportunidade que tem a parte para falar nos autos.
- (b) acolhidas, somente para afastar a cobrança da diferença, mas não a compensação.
- (c) desacolhidas integralmente, porque o negócio jurídico em que se funda a alegação de "B" se deu antes da entrada em vigor do Código Civil de 2002.
- (d) acolhidas, somente para afastar a compensação, mas não a cobrança da diferença.
- (e) integralmente acolhidas.

21.115 TCE-MG :: Técnico de Controle Externo I

Q.965

Origem

No direito brasileiro, quando a lei for omissa o Juiz

TCE-MG :: Técnico de Controle
Externo I
FCC
2007

- (a) não poderá deixar de decidir o caso, e deverá valer-se de outras fontes ou formas de expressão do direito.
- (b) não poderá proferir sentença, tendo de extinguir o processo sem resolução de mérito.
- (c) somente poderá decidir o caso valendo-se da analogia.
- (d) não poderá julgar por equidade, salvo quando autorizado por lei e a matéria versar sobre direito indisponível.
- (e) deverá, necessariamente, julgar o caso de acordo com os precedentes jurisprudenciais.

Assuntos relacionados

Q.966

Origem

Reputa-se litigante de má-fé aquele que

TCE-MG :: Técnico de Controle
Externo I
FCC
2007

- (a) interpuser recurso considerado intempestivo pelo Tribunal.
- (b) deduzir pedido que vier a ser julgado improcedente em primeiro grau de jurisdição e, em segundo grau de jurisdição, o recurso for improvido por unanimidade de votos.
- (c) omitir fatos que o desfavoreçam no processo.
- (d) deixar de produzir as provas necessárias à comprovação de seu direito.
- (e) deduzir pretensão contra fato incontroverso.

Assuntos relacionados

Q.967

Origem

Salvo disposição legal em contrário, os prazos processuais contam-se, quando

TCE-MG :: Técnico de Controle
Externo I
FCC
2007

- (a) a citação for por edital, desde o primeiro dia da dilação assinada pelo Juiz.
- (b) houver vários réus, da data da juntada aos autos de cada mandado citatório cumprido.
- (c) a citação ou intimação for pelo correio, da data do recebimento dela pela parte.
- (d) a citação ou intimação se der por oficial de justiça, da data da juntada aos autos do mandado cumprido.
- (e) o ato se realizar em cumprimento de carta precatória, da data em que o Juiz deprecado determinar sua devolução ao Juiz deprecante.

Assuntos relacionados

21.116 TJ-PE :: Oficial de Justiça

Q.968

Origem

Ocorrendo a revelia, o autor

TJ-PE :: Oficial de Justiça
FCC
2007

(a) não poderá alterar o pedido, ou a causa de pedir, salvo promovendo nova citação do réu, a quem será assegurado o direito de responder no prazo de 10 dias.

(b) poderá alterar o pedido, ou a causa de pedir, independentemente de promover nova citação do réu, uma vez que já ocorreram os efeitos da revelia.

(c) não poderá alterar o pedido, ou a causa de pedir, ainda que promova nova citação do réu, uma vez que já ocorreram os efeitos da revelia.

(d) não poderá alterar o pedido, ou a causa de pedir, salvo promovendo nova citação do réu, a quem será assegurado o direito de responder no prazo de 15 dias.

(e) poderá alterar o pedido, mas não a causa de pedir, independentemente de promover nova citação do réu, uma vez que já ocorreram os efeitos da revelia.

Assuntos relacionados

Q.969

Origem

O juiz

TJ-PE :: Oficial de Justiça
FCC
2007

(a) poderá se eximir de sentenciar ou despachar alegando lacuna ou obscuridade da lei, por expressa determinação legal.

(b) decidirá a lide nos limites em que foi proposta, sendo-lhe defeso conhecer de questões, não suscitadas, a cujo respeito a lei exige a iniciativa da parte.

(c) poderá, no julgamento da lide, recorrer à analogia e aos costumes, sendo, porém, vedada, em qualquer hipótese, a utilização da equidade.

(d) apreciará livremente a prova, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, exceto se não alegados pelas partes.

(e) terá considerada fundada a sua suspeição de parcialidade quando for cônjuge de alguma das partes.

Assuntos relacionados

Q.970

Origem

Verificando o juiz que a petição inicial não preenche os requisitos básicos exigidos no Código de Processo Civil, determinará que o autor a emende, ou a complete, no prazo de 10 dias. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz

TJ-PE :: Oficial de Justiça
FCC
2007

(a) suspenderá o processo por 60 dias, prorrogável por mais 30

(b) suspenderá o processo por 30 dias, prorrogável por mais 30

(c) suspenderá o processo por 90 dias, prorrogável por mais 60

(d) julgará extinto o processo com resolução de mérito.

(e) indeferirá a petição inicial.

Assuntos relacionados

Q.971

Origem

No que concerne à resposta do réu, considere:

I. A desistência da ação, ou a existência de qualquer causa que a extinga, não obsta o prosseguimento da reconvenção.

II. O ônus da impugnação específica dos fatos não se aplica ao advogado dativo, ao curador especial e ao órgão do Ministério Público.

III. Pode o réu, em seu próprio nome, reconvir ao autor, quando este demandar em nome de outrem.

IV. Se o autor desistir da ação quanto a algum réu ainda não citado, o prazo para resposta para os demais réus correrá da juntada dos autos do mandado de citação devidamente cumprido.

É correto o que se afirma APENAS em

- (a) I e II.
- (b) I, II e III.
- (c) I, III e IV.
- (d) II e III.
- (e) II e IV.

TJ-PE :: Oficial de Justiça
FCC
2007

Assuntos relacionados

Q.972

Origem

A citação

TJ-PE :: Oficial de Justiça
FCC
2007

(a) não será realizada, em regra, a quem estiver assistindo a qualquer ato de culto religioso.

(b) será feita pelo correio, para qualquer comarca do País, inclusive, nas ações de estado.

(c) será feita pelo correio, para qualquer comarca do País, inclusive, nos processos de execução.

(d) será feita por hora certa quando, por duas vezes, o oficial de justiça houver procurado o réu em seu domicílio, sem o encontrar.

(e) inicial do réu é indispensável para a validade do processo, e, sendo assim, o comparecimento espontâneo do réu não supre a falta de citação.

Assuntos relacionados

21.117 TJ-PE :: Técnico Judiciário

Q.973

Origem

A reconvenção será oferecida, em regra,

TJ-PE :: Técnico Judiciário
FCC
2007

(a) simultaneamente com a contestação, em forma de preliminar de mérito, no prazo de 30 dias.

(b) simultaneamente com a contestação, em forma de preliminar de mérito, no prazo de 15 dias.

(c) em peça autônoma, no prazo de 10 dias após o oferecimento da contestação, contados da sua protocolização.

(d) em peça autônoma, no prazo de 5 dias após o oferecimento da contestação, contados da sua protocolização.

(e) simultaneamente com a contestação, em peças autônomas, no prazo de 15 dias.

Assuntos relacionados

Q.974

Origem

Se o réu não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor. O réu revel

TJ-PE :: Técnico Judiciário
FCC
2007

- (a) não poderá, em qualquer fase, intervir no processo, sendo este um dos efeitos da revelia.
- (b) poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.
- (c) só poderá intervir no processo antes da realização de qualquer espécie de prova, por expressa determinação legal.
- (d) só poderá intervir no processo após a prolação de sentença, podendo interpor o recurso cabível da decisão.
- (e) só poderá intervir no processo após a realização de todas as provas requeridas pelo autor e desde que não tenha sido proferida sentença.

Assuntos relacionados

Q.975

Origem

Intervindo como fiscal da lei, o Ministério Público terá vista dos autos

TJ-PE :: Técnico Judiciário
FCC
2007

- (a) antes das partes, sendo intimado apenas dos atos decisórios do processo.
- (b) antes das partes, sendo intimado de todos os atos do processo.
- (c) concomitantemente com o autor, sendo intimado de todos os atos do processo.
- (d) concomitantemente com o réu, sendo intimado de todos os atos do processo.
- (e) depois das partes, sendo intimado de todos os atos do processo.

Assuntos relacionados

Q.976

Origem

Reputa-se fundada a suspeição de parcialidade do juiz, quando

TJ-PE :: Técnico Judiciário
FCC
2007

- (a) interveio no processo como mandatário da parte, oficiou como perito ou funcionou como órgão do Ministério Público.
- (b) alguma das partes for credora ou devedora de seu cônjuge ou de parentes deste, em linha reta ou na colateral até o terceiro grau.
- (c) conheceu do processo em primeiro grau de jurisdição, tendo-lhe proferido sentença ou decisão.
- (d) no processo estiver postulando, como advogado da parte, o seu cônjuge ou qualquer parente seu consanguíneo.
- (e) for cônjuge, parente, consanguíneo ou afim, de alguma das partes, em linha reta ou, colateral, até o terceiro grau.

Assuntos relacionados

Q.977

Origem

Com relação a antecipação dos efeitos da tutela de mérito, é correto que

TJ-PE :: Técnico Judiciário
FCC
2007

- (a) concedida ou não a antecipação da tutela, prosseguirá o processo até final julgamento.
- (b) o juiz poderá de ofício antecipar parcialmente os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, quando se convencer da verossimilhança da alegação.
- (c) a tutela antecipada não poderá ser concedida quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso.
- (d) presentes os pressupostos legais, se concederá a antecipação da tutela, inclusive quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado.
- (e) a tutela antecipada poderá ser modificada por decisão fundamentada, mas não poderá, em regra, ser revogada.

Assuntos relacionados

Q.978

Origem

Da decisão que não admitir os embargos infringentes caberá

TJ-PE :: Técnico Judiciário
FCC
2007

- (a) apelação, em quinze dias, para o órgão competente para o julgamento do recurso.
- (b) agravo, em quinze dias, para o órgão competente para o julgamento do recurso.
- (c) apelação, em cinco dias, para o órgão competente para o julgamento do recurso.
- (d) agravo, em cinco dias, para o órgão competente para o julgamento do recurso.
- (e) apelação, em dez dias, para o órgão competente para o julgamento do recurso.

Assuntos relacionados

Q.979

Origem

Indeferida a petição inicial, o autor poderá

TJ-PE :: Técnico Judiciário
FCC
2007

- (a) interpor embargos infringentes, facultado ao juiz reformar sua decisão.
- (b) interpor agravo de instrumento, facultado ao juiz reformar sua decisão.
- (c) apelar, facultado ao juiz reformar sua decisão.
- (d) apelar, sendo defeso ao juiz reformar sua decisão.
- (e) interpor agravo de instrumento, sendo defeso ao juiz reformar sua decisão.

Assuntos relacionados

Q.980

Origem

Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória,

TJ-PE :: Técnico Judiciário
FCC
2007

- (a) dependem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo juiz e revistos pelo servidor quando necessários.
- (b) independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo juiz e revistos pelo servidor quando necessários.
- (c) dependem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessários.
- (d) independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessários.
- (e) dependem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo juiz, não se admitindo qualquer tipo de revisão em razão da característica ordinária do ato.

Assuntos relacionados

Q.981

Origem

Considere as afirmativas abaixo a respeito da capacidade processual.

TJ-PE :: Técnico Judiciário
FCC
2007

- I. O cônjuge somente necessitará do consentimento do outro para propor ações que versem sobre direitos reais imobiliários.
- II. Ambos os cônjuges serão necessariamente citados para as ações que tenham por objeto a extinção de ônus sobre imóveis de um ou de ambos os cônjuges.
- III. A herança jacente ou vacante será representada em juízo, ativa e passivamente por seu curador.
- IV. As sociedades sem personalidade jurídica, quando demandadas, poderão opor a irregularidade de sua constituição. É correto o que se afirma APENAS em:

Assuntos relacionados

- (a) I, II e III.
- (b) I, II e IV.
- (c) II e III.
- (d) II, III e IV.
- (e) III e IV.

21.118 TRF 2ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.982

Origem

O Código de Processo Civil estabelece hipóteses de suspeição e impedimento. Dentre outras situações, está impedido de atuar no processo o perito que

TRF 2ª:: Analista Judiciário -
Execução de Mandados
FCC
2007

- (a) tiver interesse no julgamento da causa em favor de uma das partes.
- (b) for inimigo capital de qualquer das partes.
- (c) for credor de qualquer das partes.
- (d) for parente afim, na linha colateral, em segundo grau, do advogado de qualquer das partes.
- (e) for herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de alguma das partes.

Assuntos relacionados

Q.983

Origem

No que concerne à comunicação dos atos processuais, a respeito das cartas, considere:

I. A carta precatória tem caráter itinerante, sendo que, antes ou depois de lhe ser ordenado o cumprimento, poderá ser apresentada a juízo diverso do que dela consta, a fim de se praticar o ato.

II. A carta de ordem será remetida à autoridade judiciária estrangeira, via diplomática, depois de traduzida para a língua do país em que há de praticar-se o ato.

III. Quando o objeto da carta precatória for exame pericial sobre documento, será remetida cópia autenticada deste, ficando nos autos o original. Está correto o que consta APENAS em

- (a) I.
- (b) I e II.
- (c) I e III.
- (d) II e III.
- (e) III.

TRF 2ª:: Analista Judiciário -
Execução de Mandados

FCC
2007

Assuntos relacionados

Q.984

Origem

A citação poderá ser feita pelo correio

- (a) se for ré pessoa incapaz.
- (b) se o réu residir em outra Comarca.
- (c) se for ré pessoa jurídica de direito público.
- (d) no processo de execução.
- (e) nas ações de estado.

TRF 2ª:: Analista Judiciário -
Execução de Mandados

FCC
2007

Assuntos relacionados

Q.985

Origem

A respeito das partes e dos procuradores, é correto afirmar que a sentença

- (a) fixará os honorários advocatícios de acordo com o trabalho realizado pelo advogado, sem considerar a natureza e a importância da causa e o tempo exigido para o seu serviço.
- (b) não condenará o vencido ao pagamento de honorários advocatícios nas causas em que não houver condenação.
- (c) não condenará o vencido ao pagamento de despesas com diária de testemunha e remuneração do assistente técnico do vencedor.
- (d) condenará o vencido ao pagamento de honorários advocatícios mesmo se o vencedor estiver advogando em causa própria.
- (e) não condenará o vencido ao pagamento de honorários advocatícios se não houver pedido expresso do vencedor nesse sentido.

TRF 2ª:: Analista Judiciário -
Execução de Mandados

FCC
2007

Assuntos relacionados

21.119 TRF 3ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.986

Origem

A multa referente à litigância de má-fé

TRF 3ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2007

(a) não pode ser cumulada com a obrigação de indenizar a parte contrária dos prejuízos que esta sofreu, honorários advocatícios e despesas que efetuou.

(b) depende de requerimento da parte contrária, não podendo ser aplicada pelo juiz de ofício.

(c) só pode ser aplicada no primeiro grau de jurisdição e não depende de fundamentação específica.

(d) não pode ser imposta, por falta de previsão legal, à parte que induz testemunha a mentir em juízo.

(e) pode ser imposta mais de uma vez ao mesmo litigante por atos diferentes no curso do mesmo processo.

Assuntos relacionados

Capítulo 22

MPE/MS

22.1 MPE/MS :: Oficial de Secretaria

Q.987

Origem

De acordo com o Código Civil, são pessoas jurídicas de direito público interno:

MPE/MS :: Oficial de Secretaria
MPE/MS
2007

- (a) A União, os Estados, os Municípios e os partidos políticos.
- (b) As associações públicas, as autarquias e as demais entidades de caráter público criadas por lei.
- (c) As fundações, as autarquias, as organizações religiosas e as associações públicas.
- (d) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as fundações.
- (e) As autarquias, as fundações, as associações e as sociedades.

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

Q.988

Origem

Sobre as pessoas jurídicas, assinale a alternativa correta .

MPE/MS :: Oficial de Secretaria
MPE/MS
2007

- (a) A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado começa com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro.
- (b) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, sendo-lhe, porém, vedado o direito de regresso contra os causadores do dano.
- (c) O Poder Público pode negar o reconhecimento ou registro dos atos constitutivos das organizações religiosas.
- (d) Decai em três meses o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do respectivo ato.
- (e) As pessoas jurídicas não são titulares dos direitos da personalidade.

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

Q.989

Origem

Assinale a alternativa correta .

MPE/MS :: Oficial de Secretaria
MPE/MS
2007

- (a) A legislação civil não resguarda os direitos do nascituro.
- (b) Os pródigos são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
- (c) Os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo, são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
- (d) As pessoas que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
- (e) Não se verifica a emancipação pelo exercício de emprego público efetivo.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

Q.990

Origem

Sobre os direitos da personalidade, é incorreto afirmar

MPE/MS :: Oficial de Secretaria
MPE/MS
2007

- (a) Os direitos da personalidade têm como características a intransmissibilidade, a irrenunciabilidade, a indisponibilidade e a imprescritibilidade.
- (b) Os direitos da personalidade destinam-se a resguardar a dignidade humana, mediante sanções, que devem ser suscitadas pelo ofendido.
- (c) É vedada a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte, mesmo que com objetivo científico, ou altruístico.
- (d) Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e sobrenome, sendo vedada a sua utilização em propaganda comercial, sem a autorização do titular.
- (e) O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

Q.991

Origem

Sobre a Comoriência, assinale a alternativa correta .

MPE/MS :: Oficial de Secretaria
MPE/MS
2007

- (a) Consiste na morte de duas ou mais pessoas, necessariamente parentes, na mesma ocasião.
- (b) Consiste na morte simultânea de duas ou mais pessoas da mesma família, em ocasiões distintas.
- (c) A comoriência não produz efeitos na transmissão dos direitos sucessórios.
- (d) A presunção legal da morte simultânea não admite prova contrária da premoriência.
- (e) Consiste na morte de duas ou mais pessoas na mesma ocasião e, em regra, em razão do mesmo acontecimento.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

Capítulo 23

NCE

23.1 MPE-RJ :: Técnico de Notificação e Atos Intimatórios

Q.992

Origem

A ação popular pode ser proposta:

MPE-RJ :: Técnico de Notificação
e Atos Intimatórios
NCE
2007

- (a) pelo cidadão;
- (b) por membro do Ministério Público;
- (c) por pessoas reunidas em um mínimo de mil assinaturas;
- (d) por associação de classe regularmente constituída há mais de um ano;
- (e) por sindicato.

Assuntos relacionados

Ação popular

23.2 ELETROBRAS :: Advogado

Q.993

Origem

Determinado prédio que constitui bem público de uso especial é invadido por um grupo de manifestantes, os quais se mantêm instalados no local há quarenta e sete dias. Pode-se afirmar que os invasores são:

ELETROBRAS :: Advogado
NCE
2007

- (a) possuidores do prédio e somente podem ser retirados por meio de ação de reintegração de posse;
- (b) possuidores do prédio e somente podem ser retirados por meio de ação de manutenção de posse;
- (c) possuidores do prédio e não mais podem ser retirados do local;
- (d) detentores do prédio e somente podem ser retirados por meio de ação de reintegração de posse;
- (e) detentores do prédio e podem ser retirados por determinação administrativa, independentemente de ação judicial.

Assuntos relacionados

Posse

23.3 ANAC :: Especialista em Regulação de Aviação Civil - Ciências Contáb

Q.994

Origem

Quanto à decadência, marque a afirmativa incorreta :

ANAC :: Especialista em
Regulação de Aviação Civil -
Ciências Contáb
NCE
2007

- (a) salvo disposição legal em contrário, não se aplicam à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição;
- (b) não corre decadência contra os menores de 16 (dezesesseis) anos;
- (c) é válida a renúncia à decadência fixada em lei;
- (d) deve o juiz, de ofício, conhecer da decadência, quando estabelecida por lei;
- (e) se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Q.995

Origem

Quanto à prescrição, assinale a única alternativa verdadeira:

ANAC :: Especialista em
Regulação de Aviação Civil -
Ciências Contáb
NCE
2007

- (a) o juiz não pode suprir, de ofício, a alegação de prescrição, salvo se favorecer a absolutamente incapaz;
- (b) a exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão;
- (c) a prescrição não pode ser interrompida por qualquer interessado;
- (d) as ações pessoais prescrevem, ordinariamente, em 20 (vinte) anos, as reais em 10 (dez), entre presentes, e entre ausentes em 15 (quinze), contados da data em que poderiam ter sido propostas;
- (e) prescreve em 2 (dois) anos a pretensão para haver juros, dividendos ou quaisquer prestações acessórias, pagáveis, em períodos não maiores de 1 (um) ano, com capitalização ou sem ela.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

23.4 ELETROBRAS :: Advogado

Q.996

Origem

Jorge adquiriu uma geladeira usada por meio de contrato de compra e venda celebrado com Patrícia. Embora em ótimas condições de uso, o refrigerador apresentou em quinze dias de uso um defeito no motor que o tornava impróprio para o uso a que se destinava. Após dois dias refletindo sobre a situação, Jorge decidiu pleitear de Patrícia um abatimento no preço pago pelo bem, argumentando tratar-se de vício redibitório. O prazo de que Jorge dispõe para esse fim:

ELETROBRAS :: Advogado
NCE
2007

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

- (a) somente começa a correr após um mês da tradição;
- (b) tem natureza decadencial;
- (c) tem natureza prescricional;
- (d) tem natureza mista, tanto prescricional quanto decadencial;
- (e) somente começa a correr no momento em que Jorge notificar Patrícia constituindo-a em mora.

Q.997

Origem

Eduardo, na qualidade de comprador, celebrou contrato de compra e venda de um veículo automotor com Sérgio, pactuando a entrega do bem no prazo máximo de dez dias. Pode-se afirmar que Eduardo estará adquirindo a propriedade do bem a partir:

ELETROBRAS :: Advogado
NCE
2007

Assuntos relacionados

- (a) da entrega do veículo;
- (b) da formalização do contrato;
- (c) do acordo informal de vontades;
- (d) do registro do documento de transferência no órgão administrativo competente;
- (e) do término do prazo de dez dias convencionado.

Propriedade

Q.998

Origem

A natureza da responsabilidade civil pelos danos causados em decorrência de atividade de risco normalmente desenvolvida pelo autor do fato lesivo é:

ELETROBRAS :: Advogado
NCE
2007

Assuntos relacionados

- (a) contratual;
- (b) pré-contratual;
- (c) extracontratual;
- (d) objetiva;
- (e) subjetiva.

Responsabilidade civil

23.5 ANAC :: Especialista em Regulação de Aviação Civil - Ciências Contáb

Q.999

Origem

Analise a seguinte situação hipotética: Lanches Aéreos 123 Ltda. celebrou contrato com uma grande companhia aérea, onde se comprometeu a fornecer gêneros alimentícios à mesma, todo dia 30 de cada mês. Ocorre que os produtos foram entregues pela contratada com 15 (quinze) dias de atraso. Avalie as afirmativas a seguir:

ANAC :: Especialista em
Regulação de Aviação Civil -
Ciências Contáb
NCE
2007

I - Já que os produtos foram entregues, não há que se falar em mora;
II - Responderá a devedora pelos prejuízos que a sua mora der causa, mais juros, atualização dos valores monetários segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado;
III - Contam-se os juros de mora desde a intimação inicial.
Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s):

Assuntos relacionados

- (a) apenas I;
- (b) apenas II;
- (c) apenas III;
- (d) apenas I e II;
- (e) apenas II e III.

Inadimplemento das obrigações

23.6 MPE-RJ :: Técnico de Notificação e Atos Intimatórios

Q.1000

Origem

À luz da sistemática processual-penal vigente em relação às citações e intimações, é INCORRETO afirmar que:

MPE-RJ :: Técnico de Notificação
e Atos Intimatórios
NCE
2007

- (a) quando o réu estiver fora do território da jurisdição do juiz processante, será citado mediante carta precatória;
- (b) as cartas precatórias ostentam a característica de itinerantes;
- (c) se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional;
- (d) se o réu estiver preso, será requisitada, para sua citação, a sua apresentação em juízo, no dia e hora designados;
- (e) a citação será feita por edital quando incerta a pessoa que tiver de ser citada.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.1001

Origem

À vista da disciplina dos direitos fundamentais contemplados na Carta Magna de 1988, direta ou indiretamente relacionados ao Processo Penal, é correto afirmar que:

MPE-RJ :: Técnico de Notificação
e Atos Intimatórios
NCE
2007

- (a) os direitos fundamentais do indivíduo assegurados na Constituição da República revestem-se da característica de absolutos;
- (b) encontra suporte constitucional a prisão em flagrante delito, sem mandado judicial, durante a noite, de indivíduo que, no interior de sua residência, se dedica ao tráfico de substâncias entorpecentes;
- (c) a garantia constitucional da inviolabilidade do domicílio não pode ser estendida de forma a abarcar compartimento privado não aberto ao público, onde se exerça profissão ou atividade;
- (d) viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por continência ou conexão do processo do co-réu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados;
- (e) os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade não são ferramentas aptas a conduzir à redução do alcance ou da extensão de determinado direito fundamental frente a outro direito que se lhe oponha, por intermédio da ponderação dos valores e interesses em conflito.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.1002

Origem

De acordo com a Constituição da República, é possível o ingresso na casa do indivíduo, independentemente de sua vontade, em algumas hipóteses. Essas situações são:

MPE-RJ :: Técnico de Notificação
e Atos Intimatórios
NCE
2007

- (a) flagrante delito, desastre, realização de socorro e ordem judicial durante o dia;
- (b) flagrante delito, desastre, realização de socorro, ordem judicial a qualquer momento, nas 24 horas do dia e por ordem do Ministro da Justiça também a qualquer momento;
- (c) flagrante delito, desastre, realização de socorro e ordem judicial a qualquer momento, nas 24 horas do dia;
- (d) flagrante delito, desastre, realização de socorro, ordem judicial durante o dia e por ordem do Ministro da Justiça durante o dia;
- (e) flagrante delito, desastre, realização de socorro, ordem judicial durante o dia, por ordem do Ministro da Justiça durante o dia e por ordem do membro do Ministério Público, também de dia.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.1003

Origem

Indique a alternativa que NÃO contempla princípio que, como regra, rege o Direito Processual Penal no Brasil:

MPE-RJ :: Técnico de Notificação
e Atos Intimatórios
NCE
2007

- (a) oficialidade;
- (b) publicidade;
- (c) correlação entre imputação e sentença;
- (d) iniciativa das partes;
- (e) identidade física do juiz.

Assuntos relacionados

Direito civil

23.7 ELETROBRAS :: Advogado

Q.1004

Origem

A simulação é causa de:

ELETROBRAS :: Advogado
NCE
2007

- (a) nulidade do negócio jurídico;
- (b) anulabilidade do negócio jurídico;
- (c) inexistência do negócio jurídico;
- (d) ineficácia do negócio jurídico;
- (e) ratificação de validade do negócio jurídico.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.1005

Origem

Sérgio adquiriu na loja "X" um aparelho de telefonia celular fabricado por "Y" e importado por "Z". Dez dias após o recebimento do bem, o aparelho apresentou defeitos de fábrica que inviabilizavam sua utilização. Nesse caso, a responsabilidade pelo vício do produto será:

ELETROBRAS :: Advogado
NCE
2007

Assuntos relacionados

- (a) apenas do fabricante "Y";
- (b) solidária do fabricante "Y" e do importador "Z";
- (c) solidária do fabricante "Y" e da loja "X";
- (d) apenas da loja "X";
- (e) solidária do fabricante "Y", do importador "Z" e da loja "X".

23.8 ANAC :: Especialista em Regulação de Aviação Civil - Ciências Contáb

Q.1006

Origem

Assinale a única alternativa incorreta :

- (a) quando a sentença não determinar o valor devido, procedese à sua liquidação;
- (b) poderá o juiz valer-se do contador do juízo, quando a memória apresentada pelo credor aparentemente exceder os limites da decisão exequenda e, ainda, nos casos de assistência judiciária;
- (c) é defeso, na liquidação, discutir de novo a lide ou modificar a sentença que a julgou;
- (d) tratando-se de perícia complexa, que abranja mais de uma área de conhecimento especializado, o juiz poderá nomear mais de um perito e a parte indicar mais de um assistente técnico;
- (e) na execução por quantia certa contra a Fazenda Pública, citarse- á a devedora para opor embargos em 15 (quinze) dias.

ANAC :: Especialista em
Regulação de Aviação Civil -
Ciências Contáb
NCE
2007

Assuntos relacionados

Q.1007

Origem

Quanto aos auxiliares da justiça, assinale a alternativa correta:

- (a) ao escrivão incumbe redigir, na forma legal, os mandados;
- (b) ao oficial de justiça incumbe redigir, na forma legal, os mandados;
- (c) o perito tem o dever de cumprir o ofício, no prazo que lhe assina a lei, não podendo escusar-se do encargo alegando motivo legítimo;
- (d) o depositário só responde pelos prejuízos que, por dolo, causar à parte, mas não por culpa;
- (e) o intérprete poderá ser nomeado, ainda que não tenha a livre administração dos seus próprios bens.

ANAC :: Especialista em
Regulação de Aviação Civil -
Ciências Contáb
NCE
2007

Assuntos relacionados

23.9 MPE-RJ :: Técnico de Notificação e Atos Intimatórios

Q.1008

Origem

Constituem duas características essenciais da jurisdição:

- (a) executoriedade e inquestionabilidade;
- (b) substitutividade e natureza declaratória;
- (c) inércia e inquestionabilidade;
- (d) executoriedade e inércia;
- (e) inquestionabilidade e definitividade.

MPE-RJ :: Técnico de Notificação
e Atos Intimatórios
NCE
2007

Assuntos relacionados

Q.1009

Origem

Constituem os pressupostos processuais de validade:

MPE-RJ :: Técnico de Notificação
e Atos Intimatórios
NCE
2007

- (a) partes capazes, causa de pedir apta a ensejar o pedido e pedido juridicamente possível;
- (b) órgão estatal investido de jurisdição, demanda regularmente formulada e partes capazes;
- (c) partes capazes, juiz não suspeito e ausência de coisa julgada ou litispendência;
- (d) juiz livre de impedimento, partes capazes e ausência de coisa julgada ou litispendência;
- (e) juiz livre de impedimento, partes capazes e pedido juridicamente possível.

Assuntos relacionados

Q.1010

Origem

O Ministério Público pode atuar no processo civil de duas formas distintas; são elas:

MPE-RJ :: Técnico de Notificação
e Atos Intimatórios
NCE
2007

- (a) parte e fiscal da lei;
- (b) parte e litisconsórcio passivo;
- (c) parte e litisconsórcio ativo;
- (d) parte e assistente de acusação;
- (e) parte e órgão jurisdicional.

Assuntos relacionados

Q.1011

Origem

São direitos e/ou garantias individuais, com reflexos processuais, previstos expressamente no artigo 5º da Constituição da República, EXCETO:

MPE-RJ :: Técnico de Notificação
e Atos Intimatórios
NCE
2007

- (a) devido processo legal;
- (b) não-obrigatoriedade da produção de prova contra si mesmo;
- (c) vedação a juízo ou tribunal de exceção;
- (d) inadmissibilidade das provas ilícitas;
- (e) soberania dos veredictos do Tribunal do Júri.

Assuntos relacionados

Q.1012

Origem

As três fases evolutivas do direito processual civil são:

MPE-RJ :: Técnico de Notificação
e Atos Intimatórios
NCE
2007

- (a) teleológica, autônoma e instrumentalista;
- (b) concretista, finalista e instrumentalista;
- (c) primitiva, civilista e concretista;
- (d) imanentista, científica e teleológica;
- (e) teleológica, autônoma e científica.

Assuntos relacionados

Q.1013

Origem

Consoante o Código de Processo Civil em seus diversos livros, o processo pode ser classificado em:

MPE-RJ :: Técnico de Notificação
e Atos Intimatórios
NCE
2007

- (a) sumário, comum e especial;
- (b) sumário, sumaríssimo e comum;
- (c) conhecimento, execução e cautelar;
- (d) civil, penal e trabalhista;
- (e) condenatório, declaratório e constitutivo.

Assuntos relacionados

Q.1014

Origem

”A expressão ‘acesso à Justiça’ é reconhecidamente de difícil definição, mas serve para determinar duas finalidades básicas do sistema jurídico - o sistema pelo qual as pessoas podem reivindicar seus direitos e/ou resolver seus litígios sob os auspícios do Estado. Primeiro, o sistema deve ser igualmente acessível a todos; segundo, ele deve produzir resultados que sejam individual e socialmente justos. (...) Sem dúvida, uma premissa básica será a de que a justiça social, tal como desejada por nossas sociedades modernas, pressupõe o acesso efetivo”. (Cappelletti, Mauro, e Garth, Bryant, colab. Acesso à Justiça. Porto Alegre, Sergio Antonio Fabris Editor, 1988, reimpressão 2002, p. 08). A partir da análise crítica do excerto acima reproduzido, assinale a alternativa que NÃO contempla ideário ou mecanismo tradicionalmente associado ao combate aos obstáculos ao acesso efetivo à Justiça:

MPE-RJ :: Técnico de Notificação
e Atos Intimatórios
NCE
2007

- (a) ”paridade de armas” entre as partes;
- (b) assistência judiciária gratuita para os financeiramente hipossuficientes;
- (c) estrita neutralidade judicial;
- (d) otimização da defesa dos interesses difusos;
- (e) utilização de métodos extrajudiciais de resolução de conflitos.

Assuntos relacionados

Q.1015

Origem

São os três requisitos da sentença, também chamados pela doutrina de seus elementos:

MPE-RJ :: Técnico de Notificação
e Atos Intimatórios
NCE
2007

- (a) partes, causa de pedir e decisão;
- (b) partes, fundamento e decisão;
- (c) partes, fundamento e condenação;
- (d) publicação, causa de pedir e decisão;
- (e) relatório, fundamentação e dispositivo.

Assuntos relacionados

Q.1016

Origem

Os órgãos jurisdicionais com competência para julgamento de ação direta de inconstitucionalidade de lei federal em face da Constituição da República e o julgamento da representação de inconstitucionalidade de lei municipal em face da Constituição Estadual são, respectivamente:

MPE-RJ :: Técnico de Notificação
e Atos Intimatórios
NCE
2007

- (a) Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça;
- (b) Supremo Tribunal Federal e Tribunais Regionais Federais;
- (c) Supremo Tribunal Federal e Tribunais de Justiça;
- (d) Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal;
- (e) Superior Tribunal Eleitoral e Supremo Tribunal Federal.

Assuntos relacionados

Q.1017

Origem

De acordo com o Código de Processo Civil, extingue-se o processo com o julgamento de mérito na seguinte hipótese:

MPE-RJ :: Técnico de Notificação
e Atos Intimatórios
NCE
2007

- (a) ausência de legitimidade ativa;
- (b) quando o juiz pronunciar a prescrição;
- (c) quando o juiz considerar a ação intransmissível por disposição legal;
- (d) quando ocorrer a confusão entre autor e réu;
- (e) quando for acolhida a alegação de perempção.

Assuntos relacionados

Capítulo 24

TRT 24^a

24.1 TRT 24^a:: Juiz do trabalho substituto - 1^aetapa

Q.1018

Origem

Nos termos do Código Civil Brasileiro:

I. Aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

II. Não constitui ato ilícito a deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente, ficando, porém, garantido à pessoa lesada ou dono da coisa o direito à indenização do prejuízo que sofreram caso não forem culpados do perigo.

III. Não constitui ato ilícito a deterioração ou destruição de coisa alheia, ou a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente, porém, se a deterioração/destruição de coisa ou lesão a pessoa decorrer de perigo provocado por terceiro, o autor do dano terá ação regressiva contra o terceiro.

IV. Comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes. Considerando as proposições acima, RESPONDA:

- (a) Todas as proposições estão corretas.
- (b) Apenas a proposição IV está incorreta.
- (c) Apenas as proposições I e II estão corretas.
- (d) Apenas as proposições I e III estão incorretas.
- (e) Todas as proposições estão incorretas.

TRT 24^a:: Juiz do trabalho substituto - 1^aetapa
TRT 24^a
2007

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

24.2 TRT 24^a:: Juiz do trabalho substituto - 2^aetapa

Q.1019

Origem

Assinale a alternativa que está em conformidade com o Código Civil Brasileiro:

TRT 24^a:: Juiz do trabalho substituto - 2^aetapa
TRT 24^a
2007

- (a) Na responsabilidade civil, se a vítima tiver concorrido culposamente para o evento danoso, a sua indenização será fixada pela metade.
- (b) A indenização por injúria, difamação ou calúnia consistirá na reparação do dano que delas resultar ao ofendido, condicionada à comprovação do prejuízo material.
- (c) O direito de exigir reparação civil e a obrigação de prestá-la transmitem-se com a herança.
- (d) A responsabilidade civil é dependente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.
- (e) Na obrigação de indenizar, os co-autores são subsidiariamente responsáveis com os autores.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

Q.1020

Origem

Em conformidade com o Código Civil Brasileiro:

TRT 24^a:: Juiz do trabalho substituto - 2^aetapa
TRT 24^a
2007

- I. Nas obrigações negativas o devedor é havido por inadimplente desde o dia em que executou o ato de que se devia abster.
- II. O devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, se expressamente não se houver por eles responsabilizado.
- III. Nos contratos benéficos, responde por simples culpa o contratante, a quem o contrato aproveite, e por dolo aquele a quem não favoreça. Nos contratos onerosos, responde cada uma das partes por culpa, salvo as exceções previstas em lei.
- IV. Não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais juros e atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado.
- V. Pelo inadimplemento das obrigações respondem todos os bens do devedor. Considere as proposições e RESPONDA:

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

- (a) Apenas as proposições I, II e V estão corretas.
- (b) Apenas as proposições III, IV e V estão corretas.
- (c) Apenas as proposições II, IV e V estão corretas.
- (d) Apenas a proposição V está correta.
- (e) Todas as proposições estão corretas.

24.3 TRT 24^a:: Juiz do trabalho substituto - 1^aetapa

Q.1021

Origem

Sobre a personalidade e a capacidade:

I. São relativamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.

II. Cessará, para os menores, a incapacidade pelo exercício de emprego público efetivo.

III. Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência, se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida.

IV. Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência, se alguém, desaparecido em campanha ou prisioneiro, não for encontrado até 2 (dois) anos após o término da guerra. RESPONDA:

- (a) Todas as proposições estão corretas.
- (b) Apenas a proposição I está incorreta.
- (c) Apenas as proposições I e IV estão incorretas.
- (d) Todas as proposições estão incorretas.
- (e) Apenas as proposições I e II estão corretas.

TRT 24^a:: Juiz do trabalho
substituto - 1^aetapa
TRT 24^a
2007

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

24.4 TRT 24^a:: Juiz do trabalho substituto - 2^aetapa

Q.1022

Origem

O contrato de prestação de serviços acaba:

I. Com a morte de qualquer das partes.

II. Pelo escoamento do prazo.

III. Pela conclusão da obra.

IV. Pela rescisão do contrato mediante aviso prévio.

V. Por inadimplemento de qualquer das partes ou pela impossibilidade da continuação do contrato, motivada por força maior. Considerando as proposições acima como Verdadeira (V) ou Falsa (F), assinale a alternativa CORRETA:

- (a) V, V, V, F, F.
- (b) V, V, V, F, V.
- (c) V, V, V, V, V.
- (d) V, V, V, V, F.
- (e) V, F, V, F, V.

TRT 24^a:: Juiz do trabalho
substituto - 2^aetapa
TRT 24^a
2007

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

24.5 TRT 24^a:: Juiz do trabalho substituto - 1^aetapa

Q.1023

Origem

Assinale a alternativa que está em desconformidade com o Código Civil Brasileiro:

TRT 24^a:: Juiz do trabalho
substituto - 1^aetapa
TRT 24^a
2007

- (a) O terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar, sub-rogando-se nos direitos do credor.
- (b) Para que a consignação tenha força de pagamento, será mister concorram, em relação às pessoas, ao objeto, modo e tempo, todos os requisitos sem os quais não é válido o pagamento.
- (c) A novação por substituição do devedor pode ser efetuada independentemente de consentimento deste.
- (d) Tratando da cláusula penal, sendo indivisível a obrigação, todos os devedores, caindo em falta um deles, incorrerão na pena; mas esta só se poderá demandar integralmente do culpado, respondendo cada um dos outros somente pela sua cota.
- (e) Para exigir a pena convencional, não é necessário que o credor alegue prejuízo.

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

Q.1024

Origem

Sobre o Direito das Obrigações:

TRT 24^a:: Juiz do trabalho
substituto - 1^aetapa
TRT 24^a
2007

I. A indeterminabilidade subjetiva passiva da relação obrigacional ocorre quando não se pode, de antemão, especificar quem é o devedor da obrigação. É o que acontece com as obrigações propter rem, prestações de natureza pessoal que acedem a um direito real, acompanhando-o em todas as suas mutações.

II. No direito obrigacional os nuncios são meros transmissores da vontade do declarante. Atuam como simples mensageiros da vontade de outrem, sem interferirem efetivamente na relação jurídica.

III. A cláusula penal compensatória é estipulada para o caso de haver infringência de qualquer das cláusulas do contrato, enquanto que a cláusula penal moratória é estipulada para o caso de descumprimento da obrigação principal.

IV. A cláusula penal compensatória pode ser cumulada com pedido de indenização. RESPONDA:

Assuntos relacionados

Inadimplemento das obrigações

- (a) Apenas a proposição I está correta.
- (b) Apenas as proposições I e II estão corretas.
- (c) Apenas as proposições I, II e IV estão corretas.
- (d) Apenas as proposições II, III e IV estão corretas.
- (e) Todas as proposições estão corretas.

24.6 TRT 24^a:: Juiz do trabalho substituto - 2^aetapa

Q.1025

Origem

Assinale a alternativa INCORRETA:

TRT 24^a:: Juiz do trabalho
substituto - 2^aetapa
TRT 24^a
2007

- (a) O Código Civil, tratando da resolução do contrato por onerosidade excessiva, dispõe que os efeitos da sentença que decretar a resolução do contrato em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis retroagirão à data da citação.
- (b) A partir do Código Civil de 2002, a aplicação do princípio pacta sunt servanda encontra-se mitigada pela aplicação da Teoria da Função Social do Contrato.
- (c) Comodato é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis, enquanto que o mútuo é o empréstimo de coisas fungíveis.
- (d) A prestação de serviço não se poderá convencionar por mais de quatro anos, embora o contrato tenha por causa o pagamento de dívida de quem o presta, ou se destine à execução de certa e determinada obra. Neste caso, decorridos quatro anos, dar-se-á por findo o contrato, ainda que não concluída a obra.
- (e) Nos contratos de empreitada, quando o empreiteiro fornece os materiais, correm por sua conta os riscos, mas, se só fornece mão-de-obra, todos os riscos correrão por conta do dono.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.1026

Origem

Considere as proposições abaixo:

TRT 24^a:: Juiz do trabalho
substituto - 2^aetapa
TRT 24^a
2007

- I. Nos termos da Lei 8.213/91, prescreve em cinco anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pela Previdência Social, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do Código Civil.
- II. Nos termos da Lei 7.998/90, o trabalhador comprovadamente resgatado de regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo deve ter sua assistência financeira temporariamente provida pelo Programa de Seguro-Desemprego, cabendo ao CODEFAT, por proposta do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, estabelecer os procedimentos necessários ao recebimento do benefício, observados os respectivos limites de comprometimento dos recursos do FAT.
- III. No âmbito Federal, o orçamento da Seguridade Social é composto das seguintes receitas: (1) receitas da União; (2) receitas das contribuições sociais; (3) receitas de outras fontes. Além de outras, constituem contribuições sociais as incidentes sobre a receita de concurso de prognóstico.
- IV. Todo aquele que exercer, concomitantemente, mais de uma atividade remunerada sujeita ao Regime Geral de Previdência Social é obrigatoriamente filiado em relação a cada uma delas. Considerando as proposições acima como Verdadeira (V) ou Falsa (F), assinale a alternativa CORRETA:

Assuntos relacionados

Direito civil

- (a) F, F, F, V.
(b) V, V, V, V.
(c) F, V, F, V.
(d) F, F, F, F.
(e) V, F, F, V.

24.7 TRT 24^a:: Juiz do trabalho substituto - 1^aetapa

Q.1027

Origem

Assinale a alternativa INCORRETA:

TRT 24^a:: Juiz do trabalho
substituto - 1^aetapa
TRT 24^a
2007

- (a) A impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico se for relativa, ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.
- (b) Salvo se o permitir a lei ou o representado, é nulo o negócio jurídico que o representante, no seu interesse ou por conta de outrem, celebrar consigo mesmo.
- (c) Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País.
- (d) A manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento.
- (e) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se estritamente.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Capítulo 25

TRT 8ª

25.1 TRT 8ª:: Juiz do trabalho substituto - 1ªetapa

Q.1028

Origem

Sobre a prescrição, assinale a alternativa correta:

TRT 8ª:: Juiz do trabalho
substituto - 1ªetapa
TRT 8ª
2007

- (a) A renúncia da prescrição pelo interessado deve ser expressa, para que seja mantida sua eficácia prática.
- (b) O juiz não pode suprir, de ofício, a alegação de prescrição, salvo se favorecer a absolutamente incapaz.
- (c) Em regra, aplicam-se à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.
- (d) O prazo da prescrição ordinária ou comum prevista no Código Civil é de vinte anos.
- (e) Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em fase recursal, mas o juiz não pode suprir a alegação.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Q.1029

Origem

Considerando a disciplina do Código Civil sobre as causas que impedem ou suspendem a prescrição, assinale a alternativa incorreta:

TRT 8ª:: Juiz do trabalho
substituto - 1ªetapa
TRT 8ª
2007

- (a) A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, poderá acontecer por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.
- (b) Não corre a prescrição contra os incapazes de modo geral, os ausentes do País em serviço público da União, dos Estados ou dos Municípios e contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas em tempo de guerra.
- (c) A suspensão da prescrição, em favor de um dos credores solidários, não aproveita os demais, exceto se a obrigação for indivisível.
- (d) Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva.
- (e) A interrupção por um dos credores solidários aproveita aos outros; assim como a interrupção efetuada contra o devedor solidário envolve os demais e seus herdeiros.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

25.2 TRT 8ª:: Juiz do trabalho substituto - 2ªetapa

Q.1030

Origem

No campo da responsabilidade civil e de acordo com o Código Civil em vigor, são hipóteses de responsabilidade, independentemente de culpa, por ato de terceiro, exceto:

TRT 8ª:: Juiz do trabalho
substituto - 2ªetapa
TRT 8ª
2007

- (a) O empregador, pelos atos de seus empregados, desde que no exercício do trabalho que lhes competir ou em razão dele.
- (b) Os curador, pelos curatelados, ainda que sem sua companhia.
- (c) Os pais, pelos filhos menores, desde que sob sua autoridade e em sua companhia.
- (d) Os donos de hotéis, pelos seus hóspedes.
- (e) Os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

25.3 TRT 8ª:: Juiz do trabalho substituto - 1ªetapa

Q.1031

Origem

Assinale a alternativa correta acerca da disciplina do Código Civil sobre os direitos de personalidade:

TRT 8ª:: Juiz do trabalho
substituto - 1ªetapa
TRT 8ª
2007

- (a) Os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- (b) É defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes, todavia, é válida a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte, com objetivo científico ou altruístico.
- (c) Com a finalidade da preservação do direito à integridade física é possível, mediante determinação judicial, a adoção coativa de tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.
- (d) O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, desde que presente a intenção difamatória, bem como, sem autorização, não será utilizado em propaganda comercial.
- (e) O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

25.4 TRT 8ª:: Juiz do trabalho substituto - 2ªetapa

Q.1032

Origem

Diz a lei que são hipóteses em que cessa a incapacidade dos menores, exceto:

TRT 8ª:: Juiz do trabalho
substituto - 2ªetapa
TRT 8ª
2007

- (a) Pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial.
- (b) Pelo casamento.
- (c) Pelo exercício de emprego público efetivo. Pri meir a Fase do Con curs o C- 317 - segu nda etap a
- (d) Pela existência de relação de emprego, desde que, em função dela, o menor com dezessete anos completos detenha economia própria.
- (e) Pela colação de grau em curso de ensino superior.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

Q.1033

Origem

Assinale, entre as afirmações a seguir, qual a incorreta, considerando as disposições do Código Civil:

TRT 8ª:: Juiz do trabalho
substituto - 2ªetapa
TRT 8ª
2007

- (a) Em regra, a cessão tem eficácia inter partes. Em relação a terceiros, a transmissão de um crédito é ineficaz se não for celebrada mediante instrumento público ou instrumento particular revestido das solenidades legais.
- (b) Não havendo autorização expressa, o alienante do estabelecimento não pode fazer concorrência ao adquirente nos cinco anos subsequentes à transferência.
- (c) A assunção de dívida prescinde da concordância do credor.
- (d) Não pode ser considerado empresário quem exerce profissão intelectual de natureza científica, literária ou artística, mesmo que tenha a contribuição de terceiro, exceto se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.
- (e) Os cônjuges poderão contratar sociedade, entre si ou com terceiros, desde que não tenham casado no regime da comunhão universal de bens, ou no da separação obrigatória.

Assuntos relacionados

Transmissão das obrigações

Q.1034

Origem

Assinale a alternativa incorreta:

TRT 8ª:: Juiz do trabalho
substituto - 2ªetapa
TRT 8ª
2007

- (a) É facultado ao empresário rural fazer sua inscrição no registro público de empresas mercantis.
- (b) Consideram-se imóveis para os efeitos legais os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram e o direito à sucessão aberta.
- (c) Decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
- (d) Nas sociedades limitadas, no caso de condomínio de quotas, os direitos a ela inerentes somente podem ser exercidos pelo condômino representante, ou pelo inventariante do espólio de sócio falecido.
- (e) Nos contratos de adesão, são anuláveis as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.1035

Origem

Assinale a alternativa incorreta:

TRT 8ª:: Juiz do trabalho
substituto - 2ªetapa
TRT 8ª
2007

(a) O Código Civil consagra a teoria da imprevisão quando, por motivos alheios à vontade das partes, sobrevier uma desproporção manifesta entre o valor da prestação da dívida e do momento de sua execução, podendo o juiz corrigi-lo, a pedido da parte, de modo que assegure, quando possível, o valor real da obrigação.

(b) Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato.

(c) Cabe ao Ministério Público Estadual velar pelas fundações constituídas para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.

(d) Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso.

(e) Para preservar a segurança das relações jurídicas, a anulabilidade do negócio jurídico poderá ser declarada de ofício, não produzindo efeitos antes de julgada por sentença.

Assuntos relacionados

Contratos

25.5 TRT 8ª:: Juiz do trabalho substituto - 1ªetapa

Q.1036

Origem

Assinale a alternativa correta a respeito de quem pode requerer a recuperação judicial:

TRT 8ª:: Juiz do trabalho
substituto - 1ªetapa
TRT 8ª
2007

(a) O devedor que, no momento do pedido, exerça suas atividades há mais de três anos e não seja falido e, se o foi, estejam declaradas extintas, por sentença transitada em julgado, as responsabilidades daí decorrentes.

(b) O devedor que, no momento do pedido, exerça suas atividades há mais de dois anos e, há menos de seis anos, não tenha obtido concessão de recuperação judicial.

(c) O devedor que, no momento da ação de execução, exerça suas atividades há mais de dois anos e não tenha, há menos de oito anos, obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial de que trata a Lei que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.

(d) O devedor que, no momento do pedido, exerça suas atividades há mais de dois anos e não tenha sido condenado ou não tenha, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes previstos na Lei que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.

(e) A recuperação judicial também poderá ser requerida pelo cônjuge sobrevivente, herdeiros do devedor, inventariante, tutor ou curador, não podendo ser requerida pelo sócio remanescente.

Assuntos relacionados

Q.1037

Origem

A respeito dos bens públicos, é incorreto afirmar:

TRT 8ª:: Juiz do trabalho
substituto - 1ªetapa
TRT 8ª
2007

(a) São públicos os bens do domínio nacional pertencentes à administração pública direta ou indireta; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.

(b) São bens públicos de uso comum do povo os rios, mares, estradas, ruas e praças.

(c) São bens públicos de uso especial os edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias.

(d) São bens públicos dominicais os que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

(e) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar, enquanto que os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.

Assuntos relacionados

Bens

25.6 TRT 8ª:: Juiz do trabalho substituto - 2ªetapa

Q.1038

Origem

Das alternativas abaixo, marque a correta em relação aos bens singulares:

TRT 8ª:: Juiz do trabalho
substituto - 2ªetapa
TRT 8ª
2007

(a) São compostos pelo solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente.

(b) São suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.

(c) São móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.

(d) São os que se podem fracionar, sem alteração na sua substância, diminuição considerável de valor ou prejuízo do uso a que se destinam.

(e) São os que, muito embora reunidos, consideram-se de per si, independentemente dos demais.

Assuntos relacionados

Bens

25.7 TRT 8ª:: Juiz do trabalho substituto - 1ªetapa

Q.1039

Origem

Assinale a alternativa incorreta:

TRT 8ª:: Juiz do trabalho
substituto - 1ªetapa
TRT 8ª
2007

- (a) O Direito Civil Brasileiro adota a teoria da responsabilidade civil objetiva, ou seja, independentemente de culpa, quando a lei assim prever ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano, por sua natureza, causar risco para o direito de outrem.
- (b) Embora a pessoa jurídica possua personalidade jurídica própria, distinta dos seus membros, o Código Civil Brasileiro adota o princípio da desconsideração da personalidade jurídica quando ficar caracterizado o abuso pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, para que seja estendida a responsabilidade patrimonial aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.
- (c) Os negócios jurídicos praticados por pessoas absoluta e relativamente incapazes, sem a devida representação ou assistência de seus representantes legais, são nulos de pleno direito, nos termos da lei, não produzindo qualquer efeito e, por prevalecer o interesse público, são insuscetíveis de confirmação.
- (d) Dentre as hipóteses de cabimento do pagamento em consignação está aquela em que o credor não puder ou, sem justa causa, recusar receber o pagamento, ou dar a quitação na forma devida.
- (e) Os contratantes têm liberdade para estabelecer a cláusula penal, desde que o valor da cominação imposta não exceda o da obrigação principal.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.1040

Origem

Marque a alternativa incorreta:

TRT 8ª:: Juiz do trabalho
substituto - 1ªetapa
TRT 8ª
2007

- (a) Dentre as hipóteses legais de cessação da incapacidade para os menores estão o casamento, o exercício de emprego público efetivo e a colação de grau em curso de ensino superior.
- (b) Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão simultaneamente mortos.
- (c) O Direito Civil estende às pessoas jurídicas a proteção dos direitos da personalidade, no que couber, havendo possibilidade de, inclusive, sofrer dano moral.
- (d) O uso comum dos bens públicos só pode ser gratuito, pois são destinados à utilização pela sociedade que já paga os impostos, sendo vedado o uso oneroso dessa classe de bens.
- (e) A interpretação dos negócios jurídicos deve estar baseada no princípio da boa-fé e nos usos do lugar de sua celebração.

Assuntos relacionados

Capítulo 26

VUNESP

26.1 Câmara de São Paulo :: Procurador Legislativo

Q.1041

Origem

Leia os fatos. Sofia recebeu um imóvel por doação, em zona urbana. O proprietário do imóvel vizinho ao seu construiu um terraço e abriu janela a menos de metro e meio de seu terreno, quando na ocasião Sofia contava com 17 anos de idade. Passados dois anos do ocorrido, ela ingressou com ação contra seu vizinho. Com base nos fatos descritos, assinale a alternativa correta.

Câmara de São Paulo ::
Procurador Legislativo
VUNESP
2007

Assuntos relacionados

- (a) Já decaiu o direito de Sofia requerer a demolição da obra, uma vez que já transcorreu mais de ano e dia de sua edificação.
- (b) Sofia poderá requerer a demolição da obra, assim como edificar em sua propriedade ou erguer contramuro, ainda que vede a claridade do vizinho.
- (c) Sofia não poderá erguer construção que tampe a claridade do vizinho, uma vez que este já adquiriu o direito de servidão de luz.
- (d) Faz-se necessário observar se, quanto à janela, o direito do vizinho em abrir janela, se sua visão é direta ou oblíqua no que diz respeito à proibição.
- (e) A proibição de construção, a menos de metro e meio, também se restringe para a parede de tijolos de vidro translúcido.

Propriedade

Q.1042

Origem

João faleceu em 13 de junho de 1991, sem ter testamento, nem herdeiro legítimo notoriamente conhecido, conforme ficou demonstrado em processo de arrecadação e de inventário, após as diligências reclamadas pela lei para localizá-los, que somente findou em 12 de março de 2002. Porém deixou um imóvel localizado na rua São João, 64, São Paulo, Capital, com metragem superior a 250 m². Neste imóvel residia Maria Paula, que não tinha nenhum laço de parentesco com João ou relação de afinidade, sendo certo que começou a possuir o imóvel, sem qualquer oposição e como se dona fosse, a partir da morte de João. Diante dos fatos relatados, é correto afirmar que Maria Paula

Câmara de São Paulo ::
Procurador Legislativo
VUNESP
2007

Assuntos relacionados

Propriedade

- (a) por força de usucapião, tornou-se proprietária do imóvel em 14 de junho de 2001.
 - (b) por força de usucapião, somente se tornará proprietária do imóvel em 14 de junho de 2011.
 - (c) não poderá ser proprietária do imóvel, uma vez que o imóvel é de propriedade da municipalidade desde 14 de junho de 1996.
 - (d) não poderá ser proprietária do imóvel, uma vez que o imóvel é de propriedade da municipalidade desde 13 de março de 2007.
 - (e) não poderá ser proprietária do imóvel, uma vez que o imóvel é de propriedade da Universidade de São Paulo desde 13 de março de 2007.
-

26.2 Pref. Louveira SP :: Procurador Judicial

Q.1043

Origem

Nas obrigações

Pref. Louveira SP :: Procurador
Judicial
VUNESP
2007

- (a) alternativas, o devedor pode obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra.
 - (b) solidárias, importará a renúncia da solidariedade à propositura de ação pelo credor contra um ou alguns dos devedores.
 - (c) de fazer, se a prestação do fato torna-se impossível sem culpa do devedor, responderá este por perdas e danos.
 - (d) solidárias, todos os devedores respondem pelos juros da mora, ainda que a ação tenha sido proposta somente contra um; mas o culpado responde aos outros pela obrigação.
 - (e) alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou.
-

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

Q.1044

Origem

Nas locações de imóveis destinados ao comércio, o locatário terá direito à renovação do contrato, por igual prazo, desde que, cumulativamente, o contrato tenha sido realizado por escrito,

Pref. Louveira SP :: Procurador
Judicial
VUNESP
2007

- (a) o prazo mínimo do contrato seja de três anos e o locatário esteja explorando seu comércio, no mesmo ramo, pelo prazo mínimo de um ano.
- (b) e com prazo determinado, o prazo mínimo a renovar ou a soma dos prazos ininterruptos seja de quatro anos e o locatário esteja explorando seu comércio, no mesmo ramo, pelo prazo mínimo e ininterrupto de dois anos.
- (c) o prazo mínimo do contrato seja de cinco anos e o locatário esteja explorando seu comércio, no mesmo ramo, pelo prazo mínimo de um ano.
- (d) com prazo determinado, de no mínimo três anos, e o locatário esteja explorando seu comércio, no mesmo ramo, pelo prazo mínimo e ininterrupto de dois anos.
- (e) com prazo determinado, o prazo mínimo a renovar ou a soma dos prazos ininterruptos seja de cinco anos e o locatário esteja explorando seu comércio, no mesmo ramo, pelo prazo mínimo e ininterrupto de três anos.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

26.3 Câmara de São Paulo :: Procurador Legislativo

Q.1045

Origem

João Carlos, por compromisso de compra e venda, adquiriu os direitos sobre um apartamento da Construtora Nova Aurora, que por ela estava hipotecado ao Banco São José. Diante desse fato, é correto afirmar que

Câmara de São Paulo ::
Procurador Legislativo
VUNESP
2007

- (a) a hipoteca firmada entre a construtora e o banco não tem eficácia perante João Carlos.
- (b) o pagamento das prestações importa em exoneração correspondente da garantia.
- (c) não paga a dívida, poderá o banco ficar com o imóvel dado em garantia, desde que haja cláusula que o autorize.
- (d) o credor hipotecário não tem direito de seqüela, exceto se o contrato declarar ser oponível contra terceiros.
- (e) João Carlos é o sucessor hipotecário e não pode remir parcialmente a hipoteca, mas apenas em sua integralidade.

Assuntos relacionados

Direito do promitente comprador

26.4 Pref. Louveira SP :: Procurador Judicial

Q.1046

No regime de bens

- (a) da comunhão parcial, excluem-se da comunhão os bens adquiridos por doação, herança ou legado.
- (b) da comunhão universal, a incomunicabilidade dos bens se estende aos furtos, mesmo quando se percebam durante o casamento.
- (c) da participação final nos aqüestos, o direito à meação é renunciável na vigência do regime matrimonial.
- (d) a separação é obrigatória no caso de as pessoas contraírem matrimônio com inobservância das causas impeditivas de celebração.
- (e) da comunhão parcial, presumem-se adquiridos na constância do casamento os bens móveis, quando não se provar que o foram em data anterior.

Origem

Pref. Louveira SP :: Procurador
Judicial
VUNESP
2007

Assuntos relacionados

Regime de bens entre os cônjuges

26.5 Câmara de São Paulo :: Procurador Legislativo

Q.1047

Considerando a obrigação de pagar alimentos, decorrente da condenação em ação de reparação de danos, é correto afirmar que

- (a) sendo possível a constituição de capital para assegurar o cumprimento da obrigação, poderá ser determinada a caução fidejussória.
- (b) os alimentos fixados poderão ser revistos, desde que exista uma mudança nas condições econômicas das partes.
- (c) a condenação da prestação de alimentos deve ser fixada para pagamento mensal, podendo ser determinado que o valor seja fixo e pago em uma única vez.
- (d) a constituição de capital por títulos da dívida pública não é possível, uma vez que não podem ser gravados de ônus legais.
- (e) não se admite a substituição da caução por desconto em folha de pagamento, ainda que notória a solvência do devedor.

Origem

Câmara de São Paulo ::
Procurador Legislativo
VUNESP
2007

Assuntos relacionados

Alimentos

Q.1048

Origem

Leia as afirmações a seguir.

- I. São duas as ações edilícias: a redibitória e a estimatória ou "quantum minoris".
 - II. A ação "quantum minoris" acarreta a redibição do contrato.
 - III. A ação redibitória consiste na resolução do contrato.
 - IV. Na ação redibitória, se o alienante conhecia o vício, ou o defeito, o adquirente fará jus ao recebimento de indenização pelas perdas e danos sofridos.
 - V. Confunde-se com a evicção a venda sob condição suspensiva e a promessa de venda.
- É correto apenas o que se afirma em

- (a) II, III e IV.
- (b) II, III e V.
- (c) I, II e V.
- (d) I, III e IV.
- (e) I, IV e V.

Câmara de São Paulo ::
Procurador Legislativo
VUNESP
2007

Assuntos relacionados

Contratos

Q.1049

Origem

Assinale a alternativa correta.

- (a) A teoria da imprevisão deve ser comprovada por quem a alega, sobre a alteração superveniente de circunstâncias fáticas.
- (b) A imprevisão somente pode ser argüida no Poder Judiciário, mesmo que pactuado de outra forma.
- (c) O credor não poderá invocar a imprevisão para rever o contrato, mesmo que tenha interesse.
- (d) A teoria da imprevisão pode ser invocada juntamente com a teoria da impossibilidade econômica.
- (e) A imprevisão pode ser alegada pela parte que deu causa à inexecução da obrigação, mesmo de forma culposa.

Câmara de São Paulo ::
Procurador Legislativo
VUNESP
2007

Assuntos relacionados

Contratos

Q.1050

Origem

Leia as afirmações a seguir.

I. A dificuldade da definição legal é a de que a qualidade de consumidor está vinculada à condição do adquirente do produto, a de destinatário final.

II. A noção de destinatário final não é unívoca. Pode ser entendida como o uso que se dê ao produto adquirido.

III. A doutrina e a jurisprudência vêm ampliando a compreensão da expressão 'destinatário final' para aqueles que enfrentam o mercado de consumo em condições de vulnerabilidade.

IV. A intervenção do Estado na ordem econômica, fundada na livre iniciativa, deve observar os princípios do direito do consumidor, objeto de tutela constitucional fundamental especial.

V. Com fundamento no Código do Consumidor, a interrupção de fornecimento de energia elétrica de Município inadimplente somente é considerada ilegítima quando atinge as unidades públicas provedoras das necessidades inadiáveis da comunidade.

É correto o que se afirma em

- (a) I, II e III, apenas.
- (b) II, III e IV, apenas.
- (c) II, IV e V, apenas.
- (d) III, IV e V, apenas.
- (e) I, II, III, IV e V.

Câmara de São Paulo ::
Procurador Legislativo
VUNESP
2007

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.1051

Origem

O Princípio da Intangibilidade das situações definitivamente consolidadas significa

- (a) que a eficácia retroativa das leis se presume e constitui uma excepcionalidade no sistema jurídico brasileiro.
- (b) a cláusula de salvaguarda do ato jurídico perfeito aplica-se a qualquer lei editada, ainda que se trate de lei de ordem pública.
- (c) a revogação tácita da lei ocorre quando lei nova regular a matéria, seja inteiramente, ou por conter disposições incompatíveis.
- (d) toda norma tem por finalidade regular situações jurídicas, ou seja, aquelas da vida humana que pareçam relevantes ao legislador.
- (e) a proibição de que relações jurídicas potestativas possam alterar unilateralmente a situação jurídica alheia.

Câmara de São Paulo ::
Procurador Legislativo
VUNESP
2007

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

Q.1052

Origem

No que diz respeito à eficácia dos negócios jurídicos, é possível concluir que

- (a) a eficácia putativa está sujeita a perder a eficácia, afetada pela decretação da nulidade do ato que a produziu.
- (b) afeta a definitividade da eficácia a cláusula contida no negócio jurídico que permita sua resolução em caso de inadimplemento.
- (c) a eficácia "ex nunc" é aquela que emana desde a perfeição do ato jurídico, podendo afetar efeitos que se hajam produzido no passado.
- (d) a resilição negocial opera "ad futurum", podendo ter eficácia retroativa "stricto sensu".
- (e) a eficácia é intermística ou interina quando sua permanência no mundo jurídico é, por natureza, provisória, mas que pode se tornar definitiva.

Câmara de São Paulo ::
Procurador Legislativo
VUNESP
2007

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.1053

Origem

Assinale a alternativa correta.

Câmara de São Paulo ::
Procurador Legislativo
VUNESP
2007

- (a) A expectativa de direito e a expectativa de fato têm a mesma natureza jurídica e os mesmos efeitos.
- (b) Poderá haver expectativa de direito sobre um direito real, mas não em relação a um direito pessoal.
- (c) Quem tem simples expectativa não é titular do direito em formação, já que sua formação é progressiva.
- (d) Não poderá praticar ato destinado à sua conservação aquele que tem simples expectativa de direito.
- (e) Há direitos que se adquirem por formação progressiva, não tendo expectativa de direito o herdeiro necessário.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.1054

Origem

Excesso de execução ou cumulação indevida; penhora incorreta ou errônea avaliação, nulidade de execução, por não configurar título executivo, são matérias que podem ser alegadas

Câmara de São Paulo ::
Procurador Legislativo
VUNESP
2007

- (a) pelo devedor do título executivo judicial, mediante impugnação.
- (b) pelo devedor ou por qualquer interessado na execução.
- (c) pelo devedor de título executivo extrajudicial, mediante Embargos à Execução, que além das matérias constantes do enunciado, poderá, ainda, alegar outras matérias de defesa que poderiam ser deduzidas em um processo de conhecimento.
- (d) pelo devedor, mediante Embargos à Execução, mas somente nas matérias constantes do enunciado.
- (e) a arguição de retenção por benfeitoria não é matéria que possa ser alegada em Embargos à Execução.

Assuntos relacionados

26.6 Pref. Louveira SP :: Procurador Judicial

Q.1055

Origem

Assinale a alternativa correta.

Pref. Louveira SP :: Procurador
Judicial
VUNESP
2007

- (a) A sucessão abre-se no lugar do domicílio do herdeiro.
- (b) Concorrendo à herança do falecido, irmãos bilaterais com irmãos unilaterais, cada um destes herdará metade do que cada um daqueles herdaram.
- (c) Na união estável, a companheira terá direito, se concorrer com descendentes só do autor da herança, a uma quota equivalente à que por lei for atribuída àqueles.
- (d) São anuláveis as disposições testamentárias em favor de pessoas não legitimadas a suceder, ainda quando simuladas sob a forma de contrato oneroso.
- (e) Os atos de aceitação ou renúncia da herança são revogáveis.

Assuntos relacionados

Parte IV

2006

Capítulo 27

CESGRANRIO

27.1 BNDES :: Direito - 1ª fase

Q.1056

De acordo com as disposições sobre o instituto da propriedade no Código Civil em vigor, assinale a afirmação correta.

(a) As faculdades de usar, gozar e dispor são inerentes à propriedade sobre o bem, porém, é vedado ao proprietário reaver a coisa em poder do possuidor, ainda que ilegítimo, tendo em vista a autonomia da posse em relação à propriedade.

(b) O Código Civil de 2002 caracterizou-se pelo alargamento dos prazos de efetivação do usucapião, consagrando a fundamentabilidade do direito de propriedade previsto no art. 5º da Constituição Federal.

(c) Adquire a propriedade sobre bem imóvel, independente de justo título e boa-fé, aquele que durante 20 anos ininterruptos possui o imóvel como se fosse seu.

(d) É nula de pleno direito a promessa de compra e venda de bem imóvel não levada a registro público junto à matrícula do imóvel.

(e) São defesos ao proprietário os atos sobre o bem que não lhe trazem qualquer comodidade ou utilidade, praticados com intuito de prejudicar outrem.

Origem

BNDES :: Direito - 1ª fase
CESGRANRIO
2006

Assuntos relacionados

Propriedade

27.2 BNDES :: Profissional Básico - Direito

Q.1057

Origem

De acordo com as disposições sobre o instituto da propriedade no Código Civil em vigor, assinale a afirmação correta.

BNDES :: Profissional Básico -
Direito
CESGRANRIO
2006

(a) As faculdades de usar, gozar e dispor são inerentes à propriedade sobre o bem, porém, é vedado ao proprietário reaver a coisa em poder do possuidor, ainda que ilegítimo, tendo em vista a autonomia da posse em relação à propriedade.

(b) O Código Civil de 2002 caracterizou-se pelo alargamento dos prazos de efetivação do usucapião, consagrando a fundamentabilidade do direito de propriedade previsto no art. 5º da Constituição Federal.

(c) Adquire a propriedade sobre bem imóvel, independente de justo título e boa-fé, aquele que durante 20 anos ininterruptos possui o imóvel como se fosse seu.

(d) É nula de pleno direito a promessa de compra e venda de bem imóvel não levada a registro público junto à matrícula do imóvel.

(e) São defesos ao proprietário os atos sobre o bem que não lhe trazem qualquer comodidade ou utilidade, praticados com intuito de prejudicar outrem.

Assuntos relacionados

Propriedade

27.3 EPE :: Técnico de Nível Superior - Jurídico

Q.1058

Origem

De acordo com o Código Civil de 2002, é correto afirmar: "O menor incapaz que, sob a autoridade e companhia dos pais, pratica ato ilícito de modo a causar prejuízo a outrem ...":

EPE :: Técnico de Nível Superior
- Jurídico
CESGRANRIO
2006

(a) não responderá pelos prejuízos que causar, se seus pais não dispuserem de meios suficientes.

(b) não gerará para seus pais o dever de reparar o dano, se estes provarem terem tomado as cautelas normais para evitar o reprovável comportamento do filho.

(c) não estará obrigado a ressarcir a seus pais o equivalente gasto com a reparação do dano.

(d) somente estará obrigado a ressarcir o dano após o trânsito em julgado de sentença criminal que tenha reconhecido a existência do dano e a sua responsabilidade como autor do fato.

(e) somente gerará responsabilidade pela reparação civil a seus pais e a seus avós, excluindo-se a responsabilidade de outros parentes.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

Q.1059

Origem

É **INCORRETO** afirmar que o devedor inadimplente de uma obrigação de fazer:

EPE :: Técnico de Nível Superior
- Jurídico
CESGRANRIO
2006

- (a) poderá ser obrigado a custear a execução do feito por terceiros quando a obrigação não for personalíssima.
- (b) deverá ressarcir ao credor se este, em caso de urgência, independente de autorização judicial, executar o fato.
- (c) não estará sujeito ao pagamento de perdas e danos se a prestação se impossibilitar sem culpa sua.
- (d) não poderá ser compelido ao cumprimento em espécie naquelas obrigações em que somente ele pode realizá-las, convertendo-se a sua recusa no dever de indenizar ao credor por perdas e danos.
- (e) estará sujeito ao pagamento de perdas e danos ou execução por terceiro a suas expensas, em sendo a obrigação fungível, de acordo com o arbítrio do juiz da causa, não cabendo ao credor opinar a este respeito.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

Q.1060

Origem

Em uma sociedade anônima, é correto afirmar que o acionista:

EPE :: Técnico de Nível Superior
- Jurídico
CESGRANRIO
2006

- (a) deve exercer o seu direito de voto de acordo com as suas convicções e os seus interesses pessoais.
- (b) pode votar livremente na deliberação da assembléia geral relativa à aprovação de suas contas como administrador.
- (c) não responde pessoalmente pelo exercício abusivo do direito de voto.
- (d) responde pelos danos causados pelo exercício abusivo do direito de voto, somente se seu voto tiver prevalecido.
- (e) responde pelos danos causados pelo exercício abusivo do direito de voto, ainda que seu voto não haja prevalecido.

Assuntos relacionados

Sociedade personificada

Q.1061

Origem

No caso de morte de sócio de uma sociedade simples, liquidar-se-á sua cota, **SALVO SE** :

EPE :: Técnico de Nível Superior
- Jurídico
CESGRANRIO
2006

- (a) o contrato social for omissivo a respeito.
- (b) o contrato social dispuser de forma diversa.
- (c) o sócio majoritário decidir de forma diversa.
- (d) os sócios remanescentes optarem pela continuação da sociedade.
- (e) a sociedade tiver sido constituída mediante contrato por instrumento público.

Assuntos relacionados

Sociedade personificada

27.4 BNDES :: Profissional Básico - Direito

Q.1062

A respeito dos institutos básicos de Direito Civil, assinale a afirmação correta.

- (a) A capacidade de fato das pessoas jurídicas é caracterizada pela sua aptidão para serem titulares de direitos e obrigações.
- (b) "Capacidade de fato" e "capacidade de direito" passaram a ser expressões de conteúdo idêntico, à luz da nova sistemática introduzida pelo Código Civil de 2002.
- (c) Pela aplicação da teoria do órgão, as pessoas jurídicas são apresentadas por seus órgãos, exteriorizadores de sua vontade.
- (d) Tendo-se em vista o princípio da consensualidade contratual, a personalidade das pessoas jurídicas surge com o simples acordo de vontades de seus fundadores.
- (e) Tendo a interdição caráter constitutivo, é impossível pleitear a invalidação de ato praticado antes de sua proclamação, ainda que provada a incapacidade do agente à época.

Origem

BNDES :: Profissional Básico -
Direito
CESGRANRIO
2006

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

27.5 BNDES :: Direito - 1ª fase

Q.1063

A cláusula de inalienabilidade poderá ser instituída das seguintes formas:

- I - mediante a manifestação de vontade mútua das partes contratantes;
- II - por ato de vontade do testador sobre a parte disponível da herança;
- III - por meio de negócio jurídico, com a presença de duas testemunhas;
- IV - quando se tratar de legítima, mediante justa causa declarada no testamento;
- V - por ato inter vivos, somente na hipótese de doação. Estão corretas, apenas, as formas:

- (a) I e IV
- (b) III e IV
- (c) I, II e V
- (d) I, III e V
- (e) II, IV e V

Origem

BNDES :: Direito - 1ª fase
CESGRANRIO
2006

Assuntos relacionados

Sucessão testamentária

27.6 BNDES :: Profissional Básico - Direito

Q.1064

Origem

A cláusula de inalienabilidade poderá ser instituída das seguintes formas:
I - mediante a manifestação de vontade mútua das partes contratantes;
II - por ato de vontade do testador sobre a parte disponível da herança;
III - por meio de negócio jurídico, com a presença de duas testemunhas;
IV - quando se tratar de legítima, mediante justa causa declarada no testamento;
V - por ato *inter vivos*, somente na hipótese de doação. Estão corretas, apenas, as formas:

BNDES :: Profissional Básico -
Direito
CESGRANRIO
2006

Assuntos relacionados

Sucessão testamentária

- (a) I e IV
- (b) III e IV
- (c) I, II e V
- (d) I, III e V
- (e) II, IV e V

27.7 BNDES :: Direito - 1ª fase

Q.1065

Origem

A alienação fiduciária em garantia é espécie de contrato em que o credor tem apenas o domínio resolúvel e a posse indireta do bem alienado, enquanto o devedor mantém-se na posse direta do bem, na qualidade de depositário. Levando-se em consideração as disposições de lei relativas à alienação fiduciária, assinale a afirmativa INCORRETA.

BNDES :: Direito - 1ª fase
CESGRANRIO
2006

Assuntos relacionados

- (a) Requerida pelo credor a busca e apreensão do bem móvel objeto da alienação fiduciária em garantia, é vedado ao devedor emendar a mora com o simples depósito das prestações vencidas em atraso.
- (b) Adimplida a dívida originária, resolve-se o domínio em favor do devedor fiduciante, que volta a gozar da plena propriedade sobre o bem.
- (c) Quando a alienação fiduciária tem por objeto bem imóvel, inadimplida a obrigação, cabe ao credor exercer seus direitos através do instituto da consolidação.
- (d) Se o bem não for encontrado na posse do devedor, a ação de busca e apreensão será convolada em ação de depósito.
- (e) A alienação fiduciária em garantia é contrato de caráter instrumental ao contrato de mútuo que se pretende garantir.

Espécies de contrato

Q.1066

Origem

Analisando-se o instituto da cessão de crédito, pode-se afirmar que:

BNDES :: Direito - 1ª fase
CESGRANRIO
2006

- (a) o Código Civil de 2002 simplificou o mecanismo de cessão, facultando às partes a notificação do devedor, já que as dívidas de natureza civil são quesíveis.
- (b) a cessão de crédito de natureza civil exige a forma pública para que produza efeitos entre as partes.
- (c) quando a cessão de crédito é necessária, o formalismo exigido pela lei é ainda maior.
- (d) para que a proibição convencional à transferência de crédito produza efeitos perante terceiros de boa-fé, deve constar do instrumento da obrigação.
- (e) havendo proibição à transferência de determinado crédito, a eventual celebração da cessão é válida entre as partes, porém ineficaz.

Assuntos relacionados

Transmissão das obrigações

Q.1067

Origem

A respeito do domicílio, marque a afirmação correta.

BNDES :: Direito - 1ª fase
CESGRANRIO
2006

- (a) O conceito de domicílio confunde-se com o de residência, nos inovadores termos do Código Civil de 2002.
- (b) As pessoas jurídicas estatais - União, Estados e Municípios - não possuem domicílio.
- (c) Como vigora em nosso sistema o princípio da unicidade de domicílio, é vedado ao particular possuir domicílio profissional diverso daquele de caráter residencial.
- (d) É instituto caracterizado por um elemento objetivo, qual seja o estabelecimento físico da pessoa, e outro subjetivo, configurado pelo *animus* de permanência definitiva.
- (e) Havendo pluralidade de residências, cabe à autoridade pública indicar o domicílio da pessoa natural, a qual não terá direito à opção.

Assuntos relacionados

Domicílio

27.8 BNDES :: Profissional Básico - Direito

Q.1068

Origem

A respeito do domicílio, marque a afirmação correta.

BNDES :: Profissional Básico -
Direito
CESGRANRIO
2006

- (a) O conceito de domicílio confunde-se com o de residência, nos inovadores termos do Código Civil de 2002.
- (b) As pessoas jurídicas estatais - União, Estados e Municípios - não possuem domicílio.
- (c) Como vigora em nosso sistema o princípio da unicidade de domicílio, é vedado ao particular possuir domicílio profissional diverso daquele de caráter residencial.
- (d) É instituto caracterizado por um elemento objetivo, qual seja o estabelecimento físico da pessoa, e outro subjetivo, configurado pelo *animus* de permanência definitiva.
- (e) Havendo pluralidade de residências, cabe à autoridade pública indicar o domicílio da pessoa natural, a qual não terá direito à opção.

Assuntos relacionados

Domicílio

27.9 BNDES :: Direito - 1ª fase

Q.1069

Origem

Levando-se em consideração o instituto da cláusula penal e o tratamento recebido pelo legislador do Código Civil de 2002, analise as afirmativas abaixo.

BNDES :: Direito - 1ª fase
CESGRANRIO
2006

I - A cláusula penal deve constar expressamente do mesmo instrumento da obrigação.

II - Para que o devedor incorra de pleno direito na cláusula penal, é necessário que deixe de cumprir a obrigação dolosamente.

III - O valor da obrigação prevista na cláusula penal não pode ultrapassar o valor da obrigação principal.

IV - Para exigir o cumprimento da cláusula penal, o credor deverá fazer prova de seu prejuízo.

V - Tratando-se de obrigação indivisível, caindo em falta um dos devedores, a cláusula somente a ele atingirá. Está(ão) correta(s), somente, a(s) afirmação(ões):

Assuntos relacionados

Inadimplemento das obrigações

- (a) III
- (b) I e III
- (c) I e IV
- (d) II e V
- (e) II, III e IV

Q.1070

Origem

A disciplina jurídica da hipoteca vem assentada em dois pilares fundamentais - a publicidade e a especialidade - de extrema importância na organização do sistema da propriedade imobiliária brasileiro. Levando-se em consideração as disposições legais inerentes à hipoteca, marque a afirmativa INCORRETA.

BNDES :: Direito - 1ª fase
CESGRANRIO
2006

Assuntos relacionados

(a) A hipoteca é direito real de garantia de natureza essencialmente civil, ainda que as partes contratantes sejam empresárias e a dívida originária de natureza mercantil.

(b) A indivisibilidade é característica inerente à própria essência da hipoteca, pois, enquanto não liquidada a dívida, subsistirá a garantia sobre a totalidade dos bens hipotecados, desde que também indivisíveis.

(c) O bem oferecido em hipoteca pode ser do próprio devedor ou de terceiro estranho ao negócio jurídico originário.

(d) Qualquer dívida pode ser garantida por hipoteca, seja ela atual, futura, condicional, a termo ou pura e simples, impondo-se, apenas, nas dívidas futuras ou condicionais, a definição prévia do valor máximo da obrigação garantida.

(e) Em relação ao bem hipotecado, é vedada a estipulação do pacto comissório, através do qual seria permitido ao credor ficar com o objeto da garantia na hipótese de inadimplemento da obrigação, sob pena de nulidade.

Penhor
Hipoteca
Anticrese

Q.1071

Origem

Ao promover uma execução, o Banco "Y" consegue realizar a penhora de um imóvel comercial de propriedade do devedor, que é uma pessoa física. Sobre a situação descrita, assinale a afirmação INCORRETA.

BNDES :: Direito - 1ª fase
CESGRANRIO
2006

Assuntos relacionados

- (a) O devedor pode, a qualquer tempo, mas antes da arrematação ou da adjudicação, requerer a substituição do bem penhorado por dinheiro.
- (b) A eventual alienação posterior do bem, por ato entre vivos, não impossibilita o prosseguimento da execução.
- (c) Existindo mais de uma penhora sobre um mesmo bem, conservar-se-á a preferência processual, que cessará no caso de ser decretada a insolvência do devedor.
- (d) Em sendo um bem penhorado insuficiente para a satisfação integral do débito, inclusive custas e honorários advocatícios, poderá o credor solicitar reforço de penhora.
- (e) Para providenciar o registro da penhora no ofício imobiliário o exequente necessita de mandado judicial.

Penhor
Hipoteca
Anticrese

Q.1072

Origem

João Carlos, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, avalizou obrigação representada em nota promissória emitida por seu amigo Márcio, sem o consentimento de sua mulher, Maria. Em razão do não-pagamento da nota promissória, João Carlos foi executado pelo credor, que penhorou bem imóvel do casal. Maria poderá:

BNDES :: Direito - 1ª fase
CESGRANRIO
2006

Assuntos relacionados

- (a) opor embargos de devedor, tendo em vista a unidade dos interesses dos cônjuges.
- (b) postular a exclusão da meação, através de embargos de terceiro, desde que provado o prejuízo sofrido.
- (c) pleitear a anulação do aval dado sem seu consentimento.
- (d) pedir a declaração da nulidade absoluta do ato, pois pouco importa o regime de bens do casamento, será sempre necessária a outorga uxória.
- (e) regredir contra João Carlos, pois, em relação ao credor, prevalece a autonomia das obrigações cartulares e nada poderá ser feito.

Regime de bens entre os cônjuges

Q.1073

Origem

Pela teoria clássica, é possível definir contrato como o acordo de vontades estabelecido com o propósito de produzir efeitos jurídicos. Levando-se em consideração o conceito de contrato, suas características e espécies, é INCORRETO afirmar que:

BNDES :: Direito - 1ª fase
CESGRANRIO
2006

Assuntos relacionados

- (a) ao estipular que os contratos devem obedecer à forma prescrita ou não defesa em lei como requisito de validade contratual, consagra o Código Civil os princípios do informalismo e da tipicidade dos contratos.
- (b) em sua primeira acepção, enquanto fruto de acordo de vontades, todo contrato é bilateral ou até mesmo multilateral, sendo permitida, todavia, a classificação em bilaterais e unilaterais quando se verifica que o contrato acarreta obrigações a ambas ou apenas a uma das partes.
- (c) o mútuo é contrato do gênero empréstimo, que pode ser remunerado ou não; caso celebrado da forma onerosa, será denominado mútuo feneratício.
- (d) os vícios de validade dos contratos podem ser divididos em nulidade ou anulabilidade, conforme o requisito legal não atendido.
- (e) os contratos são, junto com as declarações unilaterais de vontade, espécies do gênero ato jurídico.

Contratos

27.10 BNDES :: Profissional Básico - Direito

Q.1074

Origem

Pela teoria clássica, é possível definir contrato como o acordo de vontades estabelecido com o propósito de produzir efeitos jurídicos. Levando-se em consideração o conceito de contrato, suas características e espécies, é **INCORRETO** afirmar que:

BNDES :: Profissional Básico -
Direito
CESGRANRIO
2006

Assuntos relacionados

- (a) ao estipular que os contratos devem obedecer à forma prescrita ou não defesa em lei como requisito de validade contratual, consagra o Código Civil os princípios do informalismo e da tipicidade dos contratos.
- (b) em sua primeira aceção, enquanto fruto de acordo de vontades, todo contrato é bilateral ou até mesmo multilateral, sendo permitida, todavia, a classificação em bilaterais e unilaterais quando se verifica que o contrato acarreta obrigações a ambas ou apenas a uma das partes.
- (c) o mútuo é contrato do gênero empréstimo, que pode ser remunerado ou não; caso celebrado da forma onerosa, será denominado mútuo feneratício.
- (d) os vícios de validade dos contratos podem ser divididos em nulidade ou anulabilidade, conforme o requisito legal não atendido.
- (e) os contratos são, junto com as declarações unilaterais de vontade, espécies do gênero ato jurídico.

Contratos

27.11 EPE :: Técnico de Nível Superior - Jurídico

Q.1075

Origem

O Código Civil de 2002 resolveu a discussão sobre a incidência ou não da chamada Teoria da Imprevisão no direito brasileiro ao disciplinar a resolução de contrato por onerosidade excessiva. **NÃO** é requisito necessário para se postular a resolução de um contrato por onerosidade excessiva a(o):

EPE :: Técnico de Nível Superior
- Jurídico
CESGRANRIO
2006

Assuntos relacionados

- (a) vigência de um contrato de execução diferida ou continuada.
- (b) imprevisibilidade da alteração radical das condições econômicas objetivas no momento da execução, em confronto com o ambiente objetivo no momento da celebração.
- (c) onerosidade excessiva para um dos contratantes e com extrema vantagem para a outra.
- (d) parte beneficiada pela onerosidade excessiva da outra se negar, por qualquer meio, a modificar equitativamente as condições do contrato.
- (e) ingresso em juízo requerendo a resolução no curso de produção dos efeitos do contrato.

Contratos

27.12 BNDES :: Direito - 1ª fase

Q.1076

Origem

Sobre o delito "peculato", assinale a afirmação correta.

BNDES :: Direito - 1ª fase
CESGRANRIO
2006

- (a) O peculato não admite a figura da tentativa.
- (b) O funcionário público que desvia dinheiro, mas que possui créditos reais contra a Administração Pública, não comete peculato.
- (c) O funcionário público que se apropria de bens do Estado com a intenção de posterior devolução comete peculato.
- (d) O peculato-apropriação se distingue do peculato-desvio pela presença do dolo como elemento subjetivo do tipo penal.
- (e) Na figura do peculato-desvio, a consumação ocorre no momento em que o agente obtém o proveito próprio ou alheio.

Assuntos relacionados

Direito civil

27.13 BNDES :: Profissional Básico - Direito

Q.1077

Origem

Sobre o delito "peculato", assinale a afirmação correta.

BNDES :: Profissional Básico -
Direito
CESGRANRIO
2006

- (a) O peculato não admite a figura da tentativa.
- (b) O funcionário público que desvia dinheiro, mas que possui créditos reais contra a Administração Pública, não comete peculato.
- (c) O funcionário público que se apropria de bens do Estado com a intenção de posterior devolução comete peculato.
- (d) O peculato-apropriação se distingue do peculato-desvio pela presença do dolo como elemento subjetivo do tipo penal.
- (e) Na figura do peculato-desvio, a consumação ocorre no momento em que o agente obtém o proveito próprio ou alheio.

Assuntos relacionados

Direito civil

27.14 EPE :: Técnico de Nível Superior - Jurídico

Q.1078

Origem

NÃO é da competência dos Juizados Especiais Cíveis previstos na Lei nº9.099/95 a ação:

EPE :: Técnico de Nível Superior
- Jurídico
CESGRANRIO
2006

- (a) de despejo para uso próprio, independente do valor do aluguel ou do imóvel.
- (b) de cobrança ao condômino de taxas condominiais, mesmo que excedentes a 40 vezes o valor do salário-mínimo.
- (c) de alimentos, com pedido de pensionamento mensal no valor de trezentos reais.
- (d) de ressarcimento de danos, de qualquer valor, causados em acidentes de veículo de via terrestre.
- (e) possessória sobre bens imóveis de valor não excedente a 40 vezes o valor do salário-mínimo.

Assuntos relacionados

Juizados

Q.1079

Origem

A energia elétrica que tem valor econômico é um bem:

EPE :: Técnico de Nível Superior
- Jurídico
CESGRANRIO
2006

- (a) móvel, fungível, consumível e divisível.
- (b) móvel, não fungível, consumível e indivisível por determinação legal.
- (c) imóvel por determinação legal, fungível, consumível e divisível.
- (d) imóvel, não fungível, consumível e indivisível.
- (e) imóvel por natureza, fungível, consumível e divisível.

Assuntos relacionados

Bens

27.15 BNDES :: Direito - 1ª fase

Q.1080

Origem

Sobre a existência, validade e eficácia dos atos jurídicos, é correto afirmar que:

BNDES :: Direito - 1ª fase
CESGRANRIO
2006

- (a) o ordenamento jurídico tutela a existência de condições puramente potestativas somente quando envolvido na relação jurídica direito de ordem subjetiva.
 - (b) o ato ilícito não é apto a produzir qualquer efeito jurídico, pois a validade é pressuposto lógico da eficácia.
 - (c) determinado negócio jurídico, pendente condição suspensiva, tem eficácia restrita até a implementação da mesma, o que não lhe retira a existência nem mesmo a validade, desde que obedecidos os requisitos legais.
 - (d) são requisitos de existência do ato jurídico a presença de agente capaz, objeto lícito e possível e forma prescrita ou não defesa em lei.
 - (e) sendo a doação exemplo típico de contrato gratuito, não pode estar sujeita a qualquer encargo.
-

Assuntos relacionados

27.16 BNDES :: Profissional Básico - Direito

Q.1081

Origem

Sobre a existência, validade e eficácia dos atos jurídicos, é correto afirmar que:

BNDES :: Profissional Básico -
Direito
CESGRANRIO
2006

- (a) o ordenamento jurídico tutela a existência de condições puramente potestativas somente quando envolvido na relação jurídica direito de ordem subjetiva.
 - (b) o ato ilícito não é apto a produzir qualquer efeito jurídico, pois a validade é pressuposto lógico da eficácia.
 - (c) determinado negócio jurídico, pendente condição suspensiva, tem eficácia restrita até a implementação da mesma, o que não lhe retira a existência nem mesmo a validade, desde que obedecidos os requisitos legais.
 - (d) são requisitos de existência do ato jurídico a presença de agente capaz, objeto lícito e possível e forma prescrita ou não defesa em lei.
 - (e) sendo a doação exemplo típico de contrato gratuito, não pode estar sujeita a qualquer encargo.
-

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

27.17 EPE :: Técnico de Nível Superior - Jurídico

Q.1082

Origem

O Código Civil de 2002 considera a lesão como uma espécie de defeito do negócio jurídico. A respeito do tema, é correto afirmar que:

EPE :: Técnico de Nível Superior
- Jurídico
CESGRANRIO
2006

- (a) o instituto da lesão está restrito ao contrato de compra e venda.
- (b) o negócio jurídico defeituoso em razão da ocorrência de lesão é nulo.
- (c) o negócio jurídico defeituoso em razão do instituto da lesão pode ser convalidado, se o beneficiado oferecer suplemento que desfaça a desproporção das prestações ou acorde com a redução do proveito.
- (d) o Código Civil adota o critério de tarifamento de acordo com o tamanho da lesão causada à parte prejudicada, podendo ser classificada em lesão enorme e lesão enormíssima.
- (e) o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico no caso de lesão é de 5 anos, contado do dia em que se realizou o negócio jurídico.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

27.18 BNDES :: Direito - 1ª fase

Q.1083

Origem

A respeito dos institutos básicos de Direito Civil, assinale a afirmação correta.

BNDES :: Direito - 1ª fase
CESGRANRIO
2006

- (a) A capacidade de fato das pessoas jurídicas é caracterizada pela sua aptidão para serem titulares de direitos e obrigações.
- (b) "Capacidade de fato" e "capacidade de direito" passaram a ser expressões de conteúdo idêntico, à luz da nova sistemática introduzida pelo Código Civil de 2002.
- (c) Pela aplicação da teoria do órgão, as pessoas jurídicas são apresentadas por seus órgãos, exteriorizadores de sua vontade.
- (d) Tendo-se em vista o princípio da consensualidade contratual, a personalidade das pessoas jurídicas surge com o simples acordo de vontades de seus fundadores.
- (e) Tendo a interdição caráter constitutivo, é impossível pleitear a invalidação de ato praticado antes de sua proclamação, ainda que provada a incapacidade do agente à época.

Assuntos relacionados

Capítulo 28

CESGRARIO

28.1 Petrobrás :: Advogado(a) junior

Q.1084

Origem

O Código Civil de 2002 considera como hipótese de ato lícito sujeito à reparação do dano o ato praticado:

Petrobrás :: Advogado(a) junior
CESGRARIO
2006

- (a) em estado de necessidade.
- (b) em legítima defesa.
- (c) com abuso do direito.
- (d) sob a influência de temor reverencial.
- (e) no exercício regular de um direito reconhecido

Assuntos relacionados

Atos jurídicos ilícitos

Q.1085

Origem

Assinale a afirmativa correta a propósito das disposições finais e transitórias do Código Civil atualmente em vigor, especificamente no que tange às questões atinentes a direito intertemporal e aplicabilidade do referido diploma.

Petrobrás :: Advogado(a) junior
CESGRARIO
2006

- (a) Aplicam-se os prazos decadenciais previstos no Código Civil de 2002 quando tiverem sido por ele reduzidos.
- (b) Há regra expressa no sentido de que as alterações previstas para as associações e fundações somente serão aplicadas àquelas que se constituírem após 11 de janeiro de 2003.
- (c) O prazo prescricional das ações de reparação de danos que não houver atingido a metade do tempo previsto no Código Civil de 1916 regular-se-á por inteiro nos termos da nova lei.
- (d) O prazo para a aquisição da propriedade imóvel pela usucapião extraordinária será de 15 anos se, quando da edição do Código de 2002, já tiver transcorrido mais da metade do prazo previsto no Código Civil de 1916.
- (e) As disposições do novo Código Civil aplicam-se imediatamente às dissoluções e liquidações de sociedades já em curso antes de sua vigência, por traduzirem maior proteção aos sócios

Assuntos relacionados

Disposições finais e transitórias

Q.1086

Origem

O novo Código Civil prevê, expressamente, no seu artigo 50, a teoria da desconsideração da personalidade jurídica (disregard doctrine). Sobre esta teoria é correto afirmar:

Petrobrás :: Advogado(a) junior
CESGRARIO
2006

Assuntos relacionados

- (a) Pode ser aplicada às sociedades em comum.
- (b) Trata-se de adoção, pelo legislador, da Teoria Maior da desconsideração da personalidade jurídica.
- (c) Trata-se de adoção, pelo legislador, da Teoria Menor da desconsideração da personalidade jurídica, que já se encontrava positivada no Código de Defesa do Consumidor.
- (d) É possível sua aplicação sempre que a personalidade jurídica for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.
- (e) A positivação desta teoria no novo Código Civil acabou por revogar, de forma implícita, os parâmetros existentes na legislação esparsa.

Pessoas jurídicas

Q.1087

Origem

Após a publicação em jornal de grande circulação da notícia de que um famoso artista teria diversos credores e estaria insolvente, João, ciente das referidas notícias, decide adquirir uma loja de propriedade daquele artista. Assim, é lavrada escritura pública de promessa de compra e venda, onde consta que o preço, que é aproximadamente o corrente, será pago em três parcelas mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira cinco dias após a celebração do ato. Já na posse do imóvel, João dá início imediato a uma grande reforma, que é de extrema importância para ampliação dos seus negócios. Na véspera de pagar a primeira parcela do preço, João decide consultar um advogado sobre os possíveis riscos que envolvem o contrato por ele anteriormente celebrado. Assinale a opção que apresenta a orientação correta que o advogado deverá dar a João.

Petrobrás :: Advogado(a) junior
CESGRARIO
2006

Assuntos relacionados

- (a) É nulo o contrato celebrado, mas João poderá reter o imóvel até que as benfeitorias que lhe foram incorporadas sejam restituídas.
- (b) João não possui direito de retenção pelas benfeitorias, pois o contrato é manifestamente nulo.
- (c) João poderá manter a validade da sua aquisição e, para tanto, deverá depositar o preço em juízo e requerer a citação de todos os interessados.
- (d) João deverá cumprir o contrato como originariamente celebrado, pagando as parcelas do preço ao artista, pois o negócio é válido e, por se tratar de um contrato oneroso, não poderá ser anulado.
- (e) Caso João decida pagar o preço diretamente ao artista, o prazo para eventuais credores prejudicados pleitearem a anulação do negócio jurídico será de cinco anos.

Espécies de contrato

Q.1088

Origem

O Código Civil de 2002, nos seus artigos de 478 a 480, disciplina a resolução por onerosidade excessiva nos contratos de execução continuada ou diferida. Sobre a matéria, está correto afirmar:

Petrobrás :: Advogado(a) junior
CESGRARIO
2006

Assuntos relacionados

- (a) É possível a aplicação da teoria da imprevisão nos contratos aleatórios.
- (b) Caso o contrato objeto da ação resolutória venha a ser integralmente cumprido no curso da lide, a ação deverá ser extinta sem julgamento do mérito.
- (c) Em sendo concedida a resolução do contrato, opera-se a liberação do devedor, revendo-se as prestações cumpridas antes de iniciada a ação resolutória.
- (d) À parte prejudicada cabe a "ação resolutória", abrindose, porém, a oportunidade à parte beneficiada de evitar este desenlace, oferecendo modificação equitativa das condições de execução.
- (e) Em caso de extrema onerosidade, a parte prejudicada pode cessar os pagamentos pactuados, devendo, no prazo de 30 dias, renovar o pedido de resolução do contrato em juízo, caso lhe tenha sido negado pela parte beneficiada.

Contratos

Q.1089

Origem

Por que prazo e a partir de que momento vigorará a patente de modelo de utilidade?

Petrobrás :: Advogado(a) junior
CESGRARIO
2006

Assuntos relacionados

- (a) 10 anos contados da data de publicação do despacho que deferir a patente.
- (b) 15 anos contados da data do depósito.
- (c) 15 anos contados da data de publicação do despacho que deferir a patente.
- (d) 20 anos contados da data do depósito.
- (e) 20 anos contados da data de publicação do despacho que deferiu a patente

Direito civil

Q.1090

Origem

Quanto é o tempo de proteção ao direito patrimonial de autor falecido e quando se inicia a contagem desse prazo?

Petrobrás :: Advogado(a) junior
CESGRARIO
2006

Assuntos relacionados

- (a) 30 anos contados do dia seguinte ao óbito.
- (b) 50 anos contados do dia seguinte ao óbito.
- (c) 50 anos contados do primeiro dia do ano subsequente ao óbito.
- (d) 70 anos contados do dia seguinte ao óbito.
- (e) 70 anos contados do primeiro dia do ano subsequente ao óbito.

Direito civil

Capítulo 29

CESPE

29.1 TJ-SE :: Serviços Notariais e de Registro

Q.1091

Origem

Acerca do registro de imóveis, julgue os itens a seguir

TJ-SE :: Serviços Notariais e de
Registro
CESPE
2006

() O livro de registro geral é destinado à matrícula dos imóveis e ao registro ou à averbação de outros atos que, apesar de não terem relação direta com o imóvel matriculado, por exigência legal são averbados no cartório imobiliário, como, por exemplo, as convenções de condomínio, os pactos antenupciais, a instituição de bem de família e a cédula de crédito hipotecário.

Assuntos relacionados

Propriedade

() Considere que tenha sido lavrada escritura pública de compra e venda de bens imóveis na qual o estado civil do comprador tenha constado como casado sob o regime da comunhão de bens, quando o correto deveria ter sido viúvo. Nessa situação, o erro deve ser corrigido com a lavratura de outra escritura pública.

() A extinção do usufruto por morte do usufrutuário independe de sentença judicial para ser reconhecida, podendo ser averbada mediante simples requerimento instruído com a respectiva certidão de óbito e os demais documentos necessários.

() O contrato de locação de bens imóveis por prazo determinado pode ser registrado no registro de imóveis da respectiva circunscrição quando o instrumento contenha, além dos requisitos legais, cláusula de vigência em caso de alienação, para efeito de direitos de preferência.

() Se o título apresentado para apontamento não demonstrar de plano que a prioridade do direito nele representado decorre de uma precedência, o oficial pode recusar a apresentação do título, deixando de lançá-lo no protocolo.

Q.1092

Origem

Acerca da propriedade imobiliária, julgue os itens a seguir.

TJ-SE :: Serviços Notariais e de
Registro
CESPE
2006

() A validade do registro imobiliário é sempre condicionada ao conteúdo do título translativo da propriedade e os vícios originários desse título se transmitem junto à cadeia de adquirentes.

Assuntos relacionados

() Entre as causas de perda da propriedade está a usucapião que, sendo ordinária, exige a prova do justo título e da boa-fé e consuma-se no prazo de dez anos de posse ininterrupta, sem oposição e exercida com o ânimo de dono.

Propriedade

29.2 TRT 5ª:: Juiz do trabalho substituto - 2ªetapa

Q.1093

Origem

Quanto à responsabilidade civil, assinale a opção correta.

TRT 5ª:: Juiz do trabalho
substituto - 2ªetapa
CESPE
2006

() O empregado vítima de danos morais e materiais ocorridos em razão de atividade laboral poderá pleitear, alternativamente, a indenização previdenciária ou propor ação de reparação de danos contra o empregador. Será devida pelo empregador a indenização do direito comum, quando restar provado que os danos sofridos pelo empregado ocorreram exclusivamente em virtude da omissão do empregador de oferecer condições adequadas de trabalho, de sorte a evidenciar a indiferença diante do risco sério corrido pelo obreiro. Na hipótese de o fato ter sido caracterizado como acidente de trabalho, a obrigação de indenizar será do INSS, por se tratar de pensão previdenciária.

() A pessoa jurídica de direito privado, quaisquer que sejam a sua natureza e os seus fins, responde pelos atos de seus dirigentes ou administradores, bem como de seus empregados ou prepostos que, nessa qualidade, causem dano a outrem. Assim, a responsabilidade civil é objetiva, sem preocupação com a culpa, e importa determinar a existência do dano sofrido pela vítima e a sua autoria, apurando se o agente procede nessa qualidade ou por ocasião dele.

() Não é possível a cumulação de indenização por danos morais e danos estéticos, ainda que derivados do mesmo evento danoso e com consequências diversas, pois, na reparação por danos morais, incluem-se os danos estéticos.

() Considere que determinado adolescente foi vítima de homicídio praticado por policial militar. Nessa situação, o Estado responde objetivamente pela reparação dos danos morais sofridos pelos pais da vítima. Entretanto, os danos materiais, isto é, a pensão mensal, só serão devidos se ficar comprovado que a vítima exercia trabalho remunerado, contribuía com as despesas domésticas e pertencia a família de baixa renda.

() Reputa-se como dano moral a dor, o aborrecimento ou a humilhação que foge à normalidade e interfere no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe desequilíbrio em seu bem-estar físico. A fixação judicial do valor da indenização a título de danos morais está vinculada ao valor do prejuízo efetivamente experimentado e demonstrado pela vítima. Para a adequada fixação do dano moral, deve o juiz considerar o poder econômico das partes e o caráter educativo da sanção.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

Q.1094

Origem

Segundo o direito das obrigações e as preferências e privilégios creditórios, assinale a opção correta.

TRT 5ª:: Juiz do trabalho
substituto - 2ª etapa
CESPE
2006

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

() A obrigação natural é uma relação de caráter patrimonial e tem por objeto fatos ou prestações de uma pessoa em proveito de outra. Trata-se de uma relação de débito e crédito que vincula objeto e sujeitos determinados. Se ocorrer o inadimplemento da obrigação, será exigida a responsabilização patrimonial do devedor e se houver pagamento indevido será assegurado ao devedor o direito de reaver o que pagou a maior, evitando-se, assim, o enriquecimento ilícito.

() Ocorre a solidariedade passiva quando, em determinada obrigação, concorre uma pluralidade de devedores, cada um deles obrigado ao pagamento de toda a dívida. Portanto, o credor tem direito a exigir e receber integralmente a dívida comum de qualquer dos devedores. Se o credor demandar apenas um dos devedores, cobrando-lhe a parte dele na dívida, acarretará a extinção da solidariedade passiva e o restante do débito deverá ser cobrado, proporcionalmente, dos demais devedores.

() A obrigação de pagamento dos juros moratórios, em virtude do retardamento no cumprimento da obrigação, independe da alegação de prejuízo. Os juros de mora contam-se a partir do vencimento, se a obrigação em dinheiro é líquida e vincula-se a termo final. Se os juros de mora não cobrirem suficientemente o prejuízo experimentado e sempre que, cumulativamente, não esteja prevista na obrigação inadimplida uma pena convencional, o juiz, no caso concreto, poderá conceder ao credor prejudicado uma indenização suplementar para a restituição do patrimônio ao status quo ante.

() Havendo declaração de insolvência, todas as dívidas serão consideradas vencidas, para que seja verificado o que deve ser quitado em primeiro lugar. Segundo o ordenamento jurídico brasileiro, o crédito de instituição bancária garantido com hipoteca tem preferência em relação ao crédito tributário e trabalhista. Entretanto, os créditos trabalhistas têm preferência sobre créditos decorrentes de transações comerciais, ainda que constituídos depois de ajuizada a ação de execução individual contra devedor solvente.

() Em caso de inadimplemento pelo devedor da obrigação assumida, esse pode purgar a mora oferecendo ao credor as prestações vencidas, acrescidas da indenização dos danos causados ao credor pela mora. Por se tratar de relação de débito e crédito que vincula os sujeitos, o devedor tem o ônus de resgatar o débito e o credor tem o direito de receber o crédito. Portanto, se o devedor purgar a mora, não poderá o credor rejeitar a prestação por considerá-la inútil ou requerer a transformação da mora em inadimplemento definitivo e pleitear a resolução do contrato.

29.3 OAB-PE :: OAB - II Exame 2006

Q.1095

Origem

A respeito das pessoas naturais e jurídicas, assinale a opção **incorreta**.

OAB-PE :: OAB - II Exame 2006
CESPE
2006

() Havendo dissolução da pessoa jurídica, ela subsistirá até o término do procedimento de liquidação e a averbação da dissolução no registro em que ela estiver inscrita.

() Em caso de desacordo entre os genitores quanto a emancipação do filho, é assegurado a qualquer um deles, mediante escritura pública devidamente registrada no cartório de registro civil, conceder a emancipação voluntária ao filho do casal.

() As pessoas jurídicas, validamente constituídas, respondem somente com seu patrimônio pelos atos praticados por seus administradores, desde que esses atos sejam praticados sem abuso da personalidade jurídica.

() Nas sociedades de pessoas, quando um sócio morre, os remanescentes podem impedir o ingresso na sociedade do sucessor ou dos sucessores do de cujus, por meio da resolução da sociedade, com a liquidação da quota do sócio falecido em favor de seus herdeiros.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

29.4 TJ-SE :: Serviços Notariais e de Registro

Q.1096

Origem

A respeito do registro civil das pessoas naturais, julgue os itens seguintes

TJ-SE :: Serviços Notariais e de
Registro
CESPE
2006

() O prenome de pessoa natural pode ser alterado por opção do interessado, independentemente de autorização judicial, desde que requerido no primeiro ano após ser atingida a maioridade civil. Permite-se, ainda, a alteração, mediante autorização judicial, quando o nome expuser ao ridículo o seu titular.

() A emancipação, voluntária ou judicial, será registrada, em livro especial, no cartório do 1.º ofício ou da 1.ª subdivisão judiciária da comarca do domicílio do menor. Quando essa for diversa da comarca em que foi registrado, se fará menção no registro e a emancipação será anotada, com remissões recíprocas, no assento de nascimento.

() Deferida a adoção pelo juiz, a sentença respectiva terá efeito constitutivo, devendo ser averbada, mediante mandado, no registro civil do domicílio dos adotantes, expedindo-se comunicação ao registrador que realizou o assento primitivo, que averbará o cancelamento do registro do adotado, ainda que a ordem judicial silencie a respeito.

() Anotação é o ato praticado pelo oficial, à margem do assento de nascimento, de óbito ou de casamento, que consiste em remissões recíprocas dos registros e averbações, com a finalidade de modificar ou cancelar o registro existente.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

29.5 OAB-PE :: OAB - II Exame 2006

Q.1097

Origem

A respeito do direito das sucessões, assinale a opção correta.

OAB-PE :: OAB - II Exame 2006
CESPE
2006

() A doação de ascendente para descendente importa em adiantamento da legítima, isto é, uma antecipação de suas quotas legítimas necessárias. Desse modo, quando da abertura do inventário, o herdeiro contemplado com a doação é obrigado a trazer à colação, nos autos do inventário, os bens e dotes que recebeu.

() A renúncia de todos os herdeiros da mesma classe em favor do monte impede os filhos desses herdeiros de sucederem por direito próprio ou por cabeça. Serão chamados a sucederem em todos os direitos em que eles sucederiam, por direito de representação, os parentes dos renunciantes.

() Se o autor da herança for casado em regime de separação de bens e, não tendo descendentes, deixar cônjuge e pais sobreviventes, serão chamados à sucessão os ascendentes, que receberão a totalidade dos bens particulares do de cujus.

() É admissível que um indivíduo viúvo, maior e capaz transfira, em doação universal e ainda em vida, a totalidade de seus bens para seu único filho.

Assuntos relacionados

Sucessão em geral

Q.1098

Origem

Cláudio e Rosa eram casados pelo regime de comunhão parcial de bens e tinham um filho, menor impúbere, Pedro. O casal possuía um automóvel e o apartamento onde residia a família, e Rosa possuía um imóvel rural, adquirido na constância do casamento, por herança de seu pai. Em virtude de um acidente de trânsito ocorrido em 20/2/2006, Rosa e Pedro faleceram. A falecida deixou testamento conhecido, por meio do qual fazia a doação do imóvel rural à sua mãe, Antônia. A avó paterna de Rosa, Maria, também era viva à época do acidente. A respeito dessa situação hipotética e acerca do direito das sucessões, assinale a opção correta.

OAB-PE :: OAB - II Exame 2006
CESPE
2006

Assuntos relacionados

Sucessão legítima

() Nos casos de comoriência, ou seja, de morte simultânea e em razão do mesmo acontecimento, em que não se pode verificar a ordem cronológica dos falecimentos, presume-se que os mais velhos tenham morrido antes dos mais jovens.

() Se o laudo pericial não puder identificar quem morreu primeiro, se Rosa ou Pedro, a herança de Rosa representada pelos bens do casal será dividida em duas partes iguais: Cláudio receberá 50() Como Cláudio é herdeiro necessário, Rosa não poderia dispor de mais da metade do seu patrimônio. Assim, Antônia receberá, como doação de sua filha, a parte disponível da propriedade do imóvel rural.

() No caso de o laudo pericial comprovar que houve premoriência de Rosa, Cláudio receberá toda a herança, a título universal, tornando-se sucessor da totalidade do patrimônio da falecida -, abrangidos tanto o seu ativo como o seu passivo, bem como o patrimônio do casal e o bem particular da ex-esposa.

29.6 TJ-AC :: Delegatário de Serviços Notariais e de Registro

Q.1099

Origem

Quanto à teoria dos contratos e ao contrato de alienação fiduciária em garantia, julgue os itens que se seguem.

TJ-AC :: Delegatário de Serviços
Notariais e de Registro
CESPE
2006

() Além dos pressupostos gerais, válidos para todos os atos jurídicos, os contratos possuem como requisito especial o consentimento ou acordo de vontades entre as partes, que pode ser expresso ou presumido, este exteriorizado pelo silêncio como manifestação positiva da vontade.

() A evicção é uma garantia que recai sobre o alienante e tem como fundamento a obrigação do alienante de garantir ao adquirente, ainda que em hasta pública, o uso e gozo da coisa. A evicção se dá pela perda definitiva da propriedade, da posse ou do uso da coisa, seja por ato judicial ou extrajudicial, a outrem que tenha direito anterior ao contrato aquisitivo, isto é, baseada em causa preexistente ao contrato.

() Em contrato de alienação fiduciária em garantia, a mora decorre automaticamente do vencimento do prazo para pagamento de uma prestação ou de toda a dívida, porém comprova-se pelo protesto do título, se houver, ou pela notificação feita, extrajudicialmente, pelo envio de uma carta registrada expedida por intermédio do Cartório de Títulos e Documentos, que é considerada válida se entregue no endereço do domicílio do devedor, ainda que não seja entregue pessoalmente a ele.

() A alienação fiduciária em garantia expressa negócio jurídico em que o adquirente de um bem móvel transfere, sob condição resolutiva, ao credor que financia a dívida, a posse indireta do bem adquirido. No entanto, é defeso inserir no referido contrato, além da garantia, cláusula que represente pacto comissório, isto é, de que, ocorrendo a inadimplência do financiado, a propriedade do bem se consolida na esfera patrimonial do credor.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

29.7 DATAPREV :: Analista de Tecnologia da Informação - Jurídico

Q.1100

Origem

A respeito dos direitos reais sobre coisas alheias, julgue os itens subseqüentes.

DATAPREV :: Analista de
Tecnologia da Informação -
Jurídico
CESPE
2006

() Servidões são restrições impostas a um prédio para uso e utilidade de outro prédio contíguo a este, ainda que pertencente a proprietários diversos. As servidões prediais são indivisíveis e perpétuas, registradas no Cartório de Registro de Imóveis, ou seja, não são sujeitas a extinção, ainda que com a anuência dos donos dos prédios serviente ou dominante.

() A garantia fidejussória e a garantia real, no direito civil, ocorre quando o devedor, ou alguém por ele indicado, destina determinado bem do seu patrimônio para a garantia de uma dívida. Essa sujeição cria preferência, ou prelação, para o credor, que na venda do bem será o primeiro a receber, sem se sujeitar a concursos ou rateios.

() A hipoteca é um direito real, inscrito no registro imobiliário, que adere à coisa, assegurando ao credor o cumprimento da obrigação pelo devedor, conferindo-lhe, ainda, o direito de perseguir a coisa em mãos de quem se encontre, até que seu crédito seja plenamente satisfeito, por ser um direito de garantia indivisível.

Assuntos relacionados

29.8 OAB-PE :: OAB - II Exame 2006

Q.1101

Origem

Acerca do direito das coisas, assinale a opção correta.

OAB-PE :: OAB - II Exame 2006
CESPE
2006

() Um imóvel gravado com cláusula de inalienabilidade, por força da referida cláusula, não está sujeito a usucapião, nem pode ser objeto de posse.

() O dono de prédio sem acesso a via pública, nascente ou porto, pode exigir que seu vizinho lhe dê passagem. Trata-se de direito de vizinhança oneroso, pois inexistente reciprocidade em prol do dono do prédio serviente, razão pela qual tem direito de ser indenizado dos prejuízos oriundos do trânsito.

() Se o bem que constitui o único imóvel do espólio estiver hipotecado, cada herdeiro é responsável tão-somente pelo pagamento da dívida relativa ao seu quinhão, podendo resgatar a dívida da parte que lhe cabe.

() A servidão é um direito real de uso. Trata-se de uma limitação recíproca ao direito de propriedade, imposta por lei a determinados prédios encravados, em razão de sua proximidade e da indivisibilidade destes com os prédios dominantes.

Assuntos relacionados

29.9 TJ-SE :: Serviços Notariais e de Registro

Q.1102

Origem

Quanto ao bem de família, julgue os itens subseqüentes.

TJ-SE :: Serviços Notariais e de
Registro
CESPE
2006

() O bem de família, quer seja voluntário ou legal, institui-se com o registro da escritura pública no registro imobiliário competente. Esse bem permanece vinculado enquanto viver um dos cônjuges ou enquanto existirem filhos menores ou incapazes.

Assuntos relacionados

() O imóvel, urbano ou rural, destinado à moradia da família é impenhorável. Por essa característica, não responde por dívida civil ou bancária, mesmo quando se tratar de obrigação decorrente de fiança concedida em contrato de locação.

Bem de família

29.10 OAB-PE :: OAB - II Exame 2006

Q.1103

Origem

Acerca do direito de família, assinale a opção correta.

OAB-PE :: OAB - II Exame 2006
CESPE
2006

() Com a morte presumida extinguem-se a sociedade e o vínculo conjugal, o que permite que os cônjuges se casem novamente. Entretanto, se o morto presumido aparecer, o segundo casamento é declarado nulo.

Assuntos relacionados

() Na união estável, assim como no casamento, são deveres dos companheiros a lealdade, o respeito e a assistência mútua. Tanto o dever de lealdade quanto o de respeito mútuo provocam injúrias graves quando descumpridos. Paralelamente à deslealdade está o adultério, quebrando o direito-dever de fidelidade entre os companheiros.

Casamento

() O autor da ação investigatória de paternidade tem direito a alimentos provisórios fixados antes da sentença declaratória da filiação, e esses são devidos ainda que a decisão seja objeto de recurso.

() Nas ações desconstitutivas do vínculo do casamento, o curador, o ascendente ou o irmão têm legitimidade representativa para propor ou defender cônjuge sem plena capacidade, dispensando-se, assim, a prévia interdição ou o pedido de substituição do curador para que os parentes eleitos pela lei possam vir a juízo.

29.11 TJ-SE :: Serviços Notariais e de Registro

Q.1104

Origem

No que se refere ao serviço de protesto de títulos e outros documentos de dívida, julgue os itens que se seguem

TJ-SE :: Serviços Notariais e de
Registro
CESPE
2006

() O protesto por falta de aceite ou por devolução somente pode ser efetuado até o respectivo vencimento da obrigação e decorrido o prazo legal para o aceite ou a devolução.

() O protesto extrajudicial, por si só, não se presta a constituir direito nem a suspender e interromper a prescrição cambiária ou civil, mas apenas a constituir em mora o devedor e a provar a inadimplência ou o descumprimento de obrigação do devedor.

() O processo de dúvida não se estende aos casos oriundos dos cartórios de protesto, pois os direitos neles discutidos são atos de comércio entre pessoas capazes, portanto, de ordem patrimonial e disponível.

Assuntos relacionados

Inadimplemento das obrigações

29.12 DATAPREV :: Analista de Tecnologia da Informação - Jurídico

Q.1105

Origem

A respeito da teoria dos contratos e dos contratos em espécie, julgue os itens a seguir.

DATAPREV :: Analista de
Tecnologia da Informação -
Jurídico
CESPE
2006

() A cláusula geral da função social do contrato que visa a realização da justiça social, adota como fundamento o dirigismo contratual em substituição à autonomia privada e à liberdade contratual, ou seja, a intervenção estatal retirando a força obrigatória e a função econômica dos contratos.

() Considere que foi firmado um contrato de prestação de serviços entre Adriano e Carlos e, posteriormente, entre esses mesmos contratantes, houve a celebração de um contrato de locação de bem imóvel de propriedade de Carlos. Se Carlos tornar-se inadimplente no contrato de prestação de serviços, Adriano poderá alegar a exceção do contrato não cumprido e compensar os danos sofridos, deixando de pagar os alugueres do imóvel locado de Carlos.

() Considere que Pedro adquiriu de Tiago uma motocicleta e que os contratantes tenham convencionado a exclusão da garantia contra a evicção. Considere ainda que, posteriormente, Pedro perdeu a propriedade do veículo adquirido, por força de sentença judicial. Nessa situação, Pedro não tem direito a receber a devolução do preço que pagou ou qualquer outra indenização de Tiago, em face da exclusão da responsabilidade do alienante imediato pela evicção.

Assuntos relacionados

Contratos

29.13 OAB-PE :: OAB - II Exame 2006

Q.1106

Origem

Acerca da evicção e dos vícios redibitórios, assinale a opção correta.

OAB-PE :: OAB - II Exame 2006
CESPE
2006

() O adquirente de bem em hasta pública não tem a garantia dos vícios redibitórios nem da evicção, pois a natureza processual da arrematação afasta a natureza negocial da compra e venda.

() A deterioração da coisa em poder do adquirente não afasta a responsabilidade do alienante, que responde por evicção total, com exceção do caso em que o adquirente, agindo com dolo, provocar a deterioração do bem.

() A evicção é a perda ou o desapossamento da coisa adquirida por causa jurídica, determinante e preexistente à alienação, reconhecida por sentença judicial e em favor do verdadeiro detentor do direito sobre o bem.

() Quando o comprador adquire um bem e, posteriormente, constata que a coisa adquirida padece de defeitos ocultos, se restar provado que o alienante, ao tempo da tradição da coisa, conhecia o vício redibitório no bem objeto de contrato, este deve restituir o que recebeu. Entretanto, se o alienante desconhecia o vício, não será responsabilizado pelo defeito da coisa alienada.

Assuntos relacionados

Contratos

29.14 TJ-SE :: Serviços Notariais e de Registro

Q.1107

Origem

A respeito dos contratos, julgue os itens que se seguem.

TJ-SE :: Serviços Notariais e de
Registro
CESPE
2006

() O contrato bilateral cria obrigações para ambas as partes, e as obrigações são recíprocas e interdependentes. Em decorrência dessa interdependência, cada contratante não pode, antes de cumprir sua obrigação, exigir do outro o cumprimento da que lhe cabe.

() Nos contratos celebrados entre pessoas presentes, a proposta tem força obrigatória mesmo que seja feita sem prazo ou que não seja imediatamente aceita. Por força dessa vinculação, a proposta cria uma relação jurídica e sujeita o inadimplente à composição dos prejuízos por meio de indenização por perdas e danos.

() A promessa de fato de terceiro consiste na obrigação assumida pelo promitente em face do promissário de obter o consentimento do terceiro em se obrigar a prestar algo em seu favor. Assim, quem se obriga é o promitente, e não o terceiro, que somente passa a se vincular perante o promissário quando expressa o seu consentimento.

Assuntos relacionados

Contratos

29.15 TRT 5ª:: Juiz do trabalho substituto - 2ª etapa

Q.1108

Origem

Assinale a opção correta de acordo com os contratos regidos pelo Código Civil.

TRT 5ª:: Juiz do trabalho
substituto - 2ª etapa
CESPE
2006

Assuntos relacionados

Contratos

() O novo sistema jurídico de direito privado prevê, como cláusula geral dos contratos, os princípios da boa-fé e da probidade, impondo que os contratos sejam interpretados observando-se a sua função social. Essa cláusula adota como fundamento o dirigismo contratual em substituição ao princípio da liberdade contratual, ou seja, a intervenção estatal, retirando a força obrigatória e a função puramente econômica dos contratos, visando à realização da justiça social e à paridade jurídica entre os contratantes.

() A resolução significa o modo de extinção dos contratos por vontade de um ou de ambos os contratantes. Quando se tratar de obrigações de prestações recíprocas, o inadimplemento de uma permite à outra parte a opção de resolver o contrato, alegando a exceção do contrato não cumprido.

() Se, na execução de um contrato celebrado entre as partes, ocorrer o aumento da prestação pactuada, tornando-a onerosa e impossibilitando o devedor de adimplir a obrigação, poderá o juiz, por aplicação da teoria da imprevisão, liberar o devedor do cumprimento da obrigação assumida e determinar a revisão ou resolução do negócio jurídico.

() A resilição bilateral ou unilateral é exercida mediante declaração de vontade, consistente na revogação ou denúncia do contrato, com o objetivo de extinguir o acordo para exonerar-se da reparação dos eventuais prejuízos sofridos em decorrência do cumprimento da avença.

() O distrato é negócio jurídico consistente no acordo entre as partes contratantes, objetivando extinguirem o vínculo obrigacional estabelecido no contrato. Todos os contratos podem ser resilidos por distrato, que pressupõe não ter ocorrido a extinção do contrato pelo esaurimento dos seus efeitos. Apresenta-se como um novo contrato, só que extintivo, e seus efeitos operam-se sem retroatividade (efeito ex nunc).

29.16 DATAPREV :: Analista de Tecnologia da Informação - Jurídico

Q.1109

Origem

Considere-se que foi ajuizada uma ação de despejo por falta de pagamento cumulada com cobrança de aluguéis, em que o autor pleiteia que seja declarado rescindido o contrato entabulado entre as partes, de forma a decretar o despejo do réu, bem como condená-lo ao pagamento das taxas e alugueres atrasados. O réu, por intermédio da defensoria pública, apresentou contestação, reconhecendo o débito anunciado e impugnando, no entanto, a cobrança da multa penal estipulada no contrato. Alega que o encargo é excessivamente oneroso, eis que o valor corresponde a três meses de alugueres, além da previsão de outra penalidade para o caso de descumprimento da obrigação, multa de 10

DATAPREV :: Analista de
Tecnologia da Informação -
Jurídico
CESPE
2006

Assuntos relacionados

Direito civil

() O juiz poderá julgar parcialmente procedentes os pedidos e, quanto à multa, determinar a exclusão da cobrança daquela equivalente a três meses de aluguel, por considerá-la bastante onerosa, - tornando a obrigação desequilibrada -, e pela impossibilidade da aplicação concomitantemente das multas constantes no contrato locatício em análise.

() Ao julgar procedentes os pedidos do autor, o juiz deverá decretar a rescisão do contrato e condenar o réu ao pagamento das taxas e alugueres em atraso, isentando-o do pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, por ser beneficiário da justiça gratuita.

() O réu deverá ser condenado ao pagamento da pena convencional de multa de 10

29.17 OAB-PE :: OAB - II Exame 2006

Q.1110

Origem

Acerca do direito de proteção ao consumidor, assinale a opção correta.

OAB-PE :: OAB - II Exame 2006
CESPE
2006

() Na execução dos contratos de consumo, o juiz pode adotar toda e qualquer medida para que seja obtido o efeito concreto pretendido pelas partes em caso de não-cumprimento da oferta ou do contrato pelo fornecedor, salvo quando expressamente constar do contrato cláusula que disponha de maneira diversa.

() Nos contratos regidos pelo Código de Defesa do Consumidor, as cláusulas contratuais desproporcionais, abusivas ou ilegais podem ser objeto de revisão, desde que o contrato seja de adesão e cause lesão a direitos individuais ou coletivos.

() Em todo contrato de consumo consta, implicitamente, a cláusula de arrependimento, segundo a qual o consumidor pode arrepender-se do negócio e, dentro do prazo de reflexão, independentemente de qualquer justificativa, rescindir unilateralmente o acordo celebrado.

() Segundo o princípio da vinculação da oferta, toda informação ou publicidade sobre preços e condições de produtos ou serviços, como a marca do produto e as condições de pagamento, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e integra o contrato que vier a ser celebrado.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.1111

Origem

Acerca da responsabilidade por vícios do produto e do serviço nas relações de consumo, assinale a opção correta.

OAB-PE :: OAB - II Exame 2006
CESPE
2006

() A explosão de loja que comercializa, entre outros produtos, fogos de artifício e pólvora, causando lesão corporal e morte a diversas pessoas, acarreta a responsabilidade civil do comerciante decorrente de fato do produto, se ficar demonstrada a exclusividade de sua culpa pelo evento danoso. Nesse caso, aos consumidores equiparam-se todas as pessoas que, embora não tendo participado diretamente da relação de consumo, venham a sofrer as consequências do evento danoso.

() A reparação por danos materiais decorrentes de vício do produto ou do serviço afasta a possibilidade de reparação por danos morais, ainda que comprovado o fato e demonstrada a ocorrência de efetivo constrangimento à esfera moral do consumidor.

() Quando forem fornecidos produtos potencialmente perigosos ao consumo, mesmo sem haver dano, incide cumulativamente a responsabilidade pelo fato do produto e a responsabilidade por perdas e danos, além das sanções administrativas e penais.

() O fornecedor pode eximir-se da responsabilidade pelos vícios do produto ou do serviço e do dever de indenizar os danos por eles causados se provar que o acidente de consumo ocorreu por caso fortuito ou força maior ou que a colocação do produto no mercado se deu por ato de um representante autônomo do fornecedor.

Assuntos relacionados

Direito civil

29.18 TJ-SE :: Serviços Notariais e de Registro

Q.1112

Origem

No que se refere à organização e à divisão judiciária do estado de Sergipe, julgue os itens que se seguem

TJ-SE :: Serviços Notariais e de
Registro
CESPE
2006

() O presidente do tribunal estadual de Sergipe será eleito por dois anos, por voto da maioria dos integrantes do Conselho Especial. Uma das atribuições do presidente eleito é indicar e nomear o vice-presidente que irá substituí-lo nas ausências, impedimentos e suceder-lhe no caso de vacância.

() O corregedor-geral da justiça será eleito pelo prazo previsto para o mandato do presidente. Compete-lhe a fiscalização, a disciplina e a orientação administrativa, além da incumbência da correição permanente dos serviços judiciários de primeira instância.

() Os notários ou oficiais registradores não podem contratar para desempenhar a atribuição de escrevente ou de seu substituto legal pessoas com quem mantenham relação de parentesco, seja consanguíneo ou por afinidade. Os referidos servidores também não podem exercer suas atribuições na mesma comarca em que o juiz ou o promotor de justiça seja seu cônjuge ou seu parente em linha reta.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.1113

Origem

Com relação aos serviços notariais e de registro, julgue os itens subsequentes

TJ-SE :: Serviços Notariais e de Registro
CESPE
2006

() Para o reconhecimento de firma, qualquer que seja o documento, não se exige do notário a análise da forma e do objeto do documento apresentado, mas tão-somente de seus aspectos extrínsecos, ou seja, a autenticidade da assinatura e a capacidade do agente.

Assuntos relacionados

() Os registros de imóveis e os registros civis de pessoas naturais são submetidos às normas que definem as circunscrições geográficas, ao contrário do registro civil de pessoas jurídicas e de títulos e documentos, cuja escolha é livre. Assim, circunscrição, para efeitos registrários, é a área determinada em lei e atribuída ao registro de imóveis e ao registro civil de pessoas naturais.

Direito civil

() Todos os atos de atribuição dos tabeliães de notas podem ser delegados aos seus prepostos, com exceção do testamento público, que é de atribuição exclusiva daquele que estiver no exercício da função notarial.

() Apenas um dos escreventes substitutos deve, a todo tempo, ter designação expressa, informada ao juízo competente, para substituir o titular em suas ausências e impedimentos.

() A fiscalização judiciária incide sobre o exercício das atribuições e competência dos notários e registradores e, se o juiz verificar a existência de crime de ação pública, remeterá ao Ministério Público as cópias e os documentos necessários ao oferecimento da denúncia.

29.19 TRT 5ª:: Juiz do trabalho substituto - 2ª etapa

Q.1114

Origem

Com referência à eficácia e à interpretação da lei, assinale a opção incorreta.

TRT 5ª:: Juiz do trabalho substituto - 2ª etapa
CESPE
2006

() A lei tem vigência até que outra lei a revogue, ou, então, até que a lei nova com ela seja incompatível. Nesse caso, ocorre a derrogação da lei, ou seja, a revogação integral de uma lei por uma posterior. Quando uma lei é revogada por outra lei, e, em seguida, a lei revogadora perde a vigência, há repristinação da lei revogada.

Assuntos relacionados

() Na hipótese de uma lei nova de mesmo grau hierárquico tratar inteiramente a matéria da lei anterior, sem modificá-la, a força normativa cogente está na lei nova.

Lei de introdução ao código civil

() O processo de interpretação sistemática da norma jurídica consiste no esclarecimento do sentido de uma lei por outra, ou pelo contexto do sistema legislativo.

() Com a finalidade de resolver e evitar os conflitos que surgem da nova lei em confronto com a lei antiga, o legislador pode elaborar, no próprio texto normativo, as disposições que têm vigência temporária.

() Analogia é a aplicação do mesmo princípio a institutos semelhantes, isto é, consiste na aplicação de uma norma, que se refere a outro instituto semelhante. Na falta de texto legal expresso para o caso específico, o juiz decidirá, de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais do direito.

Q.1115

Origem

Consoante ao direito de empresa, assinale a opção correta.

TRT 5ª:: Juiz do trabalho
substituto - 2ª etapa
CESPE
2006

() Os bens integrantes do estabelecimento empresarial, e outros eventualmente atribuídos à pessoa jurídica, ou seja, os bens sociais, são de propriedade dos seus sócios, em comunhão ou condomínio, na proporção representada pelas quotas da sociedade limitada ou pelas ações da sociedade anônima.

() As cooperativas, não importando a atividade que exploram, são consideradas sociedades simples e são formadas por pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro, não tendo por objeto o exercício de atividade própria de empresário.

() Na sociedade limitada, os sócios respondem solidariamente entre si pelo capital social. Esse capital é representado e, em relação à sociedade, as quotas são indivisíveis. Em caso de insolvência da sociedade limitada com capital social integralizado, os sócios respondem solidariamente entre si pelo passivo, por ser cada sócio fiador do outro.

() O integrante de sociedade empresária está sujeito às normas que definem os direitos e deveres do empresário. A empresa é uma atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens ou serviços e, desde que legalmente constituída, adquire capacidade jurídica, tornando-se, portanto, investida de direitos e obrigações.

() Nas sociedades de pessoas, quando morre um sócio, os remanescentes não podem impedir o ingresso, na sociedade, do sucessor do de cujus, nem optar pela dissolução da sociedade. Nessas sociedades, a morte de um dos sócios não autoriza a dissolução parcial, seja a pedido dos sócios remanescentes, seja a pedido dos sucessores. Assim, não havendo prazo contratualmente previsto para o término da sociedade, admite-se, tão-somente, a sua liquidação ou a dissolução judicial.

Assuntos relacionados

29.20 TJ-AC :: Delegatário de Serviços Notariais e de Registro

Q.1116

Origem

Quanto ao direito de família, julgue os itens subseqüentes.

TJ-AC :: Delegatário de Serviços
Notariais e de Registro
CESPE
2006

() Considere que uma pessoa adquiriu um imóvel por meio de escritura pública, quando solteira; em seguida, casou-se e, só então, na constância do casamento celebrado pelo regime da comunhão parcial de bens, registrou a escritura pública. Nessa hipótese, o bem será considerado aquesto, ou seja, integrará o patrimônio do casal, pois a transmissão da propriedade só ocorre pelo registro do título de transferência no Registro de Imóveis.

() No processo de habilitação para o casamento, os nubentes devem fazer sua opção por um dos regime de bens previstos em lei, obrigatoriamente, por escritura pública devidamente registrada no cartório competente. A forma prevista para o pacto antenupcial é a escritura pública, ou seja, essa é condição da existência do contrato e da validade do casamento.

Assuntos relacionados

Q.1117

Origem

Acerca do direito das sucessões, julgue os itens que se seguem.

TJ-AC :: Delegatário de Serviços
Notariais e de Registro
CESPE
2006

() A cessão de direitos hereditários relativa a imóvel tem natureza obrigacional, razão pela qual pode ser alienada a terceiros, por meio de ajuste firmado em documento particular, desde que registrado em cartório de títulos e documentos da situação do imóvel. O referido negócio jurídico é válido, eficaz inclusive em relação a terceiros e constitui título hábil a transferência do domínio de bem imóvel.

() O direito real de habitação é benefício instituído em favor do cônjuge supérstite, sem prejuízo da participação que lhe caiba na herança, qualquer que seja o regime de bens, não se exigindo para a sua constituição o registro imobiliário. Ao cônjuge sobrevivente é garantido o direito real de habitação no único imóvel que componha a herança e sirva de residência para a família.

Assuntos relacionados

29.21 TJ-SE :: Serviços Notariais e de Registro

Q.1118

Origem

Acerca do direito das sucessões, julgue os itens a seguir.

TJ-SE :: Serviços Notariais e de
Registro
CESPE
2006

() Nas disposições testamentárias, o testador pode exigir uma contraprestação para que o contemplado possa receber o legado ou a herança. Esse encargo não deve ser superior à liberalidade e pode ser instituído em benefício do testador ou de um terceiro por ele indicado.

() Se o legatário vier a falecer antes do testador, a cláusula testamentária que o beneficia, independentemente de qualquer declaração quanto à eventual substituição do legatário, é automaticamente transferida a seus herdeiros.

() O companheiro sobrevivente é herdeiro necessário e participa da sucessão do outro quanto aos bens adquiridos onerosamente na vigência da união estável. Esse companheiro concorre com os filhos comuns ou do de cujus e com os ascendentes desse e, na inexistência de todos eles, tem direito à totalidade da herança.

Assuntos relacionados

29.22 OAB-PE :: OAB - II Exame 2006

Q.1119

Origem

A respeito dos defeitos dos negócios jurídicos, assinale a opção correta.

OAB-PE :: OAB - II Exame 2006
CESPE
2006

() Reputa-se em fraude contra credores a alienação efetuada pelo devedor dos direitos sobre imóvel penhorado em ação de execução, em detrimento da garantia de que este representa a satisfação do crédito alheio. Nessa situação, caracterizam-se má-fé e prejuízo, impondo-se o reconhecimento da nulidade do negócio jurídico.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

() Os atos simulados são nulos, insuscetíveis de confirmação pelas partes ou de convalidação pelo decurso do prazo. Entretanto, apesar de nulo o negócio, subsiste o ato dissimulado se válido na substância e na forma.

() O negócio jurídico apresenta-se defeituoso quando ambas as partes agem reciprocamente com dolo e com errônea transmissão de vontade. Nessa situação, qualquer um dos contratantes pode requerer a anulação do negócio, desde que se responsabilize pelos danos experimentados pelo outro contratante e por aquele causado a terceiro de boa-fé.

() A lesão inclui-se entre os vícios de consentimento, ensejando a nulidade absoluta do negócio. Para caracterização da lesão, é necessário que, na conduta do agente, ocorra intenção de lesar terceiro e demonstração da exagerada vantagem auferida por esse na conclusão do negócio.

29.23 TJ-AC :: Delegatário de Serviços Notariais e de Registro

Q.1120

Origem

Acerca do negócio jurídico, julgue os itens a seguir.

TJ-AC :: Delegatário de Serviços
Notariais e de Registro
CESPE
2006

() Considere que uma pessoa tenha alienado uma grande área de terreno como sendo imóvel destinado à construção, ocultando intencionalmente do comprador que, na referida área, por declaração da autoridade municipal, não é permitido edificar qualquer construção. Nessa situação, o negócio jurídico terá sido praticado com omissão dolosa do vendedor, o que vicia a vontade negocial da outra parte e torna o negócio anulável.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

() A simulação é vício que acarreta a nulidade do negócio jurídico e caracteriza-se pelo intencional desacordo entre a vontade interna e a declarada, no sentido de criar aparentemente um negócio jurídico que de fato não existe ou então ocultar sob determinada aparência o ato realmente querido. A simulação é, assim, a declaração enganosa da vontade, visando produzir efeito diverso do ostensivamente declarado, com intuito de enganar terceiros.

29.24 TRT 5ª:: Juiz do trabalho substituto - 2ª etapa

Q.1121

Origem

Assinale a opção correta no que concerne aos negócios jurídicos.

TRT 5ª:: Juiz do trabalho
substituto - 2ª etapa
CESPE
2006

() Para a caracterização da fraude contra credor exige-se que, na conduta do devedor, esteja presente qualquer artifício ou manobra intencional, com o intuito de escusar-se do pagamento de sua dívida ao credor, isto é, a comprovação da má-fé e do conhecimento quanto ao prejuízo do credor. Para que o negócio jurídico gratuito ou oneroso atraia o caráter de fraude contra credor, tornando o negócio jurídico nulo, faz-se necessário que o devedor tenha conhecimento do seu estado econômico ou financeiro.

() Condição é cláusula de um negócio jurídico que deriva exclusivamente da vontade de uma das partes, desde que conste expressamente no contrato. Essa pode ser causal ou potestativa pura. A condição subordina a eficácia ou a resolução do negócio jurídico à vontade de uma das partes ou a acontecimento futuro e incerto. Assim, enquanto não realizada a condição, o cumprimento do negócio jurídico não pode ser validamente exigido.

() A lesão inclui-se entre os vícios de consentimento decorrente de abuso praticado em situação de desigualdade de um dos contratantes, por estar sob premente necessidade, ou por inexperiência. Esse vício afeta a vontade do agente e a manifestação de vontade em desacordo com a realidade, quer porque o declarante a desconhece, quer porque o declarante está impelido pela necessidade, e tem como consequência a nulidade do negócio jurídico.

() O instituto da conversão é a transformação de um negócio jurídico nulo em outro de natureza diversa e traduz o princípio da conservação dos atos negociais; nele aproveitase a finalidade do ato desejado pelas partes sempre que for possível e não for obstado pelo ordenamento jurídico. Entretanto, para que ocorra a conversão de um negócio jurídico nulo em outro de natureza diversa, faz-se necessário que o negócio reputado nulo contenha os requisitos do outro negócio e que a vontade manifestada pelas partes faça supor que, se tivessem ciência da nulidade do negócio realizado, mesmo assim, teriam querido celebrar o negócio convertido.

() A essência do negócio jurídico é a vontade que deve corresponder à declaração, a qual é mera exteriorização da vontade subjetiva do agente. Assim, havendo divergência entre a vontade e a declaração, o negócio jurídico é nulo, ainda que o declarante haja feito a reserva mental de não querer o que declara, ou quando o destinatário desconhece a verdadeira intenção da outra parte.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

29.25 DATAPREV :: Analista de Tecnologia da Informação - Jurídico

Q.1122

Origem

Julgue os itens seguintes que versam a respeito do direito das obrigações.

DATAPREV :: Analista de
Tecnologia da Informação -
Jurídico
CESPE
2006

- () O credor tem à sua disposição, como garantia do adimplemento, o patrimônio do devedor; assim, embora a obrigação possa objetivar uma prestação pessoal do devedor, a execução por inadimplemento vem a atingir os seus bens.
- () O principal efeito da novação é o liberatório, ou seja, a extinção da primitiva obrigação, por meio de outra, criada para substituí-la. Em geral, realizada a novação, extinguem-se todos os acessórios e garantias da dívida (hipoteca, fiança), sempre que não houver estipulação em contrário.
- () A obrigação natural é um débito que não se pode exigir, judicialmente, mas sendo cumprida a responsabilização patrimonial do devedor, esta não caracterizará pagamento indevido.
- () No caso de várias cessões do mesmo crédito representado por uma nota promissória, estabelece-se uma obrigação solidária ativa entre os cessionários, ainda que sem a tradição do título cedido, extinguindo-se a relação obrigacional primitiva estabelecida com o devedor/cedido, de forma a estabelecer-se nova obrigação.

Assuntos relacionados

29.26 TRT 5ª:: Juiz do trabalho substituto - 2ªetapa

Q.1123

Origem

A respeito das pessoas naturais e jurídicas, assinale a opção correta.

TRT 5ª:: Juiz do trabalho
substituto - 2ªetapa
CESPE
2006

- () As sociedades de fato ou irregulares, isto é, aquelas que não possuem registro de seu contrato social, não possuem personalidade jurídica. Essas sociedades, no entanto, têm capacidade de ser parte no processo, possuem autonomia patrimonial em relação aos sócios, e a responsabilidade da sociedade é solidária à desses sócios.
- () A personalidade civil da pessoa coincide com o nascimento, contudo a legislação resguarda os interesses do nascituro, desde sua concepção. Assim, o nascituro é sujeito de direito e tem capacidade jurídica.
- () A fundação é criada pela atribuição de personalidade jurídica ao conjunto de bens destinados à realização do fim a que o instituidor lhe destinou. Para alienação desse patrimônio da fundação é necessária a autorização da maioria absoluta dos integrantes do conselho curador, devidamente aprovada pelo Ministério Público.
- () Aplica-se a desconsideração da personalidade jurídica quando houver a configuração de abuso, desvio de finalidade, ou quando houver confusão patrimonial entre a sociedade e seus membros. A aplicação dessa teoria não conduz à extinção da sociedade, que permanece existindo regularmente, mas, tão somente, afasta a separação patrimonial em uma determinada circunstância.
- () O desaparecimento de uma pessoa de seu domicílio é causa para nomeação de curador, pois a ausência é causa de incapacidade. Assim, o desaparecimento de uma pessoa, por si só, é causa suficiente para a declaração de sua ausência, nomeação de curador e, se for o caso, a abertura da sucessão provisória.

Assuntos relacionados

29.27 TJ-SE :: Serviços Notariais e de Registro

Q.1124

Origem

Com relação aos recursos no processo civil, julgue os itens seguintes.

TJ-SE :: Serviços Notariais e de
Registro
CESPE
2006

() Tem legitimidade para interpor recurso de apelação contra a sentença proferida no processo de dúvida registrária, além do apresentante do título, o terceiro prejudicado, o Ministério Público e o notário ou o registrador que suscitou a dúvida.

() O efeito devolutivo do recurso importa devolver ao órgão revisor da decisão a matéria impugnada com seus limites e fundamentos. A extensão desse efeito compreende a própria impugnação, pois aplica-se ao órgão ad quem o princípio da adstrição, segundo o qual não lhe é lícito ultrapassar os limites da impugnação.

() O recorrente pode desistir do recurso interposto, com a anuência do recorrido, ainda que se trate de recurso voluntário ou oficial, isto é, aquele interposto pelo representante do Ministério Público. Essa desistência importa em extinção do procedimento recursal, por perda superveniente do objeto.

Assuntos relacionados

Capítulo 30

ESAF

30.1 CGU :: Analista de Finanças e Controle - Correição

Q.1125

Marque a opção falsa.

- (a) A sentença proferida na ação civil pública que acolhe o pedido tem eficácia contra todos.
- (b) O Ministério Público é legitimado para propor ações civis na defesa de direitos individuais homogêneos de interesse público.
- (c) Julgada improcedente a ação civil pública, pode o interessado valer-se das vias ordinárias.
- (d) Apelação interposta contra sentença que julgou procedente o pedido deduzido na inicial deve ser recebida nos efeitos devolutivo e suspensivo.
- (e) A ação civil pública presta-se a amparar interesses privados.

Origem

CGU :: Analista de Finanças e
Controle - Correição
ESAF
2006

Assuntos relacionados

Ação civil pública

Q.1126

A decisão proferida em ação civil pública produz efeitos

- (a) em todo território nacional.
- (b) nos limites da competência territorial do juiz.
- (c) em todo o território do Estado ou do Distrito Federal.
- (d) no município.
- (e) na comarca.

Origem

CGU :: Analista de Finanças e
Controle - Correição
ESAF
2006

Assuntos relacionados

Ação civil pública

30.2 PFN :: Procurador da Fazenda Nacional

Q.1127

Origem

Adquire-se a posse:

PFN :: Procurador da Fazenda
Nacional
ESAF
2006

- (a) pelo próprio interessado, seu representante ou procurador, terceiro sem mandato e pelo constituto possessório.
- (b) pelo próprio interessado, seu representante ou procurador, terceiro sem mandato (dependendo de ratificação) e pelo constituto possessório.
- (c) pelo próprio interessado e pelo constituto possessório.
- (d) pelo próprio interessado, seu representante ou procurador (dependendo de ratificação), terceiro sem mandato e pelo constituto possessório.
- (e) pelo próprio interessado, seu representante ou procurador e por terceiro sem mandato (dependendo de ratificação).

Assuntos relacionados

Posse

30.3 CGU :: Analista de Finanças e Controle - Correição

Q.1128

Origem

Assinale a opção correta.

CGU :: Analista de Finanças e
Controle - Correição
ESAF
2006

- (a) A apresentação do título de crédito em juízo de inventário ou em concurso de credores é causa interruptiva da prescrição.
- (b) As causas impeditivas da prescrição paralisam temporariamente seu curso, logo superado o fato que lhe deu origem, o lapso prescricional continua a correr computado o tempo antes dele.
- (c) Se após o vencimento do débito falecer o credor deixando herdeiros de sete anos de idade, contra ele não correrá a prescrição até que atinja 18 anos, ocasião em que se inicia o curso prescricional.
- (d) As partes podem restringir o prazo prescricional fixado por lei, mesmo que se trate de direito patrimonial.
- (e) O prazo decadencial não correrá contra os absoluta e relativamente incapazes.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

30.4 PFN :: Procurador da Fazenda Nacional

Q.1129

Origem

Assinale a opção correta a respeito de prescrição.

PFN :: Procurador da Fazenda
Nacional
ESAF
2006

- (a) A prescrição somente pode ser interrompida uma vez.
- (b) A prescrição atinge as ações pessoais que protegem os direitos a uma prestação.
- (c) A interrupção da prescrição promovida por um credor aproveita aos demais.
- (d) O juiz não pode decretar de ofício a prescrição, mesmo para favorecer a absolutamente incapaz.
- (e) Antes de consumir-se a prescrição pode haver renúncia expressa ou tácita por parte do interessado.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Q.1130

Origem

São requisitos da usucapião pro labore (§4o do art. 1. 228 do CC/2002):

PFN :: Procurador da Fazenda
Nacional
ESAF
2006

- (a) posse, por mais de cinco anos, de área traduzida em trabalho criador de um considerável número de pessoas, considerado de interesse social e econômico relevantes reconhecidos pelo Poder Executivo.
- (b) posse ininterrupta e de boa-fé por mais de dez anos de uma extensa área, traduzida em trabalho criador de um considerável número de pessoas, concretizado em construção de moradia.
- (c) posse por mais de cinco anos de uma extensa área, traduzida em trabalho criador de um considerável número de pessoas, concretizado em construção de moradia ou investimentos de caráter produtivo ou cultural assim considerados pelo juiz .
- (d) posse por mais de dez anos de área traduzida em trabalho criador de um considerável número de pessoas, de interesse público, econômico e social relevantes.
- (e) posse, por mais de cinco anos, de área traduzida em trabalho criador de um considerável número de pessoas, concretizado em construção de moradia ou investimentos de caráter produtivo ou cultural.

Assuntos relacionados

Propriedade

30.5 CGU :: Analista de Finanças e Controle - Correição

Q.1131

Origem

A falta de cautela ou atenção em relação a uma pessoa, animal ou objeto sob os cuidados do agente, que provoca dano a alguém, é considerada quanto ao conteúdo da conduta culposa

CGU :: Analista de Finanças e
Controle - Correição
ESAF
2006

- (a) culpa *i n committendo* .
- (b) culpa *in abstrato* .
- (c) culpa *in custodiendo* .
- (d) culpa *in concreto* .
- (e) culpa *in omittendo* .

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

30.6 IRB :: Advogado

Q.1132

Origem

Se **A** efetivar com **B** contrato escrito para a prestação do serviço "x" por 4 anos, pactuando retribuição de 100 mil reais pelo tempo de duração do acordo, havendo aliciamento de **B** por **C** , este deverá indenizar **A** , pagando

IRB :: Advogado
ESAF
2006

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

- (a) 100 mil reais.
- (b) 150 mil reais.
- (c) 250 mil reais.
- (d) 200 mil reais.
- (e) 50 mil reais.

30.7 MTE :: Auditor Fiscal do Trabalho

Q.1133

Origem

O empregador ou comitente, por ato lesivo de seus empregados, serviços e prepostos, no exercício de trabalho que lhes competir ou em razão dele,

MTE :: Auditor Fiscal do Trabalho
ESAF
2006

(a) responsabiliza-se objetivamente pela reparação civil, pouco importando que se demonstre que não concorreu para o prejuízo por culpa ou negligência de sua parte.

(b) responde subjetivamente pelo dano moral e patrimonial.

(c) tem responsabilidade civil objetiva por não existir presunção *juris tantum* de culpa, mas não poderá reaver o que pagou reembolsando-se da soma indenizatória despendida.

(d) tem responsabilidade civil subjetiva por haver presunção *juris tantum* de culpa *in eligendo* e *in vigilando*.

(e) não tem qualquer obrigação de reparar dano por eles causado a terceiro.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

30.8 PFN :: Procurador da Fazenda Nacional

Q.1134

Origem

Constituem caso de responsabilidade civil por ato de outrem, exceto

PFN :: Procurador da Fazenda Nacional
ESAF
2006

(a) os pais, pelos filhos menores que estiverem sob seu poder e companhia, mesmo se comprovado que agiu de maneira incensurável quanto à vigilância e educação do menor.

(b) o tutor ou curador, pelos atos praticados pelos pupilos e curatelados, tenha ou não apurado sem culpa.

(c) o empregador ou comitente, por seus empregados, serviços e prepostos, no exercício do trabalho ou por ocasião dele.

(d) os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, menos para fins de educação, pelos seus hóspedes e moradores, havendo, ou não, culpa *in vigilando* e *in eligendo*.

(e) os que houverem participado nos produtos do crime, mesmo os que não participaram do delito mas receberam o seu produto.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

30.9 IRB :: Advogado

Q.1135

Origem

A (promitente-vendedor) assume perante B a obrigação de entregar o lote compromissado e a financiar a construção que nele será erguida. Tal obrigação é

IRB :: Advogado
ESAF
2006

(a) alternativa.

(b) facultativa.

(c) cumulativa.

(d) disjuntiva.

(e) simples.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

30.10 CGU :: Analista de Finanças e Controle - Correição

Q.1136

Origem

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) é considerada

CGU :: Analista de Finanças e
Controle - Correição
ESAF
2006

- (a) pessoa jurídica de direito privado.
- (b) pessoa jurídica de direito público interno de administração indireta.
- (c) associação.
- (d) sociedade simples.
- (e) pessoa jurídica de direito público interno de administração direta.

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

30.11 IRB :: Analista

Q.1137

Origem

São pessoas jurídicas de direito público interno, entre outras,

IRB :: Analista
ESAF
2006

- (a) União, Estados, Territórios, autarquias, fundações e partidos políticos.
- (b) Fundações, associações, autarquias e Municípios.
- (c) União, Estados, Distrito Federal e partidos políticos.
- (d) Associações, fundações públicas e autarquias.
- (e) Autarquias, União, Estados e fundações públicas.

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

30.12 TCU :: Analista de Controle Externo

Q.1138

Origem

As associações públicas são

TCU :: Analista de Controle
Externo
ESAF
2006

- (a) pessoas jurídicas de direito público interno de administração indireta.
- (b) empresas públicas.
- (c) autarquias federais especiais.
- (d) agências reguladoras.
- (e) pessoas jurídicas de direito público interno de administração direta.

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

30.13 CGU :: Analista de Finanças e Controle - Correição

Q.1139

Origem

Assinale a opção verdadeira.

CGU :: Analista de Finanças e
Controle - Correição
ESAF
2006

- (a) O estado civil é uno e indivisível, pois ninguém pode ser simultaneamente casado e solteiro, maior e menor, brasileiro e estrangeiro, salvo nos casos de dupla nacionalidade.
- (b) Artista plástico menor, com 16 anos de idade, que, habitualmente, expõe, mediante remuneração, numa galeria, não adquire capacidade.
- (c) A condenação criminal acarreta incapacidade civil.
- (d) A capacidade de exercício pressupõe a de gozo e esta não pode subsistir sem a de fato ou de exercício.
- (e) Se alguém desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o termino da guerra, seus parentes poderão requerer ao juiz a declaração de sua ausência e nomeação de curador.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

30.14 IRB :: Advogado

Q.1140

Origem

Assinale a opção falsa.

IRB :: Advogado
ESAF
2006

- (a) O direito da personalidade é o direito da pessoa defender o que lhe é próprio, como a vida, a identidade, a liberdade, a imagem, a privacidade, a honra etc.
- (b) Pessoa idosa poderá sofrer interdição se a senectude originar um estado patológico, retirando-lhe o necessário discernimento para praticar atos negociais.
- (c) O direito brasileiro não admite a declaração de morte presumida sem decretação de ausência, para, em casos excepcionais, viabilizar o registro do óbito, resolver problemas jurídicos e regular a sucessão *causa mortis*.
- (d) O pródigo é considerado, se sofrer interdição, relativamente incapaz, estando privado, sem assistência de curador, da prática de atos que possam comprometer seu patrimônio.
- (e) O instituto da incapacidade visa proteger os que são portadores de uma deficiência jurídica apreciável, graduando a forma de proteção.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

30.15 MTE :: Auditor Fiscal do Trabalho

Q.1141

Assinale a opção falsa.

- (a) A proteção jurídica dos incapazes realiza-se por meio da representação ou assistência, o que lhes dá segurança, quer em relação a sua pessoa, quer em relação ao seu patrimônio, possibilitando-lhes o exercício de seus direitos.
- (b) A morte presumida pode dar-se com ou sem decretação da ausência.
- (c) A senilidade, por si só, não é causa de restrição da capacidade de fato, porque não pode ser considerada equivalente a um estado psicopático.
- (d) O assento da sentença de interdição no registro de pessoas naturais e a publicação editalícia não são dispensáveis para lhes assegurar eficácia *erga omnes*.
- (e) Em relação à menoridade, a incapacidade cessa quando o menor completar 18 anos ou for emancipado.

Origem

MTE :: Auditor Fiscal do
Trabalho
ESAF
2006

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

30.16 PFN :: Procurador da Fazenda Nacional

Q.1142

Assinale a opção falsa.

- (a) Uma pessoa pode ter o gozo de um direito sem ter o seu exercício.
- (b) A capacidade de gozo pressupõe a capacidade de exercício.
- (c) A capacidade de gozo pode subsistir sem a capacidade de fato.
- (d) A lei confere personalidade jurídica material ao nascituro.
- (e) A lei admite restrições ao exercício de certos direitos pelos estrangeiros.

Origem

PFN :: Procurador da Fazenda
Nacional
ESAF
2006

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

30.17 TCU :: Analista de Controle Externo

Q.1143

Aponte a opção falsa.

- (a) A capacidade de fato é a aptidão de exercer por si os atos da vida civil.
- (b) O portador de doença neurológica degenerativa progressiva por não ter discernimento é tido como absolutamente incapaz.
- (c) A capacidade dos índios, pela sua gradativa assimilação à civilização, deverá ser regida por leis especiais.
- (d) Admite-se a morte presumida sem decretação de ausência, em casos excepcionais (p. ex. naufrágio), para viabilizar o registro de óbito, resolver problemas jurídicos gerados com o desaparecimento e regular a sucessão *causa mortis*.
- (e) A curatela é um instituto de interesse público, ou melhor é um *munus* público, cometido por lei a alguém somente para administrar os bens de pessoa maior que, por si só, não está em condições de fazê-lo, em razão de enfermidade mental ou de prodigalidade.

Origem

TCU :: Analista de Controle
Externo
ESAF
2006

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

30.18 CGU :: Analista de Finanças e Controle - Correição

Q.1144

Origem

O reconhecimento voluntário de filho havido fora do matrimônio pode ser feito no próprio termo do nascimento, por escritura pública ou instrumento particular, por testamento ou por manifestação expressa e direta perante o juiz. A forma do reconhecimento de filho é

CGU :: Analista de Finanças e
Controle - Correição
ESAF
2006

- (a) especial única.
- (b) geral.
- (c) especial genérica.
- (d) contratual.
- (e) especial plural.

Assuntos relacionados

Relações de parentesco

30.19 IRB :: Advogado

Q.1145

Origem

Se no contrato de preparação de áreas, tendo cada uma a extensão "x", para a lavoura, estipular-se pagamento a tanto por área, recebendo o empreiteiro *quantum* relativo ao que foi feito, ter-se-á:

IRB :: Advogado
ESAF
2006

- (a) empreitada a preço fixo absoluto.
- (b) empreitada por medida.
- (c) empreitada a preço fixo relativo.
- (d) empreitada de valor reajustável.
- (e) empreitada por preço de custo.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.1146

Origem

É obrigação do comodante:

IRB :: Advogado
ESAF
2006

- (a) pagar despesas ordinárias feitas com o uso e gozo da coisa.
- (b) responsabilizar-se, solidariamente, se houver mais comodatários.
- (c) restituir a coisa emprestada *in natura* no momento devido.
- (d) pagar não só as despesas extraordinárias e necessárias, feitas em caso de urgência, para a conservação da coisa, mas também os dispêndios não relacionados com a fruição do bem dado em comodato.
- (e) responder pela mora, suportando os riscos.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

30.20 IRB :: Analista

Q.1147

Assinale a opção correta.

- (a) A novação por substituição do devedor pode ser efetuada independentemente do consentimento deste.
- (b) Diz-se *quérable*, ou quesível, a dívida que houver de ser paga pelo devedor no domicílio do credor.
- (c) Portável, ou *portable*, é a dívida que deve ser paga no domicílio do devedor.
- (d) Diz-se solidária a obrigação quando puder ser total ou parcialmente exigida a prestação por qualquer dos credores de quaisquer dos devedores.
- (e) Ocorrendo várias cessões do mesmo crédito, prevalecerá a derradeira.

Origem

IRB :: Analista
ESAF
2006

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

30.21 CGU :: Analista de Finanças e Controle - Correição

Q.1148

Os marítimos têm por domicílio o local onde estiver matriculado o navio. Tal domicílio é

- (a) voluntário geral.
- (b) aparente.
- (c) ocasional.
- (d) legal.
- (e) voluntário especial.

Origem

CGU :: Analista de Finanças e
Controle - Correição
ESAF
2006

Assuntos relacionados

Domicílio

30.22 IRB :: Advogado

Q.1149

A mora *ex re* :

- (a) é mora do devedor, decorrente de lei, resultando do próprio fato do descumprimento da obrigação, independentemente, portanto, de provocação do credor.
- (b) é mora do devedor e se não houver estipulação de termo certo para a execução da relação obrigacional será imprescindível que o credor tome certas providências para constituir o devedor em mora.
- (c) é modalidade de mora do credor.
- (d) é aquela a que não se aplica a regra *dies interpellat pro homine*, ou seja, a de que o termo interpela em lugar do credor, pois a *lex* ou *dies* assumirão o papel de intimação.
- (e) é a injusta recusa de aceitar o adimplemento da obrigação no tempo, lugar e forma devidos.

Origem

IRB :: Advogado
ESAF
2006

Assuntos relacionados

Inadimplemento das obrigações

30.23 IRB :: Analista

Q.1150

Assinale a opção correta.

- (a) Não responde o alienante pelos vícios redibitórios se a coisa for vendida em hasta pública.
- (b) O alienante não responde pela evicção se a venda houver sido realizada em hasta pública.
- (c) A rescisão unilateral do contrato é direito potestativo de um dos contratantes.
- (d) A cláusula da exceção do contrato não cumprido (*exceptio non adimpleti contractus*) é compatível com a cláusula *solve et repete*.
- (e) Em homenagem ao princípio *pacta sunt servanda* e à soberania da vontade dos contratantes, pedra angular do Direito das Obrigações, deve ser conservado o contrato a despeito de causas supervenientes e alheias à vontade das partes. Área para rascunho

Origem

IRB :: Analista
ESAF
2006

Assuntos relacionados

Contratos

30.24 PFN :: Procurador da Fazenda Nacional

Q.1151

A propósito dos contratos, assinale a opção falsa.

- (a) Nos contratos de seguro de pessoas o segurador não se sub-roga nos direitos do segurado.
- (b) É válida a instituição da companheira de homem casado, separado de fato na data da contratação, como beneficiária do seguro.
- (c) Pode-se estipular fiança sem o consentimento do devedor ou contra a sua vontade.
- (d) É nula a cláusula contratual que exclui o pagamento do capital por suicídio do segurado.
- (e) No seguro de pessoa admite-se transação para pagamento inferior ao capital segurado.

Origem

PFN :: Procurador da Fazenda
Nacional
ESAF
2006

Assuntos relacionados

Contratos

Q.1152

Origem

Nos juizados especiais cíveis do âmbito da Justiça Federal:

PFN :: Procurador da Fazenda
Nacional
ESAF
2006

(a) a execução fiscal proposta pela União (Fazenda Nacional) será processada mediante penhora imediata em conta bancária do devedor-executado ou sobre bem de seu patrimônio desde logo indicado na petição inicial da execução, ressalvadas as impenhorabilidades protetivas do salário e do bem de família.

(b) o prazo de contestação é de 15 (quinze) dias, contado a partir do recebimento pelo réu da citação, sendo este prazo contado em quádruplo no caso da Fazenda Pública (federal, estadual ou municipal, inclusive autárquica), da Defensoria Pública ou do Ministério Público.

(c) contra a decisão de Turma Recursal da 1ª Região que houver divergido, sobre questões de direito material na interpretação de lei federal, de decisão proferida por Turma Recursal da 5ª Região, caberá "pedido de uniformização", o qual será julgado em reunião conjunta das Turmas em conflito.

(d) o recurso, somente admissível contra a sentença definitiva - ressalvada a hipótese das medidas cautelares incidentais -, será necessariamente voluntária, competindo às respectivas Turmas Recursais o seu julgamento.

(e) a execução provisória de acordo ou sentença far-se-á mediante a extração de carta de sentença, e tratando-se de obrigação de pagar quantia certa, o juiz, após apresentada a necessária garantia, requisitará à autoridade citada para a causa que efetue o depósito do respectivo valor no prazo de 60 (sessenta) dias.

Assuntos relacionados

Juizados

30.25 CGU :: Analista de Finanças e Controle - Correição

Q.1153

Origem

Assinale a opção errônea.

CGU :: Analista de Finanças e
Controle - Correição
ESAF
2006

(a) A hermenêutica é a teoria científica da arte de interpretar.

(b) A técnica interpretativa lógica pretende desvendar o sentido e o alcance da norma, mediante seu estudo, por meio de raciocínios lógicos, analisando os períodos da lei e combinando-os entre si, com o escopo de atingir perfeita compatibilidade.

(c) Para integrar a lacuna o juiz recorre, preliminarmente, à analogia, que consiste em aplicar a um caso não previsto de modo direto ou específico por uma norma jurídica uma norma que prevê hipótese distinta, mas semelhante ao caso não contemplado.

(d) A derrogação é a supressão total da norma anterior e a ab-rogação torna sem efeito uma parte da norma.

(e) O juiz só decidirá por equidade nos casos previstos em lei.

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

30.26 IRB :: Advogado

Q.1154

Se uma lei for publicada no dia 2 de janeiro, estabelecendo prazo de quinze dias de vacância, ela entrará em vigor no dia

- (a) 16 de janeiro.
- (b) 15 de janeiro.
- (c) 20 de janeiro.
- (d) 18 de janeiro.
- (e) 17 de janeiro.

Origem

IRB :: Advogado
ESAF
2006

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

30.27 MTE :: Auditor Fiscal do Trabalho

Q.1155

Aponte a opção correta.

- (a) O costume *contra legem* é o que se forma em sentido contrário ao da lei, mas não seria o caso de *consuetudo abrogatoria*, implicitamente revogatória das disposições legais, nem da *desuetudo*, que produz a não-aplicação da lei, uma vez que a norma legal passa a ser letra morta.
- (b) A analogia *juris* estriba-se num conjunto de normas para extrair elementos que possibilitem sua aplicabilidade ao caso concreto não previsto, mas similar.
- (c) Os princípios gerais de direito não são normas de valor genérico, nem orientam a compreensão do direito, em sua aplicação e integração.
- (d) São condições para a vigência do costume sua continuidade, diuturnidade e não-obrigatoriedade.
- (e) Não há possibilidade de existirem, no ordenamento jurídico, princípios e normas latentes capazes de solucionar situações não previstas, expressamente, pelo legislador.

MTE :: Auditor Fiscal do
Trabalho
ESAF
2006

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

30.28 TCU :: Analista de Controle Externo

Q.1156

Quando o aplicador da norma vier a reconduzi-la ao campo de aplicação que corresponde ao fim que pretende obter, porque foi formulada de modo amplo, ter-se-á uma

- (a) interpretação declarativa.
- (b) interpretação teleológica.
- (c) interpretação restritiva.
- (d) interpretação sistemática.
- (e) interpretação extensiva

Origem

TCU :: Analista de Controle
Externo
ESAF
2006

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

30.29 CGU :: Analista de Finanças e Controle - Correição

Q.1157

Origem

Assinale a opção falsa.

CGU :: Analista de Finanças e
Controle - Correição
ESAF
2006

- (a) A semente lançada à terra é bem imóvel por acessão física artificial.
- (b) Se houver compra e venda do quadro "X" de Renoir, o vendedor está adstrito a entregá-lo, sem poder substituí-lo por um equivalente.
- (c) Os frutos percipiendos são os ligados à coisa que os produziu.
- (d) A pertença é coisa destinada, de modo duradouro, a conservar ou facilitar o uso, ou prestar serviço, ou, ainda, servir de adorno do bem principal, sem ser parte integrante.
- (e) São móveis por antecipação árvores abatidas para serem convertidas em lenha.

Assuntos relacionados

Bens

Q.1158

Origem

A respeito de Mandado de Segurança é certo afirmar:

CGU :: Analista de Finanças e
Controle - Correição
ESAF
2006

- (a) terceiro é parte legítima para impetrar mandado de segurança em favor de direito originário alheio.
- (b) o Poder Público pode requerer ao Presidente do Tribunal ao qual competir o conhecimento do recurso a suspensão da liminar concedida em mandado de segurança ou interpor agravo de instrumento.
- (c) a compensação de créditos tributários pode ser deferida em medida liminar em mandado de segurança.
- (d) contra acórdão que reforma sentença proferida em mandado de segurança cabe embargos infringentes.
- (e) a distribuição de mandado de segurança gera a prevenção do juízo.

Assuntos relacionados

30.30 PFN :: Procurador da Fazenda Nacional

Q.1159

Origem

Nas ações de mandado de segurança:

PFN :: Procurador da Fazenda
Nacional
ESAF
2006

(a) está legitimado para figurar no pólo passivo, como "autoridade coatora", o Secretário da Receita Federal, na condição de titular máximo e representante legal, quando o ato administrativo apontado como ilegal ou abusivo for oriundo de alguma das diversas unidades (centrais, regionais, estaduais ou locais) da Secretaria da Receita Federal.

(b) a União (Fazenda Nacional), independentemente dos recursos ordinariamente cabíveis, pode requerer ao Presidente do Tribunal, ao qual competir o conhecimento respectivo do recurso, para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança ou à economia pública, a suspensão da execução da liminar anterior deferida por juiz de primeira instância.

(c) é lícito requerer, nos casos que envolvam prestações pecuniárias vencidas e vincendas, tanto a cessação pro futuro do alegado constrangimento quanto a repetição ou a compensação do indébito correspondente desde os seus primórdios.

(d) a decisão definitiva concessiva da segurança faz coisa julgada, formal e material, relativamente à ocorrência futura dos mesmos fatos.

(e) sendo a sentença concessiva, total ou parcialmente, da segurança requerida, incumbe à "autoridade coatora", no prazo legal contado a partir de sua notificação pelo juízo, apresentar recurso de apelação, sem prejuízo do obrigatório duplo grau de jurisdição.

Assuntos relacionados

30.31 TCU :: Analista de Controle Externo

Q.1160

Origem

Assinale a única opção correta.

TCU :: Analista de Controle
Externo
ESAF
2006

(a) A competência para processar e julgar mandado de segurança é definida em razão da matéria, não em função da autoridade coatora.

(b) Ocorrendo a errônea indicação da autoridade indigitada coatora, ao juiz não é dado corrigir o pólo passivo do *mandamus*.

(c) Conforme o art. 7º II, da Lei do Mandado de Segurança, o juiz pode suspender o ato que deu ensejo à impetração quando for urgente o fundamento do pedido e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja deferida.

(d) A sentença que não conceder o mandado de segurança fica sujeita ao duplo grau de jurisdição, não podendo, pois, ser executada provisoriamente.

(e) O direito de requerer mandado de segurança extingue-se a decorridos 120 (cento e vinte) dias do ato impugnado.

Assuntos relacionados

30.32 CGU :: Analista de Finanças e Controle - Correição

Q.1161

Origem

Se A adquire de B uma obra de arte, por influência de C que o convence de sua raridade, sem que B, ouvindo tal disparate, alerte o comprador, o negócio é suscetível de anulação por

CGU :: Analista de Finanças e
Controle - Correição
ESAF
2006

- (a) dolo negativo.
- (b) lesão.
- (c) simulação relativa objetiva.
- (d) reserva mental.
- (e) dolo de terceiro.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

30.33 IRB :: Advogado

Q.1162

Origem

Assinale a opção verdadeira.

IRB :: Advogado
ESAF
2006

- (a) A forma única é aquela que, por lei, não pode ser preterida por outra.
- (b) O estado de perigo e a lesão são atos prejudiciais praticados em estado de necessidade, visto que na base do estado de perigo há risco patrimonial e na da lesão tem-se risco pessoal.
- (c) O erro acidental induz anulação do negócio por incidir sobre a declaração de vontade, mesmo se for possível identificar a pessoa ou a coisa a que se refere.
- (d) Exige-se, por lei, que o instrumento particular seja subscrito por duas testemunhas.
- (e) O novel Código Civil não admite a conversão do ato nulo em outro de natureza diferente.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

30.34 IRB :: Analista

Q.1163

Origem

Assinale a opção correta.

IRB :: Analista
ESAF
2006

- (a) Na condição suspensiva, a ocorrência do acontecimento futuro e incerto produz efeitos *ex nunc*.
 - (b) Sobrevindo a condição resolutiva, extingue-se o direito que a ela se opõe.
 - (c) Enquanto não ocorrer o fato previsto como condição resolutiva aposta no contrato o negócio jurídico não operará efeitos.
 - (d) Pendente a condição resolutiva não haverá direito adquirido, mas expectativa de direito ou direito eventual.
 - (e) A condição suspensiva subordina a eficácia do negócio a um evento futuro e certo.
-

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.1164

Origem

Assinale a opção correta.

IRB :: Analista
ESAF
2006

- (a) Na simulação relativa a declaração enganosa da vontade exprime um negócio jurídico bilateral ou unilateral, mas não há intenção de realizar o negócio.
- (b) Na simulação absoluta há intencional desacordo entre a vontade interna e a externa.
- (c) A simulação oculta ao conhecimento de outrem uma situação existente.
- (d) É válido o ato jurídico dissimulado se válido for na forma e na substância.
- (e) A dissimulação provoca falsa crença num estado não real.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

30.35 MTE :: Auditor Fiscal do Trabalho

Q.1165

Origem

A fixação de preço de venda baseada na quantia unitária, computando-se de forma inexata o preço global, autoriza a retificação da declaração volitiva, não anulando o ato, visto que se configurou:

MTE :: Auditor Fiscal do
Trabalho
ESAF
2006

- (a) erro quanto ao fim colimado.
- (b) dolo accidental.
- (c) erro de cálculo.
- (d) erro accidental *in qualitate* .
- (e) *dolus bonus* .

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.1166

Origem

"A" cede uma casa a "B" para que nela resida, enquanto for solteiro. É negócio jurídico que contém:

MTE :: Auditor Fiscal do
Trabalho
ESAF
2006

- (a) condição suspensiva
- (b) modo ou encargo
- (c) condição simplesmente potestativa
- (d) condição promiscua
- (e) condição resolutiva

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

30.36 TCU :: Analista de Controle Externo

Q.1167

Origem

"A" vende uma casa a "B" para que este a transmita a "C" (descendente do alienante), a quem se tem a intenção de transferi-la, desde o início do negócio jurídico entabulado. Tal venda poderá ser invalidada por ter havido

TCU :: Analista de Controle
Externo
ESAF
2006

- (a) simulação relativa objetiva.
- (b) simulação absoluta.
- (c) simulação maliciosa.
- (d) simulação relativa subjetiva.
- (e) simulação inocente.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.1168

Origem

"A", tendo seu filho "B" sido seqüestrado, paga vultosa soma de resgate. Para tanto "A" teve de vender obras de arte a preço inferior ao do mercado a "C". Essa venda poderá ser anulada desde que "C", aproveitando-se da situação, tenha conhecimento da grave circunstância em que "B", filho de "A", se encontra, alegando-se que houve

TCU :: Analista de Controle
Externo
ESAF
2006

- (a) coação.
- (b) estado de perigo.
- (c) dolo.
- (d) lesão.
- (e) erro.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.1169

Origem

Assinale a opção correta.

TCU :: Analista de Controle
Externo
ESAF
2006

- (a) A forma especial única do negócio jurídico implica uma solenidade mais geral imposta pela norma jurídica.
- (b) A nulidade absoluta, por ser de ordem pública, não pode ser suprida pelo juiz, ainda que a requerimento dos interessados, sendo insuscetível de confirmação, nem se convalida pelo decurso do tempo.
- (c) São elementos indispensáveis à configuração do ato ilícito apenas a ocorrência de um dano e fato lesivo voluntário.
- (d) É nulo ato praticado por pessoa relativamente incapaz sem a devida assistência de seus legítimos representantes.
- (e) A nulidade absoluta opera *ipso iure*.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Capítulo 31

FCC

31.1 Defensoria Pública-SP :: Defensor Público

Q.1170

Origem

No procedimento especial da ação de alimentos,

Defensoria Pública-SP :: Defensor
Público
FCC
2006

(a) o não comparecimento do autor à audiência de conciliação e julgamento determina o arquivamento do processo.

(b) o não comparecimento do autor à audiência de conciliação e julgamento determina a extinção do processo.

(c) há necessidade de rol testemunhal prévio na inicial.

(d) os alimentos provisórios só serão fixados mediante pedido expresso do autor.

(e) é irrecorrível a decisão que fixa os alimentos provisórios.

Assuntos relacionados

Ação de alimentos

Q.1171

Origem

"A", credor de indenização originária de desapropriação de sua moradia única pela Municipalidade "X", ajuíza, perante o Presidente do Tribunal de Justiça, pedido de intervenção na entidade devedora, alegando que o respectivo precatório judicial, expedido em novembro de 1999 e vencido há mais de dois anos, não fora satisfeito pela executada, de forma a justificar o pedido interventivo. O valor atualizado do crédito à época do pleito era de R\$ 60.000,00. O incidente de execução

Defensoria Pública-SP :: Defensor
Público
FCC
2006

Assuntos relacionados

Ação de desapropriação

(a) é incabível, pois a dívida, não ostentando pequeno valor nem tampouco natureza alimentar, só é passível de satisfação pelo ente devedor em 10 parcelas anuais.

(b) está correto em razão da origem do crédito indenizatório.

(c) é incabível, posto que o órgão competente para apreciar o pleito de intervenção no Município é a presidência do STJ.

(d) está correto em razão do baixo valor pretendido.

(e) está incorreto, pois, na hipótese em exame, não há caracterização de dívida fundada a justificar a intervenção.

31.2 PM Salvador :: Procurador

Q.1172

Origem

Sobre a ação de desapropriação por utilidade pública, é correto afirmar:

PM Salvador :: Procurador
FCC
2006

- (a) a declaração de utilidade pública far-se-á somente por lei de iniciativa do chefe do Poder Executivo.
- (b) declarados de utilidade pública, as autoridades administrativas poderão penetrar nos prédios, inclusive com auxílio de força policial, se necessário.
- (c) no processo de desapropriação será permitida a discussão e comprovação da utilidade pública declarada.
- (d) se declarada a nulidade do processo de desapropriação, os bens expropriados poderão ser reivindicados pelo expropriado.
- (e) o depósito prévio do preço tem natureza jurídica de caução, para garantia das ações executivas da desapropriação.

Assuntos relacionados

Ação de desapropriação

31.3 ARCE :: Analista de Regulação - Advogado

Q.1173

Origem

Não se considera ilícito, mas acarreta a obrigação de o agente indenizar o dano, o ato praticado

ARCE :: Analista de Regulação - Advogado
FCC
2006

- (a) em estado de necessidade, salvo se a pessoa lesada for culpada do perigo.
- (b) com abuso de direito, por exceder manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social.
- (c) em legítima defesa.
- (d) no exercício regular de um direito reconhecido.
- (e) sem culpa do agente, desde que ocasionado dano, porque a lei vigente reconhece, em qualquer circunstância, a responsabilidade civil objetiva.

Assuntos relacionados

Atos jurídicos ilícitos

31.4 Estado-PB :: Auditor Fiscal da Receita Estadual

Q.1174

Origem

A deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente

Estado-PB :: Auditor Fiscal da Receita Estadual
FCC
2006

- (a) sempre constituem atos ilícitos, porque a lei proíbe o exercício arbitrário das próprias razões.
- (b) não constituem atos ilícitos e sempre eximem o seu autor da obrigação de indenizar.
- (c) não constituem atos ilícitos somente quando as circunstâncias os tornarem absolutamente necessários e nem sempre eximem o seu autor da obrigação de indenizar.
- (d) constituem atos ilícitos, porém o seu autor sempre ficará isento da obrigação de indenizar.
- (e) consubstanciam atos de legítima defesa e isentam seu autor da obrigação de indenizar, salvo se foi o causador do perigo.

Assuntos relacionados

Atos jurídicos ilícitos

31.5 Defensoria Pública-SP :: Defensor Público

Q.1175

Origem

Dá-se o traditio breve manu quando

Defensoria Pública-SP :: Defensor
Público
FCC
2006

- (a) o possuidor de uma coisa em nome alheio passa a possuí-la como própria.
- (b) o sucessor universal continua com direito a posse do antecessor.
- (c) a posse puder ser continuada com a soma do tempo do atual possuidor com a posse de seus antecessores.
- (d) o possuidor de um imóvel em nome próprio passa a possuí-lo em nome alheio.
- (e) se exerce a posse em razão de uma situação de dependência econômica ou de um vínculo de subordinação.

Assuntos relacionados

Posse

31.6 TCE-CE :: Procurador de Contas

Q.1176

Origem

João é caseiro de uma fazenda de propriedade de Pedro e conserva a posse em nome deste em cumprimento às ordens ou instruções suas. De acordo com o Código Civil, em relação a João está caracterizada a figura

TCE-CE :: Procurador de Contas
FCC
2006

- (a) do constituto possessório.
- (b) do detentor.
- (c) da composesse.
- (d) da posse direta.
- (e) da posse indireta.

Assuntos relacionados

Posse

31.7 TCE-PB :: Assistente Jurídico

Q.1177

Origem

João é proprietário de um apartamento e o alugou, por meio de contrato escrito e pelo prazo de 30 meses, a José. Durante a vigência do contrato, João invadiu o imóvel, trocou as chaves da porta e impediu o acesso de José. Nesse caso, José, na condição de inquilino, é considerado

TCE-PB :: Assistente Jurídico
FCC
2006

Assuntos relacionados

- (a) possuidor direto e só pode defender sua posse contra terceiros, nunca contra o proprietário e locador.
 - (b) possuidor direto e, em razão dessa condição, pode defender sua posse contra o proprietário e locador.
 - (c) mero detentor, não tendo, em razão dessa condição, direito à proteção possessória.
 - (d) possuidor indireto e só pode defender sua posse contra terceiros, nunca contra o proprietário e locador.
 - (e) mero detentor e só pode defender sua posse contra terceiros, nunca contra o proprietário e locador.
-

Posse

31.8 TCE-PB :: Auditor de Contas Públicas - Direito

Q.1178

Origem

Paulo é proprietário de um sítio. Pedro é locatário desse imóvel. João é o caseiro. De acordo com o Código Civil brasileiro, Paulo, Pedro e João são considerados, respectivamente,

TCE-PB :: Auditor de Contas
Públicas - Direito
FCC
2006

- (a) possuidor direto, possuidor indireto e detentor.
- (b) possuidor indireto, possuidor direto e detentor.
- (c) possuidor indireto, detentor e possuidor direto.
- (d) possuidor direto, detentor e possuidor indireto.
- (e) detentor, possuidor indireto e possuidor direto.

Assuntos relacionados

Posse

31.9 TRF 1ª:: Analista Judiciário - Exec. Mandados

Q.1179

Origem

Segundo o Código Civil brasileiro, a posse direta de pessoa que tem a coisa em seu poder, temporariamente, em virtude de direito pessoal, ou real,

TRF 1ª:: Analista Judiciário -
Exec. Mandados
FCC
2006

- (a) anula a indireta, de quem aquela foi havida, podendo o possuidor direto defender a sua posse contra o indireto.
- (b) não anula a indireta, de quem aquela foi havida, podendo o possuidor direto defender a sua posse contra o indireto.
- (c) anula a indireta, de quem aquela foi havida, mas não pode o possuidor direto defender a sua posse contra o indireto.
- (d) não anula a indireta, de quem aquela foi havida, mas não pode o possuidor direto defender a sua posse contra o indireto.
- (e) anula a indireta, de quem aquela foi havida, bem como de terceiros ocupantes ou detentores, não havendo meio de defesa da posse em razão de sua anulação.

Assuntos relacionados

Posse

31.10 ARCE :: Procurador Autárquico

Q.1180

Origem

O Juiz poderá conhecer de ofício da

ARCE :: Procurador Autárquico
FCC
2006

- (a) prescrição, apenas se favorecer a pessoa absolutamente incapaz.
- (b) decadência legal ou convencional.
- (c) prescrição e da decadência convencional.
- (d) decadência convencional.
- (e) prescrição e da decadência legal.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

31.11 Banco Central :: Procurador

Q.1181

Origem

A respeito da prescrição e da decadência considere as afirmações:

I. As causas que determinam a interrupção e a suspensão do curso do prazo prescricional também determinam a interrupção e a suspensão do prazo decadencial.

II. O Juiz pode suprir, de ofício, a falta de alegação da prescrição se favorecer a pessoa absolutamente incapaz e deve, de ofício, conhecer da decadência, quando estabelecida em lei.

III. A exceção não está sujeita a prazo prescricional.

IV. Contra os absolutamente incapazes não corre prazo decadencial.

V. Quando a ação indenizatória se originar de fato que deve ser apurado no juízo criminal, não ocorrerá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva. É correto o que se afirma em

- (a) I, II e III.
- (b) II, IV e V.
- (c) II, III e IV.
- (d) III, IV e V.
- (e) I, III e IV.

Banco Central :: Procurador
FCC
2006

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

31.12 Estado-PB :: Auditor Fiscal da Receita Estadual

Q.1182

Origem

Os prazos prescricionais e decadenciais não correm

(a) contra os ausentes do país em serviço público da União, dos Estados ou dos Municípios.

(b) entre os cônjuges na constância da sociedade conjugal.

(c) contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas, em tempo de guerra.

(d) contra os absolutamente incapazes.

(e) depois de interrompidos mediante protesto judicial.

Estado-PB :: Auditor Fiscal da
Receita Estadual
FCC
2006

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

31.13 MPE-PE :: Analista Ministerial - Processual

Q.1183

Origem

Em matéria de prescrição, analise as seguintes proposições:

- I. Aquele que for favorecido pela alegação da prescrição, pode renunciá-la durante seu curso.
II. O juiz pode suprir, de ofício, a alegação de prescrição quando favorecer, dentre outros, o menor de 16 (dezesseis) anos.
III. Havendo acordo entre as partes, os prazos prescricionais podem ser alterados pelas partes.
IV. Quando o prazo prescricional iniciou-se com o autor da herança, seu sucessor disporá apenas do prazo faltante para exercer o direito de ação.
É correto o que consta APENAS em

MPE-PE :: Analista Ministerial -
Processual
FCC
2006

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

- (a) II e IV.
(b) I e III.
(c) III e IV.
(d) I, II e III.
(e) I, II e IV.

31.14 MPE-PE :: Técnico Ministerial - Administrativa

Q.1184

Origem

Com relação à decadência, é correto:

- (a) O juiz, de ofício, deve conhecer a decadência quando estabelecida por lei.
(b) Não corre a decadência contra os relativamente incapazes.
(c) Salvo disposição legal em contrário, as normas que interrompem a prescrição se aplicam à decadência.
(d) É válida a renúncia à decadência fixada em lei.
(e) Ainda que se trate de direito patrimonial, a decadência convencional pode ser decretada de ofício.

MPE-PE :: Técnico Ministerial -
Administrativa
FCC
2006

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

31.15 OAB-SP :: OAB

Q.1185

Origem

Sobre a prescrição e a decadência, é INCORRETO afirmar:

- (a) quando houver prazo para o exercício de direito potestativo, o prazo será decadencial.
(b) quando consumada, a prescrição extingue a pretensão.
(c) a pretensão nasce a partir do momento em que o direito é violado.
(d) a prescrição nunca pode ser suscitada de ofício pelo juiz.

OAB-SP :: OAB
FCC
2006

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

31.16 PM Jaboatão dos Guararapes-PE :: Auditor Tributário

Q.1186

Origem

Prescreve em cinco anos a pretensão

PM Jaboatão dos Guararapes-PE
:: Auditor Tributário
FCC
2006

- (a) dos hospedeiros para o pagamento da hospedagem.
- (b) do vencedor para haver do vencido o que despendeu em juízo.
- (c) do segurado contra o segurador, ou a deste contra aquele.
- (d) relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos.
- (e) de ressarcimento de enriquecimento sem causa.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

31.17 PM Manaus :: Procurador

Q.1187

Origem

A respeito da prescrição, é correto afirmar que

PM Manaus :: Procurador
FCC
2006

- (a) o juiz sempre poderá conhecer da prescrição e decretá-la de ofício, mesmo se não tiver sido invocada pelos interessados.
- (b) a prescrição deve ser alegada no prazo da contestação, sob pena de preclusão.
- (c) a renúncia expressa da prescrição só valerá sendo feita, sem prejuízo a terceiro, depois que a prescrição se consumir.
- (d) a prescrição é personalíssima e, assim, iniciada contra uma pessoa não continua contra o seu sucessor.
- (e) os prazos de prescrição previstos em lei podem ser alterados por acordo das partes.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

31.18 TCE-AM :: Procurador de Contas

Q.1188

Origem

Sobre a prescrição, é correto afirmar

TCE-AM :: Procurador de Contas
FCC
2006

- (a) Fica preclusa a faculdade de argüir a prescrição se o réu não alegá-la na contestação.
- (b) Em qualquer situação a prescrição poderá ser decretada de ofício pelo Juiz.
- (c) Formada a relação jurídica processual, não mais é possível ocorrer a prescrição intercorrente.
- (d) Reconhecida a prescrição, o processo será extinto sem o julgamento do mérito.
- (e) A incompetência do Juiz que determina a citação não impede a interrupção da prescrição.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

31.19 TCE-CE :: Procurador de Contas

Q.1189

Origem

No que concerne ao instituto da prescrição, é correto afirmar:

TCE-CE :: Procurador de Contas
FCC
2006

- (a) A interrupção produzida contra o principal devedor não prejudica o fiador.
- (b) A interrupção da prescrição por um credor sempre aproveita os outros, exceto quando forem credores solidários.
- (c) A interrupção da prescrição operada contra codevedores solidários não aproveita aos demais coobrigados e herdeiros.
- (d) Tratando-se de direitos indivisíveis a interrupção operada contra um dos herdeiros de devedor solidário não prejudica os outros herdeiros ou devedores.
- (e) A prescrição poderá ser interrompida até duas vezes em caso de prática de ato inequívoco do devedor, ainda que extrajudicial, que importe no reconhecimento da dívida.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

31.20 TRE-AP :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.1190

Origem

Prescreve em um ano a pretensão

TRE-AP :: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2006

- (a) para haver o pagamento de título de crédito, a contar do vencimento, ressalvadas as disposições de lei especial.
- (b) para haver juros, dividendos ou quaisquer prestações acessórias, pagáveis, em períodos não maiores de um ano, com capitalização ou sem ela.
- (c) de restituição dos lucros ou dividendos recebidos de má-fé, correndo o prazo da data em que foi deliberada a distribuição.
- (d) dos tabeliões, auxiliares da justiça, serventuários judiciais, árbitros e peritos, pela percepção de emolumentos, custas e honorários.
- (e) dos profissionais liberais em geral, procuradores judiciais, curadores e professores pelos seus honorários.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

31.21 TRE-SP :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.1191

Origem

A prescrição

TRE-SP :: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2006

- (a) suspensão em favor de um dos credores solidários aproveitará os outros, independentemente da natureza da obrigação.
- (b) da pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa ocorre em dois anos.
- (c) correrá normalmente entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.
- (d) iniciada contra uma pessoa, em regra, não continua a correr contra o seu sucessor.
- (e) pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

31.22 TRF 1ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.1192

Em conformidade com o Código Civil brasileiro, a prescrição

(a) não correrá entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar, mas correrá normalmente entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.

(b) iniciada contra uma pessoa não continua a correr contra o seu sucessor, em razão da característica da personalidade inerente ao instituto.

(c) pode ser renunciada de forma expressa ou tácita e a renúncia só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumir.

(d) da pretensão dos tabeliães, auxiliares da justiça, serventuários judiciais e peritos, pela percepção de emolumentos, custas e honorários ocorre em 5 anos.

(e) da pretensão para haver prestações acessórias, pagáveis, em períodos não maiores de um ano, com capitalização ou sem ela, ocorre em dois anos.

Origem

TRF 1ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2006

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

31.23 TRT 20ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.1193

Não corre a prescrição

(a) até o protesto cambial.

(b) contra os ausentes do País em serviço público da União, dos Estados e dos Municípios.

(c) até a apresentação do título de crédito em juízo de inventário.

(d) até a apresentação do título de crédito em concurso de credores.

(e) até o despacho do juiz que ordenar a citação.

Origem

TRT 20ª:: Analista Judiciário -
Execução de Mandados
FCC
2006

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

31.24 TRT 20ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.1194

A pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular prescreve em

(a) 5 anos.

(b) 4 anos.

(c) 3 anos.

(d) 2 anos.

(e) 1 ano.

Origem

TRT 20ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2006

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

31.25 TRT 20ª:: Técnico Judiciário - Administrativa

Q.1195

Origem

A respeito da prescrição é correto afirmar:

TRT 20ª:: Técnico Judiciário -
Administrativa
FCC
2006

- (a) A prescrição iniciada contra uma pessoa cessa com sua morte e não continua a correr contra o seu sucessor.
- (b) A interrupção da prescrição ocorrerá tantas vezes quantas forem as causas interruptivas incidentais.
- (c) Os prazos prescricionais podem ser alterados por acordo das partes.
- (d) A interrupção da prescrição produzida contra o devedor principal prejudica o fiador.
- (e) A prescrição ocorrerá em 20 anos quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

31.26 TRT 4ª:: Analista Judiciário - Administrativa

Q.1196

Origem

De acordo com o Código Civil brasileiro, com relação à prescrição e à decadência, é correto afirmar:

TRT 4ª:: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2006

- (a) A prescrição iniciada contra uma pessoa não continua a correr contra o seu sucessor.
- (b) Prescreve em três anos a pretensão de restituição dos lucros ou dividendos recebidos de má-fé, correndo o prazo da data em que foi deliberada a distribuição.
- (c) A interrupção da prescrição, em regra, poderá ocorrer quantas vezes forem necessárias.
- (d) É defesa, em qualquer hipótese, a renúncia tácita da prescrição, por expressa determinação legal.
- (e) Salvo disposição legal em contrário, em regra, aplicam-se à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

31.27 TRT 4ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.1197

Origem

De acordo com o Código Civil brasileiro, em regra, prescreve em 1 (um) ano a pretensão

TRT 4ª:: Analista Judiciário -
Execução de Mandados
FCC
2006

- (a) dos tabeliães, auxiliares da justiça, serventuários judiciais, árbitros e peritos, pela percepção de emolumentos, custas e honorários.
- (b) para haver juros, dividendos ou quaisquer prestações acessórias, pagáveis em períodos não maiores de um ano, com capitalização ou sem ela.
- (c) contra os liquidantes, por violação da lei ou do estatuto, contado o prazo da primeira assembléia semestral posterior à violação.
- (d) de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.
- (e) dos profissionais liberais em geral, procuradores judiciais, curadores e professores pelos seus honorários.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

31.28 TRT 4ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.1198

Origem

De acordo com o Código Civil brasileiro, em regra, ato judicial que constitua em mora o devedor

TRT 4ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2006

- (a) interromperá a decadência.
- (b) suspenderá a prescrição.
- (c) interromperá a prescrição.
- (d) suspenderá a decadência.
- (e) impedirá a prescrição.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

31.29 Banco Central :: Procurador

Q.1199

Origem

Toda construção existente em um terreno presume-se feita pelo proprietário e à sua custa, até que se prove o contrário, porém

Banco Central :: Procurador
FCC
2006

(a) o dono do terreno, para se tornar proprietário da construção levantada por outrem de boa-fé, terá de pagar metade do valor da construção, exceto se o construtor quiser ficar com o terreno, pagando o décuplo do valor deste.

Assuntos relacionados

Propriedade

(b) pagando em dobro as perdas e danos, aquele que, construindo em terreno próprio invadir terreno alheio, mesmo que de má-fé, adquire a propriedade da parte do solo que invadiu, se em proporção à vigésima parte deste e o valor da construção exceder consideravelmente o dessa parte e não se puder demolir a porção invasora sem grave prejuízo para a construção.

(c) quem constrói em terreno alheio sempre adquirirá a propriedade do solo, pagando o preço do terreno.

(d) o que constrói em terreno alheio de boa-fé ou de má-fé, sempre será obrigado a demolir a construção, se o dono do terreno exigir.

(e) se a construção, feita parcialmente em solo próprio, invade solo alheio em proporção não superior à vigésima parte deste, adquire o construtor de boa-fé a propriedade da parte do solo invadido, se o valor da construção exceder o dessa parte, e responde por indenização que represente, também, o valor da área perdida e a desvalorização da área remanescente.

31.30 Defensoria Pública-SP :: Defensor Público

Q.1200

Origem

Sobre os direitos de vizinhança, é correto afirmar:

Defensoria Pública-SP :: Defensor
Público
FCC
2006

(a) Os tapumes especiais são exigidos para impedir que animais de grande porte ultrapassem os limites da propriedade.

(b) O dono do terreno invadido pelos galhos de árvore da propriedade vizinha tem o direito de corte condicionado à nocividade da invasão dos ramos.

Assuntos relacionados

Propriedade

(c) A servidão de aqueduto é contínua e aparente e a de trânsito é descontínua e não aparente.

(d) A qualquer tempo, o proprietário pode exigir que se desfaça a janela, sacada, terraço ou goteira sobre o seu prédio.

(e) Na passagem forçada, o dono do prédio que não tiver acesso à via pública, nascente ou porto tem direito a exigir que seu vizinho lhe conceda passagem, independentemente do pagamento de indenização.

31.31 PM Jaboatão dos Guararapes-PE :: Auditor Tributário

Q.1201

Origem

Considere as seguintes assertivas a respeito da aquisição da propriedade de bem móvel por Usucapião:

I. Aquele que possuir coisa móvel como sua, contínua e incontestadamente durante três anos, com justo título e boa-fé, adquirir-lhe-á a propriedade.

II. Se a posse da coisa móvel, com justo título, se prolongar por quatro anos, produzirá usucapião, independentemente de boa-fé.

III. Se a posse da coisa móvel se prolongar por cinco anos, produzirá usucapião, independentemente de título ou boa-fé.

IV. Para aquisição de bens móveis ao possuidor, em regra, é vedado acrescentar à sua posse a dos seus antecessores visando contar o tempo exigido pela legislação brasileira. Está correto o que se afirma APENAS em

PM Jaboatão dos Guararapes-PE
:: Auditor Tributário
FCC
2006

Assuntos relacionados

Propriedade

- (a) I, II e III.
- (b) I, II e IV.
- (c) I e III.
- (d) I, III e IV.
- (e) II e IV.

31.32 PM Salvador :: Procurador

Q.1202

Origem

O proprietário ou o possuidor de um prédio tem o direito de fazer cessar as interferências prejudiciais à segurança, ao sossego e à saúde dos que o habitam, provocadas pela utilização de propriedade vizinha

PM Salvador :: Procurador
FCC
2006

Assuntos relacionados

Propriedade

(a) e esse direito do proprietário ou do possuidor não leva em conta as normas que distribuem as edificações em zonas, bastando prova do incômodo, para que seja obtido provimento judicial impedindo a interferência.

(b) e esse direito prevalece mesmo quando as interferências forem justificadas por interesse público, para não haver sacrifício ao direito de propriedade assegurado pela Constituição.

(c) mas, se por decisão judicial deviam ser toleradas as interferências, o trânsito em julgado da sentença não obriga o causador das interferências a promover a sua redução ou eliminação mesmo que isto se torne possível.

(d) mas esse direito não prevalece quando as interferências forem justificadas por interesse público, caso em que o proprietário ou o possuidor, causador delas, pagará ao vizinho indenização cabal e mesmo quando por decisão judicial devam ser toleradas as interferências, poderá o vizinho exigir a sua redução, ou eliminação, se estas se tornarem possíveis.

(e) mas esse direito não prevalece quando as interferências se justificarem por interesse público, independentemente de qualquer indenização.

31.33 SEFAZ-SP :: Agente Fiscal de Rendas

Q.1203

Origem

O imóvel urbano que o proprietário abandonar, com a intenção de não mais o conservar em seu patrimônio, e que se não encontrar na posse de outrem

SEFAZ-SP :: Agente Fiscal de Rendas
FCC
2006

(a) passará à propriedade da União, depois de vinte anos de abandono comprovado.

(b) somente será adquirido pelo Município mediante usucapião extraordinária.

(c) será arrecadado, como bem vago, e passará, cinco anos depois, à propriedade do Estado onde se situar ou à do Distrito Federal.

(d) poderá ser arrecadado, como bem vago, e passar, três anos depois, à propriedade do Município ou à do Distrito Federal, se se achar nas respectivas circunscrições.

(e) será arrecadado, como bem vago, e passados dez anos incorporado ao patrimônio da universidade pública cuja sede esteja mais próxima.

Assuntos relacionados

Propriedade

31.34 MPE-PE :: Analista Ministerial - Processual

Q.1204

Origem

No que concerne à responsabilidade civil, analise as seguintes proposições:

I. Os pais responderão subjetivamente pelos atos praticados pelos seus filhos menores que estiverem sob sua guarda e em sua companhia.

II. O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.

III. De acordo com a responsabilidade aquiliana, aquele que, por ato ilícito causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

IV. Aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, inclusive se o causador do dano for descendente seu.

É correto o que consta APENAS em

MPE-PE :: Analista Ministerial - Processual
FCC
2006

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

(a) II e IV.

(b) II e III.

(c) I e II.

(d) II, III e IV.

(e) I, III e IV.

31.35 PM Jaboatão dos Guararapes-PE :: Auditor Tributário

Q.1205

Origem

Com relação à responsabilidade civil é correto afirmar:

PM Jaboatão dos Guararapes-PE
:: Auditor Tributário
FCC
2006

- (a) Os pais só respondem pelos atos praticados pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia, se tiver havido culpa de sua parte.
- (b) Aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, inclusive se o causador do dano for descendente seu relativamente incapaz.
- (c) A responsabilidade civil é independente da criminal, podendo-se questionar sobre a existência do fato e sobre a autoria, inclusive quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.
- (d) O direito de exigir reparação civil e a obrigação de prestá-la não se transmite com a herança, em razão da natureza personalíssima inerente ao instituto da responsabilidade civil.
- (e) Havendo usurpação ou esbulho do alheio, além da restituição da coisa, a indenização consistirá em pagar o valor das suas deteriorações e o devido a título de lucros cessantes.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

31.36 PM Jaboatão dos Guararapes-PE :: Procurador

Q.1206

Origem

Será objetiva a responsabilidade civil

PM Jaboatão dos Guararapes-PE
:: Procurador
FCC
2006

- (a) sempre que o dano for causado por preposto de pessoa jurídica pública ou privada no exercício de seu trabalho ou em razão dele.
- (b) sempre que a lei não estabelecer expressamente a responsabilidade subjetiva do agente.
- (c) somente quando o causador do dano for servidor público no exercício de suas funções.
- (d) apenas quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano for considerada perigosa.
- (e) quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

31.37 PM Manaus :: Procurador

Q.1207

Origem

Considere as seguintes assertivas a respeito da responsabilidade civil:

I. São responsáveis pela reparação civil, o tutor e o curador, ainda que não haja culpa de sua parte, pelos pupilos e curatelados, que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia.

II. Aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, inclusive se o causador do dano for descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz.

III. O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la transmitem-se com a herança.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (a) II.
- (b) III.
- (c) I e II.
- (d) I e III.
- (e) II e III.

PM Manaus :: Procurador
FCC
2006

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

31.38 PM Salvador :: Procurador

Q.1208

Origem

A sentença penal absolutória isentará o agente da responsabilidade civil

(a) se reconhecer as excludentes de legítima defesa, de exercício regular de direito ou de estado de necessidade.

(b) desde que não haja prova suficiente de ter o réu praticado o ato ou se ficar provado que o ato foi praticado por outrem.

(c) se concluiu que o ato não constitui crime.

(d) qualquer que seja o seu fundamento, depois de transitada em julgado.

(e) se ficar provado que o réu não é o autor do ato delituoso ou que o fato não existiu.

PM Salvador :: Procurador
FCC
2006

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

31.39 TCE-CE :: Procurador de Contas

Q.1209

Origem

Considere as seguintes assertivas sobre responsabilidade civil:

I. São responsáveis pela reparação civil, independentemente de culpa de sua parte os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia.

II. Aquele que ressarcir o dano causado por outrem poderá reaver o que houver pago daquele por quem pagou, inclusive se o causador do dano for descendente seu relativamente incapaz.

III. Se o dono da coisa deteriorada ou destruída para remoção de perigo iminente não for culpado pelo perigo, assistir-lhe-á direito à indenização do prejuízo que sofreu contra o autor do dano, ainda que este não tenha sido o culpado pelo perigo.

IV. Em regra, o incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes. Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (a) I e IV.
- (b) I, II e III.
- (c) I, III e IV.
- (d) II e III.
- (e) II, III e IV.

TCE-CE :: Procurador de Contas
FCC
2006

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

31.40 TCE-PB :: Assistente Jurídico

Q.1210

Origem

Paulo é proprietário de um sobrado e estava viajando. Durante a sua ausência, ocorreu uma tempestade e fortes ventos fizeram com que um vaso que estava no terraço caísse sobre um veículo estacionado na via pública, danificando-o. Nesse caso, Paulo

TCE-PB :: Assistente Jurídico
FCC
2006

Assuntos relacionados

- (a) não responderá pelo danos, porque não se encontrava no local.
- (b) não responderá pelos danos, porque foram decorrentes de caso fortuito.
- (c) não responderá pelos danos, porque foram decorrentes de força maior.
- (d) responderá pela reparação dos danos, independentemente de culpa.
- (e) só responderá pelos danos se tiver agido com dolo ou culpa.

Responsabilidade civil

31.41 TCE-PB :: Auditor de Contas Públicas - Direito

Q.1211

Origem

O dono, ou detentor, do animal não ressarcirá o dano por este causado, se

TCE-PB :: Auditor de Contas
Públicas - Direito
FCC
2006

- (a) ficar demonstrada a culpa de terceiro.
- (b) a vítima não provar ter havido culpa na sua guarda.
- (c) provar culpa exclusiva da vítima ou força maior.
- (d) ficar demonstrado o dolo de terceiro.
- (e) o animal não for agressivo.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

31.42 TRE-AP :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.1212

Origem

Com relação a responsabilidade civil considere as seguintes assertivas:

- I. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.
- II. A responsabilidade civil é dependente da criminal, podendo, inclusive, ser questionada sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.
- III. Os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado; e, se a ofensa tiver mais de um autor, todos responderão solidariamente pela reparação.
- Está correto o que se afirma APENAS em

TRE-AP :: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2006

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

- (a) I.
- (b) I e II.
- (c) I e III.
- (d) II.
- (e) II e III.

31.43 TRT 20ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.1213

Origem

Estão obrigados a reparação civil, exclusivamente pelo regime da responsabilidade subjetiva,

TRT 20ª:: Analista Judiciário -
Execução de Mandados
FCC
2006

Assuntos relacionados

- (a) aqueles que, por ato ilícito, causarem dano a outrem.
- (b) os donos de hotéis, pelos atos de seus hóspedes.
- (c) os tutores e curadores pelos atos dos pupilos e curatelados.
- (d) aqueles que habitarem prédio pelo dano proveniente das coisas que dele caírem.
- (e) os pais pelos atos dos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia.

Responsabilidade civil

31.44 TRT 20ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.1214

Origem

Considere as assertivas a respeito da responsabilidade civil:

I. Se a vítima tiver concorrido culposamente para o evento danoso, a sua indenização será fixada tendo-se em conta a gravidade de sua culpa em confronto com a do autor do dano.

II. O direito de exigir a reparação e a obrigação de prestá-la são personalíssimos e não se transmitem com a herança.

III. Aquele que habitar prédio, ou parte dele, responde pelo dano proveniente das coisas que dele caírem ou forem lançadas em lugar indevido.

Está correto APENAS o que se afirma em:

- (a) I.
- (b) I e II.
- (c) I e III.
- (d) II.
- (e) II e III.

TRT 20ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2006

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

31.45 TRT 20ª:: Técnico Judiciário - Administrativa

Q.1215

Origem

Considere as assertivas a respeito da responsabilidade civil:

I. O empregador é responsável pela reparação civil por atos praticados por seus empregados no exercício do trabalho que lhes competir, ainda que não haja culpa de sua parte.

II. A responsabilidade civil é independente da criminal, podendo, por isso, questionar-se sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.

III. O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, se não provar culpa da vítima ou força maior.

Está correto APENAS o que se afirma em:

- (a) I e II.
- (b) I e III.
- (c) II.
- (d) II e III.
- (e) III.

TRT 20ª:: Técnico Judiciário -
Administrativa
FCC
2006

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

31.46 TRT 4ª:: Analista Judiciário - Administrativa

Q.1216

Origem

De acordo com o Código Civil brasileiro, com relação à responsabilidade civil pelos atos praticados por empregados, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele, o empregador

TRT 4ª:: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2006

- (a) é responsável pela reparação civil, apenas se tiver agido com culpa.
- (b) não é responsável pela reparação civil, uma vez que a responsabilidade é personalíssima.
- (c) é responsável pela reparação civil, desde que tenha agido com culpa ou dolo.
- (d) é responsável pela reparação civil, ainda que não haja culpa de sua parte.
- (e) é responsável pela reparação civil, apenas se tiver agido com dolo.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

31.47 TRT 4ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.1217

Origem

De acordo com o Código Civil brasileiro, com relação à obrigação de indenizar, salvo se houver prescrição, aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressaltar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor,

TRT 4ª:: Analista Judiciário -
Execução de Mandados
FCC
2006

- (a) no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir acrescido de multa de 50(b) no primeiro caso, do que dele exigir e, no segundo, o dobro do que houver cobrado.
- (c) em ambos os casos, o dobro do que houver cobrado ou exigido, por expressa determinação legal neste sentido.
- (d) no primeiro caso, o que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir acrescido de multa de 50(e) no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

31.48 TRT 4ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.1218

Origem

De acordo com o Código Civil brasileiro, em regra, aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, salvo se o causador do dano for

TRT 4ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2006

- (a) ascendente, descendente ou parente colateral até segundo grau.
- (b) ascendente, descendente ou parente colateral até terceiro grau.
- (c) ascendente, descendente ou parente colateral até quarto grau.
- (d) descendente seu, ainda que capaz para exercer os atos da vida civil.
- (e) descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

31.49 TRT 6ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.1219

No que se refere à responsabilidade civil, em matéria de Direito Civil, aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, salvo se o causador do dano for seu

- (a) cunhado.
- (b) ascendente até o primeiro grau.
- (c) irmão.
- (d) descendente, absoluta ou relativamente incapaz.
- (e) ascendente até o segundo grau.

Origem

TRT 6ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2006

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

31.50 ARCE :: Procurador Autárquico

Q.1220

Convertendo-se a obrigação em perdas e danos,

- (a) não subsiste a solidariedade para quaisquer efeitos.
- (b) subsiste, para todos os efeitos, a indivisibilidade.
- (c) subsiste, para todos os efeitos, a solidariedade.
- (d) subsistem, para todos os efeitos, a solidariedade e a indivisibilidade.
- (e) não subsistem, para quaisquer efeitos, a solidariedade e a indivisibilidade.

Origem

ARCE :: Procurador Autárquico
FCC
2006

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

31.51 Defensoria Pública-SP :: Defensor Público

Q.1221

Em matéria de obrigações, é correto afirmar:

- (a) A obrigação de resultado é aquela em que o devedor se obriga a usar de prudência e diligência normais na prestação de certo serviço para atingir um resultado.
- (b) A obrigação assumida pelo transportador é de meio, enquanto que a do mecânico, que se obriga a consertar um veículo, é de resultado.
- (c) Se um dos devedores solidários falecer deixando herdeiros, nenhum destes será obrigado a pagar senão a quota que corresponder ao seu quinhão, em qualquer situação.
- (d) O pagamento efetuado a um credor putativo é válido quando há boa-fé do devedor e o erro é escusável.
- (e) A remissão da dívida dada a um dos credores solidários favorecerá aos demais devedores, que também serão perdoados.

Origem

Defensoria Pública-SP :: Defensor
Público
FCC
2006

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

31.52 PM Jaboatão dos Guararapes-PE :: Auditor Tributário

Q.1222

Origem

Com relação às obrigações alternativas é correto afirmar:

PM Jaboatão dos Guararapes-PE
:: Auditor Tributário
FCC
2006

- (a) Se, por culpa do devedor, ambas as prestações se tornarem inexecutíveis, poderá o credor reclamar o valor de qualquer das duas, além da indenização por perdas e danos.
- (b) Nas obrigações alternativas, em regra, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou.
- (c) Em regra, pode o devedor obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra, tendo em vista a natureza alternativa da obrigação.
- (d) Quando a obrigação for de prestações periódicas, a faculdade de opção deverá ser exercida no primeiro período, por expressa determinação legal.
- (e) Se uma das duas prestações não puder ser objeto de obrigação ou se tornar inexecutível, a obrigação se extinguirá como um todo.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

31.53 PM Manaus :: Procurador

Q.1223

Origem

Se um dos devedores solidários falecer deixando herdeiros, cada qual

PM Manaus :: Procurador
FCC
2006

- (a) será obrigado a pagar a parte da dívida que corresponder ao devedor solidário falecido, se a obrigação for divisível.
- (b) será obrigado a pagar a totalidade da dívida, se a obrigação for divisível, com direito de ação regressiva contra os demais devedores.
- (c) não será obrigado a efetuar nenhum pagamento, pois a responsabilidade pelo pagamento não se transmite aos herdeiros.
- (d) será obrigado a pagar apenas a cota que corresponder ao seu quinhão hereditário, se a obrigação for divisível.
- (e) só será obrigado a pagar a totalidade da dívida se os demais herdeiros não tiverem recursos e a obrigação for divisível.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

31.54 SEFAZ-SP :: Agente Fiscal de Rendas

Q.1224

Origem

Nas obrigações solidárias,

SEFAZ-SP :: Agente Fiscal de
Rendas
FCC
2006

(a) se um dos devedores solidários falecer deixando herdeiros, cada um deles será obrigado a pagar a totalidade da dívida, mesmo que a obrigação seja divisível.

(b) o julgamento contrário a um dos credores solidários não atinge os demais, entretanto o julgamento favorável aproveita-lhes, exceto se baseado em exceção pessoal ao credor que o obteve.

(c) convertendo-se a prestação em perdas e danos, extingue-se para todos os efeitos a solidariedade.

(d) importará renúncia à solidariedade a propositura de ação pelo credor contra um ou alguns dos devedores.

(e) o devedor só se exonerará da obrigação se pagar a todos os credores solidários proporcionalmente aos respectivos créditos.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

31.55 TCE-PB :: Assistente Jurídico

Q.1225

Origem

Considere as assertivas a respeito das obrigações solidárias:

I. Enquanto alguns dos credores solidários não demandarem o devedor comum, a qualquer daqueles poderá este pagar.

II. Importará em renúncia da solidariedade a propositura de ação pelo credor contra um ou alguns devedores.

III. O credor não pode renunciar à solidariedade em favor de um ou de alguns devedores. Está correto o que consta APENAS em

TCE-PB :: Assistente Jurídico
FCC
2006

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

(a) II e III.

(b) II.

(c) I e III.

(d) I e II.

(e) I.

31.56 TRF 1ª:: Analista Judiciário - Exec. Mandados

Q.1226

Origem

Em conformidade com o Código Civil brasileiro, com relação às obrigações de dar, é correto afirmar:

TRF 1ª:: Analista Judiciário -
Exec. Mandados
FCC
2006

- (a) Se a obrigação for de restituir coisa certa, e esta, sem culpa do devedor, se perder antes da tradição, a obrigação não se resolverá mas, responderá este por perdas e danos.
- (b) Nas obrigações de dar coisa incerta determinadas pelo gênero e pela quantidade, em regra, a escolha pertence ao devedor.
- (c) A obrigação de dar coisa certa, em regra, abrangerá somente os acessórios previamente mencionados.
- (d) Nas obrigações de dar coisa certa, até a tradição, pertence ao credor a coisa, com os seus melhoramentos, bem como os frutos percebidos.
- (e) Nas obrigações de dar coisa incerta, antes da escolha, não poderá o devedor alegar perda ou deterioração da coisa, exceto por força maior ou caso fortuito.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

31.57 TRT 4ª:: Analista Judiciário - Administrativa

Q.1227

Origem

De acordo com o Código Civil brasileiro, nas obrigações em que há solidariedade ativa,

TRT 4ª:: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2006

- (a) em regra, convertendo-se a prestação em perdas e danos, não subsistirá mais, para todos os efeitos, a solidariedade.
- (b) o pagamento feito a um dos credores solidários não extingue a dívida, por expressa vedação legal, tendo em vista a solidariedade existente.
- (c) convertendo-se a prestação em perdas e danos, não substituirá, para todos os efeitos, a solidariedade.
- (d) a um dos credores solidários pode o devedor opor as exceções pessoais oponíveis aos outros.
- (e) enquanto alguns dos credores solidários não demandarem o devedor comum, a qualquer daqueles poderá este pagar.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

31.58 TRT 6ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.1228

Origem

De acordo com o Código Civil Brasileiro e com relação à Sociedade em Conta de Participação, é correto afirmar:

TRT 6ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2006

(a) O contrato social produz efeito entre os sócios e em relação a terceiros, e a inscrição de seu instrumento em qualquer registro confere personalidade jurídica à sociedade.

(b) Essa forma de sociedade, em regra, deverá ser regularmente constituída, observando-se todas as formalidades exigidas pela lei civil.

(c) Obriga-se perante terceiro tão-somente o sócio ostensivo; e, exclusivamente perante este, o sócio participante, nos termos do contrato social.

(d) Salvo estipulação em contrário, o sócio ostensivo pode admitir novo sócio sem o consentimento expresso dos demais.

(e) A constituição dessa espécie de sociedade só pode ser provada pela inscrição do ato constitutivo no registro competente.

Assuntos relacionados

Sociedade não-personificada

31.59 Defensoria Pública-SP :: Defensor Público

Q.1229

Origem

De acordo com o Código Civil,

Defensoria Pública-SP :: Defensor
Público
FCC
2006

(a) a sociedade em conta de participação é uma sociedade não personificada, que independe de qualquer formalidade e é formada com duas modalidades de sócios: o ostensivo e os participantes.

(b) na sociedade cooperativa a responsabilidade dos sócios é sempre limitada.

(c) na sociedade em nome coletivo, os sócios podem ser pessoas físicas ou jurídicas, respondendo solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais.

(d) na sociedade anônima a responsabilidade é solidária entre os acionistas.

(e) a sociedade estrangeira não precisa de autorização governamental para operar no Brasil.

Assuntos relacionados

Sociedade personificada

31.60 PM Manaus :: Procurador

Q.1230

Com relação a sociedade em comandita simples, de acordo com o Código Civil, é correto afirmar que

- (a) os comanditados, pessoas físicas, são responsáveis subsidiariamente e limitadamente pelas obrigações sociais.
- (b) pode o comanditário ser constituído procurador da sociedade, para negócio determinado e com poderes especiais.
- (c) os comanditários, pessoas físicas, são responsáveis solidariamente e ilimitadamente pelas obrigações sociais.
- (d) aos comanditários cabem os mesmos direitos e obrigações dos sócios da sociedade em nome coletivo.
- (e) não pode o comanditado praticar qualquer ato de gestão, nem ter o nome na firma social, sem prejuízo da faculdade de participar das deliberações da sociedade.

Origem

PM Manaus :: Procurador
FCC
2006

Assuntos relacionados

Sociedade personificada

Q.1231

As deliberações dos sócios em assembléia serão tomadas pelos votos correspondentes, no mínimo, a três quartos do capital social, dentre outras hipóteses, no caso de

- (a) aprovação das contas da administração.
- (b) designação dos administradores, quando feita em separado.
- (c) destituição dos administradores.
- (d) modo de remuneração dos administradores, quando não estabelecido no contrato.
- (e) modificação do contrato social.

Origem

PM Manaus :: Procurador
FCC
2006

Assuntos relacionados

Sociedade personificada

31.61 TCE-PB :: Assistente Jurídico

Q.1232

A administração da sociedade, nada dispondo o contrato social, compete

- (a) ao sócio mais velho, se todos possuírem o mesmo número de quotas.
- (b) conjuntamente a todos os sócios.
- (c) ao sócio que possuir o maior número de quotas.
- (d) ao sócio que possuir o menor número de quotas.
- (e) separadamente a cada um dos sócios.

Origem

TCE-PB :: Assistente Jurídico
FCC
2006

Assuntos relacionados

Sociedade personificada

31.62 ARCE :: Analista de Regulação - Advogado

Q.1233

Origem

Têm personalidade jurídica de direito público as

ARCE :: Analista de Regulação -
Advogado
FCC
2006

- (a) associações públicas e as autarquias.
- (b) autarquias e todas as fundações.
- (c) empresas públicas e as associações públicas.
- (d) associações públicas e as sociedades de economia mista.
- (e) empresas públicas e as autarquias.

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

31.63 Banco Central :: Procurador

Q.1234

Origem

São pessoas jurídicas de direito público interno

Banco Central :: Procurador
FCC
2006

- (a) as fundações e associações.
- (b) somente a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal.
- (c) as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
- (d) as autarquias e associações públicas.
- (e) os partidos políticos e as autarquias.

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

31.64 PM Salvador :: Procurador

Q.1235

Origem

A desconsideração da personalidade da pessoa jurídica poderá ser decidida

PM Salvador :: Procurador
FCC
2006

- (a) pelo Juiz, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, quando comprovada fraude de execução.
- (b) por autoridade administrativa ou judicial, quando se verificar confusão patrimonial, no interesse das pessoas jurídicas públicas.
- (c) de ofício, pelo Juiz, sempre que os bens das sociedades forem insuficientes para pagar suas dívidas.
- (d) pelo Juiz, a requerimento da parte ou do Ministério Público quando couber intervir, se verificar desvio de finalidade ou confusão patrimonial.
- (e) por autoridade administrativa, independentemente de intervenção judicial, se comprovada simulação ou enriquecimento ilícito dos sócios ou administradores.

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

Q.1236

Origem

A proteção dos direitos da personalidade às pessoas jurídicas aplica-se

PM Salvador :: Procurador
FCC
2006

- (a) naquilo que for compatível com estas entidades.
- (b) somente àquelas que não têm finalidades econômicas.
- (c) na mesma extensão conferida às pessoas naturais.
- (d) apenas àquelas de direito público interno.
- (e) somente àquelas que têm finalidade lucrativa.

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

31.65 SEFAZ-SP :: Agente Fiscal de Rendas

Q.1237

Origem

Considere as afirmações abaixo sobre as pessoas jurídicas.

I. Têm personalidade jurídica pública as autarquias, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

II. Constituída uma fundação por negócio entre vivos, se o instituidor não lhe transferir a propriedade dos bens dotados, serão registrados em nome da fundação por mandado judicial.

III. Constituem-se as associações pela união de pessoas físicas ou jurídicas, que se organizam para fins não-econômicos.

IV. Dissolvida a pessoa jurídica, promover-se-á o cancelamento de sua inscrição no registro onde estiver inscrita.

V. Salvo disposição contrária do estatuto, a qualidade de associado é transmitida aos seus herdeiros, no momento da abertura da sucessão. Está correto o que se afirma APENAS em

- (a) I e II.
- (b) I e III.
- (c) II e III.
- (d) II e IV.
- (e) IV e V.

SEFAZ-SP :: Agente Fiscal de Rendas
FCC
2006

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

31.66 TRF 1ª:: Técnico Judiciário - Administrativa

Q.1238

Origem

De acordo com o Código Civil brasileiro, as autarquias, os partidos políticos e a União, são, respectivamente, pessoas jurídicas de direito

- (a) público interno, público interno e público externo.
- (b) privado, público interno e público interno.
- (c) público interno, privado e público interno.
- (d) privado, público interno e público externo.
- (e) público interno, privado e público externo.

TRF 1ª:: Técnico Judiciário - Administrativa
FCC
2006

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

31.67 TRT 20ª:: Técnico Judiciário - Administrativa

Q.1239

Origem

As autarquias e as organizações religiosas são, respectivamente, pessoas jurídicas de direito

TRT 20ª:: Técnico Judiciário -
Administrativa
FCC
2006

- (a) público interno e de direito público externo.
- (b) público externo e de direito público interno.
- (c) privado e de direito público interno.
- (d) privado e de direito público externo.
- (e) público interno e de direito privado.

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

31.68 TRT 4ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.1240

Origem

Considere:

- I. Autarquias.
- II. Organizações religiosas.
- III. Distrito Federal.
- IV. Partidos políticos.

De acordo com o Código Civil brasileiro, são pessoas jurídicas de direito público interno, as indicadas APENAS em

TRT 4ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2006

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

31.69 ARCE :: Procurador Autárquico

Q.1241

Origem

A existência da pessoa natural termina com a morte, presumindo-se esta quanto aos ausentes,

ARCE :: Procurador Autárquico
FCC
2006

- (a) desde a abertura da sucessão provisória.
- (b) nos casos em que a lei autoriza a abertura da sucessão definitiva.
- (c) apenas depois de o ausente contar oitenta anos de idade.
- (d) somente depois de dez anos da abertura da sucessão provisória.
- (e) apenas se for extremamente provável sua morte por estar em perigo de vida.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

31.70 Banco Central :: Procurador

Q.1242

Origem

A existência da pessoa natural termina com a morte,

Banco Central :: Procurador
FCC
2006

(a) a qual pode ser declarada, pelo Juiz, sem decretação de ausência, se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida.

(b) presumindo-se a morte quanto aos ausentes, desde que aberta sua sucessão provisória.

(c) a qual nunca pode ser presumida.

(d) e o ausente será presumido morto somente depois de contar oitenta (80) anos de idade e de cinco anos antes forem suas últimas notícias.

(e) e o ausente será presumido morto somente depois de passados dez (10) anos do pedido de sucessão definitiva.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

Q.1243

Origem

São relativamente incapazes

Banco Central :: Procurador
FCC
2006

(a) os que, por enfermidade ou deficiência mental não tiverem o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil.

(b) os maiores de 18 (dezoito) e menores de 21 (vinte e um) anos.

(c) os ébrios habituais e os viciados em tóxicos que tenham o discernimento reduzido.

(d) os que, por causa transitória, não puderam exprimir sua vontade.

(e) os menores de 16 (dezesseis) anos.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

31.71 Defensoria Pública-SP :: Defensor Público

Q.1244

Origem

Com relação à capacidade civil, é hipótese correta:

Defensoria Pública-SP :: Defensor
Público
FCC
2006

(a) Menor entre 16 e 18 anos, por ser relativamente incapaz, não pode ser interditado.

(b) Menor com 16 anos fez testamento, por instrumento público, deixando todos os seus bens para a mãe. Faleceu aos 25 anos, solteiro, sem filhos, deixando vivos pai e mãe. Em razão do testamento, com sua morte, todos os seus bens irão para a mãe, após o regular processamento do testamento.

(c) Decretada a interdição do pródigo, fica o mesmo impossibilitado de praticar atos da vida civil e, portanto, está proibido de contrair matrimônio.

(d) São relativamente incapazes os ébrios eventuais e os pródigos.

(e) Um viúvo, pai de dois filhos menores, é interditado. Com a incapacidade do pai e sua conseqüente interdição, os filhos menores serão representados pelo Curador do pai, automaticamente.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

31.72 MPE-PE :: Técnico Ministerial - Administrativa

Q.1245

Origem

Dentre outros, são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os

MPE-PE :: Técnico Ministerial -
Administrativa
FCC
2006

- (a) excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
- (b) ébrios habituais e os viciados em tóxicos.
- (c) que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- (d) que, por deficiência mental, tenham discernimento reduzido.
- (e) pródigos, mesmo que tenham atingido a maioridade.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

31.73 PM Jaboatão dos Guararapes-PE :: Procurador

Q.1246

Origem

A disposição do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte com objetivos científicos ou altruísticos é

PM Jaboatão dos Guararapes-PE
:: Procurador
FCC
2006

- (a) válida, mas o ato de disposição não pode ser revogado se firmado a título oneroso.
- (b) inválida, porque esta faculdade é exclusiva do cônjuge, ou dos parentes do defunto, em linha reta ou colaterais até o terceiro grau.
- (c) válida tanto a título gratuito como oneroso, mas o ato de disposição pode ser livremente revogado a qualquer tempo.
- (d) inválida se, no caso de fins altruísticos, o disponente não indicar quem deva receber os órgãos por transplante ou, na hipótese de objetivo científico, não indicar a entidade beneficiária.
- (e) válida, se gratuita, mas o ato de disposição pode ser livremente revogado a qualquer tempo.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

31.74 PM Manaus :: Procurador

Q.1247

Origem

Cessarà para o menor a incapacidade pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público,

PM Manaus :: Procurador
FCC
2006

- (a) após regular homologação judicial.
- (b) independentemente de homologação judicial.
- (c) se tiver doze anos completos.
- (d) se tiver treze anos completos.
- (e) somente se tiver economia própria.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

31.75 PM Salvador :: Procurador

Q.1248

Origem

Declarada a morte presumida, sem decretação de ausência, de quem não tenha herdeiros legítimos, nem possua testamento válido, seus bens

PM Salvador :: Procurador
FCC
2006

(a) que tiverem sido arrecadados, passarão, decorridos 10 (dez) anos da abertura da sucessão, em partes iguais ao domínio do Município e do Estado em que se localizarem.

Assuntos relacionados

(b) somente depois de dez (10) anos seguintes à abertura da sucessão definitiva, passarão ao domínio do Município ou do Distrito Federal, se localizados nas respectivas circunscrições.

Pessoas naturais

(c) serão arrecadados e ficarão sob a guarda do Município em que se situarem, até que algum interessado promova a declaração de ausência, pelo prazo de vinte (20) anos, após o que a herança será considerada vacante.

(d) serão destinados a instituição filantrópica do Município em que se situarem, porque a herança, neste caso, não poderá ser considerada vacante.

(e) que tiverem sido arrecadados, passarão, decorridos 5 (cinco) anos da abertura da sucessão, ao domínio do Município ou do Distrito Federal, se localizados nas respectivas circunscrições.

31.76 TRE-AP :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.1249

Origem

Iris é pródiga. Caio, por deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática pessoal dos atos da vida civil. Tício é excepcional, sem desenvolvimento mental completo. Com relação a capacidade para exercer pessoalmente os atos da vida civil, Iris, Caio e Tício são, respectivamente,

TRE-AP :: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2006

Assuntos relacionados

(a) absolutamente, absolutamente e relativamente incapazes.

(b) absolutamente, relativamente e absolutamente incapazes.

(c) relativamente, absolutamente e relativamente incapazes.

(d) relativamente, relativamente e absolutamente incapazes.

(e) absolutamente, relativamente e relativamente incapazes.

Pessoas naturais

31.77 TRE-SP :: Analista Judiciário - Administrativa

Q.1250

Origem

Com relação às pessoas naturais, segundo o Código Civil Brasileiro, é correto afirmar:

TRE-SP :: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2006

- (a) Cessará, para os menores, a incapacidade pela colação de grau em curso de ensino médio.
- (b) Os pródigos são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
- (c) Em regra, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- (d) São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- (e) Se dois indivíduos falecerem na mesma ocasião, ocorrendo a comoriência, presumir-se-á que o mais velho precedeu ao mais novo.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

31.78 TRF 1ª:: Analista Judiciário - Administrativa

Q.1251

Origem

Maria, Mariana e Mônica são menores de idade. Considerando-se que Maria contraiu matrimônio com João; Mariana exerceu emprego público transitório e Mônica colou grau em curso de ensino médio, cessou a incapacidade para os atos da vida civil para

TRF 1ª:: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2006

- (a) Maria e Mônica.
- (b) Maria e Mariana.
- (c) Maria, Mariana e Mônica.
- (d) Mônica.
- (e) Maria.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

31.79 TRF 1ª:: Analista Judiciário - Exec. Mandados

Q.1252

Origem

João é pródigo, José é excepcional, sem desenvolvimento mental completo, Jonas transitoriamente não pode exprimir sua vontade e Joaquim possui quinze anos. Neste caso, de acordo com o Código Civil brasileiro, são incapazes, relativamente a certos atos da vida civil, ou à maneira de os exercer:

TRF 1ª:: Analista Judiciário -
Exec. Mandados
FCC
2006

- (a) João, José e Joaquim.
- (b) José e Joaquim.
- (c) João e José.
- (d) José e Jonas.
- (e) João e Jonas.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

31.80 TRF 1ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.1253

Considere as seguintes assertivas a respeito das pessoas naturais:

I. Os menores de dezesesseis anos de idade podem ser proprietários de bens móveis e imóveis.

II. A lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro, mas a personalidade da pessoa começa do nascimento com vida.

III. Os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.

IV. Os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil. Em conformidade com o Código Civil brasileiro, está correto o que se afirma SOMENTE em

- (a) II e IV.
- (b) III e IV.
- (c) I, II e III.
- (d) I, II e IV.
- (e) II, III e IV.

Origem

TRF 1ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2006

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

31.81 TRF 1ª:: Técnico Judiciário - Administrativa

Q.1254

Segundo o Código Civil brasileiro, são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os

- (a) pródigos e os ébrios habituais.
- (b) maiores de dezesesseis e os menores de dezoito anos.
- (c) excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
- (d) que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.
- (e) que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.

Origem

TRF 1ª:: Técnico Judiciário -
Administrativa
FCC
2006

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

Q.1255

Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são

- (a) irrenunciáveis, mas transmissíveis não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- (b) renunciáveis e transmissíveis, podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- (c) irrenunciáveis e intransmissíveis, mas pode o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- (d) renunciáveis e transmissíveis, mas não pode o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- (e) irrenunciáveis e intransmissíveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

Origem

TRF 1ª:: Técnico Judiciário -
Administrativa
FCC
2006

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

31.82 TRT 20ª:: Técnico Judiciário - Administrativa

Q.1256

Origem

A personalidade civil da pessoa começa

TRT 20ª:: Técnico Judiciário -
Administrativa
FCC
2006

- (a) com a concepção.
- (b) com o nascimento com vida.
- (c) aos 16 anos de idade.
- (d) aos 18 anos de idade.
- (e) aos 21 anos de idade.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

Q.1257

Origem

Pode ser declarada a morte presumida sem decretação de ausência se alguém desaparecer

TRT 20ª:: Técnico Judiciário -
Administrativa
FCC
2006

- (a) em campanha, após ter sido feito prisioneiro e não for libertado no prazo de 5 anos, ainda que a guerra não tenha terminado.
- (b) de seu domicílio e não for encontrado no prazo de 10 anos.
- (c) em campanha e não for encontrado na constância da guerra.
- (d) de seu domicílio, quando estava em perigo de vida e for extremamente provável a sua morte.
- (e) de seu domicílio e não for encontrado no prazo de 20 anos.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

31.83 TRT 4ª:: Analista Judiciário - Administrativa

Q.1258

Origem

Considere:

- I. João, transitoriamente, não pode exprimir sua vontade.
- II. Pedro é excepcional, sem desenvolvimento mental completo.
- III. Sócrates é pródigo.

De acordo com o Código Civil brasileiro, é absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, a(s) pessoa(s) indicada(s), APENAS em

TRT 4ª:: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2006

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

- (a) (I.)
- (b) II.
- (c) I e III.
- (d) II e III.
- (e) I e II.

31.84 OAB-SP :: OAB

Q.1259

Sobre as relações de parentesco, é INCORRETO afirmar que o Código Civil

Origem

OAB-SP :: OAB
FCC
2006

- (a) derogou o Estatuto da Criança e do Adolescente no que se refere à idade do adotante.
- (b) não estabelece prazo para o marido contestar a paternidade dos filhos nascidos de sua esposa.
- (c) permite que se altere o sobrenome do adotado, mas não o prenome.
- (d) determina que ninguém pode ser adotado por duas pessoas, salvo se forem marido e mulher, ou se viverem em união estável.

Assuntos relacionados

Relações de parentesco

31.85 ARCE :: Procurador Autárquico

Q.1260

A respeito das servidões, é correto afirmar que

Origem

ARCE :: Procurador Autárquico
FCC
2006

- (a) só se extinguem por desapropriação ou quando houver a reunião dos prédios dominante e serviente no domínio da mesma pessoa.
- (b) proporcionam utilidade ao prédio serviente e gravam o prédio dominante pertencentes a diversos donos.
- (c) não estão sujeitas a registro no serviço de Registro de Imóveis.
- (d) podem ser adquiridas por usucapião, quando aparentes.
- (e) jamais se extinguem pelo não uso.

Assuntos relacionados

Servidões

31.86 OAB-SP :: OAB

Q.1261

Sobre a servidão, é INCORRETO afirmar:

Origem

OAB-SP :: OAB
FCC
2006

- (a) pode ser constituída mediante testamento.
- (b) pode surgir mediante usucapião.
- (c) a servidão de trânsito é obrigatória quando favorecer prédio encravado que não tenha saída para a via pública.
- (d) extingue-se pela reunião do prédio serviente e do prédio dominante no domínio da mesma pessoa.

Assuntos relacionados

Servidões

31.87 PM Manaus :: Procurador

Q.1262

Origem

A respeito das servidões, pode-se afirmar que

PM Manaus :: Procurador
FCC
2006

(a) a servidão não pode ser removida de um local para outro pelo dono do prédio serviente e à sua custa, mesmo que se em nada diminuir as vantagens do prédio dominante.

(b) o exercício incontestado e contínuo de uma servidão não aparente, por cinco anos, autoriza o interessado a registrá-la em seu nome do Registro de Imóveis.

(c) se as necessidades da cultura, ou da indústria, do prédio dominante impuserem à servidão maior largueza, o dono do serviente é obrigado a sofrê-la, mas tem direito de ser indenizado pelo excesso.

(d) o exercício da servidão decorre das necessidades do prédio serviente e, constituída para certo fim, pode se ampliar a outro.

(e) a servidão proporciona utilidade para o prédio dominante e grava o prédio serviente, que pertence a diverso dono, sendo que só pode ser constituída por testamento.

Assuntos relacionados

Servidões

31.88 Defensoria Pública-SP :: Defensor Público

Q.1263

Origem

Com relação à herança, é correto afirmar:

Defensoria Pública-SP :: Defensor
Público
FCC
2006

(a) Pode haver renúncia parcial.

(b) Não se pode aceitar a herança sob condição.

(c) A renúncia da herança pode se dar por instrumento particular.

(d) Não pode haver renúncia tácita.

(e) A transmissão da herança se dá a contar da aceitação do herdeiro.

Assuntos relacionados

Sucessão em geral

31.89 OAB-SP :: OAB

Q.1264

Origem

Sobre o direito de representação na sucessão legítima, é INCORRETO afirmar:

OAB-SP :: OAB
FCC
2006

(a) na linha ascendente nunca há direito de representação.

(b) se uma herdeira for declarada indigna, sua filha não herda no seu lugar.

(c) na linha transversal só há direito de representação em favor do sobrinho do falecido.

(d) na linha descendente sempre há direito de representação.

Assuntos relacionados

Sucessão legítima

Q.1265

Origem

Sobre a sucessão legítima, é INCORRETO afirmar:

OAB-SP :: OAB
FCC
2006

- (a) deixando o falecido apenas uma avó materna, uma avó paterna e um avô paterno, a herança será dividida em três partes iguais.
- (b) descendentes, ascendentes e cônjuge do falecido têm direito à parte legítima da herança, por serem herdeiros necessários.
- (c) com a morte do seu marido existe a possibilidade de a viúva concorrer na herança com filhos do falecido, ainda que não sejam descendentes dela.
- (d) na sucessão colateral, cada irmão bilateral herda o dobro do que cada irmão unilateral.

Assuntos relacionados

Sucessão legítima

31.90 SEFAZ-SP :: Agente Fiscal de Rendas

Q.1266

Origem

São herdeiros necessários

SEFAZ-SP :: Agente Fiscal de
Rendas
FCC
2006

- (a) os descendentes, os ascendentes e os colaterais até o terceiro grau.
- (b) apenas os descendentes e os ascendentes.
- (c) os descendentes e os colaterais até o quarto grau.
- (d) apenas o cônjuge sobrevivente, se o regime de casamento for o da comunhão universal de bens.
- (e) os descendentes, os ascendentes e o cônjuge sobrevivente, qualquer que seja o regime de bens do casamento.

Assuntos relacionados

Sucessão legítima

31.91 PM Jaboatão dos Guararapes-PE :: Procurador

Q.1267

Origem

A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida,

PM Jaboatão dos Guararapes-PE
:: Procurador
FCC
2006

- (a) mas na sucessão testamentária podem ser chamados a suceder os filhos, ainda não concebidos, de pessoa indicada pelo testador, desde que viva ao abrir-se a sucessão.
- (b) por isto o nascituro não tem direito à herança do pai que falecer antes de seu nascimento.
- (c) mas, pondo a lei a salvo os direitos do nascituro, o natimorto tem direito à herança do pai que falecer antes de seu nascimento.
- (d) porém, na sucessão legítima, pode ser chamada a suceder a prole eventual de pessoa viva excluída da sucessão por indignidade.
- (e) e, embora a lei ponha a salvo os direitos do nascituro, na sucessão testamentária só podem ser chamadas a suceder as pessoas nascidas no momento da abertura da sucessão.

Assuntos relacionados

Sucessão testamentária

31.92 ARCE :: Procurador Autárquico

Q.1268

Origem

A compra e venda é classificada como contrato

ARCE :: Procurador Autárquico
FCC
2006

- (a) real, considerando-se obrigatória e perfeita com o pagamento integral do preço.
- (b) real, considerando-se obrigatória e perfeita com a tradição do objeto, se for coisa móvel.
- (c) consensual, considerando-se obrigatória e perfeita desde o registro do título no Serviço de Registro de Imóveis, se o objeto for coisa imóvel.
- (d) consensual, se o objeto for coisa móvel e real, se for coisa imóvel.
- (e) consensual, considerando-se obrigatória e perfeita, desde que as partes acordem no objeto e no preço.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

31.93 Banco Central :: Procurador

Q.1269

Origem

Sobre o mandato aplicam-se as seguintes regras:

I. Quando o mandato contiver a cláusula de irrevogabilidade e o mandante o revogar, pagará perdas e danos.

II. Sendo o mandato irrevogável, não produzirá efeito sua revogação, em nenhuma hipótese, quer em relação a terceiros, quer em relação ao mandatário.

III. Quando a cláusula de irrevogabilidade for condição de um negócio bilateral, ou tiver sido estipulada no exclusivo interesse do mandatário, a revogação do mandato será ineficaz.

IV. O mandato se presume oneroso, salvo cláusula especial que estabeleça sua gratuidade.

V. Conferido o mandato com a cláusula "em causa própria", a sua revogação não terá eficácia, nem se extinguirá pela morte de qualquer das partes, ficando o mandatário dispensado de prestar contas, e podendo transferir para si os bens móveis ou imóveis objeto do mandato, obedecidas as formalidades legais. São corretas

Banco Central :: Procurador
FCC
2006

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

- (a) I, II e III.
- (b) I, II e IV.
- (c) I, III e V.
- (d) II, III e IV.
- (e) III, IV e V.

Q.1270

Origem

O contrato de fiança

Banco Central :: Procurador
FCC
2006

(a) estabelece solidariedade legal do fiador e do afiançado pelo pagamento ao credor.

(b) admite prova exclusivamente testemunhal se for de valor inferior a dez (10) salários mínimos.

(c) não admite renúncia ao benefício de ordem.

(d) não admite que, existindo vários fiadores, cada um fixe a parte da dívida que toma sob sua responsabilidade.

(e) pode ser estipulado sem consentimento do devedor ou contra sua vontade. 1978

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.1271**Origem**

Sobre o depósito considere as seguintes afirmações:

I. O contrato de depósito é oneroso, exceto se houver convenção em sentido contrário.

II. O depósito necessário não se presume gratuito.

III. O depósito miserável não se inclui na classificação de depósito necessário.

IV. O contrato de depósito só poder ter por objeto coisa móvel.

V. O depósito voluntário provar-se-á por escrito. São corretas

Banco Central :: Procurador
FCC
2006

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

- (a) I, II e III.
 - (b) I, III e V.
 - (c) II, III e IV.
 - (d) II, IV e V.
 - (e) III, IV e V.
-

31.94 Estado-PB :: Auditor Fiscal da Receita Estadual**Q.1272****Origem**

Celebrado contrato de mútuo por escritura pública, tendo por objeto quantia certa, aplicam-se as seguintes regras:

I. a quitação poderá ser dada por instrumento particular.

II. se o pagamento for ajustado em cotas periódicas, a quitação da última firma presunção relativa do pagamento das anteriores.

III. se não for ajustada época para o pagamento, este poderá ser exigido a qualquer tempo independentemente de interpelação.

IV. salvo disposição contrária ou se o contrário resulta de lei, da natureza da obrigação ou das circunstâncias, o pagamento deverá ser feito no domicílio do credor.

V. a quitação do capital nunca faz presumir o pagamento dos juros devidos. Está correto o que se afirma APENAS em

Estado-PB :: Auditor Fiscal da
Receita Estadual
FCC
2006

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

- (a) IV e V.
 - (b) III e V.
 - (c) II e IV.
 - (d) I e III.
 - (e) I e II.
-

Q.1273

Origem

A compra e venda é considerada contrato

Estado-PB :: Auditor Fiscal da
Receita Estadual
FCC
2006

- (a) real, porque, se pura e simples, só se considerará perfeita e acabada com a tradição do objeto.
- (b) consensual, porque, se pura e simples, considerarse-á obrigatória e perfeita, desde que as partes acordem no objeto e no preço.
- (c) consensual, se tiver por objeto coisa imóvel, e real, se a coisa for móvel.
- (d) real, apenas se celebrado por instrumento público levado a registro no Serviço de Registro de Imóvel.
- (e) consensual, apenas se celebrado verbalmente ou por instrumento particular, tendo por objeto coisa móvel.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

31.95 PM Jaboatão dos Guararapes-PE :: Auditor Tributário

Q.1274

Origem

A doação

PM Jaboatão dos Guararapes-PE
:: Auditor Tributário
FCC
2006

- (a) feita em contemplação do merecimento do donatário perde o caráter de liberalidade.
- (b) à entidade futura caducará se, em dois anos, esta não estiver constituída regularmente.
- (c) do cônjuge adúltero ao seu cúmplice pode ser anulada pelo outro cônjuge até cinco anos depois de dissolvida a sociedade conjugal.
- (d) em forma de subvenção periódica ao beneficiado não se extingue morrendo o doador, e poderá ultrapassar a vida do donatário.
- (e) feita ao nascituro é vedada pelo ordenamento jurídico brasileiro, em razão da necessidade de aceitação da doação pelo donatário.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

31.96 PM Jaboatão dos Guararapes-PE :: Procurador

Q.1275

Origem

A transação não aproveita nem prejudica senão aos que nela intervierem,

PM Jaboatão dos Guararapes-PE
:: Procurador
FCC
2006

- (a) porém, se for concluída entre o credor e o devedor, desobrigará o fiador.
- (b) e, se concluída entre um dos credores solidários e o devedor, não extingue a obrigação deste para com os outros credores.
- (c) exceto se disser respeito a coisa indivisível.
- (d) mas deve ser interpretada ampliativamente.
- (e) e, se concluída entre um dos devedores solidários e o seu credor, não extingue a dívida em relação aos co-devedores.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.1276

Origem

É correta a seguinte classificação de contrato:

PM Jaboatão dos Guararapes-PE
:: Procurador
FCC
2006

- (a) o de depósito é real presumindo-se oneroso o depósito voluntário e gratuito o depósito miserável.
- (b) o de empréstimo de coisa fungível é real e necessariamente gratuito.
- (c) o de empréstimo de coisa infungível é consensual, podendo ser oneroso ou gratuito.
- (d) o de compra e venda é consensual e oneroso.
- (e) o de mandato é necessariamente gratuito e o de prestação de serviços necessariamente oneroso e ambos são consensuais.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

31.97 TCE-CE :: Auditor

Q.1277

Origem

Considere as seguintes assertivas sobre a doação, de acordo com o Código Civil:

TCE-CE :: Auditor
FCC
2006

- I. Se o doador fixar prazo para o donatário declarar se aceita ou não a doação sujeita a encargo, o silêncio do donatário, ciente do prazo fixado, valerá como aceitação.
- II. A doação verbal é válida, desde que verse sobre bens móveis e de pequeno valor, se lhe seguir incontinenti a tradição.
- III. A doação feita ao nascituro é válida, desde que aceita pelo seu representante legal e está subordinada à condição suspensiva, que é o nascimento com vida do donatário.
- IV. O doador pode estipular que os bens doados voltem ao seu patrimônio ou sejam destinados à terceira pessoa se o donatário o preceder na morte. Está correto o que se afirma SOMENTE em

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

- (a) II e III.
 - (b) I, II e III.
 - (c) I, II e IV.
 - (d) I, III e IV.
 - (e) II, III e IV.
-

31.98 TCE-CE :: Procurador de Contas

Q.1278

Origem

No que concerne ao contrato de mandato, de acordo com o Código Civil, é correto afirmar:

TCE-CE :: Procurador de Contas
FCC
2006

- (a) O mandatário que exceder os poderes do mandato será considerado mero gestor de negócios, enquanto o mandante não ratificar os atos.
- (b) Se o mandato for outorgado por instrumento público não poderá substabelecer-se por instrumento particular.
- (c) Para recebimento do que for devido em decorrência do mandato o mandatário não poderá reter o objeto da operação que lhe for cometida.
- (d) O maior de 16 anos e menor de 18 anos, desde que emancipado, poderá ser mandatário, mas o mandante, em regra, não terá ação contra ele.
- (e) Se o mandatário tiver ciência da morte ou interdição do mandante não deverá concluir o negócio já iniciado, inclusive em caso de perigo na demora.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

31.99 TCE-PB :: Assistente Jurídico

Q.1279

Origem

Paulo emprestou R\$ 20.000,00 de uma instituição financeira, com juros bancários de mercado, para cobrir despesas com tratamento médico. João emprestou gratuitamente seu apartamento na praia para um amigo ali passar as férias com sua família. Pedro emprestou R\$ 2.000,00 para um amigo, sem a cobrança de juros, para atender a necessidade financeira transitória deste. Nesse caso, Paulo, João e Pedro celebraram, respectivamente, contratos de

TCE-PB :: Assistente Jurídico
FCC
2006

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

- (a) comodato, mútuo e comodato.
- (b) mútuo, comodato e mútuo.
- (c) mútuo, mútuo e comodato.
- (d) comodato, mútuo e mútuo.
- (e) mútuo, comodato e comodato.

31.100 TCE-PB :: Auditor de Contas Públicas - Direito

Q.1280

Origem

No contrato de compra e venda,

TCE-PB :: Auditor de Contas
Públicas - Direito
FCC
2006

- (a) os riscos do preço correm por conta do vendedor até o momento da tradição.
- (b) a fixação do preço pode ser deixada ao arbítrio exclusivo de uma das partes.
- (c) os riscos da coisa correm por conta do comprador até o momento da tradição.
- (d) a fixação do preço poderá ser deixada à taxa de mercado ou de bolsa, em certo e determinado dia e lugar.
- (e) a fixação do preço não pode ser deixada ao arbítrio de terceiro, que os contratantes logo designarem ou prometerem designar.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

31.101 TRF 1ª:: Analista Judiciário - Exec. Mandados

Q.1281

Origem

Na retrovenda, o vendedor de coisa imóvel pode reservar-se o direito de recobrá-la no prazo máximo de decadência de

TRF 1ª:: Analista Judiciário -
Exec. Mandados
FCC
2006

- (a) dois anos, restituindo o preço recebido acrescido em 50(b) três anos, restituindo o preço recebido acrescido em 50(c) três anos, restituindo o preço recebido e reembolsando as despesas do comprador.
- (d) cinco anos, restituindo o preço recebido e reembolsando as despesas do comprador.
- (e) cinco anos, restituindo o preço recebido acrescido em 50

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

31.102 TRF 1ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.1282

Origem

Em conformidade com o Código Civil brasileiro, o mandato

TRF 1ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2006

- (a) pode, em regra, ser expresso ou tácito, mas deverá ser, necessariamente escrito.
- (b) outorgado por instrumento público não pode ser substabelecido mediante instrumento particular.
- (c) presume-se gratuito quando não houver sido estipulada retribuição, inclusive se o seu objeto corresponder ao daqueles que o mandatário trata por ofício.
- (d) com poder para transigir importa o de firmar compromisso, havendo dispositivo legal expresso neste sentido.
- (e) que contenha poderes de cumprimento ou confirmação de negócios encetados, aos quais se ache vinculado, é irrevogável.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

31.103 TRT 20ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.1283

Origem

Considere as seguintes assertivas a respeito do contrato de empreitada:

I. Se ocorrer diminuição no preço do material ou da mão-de-obra superior a um décimo do preço global convencionado, poderá este ser revisto, a pedido do dono da obra, para que se lhe assegure a diferença apurada.

II. O contrato para a elaboração de um projeto implica a obrigação de executá-lo e de fiscalizar-lhe a execução.

III. Poderá o empreiteiro suspender a obra se as modificações exigidas pelo dono da obra, por seu vulto e natureza, forem desproporcionais ao projeto aprovado, ainda que o dono se disponha a arcar com o acréscimo de preço. Está correto o que se afirma APENAS em

- (a) I.
- (b) I e II.
- (c) I e III.
- (d) II e III.
- (e) III.

TRT 20ª:: Analista Judiciário -
Execução de Mandados
FCC
2006

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.1284

Origem

A respeito do mandato é correto afirmar:

- (a) Por sua natureza e finalidade, não pode conter cláusula de irrevogabilidade.
- (b) Quando se outorga mandato por instrumento público, não pode substabelecer-se por instrumento particular.
- (c) De acordo com as normas do Código Civil, no Direito Civil brasileiro não existe mandato tácito.
- (d) O poder de transigir compreende o de firmar compromissos e vice-versa.
- (e) O terceiro com quem o mandatário tratar poderá exigir que a procuração traga a firma reconhecida.

TRT 20ª:: Analista Judiciário -
Execução de Mandados
FCC
2006

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

31.104 TRT 20ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.1285

Origem

A respeito do contrato de mandato, é correto afirmar que

- (a) não deve o mandatário concluir o negócio já começado, ainda se houver perigo na demora, se estiver ciente da morte do mandante.
- (b) o mandatário tem sobre a coisa de que tenha posse em virtude do mandato direito de retenção, até se reembolsar do que no desempenho do encargo despendeu.
- (c) o mandatário pode compensar os prejuízos a que deu causa com os proveitos que, por outro lado, tenha granjeado ao seu constituinte.
- (d) a aceitação do mandato não pode ser tácita por expressa vedação do Código Civil Brasileiro.
- (e) o mandato não se extingue com a morte do mandatário, transmitindo-se as respectivas obrigações aos herdeiros.

TRT 20ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2006

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

31.105 ARCE :: Analista de Regulação - Advogado

Q.1286

Origem

O crédito, uma vez penhorado, não pode mais ser transferido pelo credor que tiver conhecimento da penhora,

ARCE :: Analista de Regulação -
Advogado
FCC
2006

- (a) e o devedor que o pagar, se tiver sido notificado dela, responde pela dívida do executado, ainda que superior ao crédito penhorado.
- (b) e o devedor que o pagar, ainda que não tenha conhecimento da penhora, fica obrigado a depositar em Juízo outro tanto, equivalente ao que pagou, para substituir a garantia da execução.
- (c) mas o devedor que o pagar, mesmo notificado dela, fica exonerado, desde que o credor não seja insolvente.
- (d) mas o devedor que o pagar, não tendo notificação dela, fica exonerado, subsistindo somente contra o credor os direitos de terceiro.
- (e) contudo não há qualquer sanção para o devedor ainda que tenha tido conhecimento da penhora, se pagá-lo ao cessionário, sendo a responsabilidade exclusivamente deste.

Assuntos relacionados

Transmissão das obrigações

31.106 PM Jaboatão dos Guararapes-PE :: Auditor Tributário

Q.1287

Origem

Com relação à cessão de crédito é correto afirmar:

PM Jaboatão dos Guararapes-PE
:: Auditor Tributário
FCC
2006

- (a) Pode o cessionário exercer os atos conservatórios do direito cedido, desde que haja prévio conhecimento da cessão pelo devedor.
- (b) Ocorrendo várias cessões do mesmo crédito, prevalece a última cessão, independentemente de ter ocorrido a tradição do título do crédito cedido.
- (c) O devedor não pode opor ao cessionário as exceções que, no momento em que veio a ter conhecimento da cessão, tinha contra o cedente.
- (d) A cláusula proibitiva da cessão de crédito não poderá ser oposta ao cessionário de boa-fé, se não constar do instrumento da obrigação.
- (e) Na cessão por título oneroso, o cedente, exceto quando não se responsabilize, fica responsável ao cessionário pela existência do crédito ao tempo em que lhe cedeu.

Assuntos relacionados

Transmissão das obrigações

31.107 PM Salvador :: Procurador

Q.1288

Origem

Sobre a transmissão das obrigações é correto afirmar que

PM Salvador :: Procurador
FCC
2006

(a) na cessão de crédito por título oneroso, o cedente, ainda que não se responsabilize, fica responsável ao cessionário pela existência do crédito ao tempo que lhe cedeu.

(b) salvo estipulação em contrário, na cessão de créditos, o cedente responde pela solvência do devedor.

(c) o crédito, mesmo penhorado, pode ser transferido pelo credor ciente da penhora.

(d) ocorrendo assunção de dívida, o novo devedor, para se eximir da obrigação, sempre poderá opor ao credor as exceções possíveis que competiam ao devedor primitivo.

(e) não é facultado a terceiro assumir obrigação do devedor, sem o consentimento expresso deste, ainda que o credor exonere o primitivo devedor.

Assuntos relacionados

Transmissão das obrigações

31.108 TRT 20ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.1289

Origem

A respeito da cessão de crédito, é correto afirmar que

TRT 20ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2006

(a) o cessionário de crédito hipotecário não tem o direito de fazer averbar a cessão no registro de imóveis.

(b) o cedente responde sempre, com ou sem estipulação contratual, pela solvência do devedor.

(c) a cessão do crédito tem eficácia em relação ao devedor independentemente de qualquer notificação nesse sentido ou declaração de ciência da cessão feita por parte dele.

(d) a cessão de um crédito nunca abrange todos os seus acessórios, devendo, para tanto, tal circunstância estar expressa no instrumento da cessão.

(e) ocorrendo várias cessões do mesmo crédito, prevalece a que se completar com a tradição do título do crédito cedido.

Assuntos relacionados

Transmissão das obrigações

31.109 TRT 4^a:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.1290

Origem

De acordo com o Código Civil brasileiro, com relação à Assunção de Dívida, é correto afirmar:

TRT 4^a:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2006

- (a) O novo devedor pode opor ao credor as exceções pessoais que competiam ao devedor primitivo.
- (b) É facultado a terceiro assumir a obrigação do devedor, com o consentimento do credor, ficando, em qualquer hipótese, o devedor primitivo coobrigado.
- (c) Em regra, se a substituição do devedor vier a ser anulada, restaura-se o débito sem todas as suas garantias, por expressa determinação legal.
- (d) Qualquer das partes pode assinar prazo ao credor para que consinta na assunção da dívida, interpretando-se o seu silêncio como recusa.
- (e) Em regra, com a assunção da dívida, as garantias especiais, dadas originariamente pelo devedor primitivo, não serão extintas.

Assuntos relacionados

Transmissão das obrigações

31.110 TRT 6^a:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.1291

Origem

De acordo com o Código Civil, a respeito da transmissão das obrigações, considere:

TRT 6^a:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2006

- I. Ocorrendo várias cessões do mesmo crédito, prevalece a que se completar com a tradição do título do crédito cedido.
- II. Independentemente do conhecimento da cessão pelo devedor, pode o cessionário exercer os atos conservatórios do direito cedido.
- III. Na cessão por título oneroso, o cedente, ainda que não se responsabilize, fica responsável ao cessionário pela existência do crédito ao tempo em que lhe cedeu.
- IV. Salvo disposição em contrário, a cessão de um crédito não abrangerá todos os seus acessórios por não haver interdependência entre eles. É correto o que consta APENAS em

Assuntos relacionados

Transmissão das obrigações

- (a) II e III.
- (b) II e IV.
- (c) I, III e IV.
- (d) I, II e IV.
- (e) I, II e III.

31.111 Banco Central :: Procurador

Q.1292

Origem

O devedor somente pode compensar com o credor o que este lhe dever, entretanto

Banco Central :: Procurador
FCC
2006

- (a) o fiador pode compensar sua dívida com a de seu credor ao afiançado.
- (b) a diferença de causa nas dívidas sempre impede a compensação.
- (c) a dívida proveniente de alimentos pode compensarse apenas com as provenientes também de alimentos ou de depósito, porque somente nestes casos se admite a prisão civil.
- (d) obrigando-se por terceiro uma pessoa, pode compensar essa dívida com a que o credor dele lhe dever.
- (e) sendo a mesma pessoa obrigada por várias dívidas compensáveis não se pode, no compensá-las, observar as regras estabelecidas quanto à imputação do pagamento.

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

31.112 OAB-SP :: OAB

Q.1293

Origem

Sobre o adimplemento das obrigações, é correto afirmar:

OAB-SP :: OAB
FCC
2006

- (a) o pagamento feito de boa-fé a quem aparentava ser credor, mas não o era, é considerado válido.
- (b) pagamento reiteradamente aceito pelo credor em local diverso do combinado não presume renúncia do credor relativamente ao previsto no contrato.
- (c) a pessoa obrigada com o mesmo credor, por dois ou mais débitos líquidos e vencidos, deve pagar primeiramente o mais antigo.
- (d) ocorre a compensação quando se confundem na mesma pessoa as qualidades de credor e devedor de uma obrigação.

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

31.113 TCE-CE :: Auditor

Q.1294

Origem

Dá-se novação quando

TCE-CE :: Auditor
FCC
2006

- (a) duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor, uma da outra, de dívidas líquidas e vencidas e de coisa fungíveis.
- (b) o terceiro interessado paga dívida pela qual era ou podia ser obrigado, no todo ou em parte.
- (c) novo devedor sucede ao antigo, ficando este quite com o credor.
- (d) o credor consente em receber prestação diversa da que lhe é devida, com o escopo de extinguir a obrigação.
- (e) a pessoa obrigada por dois débitos da mesma natureza, líquidos e vencidos, a um só credor, indicar a qual deles oferece pagamento.

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

31.114 TCE-CE :: Procurador de Contas

Q.1295

Origem

De acordo com o Código Civil, a sub-rogação é convencional quando

TCE-CE :: Procurador de Contas
FCC
2006

- (a) o credor recebe o pagamento de terceiro e expressamente lhe transfere todos os seus direitos.
- (b) o credor paga a dívida do devedor comum.
- (c) o adquirente de imóvel hipotecado paga a dívida existente com o credor hipotecário.
- (d) o terceiro interessado paga a dívida pela qual era ou podia ser obrigado, no todo ou em parte.
- (e) outro credor, em virtude de obrigação nova, é substituído ao antigo, ficando o devedor quite com este.

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

31.115 TCE-PB :: Assistente Jurídico

Q.1296

Origem

O devedor que paga tem direito a quitação regular,

TCE-PB :: Assistente Jurídico
FCC
2006

- (a) que só poderá ser dada através de instrumento público.
- (b) mas não pode reter o pagamento enquanto esta não lhe seja dada.
- (c) mas o credor não é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, ainda que mais valiosa.
- (d) sendo que a entrega do título ao devedor não firma a presunção de pagamento.
- (e) sendo que, se a quitação do capital for feita sem reserva de juros, estes não se presumem pagos.

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

31.116 TCE-PB :: Auditor de Contas Públicas - Direito

Q.1297

Origem

Dentre outras situações, ocorre a novação quando

TCE-PB :: Auditor de Contas
Públicas - Direito
FCC
2006

- (a) a pessoa obrigada, por dois ou mais débitos da mesma natureza, a um só credor, optar pelo pagamento de um deles.
- (b) o credor consentir em receber prestação diversa da que lhe é devida.
- (c) novo devedor sucede ao antigo, ficando este quite com o credor.
- (d) duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra.
- (e) na mesma pessoa se confundam as qualidades de credor e devedor.

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

31.117 TRF 1ª:: Analista Judiciário - Exec. Mandados

Q.1298

Origem

O terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, antes do vencimento,

TRF 1ª:: Analista Judiciário -
Exec. Mandados
FCC
2006

- (a) terá direito, quando operar o vencimento da obrigação, a reembolsar-se do que pagou, mas não se sub-rogará nos direitos do credor.
- (b) não terá direito a reembolsar-se do que pagou, por não ser terceiro interessado, havendo dispositivo legal expresso nesse sentido.
- (c) terá direito a reembolsar-se do que pagou e se subrogará nos direitos do credor, independentemente do vencimento da obrigação.
- (d) terá direito, quando operar o vencimento da obrigação, a reembolsar-se do que pagou e se subrogará nos direitos do credor.
- (e) terá direito a reembolsar-se do que pagou antes do vencimento da obrigação, mas só se sub-rogará nos direitos do credor, quando ocorrer o vencimento.

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

31.118 TRF 1ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.1299

Origem

Em conformidade com o Código Civil brasileiro, o pagamento

TRF 1ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2006

- (a) feito por terceiro com oposição do devedor obriga a reembolsar aquele que pagou, inclusive se o devedor tinha meios para ilidir a ação.
- (b) deve ser feito ao credor ou a quem de direito o represente, sob pena de só valer depois de por ele ratificado, ou tanto quanto reverter em seu proveito.
- (c) feito de boa-fé ao credor putativo é válido, exceto se provado depois que não era credor.
- (d) quando feito em quotas periódicas, a quitação da última não estabelece, em regra, a presunção de estarem solvidas as anteriores.
- (e) será efetuado, em regra, no domicílio do credor, por expressa disposição legal, cabendo ao devedor, se opor ao local, até vinte dias antes do vencimento.

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

31.119 TRT 20ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.1300

Origem

O pagamento pelo terceiro interessado da dívida pela qual era ou podia ser obrigado, no todo ou em parte, é um dos casos de

TRT 20ª:: Analista Judiciário -
Execução de Mandados
FCC
2006

- (a) imputação do pagamento.
- (b) consignação em pagamento.
- (c) dação em pagamento.
- (d) pagamento com sub-rogação.
- (e) novação.

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

31.120 TRT 4ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.1301

Origem

De acordo com o Código Civil brasileiro, em regra, o terceiro não interessado, que paga dívida antes do seu vencimento, em seu próprio nome,

TRT 4ª:: Analista Judiciário -
Execução de Mandados
FCC
2006

- (a) não tem direito a reembolsar-se do que pagou porque adimpliu em seu próprio nome.
- (b) quando do vencimento da obrigação, tem direito a reembolsar-se do que pagou mas não se sub-roga nos direitos do credor.
- (c) não tem direito a reembolsar-se do que pagou porque não é terceiro interessado no adimplemento da obrigação.
- (d) quando do vencimento da obrigação, tem direito a reembolsar-se do que pagou e sempre se sub-roga nos direitos do credor.
- (e) assim que ocorre o adimplemento da obrigação, independente do vencimento, tem direito a reembolsar-se do que pagou e se sub-roga nos direitos do credor.

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

31.121 Banco Central :: Procurador

Q.1302

Origem

O bem de família pode consistir

Banco Central :: Procurador
FCC
2006

- (a) somente de prédio urbano, destinado à residência da família.
- (b) de prédio residencial urbano ou rural, com suas pertencas e acessórios, destinando-se em ambos os casos a domicílio familiar, e poderá abranger valores mobiliários, cuja renda será aplicada na conservação do imóvel e no sustento da família.
- (c) somente de prédio urbano destinado à residência da família ou de pequena propriedade rural explorada pela família.
- (d) de aplicações financeiras destinadas ao sustento da família, sem limitação de valores.
- (e) apenas do imóvel de menor valor, quando o instituidor tiver mais de um, mesmo que a instituição se dê por escritura pública registrada no serviço de Registro de Imóveis.

Assuntos relacionados

Bem de família

31.122 Estado-PB :: Auditor Fiscal da Receita Estadual

Q.1303

Origem

O bem de família instituído pelos cônjuges ou pela entidade familiar poderá consistir

Estado-PB :: Auditor Fiscal da
Receita Estadual
FCC
2006

(a) em prédio residencial urbano ou rural, com suas pertencas e acessórios, destinando-se em ambos os casos a domicílio familiar, e poderá abranger valores mobiliários, cuja renda será aplicada na conservação do imóvel e no sustento da família.

(b) exclusivamente em prédio urbano com suas pertencas e acessórios, destinado a domicílio familiar.

(c) somente em imóvel de menor valor quando a pessoa possuir mais de um imóvel residencial.

(d) em prédio urbano ou rural destinado a domicílio familiar em cujo ato de instituição deverá ficar provado que não ultrapassa 1/6 (um sexto) do patrimônio líquido existente ao tempo da instituição.

(e) em imóveis que não ultrapassem 1/10 (um décimo) do patrimônio líquido existente ao tempo da instituição, os quais devem servir à moradia da família e para obtenção de rendas destinadas à sua manutenção, enquanto viverem os cônjuges ou companheiros e forem os filhos menores de idade.

Assuntos relacionados

Bem de família

31.123 PM Salvador :: Procurador

Q.1304

Origem

Sobre a disciplina legal do bem de família, é correto afirmar que

PM Salvador :: Procurador
FCC
2006

(a) o bem de família instituído pelos cônjuges, necessariamente, deve consistir do imóvel de menor valor, quando possuírem mais de um prédio residencial.

(b) a Lei 8009, de 29/03/1990, excluiu a possibilidade de os cônjuges instituírem, mediante escritura pública, bem de família, porque este já é impenhorável por disposição legal.

(c) podem os cônjuges, ou a entidade familiar, mediante escritura pública ou testamento, destinar parte de seu patrimônio para instituir bem de família, desde que não ultrapasse um terço do patrimônio líquido existente ao tempo da instituição.

(d) o bem de família não pode ser instituído por terceiro, em testamento, porque a lei vigente proíbe a cláusula de inalienabilidade sem declaração de causa.

(e) o imóvel rural só poderá ser instituído bem de família, se excluídos da proteção os seus acessórios e pertencas.

Assuntos relacionados

Bem de família

31.124 TRT 20ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.1305

Origem

João e Maria residem com a família na sede de uma grande fazenda de sua propriedade situada na zona rural e estão sendo executados por dívida bancária contraída em nome de ambos. Nesse caso, a impenhorabilidade prevista pela Lei no 8.009, de 29.03.90

TRT 20ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2006

- (a) restringir-se-á à sede de moradia, com os respectivos bens móveis quitados.
- (b) incluirá toda a propriedade, exceto as terras produtivas e as benfeitorias.
- (c) incluirá somente a parte improdutiva das terras, não alcançando as produtivas, por tratar-se de imóvel rural.
- (d) alcançará a metade das terras, sejam ou não produtivas, por tratar-se de imóvel rural.
- (e) alcançará toda a propriedade, incluindo a sede e os respectivos bens móveis, as terras, as benfeitorias, por tratar-se de imóvel rural.

Assuntos relacionados

Bem de família

31.125 Defensoria Pública-SP :: Defensor Público

Q.1306

Origem

Quanto ao casamento, pelas regras do Código Civil Brasileiro, pode-se afirmar que

Defensoria Pública-SP :: Defensor
Público
FCC
2006

- (a) o regime de bens entre os cônjuges pode ser alterado, mediante escritura pública, que deverá posteriormente ser registrada perante o Cartório onde se realizou o matrimônio.
- (b) qualquer um dos cônjuges não necessita de autorização do outro para gravar de ônus real os imóveis de seu domínio particular, seja qual for o regime de bens.
- (c) é chamado de nuncupativo o casamento realizado de uma forma especial, na qual, devido à urgência, não se cumprem todas as formalidades exigidas para o casamento realizado em condições normais.
- (d) após dada a autorização para celebração do casamento de menor, o representante legal não poderá revogá-la.
- (e) os impedimentos matrimoniais não tornam nulos e não invalidam os casamentos realizados com infração a eles.

Assuntos relacionados

Casamento

31.126 MPE-PE :: Analista Ministerial - Processual

Q.1307

É correto afirmar:

- (a) Será permitido excepcionalmente, o casamento de quem ainda não alcançou a idade núbil, para evitar imposição ou cumprimento de pena criminal ou em caso de gravidez.
- (b) O nubente que der causa à suspensão da celebração do casamento, em virtude de arrependimento, poderá retratar-se no mesmo dia.
- (c) As causas suspensivas da celebração do casamento podem ser argüidas por qualquer pessoa capaz.
- (d) O nubente, ainda que não esteja em iminente perigo de vida, poderá fazer-se representar no casamento nuncupativo, mediante procuração, por instrumento público ou particular.
- (e) A habilitação exigida para o casamento será feita perante o oficial do Registro Civil e, após audiência com o juiz de direito, será homologada pelo Ministério Público.

Origem

MPE-PE :: Analista Ministerial -
Processual
FCC
2006

Assuntos relacionados

Casamento

31.127 OAB-SP :: OAB

Q.1308

A respeito do casamento, é INCORRETO afirmar:

- (a) os cônjuges não podem convencionar a livre alienação de bens imóveis particulares no regime de participação final nos aqüestos.
- (b) a separação consensual só pode ocorrer após um ano de casamento.
- (c) pode ocorrer divórcio sem partilha de bens.
- (d) permanece o parentesco por afinidade entre um cônjuge e os pais do outro mesmo após o divórcio.

Origem

OAB-SP :: OAB
FCC
2006

Assuntos relacionados

Casamento

31.128 ARCE :: Analista de Regulação - Advogado

Q.1309

A pessoa natural, que não tenha residência habitual,

- (a) terá por domicílio o último local onde manteve residência fixa.
- (b) também não tem domicílio.
- (c) terá por domicílio o lugar em que for encontrada.
- (d) será considerada domiciliada sempre no Distrito Federal.
- (e) será considerada domiciliada sempre na Capital do Estado, onde teve a última residência fixa.

Origem

ARCE :: Analista de Regulação -
Advogado
FCC
2006

Assuntos relacionados

Domicílio

31.129 Banco Central :: Procurador

Q.1310

Considera-se domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão,

- (a) somente o lugar em que a pessoa natural estabelecer a sua residência com ânimo definitivo.
- (b) o lugar onde esta é exercida, e se exercitar a profissão em lugares diversos, cada um deles constituirá domicílio para as relações que lhe corresponderem.
- (c) o lugar em que for encontrada em dia útil.
- (d) somente um único lugar onde esta é exercida em caráter permanente e principal, desconsiderando-se qualquer outra localidade onde também a exerça, ainda que com habitualidade.
- (e) apenas o lugar para o qual estiver inscrita em caráter permanente no órgão de classe correspondente, independentemente de exercê-la com habitualidade em outro local.

Origem

Banco Central :: Procurador
FCC
2006

Assuntos relacionados

Domicílio

31.130 Estado-PB :: Auditor Fiscal da Receita Estadual

Q.1311

O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo, porém

- (a) o preso em cumprimento de sentença, ainda que a pena seja elevada, não perde o seu domicílio, que será considerado o local de sua última residência.
- (b) o intinerante não tem domicílio.
- (c) se tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domiciliada no local em que primeiro houver estabelecido residência.
- (d) o domicílio do diplomata será, sempre, o Distrito Federal, enquanto servir no estrangeiro.
- (e) quanto às relações concernentes à profissão também será domiciliada onde a profissão for exercida.

Origem

Estado-PB :: Auditor Fiscal da
Receita Estadual
FCC
2006

Assuntos relacionados

Domicílio

31.131 MPE-PE :: Analista Ministerial - Processual

Q.1312

Segundo disposto no Código Civil, o domicílio necessário do

- (a) servidor público corresponde ao lugar onde for encontrado.
- (b) marítimo corresponde ao do porto onde estiver ancorado o navio.
- (c) preso é o lugar onde transitou em julgado a sentença condenatória.
- (d) incapaz é o do seu representante ou assistente.
- (e) militar é o lugar em que ele estabelece a sua residência com ânimo definitivo.

Origem

MPE-PE :: Analista Ministerial -
Processual
FCC
2006

Assuntos relacionados

Domicílio

31.132 MPE-PE :: Técnico Ministerial - Administrativa

Q.1313

Origem

Em matéria de domicílio, considere:

I. A União e os Territórios têm por domicílio o lugar onde funcionem suas respectivas administrações.

II. As autarquias têm por domicílio necessário o lugar onde registraram seus atos constitutivos.

III. Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência fixa, o lugar onde for encontrada.

IV. Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados. É correto o que consta APENAS em

MPE-PE :: Técnico Ministerial -
Administrativa
FCC
2006

Assuntos relacionados

Domicílio

- (a) I, II e III.
- (b) I e II.
- (c) II e IV.
- (d) I, III e IV.
- (e) III e IV.

31.133 SEFAZ-SP :: Agente Fiscal de Rendas

Q.1314

Origem

Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes,

(a) seu domicílio será considerado somente o lugar onde funcionar a respectiva diretoria.

(b) considerar-se-á seu domicílio, apenas, a Capital Federal.

(c) não possui domicílio.

(d) seu domicílio será considerado, apenas, o lugar onde funcionar o principal estabelecimento.

(e) cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.

SEFAZ-SP :: Agente Fiscal de
Rendas
FCC
2006

Assuntos relacionados

Domicílio

31.134 TRF 1ª:: Analista Judiciário - Administrativa

Q.1315

Origem

Considere as seguintes assertivas a respeito do domicílio:

I. Se a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio seu qualquer delas.

II. O domicílio do marítimo é, em regra, a sede do comando a que se encontrar imediatamente subordinado.

III. Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde residam seus ascendentes e, na falta deles, onde residam os descendentes.

IV. Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso. De acordo com o Código Civil brasileiro, está correto o que se afirma SOMENTE em

- (a) I e III.
- (b) I e IV.
- (c) I, II e III.
- (d) I, III e IV.
- (e) II, III e IV.

TRF 1ª:: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2006

Assuntos relacionados

Domicílio

31.135 TRF 1ª:: Técnico Judiciário - Administrativa

Q.1316

Origem

Maria é artista circense. Sua vida é viajar pelo Brasil fazendo espetáculos. Considerando que Maria nasceu no Rio de Janeiro, que seus pais residem em São Paulo e que seus filhos residem em Salvador, de acordo com o Código Civil brasileiro, ter-se-á como domicílio civil de Maria

- (a) o lugar em que for encontrada.
- (b) Rio de Janeiro ou Salvador.
- (c) Rio de Janeiro, somente.
- (d) Salvador, somente.
- (e) São Paulo, somente.

TRF 1ª:: Técnico Judiciário -
Administrativa
FCC
2006

Assuntos relacionados

Domicílio

31.136 TRT 20ª:: Técnico Judiciário - Administrativa

Q.1317

Origem

Tem domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso. O domicílio do

TRT 20ª:: Técnico Judiciário -
Administrativa
FCC
2006

- (a) marítimo é o local em que o navio estiver ancorado.
- (b) militar da aeronáutica é o local onde a aeronave estiver matriculada.
- (c) incapaz é o de seu representante ou assistente.
- (d) servidor público é o local em que tiver fixado residência com ânimo definitivo.
- (e) preso é o local em que residia antes de ser detido.

Assuntos relacionados

Domicílio

31.137 TRT 4ª:: Analista Judiciário - Administrativa

Q.1318

Origem

De acordo com o Código Civil brasileiro, o Domicílio Civil

TRT 4ª:: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2006

- (a) da pessoa natural, que não tenha residência habitual, é o lugar onde manteve sua última residência.
- (b) da pessoa natural que tiver diversas residências onde, alternadamente viva, é a Capital do Estado ou a cidade mais próxima da Capital.
- (c) do incapaz é o do seu representante ou assistente e o do servidor público, o lugar em que exercer permanentemente suas funções.
- (d) do marítimo é a sede do comando a que se encontrar imediatamente subordinado.
- (e) do preso é o lugar onde foi proferida a sentença condenatória.

Assuntos relacionados

Domicílio

31.138 ARCE :: Procurador Autárquico

Q.1319

Origem

Para alienar os imóveis que integram o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real o empresário casado

ARCE :: Procurador Autárquico
FCC
2006

- (a) necessitará de outorga conjugal, somente se o casamento for contraído sob o regime da comunhão universal de bens.
- (b) não necessitará de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens do casamento.
- (c) necessitará de outorga conjugal, se o casamento for contraído sob o regime da comunhão universal ou parcial de bens.
- (d) não necessitará de outorga conjugal apenas se o casamento for contraído sob o regime da separação legal de bens.
- (e) só necessitará de outorga conjugal se o casamento for contraído sob o regime da participação final nos aquestos.

Assuntos relacionados

Empresário

31.139 ARCE :: Analista de Regulação - Advogado

Q.1320

Origem

Ocorrendo alienação do estabelecimento comercial,

ARCE :: Analista de Regulação -
Advogado
FCC
2006

(a) os efeitos quanto a terceiros independem de averbação à margem da inscrição do empresário ou da sociedade empresária no Registro Público de Empresas Mercantis, porque a personalidade jurídica é do empresário e não da empresa.

(b) não havendo expressa vedação no contrato, o alienante do estabelecimento poderá, decorridos dois anos, fazer concorrência ao adquirente.

(c) o adquirente do estabelecimento responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, desde que regularmente contabilizados, continuando o devedor primitivo solidariamente obrigado pelo prazo de um ano, a partir, quanto aos créditos vencidos, da publicação, e, quanto aos outros, da data do vencimento.

(d) mesmo que o alienante tenha bens suficientes para solver o seu passivo, a eficácia da alienação depende do pagamento de todos os credores.

(e) salvo disposição em contrário no contrato, a transferência jamais importará a sub-rogação do adquirente nos contratos estipulados para exploração do estabelecimento.

Assuntos relacionados

Estabelecimento

Q.1321

Origem

Podem ser objeto de hipoteca

ARCE :: Analista de Regulação -
Advogado
FCC
2006

(a) somente os bens imóveis por natureza e seus acessórios conjuntamente com eles.

(b) os automóveis e os navios.

(c) as estradas de ferro e as aeronaves.

(d) os títulos de crédito.

(e) os bens móveis e imóveis.

Assuntos relacionados

Penhor
Hipoteca
Anticrese

31.140 Banco Central :: Procurador

Q.1322

Origem

Podem ser objeto de hipoteca

Banco Central :: Procurador
FCC
2006

(a) os navios e as aeronaves.

(b) os imóveis por natureza e os títulos de crédito.

(c) os bens móveis e as estradas de ferro.

(d) somente os imóveis por natureza.

(e) somente as coisas móveis que a lei considera imóveis.

Assuntos relacionados

Penhor
Hipoteca
Anticrese

31.141 Estado-PB :: Auditor Fiscal da Receita Estadual

Q.1323

Origem

Nas dívidas garantidas por hipoteca,

Estado-PB :: Auditor Fiscal da
Receita Estadual
FCC
2006

- (a) é nula a cláusula contratual que autoriza o credor a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento.
- (b) o bem dado em garantia fica sujeito, por vínculo pessoal decorrente do contrato, ao cumprimento da obrigação.
- (c) o pagamento parcial da dívida importa exoneração parcial da garantia.
- (d) o bem dado em garantia pode estar gravado com cláusula de inalienabilidade, se não constar a cláusula de impenhorabilidade.
- (e) os navios e aeronaves não podem ser objeto da garantia dada, por serem coisas móveis, que apenas se sujeitam ao penhor.

Assuntos relacionados

Penhor
Hipoteca
Anticrese

31.142 PM Manaus :: Procurador

Q.1324

Origem

Com relação a hipoteca, de acordo com o Código Civil, é certo que

PM Manaus :: Procurador
FCC
2006

- (a) mediante simples averbação, requerida por ambas as partes, poderá prorrogar-se a hipoteca, até 30 (trinta) anos da data do contrato.
- (b) não podem ser objeto de hipoteca o domínio direto, o domínio útil e as estradas de ferro, tratando-se de exceções previstas na legislação.
- (c) a hipoteca abrange apenas algumas acessões, melhoramentos ou construções do imóvel.
- (d) o dono do imóvel hipotecado não pode constituir outra hipoteca sobre ele, mediante novo título, em favor do mesmo credor.
- (e) é anulável a cláusula que proíbe ao proprietário alienar imóvel hipotecado, sendo defeso, inclusive, convencionar-se que vencerá o crédito hipotecário, se o imóvel for alienado.

Assuntos relacionados

Penhor
Hipoteca
Anticrese

31.143 TRE-SP :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.1325

Origem

De acordo com o Código Civil Brasileiro, com relação aos alimentos, considere as seguintes assertivas:

- I. Os alimentos serão apenas os indispensáveis à subsistência, quando a situação de necessidade resultar de culpa de quem os pleiteia.
II. Na falta dos ascendentes cabe a obrigação aos descendentes, guardada a ordem de sucessão e, faltando estes, aos irmãos, assim germanos como unilaterais.
III. Ao credor de alimentos é vedado renunciar o direito a alimentos, sendo, porém, o respectivo crédito suscetível de cessão e de compensação.
Está correto o que consta APENAS em

- (a) I e II.
- (b) I e III.
- (c) II e III.
- (d) II.
- (e) III.

TRE-SP :: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2006

Assuntos relacionados

Alimentos

31.144 TRT 20ª:: Técnico Judiciário - Administrativa

Q.1326

Origem

A apelação interposta de sentença que condenar à prestação de alimentos será recebida

- (a) no efeito que o juiz considerar mais adequado ao caso concreto.
- (b) só no efeito suspensivo.
- (c) no efeito suspensivo e devolutivo.
- (d) no efeito suspensivo, se houver pedido expresse do recorrido.
- (e) só no efeito devolutivo.

TRT 20ª:: Técnico Judiciário -
Administrativa
FCC
2006

Assuntos relacionados

Alimentos

31.145 TCE-PB :: Assistente Jurídico

Q.1327

Origem

Pode-se repetir o que se pagou para

- (a) solver dívida prescrita.
- (b) obter fim ilícito.
- (c) solver dívida condicional antes de cumprida a condição.
- (d) cumprir obrigação judicialmente inexigível.
- (e) obter fim imoral.

TCE-PB :: Assistente Jurídico
FCC
2006

Assuntos relacionados

Atos unilaterais

31.146 Defensoria Pública-SP :: Defensor Público

Q.1328

Origem

Sobre os vícios redibitórios, é correto afirmar:

Defensoria Pública-SP :: Defensor
Público
FCC
2006

- (a) São defeitos ocultos existentes na coisa alienada, objeto de qualquer tipo de contrato.
- (b) Ocorrendo vício redibitório pode o adquirente rejeitar a coisa ou conservar o bem e reclamar abatimento no preço sem acarretar a redibição do contrato, através da ação estimatória ou quanti minoris.
- (c) Se o alienante tinha ciência do vício oculto, deverá restituir o que recebeu, sem perdas e danos.
- (d) Se a coisa vier a perecer em poder do alienatário, em razão do defeito já existente ao tempo da tradição, o alienante não terá de restituir o que recebeu.
- (e) A ação redibitória ou estimatória deve ser proposta dentro do prazo de trinta dias, em se tratando de bens móveis ou imóveis.

Assuntos relacionados

Contratos

31.147 MPE-PE :: Analista Ministerial - Processual

Q.1329

Origem

Em conformidade com as disposições previstas no Código Civil relativas aos contratos, é INCORRETO:

MPE-PE :: Analista Ministerial -
Processual
FCC
2006

- (a) Nos contratos de adesão, são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.
- (b) Em todo contrato sinalagmático presume-se a existência de uma cláusula resolutiva tácita, autorizando o lesado pelo inadimplemento a pleitear a resolução do contrato, com perdas e danos.
- (c) Nos contratos bilaterais, nenhum dos contratantes, antes de cumprida a sua obrigação, pode exigir o implemento da do outro.
- (d) Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios da probidade e boa-fé.
- (e) A rescisão bilateral ou distrato é uma causa anterior à formação do contrato, que tem por fim extinguir o ajuste em razão do inadimplemento contratual.

Assuntos relacionados

Contratos

31.148 PM Jaboatão dos Guararapes-PE :: Auditor Tributário

Q.1330

Origem

A coisa recebida em virtude de contrato comutativo pode ser enjeitada por vícios ou defeitos ocultos, que a tornem imprópria ao uso a que é destinada, ou lhe diminuam o valor. Se o alienante não conhecia o vício ou defeito da coisa, restituirá

PM Jaboatão dos Guararapes-PE
:: Auditor Tributário
FCC
2006

- (a) as despesas do contrato com perdas e danos.
- (b) somente o valor recebido.
- (c) somente as despesas do contrato.
- (d) o valor recebido com perdas e danos.
- (e) o valor recebido, mais as despesas do contrato.

Assuntos relacionados

Contratos

31.149 PM Salvador :: Procurador

Q.1331

Origem

Nos contratos regidos pelo Código Civil,

PM Salvador :: Procurador
FCC
2006

- (a) quando de execução continuada ou diferida e pedida a resolução por onerosidade excessiva, os efeitos da sentença que a decretar retroagirão à data em que a obrigação considerada excessiva tivesse de ser cumprida.
- (b) quando de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato e os efeitos da sentença que a decretar retroagirão à data da citação.
- (c) não é admitida a resolução por onerosidade excessiva, cabendo, somente, pedido judicial de revisão, se sobrevier desproporção manifesta entre os valores das prestações devidas, no momento da execução, de modo que fique assegurado o valor real das prestações.
- (d) a lesão contratual e a onerosidade excessiva são fundamentos para a resolução, não podendo o Juiz, ainda que a requerimento das partes, modificar as condições do contrato.
- (e) em nenhuma hipótese o Juiz poderá acolher o pedido de resolução do contrato por onerosidade excessiva, ou de revisão de cláusulas contratuais, porque é vedada a substituição da vontade das partes pela decisão judicial.

Assuntos relacionados

Contratos

31.150 TCE-PB :: Assistente Jurídico

Q.1332

Origem

A proposta de contrato obriga o proponente, se o contrário não resultar dos termos dela, da natureza do negócio, ou das circunstâncias do caso. A proposta é obrigatória se,

TCE-PB :: Assistente Jurídico
FCC
2006

- (a) feita sem prazo a pessoa que contrata por telefone ou por meio de comunicação semelhante, foi imediatamente aceita.
- (b) feita sem prazo a pessoa ausente, tiver decorrido tempo suficiente para chegar a resposta ao conhecimento do proponente.
- (c) feita a pessoa ausente, não tiver sido expedida a resposta dentro do prazo dado.
- (d) feita sem prazo a pessoa presente, não tiver sido por esta imediatamente aceita.
- (e) antes dela, ou simultaneamente, chegar ao conhecimento da outra parte a retratação do proponente.

Assuntos relacionados

Contratos

31.151 TRE-AP :: Analista Judiciário - Administrativa

Q.1333

Origem

Considere as seguintes assertivas a respeito dos contratos, segundo o Código Civil Brasileiro:

TRE-AP :: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2006

- I. A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato.
 - II. Pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva.
 - III. As partes não podem estipular contratos atípicos, mesmo sendo observadas as normas gerais fixadas em lei.
 - IV. Nos contratos de adesão, são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.
- Está correto o que se afirma APENAS em

Assuntos relacionados

Contratos

- (a) I e II.
 - (b) I, II e III.
 - (c) I e IV.
 - (d) II, III e IV.
 - (e) III e IV.
-

31.152 TRE-SP :: Analista Judiciário - Administrativa

Q.1334

Origem

Com relação aos contratos, considere as seguintes assertivas:

- I. É ilícito às partes estipular contratos atípicos.
 - II. Não pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva.
 - III. Reputar-se-á celebrado o contrato no lugar em que foi proposto.
 - IV. O contrato preliminar deve conter todos os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado, inclusive quanto à forma.
- De acordo com o Código Civil Brasileiro, está correto o consta APENAS em

TRE-SP :: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2006

Assuntos relacionados

Contratos

- (a) I e II.
- (b) I, II e IV.
- (c) I, III e IV.
- (d) II e III.
- (e) III e IV.

31.153 TRE-SP :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.1335

Origem

Com relação a evicção, é correto afirmar:

- (a) Pode o adquirente demandar pela evicção, mesmo se sabia que a coisa era alheia ou litigiosa, tratandose de hipótese expressa na legislação brasileira.
- (b) Nos contratos onerosos, o alienante responde pela evicção, mas não subsiste esta garantia quando a aquisição se tenha realizado em hasta pública.
- (c) Podem as partes, por cláusula expressa, reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção.
- (d) O evicto em nenhuma hipótese terá direito à indenização pelas despesas dos contratos em razão do princípio legal da liberdade de contratar.
- (e) Se ocorrer evicção parcial não considerável, poderá o evicto optar entre a rescisão do contrato e a restituição da parte do preço correspondente ao desfalque sofrido.

TRE-SP :: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2006

Assuntos relacionados

Contratos

31.154 TRF 1ª:: Analista Judiciário - Administrativa

Q.1336

Origem

Com relação aos contratos é certo que:

TRF 1ª:: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2006

- (a) É ilícito às partes estipular contratos atípicos, havendo expressa vedação legal à celebração desses contratos.
- (b) Nos contratos de adesão, são válidas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.
- (c) Em regra, reputar-se-ão celebrados os contratos no lugar em que forem propostos.
- (d) A herança de pessoa viva pode ser objeto de contrato, tratando-se de direito assegurado pelas normas civis vigentes.
- (e) Os contratos entre ausentes tornam-se perfeitos desde que a aceitação é expedida, inclusive se o proponente se houver comprometido a esperar resposta.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.1337

Origem

De acordo com o Código Civil brasileiro, a coisa recebida em virtude de contrato comutativo pode ser enjeitada por vícios ou defeitos ocultos, que a tornem imprópria ao uso a que é destinada, ou lhe diminuam o valor. O adquirente decai do direito de obter a redibição ou abatimento no preço no prazo de

TRF 1ª:: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2006

- (a) trinta dias se a coisa for móvel, e de um ano se for imóvel, contado da entrega efetiva sendo que, se já estava na posse, o prazo conta-se da alienação, reduzido à metade.
- (b) trinta dias se a coisa for móvel, e de um ano se for imóvel, contado da entrega efetiva sendo que, se já estava na posse, o prazo conta-se da alienação, reduzido de 1/3)
- (c) sessenta dias se a coisa for móvel, e de três anos se for imóvel, contado da entrega efetiva sendo que, se já estava na posse, o prazo conta-se da alienação, reduzido de 1/3)
- (d) noventa dias se a coisa for móvel, e dois anos se for imóvel, contado da entrega efetiva sendo que, se já estava na posse, o prazo conta-se da alienação, reduzido de um 1/3)
- (e) noventa dias se a coisa for móvel, e dois anos se for imóvel, contado da entrega efetiva sendo que, se já estava na posse, o prazo conta-se da alienação, reduzido à metade.

Assuntos relacionados

Contratos

31.155 TRF 1ª:: Técnico Judiciário - Administrativa

Q.1338

Origem

Considere as seguintes assertivas a respeito dos contratos:

I. Quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao aderente.

II. Os contratos entre ausentes tornam-se perfeitos desde que a aceitação é expedida, inclusive, se a proposta não chegar no prazo convencionado.

III. O contrato preliminar deve conter todos os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado, inclusive quanto à forma. De acordo com o Código Civil brasileiro, é correto o que se afirma SOMENTE em

TRF 1ª:: Técnico Judiciário -
Administrativa
FCC
2006

Assuntos relacionados

Contratos

- (a) I.
- (b) II.
- (c) I e II.
- (d) I e III.
- (e) II e III.

31.156 TRT 20ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.1339

Origem

A respeito da evicção é correto afirmar que

TRT 20ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2006

(a) a responsabilidade pela evicção não subsiste para o alienante se a coisa alienada estiver deteriorada, havendo ou não dolo do adquirente.

(b) o alienante responde pela evicção em qualquer contrato, mesmo não oneroso.

(c) as partes não podem diminuir, nem excluir a responsabilidade pela evicção.

(d) a garantia da evicção subsiste ainda que a aquisição se tenha realizado em hasta pública.

(e) o adquirente pode demandar pela evicção mesmo se sabia que a coisa era litigiosa.

Assuntos relacionados

Contratos

31.157 TRT 4ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.1340

Origem

Considere as seguintes assertivas com relação ao Contrato com Pessoa a Declarar:

I. A indicação da pessoa que deve adquirir os direitos e assumir as obrigações decorrentes do contrato deve ser comunicada à outra parte no prazo de trinta dias da conclusão do contrato, se outro não tiver sido estipulado.

II. A pessoa, nomeada para adquirir os direitos e assumir as obrigações decorrentes do contrato, adquire-os a partir do momento em que este foi celebrado.

III. Se a pessoa nomeada para adquirir os direitos e assumir as obrigações decorrentes do contrato era incapaz ou insolvente no momento da nomeação, o contrato produzirá seus efeitos entre os contratantes originários.

De acordo com o Código Civil brasileiro, é correto APENAS o que consta em

- (a) I e II.
- (b) I e III.
- (c) II e III.
- (d) III.
- (e) I.

TRT 4ª:: Analista Judiciário -
Execução de Mandados
FCC
2006

Assuntos relacionados

Contratos

31.158 TRT 4ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.1341

Origem

Com relação aos vícios redibitórios, de acordo com o Código Civil brasileiro, é correto afirmar:

(a) Na constância de cláusula de garantia, correrão normalmente os prazos para o adquirente obter a redibição ou abatimento no preço.

(b) Se o alienante não conhecia o vício ou defeito da coisa, tão-somente restituirá o valor recebido, mais as despesas do contrato.

(c) A responsabilidade do alienante não subsiste se a coisa perecer em poder do alienatário por vício oculto, já existente ao tempo da tradição.

(d) Em regra, o adquirente decai do direito de obter a redibição ou abatimento no preço no prazo de cinco anos se a coisa for imóvel, contado da entrega efetiva.

(e) A coisa recebida em virtude de doação onerosa não pode ser enjeitada por vícios que a tornem imprópria ao uso a que é destinada, ou lhe diminuam o valor.

TRT 4ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2006

Assuntos relacionados

Contratos

31.159 Defensoria Pública-SP :: Defensor Público

Q.1342

Origem

Considere as afirmações:

I. Os direitos reais e os pessoais integram a categoria dos direitos patrimoniais, sendo o primeiro exercido sobre determinada coisa, enquanto o segundo exige o cumprimento de certa prestação.

II. Os direitos reais não podem ser classificados como direitos absolutos.

III. O direito real, quanto à sua oponibilidade, é absoluto, valendo contra todos, tendo sujeito passivo indeterminado, enquanto que o direito pessoal (ou obrigacional) é relativo e tem sujeito passivo determinado.

IV. Os direitos reais obedecem ao princípio da tipificação, ou seja, só são direitos reais aqueles que a lei, taxativamente, denominar como tal, enquanto que os direitos pessoais podem ser livremente criados pelas partes envolvidas (desde que não seja violada a lei, a moral ou os bons costumes), sendo portanto o seu número ilimitado. SOMENTE estão corretas as afirmações

- (a) I e II.
- (b) II e III.
- (c) I, III e IV.
- (d) I, II e III.
- (e) I, II e IV.

Defensoria Pública-SP :: Defensor Público
FCC
2006

Assuntos relacionados

Direitos reais

31.160 OAB-SP :: OAB

Q.1343

Origem

Sobre os direitos reais, é correto afirmar:

- (a) o bem móvel não pode ser adquirido mediante usucapião.
- (b) aluvião, avulsão e álveo abandonado são formas de aquisição de propriedade móvel.
- (c) o prazo mínimo para usucapião de bem imóvel é de 15 anos.
- (d) o devedor hipotecário pode alienar o imóvel hipotecado sem consentimento do seu credor.

OAB-SP :: OAB
FCC
2006

Assuntos relacionados

Direitos reais

31.161 Defensoria Pública-SP :: Defensor Público

Q.1344

Origem

Sobre títulos de crédito, é correto afirmar que

- (a) a omissão de qualquer requisito legal no título de crédito implica invalidade do negócio jurídico que lhe deu origem.
- (b) com a morte ou a superveniente incapacidade do endossante, perde eficácia o endosso-mandato.
- (c) pode ser reivindicado do portador que o adquiriu de boa-fé.
- (d) o possuidor de título dilacerado, identificável, tem direito de obter do emitente a substituição, devolvendo o título e pagando as despesas.
- (e) o aval posterior ao vencimento não produz efeitos.

Defensoria Pública-SP :: Defensor Público
FCC
2006

Assuntos relacionados

Títulos de crédito

31.162 TCE-PB :: Assistente Jurídico

Q.1345

Considera-se lugar de emissão e de pagamento do título de crédito, quando não indicado no título, o domicílio do

- (a) emitente.
- (b) portador.
- (c) avalista.
- (d) credor.
- (e) endossante.

Origem

TCE-PB :: Assistente Jurídico
FCC
2006

Assuntos relacionados

Títulos de crédito

31.163 MPE-PE :: Analista Ministerial - Processual

Q.1346

Relativamente aos direitos reais, o usufruto

- (a) pode ser transferido aos sucessores legítimos do usufrutuário que faleceu quando ainda em vigor o prazo determinado de sua vigência.
- (b) sucessivo é o constituído em favor de duas ou mais pessoas, ao mesmo tempo, extinguindo-se gradativamente em relação a cada uma das que falecerem.
- (c) impróprio é o que tem por objeto coisas inconsumíveis e infungíveis, cujas substâncias são conservadas e restituídas ao nu-proprietário.
- (d) instituído em favor da pessoa jurídica extingue-se pelo decurso do prazo de 35 (trinta e cinco) anos, contados da data em que se começou a exercer.
- (e) não se pode transferir por alienação, mas o seu exercício pode ceder-se por título gratuito ou oneroso.

Origem

MPE-PE :: Analista Ministerial -
Processual
FCC
2006

Assuntos relacionados

Usufruto

31.164 PM Manaus :: Procurador

Q.1347

De acordo com o Código Civil brasileiro, o usufruto

- (a) não será extinto pela extinção da pessoa jurídica, em favor de quem o usufruto foi constituído, devendo permanecer em favor dos ex-sócios.
- (b) de imóveis, quando não resulta de usucapião, constituir-se-á mediante registro no Cartório de Registro de Títulos e Documentos.
- (c) pode recair em um ou mais bens, móveis ou imóveis, em um patrimônio inteiro, ou parte deste, não abrangendo-lhe os frutos e utilidades.
- (d) constituído em favor de duas ou mais pessoas, se um dos usufrutuários falecer, como regra, extingue o usufruto com relação ao sobrevivente ou sobreviventes.
- (e) não pode ser transferido por alienação; mas o seu exercício pode ceder-se por título gratuito ou oneroso.

Origem

PM Manaus :: Procurador
FCC
2006

Assuntos relacionados

Usufruto

31.165 ARCE :: Procurador Autárquico

Q.1348

Origem

Considere as seguintes proposições sobre execução fiscal:

I. A meação só responde pelo ato ilícito quando o credor, na execução fiscal, provar que o enriquecimento dele resultante aproveitou ao casal.

II. Proposta a execução fiscal, a posterior mudança de domicílio do executado desloca a competência já fixada, uma vez que não vigora o princípio da *perpetuatio jurisdictionis*.

III. É definitiva a execução fiscal da Certidão de Dívida Ativa, ainda que pendente de apelação contra sentença que julgue improcedentes os embargos à execução.

IV. Na execução fiscal é desnecessária a intimação pessoal do executado do dia e da hora da realização do leilão. Está correto o que se afirma APENAS em

- (a) I e II.
- (b) I e III.
- (c) II e III.
- (d) II e IV.
- (e) III e IV.

ARCE :: Procurador Autárquico
FCC
2006

Assuntos relacionados

Execução fiscal

31.166 Banco Central :: Procurador

Q.1349

Origem

O prazo para oposição de Embargos do Devedor na execução fiscal é de

- (a) trinta (30) dias, contado da intimação da penhora.
- (b) trinta (30) dias, contado da juntada do mandado de intimação da penhora devidamente cumprido.
- (c) dez (10) dias, contado do depósito.
- (d) dez (10) dias, contado da juntada da prova da fiança bancária.
- (e) quinze (15) dias, contado da citação.

Banco Central :: Procurador
FCC
2006

Assuntos relacionados

Execução fiscal

31.167 PM Jaboatão dos Guararapes-PE :: Procurador

Q.1350

Origem

Na execução fiscal, o prazo para oposição de embargos à execução é de

- (a) 10 (dez) dias e se inicia da intimação da penhora.
- (b) 15 (quinze) dias e se inicia da data em que o Oficial de Justiça certificar sua diligência.
- (c) 15 (quinze) dias e se inicia da juntada aos autos da certidão de intimação da penhora por Oficial de Justiça.
- (d) 30 (trinta) dias e se inicia da juntada aos autos da certidão de intimação da penhora por Oficial de Justiça.
- (e) 30 (trinta) dias e se inicia da intimação da penhora.

PM Jaboatão dos Guararapes-PE
:: Procurador
FCC
2006

Assuntos relacionados

Execução fiscal

31.168 PM Manaus :: Procurador

Q.1351

Processo de execução fiscal.

- (a) O executado será citado para, no prazo de 10 (dez) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução.
- (b) O depósito em dinheiro realizado para garantia da execução faz cessar a responsabilidade pela atualização monetária e juros de mora.
- (c) O executado ausente do país, que não tiver procurador com poderes para receber citação, será obrigatoriamente citado por carta rogatória.
- (d) Das sentenças de primeira instância proferidas em execuções cujo valor não supere o de alçada, só se admitirá embargos infringentes, no prazo de 10 (dez) dias, perante o mesmo juízo.
- (e) O executado poderá oferecer embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do depósito, da juntada da prova da fiança bancária ou da data da nomeação de bens à penhora.

Origem

PM Manaus :: Procurador
FCC
2006

Assuntos relacionados

Execução fiscal

31.169 PM Salvador :: Procurador

Q.1352

Em determinada execução fiscal, o oficial de justiça entrega a intimação da penhora ao executado no dia 20 de abril de 2006 [quinta-feira]. Considerando que 21 de abril é feriado e que o oficial de justiça certifica seu ato e devolve o mandado no dia 24 de abril (segunda-feira), sendo este juntado aos autos no dia 25 de abril (terça-feira), o último dia do prazo para o executado oferecer embargos à execução é

- (a) 23 (vinte e três) de maio de 2006.
- (b) 19 (dezenove) de maio de 2006.
- (c) 10 (dez) de maio de 2006.
- (d) 25 (vinte e cinco) de maio de 2006.
- (e) 08 (oito) de maio de 2006.

Origem

PM Salvador :: Procurador
FCC
2006

Assuntos relacionados

Execução fiscal

31.170 PM Jaboatão dos Guararapes-PE :: Procurador

Q.1353

Origem

Nos processos perante os Juizados Especiais Cíveis,

PM Jaboatão dos Guararapes-PE
:: Procurador
FCC
2006

(a) as sentenças proferidas devem conter, sob pena de nulidade, o relatório, a fundamentação e a parte dispositiva.

(b) as partes poderão optar por instituir juízo arbitral, sob compromisso firmado durante a audiência, que estabelecerá criteriosamente as regras da arbitragem.

(c) toda tentativa de conciliação deverá contar com a presença física do juiz togado.

(d) não é aceita defesa escrita, privilegiando a oralidade e a celeridade, princípios que norteiam os processos nos juizados especiais.

(e) a audiência de instrução e julgamento ocorrerá imediatamente após a tentativa de conciliação, desde que não resulte prejuízo para a defesa.

Assuntos relacionados

Juizados

31.171 TRF 1ª:: Analista Judiciário - Exec. Mandados

Q.1354

Origem

Podem ser ajuizadas no Juizado Especial Federal as causas de competência da Justiça Federal, até o valor de sessenta salários mínimos, que versem sobre

TRF 1ª:: Analista Judiciário -
Exec. Mandados
FCC
2006

(a) divisão e demarcação.

(b) bens imóveis das fundações públicas federais.

(c) impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis.

(d) anulação ou cancelamento de ato administrativo federal de lançamento fiscal.

(e) litígio entre Estado Estrangeiro e pessoa domiciliada ou residente no Brasil.

Assuntos relacionados

Juizados

31.172 ARCE :: Analista de Regulação - Advogado

Q.1355

Origem

Nem sempre as leis contêm disposições suficientes para a solução dos problemas jurídicos, sendo, por isto, necessário socorrer-se de outros meios consagrados pela doutrina e, dois, entre os quais, Rubens Limongi França define, um como "a aplicação de um princípio jurídico regulador de certo fato a outro fato não regulado mas semelhante ao primeiro" e outro como o "princípio semelhante à justiça, concernente aos casos concretos". (Instituições de Direito Civil, p. 39, 41, 2a edição, Saraiva, 1991) As definições acima correspondem, respectivamente:

- (a) aos princípios gerais de direito e à analogia.
- (b) à analogia e à equidade.
- (c) à equidade e à analogia.
- (d) aos princípios gerais de direito e à equidade.
- (e) à analogia e aos princípios gerais de direito.

ARCE :: Analista de Regulação - Advogado
FCC
2006

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

31.173 ARCE :: Procurador Autárquico

Q.1356

Origem

A sucessão, por morte, de estrangeiro, que não tenha cônjuge ou filho brasileiro, mas que possua bens imóveis no Brasil, se regulará pela lei

- (a) do país em que era domiciliado o defunto.
- (b) brasileira, em relação aos bens situados no Brasil.
- (c) correspondente à nacionalidade do defunto.
- (d) brasileira, se favorecer a qualquer herdeiro legítimo brasileiro.
- (e) brasileira, existindo ou não herdeiros brasileiros.

ARCE :: Procurador Autárquico
FCC
2006

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

31.174 Banco Central :: Procurador

Q.1357

Origem

No direito brasileiro, a repristinação da lei se regula pela seguinte regra:

- (a) a lei nova que estabelecer disposição geral revoga a lei especial já existente.
- (b) a vigência das leis, que os governos estaduais elaboram por autorização do Governo Federal, depende da aprovação deste e começará no prazo que a legislação fixar.
- (c) a lei posterior só revoga a anterior se expressamente o declarar ou se com esta for incompatível.
- (d) a lei revogada só se restaura se o seu texto for nova e integralmente publicado.
- (e) salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

Banco Central :: Procurador
FCC
2006

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

Q.1358

Origem

Considere o disposto no artigo 5º, XXXVI, da Constituição Federal e o artigo 6º da Lei de Introdução ao Código Civil, abaixo transcritos e assinale a alternativa correta. Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XXXVI – a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada; Art. 6º A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada. (Redação dada pela Lei no 3.238, de 1-8-1957)

Banco Central :: Procurador
FCC
2006

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

- (a) O efeito imediato da lei nova significa que os negócios jurídicos praticados com base na lei antiga devem ser ratificados, sob pena de não valer à face do artigo 5º, XXXVI, da Constituição Federal.
- (b) A Constituição Federal de 1988 não recepcionou a primeira parte do artigo 6º da Lei de Introdução ao Código Civil, que prescreve o efeito imediato da lei.
- (c) O efeito imediato da lei nova significa que ela atinge as partes posteriores dos fatos pendentes e não é incompatível com a regra constitucional que preserva o direito adquirido dos efeitos da lei nova.
- (d) O artigo 6º da Lei de Introdução ao Código Civil é contraditório e por isto se auto-revogou.
- (e) O artigo 5º, XXXVI, da Constituição Federal revogou tacitamente a primeira parte do artigo 6º da Lei de Introdução ao Código Civil, não mais se admitindo o efeito imediato da lei nova.

31.175 Estado-PB :: Auditor Fiscal da Receita Estadual

Q.1359

Origem

Considere as seguintes afirmações:

- I. A lei posterior somente revogará a lei anterior quando expressamente o declare.
- II. A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
- III. Para qualificar e reger as obrigações, aplica-se a lei do país em que devem ser cumpridas.
- IV. A lei do país em que for domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade.
- V. A capacidade e os direitos de família se regulam pela lei correspondente à nacionalidade das pessoas.
- Está correto o que se afirma APENAS em

Estado-PB :: Auditor Fiscal da
Receita Estadual
FCC
2006

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

- (a) I e II.
- (b) II e III.
- (c) II e IV.
- (d) III e V.
- (e) IV e V.

31.176 MPE-PE :: Analista Ministerial - Processual

Q.1360

Origem

Conforme o princípio da continuidade contido no Decreto- Lei no 4.657/42, que trata da Lei de Introdução ao Código Civil, a lei, salvo determinados casos especiais,

MPE-PE :: Analista Ministerial -
Processual
FCC
2006

- (a) revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido sua vigência, salvo disposição em contrário.
- (b) entra em vigor na mesma data, em todo o território nacional, sendo simultânea sua obrigatoriedade.
- (c) possui caráter permanente, uma vez que com sua entrada em vigor, produz seus efeitos até que seja revogada por outra, expressa ou tacitamente.
- (d) em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.
- (e) começa a vigorar em todo o país em até 45 (quarenta e cinco) dias depois de oficialmente publicada.

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

31.177 PM Salvador :: Procurador

Q.1361

Origem

Considere as seguintes afirmações:

PM Salvador :: Procurador
FCC
2006

- I. A contagem do prazo para entrada em vigor das leis que estabeleçam período de vacância far-se-á com a inclusão da data da publicação e do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua consumação integral.
 - II. A revogação tácita da lei anterior somente se dará quando a lei nova for com aquela incompatível.
 - III. Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
 - IV. A lei do país a que corresponder a nacionalidade da pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade.
 - V. A obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o proponente.
- São corretas SOMENTE

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

- (a) I, II e V.
- (b) II, IV e V.
- (c) II, III e IV.
- (d) I, III e V.
- (e) III, IV e V.

31.178 SEFAZ-SP :: Agente Fiscal de Rendas

Q.1362

Origem

A contagem do prazo para entrada em vigor das leis que estabeleçam período de vacância far-se-á com a

SEFAZ-SP :: Agente Fiscal de
Rendas
FCC
2006

(a) inclusão da data da publicação e do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua consumação integral.

(b) exclusão da data da publicação e do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua consumação integral.

(c) inclusão da data da publicação e a exclusão do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua consumação integral.

(d) inclusão da data da publicação e a exclusão do último dia do prazo, entrando em vigor no mesmo dia de sua consumação integral.

(e) exclusão da data da publicação e a inclusão do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua consumação integral.

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

31.179 TCE-CE :: Auditor

Q.1363

Origem

No que concerne à Lei de Introdução ao Código Civil é correto afirmar:

TCE-CE :: Auditor
FCC
2006

(a) Em regra, o divórcio realizado no estrangeiro, se um ou ambos os cônjuges forem brasileiros só será reconhecido no Brasil depois de dois anos da data da sentença.

(b) Reputa-se direito adquirido aquele já consumado segundo a lei vigente ao tempo que se concretizou.

(c) Nos Estados estrangeiros a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia, em regra, seis meses depois de oficialmente publicada.

(d) A lei nova que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes revoga ou modifica lei anterior.

(e) No sistema jurídico brasileiro, salvo disposição em contrário, não se admite a figura da repristinação.

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

31.180 TRT 4ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.1364

Origem

De acordo com a Lei de Introdução ao Código Civil, com relação à vigência das leis, é correto afirmar:

TRT 4ª:: Analista Judiciário -
Execução de Mandados
FCC
2006

- (a) As correções a texto de lei já em vigor não são considerados lei nova, por expressa disposição legal.
- (b) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país sessenta dias depois de oficialmente publicada.
- (c) Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia seis meses depois de oficialmente publicada.
- (d) Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- (e) A lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue, inclusive se destinar-se à vigência temporária.

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

31.181 ARCE :: Analista de Regulação - Advogado

Q.1365

Origem

A indivisibilidade dos bens

ARCE :: Analista de Regulação -
Advogado
FCC
2006

- (a) não pode decorrer da vontade das partes, se os bens forem legal e naturalmente divisíveis.
- (b) só pode decorrer de sua natureza ou de disposição legal.
- (c) não pode ser estabelecida em lei, se forem naturalmente divisíveis.
- (d) só pode decorrer de sua natureza.
- (e) pode decorrer da vontade das partes, mas se os bens tiverem sido objeto de doação, não poderá exceder de 5 anos a indivisão estabelecida pelo doador.

Assuntos relacionados

Bens

31.182 PM Jaboatão dos Guararapes-PE :: Procurador

Q.1366

Origem

Passam a integrar o domínio do Município as vias, praças e áreas destinadas a edifícios públicos no loteamento, desde

PM Jaboatão dos Guararapes-PE
:: Procurador
FCC
2006

- (a) o registro da escritura de doação que o loteador é obrigado a outorgar ao Município.
- (b) o registro da sentença ou da escritura de desapropriação respectiva.
- (c) a data do registro do loteamento.
- (d) a aprovação do loteamento pelo Município.
- (e) que definidas as diretrizes para o uso do solo, do traçado dos lotes, do sistema viário e dos espaços livres pela Prefeitura Municipal.

Assuntos relacionados

Bens

31.183 TCE-CE :: Auditor

Q.1367

Considere as seguintes assertivas sobre os bens, de acordo com o Código Civil em vigor:

- I. Os bens públicos de uso comum do povo, os de uso especial e os dominicais são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
- II. As energias que tenham valor econômico são consideradas bens móveis para os efeitos legais.
- III. Constitui universalidade de direito a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária.
- IV. Os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações são considerados bens móveis para os efeitos legais. Está correto o que se afirma APENAS em

- (a) I e II.
(b) II e III.
(c) II e IV.
(d) I, II e III.
(e) I, III e IV.

Origem

TCE-CE :: Auditor
FCC
2006

Assuntos relacionados

Bens

31.184 TCE-PB :: Assistente Jurídico

Q.1368

A respeito dos bens públicos, é correto afirmar:

- (a) Os bens públicos dominicais não podem ser alienados, por expressa vedação legal.
- (b) Os bens públicos de uso comum do povo, enquanto conservarem a sua qualificação, podem ser alienados, observadas as exigências legais.
- (c) Os bens públicos de uso especial, enquanto conservarem a sua qualificação, podem ser alienados, observadas as exigências legais.
- (d) O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.
- (e) Os edifícios destinados a serviço ou estabelecimento de autarquias municipais não se incluem dentre os bens públicos de uso especial.

Origem

TCE-PB :: Assistente Jurídico
FCC
2006

Assuntos relacionados

Bens

**31.185 TCE-PB :: Auditor de Contas Públicas
- Direito**

Q.1369

Origem

Observe os seguintes bens:

I. Energias que tenham valor econômico.

II. O direito à sucessão aberta.

III. Os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações. De acordo com o Código Civil brasileiro, para os efeitos legais considera-se bem móvel APENAS o que está contido em

TCE-PB :: Auditor de Contas
Públicas - Direito
FCC
2006

Assuntos relacionados

- (a) I e III.
- (b) I e II.
- (c) II e III.
- (d) I.
- (e) II.

Bens

**31.186 TRE-AP :: Analista Judiciário - Admin-
istrativa**

Q.1370

Origem

Dentre outros, considera-se bem imóvel para os efeitos legais

(a) o direito à sucessão aberta.

(b) a energia que tenha valor econômico.

(c) o direito real sobre objetos móveis.

(d) o direito pessoal de caráter patrimonial.

(e) a ação correspondente a direitos pessoais de caráter patrimonial.

TRE-AP :: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2006

Assuntos relacionados

Bens

**31.187 TRE-SP :: Analista Judiciário - Admin-
istrativa**

Q.1371

Origem

Com relação à classificação dos bens adotada pelo Código Civil Brasileiro, é correto afirmar:

(a) Constitui universalidade de fato a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária.

(b) Consideram-se bens imóveis, para os efeitos legais, os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.

(c) São bens infungíveis os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.

(d) Consideram-se bens móveis, para os efeitos legais, o direito à sucessão aberta, bem como os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram.

(e) São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público externo.

TRE-SP :: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2006

Assuntos relacionados

Bens

31.188 TRF 1ª:: Analista Judiciário - Administrativa

Q.1372

Origem

De acordo com o Código Civil brasileiro, constitui universalidade de fato

TRF 1ª:: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2006

- (a) a pluralidade de bens singulares que, pertinentes a duas ou mais pessoas, tenham destinação unitária.
- (b) o complexo de relações jurídicas, de uma pessoa, dotadas de valor econômico expressivo.
- (c) a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária.
- (d) o complexo de relações jurídicas, de duas ou mais pessoas, dotadas de valor econômico expressivo.
- (e) o complexo de relações jurídicas, de uma pessoa, dotadas ou não de valor econômico.

Assuntos relacionados

Bens

31.189 TRF 1ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.1373

Origem

De acordo com a classificação dos bens adotada pelo Código Civil brasileiro, é correto afirmar que

TRF 1ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2006

- (a) os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis por determinação da lei, mas não por vontade das partes.
- (b) o direito à sucessão aberta é considerado bem móvel para os efeitos legais, havendo, expressa determinação legal neste sentido.
- (c) são infungíveis os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- (d) as energias que tenham valor econômico são consideradas bens imóveis para os efeitos legais, havendo, expressa determinação legal neste sentido.
- (e) são singulares os bens que, embora reunidos, se consideram de per si, independentemente dos demais.

Assuntos relacionados

Bens

31.190 TRF 1ª:: Técnico Judiciário - Administrativa

Q.1374

Origem

Mário possui direito real sobre imóvel; João direito à sucessão aberta e Maria direito pessoal de caráter patrimonial. Neste caso, de acordo com o Código Civil brasileiro, os direitos de Mário, João e Maria são considerados, para os efeitos legais, respectivamente, bem

TRF 1ª:: Técnico Judiciário -
Administrativa
FCC
2006

- (a) imóvel, imóvel e móvel.
- (b) móvel, imóvel e imóvel.
- (c) imóvel, móvel e imóvel.
- (d) imóvel, móvel e móvel.
- (e) móvel, móvel e imóvel.

Assuntos relacionados

Bens

31.191 ARCE :: Procurador Autárquico

Q.1375

Origem

Segundo orientação da Súmula da Jurisprudência Predominante do Supremo Tribunal Federal, em mandado de segurança, é correto afirmar:

ARCE :: Procurador Autárquico
FCC
2006

- (a) No âmbito do Supremo Tribunal Federal, não cabe agravo regimental contra decisão do relator que concede ou indefere liminar em mandado de segurança.
 - (b) Compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer originariamente de mandado de segurança contra atos de outros Tribunais.
 - (c) A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados depende da autorização destes.
 - (d) Controvérsia sobre matéria de direito impede concessão de mandado de segurança.
 - (e) A entidade de classe não tem legitimação para o mandado de segurança ainda quando a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da respectiva categoria.
-

Assuntos relacionados

31.192 Banco Central :: Procurador

Q.1376

Origem

Em ação de Mandado de Segurança

Banco Central :: Procurador
FCC
2006

- (a) da sentença que denegar a ordem, por não se verificar direito líquido e certo, cabe Agravo de Instrumento.
 - (b) a apelação da sentença que conceder a ordem será recebida nos efeitos suspensivo e devolutivo.
 - (c) revogada a liminar na sentença que denegar a ordem, a revogação só produzirá efeitos se, interposta Apelação, for improvida.
 - (d) não são admissíveis Embargos de Declaração.
 - (e) não cabem Embargos Infringentes do acórdão que, por maioria, der provimento à Apelação.
-

Assuntos relacionados

31.193 PM Jaboatão dos Guararapes-PE :: Procurador

Q.1377

Origem

Analise as seguintes assertivas acerca do Mandado de Segurança:

I. O pedido de mandado de segurança pode ser renovado, mesmo quando a decisão denegatória lhe apreciar o mérito.

II. Do acórdão que, por maioria de votos, negar provimento à apelação nele interposta, não cabe embargos infringentes.

III. O sujeito passivo é a pessoa jurídica de direito público ao qual está vinculada a autoridade coatora, mesmo sendo esta quem deva prestar as informações.

IV. Trata-se de ação cível, salvo quando impetrado contra ato de juiz criminal, devendo ser, neste caso, julgado por câmara de direito criminal no Tribunal de Justiça, na conformidade de seu regimento interno. Estão corretas SOMENTE

- (a) I e II.
- (b) I e IV.
- (c) II e III.
- (d) II e IV.
- (e) III e IV.

PM Jaboatão dos Guararapes-PE
:: Procurador
FCC
2006

Assuntos relacionados

31.194 PM Salvador :: Procurador

Q.1378

Origem

Relativamente ao Mandado de Segurança, é INCORRETO afirmar que

(a) a autoridade coatora tem o prazo de 10 dias para prestar as informações.

(b) é cabível contra ato disciplinar quando praticado por autoridade incompetente.

(c) é ação civil, de cognição sumária, mesmo quando impetrado contra ato de juiz criminal, aplicando-se, subsidiariamente, o Código de Processo Civil.

(d) é inadmissível sua impetração contra decisão judicial quando haja recurso previsto, ainda que este não possua efeito suspensivo.

(e) o pedido de mandado de segurança pode ser renovado, mesmo quando a decisão denegatória lhe apreciar o mérito.

PM Salvador :: Procurador
FCC
2006

Assuntos relacionados

31.195 TCE-CE :: Procurador de Contas

Q.1379

Origem

No que concerne ao Mandado de Segurança, é correto afirmar:

TCE-CE :: Procurador de Contas
FCC
2006

- (a) Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, qualquer uma delas poderá requerer o mandado de segurança.
- (b) Não se dará mandado de segurança, quando se tratar de ato disciplinar, ainda que praticado por autoridade incompetente.
- (c) A sentença que conceder o mandado fica sujeita ao duplo grau de jurisdição, não podendo, portanto, ser executada provisoriamente.
- (d) A decisão prolatada no mandado de segurança impedirá que o impetrante, por ação própria, pleiteie os seus direitos e os respectivos efeitos patrimoniais.
- (e) O direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos cento e oitenta dias contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.

Assuntos relacionados

31.196 ARCE :: Analista de Regulação - Advogado

Q.1380

Origem

Haverá nulidade absoluta, quando o negócio jurídico for

ARCE :: Analista de Regulação -
Advogado
FCC
2006

- (a) realizado em estado de perigo.
- (b) praticado por agente absoluta ou relativamente incapaz.
- (c) realizado em fraude à lei imperativa ou em fraude contra credores.
- (d) simulado, entretanto, a lei não veda o negócio fiduciário.
- (e) eivado de erro de Direito.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

31.197 Estado-PB :: Auditor Fiscal da Receita Estadual

Q.1381

Origem

São anuláveis os negócios jurídicos

Estado-PB :: Auditor Fiscal da
Receita Estadual
FCC
2006

- (a) toda vez que nos contratos bilaterais se verificar significativa desproporção das prestações, porque caracterizada a lesão.
- (b) realizados em estado de perigo.
- (c) quando comprovada a simulação.
- (d) quando tiverem por objetivo fraudar lei imperativa.
- (e) se um dos contratantes for menor de dezesseis anos.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

31.198 MPE-PE :: Analista Ministerial - Processual

Q.1382

Origem

Com relação à invalidade do negócio jurídico, é INCORRETO:

MPE-PE :: Analista Ministerial -
Processual
FCC
2006

- (a) O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, nem convalesce pelo decurso do tempo.
- (b) Dentre outros casos, é anulável o negócio jurídico por vício resultante de erro, dolo, coação, simulação ou fraude.
- (c) Ressalvado o direito de terceiro, o negócio jurídico anulável pode ser confirmado pelas partes.
- (d) No caso de coação, o prazo decadencial para pleitear a anulação do negócio jurídico é de quatro anos, contado do dia em que ela cessar.
- (e) É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

31.199 OAB-SP :: OAB

Q.1383

Origem

Sob premente necessidade, Fernando adquire à vista um bem móvel de Guilherme com preço manifestamente superior ao seu real valor de mercado. Nesse caso, é correto afirmar que esse negócio

OAB-SP :: OAB
FCC
2006

- (a) pode ser anulado por conter vício do consentimento denominado dolo.
- (b) não pode ser anulado apenas por este fato.
- (c) pode ser anulado por conter vício do consentimento denominado lesão.
- (d) pode ser anulado por conter vício do consentimento denominado erro.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.1384

Origem

Sobre a boa-fé objetiva, é INCORRETO afirmar:

OAB-SP :: OAB
FCC
2006

- (a) implica o dever de conduta proba e íntegro entre as partes contratantes.
- (b) significa a ignorância de vício que macula o negócio jurídico.
- (c) implica a observância de deveres anexos ao contrato, tais como informação e segurança.
- (d) aplica-se aos contratos do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

31.200 PM Jaboatão dos Guararapes-PE :: Procurador

Q.1385

Origem

São anuláveis os negócios jurídicos quando se verificar que

PM Jaboatão dos Guararapes-PE
:: Procurador
FCC
2006

- (a) ocorreu simulação ou fraude contra credores.
- (b) foram realizados em estado de perigo ou mediante erro substancial de direito.
- (c) uma das partes é absoluta ou relativamente incapaz.
- (d) têm por objetivo fraudar lei imperativa.
- (e) o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

31.201 PM Manaus :: Procurador

Q.1386

Origem

A respeito da prova, pode-se afirmar que

PM Manaus :: Procurador
FCC
2006

- (a) o negócio jurídico a que não se impõe forma especial pode ser provado mediante presunção.
- (b) a confissão é revogável, sendo, por isso, sempre suscetível de retratação.
- (c) as certidões textuais de qualquer peça judicial não farão a mesma prova que os originais.
- (d) os traslados considerar-se-ão instrumentos particulares, se os originais se houverem produzido em juízo com prova de algum fato.
- (e) as reproduções fotográficas de fatos fazem prova plena destes, ainda que a parte, contra quem forem exibidos, lhes impugnar a exatidão.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

31.202 TCE-CE :: Auditor

Q.1387

Origem

No que concerne aos defeitos do negócio jurídico é correto afirmar:

TCE-CE :: Auditor
FCC
2006

- (a) O falso motivo vicia a declaração de vontade em qualquer hipótese, causando a anulação do negócio jurídico por erro.
 - (b) A transmissão errônea da vontade por meios interpostos não é anulável nos mesmos casos em que o é a declaração direta.
 - (c) A ameaça do exercício normal de um direito e o temor reverencial podem gerar a anulação do negócio jurídico por coação.
 - (d) O dolo acidental não gera a anulação do negócio jurídico, podendo ensejar, apenas, reparação por perdas e danos.
 - (e) Não subsistirá o negócio jurídico, se a coação decorrer de terceiro, sem que a parte a que aproveite dela tivesse ou devesse ter conhecimento.
-

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

31.203 TRE-AP :: Analista Judiciário - Administrativa

Q.1388

Origem

Considere as seguintes assertivas a respeito das nulidades:

- I. Quando a lei prescrever determinada forma, sob pena de nulidade, a decretação desta não pode ser requerida pela parte que lhe deu causa.
 - II. Quando a lei prescrever determinada forma, sem cominação de nulidade, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.
 - III. A nulidade de uma parte do ato prejudicará as outras, que dela sejam independentes.
- Está correto o que se afirma APENAS em

TRE-AP :: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2006

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

- (a) III.
- (b) II e III.
- (c) I e III.
- (d) I e II.
- (e) I.

31.204 TRE-AP :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.1389

Origem

Com relação à nulidade e à anulabilidade do negócio jurídico é certo que

- (a) o negócio jurídico nulo é suscetível de confirmação, e convalesce pelo decurso do tempo.
- (b) é anulável o negócio jurídico quando o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.
- (c) é nulo o negócio jurídico por vício resultante de estado de perigo, lesão ou fraude contra credores.
- (d) as nulidades devem ser pronunciadas pelo juiz, quando conhecer do negócio jurídico, sendo-lhe, em qualquer hipótese, permitido supri-las.
- (e) é nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.

TRE-AP :: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2006

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

31.205 TRE-SP :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.1390

Origem

De acordo com o Código Civil Brasileiro, com relação aos defeitos do Negócio Jurídico, é certo que:

TRE-SP :: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2006

- (a) O falso motivo não vicia a declaração de vontade, ainda quando expresso como razão determinante.
- (b) O dolo acidental só obriga à satisfação das perdas e danos, e é acidental quando, a seu despeito, o negócio seria realizado, embora por outro modo.
- (c) Considera-se coação a ameaça do exercício normal de um direito, bem como o simples temor reverencial.
- (d) Se ambas as partes procederem com dolo, nenhuma pode alegá-lo para anular o negócio, mas, em regra, ambas poderão reclamar indenização.
- (e) Ocorrerá estado de perigo quando uma pessoa, por inexperiência, se obriga à prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

31.206 TRF 1ª:: Analista Judiciário - Administrativa

Q.1391

Origem

Nos negócios jurídicos, se a coação decorrer de terceiro, sem que a parte a que aproveite dela tivesse ou devesse ter conhecimento,

TRF 1ª:: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2006

- (a) não subsistirá o negócio jurídico e o autor da coação responderá por todas as perdas e danos que houver causado ao coacto.
- (b) subsistirá o negócio jurídico, mas, não haverá ressarcimento por perdas e danos, em razão dos riscos inerentes aos negócios jurídicos.
- (c) não subsistirá o negócio jurídico, não havendo, também, ressarcimento por perdas e danos, em razão dos riscos inerentes aos negócios jurídicos.
- (d) subsistirá o negócio jurídico, mas o autor da coação responderá por todas as perdas e danos que houver causado ao coacto.
- (e) não subsistirá o negócio jurídico, e o autor da coação bem como a parte a que aproveite, responderão solidariamente por perdas e danos.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

31.207 TRF 1ª:: Analista Judiciário - Exec. Mandados

Q.1392

Origem

Considere as seguintes assertivas relacionadas aos defeitos do negócio jurídico:

- I. A transmissão errônea da vontade por meios interpostos é anulável nos mesmos casos em que o é a declaração direta.
- II. Vicia o negócio jurídico a coação exercida por terceiro, se dela tivesse ou devesse ter conhecimento a parte a que aproveite, e esta responderá solidariamente com aquele por perdas e danos.
- III. Quando uma pessoa, por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta configura-se estado de perigo.
- IV. O falso motivo só vicia a declaração de vontade quando expresso como razão determinante. Em conformidade com o Código Civil brasileiro, está correto o que se afirma SOMENTE em

- (a) I, e III.
- (b) II e IV.
- (c) I, II e III.
- (d) I, II e IV.
- (e) II, III e IV.

TRF 1ª:: Analista Judiciário -
Exec. Mandados
FCC
2006

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

31.208 TRF 1ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.1393

Origem

De acordo com o Código Civil brasileiro, considera-se condição a cláusula que, derivando

- (a) exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.
- (b) da vontade das partes, da lei e de terceiros, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e certo.
- (c) exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e certo.
- (d) da vontade das partes, da lei e de terceiros, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.
- (e) exclusivamente da lei, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e certo.

TRF 1ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2006

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

31.209 TRF 1ª:: Técnico Judiciário - Administrativa

Q.1394

Origem

Com relação à validade do negócio jurídico, em regra, a incapacidade relativa de uma das partes

TRF 1ª:: Técnico Judiciário -
Administrativa
FCC
2006

- (a) não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, mas aproveita aos co-interessados capazes, salvo se, neste caso, for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.
- (b) pode ser invocada pela outra em benefício próprio, bem como aproveita aos co-interessados capazes, em qualquer hipótese.
- (c) não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos co-interessados capazes, salvo se, neste caso, for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum .
- (d) pode ser invocada pela outra em benefício próprio e aproveita aos co-interessados capazes apenas se, neste caso, for divisível o objeto do direito ou da obrigação comum.
- (e) não pode ser invocada pela outra em benefício próprio e nem aproveita aos co-interessados capazes, em qualquer hipótese.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.1395

Origem

Com relação aos defeitos do negócio jurídico, é correto afirmar:

TRF 1ª:: Técnico Judiciário -
Administrativa
FCC
2006

- (a) Considera coação a ameaça do exercício normal de um direito, bem como o simples temor reverencial, por expressa determinação legal.
- (b) O erro de cálculo vicia o negócio jurídico, que deverá ser declarado nulo, determinando-se a realização de novo cálculo.
- (c) Se ambas as partes procederem com dolo, ambas podem alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização.
- (d) O dolo acidental, em regra, só obriga à satisfação das perdas e danos, e é acidental quando, a seu despeito, o negócio seria realizado, embora por outro modo.
- (e) Não há coação quando é incutido ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável aos seus bens, uma vez que a coação é relacionada, exclusivamente, a pessoas.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

31.210 TRT 20ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.1396

Origem

Paulo cedeu a Pedro os direitos hereditários da futura herança de seus pais ainda vivos. Esse negócio jurídico é

TRT 20ª:: Analista Judiciário -
Execução de Mandados
FCC
2006

- (a) plenamente válido.
- (b) anulável.
- (c) nulo.
- (d) válido, mas sujeito a condição suspensiva.
- (e) válido, mas sujeito a condição resolutiva.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

31.211 TRT 20ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.1397

Origem

O negócio jurídico concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com aquele tratou, é

TRT 20ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2006

- (a) inexistente.
- (b) nulo.
- (c) válido.
- (d) anulável.
- (e) ineficaz.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

31.212 PM Jaboatão dos Guararapes-PE :: Procurador

Q.1398

Origem

Havendo solidariedade passiva,

PM Jaboatão dos Guararapes-PE
:: Procurador
FCC
2006

- (a) o credor não pode renunciar à solidariedade em favor de apenas um dos devedores.
- (b) o devedor demandado somente pode opor ao credor as exceções que lhe forem pessoais.
- (c) não importará renúncia da solidariedade a propositura de ação pelo credor contra um ou alguns dos devedores.
- (d) pela parte que na obrigação incumbia ao insolvente não contribuirão os exonerados da solidariedade pelo credor.
- (e) impossibilitando-se a prestação por culpa de um dos devedores, para todos subsiste o encargo de pagar o equivalente, bem como as perdas e danos.

Assuntos relacionados

31.213 Defensoria Pública-SP :: Defensor Público

Q.1399

Origem

Pelo Estatuto do Idoso, o direito à prioridade na tramitação dos processos e procedimentos

Defensoria Pública-SP :: Defensor
Público
FCC
2006

- (a) é automático, independe de requerimento do interessado.
- (b) depende do requerimento do interessado e independe de prova.
- (c) não abrange a execução dos atos judiciais.
- (d) é pessoal e cessa com a morte do beneficiário.
- (e) não cessa com a morte do beneficiário.

Assuntos relacionados

Capítulo 32

FGV

32.1 SEFAZ-MS :: Agente Tributário Estadual

Q.1400

Origem

São representados e assistidos, respectivamente, os menores de:

SEFAZ-MS :: Agente Tributário
Estadual
FGV
2006

- (a) 14 anos e os entre 14 e 16 anos.
- (b) 14 anos e os entre 14 e 18 anos.
- (c) 16 anos e os entre 16 e 18 anos.
- (d) 16 anos e os entre 16 e 21 anos.
- (e) 18 anos e os entre 18 e 21 anos.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

Q.1401

Origem

O testamento cerrado será aberto:

SEFAZ-MS :: Agente Tributário
Estadual
FGV
2006

- (a) pelo tabelião que o lavrou.
- (b) pela viúva-meeira.
- (c) por um dos herdeiros necessários.
- (d) pelo juiz.
- (e) pela pessoa designada pelo *de cujus*.

Assuntos relacionados

Sucessão testamentária

32.2 SEFAZ-MS :: Fiscal de Rendas

Q.1402

Origem

O Código Civil veda o testamento:

SEFAZ-MS :: Fiscal de Rendas
FGV
2006

- (a) nuncupativo militar.
- (b) marítimo.
- (c) hológrafo.
- (d) conjuntivo.
- (e) militar.

Assuntos relacionados

Sucessão testamentária

Q.1403

Origem

É ato jurídico bilateral e sinalagmático:

SEFAZ-MS :: Fiscal de Rendas
FGV
2006

- (a) doação.
- (b) promessa de recompensa.
- (c) permuta.
- (d) comodato.
- (e) depósito gratuito.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

32.3 SEFAZ-MS :: Agente Tributário Estadual

Q.1404

Origem

A emissão de título de crédito visando a encobrir ato ilegal configura:

SEFAZ-MS :: Agente Tributário
Estadual
FGV
2006

- (a) simulação relativa subjetiva.
- (b) simulação relativa objetiva.
- (c) simulação absoluta.
- (d) dolo.
- (e) erro.

Assuntos relacionados

Títulos de crédito

Q.1405

Origem

Com base na LICC, assinale a alternativa incorreta.

SEFAZ-MS :: Agente Tributário
Estadual
FGV
2006

- (a) A lei do país em que for domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.
- (b) Realizando-se o casamento no Brasil, será aplicada a lei brasileira quanto aos impedimentos dirimentes e às formalidades da celebração.
- (c) Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum.
- (d) Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.
- (e) Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade de lei brasileira, quando admitida, se inicia 2 (dois) meses depois de oficialmente publicada.

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

32.4 SEFAZ-MS :: Fiscal de Rendas

Q.1406

Origem

A lei geral posterior que cria disposição geral:

SEFAZ-MS :: Fiscal de Rendas
FGV
2006

- (a) ab-roga a lei especial.
- (b) depende, para entrar em vigor, que a lei especial seja revogada.
- (c) altera a lei especial, mas sem revogá-la.
- (d) não revoga nem modifica a lei especial em vigor.
- (e) revoga a lei especial.

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

32.5 SEFAZ-MS :: Agente Tributário Estadual

Q.1407

Origem

Como se chamam os bens que podem ser substituídos por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade?

SEFAZ-MS :: Agente Tributário
Estadual
FGV
2006

- (a) Fungíveis.
- (b) Infungíveis.
- (c) Consumíveis.
- (d) Não-consumíveis.
- (e) Permutáveis.

Assuntos relacionados

Bens

32.6 SEFAZ-MS :: Fiscal de Rendas

Q.1408

Origem

Assinale o nome do fato jurídico em que a eficácia de negócio jurídico é submetida, por vontade das partes, a evento futuro e incerto.

SEFAZ-MS :: Fiscal de Rendas
FGV
2006

- (a) condição
- (b) condição resolutiva
- (c) condição potestativa
- (d) encargo
- (e) termo final

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.1409

Origem

Com a intenção deliberada de prejudicar outrem, pós-data-se o instrumento de negócio jurídico. Aponte o vício ligado a esse procedimento.

SEFAZ-MS :: Fiscal de Rendas
FGV
2006

- (a) dolo accidental
- (b) erro substancial
- (c) simulação
- (d) erro accidental
- (e) fraude

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Capítulo 33

FUNIVERSA

33.1 APEX-Brasil :: Consultor Pleno - Jurídica

Q.1410

Origem

Segundo o Código Civil/2002, tem direito à "passagem forçada":

APEX-Brasil :: Consultor Pleno -
Jurídica
FUNIVERSA
2006

- (a) o dono de um prédio que pagou por este direito ao seu vizinho.
- (b) o dono de um prédio que adquiriu o direito de passagem por meio de usucapião.
- (c) o dono de um prédio que não tem acesso a via pública, nascente ou porto.
- (d) na verdade ninguém tem direito a passar à força pelo imóvel de outra pessoa.
- (e) Todas as alternativas acima estão erradas.

Assuntos relacionados

Propriedade

Q.1411

Origem

No condomínio edilício, a convenção, para ter validade, tem que ser subscrita:

APEX-Brasil :: Consultor Pleno -
Jurídica
FUNIVERSA
2006

- (a) por todos os titulares.
- (b) pelos titulares de, no mínimo, dois terços das frações ideais.
- (c) pela maioria simples dos titulares presentes na assembléia.
- (d) por dois terços dos titulares presentes na assembléia.
- (e) todas as alternativas estão incorretas.

Assuntos relacionados

Propriedade

Q.1412

Origem

Em relação as espécies de Usucapião, assinale a alternativa correta.

APEX-Brasil :: Consultor Pleno -
Jurídica
FUNIVERSA
2006

- (a) Usucapião Ordinária e Extraordinária.
- (b) Usucapião Ordinária, Especial Urbana ou Pró Moradia.
- (c) Usucapião Extraordinária, Ordinária Especial Urbana ou Pro moradia, Especial Rural ou Pro Labore.
- (d) Usucapião Extraordinário, Ordinário e Pro Moradia.
- (e) Usucapião Especial Urbana ou Pro Moradia.

Assuntos relacionados

Propriedade

33.2 APEX-Brasil :: Consultor Pleno - Licitações

Q.1413

Origem

João vendeu a José seu cavalo "Toto" por R\$ 10.000,00. Acordou-se que João deveria entregar o animal no haras de José no dia 10-04-2001, porém, na data aprazada, João, em razão de problemas pessoais, adiou a entrega para o dia seguinte. Todavia, naquela noite o cavalo foi picado por uma cobra venenosa e morreu. Considerando estes fatos, assinale a alternativa correta.

APEX-Brasil :: Consultor Pleno -
Licitações
FUNIVERSA
2006

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

- (a) João, que estava em mora, responde pela impossibilidade da prestação (perdas e danos), mesmo sabendo-se que esta impossibilidade foi resultado de um caso fortuito.
 - (b) A obrigação se resolve, vez que o evento, fruto de um caso fortuito, afastou a responsabilidade de João.
 - (c) Tratando-se de obrigação de dar coisa incerta (gênero não perece), João deverá conseguir outro cavalo e cumprir sua prestação, sob pena de responder por perdas e danos.
 - (d) A obrigação se resolve, vez que, tratando-se de obrigação de dar coisa certa, onde a propriedade só se transfere com a tradição, que, no caso, não chegou a acontecer, devendo cada parte arcar com seus prejuízos.
 - (e) Todas as alternativas acima estão incorretas.
-

33.3 APEX-Brasil :: Analista Júnior - Jurídica

Q.1414

Origem

Assinale a alternativa correta.

APEX-Brasil :: Analista Júnior -
Jurídica
FUNIVERSA
2006

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

- (a) Um terremoto, um homicídio, o casamento e a aquisição de um bem imóvel são atos jurídicos.
 - (b) O conjunto de faculdades e direitos, em estado de potencialidade e reunidos numa pessoa, consiste na capacidade de direito.
 - (c) João é menor de dezessete anos, Maria é casada civilmente com Manoel e Antônio é pródigo. Todas estas pessoas, segundo o Código Civil Brasileiro em vigor, são consideradas relativamente incapazes.
 - (d) São elementos essenciais à validade dos atos jurídicos agente capaz, forma prescrita e não defesa em lei, objeto lícito e número determinado de partes.
 - (e) Todas as alternativas acima estão corretas.
-

Q.1415

Origem

Assinale a alternativa correta.

APEX-Brasil :: Analista Júnior -
Jurídica
FUNIVERSA
2006

(a) José tem dezesseis anos de idade e seus pais pretendem emancipá-lo por escritura própria. Consoante as normas do Código Civil Brasileiro em vigor, é absolutamente viável a pretensão.

(b) Os maiores de dezesseis anos e os pródigos são pessoas relativamente incapazes e necessitam de representantes legais para a prática de certos atos jurídicos.

(c) Contraindo matrimônio civil aos dezessete e vinte anos, respectivamente, Maria e José adquirem a maioridade civil.

(d) Formalizando contrato de constituição da sociedade limitada é possível afirmar que a pessoa jurídica de direito privado já adquiriu a personalidade.

(e) Todas as alternativas acima estão corretas.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

33.4 APEX-Brasil :: Consultor Pleno - Licitações

Q.1416

Origem

Com o propósito de melhorar a comunicação de sua propriedade com uma via pública que, por sua vez, dá acesso a uma rodovia, Mélvio negociou a propriedade dele, tendo, inclusive, feito obras para adaptar a referida passagem às suas necessidades. O acordo entre Mélvio e Tício indica:

APEX-Brasil :: Consultor Pleno -
Licitações
FUNIVERSA
2006

(a) o respeito a direito de vizinhança chamado pelo chamado código de passagem forçada.

(b) a constituição de uma servidão, que pode ser classificada em aparente e descontínua.

(c) a constituição de uma servidão, que pode ser classificada em não aparente e descontínua.

(d) a constituição de uma servidão, que pode ser classificada em aparente contínua.

(e) Todas as alternativas acima estão incorretas.

Assuntos relacionados

Servidões

33.5 APEX-Brasil :: Consultor Pleno - Jurídica

Q.1417

Origem

A Lei veda no contrato de alienação fiduciária o chamado "pacto comissório", que, como se sabe, é aquele que permite ao credor:

APEX-Brasil :: Consultor Pleno -
Jurídica
FUNIVERSA
2006

(a) emitir nota promissória do valor total de débito.

(b) ajuizar ação de busca e apreensão do bem.

(c) vender o bem dado em alienação fiduciária.

(d) ficar com o bem dado em alienação fiduciária.

(e) todas as alternativas estão corretas.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.1418

Origem

Qual o nome dado à recompensa, para aquele que restituir a coisa achada?

APEX-Brasil :: Consultor Pleno -
Jurídica
FUNIVERSA
2006

- (a) Fideicomisso.
- (b) Achádego.
- (c) Tombamento.
- (d) Limitações.
- (e) Não se dá nome algum para recompensa.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

33.6 APEX-Brasil :: Consultor Pleno - Licitações

Q.1419

Origem

Quanto à cessão de crédito, assinale a alternativa incorreta .

APEX-Brasil :: Consultor Pleno -
Licitações
FUNIVERSA
2006

- (a) O cedente é responsável pela existência do crédito ao tempo em que lho cedeu.
- (b) De regra, o cedente responde perante o cessionário pela solvência de cedido.
- (c) Qualquer crédito poderá ser cedido, conste ou não de um título, esteja vencido ou por vencer, se a isso não se opuser a natureza da obrigação, a convenção com o devedor e a lei.
- (d) O devedor cedido não perderá, com a cessão de crédito, as exceções que lhe competirem no instante da notificação da cessão, podendo opô-las tanto ao cessionário como ao cedente.
- (e) Todas as alternativas acima estão incorretas.

Assuntos relacionados

Transmissão das obrigações

33.7 APEX-Brasil :: Analista Júnior - Licitações

Q.1420

Origem

João deve a Ricardo R\$ 500,00, em razão de um contrato de compra e venda de uma máquina, e Ricardo, por sua vez, deve a João R\$ 700,00, em razão de um empréstimo pessoal. Sabendo-se que ambas as dívidas são certas, líquidas e vencidas, podemos dizer que:

APEX-Brasil :: Analista Júnior -
Licitações
FUNIVERSA
2006

- (a) não ocorre a compensação em razão da diversidade de causa.
- (b) não ocorre a compensação porque as dívidas não são fungíveis entre si.
- (c) a possível compensação dos créditos fica na dependência de um acordo entre as partes, vez que, neste caso, não é possível a compensação automática, em razão da diversidade de causa.
- (d) ocorre automaticamente a compensação, extinguindo-se os dois créditos até o limite da reciprocidade, vez que, estando presentes os pressupostos legais, a simples diversidade de causa não impede, neste caso, a compensação.
- (e) todas as respostas estão erradas.

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

33.8 APEX-Brasil :: Consultor Pleno - Licitações

Q.1421

Origem

A novação pessoal passiva que se realiza independentemente do consentimento do devedor originário recebe o nome de:

APEX-Brasil :: Consultor Pleno -
Licitações
FUNIVERSA
2006

- (a) novação subjetiva passiva por substituição tácita.
- (b) novação subjetiva passiva por expromissão.
- (c) novação subjetiva passiva por compensação.
- (d) novação subjetiva passiva por delegação.
- (e) novação subjetiva passiva por confusão.

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

Q.1422

Origem

Segundo o Código Civil, o acordo pelo qual o credor aceita receber o objeto diferente do que constituía a obrigação denomina-se:

APEX-Brasil :: Consultor Pleno -
Licitações
FUNIVERSA
2006

- (a) novação.
- (b) compensação.
- (c) remissão.
- (d) dação em pagamento.
- (e) confusão.

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

33.9 APEX-Brasil :: Analista Júnior - Licitações

Q.1423

Origem

Sendo o casamento realizado no estrangeiro, por consulado, ele deverá, depois da volta, ser registrado no cartório brasileiro em:

APEX-Brasil :: Analista Júnior -
Licitações
FUNIVERSA
2006

- (a) 30 dias.
- (b) 120 dias.
- (c) 180 dias.
- (d) 15 dias.
- (e) Imediatamente.

Assuntos relacionados

Casamento

Q.1424

Origem

No casamento por procuração, para ter validade, a procuração tem que ser tirada por instrumento público, cuja eficácia é de:

APEX-Brasil :: Analista Júnior -
Licitações
FUNIVERSA
2006

- (a) 90 dias.
- (b) 60 dias.
- (c) 30 dias.
- (d) 120 dias.
- (e) 15 dias.

Assuntos relacionados

Casamento

33.10 APEX-Brasil :: Analista Júnior - Jurídica

Q.1425

Origem

Assinale a alternativa correta.

APEX-Brasil :: Analista Júnior -
Jurídica
FUNIVERSA
2006

- (a) A pessoa física ou natural, ao contrário da pessoa jurídica, não poderá ter domicílio plural.
- (b) A mulher casada sempre terá por domicílio o do marido, os presos são domiciliados onde cumprem a sentença e os militares em serviço ativo no lugar onde servem.
- (c) As fundações não poderão ser instituídas por escritura ou testamento particular.
- (d) A dissolução da pessoa jurídica somente poderá ocorrer mediante consenso dos seus componentes ou por determinação legal.
- (e) Todas as alternativas acima estão corretas.

Assuntos relacionados

Domicílio

33.11 APEX-Brasil :: Consultor Pleno - Licitações

Q.1426

Origem

Quanto à mora, assinale a alternativa incorreta .

APEX-Brasil :: Consultor Pleno -
Licitações
FUNIVERSA
2006

- (a) Nas obrigações negativas, o devedor fica constituído em mora desde o dia em que executar o ato de que devia se abster.
- (b) O devedor purga a mora oferecendo a prestação acrescida da importância dos prejuízos até a data da oferta do pagamento.
- (c) Mora é o retardamento culposo no cumprimento da obrigação, quando a prestação ainda é útil para o devedor.
- (d) Tendo as partes fixado vencimento para o cumprimento da obrigação, seu simples advento constitui em mora o devedor.
- (e) Todas as alternativas acima estão incorretas.

Assuntos relacionados

Inadimplemento das obrigações

33.12 APEX-Brasil :: Analista Júnior - Licitações

Q.1427

Origem

Quanto à existência os contratos se classificam em:

APEX-Brasil :: Analista Júnior -
Licitações
FUNIVERSA
2006

- (a) real e solene.
- (b) real, solene e paritário.
- (c) principal e acessório.
- (d) principal e aleatório.
- (e) real e de adesão.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.1428

Origem

Quanto às vantagens para as partes o contrato se classifica como:

APEX-Brasil :: Analista Júnior -
Licitações
FUNIVERSA
2006

- (a) consensual, bilateral e real.
- (b) gratuito e oneroso.
- (c) gratuito e aleatório.
- (d) gratuito, comutativo e consensual.
- (e) real.

Assuntos relacionados

Contratos

33.13 APEX-Brasil :: Consultor Pleno - Licitações

Q.1429

Origem

Quando uma pessoa confere, gratuita ou onerosamente, a outra o direito de temporariamente explorar economicamente um bem que lhe pertence, retirando deste os frutos e utilidades que é capaz de produzir, temos o que o Código Civil denomina de direito real de:

APEX-Brasil :: Consultor Pleno -
Licitações
FUNIVERSA
2006

- (a) usufruto.
- (b) uso.
- (c) habilitação.
- (d) garantia.
- (e) penhor.

Assuntos relacionados

Usufruto

33.14 APEX-Brasil :: Analista Júnior - Jurídica

Q.1430

Origem

Assinale a alternativa correta.

APEX-Brasil :: Analista Júnior -
Jurídica
FUNIVERSA
2006

- (a) A praça Clóvis Beviláqua e a rua Major Facundo são bens de uso comum do povo, enquanto o imóvel onde funciona o Hospital Geral de Fortaleza é um bem dominical ou dominial.
 - (b) São bens imóveis por acessão intelectual as máquinas que compõem uma indústria.
 - (c) Os bens públicos são prescritíveis, penhoráveis e sujeitos à alienação, eis que pertencem ao Poder Público.
 - (d) A instituição do bem de família deverá constar de escritura pública ou particular, devidamente inscrita no registro de imóveis.
 - (e) Todas as alternativas acima estão corretas.
-

Assuntos relacionados

Bens

33.15 APEX-Brasil :: Consultor Pleno - Licitações

Q.1431

Origem

Assinale a alternativa que indica apenas "direitos reais sobre coisas alheias" de fruição ou gozo:

APEX-Brasil :: Consultor Pleno -
Licitações
FUNIVERSA
2006

- (a) superfície, servidões, usufruto, uso, habitação, direito de promitente comprador do imóvel, anticrese.
- (b) superfície, servidões, usufruto, uso, habilitação, anticrese.
- (c) servidões, usufruto, uso, habilitação, direito do promitente comprador do imóvel, anticrese.
- (d) superfície, servidões, usufruto, uso, habilitação, direito de promitente comprador do imóvel.
- (e) Todas as alternativas acima estão incorretas.

Assuntos relacionados

Q.1432

Origem

Depois de analisar as afirmativas abaixo, assinale a alternativa correta:

APEX-Brasil :: Consultor Pleno -
Licitações
FUNIVERSA
2006

I. o direito real de uso, ao contrário do usufruto, limita a percepção dos frutos às necessidades da família do usuário, sendo, ademais, lícito a este ceder o exercício da família do usuário, sendo, ademais, lícito a este ceder o exercício de seu direito.

II. ocorre o direito real de habitação quando o uso se restringe ao direito de habitar gratuitamente casa alheia.

III. no usufruto, é dever do usufrutuário o pagamento das despesas ordinárias e extraordinárias de custo módico necessárias à conservação dos bens, a fim de mantê-los no estado em que os recebeu.

IV. no usufruto, o usufrutuário tem direito à posse, uso, administração e percepção dos frutos, mas não pode alienar o usufruto nem ceder, gratuitamente ou onerosamente, seu exercício.

Assuntos relacionados

- (a) Todas as afirmativas estão erradas.
- (b) Somente as afirmativas II e IV estão erradas.
- (c) Somente as afirmativas I e III estão erradas.
- (d) Somente as afirmativas I e IV estão erradas.
- (e) Somente as afirmativas I e II estão erradas.

33.16 APEX-Brasil :: Consultor Pleno - Jurídica

Q.1433

Origem

A morte de duas ou mais pessoas, na mesma ocasião e sendo elas reciprocamente herdeiras umas das outras, recebe o nome de:

APEX-Brasil :: Consultor Pleno -
Jurídica
FUNIVERSA
2006

- (a) comoriência.
- (b) anticrese.
- (c) afetação.
- (d) fideicomisso.
- (e) penhor.

Assuntos relacionados

33.17 APEX-Brasil :: Analista Júnior - Licitações

Q.1434

Origem

Os elementos constitutivos das obrigações são:

APEX-Brasil :: Analista Júnior -
Licitações
FUNIVERSA
2006

- (a) O vínculo jurídico, as partes e a prestação.
- (b) O vínculo jurídico e a boa-fé.
- (c) A prestação, as leis e a boa-fé.
- (d) As partes e a prestação.
- (e) Todas as alternativas estão incorretas.

Assuntos relacionados

33.18 APEX-Brasil :: Consultor Pleno - Licitações

Q.1435

Origem

Depois de analisar as afirmativas abaixo sobre o instituto da "clausula penal", assinale a alternativa correta.

APEX-Brasil :: Consultor Pleno -
Licitações
FUNIVERSA
2006

- I. Embora de regra seja imutável, poderá ser alterada quando houver parcial cumprimento da obrigação e ou seu valor ultrapassar o limite legal.
- II. Segundo o Código Civil, Lei de Usura e Código de Defesa do Consumidor, seu valor não pode ser superior ao da obrigação principal.
- III. De regra, só se torna exigível após regular notificação do devedor.
- IV. É obrigação acessória e como tal está sujeita à regra de que o acessório segue o principal.

Assuntos relacionados

- (a) Todas as afirmativas estão corretas.
 - (b) Somente as afirmativas II e IV estão corretas.
 - (c) Somente as afirmativas III e IV estão corretas.
 - (d) Somente as afirmativas I e IV estão corretas.
 - (e) Todas as afirmativas estão erradas.
-

Capítulo 34

IPAD

34.1 COMPESA :: Advogado

Q.1436

Origem

COMPESA :: Advogado
IPAD
2006

Assuntos relacionados

Propriedade

Em dezembro de 2004, Alfredo, desejoso de aposentar-se logo e passar a morar em um sítio, assinou uma promessa de compra e venda de imóvel com Jorge, proprietário do mesmo. Entretanto Jorge, sem saber Alfredo, ao tempo da assinatura do contrato já era interditado por sentença transitada em julgado, que declarou-lhe incapacidade absoluta para a prática dos atos da vida civil. Doze anos depois, ao tomar conhecimento do fato, Alfredo propõe uma ação de usucapião contra o promissárioalienante. É **correto** afirmar que:

- (a) Alfredo é titular de posse da usucapionem, devendo, por isso, o Juiz reconhecer a aquisição da propriedade por Alfredo, já que é possuidor a justo título e com boa-fé, tendo decorrido o prazo legal para aquisição do referido bem pela modalidade suscitada.
 - (b) mesmo sendo Jorge absolutamente incapaz ao tempo da assinatura do contrato, a promessa de compra e venda é válida, pois Alfredo não tomara conhecimento do conteúdo da sentença nem do seu trânsito em julgado.
 - (c) a promessa de compra e venda em questão é ato jurídico stricto sensu anulável.
 - (d) a promessa de compra e venda em questão é ato jurídico stricto sensu ineficaz.
 - (e) apesar de sua posse ser exercida com animus domini, a aquisição do sobredito bem é impossível, pois não corre prescrição contra os absolutamente incapazes.
-

34.2 HEMOPE :: Advogado

Q.1437

Origem

Analise as afirmativas que seguem:

HEMOPE :: Advogado
IPAD
2006

1. A responsabilização civil no Novo Código Civil é, como regra geral, subjetiva, respondendo-se, todavia, independentemente de culpa, se a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem. 2. A responsabilização objetiva é a regra geral nos casos em que a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem. 3. A responsabilidade dos tutores pelos atos praticados por seus pupilos é exemplo de responsabilidade civil transubjetiva. 4. O dono ou detentor do animal ressarcirá o dano por este causado, salvo se provar culpa da vítima ou força maior. Dentre as afirmativas acima:

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

- (a) Nenhuma está correta.
 - (b) Apenas uma está correta.
 - (c) Apenas duas estão corretas.
 - (d) Apenas três estão corretas.
 - (e) Todas estão corretas.
-

34.3 COMPESA :: Advogado

Q.1438

Origem

A Companhia Paulista de Águas construiu uma linha de esgoto sanitário sobre a superfície da propriedade rural do Sr. Jefferson. O proprietário, que nunca aparecia por lá, resolve, dois anos depois, propor uma ação de reintegração de posse contra a referida empresa. Assinale a alternativa correta :

COMPESA :: Advogado
IPAD
2006

Assuntos relacionados

Servidões

- (a) É cabível, na ação de reintegração de posse cujo esbulho tenha ocorrido dois anos antes, o pedido liminar.
 - (b) Segundo jurisprudência sumulada do STF (Súmula 415), são juridicamente reconhecidas, para efeito de proteção possessória, as servidões administrativas, mesmo antes de se constituírem com o devido registro, previsto pela Lei 6.515/73.
 - (c) Trata-se, no caso, de uma servidão aparente. Incabível, portanto, por esta razão, qualquer futura pretensão ao usucapião do referido direito de servidão.
 - (d) Trata-se, no caso, não de servidão aparente, mas de direito de superfície que tem a empresa sobre o imóvel do Sr. Jefferson.
 - (e) É cabível, na ação de reintegração de posse cujo esbulho tenha ocorrido três anos antes, o pedido liminar.
-

34.4 HEMOPE :: Advogado

Q.1439

Origem

Analise as afirmativas que seguem:

1. Tal como se dá com o usucapião, a apreensão da coisa é modo aquisitivo originário da posse. 2. Visando à punição do dolo e da malícia, estabelece a lei civil pátria que o possuidor de má-fé perde o direito de ser reembolsado das despesas efetuadas com a produção e custeio dos frutos colhidos e percebidos. 3. O possuidor de boa-fé não responde pela perda ou deterioração da coisa, a que não der causa. 4. O usucapião é sempre forma originária de aquisição da propriedade. Dentre as afirmativas acima:

- (a) Nenhuma está correta.
- (b) Apenas uma está correta.
- (c) Apenas duas estão corretas.
- (d) Apenas três estão corretas.
- (e) Todas estão corretas.

HEMOPE :: Advogado
IPAD
2006

Assuntos relacionados

34.5 COMPESA :: Advogado

Q.1440

Origem

Assinale a alternativa **correta** :

- (a) Todo contrato possui cláusula resolutiva tácita, que tem eficácia plena a partir da comunicação judicial ou extrajudicial por escrito ao inadimplente.
- (b) Todo contrato possui cláusula resolutiva tácita, que tem eficácia plena a partir da comunicação extrajudicial por escrito ao inadimplente.
- (c) O contrato de compra e venda de pai (alienante) a filho (adquirente) sem a anuência dos demais filhos e do cônjuge do alienante não se encontra inquinado de anulabilidade.
- (d) Na compra e venda a contento, a mera assinatura do contrato não transmite o direito de propriedade do bem, mas apenas tradição, ainda antes que o adquirente manifeste o seu agrado.
- (e) O valor da cominação imposta na cláusula penal poderá exceder o da obrigação principal, mas está sujeito a redução equitativa se a obrigação principal tiver sido parcialmente cumprida.

COMPESA :: Advogado
IPAD
2006

Assuntos relacionados

Contratos

34.6 HEMOPE :: Advogado

Q.1441

Origem

Analise as afirmativas que seguem:

1. A evicção é instituto de garantia, portanto irrenunciável, aplicável tanto nos contratos de compra e venda, como nos contratos de doação. 2. O conteúdo de imprevisibilidade do fato superveniente modificador da condição das partes contratantes é requisito essencial para a aplicação da Teoria da Onerosidade Excessiva, nos termos no Novo Código Civil. 3. Tecnicamente, um contato de adesão não pode ser entendido como contrato, pois lhe faltam as características de bilateralidade, onerosidade, bem como falta de manifestação de vontade de uma das partes. 4. A cláusula "rebus sic stantibus" e a Teoria da Imprevisão são expressões e institutos sinônimos, voltados à revisão e extinção dos contratos. Dentre as afirmativas acima:

- (a) Nenhuma está correta.
- (b) Apenas uma está correta.
- (c) Apenas duas estão corretas.
- (d) Apenas três estão corretas.
- (e) Todas estão corretas.

HEMOPE :: Advogado
IPAD
2006

Assuntos relacionados

Contratos

Q.1442

Origem

O art. 10 da Lei nº. 10.259, de 12 de julho de 2001 (Lei dos Juizados Especiais Federais) determina que as partes "poderão designar, por escrito, representantes para a causa, advogado ou não". O dispositivo citado influi no seguinte instituto formal do processo civil:

- (a) Legitimidade para a causa.
- (b) Capacidade postulatória.
- (c) Capacidade de estar em juízo.
- (d) Capacidade de ser parte.
- (e) Legitimidade para o processo.

HEMOPE :: Advogado
IPAD
2006

Assuntos relacionados

Juizados

Q.1443

Origem

Analise as afirmativas que seguem:

1. Nos casos de lacuna da lei, nos termos na Lei de Introdução ao Código Civil, o juiz deve julgar com base na equidade, analogia, princípios gerais do direito ou costumes. 2. O nascituro, apesar de não ser pessoa, deve ser considerado sujeito de direitos, resguardando-se suas faculdades jurídicas até o seu nascimento com vida. 3. Domicílio e residência são institutos jurídicos idênticos, que determinam onde o cidadão pode ser encontrado habitualmente. 4. A incapacidade absoluta da pessoa é considerada como causa de interrupção do prazo prescricional. Dentre as afirmativas acima:

- (a) Nenhuma está correta.
- (b) Apenas uma está correta.
- (c) Apenas duas estão corretas.
- (d) Apenas três estão corretas.
- (e) Todas estão corretas.

HEMOPE :: Advogado
IPAD
2006

Assuntos relacionados

Capítulo 35

JPF

35.1 SEFAZ-RO :: Auditor Fiscal

Q.1444

O possuidor de boa-fé **não** terá direito à indenização das benfeitorias classificadas como:

- (a) voluptárias
- (b) necessárias
- (c) especiais
- (d) comuns
- (e) úteis

Origem

SEFAZ-RO :: Auditor Fiscal
JPF
2006

Assuntos relacionados

Posse

Q.1445

Diante do ordenamento jurídico brasileiro, categoriza-se como ato jurídico unilateral:

- (a) mandato
- (b) doação pura
- (c) compromisso
- (d) gestão de negócios
- (e) doação com encargo

Origem

SEFAZ-RO :: Auditor Fiscal
JPF
2006

Assuntos relacionados

Atos unilaterais

Q.1446

A modalidade de arrendamento mercantil, mediante a qual o arrendatário antecipa o valor residual garantido (VRG), realizando a opção de compra do bem arrendado, denomina-se *leasing* do tipo:

- (a) *back*
- (b) especial
- (c) financeiro
- (d) tradicional
- (e) operacional

Origem

SEFAZ-RO :: Auditor Fiscal
JPF
2006

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.1447

Origem

Na forma da lei, considera-se bem imóvel o direito:

SEFAZ-RO :: Auditor Fiscal
JPF
2006

- (a) a alimentos
- (b) de crédito cartular
- (c) à sucessão aberta
- (d) potestativo pessoal
- (e) sinalagmático subjetivo

Assuntos relacionados

Bens

Q.1448

Origem

O prazo, em anos, para pleitear-se em juízo a anulação de um ato jurídico praticado com fraude a credores é de:

SEFAZ-RO :: Auditor Fiscal
JPF
2006

- (a) 3
- (b) 4
- (c) 5
- (d) 6
- (e) 10

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Capítulo 36

MPE/MG

36.1 MPE-MG :: Promotor

Q.1449

Origem

Em matéria de Ação Civil Pública é INCORRETO afirmar que:

MPE-MG :: Promotor
MPE/MG
2006

- (a) o Termo de Ajustamento de Conduta é possível ser celebrado por todos os legitimados ativos.
- (b) o Inquérito Civil, tal qual os atos processuais, está submetido ao princípio da publicidade, podendo nos casos estabelecidos pela Constituição da República estabelecer limites dessa publicidade para resguardar a privacidade e o sigilo da correspondência, das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas.
- (c) a coisa julgada em matéria coletiva resta superada quando se der a improcedência por insuficiência de provas.
- (d) o ajustamento de conduta tem significado de reconhecimento prévio por parte da pessoa ou ente responsável pelo dano causado a interesse ou direito coletivo.
- (e) a ação civil pública e a ação popular têm em seu pólo ativo diferença de caráter formal, pois materialmente as partes são as mesmas, ou seja, a comunidade titular do direito difuso que se pretende seja tutelado.

Assuntos relacionados

Ação civil pública

Q.1450

Origem

Sobre a Ação Popular constitucional é INCORRETO dizer que:

MPE-MG :: Promotor
MPE/MG
2006

- (a) o Ministério Público funciona nos autos da ação popular como parte pública autônoma.
- (b) o pedido imediato é de natureza declaratória-condenatória e o mediato prende-se à insubsistência dos atos lesivos aos interesses difusos.
- (c) quanto à causa de pedir próxima deve o autor indicar e oferecer início de prova de que um agente público acabou por lesar o erário público, o meio ambiente ou a moralidade administrativa.
- (d) A moralidade administrativa inovada como causa autônoma e situada na zona fronteira entre a Moral e o Direito pode ser analisada dentre os tópicos do abuso do direito, do desvio do poder e da falta de razoabilidade.
- (e) A lesividade é sempre exigida na propositura da Ação Popular, mesmo que seja feita apenas embutida na noção do erário ou no ataque aos valores cívicos, culturais, ambientais ou históricos de uma dada comunidade.

Assuntos relacionados

Ação popular

Q.1451

Origem

Assinale a alternativa INCORRETA.

MPE-MG :: Promotor
MPE/MG
2006

- (a) Público é o testamento lavrado no Cartório Civil de Pessoas Naturais, ditado pelo testador, na presença de duas testemunhas, perante o oficial e assinado por todos.
- (b) O cônjuge, casado em regime de separação convencional, separado de fato há quinze meses, concorre com os descendentes comuns, deixados pelo falecido.
- (c) A morosidade na aplicação dos recursos pertencentes ao tutelado, evitando perda do poder de compra do dinheiro, obriga o tutor a ressarcir por eventuais prejuízos causados.
- (d) A oposição dos impedimentos matrimoniais é facultada a qualquer pessoa maior e capaz, tendo ou não relacionamento com os nubentes.
- (e) O MP, vencido o prazo de existência da fundação, promoverá a sua extinção, providenciando a incorporação do patrimônio a outra congênere.

Assuntos relacionados

Sucessão testamentária

Q.1452

Origem

Assinale a alternativa INCORRETA.

MPE-MG :: Promotor
MPE/MG
2006

- (a) A lei não condiciona o divórcio à prévia partilha de bens na separação, podendo aquela ser exercida em ação ordinária, específica para esse fim.
- (b) A instituição do bem de família, feito pelo pai a favor de filho solteiro, visa protegelo de infortúnios no casamento e previne a perda do bem doado.
- (c) O mandatário responde pelo excesso das obrigações assumidas em dissonância com os poderes conferidos, mas ao mandante pertencem todas as vantagens auferidas pelo mandatário.
- (d) A nulidade absoluta do negócio pode ser alegada pelo MP, visando resguardar o interesse público, do menor ou de incapaz.
- (e) O testamento particular, escrito pelo testador no cativeiro, sem testemunhas, pode ser validado pelo juiz, a seu critério.

Assuntos relacionados

Bem de família

Q.1453

Origem

Assinale a assertiva INCORRETA.

MPE-MG :: Promotor
MPE/MG
2006

- (a) A separação judicial faz desaparecer os deveres do casamento e participação patrimonial, porém mantém intacto o vínculo matrimonial.
- (b) Excluídos os aqüestos a que faz jus a companheira, e inexistência de herdeiros legítimos, os bens particulares do falecido transformam-se em herança jacente.
- (c) A sentença proferida de abertura da sucessão provisória tem seus efeitos imediatos, após a sua publicação pela imprensa.
- (d) Os sucessores provisórios representam ativa e passivamente os ausentes, após serem empossados nos bens que compõem o acervo.
- (e) O casamento religioso poderá produzir os efeitos civis, caso os nubentes atendam às exigências contidas na legislação pertinente e audiência do MP.

Assuntos relacionados

Q.1454

Origem

Assinale a assertiva INCORRETA.

MPE-MG :: Promotor
MPE/MG
2006

- (a) A concepção é marco inicial para muitos direitos previstos em lei, antecedendo a personalidade que começa do nascimento com vida.
- (b) O co-herdeiro preterido, em cessão de direito hereditário a terceiro, pode haver para si a quota cedida a estranho, depositando o preço no prazo legal.
- (c) O MP pode promover a interdição de pessoa portadora de doença mental grave, concedendo-lhe curador para cuidar de todos ou alguns de seus negócios ou bens.
- (d) Na comunhão universal a doação antenupcial que um cônjuge fez ao outro, com cláusula de incomunicabilidade, é excluída da comunhão.
- (e) A habilitação para o casamento torna-se ineficaz, não se realizando as núpcias no prazo de 90 dias da data da extração do certificado.

Assuntos relacionados

Q.1455

Origem

Assinale a alternativa INCORRETA.

MPE-MG :: Promotor
MPE/MG
2006

- (a) João lega o usufruto da casa para seus pais, metade para cada um. Com a morte de um deles, não haverá o direito de crescer do outro.
- (b) Apesar de resolutiva a condição imposta em testamento, é lícito ao legatário usar, gozar e dispor da coisa legada.
- (c) A emancipação de menor de mais de dezesseis anos, por sentença do juiz, ouvido o tutor, é admitida pela lei civil.
- (d) A adoção faz-se por escritura pública, em se tratando de pessoa maior e capaz e por sentença judicial para os incapazes, sendo proibida a adoção a termo.
- (e) Abuso de autoridade, por quem está investido de poderes estatais, viabiliza à vítima ampla indenização, fixada pelo juiz, na conformidade das circunstâncias do caso.

Assuntos relacionados

Q.1456

Origem

Assinale a alternativa INCORRETA.

MPE-MG :: Promotor
MPE/MG
2006

- (a) O pacto antenupcial, feito, obrigatoriamente, por escritura pública, sob pena de nulidade, é um negócio jurídico condicional, podendo adotar-se nele regime de bens diverso do legal.
- (b) O reconhecimento do filho, embora irrevogável, não implica em proibição de questionamentos em torno da filiação, argüidas em juízo.
- (c) As despesas com educação, enxoval, casamento e defesa em processo-crime não são colacionáveis pelo herdeiro necessário.
- (d) Na sucessão entre os colaterais os filhos de irmãos recebem por direito de representação, direito esse que não beneficia os netos do irmão pré-morto.
- (e) A união estável, entidade familiar prevista na Carta Magna, poderá converter-se em casamento, mediante averbação de pacto antenupcial no Registro Civil.

Assuntos relacionados

Q.1457

Origem

Assinale a alternativa INCORRETA .

MPE-MG :: Promotor
MPE/MG
2006

- (a) O bem de família não se extingue com a dissolução da sociedade conjugal, mas, em caso de morte, o supérstite poderá pedir a extinção, se for o único bem do casal.
- (b) É perfeitamente viável a pretensão da família no sentido de, morto por homicídio que a sustentava, ser compelido o autor do crime ao pagamento de lucros cessantes.
- (c) Inexistindo fixação de prazo para a operação dos efeitos, o negócio inter vivos é exequível imediatamente.
- (d) Feitas doações pelo doador, podem deixar de ser colacionadas, contanto que dispensadas e não excedam o disponível, computado o valor à época da liberalidade.
- (e) Constituída uma fundação que não seja de fins religiosos, morais, culturais ou de assistência, caberá ao MP a supervisão direta na redação do estatuto.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.1458

Origem

Assinale a alternativa INCORRETA.

MPE-MG :: Promotor
MPE/MG
2006

- (a) Novo casamento do pai ou da mãe não acarreta a perda do direito de guarda dos filhos, havidos no leito anterior, que só lhe poderá ser retirada por mandado judicial.
- (b) O MP tem legitimidade para exigir a execução do encargo, imposto pelo vendedor ao comprador, em benefício de terceiro menor ou da sociedade.
- (c) Promessa de passagem grátis para a Copa, publicada em jornais, pode ser revogada antes do evento pelo promitente, obedecido o mesmo padrão publicitário.
- (d) O prazo prescricional começa a fluir a partir da violação do direito, com o descumprimento da obrigação.
- (e) A renúncia do fideicomissário à herança ou ao legado, caduca o fideicomisso, deixando de ser resolúvel a propriedade do fiduciário, salvo disposição em contrário.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.1459

Origem

Assinale a alternativa INCORRETA.

MPE-MG :: Promotor
MPE/MG
2006

- (a) O reconhecimento de filho extraconjugal pode ser feito antes do nascimento ou posteriormente ao seu falecimento, desde que ele deixe descendentes.
- (b) Os deveres de lealdade, respeito e mútua assistência, mais os de guarda, sustento e educação dos filhos compõem o contexto da união estável como exigência legal.
- (c) A doação e o legado, sendo negócios jurídicos benéficos, devem ter sua interpretação restrita, tal como a renúncia.
- (d) O CC/2002 abandonou a regra de igualdade das legítimas, quando o cônjuge concorre com filhos comuns e filhos só do autor da herança.
- (e) O indigno, contemplado em testamento do ofendido, quando o testador já conhecia a causa da indignidade, receberá o bem legado e, reabilitado que fora, a herança.

Assuntos relacionados

Q.1460

Origem

Assinale a alternativa INCORRETA.

MPE-MG :: Promotor
MPE/MG
2006

- (a) Nas associações é lícita a disposição em estatuto que outorga a determinada categoria de sócios maior número de vantagens.
 - (b) O terceiro não interessado subroga-se nos direitos do credor ao efetuar o pagamento da dívida em seu próprio nome.
 - (c) A lei não permite ao pai nomear, por testamento, tutor para seu filho, se o outro genitor lhe sobrevive.
 - (d) O legado de coisa fungível será cumprido ainda que ela inexista, no momento do óbito, entre os bens deixados pelo testador.
 - (e) O direito de acrescer pressupõe a pluralidade de pessoas chamadas à mesma herança ou legado e a vacância de uma quota por falta ou recusa de co-herdeiro ou de colegatário.
-

Assuntos relacionados

Capítulo 37

OAB/DF

37.1 OAB-DF :: OAB - III Exame 2006

Q.1461

Julgue os itens a seguir:

I) Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito;

II) O ato ilícito, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei ou determinado pela atividade habitual do autor do dano colocando em risco direitos de outrem, constitui uma das formas de responsabilização civil;

III) a sociedade empresária tem, por regra geral, como objeto o exercício de atividade de empresário sujeito a registro. O registro deve ser efetuado nas Juntas Comerciais ou no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas;

IV) Nas sociedades personificadas os bens particulares dos sócios não podem ser executados por dívidas da sociedade, senão depois de executados os bens sociais. As assertivas:

- (a) I e III são verdadeiras;
- (b) I, II e IV são falsas;
- (c) II, III e IV são verdadeiras;
- (d) I, II, III e IV são verdadeiras.

Origem

OAB-DF :: OAB - III Exame 2006
OAB/DF
2006

Assuntos relacionados

Atos jurídicos ilícitos

Q.1462

Origem

O direito obrigacional estabelece:

OAB-DF :: OAB - III Exame 2006
OAB/DF
2006

(a) dentre as modalidades das obrigações, as obrigações de dar, que por sua vez se subdividem em dar coisa certa e coisa incerta;

(b) nas obrigações de não fazer, sua extinção vincula-se ao dolo do obrigado, cuja abstenção se comprometeu a realizar;

(c) a principal modalidade de adimplemento obrigacional é o pagamento, que importa na exoneração que o credor realiza em face do devedor, mas não quanto aos terceiros obrigados;

(d) Tempo e lugar do pagamento são conceitos absolutos, que não admitem modelações entre o credor e o devedor.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

Q.1463

Origem

Sobre a capacidade é correto afirmar:

OAB-DF :: OAB - III Exame 2006
OAB/DF
2006

- (a) capacidade e personalidade são conceitos sinônimos, podendo ser utilizados indistintamente;
- (b) capacidade de direito e capacidade de exercício são atributos inerentes a toda pessoa humana;
- (c) somente aos dezoito anos adquire-se a capacidade de exercício por implemento da idade;
- (d) o poder familiar estende-se além dos dezoito anos completos em relação aos filhos, relativamente a responsabilização civil.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

37.2 OAB-DF :: OAB - I Exame 2006

Q.1464

Origem

Assinale a alternativa incorreta:

OAB-DF :: OAB - I Exame 2006
OAB/DF
2006

- (a) não se considera coação a ameaça do exercício normal de um direito, nem o simples temor reverencial;
- (b) se no contrato não for estipulado de modo diverso, no exercício do direito de arrependimento para qualquer das partes, as arras ou sinal terão função unicamente indenizatória. Neste caso, quem as deu perdê-las-á em benefício da outra parte; e quem as recebeu devolvê-as-á, mais o equivalente. Em ambos os casos não haverá direito à indenização suplementar salvo os juros moratórios e os encargos do processo;
- (c) não é lícita a compra e venda entre cônjuges, com relação a bens excluídos da comunhão;
- (d) tanto que comunicada ao mandatário a nomeação de outro, para o mesmo negócio, considerar-se-á revogado o mandato anterior, pagando o mandante perdas e danos se o contrato contiver cláusula de irrevogabilidade.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

37.3 OAB-DF :: OAB - II Exame 2006

Q.1465

Origem

Assinale a alternativa CORRETA:

OAB-DF :: OAB - II Exame 2006
OAB/DF
2006

- (a) o contrato de mandato que contiver cláusula de irrevogabilidade não pode ser revogado unilateralmente pelo mandante;
- (b) a posse de boa-fé não perde este caráter por presunção de que o possuidor tinha ciência de que possuía indevidamente;
- (c) na doação com encargo, o contrato permanece gratuito e pode ser revogado por ingratidão do donatário ou por inexecução do encargo;
- (d) não tem eficácia o estabelecimento de fiança contrario à vontade do devedor.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

37.4 OAB-DF :: OAB - III Exame 2006

Q.1466

Origem

Nos contratos de doação:

OAB-DF :: OAB - III Exame 2006
OAB/DF
2006

- (a) a cláusula de reversão é sempre implícita, uma vez que, o contrato, por liberalidade, não supõe a contraprestação onerosa por parte do donatário;
- (b) é anulável a doação de todos os bens sem reserva de parte, ou renda suficientes para a subsistência do doador;
- (c) nula é a doação, em relação à parte que exceder à de que o doador podia dispor em testamento;
- (d) nula é a doação do cônjuge adúltero a seu cúmplice, mesmo mediante interposta pessoa.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

37.5 OAB-DF :: OAB - II Exame 2006

Q.1467

Origem

Assinale a alternativa CORRETA:

OAB-DF :: OAB - II Exame 2006
OAB/DF
2006

- (a) a obrigação solidária pura e simples para um dos credores implica igual qualidade para os demais, sendo nula a estipulação de condição ou termo para os outros credores;
- (b) o protesto cambial feito por um credor sempre interrompe a prescrição e aproveita aos outros credores;
- (c) o pagamento parcial feito a um dos credores solidários extingue, nessa parte, a obrigação;
- (d) incidindo sobre direitos disponíveis, é lícita a renúncia à decadência fixada em lei.

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

37.6 OAB-DF :: OAB - III Exame 2006

Q.1468

Origem

Sobre o direito de família é falso afirmar:

OAB-DF :: OAB - III Exame 2006
OAB/DF
2006

- (a) é anulável o pacto antenupcial se não for feito por escritura pública e ineficaz se não lhe seguir o casamento;
- (b) o casamento pode celebrar-se mediante procuração por instrumento público, com poderes especiais;
- (c) o casamento celebrado no Brasil prova-se pela certidão do registro;
- (d) dissolvido o casamento pelo divórcio direto ou por conversão, o cônjuge poderá manter o nome de casado, salvo no segundo caso, dispondo em contrário a sentença de separação judicial.

Assuntos relacionados

Casamento

Q.1469

Origem

Acerca do direito dos contratos, julgue a alternativa correta:

OAB-DF :: OAB - III Exame 2006
OAB/DF
2006

- (a) a função social do contrato, princípio contratual geral, é exercida como um limitador da liberdade de contratar;
- (b) permite-se, por exceção à regra geral, que as partes possam estabelecer, mediante acordo de vontade, o pacto sucessório;
- (c) evicção, existente nos contratos onerosos e gratuitos, significa que o alienante responde pela perda da coisa;
- (d) o contrato aleatório tem por objeto coisas futuras e incertas, ficando o adquirente responsável por sua existência.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.1470

Origem

Acerca dos direitos reais, julgue os itens abaixo:

OAB-DF :: OAB - III Exame 2006
OAB/DF
2006

- I) A elasticidade, inerente aos direitos reais, estabelece a capacidade dos direitos reais de sofrerem compressões destinadas a constituição de direitos reais limitados;
- II) A personificação jurídica dos condomínios edilícios, de acordo com o Código Civil, é a capacidade jurídica destes em contrair direitos e possuir obrigações na esfera civil;
- III) Após a entrada em vigor do Código Civil, o direito real de superfície que substituiu a enfiteuse impede a constituição desta. De sua parte, o direito de superfície previsto no mesmo texto legislativo revogou o mesmo direito previsto no Estatuto das Cidades;
- IV) As acessões podem ser físicas ou naturais, bem como artificiais ou industriais. Em relação às primeiras diz-se que são formas originárias de aquisição da propriedade; as segundas, modalidades derivadas de aquisição da propriedade. São falsas as seguintes assertivas:

Assuntos relacionados

Direitos reais

- (a) I e III;
- (b) I e IV;
- (c) II e III;
- (d) III e IV.

37.7 OAB-DF :: OAB - I Exame 2006

Q.1471

Origem

Assinale a alternativa incorreta:

OAB-DF :: OAB - I Exame 2006
OAB/DF
2006

- (a) o nome da pessoa pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, quando não haja intenção difamatória;
- (b) são pessoas jurídicas de direito privado: as associações, as sociedades, as fundações, as organizações religiosas e os partidos políticos;
- (c) salvo estipulação em contrário no pacto antenupcial, ambos os cônjuges, no regime da separação de bens, são obrigados a contribuir para as despesas do casal na proporção dos rendimentos de seu trabalho e de seus bens;
- (d) prescreve em 3 (três) anos a pretensão de reparação civil, salvo disposição especial expressa.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.1472

Origem

Assinale a alternativa incorreta:

OAB-DF :: OAB - I Exame 2006
OAB/DF
2006

- (a) até a tradição pertence ao devedor a coisa e os frutos percebidos; os seus melhoramentos e acrescidos autorizam exigir aumento no preço e se o credor não anuir, poderá o devedor resolver a obrigação;
- (b) é válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte;
- (c) consideram-se adquiridos assim os direitos que o seu titular, ou alguém por ele, possa exercer, como aqueles cujo começo de exercício tenha termo pré-fixo, ou condição preestabelecida inalterável, a arbítrio de outrem;
- (d) ao cônjuge sobrevivente, qualquer que seja o regime de bens, será assegurado, sem prejuízo da participação que lhe caiba na herança, o direito real de habitação relativamente ao imóvel destinado à residência da família.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.1473

Origem

Assinale a alternativa incorreta:

OAB-DF :: OAB - I Exame 2006
OAB/DF
2006

- (a) o contrato preliminar, exceto quanto à forma, deve conter todos os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado;
- (b) as dívidas contraídas por um dos condôminos em proveito da comunhão, e durante ela, a todos obrigam, assegurado ao contratante ação regressiva contra os demais;
- (c) o negócio anulável pode ser confirmado pelas partes, salvo direito de terceiros, e, se não houver prazo estabelecido para se pleitear sua anulação, este será de dois anos, a contar da conclusão do ato;
- (d) nos contratos bilaterais, nenhum dos contratantes, antes de cumprida sua obrigação, pode exigir o implemento da do outro.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.1474

Origem

Assinale a alternativa incorreta:

OAB-DF :: OAB - I Exame 2006
OAB/DF
2006

- (a) se o contrato for aleatório, por dizer respeito a coisas ou a fatos futuros, cujo risco de não virem a existir um dos contratantes assumiu, terá o outro direito de receber integralmente o que lhe foi prometido, desde que de sua parte não tenha havido dolo ou culpa, ainda que nada do avençado venha a existir;
- (b) ocorre a lesão quando uma pessoa sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta;
- (c) podem os cônjuges, independentemente da autorização um do outro, comprar a crédito as coisas necessárias à economia doméstica, e tais dívidas obrigam apenas ao contratante;
- (d) constitui universalidade de direito o complexo de relações jurídicas, de uma pessoa, dotada de valor econômico.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.1475

Origem

Assinale a alternativa incorreta:

OAB-DF :: OAB - I Exame 2006
OAB/DF
2006

- (a) em regra, o que estipula em favor de terceiro pode exigir o cumprimento da obrigação e aquele que tiver prometido fato de terceiro não responderá por perdas e danos, quando este o não executar;
- (b) a indenização mede-se pela extensão do dano; mas o juiz poderá reduzir equitativamente a indenização se houver excessiva desproporção entre o dano e a gravidade da culpa;
- (c) o erro é substancial quando concerne à identidade ou à qualidade essencial da pessoa a quem se refira a declaração de vontade, desde que tenha influído nesta de modo relevante;
- (d) salvo disposição legal contrária, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a 30 (trinta) vezes o maior salário mínimo vigente no País.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.1476

Origem

Assinale a alternativa correta:

OAB-DF :: OAB - I Exame 2006
OAB/DF
2006

- (a) a decadência pode ser convencionada e a parte a quem aproveita poderá alega-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação;
- (b) as reproduções fotográficas, cinematográficas, os registros fonográficos e, em geral, quaisquer outras reproduções mecânicas ou eletrônicas de fatos ou de coisas fazem prova plena destes;
- (c) o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito, aplicando a lei atendendo os fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum;
- (d) a parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato, se não preferir exigir-lhe o cumprimento, não lhe cabendo, nesse caso, indenização por perdas e danos.

Assuntos relacionados

Direito civil

37.8 OAB-DF :: OAB - II Exame 2006

Q.1477

Origem

Assinale a alternativa INCORRETA:

OAB-DF :: OAB - II Exame 2006
OAB/DF
2006

- (a) na retrovenda, a propriedade é resolúvel e o direito ao retrato pode ser exercido contra o terceiro adquirente, ainda que de boa-fé;
- (b) o direito à sucessão aberta, bem como o quinhão de que disponha o co-herdeiro não pode, antes da partilha, ser objeto de cessão, ainda que por escritura pública;
- (c) os alimentos devidos ao credor culpado pela situação de necessidade limitam-se aos indispensáveis à subsistência;
- (d) o locatário tem direito de fazer cessar as interferências prejudiciais ao seu sossego provocadas pela propriedade vizinha, ainda que os imóveis não sejam contíguos.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.1478

Origem

Assinale a alternativa INCORRETA:

OAB-DF :: OAB - II Exame 2006
OAB/DF
2006

- (a) os bens destinados à alienação são considerados consumíveis;
- (b) o caso fortuito e a força maior, uma vez que o contratante devedor haja assumido a responsabilidade por eles de modo expresse, geram responsabilidade pelos prejuízos dele resultantes;
- (c) pendente condição suspensiva, novas disposições sobre o negócio, que se mostrem com ela incompatíveis, terão valor se realizadas antes do implemento da condição;
- (d) as fundações podem ser constituídas para fins religiosos, morais, culturais, de assistência ou econômicos, desde que expressamente consignados no ato de constituição.

Assuntos relacionados

Direito civil

37.9 OAB-DF :: OAB - III Exame 2006

Q.1479

Origem

Pela classificação dos bens é correto afirmar:

OAB-DF :: OAB - III Exame 2006
OAB/DF
2006

- (a) bens indivisíveis são aqueles que apesar de sua alteração na substância não sofrem prejuízo no uso da coisa;
- (b) singulares são os bens que, quando servidos, se consideram de per si, independentemente dos demais;
- (c) principais e acessórios são categorias de bens considerados em si mesmos;
- (d) consideram-se imóveis para efeitos legais, dentre outros, o direito à sucessão aberta.

Assuntos relacionados

Bens

Q.1480

Origem

Sobre o direito de família e direito sucessório, julgue as alternativas abaixo:

OAB-DF :: OAB - III Exame 2006
OAB/DF
2006

- I) A adoção, instituto eminentemente de direito de família, pode ser efetivada mediante escritura pública ou por ato judicial. A primeira é dita adoção extrajudicial, enquanto a segunda jurisdicional;
- II) O pai e a mãe, enquanto no exercício do pátrio poder, têm a administração dos bens dos filhos menores sob sua autoridade;
- III) São formas testamentárias ordinárias o testamento público, o fechado e o hológrafo. A sua vez, são formas testamentárias especiais o militar, o marítimo e o aeronáutico;
- IV) No regime de participação final nos aqüestos, cada cônjuge possui patrimônio próprio integrado pelos bens que cada um possuía ao casar e os adquiridos, a qualquer título, na constância do casamento. São verdadeiras as assertivas:

Assuntos relacionados

- (a) I, III e IV;
- (b) III e IV;
- (c) II e IV;
- (d) I e III.

37.10 OAB-DF :: OAB - II Exame 2006

Q.1481

Origem

Assinale a alternativa INCORRETA:

OAB-DF :: OAB - II Exame 2006
OAB/DF
2006

- (a) extingue-se em dois anos o direito de anular a partilha pelos vícios e defeitos que invalidam, em geral, os negócios jurídicos;
- (b) ressalvados direitos de terceiros, é admissível a alteração judicial do regime de bens, durante a vigência do casamento, por pedido motivado e comprovado dos cônjuges;
- (c) o dono do imóvel hipotecado pode constituir outra hipoteca sobre ele, mediante novo título, em favor do mesmo ou de outro credor;
- (d) a impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico se for relativa, ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado;

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

37.11 OAB-DF :: OAB - I Exame 2006

Q.1482

Origem

Assinale a alternativa correta:

OAB-DF :: OAB - I Exame 2006
OAB/DF
2006

- (a) os bens naturalmente divisíveis não podem tornar-se indivisíveis por vontade das partes;
- (b) o evicto tem direito a receber o preço que pagou pela coisa evicta, se esta se der e se não soube do risco da evicção, ou dele informado, não o assumiu, salvo existência de cláusula que exclui a garantia;
- (c) se ambas as partes procederem com dolo, ambas poderão alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização;
- (d) a expromissão é uma novação por substituição do devedor efetuada independentemente de seu consentimento.

Assuntos relacionados

Q.1483

Origem

Assinale a alternativa incorreta:

OAB-DF :: OAB - I Exame 2006
OAB/DF
2006

- (a) os bens públicos não estão sujeitos a usucapião, mas os dominicais podem, observadas as exigências da lei, ser alienados;
- (b) o possuidor de má-fé responde por todos os frutos colhidos e percebidos, bem como pelos que por sua culpa, deixou de perceber, desde o momento em que se constituiu de má-fé, e não tem direito às despesas da produção e custeio;
- (c) o credor pode renunciar à solidariedade em favor de todos; se o fizer em relação a um ou alguns dos devedores, subsistirá a dos demais;
- (d) dá-se a novação quando o novo devedor sucede ao antigo, ficando este quite com o credor.

Assuntos relacionados

Q.1484

Origem

Assinale a alternativa correta:

OAB-DF :: OAB - I Exame 2006
OAB/DF
2006

- (a) a suspensão da prescrição em favor de um dos credores solidários, aproveita os outros, mesmo se a obrigação for divisível;
- (b) são pessoas jurídicas de direito público externo os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público;
- (c) quando se convencionar a cláusula penal para o caso de total inadimplemento da obrigação, esta converter-se-á em alternativa a benefício do credor;
- (d) é nulo o negócio jurídico quando for preterida alguma solenidade que a lei considera essencial a sua validade.

Assuntos relacionados

37.12 OAB-DF :: OAB - II Exame 2006

Q.1485

Origem

Assinale a alternativa INCORRETA:

OAB-DF :: OAB - II Exame 2006
OAB/DF
2006

- (a) na composição das perdas e danos em obrigações de pagamento em dinheiro incluem-se os juros, custa e honorários advocatícios, além da atualização monetária oficial, sem prejuízo da pena convencional;
- (b) a parte inocente pode pedir indenização suplementar, provando prejuízo maior, valendo as arras como taxa mínima; pode também, exigir a execução do contrato, com perdas e danos, valendo as arras como mínimo de indenização;
- (c) o adquirente tem direito a demandar pela evicção, mesmo sabendo que a coisa era alheia ou litigiosa;
- (d) o alienante é responsável pelo perecimento da coisa em poder do alienatário, se perecer por vício oculto, já existente ao tempo da tradição.

Assuntos relacionados

Q.1486

Origem

Assinale a alternativa INCORRETA:

OAB-DF :: OAB - II Exame 2006
OAB/DF
2006

- (a) a aquisição de coisa móvel sem dono ocorre com a ocupação do bem com a intenção de assenhoreamento;
- (b) a sub-rogação transfere ao novo credor todos os direitos, ações e privilégios em relação à dívida contra o devedor principal, mas não alcança os fiadores que não anuírem;
- (c) no contrato estimatório, o consignatário não se exonera da obrigação de pagar o preço, se a restituição da coisa se tornar impossível, mesmo que por fato a ele não imputável;
- (d) constituem concubinato as relações não eventuais entre homem e mulher afins em linha reta, não gerando efeitos sucessórios entre eles.

Assuntos relacionados

Q.1487

Origem

Assinale a alternativa CORRETA:

OAB-DF :: OAB - II Exame 2006
OAB/DF
2006

- (a) as associações se caracterizam pela organização com objetivos econômicos;
- (b) nas obrigações de restituir coisa correta, até a tradição o devedor responde pela perda da coisa a que der causa; o credor, todavia, sofre a perda se não houver culpa do devedor, resolvendo-se, nessa hipótese a obrigação, salvo seus direitos até o dia da perda;
- (c) feito a quem não é credor, não vale o pagamento, ainda que o devedor, de boa-fé, o faça a credor putativo;
- (d) a lei nova, ao estabelecer disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga a lei anterior.

Assuntos relacionados

Q.1488

Origem

Assinale a alternativa INCORRETA:

OAB-DF :: OAB - II Exame 2006
OAB/DF
2006

- (a) o depositário não tem direito de retenção pelas despesas feitas com a coisa depo-sitada;
- (b) a fim de evitar onerosidade excessiva, a parte pode pleitear a redução de sua prestação ou a alteração do modo de executá-la, quando no contrato as obrigações apenas a ela couberem;
- (c) o pagamento para solver dívida prescrita não autoriza a repetição, ainda que de boa-fé o devedor;
- (d) na usucapião especial urbana, a não propriedade de outro imóvel, ainda que rural, é requisito inafastável da prescrição aquisitiva e somente será reconhecido o direito ao mesmo possuidor uma única vez.

Assuntos relacionados

Q.1489

Origem

Assinale a alternativa CORRETA:

OAB-DF :: OAB - II Exame 2006
OAB/DF
2006

- (a) os governos estrangeiros podem adquirir bens imóveis no Brasil para as organizações que constituírem;
- (b) o credor solidário tem direito de exigir do devedor o inteiro cumprimento da obrigação, mas, proposta a ação contra um dos devedores solidários importará renúncia da solidariedade;
- (c) a inscrição do ato constitutivo das pessoas jurídicas de direito privado assegura-lhes o começo da existência legal, decaindo em quatro anos o direito de anular tal constituição por defeito do ato respectivo;
- (d) a sucessão do devedor por outro, de modo a extinguir a obrigação do sucedido para com o credor, constitui modalidade de novação.

Assuntos relacionados

Capítulo 38

OAB/RJ

38.1 OAB-RJ :: OAB 29º

Q.1490

Em se tratando de servidões:

- I. A servidão de não construir é negativa e aparente;
- II. A servidão de não abrir janela é contínua e não aparente;
- III. As servidões legais são restrições impostas pelo direito de vizinhança;
- IV. As servidões urbanas dizem respeito à localização em zona urbana.

Das proposições acima:

- (a) Todas as respostas estão corretas;
- (b) I e IV estão corretas;
- (c) II e III estão corretas;
- (d) II e IV estão corretas.

Origem

OAB-RJ :: OAB 29º
OAB/RJ
2006

Assuntos relacionados

Servidões

Q.1491

Maria Braz da Silva, casada pelo Regime da Comunhão Universal de Bens com Eduardo da Silva, morreu em 17 de novembro de 2005, deixando considerável patrimônio em bens imóveis e obras de arte. Maria Braz da Silva tem uma neta, Júlia, com três anos de idade, filha de seu filho, Lucas, pré-morto. Quando da abertura do Processo de Inventário dos bens por ela deixados, foi apresentado um Testamento Público datado de 10 de março de 2003, em que é apontada como sua sucessora, Ana, sua afilhada, para quem dispôs 30

- (a) Júlia e Eduardo são herdeiros necessários de Maria;
- (b) Eduardo é meeiro de Maria e Júlia e Eduardo são herdeiros necessários;
- (c) Eduardo não tem qualquer direito aos bens deixados por Maria ? nem meação, nem herança;
- (d) Eduardo é meeiro de Maria.

Origem

OAB-RJ :: OAB 29º
OAB/RJ
2006

Assuntos relacionados

Sucessão legítima

Q.1492

Quanto à classificação, o contrato de compra e venda de imóveis se apresenta da seguinte forma:

- (a) Consensual, bilateral, oneroso e solene;
- (b) Consensual, bilateral, oneroso e não solene;
- (c) Bilateral, oneroso, formal e aleatório;
- (d) Oneroso, bilateral, não formal e consensual.

Origem

OAB-RJ :: OAB 29º
OAB/RJ
2006

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.1493**Origem**

"A" obrigou-se a construir para "B" um edifício, de 10 andares, cuja obra foi concluída segundo afirmativa ategórica de "A" no prazo estabelecido pelo contrato. Por sua vez, "B" alega que houve cumprimento insatisfatório e inadequado da obrigação por parte de "A", que não observou, rigorosamente, a qualidade dos materiais especificados no memorial de incorporação. Assim "B" suspende os últimos pagamentos devidos a "A":

OAB-RJ :: OAB 29º
OAB/RJ
2006

Assuntos relacionados

Contratos

- (a) Aguardando que este cumpra, corretamente a obrigação;
 - (b) Ajuizando ação com fundamento na exceptio non adimpleti contractus;
 - (c) Ajuizando ação com fundamento na cláusula rebus sic stantibus;
 - (d) Ajuizando ação com fundamento na exceptio non rite adimpleti contractus.
-

Capítulo 39

TRT 13^a

39.1 TRT 13^a:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.1494

No que se refere aos prazos decadenciais, qual deles abaixo se encontra correto:

- (a) o de 30 (trinta) dias para o consumidor obter o abatimento do preço do bem imóvel recebido com vício;
- (b) o de 120 (cento e vinte) dias para anulação de casamento, contados da data da celebração, de incapaz de consentir ou manifestar o consentimento;
- (c) o de ano e dia, para desfazer janela, sacada, terraço ou goteira sobre o seu prédio;
- (d) o de 3 (três) dias, para exercer o direito de perempção, inexistindo prazo estipulado, se a coisa for imóvel, subsequentes à data da notificação feita pelo comprador ao vendedor;
- (e) o de 90 (noventa) dias para exercer direito de preferência, se a coisa for móvel, reavendo o vendedor o bem para si.

Origem

TRT 13^a:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 13^a
2006

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Q.1495

No que concerne à responsabilidade civil, são também responsáveis pela reparação civil as seguintes relações, exceto:

- (a) os que gratuitamente hajam participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia;
- (b) o empregador, por seus empregados, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão deles;
- (c) o tutor e o curador, pelos pupilos e curatelados, que se acharem nas mesmas condições;
- (d) os donos de hotéis, pelos seus hóspedes, desde que haja previsão contratual;
- (e) os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade.

Origem

TRT 13^a:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 13^a
2006

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

Q.1496

Origem

A sociedade se dissolve, segundo o código civil, quando ocorrer as seguintes proposições, exceto:

- (a) o consenso unânime dos sócios;
- (b) o vencimento do prazo de duração;
- (c) a falta de pluralidade de sócios, não reconstituída no prazo de 30 (trinta) dias;
- (d) a extinção, na forma da lei, de autorização para funcionar;
- (e) a deliberação dos sócios, por maioria absoluta, na sociedade por prazo indeterminado;

TRT 13ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 13ª
2006

Assuntos relacionados

Sociedade não-personificada

Q.1497

Origem

No tocante à administração da sociedade limitada, está correta a seguinte alternativa:

- (a) se o contrato permitir administradores não-sócios, a designação deles independerá de aprovação da unanimidade dos sócios;
- (b) o exercício do cargo de administrador cessa pela destituição, em qualquer tempo, do titular, ou pelo término do prazo se, fixado no contrato ou em ato separado, não houver recondução;
- (c) o uso da firma ou denominação social não é privativo dos administradores que tenham estes poderes, podendo aos demais sócios fazê-lo;
- (d) a administração atribuída no contrato a todos os sócios se estende de pleno direito aos que posteriormente adquiram essa qualidade;
- (e) o administrador designado em ato separado investir-se-á no cargo mediante termo de posse no livro de atas da administração, tendo que assinar o livro no prazo de 10 (dez) dias seguintes à designação.

TRT 13ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 13ª
2006

Assuntos relacionados

Sociedade personificada

Q.1498

Origem

Para que se possa alterar o estatuto da fundação, é mister que a reforma:

- (a) seja deliberada por dois terços dos competentes para gerir e representar a fundação;
- (b) seja deliberada pela metade dos competentes para gerir e representar a fundação;
- (c) seja deliberada pela unanimidade dos competentes para gerir e representar a fundação;
- (d) seja deliberada por um terço dos competentes para gerir e representar a fundação;
- (e) nenhuma das respostas.

TRT 13ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 13ª
2006

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

Q.1499

Origem

Não são consideradas pessoas jurídicas de direito privado:

- (a) os partidos políticos;
- (b) as associações;
- (c) as fundações;
- (d) as organizações religiosas,
- (e) nenhuma das respostas.

TRT 13ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 13ª
2006

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

Q.1500

Origem

Cessar a incapacidade para os menores de 18 (dezoito) anos, exceto:

TRT 13ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 13ª
2006

- (a) pelo casamento;
- (b) pelo exercício de emprego público efetivo;
- (c) pelo estabelecimento comercial, se o menor com 16 (dezesesseis) anos, em função dele, possuir economia própria;
- (d) pela concessão dos pais, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial;
- (e) pela concessão dos pais, mediante instrumento público, dependendo de homologação judicial.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

Q.1501

Origem

No tocante às preferências e privilégios creditórios, temos a figura do privilégio geral. Qual das figuras abaixo não se constitui em privilégio geral em relação aos bens do devedor:

TRT 13ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 13ª
2006

- (a) o crédito pelos impostos devidos à fazenda pública, no ano corrente e no anterior;
- (b) o crédito sobre a coisa beneficiada por benfeitorias necessárias ou úteis;
- (c) o crédito por despesa de seu funeral;
- (d) o crédito por custas judiciais ou por despesa com arrecadação e liquidação da massa;
- (e) o crédito pelos gastos necessários à manutenção do devedor falecido e sua família, no trimestre anterior ao falecimento.

Assuntos relacionados

Preferências e privilégios
creditórios

Q.1502

Origem

Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá durante o prazo irredutível de quanto tempo pela solidez e segurança do trabalho:

TRT 13ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 13ª
2006

- (a) por dois anos;
- (b) por três anos;
- (c) por quatro anos;
- (d) por cinco anos;
- (e) nenhuma das respostas.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.1503

Origem

Quando se fala em mandato, como espécie de contrato, qual das alternativas abaixo está incorreta:

TRT 13ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 13ª
2006

- (a) ainda quando se outorgue mandato por instrumento público, pode substabelecer-se mediante instrumento público;
- (b) a aceitação do mandato pode ser tácita, e resulta do começo da execução;
- (c) o mandato em termos gerais só confere poderes de administração; para alienar, hipotecar, transigir ou praticar outros quaisquer atos que exorbitem da administração ordinária, depende a procuração de poderes especiais e expressos;
- (d) o maior de dezesseis e menor de dezoito não emancipado não podem ser mandatários;
- (e) o mandatário que exceder os poderes do mandato, ou proceder contra eles, será considerado mero gestor de negócios, enquanto o mandante não lhe ratificar os atos.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.1504

Origem

Quanto ao contrato de depósito, está incorreta a seguinte alternativa:

TRT 13ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 13ª
2006

- (a) são espécies de depósito necessário o que se desempenha em função de lei e aquele por ocasião de alguma calamidade, bem como aqueles por equiparação;
- (b) o depósito necessário, por sua natureza, será sempre de ordem gratuita;
- (c) o depositário não responde pelos casos de força maior, contudo terá de prová-los;
- (d) se o depósito foi entregue fechado, colado, selado ou lacrado, nesse mesmo estado se manterá;
- (e) nenhuma das respostas.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.1505

Origem

Na transmissão das obrigações temos a figura da cessão de crédito, e caso ocorram várias cessões do mesmo crédito, prevalecerá:

TRT 13ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 13ª
2006

- (a) a primeira cessão cujo credor tem preferência;
- (b) a última cessão, pois há a sua renovação;
- (c) a que se completar com o registro no livro próprio;
- (d) a que se completar com a tradição do título de crédito;
- (e) nenhuma das respostas.

Assuntos relacionados

Transmissão das obrigações

Q.1506

Origem

Ao se falar em bem de família, podemos considerar errada a seguinte opção:

TRT 13ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 13ª
2006

- (a) podem os cônjuges, ou a entidade familiar, mediante escritura pública ou testamento, destinar parte de seu patrimônio para instituir bem de família, desde que não ultrapasse metade do patrimônio líquido existente ao tempo da instituição;
- (b) a dissolução da sociedade conjugal não extingue o bem de família;
- (c) o bem de família, quer instituído pelos cônjuges ou por terceiro, constitui-se pelo registro de seu título no registro de imóveis;
- (d) o bem de família é isento de execução por dívidas posteriores à sua instituição, salvo as que provierem de tributos relativos ao prédio, ou de despesa de condomínio;
- (e) regularmente, a administração do bem de família compete a ambos os cônjuges, resolvendo o juiz em caso de divergência.

Assuntos relacionados

Bem de família

Q.1507

Origem

Quanto aos bens móveis, está correta a alternativa abaixo, exceto:

TRT 13ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 13ª
2006

- (a) constitui universalidade de fato a pluralidade de bens singulares que pertencem a várias pessoas;
- (b) os bens móveis por natureza são as coisas corpóreas que se podem remover sem dano, por força própria ou alheia, com exceção das que acedem aos imóveis;
- (c) os bens móveis considerados na área penal são os mesmos da área civil;
- (d) as energias que tenham valor econômico são consideradas bens móveis;
- (e) os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações são considerados bens móveis.

Assuntos relacionados

Bens

Q.1508

Origem

Qual das hipóteses arroladas abaixo não é considerada erro substancial, concernente aos defeitos do negócio jurídico:

TRT 13ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 13ª
2006

- (a) erro sobre a qualidade da pessoa;
- (b) erro sobre a natureza do ato negocial;
- (c) erro sobre o objeto principal da declaração;
- (d) erro sobre a qualidade essencial do objeto;
- (e) nenhuma das respostas.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Capítulo 40

TRT 14^a

40.1 TRT 14^a:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.1509

Origem

Prescrição e decadência.

I - O impedimento e a suspensão da prescrição fazem cessar, temporariamente, o curso do prazo prescricional, o qual, desaparecida a causa de impedimento ou suspensão, voltará a correr, computando-se o tempo anteriormente transcorrido.

II - Contra as pessoas absolutamente incapazes não corre a prescrição.

III - Os prazos prescricionais podem ser alterados por acordo entre as partes, desde que a avença seja formulada antes da consumação da prescrição.

IV - A prescrição ocorre em vinte anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor. Responda:

- (a) todas as opções estão corretas;
- (b) apenas as opções I e III estão corretas;
- (c) apenas as opções I e II estão corretas;
- (d) apenas a opção IV está incorreta;
- (e) todas as opções estão incorretas.

TRT 14^a:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14^a
2006

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Q.1510

Origem

Obrigações.

I - Na obrigação de dar coisa incerta, se nada foi estipulado no contrato, a escolha pertence ao credor.

II - Na obrigação de dar coisa certa se a coisa se perder por culpa do devedor, resolve-se a obrigação.

III - Na obrigação alternativa, se uma das duas prestações não puder ser objeto de obrigação ou se tornada inexecutável, fica automaticamente extinto o débito.

IV - Há solidariedade, quando na mesma obrigação concorre mais de um credor, ou mais de um devedor, cada um com direito, ou obrigado, à dívida toda. Responda:

- (a) todas as opções estão corretas;
- (b) apenas três opções estão corretas;
- (c) apenas duas opções estão corretas;
- (d) apenas uma opção está correta;
- (e) todas as opções estão incorretas.

TRT 14^a:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14^a
2006

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

Q.1511

Origem

Teoria geral das obrigações.

I - Concentração é o nome dado ao ato do devedor de identificação do objeto nas obrigações de dar coisa incerta e obrigações alternativas.

Embora possa existir responsabilidade sem o débito, jamais poderá existir o débito sem a responsabilidade. III - Nas obrigações *propter rem*, também chamadas de obrigações reais, o abandono da coisa, necessariamente, extinguirá a obrigação.

IV - São fontes das obrigações o contrato e a declaração unilateral de vontade. O ato ilícito, embora gere o dever de indenizar, não pode ser considerado uma fonte de obrigação, pois a participação do credor é involuntária. Responda:

- (a) apenas as opções I e II estão corretas;
- (b) apenas as opções I e III estão corretas;
- (c) apenas as opções II e IV estão corretas;
- (d) apenas a opção I está correta;
- (e) todas as opções estão incorretas.

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14ª
2006

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

Q.1512

Origem

Pessoas jurídicas.

I - Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.

II - A fundação somente poderá constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.

III - As associações constituem-se numa união de pessoas organizadas para fins econômicos ou não econômicos.

IV - Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito privado. Serão organizados e funcionarão conforme o disposto em lei específica. Responda:

- (a) todas as opções estão corretas;
- (b) apenas três opções estão corretas;
- (c) apenas duas opções estão corretas;
- (d) apenas uma opção está correta;
- (e) todas as opções estão incorretas.

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14ª
2006

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

Q.1513

Origem

Personalidade jurídica.

I - Capacidade de exercício é a aptidão do indivíduo para, pessoalmente, adquirir direitos e contrair obrigações.

II - O nascituro, embora tenha proteção legal, não possui personalidade jurídica.

III - A existência da pessoa natural termina com a morte.

Excepcionalmente, pode ser declarada a morte presumida sem a decretação de ausência.

IV - É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte. Responda:

- (a) todas as opções estão corretas;
- (b) apenas as opções I e II estão corretas;
- (c) apenas as opções II e III estão corretas;
- (d) apenas as opções I e IV estão corretas;
- (e) todas as opções estão incorretas.

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14ª
2006

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

Q.1514

Origem

Transação.

I - Só quanto a direitos patrimoniais de caráter privado se permite a transação.

II - A transação interpreta-se restritivamente, e por ela não se transmitem, apenas se declaram ou reconhecem direitos.

III - A transação concernente a obrigações resultantes de delito não extingue a ação penal pública.

IV - A transação não aproveita, nem prejudica senão aos que nela intervierem ainda que diga respeito a coisa indivisível. Responda:

- (a) todas as opções estão corretas;
- (b) apenas três opções estão corretas;
- (c) apenas duas opções estão corretas;
- (d) apenas uma opção está correta;
- (e) todas as opções estão incorretas.

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14ª
2006

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.1515

Origem

Contrato de empreitada.

I - O empreiteiro de uma obra pode contribuir para ela só com seu trabalho ou com ele e os materiais. No primeiro caso, pode ser empreiteira tanto a pessoa natural quanto a pessoa jurídica. No segundo caso, somente a pessoa jurídica pode assumir a condição de empreiteira.

II - O empreiteiro é obrigado a pagar os materiais que recebeu, se por imperícia ou negligência os inutilizar.

III - Se o empreiteiro só forneceu mão-de-obra, todos os riscos em que não tiver culpa correrão por conta do dono.

IV - Concluída a obra de acordo com o ajuste, ou o costume do lugar, o dono é obrigado a recebê-la. Poderá, porém, rejeitá-la, se o empreiteiro se afastou das instruções recebidas e dos planos dados, ou das regras técnicas em trabalho de tal natureza. Responda:

- (a) todas as opções estão corretas;
- (b) apenas as opções I e II estão corretas;
- (c) apenas as opções II e III estão corretas;
- (d) as opções II, III e IV estão corretas;
- (e) todas as opções estão incorretas.

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14ª
2006

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.1516

Origem

Sobre a retrovenda, assinale a alternativa CORRETA.

- (a) aplica-se, exclusivamente, a bens móveis;
- (b) o direito de retrato não poderá ser exercido contra terceiro adquirente;
- (c) o prazo máximo para o exercício do direito de retrato é três anos;
- (d) as benfeitorias necessárias realizadas pelo comprador, ainda que mediante autorização escrita do vendedor, não serão indenizadas;
- (e) o direito de retrato não se transmite aos herdeiros e legatários.

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14ª
2006

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.1517

Origem

No tocante ao pagamento, assinale a alternativa CORRETA:

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14ª
2006

- (a) o pagamento, ainda que de boa-fé, feito a credor putativo é nulo, se provado depois que não era credor;
- (b) qualquer interessado na extinção da dívida pode pagá-la, usando, se o credor se opuser, dos meios conducentes à exoneração do devedor;
- (c) o credor não poderá recusar o recebimento de prestação diversa da devida, se a oferecida pelo devedor for mais valiosa;
- (d) Efetuar-se-á o pagamento no domicílio do credor, salvo se as partes convencionarem diversamente, ou se o contrário resultar da lei, da natureza da obrigação ou das circunstâncias;
- (e) Salvo disposição legal em contrário, não tendo sido ajustada época para o pagamento, o credor poderá exigí-la no prazo de trinta dias após a notificação do devedor.

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

Q.1518

Origem

Assinale a alternativa em que NÃO PODERÁ ser penhorado o bem de família.

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14ª
2006

- (a) em razão da cobrança da contribuição previdenciária decorrente de créditos dos trabalhadores da própria residência;
- (b) por obrigação decorrente de fiança concedida em contrato de locação;
- (c) pelo credor de pensão alimentícia;
- (d) para pagamento de indenização decorrente de danos causados em acidente de veículo;
- (e) para a cobrança de impostos, predial ou territorial, taxas e contribuições devidas em função do imóvel familiar.

Assuntos relacionados

Bem de família

Q.1519

Origem

Possui domicílio necessário, EXCETO:

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14ª
2006

- (a) o incapaz;
- (b) o servidor público;
- (c) o preso;
- (d) o marítimo;
- (e) o comerciante.

Assuntos relacionados

Domicílio

Q.1520

Origem

Assinale a alternativa INCORRETA:

- (a) para poder exercer o direito que da evicção lhe resulta, o adquirente notificará do litígio o alienante imediato, ou qualquer dos anteriores, quando e como lhe determinarem as leis do processo;
- (b) podem as partes, por cláusula expressa, reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção;
- (c) a cláusula penal estipulada conjuntamente com a obrigação, ou em ato posterior, pode referir-se à inexecução completa da obrigação, à de alguma cláusula especial ou simplesmente à mora;
- (d) quando se estipular a cláusula penal para o caso de total inadimplemento da obrigação, esta converter-se-á em alternativa a benefício do credor;
- (e) a exigência da cláusula penal far-se-á mediante prova do prejuízo pelo inadimplemento total ou parcial da obrigação.

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14ª
2006

Assuntos relacionados

Contratos

Q.1521

Origem

Bens.

I - Considerando que bens divisíveis são os que se podem fracionar sem alteração na sua substância, diminuição considerável do valor, ou prejuízo do uso a que se destinam, conclui-se que os bens naturalmente divisíveis não podem se tornar indivisíveis pela vontade das partes.

II - O direito a sucessão aberta e as energias que tenham valor econômico são considerados bens imóveis para efeitos legais.

III - Os bens públicos podem ser classificados em bens públicos de uso comum, de uso especial e dominicais. Todos são inalienáveis, porém, os dominicais são suscetíveis de usucapião.

IV - São consideradas benfeitorias os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem, ainda que sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor. Responda:

- (a) todas as opções estão corretas;
- (b) apenas as opções II e III estão corretas;
- (c) apenas as opções I e III estão corretas;
- (d) apenas a opção I está correta;
- (e) todas as opções estão incorretas.

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14ª
2006

Assuntos relacionados

Bens

Q.1522

Origem

São requisitos de validade do negócio jurídico.

- (a) agente capaz; objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma prescrita ou não defesa em lei;
- (b) interesse de agir, legitimidade de parte e possibilidade jurídica do pedido;
- (c) partes, pedido e causa de pedir;
- (d) licitude do objeto, legitimidade da parte e capacidade do agente;
- (e) capacidade do agente, interesse de agir e pedido.

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14ª
2006

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.1523

Origem

Defeitos e modalidades dos negócios jurídicos.

I - A lesão é um defeito do negócio jurídico e ocorre quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da contraprestação oposta.

II - Diferencia-se a condição do termo, na medida em que a primeira subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto, enquanto o termo será sempre certo.

III - É proibida a celebração de negócio jurídico com condição puramente potestativa.

IV - Reputa-se verificada, quando aos efeitos jurídicos, a condição cujo implemento for maliciosamente obstado pela parte a quem desfavorecer, considerando-se, ao contrário, não verificada a condição maliciosamente levada a efeito por aquele a quem aproveita o seu implemento. Responda:

- (a) todas as opções estão corretas;
 - (b) apenas três opções estão corretas;
 - (c) apenas duas opções estão corretas;
 - (d) apenas uma opção está correta;
 - (e) todas as opções estão incorretas.
-

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14ª
2006

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Capítulo 41

TRT 16ª

41.1 TRT 16ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.1524

Origem

Considere os itens abaixo:

- I. Ocorre a prescrição no caso de pendência de condição suspensiva, por ser causa impeditiva do curso do prazo prescricional.
- II. O Juiz pode suprir, de ofício, a falta de alegação da prescrição se favorecer a pessoa absolutamente incapaz e deve, de ofício, conhecer da decadência, quando estabelecida em lei.
- III. A exceção não está sujeita a prazo prescricional.
- IV. Contra os absolutamente incapazes não corre prazo decadencial.
- V. A pessoa jurídica pode sofrer dano moral. É CORRETO o que se afirma em:

TRT 16ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 16ª
2006

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

- (a) As assertivas I, II e V estão corretas.
- (b) As assertivas I, II e III estão corretas.
- (c) As assertivas II, III e IV estão corretas.
- (d) As assertivas II, IV e V estão corretas.
- (e) Nenhuma das alternativas.

Q.1525

Origem

Com base nas proposições seguintes:

- I. A responsabilidade civil é independentemente da criminal e, por isso, pode-se questionar no juízo cível a respeito da autoria de um fato, quando essa questão se achar decidida no juízo criminal.
- II. O empregador ou comitente é responsável pela reparação civil por atos de seus empregados ainda que fora do trabalho que lhes competir, mas em razão dele.
- III. O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la extinguem-se com a morte e não se transmitem com a herança.
- IV. A fixação do *quantum* indenizatório nas ações de indenização por danos morais depende do arbítrio judicial. É CORRETO o que se afirma em:

TRT 16ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 16ª
2006

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

- (a) As assertivas II e IV estão corretas.
 - (b) As assertivas I e III estão corretas.
 - (c) As assertivas II e III estão corretas.
 - (d) Todas as assertivas estão corretas.
 - (e) Nenhuma das alternativas acima.
-

Q.1526

Origem

Qual a opção INCORRETA:

TRT 16ª: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 16ª
2006

- (a) Quando a pessoa jurídica for utilizada para fugir de suas finalidades, para lesar terceiros, esta pode ser despersonalizada, retirando-se a personalidade jurídica da pessoa jurídica.
- (b) Nas fundações não existem sócios e deverão prestar contas com o Ministério Público, que atua como fiscal da lei.
- (c) Os bens das fundações são inalienáveis e impenhoráveis.
- (d) O domicílio dos militares em serviço é o lugar onde servir.
- (e) A massa falida tem legitimidade passiva para figurar como parte em ações judiciais.

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

Q.1527

Origem

Sobre a capacidade civil é correto afirmar:

TRT 16ª: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 16ª
2006

- I. São absolutamente incapazes: os menores de 16 anos; os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática de atos da vida civil; os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
 - II. São absolutamente incapazes: os menores de 16 anos; os que, por enfermidade, deficiência mental ou loucura, não tiverem o necessário discernimento para a prática de atos da vida civil; os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
 - III. São relativamente incapazes: maiores de 16 anos e menores de 18 anos; Os ébrios habituais, os toxicômanos e os que, por deficiência mental, tenham discernimento reduzido; Excepcionais, sem desenvolvimento mental completo e os pródigos.
 - IV. São relativamente incapazes: maiores de 16 anos e menores de 18 anos; Os ébrios habituais, os toxicômanos e os que, por deficiência mental, tenham discernimento reduzido; Excepcionais, sem desenvolvimento mental completo; os pródigos e os silvícolas.
 - V. Nenhuma das alternativas está correta.
- (a) As assertivas I e V estão corretas.
 - (b) Somente as assertivas I e III estão corretas.
 - (c) As assertivas II e IV estão corretas.
 - (d) As assertivas III e IV estão corretas.
 - (e) Somente IV e V estão corretas.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

Q.1528

Origem

Assinale a alternativa INCORRETA:

TRT 16ª: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 16ª
2006

- (a) Nos contratos de adesão, são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.
- (b) Em todo contrato sinalagmático presume-se a existência de uma cláusula resolutiva tácita, autorizando o lesado pelo inadimplemento a pleitear a resolução do contrato, com perdas e danos.
- (c) Nos contratos bilaterais, nenhum dos contratantes, antes de cumprida a sua obrigação, pode exigir o implemento da do outro.
- (d) Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios da probidade e boa-fé.
- (e) A rescisão bilateral ou distrato é uma causa anterior à formação do contrato, que tem por fim extinguir o ajuste em razão do inadimplemento contratual.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.1529

Origem

Quanto aos bens qual a assertiva INCORRETA:

TRT 16ª: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 16ª
2006

- (a) A inalienabilidade e impenhorabilidade do bem de família não prevalecerão nos casos de dívida que tenha origem nos tributos relativos ao prédio e das despesas condominiais.
- (b) Os frutos, produtos e rendimentos são bens acessórios, cuja natureza jurídica é a mesma do principal.
- (c) Os bens públicos de uso geral do povo e os de uso especial são bens de domínio público do Estado, sendo disponíveis e inalienáveis.
- (d) Os bens imóveis são indivisíveis e infungíveis.
- (e) A universidade de fato e de direito são compostas por um conjunto de bens singulares.

Assuntos relacionados

Bens

Capítulo 42

TRT 18ª

42.1 TRT 18ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.1530

O Código Civil de 2002 inovou no que concerne às causas interruptivas da prescrição. A propósito, assinale a alternativa que contém a inovação.

- (a) protesto cambial
- (b) qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor
- (c) apresentação de título de crédito em inventário
- (d) qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor
- (e) apresentação do título de crédito em concurso de credores

Origem

TRT 18ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 18ª
2006

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Q.1531

Caio cometeu ato ilícito contra Tício 9 anos antes da vigência do Novo Código Civil brasileiro, mas Tício ainda não invocou a tutela jurisdicional para obter reparação do dano. A pretensão está prescrita?

- (a) não, porque o prazo é de 20 anos, do Código Civil de 1916
- (b) não, porque o prazo é de 10 anos, do Código Civil de 1916
- (c) não, porque o prazo é de 10 anos, do Código Civil de 2002
- (d) não, porque o prazo é de 5 anos, do Código Civil de 2002
- (e) sim, porque o prazo é de 3 anos, do Código Civil de 2002

Origem

TRT 18ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 18ª
2006

Assuntos relacionados

Disposições finais e transitórias

Q.1532

Origem

Acerca das associações, analise as seguintes proposições e assinale a alternativa correta.

- I - É inadmissível a instituição de categoria de associados com vantagens especiais, diferentes dos demais associados.
- II - É admissível a exclusão imotivada de associado, desde que observado o estatuto, sempre com recurso para a assembléia geral.
- III - A qualidade de associado é transmissível, se o estatuto não dispuser o contrário.
- IV - A transferência de quota ou fração ideal do patrimônio da sociedade por associado importa, de per si, na atribuição da qualidade de associado ao adquirente ou ao herdeiro, salvo disposição diversa do estatuto.
- V - Constituem-se associações pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos, observados os direitos e obrigações recíprocas existentes entre os associados.

- (a) há um item correto
- (b) há dois itens corretos
- (c) há três itens corretos
- (d) há quatro itens corretos
- (e) todos os itens são incorretos

TRT 18ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 18ª
2006

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

Q.1533

Origem

Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, qual o prazo seguinte ao aparecimento do vício ou defeito para o dono da obra propor a ação contra o empreiteiro de materiais e de construção?

- (a) o prazo é decadencial de 5 anos
- (b) o prazo é prescricional de 5 anos
- (c) o prazo é decadencial de 1 ano
- (d) O prazo é prescricional de 3 meses
- (e) O prazo é decadencial de 180 dias

TRT 18ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 18ª
2006

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.1534

Origem

Acerca da cessão de crédito, é incorreto afirmar:

- (a) Independentemente do conhecimento da cessão pelo devedor, pode o cessionário exercer os atos conservatórios do direito cedido.
- (b) O devedor pode opor ao cessionário as exceções que lhe competirem, bem como as que, no momento em que veio a ter conhecimento da cessão, tinha contra o cedente.
- (c) Na cessão por título oneroso, o cedente, ainda que não se responsabilize, fica responsável ao cessionário pela existência do crédito ao tempo em que lhe cedeu; a mesma responsabilidade lhe cabe nas cessões por título gratuito, se tiver procedido de má-fé.
- (d) Salvo estipulação em contrário, o cedente responde pela solvência do devedor.
- (e) O cedente, responsável ao cessionário pela solvência do devedor, não responde por mais do que daquele recebeu, com os respectivos juros; mas tem de ressarcir-lhe as despesas da cessão e as que o cessionário houver feito com a cobrança.

TRT 18ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 18ª
2006

Assuntos relacionados

Transmissão das obrigações

Q.1535

Origem

Ainda acerca da cláusula penal, analise as seguintes proposições e assinale a alternativa correta:

- I - Na cláusula penal compensatória, o credor pode exigir a satisfação da pena cominada, juntamente com o cumprimento da obrigação principal.
- II - Quando a obrigação for indivisível, todos os devedores e seus herdeiros, caindo em falta um deles, responderão integralmente pelo cumprimento da pena, restando assegurado o direito regressivo contra aquele que deu causa à multa.
- III - Ainda que o prejuízo exceda ao previsto na cláusula penal, o credor nunca poderá exigir indenização suplementar.
- IV - Quando a obrigação for divisível, só incorre na pena o devedor ou o herdeiro do devedor que a infringir, e proporcionalmente à sua parte na obrigação.
- V - Só incorre o devedor na cláusula penal se, dolosamente, deixar de cumprir a obrigação ou constituir-se em mora.

- (a) apenas os itens I, II, III e IV estão incorretos
- (b) apenas os itens I e IV estão corretos
- (c) apenas o item IV está correto
- (d) apenas os itens II e IV estão corretos
- (e) apenas os itens II, IV e V estão corretos

TRT 18ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 18ª
2006

Assuntos relacionados

Inadimplemento das obrigações

Q.1536

Origem

O Código Civil de 2002 inovou no que concerne à disciplina da cláusula penal. A propósito, assinale a alternativa que contém a inovação.

- (a) A penalidade deve ser reduzida equitativamente pelo juiz se a obrigação principal tiver sido cumprida em parte, ou se o montante da penalidade for manifestamente excessivo, tendo-se em vista a natureza e a finalidade do negócio.
- (b) Quando se estipular a cláusula penal para o caso de mora, ou em segurança especial de outra cláusula determinada, terá o credor o arbítrio de exigir a satisfação da pena cominada, juntamente com o desempenho da obrigação principal.
- (c) A cláusula penal estipulada conjuntamente com a obrigação, ou em ato posterior, pode referir-se à inexecução completa da obrigação, à de alguma cláusula especial ou simplesmente à mora.
- (d) O valor da cominação imposta na cláusula penal não pode exceder o da obrigação principal.
- (e) Para exigir a pena convencional, não é necessário que o credor alegue prejuízo.

TRT 18ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 18ª
2006

Assuntos relacionados

Inadimplemento das obrigações

Q.1537

Origem

O Código Civil de 2002 inovou no que concerne à disciplina dos contratos. A propósito, assinale a alternativa que não contém inovação.

TRT 18ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 18ª
2006

- (a) A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato.
- (b) Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé.
- (c) A oferta ao público equivale a proposta quando encerra os requisitos essenciais ao contrato, salvo se o contrário resultar das circunstâncias ou dos usos.
- (d) Pode revogar-se a oferta ao público pela mesma via de sua divulgação, desde que ressalvada esta faculdade na oferta realizada.
- (e) Se a aceitação, por circunstância imprevista, chegar tarde ao conhecimento do proponente, este comunicá-lo-á imediatamente ao aceitante, sob pena de responder por perdas e danos. A aceitação fora do prazo, com adições, restrições, ou modificações, importará nova proposta.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.1538

Origem

No que diz respeito à aplicação da lei, analise as seguintes proposições e assinale a alternativa correta.

TRT 18ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 18ª
2006

I - A repristinação é sempre inadmissível no Direito Brasileiro.

II - A contagem do prazo para entrada em vigor das leis que estabeleçam período de vacância far-se-á com a inclusão da data da publicação e do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua consumação integral.

III - Nos Estados Estrangeiros, quando admitida, a obrigatoriedade da lei brasileira inicia-se 45 dias depois de sua publicação.

IV - A derrogação é espécie do gênero ab-rogação.

V - Destinando-se a obrigação a ser executada no Brasil e dependendo de forma essencial, será esta observada, admitida as peculiaridades da lei estrangeira quanto aos requisitos extrínsecos do ato.

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

- (a) todos os itens estão incorretos
- (b) apenas os itens I, III e IV estão incorretos
- (c) apenas os itens II, III e IV estão incorretos
- (d) apenas os itens I, II, III e IV estão incorretos
- (e) o item II é o único correto

Q.1539

Origem

Considere as seguintes proposições e assinale a alternativa correta.

I - A lesão é caso de nulidade do negócio jurídico.

II - Para que a simulação seja causa de nulidade do negócio jurídico é necessário que a inveracidade cause dano efetivo a alguém.

III - O dolo do representante legal ou convencional de uma das partes implica a responsabilidade ilimitada e solidária do representado.

IV - A anulabilidade não tem efeito antes de julgada por sentença, nem se pronuncia de ofício e só os interessados a podem alegar, sempre aproveitando exclusivamente aos que a alegarem.

V - Vicia o negócio jurídico a coação exercida por terceiro, se dela tivesse ou devesse ter conhecimento a parte a que aproveite, e esta responderá subsidiariamente com aquele por perdas e danos.

- (a) apenas o item II está correto
- (b) apenas os itens II e IV estão corretos
- (c) apenas o item IV está correto
- (d) apenas os itens II, III, IV e V estão corretos
- (e) todos os itens estão incorretos

TRT 18ª: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 18ª
2006

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Capítulo 43

TRT 1ª

43.1 TRT 1ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.1540

Origem

Em relação à sociedade cooperativa, assinale a alternativa **incorreta** :

TRT 1ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 1ª
2006

- (a) apresenta indivisibilidade do fundo de reserva entre os sócios, ainda que em caso de dissolução da sociedade;
- (b) tem por característica a variabilidade ou dispensa do capital social;
- (c) cada sócio tem direito a um só voto nas deliberações, tenha ou não capital a sociedade, e qualquer que seja o valor de sua participação;
- (d) o *quorum* para a assembléia geral funcionar e deliberar é fundado no número de sócios presentes à reunião, e não no capital social representado;
- (e) tem, por força legal, a natureza de sociedade empresária.

Assuntos relacionados

Sociedade personificada

Q.1541

Origem

O conceito de "*nemo potest venire contra factum proprium*" (a proibição de comportamento contraditório) nos negócios jurídicos, visando evitar que uma parte do contrato adote um ato em contradição com conduta anterior , e acabe por confundir a outra, obtendo, com isso, alguma vantagem, tem sua essência no princípio:

TRT 1ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 1ª
2006

- (a) Princípio da autonomia da vontade;
- (b) Princípio do contraditório;
- (c) Princípio do consensualismo;
- (d) Princípio da boa-fé objetiva;
- (e) Princípio da culpa subjetiva.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.1542

Origem

À revogação total de uma lei denomina-se:

TRT 1ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 1ª
2006

- (a) derrogação;
- (b) ab-rogação;
- (c) suspensão;
- (d) cessação;
- (e) presunção.

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

Q.1543

Origem

O prazo para se pleitear a anulação do negócio jurídico é de:

TRT 1ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 1ª
2006

- (a) decadencial, de 2 anos;
- (b) prescricional, de 5 anos;
- (c) decadencial, de 4 anos;
- (d) prescricional, de 2 anos;
- (e) decadencial, de 3 anos.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.1544

Origem

Cosme, proprietário rural, ajusta com Damião, seu amigo, que lhe transferirá a propriedade de um sítio, no dia em que o parlamentarismo for escolhido como sistema de governo no Brasil. Após o ajuste do negócio, Cosme abandona os cuidados com a propriedade, que passa a ser ameaçada de destruição e invasão. O que Damião pode fazer? Assinale a alternativa **correta** :

TRT 1ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 1ª
2006

- (a) em se tratando de condição suspensiva, Damião possui expectativa de direito em relação à propriedade do sítio, mas pode praticar os atos destinados à conservação do imóvel;
- (b) o ajuste é inválido, porque a eficácia do ato depende de evento futuro e incerto;
- (c) Damião possui direito adquirido em relação à propriedade, em se tratando de condição resolutiva;
- (d) Damião possui expectativa de direito em relação à propriedade do sítio, sendo-lhe defeso a prática de qualquer ato de conservação;
- (e) o negócio jurídico é inexistente, porque indeterminada a condição.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.1545

Origem

Analise a questão proposta, à luz do art. 110 do Código Civil e, a seguir, assinale a alternativa **correta** : Roberta odeia animais, principalmente, o gato de estimação de seu filho; certo dia, o bicho foge. Intimamente, ela torce para jamais recuperar o gato, mas publica anúncio no jornal do bairro, prometendo um prêmio de recompensa para quem devolver o animal. Ela confia a seu vizinho que anunciara o prêmio apenas por desengano de consciência, já que, na verdade, não deseja reaver o animal. Dias depois, o vizinho encontra o gato e exige de Roberta a recompensa prometida.

TRT 1ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 1ª
2006

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

- (a) Roberta deve pagar a recompensa ao vizinho, porque consumado o negócio jurídico;
- (b) o vizinho sabia da reserva mental de Roberta e a promessa de recompensa não precisará ser paga;
- (c) o ato é nulo e não produzirá efeitos;
- (d) inexistente negócio jurídico capaz de garantir a indenização;
- (e) o negócio é inválido, porque inobservada forma essencial.

100000064

Capítulo 44

TRT 22ª

44.1 TRT 22ª:: Juiz do trabalho substituto - 2ª etapa

Q.1546

Origem

Consideradas as afirmações abaixo, marque a letra que contém a resposta correta:

TRT 22ª:: Juiz do trabalho
substituto - 2ª etapa
TRT 22ª
2006

I - Caracterizam as sociedades anônimas a divisão do capital em ações e a limitação da responsabilidade dos sócios ou acionistas ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas. Seu capital social pode ser formado com contribuições em dinheiro ou em qualquer espécie de bens suscetíveis de avaliação em dinheiro. Para sua constituição preliminar basta a subscrição, pelo menos por duas pessoas, de todas as ações em que se dividir o capital social fixado no estatuto.

Assuntos relacionados

Sociedade personificada

II - O acionista controlador de sociedade anônima responde pelos danos causados por atos praticados com abuso de poder, conforme enumeração legal, entre os quais, promover a liquidação de companhia próspera, ou a transformação, incorporação, fusão ou cisão da companhia, com o fim de obter, para si ou para outrem, vantagem indevida, em prejuízo dos demais acionistas, dos que trabalham na empresa ou dos investidores em valores mobiliários emitidos pela companhia. Segundo a lei das sociedades por ações em vigor, a pessoa jurídica controladora da sociedade de economia mista responde, subsidiariamente, pelas suas obrigações.

III - Segundo a legislação em vigor, a falência promove o afastamento do devedor de suas atividades e visa a preservar e otimizar a utilização produtiva dos bens, ativos e recursos produtivos, inclusive os intangíveis, da empresa. O juízo da falência é indivisível e competente para conhecer todas as ações sobre bens, interesses e negócios do falido. Em todas as ações a massa falida será representada, necessariamente, pelo administrador judicial.

IV - O juízo da falência é uno, indivisível e universal. No entanto, as causas trabalhistas serão processadas na Justiça do Trabalho até a apuração do respectivo crédito, credenciando, em seguida, o credor, para promover sua habilitação no juízo falimentar, na classe de credores que lhe for apropriada.

V - Os créditos trabalhistas submetem-se à falência, para satisfação, e constam em primeiro lugar na ordem de classificação dos créditos, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários mínimos por credor, ao lado dos créditos decorrentes de acidentes de trabalho. Os saldos dos créditos derivados da legislação do trabalho que excederem o referido limite são classificados como créditos quirografários, sem privilégio.

- (a) Somente I e II estão erradas.
- (b) Somente III está errada.
- (c) II e IV estão erradas.
- (d) Somente IV está correta.
- (e) IV e V estão corretas.

Q.1547

Origem

Consideradas as afirmações abaixo, marque a letra que contém a resposta correta:

I - No Código de Defesa do Consumidor prepondera a regra da inversão do ônus da prova, a favor do consumidor, em qualquer caso, para facilitar a defesa de seus direitos. Por isso, exige-se do consumidor, apenas, que comprove o dano, o nexo de causalidade entre dano e a conduta da parte contrária e a culpa do causador desse dano.

II - A desconsideração da personalidade jurídica da sociedade é autorizada pelo Código de Defesa do Consumidor nas hipóteses de abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito e violação dos estatutos ou contrato social. Diante de uma dessas práticas, o consumidor credor tem assegurado o acesso aos bens patrimoniais dos administradores. As sociedades coligadas respondem solidariamente, nesses casos.

III - Ao conceituar interesses ou direitos difusos, o Código de Defesa do Consumidor optou pelo critério da indeterminação dos titulares e da inexistência entre eles de relação jurídica base, no aspecto subjetivo, e pela indivisibilidade do bem jurídico, no aspecto objetivo.

IV - Na conceituação dos interesses ou direitos coletivos pelo Código de Defesa do Consumidor faz-se necessária a organização ou agrupamento dos interesses conduzidos coletivamente, em torno de uma entidade representativa.

V - Durante a viagem, o comandante da aeronave - necessariamente membro da tripulação - é o responsável, no que se refere à tripulação, pelo cumprimento da regulamentação profissional no tocante a limite da jornada de trabalho, limites de voo, intervalos de repouso e fornecimento de alimentos.

- (a) Todas estão corretas.
- (b) I e II estão corretas.
- (c) Apenas III e V estão corretas.
- (d) III e IV estão corretas.
- (e) Todas estão erradas.

TRT 22ª:: Juiz do trabalho
substituto - 2ª etapa
TRT 22ª
2006

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.1548

Origem

Consideradas as afirmações abaixo, marque a letra que contém a resposta correta:

I - Os poderes de representação são conferidos por lei ou pelo interessado. Salvo permissão da lei ou do representante, é anulável o negócio jurídico que o representado, no seu interesse ou por conta de outrem, celebrar consigo mesmo.

II - A coação vicia a declaração de vontade, desde que incuta ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família, ou a seus bens. No caso de coação à pessoa que não pertencer à família do paciente, o juiz, com base nas circunstâncias, decidirá se houve coação. Trata-se de coação moral, e, não, física.

III - É o nulo o negócio jurídico, entre outras hipóteses legais, quando a lei taxativamente o declarar nulo, ou proibir-lhe a prática, sem cominar sanção. O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, nem convalesce pelo decurso do tempo. Se, porém, o negócio jurídico nulo contiver os requisitos de outro, subsistirá este quando o fim a que visavam as partes permitir supor que o teriam querido, se houvessem previsto a nulidade.

IV - Comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes. Trata-se da teoria do abuso do direito, que relativiza os direitos subjetivos, de sorte que o exercício de um direito considera-se abusivo quando em descompasso com a finalidade social motivadora de sua instituição.

V - O bem de família é impenhorável. A impenhorabilidade é oponível em qualquer processo de execução civil, fiscal, previdenciária, trabalhista ou de outra natureza. Tal regra comporta exceções, entre as quais, quando se tratar de execução de créditos trabalhistas da própria residência e das respectivas contribuições previdenciárias.

- (a) Todas estão corretas.
- (b) Somente I está errada.
- (c) Somente III está errada.
- (d) IV está errada.
- (e) Somente II e V estão corretas.

TRT 22^a:: Juiz do trabalho
substituto - 2^a etapa

TRT 22^a
2006

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.1549

Origem

Consideradas as afirmações abaixo, marque a letra que contém a resposta correta:

I - A prestação de serviço, que não estiver sujeita às leis trabalhistas ou à lei especial, regese pelas disposições do Código Civil. Assim, por exemplo, podem atrair a incidência desse Código os serviços prestados por pessoa jurídica, ou sem habitualidade, ou sem subordinação.

II - O valor da cominação imposta na cláusula penal não pode exceder o da obrigação principal, exceto se se verificar má-fé na inexecução da obrigação.

III - Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos. Mas pessoa legalmente impedida, a exemplo dos magistrados e dos condenados por crimes falimentares, de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, responderá com seu patrimônio pessoal pelas obrigações contraídas.

IV - A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após averbada a resolução da sociedade; nem nos dois primeiros casos, pelas posteriores e em igual prazo, enquanto não se requerer a averbação.

V - Independente de culpa, haverá a obrigação de reparar o dano, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outro. Cuida-se, nesse caso, da responsabilidade objetiva pura, na qual o risco é da natureza da atividade.

- (a) Todas estão erradas.
- (b) Somente II está errada.
- (c) I e III estão erradas.
- (d) Somente IV e V estão corretas.
- (e) V está errada.

TRT 22^a:: Juiz do trabalho
substituto - 2^a etapa

TRT 22^a
2006

Assuntos relacionados

Q.1550

Origem

Consideradas as afirmações abaixo, marque a letra que contém a resposta correta:

I - A repristinação autoriza a revigoração de normas legais em consequência da cessação de vigência da lei que as havia revogado. No silêncio da lei que revoga a lei revogadora, presume-se repristinada a primeira lei revogada.

II - A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida. A capacidade civil - que é medida, elemento e extensão da personalidade - por sua vez, somente é adquirida aos dezoito anos de idade. São absolutamente incapazes os excepcionais sem desenvolvimento mental completo.

III - As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, dolo ou culpa. Consagra-se, aqui, a teoria da responsabilidade objetiva em razão do risco da atividade. Basta a constatação do nexo causal entre determinada atividade desenvolvida e o dano sofrido, independente das motivações do agente.

IV - Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica (teoria da desconsideração da pessoa jurídica).

V - São requisitos de validade do negócio jurídico: agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável, e forma prescrita ou não vedada em lei. A validade da declaração de vontade só dependerá de forma especial quando a lei a exigir expressamente. A parte não pode invocar em benefício próprio a incapacidade relativa da outra, nem aproveita aos co-interessados capazes, salvo se, neste caso, for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.

- (a) Somente I está errada.
- (b) II e III estão erradas.
- (c) Somente IV está correta.
- (d) II e IV estão erradas.
- (e) V está correta.

TRT 22ª:: Juiz do trabalho
substituto - 2ª etapa

TRT 22ª
2006

Assuntos relacionados

Capítulo 45

TRT 23ª

45.1 TRT 23ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.1551

Analise as proposições formuladas abaixo e assinale a alternativa correta:
I - aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito;

II - também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes;

III - não constituem atos ilícitos os praticados em legítima defesa ou no exercício irregular de um direito reconhecido; e quando a deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão a pessoa, ocorrer a fim de remover perigo iminente, cujo ato será legítimo somente quando as circunstâncias o tornarem absolutamente necessário, não excedendo os limites do indispensável para a remoção do perigo;

IV - violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição.

V - se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação.

- (a) são verdadeiras apenas I, II, III, IV;
- (b) são verdadeiras apenas I, II, III, V;
- (c) todas são verdadeiras;
- (d) são verdadeiras apenas I, II, IV, V;
- (e) são verdadeiras apenas I, II.

Origem

TRT 23ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 23ª
2006

Assuntos relacionados

Atos jurídicos ilícitos

Q.1552

Origem

Marque a alternativa correta:

- (a) na responsabilidade civil, aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, ainda que o causador do dano for descendente seu relativamente incapaz.
- (b) na responsabilidade civil, a culpa da vítima não impede que se concretize o nexo causal;
- (c) é responsável pela reparação civil o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele, cuja responsabilidade é subjetiva;
- (d) na responsabilidade civil, "o fato de terceiro" não rompe o nexo de causalidade;
- (e) pode-se afirmar que, na responsabilidade civil, será considerado "fato de terceiro", causador do acidente de trabalho, aquele ato ilícito praticado por alguém que não seja nem o acidentado, nem o empregador ou seus prepostos.

TRT 23ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 23ª
2006

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

Q.1553

Origem

Assinale a alternativa incorreta:

- (a) qualquer interessado ou terceiro não interessado na extinção da dívida pode pagá-la, usando, se o credor se opuser, dos meios conducentes à exoneração do devedor;
- (b) há solidariedade, quando na mesma obrigação concorre mais de um credor, ou mais de um devedor, cada um com direito, ou obrigado, à dívida toda;
- (c) a um dos credores solidários não pode o devedor opor as exceções pessoais oponíveis aos outros;
- (d) se um dos credores solidários falecer deixando herdeiros, cada um destes só terá direito a exigir e receber a quota do crédito que corresponder ao seu quinhão hereditário, salvo se a obrigação for indivisível;
- (e) enquanto alguns dos credores solidários não demandarem o devedor comum, a qualquer daqueles poderá este pagar.

TRT 23ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 23ª
2006

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

Q.1554

Origem

Está correto afirmar que não são características da sociedade cooperativa:

- (a) concurso de sócios em número mínimo necessário a compor a administração da sociedade, sem limitação de número máximo;
- (b) quorum, para a assembléia geral funcionar e deliberar, fundado no número de sócios presentes à reunião, e não no capital social representado;
- (c) direito de cada sócio a um só voto nas deliberações, tenha ou não capital a sociedade, e qualquer que seja o valor de sua participação
- (d) distribuição dos resultados, proporcionalmente ao valor das operações efetuadas pelo sócio com a sociedade, podendo ser atribuído juro fixo ao capital realizado;
- (e) divisibilidade do fundo de reserva entre os sócios, ainda que em caso de dissolução da sociedade.

TRT 23ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 23ª
2006

Assuntos relacionados

Sociedade personificada

Q.1555

Origem

Assinale a alternativa incorreta:

- (a) são pessoas jurídicas de direito privado os partidos políticos, as organizações religiosas e as fundações;
- (b) começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo;
- (c) a fundação somente poderá constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência;
- (d) quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados serão, se de outro modo não dispuser o instituidor, incorporados em outra fundação, que se proponha a fim igual ou diverso a que se destinava;
- (e) a validade do negócio jurídico requer agente capaz; objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma prescrita ou não defesa em lei.

TRT 23ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 23ª
2006

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

Q.1556

Origem

Não é correto afirmar que:

- (a) toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil;
- (b) A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida, mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro;
- (c) são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade;
- (d) são incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido;
- (e) cessará, para os menores, a incapacidade pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ouvido o tutor, se o menor tiver quatorze anos completos.

TRT 23ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 23ª
2006

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

Q.1557

Origem

É correto afirmar que:

- (a) permite-se a transação quanto a direitos patrimoniais de caráter privado, por intermédio da qual também se permite a transmissão, declaração e reconhecimento de direitos;
- (b) não é admissível, na transação, a pena convencional;
- (c) a transação aproveita terceiros que nela não intervieram;
- (d) a transação só se anula por dolo, coação, ou erro essencial quanto à pessoa ou coisa controversa, e por erro de direito a respeito das questões que foram objeto de controvérsia entre as partes;
- (e) sendo nula qualquer das cláusulas da transação, nula será esta e, quando a transação versar sobre diversos direitos contestados, independentes entre si, o fato de não prevalecer em relação a um não prejudicará os demais.

TRT 23ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 23ª
2006

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.1558

Origem

Analise as proposições formuladas abaixo é assinale a alternativa correta:

I - considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços;

II - faculta-se aos cônjuges, que tenham casado no regime da comunhão universal de bens, contratar sociedade, entre si ou com terceiros,;

III - a sentença que decretar ou homologar a separação judicial do empresário e o ato de reconciliação podem ser opostos a terceiros, antes de arquivados e averbados no Registro Público de Empresas Mercantis;

IV - na sociedade comum, não personificada, os bens sociais respondem pelos atos de gestão praticados por qualquer dos sócios, salvo pacto expresse limitativo de poderes, que somente terá eficácia contra o terceiro que o conheça ou deva conhecer.

- (a) apenas estão corretos I, II;
- (b) apenas estão corretos I, II, III;
- (c) apenas estão incorretos II, III;
- (d) apenas está incorreto IV;
- (e) apenas estão incorretos III, IV

TRT 23ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 23ª
2006

Assuntos relacionados

Empresário

Q.1559

Origem

Não é correto afirmar que:

(a) a liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato;

(b) os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé;

(c) quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao aderente;

(d) nos contratos de adesão, não são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio;

(e) nos contratos bilaterais, nenhum dos contratantes, antes de cumprida a sua obrigação, pode exigir o implemento da do outro.

TRT 23ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 23ª
2006

Assuntos relacionados

Contratos

Q.1560

Origem

Assinale a alternativa correta:

(a) a lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela compatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior;

(b) a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, modifica a lei anterior;

(c) ab-rogação é a supressão total da norma anterior e a derrogação torna sem efeito uma parte da norma;

(d) consideram-se adquiridos assim os direitos que o seu titular, ou alguém por ele, possa exercer, como aqueles cujo começo do exercício não tenha termo prefixo, ou condição preestabelecida alterável, a arbítrio de outrem;

(e) salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta dias depois de oficialmente publicada.

TRT 23ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 23ª
2006

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

Q.1561

Origem

Marque a alternativa correta:

- (a) no atinente aos bens, consideram-se móveis para os efeitos legais os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram, e o direito à sucessão aberta;
- (b) os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis apenas por determinação da lei;
- (c) a prescrição interrompida recomeça a correr da data do primeiro ato do processo para a interromper;
- (d) a obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela embora não mencionados, ainda que o contrário resultar das circunstâncias do caso;
- (e) nas obrigações alternativas, se todas as prestações se tornarem impossíveis sem culpa do devedor, extinguir-se-á a obrigação.

TRT 23ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 23ª
2006

Assuntos relacionados

Bens

Q.1562

Origem

Examine as proposições abaixo e marque a alternativa correta:

I - a impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico se for relativa, ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado;

II - no negócio jurídico celebrado com a cláusula de não valer sem instrumento público, este é da substância do ato;

III - nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem;

IV - no atinente ao negócio jurídico, o silêncio não importa anuência, ainda que as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa;

V - no negócio jurídico, a manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento.

- (a) somente o item IV está incorreto;
- (b) somente o item V está incorreto;
- (c) somente os itens IV e V estão incorretos;
- (d) somente os itens II, III e IV estão corretos;
- (e) somente os itens I, II, III estão corretos.

TRT 23ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 23ª
2006

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Capítulo 46

TRT 24^a

46.1 TRT 24^a:: Juiz do Trabalho Substituto Q.1563

Sobre a prescrição e a decadência, assinale a alternativa INCORRETA:

- (a) Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes.
- (b) O juiz não pode suprir, de ofício, a alegação de prescrição, salvo se favorecer o relativamente incapaz.
- (c) A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.
- (d) É nula a renúncia à decadência fixada em lei.
- (e) Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação.

Origem

TRT 24^a:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 24^a
2006

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Q.1564

Origem

Diana, Rose e Tânia, todas costureiras, constituíram uma sociedade para explorar o ramo de confecção de roupas femininas sob o nome fantasia "Belíssima Moda Fashion Confecções". Formalizaram o contrato social, porém não o registraram perante a Junta Comercial. "Belíssima Moda Fashion Confecções" celebrou contrato com "Esplendore Moda Feminina Ltda", pessoa jurídica regularmente constituída, comprometendo-se em confeccionar 500 vestidos, ao preço unitário de R\$ 200,00 (duzentos reais), e entregá-los no prazo de 60 dias contados da assinatura do contrato. Ajustaram que o pagamento deveria ser efetuado em duas parcelas de R\$ 50.000,00 cada, sendo a primeira no ato da assinatura do contrato e a segunda 30 dias após a entrega dos vestidos. "Belíssima Moda Fashion Confecções" cumpriu integralmente o avençado. No entanto, "Esplendore Moda Feminina Ltda" somente arcou com o pagamento da primeira parcela, inadimplindo a segunda prestação, sob pretexto da irregularidade de constituição de "Belíssima Moda Fashion Confecções". Considerando o caso proposto, assinale a alternativa CORRETA:

- (a) "Esplendore Moda Feminina Ltda" nada deve à "Belíssima Moda Fashion Confecções" ou às suas respectivas sócias, pois a "Belíssima" não tem existência legal e, por esse motivo, não pode ser sujeito de direitos.
- (b) "Esplendore Moda Feminina Ltda" não pode se eximir do pagamento do preço avençado, pois, do contrário, estar-se-ia prestigiando o enriquecimento sem causa.
- (c) "Belíssima Moda Fashion Confecções" não pode invocar em seu favor o princípio da boa-fé que rege os contratos, por não estar registrada na Junta Comercial. 1
- (d) "Esplendore Moda Feminina Ltda" faz jus à devolução do preço da parcela paga no ato da assinatura do contrato.
- (e) Para ter direito ao recebimento do restante do preço, "Belíssima Moda Fashion Confecções" tem que, primeiramente, promover o registro de seu contrato social perante a Junta Comercial.

TRT 24ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 24ª
2006

Assuntos relacionados

Sociedade não-personificada

Q.1565

Origem

Sobre a dação em pagamento, considere as proposições abaixo:

I. O credor pode consentir em receber prestação diversa da que lhe é devida.

II. Determinado o preço da coisa dada em pagamento, as relações entre as partes regular-se-ão pelas normas do contrato de compra e venda.

III. Se for título de crédito a coisa dada em pagamento, a transferência importará em cessão.

IV. Se o credor for evicto da coisa recebida em pagamento, restabelecer-se-á a obrigação primitiva, ficando sem efeito a quitação dada, ressalvados os direitos de terceiros. RESPONDA:

- (a) Todas estão corretas.
- (b) Todas estão incorretas.
- (c) Somente I e III estão corretas.
- (d) Somente II e III estão incorretas.
- (e) Somente IV está incorreta.

TRT 24ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 24ª
2006

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

Q.1566

Origem

A respeito do bem de família, assinale a alternativa CORRETA:

TRT 24ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 24ª
2006

- (a) O Código Civil de 2002, ao disciplinar o instituto do bem de família, revogou tacitamente as disposições da Lei nº8.009/90.
- (b) A impenhorabilidade do bem de família compreende o imóvel sobre o qual se assentam a construção, as plantações, as benfeitorias de qualquer natureza, excetuadas as voluptuárias, e todos os equipamentos, inclusive os de uso profissional, ou móveis que guarnecem a casa, desde que quitados.
- (c) Na hipótese de o casal, ou entidade familiar, ser possuidor de vários imóveis utilizados como residência, a impenhorabilidade do bem de família recairá sobre o de maior valor, salvo se outro estiver registrado, para esse fim, no Registro de Imóveis.
- (d) Dissolvida a sociedade conjugal pela morte de um dos cônjuges, opera-se a extinção automática do bem de família.
- (e) A impenhorabilidade do bem de família é oponível em qualquer processo de execução civil, fiscal, previdenciária, trabalhista ou de outra natureza, salvo se movido para execução de hipoteca sobre o imóvel, oferecido como garantia real pelo casal ou pela entidade familiar.

Assuntos relacionados

Bem de família

Q.1567

Origem

Sobre o direito de empresa, assinale a alternativa INCORRETA:

TRT 24ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 24ª
2006

- (a) É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.
- (b) A lei assegurará tratamento favorecido, diferenciado e simplificado ao empresário rural e ao pequeno empresário, quanto à inscrição e aos efeitos daí decorrentes.
- (c) Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança.
- (d) Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros, desde que não tenham casado no regime da comunhão universal de bens, ou no da separação obrigatória.
- (e) O empresário casado pode, com necessidade de outorga conjugal, no regime de comunhão universal, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou graválos de ônus real.

Assuntos relacionados

Empresário

Q.1568

Origem

Sobre os contratos em geral:

TRT 24ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 24ª
2006

- I. A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato.
 - II. Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé.
 - III. A proposta de contrato obriga o proponente, se o contrário não resultar dos termos dela, da natureza do negócio, ou das circunstâncias do caso.
 - IV. Não pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva.
- RESPONDA:

Assuntos relacionados

Contratos

- (a) Somente III e IV estão incorretas.
- (b) Somente IV está incorreta.
- (c) Somente I e IV estão incorretas.
- (d) Todas estão corretas.
- (e) Todas estão incorretas.

Q.1569

Origem

Sobre os contratos, assinale a alternativa INCORRETA:

TRT 24ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 24ª
2006

- (a) Nos contratos de adesão, são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.
- (b) É defeso às partes estipular contratos atípicos, ainda que observadas as normas gerais fixadas no Código Civil.
- (c) Os contratos entre ausentes tornam-se perfeitos desde que a aceitação é expedida, exceto se o proponente se houver comprometido a esperar resposta.
- (d) Nenhuma obrigação haverá para quem se comprometer por outrem, se este, depois de se ter obrigado, faltar à prestação.
- (e) Podem as partes, por cláusula expressa, reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.1570

Origem

Assinale a alternativa INCORRETA.

TRT 24ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 24ª
2006

- (a) O princípio da continuidade das leis enuncia que a lei permanece em vigor até que outra a modifique ou revogue.
- (b) Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, a vacatio legis começará a correr da nova publicação. Se já em vigor a lei, eventuais correções em seu texto consideram-se lei nova.
- (c) A contagem do prazo para entrada em vigor das leis que estabeleçam período de vacância far-se-á com a inclusão da data da publicação e do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua consumação integral.
- (d) Em matéria de aplicação espacial de normas jurídicas, o Brasil adota o princípio da territorialidade moderada.
- (e) A revogação parcial de uma lei denomina-se ab-rogação e a revogação total denomina-se derrogação.

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

Q.1571

Origem

Sobre os defeitos do negócio jurídico:

TRT 24ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 24ª
2006

- I. O falso motivo só vicia a declaração de vontade quando expresso como razão determinante.
- II. O erro de cálculo apenas autoriza a retificação da declaração de vontade.
- III. São os negócios jurídicos nulos por dolo, quando este for a sua causa.
- IV. Não se considera coação a ameaça do exercício normal de um direito, nem o simples temor reverencial. RESPONDA:

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

- (a) Somente II e IV estão incorretas.
 - (b) Somente III e IV estão incorretas.
 - (c) Somente III está incorreta.
 - (d) Todas estão incorretas.
 - (e) Todas estão corretas.
-

Capítulo 47

TRT 8ª

47.1 TRT 8ª:: Juiz do trabalho substituto - 1ª etapa

Q.1572

Sobre prescrição é correto afirmar que:

- (a) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo entre as partes.
- (b) Na interrupção da prescrição, cessada a causa que a ensejou, o prazo prescricional recomeça a correr do ponto onde parou.
- (c) Em se tratando de obrigação solidária, ativa ou passiva, a interrupção da prescrição, aberta por um dos credores solidários, não aproveita aos outros, assim como a interrupção efetuada contra o devedor solidário envolve os demais e seus herdeiros.
- (d) A interrupção da prescrição somente poderá ocorrer uma vez.
- (e) A renúncia à prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá sendo feita sem prejuízo de terceiro, desde que antes da prescrição se consumir.

Origem

TRT 8ª:: Juiz do trabalho
substituto - 1ª etapa
TRT 8ª
2006

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

47.2 TRT 8ª:: Juiz do trabalho substituto - 2ª etapa

Q.1573

Sobre a obrigação de indenizar é correto afirmar que:

- (a) Haverá responsabilidade objetiva de reparar o dano apenas nos casos previstos em lei, pois a lei civil brasileira não adotou a teoria do risco criado.
- (b) O incapaz não responde pelos prejuízos que causar, pois a obrigação de reparar o dano por ele causado é de seus responsáveis.
- (c) Em havendo lesão à pessoa decorrente de ato praticado a fim de remover perigo iminente, a pessoa lesada não tem direito à indenização, mesmo que não seja culpada pelo perigo.
- (d) Aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, salvo se o causador do dano for descendente seu, hipótese em que não terá direito regressivo.
- (e) O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la transmitem-se por herança.

Origem

TRT 8ª:: Juiz do trabalho
substituto - 2ª etapa
TRT 8ª
2006

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

Q.1574

Origem

Sobre a indenização decorrente da responsabilidade civil é correto afirmar que:

TRT 8ª:: Juiz do trabalho
substituto - 2ªetapa
TRT 8ª
2006

(a) A indenização devida pela morte de paciente obriga o profissional responsável ao pagamento de prestação de alimentos às pessoas a quem o morto devia concedê-la, excluindo-se despesas com o luto da família, cabíveis apenas quando se tratar de homicídio doloso.

(b) Se a vítima tiver concorrido culposamente para o evento danoso, a indenização a que tem direito será reduzida pela metade.

(c) A indenização decorrente de prisão ilegal será sempre fixada equitativamente pelo juiz, independentemente de prova dos prejuízos.

(d) A indenização mede-se pela extensão do dano; e se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, o juiz pode reduzir a indenização de forma equitativa.

(e) O prejudicado cuja indenização for fixada sob forma de pensionamento não pode exigir que a indenização seja arbitrada e paga de uma só vez.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

47.3 TRT 8ª:: Juiz do trabalho substituto - 1ªetapa

Q.1575

Origem

Considerando-se o disposto no ordenamento jurídico vigente acerca das Sociedades Anônimas, é correto afirmar que:

TRT 8ª:: Juiz do trabalho
substituto - 1ªetapa
TRT 8ª
2006

(a) Podem ser classificadas em Companhias Abertas e Fechadas conforme os valores mobiliários de sua emissão estejam ou não admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários, podendo a Comissão de Valores classificá-las em categorias, segundo as espécies e classes dos valores mobiliários por elas emitidos.

(b) São empresas de capital dividido em ações, com responsabilidade dos sócios ou acionistas limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas.

(c) Seu capital social poderá ser formado por contribuições em dinheiro ou em qualquer espécie de bens suscetíveis de avaliação em dinheiro, podendo ser modificado, conforme a vontade dos acionistas, deliberada em assembléia geral extraordinária, específica para tal fim, e nos termos do estatuto social.

(d) São deveres exclusivos de seus administradores: o dever de diligência e o de lealdade, entendendo-se o primeiro como o cuidado que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios negócios, e sendo exemplo do segundo, observar a vedação de adquirir, para revender com lucro, bem ou direito que sabe necessário à Companhia, ou que esta tencione adquirir.

(e) À medida que um empregado de uma sociedade anônima, de capital aberto ou fechado, torna-se acionista de sua empregadora, perde a qualidade de empregado, por incompatibilidade entre a figura deste com a de sócio.

Assuntos relacionados

Sociedade personificada

Q.1576

Origem

Sobre a alienação fiduciária, considerando-se o disposto no Novo Código Civil, é correto afirmar que:

TRT 8ª:: Juiz do trabalho
substituto - 1ªetapa
TRT 8ª
2006

- (a) Na vigência do contrato, o verdadeiro titular do direito real sobre o bem móvel infungível é o devedor fiduciário, que tem a propriedade resolúvel.
- (b) Com a constituição da propriedade fiduciária, dá-se o desdobramento da posse, tornando-se o devedor apenas possuidor direto da coisa. Daí por que é plenamente válida a penhora desta, por seu valor integral, não devendo ser acolhidos os Embargos de Terceiro caso opostos pelo credor fiduciário.
- (c) O inadimplemento contratual do devedor fiduciário dá direito ao credor, proprietário fiduciário, de retomar o bem e permanecer com ele em seu poder, como forma de satisfação da dívida.
- (d) No período de vigência do contrato de alienação fiduciária, o devedor fiduciário pode usar livremente o bem, às suas expensas e risco, sendo obrigado, no entanto, como depositário, a empregar na guarda da coisa a diligência exigida por sua natureza.
- (e) A propriedade fiduciária é resolúvel porque, caso o devedor não cumpra sua obrigação no contrato, perde definitivamente a propriedade do bem em favor do credor fiduciário.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

47.4 TRT 8ª:: Juiz do trabalho substituto - 2ªetapa

Q.1577

Origem

Sobre contrato, segundo o Código Civil em vigor, é correto afirmar:

TRT 8ª:: Juiz do trabalho
substituto - 2ªetapa
TRT 8ª
2006

- (a) O mandato é um contrato personalíssimo, consensual, não solene e, em regra, gratuito e essencialmente revogável, sendo que, quando conferido com a cláusula "em causa própria", sua revogação não terá eficácia, nem se extinguirá pela morte de qualquer das partes, ficando o mandatário dispensado de prestar contas e com o direito de transferir para si os bens móveis ou imóveis objeto do mandato, obedecidas as formalidades legais.
- (b) É nula de pleno direito a venda de bens de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido.
- (c) O comodato é o empréstimo gratuito de coisas fungíveis e não fungíveis e se perfaz com a tradição do objeto ou registro no cartório competente.
- (d) É lícito aos interessados, tratando-se de direitos patrimoniais de caráter privado, prevenir ou terminar o litígio mediante concessões mútuas, sendo que a nulidade de uma cláusula não compromete às demais.
- (e) São elementos integrantes do contrato de compra e venda a coisa atual ou futura, o preço e o consentimento, exercendo o direito de compra, sem restrição, qualquer pessoa que se encontrar apta a praticar atos da vida civil.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.1578

Origem

Sobre o contrato de doação é correto afirmar que:

TRT 8ª:: Juiz do trabalho
substituto - 2ªetapa
TRT 8ª
2006

- (a) A doação far-se-á por escritura pública ou instrumento particular, sendo inválida se feita de forma verbal.
- (b) O prazo para revogar a doação por ingratidão é decadencial de um ano, contado do conhecimento do fato pelo próprio doador e desde que praticado exclusivamente pelo donatário.
- (c) A doação de ascendente para um dos descendentes é nula de pleno de direito, salvo de houver autorização expressa dos demais descendentes.
- (d) Considerando que a doação é um contrato em que uma pessoa, por liberalidade, transfere bens ou vantagens de seu patrimônio para o de outra, o doador fica desobrigado de juros moratórios, bem como nunca está sujeito às consequências da evicção ou do vício redibitório.
- (e) As doações puramente recompensatórias não se revogam pela ingratidão.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

47.5 TRT 8ª:: Juiz do trabalho substituto - 1ªetapa

Q.1579

Origem

Sobre o Bem de Família é correto afirmar que:

TRT 8ª:: Juiz do trabalho
substituto - 1ªetapa
TRT 8ª
2006

- (a) Trata-se de instituição jurídica que há de ser feita pelos cônjuges, companheiros, chefe de família monoparental ou terceiro, através de instrumento público ou testamento.
- (b) Em se tratando de unidade residencial, instituída como bem de família, esta é impenhorável, estando repetidas no Código Civil de 2002 as mesmas exceções à impenhorabilidade previstas na Lei que dispõe exclusivamente sobre essa matéria.
- (c) Como bem de família pode-se registrar um prédio urbano e um rural, com suas pertencas e acessórios, destinando-se ambos à residência familiar, o que foi uma inovação do Novo Código Civil Brasileiro.
- (d) Para se instituir um prédio urbano ou rural como bem de família, necessário é que o imóvel seja habitado ou explorado pela família, caracterizando-o, assim, como residencial ou como domicílio do instituidor.
- (e) No que concerne ao aspecto trabalhista, a impenhorabilidade do bem de família só não é excepcionada em razão dos créditos de trabalhadores da própria residência (empregados domésticos) e das respectivas contribuições previdenciárias.

Assuntos relacionados

Bem de família

Q.1580

Origem

Acerca do enriquecimento sem causa é correto afirmar:

TRT 8ª:: Juiz do trabalho
substituto - 1ªetapa
TRT 8ª
2006

(a) Aquele que, sem justa causa, enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários a partir da data do ajuizamento da ação in rem verso, cessando o dever de restituir no exato momento em que cessar também o enriquecimento sem causa.

(b) São pressupostos fáticos do enriquecimento sem causa: a obtenção de algo que resultou no aumento de patrimônio; a obtenção ter sido às expensas de outrem; imediatidade entre a obtenção e a vantagem financeira retirada; e ausência de causa jurídica ou decorrente de um negócio jurídico leonino.

(c) A ação in rem verso é de natureza pessoal, transmissível aos herdeiros, cujo objeto é a restituição no limite do prejuízo sofrido, permitindo-se a cumulação com o pedido de indenização por perdas e danos.

(d) Se o enriquecimento tiver por objeto coisa determinada, quem a recebeu fica obrigado a restituí-la, e, se a coisa não mais subsistir, a restituição se fará pelo valor do bem na época em que ocorreu a efetiva restituição.

(e) A ação in rem verso é de caráter subsidiário ou residual, na medida em que somente poderá ser intentada quando inexistir ação específica, sendo cabível não só quando não houver causa que justifique o enriquecimento, mas também se este deixou de existir.

Assuntos relacionados

Atos unilaterais

47.6 TRT 8ª:: Juiz do trabalho substituto - 2ªetapa

Q.1581

Origem

À luz do atual Código Civil Brasileiro é correto afirmar que:

TRT 8ª:: Juiz do trabalho
substituto - 2ªetapa
TRT 8ª
2006

(a) Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, e desde que a situação não possa ser superada com a revisão das cláusulas, admite-se a resolução do contrato.

(b) Os contratos aleatórios assim compreendidos como aqueles em que pelo menos uma das partes não pode antever a vantagem que receberá, por depender de um risco futuro, não estão sujeitos, em qualquer hipótese, a intervenção judicial.

(c) Não é vedada a estipulação de contrato que estabeleça obrigações para só uma das partes, admitindo-se, contudo, que a parte prejudicada pleiteie a redução do montante devido, ou ainda a alteração de como deve ser efetuado o pagamento, a fim de evitar onerosidade excessiva.

(d) Contém defeito passível de anulação o negócio jurídico cujo objeto seja a herança de pessoa viva.

(e) Regem o direito contratual os princípios da força vinculante do contrato, intangibilidade do conteúdo, boa-fé, probidade, função social, supremacia da vontade das partes, pacta sunt servanda e igualdade das partes contratantes.

Assuntos relacionados

Contratos

47.7 TRT 8ª:: Juiz do trabalho substituto - 1ªetapa

Q.1582

Origem

Sobre a eficácia da lei é correto afirmar que:

TRT 8ª:: Juiz do trabalho
substituto - 1ªetapa
TRT 8ª
2006

(a) Em se tratando de lei de vigência temporária, tem ela revogação automática quando vence o prazo predeterminado para sua expiração ou quando se dá a consumação de seu objeto. No primeiro caso, a revogação é tácita e, no segundo, é expressa.

(b) É modalidade de revogação expressa aquela que o legislador faz uma declaração genérica de revogação das disposições em contrário ao novo comando, sem identificar a lei ou dispositivos legais revogados.

(c) Caso venha ocorrer, antes da vigência da lei, nova publicação destinada à correção do texto da lei, inicia-se novo cômputo de prazo a partir da nova publicação.

(d) Considera-se direito adquirido apenas aquele decorrente de um negócio jurídico fundado na lei vigente ao tempo em que foi praticado.

(e) Uma vez revogada uma lei, não mais retorna à vida, mesmo que a lei revogadora desapareça, salvo disposições em contrário, pois o direito brasileiro adota o princípio de repristinação das leis.

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

Q.1583

Origem

Sabendo-se que bens imóveis são aqueles que não se podem transportar de um lugar para outro, sem destruição; ao contrário dos bens móveis, que podem ser transportados, por força própria ou estranha, sem deterioração em sua substância ou destinação econômico-social, é correta a seguinte afirmação:

TRT 8ª:: Juiz do trabalho
substituto - 1ªetapa
TRT 8ª
2006

(a) É imóvel por acessão física ou artificial tudo aquilo que o homem incorporar permanentemente ao solo, a exemplo dos edifícios e construções; enquanto perdem o caráter de imóveis as edificações que, separadas do solo, mesmo conservando sua unidade, forem removidas para outro local.

(b) São móveis por acessão intelectual ou por destinação do proprietário todas as coisas que este mantiver, intencionalmente, em sua exploração industrial, no seu aformoseamento ou na sua comodidade, tais como máquinas agrícolas, ornamentos e geradores.

(c) Não perde o caráter de imóveis os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem; assim como adquirem essa qualidade os materiais destinados à determinada construção, mesmo enquanto não forem nela empregados.

(d) Tanto o direito à sucessão aberta como os direitos autorais, enquanto direitos pessoais de caráter patrimonial, são considerados móveis para os efeitos legais.

(e) Se um prédio for demolido, o material de construção, decorrente da demolição, será tido como móvel, desde que não mais empregado em sua reconstrução.

Assuntos relacionados

Bens

Capítulo 48

TRT 9ª

48.1 TRT 9ª:: Magistratura do trabalho - 1ªetapa

Q.1584

Origem

Sobre a disciplina dos institutos da prescrição e da decadência no Código Civil de 2002, marque a alternativa incorreta:

TRT 9ª:: Magistratura do
trabalho - 1ªetapa
TRT 9ª
2006

- (a) As ações de cobrança em geral, em que se pretende que o réu pague determinada quantia em dinheiro, são condenatórias e, assim, estão sujeitas à prescrição.
- (b) O prazo prescricional e o decadencial têm como características tratar-se de prazos com possibilidade de interrupção, impedimento ou suspensão.
- (c) Tratando-se de prazo decadencial estabelecido em lei, sendo matéria de ordem pública, o juiz deve reconhecê-lo de ofício, independentemente de argüição pela parte interessada.
- (d) A prescrição não corre contra os absolutamente incapazes.
- (e) São requisitos da prescrição a existência de uma pretensão, a inércia do seu titular pelo período fixado em lei e, por fim, a ausência de causas que impeçam o transcurso do lapso temporal.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Q.1585

Origem

Sobre responsabilidade civil e culpa, assinale a alternativa correta:

TRT 9ª:: Magistratura do
trabalho - 1ªetapa
TRT 9ª
2006

I. A responsabilidade de reparação de danos pode derivar de ato próprio do agente, de ato de terceiros que estejam sob sua guarda legal ou por fato das coisas ou animais que lhe pertençam.

II. O empregador responde, independentemente de culpa de sua parte, pela reparação civil por atos praticados por seus prepostos no exercício do trabalho que lhes competir.

III. A verificação da culpa em concreto é aquela hipótese em que se considera que o agente podia prever e evitar o dano considerando suas condições particulares. Já a verificação da culpa em abstrato é aquela em que se compara a conduta do agente com aquela que se espera do homem médio, o "bonus pater familias".

IV. A culpa levíssima, que é aquela presente em condutas que somente seriam evitáveis mediante atenção extraordinária, acima do padrão do homem médio, não pode ser considerada como conduta antijurídica e não gera qualquer dever de indenizar.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

- (a) apenas as assertivas I, II e III estão corretas
- (b) apenas as assertivas I e II estão corretas
- (c) apenas as assertivas I, III e IV estão corretas
- (d) apenas as assertivas III e IV estão corretas
- (e) todas as assertivas estão corretas

Q.1586

Origem

Sobre teoria geral da responsabilidade civil, assinale a alternativa correta:

TRT 9ª:: Magistratura do
trabalho - 1ªetapa
TRT 9ª
2006

I. A teoria subjetiva da responsabilidade civil é fundada na culpa ou dolo do agente.

II. Admite-se a responsabilização do agente independentemente de culpa, quando a atividade por ele normalmente desenvolvida, por sua natureza intrínseca, implicar riscos, mas as hipóteses de aplicação da teoria do risco devem ser estrita e exaustivamente relacionadas por leis específicas.

III. De acordo com a teoria da responsabilidade por culpa presumida, presume-se a culpa do agente, invertendo-se o ônus da prova, mas facultando-lhe provar fatos excludentes da culpa que se presume.

IV. Pela teoria do abuso do direito, o agente pode ser responsabilizado a reparar danos decorrentes de uma conduta que, embora se caracterize como exercício de um direito seu, exceda a finalidade econômico-social daquele direito, desviando-o dos fins sociais, da boa-fé e dos bons costumes.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

- (a) apenas a assertiva I está correta
- (b) apenas as assertivas I e III estão corretas
- (c) apenas as assertivas II e IV estão corretas
- (d) apenas as assertivas I, III e IV estão corretas
- (e) todas as assertivas estão corretas

Q.1587

Origem

Sobre responsabilidade civil do empregador decorrente de acidente de trabalho, assinale a alternativa correta, considerando a seguinte narrativa: "Em uma ação de reparação de danos proposta por um jovem trabalhador em razão de acidente de trabalho, ocasionado por ato negligente do empregador, que levou à amputação de um de seus membros superiores".

I. Não é relevante o fato de ter o trabalhador concorrido com parcela de culpa pessoal para a ocorrência do acidente, pois a culpa do trabalhador, se não for exclusiva, não altera o dever do empregador de indenizar integralmente os danos materiais e morais sofridos.

II. Condenado o empregador a efetuar pagamentos indenizatórios mensais à vítima, correspondentes à sua redução de capacidade laborativa, assistelhe no futuro o direito de promover judicialmente, através de ação revisional, alterações no valor das prestações devidas, na hipótese de alteração superveniente da condição financeira do credor que corresponda a substancial melhoria de seu patrimônio.

III. Esse trabalhador cursava aulas de pintura artística e almejava, no futuro, dedicar-se a esta carreira. O juiz deve condenar o empregador a ressarcir os danos materiais decorrentes da redução de sua capacidade laborativa, considerando neles a expectativa de sucesso da vítima na carreira artística que planejava implementar, como danos sucessivos, pois a reparação deve ser o mais ampla e integral possível.

IV. A amputação do membro atinge interesses não patrimoniais da vítima, como sua integridade corporal e auto-estima, cuja lesão merece compensação financeira, plenamente cumulável com a reparação dos danos patrimoniais, desde que o trabalhador comprove efetivamente que o acidente abalou seu estado emocional, provocando perturbação psíquica concreta.

- (a) nenhuma assertiva está correta
- (b) apenas a assertiva II está correta
- (c) apenas a assertiva III está correta
- (d) apenas as assertivas II e IV estão corretas
- (e) apenas as assertivas I, III e IV estão corretas

TRT 9ª:: Magistratura do
trabalho - 1ªetapa
TRT 9ª
2006

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

Q.1588

Origem

A respeito da prova assinale a alternativa correta:

- (a) São amplos os poderes decisórios do juiz, limitados pelas garantias constitucionais, mas não detém o magistrado poderes probatórios.
- (b) Dependem de prova os fatos tidos por verdadeiros por presunção legal.
- (c) O direito invocado, em regra, depende de prova.
- (d) Admite-se como prova a confissão real quando disser respeito a direitos indisponíveis, quando não exigida forma especial para a prova do fato e quando presente a capacidade civil de quem confessa.
- (e) As presunções legais absolutas não admitem prova em contrário, enquanto as presunções legais relativas podem ser afastadas por prova em contrário.

TRT 9ª:: Magistratura do
trabalho - 1ªetapa
TRT 9ª
2006

Assuntos relacionados

Provas

Q.1589

Origem

Marque a alternativa incorreta:

TRT 9ª:: Magistratura do
trabalho - 1ªetapa
TRT 9ª
2006

- (a) A parte lesada pelo inadimplemento pode exigir o cumprimento ou a resolução do contrato, e somente quando requerer a resolução caberá indenização por perdas e danos.
- (b) O distrato faz-se pela mesma forma exigida para a celebração do contrato.
- (c) A compensação de dívida fica impedida se uma delas originar-se de alimentos.
- (d) O devedor somente pode compensar com o credor o que este lhe dever.
- (e) Se o credor se recusa a receber o pagamento, sem justa causa, o depósito do valor devido em estabelecimento bancário extingue a obrigação.

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

Q.1590

Origem

Marque a alternativa correta:

TRT 9ª:: Magistratura do
trabalho - 1ªetapa
TRT 9ª
2006

- (a) Não se reputa nula de pleno direito a cláusula que contém renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.
- (b) Em presença de dúvidas ou contradições, as cláusulas contratuais serão interpretadas da forma mais favorável ao aderente, nos contratos de adesão.
- (c) As normas gerais fixadas no Código Civil não se aplicam a contratos atípicos.
- (d) Obriga o proponente a proposta de contrato feita sem prazo por telefone ou por meio de comunicação semelhante e não aceita imediatamente.
- (e) Reputa-se celebrado o contrato necessariamente no lugar em que aceito.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.1591

Origem

Assinale a alternativa incorreta:

TRT 9ª:: Magistratura do
trabalho - 1ªetapa
TRT 9ª
2006

- (a) Considerando-se que o contrato tem uma função social, como ocorre com os demais direitos, tem-se que o Direito não tutela interesse de credor no cumprimento de obrigação que seja fútil do ponto de vista social e estranha ao bem comum.
- (b) Carecem de validade as cláusulas de um contrato de adesão que ensejam desequilíbrio entre as obrigações das partes, em prejuízo da parte mais fraca.
- (c) A essência das obrigações de fazer reside na atividade a ser realizada e não na coisa dela resultante.
- (d) Considerando-se a moradia como elemento essencial à dignidade da pessoa humana, é sustentável admitir-se a impenhorabilidade do bem imóvel destinado à moradia do devedor solteiro, viúvo, divorciado, enfim do devedor solitário.
- (e) Embora de ordem pública, as cláusulas gerais, para serem aplicadas pelo juiz, dependem de pedido da parte ou do interessado.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.1592

Origem

Assinale a alternativa correta:

TRT 9ª:: Magistratura do
trabalho - 1ªetapa
TRT 9ª
2006

- (a) A simplificação da atividade mercantil pelo Código Civil de 2002 torna desnecessário o registro público da sociedade.
- (b) O Código Civil de 2002 traz disciplina específica para atos do comércio e atos civis, assim como para contratos e obrigações mercantis.
- (c) O Código Civil de 2002 considera empresariais as atividades de comércio e indústria, assim como as de prestadores de serviços, inclusive profissões intelectuais, de natureza científica, literária ou artística, independentemente de figurarem como elemento de empresa.
- (d) Pequenos empresários e empresários rurais não têm tratamento diferenciado no Código Civil de 2002.
- (e) O Código Civil de 2002 aboliu a exigência da presença de testemunhas para a validade e para a prova dos contratos, inclusive mercantis.

Assuntos relacionados

Q.1593

Origem

Em se tratando de cláusula penal, assinale a incorreta:

TRT 9ª:: Magistratura do
trabalho - 1ªetapa
TRT 9ª
2006

- (a) Tem eficácia quando estipulada após firmada a obrigação principal, antes do descumprimento desta.
- (b) Quando estipulada para o caso de mora, poderá o credor exigi-la conjuntamente com o cumprimento da obrigação principal.
- (c) Para o recebimento de indenização complementar ajustada além da cláusula penal o credor deverá provar os danos excedentes ao valor desta.
- (d) É faculdade do juiz reduzir equitativamente o montante da cláusula penal quando o devedor cumpre parcialmente a obrigação.
- (e) Torna-se exigível a cláusula penal quando apenas um dos devedores não cumpre obrigação indivisível.

Assuntos relacionados

Capítulo 49

VUNESP

49.1 OAB-SP :: OAB 130º

Q.1594

O titular de um direito que o exerce de modo abusivo, excedendo os limites da boa-fé ou de seu fim social, pratica ato

- (a) ilícito e que pode ensejar reparação civil.
- (b) lícito, mas que pode ensejar reparação civil.
- (c) lícito, apesar do seu abuso.
- (d) ilícito, mas sem possibilidade de reparação civil.

Origem

OAB-SP :: OAB 130º
VUNESP
2006

Assuntos relacionados

Atos jurídicos ilícitos

49.2 OAB-SP :: OAB 129º

Q.1595

Sobre a Responsabilidade Civil, é errado afirmar:

- (a) o Código Civil possibilita a redução da indenização no caso de desproporção entre a gravidade da culpa do agente e o dano sofrido pela vítima.
- (b) o patrão é presumivelmente culpado pelo ato ilícito praticado pelo empregado no exercício de suas funções.
- (c) o absolutamente incapaz pode vir a ser condenado no âmbito civil pessoalmente pelos danos que causar.
- (d) o agente pode responder objetivamente pelos danos que causar se a atividade por ele desenvolvida implicar risco.

Origem

OAB-SP :: OAB 129º
VUNESP
2006

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

49.3 OAB-SP :: OAB 130º

Q.1596

Origem

Não é exemplo de solidariedade passiva decorrente da lei a obrigação entre

OAB-SP :: OAB 130º
VUNESP
2006

- (a) a pluralidade de fiadores conjuntamente obrigados por uma mesma dívida, perante o credor.
- (b) a pluralidade de inquilinos de um mesmo imóvel, perante o locador.
- (c) a pluralidade de comodatários de um mesmo bem, perante o comodante.
- (d) o fiador e o devedor principal perante o credor.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

Q.1597

Origem

Segundo o Código Civil, a desconsideração da personalidade jurídica

OAB-SP :: OAB 130º
VUNESP
2006

- (a) deve ser utilizada sempre que não for possível o ressarcimento de prejuízos pela pessoa jurídica.
- (b) significa dissolver a pessoa jurídica para - com o capital arrecadado - pagar os credores.
- (c) deve ser a regra nos casos de ações de cobrança de dívidas contra pessoas jurídicas.
- (d) significa estender - em determinados casos - os efeitos de certas obrigações da pessoa jurídica aos bens particulares dos sócios.

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

Q.1598

Origem

Após um dia normal de trabalho em seu escritório, João, 40 anos, não volta para casa e não deixa representante ou procurador. É correto afirmar que a propriedade dos bens de João será definitivamente entregue aos herdeiros

OAB-SP :: OAB 130º
VUNESP
2006

- (a) logo após o encerramento das buscas e o subsequente inventário.
- (b) após o procedimento de justificação para assentamento de óbito e o subsequente inventário.
- (c) após o transcurso de mais de 10 anos do desaparecimento.
- (d) após a declaração da morte presumida, sem necessidade de procedimento de ausência.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

49.4 OAB-SP :: OAB 129º

Q.1599

Origem

Quanto ao Direito de Família, assinale a alternativa correta.

OAB-SP :: OAB 129º
VUNESP
2006

- (a) Presunção pater is est foi abolida do Código Civil de 2002)
- (b) O Código Civil prevê expressamente que a criança concebida com material genético de Beatriz e de um terceiro pode ser considerada para todos os efeitos como filha de Beatriz e de seu marido, desde que este autorize a inseminação.
- (c) Adultério confessado pela esposa afasta a presunção de que o seu filho, nascido na época da traição, é do seu marido.
- (d) Prova da impotência do marido para gerar, à época da concepção, não afasta a presunção da paternidade.

Assuntos relacionados

Relações de parentesco

Q.1600

Origem

Sobre o Direito das Sucessões, é errado afirmar:

OAB-SP :: OAB 129º
VUNESP
2006

- (a) os filhos do herdeiro renunciante herdam por representação.
- (b) é lícito a José ceder os direitos que possui na sucessão do seu pai, Joaquim, que já faleceu.
- (c) Pedro pode nomear como herdeira testamentária sua sobrinha, que nem sequer foi concebida.
- (d) as testemunhas do testamento não podem ser nomeadas herdeiras.

Assuntos relacionados

Sucessão legítima

49.5 OAB-SP :: OAB 130º

Q.1601

Origem

Sobre a sucessão legítima, é correto afirmar que, na falta de descendentes e ascendentes, sendo casado o falecido,

OAB-SP :: OAB 130º
VUNESP
2006

- (a) o cônjuge sobrevivente não será considerado herdeiro necessário.
- (b) herdarão os irmãos do falecido.
- (c) a sucessão será inteiramente deferida ao cônjuge, ainda que o casamento tenha sido na separação convencional.
- (d) o cônjuge terá direito apenas à meação, enquanto que os demais parentes do falecido terão direito à sucessão.

Assuntos relacionados

Sucessão legítima

Q.1602

Origem

Quanto à sucessão colateral, é correto afirmar que

OAB-SP :: OAB 130º
VUNESP
2006

- (a) deixando o falecido apenas um tio e um sobrinho, a herança se divide ao meio.
- (b) a única hipótese de representação será em favor dos filhos de irmãos do falecido.
- (c) não há distinção entre irmãos bilaterais ou unilaterais do falecido.
- (d) o Código prevê a concorrência entre o irmão do falecido e a viúva do falecido.

Assuntos relacionados

Sucessão legítima

49.6 OAB-SP :: OAB 129º

Q.1603

Origem

Sobre a Sucessão testamentária, é errado afirmar:

OAB-SP :: OAB 129º
VUNESP
2006

- (a) são espécies de substituição testamentária: a vulgar singular, a fideicomissária e a compendiosa.
- (b) o testador pode estabelecer cláusula de inalienabilidade sobre os bens da parte legítima, desde que exponha uma justa causa para tanto.
- (c) é possível o filho deserdar seu pai da herança.
- (d) se o legado de coisa determinada pelo gênero não existir no patrimônio do testador, a disposição testamentária caducará.

Assuntos relacionados

Sucessão testamentária

Q.1604

Origem

Quanto à União Estável, é errado afirmar:

OAB-SP :: OAB 129º
VUNESP
2006

- (a) é possível que ocorra União Estável entre uma mulher solteira e um homem casado, mas separado de fato.
- (b) as relações não eventuais entre o homem e a mulher, impedidos de casar, constituem concubinato.
- (c) aplicam-se analogicamente para o convivente da União Estável as regras sucessórias do cônjuge casado sob comunhão parcial.
- (d) as causas suspensivas do casamento não impedem a caracterização da união estável.

Assuntos relacionados

União estável

Q.1605

Origem

São formas de adimplemento:

OAB-SP :: OAB 129º
VUNESP
2006

- (a) novação subjetiva passiva por expromissão, remissão e imputação.
- (b) compensação, confusão e comistão.
- (c) pagamento direto, consignação e adjunção.
- (d) estipulação em favor de terceiro, dação e pagamento com sub-rogação.

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

Q.1606

Origem

Devedor transfere a posse de seu imóvel ao credor, a fim de que este possa se pagar do crédito do qual é titular, utilizando para tanto os frutos e rendimentos do imóvel. Verifica-se, neste caso,

OAB-SP :: OAB 129º
VUNESP
2006

- (a) enfiteuse.
- (b) anticrese.
- (c) penhor.
- (d) hipoteca.

Assuntos relacionados

Penhor
Hipoteca
Anticrese

49.7 OAB-SP :: OAB 130º

Q.1607

Origem

Sobre o penhor, é errado afirmar que

OAB-SP :: OAB 130º
VUNESP
2006

- (a) implica sempre na transferência da posse ao credor, da coisa dada em garantia.
- (b) se extingue com o perecimento da coisa dada em garantia.
- (c) o pagamento de uma das prestações não implica exoneração correspondente da garantia, ainda que esta compreenda vários bens.
- (d) o condômino pode dar em garantia sua parte ideal da coisa, independentemente da autorização dos demais.

Assuntos relacionados

Penhor
Hipoteca
Anticrese

Q.1608

Origem

Sobre o pacto antenupcial, é errado afirmar que

OAB-SP :: OAB 130º
VUNESP
2006

- (a) a escritura pública é requisito essencial para sua validade.
- (b) o casamento é requisito essencial para sua eficácia.
- (c) deve, obrigatoriamente, optar por um dos regimes previstos pelo Código.
- (d) o regime nele contido poderá ser alterado durante o casamento.

Assuntos relacionados

Regime de bens entre os cônjuges

Q.1609

Origem

A respeito da comunhão parcial de bens, é correto afirmar que

OAB-SP :: OAB 130º
VUNESP
2006

- (a) o apartamento que o marido adquiriu por sucessão durante o casamento, comunica-se com a esposa.
- (b) há presunção absoluta de que os bens móveis pertencem a ambos os cônjuges.
- (c) são incomunicáveis os bens adquiridos por fato eventual.
- (d) se comunicam os aluguéis do apartamento exclusivamente pertencente ao marido, desde que percebidos na constância do casamento.

Assuntos relacionados

Regime de bens entre os cônjuges

49.8 OAB-SP :: OAB 129º

Q.1610

Origem

Sobre os direitos reais, é errado afirmar:

OAB-SP :: OAB 129º
VUNESP
2006

- (a) mesmo que convencionada a indivisibilidade de um bem em condomínio por prazo certo, o juiz poderá dividir a coisa comum dentro desse prazo.
- (b) confusão e adjunção são modos de aquisição da propriedade móvel.
- (c) o menor prazo de usucapião previsto pelo Código é de 5 anos.
- (d) penhor é um direito real sobre coisa alheia de garantia.

Assuntos relacionados

Direitos reais

49.9 OAB-SP :: OAB 130º

Q.1611

Origem

Sobre o usufruto, é errado afirmar que

OAB-SP :: OAB 130º
VUNESP
2006

- (a) constituído em favor de dois usufrutuários, extingue-se o usufruto na parte daquele que falecer.
- (b) constituído em favor de dois usufrutuários, o direito de usufruto do que vier a falecer acresce à parte do sobrevivente.
- (c) pode recair sobre títulos de crédito.
- (d) se extingue o usufruto pelo não uso, ou não fruição, da coisa em que o usufruto recai.

Assuntos relacionados

Usufruto

49.10 OAB-SP :: OAB 129º

Q.1612

Origem

Sobre as pertenças, é correto afirmar que

OAB-SP :: OAB 129º
VUNESP
2006

- (a) são bens acessórios e por isso seguem a sorte do principal.
- (b) constituem parte integrante do bem principal e destinam-se ao seu aformoseamento.
- (c) são benfeitorias úteis.
- (d) apesar de consideradas bens acessórios, não seguem a sorte do principal.

Assuntos relacionados

Bens

Q.1613

Origem

Sobre a teoria das nulidades, é errado afirmar:

OAB-SP :: OAB 129º
VUNESP
2006

- (a) negócio nulo pode ser objeto de conversão, a fim de que o novo negócio ganhe validade e eficácia.
- (b) são nulos os negócios em que a lei proíbe sua prática sem cominar sanção.
- (c) em regra, é de 4 anos o prazo para pleitear-se a nulidade absoluta do negócio jurídico.
- (d) negócio anulável admite ratificação tácita.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Parte V

2005

Capítulo 50

ESAF

50.1 Estado-RN :: Auditor Fiscal do Tesouro

Q.1614

Se o devedor a quem compete a escolha se obriga a pagar ao credor, anualmente, dez valiosas obras de arte ou dois milhões de reais, a cada ano que passa

- (a) deverá manter a escolha efetuada em determinado tempo.
- (b) estará privado de optar por prestação diversa no período seguinte.
- (c) a escolha, que fez num ano, o obrigará a mantê-la no ano seguinte.
- (d) poderá optar ora pela entrega das obras de arte, ora pelo pagamento daquela quantia, pois a lei reconhece o *jus variandi* na escolha de prestação sucessiva.
- (e) deverá fazer um acordo com o credor relativamente à concentração; não havendo unanimidade, o órgão judicante decidirá, findo o prazo por este fixado para a deliberação, indicando qual das prestações deverá ser cumprida para que o devedor se libere.

Origem

Estado-RN :: Auditor Fiscal do
Tesouro
ESAF
2005

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

50.2 TRT 7ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.1615

"A", "B" e "C" são credores solidários de "D", que lhes deve R\$ 60.000,00. Com o óbito de "A", seus herdeiros "E" e "F" poderão reclamar:

- (a) da quota do crédito do *de cujus* (R\$ 20.000,00), a metade relativa ao quinhão hereditário de cada um, ou seja, R\$ 10.000,00.
- (b) a prestação por inteiro, por haver solidariedade.
- (c) a totalidade do crédito, pois "B" e "C" terão por direito de regresso a quota que lhes seria cabível.
- (d) o total do crédito solidário, ante a indivisibilidade da prestação devida.
- (e) por inteiro o *quantum* devido, visto que não agem em conjunto.

Origem

TRT 7ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
ESAF
2005

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

Q.1616

Origem

O princípio do *concurso partis fiunt* :

TRT 7ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
ESAF
2005

(a) decorre da presunção legal de que, em caso de multiplicidade de devedores ou de credores em obrigação divisível, tal obrigação está dividida em tantas obrigações iguais e distintas quantos forem os credores e devedores, de modo que advém do concurso de mais participantes numa mesma obrigação, e por ele nenhum credor poderá pedir senão a sua parte, nenhum devedor está obrigado senão pela sua parte.

(b) é próprio da indivisibilidade da obrigação, que não comporta sua cisão em várias obrigações parceladas distintas.

(c) requer que, uma vez cumprida parcialmente a prestação, o credor não obtenha nenhuma utilidade ou obtenha a que não representa a parte exata da que resultaria do adimplemento integral.

(d) confere a cada co-credor, sendo indivisível a obrigação, o direito de exigir em dinheiro, daquele que recebe a prestação por inteiro, a parte que lhe caiba no final.

(e) se aplicado for, não operará a extinção da dívida, visto que o vínculo obrigacional sofrerá uma diminuição em sua extensão, uma vez que se desconta em dinheiro a quota no remitente.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

Q.1617

Origem

A cooperativa:

TRT 7ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
ESAF
2005

(a) tem, por força legal, a natureza de sociedade simples, o que a impedirá de ser sócia de qualquer tipo societário e de prestar serviços, voltados ao atendimento de seus sócios, impossibilitando o exercício de uma atividade econômica comum.

(b) apresenta indivisibilidade do fundo de reserva entre os sócios, mesmo que haja dissolução da sociedade, para reforçar o patrimônio cooperativo e assegurar aos credores a integridade de seus créditos.

(c) impõe responsabilidade ao cooperado, que só poderá ser limitada.

(d) tem por característica a invariabilidade ou impossibilidade de dispensa do capital social, desde que estipulada no ato constitutivo.

(e) disciplinar-se-á em caso de omissão de lei especial pelos artigos 986 a 996 do novo Código Civil, alusivos à sociedade em comum.

Assuntos relacionados

Sociedade personificada

Q.1618

Origem

Assinale a opção verdadeira.

TRT 7ª.: Juiz do Trabalho
Substituto
ESAF
2005

- (a) O credor que se sentir lesado pela incorporação, fusão ou cisão societária poderá, sob pena de prescrição, dentro de cento e oitenta dias, contados da publicação desses atos, pleitear em juízo anulação dos negócios reorganizativos.
- (b) O benefício de ordem não é decorrência lógica da personificação da sociedade, pois ela terá personalidade distinta da de seus membros, responsabilizando-se primeiro pelos débitos sociais.
- (c) O liquidante de sociedade dissolvida poderá, a qualquer tempo, ser destituído mesmo que não haja deliberação majoritária dos sócios que o elegeram.
- (d) Com o trespasse, o estabelecimento passa a integrar o patrimônio do adquirente, logo não será necessária, para sua eficácia, a tutela dos interesses dos credores, mesmo que o preço contratado seja insuficiente para a cobertura dos débitos sociais.
- (e) Durante o biênio legal, contado da averbação de modificação do contrato social no competente Registro Civil das Pessoas Jurídicas, relativa à cessão de quota social, ficará afastado o princípio *concurso partes fiunt*, pois tanto o cessionário como o cedente responderão, perante terceiros e a sociedade, *in totum et totaliter*, pelo inadimplemento dos deveres societários.

Assuntos relacionados

Sociedade personificada

Q.1619

Origem

Aponte a opção correta.

TRT 7ª.: Juiz do Trabalho
Substituto
ESAF
2005

- (a) O novel Código Civil não prevê a possibilidade de administração da sociedade por mandato tácito.
- (b) A sociedade simples não se dissolverá se ocorre cassação da autorização para seu funcionamento.
- (c) O contrato social poderá prever que a sociedade simples se dissolverá por implemento de certa condição resolutiva, por insuficiência de capital para atingir o fim por ela perseguido ou por desfalque no capital social.
- (d) Na sociedade em comandita simples, os sócios comanditados (pessoas físicas ou jurídicas) obrigam-se pelos fundos com que entraram para a sociedade.
- (e) Na sociedade limitada os sócios poderão contribuir para a formação do capital social com bens, dinheiro, crédito e serviços.

Assuntos relacionados

Sociedade personificada

50.3 Estado-RN :: Auditor Fiscal do Tesouro

Q.1620

Origem

A locação, quanto ao tempo de sua execução, é contrato

Estado-RN :: Auditor Fiscal do
Tesouro
ESAF
2005

- (a) de transmissão de uso e gozo.
- (b) de execução continuada.
- (c) bilateral.
- (d) consensual.
- (e) de execução imediata.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

50.4 TRT 7ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.1621

Origem

A doação de imóvel a duas pessoas, dando a uma delas o direito de usá-lo durante dez anos e à outra a partir dessa época, é tida como:

TRT 7ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
ESAF
2005

- (a) doação inoficiosa.
- (b) doação com cláusula de reversão.
- (c) doação sob forma de subvenção periódica.
- (d) doação a termo.
- (e) doação modal.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.1622

Origem

Assinale a opção falsa.

TRT 7ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
ESAF
2005

- (a) Se alguém, mensalmente, adquirir de outrem certo objeto, na falta de definição do preço ou de critério para sua determinação, inexistindo tabelamento oficial, o negócio não será ineficaz, pois os contratantes sujeitar-se-ão ao preço corrente nas vendas habituais do vendedor.
- (b) Se a coisa foi oportunamente oferecida pelo vendedor ao comprador, que não a quis receber, ele suportará os riscos da coisa, por estar em mora.
- (c) A preempção convencional é a cláusula pela qual o adquirente de coisa móvel ou imóvel terá o dever de oferecê-la, por meio de notificação, judicial ou extrajudicial, a quem lhe vendeu, para que esse use de seu direito de prelação em igualdade de condições com terceiro, no caso de pretender vendê-la ou dá-la em pagamento.
- (d) Na venda a vista só se entrega o objeto vendido mediante pagamento do preço.
- (e) O contrato de compra e venda serve de *titulus adquirendi*, gerando, por isso, entre os contratantes um direito real.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

50.5 Estado-RN :: Auditor Fiscal do Tesouro

Q.1623

Origem

Assinale a opção correta.

Estado-RN :: Auditor Fiscal do
Tesouro
ESAF
2005

- (a) Dá-se a liberação do imóvel hipotecado, convencionalmente, pela preempção legal, ou seja, pelo decurso de 30 anos do seu registro sem que haja renovação do direito real de garantia.
- (b) O dono do prédio dominante tem o dever de exercer a servidão *civiliter modo*, evitando o agravar o prédio serviente, uma vez que a servidão deve ater-se às necessidades do proprietário do imóvel serviente.
- (c) O usufruto simultâneo não é permitido em nosso ordenamento jurídico.
- (d) O nu proprietário tem a posse direta porque concedeu ao usufrutuário o direito de possuir, conservando apenas a substância da coisa.
- (e) A renúncia tácita ou presumida do penhor pelo credor está vedada no direito brasileiro, visto que requer que ela se dê por ato *inter vivos* ou *causa mortis*, por escrito devidamente formalizado ou por termo nos autos.

Assuntos relacionados

Q.1624

Origem

Assinale a opção falsa.

Estado-RN :: Auditor Fiscal do
Tesouro
ESAF
2005

- (a) Não podem casar padrasto e enteada mesmo já dissolvido o casamento que originou a afinidade.
- (b) Com o escopo de evitar núpcias de pessoas que se acham em poder de outrem, que poderia, por isso, obter um consentimento não espontâneo, não se recomenda o casamento de tutor com a pessoa tutelada, enquanto não cessar a tutela e não estiverem saldadas as contas, sob pena de o casamento ser realizado sob o regime de separação de bens, salvo se se comprovar que não haverá dano à pupila.
- (c) No pacto antenupcial, que adotar o regime de participação final nos aquestos, não se poderá convencionar a livre disposição dos bens imóveis, ainda que particulares.
- (d) O dever de prestação alimentícia transmite-se *causa mortis* aos herdeiros do devedor, que por ela responderão até as forças da herança.
- (e) O parentesco entre tio-avô e sobrinho-neto é colateral em 4º grau.

Assuntos relacionados

Casamento

Q.1625

Origem

É medida socioeducativa imposta pela prática de ato infracional pelo menor,

Estado-RN :: Auditor Fiscal do
Tesouro
ESAF
2005

- (a) o encaminhamento a programa oficial ou comunitário de promoção à família.
- (b) a concessão da remissão que pode incluir a medida de colocação em regime de semiliberdade e a de internação.
- (c) o afastamento da moradia comum.
- (d) a participação no Conselho Tutelar.
- (e) a liberdade assistida.

Assuntos relacionados

Direito civil

50.6 TRT 7ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.1626

Origem

A analogia *juris* :

TRT 7ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
ESAF
2005

- (a) surge do fato de que as notas, que trazem a tônica da semelhança de um objeto a outro, convenham ao segundo em grau distinto do primeiro.
- (b) é o argumento consistente em ter por ordenado ou permitido, de modo implícito, algo menor do que o que está determinado ou autorizado *expressis verbis*.
- (c) parte do fato de que uma disposição normativa inclui certo comportamento num modo deontico, excluindo-se de seu âmbito qualquer outra conduta, isto é, um comportamento "C" estando proibido, qualquer conduta "Não - C" está permitida.
- (d) estriba-se num conjunto de normas, para extrair elementos que possibilitem sua aplicabilidade ao caso concreto não contemplado, mas similar.
- (e) consiste em passar da validade de uma disposição normativa menos extensa para outra mais ampla, necessitando-se, para tanto, do auxílio de valorações.

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

Q.1627

Origem

O princípio da continuidade assim se enuncia:

TRT 7ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
ESAF
2005

- (a) a norma revogada continua vinculante para os casos anteriores à sua revogação.
- (b) a norma atinge os efeitos de atos jurídicos praticados sob o império da lei revogada.
- (c) não se destinando à vigência temporária, a norma estará em vigor enquanto não surgir outra que a altere ou revogue.
- (d) há incompatibilidade entre a lei nova e a antiga, se a nova regular inteiramente a matéria tratada pela anterior.
- (e) a norma só obriga no espaço nacional, ou seja, no seu território, mas suas águas e na sua atmosfera.

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

Q.1628

Origem

Uma casa de madeira, que pode ser retirada de seus alicerces, para ser fixada em local diverso do original, é considerada:

TRT 7ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
ESAF
2005

- (a) bem móvel por antecipação.
- (b) bem imóvel.
- (c) bem semovente.
- (d) bem móvel por natureza.
- (e) bem imóvel por determinação legal.

Assuntos relacionados

Bens

Q.1629

Origem

A lesão especial acarreta anulabilidade do negócio, permitindo-se, porém, para evitá-la:

TRT 7ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
ESAF
2005

- (a) a dispensa da verificação do dolo da parte que se aproveitou.
- (b) a comprovação da culpabilidade do beneficiado e apreciação da desproporção das prestações, segundo valores vigentes ao tempo da celebração do negócio pela técnica pericial.
- (c) a prova da premência de necessidade da inexperiência e da desproporção das prestações.
- (d) a oferta de suplemento suficiente, inclusive em juízo, para equilibrar as prestações, evitando enriquecimento sem causa, ou se o favorecido concordar com a redução da vantagem, aproveitando, assim, o negócio.
- (e) a prova da existência de um risco pessoal que diminui a capacidade da parte de dispor livre e conscientemente.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.1630

Origem

Assinale a opção errônea.

TRT 7ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
ESAF
2005

(a) A data provável do óbito, fixada em sentença, demarcará o *dies a quo* em que a declaração judicial de morte presumida sem decretação de ausência irradiará efeitos jurídicos.

(b) As associações públicas são consórcios públicos que não têm personalidade jurídica de direito público, apesar de conjugarem esforços de entidades públicas, que firmam acordos para a execução de um objeto de finalidade pública.

(c) Os usuários de psicotrópicos, que sofram redução na sua capacidade de entendimento, não poderão praticar atos na vida civil sem assistência de um curador, desde que interditos.

(d) O tutor, cujo tutelado é menor com idade de 16 anos, deverá para emancipá-lo requerer sua emancipação ao magistrado, que a concederá mediante sentença, hipótese em que se terá emancipação judicial.

(e) O Código Civil de 2002 admite a pluralidade domiciliar.

Assuntos relacionados

Capítulo 51

FAPEU

51.1 TRE-SC :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.1631

Assinale a alternativa **CORRETA** .

- (a) O incapaz não responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
- (b) É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.
- (c) O Juiz, de ofício, não deve conhecer da decadência, quando estabelecida em lei.
- (d) Se o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito, é válido o negócio jurídico firmado entre elas.

Origem

TRE-SC :: Analista Judiciário -
Judiciária
FAPEU
2005

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.1632

Segundo o Código Civil, assinale a alternativa **CORRETA** .

- (a) Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a 30 (trinta) vezes o maior salário mínimo no País.
- (b) O credor que demandar o devedor antes de vencida a dívida, fora dos casos em que a lei o permita, ficará obrigado a pagar a este o dobro do valor pleiteado.
- (c) Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia 6 (seis) meses depois de oficialmente publicada.
- (d) O negócio jurídico nulo é suscetível de confirmação e convalesce pelo decurso do tempo.

Origem

TRE-SC :: Analista Judiciário -
Judiciária
FAPEU
2005

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Capítulo 52

FCC

52.1 PM Santos :: Procurador

Q.1633

Da ação civil pública, diz-se que

- (a) correrá sempre em segredo de justiça.
- (b) a multa cominada liminarmente será exigida desde o ajuizamento da ação.
- (c) não se admitirá o litisconsórcio facultativo.
- (d) poderá o juiz conceder mandado liminar, com ou sem justificação prévia, em decisão irrecorrida.
- (e) é cabível, sem prejuízo da ação popular.

Origem

PM Santos :: Procurador
FCC
2005

Assuntos relacionados

Ação civil pública

52.2 OAB-SP :: OAB

Q.1634

João recebeu, em 10 de abril de 2005, em sua residência, a visita de um Oficial de Justiça, que lhe entregou, na referida data, um mandado de citação extraído do processo de alimentos que lhe promove sua filha Josefina. De acordo com o procedimento preceituado na lei de alimentos é certo que consta do mandado de citação a seguinte informação e advertência:

- (a) João poderá promover a apresentação de sua contestação, no prazo de 05 dias, contados a partir da juntada aos autos do mandato citatório, sob pena de, não o fazendo, ser considerado revel.
- (b) João poderá comparecer à audiência de tentativa de conciliação, cuja data consta do mandado e, caso não haja acordo, poderá oferecer contestação no prazo de 15 dias contados da data do ato conciliatório.
- (c) João poderá promover a apresentação de sua contestação, no prazo de 15 dias, contados a partir da juntada aos autos do mandato citatório, sob pena de, não o fazendo, ser considerado revel.
- (d) João poderá comparecer à audiência de tentativa de conciliação, cuja data consta do mandado e, caso não haja acordo, poderá oferecer contestação na própria audiência.

Origem

OAB-SP :: OAB
FCC
2005

Assuntos relacionados

Ação de alimentos

52.3 PGE-SE :: Procurador do Estado

Q.1635

Origem

A respeito das ações de desapropriação por utilidade pública é correto dizer que

PGE-SE :: Procurador do Estado
FCC
2005

- (a) afirmada a urgência, poderá ser concedida liminar de imissão na posse.
- (b) os bens expropriados poderão ser reivindicados pelo expropriado em casos de nulidade do processo de desapropriação.
- (c) a ocupação do prédio expropriado só é possível mediante o pagamento total da indenização, avaliada por perícia judicial.
- (d) o depósito prévio do preço fixado pelo juiz da causa, caracteriza-se como caução para garantia das ações executivas da desapropriação.
- (e) a declaração de utilidade pública para fins de desapropriação deve ser realizada sempre por lei de iniciativa do chefe do Poder Executivo.

Assuntos relacionados

Ação de desapropriação

52.4 PM Santos :: Procurador

Q.1636

Origem

Para fins de reforma agrária, o imóvel rural de área superior a quatro e até quinze módulos fiscais é conceituado como

PM Santos :: Procurador
FCC
2005

- (a) média propriedade, sendo insusceptível de desapropriação, mesmo que seu proprietário possua outra propriedade rural.
- (b) média propriedade, sendo insusceptível de desapropriação, desde que seu proprietário não possua outra propriedade rural.
- (c) pequena propriedade, sendo insusceptível de desapropriação, desde que seu proprietário não possua outra propriedade rural.
- (d) pequena propriedade, sendo insusceptível de desapropriação, mesmo que seu proprietário possua outra propriedade rural.
- (e) média propriedade, sendo susceptível de desapropriação, mesmo que seu proprietário não possua outra propriedade rural.

Assuntos relacionados

Ação de desapropriação

52.5 PGE-SE :: Procurador do Estado

Q.1637

Origem

Sobre a ação popular, é INCORRETO afirmar:

PGE-SE :: Procurador do Estado
FCC
2005

- (a) a sentença terá efeitos *erga omnes*, exceto a que julgar improcedente o pedido por insuficiência de provas.
- (b) qualquer cidadão está legitimado a propor a ação popular.
- (c) os integrantes do ato impugnado são litisconsortes necessários e o prazo para contestar será comum de 20 dias, podendo ser prorrogáveis por mais 20 dias.
- (d) a sentença de procedência do pedido está sujeita ao duplo grau de jurisdição e só produzirá efeitos se confirmada pelo tribunal.
- (e) a propositura da ação popular previne a competência do juízo para todas as ações posteriores que tiverem os mesmos fundamentos.

Assuntos relacionados

Ação popular

52.6 PGE-GO :: Procurador Geral do Estado

Q.1638

Origem

A respeito do abuso de direito, é correto afirmar:

PGE-GO :: Procurador Geral do
Estado
FCC
2005

- (a) Com a criação do novo Código Civil, o abuso de direito integra o ato ilícito.
- (b) O abuso de direito não constitui propriamente um ato ilícito e transcende os limites da responsabilidade civil.
- (c) Ao adotar o critério objetivo-finalístico no conceito de ato ilícito, o novo Código Civil incorporou a culpa como elemento conceitual.
- (d) O abuso de direito não se contém no conceito de ato ilícito, sendo apenas uma das várias espécies de sua manifestação.

Assuntos relacionados

Atos jurídicos ilícitos

52.7 PGE-SE :: Procurador do Estado

Q.1639

Origem

Constitui ato ilícito aquele praticado

PGE-SE :: Procurador do Estado
FCC
2005

- (a) em estado de necessidade.
- (b) em legítima defesa de outrem.
- (c) com abuso de direito.
- (d) no exercício regular de um direito reconhecido, salvo com autorização judicial.
- (e) com reserva mental.

Assuntos relacionados

Atos jurídicos ilícitos

52.8 TCE-PI :: Auditor

Q.1640

Origem

NÃO constitui ato ilícito, mas nem sempre o agente ficará isento de reparar o dano, aquele praticado

TCE-PI :: Auditor
FCC
2005

- (a) por pessoa incapaz.
- (b) em legítima defesa.
- (c) no exercício regular de direito.
- (d) em estado de necessidade.
- (e) na condição de preposto, ainda que tenha obrado com dolo ou culpa.

Assuntos relacionados

Atos jurídicos ilícitos

52.9 TCE-SP :: Agente da Fiscalização Financeira

Q.1641

Origem

Analise as seguintes disposições do Código Civil e indique a interpretação correta. Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes. Art. 188. Não constituem atos ilícitos:

I - os praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido;

II - a deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente. Parágrafo único. No caso do inciso II, o ato será legítimo somente quando as circunstâncias o tornarem absolutamente necessário, não excedendo os limites do indispensável para a remoção do perigo.

- (a) o estado de necessidade não exclui a ilicitude do ato.
- (b) o artigo 186 se refere à responsabilidade civil objetiva.
- (c) o artigo 188 estabelece a identificação entre a responsabilidade civil e penal.
- (d) o artigo 187 se identifica com o abuso de direito.
- (e) embora praticado o ato em legítima defesa ou no exercício regular de direito o agente sempre ficará obrigado a reparar o dano.

TCE-SP :: Agente da Fiscalização Financeira
FCC
2005

Assuntos relacionados

Atos jurídicos ilícitos

Q.1642

Origem

Segundo o Código Civil,

- (a) todas as regras pertencentes aos negócios jurídicos aplicam-se aos atos jurídicos lícitos.
- (b) atos jurídicos e negócios jurídicos são expressões sinônimas.
- (c) se aplicam aos atos jurídicos lícitos, quando couber, as disposições referentes aos negócios jurídicos.
- (d) em nenhuma hipótese se aplicam aos atos jurídicos as regras pertinentes aos negócios jurídicos.
- (e) todas as regras pertinentes aos negócios jurídicos aplicam-se aos atos ilícitos.

TCE-SP :: Agente da Fiscalização Financeira
FCC
2005

Assuntos relacionados

Atos jurídicos lícitos

52.10 OAB-ES :: OAB

Q.1643

Origem

Considera-se de boa-fé o possuidor

- (a) quando ignorar o vício ou obstáculo para aquisição da coisa.
- (b) desde que a posse não tenha sido obtida mediante violência.
- (c) depois de transcorrido ano e dia na posse da coisa.
- (d) somente se ostentar título de domínio.

OAB-ES :: OAB
FCC
2005

Assuntos relacionados

Posse

52.11 PGE-GO :: Procurador Geral do Estado

Q.1644

Origem

Proposta ação possessória contra certa pessoa, esta, na resposta, alegou a condição de proprietária. motivo pelo qual a sentença não lhe poderia ser desfavorável. De acordo com o Código Civil, é correto afirmar:

PGE-GO :: Procurador Geral do
Estado
FCC
2005

- (a) Nas ações possessórias não se admite a exceção de domínio.
- (b) Dada a natureza dúplice da ação possessória, é admissível a exceção de domínio.
- (c) Somente em caso de dúvida é que não se pode julgar posse contra aquele a quem evidentemente pertence o domínio da coisa.
- (d) E sempre possível a admissão da exceção de domínio nas ações possessórias.

Assuntos relacionados

Posse

52.12 PGE-SE :: Procurador do Estado

Q.1645

Origem

É de boa-fé a posse

PGE-SE :: Procurador do Estado
FCC
2005

- (a) somente se autorizada expressamente pelo proprietário ou pelo titular do domínio útil.
- (b) se o possuidor ignorar o vício ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa.
- (c) apenas quando o possuidor ostentar título de domínio.
- (d) depois de decorrido prazo para aquisição da propriedade por usucapião ordinária.
- (e) se, entre presentes, for tolerada pelo proprietário ou pelo titular de domínio útil.

Assuntos relacionados

Posse

52.13 PM Santos :: Procurador

Q.1646

Origem

Tício é locatário de um imóvel urbano de propriedade de Zeus, estando o contrato de locação em plena vigência. Nesse caso, Tício é

PM Santos :: Procurador
FCC
2005

- (a) titular de direito real sobre coisa alheia.
- (b) possuidor indireto.
- (c) detentor.
- (d) compossuidor.
- (e) possuidor direto.

Assuntos relacionados

Posse

52.14 CEAL :: Advogado

Q.1647

Origem

Considere as proposições:

I. O despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual, interromperá a prescrição.

II. Prescreve em três anos a pretensão para haver juros, dividendos ou quaisquer prestações acessórias, pagáveis, em períodos não maiores de um ano, com capitalização ou sem ela.

III. Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, aproveitará os outros nas obrigações divisíveis e indivisíveis.

É correto o que consta APENAS em

- (a) I.
- (b) I e II.
- (c) I e III.
- (d) II e III.
- (e) III.

CEAL :: Advogado
FCC
2005

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

52.15 OAB-ES :: OAB

Q.1648

Origem

NÃO fluem os prazos prescricionais e decadenciais

- (a) entre cônjuges na constância do casamento.
- (b) contra as pessoas jurídicas públicas.
- (c) depois de interrompidos por protesto judicial.
- (d) contra os absolutamente incapazes.

OAB-ES :: OAB
FCC
2005

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

52.16 OAB-SP :: OAB

Q.1649

Origem

São imprescritíveis as pretensões que versam sobre

- (a) os bens públicos, o estado da pessoa e a cobrança de prestações alimentares vencidas.
- (b) a ação para anular inscrição do nome empresarial feita com violação de lei ou do contrato.
- (c) o estado da pessoa, os direitos da personalidade e a cobrança de prestações vencidas de rendas vitalícias.
- (d) o direito a alimentos e a ação de reparação civil em razão de contrafação.

OAB-SP :: OAB
FCC
2005

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

52.17 PGE-GO :: Procurador Geral do Estado

Q.1650

Origem

Em matéria de prescrição, é correto afirmar que

PGE-GO :: Procurador Geral do
Estado
FCC
2005

- (a) o protesto cambial interrompe a prescrição.
- (b) o simples protesto cambial não interrompe a prescrição.
- (c) a cobrança extrajudicial, por de carta com AR, não interrompe a prescrição, constituindo causa suspensiva.
- (d) a apresentação do título de crédito no juízo do inventário suspende a prescrição que somente voltará a correr após a sentença de julgamento da partilha.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

52.18 PM Santos :: Procurador

Q.1651

Origem

Com relação a prescrição, é correto afirmar que

PM Santos :: Procurador
FCC
2005

- (a) a renúncia da prescrição deve, necessariamente, ser expressa.
- (b) não corre a prescrição pendendo condição suspensiva, bem como pendendo ação de evicção.
- (c) o juiz pode suprir, de ofício, a alegação de prescrição, salvo se favorecer a absolutamente incapaz.
- (d) a pretensão para haver prestações alimentares prescreve em três anos, a partir da data em que se vencerem.
- (e) a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos prescreve em dois anos.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Q.1652

Origem

De acordo com o Código Civil brasileiro, a prescrição

PM Santos :: Procurador
FCC
2005

- (a) não corre contra os ausentes do país em serviço público da União, dos Estados e dos Municípios.
- (b) ocorre no prazo de 20 anos quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.
- (c) só pode ser alegada pela parte a quem aproveita até a sentença de primeiro grau.
- (d) iniciada contra uma pessoa não continua a correr contra o seu sucessor.
- (e) da pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa ocorre em 2 anos.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

52.19 TCE-MA :: Procurador

Q.1653

Prescreve em 1 (um) ano a pretensão

- (a) dos profissionais liberais em geral, procuradores judiciais, curadores e professores pelos seus honorários, contando o prazo da conclusão dos serviços, da cessação dos respectivos contratos ou mandato.
- (b) dos tabeliães, auxiliares da justiça, serventuários judiciais, árbitros e peritos, pela percepção de emolumentos, custas e honorários.
- (c) de restituição dos lucros ou dividendos recebidos de má-fé, correndo o prazo da data em que foi deliberada a distribuição.
- (d) do beneficiário contra o segurador, e a do terceiro prejudicado, no caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório.
- (e) de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.

Origem

TCE-MA :: Procurador
FCC
2005

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

52.20 TCE-MG :: Auditor

Q.1654

Considere as seguintes afirmações sobre a prescrição.

- I. A pretensão e a exceção prescrevem no mesmo prazo.
 - II. Não se sujeita a causas interruptivas nem a suspensivas.
 - III. A prescrição iniciada contra uma pessoa não continua a correr contra o seu sucessor.
 - IV. O protesto cambial não interrompe o prazo prescricional, mas este é interrompido pelo protesto judicial.
 - V. O Juiz não pode suprir, de ofício, a alegação de prescrição, salvo se favorecer a absolutamente incapaz.
- SOMENTE estão corretas

- (a) I e IV.
- (b) I e V.
- (c) II e III.
- (d) III e IV.
- (e) IV e V.

Origem

TCE-MG :: Auditor
FCC
2005

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

52.21 TCE-PI :: Auditor

Q.1655

Origem

Considere as seguintes proposições relacionadas à prescrição:

TCE-PI :: Auditor
FCC
2005

I. Verificando-se a interrupção da prescrição contra a Fazenda Pública, o prazo voltará a correr pela metade, mas não ficará aquém de cinco anos, se a interrupção se deu na primeira metade do prazo.

II. Durante o tempo em que as repartições ou servidores estiverem analisando o procedimento administrativo no qual o particular pede o pagamento de dívida considerada líquida, o prazo prescricional se considera interrompido.

III. Todas as causas que suspendem o curso do prazo prescricional suspendem o curso do prazo decadencial.

IV. A exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão.

V. Pode-se renunciar à prescrição depois de consumada, não havendo prejuízo para terceiro, mas não se pode renunciar à decadência legal. São corretas as proposições

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

- (a) I, II e III.
- (b) I, III e IV.
- (c) I, IV e V.
- (d) II, III e V.
- (e) II, IV e V.

52.22 TRE-MG :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.1656

Origem

Com relação à prescrição, é correto afirmar:

TRE-MG :: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2005

(a) Os prazos prescricionais fixados por lei podem ser alterados por convenção das partes.

(b) A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar.

(c) A prescrição iniciada contra uma pessoa não continua a correr contra o seu sucessor.

(d) Correrá a prescrição normalmente entre cônjuges, na constância da sociedade conjugal.

(e) A prescrição ocorre em vinte anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

52.23 TRE-RN :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.1657

Origem

O exercício de um direito não pode ficar pendente indefinidamente. Por isso, violado um direito, se o respectivo titular deixar de exercê-lo no prazo legal, a pretensão de fazer valer o direito se extinguirá. Tal conceito refere-se ao instituto da prescrição e, segundo o Código Civil Brasileiro, é INCORRETO afirmar:

TRE-RN :: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2005

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

- (a) Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes, mas, se não houver prejuízo de terceiros, a renúncia da prescrição manifestada após o decurso do prazo prescricional poderá ser válida.
- (b) A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita e, ao juiz sempre será vedado, de ofício, suprir a alegação de prescrição.
- (c) Não corre a prescrição contra os absolutamente incapazes, nem entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal, bem ainda, quando pendente ação de evicção.
- (d) A prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor e, havendo causa interruptiva, o prazo recomeça a correr da data do ato que a interrompeu, ou do último ato do processo para a interromper.
- (e) Quando o direito à pretensão se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva.

52.24 TRT 11ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.1658

Origem

Prescrição:

TRT 11ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2005

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

- (a) A apresentação do título de crédito em juízo de inventário ou em concurso de credores é causa interruptiva da prescrição.
- (b) A prescrição ocorre em vinte anos, quando a lei não houver fixado prazo menor.
- (c) A prescrição pode ser alegada apenas pela parte a quem aproveita e somente no primeiro grau de jurisdição.
- (d) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes, por não constituírem matéria de ordem pública.
- (e) Prescreve em cinco anos a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa.

52.25 TRT 11ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.1659

O curso do prazo prescricional é interrompido

(a) por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor ou se o credor se tornar absoluta ou relativamente incapaz.

(b) pelo protesto judicial, sendo a citação válida, ou pelo casamento da credora com o devedor, enquanto durar a sociedade conjugal.

(c) pelo protesto cambial ou pelo despacho do Juiz que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.

(d) pela citação válida, ainda que ordenada por Juiz incompetente, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual ou se o credor tiver de ausentar-se do país em serviço público da União.

(e) por qualquer ato que constitua em mora o devedor ou se este for nomeado curador do credor que se tornar absolutamente incapaz.

Origem

TRT 11ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
FCC
2005

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

52.26 TRT 3ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.1660

A prescrição e a decadência não correm

(a) pendendo condição suspensiva ou ação de evicção.

(b) contra os ausentes do país em serviço público da União.

(c) enquanto o autor do ato ilícito considerado crime não for definitivamente condenado no juízo criminal.

(d) se o prazo para o pagamento da dívida não estiver vencido.

(e) contra os absolutamente incapazes.

Origem

TRT 3ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2005

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

52.27 OAB-SP :: OAB

Q.1661

Se o condômino, no condomínio edilício, for julgado nocivo, por seu reiterado comportamento anti-social, e expulso por deliberação da assembléia, reiterada por decisão judicial,

(a) perderá a propriedade de sua unidade autônoma.

(b) perderá a propriedade e a posse direta de utilização da unidade autônoma.

(c) perderá a posse direta de utilização da unidade autônoma.

(d) não poderá ceder o uso da unidade autônoma a terceiros.

Origem

OAB-SP :: OAB
FCC
2005

Assuntos relacionados

Propriedade

Q.1662

Origem

A aquisição da propriedade imobiliária pela avulsão dá-se

OAB-SP :: OAB
FCC
2005

(a) com o acréscimo paulatino de terras, às margens de um rio, por meio de lentos e imperceptíveis depósitos ou aterros naturais ou de desvio de águas.

(b) pela formação de ilhas em rios não navegáveis em virtude de movimentos sísmicos.

(c) pelo repentino deslocamento de uma porção de terra por força natural violenta, desprendendo-se de um terreno para juntar-se a outro.

(d) pelo rebaixamento de águas, deixando a descoberto e a seco uma parte do fundo ou do leito do rio.

Assuntos relacionados

Propriedade

52.28 PGE-GO :: Procurador Geral do Estado

Q.1663

Origem

O imóvel abandonado, situado na zona rural, poderá ser arrecadado como bem vago e passar ao domínio

PGE-GO :: Procurador Geral do
Estado
FCC
2005

(a) do Estado, no prazo de cinco anos.

(b) da União, no prazo de cinco anos.

(c) do Estado, no prazo de três anos.

(d) da União, no prazo de três anos.

Assuntos relacionados

Propriedade

52.29 CEAL :: Advogado

Q.1664

Origem

Aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressalvar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor,

CEAL :: Advogado
FCC
2005

(a) no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição.

(b) no primeiro caso, o que houver cobrado e, no segundo, o dobro do que dele exigir, salvo se houver prescrição.

(c) em qualquer hipótese, o que houver cobrado acrescido de 10(d) em qualquer hipótese, o que houver cobrado acrescido de 15(e) o que houver cobrado acrescido de 10

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

52.30 OAB-ES :: OAB

Q.1665

Nas hipóteses de responsabilidade civil subjetiva

Origem

OAB-ES :: OAB
FCC
2005

- (a) só é possível cumulare-se as indenizações por dano moral e material, se houver dolo do agente.
- (b) nunca responderão os bens dos incapazes pelos prejuízos que estes causarem a outrem.
- (c) a absolvição no Juízo criminal sempre isentará o autor do dano de ressarcir os prejuízos.
- (d) o empregador, ainda que não haja culpa de sua parte, responderá pelos atos de seus empregados no exercício do trabalho que lhes competir, se estes agirem com dolo ou culpa.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

52.31 OAB-SP :: OAB

Q.1666

Existe responsabilidade civil por ato

Origem

OAB-SP :: OAB
FCC
2005

- (a) abusivo, ainda que sem culpa do agente.
- (b) lícito ou por fato jurídico, independentemente de culpa, somente nos casos especificados em lei.
- (c) lícito ou por fato jurídico, independentemente de culpa, tão só quando constatar-se risco ao direito de outrem.
- (d) ilícito, apurando-se a culpa do agente.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

Q.1667

Há obrigação de reparar

Origem

OAB-SP :: OAB
FCC
2005

- (a) quando o dano advém de atividade de natureza perigosa, normalmente desenvolvida pelo autor do dano, independentemente de culpa.
- (b) quando o dano advém de atividade perigosa, normalmente desenvolvida pelo autor do dano, depois de apurada a sua culpa e, conseqüentemente, sua responsabilidade.
- (c) somente quando a vítima não concorre para o evento danoso.
- (d) quando o dano é provocado por ataque de animal, ainda que fique provada a culpa exclusiva da vítima.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

52.32 PM Santos :: Procurador

Q.1668

Origem

Considere as afirmativas abaixo.

I. A responsabilidade civil é independente da criminal e, por isso, pode-se questionar no juízo cível a respeito da autoria de um fato, quando essa questão se achar decidida no juízo criminal.

II. O empregador ou comitente é responsável pela reparação civil por atos de seus empregados ainda que fora do trabalho que lhes competir, mas em razão dele.

III. O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la extinguem-se com a morte e não se transmitem com a herança.

A respeito da responsabilidade civil, está correto o que se afirma APENAS em

- (a) I e II.
- (b) I e III.
- (c) II.
- (d) II e III.
- (e) III.

PM Santos :: Procurador
FCC
2005

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

52.33 TCE-MA :: Procurador

Q.1669

Origem

A respeito da responsabilidade civil, segundo o Código Civil Brasileiro é correto afirmar que

TCE-MA :: Procurador
FCC
2005

(a) havendo usurpação ou esbulho do alheio, a indenização será restrita a restituição da coisa e ao valor das suas deteriorações, não sendo devidos lucros cessantes por expressa determinação legal.

(b) ressalvados outros casos previstos em lei especial, as empresas não respondem independentemente de culpa pelos danos causados pelos produtos postos em circulação.

(c) aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, inclusive se o causador do dano for descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz.

(d) a responsabilidade civil é independente da criminal, podendo-se questionar sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, mesmo quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.

(e) são responsáveis pela reparação cível, o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele, ainda que não haja culpa de sua parte (empregador ou comitente).

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

52.34 TCE-PI :: Procurador

Q.1670

O laboratório estatal X divulgou laudo, contendo informações inverídicas e desabonadoras a respeito de produto fabricado pela pessoa jurídica Y, que teve graves prejuízos financeiros, além do que, mediante pesquisa de opinião pública, constatou-se que os consumidores passaram a ter menos confiança na qualidade do referido produto. Neste caso a pessoa jurídica Y

- (a) terá direito a indenização por danos materiais independentemente da comprovação de culpa e por danos morais, se provar o dolo do servidor.
- (b) poderá pleitear apenas indenização por danos materiais, e desde que prove a culpa do servidor que subscreveu o laudo.
- (c) não terá direito a qualquer indenização, porque o exercício do poder de polícia não é limitado pela responsabilidade civil.
- (d) poderá pleitear, cumulativamente, indenização por danos materiais e morais da entidade estatal.
- (e) apenas terá direito a indenização a cargo do servidor que subscreveu o laudo, porque, nesta hipótese, não há responsabilidade civil objetiva.

Origem

TCE-PI :: Procurador
FCC
2005

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

52.35 TRT 11ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.1671

Responsabilidade civil:

- (a) Aquele que habitar prédio, ou parte dele, só responde pelo dano proveniente das coisas que dele caírem, se tiver agido com culpa.
- (b) O direito de exigir a reparação do dano sofrido por pessoa falecida é personalíssimo e não se transmite com a herança.
- (c) Aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, mesmo que seja descendente seu relativamente incapaz.
- (d) Todos os autores responderão solidariamente perante a vítima pela reparação do dano causado, se a ofensa a direito de outrem tiver mais de um autor.
- (e) A indenização por injúria, difamação ou calúnia consistirá numa quantia fixa correspondente a um salário mínimo por palavra ofensiva.

Origem

TRT 11ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2005

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

52.36 TRT 11ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.1672

A indenização é medida pela extensão do dano

- (a) e não comporta redução, mesmo que a vítima tenha concorrido culposamente para o evento danoso.
- (b) e não admite arbitramento.
- (c) porém, se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o Juiz reduzi-la, eqüitativamente.
- (d) mas nunca poderá ser suportada pelos bens de incapazes.
- (e) e só admite compensação se a vítima tiver concorrido dolosamente para o evento danoso.

Origem

TRT 11ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
FCC
2005

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

52.37 OAB-ES :: OAB

Q.1673

Origem

Diz-se que a obrigação é solidária

OAB-ES :: OAB
FCC
2005

- (a) se, existindo mais de um devedor, cada qual for responsável por uma parcela da dívida.
- (b) sempre que houver mais de um credor ou mais de um devedor no contrato.
- (c) quando, concorrendo mais de um credor ou mais de um devedor, cada qual tiver direito ou for responsável pela dívida toda.
- (d) somente quando a lei determinar que cada um dos devedores responderá pela dívida toda.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

52.38 OAB-SP :: OAB

Q.1674

Origem

Antonio obrigou-se a entregar a Benedito, Carlos, Dario e Ernesto um touro reprodutor, avaliado em R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Embora bem guardado e bem tratado em lugar apropriado, foi esse animal atingido por um raio, vindo a morrer. Nesse caso, a obrigação é

OAB-SP :: OAB
FCC
2005

- (a) indivisível e tornou-se divisível, com o perecimento do objeto por culpa do devedor.
- (b) tão somente indivisível, com ausência de culpa do devedor, ante o perecimento do objeto.
- (c) solidária, devendo o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) ser entregue a qualquer dos credores, em lugar do objeto perecido.
- (d) indivisível e tornou-se divisível com o perecimento do objeto, sem culpa do devedor.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

52.39 PM Santos :: Procurador

Q.1675

Origem

Com relação às obrigações alternativas é correto afirmar que

PM Santos :: Procurador
FCC
2005

- (a) extinguir-se-á a obrigação em relação a ambas se uma das duas prestações não puder ser objeto de obrigação.
- (b) caberá ao credor a escolha, independentemente da concordância do devedor, se o título deferir a opção a terceiro, e este não quiser, ou não puder exercê-la.
- (c) pode o devedor obligar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra.
- (d) a faculdade de opção pelo devedor poderá ser exercida em cada período, quando a obrigação for de prestações periódicas.
- (e) a escolha, nas obrigações alternativas, como regra, cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

52.40 TRT 11ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.1676

Origem

Solidariedade passiva nas obrigações solidárias:

TRT 11ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2005

- (a) Impossibilitando-se a prestação por culpa de um dos devedores solidários, subsiste para todos o encargo de pagar o equivalente, inclusive pelas perdas e danos.
- (b) Se ocorrer o pagamento parcial de dívida comum, os demais devedores só ficarão obrigados ao pagamento da quota parte de cada um.
- (c) A propositura de ação pelo credor contra um ou alguns dos devedores importará na renúncia da solidariedade.
- (d) Qualquer cláusula, condição ou obrigação adicional, estipulada entre um dos devedores solidários e o credor, poderá agravar a posição dos outros sem consentimento destes.
- (e) Todos os devedores respondem pelos juros da mora, ainda que a ação tenha sido proposta somente contra um; mas o culpado responde aos outros pela obrigação acrescida.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

52.41 OAB-SP :: OAB

Q.1677

Origem

Relativamente às associações civis é INCORRETO afirmar:

OAB-SP :: OAB
FCC
2005

- (a) As associações civis constituem um conjunto de pessoas que colimam fins ou interesses não econômicos, que podem ser alterados, pois seus membros deliberam livremente, já que seus órgãos são dirigentes.
- (b) O ato constitutivo da associação consiste num conjunto de cláusulas contratuais vinculantes, que unem seus fundadores e os novos associados que, quando nela ingressarem, deverão submeter-se aos seus comandos.
- (c) A associação deverá ser constituída, por escrito, mediante redação de um estatuto, lançado no registro competente, contendo declaração unânime da vontade dos associados de se congregarem para formar uma coletividade, não podendo adotar qualquer das formas empresárias, visto que lhe falta o intuito especulativo.
- (d) A associação é um contrato pelo qual um certo número de pessoas, ao se congregarem, coloca em comum serviços, atividades, conhecimentos, em prol de um mesmo ideal, objetivando um fim não econômico ou econômico, com ou sem capital, com ou sem intuíto lucrativos.

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

Q.1678

Origem

No que diz respeito às pessoas jurídicas, é INCORRETO afirmar:

OAB-SP :: OAB
FCC
2005

- (a) As pessoas jurídicas de direito público são civilmente responsáveis pelos atos de seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo.
- (b) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito público com a inscrição do ato constitutivo no registro pertinente, decaindo em cinco anos o direito do particular interessado pleitear a anulação de seus atos constitutivos.
- (c) São pessoas jurídicas de direito público externo os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público.
- (d) Obrigam a pessoa jurídica os atos dos administradores, exercidos nos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo.

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

52.42 PGE-GO :: Procurador Geral do Estado

Q.1679

Origem

Há determinadas entidades com muitas características de pessoa jurídica, mas que não chegam a ganhar sua personalidade. Considerando essa afirmação, marque a alternativa correta:

PGE-GO :: Procurador Geral do
Estado
FCC
2005

- (a) Adquirem personificação anômala a massa falida, o espólio, exceto a herança vacante.
- (b) O condomínio, após a edição do novo Código Civil, passou a personificar-se juridicamente.
- (c) A personificação anômala atinge a herança vacante e não a herança jacente.
- (d) Tanto a herança vacante como a herança jacente têm personificação anômala.

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

52.43 PGE-SE :: Procurador do Estado

Q.1680

Origem

Falecendo o associado de uma entidade de fins esportivos, cujo patrimônio tenha sido constituído também com recursos do finado, que, por isto, é titular de quota patrimonial, e nada dispondo a respeito o estatuto da associação, seus herdeiros

PGE-SE :: Procurador do Estado
FCC
2005

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

- (a) não passarão à qualidade de associado, mas poderão herdar sua quota parte do patrimônio.
- (b) serão automaticamente admitidos como associados, perdendo a sua quota do patrimônio para a associação.
- (c) serão automaticamente admitidos como associados e perderão sua quota do patrimônio para os demais associados.
- (d) não passarão à qualidade de associado e os bens que compunham a quota parte do falecido serão destinados ao Município onde se situarem.
- (e) serão admitidos como associados e os bens que compunham a quota parte do falecido serão alienados em leilão, podendo os herdeiros exercer o direito de preferência.

52.44 PM Santos :: Procurador

Q.1681

Origem

De acordo com do Código Civil Brasileiro, a União é

PM Santos :: Procurador
FCC
2005

- (a) pessoa jurídica de direito público interno e externo.
- (b) pessoa jurídica de direito público externo.
- (c) ente abstrato desprovido de personalidade jurídica.
- (d) pessoa jurídica de direito privado.
- (e) pessoa jurídica de direito público interno.

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

52.45 TCE-PI :: Auditor

Q.1682

Origem

As fundações de direito privado

TCE-PI :: Auditor
FCC
2005

- (a) não poderão ser criadas para fins econômicos ou lucrativos.
- (b) serão instituídas por escritura pública ou instrumento particular, mediante a dotação especial de bens livres e suficientes para os fins a que se destinam.
- (c) poderão ter seus estatutos alterados, por deliberação da maioria absoluta dos competentes para geri-la, devendo ser a alteração necessariamente aprovada pelo juiz.
- (d) terão seus estatutos elaborados pelo instituidor, sob pena de ineficácia da dotação.
- (e) só poderão ser extintas tornando-se impossível ou inútil a finalidade a que visam.

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

52.46 TRT 11^a:: Analista Judiciário - Exec. Mandados

Q.1683

Origem

Considere as pessoas jurídicas:

- I. Autarquias.
- II. Partidos políticos.
- III. Associações.
- IV. Sindicatos.

São de direito público as indicadas APENAS em

TRT 11^a:: Analista Judiciário -
Exec. Mandados
FCC
2005

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

- (a)
 - (I.)
 - (b) I e II.
 - (c) I, II e IV.
 - (d) I e IV.
 - (e) II e IV.
-

52.47 TRT 11ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.1684

Nos casos de dissolução da pessoa jurídica,

- (a) a averbação de sua dissolução far-se-á no registro onde estiver inscrita, mas subsistirá para os fins de liquidação, até que esta se conclua.
- (b) o cancelamento da inscrição far-se-á no registro onde estiver inscrita, assumindo o liquidante a representação ativa e passiva até o pagamento de todos os credores.
- (c) a liquidação deverá preceder à averbação de sua dissolução no registro onde estiver inscrita.
- (d) a extinção de sua personalidade jurídica é automática depois de cancelados os respectivos registros perante os órgãos fazendários.
- (e) o encerramento do estabelecimento é suficiente para determinar o fim de sua personalidade jurídica.

Origem

TRT 11ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
FCC
2005

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

52.48 TRT 3ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.1685

São pessoas jurídicas de direito privado

- (a) as sociedades de economia mista e as autarquias.
- (b) as empresas públicas e os municípios.
- (c) as fundações e o Distrito Federal.
- (d) os partidos políticos e as organizações religiosas.
- (e) o condomínio edilício e as associações.

Origem

TRT 3ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2005

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

52.49 OAB-SP :: OAB

Q.1686

São absolutamente incapazes os menores de

- (a) 16 anos; os ausentes; os que não puderem exprimir sua vontade, em razão de causa permanente.
- (b) 18 anos; os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para os atos da vida civil; os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
- (c) 16 anos; os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem necessário discernimento para os atos da vida civil; os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- (d) 16 anos; os ébrios habituais; os pródigos; os toxicômanos.

Origem

OAB-SP :: OAB
FCC
2005

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

Q.1687

Origem

A emancipação do menor estará correta, se

OAB-SP :: OAB
FCC
2005

- (a) o menor tiver 16 (dezesesseis) anos completos.
- (b) por concessão dos pais, ao menor de 16 (dezesesseis) anos completos, por instrumento público, homologado judicialmente.
- (c) o menor tiver 16 (dezesesseis) anos completos, concedida por seus pais por instrumento público, independentemente de homologação judicial.
- (d) o menor tiver 16 (dezesesseis) anos completos, por sentença do juiz, independentemente de ser ouvido o tutor.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

Q.1688

Origem

Assinale a alternativa INCORRETA.

OAB-SP :: OAB
FCC
2005

- (a) Considera-se direto o dano que causa um prejuízo imediato no patrimônio da vítima e indireto o dano que atinge interesses jurídicos extrapatrimoniais do lesado, causando de forma mediada perdas patrimoniais.
- (b) As ofensas aos direitos da personalidade dão origem ao dano moral puro, que jamais poderá traduzir-se num dano patrimonial indireto se impedir ou dificultar a atividade profissional da vítima.
- (c) O dano moral direto é a lesão a um interesse que visa à satisfação ou ao gozo de um bem jurídico extrapatrimonial contido nos direitos da personalidade ou nos atributos da pessoa humana.
- (d) O dano estético é toda alteração morfológica do indivíduo que implique, sob qualquer aspecto, um afeamento da vítima, consistindo numa simples lesão desgostante ou num permanente motivo de exposição ao ridículo, exercendo ou não influência sobre sua capacidade laborativa.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

Q.1689

Origem

Relativamente ao ausente, é correto afirmar:

OAB-SP :: OAB
FCC
2005

- (a) Se o ausente aparecer nos dez anos seguintes à abertura da sucessão definitiva terá direito aos bens existentes no estado em que se acharem, os subrogados em seu lugar, ou o preço que os herdeiros ou demais interessados houverem recebido pelos bens alienados depois daquele tempo.
- (b) O juiz, apenas a requerimento do Ministério Público, poderá declarar a ausência, e nomear curador.
- (c) É impossível a declaração da ausência quando houver mandatário constituído antes do desaparecimento.
- (d) Declarada a ausência, ao término de cinco anos contados da arrecadação dos bens do ausente, os interessados poderão requerer a sucessão definitiva dos seus bens.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

Q.1690

Origem

Os direitos da personalidade são irrenunciáveis e

OAB-SP :: OAB
FCC
2005

- (a) intransmissíveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- (b) disponíveis, podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- (c) intransmissíveis, podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- (d) intransmissíveis, podendo o seu exercício sofrer, parcialmente, limitação voluntária.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

52.50 TCE-MG :: Auditor

Q.1691

Origem

A disposição do próprio corpo para depois da morte é

TCE-MG :: Auditor
FCC
2005

- (a) ato irrevogável se constar de escritura pública de declaração.
- (b) válida tanto se gratuita como onerosa, para fins de pesquisa.
- (c) válida se gratuita com objetivo científico ou altruístico.
- (d) inviável por declaração do disponente, exceto se mediante testamento.
- (e) permitida somente por ato processado em Juízo.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

52.51 TRE-MG :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.1692

Origem

Maria completou 16 anos de idade em fevereiro de 2004. Em julho de 2004, contraiu matrimônio com João. Em agosto de 2004, aprovada em concurso, iniciou o exercício de emprego em empresa privada. Em novembro de 2004, estabeleceu-se no comércio, abrindo um restaurante. Segundo o Código Civil Brasileiro, é correto afirmar que Maria

TRE-MG :: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2005

- (a) adquiriu a maioridade civil quanto iniciou o exercício do emprego na empresa privada.
 - (b) ainda é considerada absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, em razão da sua idade.
 - (c) ainda é incapaz, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer, em razão da sua idade.
 - (d) adquiriu a maioridade civil em julho de 2004, quando contraiu matrimônio com João.
 - (e) adquiriu a maioridade civil quando estabeleceu-se no comércio, abrindo um restaurante.
-

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

52.52 TRE-RN :: Analista Judiciário - Administrativa

Q.1693

Origem

A respeito das pessoas naturais, considere as proposições abaixo.
I. A abertura da sucessão provisória de pessoa ausente poderá ser declarada após o decurso de lapso anual da arrecadação dos bens do ausente.
II. Nos atos da vida civil, os absolutamente incapazes são assistidos e os relativamente incapazes são representados.
III. Consideram-se absolutamente incapazes os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
IV. O pseudônimo não goza da proteção que se dá ao nome, ainda que adotado para atividades lícitas.
Estão corretas APENAS

TRE-RN :: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2005

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

- (a) I e III.
- (b) I e II.
- (c) II e IV.
- (d) II e III.
- (e) III e IV.

52.53 TRT 11ª:: Analista Judiciário - Exec. Mandados

Q.1694

Origem

Zeus, por deficiência mental, tem o discernimento reduzido. Zara possui dezesseis anos de idade completos e é estudante. Zanaã possui 14 anos completos e é estudante. Zenor possui 55 anos de idade e é pródigo. À luz do Código Civil Brasileiro, as incapacidades de Zeus, Zara, Zanaã e Zenor são, respectivamente,

TRT 11ª:: Analista Judiciário -
Exec. Mandados
FCC
2005

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

- (a) absoluta, absoluta, relativa e relativa.
 - (b) relativa, absoluta, absoluta e absoluta.
 - (c) absoluta, relativa, relativa e absoluta.
 - (d) relativa, absoluta, relativa e relativa.
 - (e) relativa, relativa, absoluta e relativa.
-

52.54 TRT 11ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.1695

Origem

Cessa para os menores a incapacidade

TRT 11ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
FCC
2005

- (a) pela nomeação para cargo público de provimento em comissão ou pelo exercício de emprego público efetivo.
- (b) pela existência de relação de emprego, desde que, em função dele, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.
- (c) pelo casamento ou estabelecimento de união estável, se o menor tiver dezesseis anos completos, ou se houver filho desta união.
- (d) por concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público ou particular, se o menor tiver dezesseis anos completos.
- (e) pelo término de curso técnico profissionalizante, se o menor tiver dezessete anos completos.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

52.55 OAB-SP :: OAB

Q.1696

Origem

Relativamente ao parentesco, é correto afirmar:

OAB-SP :: OAB
FCC
2005

- (a) Quando dois irmãos casam-se com duas irmãs, os filhos dessas uniões serão parentes colaterais em linha duplicada, ou seja, duplamente primos.
- (b) Entre tio-avô e sobrinho-neto não há parentesco transversal em quarto grau.
- (c) Primos são parentes colaterais em terceiro grau.
- (d) Entre irmãos germanos ou unilaterais, o parentesco, na linha colateral, é de primeiro grau.

Assuntos relacionados

Relações de parentesco

Q.1697

Origem

Compete aos pais, quanto à pessoa dos filhos menores:

OAB-SP :: OAB
FCC
2005

- (a) representá-los, até os 18 anos, nos atos da vida civil, e assisti-los, após essa idade, nos atos em que forem partes, suprindo-lhes o consentimento.
- (b) conceder-lhes ou negar-lhes consentimento para casar, sendo impossível o suprimento judicial nesse caso.
- (c) reclamá-los de quem ilegalmente os detenha, fazendo uso da própria força, independente de autorização do poder judiciário.
- (d) exigir que lhes prestem obediência, respeito e os serviços próprios de sua idade e condição, sem prejuízo de sua formação.

Assuntos relacionados

Relações de parentesco

Q.1698

Origem

Em relação à herança, é correto afirmar que

OAB-SP :: OAB
FCC
2005

- (a) os atos de aceitação ou de renúncia da herança são irrevogáveis.
- (b) os herdeiros necessários são os descendentes e os ascendentes.
- (c) o testamento público deve ser presenciado, pelo menos, por 3 (três) testemunhas, sob pena de nulidade.
- (d) os herdeiros necessários podem ser deserdados, de acordo com a vontade do testador.

Assuntos relacionados

Sucessão em geral

52.56 OAB-ES :: OAB

Q.1699

Origem

São herdeiros necessários

OAB-ES :: OAB
FCC
2005

- (a) o cônjuge ou o companheiro, os ascendentes e os descendentes.
- (b) apenas os ascendentes e os descendentes.
- (c) os descendentes, os ascendentes e os colaterais até quarto grau.
- (d) os descendentes, os ascendentes e o cônjuge.

Assuntos relacionados

Sucessão legítima

52.57 PGE-GO :: Procurador Geral do Estado

Q.1700

Origem

Certo testamento foi realizado à luz do art.

PGE-GO :: Procurador Geral do
Estado
FCC
2005

1. 723, do antigo Código Civil, tendo o testador estabelecido cláusula de inalienabilidade em relação aos bens da legítima dos herdeiros necessários, O novo Código Civil, no art.

1. 848, preceitua que "salvo se houver justa causa declarada no testamento, não pode o testador estabelecer cláusula de inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade, sobre os bens da legítima." Se o testador vier a falecer após a vigência do novo Código, no conflito entre os dois diplomas, a solução correta é:

Assuntos relacionados

Sucessão testamentária

- (a) O testamento não sofrerá os efeitos da lei nova, pois se trata de ato jurídico perfeito, sendo garantia constitucional sua intocabilidade.
 - (b) O testamento é ato jurídico perfeito, cuja eficácia depende da morte. Assim, morto o testador ao tempo da lei nova, o testamento valerá, mas a cláusula não terá qualquer eficácia.
 - (c) A exigência do art. 1.848 somente será aplicada aos testamentos celebrados à luz da lei antiga, se o óbito do testador ocorrer no prazo de dois anos.
 - (d) Se o óbito ocorrer no prazo de um ano após a entrada em vigor do novo Código, a cláusula somente terá eficácia se o testador aditar o testamento para declarar justa causa da restrição.
-

Q.1701

Origem

O novo Código Civil resgatou da história o direito de superfície. Tendo em vista as prescrições legais acerca da nova figura jurídica, assinale a alternativa correta:

PGE-GO :: Procurador Geral do
Estado
FCC
2005

- (a) Somente se admite direito de superfície por prazo determinado.
- (b) O superficiário tem direito de preferência e, se não o exercer, no caso de alienação por parte do concessionário, poderá cobrar deste determinada compensação, de acordo com o que havia sido avençado.
- (c) O direito de superfície transmite-se por ato entre vivos e se extingue com a morte do superficiário.
- (d) O superficiário tem direito de preferência e, se não o exercer, no caso de alienação por parte do concessionário, não poderá exigir deste qualquer compensação, ainda que prevista contratualmente.

Assuntos relacionados

Superfície

52.58 OAB-SP :: OAB

Q.1702

Origem

Assinale a alternativa INCORRETA, relativamente ao mandato.

OAB-SP :: OAB
FCC
2005

- (a) O mandante é obrigado a satisfazer todas as obrigações contraídas pelo mandatário, na conformidade do mandato conferido, e adiantar a importância das despesas necessárias à execução dele quando o mandatário lhe pedir.
- (b) O mandante é obrigado a pagar ao mandatário a remuneração ajustada e as despesas da execução do mandato, ainda que o negócio não surta o efeito esperado, salvo se o mandatário for culpado pela não conclusão do negócio.
- (c) O mandato presume-se oneroso quando o contrário não tiver sido estipulado pelas partes.
- (d) O mandatário que exceder os poderes do mandato, ou proceder contra eles, será considerado gestor de negócios, enquanto o mandante não lhe ratificar os atos.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.1703

Origem

O contrato de comissão, além de personalíssimo, tem as seguintes características:

OAB-SP :: OAB
FCC
2005

- (a) bilateral, oneroso e consensual.
- (b) unilateral, gratuito e consensual.
- (c) bilateral, oneroso e formal.
- (d) unilateral, oneroso e formal.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

52.59 PGE-GO :: Procurador Geral do Estado

Q.1704

Origem

Certa pessoa adquiriu um apartamento com prestações condominiais atrasadas. Contra o novo adquirente, o condomínio, por intermédio do síndico, propôs ação de cobrança. Analise a proposição acima e assinale a alternativa correta:

PGE-GO :: Procurador Geral do
Estado
FCC
2005

- (a) O adquirente da unidade responde pelos débitos do alienante, incluídas as multas e os juros moratórios.
- (b) As despesas condominiais são consideradas obrigações propter rem, motivo pelo qual as prestações pretéritas não podem ser exigidas do novo adquirente.
- (c) As prestações condominiais podem ser exigidas do novo adquirente, exceto as multas, porque estas, tendo caráter punitivo, devem ser cobradas do culpado.
- (d) As despesas condominiais pretéritas podem ser exigidas do novo adquirente, por constituírem obrigação de natureza real.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.1705

Origem

Preceitua o art. 27, da Lei nº8.245/91, que "no caso de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de direitos ou dação em pagamento, o locatário tem preferência para adquirir o imóvel locado." Esse texto legal caracteriza hipótese de

PGE-GO :: Procurador Geral do
Estado
FCC
2005

- (a) ônus real.
- (b) obrigação propter rem.
- (c) obrigação com eficácia real.
- (d) direito real de aquisição, pois este independe de contrato escrito, repousando a preempção na lei.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

52.60 PGE-SE :: Procurador do Estado

Q.1706

Origem

Os irmãos José e Pedro receberam por doação de seus pais um terreno loteado com área de 210 m². Pretendendo cada qual construir uma residência no terreno, firmaram escritura pública de divisão, onde ficou localizada a parte de cada um, com 105 m², sendo levada ao Serviço de Registro de Imóveis, mas o registro foi negado, porque a Lei 6.766/79 (art. 4o, II) exige área mínima de 125 m². A negativa de registro foi

PGE-SE :: Procurador do Estado
FCC
2005

- (a) arbitrária, porque a escritura tem fé pública e só poderá ser recusada por ordem judicial.
- (b) incorreta, porque o Serviço de Registro de Imóveis não pode interferir na autonomia privada.
- (c) correta, pois a divisão, no caso, só poderia ocorrer com a anuência dos doadores.
- (d) incorreta, porque o terreno doado comporta divisão geodésica.
- (e) correta, porque o terreno doado é indivisível.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

52.61 PM Santos :: Procurador

Q.1707

Origem

A doação

PM Santos :: Procurador
FCC
2005

- (a) a entidade futura caducará se, em um ano, esta não estiver constituída regularmente.
- (b) feita em contemplação do merecimento do donatário perde o caráter de liberalidade.
- (c) pura feita a pessoa absolutamente incapaz não dispensa a aceitação, por expressa determinação legal.
- (d) feita ao nascituro não terá validade, mesmo sendo aceita pelo seu representante legal.
- (e) verbal será válida, se, versando sobre bens móveis e de pequeno valor, se lhe seguir *incontinenti* a tradição.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.1708

Origem

Considere as afirmativas abaixo.

PM Santos :: Procurador
FCC
2005

- I. A inserção de cláusula no formulário desfigura a natureza de adesão do contrato.
- II. Uma das características do contrato de adesão é que o consumidor não pode discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo.
- III. As cláusulas que implicarem limitação do direito do consumidor devem ser redigidas com destaque, permitindo sua imediata e fácil compreensão.
- IV. Nos contratos de adesão, nunca se admite a cláusula resolutória. No que respeita à proteção legal do consumidor, está correto o que se afirma APENAS em

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

- (a) II e III.
- (b) II e IV.
- (c) III e IV.
- (d) I e IV.
- (e) I e II.

Q.1709

Origem

Quanto ao contrato de empreitada, é certo que

PM Santos :: Procurador
FCC
2005

- (a) o contrato para a elaboração de um projeto implica obrigação de executá-lo, ou de fiscalizar-lhe a execução.
- (b) todos os riscos em que não tiver culpa correrão por conta do dono, se o empreiteiro forneceu só mão-deobra.
- (c) extingue-se pela morte de qualquer das partes, independentemente de qualquer ajuste.
- (d) responde o empreiteiro por perdas e danos, quando a execução da empreitada for suspensa com justa causa.
- (e) o empreiteiro não poderá suspender a obra por culpa do dono, nem por motivo de força maior.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.1710

Origem

A respeito do contrato de comodato, é correto afirmar que

PM Santos :: Procurador
FCC
2005

- (a) o comodatário pode recobrar do comodante as despesas feitas com o uso e gozo da coisa emprestada.
- (b) as coisas fungíveis podem ser objeto de comodato, que se perfaz com a tradição.
- (c) os tutores poderão dar em comodato, sem autorização especial, os bens confiados à sua guarda.
- (d) o comodatário constituído em mora, além de por ela responder, pagará, até restituí-la, o aluguel da coisa que for arbitrado pelo comodante.
- (e) não há responsabilidade solidária para com o comodante, ainda que duas ou mais pessoas forem simultaneamente comodatárias de uma coisa.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.1711

Origem

No tocante ao contrato de compra e venda previsto no Código Civil brasileiro, é correto afirmar:

PM Santos :: Procurador
FCC
2005

- (a) Nas coisas vendidas conjuntamente, o defeito oculto de uma autoriza a rejeição de todas.
- (b) Na venda a crédito, o devedor não é obrigado a entregar a coisa antes de receber o preço.
- (c) Até o momento da tradição, os riscos da coisa correm por conta do vendedor e os do preço pelo comprador.
- (d) Os leiloeiros podem comprar os bens de cuja venda estejam encarregados desde que seja em hasta pública.
- (e) É nula a compra e venda entre cônjuges com relação aos bens excluídos da comunhão.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

52.62 TCE-MA :: Procurador

Q.1712

Origem

Com relação ao mandato é correto afirmar que

TCE-MA :: Procurador
FCC
2005

- (a) ainda quando se outorgue mandato por instrumento público, pode substabelecer-se mediante instrumento particular.
- (b) o mandato em termos gerais confere poderes de administração, inclusive para alienar, hipotecar ou transigir.
- (c) o mandatário pode compensar os prejuízos a que deu causa com os proveitos que, por outro lado, tenha granjeado ao seu constituinte.
- (d) tendo o mandatário conhecimento da morte, interdição ou mudança de estado do mandante, não poderá, em nenhuma hipótese, começar ou concluir negócio já começado.
- (e) quando a cláusula de irrevogabilidade for condição de um negócio bilateral a renovação do mandato será eficaz, porém, responderá o mandante por perdas e danos.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

52.63 TCE-PI :: Procurador

Q.1713

Origem

Considere as seguintes proposições:

- I. O instrumento de contrato de prestação de serviços, quando uma das partes não souber ler e escrever, poderá ser assinado a rogo e subscrito por duas testemunhas.
- II. O contrato de prestação de serviços regido pelo Código Civil não poderá ter prazo superior a quatro (04) anos.
- III. A morte do prestador de serviços não extingue o contrato, se a obrigação avençada não for personalíssima.
- IV. O prestador de serviço despedido sem justa causa tem direito a receber por inteiro a retribuição vencida e metade da que lhe tocara ao término legal do contrato.
- V. Aquele que aliciar pessoas, obrigadas em contrato escrito a prestar serviço a outrem, pagará a este a multa contratual proporcionalmente ao prazo faltante para o término do contrato.
- SOMENTE estão corretas

TCE-PI :: Procurador
FCC
2005

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

- (a) I, II e IV.
(b) I, III e V.
(c) I, IV e V.
(d) II, IV e V.
(e) III, IV e V.

Q.1714

Origem

Nos contratos de prestação de serviço regulados pelo Código de Defesa do Consumidor,

TCE-PI :: Procurador
FCC
2005

- (a) o defeito e o vício do serviço se caracterizam quando sua qualidade for deficiente, tornando-o impróprio ao consumo ou diminuindo-lhe o valor.
- (b) o fornecedor responde por vícios de qualidade, podendo o consumidor exigir cumulativamente a reexecução dos serviços sem custo adicional e a restituição imediata de metade da quantia paga monetariamente atualizada, além de perdas e danos.
- (c) o serviço será considerado defeituoso, se durante a execução surgirem novas técnicas que o fornecedor desconhecer.
- (d) o fornecedor não ficará isento de responsabilidade por defeito do serviço, mesmo havendo culpa de terceiro.
- (e) o fornecedor, quando não se tratar de profissional liberal, responderá independentemente da existência de culpa, pela reparação do dano quando o serviço for defeituoso.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

52.64 TRT 11ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.1715

Origem

O contrato civil de prestação de serviço não poderá

TRT 11ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
FCC
2005

- (a) convencionar-se por mais de quatro anos e, atingido este prazo, pode-se dar por findo o contrato.
- (b) ter por objeto trabalho material.
- (c) ser firmado por pessoa analfabeta mediante instrumento particular.
- (d) ser ajustado verbalmente, qualquer que seja o seu valor.
- (e) convencionar-se por prazo indeterminado, sob pena de ineficácia.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.1716

Origem

Na locação residencial, o imóvel pode ser retomado pelo locador quando

TRT 11ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
FCC
2005

- (a) este comprovar que dele necessita para uso próprio, mesmo dentro do prazo contratual e vigente o contrato de trabalho com o locatário.
- (b) este não mais tiver interesse em destiná-lo a seu empregado e locatário e o contrato for ajustado por prazo não inferior a um ano.
- (c) decorridos trinta meses de sua ocupação pelo empregado, ainda que mantida a relação de emprego e o contrato ajustado por prazo indeterminado.
- (d) a este não mais convier, qualquer que seja o prazo do contrato, ainda que mantida a relação de emprego com o locatário.
- (e) a ocupação pelo locatário estiver relacionada com seu emprego, o contrato de trabalho se extinguir, e findo o prazo contratualmente estabelecido.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

52.65 OAB-SP :: OAB

Q.1717

Origem

Compete ao tutor, com imprescindível autorização do juiz,

OAB-SP :: OAB
FCC
2005

- (a) propor em juízo as ações necessárias, ou nelas assistir o menor, promovendo todas as diligências a bem deste, assim como defendê-lo nos pleitos contra ele movidos.
- (b) dirigir a educação do menor, defendê-lo e prestar-lhe alimentos.
- (c) dispor dos bens do menor a título gratuito.
- (d) adquirir por si, ou por interposta pessoa, mediante contrato particular, bens móveis ou imóveis pertencentes ao menor.

Assuntos relacionados

Tutela
Curatela

Q.1718

Origem

A novação ocorre quando

OAB-SP :: OAB
FCC
2005

- (a) o credor consente em receber prestação diversa da que lhe é devida, com o intuito de extinguir a obrigação.
- (b) um novo devedor sucede ao antigo, ficando este último quite com o credor.
- (c) se confundem em uma mesma pessoa as qualidades de credor e devedor.
- (d) duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra, de dívidas líquidas, vencidas e de coisas fungíveis, extinguindo-se as obrigações, até onde puderem ser abatidas.

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

Q.1719

Origem

Para que o pagamento possa ser um meio direto e eficaz de extinção da obrigação são necessários os seguintes requisitos, além da existência de vínculo obrigacional,

OAB-SP :: OAB
FCC
2005

- (a) animus solvendi e pagamento somente ao credor em pessoa, sendo inválido o pagamento feito a representante legitimado.
- (b) animus solvendi e entrega exata do objeto devido ou de coisa mais valiosa.
- (c) satisfação exata da prestação devida e presença obrigatória da pessoa que efetua o pagamento, que deverá obrigatoriamente ser o devedor.
- (d) animus solvendi e satisfação exata da prestação que constitui o objeto da obrigação.

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

52.66 PGE-SE :: Procurador do Estado

Q.1720

Origem

Considere as afirmações abaixo, a respeito do pagamento.

PGE-SE :: Procurador do Estado
FCC
2005

- I. Salvo convenção das partes, ou se o contrário resultar de lei, da natureza da obrigação ou das circunstâncias, efetuar-se-á no domicílio do credor.
- II. O terceiro não interessado que paga a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar, mas não se sub-roga nos direitos do credor.
- III. Os requisitos legais da quitação poderão ser supridos se dos termos do documento firmado ou das circunstâncias resultar haver sido a dívida paga.
- IV. O fiador não pode compensar sua dívida com a de seu credor ao afiançado.
- V. A sub-rogação opera-se de pleno direito quando terceiro interessado paga a dívida pela qual podia ser obrigado. Estão corretas as afirmações

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

- (a) I, II e III.
- (b) I, III e IV.
- (c) I, IV e V.
- (d) II, III e V.
- (e) II, IV e V.

52.67 PM Santos :: Procurador

Q.1721

Considera-se pagamento, e extingue a obrigação, o depósito judicial ou em estabelecimento bancário da coisa devida, nos casos e forma legais. Todavia, a consignação em pagamento NÃO tem lugar se

- (a) o credor residir em local distante, embora não perigoso e de fácil acesso.
- (b) o credor aceitar o pagamento, mas recusar-se, sem justa causa, a dar quitação na forma devida.
- (c) ocorrer dúvida sobre quem deva legitimamente receber o objeto do pagamento.
- (d) pender litígio sobre o objeto do pagamento.
- (e) se o credor for desconhecido ou declarado ausente.

Origem

PM Santos :: Procurador
FCC
2005

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

52.68 TRT 11ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.1722

A respeito da prova do pagamento, é correto afirmar que a quitação

- (a) do capital sem reserva dos juros, não faz presumir que estes estejam pagos.
- (b) valerá se de seus termos ou das circunstâncias resultar haver sido paga a dívida, mesmo que não preencha os requisitos legais.
- (c) pode ser verbal, qualquer que seja o valor do contrato.
- (d) somente poderá ser dada por instrumento particular, com firma reconhecida.
- (e) exige instrumento público se o contrato tiver sido firmado por instrumento público.

Origem

TRT 11ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
FCC
2005

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

Q.1723

O bem de família, voluntariamente instituído, isento de execução por dívidas posteriores à sua instituição, salvo as exceções legais, poderá constituir-se

- (a) de imóveis urbanos, que não atinjam mais do que um terço do patrimônio líquido do instituidor.
- (b) de parcela dos bens do instituidor que alcance até dois terços de seu patrimônio líquido.
- (c) apenas do imóvel residencial da família, qualquer que seja o seu valor.
- (d) somente pelo imóvel de menor valor, se o instituidor tiver mais de um.
- (e) de prédio residencial urbano ou rural e abranger valores mobiliários cuja renda será aplicada na conservação do imóvel e no sustento da família.

Origem

TRT 11ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
FCC
2005

Assuntos relacionados

Bem de família

52.69 OAB-SP :: OAB

Q.1724

O dever de mútua assistência moral entre cônjuges é descumprido quando um dos cônjuges

- (a) pratica adultério.
- (b) faz uso de entorpecentes.
- (c) desconsidera os problemas pessoais do outro.
- (d) é condenado por crime infamante.

Origem

OAB-SP :: OAB
FCC
2005

Assuntos relacionados

Casamento

Q.1725

O domicílio, como consagrado pelo Código Civil,

- (a) é único e consiste no local em que a pessoa estabelece residência com ânimo definitivo.
- (b) é único e consiste no centro de ocupação habitual da pessoa natural.
- (c) é considerado o local onde a pessoa exerce sua profissão. Se a pessoa exercer a profissão em locais diversos, deverá indicar um local específico para todas as relações correspondentes.
- (d) pode ser plural, desde que a pessoa tenha diversas residências onde alternadamente viva.

Origem

OAB-SP :: OAB
FCC
2005

Assuntos relacionados

Domicílio

52.70 PGE-SE :: Procurador do Estado

Q.1726

Pessoa jurídica de direito privado com estabelecimento na cidade de Aracaju, onde se reúne a diretoria, e possuindo outros estabelecimentos em municípios de diversos Estados e em Brasília, tem por domicílio

- (a) cada um dos estabelecimentos para os atos nele praticados.
- (b) necessária e exclusivamente a cidade de Aracaju.
- (c) a cidade de Brasília, por ser a Capital Federal.
- (d) cada uma das capitais dos Estados, em cujos Municípios possuir estabelecimentos.
- (e) qualquer cidade do País onde tiver realizado negócios.

Origem

PGE-SE :: Procurador do Estado
FCC
2005

Assuntos relacionados

Domicílio

52.71 PM Santos :: Procurador

Q.1727

Origem

Considere as afirmativas abaixo.

- I. Os incapazes têm por domicílio o dos seus representantes.
II. O preso tem por domicílio o local de sua residência à época em que foi encarcerado.
III. O domicílio dos oficiais da marinha mercante é o lugar onde estiver matriculado o navio.
IV. A mulher casada tem sempre por domicílio o do marido.
Em relação ao domicílio civil, está correto o que se afirma APENAS em

PM Santos :: Procurador
FCC
2005

Assuntos relacionados

Domicílio

- (a) I e II.
(b) I e III.
(c) II e III.
(d) II e IV.
(e) III e IV.

52.72 TCE-MG :: Auditor

Q.1728

Origem

O município **X**, que possui dois distritos, e pertence à comarca **Y**, tem por domicílio

TCE-MG :: Auditor
FCC
2005

- (a) o lugar onde funciona a administração municipal.
(b) qualquer prédio público municipal dos respectivos distritos, para os atos neles praticados.
(c) a sede da comarca.
(d) a sede da Câmara Municipal.
(e) a Capital do Estado.

Assuntos relacionados

Domicílio

52.73 TRT 11ª:: Analista Judiciário - Exec. Mandados

Q.1729

Origem

Tício é dançarino. Não tem família constituída, nem residência habitual. Vive viajando pelas cidades do Brasil, hospedado-se em hotéis ou em barracas onde a sua companhia de dança realiza apresentações. Considera-se domicílio de Tício o lugar

TRT 11ª:: Analista Judiciário -
Exec. Mandados
FCC
2005

Assuntos relacionados

Domicílio

- (a) em que tiver nascido.
(b) onde for encontrado.
(c) onde permanecer mais tempo.
(d) onde residirem seus pais.
(e) onde estiver situada a sede da empresa de dança.

52.74 TRT 11ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.1730

Têm domicílio necessário

- (a) as pessoas casadas.
- (b) os servidores públicos, apenas.
- (c) os militares e os profissionais liberais.
- (d) o preso e o marítimo.
- (e) os agentes diplomáticos que alegarem extraterritorialidade, apenas.

Origem

TRT 11ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
FCC
2005

Assuntos relacionados

Domicílio

52.75 PGE-GO :: Procurador Geral do Estado

Q.1731

A hipoteca poderá prorrogar-se até perfazer

- (a) 30 anos.
- (b) 20 anos.
- (c) 15 anos.
- (d) 10 anos.

Origem

PGE-GO :: Procurador Geral do
Estado
FCC
2005

Assuntos relacionados

Penhor
Hipoteca
Anticrese

Q.1732

Certa pessoa recebeu em doação urna gleba de cinquenta alqueires. Em seguida, deu-a em hipoteca ao Banco do Brasil S.A. Depois, incurso em ingratidão, foi a doação revogada. Analise a situação e assinale a alternativa correta:

- (a) O domínio é resolvido pela revogação.
- (b) Resolve-se o domínio, mas não se resolve a garantia hipotecária.
- (c) No caso, a causa resolutive já estava prevista na lei, ao tempo da doação, por isso resolve-se o domínio do donatário, mas não a garantia, em respeito à boa-fé do credor hipotecário.
- (d) O doador, em favor de quem o domínio resolveu, poderá, neste caso, reivindicar a coisa, se houver sido transferida a terceiro.

Origem

PGE-GO :: Procurador Geral do
Estado
FCC
2005

Assuntos relacionados

Penhor
Hipoteca
Anticrese

Q.1733

O art.

1. 428 do Código Civil prescreve a nulidade da cláusula que autoriza o credor pignoratício, anticrético e hipotecário a ficar com o objeto da garantia, caso a dívida não venha a ser paga. Esta cláusula tem o nome de

Origem

PGE-GO :: Procurador Geral do
Estado
FCC
2005

Assuntos relacionados

- (a) resolutória.
- (b) comissória.
- (c) anulatória.
- (d) rescisória.

Penhor
Hipoteca
Anticrese

52.76 OAB-ES :: OAB

Q.1734

Origem

Os cônjuges são obrigados a concorrer, na proporção de seus bens e dos rendimentos do trabalho, para o sustento da família e a educação dos filhos

OAB-ES :: OAB
FCC
2005

- (a) qualquer que seja o regime de bens do casamento.
- (b) somente no regime da comunhão universal de bens.
- (c) somente no regime da comunhão parcial de bens.
- (d) somente no regime da participação final nos aquestos.

Assuntos relacionados

Regime de bens entre os cônjuges

52.77 OAB-SP :: OAB

Q.1735

Origem

Em relação ao regime de bens no casamento, é correto afirmar que

OAB-SP :: OAB
FCC
2005

- (a) é permitida sua alteração, mediante autorização judicial.
- (b) não é permitida sua alteração.
- (c) é permitida sua alteração, independentemente de autorização judicial.
- (d) é permitida sua alteração, por escritura pública dos cônjuges, averbada no assento matrimonial, no Registro Civil.

Assuntos relacionados

Regime de bens entre os cônjuges

Q.1736

Origem

Relativamente aos alimentos, assinale a alternativa correta.

OAB-SP :: OAB
FCC
2005

- (a) Em nenhuma hipótese, os irmãos são responsáveis pela prestação de alimentos ao irmão que deles necessita.
- (b) O parente é obrigado a prestar alimentos ao parente que deles necessite, ainda que isso implique desfalque do necessário ao seu sustento.
- (c) A obrigação de prestar alimentos transmite-se aos herdeiros do devedor.
- (d) O devedor de alimentos terá que prestá-los em forma de pensionamento.

Assuntos relacionados

Alimentos

Q.1737

Origem

É correto afirmar que

OAB-SP :: OAB
FCC
2005

- (a) o credor de alimentos pode renunciar ao seu direito.
- (b) o crédito alimentar pode ser cedido, compensado ou penhorado.
- (c) o credor de alimentos pode não exercer seu direito, todavia não poderá renunciar a ele.
- (d) o credor de alimentos pode negociar seu crédito alimentar com terceiros.

Assuntos relacionados

Alimentos

52.78 CEAL :: Advogado

Q.1738

Quando se estipular a cláusula penal para o caso de mora, ou em segurança especial de outra cláusula determinada, o credor

Origem

CEAL :: Advogado
FCC
2005

- (a) deverá exigir a satisfação da pena cominada e só posteriormente o desempenho da obrigação principal.
- (b) deverá exigir ou a satisfação da pena cominada ou o desempenho da obrigação principal.
- (c) terá o arbítrio de exigir a satisfação da pena cominada, juntamente com o desempenho da obrigação principal.
- (d) deverá exigir o desempenho da obrigação principal e só posteriormente a satisfação da pena cominada.
- (e) só poderá exigir o desempenho da obrigação principal, incorporando-se à mesma a pena cominada.

Assuntos relacionados

Contratos

52.79 OAB-ES :: OAB

Q.1739

A exceção do contrato não cumprido pode ser oposta

Origem

OAB-ES :: OAB
FCC
2005

- (a) apenas nos contratos reais.
- (b) nos contratos bilaterais.
- (c) nos contratos unilaterais.
- (d) somente nos contratos aleatórios.

Assuntos relacionados

Contratos

52.80 PGE-GO :: Procurador Geral do Estado

Q.1740

O novo Código Civil prescreveu que a liberdade de contratar será exercida em razão da função social do contrato. Assim, neste caso, o princípio da função social do contrato foi erigido como

Origem

PGE-GO :: Procurador Geral do
Estado
FCC
2005

- (a) cânon de interpretação dos contratos.
- (b) limitação da autonomia privada.
- (c) elemento da validade do contrato.
- (d) requisito indispensável à eficácia do contrato.

Assuntos relacionados

Contratos

52.81 PM Santos :: Procurador

Q.1741

A cláusula penal

- (a) não pode ter seu montante reduzido pelo juiz, mesmo no caso de cumprimento parcial da obrigação, pois o contrato faz lei entre as partes.
- (b) estipulada para o caso de total inadimplemento da obrigação, não pode converter-se em alternativa para o devedor.
- (c) pode ter cominação estipulada em até três vezes o valor da obrigação principal.
- (d) estipulada conjuntamente com a obrigação, ou em ato posterior, pode referir-se simplesmente à mora.
- (e) pode ser exigida somente se o credor alegar e provar a ocorrência de efetivo prejuízo.

Origem

PM Santos :: Procurador
FCC
2005

Assuntos relacionados

Contratos

52.82 TCE-PI :: Procurador

Q.1742

Considere o disposto no artigo 9o, §2o, da Lei de Introdução ao Código Civil e no artigo 435 do Código Civil, abaixo transcritos. "Art. 9o. Para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país em que se constituírem. §2o A obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o proponente". "Art. 435. Reputar-se-á celebrado o contrato no lugar em que foi proposto". É correto afirmar que

- (a) ambas as disposições legais transcritas estão em vigor, porque nenhuma hipótese de revogação se verifica para fazer cessar a vigência do artigo 9o, §2o, da Lei de Introdução ao Código Civil.
- (b) o artigo 435 do Código Civil derogou tacitamente o artigo 9o, §2o, da Lei de Introdução ao Código Civil.
- (c) o artigo 9o, §2o, da Lei de Introdução ao Código Civil, por constituir objeto de lei complementar, impede a vigência do artigo 435 do Código Civil.
- (d) o Código Civil revogou totalmente a Lei de Introdução ao Código Civil de 1916 e por isto não mais subsiste o artigo 9o, §2o, da Lei de Introdução ao Código Civil.
- (e) o artigo 435 do Código Civil é inconstitucional, porque, ao contrariar o artigo 9o, §2o, da Lei de Introdução ao Código Civil, feriu o princípio da hierarquia das leis.

Origem

TCE-PI :: Procurador
FCC
2005

Assuntos relacionados

Contratos

52.83 TRE-RN :: Analista Judiciário - Administrativa

Q.1743

Origem

Nos termos do Código Civil Brasileiro, se houver vícios ou defeitos ocultos na coisa recebida em virtude de contrato comutativo,

TRE-RN :: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2005

- (a) não pode a coisa ser rejeitada, cabendo ao alienatário, tão-somente, reivindicar o abatimento do preço.
- (b) pode a coisa ser rejeitada, se o vício ou defeito a torne imprópria ao uso a que é destinada, ou lhe diminuam o valor.
- (c) pode a coisa ser rejeitada, mas o alienante terá o direito de ser ressarcido das despesas decorrentes da tradição da coisa.
- (d) não haverá responsabilidade para o alienante, se a coisa perecer em poder do alienatário, ainda que em razão de vício oculto já existente ao tempo da tradição.
- (e) o alienante somente será responsável se a coisa móvel perecer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, após a tradição, e desde que o perecimento ou defeito decorra de vício oculto já existente ao tempo da tradição.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.1744

Origem

A respeito dos contratos em geral, é INCORRETO afirmar:

TRE-RN :: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2005

- (a) Nos contratos de adesão, as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio são consideradas nulas.
- (b) A herança de pessoa viva não pode ser objeto de contrato.
- (c) Nenhuma obrigação haverá para quem se comprometer por outrem, se este, depois de se ter obrigado, faltar à prestação.
- (d) O contrato entre ausentes torna-se perfeito desde que a aceitação é expedida, salvo, dentre outras hipóteses, no caso de, antes dela ou com ela, chegar ao proponente a retratação do aceitante.
- (e) Na ausência de outro prazo estipulado, em se tratando de contrato com pessoa a declarar, a indicação deve ser comunicada à outra parte no prazo de 10 (dez) dias da conclusão do contrato.

Assuntos relacionados

Contratos

52.84 PGE-GO :: Procurador Geral do Estado

Q.1745

Origem

Na execução fiscal,

PGE-GO :: Procurador Geral do
Estado
FCC
2005

- (a) o executado ausente do País será citado por carta rogatória.
- (b) faz-se a intimação da penhora ao executado mediante publicação, no Órgão oficial, do ato de juntada do termo ou do auto de penhora.
- (c) o prazo para pagamento do débito é de três dias.
- (d) é incabível a citação via postal do devedor.

Assuntos relacionados

Execução fiscal

52.85 PGE-SE :: Procurador do Estado

Q.1746

Origem

Na execução fiscal, o prazo para oposição de embargos é de

PGE-SE :: Procurador do Estado
FCC
2005

- (a) dez (10) dias, contado da juntada do mandado de penhora cumprido.
- (b) trinta (30) dias, contado da intimação da penhora.
- (c) quinze (15) dias, contado da citação.
- (d) cinco (05) dias, contado da citação.
- (e) sessenta (60) dias se houver mais de um executado com advogados diferentes, contando da juntada do mandado de penhora cumprido.

Assuntos relacionados

Execução fiscal

52.86 PM Santos :: Procurador

Q.1747

Origem

No processo de execução fiscal, a penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem:

PM Santos :: Procurador
FCC
2005

- (a) título da dívida pública, bem como título de crédito, que tenham cotação em bolsa; dinheiro; pedras e metais preciosos; imóveis; móveis ou semoventes; veículos, navios e aeronaves; direitos e ações.
- (b) dinheiro; título da dívida pública, bem como título de crédito, que tenham cotação em bolsa; pedras e metais preciosos; imóveis; navios e aeronaves; veículos; móveis ou semoventes; direitos e ações.
- (c) dinheiro; título da dívida pública, bem como título de crédito, que tenham cotação em bolsa; pedras e metais preciosos; imóveis; móveis ou semoventes; veículos; navios e aeronaves; direitos e ações.
- (d) dinheiro; título da dívida pública, bem como título de crédito, que tenham cotação em bolsa; pedras e metais preciosos; imóveis; navios e aeronaves; móveis ou semoventes; direitos e ações; veículos.
- (e) título da dívida pública, bem como título de crédito, que tenham cotação em bolsa; dinheiro; pedras e metais preciosos; imóveis; móveis ou semoventes; navios e aeronaves; veículos; direitos e ações.

Assuntos relacionados

Execução fiscal

52.87 OAB-SP :: OAB

Q.1748

Origem

É INCORRETO afirmar que

OAB-SP :: OAB
FCC
2005

- (a) a união estável, entre o homem e a mulher, configura-se na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.
 - (b) os conviventes devem cumprir com os deveres recíprocos de lealdade, respeito e assistência, e com os deveres de guarda, sustento e educação dos filhos.
 - (c) pode conviver em união estável a pessoa casada, que se encontra separada de fato ou judicialmente.
 - (d) os direitos patrimoniais dos conviventes não podem ser regulados por contrato escrito, mas tão somente por lei.
-

Assuntos relacionados

52.88 PGE-SE :: Procurador do Estado

Q.1749

O Código Civil dispõe que "as declarações constantes de documentos assinados presumem-se verdadeiras em relação aos signatários" (art. 219) e o Código de Processo Civil estabelece que é título executivo extrajudicial "o documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas" (art. 585, II), entretanto o artigo 2043 do Código Civil ressalva: " *Até que por outra forma se disciplinem, continuam em vigor as disposições de natureza processual, administrativa ou penal, constantes de leis cujos preceitos de natureza civil hajam sido incorporados a este Código.*" Diante dos mencionados textos legais, pode-se dizer que uma confissão de dívida firmada após a vigência do Código Civil de 2002, sem a assinatura de duas testemunhas é

- (a) anulável por erro de direito cometido pelo devedor.
- (b) nula, porque contraria o Código de Processo Civil, cujas disposições se inserem no Direito Público.
- (c) válida, mas não tem força executiva.
- (d) ineficaz, porque inexigível judicialmente.
- (e) inexistente, por não atender requisito imposto na legislação extravagante.

Origem

PGE-SE :: Procurador do Estado
FCC
2005

Assuntos relacionados

Fatos jurídicos

52.89 TCE-PI :: Procurador

Q.1750

A presunção hominis, ou seja, decorrente da observação do que ordinariamente acontece

- (a) prova obrigação de qualquer natureza.
- (b) não é admitida nos casos em que a lei exclui a prova testemunhal.
- (c) supre a falta da escritura pública na alienação de imóveis de qualquer valor.
- (d) em nenhuma hipótese é admitida, para suprir a falta de outras provas.
- (e) equipara-se às presunções absolutas.

Origem

TCE-PI :: Procurador
FCC
2005

Assuntos relacionados

Fatos jurídicos

52.90 OAB-SP :: OAB

Q.1751

É correto afirmar que

- (a) as dívidas de jogo ou de aposta obrigam a pagamento, quando cobradas pelo credor.
- (b) o fiador, ainda que solidário, ficará desobrigado se o credor conceder moratória ao devedor, sem o consentimento do mesmo fiador.
- (c) não é admissível, na transação, a pena convencional (ou multa).
- (d) aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a reembolsar/restituir tão somente o que auferiu indevidamente.

Origem

OAB-SP :: OAB
FCC
2005

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.1752

Origem

Relativamente à onerosidade excessiva, é correto afirmar:

OAB-SP :: OAB
FCC
2005

- (a) No Código de Defesa do Consumidor a onerosidade excessiva deve sempre advir de evento extraordinário e imprevisível, que dificulta o adimplemento da obrigação de uma das partes.
- (b) No Código de Defesa do Consumidor não há qualquer menção à resolução contratual por onerosidade excessiva.
- (c) O Código Civil adotou a teoria da onerosidade excessiva tendo atrelado a esse conceito a teoria da imprevisão. Assim, havendo desequilíbrio no contrato, somente por acontecimento superveniente extraordinário ou imprevisível, poder-se-á pleitear a resolução do contrato.
- (d) A onerosidade excessiva, no Código Civil, independe da demonstração de fato superveniente imprevisível ou extraordinário, bastando a demonstração do desequilíbrio contratual.

Assuntos relacionados

Direito civil

52.91 PM Santos :: Procurador

Q.1753

Origem

Em relação à tramitação do projeto de lei orçamentária, a Constituição Federal dispõe que as emendas serão apresentadas

PM Santos :: Procurador
FCC
2005

- (a) primeiro no Plenário das duas Casas do Congresso Nacional e após apreciadas, na forma regimental, pela Comissão mista.
- (b) na Comissão mista, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas, na forma regimental, somente pelo Senado Federal.
- (c) na Comissão mista, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas, na forma regimental, somente pela Câmara dos Deputados.
- (d) primeiro na Comissão mista, que sobre elas emitirá parecer, e após apreciadas, na forma regimental, pelo Plenário das duas Casas do Congresso Nacional.
- (e) na Comissão mista, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas, na forma regimental, pelo Presidente do Congresso Nacional.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.1754

Origem

Sobre a isenção tributária, o Código Tributário Nacional estabelece que

PM Santos :: Procurador
FCC
2005

- (a) sempre será decorrente de lei, salvo quando prevista em contrato particular.
- (b) não pode ser restrita a determinada região do território nacional, tendo em vista o princípio da uniformidade.
- (c) a mesma pode ser revogada ou modificada por lei, salvo quando concedida por prazo certo e em função de determinadas condições.
- (d) a mesma pode ser revogada somente por lei complementar.
- (e) a lei não pode autorizar a concessão de isenção por despacho da autoridade administrativa.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.1755

Origem

NÃO é direito constitucionalmente garantido ao servidor público civil ocupante de cargo público

PM Santos :: Procurador
FCC
2005

- (a) o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de 30 dias.
- (b) a liberdade de associação sindical.
- (c) a remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
- (d) o salário-família.
- (e) a remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 50

Assuntos relacionados

Direito civil

52.92 TRE-RN :: Analista Judiciário - Administrativa

Q.1756

Origem

Considere as hipóteses abaixo.

I. José, a título de cobrança forçada, subtraiu R\$ 200,00 (duzentos reais) pertencentes a João, porque este devia àquele a quantia de R\$ 500,00 (quinhentos reais) e alegava sempre que não tinha recursos para pagar essa dívida.

II. Paulo subtraiu uma bicicleta pertencente a Marcos, julgando-a própria, uma vez que as bicicletas de cada um, praticamente iguais, encontravam-se estacionadas no mesmo local. Pode-se dizer que, nesses casos, José e Paulo cometeram, respectivamente, os erros de

TRE-RN :: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2005

Assuntos relacionados

Direito civil

- (a) proibição e de fato.
- (b) fato e de proibição.
- (c) direito e de execução.
- (d) fato e acidental.
- (e) proibição e de direito.

52.93 OAB-ES :: OAB

Q.1757

Origem

Contra as sentenças proferidas nos Juizados Especiais Cíveis, caberá

OAB-ES :: OAB
FCC
2005

(a) recurso de apelação, no prazo de 15 (quinze) dias, sujeito a preparo que deverá ser feito antes ou concomitantemente à interposição e, deverá ser subscrita por advogado quando o valor da causa ou da condenação for superior a 20 (vinte) salários mínimos.

(b) recurso de apelação, no prazo de 15 (quinze) dias, sujeito a preparo que deverá ser feito antes ou concomitantemente à interposição e, obrigatoriamente, deverá ser subscrito por advogado.

(c) recurso inominado, no prazo de 10 (dez) dias, sujeito a preparo que deverá ser feito nas 48 (quarenta e oito) horas seguintes à interposição e, obrigatoriamente, deverá ser subscrito por advogado.

(d) recurso inominado, no prazo de 15 (quinze) dias, sujeito a preparo que deverá ser feito nas 48 (quarenta e oito) horas seguintes à interposição e poderá ser subscrito por advogado.

Assuntos relacionados

Juizados

52.94 OAB-SP :: OAB

Q.1758

Origem

A competência executiva dos juizados especiais restringese aos

OAB-SP :: OAB
FCC
2005

- (a) julgados proferidos pelo juizado especial, somente.
- (b) julgados proferidos pelo juizado especial e aos títulos executivos extrajudiciais no valor de até 20 salários mínimos.
- (c) títulos executivos extrajudiciais no valor de até 20 salários mínimos, somente.
- (d) julgados proferidos pelo juizado especial e aos títulos executivos extrajudiciais no valor de até 40 salários mínimos.

Assuntos relacionados

Juizados

52.95 PGE-SE :: Procurador do Estado

Q.1759

Origem

Rafael Moreno, espanhol, faleceu na França, deixando bens imóveis nas cidades de Madri (Espanha), Paris (França) e, no Brasil, nas cidades de Aracaju e São Paulo. Seu inventário, relativamente aos bens deixados no Brasil, é de competência

PGE-SE :: Procurador do Estado
FCC
2005

Assuntos relacionados

- (a) relativa da justiça brasileira, sendo esta concorrente entre os foros a que pertencem os Municípios de Aracaju e São Paulo.
- (b) absoluta da justiça brasileira, sendo esta concorrente entre os foros a que pertencem os Municípios de Aracaju e São Paulo.
- (c) relativa da justiça brasileira, devendo o inventário processar-se no Distrito Federal.
- (d) absoluta da justiça francesa, pois, face a concorrência de competência internacional, prevalece aquela do país do falecimento do autor da herança.
- (e) absoluta da justiça espanhola, tendo em vista ter sido em Madri o último domicílio declarado do autor da herança.

Lei de introdução ao código civil

52.96 TCE-MA :: Procurador

Q.1760

Origem

Conforme a Lei de Introdução ao Código Civil, considere as seguintes assertivas:

TCE-MA :: Procurador
FCC
2005

I. A sucessão de bens de estrangeiros, situados no País, será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, ou de quem os represente, independentemente de ser a lei pessoal do *de cujus* mais favorável.

Assuntos relacionados

II. Os Governos estrangeiros, bem como as organizações de qualquer natureza, que eles tenham constituído, dirijam ou hajam investido de funções públicas, poderão adquirir no Brasil bens imóveis ou susceptíveis de desapropriação.

Lei de introdução ao código civil

III. O regime de bens, legal ou convencional, obedece à lei do país em que tiverem os nubentes domicílio, e, se este for diverso, a do primeiro domicílio conjugal. Está correto SOMENTE o que se afirma em

- (a) I e II.
- (b) I e III.
- (c) II e III.
- (d) II.
- (e) III.

52.97 TCE-MG :: Auditor

Q.1761

Origem

Denomina-se *vacatio legis* o período de tempo

TCE-MG :: Auditor
FCC
2005

- (a) entre a sanção do Presidente da República e a publicação oficial da lei.
- (b) de vigência da lei.
- (c) em que o projeto de lei tramita no Congresso Nacional.
- (d) em que o Supremo Tribunal Federal está apreciando a ação direta de inconstitucionalidade.
- (e) entre a publicação oficial e a entrada em vigor da lei.

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

52.98 TCE-PI :: Auditor

Q.1762

Origem

Por efeito imediato da lei entende-se que a lei nova

TCE-PI :: Auditor
FCC
2005

- (a) sempre irá vigorar no Brasil e no exterior, quando admitida, quarenta e cinco dias depois de publicada.
- (b) entrará em vigor, no Brasil, sempre na data de sua publicação.
- (c) quando de ordem pública, será, salvo disposição em contrário, retroativa.
- (d) não possui prazo de *vacatio*.
- (e) atinge as partes posteriores dos fatos pendentes.

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

52.99 TRE-MG :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.1763

Origem

Considere as proposições abaixo.

I. A sucessão de bens de estrangeiros, situados no País, será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, ou de quem os represente, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do *de cujus*.

II. O estrangeiro casado, que se naturalizar brasileiro, pode, independentemente de anuência de seu cônjuge, requerer ao juiz, no ato da entrega do decreto de naturalização, se apostile ao mesmo a adoção do regime de comunhão parcial de bens, respeitados os direitos de terceiros e dada esta adoção ao competente registro.

III. Tendo os nubentes domicílio diverso, rege-se os casos de invalidade do matrimônio a lei do primeiro domicílio conjugal. Está correto o que contém APENAS em

- (a) I e II.
- (b) I e III.
- (c) II.
- (d) II e III.
- (e) III.

TRE-MG :: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2005

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

52.100 TRE-RN :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.1764

Origem

Considerando as normas previstas na Lei de Introdução ao Código Civil, analise as proposições abaixo.

I. Em nenhuma hipótese, a lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

II. As correções em texto de lei já em vigor consideram-se lei nova e, a contagem do prazo para a vigência da lei começará a correr da nova publicação, se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, com o propósito de correção.

III. A lei do país em que for domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.

IV. A prova dos fatos ocorridos em país estrangeiro rege-se pela lei que nele vigorar quanto ao ônus e aos meios de produzir-se e, por isso, os tribunais brasileiros admitem provas que a lei brasileira desconhece. Está correto o que se afirma APENAS em

- (a) I e II.
- (b) I, II e III.
- (c) II e III.
- (d) II, III e IV.
- (e) III e IV.

TRE-RN :: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2005

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

52.101 TRT 11ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.1765

Haverá revogação tácita da lei quando

- (a) a lei posterior for incompatível com a anterior ou regular inteiramente a matéria de que tratava a anterior.
- (b) a lei posterior estabelecer disposição especial a par da lei geral anterior.
- (c) a lei posterior estabelecer disposição geral a par da lei especial anterior.
- (d) cair em desuso ou ficar comprovado costume em sentido contrário.
- (e) for declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Origem

TRT 11ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
FCC
2005

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

52.102 TRT 3ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.1766

A lei geral posterior

- (a) sempre revoga a lei especial.
- (b) somente revoga a lei especial quando expressamente o declarar.
- (c) que estabelecer disposições a par das leis especiais já existentes a estas não revoga.
- (d) que estabelecer disposições conflitantes com a das leis especiais anteriores é considerada inconstitucional.
- (e) apenas revogará a lei especial anterior se regular inteiramente a matéria de que esta tratar.

Origem

TRT 3ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2005

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

52.103 OAB-SP :: OAB

Q.1767

Segundo o disposto no artigo 1.784 do Código Civil, aberta a sucessão, a herança transmite-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários. Até o momento da partilha, os bens do falecido são considerados imóveis,

- (a) indivisíveis, coletivos da espécie universalidade de fato, inalienáveis e em condomínio.
- (b) divisíveis, coletivos da espécie universalidade de direito, inalienáveis e em condomínio.
- (c) indivisíveis, coletivos da espécie universalidade de direito, alienáveis e em condomínio.
- (d) indivisíveis, coletivos da espécie universalidade de direito, inalienáveis e em condomínio.

Origem

OAB-SP :: OAB
FCC
2005

Assuntos relacionados

Bens

52.104 PGE-GO :: Procurador Geral do Estado

Q.1768

Origem

Os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público estruturadas segundo as regras do direito privado são considerados

PGE-GO :: Procurador Geral do
Estado
FCC
2005

- (a) bens públicos de uso comum do povo.
- (b) bens públicos de uso especial.
- (c) bens públicos domiinicais.
- (d) bens privados do domínio público.

Assuntos relacionados

Bens

52.105 TRE-RN :: Analista Judiciário - Administrativa

Q.1769

Origem

Segundo classificação adotada pelo Código Civil Brasileiro, o conjunto dos materiais resultantes da demolição de uma casa, o direito à sucessão aberta, o saco de 60 kg de feijão-preto, e uma escultura de *Leonardo da Vinci*, são considerados, respectivamente, bens

TRE-RN :: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2005

- (a) móvel, móvel, consumível e infungível.
- (b) móvel, imóvel, infungível e fungível.
- (c) imóvel, móvel, fungível e infungível.
- (d) móvel, imóvel, fungível e infungível.
- (e) imóvel, móvel, consumível e fungível.

Assuntos relacionados

Bens

52.106 TRE-RN :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.1770

Origem

José, ao reformar sua casa, resolveu demolir dois cômodos e cortar duas árvores frutíferas do quintal para possibilitar o aumento de área de uma edícula ali existente. Os galhos e troncos foram serrados, enfeixados e amontoados próximos à churrasqueira, com o fim de servirem como lenha. As janelas retiradas dos cômodos demolidos foram encostadas no muro da divisa, para serem reaproveitadas na edícula. Nesse caso,

TRE-RN :: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2005

- (a) a casa de José é um bem imóvel, assim como as duas árvores frutíferas, apesar de cortadas, uma vez que eram acessório do solo.
- (b) apenas a casa de José é um bem imóvel.
- (c) a casa de José é um bem imóvel, assim como os galhos, os troncos e as janelas.
- (d) as árvores, porque frutíferas, são bens móveis por antecipação.
- (e) a casa de José é um bem imóvel, assim como as janelas.

Assuntos relacionados

Bens

52.107 PGE-GO :: Procurador Geral do Estado

Q.1771

Origem

Sobre o tema "mandado de segurança", assinale a afirmativa correta:

PGE-GO :: Procurador Geral do
Estado
FCC
2005

- (a) A sentença concessiva do mandado fica sujeita ao duplo grau de jurisdição, mas pode ser executada provisoriamente.
- (b) Não se dará mandado de segurança quando se tratar de ato disciplinar.
- (c) A decisão do mandado de segurança impede que o requerente, por meio de outra ação, pleiteie os seus direitos e os respectivos efeitos patrimoniais.
- (d) O prazo para a autoridade coatora prestar informações é de quinze dias.

Assuntos relacionados

52.108 PGE-SE :: Procurador do Estado

Q.1772

Origem

Relativamente ao mandado de segurança, é INCORRETO afirmar:

PGE-SE :: Procurador do Estado
FCC
2005

- (a) O direito líquido e certo é aquele manifesto em sua existência e que pode ser demonstrado documentalmente.
- (b) Trata-se de ação civil ainda quando impetrado contra ato de juiz criminal, aplicando-se, mesmo que subsidiariamente, as disposições do Código de Processo Civil.
- (c) É ação de cognição sumária.
- (d) O sujeito passivo é a pessoa jurídica de direito público ao qual está vinculada a autoridade coatora.
- (e) Contra acórdão que julga a impetração originariamente, denegando a ordem, somente cabe Recurso Extraordinário.

Assuntos relacionados

52.109 PM Santos :: Procurador

Q.1773

Origem

Conceder-se-á mandado de segurança, entre outros casos, contra

PM Santos :: Procurador
FCC
2005

- (a) decisão judicial de mérito.
- (b) lei em tese ou matéria probatória.
- (c) ato de que caiba recurso administrativo sem efeito suspensivo, dependente de caução.
- (d) mérito do ato disciplinar.
- (e) ato ou decisão lesiva de qualquer entidade privada.

Assuntos relacionados

52.110 TRE-RN :: Analista Judiciário - Administrativa

Q.1774

Origem

Analise as proposições abaixo relativas ao Mandado de Segurança.

- I. Da sentença que concede ou nega o mandado de segurança, bem como da decisão que indefere a inicial de plano, cabe apelação.
- II. A decisão que nega o *mandamus* fica sujeita ao duplo grau de jurisdição.
- III. Não cabe mandado de segurança contra decisão judicial, quando haja recurso previsto nas leis processuais.
- IV. É de cento e oitenta dias o prazo para impetração do mandado de segurança, contados da ciência, por parte do interessado, do ato a ser impugnado. Estão corretas APENAS

TRE-RN :: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2005

Assuntos relacionados

- (a) III e IV.
- (b) II e IV.
- (c) II e III.
- (d) I e III.
- (e) I e IV.

52.111 TRT 11ª:: Analista Judiciário - Administrativa

Q.1775

Origem

A respeito do mandado de segurança, é INCORRETO afirmar:

TRT 11ª:: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2005

- (a) A decisão que denegar o mandado de segurança impedirá o requerente de pleitear seus direitos por ação própria.
- (b) A inicial será desde logo indeferida, quando não for caso de mandado de segurança ou lhe faltar algum requisito legal.
- (c) Da sentença que conceder o mandado de segurança cabe recurso de apelação.
- (d) O pedido de mandado de segurança poderá ser renovado se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.
- (e) Os processos de mandado de segurança terão prioridade sobre todos os atos judiciais, salvo *habeas corpus*.

Assuntos relacionados

52.112 CEAL :: Advogado

Q.1776

Origem

Com relação à invalidade de negócio jurídico, é correto afirmar:

CEAL :: Advogado
FCC
2005

- (a) O juiz poderá suprir as nulidades, a requerimento das partes, quando conhecer do negócio jurídico ou dos seus efeitos.
- (b) É anulável o negócio jurídico quando celebrado por pessoa absolutamente incapaz.
- (c) O negócio jurídico nulo, em qualquer hipótese, é suscetível de confirmação, e convalesce pelo decurso do tempo.
- (d) É nulo o negócio jurídico por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores.
- (e) É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

52.113 PGE-GO :: Procurador Geral do Estado

Q.1777

Origem

Assinale a alternativa verdadeira:

PGE-GO :: Procurador Geral do
Estado
FCC
2005

- (a) O titular de direito eventual, nos casos de condição suspensiva, não pode praticar atos destinados à sua conservação, porquanto a eficácia do direito depende do evento futuro e incerto.
- (b) O termo inicial suspende o exercício, mas não a aquisição do direito.
- (c) O termo inicial suspende o direito e, assim, o próprio exercício.
- (d) O titular de direito somente pode praticar atos destinados à conservação do direito nos casos de condição resolutiva, porque, aí, há aquisição do direito, perdendo a eficácia com o implemento da condição.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.1778

Origem

Marque a alternativa que completa corretamente a afirmação abaixo: O negócio jurídico simulado é

PGE-GO :: Procurador Geral do
Estado
FCC
2005

- (a) anulável.
- (b) relativamente ineficaz.
- (c) lesão.
- (d) nulo.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

52.114 TCE-MA :: Procurador

Q.1779

Origem

Segundo o Código Civil é anulável o negócio jurídico

TCE-MA :: Procurador
FCC
2005

- (a) quando for ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto.
- (b) quando o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.
- (c) celebrado por pessoa absolutamente incapaz não representada.
- (d) por vício resultante de dolo, coação, estado de perigo ou lesão.
- (e) quando tiver por objetivo fraudar lei imperativa.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

52.115 TCE-MG :: Auditor

Q.1780

Origem

O negócio jurídico simulado é

TCE-MG :: Auditor
FCC
2005

- (a) ineficaz, só não produzindo efeitos, se houver impugnação de terceiro interessado.
- (b) anulável, podendo ser ratificado pelas partes, salvo direitos de terceiro.
- (c) inexistente, dependendo, porém, de declaração judicial para não produzir efeitos.
- (d) nulo, mas subsistirá o que se dissimulou, se for válido na forma e na substância.
- (e) válido, depois de decorridos quatro anos de sua prática, porque operada a decadência.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

52.116 TCE-PI :: Auditor

Q.1781

Origem

É nulo o negócio jurídico

TCE-PI :: Auditor
FCC
2005

- (a) em que se verificar erro de direito.
- (b) simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.
- (c) celebrado por pessoa absoluta ou relativamente incapaz.
- (d) firmado em estado de perigo.
- (e) quando verificado que configura fraude contra credores.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

52.117 TRE-MG :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.1782

Origem

É anulável o negócio jurídico

TRE-MG :: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2005

- (a) por vício resultante de erro, dolo ou coação.
- (b) que não se revestir da forma prescrita em lei.
- (c) quando for ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto.
- (d) que tiver por objetivo fraudar lei imperativa.
- (e) quando o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

52.118 TRT 11ª:: Analista Judiciário - Exec. Mandados

Q.1783

Origem

Ocorre a lesão quando alguém,

TRT 11ª:: Analista Judiciário -
Exec. Mandados
FCC
2005

- (a) nos negócios jurídicos bilaterais, silencia intencionalmente a respeito de fato ignorado pela parte contrária, sendo que, se esta dele tivesse conhecimento, o negócio não teria sido celebrado.
 - (b) premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.
 - (c) em razão de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio, manifesta equivocadamente sua vontade.
 - (d) sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
 - (e) sem o conhecimento da parte a que aproveita, obtém o consentimento de terceiro para um negócio jurídico, mediante ameaça de exercer um direito relativo à propriedade ou posse de seus bens.
-

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

52.119 TRT 11^a:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.1784

Origem

Considere as seguintes hipóteses:

- I. Motivo determinante, comum a ambas as partes, ilícito.
- II. Manifestação de vontade por vício resultante de coação.
- III. Celebração por pessoa relativamente incapaz.
- IV. Preterição de solenidade que a lei considere essencial à sua validade.
- V. Celebração com objetivo de fraudar lei imperativa. Consideram-se nulos, e as nulidades podem ser alegadas por qualquer interessado ou pelo Ministério Público, quando lhe couber intervir, os negócios jurídicos celebrados nas condições indicadas em

TRT 11^a:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2005

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

- (a) I, II e IV.
- (b) I, III e V.
- (c) I, IV e V.
- (d) II e III.
- (e) II, IV e V.

52.120 TRT 3^a:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.1785

Origem

O erro de direito

- (a) torna o negócio jurídico nulo.
- (b) a respeito das questões que forem objeto de controvérsia entre as partes não anula a transação.
- (c) não se considera defeito do negócio jurídico, porque ninguém se escusa de cumprir a lei alegando que não a conhece.
- (d) só torna o negócio jurídico anulável quando for reconhecido que as partes pretenderam fraudar a lei imperativa.
- (e) pode ser de ofício reconhecido pelo juiz. 1861

TRT 3^a:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2005

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

52.121 PGE-GO :: Procurador Geral do Estado

Q.1786

Origem

Um homem morreu, deixando viúva e três filhos solteiros. Estes, após darem procuração ao advogado para requerimento do inventário, renunciaram em favor da mãe viúva. A propósito da natureza e das consequências tributárias da renúncia, assinale a alternativa verdadeira.

PGE-GO :: Procurador Geral do
Estado
FCC
2005

Assuntos relacionados

(a) In casu, a renúncia foi in favorem e, assim, corresponde à cessão gratuita de direitos hereditários, motivo pelo qual deve pagar o respectivo imposto.

(b) In casu, houve aceitação da herança, ao dar procuração ao advogado para o inventário. Assim, aceita a herança, não seria possível a renúncia abdicativa, mas a traslativa, motivo pelo qual deve-se pagar o imposto.

(c) In casu, o recolhimento da herança pela mãe em virtude da renúncia dos filhos constitui ato entre vivos que não pode ser tributado.

(d) Aceita a herança, torna-se definitiva a transmissão ao herdeiro e a renúncia posterior não invalidou esta transmissão, motivo pelo qual deve o ato ser tributado.

Capítulo 53

FESAG

53.1 TRE-ES :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.1787

Assinale a alternativa correta:

- (a) os contratos instantâneos não diferidos podem ser anulados em caso de onerosidade excessiva superveniente.
- (b) o contrato preliminar, deve observar a mesma forma do contrato principal, sob pena de nulidade.
- (c) a cessão de contrato, regulada pelo Código Civil, é possível apenas em negócios jurídicos bilaterais simples, mas não nos sinalagmáticos.
- (d) ressalvadas as exceções legais, a cláusula resolutiva expressa opera de pleno direito, sem necessidade de interpelação, protesto ou notificação.

Origem

TRE-ES :: Analista Judiciário -
Judiciária
FESAG
2005

Assuntos relacionados

Contratos

Q.1788

Assinale a alternativa correta

- (a) as nulidades dos negócios jurídicos podem ser acolhidas pelo juiz apenas se suscitadas pelas partes.
- (b) a fraude contra credores, diferentemente da fraude de execução, importa em anulação do negócio.
- (c) o erro não escusável justifica a anulação do negócio jurídico.
- (d) a lesão autoriza a resolução do negócio jurídico.

Origem

TRE-ES :: Analista Judiciário -
Judiciária
FESAG
2005

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Capítulo 54

FGV

54.1 TJ-PA :: Juiz Substituto

Q.1789

À luz do Código Civil, sobre a prescrição e a decadência, é correto afirmar que:

- (a) suspensão a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros se a obrigação for indivisível.
- (b) prescreve em 3 (três) anos a pretensão do segurado contra o segurador, ou a deste contra aquele.
- (c) prescreve em 2 (dois) anos a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa.
- (d) a ação de evicção não impede o curso da prescrição.
- (e) não é nula a renúncia à decadência fixada em lei.

Origem

TJ-PA :: Juiz Substituto
FGV
2005

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Q.1790

Origem

Segundo o Código Civil, é correto afirmar que:

TJ-PA :: Juiz Substituto
FGV
2005

- (a) são aplicáveis à divisão do condomínio voluntário as regras de partilha de herança.
- (b) para o fim de eximir-se do pagamento das despesas e dívidas, não pode o condômino renunciar à parte ideal.
- (c) os condôminos podem acordar que fique indivisa a coisa comum por prazo não maior a 2 (dois) anos, suscetível de prorrogação ulterior.
- (d) se a indivisão for estabelecida pelo doador ou pelo testador, não poderá exceder de 3 (três) anos.
- (e) a representação comum no condomínio não se presume, ainda que um condômino administre a coisa comum sem a oposição dos outros.

Assuntos relacionados

Propriedade

Q.1791

Origem

O Código Civil, ao tratar do condomínio edilício, não estabelece que:

TJ-PA :: Juiz Substituto
FGV
2005

- (a) a sua instituição só pode se dar por ato entre vivos.
- (b) o ato de instituição deverá ser registrado no cartório do Registro de Imóveis.
- (c) do ato de instituição deverá constar o fim a que as unidades se destinam.
- (d) a convenção do condomínio edilício poderá ser feita por escritura pública ou por instrumento particular.
- (e) para ser oponível contra terceiros, a convenção do condomínio edilício deverá ser registrada no cartório de Registro de Imóveis.

Assuntos relacionados

Propriedade

Q.1792

Origem

Assinale a alternativa correta quanto ao tratamento dado pelo Código Civil em matéria de doação.

TJ-PA :: Juiz Substituto
FGV
2005

- (a) O doador não é obrigado a pagar juros moratórios, nem é sujeito às consequências da evicção ou do vício redibitório.
- (b) É inválida a doação feita ao nascituro, que não poderá ser aceita pelo seu representante legal.
- (c) Em qualquer hipótese, é inadmissível a doação verbal.
- (d) O doador pode estipular que os bens doados se revertam em favor de terceiro se o doador sobreviver ao donatário.
- (e) É renunciável antecipadamente o direito de revogar a doação por ingratidão do donatário.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.1793

Origem

Com base no Código Civil, a respeito da assunção de dívida, analise as proposições a seguir:

TJ-PA :: Juiz Substituto
FGV
2005

I. É facultado a terceiro assumir a obrigação do devedor, com o consentimento expresso do credor, ficando exonerado o devedor primitivo ainda que, ao tempo da assunção, fosse insolvente e o credor conhecesse essa situação.

II. Mesmo com o assentimento expresso do devedor primitivo, consideram-se extintas, a partir da assunção da dívida, as garantias especiais por ele originariamente dadas ao credor.

III. O novo devedor pode opor ao credor as exceções pessoais que competiam ao devedor primitivo.

Assinale:

- (a) se apenas a proposição I estiver correta.
- (b) se apenas a proposição II estiver correta.
- (c) se apenas as proposições I e II estiverem corretas.
- (d) se todas as proposições estiverem corretas.
- (e) se nenhuma proposição estiver correta.

Assuntos relacionados

Transmissão das obrigações

Q.1794

Origem

Segundo o Código Civil, é correto afirmar que:

TJ-PA :: Juiz Substituto
FGV
2005

- (a) o tutor pode dispor dos bens do menor a título gratuito.
- (b) para fiscalização dos atos do tutor, pode o juiz nomear um protutor.
- (c) o tutor é obrigado a servir por espaço de 3 (três) anos.
- (d) a sentença que declara a interdição só produz efeitos após o trânsito em julgado.
- (e) a autoridade do curador limita-se ao curatelado, não se estendendo à pessoa e aos bens dos filhos do curatelado, ainda que incapazes.

Assuntos relacionados

Tutela
Curatela

Q.1795

Origem

Assinale a alternativa correta quanto ao tratamento dado pelo Código Civil em matéria de casamento.

TJ-PA :: Juiz Substituto
FGV
2005

- (a) Não subsiste o casamento celebrado por aquele que, sem possuir a competência exigida na lei, exercer publicamente as funções de juiz de casamento e, nessa qualidade, tiver registrado o ato no Registro Civil.
- (b) Mesmo resultando gravidez, o casamento é anulável por motivo de idade.
- (c) A anulação do casamento dos menores de 16 anos poderá ser requerida pelo próprio cônjuge menor.
- (d) O prazo para ser intentada a ação de anulação do casamento é de 1 (um) ano, a contar da data da celebração, se incompetente a autoridade celebrante.
- (e) Extingue-se, em 2 (dois) anos, o direito de anular o casamento dos menores de 16 (dezesseis) anos, contado o prazo da data do casamento, para seus representantes legais ou ascendentes.

Assuntos relacionados

Casamento

Q.1796

Origem

Analise as proposições a seguir: São obrigações legais do credor pignoratício:

TJ-PA :: Juiz Substituto
FGV
2005

- I. a custódia da coisa, como depositário;
- II. a defesa da posse da coisa empenhada;
- III. a restituição, com os respectivos frutos e acessões, uma vez paga a dívida.

Assinale:

- (a) se apenas a proposição I estiver correta.
- (b) se apenas a proposição II estiver correta.
- (c) se apenas as proposições I e II estiverem corretas.
- (d) se todas as proposições estiverem corretas.
- (e) se nenhuma proposição estiver correta.

Assuntos relacionados

Penhor
Hipoteca
Anticrese

Q.1797

Origem

No que diz respeito ao título de crédito ao portador e o que traça como regra geral o Código Civil, analise as proposições a seguir:

I. O possuidor de título ao portador tem direito à prestação nele indicada, mediante a sua simples apresentação ao devedor.

II. A prestação constante do título só não é devida se este entrou em circulação contra a vontade do emitente.

III. O proprietário que perder o título poderá obter um novo em juízo, bem como impedir que sejam pagos a outrem capital e rendimentos.

Assinale:

- (a) se apenas a proposição I estiver correta.
- (b) se apenas a proposição II estiver correta.
- (c) se apenas as proposições I e II estiverem corretas.
- (d) se apenas as proposições I e III estiverem corretas.
- (e) se todas as proposições estiverem corretas.

TJ-PA :: Juiz Substituto
FGV
2005

Assuntos relacionados

Títulos de crédito

Q.1798

Origem

Assinale a alternativa correta em relação ao que estabelece a legislação específica concernente às relações de consumo.

- (a) Obsta a decadência a instauração de inquérito civil, até seu encerramento.
- (b) O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em 60 (sessenta) dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produto não duráveis.
- (c) O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em 120 (cento e vinte) dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produto duráveis.
- (d) A contagem do prazo decadencial, na hipótese de vício aparente, inicia-se somente a partir do conhecimento do dano.
- (e) A ignorância do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços, como regra geral, o exime de responsabilidade.

TJ-PA :: Juiz Substituto
FGV
2005

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.1799

Origem

Analise as proposições a seguir a respeito da falência:

I. São exigíveis na falência todas as obrigações do devedor, inclusive as obrigações a título gratuito.

II. Requerida a sua falência, não pode mais o devedor pleitear a recuperação judicial.

III. No processo falimentar, o devedor, uma vez citado, terá quinze dias para apresentar contestação.

Assinale:

- (a) se apenas a proposição I estiver correta.
- (b) se apenas a proposição II estiver correta.
- (c) se apenas a proposição III estiver correta.
- (d) se apenas as proposições I e II estiverem corretas.
- (e) se nenhuma proposição estiver correta.

TJ-PA :: Juiz Substituto
FGV
2005

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.1800

Origem

Assinale a alternativa correta.

TJ-PA :: Juiz Substituto
FGV
2005

- (a) No apreciar a coação, ter-se-ão em conta o sexo, a idade, a condição, a saúde, o temperamento do paciente e todas as demais circunstâncias que possam influir na gravidade dela.
- (b) O simples temor reverencial é capaz de caracterizar uma das modalidades de coação.
- (c) A insolvência notória não é motivo para tornar anuláveis os contratos onerosos do devedor insolvente.
- (d) É nulo o negócio jurídico simulado, não subsistindo o que se dissimulou, ainda que válido na substância e na forma.
- (e) É de 5 (cinco) anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.1801

Origem

Analise as proposições a seguir com base no Código Civil:

TJ-PA :: Juiz Substituto
FGV
2005

- I. O direito de provar a causa da deserdação extingue-se no prazo de 3 (três) anos, a contar da data da abertura do testamento.
- II. No legado alternativo, se o herdeiro ou legatário a quem couber a opção falecer antes de exercê-la, passará esse poder aos seus herdeiros.
- III. A cláusula de inalienabilidade, imposta aos bens por ato de liberalidade, implica, apenas, a impenhorabilidade, permitindo, no entanto, a comunicabilidade.

Assinale:

- (a) se apenas a proposição I estiver correta.
- (b) se apenas a proposição II estiver correta.
- (c) se apenas as proposições I e II estiverem corretas.
- (d) se todas as proposições estiverem corretas.
- (e) se nenhuma proposição estiver correta.

Assuntos relacionados

Capítulo 55

MPE/MG

55.1 MPE-MG :: Promotor

Q.1802

Origem

Quanto à tutela do patrimônio público é CORRETO dizer que:

MPE-MG :: Promotor
MPE/MG
2005

- (a) é possível a conexão ou continência entre a ação civil pública e a ação popular, basta a tanto que a parte passiva seja a mesma, já que no pólo ativo tanto o MP quanto o autor popular são substitutos processuais;
- (b) as penas de que trata o art. 12 da Lei Federal nº8.429/92 devem ser aplicadas em bloco (perda da função pública, ressarcimento de dano, perdimento de bens, suspensão dos direitos políticos, proibição de contratar ou receber incentivos fiscais e creditícios de órgãos públicos), sendo vedada ao juiz a aplicação de uma sanção independente de outra;
- (c) a sentença terá efeito erga omnes, tanto julgado procedente ou improcedente o pedido inicial, em qualquer hipótese;
- (d) mesmo que a ação civil pública tangencie a inconstitucionalidade de lei não haverá usurpação da ação direta de inconstitucionalidade, considerando o objeto de ambas ações;
- (e) a competência para julgamento da ação civil pública por improbidade administrativa será da justiça estadual quando o agente público municipal desvia verbas sujeitas à prestação de contas perante órgão federal.

Assuntos relacionados

Ação civil pública

Q.1803

Origem

Assinale a opção INCORRETA .

MPE-MG :: Promotor
MPE/MG
2005

- (a) No testamento público a presença das testemunhas testamentárias a todo o ato não é exigido pela lei, bastando que escutem a leitura feita em voz alta pelo tabelião para eles e o testador.
- (b) A cláusula penal moratória é exigível cumulativamente com a prestação e não exclui pedido de indenização a ser formulado pelo credor.
- (c) As ações de estado dizem respeito ao ser humano, enquanto sujeito de direitos e obrigações e, por isso são personalíssimas, imprescritíveis e intransmissíveis.
- (d) No regime de separação absoluta qualquer dos cônjuges, isoladamente, pode pleitear, como autor ou réu, acerca de bens, bem como prestar fiança.
- (e) Desempenhando de forma independente o "munus" público, o testamenteiro exerce as funções, delegando-as a terceiros e prestando contas ao juiz.

Assuntos relacionados

Sucessão testamentária

Q.1804

Origem

Analise as assertivas abaixo:

I - o interesse individual homogêneo caracteriza-se pela incindibilidade do objeto.

II - o interesse difuso mantém dentre seus fundamentos a indeterminabilidade das pessoas envolvidas assim como uma conflituosidade máxima.

III - o interesse coletivo estrito senso demonstra-se através de pessoas pelo menos determináveis e pelo objeto divisível.

IV - o interesse público é caracterizado pela presença predominante do Estado.

V - o interesse social pode ter como acepção aquilo que consulta a maioria da sociedade civil, ou seja, o bem-comum, equivalendo-se ao exercício coletivo de interesses coletivos, assim como o exercício da atividade organizada empresarial. Quanto às alternativas acima:

- (a) os itens I, II e V estão incorretos;
- (b) apenas o item IV é correto;
- (c) apenas o item II é incorreto;
- (d) os itens I, III e V são corretos;
- (e) os itens II, IV e V são corretos.

MPE-MG :: Promotor
MPE/MG
2005

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.1805

Origem

Assinale a alternativa INCORRETA .

MPE-MG :: Promotor
MPE/MG
2005

- (a) A lei prevê o cargo de administrador provisório para o companheiro supérstite, mas omite sua nomeação como inventariante.
- (b) O rompimento da união estável produz consequências patrimoniais e pessoais, sem, contudo, interferir no poder-dever em relação à prole.
- (c) O usufruto viudal instituído em favor do cônjuge viúvo, enquanto permanecer como tal, não se aplica ao companheiro sobrevivente.
- (d) A validade do negócio jurídico, emanado da vontade da parte, não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.
- (e) Aquele que se sentir prejudicado pelo inadimplemento da obrigação poderá exigir seu cumprimento ou requerer a resolução do contrato.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.1806

Origem

Assinale a opção INCORRETA.

MPE-MG :: Promotor
MPE/MG
2005

- (a) Embora a mãe abuse da sua autoridade, vendendo bens do seu filho menor, causando-lhe prejuízos, não poderá o juiz de ofício intervir sem provocação.
- (b) A fundação pode ser constituída por negócio jurídico entre pessoas vivas ou em decorrência de ato de última vontade, sempre fiscalizada pelo Ministério Público.
- (c) A publicação do testamento particular pode ser feita pelo testamenteiro, pelo legatário, pelo herdeiro instituído, após a morte do testador, na presença de testemunhas.
- (d) Face à igualdade constitucional, marido e esposa se obrigam a contribuir para as despesas do casal, proporcionalmente aos seus bens, salvo pacto antenupcial.
- (e) A tutela é instituto transitório, nascendo em virtude de circunstâncias especiais que atingem o menor e cessa no caso de reconhecimento, adoção ou maioridade.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.1807

Origem

Assinale a opção INCORRETA .

MPE-MG :: Promotor
MPE/MG
2005

(a) Devem os colaterais habilitarem-se para recolher a herança jacente até a declaração de vacância, sob pena de, não o fazendo, serem excluídos da sucessão.

(b) Caducidade é a qualidade do ato, contrato ou garantia que perdem a sua validade jurídica por inadimplemento de cláusula, obrigação ou fato superveniente.

(c) O Ministério Público não tem competência para exigir do donatário o cumprimento do encargo de interesse geral, ínsito na doação, após a morte do doador.

(d) Adquire o promitente comprador direito real à aquisição do imóvel havido por instrumento particular e registrado no Cartório de Registro de Imóveis.

(e) Os bens havidos antes da união pelo companheiro, que não tem herdeiros e morreu "ab intestato", viram herança jacente e, depois, vacante, entregue ao Município.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.1808

Origem

Assinale a alternativa INCORRETA .

MPE-MG :: Promotor
MPE/MG
2005

(a) Para atingir sua finalidade, reveste-se o negócio jurídico de uma forma, de uma aparência, de uma linguagem, de palavras, da escrita, de sinais, de símbolos.

(b) Constatando o abandono do menor, caberá ao juiz, por provocação do Ministério Público, nomear tutor ou ordenar o recolhimento do menor a estabelecimento público.

(c) Não podem ser nomeados tutores os inimigos do menor, ou de seus pais, as pessoas de maus procedimentos, os condenados por roubo, os culpados de abuso em tutorias anteriores.

(d) No casamento nupcial as testemunhas devem, no prazo máximo de noventa dias, comparecer perante a autoridade judicial e declarar o fato que será tomado por termo.

(e) O devedor poderá pedir a resolução do contrato de execução diferida, se a prestação se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para o credor, em virtude de fatos imprevisíveis.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.1809

Origem

Assinale a opção CORRETA .

MPE-MG :: Promotor
MPE/MG
2005

- (a) Quando o filho não é reconhecido pelo pai, caberá o poder familiar exclusivamente à mãe, salvo se ela não puder exercê-lo, então o juiz competente dará tutor ao menor.
- (b) Podem o marido ou a mulher administrar seus próprios bens, reivindicar os bens comuns, demandar a rescisão de fiança, salvo se o regime for o da separação.
- (c) No regime de comunhão parcial, integram os aqüestos os bens adquiridos por título oneroso, em nome de um só dos cônjuges, os bens doados a ambos, as pensões.
- (d) Se a aprovação de alteração não for unânime, os administradores da fundação submeterão o estatuto ao órgão do Ministério Público para ratificação do ato aprovado.
- (e) A chamada reserva mental tem o condão de macular a perfeição do ato jurídico e de impedir a produção dos efeitos normais, mesmo com conhecimento do destinatário.

Assuntos relacionados

Q.1810

Origem

Assinale a opção CORRETA .

MPE-MG :: Promotor
MPE/MG
2005

- (a) A renúncia abdicativa da herança, revertendo ao monte-mor, não é possível maneira velada de cometer fraude, por ser transmissão gratuita de bens.
- (b) O bem de família, de origem romana, destina-se a proteger patrimônio do casal, urbano ou rural, lavrado por instrumento particular, firmado por ambos os cônjuges.
- (c) A morte dos pais ou do filho, a emancipação ou a maioridade do filho, a adoção, o castigo ou o abandono do filho são motivos de extinção do poder familiar.
- (d) O termo inicial atrelado ao negócio jurídico impede o titular de exercer o direito, mas não tem qualquer influência sobre a aquisição desse direito.
- (e) Aquele que indevidamente recebeu um imóvel e o tiver alienado em boa-fé, por título oneroso, responde somente por perdas e danos.

Assuntos relacionados

Q.1811

Origem

Assinale a opção INCORRETA .

MPE-MG :: Promotor
MPE/MG
2005

- (a) O direito de acrescer aplica-se aos co-legatários nomeados conjuntamente para uma só coisa, ou quando o objeto do legado não puder ser dividido sem desvalorização.
- (b) Presume-se concebido na constância do casamento o filho havido por inseminação artificial heteróloga, falecido o marido até os 300 dias seguintes à concepção.
- (c) O CC prevê a possibilidade de testamento particular sem testemunhas, escrito de próprio punho pelo testador, que poderá ser confirmado a critério do juiz.
- (d) Considera-se substancial o erro que, sendo de direito e não implicando recusa à aplicação da lei, for o motivo único ou principal do negócio jurídico.
- (e) O dono do prédio serviente tem a faculdade de remover a todo tempo a servidão, fazendo-a passar de um lugar para outro do seu terreno e à sua custa.

Assuntos relacionados

Q.1812

Origem

Assinale a opção CORRETA .

MPE-MG :: Promotor
MPE/MG
2005

- (a) Decorridos quatro anos da arrecadação dos bens do ausente, não havendo interessados, poderá o Ministério Público requerer a sucessão provisória.
 - (b) O atentado a bens imóveis fungíveis de propriedade de terceiros gera para o titular desses direitos a possibilidade de reparação civil.
 - (c) Qualquer herdeiro pode impugnar o testamento, dentro do prazo de cinco anos, contado da data da abertura da sucessão, ajuizando a ação própria.
 - (d) O tutor poderá, com autorização judicial, adquirir por si ou por terceiros, bens móveis do menor tutelado, mediante instrumento público ou particular.
 - (e) Os nubentes realizam o casamento religioso e dele extraem os efeitos civis, liberados de promover a habilitação perante o oficial do registro público.
-

Assuntos relacionados

Capítulo 56

MPT

56.1 Ministério Público do Trabalho :: Procurador do Trabalho

Q.1813

Origem

Assinale a alternativa **CORRETA**:

I - as ações destinadas à aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa somente podem ser propostas até 5 (cinco) anos, nos casos de exercício de cargo efetivo ou emprego;
II - tratando-se de improbidade administrativa, a sentença que julgar procedente ação civil de reparação de dano ou decretar a perda dos bens havidos ilicitamente, determinará o pagamento ou a reversão dos bens, conforme o caso, em favor da pessoa jurídica prejudicada pelo ilícito;
III - nas ações que versem sobre improbidade administrativa, o juiz, em decisão fundamentada, somente poderá extinguir o processo sem julgamento do mérito, entendendo pela inexistência do ato de improbidade, após a apresentação da defesa pelo réu;
IV - conforme previsão da Lei de Improbidade Administrativa, o procedimento de seqüestro é regido exclusivamente pelas normas do Código de Processo Civil.

Ministério Público do Trabalho ::
Procurador do Trabalho
MPT
2005

Assuntos relacionados

Ação civil pública

- (a) todas as alternativas são verdadeiras;
 - (b) todas as alternativas são falsas;
 - (c) apenas duas alternativas são verdadeiras;
 - (d) apenas uma alternativa é falsa;
 - (e) não respondida.
-

Q.1814

Origem

Assinale a alternativa **CORRETA**:

I - qualquer pessoa, no gozo dos seus direitos civis, pode representar à autoridade competente para que seja apurado ato de improbidade praticado pelo servidor, devendo a representação ser necessariamente escrita ou reduzida a termo e assinada;

II - a ação civil de reparação de danos pela prática de improbidade administrativa terá rito ordinário, devendo ser proposta dentro de 30 [trinta] dias da efetivação da medida liminar;

III - a aplicação das sanções previstas na lei de improbidade administrativa somente será possível após a comunicação da decisão ao Tribunal de Contas;

IV - no caso de improbidade administrativa, se a ação civil foi proposta pelo Ministério Público, a pessoa jurídica interessada integrará a lide na qualidade de litisconsorte.

- (a) apenas uma alternativa é falsa;
- (b) todas as alternativas são falsas;
- (c) apenas uma alternativa é verdadeira;
- (d) todas as alternativas são verdadeiras;
- (e) não respondida.

Ministério Público do Trabalho ::
Procurador do Trabalho
MPT
2005

Assuntos relacionados

Ação civil pública

Q.1815

Origem

Assinale a alternativa **CORRETA**:

I - a pretensão de reparação civil prescreve em 05 (cinco) anos;

II - a culpa extracontratual, chamada aquiliana, é resultante da violação de obrigação prevista no ordenamento jurídico, e, em caso de lesão aos bens alheios e à pessoa, implica o dever de reparação;

III - o empregador é responsável pela reparação civil, independentemente de culpa, por ato de seus empregados, no exercício do trabalho ou em razão dele;

IV - com fundamento na responsabilidade civil, a conduta ilícita ocorrida no âmbito das relações entre empregado e empregador, e que acarretar a quaisquer das partes danos materiais ou morais, enseja a reparação do dano pelo responsável.

- (a) todas as alternativas são falsas;
- (b) apenas uma alternativa é verdadeira;
- (c) apenas uma alternativa é falsa;
- (d) todas as alternativas são verdadeiras;
- (e) não respondida.

Ministério Público do Trabalho ::
Procurador do Trabalho
MPT
2005

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

Q.1816

Origem

Assinale a alternativa **CORRETA**:

I - a sociedade personificada simples dissolve-se de pleno direito quando houver deliberação dos sócios, por maioria absoluta, ou, entre outros motivos legais, ocorrer requerimento de um sócio para a liquidação judicial;
II - considera-se empresária a sociedade que tem por objeto o exercício de atividade própria de empresário sujeito a registro, a exemplo da sociedade por ações;
III - na sociedade personificada simples, em se tratando de relação negocial com terceiros e os bens da sociedade não lhe cobrirem as dívidas, respondem os sócios, na proporção em que participem das perdas sociais, e também pelo saldo remanescente na existência de cláusula de responsabilidade solidária;
IV - nas sociedades não personificadas, todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, excluído do benefício de ordem, aquele que contratou pela sociedade.

- (a) todas as assertivas são verdadeiras;
- (b) todas as assertivas são falsas;
- (c) apenas uma assertiva é falsa;
- (d) apenas duas assertivas são falsas;
- (e) não respondida.

Ministério Público do Trabalho ::
Procurador do Trabalho
MPT
2005

Assuntos relacionados

Sociedade

Q.1817

Origem

Assinale a alternativa **CORRETA**:

I - constitui norma de direito privado, a responsabilização civil do demandante por dívida já solvida, caso em que ficará obrigado a pagar ao devedor o dobro do que houver cobrado;
II - o desvio de finalidade, ou a confusão patrimonial, em caso de abuso da personalidade jurídica, justifica estender-se a responsabilidade, quando couber, aos bens particulares do sócio;
III - a desconsideração da personalidade jurídica, a teoria da penetração e a despersonalização são princípios que autorizam a idéia de responsabilidade do sócio e sua exclusão da sociedade;
IV - aplica-se às pessoas jurídicas, no que couber, a proteção dos direitos da personalidade, como é exemplo a utilização do nome em propaganda comercial, sem autorização.

- (a) todas as alternativas são falsas ;
- (b) apenas duas alternativas são falsas;
- (c) apenas uma alternativa é falsa;
- (d) todas as alternativas são verdadeiras;
- (e) não respondida.

Ministério Público do Trabalho ::
Procurador do Trabalho
MPT
2005

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

Q.1818

Origem

I - os bens dominicais que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal ou real, não podem ser alienados ou adquiridos por usucapião;

II - o domicílio das pessoas jurídicas com diversos estabelecimentos em lugares diferentes corresponderá ao lugar onde funcionar a respectiva diretoria;

III - a responsabilidade civil é dependente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato ou da autoria, se definido no juízo criminal, visto que a sentença penal serve como título executivo judicial para a execução reparatoria no âmbito civil;

IV - na sociedade, em que a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, e todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, o contrato social poderá prever a sua regência supletiva pelas normas da sociedade anônima.

- (a) todas as alternativas são verdadeiras;
- (b) todas as alternativas são falsas;
- (c) apenas uma alternativa é falsa;
- (d) apenas uma alternativa é verdadeira;
- (e) não respondida.

Ministério Público do Trabalho ::
Procurador do Trabalho
MPT
2005

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.1819

Origem

Em relação ao novo Código Civil, pode-se dizer:

I - rege todas as relações jurídicas de direito privado, desde que envolvam as pessoas naturais e as pessoas jurídicas entre si;

II - se aplica subsidiariamente, quando a norma invocada for compatível com o sistema de lei especial, desde que regule as relações jurídicas de direito privado;

III - ao tratar dos Direitos das Obrigações unifica, parcialmente, as normas de Direito Civil e de Direito Comercial;

IV - respeita os princípios gerais de direito que se constituem em regras de conduta que norteiam o juiz na interpretação da relação jurídica discutida em juízo, quando se refere ao ato ou ao negócio jurídico.

- (a) apenas as alternativas II e IV estão corretas;
- (b) apenas as alternativas II, III e IV estão corretas;
- (c) apenas a alternativa I está correta;
- (d) todas as alternativas estão corretas;
- (e) não respondida.

Ministério Público do Trabalho ::
Procurador do Trabalho
MPT
2005

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

Q.1820

Origem

Assinale a alternativa **CORRETA**:

I - reputa-se anulável o ato ou negócio jurídico por vício resultante de erro, dolo, coação, simulação ou fraude contra credores;

II - a lei não admite o direito à restituição do que se pagou para solver dívida prescrita, ou cumprir obrigação judicialmente inexigível;

III - a restituição é devida, não só quando não tenha havido causa que justifique o enriquecimento, mas também se esta deixar de existir;

IV - não cabe restituição por enriquecimento sem causa, se a lei conferir ao lesado outros meios para se ressarcir do prejuízo sofrido.

- (a) apenas uma assertiva é verdadeira;
 - (b) apenas uma assertiva é falsa;
 - (c) apenas duas assertivas são verdadeiras;
 - (d) todas as assertivas são verdadeiras;
 - (e) não respondida.
-

Ministério Público do Trabalho ::
Procurador do Trabalho
MPT
2005

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Capítulo 57

OAB/DF

57.1 OAB-DF :: OAB - III Exame 2005

Q.1821

Assinale a alternativa incorreta:

- (a) A propriedade das coisas móveis não se transfere pelos negócios jurídicos antes da tradição, que se presume quando o transmitente cede ao adquirente o direito à restituição da coisa;
- (b) O crédito real (como a hipoteca) prefere ao pessoal de qualquer espécie; o crédito pessoal privilegiado ao simples; e o privilégio especial (como o incidente sobre a coisa salva por despesas de salvamento), ao geral (como o crédito pelos impostos devidos à Fazenda Pública, no ano corrente e no anterior);
- (c) O possuidor tem direito aos frutos percebidos durante a posse de boa-fé; se de má-fé, deve restituir os pendentes e os colhidos por antecipação;
- (d) O possuidor de má-fé não tem direito à retenção por benfeitorias, ao ressarcimento das benfeitorias necessárias nem de levantar as voluptuárias.

Origem

OAB-DF :: OAB - III Exame 2005
OAB/DF
2005

Assuntos relacionados

Posse

57.2 OAB-DF :: OAB

Q.1822

Assinale sempre a alternativa INCORRETA. Ainda sobre obrigações:

- (a) Se, havendo dois ou mais devedores, a prestação não for divisível, cada um será obrigado pela dívida toda;
- (b) Na hipótese de solidariedade passiva, não importa renúncia da solidariedade a propositura de ação pelo credor contra um ou alguns dos devedores;
- (c) A solidariedade não se presume; resulta da lei ou da vontade das partes;
- (d) Impossibilitando-se a prestação por culpa de um dos devedores solidários, somente este responde pelo encargo de pagar o equivalente, acrescido de perdas e danos.

Origem

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2005

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

Q.1823

Origem

Assinale sempre a alternativa INCORRETA. Sobre as obrigações:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2005

- (a) Nas obrigações de dar coisa certa, até a tradição pertence ao devedor a coisa, com seus melhoramentos e acrescidos, pelos quais poderá exigir aumento no preço; se o credor não concordar, poderá o devedor resolver a obrigação;
- (b) Nas obrigações de dar coisa incerta, esta será indicada, pelo menos, pelo gênero e pela quantidade;
- (c) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor, salvo se o contrato dispuser de forma diversa;
- (d) O novo Código Civil, diferentemente do anterior, contempla, nas hipóteses de obrigações de não fazer, a possibilidade de o credor, em caso de urgência, desfazer ou mandar desfazer, independentemente de autorização judicial, o ato a cuja abstenção o devedor se obrigara.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

57.3 OAB-DF :: OAB - III Exame 2005

Q.1824

Origem

Assinale a alternativa incorreta

OAB-DF :: OAB - III Exame 2005
OAB/DF
2005

- (a) O credor pode optar entre resolver a obrigação ou aceitar a coisa por valor inferior ao ajustado se esta se deteriora sem culpa do devedor;
- (b) Na obrigação de restituir coisa certa o credor sofre a perda da coisa deteriorada sem culpa do devedor e a obrigação se resolverá;
- (c) Nas obrigações alternativas, senão se puder cumprir nenhuma das prestações por culpa do devedor e a ele couber a escolha, este deverá pagar, além das eventuais perdas e danos, o valor da que por último se impossibilitou;
- (d) Nas coisas determinadas pelo gênero e pela quantidade, no caso de força maior ou caso fortuito, o devedor poderá, antes da escolha, alegar perda ou deterioração da coisa.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

57.4 OAB-DF :: OAB

Q.1825

Origem

Assinale sempre a alternativa INCORRETA. Sobre as pessoas jurídicas:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2005

- (a) A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado começa com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro;
- (b) Se a administração da pessoa jurídica vier a faltar, o juiz, a requerimento de qualquer interessado, nomear-lhe-á administrador provisório;
- (c) Decai em um ano a direito de anular as decisões das pessoas jurídicas que tenham administração coletiva e que violarem a lei ou o estatuto ou forem eivadas de erro, dolo, simulação ou fraude;
- (d) A personalidade da pessoa jurídica continua existindo durante o período de sua liquidação.

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

Q.1826

Origem

Assinale sempre a alternativa INCORRETA. Quanto aos direitos da personalidade:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2005

- (a) Os primos do morto podem ter legitimidade para requerer que cesse a ameaça, ou a lesão a direito da personalidade;
- (b) O pseudônimo goza da proteção que se dá ao nome, desde que adotado para atividades lícitas;
- (c) Os direitos da personalidade somente passaram a ter tratamento sistemático no nosso ordenamento com o advento do novo Código Civil;
- (d) O que impede a extensão da proteção dos direitos da personalidade às pessoas jurídicas é a inexistência, nessas, de animismo.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

Q.1827

Origem

Assinale sempre a alternativa INCORRETA. Sobre a ausência:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2005

- (a) O cônjuge do ausente, sempre que não esteja separado judicialmente, ou de fato por mais de dois anos antes da declaração de ausência, será seu legítimo curador;
- (b) Se o ausente não for casado, a curadoria caberá aos filhos maiores, se houver, ou aos pais, nesta ordem, e desde que não haja impedimento que os iniba de exercer o cargo;
- (c) A abertura provisória da sucessão pressupõe a declaração de ausência;
- (d) Se o ausente aparecer, e ficar provado que a ausência foi voluntária e injustificada, perderá ele, em favor do sucessor, sua parte nos frutos e rendimentos.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

57.5 OAB-DF :: OAB - III Exame 2005

Q.1828

Origem

Não têm nenhuma capacidade de exercício:

OAB-DF :: OAB - III Exame 2005
OAB/DF
2005

- (a) Os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos;
- (b) Os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido;
- (c) Os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo;
- (d) Os pródigos.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

57.6 OAB-DF :: OAB

Q.1829

Origem

Assinale a alternativa INCORRETA. Ainda em tema de contratos:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2005

- (a) o empréstimo de coisas fungíveis ou empréstimo de consumo, transfere a propriedade da coisa emprestada ao mutuário;
- (b) o contrato de depósito voluntário não exige forma expressa, provando-se por escrito, por testemunhas, ou por qualquer outro meio moralmente legítimo;
- (c) sendo certo que o depósito de coisas fungíveis, em que o depositário se obrigue a restituir objetos de mesmo gênero, qualidade e quantidade, regula-se pelas regras acerca do mútuo, então é correto afirmar que quem faz depósito de dinheiro, em sua conta-corrente, numa instituição financeira, deixa de ser proprietário do dinheiro que depositou e assume a condição de mero credor dessa instituição;
- (d) o comodato é o empréstimo gratuito de coisa infungível que se perfaz com a tradição do objeto.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.1830

Origem

Assinale sempre a alternativa INCORRETA. Sobre a transmissão das obrigações:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2005

- (a) Qualquer das partes pode assinar prazo razoável ao credor para que consinta na assunção de dívida, interpretando-se o seu silêncio como assentimento;
- (b) A cessão do crédito não tem eficácia em relação ao devedor senão quando a este notificada, mas, por notificado se tem o devedor que, em escrito público ou particular, se declarou ciente da cessão feita;
- (c) O crédito, uma vez penhorado, não pode mais ser transferido pelo credor que tiver conhecimento da penhora; mas o devedor que o pagar, não tendo notificação dela, fica exonerado, subsistindo somente contra o credor os direitos de terceiro;
- (d) A assunção de dívida, que não era regulada no Código Civil revogado, e que tinha adequado tratamento doutrinário na obra Pontes de Miranda, pode ser conceituada como a atribuição, a um terceiro, da faculdade de assumir a obrigação do devedor, com o consentimento expresso do credor, ficando exonerado o devedor primitivo, salvo se aquele, ao tempo da assunção, era insolvente e o credor o ignorava.

Assuntos relacionados

Transmissão das obrigações

Q.1831

Origem

Assinale sempre a alternativa INCORRETA. Sobre direito das coisas:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2005

- (a) O vetusto instituto da anticrese não foi acolhido no novo Código Civil brasileiro;
- (b) O possuidor com justo título tem por si a presunção de boa-fé, salvo prova em contrário, ou quando a lei expressamente não admite esta presunção;
- (c) A posse pode ser adquirida por terceiros sem mandato, dependendo de ratificação;
- (d) O novo Código Civil brasileiro consagra a superfície entre os direitos reais; em contrapartida, deixa de regular o instituto da enfiteuse.

Assuntos relacionados

Q.1832

Origem

Assinale a alternativa INCORRETA. Relativamente ao Direito das Coisas:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2005

- (a) o novo Código Civil proibiu a constituição de enfiteuse, ressalvada a de terrenos de marinha que se rege por lei específica;
- (b) extinta a concessão do direito de superfície, o proprietário passará a ter propriedade plena sobre o terreno, construção ou plantação, ressalvado, em todo caso, o direito do superficiário à indenização;
- (c) o direito de propriedade pode ser limitado por normas de ordem pública;
- (d) a propriedade imóvel adquire-se por usucapião, pelo registro do título translativo no Registro de Imóveis e por acessão

Assuntos relacionados

Q.1833

Origem

Assinale sempre a alternativa INCORRETA. Sobre a extinção das obrigações:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2005

- (a) Não havendo ânimo de novar, expresso ou tácito mas inequívoco, a segunda obrigação confirma simplesmente a primeira;
- (b) A compensação efetua-se entre dívidas líquidas, vencidas e de coisas fungíveis ou infungíveis;
- (c) A parte pode renunciar previamente ao direito de compensar;
- (d) Pela confusão, na mesma pessoa encontram-se as qualidades de credor e devedor da mesma obrigação.

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

Q.1834

Origem

Assinale sempre a alternativa INCORRETA. Sobre o pagamento:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2005

- (a) O terceiro não interessado que paga a dívida em seu próprio nome não se sub-roga nos direitos do credor;
- (b) Se se der em pagamento coisa fungível, não se poderá mais reclamar do credor que, de boa-fé, a recebeu e consumiu, salvo se for provado que o solvente não tinha o direito de aliená-la;
- (c) O pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é válido, ainda provado depois que não era credor;
- (d) Se o devedor pagar ao credor, apesar de intimado da penhora feita sobre o crédito, ou da impugnação a ele oposta por terceiros, o pagamento não valerá contra estes, que poderão constranger o devedor a pagar de novo, ficando-lhe ressalvado o regresso contra o credor.

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

Q.1835

Origem

Assinale a alternativa INCORRETA. Ainda em tema de Direito de Família:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2005

- (a) o regime de bens entre os cônjuges começa a vigorar na data do casamento e é inalterável e irrevogável;
- (b) o pacto antenupcial será feito, obrigatoriamente, por escritura pública, sob pena de nulidade;
- (c) no regime da comunhão parcial, presumem-se adquiridos na constância do casamento os bens móveis, quando não se provar que o foram em data anterior;
- (d) as dívidas contraídas por qualquer dos cônjuges, na administração de seus bens particulares e em benefício destes, não obrigam os bens comuns.

Assuntos relacionados

Casamento

Q.1836

Origem

Assinale a alternativa INCORRETA. Em tema de penhor:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2005

- (a) títulos de crédito, em decorrência de suas características de autonomia e literalidade, não podem ser objeto de penhor;
- (b) o credor pignoratício tem direito de promover a execução judicial ou a venda amigável da coisa empenhada, se a tanto autorizado pelo contrato ou pelo devedor, mediante procuração;
- (c) o penhor agrícola pode recair sobre colheita pendente ou ainda em via de formação;
- (d) tomado o penhor legal, é necessário que o credor requeria, ato contínuo, sua homologação judicial, na forma prevista no Livro III do Código de Processo Civil.

Assuntos relacionados

Penhor
Hipoteca
Anticrese

57.7 OAB-DF :: OAB - III Exame 2005

Q.1837

Origem

Assinale a alternativa incorreta:

OAB-DF :: OAB - III Exame 2005
OAB/DF
2005

- (a) É obrigatório o regime da separação de bens no casamento de todos os que dependem, para casar, de suprimento judicial e tanto o marido quanto a mulher podem livremente administrar os bens próprios em qualquer regime;
- (b) No regime de participação final nos aqüestos cada cônjuge possui patrimônio próprio e lhe cabe direito à metade dos adquiridos a título oneroso pelo casal, na constância do casamento;
- (c) A união estável não se constituirá se um dos companheiros for pessoa separada de fato e as relações entre eles constituem concubinato;
- (d) O companheiro participará da sucessão do outro, quanto aos bens adquiridos onerosamente na vigência da união estável não havendo parentes sucessíveis.

Assuntos relacionados

Regime de bens entre os cônjuges

57.8 OAB-DF :: OAB

Q.1838

Origem

Assinale a alternativa INCORRETA. Em tema de contratos:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2005

- (a) o Código Civil consagrou, expressamente, os princípios da função social do contrato, da proibidade e da boa-fé;
- (b) conforme já preconizado no Código de Processo Civil, o novo Código Civil prevê a possibilidade de o interessado pedir ao juiz o suprimento da vontade da parte inadimplente, conferindo caráter definitivo a contrato preliminar, salvo se a isso se opuser a natureza da obrigação;
- (c) o Direito Civil codificado não mais prevê o pacto de melhor comprador nem o pacto comissório entre as cláusulas especiais da compra e venda;
- (d) pelo contrato estimatório, o consignante entrega ao consignatário um bem imóvel, que fica autorizado a vendê-lo, pagando àquele o preço ajustado, salvo se preferir, em certo prazo, restituir a coisa consignada.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.1839

Origem

Assinale a alternativa INCORRETA. Em tema de contratos:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2005

- (a) o novo Código Civil brasileiro acolheu o instituto da lesão enorme que não tem correspondente no Código revogado;
- (b) a onerosidade excessiva das prestações, com vantagem para uma das partes, em contrato de execução continuada ou diferida, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevistos, permite ao devedor postular em juízo a resolução do contrato. Os efeitos da sentença, preponderantemente constitutivos, retroagirão à data dos acontecimentos indicados na causa de pedir;
- (c) a exceção de contrato não cumprido, que se aplica aos contratos bilaterais, permite que a parte a quem incumbe prestar em primeiro lugar apresente recusa se a outra parte tiver sofrido, após concluída a avença, diminuição de seu patrimônio capaz de comprometer ou tornar duvidoso o adimplemento de sua obrigação;
- (d) a parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato ou exigir-lhe o cumprimento, cabendo, em qualquer dos casos, indenização por perdas e danos.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.1840

Origem

Assinale sempre a alternativa INCORRETA. Sobre títulos de crédito:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2005

- (a) O Código Civil reputa não escritas no título a cláusula proibitiva de endosso e a cláusula de juros;
- (b) Diferentemente do aval, que pode ser lançado em qualquer lugar do título, o endosso, pela própria etimologia, só pode ser lançado no verso do título;
- (c) O título de crédito pode estar incompleto ao tempo da emissão, mas deve ser preenchido de conformidade com os ajustes realizados;
- (d) Enquanto o título de crédito estiver em circulação, só ele poderá ser dado em garantia, ou ser objeto de medidas judiciais, e não, separadamente, os direitos ou mercadorias que representa.

Assuntos relacionados

Títulos de crédito

Q.1841

Origem

Assinale a alternativa INCORRETA. Relativamente a sociedades:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2005

- (a) o Código Civil abandonou a tradicional referência a sociedades comerciais e sociedades civis para acolher o conceito de sociedades empresárias e sociedades simples;
- (b) as sociedades anônimas são sempre sociedades empresárias; as cooperativas são sociedades simples;
- (c) são sociedades personificadas as em nome coletivo, as em comandita simples e as em conta de participação;
- (d) nas sociedades simples, são irrevogáveis os poderes do sócio investido na administração por cláusula expressa do contrato social, salvo justa causa, reconhecida judicialmente, a pedido de qualquer dos sócios.

Assuntos relacionados

57.9 OAB-DF :: OAB - III Exame 2005

Q.1842

Origem

Assinale a alternativa INCORRETA:

OAB-DF :: OAB - III Exame 2005
OAB/DF
2005

- (a) A fiança pode ser de valor inferior ao da obrigação principal, mas não valerá quando exceder ou for mais onerosa;
- (b) É vedado compromisso para solução de questões de estado, de direito pessoal de família e de outras que não tenham caráter estritamente patrimonial;
- (c) O credor que recebeu pagamento indevido como parte de dívida verdadeira, fica isento de restituí-lo Se deixou prescrever a pretensão ou inutilizou o título;
- (d) Aquele que indeniza o dano causado por descendente incapaz não pode reaver o que houver pago.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.1843

Origem

Assinale a alternativa correta:

OAB-DF :: OAB - III Exame 2005
OAB/DF
2005

- (a) O credor pignoratício e anticrético está autorizado a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento;
- (b) O possuidor, mesmo no caso de justificado interesse público, tem direito de fazer cessar as interferências, provocadas pela utilização de propriedade vizinha, prejudiciais à sua saúde;
- (c) A concessão de superfície será sempre gratuita e não autoriza obra no subsolo;
- (d) O usufrutuário não é obrigado a pagar as deteriorações resultantes do exercício regular do usufruto e não pode transferir o usufruto por alienação; mas o seu exercício pode ser cedido por título gratuito ou oneroso.

Assuntos relacionados

57.10 OAB-DF :: OAB

Q.1844

Origem

Assinale a alternativa INCORRETA. Quanto aos negócios jurídicos:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2005

- (a) As condições fisicamente impossíveis somente invalidam o negócio jurídico quando suspensivas;
- (b) Em caso de dolo praticado pelo procurador da parte, este responderá solidariamente com aquele pelas eventuais perdas e danos;
- (c) é nulo o contrato oneroso do devedor insolvente, quando a insolvência for notória, ou houver motivo para ser conhecida do outro contratante.
- (d) a simulação, que gerava a anulabilidade, agora é causa de nulidade do negócio jurídico, mas subsiste o negócio que se dissimulou, se for válido na substância e na forma;

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

57.11 OAB-DF :: OAB - III Exame 2005

Q.1845

Origem

Assinale a alternativa incorreta :

OAB-DF :: OAB - III Exame 2005
OAB/DF
2005

- (a) Os prazos de meses e anos expiram no dia de igual número do de início, ou no imediato, se faltar exata correspondência;
- (b) O termo inicial sempre suspende o exercício, mas não a aquisição do direito; o encargo nunca suspende a aquisição nem o exercício do direito;
- (c) .O erro de direito é substancial quando for o motivo único ou principal do negócio e não implicar recusa à aplicação da lei;
- (d) Só é suscetível de anulabilidade o dolo principal, que se liga à causa determinante do negócio, causa essa sem a qual ele não teria sido concluído.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.1846

Origem

Assinale a alternativa incorreta:

OAB-DF :: OAB - III Exame 2005
OAB/DF
2005

- (a) A lesão é o fato necessário que compele à conclusão de negócio jurídico mediante prestação exorbitante;
- (b) A usura pecuniária (cobrar juros acima do permitido pela lei) não caracteriza a lesão;
- (c) Com a anulação do negócio fraudulento, a vantagem resultante reverterá em proveito do acervo sobre que se tenha de efetuar o concurso de credores ou importará em anulação da preferência ajustada;
- (d) Sendo válido na substância e na forma, subsistirá o negócio que se dissimulou, mesmo com a proclamação de nulidade do negócio simulado.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.1847

Origem

Na primeira parte do art. 122 do Código Civil (art. 122 - "São lícitas, em geral, todas as condições não contrárias à lei, à ordem pública ou aos bons costumes; ..."), as expressões ordem pública e bons costumes, caracterizam-se como:

OAB-DF :: OAB - III Exame 2005
OAB/DF
2005

- (a) Cláusulas gerais;
- (b) Conceitos legais indeterminados;
- (c) Princípios gerais de direito;
- (d) Norma civil em branco.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.1848

Origem

Assinale a alternativa incorreta:

OAB-DF :: OAB - III Exame 2005
OAB/DF
2005

- (a) A reserva mental não se equipara à simulação, porque o negócio simulado pressupõe o consenso, o acordo que é irrelevante para a caracterização daquela;
- (b) A capacidade de consentir e dar função ao negócio, manifestando o querer do sujeito é elemento de existência do ato;
- (c) Desde que lícitas e fisicamente possíveis, não há negócio jurídico a que não se podem apor condições;
- (d) Os usos do lugar de celebração constituem regra cogente de interpretação do negócio.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

57.12 OAB-DF :: OAB

Q.1849

Origem

Assinale a alternativa INCORRETA. Sobre a parte geral do Código Civil:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2005

(a) o instituto da ausência que, no Código revogado, estava incrustado no Livro que regulava o Direito de Família, no Código vigente, passou a ser regulado na Parte Geral, em seu triplice aspecto: curadoria dos bens dos ausentes, sucessão provisória e sucessão definitiva;

(b) o Código Civil vigente consagrou, em consonância com a Constituição de 1988, a responsabilidade objetiva do Estado por ato de seus agentes, ainda que o tenha feito de forma mais estreita do que a consagrada na Carta Política;

(c) a proteção dos direitos da personalidade estende-se, no que cabível, às pessoas jurídicas;

(d) se a administração da pessoa jurídica vier a faltar, o juiz, a requerimento de qualquer interessado, nomear-lhe-á um curador.

Assuntos relacionados

Capítulo 58

OAB/MG

58.1 OAB-MG :: OAB

Q.1850

Quando houver acréscimo de terras às margens de um rio, mediante desvio de águas ou afastamento dessas, que descobre parte do álveo, importando em aquisição da propriedade, por parte do dono do terreno marginal, do solo descoberto pela retração daquelas águas, configura-se

- (a) aluvião imprópria.
- (b) avulsão.
- (c) aluvião própria.
- (d) acessão por abandono de álveo.

Origem

OAB-MG :: OAB
OAB/MG
2005

Assuntos relacionados

Propriedade

Q.1851

Sobre a personalidade, é **CORRETO** afirmar que

- (a) apenas o ser humano é dotado de personalidade.
- (b) todos os seres humanos, assim como as pessoas jurídicas, são dotados de personalidade.
- (c) apenas o ser humano com capacidade plena é dotado de personalidade.
- (d) nem todos os direitos de personalidade são oponíveis *erga omnes*.

Origem

OAB-MG :: OAB
OAB/MG
2005

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

Q.1852

É absolutamente incapaz, para atuar como testemunha testamentária,

- (a) o cego.
- (b) o testamenteiro.
- (c) o funcionário do cartório em que se lavra a disposição de última vontade.
- (d) o estrangeiro.

Origem

OAB-MG :: OAB
OAB/MG
2005

Assuntos relacionados

Sucessão testamentária

Q.1853

Origem

Sobre o mandato judicial, é **INCORRETO** afirmar que

OAB-MG :: OAB
OAB/MG
2005

- (a) extingue-se pela renúncia.
- (b) não admite a revogação.
- (c) rege-se exclusivamente pelas normas do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil.
- (d) não permite que o mandatário retenha valores suficientes ao pagamento do que lhe é devido pelo cumprimento do mandato.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.1854

Origem

Quanto ao adimplemento e extinção das obrigações, é **CORRETO** afirmar:

OAB-MG :: OAB
OAB/MG
2005

- (a) O credor não é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, exceto se for mais valiosa.
- (b) A quitação somente poderá ser dada por instrumento público.
- (c) A entrega do título ao devedor firma a presunção do pagamento.
- (d) O pagamento cientemente feito a credor incapaz não é válido, mesmo que o devedor prove que em benefício dele efetivamente reverteu.

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

Q.1855

Origem

O domicílio, como consagrado pelo Código Civil,

OAB-MG :: OAB
OAB/MG
2005

- (a) pode ser plural, desde que a pessoa tenha diversas residências onde alternadamente viva.
- (b) é único, e consiste no local em que a pessoa estabelece residência com ânimo definitivo.
- (c) é único, e consiste no centro de ocupação habitual da pessoa natural.
- (d) é considerado o local onde a pessoa exerce sua profissão. Se a pessoa exercer a profissão em locais diversos, deverá indicar um local específico para todas as relações correspondentes.

Assuntos relacionados

Domicílio

Q.1856

Origem

Não pode ser objeto de hipoteca:

OAB-MG :: OAB
OAB/MG
2005

- (a) aeronave.
- (b) navio.
- (c) imóvel e seus acessórios
- (d) veículo automotor.

Assuntos relacionados

Penhor
Hipoteca
Anticrese

Q.1857

Origem

No sistema do Código Civil brasileiro, não é direito real:

OAB-MG :: OAB
OAB/MG
2005

- (a) a servidão.
- (b) o condomínio.
- (c) a propriedade.
- (d) o penhor.

Assuntos relacionados

Direitos reais

Q.1858

Origem

É anulável o negócio jurídico quando

OAB-MG :: OAB
OAB/MG
2005

- (a) for celebrado por pessoa que, por causa transitória, não possa exprimir sua vontade.
- (b) for indeterminável o objeto.
- (c) ocorrer vício resultante de dolo.
- (d) for ilícito o motivo determinante, comum a ambas as partes.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Capítulo 59

OAB/RJ

59.1 OAB-RJ :: OAB 28º

Q.1859

Dá-se a traditio breve manu quando:

- (a) O possuidor de um imóvel em nome próprio passa a possuí-lo em nome alheio;
- (b) Se substitui a entrega material por ato indicativo do propósito de transmitir a posse;
- (c) A posse pode ser continuada com a soma do tempo do atual possuidor com a posse dos seus antecessores;
- (d) O possuidor de uma coisa em nome alheio passa a possuí-la como própria.

Origem

OAB-RJ :: OAB 28º
OAB/RJ
2005

Assuntos relacionados

Posse

Q.1860

Em matéria de posse, é correto afirmar que:

- (a) O justo título gera presunção juris et de jure, de boa fé;
- (b) O direito de retenção tem seu fulcro na cláusula geral de boa fé, subjacente a todos os contratos;
- (c) Pelo constituto possessório ocorre a aquisição da posse, sem a entrega material do bem;
- (d) A composses somente é admitida em relação aos bens indivisíveis.

Origem

OAB-RJ :: OAB 28º
OAB/RJ
2005

Assuntos relacionados

Posse

59.2 OAB-RJ :: OAB 27º

Q.1861

Origem

Com relação ao contrato de compra e venda, NÃO É CORRETO afirmar:

OAB-RJ :: OAB 27º
OAB/RJ
2005

- (a) É nula a pactuação firmada que deixa ao exclusivo arbítrio de uma das partes a fixação do preço
- (b) É válida a venda de ascendente solteiro a descendente, que obtém o consentimento dos demais descendentes, quando da realização de avença
- (c) Na venda "ad mensuram" as referências às dimensões do imóvel são meramente enunciativas, não cabendo demanda quanto a uma eventual diferença nas medições
- (d) O condômino em coisa indivisível, ao desejar vender a sua parte no bem, deve, antes de vendê-la a um estranho, dar direito de preferência na aquisição, tanto por tanto, aos demais condôminos

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.1862

Origem

Risco é o perigo a que está sujeita a coisa, de perecer ou de se deteriorar por caso fortuito ou força maior. Numa obra, se sobrevier acidente motivado pela natureza, que a destrói parcialmente, suportará sozinho o prejuízo:

OAB-RJ :: OAB 27º
OAB/RJ
2005

- (a) Tratando-se de empreitada mista, o empreiteiro, embora este não tenha agido com culpa
- (b) Tratando-se de empreitada mista, o empreiteiro, embora o dono da obra se encontre em mora de recebê-la
- (c) Tratando-se de empreitada de labor, o empreiteiro, embora este não tenha agido com culpa
- (d) Tratando-se de empreitada de labor, o dono da obra, embora o empreiteiro tenha agido com culpa

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

59.3 OAB-RJ :: OAB 28º

Q.1863

Origem

A procuração outorgada a vários procuradores com esfera de atuação devidamente delimitada, cabendo a cada um agir apenas em seu setor, caracteriza:

OAB-RJ :: OAB 28º
OAB/RJ
2005

- (a) Mandato plural fracionário;
- (b) Mandato plural solidário;
- (c) Mandato plural conjunto;
- (d) Mandato plural substitutivo.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.1864

Origem

Silvia Carvalho Pinho e Rui Pinho casaram em 15 de dezembro de 1996, pelo Regime da Comunhão Parcial de Bens. Têm 3 filhos: Júlia, 5 anos, Rafael, 3 anos, e Marina, 2 anos. Em 18 de fevereiro de 2004, Rui Pinho sofre um AVC, ficando impossibilitado para os atos da vida civil. Sua interdição se faz necessária.

OAB-RJ :: OAB 28º
OAB/RJ
2005

Assuntos relacionados

- (a) Carlos Pinho, pai de Rui, será de direito o seu curador;
- (b) Silvia, mulher de Rui, será sua curadora;
- (c) A curatela de Rui se estenderá a seus 3 filhos;
- (d) Silvia, em virtude do regime de bens que preside seu casamento, não poderá exercer a curatela.

Tutela
Curatela

59.4 OAB-RJ :: OAB 27º

Q.1865

Origem

Filipe, próspero empresário, é casado há 12 anos pelo regime da comunhão universal de bens com Olympia, dona de casa, tendo com ela um filho, Alexandre, menor impúbere, tendo o casal inúmeras propriedades, móveis e imóveis, inclusive a belíssima cobertura duplex onde residem. Todavia, Filipe mantém um caso extraconjugal há mais de seis anos com Atenas, empresária, casada, mas separada de fato de Macedo, com quem não teve filhos. No curso do seu relacionamento com Atenas, Filipe adquiriu um imóvel, averbado no registro de Imóveis em seu próprio nome, mas que serve de residência a Atenas há quase cinco anos, tendo feito constar na escritura de compra e venda seu estado civil como sendo o de solteiro. Ocorre que Filipe, inesperadamente, veio a falecer, ab intestato. Pergunta-se: Atenas possui legitimidade para pleitear judicialmente do espólio a meação sobre o imóvel em que reside, com base em uma suposta união estável que manteria com o de cujus?

OAB-RJ :: OAB 27º
OAB/RJ
2005

Assuntos relacionados

União estável

- (a) Sim, pois a união estável existente justifica tal pretensão, caso em que ela concorreria com o herdeiro necessário do falecido
- (b) Não, pois embora haja união estável, seu direito seria de no máximo 25%
- (c) Não, pois é impossível caracterizar a relação que havia entre Atenas e Filipe como união estável na forma preconizada pela lei substantiva civil, uma vez que como estava ele impedido de contrair novas núpcias, por já ser casado, a situação entre os amantes constituía, no máximo, um concubinato não more uxório
- (d) Sim, pois como Filipe havia manifestado para diversas pessoas sua intenção de se separar judicialmente de Olympia, Atenas poderia fulcrar sua pretensão com base nas causas suspensivas previstas no inciso 2º do artigo 1.723 do Código Civil vigente

59.5 OAB-RJ :: OAB 28º

Q.1866

Origem

Júlia Tavares da Silva e Mateus da Silva, casados pelo Regime da Comunhão Universal de Bens, decidem, em comum acordo, sem que direitos de terceiros sejam atingidos, passar seu casamento para o Regime da Separação de Bens. Dão entrada no pedido, onde apontam seus motivos.

OAB-RJ :: OAB 28º
OAB/RJ
2005

Assuntos relacionados

- (a) A mudança do regime adotado para o de separação de Bens não poderá se dar porque o casal tem dois filhos, e tal mudança afetará a ordem de sucessão mortis causa;
- (b) A mudança do regime adotado para o de Separação de Bens não poderá ocorrer porque afetará os direitos de cada cônjuge quando da sucessão mortis causa;
- (c) Só poderão adotar o Regime da Comunhão Parcial de Bens, por não exigir este regime o pacto antenupcial;
- (d) A autoridade judicial poderá alterar o regime de bens como solicitado.

Regime de bens entre os cônjuges

59.6 OAB-RJ :: OAB 27º

Q.1867

Origem

Se a proposta contiver prazo para a resposta e esta, embora expedida dentro do prazo, por circunstância imprevista, chegar tarde ao conhecimento do proponente, o contrato:

OAB-RJ :: OAB 27º
OAB/RJ
2005

Assuntos relacionados

- (a) Não se forma, mesmo que o polícitante não dê conhecimento ao oblato de que não houve o aperfeiçoamento do contrato
- (b) Se forma, arcando o proponente com perdas e danos, caso não comunique o ocorrido ao aceitante
- (c) Se forma, devido a teoria acolhida pelo Código Civil no artigo 434
- (d) Se forma, arcando o responsável pelo atraso com perdas e danos

Contratos

59.7 OAB-RJ :: OAB 28º

Q.1868

Origem

O usufruto estabelecido para beneficiar duas ou mais pessoas, quando se extingue gradativamente em relação a cada uma das que falecerem, denomina-se:

OAB-RJ :: OAB 28º
OAB/RJ
2005

Assuntos relacionados

- (a) Usufruto simultâneo;
- (b) Usufruto temporário;
- (c) Usufruto sucessivo;
- (d) Usufruto universal.

Usufruto

59.8 OAB-RJ :: OAB 27º

Q.1869

Origem

A presunção "juris et de jure":

OAB-RJ :: OAB 27º
OAB/RJ
2005

- (a) Admite apenas prova documental
- (b) Não admite prova testemunhal
- (c) Admite prova em contrário
- (d) Não admite prova em contrário

Assuntos relacionados

Fatos jurídicos

Q.1870

Origem

Segundo o Código Civil atual, pode-se afirmar, à exceção de:

OAB-RJ :: OAB 27º
OAB/RJ
2005

- (a) A obrigação de prestar alimentos transmite-se aos herdeiros do devedor
- (b) A ação negatória de paternidade é imprescritível
- (c) Na venda "ad mensuram" as referências às dimensões do imóvel são meramente enunciativas, não cabendo demanda quanto a uma eventual diferença nas medições
- (d) O condômino em coisa indivisível, ao desejar vender a sua parte no bem, deve, antes de vendê-la a um estranho, dar direito de preferência na aquisição, tanto por tanto, aos demais condôminos

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.1871

Origem

Certo comerciante se obriga a fornecer determinados materiais de construção a um empreiteiro, quando as paredes do prédio que este edifica tiverem alcançado determinada altura. Denominamos esta cláusula:

OAB-RJ :: OAB 27º
OAB/RJ
2005

- (a) Condição resolutiva
- (b) Termo certo
- (c) Condição potestativa ilícita
- (d) N.R.A.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Capítulo 60

TRT 13ª

60.1 TRT 13ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.1872

Está incorreta a proposta sobre prescrição abaixo descrita:

- (a) Somente depois de consumada a prescrição é que poderá haver renúncia expressa ou tácita por parte do interessado, mesmo em havendo implicações a terceiro;
- (b) A exceção, ou defesa, prescreve no mesmo prazo previsto para a pretensão;
- (c) A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor a título universal (herdeiro) ou singular (cessionário ou legatário), salvo se for absolutamente incapaz;
- (d) Prescreverá em três anos a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa;
- (e) n.d.r

Origem

TRT 13ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 13ª
2005

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Q.1873

Nas obrigações alternativas, está correta a assertiva:

- (a) Feita a escolha, o devedor poderá pagar a prestação de forma parcelada, não sendo necessário que o pagamento seja por inteiro;
- (b) No caso de escolha de prestação sucessiva, se se tratar de prestação periódica, a escolha efetuada em determinado tempo privará o titular do direito da possibilidade de optar por prestação diversa no período seguinte;
- (c) A obrigação alternativa é a que contém duas ou mais prestações com objetos distintos, da qual o devedor se libera com o cumprimento de uma só delas, mediante escolha preferencial do credor;
- (d) Se a opção recair sobre terceiro, mediante disposição do título, este deverá exercê-la de forma obrigatória, pois substitui de forma acordada a vontade de devedor e credor;
- (e) Sendo alternativa a obrigação, cabendo a escolha a vários optantes, deverão fazer um acordo relativo a concentração e, caso não haja a unanimidade entre eles, a escolha recairá pelo de maior idade;

Origem

TRT 13ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 13ª
2005

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

Q.1874

Origem

No que se refere aos direitos e obrigações dos sócios na sociedade simples, é incorreta a afirmativa:

TRT 13ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 13ª
2005

- (a) O sócio não poderá sofrer substituição no exercício de suas funções societárias, arroladas no contrato social, exceto se com a expressa e unânime autorização dos demais sócios;
- (b) O sócio, cuja contribuição social consistir na prestação de serviço, apenas terá participação nos lucros da sociedade na proporção da média do valor das quotas de cada um dos sócios;
- (c) O sócio, cuja contribuição social consistir na prestação de serviço, não terá qualquer responsabilidade nas suas perdas, pois o risco assumido não tem conteúdo econômico igual ao do sócio que contribuiu com bens para formar o capital;
- (d) Em regra, o sócio poderá associar um estranho ao seu quinhão social, sem o concurso dos outros, porque formará com ele uma subsociedade, não tendo assim qualquer restrição;
- (e) O sócio, na sociedade simples, terá a obrigação de responder pela evicção, perante os consócios, se entrou para a sociedade com bem imóvel ou móvel infungível, suscetível de aferição econômica;

Assuntos relacionados

Sociedade personificada

Q.1875

Origem

Ao se falar de capacidade e personalidade das pessoas está incorreta a seguinte proposição:

TRT 13ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 13ª
2005

- (a) Apesar de relativamente incapaz, o pródigo interditado pode praticar certos atos como: o casamento, a fixação do domicílio do casal e a autorização para que seus filhos menores contraiam matrimônio;
- (b) A incapacidade será absoluta quando houver proibição total do exercício do direito pelo incapaz, acarretando, em consequência, a nulidade do ato;
- (c) Terá legitimidade para exigir direito de personalidade do morto o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta ou colateral até o terceiro grau;
- (d) São indisponíveis os direitos de personalidade, podendo se excetuar o direito da imagem, o direito autoral, o direito à integridade física;
- (e) n.d.r

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

Q.1876

Origem

Quanto a coisa, objeto do contrato de compra e venda, estes são requisitos, exceto:

TRT 13ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 13ª
2005

- (a) Ter possibilidade de ser transferida, isto é, não poderá pertencer ao próprio comprador;
- (b) Ser disponível, uma vez que sua inalienabilidade natural, legal ou convencional impossibilitaria a sua transmissão ao comprador;
- (c) Pode ser determinada, individuada ou determinável;
- (d) Ter existência, ainda que potencial, no momento da realização do contrato;
- (e) n.d.r

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.1877

Origem

No tocante ao contrato de compra e venda é incorreto dizer:

- (a) O objeto da compra e venda, no caso de coisa futura, se esta não vier a ter existência, sempre será considerado sem efeito;
- (b) Nos casos de a venda se realizar à vista de amostras, protótipo ou modelo, farão estes parte integrante do próprio contrato;
- (c) No caso da venda de coisa comum, havendo condôminos interessados, preferir-se-á o que tiver benfeitorias de maior valor e, na falta de benfeitorias, o de quinhão maior;
- (d) Na cláusula de retrovenda, o prazo decadencial de três anos é improrrogável, tendo que o vendedor exercê-lo neste período, sob pena de tornar a venda irretratável;
- (e) A venda a contento é uma cláusula que subordina o contrato à condição de ficar desfeito se o comprador não se agradar da coisa, sendo esta de natureza suspensiva;

TRT 13ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 13ª
2005

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.1878

Origem

É incorreta a proposição acerca de domicílio civil:

- (a) Os oficiais e tripulantes da marinha mercante têm por domicílio necessário o lugar onde estiver matriculado o navio;
- (b) O domicílio do militar do exército é o lugar onde servir, e o da Marinha ou da Aeronáutica em serviço ativo é a sede do comando a que se encontra imediatamente subordinado;
- (c) O local onde a pessoa natural exerce sua profissão também pode ser considerado como seu domicílio civil;
- (d) O preso definitivo ou ainda não condenado terá como domicílio certo o lugar onde se encontra detido;
- (e) n.d.r

TRT 13ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 13ª
2005

Assuntos relacionados

Domicílio

Q.1879

Origem

Quanto a figura do empresário, são requisitos de sua inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, exceto:

- (a) O seu nome, nacionalidade, domicílio;
- (b) Estado civil e, se casado, o regime de bens;
- (c) A firma, com respectiva assinatura;
- (d) 03 últimas declarações do Imposto de Renda, caso seja contribuinte;
- (e) O capital;

TRT 13ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 13ª
2005

Assuntos relacionados

Empresário

Q.1880

Origem

Em relação a classe de bens, é incorreto afirmar:

TRT 13ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 13ª
2005

- (a) Se o material de construção separar-se temporariamente do prédio que está sendo reformado, continuará sendo bem imóvel, uma vez que sua destinação é continuar a fazer parte do mesmo edifício;
- (b) A fungibilidade do bem na obrigação de fazer se apresentará quando a prestação puder ser realizada por outra pessoa que não seja o devedor, por consistir num ato que não requer técnica;
- (c) Os bens imóveis se classificam: por sua natureza, por acessão física e por acessão intelectual;
- (d) Os bens indivisíveis se classificam: por sua natureza, por determinação legal e por vontade das partes;
- (e) n.d.r

Assuntos relacionados

Bens

Q.1881

Origem

Na questão relativa aos defeitos do negócio jurídico, está correta a afirmação:

TRT 13ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 13ª
2005

- (a) Mesmo sendo o dolo de natureza acidental, acarretará irremediavelmente em nulidade do ato;
- (b) São casos de erro substancial: erro sobre a natureza do ato negocial; erro sobre o objeto principal da declaração e erro sobre alguma das qualidades essenciais do objeto;
- (c) A coação exercida contra os bens de uma pessoa, não possui o condão de impor vício a sua declaração de vontade, recaindo apenas sobre a pessoa e sua família;
- (d) A modalidade do erro de cálculo produz como consequência a anulação do ato;
- (e) n.d.r

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Capítulo 61

TRT 14^a

61.1 TRT 14^a:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.1882

Origem

Examine as proposições abaixo e responda:

I. Ainda que para favorecer um absolutamente incapaz, o juiz, em se tratando de direito de cunho patrimonial, não pode acolher de ofício a prescrição.

II. A decadência convencional é insuscetível de preclusão, mas o juiz dela só pode conhecer se for alegada pela parte.

III. Se a obrigação for de restituir coisa certa, e esta, sem culpa do devedor, se deteriorar antes da tradição, o credor haverá de recebê-la tal qual se ache, sem direito à indenização.

IV. Nas obrigações alternativas, a escolha, em regra, cabe ao devedor, salvo se outra coisa se estipulou.

- (a) Todas as proposições são falsas.
- (b) Todas as proposições são verdadeiras.
- (c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- (d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- (e) Há apenas uma proposição verdadeira.

TRT 14^a:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14^a
2005

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Q.1883

Origem

Examine as proposições abaixo e responda:

I. Ainda que para favorecer um absolutamente incapaz, o juiz, em se tratando de direito de cunho patrimonial, não pode acolher de ofício a prescrição.

II. A decadência convencional é insuscetível de preclusão, mas o juiz dela só pode conhecer se for alegada pela parte.

III. Se a obrigação for de restituir coisa certa, e esta, sem culpa do devedor, se deteriorar antes da tradição, o credor haverá de recebê-la tal qual se ache, sem direito à indenização.

IV. Nas obrigações alternativas, a escolha, em regra, cabe ao devedor, salvo se outra coisa se estipulou.

- (a) Todas as proposições são falsas.
- (b) Todas as proposições são verdadeiras.
- (c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- (d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- (e) Há apenas uma proposição verdadeira.

TRT 14^a:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14^a
2005

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Q.1884

Origem

Examine as proposições abaixo e responda:

- I. Empresa é o conjunto organizado de bens administrado pelo empresário visando à produção ou circulação de bens e serviços.
- II. É obrigatória a existência de pelo menos dois sócios para a configuração de uma sociedade, já que ninguém pode ser sócio de si mesmo.
- III. Na sociedade em comum, os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, ficando excluído do benefício de ordem o sócio que contratou pela sociedade.
- IV. Na sociedade em conta de participação, os sócios participante e ostensivo contribuem para a formação de um fundo especial, destinado ao desenvolvimento das atividades sociais, determinando a lei que tal patrimônio, em caso de falência da sociedade, seja liquidado e utilizado para quitação das obrigações assumidas perante terceiros.

- (a) Todas as proposições são falsas.
- (b) Todas as proposições são verdadeiras.
- (c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- (d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- (e) Há apenas uma proposição verdadeira.

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14ª
2005

Assuntos relacionados

Sociedade não-personificada

Q.1885

Origem

Examine as proposições abaixo e responda:

- I. Em uma sociedade simples formada por três sócios que subscrevem cotas iguais de R\$ 1.000,00 (mil reais), e que, não possuindo mais patrimônio próprio, assume uma dívida de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), o patrimônio pessoal de cada um dos sócios responde em caráter subsidiário pela dívida da sociedade, observada a proporcionalidade de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para cada um, salvo cláusula de responsabilidade solidária.
- II. O sócio, admitido em sociedade já constituída, não se exime das dívidas sociais anteriores à admissão.
- III. A retirada do sócio não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após averbada a resolução da sociedade.
- IV. Constitui-se em característica da sociedade cooperativa a intransferibilidade das quotas do capital a terceiros estranhos à sociedade, ainda que por herança.

- (a) Todas as proposições são falsas.
- (b) Todas as proposições são verdadeiras.
- (c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- (d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- (e) Há apenas uma proposição verdadeira.

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14ª
2005

Assuntos relacionados

Sociedade personificada

Q.1886

Origem

Examine as proposições abaixo e responda:

I. Em uma sociedade simples formada por três sócios que subscrevem cotas iguais de R\$ 1.000,00 (mil reais), e que, não possuindo mais patrimônio próprio, assume uma dívida de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), o patrimônio pessoal de cada um dos sócios responde em caráter subsidiário pela dívida da sociedade, observada a proporcionalidade de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para cada um, salvo cláusula de responsabilidade solidária.

II. O sócio, admitido em sociedade já constituída, não se exime das dívidas sociais anteriores à admissão.

III. A retirada do sócio não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após averbada a resolução da sociedade.

IV. Constitui-se em característica da sociedade cooperativa a intransferibilidade das quotas do capital a terceiros estranhos à sociedade, ainda que por herança.

- (a) Todas as proposições são falsas.
- (b) Todas as proposições são verdadeiras.
- (c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- (d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- (e) Há apenas uma proposição verdadeira.

TRT 14^a:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14^a
2005

Assuntos relacionados

Sociedade personificada

Q.1887

Origem

Examine as proposições abaixo e responda:

I. Empresa é o conjunto organizado de bens administrado pelo empresário visando à produção ou circulação de bens e serviços.

II. É obrigatória a existência de pelo menos dois sócios para a configuração de uma sociedade, já que ninguém pode ser sócio de si mesmo.

III. Na sociedade em comum, os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, ficando excluído do benefício de ordem o sócio que contratou pela sociedade.

IV. Na sociedade em conta de participação, os sócios participante e ostensivo contribuem para a formação de um fundo especial, destinado ao desenvolvimento das atividades sociais, determinando a lei que tal patrimônio, em caso de falência da sociedade, seja liquidado e utilizado para quitação das obrigações assumidas perante terceiros.

- (a) Todas as proposições são falsas.
- (b) Todas as proposições são verdadeiras.
- (c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- (d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- (e) Há apenas uma proposição verdadeira.

TRT 14^a:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14^a
2005

Assuntos relacionados

Sociedade personificada

Q.1888

Origem

Examine as proposições abaixo e responda:

I. Ainda que sejam introduzidas modificações no projeto, desde que estas não resultem de instruções escritas do dono da obra, o empreiteiro que se incumbir de executar uma obra, segundo plano aceito por quem a encomendou, não terá direito, salvo estipulação contratual em contrário, a exigir acréscimo no preço.

II. Se o caso fortuito sobreveio quando o depositário, sem licença do depositante, utilizava-se do bem depositado, aquele responde pelos prejuízos decorrentes da deterioração.

III. Pode substabelecer-se mediante instrumento particular o mandato outorgado por meio de instrumento público.

IV. Só se permite a transação quanto a direitos patrimoniais de caráter privado.

- (a) Todas as proposições são falsas.
- (b) Todas as proposições são verdadeiras.
- (c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- (d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- (e) Há apenas uma proposição verdadeira.

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14ª
2005

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.1889

Origem

Examine as proposições abaixo e responda:

I. Ainda que sejam introduzidas modificações no projeto, desde que estas não resultem de instruções escritas do dono da obra, o empreiteiro que se incumbir de executar uma obra, segundo plano aceito por quem a encomendou, não terá direito, salvo estipulação contratual em contrário, a exigir acréscimo no preço.

II. Se o caso fortuito sobreveio quando o depositário, sem licença do depositante, utilizava-se do bem depositado, aquele responde pelos prejuízos decorrentes da deterioração.

III. Pode substabelecer-se mediante instrumento particular o mandato outorgado por meio de instrumento público.

IV. Só se permite a transação quanto a direitos patrimoniais de caráter privado.

- (a) Todas as proposições são falsas.
- (b) Todas as proposições são verdadeiras.
- (c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- (d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- (e) Há apenas uma proposição verdadeira.

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14ª
2005

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.1890

Origem

Examine as proposições abaixo e responda:

- I. A condição resolutiva tácita não é causa de dissolução do contrato.
II. É anulável pelo cônjuge toda compra e venda realizada pelo homem casado ao filho contraído fora do casamento, ainda que os demais descendentes do alienante expressamente concordem com a realização do referido negócio jurídico.
III. Admite-se a doação verbal se o contrato versar sobre bens móveis e de pequeno valor, seguindo-se incontinenti a tradição.
IV. Se o prestador de serviços se despedir sem justa causa, terá direito à retribuição vencida, mas responderá por perdas e danos. Porém, se o prestador de serviços for despedido sem justa causa, receberá da outra parte por inteiro a retribuição vencida e por metade o que lhe caberia de então ao termo previsto no ajuste.

- (a) Todas as proposições são falsas.
(b) Todas as proposições são verdadeiras.
(c) Há apenas três proposições verdadeiras.
(d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
(e) Há apenas uma proposição verdadeira.

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14ª
2005

Assuntos relacionados

Contratos

Q.1891

Origem

Examine as proposições abaixo e responda:

- I. A condição resolutiva tácita não é causa de dissolução do contrato.
II. É anulável pelo cônjuge toda compra e venda realizada pelo homem casado ao filho contraído fora do casamento, ainda que os demais descendentes do alienante expressamente concordem com a realização do referido negócio jurídico.
III. Admite-se a doação verbal se o contrato versar sobre bens móveis e de pequeno valor, seguindo-se incontinenti a tradição.
IV. Se o prestador de serviços se despedir sem justa causa, terá direito à retribuição vencida, mas responderá por perdas e danos. Porém, se o prestador de serviços for despedido sem justa causa, receberá da outra parte por inteiro a retribuição vencida e por metade o que lhe caberia de então ao termo previsto no ajuste.

- (a) Todas as proposições são falsas.
(b) Todas as proposições são verdadeiras.
(c) Há apenas três proposições verdadeiras.
(d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
(e) Há apenas uma proposição verdadeira.

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14ª
2005

Assuntos relacionados

Contratos

Q.1892

Origem

Examine as proposições abaixo e responda:

I. No ato jurídico em sentido estrito, a emissão da vontade do agente e sua respectiva conformidade com a lei elevam a plano superior, para o fim de produção do efeito reconhecido pela ordem jurídica, o elemento volitivo.

II. O depoimento de um cego não pode ser admitido como prova de celebração de um ato jurídico III. O silêncio pode ser fato gerador de um negócio jurídico.

IV. O testamento é um negócio jurídico unilateral não receptício.

- (a) Há apenas uma proposição verdadeira.
- (b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- (c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- (d) Todas as proposições são verdadeiras.
- (e) Todas as proposições são falsas.

TRT 14^a:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14^a
2005

Assuntos relacionados

Fatos jurídicos

Q.1893

Origem

Examine as proposições abaixo e responda:

I. Salvo disposição contrária, a lei entra em vigor em todo o país na data de sua publicação no Diário Oficial.

II. Ao legislador, quando ab-rogou uma lei que revogou uma outra lei anterior, é vedada a concessão de efeito repristinatório.

III. Sob pena de violar o princípio maior da segurança jurídica, a lei não pode gerar efeitos retroativos.

IV. Para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país em que se constituírem.

- (a) Há apenas uma proposição verdadeira.
- (b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- (c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- (d) Todas as proposições são verdadeiras.
- (e) Todas as proposições são falsas.

TRT 14^a:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14^a
2005

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

Q.1894

Origem

Examine as proposições abaixo e responda:

I. Salvo disposição contrária, a lei entra em vigor em todo o país na data de sua publicação no Diário Oficial.

II. Ao legislador, quando ab-rogou uma lei que revogou uma outra lei anterior, é vedada a concessão de efeito repristinatório.

III. Sob pena de violar o princípio maior da segurança jurídica, a lei não pode gerar efeitos retroativos.

IV. Para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país em que se constituírem.

- (a) Há apenas uma proposição verdadeira.
- (b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- (c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- (d) Todas as proposições são verdadeiras.
- (e) Todas as proposições são falsas.

TRT 14^a:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14^a
2005

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

Q.1895

Origem

Examine as proposições abaixo e responda:

- I. O servidor público tem domicílio necessário, fixado por lei, que é o lugar onde ele exerce permanentemente suas funções.
II. O espólio não é pessoa jurídica, não tendo, em consequência, personalidade jurídica.
III. Os direitos autorais são considerados bens móveis para os efeitos legais.
IV. Os bens móveis podem ser infungíveis.

- (a) Há apenas uma proposição verdadeira.
(b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
(c) Há apenas três proposições verdadeiras.
(d) Todas as proposições são verdadeiras.
(e) Todas as proposições são falsas.

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14ª
2005

Assuntos relacionados

Bens

Q.1896

Origem

Examine as proposições abaixo e responda:

- I. O servidor público tem domicílio necessário, fixado por lei, que é o lugar onde ele exerce permanentemente suas funções.
II. O espólio não é pessoa jurídica, não tendo, em consequência, personalidade jurídica.
III. Os direitos autorais são considerados bens móveis para os efeitos legais.
IV. Os bens móveis podem ser infungíveis.

- (a) Há apenas uma proposição verdadeira.
(b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
(c) Há apenas três proposições verdadeiras.
(d) Todas as proposições são verdadeiras.
(e) Todas as proposições são falsas.

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14ª
2005

Assuntos relacionados

Bens

Q.1897

Origem

Examine as proposições abaixo e responda:

- I. No ato jurídico em sentido estrito, a emissão da vontade do agente e sua respectiva conformidade com a lei elevam a plano superior, para o fim de produção do efeito reconhecido pela ordem jurídica, o elemento volitivo.
II. O depoimento de um cego não pode ser admitido como prova de celebração de um ato jurídico III. O silêncio pode ser fato gerador de um negócio jurídico.
IV. O testamento é um negócio jurídico unilateral não receptício.

- (a) Há apenas uma proposição verdadeira.
(b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
(c) Há apenas três proposições verdadeiras.
(d) Todas as proposições são verdadeiras.
(e) Todas as proposições são falsas.

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14ª
2005

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.1898

Origem

Examine as proposições abaixo e responda:

I. O falso motivo, em regra, vicia a declaração de vontade e torna o negócio jurídico passível de anulação.

II. O dolo acidental, quando afeta a declaração da vontade, desviando-a de sua real intenção, constitui-se em causa para anulação do negócio ou redução da prestação acordada, a critério da vítima.

III. A coação, ainda que praticada por terceiro, desde que incute ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família ou aos seus bens, torna o negócio jurídico inevitavelmente insubsistente.

IV. O negócio jurídico nulo não é suscetível de conversão ou de convalidamento pelo decurso do tempo.

- (a) Há apenas uma proposição verdadeira.
- (b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- (c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- (d) Todas as proposições são verdadeiras.
- (e) Todas as proposições são falsas.

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14ª
2005

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.1899

Origem

Examine as proposições abaixo e responda:

I. O falso motivo, em regra, vicia a declaração de vontade e torna o negócio jurídico passível de anulação.

II. O dolo acidental, quando afeta a declaração da vontade, desviando-a de sua real intenção, constitui-se em causa para anulação do negócio ou redução da prestação acordada, a critério da vítima.

III. A coação, ainda que praticada por terceiro, desde que incute ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família ou aos seus bens, torna o negócio jurídico inevitavelmente insubsistente.

IV. O negócio jurídico nulo não é suscetível de conversão ou de convalidamento pelo decurso do tempo.

- (a) Há apenas uma proposição verdadeira.
- (b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- (c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- (d) Todas as proposições são verdadeiras.
- (e) Todas as proposições são falsas.

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14ª
2005

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.1900

Origem

Examine as proposições abaixo e responda:

I. Se o co-devedor solidário não foi regularmente constituído em mora, a sua responsabilidade se restringe à satisfação da obrigação principal, sem incluir os juros de mora.

II. A cessão de crédito, para ser válida, exige a concordância da parte devedora envolvida na relação obrigacional, já que ninguém pode ser compelido a aceitar como seu credor uma terceira pessoa, que pode, inclusive, ser seu inimigo ou desafeto.

III. A exemplo da indenização por perdas e danos, com a qual guarda laços de similaridade, a cláusula penal exige para o seu reconhecimento a prova de existência do ato ilícito (no caso, o inadimplemento, com constituição em mora do devedor), o nexo causal (no caso, a culpa do devedor pelo inadimplemento ou inexecução) e o dano (no caso, o prejuízo suportado em decorrência do inadimplemento ou inexecução da obrigação).

IV. Em um contrato de execução continuada ou diferida, ocorrendo a situação de excessiva onerosidade, o Código Civil assegura à parte prejudicada invocar a teoria da imprevisão e requerer a resolução do negócio jurídico ou a sua revisão, neste último caso com redução da prestação a um patamar pautado pela equidade.

- (a) Todas as proposições são falsas.
- (b) Todas as proposições são verdadeiras.
- (c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- (d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- (e) Há apenas uma proposição verdadeira.

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14ª
2005

Assuntos relacionados

Q.1901

Origem

Examine as proposições abaixo e responda:

I. Se o co-devedor solidário não foi regularmente constituído em mora, a sua responsabilidade se restringe à satisfação da obrigação principal, sem incluir os juros de mora.

II. A cessão de crédito, para ser válida, exige a concordância da parte devedora envolvida na relação obrigacional, já que ninguém pode ser compelido a aceitar como seu credor uma terceira pessoa, que pode, inclusive, ser seu inimigo ou desafeto.

III. A exemplo da indenização por perdas e danos, com a qual guarda laços de similaridade, a cláusula penal exige para o seu reconhecimento a prova de existência do ato ilícito (no caso, o inadimplemento, com constituição em mora do devedor), o nexo causal (no caso, a culpa do devedor pelo inadimplemento ou inexecução) e o dano (no caso, o prejuízo suportado em decorrência do inadimplemento ou inexecução da obrigação).

IV. Em um contrato de execução continuada ou diferida, ocorrendo a situação de excessiva onerosidade, o Código Civil assegura à parte prejudicada invocar a teoria da imprevisão e requerer a resolução do negócio jurídico ou a sua revisão, neste último caso com redução da prestação a um patamar pautado pela equidade.

- (a) Todas as proposições são falsas.
- (b) Todas as proposições são verdadeiras.
- (c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- (d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- (e) Há apenas uma proposição verdadeira.

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14ª
2005

Assuntos relacionados

Q.1902

Origem

Examine as proposições abaixo e responda:

I. Toda pessoa tem capacidade de gozo ou de direito.

II. Os direitos da personalidade são intransmissíveis, indisponíveis, irrenunciáveis, imprescritíveis e inalienáveis.

III. O partido político, enquanto pessoa jurídica de direito privado, obriga-se pelos atos de seus administradores exercidos nos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo.

IV. O Código Civil autoriza a que o juiz, de ofício ou quando provocado, em caso de abuso da personalidade jurídica, estenda os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.

- (a) Há apenas uma proposição verdadeira.
- (b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- (c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- (d) Todas as proposições são verdadeiras.
- (e) Todas as proposições são falsas.

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14ª
2005

Assuntos relacionados

Q.1903

Origem

Examine as proposições abaixo e responda:

I. Toda pessoa tem capacidade de gozo ou de direito.

II. Os direitos da personalidade são intransmissíveis, indisponíveis, irrenunciáveis, imprescritíveis e inalienáveis.

III. O partido político, enquanto pessoa jurídica de direito privado, obriga-se pelos atos de seus administradores exercidos nos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo.

IV. O Código Civil autoriza a que o juiz, de ofício ou quando provocado, em caso de abuso da personalidade jurídica, estenda os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.

- (a) Há apenas uma proposição verdadeira.
- (b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- (c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- (d) Todas as proposições são verdadeiras.
- (e) Todas as proposições são falsas.

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14ª
2005

Assuntos relacionados

Capítulo 62

TRT 21^a

62.1 TRT 21^a:: Juiz do Trabalho Substituto Q.1904

Considerando as assertivas seguintes, aponte a resposta correta: O abuso de direito no Código Civil de 2002:

- I - somente se configura com a ocorrência de dolo da parte titular do direito;
- II - não se equipara ao ato ilícito, pois possui natureza peculiar e regime jurídico próprio;
- III - gera o dever de reparação dos danos materiais, e, também, dos danos morais;
- IV - em nenhuma hipótese poderá ser declarado de ofício pelo juiz, sem provocação da parte prejudicada;
- V - exige para a sua caracterização o elemento culpa, observado na conduta do titular do direito.

- (a) apenas as alternativas III e IV estão corretas;
- (b) apenas a alternativa IV está correta;
- (c) apenas a alternativa III está correta;
- (d) apenas as alternativas II e III estão corretas;
- (e) todas as alternativas estão incorretas.

Origem

TRT 21^a:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 21^a
2005

Assuntos relacionados

Atos jurídicos ilícitos

Q.1905

Origem

Tendo em vistas as afirmações seguintes, aponte a alternativa correta: De acordo com a legislação civil em vigor:

- I - Não ocorre a prescrição da pretensão de natureza declaratória, que poderá ser deduzida em juízo a qualquer tempo;
- II - Admite-se a renúncia tácita da prescrição e da decadência, refletida pela prática de atos do interessado incompatíveis com a sua ocorrência;
- III - Não se admite, expressamente, a alteração dos prazos prescricionais, por acordo entre as partes;
- IV - Permite-se que a parte interessada alegue a prescrição do direito, ainda que pela primeira vez, em sede de recurso especial;
- V - Em qualquer caso poderá o juiz conhecer a prescrição, de ofício, quando favorecer a Fazenda Pública.

- (a) apenas a alternativa V está correta;
- (b) apenas as alternativas I e III estão corretas;
- (c) apenas a alternativa III está correta;
- (d) apenas as alternativas I e IV estão corretas;
- (e) apenas a alternativa I está correta.

TRT 21^a:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 21^a
2005

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Q.1906

Origem

Leia o enunciado abaixo e indique, a seguir, a resposta correta: O supervisor da área de controle de qualidade de uma indústria de laticínios, doutor em ciências biológicas, não detectou a presença de um produto tóxico em um lote de caixas de leite em pó que foi levado à venda. Em decorrência do consumo do produto, mais de cem de pessoas tiveram graves problemas de saúde, que resultaram em gastos com internação hospitalar e medicamentos, além de seqüelas físicas irreversíveis. A causa dos problemas veio a ser esclarecida por meio de exame laboratorial. Diante disso, é correto afirmar:

TRT 21ª: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 21ª
2005

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

- (a) a responsabilidade da empresa, no campo civil, por ser de natureza objetiva, obriga à indenização dos danos materiais suportados pelas vítimas, enquanto que os danos morais são de responsabilidade do supervisor, considerando a necessidade de ser provada a lesão neste campo, em decorrência do seu caráter subjetivo;
- (b) a empresa e o supervisor responderão solidariamente pelos danos materiais e morais, sendo imprescindível a comprovação da ocorrência de conduta culposa ou dolosa para a garantia da indenização das vítimas;
- (c) a empresa responderá integralmente pelos danos causados, abrangendo até aqueles de natureza extrapatrimonial, independentemente da ocorrência de culpa ou dolo e sem a necessidade de investigação da conduta do supervisor, ou de sua participação no processo;
- (d) a empresa responderá integralmente pelos danos sofridos pelas vítimas, inclusive os de natureza moral, sem que haja a necessidade de se provar a existência de culpa, em face da responsabilidade subjetiva incidente, não assegurando a lei, nesta hipótese, o direito de regresso contra o supervisor;
- (e) a empresa somente responderá pelos danos, integralmente, se restar comprovado dolo ou culpa na conduta do supervisor, esta última nas modalidades de imprudência, negligência ou imperícia.

Q.1907

Origem

Em face das afirmativas expostas, indique a resposta correta: De acordo com o novo Código Civil, o abuso da personalidade jurídica:

I - pode ser declarado de ofício pelo juiz, independentemente de requerimento da parte, para o fim de responderem os bens particulares dos sócios pela dívida da pessoa jurídica;

II - caracteriza-se pelo desvio de finalidade e também pela ocorrência de confusão patrimonial;

III - somente pode ser declarado a pedido da parte interessada, não atingindo os seus efeitos o sócio minoritário sem poder de gerência;

IV - enseja, necessariamente, para a sua constatação, a propositura de ação declaratória incidental, com vistas à certificação sobre a ocorrência de conduta irregular dos sócios;

V - pode decorrer de atos dos administradores ou sócios, estando legitimado o Ministério Público, quando intervier no processo, a requerer que os bens particulares dessas pessoas físicas respondam por dívidas da pessoa jurídica.

TRT 21ª: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 21ª
2005

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

- (a) apenas as alternativas II e V estão corretas;
- (b) todas as alternativas estão erradas;
- (c) apenas a alternativa V está correta;
- (d) apenas as alternativas I e II estão corretas;
- (e) apenas as alternativas I e V estão corretas.

Q.1908

Origem

Assinale a alternativa correta: Diante da lesão grave a direito da personalidade, e vindo a vítima a falecer:

TRT 21ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 21ª
2005

- (a) não se admite a possibilidade de os herdeiros reclamarem perdas e danos, diante da intransmissibilidade dessa categoria de direitos;
- (b) o direito à reparação integral das perdas e danos, inclusive de natureza extrapatrimonial, estende-se também a qualquer parente da vítima, em linha reta, ou colateral até o quarto grau;
- (c) o direito à reparação integral dos danos morais é exclusivo do cônjuge sobrevivente e, em sua ausência, dos genitores e filhos da vítima;
- (d) admite-se a reparação das perdas e danos, inclusive morais, possuindo legitimação para reclamá-los apenas o cônjuge sobrevivente e os filhos;
- (e) admite-se exclusivamente a reparação dos danos materiais porventura sofridos pelos herdeiros.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

Q.1909

Origem

Examine o enunciado abaixo e marque a resposta correta: Um indivíduo, apresentando-se como especialista em medicina desportiva, foi contratado por um clube de futebol para realizar exames médicos e avaliação física completa nos atletas da equipe. O preço do serviço foi acertado pelas partes, por escrito, em parcela única de R\$ 5.000,00, que seria paga ao final. O serviço foi prestado a contento, inclusive recebendo elogios dos atletas. Todavia, antes de ser efetivado o pagamento, descobriu-se que o mencionado profissional não era médico, nem também possuía qualquer habilitação na área de saúde. De acordo com a lei civil:

TRT 21ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 21ª
2005

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

- (a) como houve a prestação integral do serviço, com dispêndio de energia e tempo, sem possibilidade de retorno ao *status quo ante*, garante-se, em face do contrato, uma indenização compensatória ao prestador, a ser arbitrada pelo juiz;
 - (b) não há direito a nenhum pagamento, em decorrência do contrato firmado;
 - (c) tendo sido prestado o serviço a contento e atingida a finalidade do contrato, o prestador possui o direito de receber o pagamento integral, sob pena de configurar-se o enriquecimento indevido de uma das partes;
 - (d) o prestador do serviço faz jus ao pagamento com redução de até a metade do total acertado, conforme seja arbitrado pelo juiz, diante da ausência de qualificação para o trabalho contratado, que implica diminuição objetiva do valor pactuado;
 - (e) somente se não houver condenação na esfera criminal é que terá direito o prestador do serviço a receber o pagamento convencionado.
-

Q.1910

Diante das assertivas seguintes, versando sobre *bem de família*, marque a resposta incorreta:

- (a) o devedor de dívida trabalhista, solteiro, com casamento agendado, tem a garantia da impenhorabilidade do único imóvel de que é proprietário e nele reside sozinho;
- (b) a impenhorabilidade do imóvel residencial próprio do casal, considerado bem de família, compreende também os equipamentos móveis de uso profissional nele instalados;
- (c) a constituição do bem de família pelos cônjuges sujeita-se, para a sua formalização, a registro no competente cartório de imóveis;
- (d) mesmo com a constituição do imóvel como bem de família, estará ele sujeito à penhora se a dívida executada decorrer do não pagamento das despesas do IPTU (Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana), e, também, de parcela do condomínio a que se ache integrado;
- (e) mesmo sendo o único imóvel do casal, poderá ser penhorado para fins de pagamento de débito de trabalhador doméstico que prestou serviços à família na própria residência.

Origem

TRT 21ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 21ª
2005

Assuntos relacionados

Bem de família

Q.1911

No que diz respeito à prova dos fatos jurídicos, assinale a resposta correta:

- (a) os maiores de catorze e os menores de dezoito anos podem ser admitidos como testemunhas, em qualquer caso;
- (b) admite a lei, independentemente da vontade da parte, a possibilidade de determinação judicial para realização obrigatória de exame médico, desde que seja imprescindível à solução da questão e esteja devidamente fundamentada esta circunstância na decisão;
- (c) o instrumento particular devidamente elaborado e assinado constitui prova dos fatos nele declarados, operando efeitos em relação a terceiros, independentemente de registro público;
- (d) o juiz pode admitir o depoimento do amigo íntimo ou inimigo capital de uma das partes, na hipótese de prova de fatos que apenas eles conheçam;
- (e) a pessoa portadora de deficiência mental não pode ser admitida, em nenhuma hipótese, como testemunha.

Origem

TRT 21ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 21ª
2005

Assuntos relacionados

Fatos jurídicos

Q.1912

Origem

Leia as assertivas seguintes e aponte a resposta correta, considerando o ordenamento jurídico brasileiro, com a vigência do novo Código Civil de 2002:

- I - passou a admitir a hipótese de revogação de lei pelo desuso;
- II - manteve o prazo de 30 dias para as leis estaduais entrarem em vigor, depois da publicação oficial;
- III - equiparou o conceito de direito adquirido ao de expectativa de direito, no âmbito das relações contratuais personalíssimas;
- IV - não previu exceções à regra de que ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece;
- V - não alterou o preceito geral de que a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

- (a) todas as alternativas estão erradas;
- (b) apenas as alternativas I e IV estão corretas;
- (c) apenas a alternativa IV está correta;
- (d) apenas a alternativa V está correta;
- (e) apenas as alternativas IV e V estão corretas.

TRT 21ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 21ª
2005

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

Q.1913

Origem

Em conformidade com as disposições do novo Código Civil que tratam sobre a invalidade do negócio jurídico, marque a alternativa correta:

- (a) celebrado o negócio jurídico sem a utilização da forma prescrita em lei, admite-se a sua convalidação posterior somente quando não tenha decorrido prejuízo para terceiros;
- (b) é nulo de pleno direito o negócio jurídico em que se observa vício resultante de simulação, erro e dolo;
- (c) no caso de coação, erro, dolo e fraude contra credores, não há prazo para pleitear-se a anulação do negócio jurídico;
- (d) o prazo geral para pleitear-se a anulação de determinado ato que a lei considere anulável corresponde a dois anos;
- (e) tratando-se de negócio jurídico nulo, o juiz poderá suprir a nulidade, desde que haja requerimento das partes.

TRT 21ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 21ª
2005

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.1914

Origem

Aponte a resposta correta: Na hipótese de uma das partes contratantes, por inexperiência ou diante de necessidade premente, obrigar-se a uma determinada prestação que se apresente claramente desproporcional ao valor da prestação que coube à outra parte, tem-se a caracterização do seguinte defeito do negócio jurídico:

- (a) lesão;
- (b) coação;
- (c) erro;
- (d) ignorância;
- (e) dolo.

TRT 21ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 21ª
2005

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.1915

Origem

No campo do direito das obrigações, é correto afirmar:

I - A cessão de crédito somente tem eficácia em relação ao devedor quando houver a sua expressa e formal anuência;

II - Verifica-se a proibição geral de se convencionar o pagamento de uma obrigação em moeda estrangeira, mas admite-se a sua utilização, como indexador, para efeito de correção das parcelas convencionadas nos contratos de compra e venda de imóvel rural;

III - Ocorrendo a inadimplência da prestação contratual, os juros de mora incidentes corresponderão ao percentual de 1

- (a) apenas a alternativa IV está correta;
 - (b) apenas as alternativas I e IV estão corretas;
 - (c) apenas as alternativas I e V estão corretas;
 - (d) apenas a alternativa I está correta;
 - (e) todas as alternativas estão erradas.
-

TRT 21ª: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 21ª
2005

Assuntos relacionados

Capítulo 63

TRT 8ª

63.1 TRT 8ª:: Juiz do trabalho substituto - 2ªetapa

Q.1916

Origem

Assinale a alternativa correta:

TRT 8ª:: Juiz do trabalho
substituto - 2ªetapa
TRT 8ª
2005

- (a) Implicará em renúncia da solidariedade a propositura de ação pelo credor contra um ou alguns dos devedores solitários.
- (b) Impossibilitando-se a prestação por algum de um dos devedores solidários, subsiste para todos o encargo de pagar o equivalente, inclusive pelas perdas e danos decorrentes do ato culposos.
- (c) Todos os devedores solidários respondem pelos juros de mora, ainda que a ação tenha sido proposta somente contra um, mas o culpado responde aos outros pela obrigação acrescida.
- (d) Se o credor exonerar da solidariedade um ou mais devedores, não subsistirá a dos demais.
- (e) O devedor que satisfaz a dívida por inteiro não poderá exigir de cada um dos codevedores a sua quota.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

Q.1917

Origem

São hipóteses de cessação da menoridade, exceto:

TRT 8ª:: Juiz do trabalho
substituto - 2ªetapa
TRT 8ª
2005

- (a) O casamento.
- (b) O exercício do direito de voto.
- (c) O exercício de qualquer cargo ou emprego público efetivo.
- (d) O estabelecimento civil ou comercial ou pela existência de relação de emprego desde que, em função dele, o menor de dezesseis anos completos tenha economia própria.
- (e) A colação de grau em curso de ensino superior.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

63.2 TRT 8ª:: Juiz do trabalho substituto - 1ªetapa

Q.1918

Origem

Com relação ao domicílio da pessoa natural, é correto afirmar que:

I - Tem como regra geral o lugar onde a pessoa estabelece a sua residência com ânimo definitivo.

II - Possuindo a pessoa diversas residências, de vivência sucessiva, considerar-se-á domicílio seu qualquer delas.

III - Considera-se também como seu domicílio, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida.

IV - Se houver exercício da profissão em lugares diversos, o local da contratação constituirá domicílio para as relações que lhe corresponderem.

V - Muda-se o domicílio, transferindo a residência, com a intenção manifesta de o mudar, sendo que, a prova da intenção resultará do que declarar a pessoa às municipalidades dos lugares, que deixa e para onde vai, ou, se tais declarações não fizer, da própria mudança, com as circunstâncias que a acompanharem.

TRT 8ª:: Juiz do trabalho
substituto - 1ªetapa
TRT 8ª
2005

Assuntos relacionados

Domicílio

- (a) Todas as alternativas estão corretas.
- (b) Somente as alternativas II e III estão erradas.
- (c) Somente as alternativas II, III e V estão certas.
- (d) As alternativas II e IV estão erradas.
- (e) A única alternativa certa é a II.

Q.1919

Origem

Assinale a alternativa correta:

TRT 8ª:: Juiz do trabalho
substituto - 1ªetapa
TRT 8ª
2005

(a) Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica ou intelectual organizada para a produção ou a circulação de bens e serviços.

(b) A distribuição de lucros ilícitos ou fictícios na sociedade acarreta responsabilidade subsidiária dos administradores que a realizarem, em relação aos sócios que os receberem, conhecendo, ou devendo conhecer-lhes, a ilegalidade.

(c) Prepostos são colaboradores permanentes ou temporários da empresa, com ou sem vínculo empregatício, podendo transferir o exercício da função a terceiros, independentemente de autorização do preponente.

(d) Celebram contrato de sociedade as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica, bem como partilhar, entre si, os resultados.

(e) Os preponentes são responsáveis pelos atos de seus prepostos, desde que esses atos estejam autorizados por escrito, praticados nos seus estabelecimentos e relativos à atividade empresarial.

Assuntos relacionados

63.3 TRT 8ª:: Juiz do trabalho substituto - 2ªetapa

Q.1920

Origem

TRT 8ª:: Juiz do trabalho
substituto - 2ªetapa
TRT 8ª
2005

Assuntos relacionados

Fatos jurídicos

Diante das afirmações, assinale a alternativa correta:

I - Um fato para passar à dimensão jurídica tem de repercutir no mundo do direito, apresentando significação jurídica, produzindo efeitos jurídicos. Por exemplo, uma estiagem (seca) sem qualquer consequência para o homem é um fato natural; já se causar vítimas, ou matar o gado, é um fato jurídico.

II - O ato ilícito gera consequências jurídicas impostas pela lei, contra a vontade do causador do ato, com o fito de restabelecer a ordem jurídica turbada, não havendo nexo de causalidade entre a vontade do responsável pela ilicitude e os efeitos jurídicos.

III - O novo Código Civil não dá uma solução única para a situação jurídica do surdo-mudo: se este apresenta uma deficiência em grau extremo, que o impede de exprimir sua vontade, será considerado absolutamente incapaz; se não apresenta restrição tão profunda no relacionamento com o mundo exterior, será considerado sem desenvolvimento mental completo, um excepcional, e ficará na classe dos relativamente incapazes; e se puder exprimir livremente sua vontade, comunicando-se com o mundo, apenas limitado por sua deficiência, será considerado absolutamente capaz.

IV - O negócio jurídico, de acordo com as modernas doutrinas alemã e francesa, adotadas pelo novo Código Civil e consoante sua estrutura jurídica, é considerado como a ação humana que surge como mero pressuposto de feito jurídico, preordenado pela lei, sem função e natureza de auto-regulamentação dos interesses privados.

V - O negócio jurídico pode ser nulo total ou parcialmente. Por exemplo: se um contrato de locação, tendo por adjunto um contrato de fiança, for nulo de pleno direito, o contrato de fiança não o será. Neste caso, o negócio jurídico será parcialmente nulo.

- (a) As alternativas IV e V estão corretas.
- (b) As alternativas II, III e IV estão corretas.
- (c) As alternativas I, II e III estão incorretas.
- (d) As alternativas I, II e III estão corretas.
- (e) As alternativas II, III e IV estão incorretas.

Q.1921

Origem

João Valente, empregado da Academia de Ginástica "Duro na Queda", teve seu contrato de trabalho rescindido no dia 1.7.2000, porém no dia imediatamente posterior foi convocado pelo Exército Brasileiro para servir às Forças Armadas, uma vez que o Brasil acabara de ser invadido por um país vizinho. Terminada a guerra em 1.º.6.2005, passados mais de 5 anos depois do afastamento de João Valente, este ingressou com ação trabalhista, postulando várias parcelas, tendo seu antigo empregador, na contestação, argüido a prejudicial de prescrição total, pois o reclamante teria ingressado com a ação há mais de dois anos da ruptura contratual. Qual a posição, sobre a prescrição, a ser adotada?

TRT 8ª:: Juiz do trabalho
substituto - 2ªetapa
TRT 8ª
2005

Assuntos relacionados

Direito civil

- (a) Deverá ser acolhida a prejudicial de prescrição total, pois passados mais de dois anos entre a ruptura do contrato de trabalho e o ajuizamento da ação.
- (b) Deverá ser acolhida a prejudicial de prescrição, pois passados mais de 5 anos entre a data da ruptura do contrato de trabalho e o ajuizamento da ação.
- (c) Deverá ser rejeitada a prejudicial de prescrição, pois não correrá a prescrição contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas em tempo de guerra.
- (d) Deverá ser rejeitada a prejudicial de prescrição, pois o contrato de trabalho estava suspenso.
- (e) Todas as alternativas estão erradas.

Q.1922

Origem

José Marrento, gerente das lojas "Lilás", resolveu, sem consultar seu superior hierárquico, o Diretor Comercial Mário Costa, estabelecer revistas íntimas às empregadas da loja, nos horários de saída do trabalho, o que motivou a vendedora Maria João a ingressar com ação trabalhista, postulando indenização por danos morais. Pergunta-se: Seria possível responsabilizar o empregador pela reparação?

TRT 8ª:: Juiz do trabalho
substituto - 2ªetapa
TRT 8ª
2005

Assuntos relacionados

- (a) Não, porque o gerente agiu isoladamente e sem pedir autorização da Diretoria da empresa.
- (b) Não, porque as revistas, ainda que íntimas, são toleradas pela doutrina e jurisprudência, haja vista que dentro do poder diretivo do empregador.
- (c) Sim, porque o empregador será sempre responsável por atos de seus empregados, serviços e prepostos no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele.
- (d) Não, porque o único responsável pela reparação seria o gerente e não o empregador.
- (e) Não, pois somente através de ação cível é que a empregada poderia postular a reparação.

Direito civil

63.4 TRT 8ª:: Juiz do trabalho substituto - 1ªetapa

Q.1923

Origem

Marque a alternativa correta:

I - São móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.

II - Consideram-se móveis para os efeitos legais: as energias que tenham valor econômico; os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes; os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.

III - Os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados, conservam sua qualidade de móveis; readquirem essa qualidade os provenientes da demolição de algum prédio.

IV - São fungíveis os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.

V - Bens divisíveis são os que se podem fracionar sem alteração na sua substância, diminuição considerável de valor, ou prejuízo do uso a que se destinam.

- (a) Todas as alternativas estão corretas.
- (b) Somente as alternativas II e III estão erradas.
- (c) Somente as alternativas III, IV e V estão certas.
- (d) As alternativas I, II e III estão erradas.
- (e) A única alternativa correta é a IV.

TRT 8ª:: Juiz do trabalho
substituto - 1ªetapa
TRT 8ª
2005

Assuntos relacionados

Bens

Q.1924

Origem

Com relação à validade do negócio jurídico, só não é correto afirmar que:

- (a) Exige agente capaz; objeto lícito, possível, determinado ou determinável; forma prescrita ou não defesa em lei.
- (b) A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.
- (c) Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública apenas é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a sessenta vezes o maior salário mínimo vigente no País.
- (d) No negócio jurídico celebrado com a cláusula de não valer sem instrumento público, este é da substância do ato.
- (e) Nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem.

TRT 8ª:: Juiz do trabalho
substituto - 1ªetapa
TRT 8ª
2005

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.1925

Origem

Sobre as obrigações civis, é correto afirmar:

I - Na obrigação de dar coisa certa, se o objeto se perder, não havendo culpa do devedor e perdida a coisa antes de efetuada a tradição ou pendente a condição suspensiva, resolve-se a obrigação para ambos os contratantes, ou seja, em uma compra e venda, o prejuízo será apenas do vendedor, pois ele é o proprietário do bem.

II - Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor. Estando obrigado a receber parte em uma prestação e parte em outra, e quando a obrigação for de prestações periódicas, a faculdade de opção pode ser exercida em cada período.

III - A assunção de dívida, que é uma cessão de débito, é negócio jurídico bilateral pelo qual um terceiro, estranho à relação obrigacional, assume a posição de devedor, responsabilizando-se pela dívida, sem extinção da obrigação originária, que subsiste com seus acessórios, e tem as mesmas consequências jurídicas que a novação.

IV - A cláusula penal, ou pena convencional, é um pacto acessório, em que as partes contratantes pré-estabelecem as perdas e danos a serem aplicadas contra aquele que deixar de cumprir a obrigação ou retardar o seu cumprimento.

V - Na ação em consignação, julgado o pedido consignatório, opera-se a extinção do vínculo obrigacional, não cabendo mais ao devedor pleitear o levantamento do depósito, salvo se o credor e todos os demais co-obrigados pelo débito consentirem.

- (a) As alternativas I e II estão corretas.
- (b) As alternativas II e IV estão corretas.
- (c) As alternativas I, II, III e IV estão incorretas.
- (d) Todas as alternativas estão incorretas.
- (e) As alternativas I, IV e V estão corretas.

TRT 8ª:: Juiz do trabalho
substituto - 1ªetapa

TRT 8ª
2005

Assuntos relacionados

Q.1926

Origem

Sobre pessoas no direito civil, é correto afirmar:

I - Toda pessoa é sujeito de direito e dotada de personalidade. O novo Código Civil introduziu no direito brasileiro, pela primeira vez, a contemplação e proteção jurídica dos direitos da personalidade e que são os direitos próprios da existência humana, tais como identidade genética, liberdade, sociabilidade, honra e autoria.

II - A pessoa menor, com 16 anos, pode ser emancipada, por escritura pública, pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, dependendo sempre de homologação judicial, ou, ainda, por sentença de juiz, ouvido o tutor, no caso do menor viver sob tutela.

III - Com a ausência de personalidade, a pessoa jurídica está impedida de agir, não podendo acionar nem seus sócios, nem terceiros, mas a irregularidade da sociedade ocasiona comunhão patrimonial e jurídica entre os sócios, podendo estes serem demandados judicialmente.

IV - Para a teoria da ficção da pessoa jurídica, defendida por Savigny, somente o homem pode ser titular de direitos, porque só ele tem existência real e psíquica. Quando se atribuem direitos à pessoa jurídica, trata-se de simples criação da mente humana, sendo uma ficção jurídica.

V - Pelas Fundações vela o Ministério Público Estadual onde situadas. Caso a Fundação estenda sua atividade a mais de um Estado, ou se estiver situada no Distrito Federal, ou Território, caberá ao Ministério Público Federal tal incumbência.

- (a) As alternativas I e II estão corretas.
- (b) As alternativas III e IV estão corretas.
- (c) As alternativas IV e V estão incorretas.
- (d) As alternativas II e V estão corretas.
- (e) As alternativas I e IV estão incorretas.

TRT 8ª:: Juiz do trabalho
substituto - 1ª etapa

TRT 8ª
2005

Assuntos relacionados

Capítulo 64

TRT 9ª

64.1 TRT 9ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.1927

Origem

Considere as seguintes proposições:

- I. Prescreve em quatro anos, a pretensão do vencedor para haver do vencido o que despendeu em juízo.
- II. Prescreve em três anos, a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos.
- III. Prescreve em cinco anos, a pretensão de reparação civil.
- IV. É nula a renúncia à decadência fixada em lei.
- V. O Juiz pode, de ofício, conhecer da decadência quando estabelecida por lei. Assinale a alternativa correta:

TRT 9ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 9ª
2005

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

- (a) apenas a alternativa I está correta
- (b) apenas a V está correta
- (c) apenas a IV e a V estão corretas
- (d) apenas a II, a IV e a V estão corretas
- (e) apenas a I e a III estão corretas

Q.1928

Origem

Considere as proposições a seguir:

- I. O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não se transmite com a herança.
- II. A responsabilidade civil é independente da criminal, podendo-se questionar sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.
- III. São responsáveis pela reparação civil, o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele.
- IV. O dono ou detentor de animal ressarcirá o dano por este causado, apenas se provar a culpa da vítima.
- V. Se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir equitativamente, a indenização. Assinale a alternativa correta:

TRT 9ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 9ª
2005

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

- (a) apenas a I está correta
 - (b) apenas a III e a V estão corretas
 - (c) apenas a V está correta
 - (d) apenas a II e a V estão incorretas
 - (e) todas estão corretas
-

Q.1929

Origem

Considere as seguintes proposições:

- I. A obrigação solidária não se presume, resulta da lei ou da vontade das partes.
- II. O devedor não será considerado em mora, se não houver fato ou omissão imputável ao devedor.
- III. Quando os juros moratórios não forem convencionados pelas partes, ou o forem sem taxa estipulada, ou quando provierem de determinação da lei, serão fixados segundo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.
- IV. A obrigação é indivisível quando a prestação tem por objeto uma coisa ou um fato não suscetível de divisão.
- V. Cada um dos credores solidários tem direito a exigir do devedor o cumprimento da prestação por inteiro. Assinale a alternativa correta:

- (a) todas estão corretas
- (b) apenas a II está correta
- (c) todas estão incorretas
- (d) apenas a V está incorreta
- (e) apenas a I, II e a IV estão corretas

TRT 9ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 9ª
2005

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

Q.1930

Origem

Considere as proposições a seguir.

- I. Segundo o artigo 982 do Código Civil, salvo as exceções expressas, considerase empresária a sociedade que tem por objeto o exercício da atividade própria de empresário, sujeito a registro. Independente de seu objeto, considera-se a sociedade empresária a sociedade por ações.
- II. Os bens particulares dos sócios não podem ser executados por dívidas da sociedade, senão depois de executados os bens sociais.
- III. O sócio, admitido em sociedade já constituída, não se exime das dívidas sociais anteriores à admissão.
- IV. Dependem da deliberação dos sócios a aprovação das contas da administração; a designação de administradores, quando feita em ato separado; a destituição de administradores; o modo de sua remuneração, quando não estabelecido no contrato; a modificação do contrato social; a incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação; a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento de suas contas; o pedido de concordata. Assinale a alternativa correta:

- (a) apenas a IV está incorreta
- (b) todas estão corretas
- (c) apenas a I e a III estão corretas
- (d) apenas a II está incorreta
- (e) apenas a I, III e a IV estão corretas

TRT 9ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 9ª
2005

Assuntos relacionados

Sociedade personificada

Q.1931

Origem

No Título X, das Preferências e Privilégios Creditórios, o Novo Código Civil estabelece que goza de privilégio geral, na ordem seguinte, sobre os bens do devedor: Assinale a alternativa correta:

TRT 9ª.: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 9ª
2005

Assuntos relacionados

Preferências e privilégios
creditórios

(a) O crédito por despesa de seu funeral; o crédito por custas judiciais; o crédito por despesas com o luto do cônjuge sobrevivente e dos filhos; o crédito por despesa com doença de que faleceu o devedor; o crédito pelos gastos necessários à manutenção do devedor falecido e de sua família no trimestre anterior ao seu falecimento; o crédito pelos impostos devidos à Fazenda Pública, no ano corrente, e no anterior; o crédito pelos salários dos empregados do serviço doméstico do devedor nos seus derradeiros seis meses de vida.

(b) O crédito pelos salários dos empregados do serviço doméstico do devedor nos seus derradeiros seis meses de vida; o crédito por despesa de seu funeral, o crédito por custas judiciais; o crédito por despesas com o luto do cônjuge sobrevivente e dos filhos; o crédito por despesa com doença de que faleceu o devedor; o crédito pelos gastos necessários à manutenção do devedor falecido e de sua família no trimestre anterior ao seu falecimento; o crédito pelos impostos devidos à Fazenda Pública, no ano corrente, e no anterior.

(c) o crédito pelos impostos devidos à Fazenda Pública, no ano corrente, e no anterior; o crédito por custas judiciais; o crédito por despesas com o luto do cônjuge sobrevivente e dos filhos; o crédito por despesa com doença de que faleceu o devedor; o crédito pelos gastos necessários à manutenção do devedor falecido e de sua família no trimestre anterior ao seu falecimento; o crédito pelos salários dos empregados do serviço doméstico do devedor nos seus derradeiros seis meses de vida; o crédito por despesa de seu funeral.

(d) O crédito por despesa com doença de que faleceu o devedor; o crédito por despesa de seu funeral; o crédito por custas judiciais; o crédito por despesas com o luto do cônjuge sobrevivente e dos filhos; o crédito pelos gastos necessários à manutenção do devedor falecido e de sua família no trimestre anterior ao seu falecimento; o crédito pelos impostos devidos à Fazenda Pública, no ano corrente, e no anterior; o crédito pelos salários dos empregados do serviço doméstico do devedor nos seus derradeiros seis meses de vida.

(e) O crédito pelos gastos necessários à manutenção do devedor falecido e de sua família no trimestre anterior ao seu falecimento; o crédito por despesa com doença de que faleceu o devedor; o crédito por despesa de seu funeral; o crédito por custas judiciais; o crédito por despesas com o luto do cônjuge sobrevivente e dos filhos; o crédito pelos impostos devidos à Fazenda Pública, no ano corrente, e no anterior; o crédito pelos salários dos empregados do serviço doméstico do devedor nos seus derradeiros seis meses de vida.

Q.1932

Origem

Assinale a alternativa correta, considerando a pergunta que segue: Nas obrigações, quando a escolha couber ao devedor, que prazo este terá para exercer a opção e realizar a prestação, se outro prazo não lhe foi determinado em lei, no contrato ou na sentença?

TRT 9ª.: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 9ª
2005

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

- (a) 10 dias
- (b) 30 dias
- (c) 15 dias
- (d) 20 dias
- (e) nenhuma está correta

Q.1933

Origem

Considere as proposições a seguir:

- I. Quando se estipular a cláusula penal para o caso de total inadimplemento da obrigação, esta converter-se-á em alternativa a benefício do credor.
- II. Quando se estipular a cláusula penal para o caso de mora, ou em segurança especial de outra cláusula determinada, terá o credor o arbítrio de exigir a satisfação da pena cominada, juntamente com o desempenho da obrigação principal.
- III. O valor da cominação imposta na cláusula penal pode exceder o da obrigação principal.
- IV. A penalidade não deve ser reduzida equitativamente pelo juiz se a obrigação principal tiver sido cumprida em parte, ou se o montante da penalidade for manifestamente excessivo, tendo-se em vista a natureza e a finalidade do negócio.
- V. Para exigir a pena convencional, não é necessário que o credor alegue prejuízo. Assinale a alternativa correta:

- (a) apenas a I e a II estão corretas
- (b) apenas a I e a III estão incorretas
- (c) todas estão corretas
- (d) apenas a III e a IV estão incorretas
- (e) apenas a V está incorreta

TRT 9ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 9ª
2005

Assuntos relacionados

Inadimplemento das obrigações

Q.1934

Origem

Considere as seguintes proposições:

- I. Os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis por determinação da lei ou por vontade das partes.
- II. São benfeitorias volutuárias as que aumentam ou facilitam o uso do bem.
- III. Os bens públicos e os privados estão sujeitos ao usucapião.
- IV. São bens públicos de uso comum, os edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial e municipal, e as autarquias.
- V. Os bens públicos dominicais nunca podem ser alienados. Assinale a alternativa correta:

- (a) apenas a I e a II estão corretas
- (b) apenas a II e a III estão incorretas
- (c) apenas a I está correta
- (d) apenas as alternativas II, III e V estão incorretas
- (e) todas estão incorretas

TRT 9ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 9ª
2005

Assuntos relacionados

Bens

Q.1935

Origem

Considere as proposições a seguir:

I. Considera-se condição, a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.

II. Considera-se nulo o negócio jurídico quando celebrado por pessoa relativamente incapaz.

III. O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, mas convalece pelo decurso de tempo.

IV. O prazo de decadência para pleitear a anulação de um negócio jurídico é de três anos, contado no caso de coação do dia que ela cessar.

V. A prescrição pode ser interrompida pelo protesto cambial. Assinale a alternativa correta:

- (a) apenas a II, III e a V estão corretas
- (b) apenas a I está correta
- (c) apenas a II e a IV estão incorretas
- (d) apenas a I e a V estão corretas
- (e) apenas a V está incorreta

TRT 9ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 9ª
2005

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Capítulo 65

VUNESP

65.1 OAB-PE :: OAB

Q.1936

A prescrição

- (a) iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.
- (b) correrá, mesmo pendendo ação de evicção.
- (c) suspensão em favor de um dos credores solidários, aproveitará aos outros, independentemente da espécie da obrigação.
- (d) ocorre em 20 anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.

Origem

OAB-PE :: OAB
VUNESP
2005

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

65.2 PGE-SP :: Procurador

Q.1937

João faleceu em 5 de agosto de 1985 e deixou três filhos: Antônio, então com 18 anos; José, com 15 anos e Maria, com 3 anos. Como bem passível de herança, deixou um imóvel residencial, localizado em zona urbana, com área superior a 250 m². Não houve abertura de inventário. Desde o falecimento de João, seu filho Antônio permaneceu na posse do imóvel, utilizando-o nos finais de semana e dias de veraneio, arcando com todas as despesas de conservação, além de pagamento de tributos que recaíam sobre essa propriedade, ou seja, exerceu posse como se dono fosse. José e Maria, desde o falecimento do pai, foram residir em outro local. Somente em janeiro de 2005 José e Maria tentaram reaver sua posse sobre o imóvel. Diante desses fatos, é correto dizer que

- (a) Antônio adquiriu o quinhão de José por usucapião, mas não o de Maria, uma vez que não houve causa eficiente em relação a esta.
 - (b) Antônio somente poderia adquirir por usucapião a propriedade do imóvel, em relação a Maria, quando esta completasse 31 anos de idade.
 - (c) Antônio adquiriu o quinhão de José e Maria por usucapião, tendo ocorrido a causa eficiente e o fato operante sem qualquer oposição.
 - (d) não é possível Antônio adquirir por usucapião a parte relativa aos irmãos, haja vista que não ocorre usucapião entre herdeiros.
 - (e) por se tratar de posse velha, não pode ser admitida a reintegração de posse do imóvel em questão.
-

Origem

PGE-SP :: Procurador
VUNESP
2005

Assuntos relacionados

Propriedade

Q.1938

Origem

José, empregado de uma empresa transportadora de passageiros, conduzindo o ônibus dessa empresa durante um temporal, avançou sobre via já inundada. O ônibus foi arrastado pela força das águas pluviais até ficar submerso, o que causou a morte de alguns passageiros. Diante desse fato,

PGE-SP :: Procurador
VUNESP
2005

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

- (a) a empresa de ônibus não é responsável, em razão de exclusão convencional de responsabilidade, em face de eventos decorrentes de força maior e caso fortuito.
- (b) não há responsáveis civis, em razão de excludente de força maior, por ser o temporal decorrente da própria natureza.
- (c) José é responsável civilmente pelo ocorrido, por ter sido imprudente na condução do veículo, sem poder invocar qualquer excludente.
- (d) a empresa de ônibus é responsável, uma vez que a responsabilidade do transportador é subjetiva e houve uma conduta culposa.
- (e) José, como preposto da empresa, é responsável objetivamente pela atividade que desenvolve.

Q.1939

Origem

É incorreto afirmar que

PGE-SP :: Procurador
VUNESP
2005

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

- (a) a reparação por danos materiais poderá não ser equivalente ao prejuízo efetivamente sofrido.
- (b) para o instituto da responsabilidade civil, incide a avaliação de grau de culpa do agente.
- (c) a responsabilidade objetiva é somente aquela decorrente de risco.
- (d) a responsabilidade dos pais pelos atos praticados pelos filhos menores é objetiva.
- (e) havendo vários autores do ato ilícito, todos responderão solidariamente.

65.3 OAB-PE :: OAB

Q.1940

Origem

Nas obrigações solidárias

OAB-PE :: OAB
VUNESP
2005

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

- (a) importará renúncia da solidariedade à propositura da ação pelo credor contra um dos devedores.
- (b) cada um dos credores solidários tem direito a exigir do devedor o cumprimento apenas do seu montante.
- (c) no caso de rateio entre os co-devedores, contribuirão também os exonerados da solidariedade pelo credor, pela parte que na obrigação incumbia ao insolvente.
- (d) a solidariedade pode ser presumida.

Q.1941

Origem

São pessoas jurídicas de direito público interno, previstas no artigo 41 do Código Civil, as

OAB-PE :: OAB
VUNESP
2005

- (a) associações.
- (b) autarquias.
- (c) organizações religiosas.
- (d) sociedades.

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

65.4 PGE-SP :: Procurador

Q.1942

Origem

Considerando o direito à intimidade, é possível admitir que

PGE-SP :: Procurador
VUNESP
2005

- (a) não encontra amparo jurídico no direito positivo.
- (b) a vida interior de uma pessoa não pode ser lícitamente exposta ao público.
- (c) sem a autorização de seu titular, não pode haver exposição pública.
- (d) o direito à intimidade não é absoluto e total.
- (e) não é oponível *erga omnes*.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

65.5 OAB-PE :: OAB

Q.1943

Origem

Com relação à adoção, assinale a alternativa correta.

OAB-PE :: OAB
VUNESP
2005

- (a) A adoção depende de consentimento dos pais ou dos representantes legais de quem se deseja adotar, e da concordância deste se contar mais de 12 anos.
- (b) Poderão adotar os maiores de 21 anos, independentemente do estado civil.
- (c) O adotante há de ser, pelo menos, 18 anos mais velho do que o adotado.
- (d) Ao contrário do reconhecimento da paternidade, permite-se a revogação.

Assuntos relacionados

Relações de parentesco

65.6 PGE-SP :: Procurador

Q.1944

Considere as assertivas a seguir:

- I. uma servidão de luz pode ser adquirida por usucapião;
- II. a servidão não se presume;
- III. a servidão pode ser constituída por ato *inter vivos* ou *causa mortis*;
- IV. é possível constituir-se servidão de não construir além de certa altura;
- V. as servidões não-aparentes não gravam o prédio serviente. Está correto o que se afirma apenas em

- (a) I e II.
- (b) I e V.
- (c) II e III.
- (d) II, III e IV.
- (e) II, IV e V.

Origem

PGE-SP :: Procurador
VUNESP
2005

Assuntos relacionados

Servidões

65.7 OAB-PE :: OAB

Q.1945

É válida a disposição testamentária

- (a) que favoreça a pessoa incerta, cometendo a determinação de sua identidade a terceiro.
- (b) que deixa a arbítrio do herdeiro fixar o valor do legado.
- (c) em favor de pessoa incerta que deva ser determinada por terceiro, dentre duas ou mais pessoas mencionadas pelo testador.
- (d) que favoreça testemunha do testamento.

Origem

OAB-PE :: OAB
VUNESP
2005

Assuntos relacionados

Sucessão testamentária

Q.1946

No contrato

- (a) de depósito, o depósito necessário não se presume gratuito.
- (b) de empreitada, a obrigação do empreiteiro de fornecer os materiais se presume.
- (c) de mandato, o mandato deve ser escrito.
- (d) mútuo, o empréstimo será de coisas não fungíveis.

Origem

OAB-PE :: OAB
VUNESP
2005

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

65.8 PGE-SP :: Procurador

Q.1947

Analisando-se as características do contrato de comodato, pode-se afirmar a possibilidade de empréstimo de bem fungível nessa modalidade?

- (a) Não, pois é da essência do contrato de comodato a fungibilidade do bem, do contrário será contrato de mútuo.
- (b) Sim, pois não é da natureza do contrato de comodato a infungibilidade do bem móvel, em razão da indicação real que o contrato se perfaz com sua tradição.
- (c) Não, pois o Código Civil determina expressamente que o bem seja infungível, por ser impossível converter a infungibilidade em fungibilidade.
- (d) Não, pois não é da natureza do comodato a infungibilidade do bem, por não haver bens móveis infungíveis.
- (e) Sim, pois as partes podem convencionar a infungibilidade de um bem naturalmente fungível.

Origem

PGE-SP :: Procurador
VUNESP
2005

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.1948

Em relação ao contrato de compra e venda, é correta a declaração de que há transferência de propriedade da coisa vendida

- (a) com a simples tradição, quando se tratar de bem móvel, por ser um contrato de natureza real.
- (b) com a simples tradição, quando se tratar de bem móvel, por ser o contrato de natureza obrigacional.
- (c) com a estipulação das condições do pagamento do preço e da entrega do objeto no contrato de compra e venda.
- (d) com a realização de escritura pública em se tratando de bem imóvel.
- (e) com a estipulação do objeto e do pagamento do preço no caso de compra e venda pura.

Origem

PGE-SP :: Procurador
VUNESP
2005

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

65.9 OAB-PE :: OAB

Q.1949

O divórcio poderá ser

- (a) requerido após decorridos 2 anos da decisão concessiva da medida cautelar de separação de corpos.
- (b) requerido pelos cônjuges e terceiros interessados.
- (c) concedido, somente, se houver prévia partilha de bens.
- (d) requerido, por um ou ambos os cônjuges, no caso de comprovada separação de fato por mais de 2 anos.

Origem

OAB-PE :: OAB
VUNESP
2005

Assuntos relacionados

Casamento

65.10 PGE-SP :: Procurador

Q.1950

Origem

Diante do princípio anteriormente vigente da imutabilidade absoluta do regime matrimonial de bens, em face de um casamento contraído após a vigência do Código Civil de 2002, porém, cujo processo de habilitação transcorreu sob a égide do Código Civil de 1916, pode-se afirmar que seria possível a mudança de regime do casamento durante sua constância

PGE-SP :: Procurador
VUNESP
2005

Assuntos relacionados

- (a) em razão de que o princípio da imutabilidade absoluta do regime matrimonial já se encontrava parcialmente superado pela jurisprudência.
- (b) uma vez que a habilitação para o casamento não implica escolha do regime de bens.
- (c) uma vez que a lei tem efeito imediato, não podendo retroagir para atingir um ato jurídico perfeito.
- (d) uma vez que o regime de bens escolhido durante a habilitação para o casamento será atingido pela retroatividade da lei.
- (e) uma vez que é legalmente permitida e atinge os casamentos assim celebrados.

Regime de bens entre os cônjuges

Q.1951

Origem

Em matéria de evicção, não é possível demandar se o adquirente foi privado da coisa por furto. Este posicionamento está

PGE-SP :: Procurador
VUNESP
2005

Assuntos relacionados

- (a) correto, porque não há como responder por fato que é alheio ao alienante.
- (b) correto, já que é entendimento majoritário da doutrina tratar-se de força maior.
- (c) incorreto, já que o Código Civil em vigor não fez essa restrição contida no Código revogado.
- (d) incorreto, pois haveria um enriquecimento sem causa do evicto.
- (e) incorreto, não há como se invocar qualquer excludente.

Contratos

Q.1952

Origem

João, pai de dois filhos e casado pelo regime de separação de bens, faz com um de seus filhos um negócio jurídico em que entrega uma casa a este no valor de R\$ 100.000,00 e recebe em troca um carro no valor de R\$ 50.000,00 e R\$ 10.000,00 em dinheiro. Esse negócio é

PGE-SP :: Procurador
VUNESP
2005

Assuntos relacionados

- (a) anulável, por não ter havido consentimento do outro filho não beneficiado.
- (b) válido, por ser um contrato de permuta, sem necessidade de qualquer consentimento.
- (c) válido, por ser uma compra e venda, sem necessidade de qualquer consentimento do cônjuge de João.
- (d) nulo, por ser uma compra e venda e não ter havido consentimento do outro filho não beneficiado.
- (e) nulo, por ser uma permuta em valores desproporcionais, o que não é possível entre ascendentes e descendentes.

Contratos

Q.1953

Origem

A propósito da cobrança da dívida ativa da Fazenda Pública por meio de execução fiscal, é incorreto afirmar que

PGE-SP :: Procurador
VUNESP
2005

- (a) o prazo para oposição de embargos de terceiro na execução fiscal é do art. 1048 do CPC.
- (b) a competência na ação de execução fiscal rege-se subsidiariamente pelo CPC (art. 578) e comporta modificações e prorrogação.
- (c) as Fundações Públicas estão legitimadas à cobrança de seus créditos através da execução fiscal regida pela Lei n.º 6830/80
- (d) é possível a remição na execução fiscal, sendo exercitável mesmo após a arrematação e a adjudicação, mas antes de assinado o respectivo auto.
- (e) a medida cautelar fiscal, requerida pela Fazenda Pública em procedimento preparatório, tem eficácia subordinada à propositura da execução judicial da dívida ativa no prazo de 30 dias, contados na forma da lei.

Assuntos relacionados

Execução fiscal

65.11 OAB-PE :: OAB

Q.1954

Origem

Dispõe a Lei de Introdução do Código Civil que

OAB-PE :: OAB
VUNESP
2005

- (a) o regime de bens, legal ou convencional, obedece à lei do país em que tiverem os nubentes domicílios, e, se este for diverso, à do último domicílio conjugal.
- (b) salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país 60 dias depois de oficialmente publicada.
- (c) a lei do país em que for nata a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.
- (d) a obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o proponente.

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

Q.1955

Origem

É correto afirmar que

OAB-PE :: OAB
VUNESP
2005

- (a) os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem, sem a intervenção do proprietário, serão considerados como benfeitorias.
- (b) os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal, em regra, abrangem as pertenças.
- (c) constitui universalidade de direito o complexo de relações jurídicas, de uma pessoa, dotadas de valor econômico.
- (d) os bens de uso especial constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

Assuntos relacionados

Bens

Q.1956

Origem

É nulo

OAB-PE :: OAB
VUNESP
2005

- (a) o negócio jurídico quando a sua causa for o dolo.
- (b) o disposto na cláusula que autoriza o credor hipotecário a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento.
- (c) o negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou deveria ser do conhecimento de quem com aquele tratou.
- (d) o negócio jurídico resultante de fraude contra credores.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Parte VI

2004

Capítulo 66

CESPE

66.1 MJ - PF :: Delegado da Polícia Federal

Q.1957

Origem

MJ - PF :: Delegado da Polícia
Federal
CESPE
2004

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

A empresa Lambda foi regularmente constituída como uma sociedade, com sede na capital de determinado estado da Federação, local onde funcionava sua administração, não tendo sido eleito domicílio especial no seu ato constitutivo. Em agosto de 2003, foi decretada, com fundamento na Lei n.º 8.866/1994, a prisão de Teodoro, sócio-gerente da Lambda, em razão de a empresa não haver recolhido ao tesouro estadual nem depositado os valores do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) recebido de terceiros. Em decorrência de maus-tratos sofridos durante o tempo em que esteve na prisão, Teodoro teve de ser interditado, mediante processo judicial, por enfermidade ou deficiência mental que lhe subtraíram totalmente o necessário discernimento para a prática de atos da vida civil. Posteriormente, o policial acusado de haver praticado os maus-tratos contra Teodoro foi absolvido, no processo criminal, da acusação de lesão corporal, ante a ausência de prova de que a incapacidade civil de Teodoro se dera em consequência de lesões praticadas pelo policial. A sentença absolutória transitou em julgado. Em face da situação hipotética descrita, bem como da legislação, da jurisprudência e da doutrina pertinentes, julgue os itens seguintes.

() É possível a Teodoro obter judicialmente indenização por danos materiais e morais em consequência dos maus-tratos sofridos na prisão, uma vez que é admissível a cumulação de indenização por prejuízos materiais e morais, ainda que decorrentes do mesmo fato.

() Nos termos da legislação atualmente vigente, não correrá contra Teodoro o prazo prescricional estabelecido para a pretensão de reparação de dano, uma vez que o Código Civil estabelece expressamente que os prazos de prescrição não correm contra nenhum incapaz.

() Ainda que o Estado seja condenado a pagar indenização a Teodoro, não poderá mais ingressar com ação regressiva contra o policial acusado de haver praticado os maus-tratos, visto que, conforme disposto no Código Civil, apesar de a responsabilidade civil independe da criminal, as questões atinentes ao fato ou à autoria, que se acharem decididas no juízo criminal, não poderão mais ser questionadas no juízo cível.

66.2 TCE-PE :: Procurador Consultivo do TC

Q.1958

Origem

Acerca da responsabilidade civil, da tutela ambiental e da proteção ao consumidor, julgue os itens a seguir.

TCE-PE :: Procurador Consultivo
do TC
CESPE
2004

() A responsabilidade civil por ato de terceiro permite estender a obrigação de reparar o dano a pessoa diversa daquela que praticou a conduta danosa, desde que exista uma relação jurídica entre o causador do dano e o responsável pela indenização. Nesse caso, a obrigação de indenizar é proveniente da culpa presumida do agente, consistente no descumprimento do dever de vigilância ou do dever de escolha do preposto.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

() A responsabilidade objetiva pelo dano ambiental rege-se pelo princípio da reparação integral do dano, ou seja, buscase o culpado pela degradação, que deverá arcar com a compensação ampla da lesão causada ao meio ambiente. Sempre que possível, haverá o retorno do estado anterior do bem afetado; quando tal possibilidade fracassar, recairá sobre o poluidor a condenação pelo pagamento de indenização. No entanto, quando o poluidor for pessoa jurídica, a reparação integral do dano não poderá implicar aniquilação financeira da empresa.

() Considere a seguinte situação hipotética. Manoel e sua esposa adquiriram imóvel residencial pelo Sistema Financeiro de Habitação, em bairro situado na periferia de determinada cidade. Patrocinados pela defensoria pública, o casal propôs ação ordinária de indenização, com vista à condenação de uma construtora na reparação dos defeitos de construção do imóvel adquirido e no pagamento pelos prejuízos daí advindos. Os autores instruíram os autos com farta prova documental consistente em fotos do imóvel. No entanto, a sentença firmou a improcedência do pedido na ausência de perícia técnica, sendo imputada a falta aos autores, por não terem depositado os honorários dos peritos. Nessa situação, à luz do Código de Defesa do Consumidor, os autores têm direito à inversão do ônus da prova, se não tiverem como suportar gastos com o pagamento do perito e, ainda, se os autos ostentarem fotos que emprestem verossimilhança às alegações feitas na petição inicial.

() Considere a seguinte situação hipotética. Os pais da menor Carla pleitearam, em juízo, indenização em desfavor de uma escola particular, em razão de acidente ocorrido com a filha durante atividade escolar, em horário destinado à recreação. Nessa ocasião, a menor sofreu grave fratura no braço esquerdo em decorrência de queda de um dos brinquedos instalados no pátio da escola. Nessa situação, surge para a escola a obrigação de indenizar decorrente da responsabilidade objetiva do serviço prestado.

66.3 Companhia de Saneamento -SE :: Advogado

Q.1959

Origem

Em relação ao direito das obrigações, julgue os itens a seguir.

Companhia de Saneamento -SE ::
Advogado
CESPE
2004

() A obrigação alternativa é dotada de prestações múltiplas, uniformes ou não, em que o obrigado se libera prestando todas elas.

() Nas obrigações de dar coisa incerta, se ocorrer a perda ou deterioração da coisa antes que se dê a escolha, não pode o devedor pretender exonerar-se da obrigação, salvo se a perda ou deterioração dever-se a caso fortuito ou força maior.

() Se o credor renunciar ou exonerar da solidariedade todos os credores, extinguir-se-á a obrigação.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

66.4 FSCMP :: Advogado

Q.1960

Origem

Com relação às obrigações, julgue os itens subseqüentes.

FSCMP :: Advogado
CESPE
2004

() Não é necessário que a obrigação, para ser solidária, se baseie em uma mesma causa ou fundamento jurídico.

() A obrigação de dar ou restituir coisa certa é aquela em que o devedor está obrigado a entregar ou devolver um bem que não pode ser substituído por outro de igual valor, qualidade ou quantidade.

() O cumprimento da obrigação de não fazer é continuado. Perpetua-se no tempo e se renova a cada momento, enquanto o devedor estiver se abstendo de fazer o que se obrigou a não fazer. As obrigações negativas não são passíveis de constituição em mora.

() Tratando-se de obrigação solidária, pode cada credor demandar seu cumprimento e cada devedor é obrigado a satisfazê-la na totalidade, com a particularidade de que o pagamento feito por um devedor a um credor extingue a obrigação quanto aos outros coobrigados.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

66.5 PGE-RR :: Procurador

Q.1961

Origem

Com relação aos objetos do pagamento, inadimplemento das obrigações e empréstimos, julgue os itens seguintes.

PGE-RR :: Procurador
CESPE
2004

() As dívidas em dinheiro devem ser pagas em moeda corrente ou cheque, sob pena da legítima possibilidade de recusa por parte do credor.

() Em relação ao adimplemento das obrigações, o devedor responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, se houver expressamente por eles se responsabilizado.

() Destinando-se o mútuo a fins econômicos, presumem-se devidos os juros que podem ser capitalizados anualmente.

() O mútuo e o comodato são espécies de empréstimo, sendo que, em relação ao primeiro, há transferência de propriedade da coisa emprestada ao mutuário.

() O mútuo feneratício é contrato real, unilateral e que se caracteriza, também, pela desnecessidade de pagamento de juros.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

66.6 TCE-PE :: Procurador Consultivo do TC

Q.1962

Origem

A respeito do direito das obrigações, julgue os itens subseqüentes.

TCE-PE :: Procurador Consultivo
do TC
CESPE
2004

() Em se tratando de obrigações negativas, tanto a ocorrência do fato gravado com o dever de abstenção, por culpa do devedor, quanto a prática direta do ato pelo mesmo - caso de inadimplemento voluntário - repercutirão em perdas e danos, assim entendidos o dano emergente e os lucros cessantes, desde a violação até a cessação do descumprimento ou desfazimento do ato.

() Considere a seguinte situação hipotética. Caio propôs ação de execução por título executivo extrajudicial contra Fábio e Lucas, devedores solidários. Após a citação válida de Fábio, o processo permaneceu inerte por sete anos consecutivos. Nessa situação, é correta a afirmação de que restou interrompida a prescrição, uma vez que a interrupção efetuada contra o devedor solidário envolve os demais devedores e seus herdeiros.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

66.7 TCE-PE :: Procurador do Ministério Público de Contas

Q.1963

Origem

Acerca da Lei das Sociedades Anônimas, dos bens e da sucessão, julgue os itens que se seguem.

TCE-PE :: Procurador do
Ministério Público de Contas
CESPE
2004

() A pessoa jurídica que controla uma sociedade de economia mista tem as mesmas responsabilidades do acionista controlador das demais sociedades anônimas e é responsabilizado objetivamente, quando, em virtude de desenvolvimento de atividade empresarial deficitária, ocorrer a diminuição da rentabilidade dos investimentos dos acionistas particulares.

Assuntos relacionados

Sociedade

() A alteração da destinação do bem público de uso especial acarretará a sua desafetação, ou seja, passará o bem a integrar categoria de dominicais, desonerando-o do gravame que o vinculava à finalidade determinada.

() Herdeiros necessários são aqueles que não podem ser afastados da sucessão pela simples vontade do sucedido. Portanto, apenas quando fundamentado em fato caracterizador de ingratidão por parte de seu herdeiro necessário, poderá o autor da herança dela afastá-lo, e, ainda assim, apenas se tal fato estiver previsto em lei como autorizador de tal consequência.

66.8 TCU :: Analista de Controle Externo

Q.1964

Origem

No dia 12 de março de 2004, dia em que completou dezesseis anos de idade, Maria Dolores, solteira, grávida, foi vítima de atropelamento em uma via pública, quando retornava da escola. Em decorrência do acidente, a gravidez teve de ser interrompida. O veículo que atropelou Maria a Dolores pertencia a uma sociedade de economia mista instituída, em junho de 2003, por determinado estado-membro da Federação, com o objetivo de explorar atividade econômica. Maria Dolores quer ser indenizada pelos prejuízos materiais e morais que sofreu. Ante a situação hipotética descrita, julgue os itens subseqüentes.

TCU :: Analista de Controle
Externo
CESPE
2004

Assuntos relacionados

Sociedade

() A pretensão de Maria Dolores obter reparação civil pelos danos sofridos em decorrência do acidente tem prazo prescricional de três anos, de acordo com o Código Civil; todavia, em razão do seu estado de incapacidade civil, esse prazo não corre contra Maria Dolores, enquanto ela detiver a condição de incapaz.

() Se Maria Dolores tivesse se casado, em data anterior ao acidente, não haveria a incidência da causa, de natureza subjetiva, prevista no Código Civil, impeditiva da prescrição e da decadência, sendo que, nesse caso, os prazos prescricionais e decadenciais correriam normalmente contra ela, a partir da data do casamento.

() Maria Dolores não poderá exigir do responsável a indenização cumulativa por danos materiais e morais oriundos do mesmo fato, porquanto a Constituição da República estabelece expressamente que é assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

Q.1965

Origem

Uma empresa pública federal, prestadora de serviços públicos, firmou, em julho de 2003, um convênio com a Associação dos Moradores de Picapau, que é um bairro pobre de determinado município brasileiro. O convênio tinha por objeto a transferência de recursos públicos federais com vistas à promoção de melhorias habitacionais para famílias de baixa renda. Em setembro de 2003, foi apresentada denúncia ao TCU de que a Associação dos Moradores de Picapau não era uma associação, mas sim uma sociedade simples. Durante a apuração dos fatos, constatou-se a procedência da denúncia, sendo que o responsável pela celebração do convênio, no âmbito da empresa pública federal, informou que a impropriedade foi decorrente de erro na qualificação da conveniada. Ante a situação hipotética descrita acima e a possível instrução do processo no âmbito do TCU, julgue os itens de 132 a 135.

TCU :: Analista de Controle
Externo
CESPE
2004

Assuntos relacionados

Sociedade

() De acordo com o Código Civil, as associações e as sociedades têm finalidades diversas. As associações constituem-se pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos; já as sociedades decorrem da celebração de contrato por pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados.

() O Código Civil considera que o erro que acarreta a anulabilidade do negócio jurídico é aquele em que a declaração de vontade emana de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.

() No convênio em questão, não há erro essencial, mas erro acidental, uma vez que, segundo o Código Civil, o erro na indicação da pessoa ou da coisa a que se referir a declaração de vontade não viciará o negócio quando, por seu contexto e pelas circunstâncias, se puder identificar a coisa ou pessoa cogitada.

() Não há irregularidade no fato de uma pessoa jurídica de direito público, a exemplo do que ocorreu na situação hipotética apresentada, transferir recursos públicos federais, por meio de convênio, a entidades particulares, pois o que interessa, na realidade, é a destinação social que deverá ser dada ao dinheiro público, bem como o benefício que advirá de sua aplicação para a comunidade atingida.

Q.1966

Origem

No dia 12 de março de 2004, dia em que completou dezesseis anos de idade, Maria Dolores, solteira, grávida, foi vítima de atropelamento em uma via pública, quando retornava da escola. Em decorrência do acidente, a gravidez teve de ser interrompida. O veículo que atropelou Maria Dolores pertencia a uma sociedade de economia mista instituída, em junho de 2003, por determinado estado-membro da Federação, com o objetivo de explorar atividade econômica. Maria Dolores quer ser indenizada pelos prejuízos materiais e morais que sofreu. Ante a situação hipotética descrita, julgue os itens subseqüentes.

TCU :: Analista de Controle
Externo
CESPE
2004

Assuntos relacionados

Sociedade

() Por disposição expressa da Constituição da República, a sociedade de economia mista em questão responde objetivamente pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

() Em cumprimento à legislação vigente, a criação da sociedade de economia mista referida há de ter sido autorizada por meio de lei ordinária específica, editada no âmbito da competência legislativa do estado-membro que a instituiu.

() A exemplo do que ocorre com o prazo para anulação de negócios jurídicos por vícios de consentimento e vícios sociais, a pretensão de anular a constituição da sociedade de economia mista mencionada, em decorrência de defeito no ato constitutivo, tem prazo prescricional de quatro anos, estabelecido pelo Código Civil, contado esse prazo da publicação da inscrição da pessoa jurídica no respectivo registro.

66.9 PGE-RR :: Procurador

Q.1967

Origem

Julgue os itens subseqüentes, de acordo com a parte geral do Código Civil.

PGE-RR :: Procurador
CESPE
2004

() São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil as pessoas que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.

() São relativamente incapazes para certos atos pessoas maiores de 16 anos e menores de 21 anos de idade.

() A prescrição ocorre em dez anos, salvo se a lei ou as partes interessadas houverem fixado prazo menor.

() Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva.

() Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, à transferência, à modificação ou à renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário vigente no país.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

66.10 TCU :: Analista de Controle Externo

Q.1968

Origem

Julgue os itens a seguir , à luz dos princípios que regem o processo civil brasileiro.

TCU :: Analista de Controle
Externo
CESPE
2004

() Pelo princípio da livre apreciação das provas, na hipótese de o autor, fundado em contrato de mútuo, propor ação de cobrança contra o réu , e este, na contestação, alegar somente já ter quitado a dívida, poderá o juiz, fundamentando-se na crença de que o contrato não existiu, julgar improcedente o pedido do autor.

Assuntos relacionados

Provas

() Pelos princípios da preclusão e da eventualidade que regem a resposta do réu, se o autor propuser ação de anulação de casamento contra a ré, alegando determinado vício , e esta não contestar a ação, nada contrapondo às alegações do autor, o juiz não poderá determinar a produção de provas para buscar a verdade dos fatos articulados na causa, devendo julgar procedente a ação.

() Pelo princípio da demanda, se o autor propuser ação reivindicatória pleiteando a restituição da coisa, não poderá o juiz, se julgar procedente o pedido, condenar o réu a indenizar perdas e danos que não tenham sido pleiteados pelo autor.

() Se, em razão de um acidente, o autor propuser ação indenizatória contra o réu pleiteando tão-somente sua condenação a danos materiais, não poderá posteriormente pleitear danos morais em outra ação, tendo em vista a ocorrência da preclusão.

() Os sujeitos do processo são o autor , o réu e o juiz. Considerando-se que a lei processual prevê que, nas hipóteses em que não coincidem os sujeitos da relação material com a parte no processo, ocorre a substituição processual quando o bem, o objeto do processo, é alienado no curso da ação, ingressando o comprador no lugar do vendedor, parte originária no feito.

66.11 PGE-RR :: Procurador

Q.1969

Origem

João e Maria casaram-se em fevereiro de 2003 e tiveram filhos gêmeos, Pedro e Paulo, nascidos em dezembro do mesmo ano. Os cônjuges adotaram o regime da comunhão universal de bens. A partir da situação hipotética apresentada acima, julgue os itens a seguir.

PGE-RR :: Procurador
CESPE
2004

() A direção da sociedade conjugal, iniciada a partir da data do casamento, deve ser exercida exclusivamente por João e, na sua ausência, por Maria.

Assuntos relacionados

Casamento

() Os filhos Pedro e Paulo são parentes de segundo grau em linha colateral.

() A escolha do regime de bens, no caso, deve ocorrer por meio de pacto antenupcial, o qual deve ser realizado por meio de escritura pública.

() Se João e Maria não tivessem feito qualquer escolha em relação ao regime de bens, vigoraria o referente à comunhão parcial de bens.

() São excluídos do regime adotado os bens doados com cláusula de incomunicabilidade e os sub-rogados em seu lugar.

66.12 Companhia de Saneamento -SE :: Advogado

Q.1970

Origem

Joaquim adquiriu de Pedro, em 1990, um imóvel que era ocupado por Maria. Diante da recusa de Maria em desocupar o imóvel, Joaquim propôs contra ela, em 1991, ação reivindicatória, havendo a ré contestado a ação, alegando que havia coabitado com Pedro, em união estável, durante 4 anos, tendo o direito à propriedade de metade do imóvel. Diante da situação hipotética acima, julgue os itens que se seguem.

Companhia de Saneamento -SE ::
Advogado
CESPE
2004

Assuntos relacionados

- () O foro competente para a ação, no caso, é determinado pela situação da coisa e não pela regra geral do local do domicílio do réu.
- () Joaquim, buscando precaver-se dos riscos da evicção, poderá, ao propor a ação, denunciar Pedro à lide para que este lhe indenize de eventuais danos com a perda da demanda.
- () Joaquim é carecedor da ação por falta de adequação do pedido, pois não tem interesse em propor a reivindicatória, já que está discutindo tão-somente a posse, e não a propriedade do imóvel.
- () A ação deve ser proposta em litisconsórcio necessário contra Maria e Pedro, responsáveis solidários pelos danos que vierem a ser sofridos por Joaquim, que está sendo privado da posse do imóvel.
- () A sentença que porventura julgasse o autor parte ilegítima para propor ação reivindicatória extinguiria o processo sem julgamento de mérito.

Domicílio

66.13 TCE-PE :: Procurador Consultivo do TC

Q.1971

Origem

No que se refere à competência, julgue os itens seguintes.

TCE-PE :: Procurador Consultivo
do TC
CESPE
2004

Assuntos relacionados

- () A competência para processar e julgar a execução da dívida ativa da fazenda pública exclui a de qualquer outro juízo, inclusive o de falência, concordata, liquidação, insolvência e inventário, sendo o devedor fiscal, de regra, executado no foro do seu domicílio, no de sua residência ou, na impossibilidade dessas duas situações, onde for encontrado.
- () No mandado de segurança, sendo a autoridade impetrada juiz de direito diretamente vinculado ao tribunal de justiça local, será irrelevante a matéria discutida para deslocar a competência para a justiça federal, permanecendo competente a justiça estadual.
- () O reconhecimento da incompetência absoluta é causa de extinção do processo sem julgamento de mérito, segundo o Código de Processo Civil.

Domicílio

66.14 PGE-RR :: Procurador

Q.1972

Origem

Em relação ao direito de empresa, julgue os itens subseqüentes.

PGE-RR :: Procurador
CESPE
2004

() Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento da empresa.

Assuntos relacionados

() O empresário casado pode, sem necessidade de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.

Empresário

() A sociedade adquire personalidade jurídica no momento da celebração do contrato social.

() Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social ou, alternativamente, por contribuição equivalente que consista em prestação de serviços.

() Uma das características das sociedades cooperativas é a equivalência direta e proporcional entre número de votos por sócio com o valor de sua participação na sociedade.

66.15 Companhia de Saneamento -SE :: Advogado

Q.1973

Origem

A respeito dos contratos em espécie, julgue os itens que se seguem.

Companhia de Saneamento -SE ::
Advogado
CESPE
2004

() A doação a descendente, naquilo que ultrapassa a parte de que poderia o doador dispor em testamento, no momento da liberalidade, é qualificada de inoficiosa e, portanto, nula.

() No contrato de empreitada global a preço fixo, não poderá o empreiteiro exigir alteração do valor do preço pelo serviço extraordinário executado às claras, inclusive sob a supervisão do dono da obra.

Assuntos relacionados

() Se vencido o contrato principal e não tendo sido esse formalmente prorrogado, com sua expressa anuência, acha-se o fiador isento de suas obrigações, exceto se cláusula contratual em sede de locação residencial estabelecer a responsabilidade do fiador pelos alugueres inadimplidos pelo afiançado até a entrega efetiva e real das chaves ou mesmo até a desocupação do imóvel.

Contratos

Q.1974

Origem

Julgue os itens subseqüentes.

Companhia de Saneamento -SE ::
Advogado
CESPE
2004

() A propriedade do fiduciário é resolúvel. No entanto, durante a vigência do contrato, o bem não pode ser penhorado ou dado em garantia de dívida do fiduciário, por se tratar de patrimônio de afetação.

() O termo de renegociação de dívida constituído em razão de outro contrato não é título executivo líquido e certo hábil a autorizar a cobrança por meio de ação executiva.

() Os juros remuneratórios e a comissão de permanência, após o vencimento da obrigação, são encargos legais, não podendo, entretanto, ser cobrados no mesmo período de inadimplência, de forma cumulada.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.1975

Origem

Julgue os itens subseqüentes.

Companhia de Saneamento -SE ::
Advogado
CESPE
2004

() Contrato de mútuo no qual uma parte assuma o pagamento excessivo de juros, por estar desempregado e com família ao desabrigo, constitui hipótese de contrato eivado de nulidade absoluta, por vício de lesão, pois o devedor assumiu obrigação excessiva, sob premente necessidade.

() Caso o devedor já insolvente conceda a remissão de dívida, poderão os credores com garantia real pleitear a ineficácia do perdão dado em prejuízo deles.

() O direito de retenção consiste na faculdade de o possuidor manter o poder fático sobre a coisa alheia, objetivando receber do retomante a indenização pelas benfeitorias necessárias e úteis nela realizadas de boa-fé.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.1976

Origem

Com relação aos contratos, julgue os itens a seguir.

Companhia de Saneamento -SE ::
Advogado
CESPE
2004

() O inadimplemento de uma obrigação pelo devedor é causa de resolução do contrato, podendo a parte prejudicada pleitear, além da resolução do contrato, indenização pelos prejuízos, que abrangem o dano emergente e o lucro cessante.

() Devido a acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, no contrato de execução continuada, o contratante que estiver na iminência de tornar-se inadimplente pela dificuldade em cumprir com a obrigação assumida poderá pleitear judicialmente a resolução do contrato por onerosidade excessiva ou pedir o reajuste das prestações em bases razoáveis.

() A teoria da responsabilidade pelos vícios redibitórios se aplica somente aos contratos de compra e venda.

Assuntos relacionados

Contratos

66.16 FSCMP :: Advogado

Q.1977

Origem

No que se refere à cláusula penal, julgue os seguintes itens.

FSCMP :: Advogado
CESPE
2004

() A cláusula penal, obrigação acessória e subsidiária à obrigação principal, tem aplicação restrita aos contratos, sendo sua finalidade precípua a de garantir, alternativa ou cumulativamente, o cumprimento da obrigação principal.

Assuntos relacionados

() A cláusula penal objetiva reforçar a obrigação principal ou apresentar-se como alternativa ao seu adimplemento.

Contratos

66.17 PGE-RR :: Procurador

Q.1978

Origem

Em relação ao direito dos contratos, julgue os itens seguintes.

PGE-RR :: Procurador
CESPE
2004

() O Código Civil prevê, expressamente, os princípios da função social e da boa-fé objetiva.

() É lícito às partes estipular contratos atípicos, desde que adotem a forma escrita.

Assuntos relacionados

() A coisa recebida em virtude de contrato comutativo pode ser enjeitada por vícios aparentes ou ocultos, que a tornem imprópria ao uso a que se destina, ou lhe diminuam o valor.

Contratos

() O contrato preliminar deve possuir a mesma forma e os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado.

() Quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, deverá ser adotada a interpretação menos favorável ao aderente.

66.18 TCE-PE :: Procurador Consultivo do TC

Q.1979

Origem

No que se refere a contratos, julgue os seguintes itens.

TCE-PE :: Procurador Consultivo
do TC
CESPE
2004

() A onerosidade excessiva é um vício que justifica a anulação do contrato, por fato superveniente ao negócio que rompe o equilíbrio e a sociabilidade do contrato.

() O princípio da equivalência material desenvolve-se em dois aspectos distintos: subjetivo e objetivo. O aspecto subjetivo leva em conta a identificação do poder contratual dominante das partes e a presunção legal de vulnerabilidade. O aspecto objetivo considera o real desequilíbrio de direitos e deveres contratuais que pode estar presente na celebração do contrato ou na eventual mudança do equilíbrio em razão de circunstâncias supervenientes que resultem em onerosidade excessiva para uma das partes.

Assuntos relacionados

() Nulo é o contrato que atenta contra norma de ordem pública ou que seja viciado por erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores. A nulidade pode limitar-se apenas a uma cláusula, se não contaminar as demais.

66.19 TCU :: Analista de Controle Externo

Q.1980

Origem

Suponha que no dia 1.º/ 3 /2004 tenha sido publicada no Diário Oficial da União uma lei ordinária com o teor a seguir. Lei n.º16.666, de 27 de fevereiro de 2004 *Cria a Agência Nacional de Teatro e Artes (ANTA) e dá outras providência s* . O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei: Art.

1. ºFica criada a Agência Nacional de Teatro e Artes [ANTA], com a natureza de autarquia em regime especial, tendo por finalidade promover a regulação em todo o território nacional das atividades de teatro e outras artes cênicas, exceto o cinema. Art. 2.ºO Poder Executivo expedirá decreto, no prazo de 60 [sessenta] dias, definindo as atribuições, a organização, os bens, as receitas da agência de que trata esta lei. Art. 3.ºFicam criados os cargos e funções relacionados no anexo desta lei, que passam a compor o quadro de pessoal da ANTA. Art. 4.ºRevogam-se as disposições em contrário. Brasília, 27 de fevereiro de 2004; 183.ºda Independência e 116.ºda República. Considerando a situação hipotética descrita, julgue os itens seguintes.

() Sendo a Lei n.º16.666/2004 omissa com relação à data de sua vigência e considerando que se pode aplicar ao caso o critério estabelecido na Lei de Introdução ao Código Civil, a Lei n.º16.666/2004 deverá começar a vigorar em todo o Brasil precisamente a zero hora do dia 15/4/2004.

() O art. 4.ºda Lei n.º16.666/2004 está em conflito com dispositivo de lei complementar federal que estabelece que a cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.

() Caso o Poder Executivo não expeça, no prazo de sessenta dias a contar da vigência da lei, o decreto regulamentar a que se refere o art. 2.ºda Lei n.º16.666/2004, essa lei será considerada tacitamente ab-rogada, por aplicação analógica das disposições da Lei de Introdução ao Código Civil estabelecidas para as leis temporárias, conforme interpretação doutrinária e jurisprudencial remansosa acerca da matéria.

() Mesmo após a publicação do decreto referido no art. 2.ºda Lei n.º16.666/2004, a existência legal da pessoa jurídica ANTA somente começará com a inscrição do ato constitutivo dessa agência no respectivo registro, conforme previsão constante do Código Civil.

() A Lei n.º16.666/2004 padece de vício de inconstitucionalidade formal, por contrariar disposição da Constituição da República que exige expressamente que as áreas de atuação de entidades com a natureza jurídica como a da ANTA sejam definidas em lei complementar.

TCU :: Analista de Controle
Externo
CESPE
2004

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

Foi instaurada uma tomada de contas especial (TCE) contra Expedito Rufino, ex-prefeito do município de Paraíso Santo, no estado do Tocantins, e Jerônimo Santana, ex-presidente da comissão de licitação da prefeitura daquela localidade, em decorrência de irregularidades consignadas na prestação de contas de um convênio, por meio do qual foram transferidos ao município recursos federais para a aquisição de mobiliário para as escolas municipais. Os técnicos do órgão repassador dos recursos verificaram, relativamente ao processo de compra dos móveis, que o certame licitatório teve as cartas-convites enviadas em 2/3/2003 e o julgamento ocorreu em 10/3/2003. Contudo, os bens já haviam sido adquiridos em 28/2/2003, conforme atestava a nota fiscal constante da prestação de contas. A TCE foi encaminhada ao TCU, perante o qual os responsáveis apresentaram defesa. O Sr. Jerônimo Santana alegou que cumpria ordens superiores, do Sr. Expedito Rufino, e que não poderia deixar de cumpri-las, tendo, inclusive, sofrido coação psicológica irresistível do então prefeito, que lhe apresentou os documentos para assinatura e ameaçou afastar-lhe da função de confiança que exercia. O Sr. Expedito Rufino, representado por seu curador, apresentou defesa em que relatava que o ex-prefeito fora interditado por senilidade, em maio de 2003, tendo sido afastado do cargo, sendo que, por ocasião da licitação impugnada, já eram visíveis os sinais de incapacidade mental do responsável. Ante a situação hipotética descrita e tendo em vista a possível análise do processo no âmbito do TCU, julgue os itens a seguir.

TCU :: Analista de Controle
Externo
CESPE
2004

Assuntos relacionados

Bens

() Considerando que os móveis, objeto da licitação, já haviam sido adquiridos quando da abertura do certame licitatório, este constituiu, na verdade, uma mera simulação, com o intuito de tentar conferir ares de regularidade à compra. A licitação está, portanto, eivada do vício de simulação absoluta, que, segundo o Código Civil, acarreta a sua nulidade.

() A alegação de coação moral não pode servir de fundamento para excluir a responsabilidade de Jerônimo Santana, uma vez que o Código Civil estabelece que a coação exercida por terceiro vicia o negócio jurídico e acarreta inevitavelmente a responsabilidade solidária do autor da coação e da parte a quem esse vício de consentimento aproveite.

() De acordo com o direito civil brasileiro, a senilidade não é, por si só, causa de incapacidade. A senilidade somente acarreta a incapacidade quando compromete o discernimento da pessoa para expressar a sua vontade. Nesse caso, o senil poderá ser interditado por enfermidade ou deficiência mental que, segundo o nível de gravidade da doença, poderá levar à incapacidade absoluta ou à incapacidade relativa.

() É possível invalidar ato jurídico praticado por Expedito Rufino em data anterior a maio de 2003. Entretanto, para que isso ocorra, é imprescindível que, diante de provas inequívocas da existência da enfermidade ou doença mental incapacitante na data da prática do ato, o juiz, no próprio processo de interdição, tenha dado eficácia *ex tunc* à sentença.

() Admitindo-se que Expedito Rufino tenha sido interditado em decorrência de completa ausência do necessário discernimento para a prática de atos da vida civil e que o prefeito sucessor ingresse contra ele com ação judicial com vistas à reparação de danos civis, poderá o juiz, de ofício, nesse processo, suprir alegação de prescrição, se for para favorecer Expedito Rufino, de acordo com a legislação vigente.

66.20 TCE-PE :: Procurador Consultivo do TC

Q.1982

Origem

Acerca de posse, propriedade e servidão, julgue os itens que se seguem.

TCE-PE :: Procurador Consultivo
do TC
CESPE
2004

() O direito real de servidão de trânsito tornada contínua e aparente por meio de obras visíveis e permanentes realizadas em prédio serviente para o exercício do direito de passagem é passível de proteção possessória e prescinde do encravamento do imóvel dominante.

() As terras públicas estão excluídas da proteção possessória, tendo em vista o caráter de precariedade de que se revestem as detenções daquele patrimônio. No entanto, a tolerância do poder público quanto à ocupação dos bens públicos de uso comum ou especial por particulares faz nascer para estes direito assegurável pelos interditos possessórios, transmutando a posse precária em permissão de uso.

() Aquele que detém a posse justa de um imóvel por prazo exigido por lei poderá adquirir a propriedade do mesmo por meio da prescrição aquisitiva ou usucapião.

Assuntos relacionados

66.21 Companhia de Saneamento -SE :: Advogado

Q.1983

Origem

Em relação aos defeitos dos negócios jurídicos, julgue os itens seguintes.

Companhia de Saneamento -SE ::
Advogado
CESPE
2004

() Se o devedor aliena o seu patrimônio em reconhecida fraude contra credores, este ato de alienação leva à anulação do ato por vício social.

() Considere a seguinte situação hipotética. Proprietária de um imóvel, Maria, pessoa simples e analfabeta, que sabe apenas desenhar o próprio nome, assinou papéis que lhe foram apresentados pelo réu, comerciante experiente, pensando que estava alugando o imóvel, quando, na verdade assinara cessão de direitos. Nessa situação, ocorreu erro substancial, apto a ensejar a anulação do negócio.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

66.22 FSCMP :: Advogado

Q.1984

Origem

Quanto aos defeitos do negócio jurídico, julgue os itens que se seguem.

FSCMP :: Advogado
CESPE
2004

() Para o Código Civil vigente, o erro ou a simulação são vícios de consentimento capazes de tornar nulo o negócio jurídico.

() Constitui fraude contra credores a prática maliciosa, utilizada pelo devedor com o intuito de escusar-se do pagamento de sua dívida ao credor, consistente na alienação de bens que respondam pelo crédito.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

66.23 MJ - PF :: Delegado da Polícia Federal

Q.1985

Origem

A empresa Lambda foi regularmente constituída como uma sociedade, com sede na capital de determinado estado da Federação, local onde funcionava sua administração, não tendo sido eleito domicílio especial no seu ato constitutivo. Em agosto de 2003, foi decretada, com fundamento na Lei n.º 8.866/1994, a prisão de Teodoro, sócio-gerente da Lambda, em razão de a empresa não haver recolhido ao tesouro estadual nem depositado os valores do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) recebido de terceiros. Em decorrência de maus-tratos sofridos durante o tempo em que esteve na prisão, Teodoro teve de ser interditado, mediante processo judicial, por enfermidade ou deficiência mental que lhe subtraíram totalmente o necessário discernimento para a prática de atos da vida civil. Posteriormente, o policial acusado de haver praticado os maus-tratos contra Teodoro foi absolvido, no processo criminal, da acusação de lesão corporal, ante a ausência de prova de que a incapacidade civil de Teodoro se dera em consequência de lesões praticadas pelo policial. A sentença absolutória transitou em julgado. Em face da situação hipotética descrita, bem como da legislação, da jurisprudência e da doutrina pertinentes, julgue os itens seguintes.

MJ - PF :: Delegado da Polícia
Federal
CESPE
2004

Assuntos relacionados

() A empresa Lambda é uma pessoa jurídica de direito privado, com domicílio na capital do estado da Federação onde funciona a sua administração e pode sofrer danos decorrentes de lesão a direitos da personalidade, como, por exemplo, de ofensa à sua honra.

() Considerando que o depositário infiel, no caso, é uma pessoa jurídica, a Lei n.º 8.866/1994 não admite a decretação da prisão civil de seus administradores ou gerentes; assim, a prisão de Teodoro somente poderia ter sido efetivada com fundamento na teoria da desconsideração da personalidade jurídica, prevista no Código Civil.

() De acordo com a Lei de Introdução ao Código Civil, uma lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior; desse modo, o advento do novo Código Civil brasileiro não derogou nem ab-rogou as disposições da Lei n.º 8.866/1994.

() Com a interdição, Teodoro tornou-se absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, passando a ter como residência e domicílio, por força de disposição expressa do Código Civil, a residência e o domicílio do seu representante legal.

66.24 Companhia de Saneamento -SE :: Advogado

Q.1986

Origem

No que se refere à competência, julgue os itens seguintes.

Companhia de Saneamento -SE ::
Advogado
CESPE
2004

- () Se o juiz a quem for distribuída a petição inicial entende-se ser absolutamente incompetente em razão da matéria para processar o feito, deverá, antes de despachar a inicial para determinar a citação do réu, suscitar o conflito negativo de competência perante o tribunal de justiça.
- () O tribunal de justiça é competente para processar e julgar originariamente ação rescisória de sentença proferida por juiz de primeiro grau, contra a qual não se interpôs recurso, e também para processar e julgar decisão irrecorrida proferida pelo próprio tribunal.
- () Qualquer ação proposta contra a União poderá tramitar na justiça estadual se o foro onde a ação foi ajuizada não for sede de justiça federal. Nessa hipótese, entretanto, os recursos interpostos contra as decisões proferidas pelo juiz de direito serão julgados pelo tribunal regional federal e não pelo tribunal de justiça.

Assuntos relacionados

66.25 TCE-PE :: Procurador do Ministério Público de Contas

Q.1987

Origem

No que se refere aos recursos, julgue os itens seguintes.

TCE-PE :: Procurador do
Ministério Público de Contas
CESPE
2004

- () De regra, o agravo de instrumento tem capacidade de suspender os efeitos do ato judicial impugnado, suspendendo, conseqüentemente, o próprio curso do processo. O mesmo não ocorre com o agravo retido, que tem a única finalidade de impedir a preclusão da questão objeto da decisão interlocutória para ser discutida em preliminar de apelação, não impedindo o normal curso do processo.
- () Em virtude da preclusão, não é possível invocar-se, na apelação, qualquer nulidade processual por vícios anteriores à sentença se a parte não houver interposto agravo retido.
- () Apresentada a petição de apelação, esta será submetida a apreciação preliminar perante o próprio juiz *a quo* quanto aos pressupostos de admissibilidade, podendo este negar provimento ao recurso se a sentença estiver estritamente de acordo com a jurisprudência do tribunal. Nessa hipótese, excepcionalmente, admite-se o julgamento do mérito do recurso pelo próprio juiz *a quo*.
- () Nas hipóteses de decisão que indefere liminarmente a inicial, apresentada a apelação, poderá o magistrado retratar-se da sentença, ficando obstado o seguimento do recurso, tendo em vista a falta de interesse superveniente.

Assuntos relacionados

Q.1988

Origem

Julgue os itens a seguir, quanto à execução.

() O rito da Lei n.º 6.830/1980 para cobrança da dívida ativa aplica-se sempre que no pólo ativo figurar pessoa jurídica de direito público ou pessoa jurídica de direito privado que exerça atividade delegada, como as sociedades de economia mista e as empresas públicas.

() É admissível o rito das execuções fiscais para cobrança de débito de pessoa jurídica de direito público, desde que o exequente seja outra pessoa jurídica de direito público e que a dívida tenha natureza tributária.

TCE-PE :: Procurador do
Ministério Público de Contas
CESPE
2004

Assuntos relacionados

Q.1989

Origem

Julgue os itens a seguir de acordo com o entendimento do STJ.

() O Ministério Público não tem legitimidade para ação civil pública em defesa de direitos de contribuintes alegando, por exemplo, inconstitucionalidade de artigo de lei referente a ICMS incidente sobre o cálculo de energia elétrica consumida, devendo os contribuintes propor ação individual para sua defesa, porquanto a ação civil pública não ampara prejuízos particulares para fins de restituição de valores pagos ao fisco.

() Em mandado de segurança que tenha por objeto a discussão de recusa, pela instituição de ensino estadual, em entregar o diploma de curso superior, a competência é da justiça estadual, tendo em vista a natureza da função exercida pela autoridade impetrada.

() De regra, apenas há necessidade de processo de liquidação nas hipóteses em que é necessário o arbitramento ou a prova de fato novo.

() Tratando-se de ação civil pública movida contra empresa pública federal, a competência é o foro do local do dano ambiental, desde que o foro seja sede de justiça federal.

TCE-PE :: Procurador do
Ministério Público de Contas
CESPE
2004

Assuntos relacionados

Q.1990

Origem

Em relação aos provimentos liminares, cautelares e antecipatórios de tutela, julgue os itens seguintes.

() É cabível liminar em mandado de segurança, mas não em ação popular, pois nesta última prevalece a presunção da legitimidade do ato impugnado, que pode ser elidida apenas por sentença definitiva em cognição exauriente.

() Na ação civil pública, é possível, em provimento liminar, não apenas a determinação para que cesse a atividade nociva, mas também para que se cumpra a atividade devida, sob pena de execução específica.

() A cominação de multa diária pode ser fixada independentemente de requerimento do autor, mas sua exigibilidade é diferida para o momento do trânsito em julgado. Assim, a multa poderá ser cobrada apenas após sentença transitada em julgado, embora com efeito retroativo à data do descumprimento.

() No mandado de segurança coletivo e na ação civil pública, a liminar poderá ser deferida apenas após audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que tem prazo de 72 horas para se manifestar.

TCE-PE :: Procurador do
Ministério Público de Contas
CESPE
2004

Assuntos relacionados

Capítulo 67

CONSULT

67.1 TJ-SE :: Analista Judiciário (direito)

Q.1991

No que diz respeito à prescrição e à decadência, assinale a alternativa verdadeira.

- (a) A exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão.
- (b) A parte pode renunciar prévia ou antecipadamente à prescrição, se assim quiser.
- (c) As partes podem alterar prazos prescricionais, mas não poderão alterar prazos decadenciais.
- (d) A prescrição não pode ser interrompida por qualquer interessado.
- (e) As regras suspensivas, impeditivas e interruptivas de prescrição aplicam-se normalmente à decadência.

Origem

TJ-SE :: Analista Judiciário
(direito)
CONSULT
2004

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Q.1992

Quanto às disposições do Código Civil concernentes às pessoas, assinale a alternativa incorreta.

- (a) Enquanto todas as pessoas naturais possuem capacidade de direito, nem todas possuem capacidade de fato.
- (b) O paciente não tem o direito de se recusar a se submeter, com risco de vida, a tratamento médico ou cirúrgico.
- (c) Na declaração de ausência, a sucessão definitiva deve ser requerida dez anos após passada em julgado a sentença que concede a abertura da sucessão provisória, podendo-se, também, requerer a definitiva, provando-se que o ausente conta com oitenta anos de idade e que de cinco datam suas últimas notícias.
- (d) Peterpan tem diversas residências, onde vive alternadamente; assim, pode-se considerar domicílio qualquer delas.
- (e) O domicílio de eventual Território será a respectiva capital.

Origem

TJ-SE :: Analista Judiciário
(direito)
CONSULT
2004

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

Q.1993

Origem

João, brasileiro naturalizado, inscrito em concurso público de admissão à Escola de Sargentos do Exército, tem sua inscrição indeferida sob fundamento de não ser brasileiro nato. Inconformado com a conduta da Administração, João ajuíza ação popular, visando à anulação do referido ato. Posteriormente, o Procurador Geral da República propõe, perante o Supremo Tribunal Federal, ação direta de inconstitucionalidade (ADIN), impugnando a restrição da lei aos brasileiros naturalizados, a qual vem a ser julgada procedente. Diante da situação narrada, é correto afirmar que:

TJ-SE :: Analista Judiciário
(direito)
CONSULT
2004

Assuntos relacionados

Direito civil

- (a) A ação popular proposta por João deverá ser acolhida, ante o efeito vinculante decorrente da decisão proferida na ADIN.
- (b) A ação popular proposta por João não se vincula à decisão proferida na ADIN, uma vez que esta foi proposta após o ajuizamento daquela.
- (c) Independentemente do desfecho da ação popular, a Administração deverá receber a inscrição de João, ante o efeito vinculante que a decisão proferida na ADIN produz, inclusive, em relação aos órgãos do Poder Executivo.
- (d) A decisão proferida na ADIN não prejudicará nem beneficiará João de qualquer forma, uma vez que o efeito vinculante só alcança os órgãos do Poder Judiciário e, na hipótese questionada, o remédio constitucional empregado afigura-se descabido, porquanto direitos individuais deverão ser objeto de mandado de segurança.
- (e) A decisão proferida na ADIN não repercutirá na situação concreta de João, uma vez que o efeito vinculante é próprio da ação declaratória de constitucionalidade, não se estendendo à ação direta de inconstitucionalidade.

Q.1994

Origem

Assinale a alternativa correta.

TJ-SE :: Analista Judiciário
(direito)
CONSULT
2004

- (a) É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, sem indenização por dano material, moral ou à imagem.
- (b) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém podendo nela penetrar sem consentimento do morador, salvo por determinação judicial.
- (c) As associações poderão ser dissolvidas ou ter suas atividades suspensas, exigindo-se, em qualquer caso, o trânsito em julgado da decisão judicial.
- (d) São a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas, o direito de petição em defesa de direitos ou contra ilegalidades ou abuso de poder, e a obtenção de certidões em repartições públicas.
- (e) A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, sempre mediante prévia e justa indenização em dinheiro.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.1995

Origem

Quanto à constituição do Poder Judiciário no Brasil:

TJ-SE :: Analista Judiciário
(direito)
CONSULT
2004

- (a) São órgãos da Justiça Federal o Superior Tribunal de Justiça, os Tribunais Regionais Federais e os Juízes Federais.
- (b) São órgãos da Justiça do Trabalho o Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho e as Juntas de Conciliação e Julgamento.
- (c) Os Tribunais e juízes dos Estados terão suas competências definidas nas Constituições de seus respectivos Estados.
- (d) O ingresso na carreira de juiz eleitoral, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, far-se-á através de concurso público de provas e títulos, com participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas etapas.
- (e) O Supremo Tribunal Federal será composto por onze ministros, escolhidos entre magistrados com mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.1996

Origem

Assinale a alternativa correta com relação aos direitos políticos.

TJ-SE :: Analista Judiciário
(direito)
CONSULT
2004

- (a) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos e para os maiores de sessenta e cinco anos.
- (b) A idade mínima para concorrer ao cargo de deputado federal é de 25 anos.
- (c) São condições de elegibilidade, entre outras, a filiação partidária e a nacionalidade brasileira.
- (d) Como regra, é vedada a cassação dos direitos políticos, cuja efetivação somente poderá ocorrer na hipótese de improbidade administrativa, devidamente comprovada por decisão judicial transitada em julgado.
- (e) A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e aberto, nos termos da lei. TJ-SE Prova: Analista Judiciário - Área: Direito página 15

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.1997

Origem

João, trabalhador urbano, sofreu uma redução salarial, determinada unilateralmente pela empresa que o empregava, sob a justificativa de que somente nessa condição poderia manter seu emprego. A redução operou-se em maio de 1995. Considerando o texto da Constituição e o fato de que João pediu demissão da empresa em maio de 2003, é correto afirmar que:

TJ-SE :: Analista Judiciário
(direito)
CONSULT
2004

- (a) Em maio de 2004, João poderá pleitear as diferenças decorrentes da redução indevida desde maio de 1999.
- (b) Em maio de 2004, João poderá pleitear as diferenças decorrentes da redução indevida desde maio de 1995.
- (c) Em maio de 2004, João poderá pleitear as diferenças decorrentes da redução indevida desde maio de 2002.
- (d) Em maio de 2004, João não poderá mais pleitear diferença alguma, uma vez que a redução ilegal ocorreu há mais de cinco anos.
- (e) Em maio de 2004, João não poderá pleitear diferença alguma, uma vez que, ao aceitar a diminuição para se manter no emprego, seu ato importou na celebração de um acordo individual de trabalho.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.1998

Origem

Quanto às diferentes classes de bens, assinale a alternativa correta.

TJ-SE :: Analista Judiciário
(direito)
CONSULT
2004

- (a) Um lote de terreno pode ser considerado bem materialmente divisível, mas pode tornar-se indivisível, caso seja hipotecado, devido à indivisibilidade da garantia real estipulada.
- (b) A energia elétrica, por ter valor econômico, é considerada bem imóvel para os efeitos legais.
- (c) As pertenças são bens que, constituindo parte integrante, se destinam à pessoa e não à coisa.
- (d) Quanto à utilização dos bens públicos de uso comum do povo, é certo que não se pode estabelecer retribuição.
- (e) Dentre as várias espécies de bens públicos, apenas os dominicais estão sujeitos à usucapião.

Assuntos relacionados

Bens

Q.1999

Origem

No que se refere aos fatos jurídicos, assinale a alternativa incorreta.

TJ-SE :: Analista Judiciário
(direito)
CONSULT
2004

- (a) O termo inicial de um negócio jurídico suspende o exercício, mas não a aquisição do direito.
- (b) O falso motivo só vicia a declaração de vontade quando expresso como razão determinante.
- (c) Em certo negócio jurídico, ambas as partes procederam com dolo; portanto, qualquer delas, ou ambas, poderá alegar o dolo para anular o negócio.
- (d) O negócio jurídico realizado por pessoa absolutamente incapaz, sem estar devidamente representada, é nulo, enquanto que, se realizado por pessoa relativamente incapaz, sem ser assistida, é anulável.
- (e) Ninguém pode reclamar o que, por uma obrigação anulada, pagou a um incapaz, se não provar que reverteu em proveito dele a importância paga.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.2000

Origem

Analise os itens subseqüentes e assinale a alternativa incorreta.

TJ-SE :: Analista Judiciário
(direito)
CONSULT
2004

- (a) Uma das novidades do Código Civil de 2002 foi a normatização do estado de perigo como forma de defeito do negócio jurídico.
- (b) De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, as cláusulas contratuais são interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor.
- (c) Há obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, quando, por exemplo, a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.
- (d) Peterpan foi absolvido em ação penal, devido à insuficiência de provas. Transitada em julgado a sentença criminal absolutória, o fato não mais poderá ser questionado no juízo cível, através de ação que vise à responsabilidade civil.
- (e) Aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Capítulo 68

ESAF

68.1 MPU :: Técnico - Administrativa

Q.2001

A capacidade do agente do ato jurídico é

- (a) elemento essencial particular.
- (b) elemento formal.
- (c) elemento natural.
- (d) elemento accidental.
- (e) elemento essencial geral.

Origem

MPU :: Técnico - Administrativa
ESAF
2004

Assuntos relacionados

Atos jurídicos lícitos

68.2 IRB :: Advogado

Q.2002

Aponte a assertiva falsa.

- (a) A indenização mede-se pela extensão do dano, não admitindo a lei redução eqüitativa.
- (b) A responsabilidade do transportador é objetiva.
- (c) Têm legitimação para requerer indenização por lesão a direito da personalidade da pessoa falecida, o cônjuge sobrevivente, qualquer parente em linha reta ou colateral até o quarto grau.
- (d) Há responsabilidade civil do advogado que perdeu prazo para cumprir determinação emanada do órgão da OAB, para contestação ou recurso desejado pelo constituinte.
- (e) O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, se não provar culpa da vítima ou força maior.

Origem

IRB :: Advogado
ESAF
2004

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

68.3 IRB :: Analista - Geral

Q.2003

Há responsabilidade civil objetiva:

- (a) do tutor pelos atos lesivos praticados pelo tutelado, que estiver sob sua autoridade e em sua companhia.
- (b) do dono de edifício pelos danos resultantes de sua ruína, se esta advier da falta de reparos necessários.
- (c) do médico que, ao esquecer objeto no abdome do paciente durante a cirurgia causar-lhe a morte.
- (d) do dentista que, por falta de assepsia, vier a transmitir aids ao seu paciente.
- (e) do médico que continuar um tratamento que causa perturbação anormal no paciente.

Origem

IRB :: Analista - Geral
ESAF
2004

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

68.4 PGE-DF :: Procurador

Q.2004

Marginais foragidos de uma penitenciária estadual assaltaram uma residência, causando danos materiais e morais. Demandado judicialmente, o Estado deixou de ser condenado, em primeiro grau, a indenizar a família vítima da violência, pois o dano não haveria decorrido direta e imediatamente da ação/omissão estatal. Assinale a opção correta.

Origem

PGE-DF :: Procurador
ESAF
2004

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

- (a) A teoria sobre o nexo causal que inspirou o julgador a isentar o Estado de responsabilidade civil foi a da equivalência das causas.
- (b) A teoria sobre o nexo causal que inspirou o julgador a isentar o Estado de responsabilidade civil foi a da interrupção do nexo causal.
- (c) Na hipótese de responsabilidade civil objetiva, como a descrita no enunciado da questão, pouco importa se a vítima do ato danoso agiu culposamente, concorrendo para a sua ocorrência, vez que não se exige, no caso, a comprovação de qualquer culpa para a imposição do dever de indenizar.
- (d) A responsabilidade civil objetiva do Estado, na presente hipótese, decorre da incidência do Código de Defesa do Consumidor sobre as relações entre o Poder Público e o Administrado.
- (e) Caso os marginais sejam condenados criminalmente pelos crimes cometidos contra a família do enunciado da questão, essa condenação fará coisa julgada no juízo cível, obrigando o Estado a ressarcir-la pelos danos amargados, devendo ser reformado, pelo Colendo Tribunal de Justiça, o entendimento inicial, esposado pelo MM. juízo singular de que não haveria o dever de indenizar por parte do Estado.

68.5 IRB :: Advogado

Q.2005

Origem

"A", "B" e "C" são devedores solidários de "D" pela quantia de R\$ 30.000,00; "D" renuncia à solidariedade em favor de "A". O credor, por isso:

IRB :: Advogado
ESAF
2004

- (a) pode exigir tanto de "B" como de "C" R\$ 30.000,00.
- (b) pode reclamar de "A" apenas R\$ 10.000,00, pois "B" e "C" continuarão respondendo solidariamente por R\$ 20.000,00.
- (c) pode liberar "A" de qualquer pagamento e sua renúncia da solidariedade alcança "B" e "C", logo só pode exigir de cada um R\$ 10.000,00.
- (d) não pode reclamar os R\$ 10.000,00 daquele que se beneficiou com a renúncia da solidariedade.
- (e) pode reclamar de "B" e "C" o total do débito, não abatendo da dívida a quota de "A".

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

68.6 IRB :: Analista - Geral

Q.2006

Origem

Um dos efeitos da solidariedade ativa seria:

IRB :: Analista - Geral
ESAF
2004

- (a) o direito do credor de exigir de qualquer coobrigado a dívida, total ou parcialmente.
- (b) a remissão obtida por um dos coobrigados não aproveitará aos outros, senão até a concorrência da quantia relevada.
- (c) o credor pode exonerar da solidariedade um dos coobrigados.
- (d) o credor que tiver remitido a dívida ou recebido o pagamento responderá aos outros pela parte que lhes caiba.
- (e) o pagamento parcial feito por um dos devedores não aproveita aos demais, senão até a concorrência da quantia paga.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

68.7 PGE-DF :: Procurador

Q.2007

Origem

O Instituto de Defesa do Consumidor do Distrito Federal - PROCON/DF autuou a Secretaria de Fazenda (Posto de Atendimento ao Contribuinte - Unidade da Receita do Distrito Federal) e o Banco de Brasília, com base em lei distrital (a "Lei das Filas" - que limita o tempo de permanência do consumidor em filas), por haverem diversos usuários reclamado da demora de uma hora para que fossem atendidos nos respectivos estabelecimentos. Assinale a opção correta.

PGE-DF :: Procurador
ESAF
2004

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

- (a) Mesmo sendo o PROCON/DF uma autarquia, pelo fato de integrar a Administração Pública do Distrito Federal, a imposição de multa ao Distrito Federal e ao Banco de Brasília se mostra impossível, em virtude da aplicação do instituto da confusão, hipótese de extinção das obrigações.
 - (b) A autuação da Receita do Distrito Federal não se justifica, pois não se aplica à hipótese o Código de Defesa do Consumidor ou qualquer outra norma de proteção ao consumo, uma vez que as relações entre o Fisco e os Contribuintes não se enquadram como uma relação de consumo.
 - (c) A aplicação do Código de Defesa do Consumidor se dá em relação a qualquer prestação de serviços públicos, ainda que remunerados indiretamente pelos impostos.
 - (d) Aplicando-se a teoria da desconsideração da personalidade jurídica, ainda que se isente o Estado da incidência do Código de Defesa do Consumidor, responsabilizar diretamente seus agentes pela violação à "Lei das Filas".
 - (e) As normas de Defesa do Consumidor não incidem sobre as relações entre os Bancos Estatais e seus clientes.
-

Q.2008

Origem

Foi publicado no Correio Braziliense anúncio classificado do seguinte teor: "Funcionário público em vias da aposentadoria e desejando retornar à terra natal, vende com urgência o imóvel onde reside, junto com todo o mobiliário. Tratar com Teofrasto, pelo telefone 444.4000". Melquisedeque, que ganhara uma ação indenizatória contra Teofrasto cujo acórdão aguardava o trânsito em julgado, obtém, no Cartório de distribuição, certidão das ações pendentes contra Teofrasto, constatando várias execuções em curso, além de ações de busca e apreensão e de depósito. No Ofício de Registro de Protesto de Títulos constatou diversos protestos lavrados, renunciando a provável inadimplência de Teofrasto. Sendo o valor das dívidas nos processos pendentes superior ao dos bens anunciados à venda, Melquisedeque decide ajuizar ação cautelar para resguardar seus interesses. Assinalar a opção mais adequada.

PGE-DF :: Procurador
ESAF
2004

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

- (a) O autor pode pedir o arresto de bens que garantam o pagamento da indenização, provando que Teofrasto tenciona alienar seus bens, sem pagar suas obrigações.
- (b) O autor pode pedir o seqüestro de bens no valor correspondente à indenização, provando que Teofrasto tenciona alienar seus bens, sem pagar suas obrigações.
- (c) O autor pode pedir a busca e apreensão de bens no valor correspondente à indenização, oferecendo caução que assegure o ressarcimento de eventuais prejuízos.
- (d) O autor pode pedir o arrolamento de bens provando o fundado receio de sua dissipação e conseqüente insolvência do devedor, pedindo a nomeação de depositário.
- (e) O autor pode ajuizar medida cautelar inominada, pedindo ao juiz o uso do poder geral de cautela para ordenar a guarda judicial de bens no valor correspondente à indenização, em face da presença do *fumus bonis juris et periculum in mora*.

Q.2009

Origem

Aristoclides, dono de oficina especializada em escapamentos de veículos, viu que o movimento crescente dificultava o atendimento. Como seu concorrente Nicodemus instalara elevadores hidráulicos na calçada, decidiu fazer o mesmo, mas, ao iniciar a obra, viu-a embargada pela fiscalização por invadir área pública. Diante disso, impetra mandado de segurança alegando tratamento discriminatório da Administração. Assinalar a proposição correta.

PGE-DF :: Procurador
ESAF
2004

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

- (a) Configura-se o litisconsórcio passivo facultativo, porque os direitos e obrigações dos interessados derivam do mesmo fundamento de fato ou de direito.
- (b) A decisão judicial que resolver a lide estenderá seus efeitos a Nicodemus, ainda que este não venha a compor a lide, em face do princípio da isonomia.
- (c) Configura-se o litisconsórcio passivo necessário porque, pela natureza da relação jurídica, o juiz tem que decidir a lide de modo uniforme para todas as partes.
- (d) Nicodemus pode ingressar na lide como assistente de Aristoclides tendo em vista seu interesse no acolhimento da pretensão deste.
- (e) Havendo comunhão de direitos e obrigações entre Aristoclides e Nicodemus, o Distrito Federal pode denunciar à lide este último.

68.8 IRB :: Advogado

Q.2010

Origem

A garantia de que trata o art. 757 do Código Civil decorre:

IRB :: Advogado
ESAF
2004

- (a) de ser elevado o capital da sociedade seguradora.
- (b) da comunhão de riscos.
- (c) da reciprocidade entre o universo de segurados.
- (d) de ser a obrigação personalíssima.
- (e) da exigência de máxima boa-fé na contratação.

Assuntos relacionados

Sociedade

68.9 MPU :: Técnico Administrativo

Q.2011

Origem

São pessoas jurídicas de direito público interno de administração indireta

MPU :: Técnico Administrativo
ESAF
2004

- (a) agências reguladoras, autarquias, fundações públicas e partidos políticos.
- (b) autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.
- (c) autarquias, fundações públicas e empresas públicas.
- (d) município, autarquias, fundações públicas e sociedades de economia mista.
- (e) autarquias, fundações públicas e agências reguladoras ou executivas.

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

68.10 MPU :: Técnico - Administrativa

Q.2012

Origem

As agências reguladoras são

MPU :: Técnico - Administrativa
ESAF
2004

- (a) pessoas jurídicas de direito público interno de administração direta.
- (b) sociedades simples.
- (c) pessoas jurídicas de direito público interno de administração indireta.
- (d) empresas públicas.
- (e) sociedades empresárias.

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

68.11 PGE-DF :: Procurador

Q.2013

Origem

Os Procuradores de um determinado Ente da Federação criaram uma Associação para a defesa dos seus interesses. Sabe-se que o ato constitutivo da Associação foi corretamente levado a registro. Quanto a essa entidade, é correto afirmar:

PGE-DF :: Procurador
ESAF
2004

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

(a) omissa o estatuto quanto às cláusulas de exclusão de associado, é vedado, ainda que por deliberação da Assembléia, que um Procurador seja expulso da Associação.

(b) para que se possa alterar o estatuto da associação é mister que a reforma seja deliberada por dois terços dos competentes para gerir e representar a associação, não contrarie ou desvirtue o fim dessa e seja aprovada pelo órgão do Ministério Público, e, caso esse a denegue, poderá o juiz supri-la, a requerimento do interessado.

(c) os associados devem ter iguais direitos, sendo vedado, pelo Código Civil, ao estatuto, instituir categorias, entre os associados, com vantagens especiais.

(d) constatada a inadimplência de alguns sócios quanto às obrigações sociais, estão todos os demais autorizados a, em nome próprio, demandar contra os inadimplentes para exigir o cumprimento das obrigações estatutárias.

(e) dissolvida a Associação, silentes os associados e o estatuto, os bens remanescentes da extinta pessoa jurídica deverão ser devolvidos à Fazenda Pública do Estado, do Distrito Federal ou da União, caso não exista no Município, no Estado, no Distrito Federal ou no Território, em que a associação tiver sede, instituição com fins idênticos ou semelhantes ao da Associação de Procuradores.

Q.2014

Origem

Quanto aos direitos de personalidade, pode-se afirmar:

PGE-DF :: Procurador
ESAF
2004

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

(a) é vedado, seja qual for a hipótese, à pessoa juridicamente capaz, dispor gratuitamente de tecidos, órgãos e partes do próprio corpo vivo, pois os direitos de personalidade, entre os quais se pode citar a integridade física, são irrenunciáveis.

(b) é viável a utilização, por terceiro, da imagem de uma pessoa, desde que tal uso não lhe atinja a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se destine a fins comerciais.

(c) os direitos de personalidade, além de irrenunciáveis, não admitem limitações voluntárias, razão pela qual o Ordenamento Jurídico Pátrio permite que um filho, seja ele capaz ou incapaz, seja reconhecido pelo verdadeiro pai ainda que não almeje tal reconhecimento.

(d) embora o nome de uma pessoa goze de proteção legal, o mesmo não se dá quanto ao pseudônimo utilizado em atividades lícitas.

(e) apenas o titular do direito de personalidade pode exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, sendo vedado a qualquer outra pessoa levar a efeito tais medidas, ainda que o titular do direito de personalidade já tenha falecido.

68.12 CGU :: Analista de Finanças e Controle - Correição

Q.2015

Origem

Em relação à disciplina da prova no processo civil brasileiro, assinale a opção correta.

CGU :: Analista de Finanças e
Controle - Correição
ESAF
2004

- (a) Cada parte deve requerer as provas dos fatos que alegou; o juiz não pode determinar a produção de provas sem que a parte as tenha requerido, sob pena de estar sendo parcial.
- (b) A produção de prova documental deve ser apresentada no início da demanda, junto com a petição inicial e a contestação; não se admite a produção de prova documental em momento posterior.
- (c) A parte que alega a falsidade de um documento, tem o ônus de prová-la, salvo a alegação de falsidade de assinatura, cuja prova compete a quem produziu o documento.
- (d) O juiz não pode determinar a exibição, total ou parcial, de livros comerciais da empresa se não houver requerimento da parte.
- (e) O juiz não poderá julgar em contrário às conclusões técnicas do laudo pericial. 1844

Assuntos relacionados

Provas

68.13 IRB :: Advogado

Q.2016

Origem

Em relação à fase inicial do procedimento sumário e ordinário, é correto afirmar que:

IRB :: Advogado
ESAF
2004

- (a) a petição inicial do procedimento ordinário deve conter o juiz ou tribunal ao qual é dirigida, a qualificação das partes, a causa de pedir, o pedido, o valor da causa, a indicação das provas que se pretende produzir e o requerimento de citação.
- (b) é vedado na petição inicial do procedimento ordinário formular pedido genérico.
- (c) a cumulação de pedidos é possível desde que sejam compatíveis, o juízo seja competente para julgar ao menos um deles e a demanda seja proposta pelo rito ordinário.
- (d) se, em audiência preliminar realizada em ação movida pelo rito sumário, o réu não traz consigo e não apresenta sua defesa, decreta-se sua revelia.
- (e) porque o procedimento sumário deve ser breve, é vedado ao réu apresentar reconvenção ou formular pedido contraposto ao do autor.

Assuntos relacionados

Provas

68.14 PGE-DF :: Procurador

Q.2017

Origem

Pode-se afirmar acerca das servidões prediais:

PGE-DF :: Procurador
ESAF
2004

- (a) são espécies das servidões legais, entre as quais se encontram as servidões administrativas.
- (b) a servidão de trânsito, tal qual a passagem forçada, tem como pressuposto a existência de um prédio encravado, isto é, sem acesso a vias públicas, nascentes ou portos.
- (c) a destinação do proprietário é forma de constituição das servidões e tem como requisitos a prévia existência de uma serventia em prédio posteriormente desmembrado, bem como a inexistência de restrições, pelos proprietários dos imóveis desmembrados, quanto à transformação da serventia em servidão.
- (d) as servidões não-aparentes são protegidas pelo manejo dos interditos possessórios, ainda que sua constituição não conste do competente Cartório de Registro de Imóveis.
- (e) as servidões são direito real perpétuo, pouco importando o seu não-uso, seja pelo prazo que for, para fins de sua extinção.

Assuntos relacionados

Servidões

Q.2018

Origem

João, proprietário de dois pequenos imóveis, reside no melhor deles, alugando o outro a seu cunhado por módico preço. No entanto, fez constar da avença desconto de cinco por cento, na hipótese de pagamento antecipado dos alugueres. Sobre esta cláusula, é correto afirmar:

PGE-DF :: Procurador
ESAF
2004

- (a) caracteriza o abuso de direito, pois nela se verifica a intenção emulativa por parte de João.
- (b) considera-se nula, por representar fraude à lei imperativa, a saber, o Código de Defesa do Consumidor, pois este veda a aplicação de multas superiores a dois por cento, na hipótese do inadimplemento por parte do consumidor, representando o desconto por pontualidade, na hipótese, mecanismo de disfarce da multa.
- (c) é anulável, por restar caracterizada a lesão contratual, defeito do negócio jurídico constante do Novo Código Civil.
- (d) não apresenta, tão-somente pelos dados fornecidos no enunciado da questão, qualquer invalidade.
- (e) na hipótese de João ser tomado por intenso temor em relação ao seu cunhado, a cláusula de desconto poderia, por aquele, ser anulada uma vez que restaria claro resultar de coação, caracterizada pelo medo de desagradar o seu cunhado, na hipótese de não ser inserida no pacto.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

68.15 MPU :: Analista - Processual

Q.2019

No regime matrimonial de participação final dos aqüestos,

- (a) há presunção *juris et de jure* de que os bens móveis foram adquiridos durante o casamento.
- (b) se não houver convenção antenupcial admitindo a livre disposição dos bens imóveis particulares, nenhum dos cônjuges poderá aliená-los sem a anuência do outro.
- (c) sobrevindo a dissolução da sociedade conjugal, apurar-se-á o montante dos aqüestos, incluindo-se, na soma dos patrimônios próprios, as dívidas relativas a esses bens.
- (d) se um dos cônjuges vier a pagar débito do outro, utilizando bens de seu patrimônio, o valor desse pagamento, sem atualização monetária, deverá ser imputado, na data da dissolução, à meação do outro consorte.
- (e) as dívidas de um dos cônjuges, quando superiores à sua meação, obrigam ao outro ou a seus herdeiros.

Origem

MPU :: Analista - Processual
ESAF
2004

Assuntos relacionados

Casamento

68.16 IRB :: Advogado

Q.2020

Tendo em vista as normas de competência estabelecidas no Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

- (a) o foro absolutamente competente para a ação de divórcio direto é o foro do domicílio da mulher.
- (b) a jurisdição brasileira é exercida em todo o território nacional; contudo, as regras sobre competência limitam os poderes jurisdicionais de um juiz a uma determinada fração territorial; além desses limites, o juiz é incompetente e não pode ser considerado investido do poder jurisdicional.
- (c) as partes têm poder de eleger um foro para solucionar seus conflitos, salvo se a lei tiver previamente definido um outro foro competente.
- (d) se uma demanda conexa a outra é proposta perante o mesmo foro, ela é distribuída livremente e apenas posteriormente, se alguma das partes invocar a conexão, ela é remetida ao juízo prevento.
- (e) para uma ação ser conexa a outra, basta que apresentem o mesmo pedido; já para serem continentes, é preciso que partes, causa de pedir e, ao menos em parte, os pedidos sejam idênticos.

Origem

IRB :: Advogado
ESAF
2004

Assuntos relacionados

Domicílio

68.17 PGE-DF :: Procurador

Q.2021

Na hipótese descrita na questão anterior, estando inadimplente o adquirente do imóvel, é correto afirmar:

- (a) a inadimplência gerará a rescisão contratual.
- (b) entre as verbas a serem pagas ao Distrito Federal, a título de perdas e danos, não se pode cobrar indenização pelo período em que o imóvel foi ocupado indevidamente pelo particular, mesmo após a resolução da avença, a menos que tal verba tivesse previsão contratual.
- (c) a inadimplência gerará a resolução do contrato.
- (d) eventual alegação, pelo particular, da perda de seu emprego, desde que comprovada, é motivo suficiente para que se aplique a teoria da imprevisão e se reduza equitativamente o valor do imóvel.
- (e) a inadimplência, em virtude do caráter social da alienação do imóvel em questão, não justifica a extinção do contrato, tendo em vista a função social da propriedade.

Origem

PGE-DF :: Procurador
ESAF
2004

Assuntos relacionados

Inadimplemento das obrigações

68.18 MPU :: Analista - Processual

Q.2022

Assinale a opção falsa.

- (a) A lei confere o direito de resgatar o imóvel hipotecado ao credor sub-hipotecário que, desde que esteja vencida a primeira hipoteca e haja oferta de pagamento pelo devedor, consignar judicialmente a importância devida.
- (b) A anticrese autoriza o credor a reter o imóvel, para perceber os seus frutos e rendimentos com o escopo de compensar o débito dos juros e amortizar o capital da dívida, não tendo o direito de promover a venda judicial do bem dado em garantia.
- (c) É direito do credor pignoratício exigir o reforço da garantia se a coisa empenhada se deteriorar ou perecer.
- (d) A especialização do penhor, da hipoteca e da anticrese vem a ser a pormenorizada enumeração dos elementos que caracterizam a obrigação e o bem dado em garantia.
- (e) O direito de preleção do credor resulta da própria natureza do direito real de garantia.

Origem

MPU :: Analista - Processual
ESAF
2004

Assuntos relacionados

Penhor
Hipoteca
Anticrese

68.19 PGE-DF :: Procurador

Q.2023

João, menor impúbere, representado por sua mãe, Maria, ambos residentes em Taguatinga, postulou alimentos em face do avô, Teodósio, no foro de Sobradinho, onde esse era domiciliado. Após regular instrução, o réu, em alegações finais, sustentou a incompetência do juízo e pediu a redistribuição do feito para Taguatinga, argumentando que as ações de alimentos devem ser propostas no foro do domicílio do alimentando. Assinalar a proposição mais adequada em relação ao caso.

PGE-DF :: Procurador
ESAF
2004

Assuntos relacionados

Alimentos

- (a) O juiz acolherá a alegação porque as ações de interesse de menor são processadas no foro do seu domicílio, em virtude da legislação tutelar do incapaz.
- (b) O juiz suspenderá o processo e mandará ouvir seu colega de Taguatinga com vistas a suscitar conflito negativo de jurisdição.
- (c) O juiz rejeitará liminarmente a pretensão porque o beneficiário do foro privilegiado, abrindo mão do privilégio, possibilitou ao réu melhores condições de defesa.
- (d) O juiz rejeitará a alegação, porque se trata de norma de competência relativa não excepcionada no momento oportuno.
- (e) O juiz remeterá os autos ao Tribunal para que esse, depois de ouvir o juízo suscitado, decida de quem é a competência.

68.20 IRB :: Advogado

Q.2024

Consideradas as normas do Código de Processo Civil sobre sentenças e coisa julgada, é correto afirmar que:

IRB :: Advogado
ESAF
2004

Assuntos relacionados

Contratos

- (a) as alegações que um autor poderia ter apresentado para o acolhimento de seu pedido, mas deixou de fazê-lo, consideram-se apresentadas e repelidas após o trânsito em julgado da sentença.
- (b) tamanha é a importância da fundamentação da sentença que, se o juiz considera, na fundamentação, que dado contrato é válido, para concluir, no dispositivo, que é devido o valor pleiteado, a validade daquele contrato não mais poderá ser objeto de discussão judicial.
- (c) a fundamentação de uma sentença deve ser a mais ampla possível, pois é através dela que se conhecem as razões que levaram ao julgamento; por conta disso, são consideradas nulas quaisquer sentenças sem fundamentação ou dotadas de fundamentação concisa.
- (d) as sentenças proferidas contra os entes públicos devem ser remetidas de ofício ao tribunal *ad quem* para reapreciação, independente de requerimento da Procuradoria ou do valor da causa.
- (e) as questões decididas incidentalmente durante o processo não fazem coisa julgada, ainda que a parte expressamente assim requeira.

Q.2025

Origem

Contratos reais são:

IRB :: Advogado
ESAF
2004

- (a) os que se perfazem pelo simples concurso de duas ou mais vontades, sem necessidade de outro ato.
- (b) os que dizem respeito a coisas futuras, em que um dos contratantes toma a si o risco relativo à existência da coisa.
- (c) os que apenas se ultimam com a entrega da coisa, feita por um contratante a outro.
- (d) os que têm por objeto a álea ou o risco.
- (e) aqueles em que o risco assumido pelo adquirente é concernente à maior ou menor quantidade da coisa.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.2026

Origem

O seguro é negócio jurídico tal que é possível:

IRB :: Advogado
ESAF
2004

- (a) o risco em cada contrato ser considerado isoladamente.
- (b) o risco de cada contrato deverá ser considerado na formação da carteira.
- (c) serem combinados riscos diversos segundo interesse da seguradora.
- (d) a dispersão de riscos ser irrelevante na análise de carteira.
- (e) a homogeneidade de riscos deverá ser condição básica para a operação.

Assuntos relacionados

Contratos

68.21 MPU :: Analista - Processual

Q.2027

Origem

Sob o ângulo de sua formação, contrato com declarações intervaladas é aquele em que

MPU :: Analista - Processual
ESAF
2004

- (a) deixa de ser obrigatória a proposta se, feita sem prazo a uma pessoa presente, não foi imediatamente aceita.
- (b) a oferta não obriga o proponente que, depois de tê-la feito, se arrepender desde que a retratação chegue ao conhecimento do oblato antes da proposta ou ao mesmo tempo que ela.
- (c) se estabelece prazo para a esfera da resposta a uma oferta feita.
- (d) na hipótese de ser o oblato ausente, o proponente deverá aguardar um lapso de tempo suficiente para que a oferta chegue ao destinatário, calculando-se o tempo conforme o meio de comunicação.
- (e) a proposta é obrigatória ao peticitante. PROCESSUAL CIVIL

Assuntos relacionados

Contratos

68.22 MPU :: Técnico Administrativo

Q.2028

Assinale a opção falsa.

- (a) O retardamento da proposta leva o ofertante a crer que foi tacitamente aceita; daí o dever do destinatário de comunicar imediatamente a recusa ou o fato de haver sido inoportuna a recepção.
- (b) A proposta perde o caráter de negócio jurídico receptício, se assumir o aspecto de oferta ao público.
- (c) Contrato com declarações intervaladas ocorre, tratando-se de oblato ausente, quando o proponente deverá aguardar um lapso de tempo suficiente para que a oferta chegue ao destinatário, calculando-se o tempo conforme o meio de comunicação utilizado, tendo-se em vista a demora normal de entrega e retorno.
- (d) No contrato benéfico responde por simples culpa o contratante, a quem o contrato aproveite, e por dolo aquele a quem não favoreça.
- (e) Os contratos reais são os que apenas se ultimam com a entrega da coisa, feita por um contratante a outro.

Origem

MPU :: Técnico Administrativo
ESAF
2004

Assuntos relacionados

Contratos

68.23 MPU :: Técnico - Administrativa

Q.2029

O contrato que admite cláusula de reserva de nomeação da pessoa que assumirá as obrigações ou adquirirá os direitos dele decorrentes é

- (a) estipulação em favor de terceiro.
- (b) contrato por terceiro.
- (c) contrato com pessoa a declarar.
- (d) promessa de fato de terceiro.
- (e) contrato preliminar.

Origem

MPU :: Técnico - Administrativa
ESAF
2004

Assuntos relacionados

Contratos

68.24 PGE-DF :: Procurador

Q.2030

João ajuizou contra José ação ordinária visando anular contrato de compra e venda com reserva de domínio celebrado com Manuel, tendo por objeto um automóvel. No curso da lide, José, mediante instrumento próprio de cessão, transfere a Carlos "direitos e ações" relacionados com o citado automóvel. Assinale a opção correta.

- (a) Carlos não pode intervir no processo porque a relação jurídico-processual já estava estabelecida validamente.
- (b) Carlos pode intervir na lide como substituto processual de José, se João não se opuser.
- (c) Carlos pode intervir na lide a qualquer tempo como opoente aos litigantes.
- (d) Carlos somente intervirá na lide como substituto processual de José se esse vier a falecer e seu advogado não quiser continuar na causa.
- (e) Carlos intervirá na lide se José deixar de praticar ato necessário à movimentação do processo.

Origem

PGE-DF :: Procurador
ESAF
2004

Assuntos relacionados

Contratos

Q.2031

Origem

O Distrito Federal celebrou inúmeros contratos de promessa irretratável de compra e venda com cidadãos de baixa renda. Neste tipo de avença, inúmeras vezes, o particular apresenta dificuldades para honrar os pagamentos das parcelas do imóvel adquirido. Supondo haver autorização legal para a renegociação dos valores em atraso, com a possibilidade de dilação do prazo para quitação do *quantum debeatur*, é correto afirmar:

PGE-DF :: Procurador
ESAF
2004

Assuntos relacionados

Contratos

- (a) a dilação do prazo para a quitação representa novação objetiva.
- (b) a dilação do prazo para a quitação representa novação subjetiva ativa.
- (c) a dilação do prazo para a quitação representa novação mista.
- (d) a hipótese descrita não representa hipótese de novação, uma vez que lhe falta um dos requisitos básicos da novação, qual seja a criação de uma nova obrigação, substancialmente diversa da primeira.
- (e) a dilação do prazo para a quitação representa novação subjetiva passiva.

Q.2032

Origem

Se a lei civil alcançar os efeitos futuros de contratos celebrados anteriormente a ela, será essa lei retroativa (retroatividade mínima), portanto inconstitucional, porque vai interferir na causa, que é um ato ou fato ocorrido no passado. Sobre esta assertiva, está correto afirmar:

PGE-DF :: Procurador
ESAF
2004

Assuntos relacionados

Contratos

- (a) é verdadeira a assertiva apenas quando a lei, que alcançou os efeitos dos contratos celebrados anteriormente a ela, for dispositiva.
- (b) é verdadeira a assertiva apenas quando a lei, que alcançou os efeitos dos contratos celebrados anteriormente a ela, for uma norma de ordem pública.
- (c) é verdadeira a assertiva, desde que a lei nova traga benefícios para as partes.
- (d) a vedação à aplicação da norma que macule a coisa julgada, o ato jurídico perfeito e o direito adquirido se aplica a qualquer lei infraconstitucional, sem qualquer distinção entre lei de direito público e lei de direito privado, ou entre lei de ordem pública e lei dispositiva.
- (e) a assertiva é verdadeira, desde que não se refira a um novo Código Civil, pois essa norma é fruto do Poder Constituinte Decorrente, sendo vedado que seus efeitos sejam obstados pela simples existência de contratos celebrados anteriormente a ela.

Q.2033

Origem

Dois particulares, ao celebrarem contrato de compra e venda de imóvel, fazem constar da escritura pública preço inferior ao real, a fim de reduzir o *quantum* do imposto de transmissão da propriedade. Está correto afirmar:

PGE-DF :: Procurador
ESAF
2004

Assuntos relacionados

Contratos

- (a) restou caracterizada, na hipótese narrada, caso de simulação relativa, sendo o negócio jurídico simulado nulo, mas o negócio jurídico dissimulado subsistirá.
- (b) restou caracterizada, na hipótese narrada, caso de simulação relativa, sendo o negócio simulado anulável pela Fazenda Pública.
- (c) restou caracterizada, na hipótese narrada, caso de simulação absoluta, sendo o negócio jurídico simulado nulo.
- (d) restou caracterizada, na hipótese narrada, caso de simulação absoluta, sendo o negócio jurídico simulado anulável pela Fazenda Pública.
- (e) restou caracterizada, na hipótese narrada, caso de simulação relativa, sendo nulos os negócios jurídicos simulado e dissimulado.

68.25 IRB :: Analista - Geral

Q.2034

Origem

Quanto ao agente, a responsabilidade direta é a:

IRB :: Analista - Geral
ESAF
2004

- (a) fundada na culpa ou dolo por ação ou omissão lesiva a determinada pessoa.
- (b) resultante da violação de um dever geral de abstenção pertinente aos direitos reais ou da personalidade.
- (c) proveniente da própria pessoa imputada.
- (d) oriunda de inexecução contratual.
- (e) advinda de ato de terceiro, vinculado ao agente.

Assuntos relacionados

Direitos reais

68.26 PGE-DF :: Procurador

Q.2035

Origem

Quanto aos direitos reais de garantia, é correto afirmar:

PGE-DF :: Procurador
ESAF
2004

- (a) é nula a cláusula que autoriza o credor pignoratício, anticrético ou hipotecário a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento, sendo, contudo, tolerado que, após o vencimento, possa o devedor dar a coisa em pagamento da dívida.
- (b) os bens hipotecados são impenhoráveis.
- (c) o penhor de veículos, para se aperfeiçoar, exige a tradição da coisa empenhada.
- (d) a garantia real é, em regra, divisível, isto é, o pagamento de uma ou mais prestações da dívida importa exoneração correspondente da garantia, mormente se essa compreender vários bens, independentemente de disposição expressa no título ou na quitação.
- (e) quando, excutido o penhor, ou executada a hipoteca, ainda que o produto não baste para pagamento da dívida e despesas judiciais, estará o devedor exonerado do restante do débito.

Assuntos relacionados

Direitos reais

68.27 MPU :: Analista - Processual

Q.2036

Origem

Diante do fato de haver possibilidade de o internauta casado participar por meio do programa de computador, como o ICQ, de *chats*, de *miirc* e salas de batepapo voltados a envolvimento amoroso geradores de laços afetivo-virtuais eróticos, pode surgir, na Internet, infidelidade por e-mail e contatos sexuais imaginários com outra pessoa, que não seja o seu cônjuge, constituindo motivo para pedido de

MPU :: Analista - Processual
ESAF
2004

Assuntos relacionados

- (a) separação judicial litigiosa como sanção.
- (b) separação judicial litigiosa como falência.
- (c) separação judicial litigiosa como remédio.
- (d) divórcio consensual indireto.
- (e) divórcio litigioso indireto.

68.28 IRB :: Advogado

Q.2037

Origem

"A", prestador de serviços, foi despedido sem justa causa, logo:

IRB :: Advogado
ESAF
2004

- (a) só terá direito à integralidade da remuneração vencida.
- (b) terá direito à retribuição vencida e responderá pelas perdas e danos.
- (c) receberá apenas a metade do que lhe caberia ao termo legal do contrato.
- (d) terá direito à integralidade da remuneração vencida e, ainda, à metade que lhe caberia ao termo legal do contrato.
- (e) terá direito de receber o *quantum* proporcional ao serviço prestado.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2038

Origem

A previdência complementar organizada na forma de FAPI visa:

IRB :: Advogado
ESAF
2004

- (a) facilitar a adesão de pessoas.
- (b) permitir a antecipação do resgate das cotas pelos herdeiros do segurado.
- (c) servir de complemento salarial como estipulação em favor de terceiros.
- (d) constituir renda vitalícia para o segurado.
- (e) induzir à capitalização.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2039

Origem

A cobertura dos planos privados de seguro saúde consiste em:

IRB :: Advogado
ESAF
2004

- (a) garantir o atendimento médico, ambulatorial ou hospitalar dos segurados e familiares.
- (b) garantir o pagamento dos serviços de saúde prestados pelo SUS aos segurados.
- (c) operar como forma de indenização dos segurados.
- (d) cobrir despesas com internação hospitalar, medicação e exames laboratoriais.
- (e) cobrir despesas com terapêuticas novas inexistentes no SUS.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2040

Origem

As instituições de previdência complementar, além de autorização especial, devem:

IRB :: Advogado
ESAF
2004

- (a) organizar e manter carteiras segundo critérios indicados por atuários.
- (b) prever o não pagamento do benefício em caso de suicídio do segurado.
- (c) ter patrocinador.
- (d) garantir, a qualquer tempo, o resgate das contribuições.
- (e) oferecer os planos por intermédio de corretores.

Assuntos relacionados

Direito civil

68.29 MPU :: Analista - Processual

Q.2041

Derrogação é

- (a) a aplicabilidade da norma no espaço delimitado pelas fronteiras do Estado.
- (b) a supressão total da norma anterior.
- (c) o fato de a norma atingir os efeitos de atos jurídicos praticados sob o império da norma revogada.
- (d) a não-aplicabilidade da lei nova a qualquer situação jurídica constituída anteriormente.
- (e) tornar sem efeito uma parte da norma.

Origem

MPU :: Analista - Processual
ESAF
2004

Assuntos relacionados

Direito civil

68.30 PGE-DF :: Procurador

Q.2042

Um particular invadiu área pública do Distrito Federal, situada no interior de um Parque Ecológico. Lá erigiu uma casa. Constada a invasão o Distrito Federal notificou o particular a abandonar a área, restituindo-a ao seu *status quo ante*. Sobre o caso descrito, é correto afirmar:

- (a) é lícita a pretensão do Distrito Federal de que a área seja desocupada, mas, considerando-se posse um poder fático, o particular inegavelmente a exerce, fazendo jus à retenção do bem até que seja indenizado pela integralidade do valor da casa lá erguida.
- (b) o particular exerce posse clandestina sobre a área pública, tendo-se transformado em possuidor tão logo tenha terminado a sua construção, usando ostensivamente a área como seu novo lar.
- (c) o particular sequer poderá ser considerado possuidor, sendo a ele indevido o reconhecimento de direito de retenção.
- (d) o particular tem posse precária sobre o bem, sendo este o motivo pelo qual não se lhe reconhece o direito de retenção.
- (e) o particular, embora tenha posse *ad interdicta*, não tem posse *ad usucapionem* sobre o imóvel por ele ocupado.

Origem

PGE-DF :: Procurador
ESAF
2004

Assuntos relacionados

Direito civil

68.31 MPU :: Analista - Processual

Q.2043

A curatela em que o curador apenas tem a gerência dos bens e não da pessoa do curatelado é a

- (a) dada ao incapaz que não tiver representante legal ou, se o tiver, seus interesses conflitam com os daquele.
- (b) decorrente de decisão judicial, na falta de tutor testamentário ou legítimo que zele pelo menor.
- (c) instituída a requerimento do enfermo ou portador de deficiência física.
- (d) conferida aos interditos em razão de deficiência mental, embriaguez habitual ou de toxicomania.
- (e) instituída a menor por genitor em ato *causa mortis*.

Origem

MPU :: Analista - Processual
ESAF
2004

Assuntos relacionados

Bens

Q.2044

Origem

Em atenção às normas contidas no Livro III do Código de Processo Civil, que trata do processo cautelar, é correto afirmar que

MPU :: Analista - Processual
ESAF
2004

- (a) a medida cautelar de arresto difere da medida cautelar de seqüestro pelo fato de que esta visa a acautelar bens móveis e aquela visa a acautelar bens imóveis.
- (b) em sendo proposta demanda cautelar preparatória, a respectiva ação principal deve ser proposta em até 30 dias da propositura daquela.
- (c) o poder geral de cautela do magistrado implica a permissão legal de determinar providências cautelares ainda que as partes não as tenham requerido, desde que vislumbre presentes os requisitos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*.
- (d) o demandante que pleitear providência de cunho cautelar mas o fizer chamando-a de tutela antecipatória poderá ter seu pedido atendido ainda que incorreta a estrutura procedimental.
- (e) a medida cautelar concedida liminarmente conserva sua eficácia até a sentença do processo cautelar. Porém, a não ser que haja decisão expressa nesse sentido, ela perde eficácia se o processo for suspenso.

Assuntos relacionados

Bens

68.32 MPU :: Técnico - Administrativa

Q.2045

Origem

Materiais de construção, enquanto não forem nela empregados, são

MPU :: Técnico - Administrativa
ESAF
2004

- (a) bens imóveis por acessão física artificial.
- (b) bens móveis por natureza.
- (c) bens móveis por antecipação.
- (d) bens imóveis por natureza.
- (e) bens imóveis por determinação legal.

Assuntos relacionados

Bens

68.33 PGE-DF :: Procurador

Q.2046

Origem

Assinale a opção correta.

PGE-DF :: Procurador
ESAF
2004

- (a) As pertenças não seguem necessariamente a lei geral de gravitação jurídica, por meio da qual o acessório sempre seguirá a sorte do principal, razão pela qual, se uma propriedade rural for vendida, desde que não haja cláusula que aponte em sentido contrário, o vendedor não está obrigado a entregar as máquinas, tratores e equipamentos agrícolas nela utilizados.
- (b) Uma construção nova em terreno público invadido pode ser considerada uma benfeitoria útil.
- (c) O bem de família legal (Lei 8.009/90) é coisa fora do comércio.
- (d) Entende-se como entidade familiar, para fins de aplicação do instituto do bem de família legal, tão somente o núcleo familiar advindo do casamento com efeitos civis.
- (e) Os prédios das universidades públicas são classificados como bens públicos de uso comum.

Assuntos relacionados

Bens

68.34 IRB :: Analista - Geral

Q.2047

Origem

Assinale a opção falsa.

IRB :: Analista - Geral
ESAF
2004

- (a) A nulidade absoluta não pode ser suprida pelo juiz.
- (b) A anulabilidade só pode ser alegada pelos prejudicados com o negócio ou por seus representantes legítimos, podendo ser decretada de ofício pelo magistrado.
- (c) É nulo o negócio jurídico simulado.
- (d) É nulo o negócio jurídico quando for ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto.
- (e) O negócio anulável é suscetível de confirmação pelas partes, salvo direito de terceiro.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.2048

Origem

A notificação é:

IRB :: Analista - Geral
ESAF
2004

- (a) fato jurídico, em sentido estrito, ordinário.
- (b) ato jurídico, em sentido estrito, consistente num ato material.
- (c) negócio jurídico sinalagmático.
- (d) negócio jurídico de disposição.
- (e) ato jurídico, em sentido estrito, consistente numa participação.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

68.35 MPU :: Técnico Administrativo

Q.2049

Origem

Quanto ao exercício dos direitos, os negócios jurídicos podem ser

MPU :: Técnico Administrativo
ESAF
2004

- (a) constitutivos e declarativos.
- (b) patrimoniais e extrapatrimoniais.
- (c) *inter vivos* e *causa mortis*.
- (d) unilaterais e bilaterais.
- (e) de disposição e de simples administração.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

68.36 PGE-DF :: Procurador

Q.2050

Origem

Quanto aos elementos do negócio jurídico, é correto afirmar:

PGE-DF :: Procurador
ESAF
2004

- (a) na proposição: "a empresa A doará um prédio à empresa B quando o seu diretor-presidente, doente em estágio terminal, falecer", a morte do dirigente pode ser classificada como uma condição suspensiva para a doação.
- (b) na proposição: "João doará um automóvel a Pedro, se este atravessar a nado, em um único dia, o Oceano Atlântico", o negócio jurídico subordinado à ocorrência da condição é válido, pois esta, sendo fisicamente impossível, considera-se não escrita.
- (c) a condição simplesmente potestativa é vedada pelo ordenamento jurídico brasileiro.
- (d) a impossibilidade inicial do objeto do negócio jurídico, ainda que relativa, implicará a sua invalidade.
- (e) a reserva mental caracteriza-se pela não coincidência entre a vontade real e a declarada, bem como pelo propósito de enganar o declaratário, sendo correto afirmar que a manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

68.37 MPU :: Técnico Administrativo

Q.2051

Origem

Serviços realizados em casa alugada num alicerce, que cedeu, são tidos como

MPU :: Técnico Administrativo
ESAF
2004

- (a) benfeitorias necessárias.
- (b) benfeitorias úteis.
- (c) acessões artificiais.
- (d) construções.
- (e) benfeitorias voluptuárias.

Assuntos relacionados

68.38 PGE-DF :: Procurador

Q.2052

Origem

Joaquim faleceu, no mês de dezembro do ano de 2003, sem que houvesse deixado testamento ou herdeiros conhecidos. O único bem que lhe pertencia era uma pequena casa, em Taguatinga, alugada a um amigo, que pontualmente pagava os alugueres ao proprietário. Está correto afirmar:

PGE-DF :: Procurador
ESAF
2004

Assuntos relacionados

- (a) o inquilino da casa deixada pelo *de cujus*, caso nela se encontrasse residindo há mais de vinte anos, poderia invocar a aquisição da propriedade por usucapião ordinária.
 - (b) o inquilino da casa deixada pelo *de cujus*, caso nela se encontrasse residindo há mais de vinte anos, poderia invocar a aquisição da propriedade por usucapião extraordinária.
 - (c) o imóvel deixado por Joaquim pertencerá ao Distrito Federal tão logo se encerre o processo de inventário e partilha.
 - (d) o inquilino, enquanto vivo Joaquim, não poderia invocar a ocorrência da usucapião, por faltar-lhe o indispensável requisito do *animus domini*.
 - (e) o contrato de locação considerar-se-ia justo título, para fins de usucapião extraordinária, a ser levada a efeito pelo inquilino, caso esse a invocasse contra Joaquim durante a sua vida.
-

Capítulo 69

FCC

69.1 TRT 17ª:: Técnico Judiciário

Q.2053

Origem

Não comete ato ilícito aquele que

TRT 17ª:: Técnico Judiciário
FCC
2004

- (a) causar dano a outrem, ao praticar o ato no exercício regular de um direito reconhecido.
- (b) violar direito e causar dano exclusivamente moral a outrem, por omissão voluntária.
- (c) exceder manifestamente os limites impostos pelo fim econômico ou social do direito que, como titular, vier a exercer.
- (d) exceder manifestamente os limites impostos pela boa fé ao exercer o direito de que é titular.
- (e) destruir coisa alheia, a fim de remover perigo iminente, mesmo excedendo os limites do indispensável para a remoção do perigo.

Assuntos relacionados

Atos jurídicos ilícitos

69.2 TRF 4ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.2054

Origem

A respeito da posse, considere as afirmativas:

- I. Se duas ou mais pessoas possuírem coisa indivisa, poderá cada uma exercer sobre ela atos possessórios, contanto que tais atos não excluam os dos outros compossuidores.
 - II. O possuidor com justo título tem em seu favor a presunção absoluta de boa-fé, que não admite prova em contrário.
 - III. A posse, ainda que precária, é justa, mas, considerase injusta a que for clandestina ou violenta.
- Está correto o que se afirma APENAS em

TRF 4ª:: Analista Judiciário -
Execução de Mandados
FCC
2004

Assuntos relacionados

Posse

- (a)
 - (I.)
 - (b) I e II.
 - (c) I e III.
 - (d) II e III.
 - (e) III.
-

69.3 TRF 4ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.2055

Analise as afirmativas referentes à posse:

I. Considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade.

II. A posse direta de pessoa que tem a coisa em seu poder, temporariamente, em virtude de direito pessoal, ou real, não anula a indireta, de quem aquela foi havida, mas o possuidor direto não pode defender sua posse contra o indireto.

III. Considera-se de má fé a posse quando há vício ou obstáculo que impeça a aquisição da coisa, mesmo que esse vício ou obstáculo seja ignorado pelo possuidor.

IV. Considera-se detentor aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (a) I e II.
- (b) I, II e IV.
- (c) I e IV.
- (d) II e III.
- (e) II, III e IV.

Origem

TRF 4ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2004

Assuntos relacionados

Posse

69.4 PGE-PE :: Procurador do Estado

Q.2056

Considere as seguintes afirmações sobre a prescrição:

I. Não corre contra os absoluta ou relativamente incapazes.

II. Pode o juiz, de ofício, suprir a falta de alegação da prescrição se favorecer a absolutamente incapazes.

III. Suspensa em favor de um dos credores aproveitará a todos os demais.

IV. A interrupção do prazo por um dos credores solidários aproveitará aos outros.

V. Contra a Fazenda Pública somente poderá ser interrompida uma vez e recomeça pela metade do prazo. É correto o que se afirma em

- (a) I, II e III.
- (b) I, II e IV.
- (c) I, III e V.
- (d) II, IV e V.
- (e) III, IV e V.

Origem

PGE-PE :: Procurador do Estado
FCC
2004

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Q.2057

Origem

Na ação popular, a Fazenda do Estado, ainda que haja contestado a ação, pode

PGE-PE :: Procurador do Estado
FCC
2004

- (a) alegar decadência da ação, por simples petição, se decorrido o prazo de 5 (cinco) anos da prática do ato lesivo.
- (b) promover, em qualquer tempo, e no que a beneficiar, a execução da sentença contra os demais réus.
- (c) requerer, por petição, ao Presidente do Tribunal competente, a suspensão da liminar.
- (d) requerer que a sentença de improcedência fique sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório.
- (e) alegar a prescrição da ação, por simples petição, se decorrido o prazo de 4 (quatro) anos da prática do ato lesivo.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

69.5 TRF 4ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.2058

Origem

De acordo com o Código Civil brasileiro, prescreve em 5 (cinco) anos a pretensão

TRF 4ª:: Analista Judiciário -
Execução de Mandados
FCC
2004

- (a) relativa à tutela, a contar da data da aprovação das contas.
- (b) de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.
- (c) para receber prestações vencidas de rendas temporárias ou vitalícias.
- (d) do beneficiário contra o segurador, no caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório.
- (e) de obter ressarcimento de enriquecimento sem causa.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

69.6 TRF 4ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.2059

Origem

Tendo em conta o disposto no Código Civil vigente a respeito dos prazos prescricionais, é INCORRETO afirmar que prescreve em

TRF 4ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2004

- (a) 2 anos a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que vencerem.
- (b) 3 anos a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos.
- (c) 4 anos a pretensão relativa à tutela, a contar da data de aprovação das contas.
- (d) 5 anos a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.
- (e) 20 anos a ação sempre que a lei não haja fixado prazo menor.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

69.7 TRT 15ª:: Analista Judiciário - Administrativa

Q.2060

Origem

É correto afirmar:

TRT 15ª:: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2004

- (a) A interrupção da prescrição dar-se-á tantas vezes quantas forem as causas interruptivas que ocorrerem em seu curso.
- (b) Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros se a obrigação for indivisível.
- (c) A prescrição iniciada contra uma pessoa é interrompida por sua morte e volta a correr contra o seu sucessor.
- (d) O juiz não pode suprir de ofício a alegação de prescrição, mesmo que favoreça pessoa absolutamente incapaz.
- (e) A prescrição só pode ser alegada, pela parte a quem aproveita, em primeiro grau de jurisdição.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

69.8 TRT 15ª:: Analista Judiciário - Exec. Mandados

Q.2061

Origem

Considere as afirmativas relativas à prescrição:

TRT 15ª:: Analista Judiciário -
Exec. Mandados
FCC
2004

- I. Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes.
 - II. A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.
 - III. Não corre a prescrição enquanto estiver pendente ação de evicção.
 - IV. A prescrição ocorre em 20 (vinte) anos quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.
- Está correto SOMENTE o que se afirma em

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

- (a) I e II.
- (b) III e IV.
- (c) I, II e III.
- (d) I, II e IV.
- (e) II, III e IV.

69.9 TRT 15ª:: Técnico Judiciário - Administrativa

Q.2062

Origem

Extingue-se o processo, sem julgamento do mérito, quando

TRT 15ª:: Técnico Judiciário -
Administrativa
FCC
2004

- (a) as partes transigirem.
- (b) o réu reconhecer a procedência do pedido.
- (c) o juiz acolher a alegação de perempção, de litispendência ou de coisa julgada.
- (d) o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição.
- (e) o autor renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

69.10 TRT 17^a:: Analista Judiciário - Administrativa

Q.2063

Origem

A extinção do processo, sem julgamento do mérito, depende da intimação pessoal da parte quando

TRT 17^a:: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2004

- (a) o juiz reconhecer a decadência.
- (b) o juiz indeferir a petição inicial.
- (c) ocorrer ilegitimidade de parte.
- (d) ocorrer litispendência ou coisa julgada.
- (e) o autor abandonar a causa por mais de 30 dias.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

69.11 TRT 2^a:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.2064

Origem

Extingue-se o processo sem julgamento do mérito, dentre outras hipóteses, quando

TRT 2^a:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2004

- (a) o réu reconhecer a procedência do pedido.
- (b) o juiz rejeitar o pedido do autor.
- (c) o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição.
- (d) as partes transigirem.
- (e) o juiz acolher alegação de coisa julgada.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

69.12 TRT 8^a:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.2065

Origem

Tendo em vista os prazos de prescrição, observa-se prescrever em

TRT 8^a:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2004

- (a) cinco anos a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.
- (b) quatro anos a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos e rústicos.
- (c) três anos a pretensão do vencedor para haver do vencido o que despendeu em juízo.
- (d) dois anos a pretensão para receber prestações vencidas de rendas temporárias ou vitalícias.
- (e) um ano a pretensão de ressarcimento decorrente de enriquecimento sem causa.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

69.13 TRT 9ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.2066

Origem

Quanto à comunicação dos atos processuais, é INCORRETO afirmar que

TRT 9ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2004

- (a) a citação poderá ser feita pelo correio quando for ré pessoa de direito público.
- (b) a citação válida, mesmo que ordenada por juiz incompetente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição.
- (c) a citação, estando o réu ausente, far-se-á na pessoa de seu mandatário, administrador, feitor ou gerente, quando se originar de atos por eles praticados.
- (d) não se fará a citação a quem estiver assistindo a qualquer ato de culto religioso, salvo para evitar o perecimento do direito.
- (e) a citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência e faz litigiosa a coisa.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

69.14 PGE-PE :: Procurador do Estado

Q.2067

Origem

O construtor que edificando parcialmente em solo próprio invadir solo alheio

PGE-PE :: Procurador do Estado
FCC
2004

- (a) se a invasão não for superior à vigésima parte deste, estando de boa-fé, adquire a propriedade do solo invadido, se o valor da construção exceder o dessa parte, e responde por indenização que represente, também, o valor da área perdida e a desvalorização da área remanescente.
- (b) se a invasão não for superior à vigésima parte deste, estando de má-fé, pagará em dobro indenização que represente também o valor da área perdida e a desvalorização da área remanescente, mas adquirirá a propriedade da área invadida.
- (c) se a invasão exceder à vigésima parte deste, a má-fé se presume e ficará o construtor obrigado a demolir a construção, pagando perdas e danos.
- (d) se a invasão exceder à vigésima parte deste, o dono do solo invadido adquirirá a construção, pagando indenização ao construtor que tiver agido de boa-fé.
- (e) tornar-se-á condômino do dono do solo invadido, estabelecendo-se uma proporção, tendo em conta o valor do solo e o da construção.

Assuntos relacionados

Propriedade

69.15 TRF 4ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.2068

Origem

A respeito da propriedade em geral, é INCORRETO afirmar que

TRF 4ª:: Analista Judiciário -
Execução de Mandados
FCC
2004

- (a) o proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha.
- (b) o proprietário pode ser privado da coisa, na hipótese de requisição, em caso de perigo público iminente.
- (c) os frutos e mais produtos da coisa pertencem, ainda quando separados, ao seu proprietário, salvo se por preceito jurídico especial, couberem a outrem.
- (d) a propriedade do solo abrange, dentre outros bens, as jazidas, minas e demais recursos minerais, bem como os potenciais de energia hidráulica.
- (e) no uso e gozo da coisa, são defesos os atos que não trazem ao proprietário qualquer comodidade, ou utilidade, e visem a prejudicar outrem.

Assuntos relacionados

Propriedade

69.16 TRT 8º:: Analista Judiciário - Administrativa

Q.2069

Origem

No que se refere à propriedade, é correto afirmar que

TRT 8º:: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2004

- (a) o proprietário não pode ser privado da coisa, através de requisição, mesmo em caso de perigo público iminente.
- (b) a propriedade do solo abrange as jazidas, minas e demais recursos minerais.
- (c) são defesos atos que não trazem ao proprietário qualquer comodidade, ou utilidade, e sejam animados pela intenção de prejudicar outrem.
- (d) a propriedade do solo abrange os potenciais de energia hidráulica, bem como os monumentos arqueológicos.
- (e) o proprietário pode usar e gozar livremente da coisa, não sofrendo restrições decorrentes das finalidades sociais da propriedade.

Assuntos relacionados

Propriedade

69.17 PGE-PE :: Procurador do Estado

Q.2070

Origem

Praticando o incapaz ato ilícito

PGE-PE :: Procurador do Estado
FCC
2004

(a) somente responderá nas hipóteses de responsabilidade civil objetiva, ou seja, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade por ele desenvolvida implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

(b) sempre responderá o tutor ou curador, ainda que o pupilo ou curatelado não esteja em sua companhia, porque se trata de responsabilidade civil objetiva.

(c) ficará sempre isento de reparar o dano, porque a lei presume sua falta de discernimento.

(d) poderá ser condenado a ressarcir o dano, se a pessoa por ele responsável não tiver obrigação de fazê-lo ou não dispuser de meios suficientes, mas a indenização deverá ser eqüitativa e não terá lugar se o incapaz ou as pessoas dele dependentes ficarem privadas do necessário.

(e) o tutor, curador ou ascendente que ressarcir o dano pode reaver o que houver pago acompanhado de juros e correção monetária.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

69.18 TRE-PE :: Analista Judiciário

Q.2071

Origem

Antônio ateou, por vingança, fogo na casa de Cláudio. Buscando prestar o socorro, absolutamente necessário, o Corpo de Bombeiros produziu sérios danos em meu telhado e teve que destruir meu muro na divisa das duas casas. Nesse caso, à parte a responsabilidade civil de Antônio frente a Cláudio pelo incêndio, o ato do Corpo de Bombeiros

TRE-PE :: Analista Judiciário
FCC
2004

(a) não foi ilícito, mas Antônio, causador do incêndio, e Cláudio, beneficiário do socorro necessário, são responsáveis frente a mim, sucessivamente e nessa ordem.

(b) foi ilícito, podendo ser responsabilizado por mim, que nada tinha a ver com a ocorrência ou com o socorro.

(c) não foi ilícito, mas eu devo ser indenizado por Antônio, autor do incêndio, visto que Cláudio não foi o causador do socorro necessário.

(d) foi ilícito, havendo responsabilidade solidária da corporação com Cláudio, beneficiário do socorro.

(e) não foi ilícito, mas eu devo ser indenizado por Cláudio, que terá direito de regresso contra Antônio.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

69.19 TRT 15ª:: Analista Judiciário - Administrativa

Q.2072

Origem

A respeito da responsabilidade civil, é INCORRETO afirmar:

TRT 15ª:: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2004

- (a) Se a ofensa a direito de outrem tiver mais de um autor, cada qual responderá perante a vítima pela reparação do dano causado na proporção correspondente à sua parcela de responsabilidade.
- (b) O direito de exigir a reparação do dano sofrido por pessoa falecida transmite-se com a herança.
- (c) O dono de edifício ou construção responde pelos danos que resultarem de sua ruína, se esta provier de falta de reparos, cuja necessidade fosse manifesta.
- (d) Aquele que habitar prédio, ou parte dele, responde pelo dano proveniente das coisas que dele caírem ou forem lançadas em lugar indevido.
- (e) Aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, salvo se o causador do dano for descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

69.20 TRT 15ª:: Técnico Judiciário - Administrativa

Q.2073

Origem

Se a vítima tiver concorrido culposamente para o evento danoso,

TRT 15ª:: Técnico Judiciário -
Administrativa
FCC
2004

- (a) a sua indenização será reduzida a um terço do valor a que teria direito se não tivesse também agido com culpa.
- (b) a sua indenização será integral se ficar demonstrado que a maior parcela de culpa coube ao autor do dano.
- (c) a sua indenização será reduzida à metade do valor a que teria direito se não tivesse também agido com culpa.
- (d) a sua indenização será fixada tendo-se em conta a gravidade de sua culpa em confronto com a do autor do dano.
- (e) não terá direito a qualquer indenização por parte do autor do dano, ainda que este também tenha agido com culpa.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

Q.2074

Origem

Paulo trabalhava como *office-boy* e, ao tocar a campainha de uma residência para entregar uma encomenda, foi atacado pelo cão do destinatário da entrega, sofrendo ferimentos graves. Nesse caso, o dono ou detentor do animal não ressarcirá o dano por este causado se

TRT 15ª:: Técnico Judiciário -
Administrativa
FCC
2004

- (a) provar culpa da vítima ou força maior.
- (b) ficar provado que o animal era manso.
- (c) não ficar demonstrada constante negligência na guarda do cão.
- (d) não houver prova de que o animal estava solto.
- (e) houver prova de que o cão se assustou com o som da campainha.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

69.21 TRT 17ª:: Analista Judiciário - Oficial de Justiça

Q.2075

Origem

Considere as afirmativas a respeito da responsabilidade civil:

I. O dono, ou detentor, do animal só ressarcirá o dano por este causado se ficar demonstrado que negligenciou na sua guarda ou vigilância.

II. Aquele que habitar prédio, ou parte dele, responde pelo dano proveniente das coisas que dele caírem ou forem lançadas em lugar indevido.

III. O empregador ou comitente é responsável pela reparação civil dos danos causados por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir ou em razão dele.

IV. O direito de exigir reparação civil e a obrigação de prestá-la não se transmitem com a herança.

Está correto SOMENTE o que se afirma em

- (a) I e II.
- (b) I e III.
- (c) I, II e IV.
- (d) II e III.
- (e) II, III e IV.

TRT 17ª:: Analista Judiciário -
Oficial de Justiça
FCC
2004

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

Q.2076

Origem

Maria é proprietária e habita uma casa juntamente com seus filhos, sobrinhos e alguns amigos que passam férias na cidade. Um objeto lançado da janela dessa casa atingiu e danificou um veículo estacionado na via pública. Maria será responsável pela reparação do dano causado

- (a) somente se o autor do arremesso for menor de 18 anos.
- (b) independentemente de ter agido com culpa.
- (c) somente se tiver agido com culpa.
- (d) somente se o autor do arremesso tiver sido seu filho.
- (e) somente se estava na casa no momento do lançamento do objeto.

TRT 17ª:: Analista Judiciário -
Oficial de Justiça
FCC
2004

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

69.22 PGE-PE :: Procurador do Estado

Q.2077

Origem

A desconsideração da pessoa jurídica, para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens de seus administradores ou sócios, é ato

PGE-PE :: Procurador do Estado
FCC
2004

- (a) privativo do Juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, se caracterizado desvio de finalidade ou ocorrer confusão patrimonial.
- (b) que o Juiz pode praticar de ofício, sempre que houver encerramento irregular do estabelecimento comercial a fim de que os credores privilegiados recebam seus créditos.
- (c) que pode ser praticado de ofício pela autoridade administrativa ou pelo Juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, se caracterizado desvio de finalidade ou se verificar confusão patrimonial.
- (d) privativo do Ministério Público, se verificada fraude contra credores, a requerimento dos credores privilegiados.
- (e) que pode ser praticado pelo Juiz, por qualquer autoridade administrativa ou pelo Ministério Público, sempre que se verificar abuso da personalidade da pessoa jurídica em proveito de seus administradores ou sócios, com prejuízo para os credores em virtude de decretação de falência ou insolvência.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

69.23 TRT 15^a:: Analista Judiciário - Administrativa

Q.2078

Origem

Nas obrigações de não fazer, se praticado pelo devedor o ato, a cuja abstenção se obrigara, o credor

TRT 15^a:: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2004

- (a) pode exigir dele que o desfaça, exclusivamente sob pena de arcar com perdas e danos.
- (b) não pode exigir dele que o desfaça, mas poderá pleitear o ressarcimento por perdas e danos.
- (c) pode exigir dele que o desfaça, sob pena de se desfazer à sua custa, mas não cabe ressarcimento por perdas e danos.
- (d) não pode exigir dele que o desfaça, podendo exigir apenas que não volte a praticar o ato sob pena de arcar com perdas e danos.
- (e) pode exigir dele que o desfaça, sob pena de se desfazer à sua custa, ressarcindo o culpado por perdas e danos.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

69.24 TRT 17ª:: Analista Judiciário - Administrativa

Q.2079

Origem

A respeito da solidariedade passiva no Direito Civil brasileiro, considere:
I. Qualquer cláusula, condição ou obrigação adicional estipulada entre um dos devedores solidários e o credor, não poderá agravar a posição dos outros sem consentimento destes.

II. Impossibilitando-se a prestação por culpa de um dos devedores solidários, subsiste para todos o encargo de pagar o equivalente; mas pelas perdas e danos só responde o culpado.

III. A propositura de ação pelo credor contra um ou alguns dos devedores solidários importará em renúncia da solidariedade em relação aos demais. Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (a) I.
- (b) I e II.
- (c) I e III.
- (d) II e III.
- (e) III.

TRT 17ª:: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2004

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

69.25 TRT 17ª:: Técnico Judiciário

Q.2080

Origem

A respeito das obrigações de dar coisa certa, é INCORRETO que

(a) a coisa pertence ao devedor, até a tradição, com seus melhoramentos e acrescidos, pelos quais poderá exigir aumento no preço.

(b) os frutos percebidos e os frutos pendentes cabem ao devedor até a tradição da coisa.

(c) se a coisa se perder por culpa do devedor, responderá este pelo equivalente, mais perdas e danos.

(d) deteriorada a coisa, não sendo o devedor culpado, poderá o credor resolver a obrigação ou aceitar a coisa, abatido de seu preço o valor que perdeu.

(e) a obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela embora não mencionados, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.

TRT 17ª:: Técnico Judiciário
FCC
2004

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

69.26 TRT 8º:: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.2081

Origem

A respeito das obrigações de dar, é correto afirmar:

TRT 8º:: Analista Judiciário -
Execução de Mandados
FCC
2004

- (a) Tratando-se de coisa incerta, não há necessidade de indicação, nem mesmo quanto ao gênero e quantidade.
- (b) Ocorrida a tradição da coisa, os frutos percebidos e os frutos pendentes pertencem ao credor.
- (c) Se a coisa se perder por culpa do devedor, responderá este pelo equivalente, mais perdas e danos.
- (d) Se a coisa restituível deteriorar-se sem culpa do devedor, recebê-la-á o credor tal qual se ache, com direito à indenização.
- (e) Até a tradição pertence ao devedor a coisa, com os seus melhoramentos e acrescidos, pelos quais, porém, não poderá exigir aumento de preço.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

69.27 TRT 2ª:: Analista Judiciário - Exec. Mandados

Q.2082

Origem

Serão representados em juízo, ativa e passivamente,

TRT 2ª:: Analista Judiciário -
Exec. Mandados
FCC
2004

- (a) a herança vacante e jacente, por seu tutor.
- (b) a sociedade sem personalidade jurídica, por seu curador.
- (c) o Município, por seu Prefeito ou procurador.
- (d) o Estado e o Distrito Federal, pelo seu Governador.
- (e) a herança vacante e jacente, pelo Ministério Público.

Assuntos relacionados

Sociedade

69.28 TRT 8º:: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.2083

Origem

Com relação às partes e seus procuradores, é correto afirmar:

TRT 8º:: Analista Judiciário -
Execução de Mandados
FCC
2004

- (a) A sociedade sem personalidade jurídica não pode figurar como ré em ações de conhecimento.
- (b) O menor de 16 (dezesseis) anos não detém capacidade para estar em juízo, mesmo quando assistido.
- (c) Pode o gerente da agência de pessoa jurídica estrangeira receber citação inicial para processo de conhecimento, mas não para processo de execução ou cautelar.
- (d) A pessoa jurídica somente pode ser representada em juízo, ativa e passivamente, por seus diretores.
- (e) Quando o inventariante for dativo, todos os herdeiros e sucessores do falecido serão autores nas ações em que o espólio for parte.

Assuntos relacionados

Sociedade

69.29 TRF 4ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.2084

São pessoas jurídicas de direito público interno as

- (a) sociedades.
- (b) associações em geral.
- (c) associações autorizadas pelo Poder Executivo.
- (d) autarquias.
- (e) fundações.

Origem

TRF 4ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2004

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

69.30 TRT 15ª:: Analista Judiciário - Exec. Mandados

Q.2085

Começa a existência legal da pessoa jurídica de direito privado com

- (a) o início das atividades, após prévia inscrição do ato constitutivo no respectivo registro.
- (b) a autorização ou aprovação do Poder Executivo para início das atividades para as quais foi constituída.
- (c) a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo.
- (d) a obtenção do competente cadastro nos órgãos fiscais federais, estaduais e municipais.
- (e) o início das atividades, independentemente de prévia inscrição do ato constitutivo no respectivo registro.

Origem

TRT 15ª:: Analista Judiciário -
Exec. Mandados
FCC
2004

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

69.31 TRT 15ª:: Técnico Judiciário - Administrativa

Q.2086

As associações e as autarquias são, respectivamente, pessoas jurídicas de direito

- (a) privado e de direito público interno.
- (b) público interno e de direito privado.
- (c) privado e de direito público externo.
- (d) público interno e de direito público externo.
- (e) público externo e de direito privado.

Origem

TRT 15ª:: Técnico Judiciário -
Administrativa
FCC
2004

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

69.32 TRT 8º:: Analista Judiciário - Administrativa

Q.2087

Origem

É pessoa jurídica de Direito Privado:

I. Partido Político.

II. Associação de Utilidade Pública.

III. Associação Científica ou Literária.

IV. Autarquia.

V. Fundação Pública.

É correto o que consta APENAS em

TRT 8º:: Analista Judiciário -
Administrativa

FCC

2004

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

(a) II, III e V.

(b) I, II e III.

(c) I, II e IV.

(d) I, II e V.

(e) I, III e IV.

69.33 TRT 8º:: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.2088

Origem

Considere as seguintes pessoas jurídicas:

I. Sindicatos patronais.

II. Sindicatos de empregados.

III. Sociedades anônimas.

IV. Autarquias.

V. Associações religiosas. VI. Associações de funcionários públicos. VII.

Associações beneficentes de utilidade pública. São de direito privado as que constam SOMENTE em

TRT 8º:: Analista Judiciário -
Execução de Mandados

FCC

2004

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

(a) III, V, VI e VII.

(b) II, III, V e VI.

(c) II, III, VI e VII.

(d) I, II, III, VI e VII.

(e) I, II, III, V, VI e VII.

69.34 TRE-PE :: Analista Judiciário

Q.2089

Origem

Quanto aos direitos da personalidade, é INCORRETO afirmar que

TRE-PE :: Analista Judiciário
FCC
2004

- (a) toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome.
- (b) o pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.
- (c) o uso de nome alheio em propaganda depende sempre de sua autorização.
- (d) é válida, com objetivo científico ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.
- (e) a intransmissibilidade e a irrenunciabilidade lhe são inerentes, porque são seus elementos integrantes.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

Q.2090

Origem

Quanto ao registro público, é certo que

TRE-PE :: Analista Judiciário
FCC
2004

- (a) a emancipação por outorga dos pais deve ser averbada.
- (b) a sentença declaratória de morte presumida deve ser registrada.
- (c) os atos judiciais de adoção devem ser registrados.
- (d) a interdição por incapacidade relativa deve ser averbada.
- (e) os atos judiciais que declararem filiação devem ser registrados.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

69.35 TRF 4ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.2091

Origem

A respeito das pessoas naturais, é certo que

TRF 4ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2004

- (a) os ébrios habituais, os viciados e os pródigos são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
- (b) a personalidade civil da pessoa começa com a concepção e termina com a morte, ainda que presumida, com ou sem declaração da ausência.
- (c) os excepcionais sem desenvolvimento mental completo são incapazes relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer.
- (d) a menoridade cessa aos 21 anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.
- (e) a declaração da morte presumida só poderá ser requerida se alguém, desaparecido em campanha, não for encontrado até 2 anos após o término da guerra.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

69.36 TRT 15^a:: Analista Judiciário - Administrativa

Q.2092

Origem

José pilotava seu helicóptero e comunicou-se com a torre do aeroporto informando que o aparelho estava em chamas e que estava caindo em alto mar. Após 5 (cinco) dias de buscas, nem o corpo de José, nem os destroços do aparelho haviam sido encontrados. Nesse caso, a declaração de morte presumida

TRT 15^a:: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2004

Assuntos relacionados

- (a) pode ser requerida antes de esgotadas as buscas e averiguações, por ter o piloto informado que o aparelho em chamas estava caindo em alto mar.
- (b) só pode ser requerida depois de esgotadas as buscas e averiguações, mesmo sendo extremamente provável a morte de José.
- (c) pode ser requerida após 30 (trinta) dias do evento, mesmo que ainda prossigam as buscas e averiguações.
- (d) não pode ser requerida enquanto não forem localizados os destroços do aparelho.
- (e) só pode ser requerida após prévia declaração de ausência, por ser possível que José tenha se salvado e se encontre perdido em local ignorado.

Pessoas naturais

69.37 TRT 15^a:: Técnico Judiciário - Administrativa

Q.2093

Origem

Considere as situações abaixo:

I. Lauro é ébrio habitual.

II. Pedro é viciado em tóxicos.

III. Paulo, por causa transitória, não pode exprimir sua vontade.

IV. Luiz é excepcional, sem desenvolvimento mental completo.

O Código Civil brasileiro considera incapaz relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer SOMENTE as pessoas indicadas em

TRT 15^a:: Técnico Judiciário -
Administrativa
FCC
2004

Assuntos relacionados

- (a) I e II.
- (b) II e III.
- (c) III e IV.
- (d) I, II e III.
- (e) I, II e IV.

Pessoas naturais

69.38 TRT 17^a:: Técnico Judiciário

Q.2094

Origem

São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os

TRT 17^a:: Técnico Judiciário
FCC
2004

- (a) excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
- (b) que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.
- (c) que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- (d) pródigos.
- (e) maiores de dezesseis e os menores de dezoito anos.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

69.39 TRT 8ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.2095

A respeito das pessoas naturais, é certo que

- (a) se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-á ter morrido primeiro o mais idoso.
- (b) são incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer aquelas que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- (c) os excepcionais sem desenvolvimento completo e os pródigos são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
- (d) não pode ser declarada a morte presumida sem decretação de ausência, mesmo na hipótese de ser extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida.
- (e) cessará para os menores a incapacidade por concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial.

Origem

TRT 8ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2004

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

69.40 TRF 4ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.2096

Quanto às preferências e privilégios creditórios, é correto afirmar que

- (a) o privilégio geral prefere ao privilégio especial.
- (b) o crédito pessoal prefere ao real de qualquer espécie.
- (c) o crédito pessoal simples prefere ao privilegiado.
- (d) os títulos legais de preferência são os privilégios e os direitos reais.
- (e) prevalecerá a ordem temporal, não havendo título legal à preferência.

Origem

TRF 4ª:: Analista Judiciário -
Execução de Mandados
FCC
2004

Assuntos relacionados

Preferências e privilégios
creditórios

69.41 TRT 8º:: Analista Judiciário - Administrativa

Q.2097

Tício foi declarado insolvente e são seus credores: Pedro, que tem crédito real; Luiz, que tem crédito pessoal simples; José, que tem crédito pessoal com privilégio geral; e João, que tem crédito pessoal com privilégio especial. Nesse caso, terão preferência, na seguinte ordem, os créditos de

- (a) João, José, Luiz e Pedro.
- (b) Pedro, João, José e Luiz.
- (c) José, João, Luiz e Pedro.
- (d) João, José, Pedro e Luiz.
- (e) Pedro, José, João e Luiz.

Origem

TRT 8º:: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2004

Assuntos relacionados

Preferências e privilégios
creditórios

69.42 PGE-PE :: Procurador do Estado

Q.2098

Origem

Segundo a legislação em vigor, a sentença que julgar improcedente ação civil pública por insuficiência de provas, transcorridos os prazos de recursos,

PGE-PE :: Procurador do Estado
FCC
2004

- (a) fará coisa julgada material *erga omnes*, nos limites da competência territorial do órgão prolator da decisão.
- (b) fará coisa julgada material *erga omnes*, inclusive fora dos limites da competência territorial do órgão prolator da decisão.
- (c) não fará coisa julgada material, podendo qualquer legitimado intentar outra ação com idênticos fundamentos, valendo-se de nova prova.
- (d) não fará coisa julgada formal, podendo a decisão ser revista pelo órgão prolator, independentemente de recurso e de ação.
- (e) fará coisa julgada material entre as partes, nos limites da competência territorial do órgão prolator da decisão.

Assuntos relacionados

Provas

69.43 TRT 2ª:: Analista Judiciário - Exec. Mandados

Q.2099

Origem

A respeito dos deveres das partes e dos seus procuradores, é INCORRETO afirmar que lhes compete

TRT 2ª:: Analista Judiciário -
Exec. Mandados
FCC
2004

- (a) não produzir provas desnecessárias à defesa do direito.
- (b) expor os fatos em juízo conforme a verdade.
- (c) proceder com lealdade e boa-fé.
- (d) não alegar defesa que deveria saber ser destituída de fundamento.
- (e) não praticar atos inúteis.

Assuntos relacionados

Provas

69.44 TRT 2ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.2100

Origem

No processo sumaríssimo,

TRT 2ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2004

- (a) somente serão admitidas as provas que tiverem sido previamente requeridas.
- (b) os incidentes e exceções, ainda que possam interferir no andamento do processo, serão decididos na sentença.
- (c) as partes serão intimadas da sentença na própria audiência em que for prolatada.
- (d) os órgãos da Administração Pública direta, autárquica e fundacional podem integrar o pólo passivo da ação.
- (e) não se admite a prova técnica.

Assuntos relacionados

Provas

69.45 TRT 9ª:: Analista Judiciário - Administrativa

Q.2101

Origem

Numa ação ordinária foram colhidos em audiência os depoimentos de três testemunhas arroladas pelo autor e três testemunhas arroladas pelo réu. Em seguida, foi declarada encerrada a instrução. Durante o prazo para apresentação de memoriais, o Juiz que presidiu a audiência foi promovido. Nesse caso, o seu sucessor

TRT 9ª:: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2004

Assuntos relacionados

- (a) proferirá sentença, mas, se entender necessário, poderá mandar repetir as provas já produzidas.
- (b) não poderá julgar a lide, pois o Juiz que concluiu a audiência está vinculado.
- (c) poderá julgar ou não a lide, dependendo da vontade das partes que serão ouvidas a respeito.
- (d) só poderá julgar a lide se o juiz que concluiu a audiência tiver sido promovido para Comarca distante.
- (e) só poderá julgar a lide quando se tratar de processo sem complexidade e a solução não depender de prova colhida em audiência.

Provas

Q.2102

Origem

Numa ação ordinária, realizada a prova pericial, foi designada audiência de instrução e julgamento. O autor não arrolou testemunhas, mas requereu esclarecimentos do perito judicial em audiência. O réu arrolou três testemunhas e pediu o depoimento pessoal do autor. Na audiência, as provas requeridas pelas partes serão colhidas na seguinte ordem:

TRT 9ª:: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2004

Assuntos relacionados

- (a) testemunhas arroladas pelo réu, depoimento pessoal do autor e esclarecimentos do perito.
- (b) depoimento pessoal do autor, testemunhas arroladas pelo réu e esclarecimentos do perito.
- (c) depoimento pessoal do autor, esclarecimentos do perito e testemunhas arroladas pelo réu.
- (d) esclarecimentos do perito, testemunhas arroladas pelo réu e depoimento pessoal do autor.
- (e) esclarecimentos do perito, depoimento pessoal do autor e testemunhas arroladas pelo réu.

Provas

69.46 PGE-PE :: Procurador do Estado

Q.2103

Origem

Dá-se o direito de representação quando a lei chama certos parentes do falecido a suceder em todos os direitos, em que ele sucederia, se vivo fosse, observandose a seguinte regra:

PGE-PE :: Procurador do Estado
FCC
2004

- (a) na linha transversal aplica-se aos herdeiros legítimos até o quarto grau, salvo disposição testamentária em sentido contrário.
- (b) aplica-se na linha reta descendente e ascendente.
- (c) só se aplica a herdeiros necessários.
- (d) aplica-se apenas na sucessão testamentária.
- (e) na linha transversal, somente ocorre em favor dos filhos de irmãos do falecido, quando com irmãos deste concorrerem.

Assuntos relacionados

Sucessão em geral

69.47 TRF 4ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.2104

Origem

O depositário

TRF 4ª:: Analista Judiciário -
Execução de Mandados
FCC
2004

- (a) que, no depósito voluntário, não o restituir quando exigido, será compelido a fazê-lo mediante prisão não excedente a um ano e a ressarcir os prejuízos.
- (b) que, por força maior, houver perdido a coisa depositada e recebido outra em seu lugar, não é obrigado a entregar a segunda ao depositante.
- (c) não responde pelos casos de força maior, cabendo ao depositante o ônus de provar o contrário.
- (d) que, devidamente autorizado, confiar a coisa em depósito a terceiro, não será responsável, mesmo que tiver agido com culpa na escolha deste.
- (e) não poderá reter o depósito até que se lhe pague a retribuição devida por contrato.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.2105

Origem

A respeito da fiança no Direito Civil brasileiro, é certo que

TRF 4ª:: Analista Judiciário -
Execução de Mandados
FCC
2004

- (a) não pode ser de valor inferior ao da obrigação principal.
- (b) pode ser dada verbalmente.
- (c) admite interpretação extensiva.
- (d) não pode ter como objeto dívidas futuras.
- (e) pode ser estipulada sem consentimento do devedor.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

69.48 TRT 8ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.2106

Origem

A respeito da fiança, é INCORRETO afirmar:

TRT 8ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2004

- (a) Pode-se estipular a fiança, ainda que sem o consentimento do devedor ou contra a sua vontade.
- (b) Se o fiador se tornar insolvente ou incapaz, o credor poderá exigir que seja substituído.
- (c) O contrato de fiança poderá ser celebrado verbalmente e admite interpretação extensiva.
- (d) Quando o credor, sem justa causa, demorar a execução iniciada contra o devedor, poderá o fiador promover-lhe o andamento.
- (e) Cada fiador pode fixar no contrato a parte da dívida que toma sob sua responsabilidade, caso em que não será por mais obrigado.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

69.49 PGE-PE :: Procurador do Estado

Q.2107

Origem

Na assunção de dívida,

PGE-PE :: Procurador do Estado
FCC
2004

- (a) o silêncio do credor, notificado por qualquer das partes para que consinta, será interpretado como aceitação da transmissão da obrigação.
- (b) se terceiro assumir a obrigação do devedor, mesmo com o consentimento deste, o devedor primitivo não ficará exonerado, porque, neste caso, ocorrerá solidariedade legal.
- (c) o novo devedor não pode opor ao credor as exceções pessoais que competiam ao devedor primitivo.
- (d) o adquirente de imóvel hipotecado pode tomar a seu cargo o pagamento do crédito garantido, sendo defeso ao credor impugnar a transferência do débito.
- (e) não se podem considerar extintas as garantias especiais originariamente dadas ao credor primitivo.

Assuntos relacionados

Transmissão das obrigações

69.50 TRT 15ª:: Analista Judiciário - Exec. Mandados

Q.2108

Origem

Paulo deve R\$ 100.000,00 para Mário, Vera, Diana e Júlia. Mário e Vera, quando descobriram que o irmão caçula de Paulo, que reside com ele, está gravemente doente e que o tratamento é extremamente caro, ficaram sensibilizados e remitiram a dívida. Sabendo-se que Júlia é filha de Diana e tem 2 anos de idade, no caso em tela a obrigação

TRT 15ª:: Analista Judiciário -
Exec. Mandados
FCC
2004

Assuntos relacionados

- (a) está extinta para com Mário, Vera, Diana e Júlia, uma vez que o ato de remitir a dívida por um credor extingue a obrigação para com os demais.
- (b) não está extinta para com Diana e Júlia, as quais poderão exigir de Paulo a totalidade da dívida.
- (c) está extinta para com Mário, Vera e Diana, mas não para com Júlia, uma vez que ela é absolutamente incapaz.
- (d) não está extinta para com Diana e Júlia, mas estas só a poderão exigir, descontada a quota de Mário e Vera.
- (e) não está extinta para com Mário, Vera, Diana e Júlia, pois o ato de remitir a dívida implica apenas retardamento e não extinção da obrigação.

Adimplemento
Extinção das obrigações

69.51 TRT 15ª:: Técnico Judiciário - Administrativa

Q.2109

Origem

Dentre outras, está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeitos senão depois de confirmada pelo Tribunal, a sentença

TRT 15ª:: Técnico Judiciário -
Administrativa
FCC
2004

- (a) que anular o casamento de quem não completou a idade mínima para casar.
- (b) que julgar improcedentes os embargos à execução de dívida ativa da Fazenda Pública.
- (c) dada contra os Estados, e as respectivas autarquias, fundações de direito público e sociedades de economia mista.
- (d) proferida contra a União, o Estado, o Distrito Federal, o Município, e as respectivas autarquias e fundações de direito público.
- (e) proferida contra os Municípios e respectivas fundações de direito público e empresas públicas.

Assuntos relacionados

Casamento

69.52 TRT 17ª:: Técnico Judiciário

Q.2110

Cessar, para os menores, a incapacidade

- (a) pelo casamento.
- (b) pela colação de grau em curso de ensino médio.
- (c) pela concessão dos pais, mediante instrumento público, se tiver 15 anos de idade ou mais.
- (d) pelo estabelecimento civil, ainda que, em função dele, não tenha economia própria.
- (e) pela existência de relação de emprego, ainda que, em função dela, não tenha economia própria.

Origem

TRT 17ª:: Técnico Judiciário
FCC
2004

Assuntos relacionados

Casamento

69.53 TRT 8º:: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.2111

Marta é brasileira e Mauro português. Marta reside na Itália e Mauro na Espanha. Conheceram-se num congresso no Brasil, onde pretendem se casar e, posteriormente, fixar domicílio na Argentina. Realizando-se o casamento no Brasil, quanto aos impedimentos dirimentes e às formalidades da celebração, será aplicada a lei

- (a) italiana.
- (b) portuguesa.
- (c) brasileira.
- (d) espanhola.
- (e) argentina.

Origem

TRT 8º:: Analista Judiciário -
Execução de Mandados
FCC
2004

Assuntos relacionados

Casamento

69.54 PGE-PE :: Procurador do Estado

Q.2112

Origem

Servidor público estadual ajuizou contra a Fazenda do Estado, em Comarca do interior, ação ordinária de cobrança de vencimentos atrasados. Em preliminar de contestação, a Fazenda alegou incompetência absoluta por possuir foro privilegiado, mas não indicou o juízo para o qual declinava. O juiz indeferiu a preliminar sob o fundamento de que a Fazenda do Estado não tem foro privilegiado. Contra essa decisão, a Fazenda interpôs agravo de instrumento. Este agravo de instrumento deverá ser

PGE-PE :: Procurador do Estado
FCC
2004

Assuntos relacionados

Domicílio

(a) provido, porque a Fazenda do Estado deve ser demandada sempre em seu domicílio que é a Capital do Estado.

(b) não provido, porque o servidor público estadual, domiciliado no interior, deve demandar a Fazenda do Estado na Comarca onde presta serviços.

(c) provido, porque a Fazenda do Estado alegou, na oportunidade própria, a incompetência absoluta decorrente de seu foro privilegiado.

(d) não provido, porque em se tratando de incompetência relativa, não ocorrendo a sua arguição em tempo e modo próprios, opera-se a preclusão.

(e) provido, porque o foro da Fazenda é o da Capital do Estado e constitui mera irregularidade alegar incompetência absoluta em lugar de incompetência relativa, sem declinar o foro.

69.55 TRE-PE :: Analista Judiciário

Q.2113

Origem

Quanto ao domicílio civil da pessoa natural, é INCORRETO afirmar que

TRE-PE :: Analista Judiciário
FCC
2004

(a) se a pessoa exercer profissão em lugares diversos, cada um deles constituirá domicílio para as relações que lhe corresponderem.

(b) se muda o domicílio, transferindo a residência, com a intenção manifesta de o mudar.

(c) o andarilho, sem residência habitual, tem seu domicílio fixado, fictamente, em Brasília.

(d) se a pessoa tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio seu qualquer delas.

(e) o lugar onde a pessoa estabelece a sua residência com ânimo definitivo é o seu domicílio.

Assuntos relacionados

Domicílio

69.56 TRT 15^a:: Técnico Judiciário - Administrativa

Q.2114

Origem

Pedro é solteiro, maior, capaz e exerce a profissão de palhaço de um circo, que percorre as cidades do Brasil, fazendo espetáculos durante 60 dias em cada uma delas. Possui uma casa em Santos, que alugou porque vive viajando com o circo. Ter-se-á por domicílio de Pedro

TRT 15^a:: Técnico Judiciário -
Administrativa
FCC
2004

- (a) o lugar onde estiver situada a sede da empresa circense.
- (b) o local em que residir o sócio administrador do circo.
- (c) o local em que residirem seus pais.
- (d) o lugar onde for encontrado.
- (e) a cidade de Santos.

Assuntos relacionados

Domicílio

69.57 TRT 17^a:: Analista Judiciário - Oficial de Justiça

Q.2115

Origem

Considere as afirmativas:

I. Na impossibilidade de localização do réu em seu domicílio, a citação pode ser feita em qualquer lugar em que ele se encontre.

II. O réu funcionário público pode ser citado na repartição em que trabalha, desde que comunicado previamente.

III. Se o oficial de justiça verificar que o réu é demente ou está enfermo, o juiz nomeará um médico para acompanhar a diligência de citação.

IV. Se o oficial de justiça não encontrar o réu, depois de procurá-lo por três vezes, no seu domicílio ou no local de trabalho, a citação poderá ser feita com hora certa.

A propósito da citação está correto SOMENTE o que se afirma em

TRT 17^a:: Analista Judiciário -
Oficial de Justiça
FCC
2004

Assuntos relacionados

Domicílio

- (a) I e II.
- (b) I e III.
- (c) I e IV.
- (d) II e III.
- (e) III e IV.

Q.2116

Origem

De acordo com o Código Civil brasileiro, é INCORRETO afirmar que o domicílio

TRT 17^a:: Analista Judiciário -
Oficial de Justiça
FCC
2004

- (a) do militar do Exército é o lugar em que servir.
- (b) do incapaz é o do seu representante ou assistente.
- (c) do marítimo é o lugar em que o navio estiver atracado.
- (d) do servidor público é o lugar em que exerce permanentemente suas funções.
- (e) da União é o Distrito Federal.

Assuntos relacionados

Domicílio

69.58 TRT 17ª:: Técnico Judiciário

Q.2117

Considere as afirmativas:

I. Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.

II. O domicílio do preso é o lugar em que foi proferida a sentença condenatória.

III. Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o último domicílio conhecido. A respeito do domicílio, está correto SOMENTE o que se afirma em

- (a) I e III.
- (b) I e II.
- (c) III.
- (d) II.
- (e)
- (I.)

Origem

TRT 17ª:: Técnico Judiciário
FCC
2004

Assuntos relacionados

Domicílio

69.59 TRT 2ª:: Analista Judiciário - Administrativa

Q.2118

A respeito dos requisitos da petição inicial, I. deve o autor comprovar o domicílio e residência do réu, não bastando a simples indicação.

II. a denominação errônea dada à ação é irrelevante, quando possível o seu julgamento sem mudança da causa de pedir ou do pedido.

III. a especificação das provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados pode ser genérica.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (a) I.
- (b) II.
- (c) I e II.
- (d) I e III.
- (e) II e III.

Origem

TRT 2ª:: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2004

Assuntos relacionados

Domicílio

69.60 PGE-PE :: Procurador do Estado

Q.2119

Origem

O locatário que utiliza automóvel de empresa locadora de veículos, sem contrato de seguro, se for réu em ação de ressarcimento por danos causados em acidente de veículo, no prazo para a contestação

PGE-PE :: Procurador do Estado
FCC
2004

Assuntos relacionados

(a) poderá promover o chamamento ao processo da empresa locadora, que responde civil e solidariamente com o locatário.

Contratos

(b) poderá requerer a denúncia da lide da empresa locadora, que responde civil e solidariamente com o locatário.

(c) deverá nomear à autoria a locadora porque somente a empresa poderá ser condenada a ressarcir os danos.

(d) poderá promover o chamamento ao processo da locadora porque esta empresa tem responsabilidade subsidiária perante o locatário.

(e) não poderá promover a intervenção da empresa locadora porque incabível a intervenção de terceiros.

Q.2120

Origem

Analise a afirmação seguinte de Orlando Gomes: "Indo mais adiante, aventa-se a idéia de que entre o credor e o devedor é necessária a colaboração, um ajudando o outro na execução do contrato. A tanto, evidentemente, não se pode chegar, dada a contraposição de interesses, mas é certo que a conduta, tanto de um como de outro, subordina-se a regras que visam a impedir dificulte uma parte a ação da outra" (Contratos. p. 42. 20a edição. Forense, 2000). O texto acima refere-se

PGE-PE :: Procurador do Estado
FCC
2004

Assuntos relacionados

Contratos

(a) à proibição de reserva mental sob pena de nulidade do negócio jurídico.

(b) à boa-fé objetiva nos negócios jurídicos.

(c) à falsa causa como sendo motivo determinante de ineficácia dos negócios jurídicos.

(d) ao dolo como fundamento de anulação dos negócios jurídicos.

(e) à lesão contratual.

Q.2121

Origem

No tocante à extinção dos contratos, considere as seguintes afirmações:

I. A cláusula resolutiva expressa opera de pleno direito; a tácita depende de interpelação judicial.

II. O distrato pode dar-se por instrumento particular ainda que o contrato tenha sido celebrado por instrumento público.

III. A resolução por onerosidade excessiva requerida judicialmente não pode ser evitada pelo réu, por se tratar de direito potestativo do autor.

IV. A rescisão unilateral, nos casos em que a lei expressa ou implicitamente o permita, opera mediante denúncia notificada à outra parte, mas se esta houver feito investimentos consideráveis para execução do contrato, a denúncia só produzirá efeito depois de transcorrido prazo compatível com a natureza e o vulto dos investimentos.

V. Os efeitos da sentença que decretar a resolução do contrato por onerosidade excessiva retroagirão à data de sua celebração. São corretas

- (a) I e II.
- (b) I e IV.
- (c) I e V.
- (d) II e III.
- (e) III e IV.

PGE-PE :: Procurador do Estado
FCC
2004

Assuntos relacionados

Contratos

69.61 TRE-PE :: Analista Judiciário

Q.2122

Origem

Considere:

I. A função social do contrato prevista no art. 421 do novo Código Civil elimina o princípio da autonomia contratual.

II. Em virtude do princípio da boa-fé, positivado no art. 422 do novo Código Civil, a violação dos deveres anexos constitui espécie de inadimplemento, independentemente de culpa.

III. É lícito às partes estipular contratos atípicos, observadas as normas gerais fixadas no novo Código Civil.

IV. O impedimento de contratar tendo por objeto a herança de pessoa viva tem uma única exceção, expressamente prevista no novo Código Civil.

Quanto às normas gerais sobre contratos, são corretos APENAS

- (a) II e III.
- (b) I e II.
- (c) I e III.
- (d) II e IV.
- (e) III e IV.

TRE-PE :: Analista Judiciário
FCC
2004

Assuntos relacionados

Contratos

69.62 TRT 15^a:: Analista Judiciário - Exec. Mandados

Q.2123

Origem

Mário se obrigou perante Jair a entregar, no primeiro dia útil de junho de 2004, três toneladas de coisas do gênero alimentício, em pagamento de uma máquina agrícola. No dia estipulado, Mário entregou três toneladas de milho de boa qualidade e em bom estado de conservação a Jair. Considerando que o título da obrigação não estipulava a quem caberia a escolha, Jair

TRT 15^a:: Analista Judiciário -
Exec. Mandados
FCC
2004

Assuntos relacionados

- (a) poderá reclamar da escolha de Mário, uma vez que, nas coisas determinadas pelo gênero e pela quantidade, no silêncio do contrato, a escolha pertence ao credor.
- (b) não poderá reclamar e deverá aceitar as três toneladas de milho, pois o milho é do gênero alimentício e, no silêncio do contrato, a escolha cabe ao devedor.
- (c) poderá reclamar da escolha de Mário, uma vez que, se tratando de obrigação de dar coisa incerta, no silêncio do contrato, a escolha cabe sempre ao credor.
- (d) não poderá reclamar da escolha de Mário e deverá aceitar as três toneladas de milho, mas poderá pleitear uma indenização por não ter exercido o direito de escolha.
- (e) poderá reclamar da escolha de Mário ou exigir indenização por perdas e danos por não ter exercido o direito de escolha que lhe cabia em razão do silêncio do contrato.

Contratos

69.63 TRT 17^a:: Analista Judiciário - Administrativa

Q.2124

Origem

A respeito dos contratos em geral, perante o Direito Civil brasileiro, é INCORRETO afirmar que

TRT 17^a:: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2004

Assuntos relacionados

- (a) a liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato.
- (b) é lícito às partes celebrar contratos atípicos, observadas as normas gerais fixadas no Código Civil.
- (c) pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva, tendo em conta o princípio da liberdade de contratar.
- (d) são nulas, nos contratos de adesão, as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente ao direito resultante da natureza do negócio.
- (e) os contratantes são obrigados a guardar, na conclusão do contrato e em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé.

Contratos

Q.2125

Origem

Os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, mesmo para fins de educação, são responsáveis pela reparação civil dos danos resultantes dos atos praticados por hóspedes, moradores e educandos

TRT 17^a:: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2004

- (a) somente se tiverem negligenciado na disciplina do local.
- (b) somente se tiverem concorrido para o dano daí decorrente por culpa.
- (c) somente se tal responsabilidade constar do contrato.
- (d) ainda que não haja culpa de sua parte.
- (e) somente se possuírem funcionários encarregados da segurança.

Assuntos relacionados

Contratos

69.64 TRT 8^o:: Analista Judiciário - Administrativa

Q.2126

Origem

A respeito do pagamento, é correto afirmar que

TRT 8^o:: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2004

- (a) é vedado às partes convencionar no contrato o aumento progressivo de prestações sucessivas.
- (b) o pagamento reiteradamente feito em outro local não faz presumir renúncia do credor relativamente ao previsto no contrato.
- (c) em nenhuma hipótese assistirá ao credor o direito de cobrar a dívida antes de vencido o prazo estipulado no contrato.
- (d) o devedor que paga tem direito à quitação regular, mas não pode reter o pagamento enquanto não lhe seja dada.
- (e) o credor não é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, ainda que mais valiosa.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.2127

Origem

A pretensão dos profissionais liberais em geral, procuradores judiciais, curadores e professores pelos seus honorários, contado o prazo da conclusão dos serviços, da cessação dos respectivos contratos ou mandato, prescreve em

TRT 8^o:: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2004

- (a) cinco anos.
- (b) quatro anos.
- (c) três anos.
- (d) dois anos.
- (e) um ano.

Assuntos relacionados

Contratos

69.65 TRT 9ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.2128

A impenhorabilidade do bem de família é oponível pelo devedor, dentre outras hipóteses legais, em execução movida

- (a) por obrigação decorrente de fiança concedida em contrato de locação.
- (b) em razão de créditos de trabalhadores da própria residência.
- (c) por credor de pensão alimentícia decorrente de vínculos familiares.
- (d) para cobrança de imposto predial relativo ao imóvel familiar.
- (e) por crédito decorrente da falta de pagamento de aluguéis.

TRT 9ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2004

Assuntos relacionados

Contratos

Q.2129

Antônio ajuizou ação em face de Pedro cobrando dívida decorrente de inadimplência de contrato. Após a contestação e antes da audiência de instrução e julgamento, Antônio cedeu o direito relativo ao crédito litigioso, a título particular e por ato *inter vivos*, a Joaquim. Nesse caso, Joaquim

- (a) será obrigatoriamente citado para integrar a lide, na condição de assistente.
- (b) poderá ingressar em juízo substituindo Antônio, independentemente do consentimento de Pedro.
- (c) não poderá ingressar no feito, nem como parte, nem como assistente, mas os efeitos da sentença lhe serão estendidos.
- (d) será obrigatoriamente citado para integrar a lide, na condição de substituto processual.
- (e) não poderá ingressar em juízo substituindo Antônio, sem o consentimento de Pedro, mas poderá intervir no processo como assistente.

TRT 9ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2004

Assuntos relacionados

Contratos

69.66 TRT 9ª:: Técnico Judiciário - Administrativa

Q.2130

Mário foi condenado a pagar perdas e danos a Luiz, por descumprimento de contrato, não constando da sentença o valor da condenação. A decisão transitou em julgado. Nesse caso,

- (a) o pedido de execução de sentença será instruído com memória discriminada e atualizada do cálculo.
- (b) determinar-se-á o valor da condenação por cálculo do contador do juízo.
- (c) determinar-se-á o valor da condenação por planilha de cálculo elaborada pelo juízo da execução.
- (d) determinar-se-á o valor da condenação por planilha de cálculo elaborada pelo executado.
- (e) proceder-se-á à liquidação da sentença por arbitramento ou por artigos.

TRT 9ª:: Técnico Judiciário -
Administrativa
FCC
2004

Assuntos relacionados

Contratos

69.67 TRT 17ª:: Analista Judiciário - Administrativa

Q.2131

Origem

Consideram-se bens móveis para efeitos legais

TRT 17ª:: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2004

- (a) os terrenos rurais com área inferior a 500 m².
- (b) os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram.
- (c) os direitos pessoais de caráter patrimonial e as respectivas ações.
- (d) as edificações, separadas do solo, que, conservando sua unidade, forem removidas para outro local.
- (e) os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.

Assuntos relacionados

Direitos reais

69.68 TRT 9ª:: Analista Judiciário - Administrativa

Q.2132

Origem

Com relação às partes, é correto afirmar que

TRT 9ª:: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2004

- (a) o juiz deverá, de ofício, extinguir o processo sem julgamento de mérito, quando verificar a irregularidade da representação das partes.
- (b) o cônjuge somente necessitará do consentimento do outro para propor ações que versem sobre direitos reais imobiliários.
- (c) a herança jacente ou vacante será representada, ativa e passivamente, em juízo, pelo Ministério Público.
- (d) a pessoa jurídica estrangeira será representada, ativa e passivamente, em juízo, pelo Ministério Público.
- (e) o juiz deverá, de ofício, extinguir o processo com julgamento de mérito, quando verificar a irregularidade da representação das partes.

Assuntos relacionados

Direitos reais

69.69 TRT 8ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.2133

Tício devia R\$ 50)000,00 a Petrus, sendo a dívida representada por uma nota promissória, débito cuja quitação consiste na devolução do título. Na época do pagamento, Tício foi a um caixa eletrônico e simulou depositar a quantia devida na conta de Petrus, colocando na máquina, porém, um envelope vazio. Tício entregou a Petrus o recibo de depósito emitido pela máquina e Petrus lhe devolveu o título. Dois dias depois, Petrus descobriu que havia sido ludibriado e que o depósito não havia sido creditado em sua conta corrente. Nesse caso,

- (a) a quitação se operou pela entrega do título ao devedor e o credor só poderá pleitear indenização por enriquecimento ilícito deste.
- (b) a quitação se operou, pois a entrega do título ao devedor firma a presunção do pagamento.
- (c) a quitação se operou pela entrega do título ao devedor e o credor só poderá pleitear indenização por perdas e danos.
- (d) ficará sem efeito a quitação assim operada se o credor provar, em sessenta dias, a falta do pagamento.
- (e) ocorreu a quitação pela entrega do título ao devedor e o credor só poderá processar criminalmente o devedor e pleitear reparação de danos morais.

Origem

TRT 8ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2004

Assuntos relacionados

Títulos de crédito

69.70 PGE-PE :: Procurador do Estado

Q.2134

Para fins de proteção e defesa do consumidor considerase o produto defeituoso

- (a) se contiver vício redibitório, que lhe diminua consideravelmente o valor ou impeça o uso normal.
- (b) quando outro produto de melhor qualidade for colocado no mercado, oferecendo mais segurança no seu manuseio e utilização.
- (c) quando apresentar vícios de qualidade ou quantidade, afetando sua apresentação ou oferecendo risco não esperado pelo seu uso.
- (d) somente se oferecer riscos não esperados na sua utilização.
- (e) quando não oferecer a segurança que dele legitimamente se espera, tendo-se em conta, entre outros fatores que a lei indica, sua apresentação.

Origem

PGE-PE :: Procurador do Estado
FCC
2004

Assuntos relacionados

Direito civil

69.71 TRT 15^a:: Analista Judiciário - Exec. Mandados

Q.2135

Origem

O Ministério Público, instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis,

TRT 15^a:: Analista Judiciário -
Exec. Mandados
FCC
2004

- (a) intervirá obrigatoriamente, dentre outras hipóteses, nas causas concernentes ao estado da pessoa, tutela e curatela.
- (b) intervindo como fiscal da lei, terá vista dos autos antes das partes.
- (c) não intervirá nas causas em que haja interesse de relativamente incapaz.
- (d) será intimado de todos os atos processuais pessoalmente ou por meio de publicação no órgão oficial.
- (e) detém prazo em dobro para contestar e em quádruplo para recorrer.

Assuntos relacionados

Direito civil

69.72 TRT 17^a:: Analista Judiciário - Administrativa

Q.2136

Origem

De acordo com o Código Civil brasileiro, far-se-á, em registro público, a averbação

TRT 17^a:: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2004

- (a) da interdição por incapacidade absoluta ou relativa.
- (b) dos nascimentos, casamentos e óbitos.
- (c) da emancipação por outorga dos pais ou por sentença do juiz.
- (d) das sentenças que decretarem o divórcio.
- (e) da sentença declaratória de ausência e de morte presumida.

Assuntos relacionados

Direito civil

69.73 PGE-PE :: Procurador do Estado

Q.2137

Origem

Estabelecendo a Lei de Introdução ao Código Civil que "quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito" (art. 4o), é correto afirmar que

PGE-PE :: Procurador do Estado
FCC
2004

- (a) somente se admite o costume *secundum legem*.
- (b) é admitido amplamente o costume *contra legem*.
- (c) o costume *praeter legem* desempenha função supletiva da lei.
- (d) o costume é meio de integração do direito, mas não pode ser considerado fonte ou forma de expressão do direito.
- (e) o costume constitui apenas regra de hermenêutica.

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

Q.2138

Origem

O meio ambiente ecologicamente equilibrado é considerado bem

PGE-PE :: Procurador do Estado
FCC
2004

- (a) dominical da União, cabendo a esta, com a colaboração dos Estados e Municípios, sua defesa.
- (b) de uso comum do povo, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo.
- (c) de uso especial da União, que indenizará os particulares quando instituir áreas de preservação ambiental.
- (d) de uso comum do povo, tornando-se, porém, dominical da União ou do Estado, respectivamente, quando aquele ou este instituir área de proteção ambiental.
- (e) de uso comum do povo, impondo-se à União aos Estados e aos Municípios sua manutenção e aos particulares sua preservação, mediante cabal indenização do Poder Público, sempre que se impuserem restrições aos interesses privados.

Assuntos relacionados

Bens

Q.2139

Origem

Segundo a legislação em vigor, nas execuções fiscais

PGE-PE :: Procurador do Estado
FCC
2004

- (a) a alienação de bens imóveis penhorados será feita em praça, devendo ser aplicado subsidiariamente o Código de Processo Civil.
- (b) cabem embargos à arrematação, por aplicação supletiva do Código de Processo Civil.
- (c) a penhora de bens obedecerá à mesma ordem do Código de Processo Civil, penhorando-se os móveis antes dos imóveis.
- (d) é possível arrematação, em leilão único, de bem penhorado na execução fiscal, por aplicação subsidiária do Código de Processo Civil.
- (e) proposta a execução fiscal, a posterior mudança de domicílio do executado desloca a competência já fixada, por aplicação supletiva do Código de Processo Civil.

Assuntos relacionados

Bens

69.74 TRE-PE :: Analista Judiciário

Q.2140

Origem

O madeirame da cobertura de minha casa estava infestado por cupins. Para substituí-lo, retirei as telhas, que foram empilhadas para serem reempregadas. Essas telhas pertencem à classe dos bens

TRE-PE :: Analista Judiciário
FCC
2004

- (a) divisíveis.
- (b) móveis.
- (c) consumíveis.
- (d) imóveis.
- (e) de uso especial.

Assuntos relacionados

Bens

69.75 TRF 4ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.2141

Origem

No processo de execução, constatada a existência de bens do devedor, apesar de não ser ele encontrado para citação pessoal, mesmo depois das tentativas exigidas na lei, o oficial de justiça deve

TRF 4ª:: Analista Judiciário -
Execução de Mandados
FCC
2004

- (a) proceder à penhora dos bens, independentemente de requerimento do credor.
- (b) proceder ao arresto dos bens, independentemente de requerimento do credor.
- (c) devolver o mandado ao juízo, para que o credor promova a citação por edital.
- (d) devolver o mandado ao juízo, para que o credor indique bens a penhorar.
- (e) proceder à citação com hora certa, independentemente de requerimento do credor.

Assuntos relacionados

Bens

Q.2142

Origem

Na execução fiscal, em caso de haver licitante com lance vencedor e havendo concorrência de pedidos de adjudicação, remição de bens e remição da execução, a ordem de preferência será:

TRF 4ª:: Analista Judiciário -
Execução de Mandados
FCC
2004

- (a) remição da execução, pelo devedor; remição dos bens penhorados, pelo cônjuge, ascendente ou descendente do devedor; arrematação por terceiro; adjudicação pela Fazenda exequente.
- (b) adjudicação pela Fazenda exequente; arrematação por terceiro; remição da execução, pelo devedor; remição dos bens penhorados, pelo cônjuge, ascendente ou descendente do devedor.
- (c) adjudicação pela Fazenda exequente; arrematação por terceiro; remição dos bens penhorados, pelo cônjuge, ascendente ou descendente do devedor; remição da execução, pelo devedor.
- (d) remição da execução, pelo devedor; remição dos bens penhorados, pelo cônjuge, ascendente ou descendente do devedor; adjudicação pela Fazenda exequente; arrematação por terceiro.
- (e) remição dos bens penhorados pelo cônjuge ou parentes do devedor; remição da execução, pelo devedor; adjudicação pela Fazenda exequente; arrematação por terceiro.

Assuntos relacionados

Bens

Q.2143

Origem

Consideram-se, dentre outros, bens imóveis para os efeitos legais:

TRF 4ª:: Analista Judiciário -
Execução de Mandados
FCC
2004

- (a) tijolos, azulejos e pisos provenientes da demolição de algum prédio.
- (b) telhas provisoriamente retiradas de um prédio para nele se reempregarem.
- (c) energias que tenham valor econômico.
- (d) direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.
- (e) direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes.

Assuntos relacionados

Bens

69.76 TRF 4ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.2144

Em razão de obras de restauração de uma igreja, foram cuidadosamente retirados da parede azulejos portugueses do Século XVIII, para tratamento da umidade e posterior recolocação. Durante as obras, enquanto separados do prédio da igreja, tais azulejos são bens

- (a) móveis, infungíveis e consumíveis.
- (b) imóveis, infungíveis e inconsumíveis.
- (c) móveis, fungíveis e consumíveis.
- (d) imóveis, fungíveis e inconsumíveis.
- (e) móveis, fungíveis e inconsumíveis.

Origem

TRF 4ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2004

Assuntos relacionados

Bens

69.77 TRT 17ª:: Analista Judiciário - Administrativa

Q.2145

Em ação possessória ou reivindicatória, havendo fundado receio de rixas ou danificação de bens móveis, semoventes ou imóveis, a parte pode requerer, em relação aos bens objeto da disputa,

- (a) o seqüestro.
- (b) a penhora.
- (c) a arrecadação.
- (d) a busca e apreensão.
- (e) o arresto.

Origem

TRT 17ª:: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2004

Assuntos relacionados

Bens

69.78 TRT 17ª:: Analista Judiciário - Oficial de Justiça

Q.2146

Levados os bens à praça, ao executado será deferida a remição, se este

- (a) oferecer preço igual ao valor da avaliação.
- (b) oferecer preço igual ao valor da condenação.
- (c) oferecer outros bens de maior valor.
- (d) requerer o parcelamento da dívida exeqüenda.
- (e) pagar imediatamente o valor correspondente às despesas processuais.

Origem

TRT 17ª:: Analista Judiciário -
Oficial de Justiça
FCC
2004

Assuntos relacionados

Bens

Q.2147

Origem

Considere as afirmativas:

I. O credor pode nomear bens à penhora, ao juiz ou ao próprio oficial, caso em que este deverá obter despacho judicial para realizar a constrição.

II. A penhora pode ser efetuada onde quer que se encontrem os bens, ainda que em repartição pública, desde que o oficial dê ciência ao respectivo chefe.

III. Tão logo citado o devedor, independentemente da penhora, o oficial deve intimá-lo para embargar a execução, querendo, em dez dias.

IV. Recaindo a penhora em bem imóvel, dela deve ser intimado o cônjuge do executado, ainda que o bem não pertença ao casal, ou que haja reserva da meação.

Em relação à penhora, está correto APENAS o que se afirma em

- (a) I e III.
- (b) I e IV.
- (c) II e III.
- (d) II e IV.
- (e) III e IV.

TRT 17^a:: Analista Judiciário -
Oficial de Justiça
FCC
2004

Assuntos relacionados

Bens

69.79 TRT 22^a:: Analista Judiciário - Exec. Mandados

Q.2148

Origem

O devedor fechou as portas da casa, a fim de obstar a penhora dos bens. O oficial de justiça comunicou o fato ao juiz, solicitando ordem de arrombamento. Deferida a solicitação,

TRT 22^a:: Analista Judiciário -
Exec. Mandados
FCC
2004

(a) qualquer oficial de justiça, de posse do mandado, arrombará a porta e notificará o devedor para indicar onde se acham seus bens, lavrando certidão detalhada a respeito, discriminando quais os bens que encontrou e sobre os quais recaiu a penhora.

(b) o mesmo oficial de justiça, independentemente de mandado, arrombará a porta e notificará o devedor para indicar onde se acham seus bens, lavrando certidão detalhada a respeito, discriminando quais os bens que encontrou e sobre os quais recaiu a penhora.

(c) o mesmo oficial de justiça, de posse do mandado judicial, arrombará a porta e notificará o devedor para indicar onde se acham seus bens, lavrando certidão detalhada a respeito, discriminando quais os bens que encontrou e sobre os quais recaiu a penhora.

(d) dois oficiais de justiça cumprirão o mandado, arrombando portas, móveis e gavetas, onde presumirem se acharem os bens, lavrando de tudo auto circunstanciado, que será assinado por duas testemunhas presentes à diligência.

(e) dois oficiais de justiça cumprirão o mandado, arrombando portas, móveis e gavetas, onde presumirem se acharem os bens, lavrando de tudo certidão detalhada, discriminando quais os bens que encontraram e sobre os quais recaiu a penhora.

Assuntos relacionados

Bens

69.80 TRT 22^a:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.2149

Numa execução, estão sendo leiloados três automóveis, avaliados em R\$ 7.000,00 cada um. Os bens são disputados por vários lançadores. Pedro ofereceu R\$ 8.000,00 pelo automóvel "A", não se interessando pelos demais; Paulo ofereceu R\$ 9.000,00 pelo automóvel "A", R\$ 8.000,00 pelo automóvel "B", não se interessando pelo veículo "C". Mário se propõe a arrematar os três, englobadamente. Nesse caso,

- (a) nenhum dos lançadores terá preferência, cabendo ao juiz, após ouvir o credor, decidir, em despacho fundamentado, qual ou quais dos três interessados arrematará os bens.
- (b) Mário terá preferência, desde que ofereça para o veículo "C" preço igual ao da avaliação e para os veículos "A" e "B" valor igual ao do maior lance, apenas no caso de tratar-se de segundo leilão.
- (c) Mário só terá preferência se oferecer para o veículo "C" preço igual ao da avaliação e para os veículos "A" e "B" valor superior aos lances de Paulo.
- (d) Paulo terá preferência quanto aos veículos "A" e "B", por ter oferecido os maiores lances e caberá a Mário o veículo "C", se tiver oferecido valor igual ao da avaliação.
- (e) Mário terá preferência, desde que ofereça para o veículo "C" preço no mínimo igual ao da avaliação e para os veículos "A" e "B" valor igual ou superior ao do maior lance.

Origem

TRT 22^a:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2004

Assuntos relacionados

Bens

Q.2150

Na execução por carta, os embargos serão oferecidos

- (a) apenas no juízo deprecante, ao qual compete o respectivo julgamento, salvo se versarem unicamente questões ligadas à avaliação ou alienação dos bens.
- (b) no juízo deprecante ou no juízo deprecado, mas a competência para julgá-los é do juízo deprecante, salvo se versarem unicamente vícios ou defeitos da penhora, avaliação ou alienação dos bens.
- (c) apenas no juízo deprecado, ao qual compete o respectivo julgamento, se versarem sobre qualquer causa extintiva da obrigação, ou sobre vícios ou defeitos da penhora, avaliação ou alienação dos bens.
- (d) apenas no juízo deprecante, ao qual compete o respectivo julgamento, salvo se versarem unicamente sobre vícios ou defeitos da penhora.
- (e) no juízo deprecante ou no juízo deprecado, mas a competência para julgá-los é do juízo deprecado, salvo se versarem sobre vícios ou defeitos da penhora, avaliação ou alienação dos bens.

Origem

TRT 22^a:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2004

Assuntos relacionados

Bens

69.81 TRT 2ª:: Analista Judiciário - Exec. Mandados

Q.2151

Origem

A garantia da execução poderá ser feita

TRT 2ª:: Analista Judiciário -
Exec. Mandados
FCC
2004

- (a) pelo depósito do valor da condenação ou pela nomeação de bens à penhora.
- (b) pelo requerimento, dirigido ao escrivão ou chefe de Secretaria, para que emita guia de depósito.
- (c) pelo depósito do valor da condenação ou pela arrematação do bem penhorado.
- (d) pela nomeação de bens à penhora ou pela emissão de guia para depósito.
- (e) pela arrematação do bem penhorado ou pela nomeação de bens à penhora.

Assuntos relacionados

Bens

69.82 TRT 8º:: Analista Judiciário - Administrativa

Q.2152

Origem

Dentre outros, consideram-se bens imóveis,

TRT 8º:: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2004

- (a) as energias que tenham valor econômico e os direitos pessoais de caráter patrimonial.
- (b) os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados.
- (c) os materiais em boas condições provenientes da demolição de algum prédio, enquanto não forem utilizados em outras obras.
- (d) as edificações que, separadas do solo, mas conservando sua unidade, forem removidas para outro local.
- (e) os bens suscetíveis de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.

Assuntos relacionados

Bens

69.83 TRT 8º:: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.2153

Origem

São bens públicos dominicais:

TRT 8º:: Analista Judiciário -
Execução de Mandados
FCC
2004

- (a) os terrenos destinados a serviço da administração federal, estadual, ou municipal.
- (b) os que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal ou real de cada uma dessas entidades.
- (c) os de uso comum do povo, tais como os rios, os mares, as estradas, as ruas e as praças.
- (d) os edifícios destinados ao estabelecimento da administração federal, estadual ou municipal.
- (e) os edifícios ou terrenos destinados a serviço de autarquias federais, estaduais ou municipais.

Assuntos relacionados

Bens

69.84 TRT 9ª:: Analista Judiciário - Administrativa

Q.2154

Origem

Com relação ao pedido constante da petição inicial, é INCORRETO afirmar:

TRT 9ª:: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2004

- (a) Os pedidos são interpretados restritivamente, excluindo-se os juros legais, se não tiverem sido expressamente requeridos pelo autor.
- (b) É lícito formular pedido genérico nas ações universais, se não puder o autor individualizar na petição os bens demandados.
- (c) Quando a obrigação consistir em prestações periódicas, considerar-se-ão as prestações incluídas no pedido, independentemente de declaração expressa do autor.
- (d) Quando, para cada pedido, corresponder tipo diverso de procedimento, admitir-se-á a acumulação, se o autor empregar o procedimento ordinário.
- (e) É lícito formular mais de um pedido em ordem sucessiva, a fim de que o juiz conheça do posterior, em não podendo acolher o anterior.

Assuntos relacionados

Bens

69.85 TRT 9ª:: Analista Judiciário - Exec. Mandados

Q.2155

Origem

O devedor sem domicílio certo intenta alienar os bens que possui. A medida cautelar adequada ao caso, a ser requerida pelo credor, é

TRT 9ª:: Analista Judiciário -
Exec. Mandados
FCC
2004

- (a) o arrolamento de bens.
- (b) o seqüestro.
- (c) a caução.
- (d) a busca e apreensão.
- (e) o arresto.

Assuntos relacionados

Bens

69.86 TRT 9^a:: Técnico Judiciário - Administrativa

Q.2156

Origem

A impenhorabilidade do bem de família compreende, dentre outros bens,

- (a) os adornos suntuosos.
- (b) os veículos de transporte.
- (c) as obras de arte.
- (d) as benfeitorias úteis.
- (e) o terreno vizinho ao bem residencial.

TRT 9^a:: Técnico Judiciário -
Administrativa
FCC
2004

Assuntos relacionados

Bens

69.87 TRT 15^a:: Analista Judiciário - Exec. Mandados

Q.2157

Origem

As proposições abaixo referem-se ao Mandado de Segurança.

I. O direito líquido e certo, pressuposto específico do mandado de segurança, será comprovado na fase de instrução.

II. A causa de pedir é a ilegalidade ou abuso de poder e a lesão ou ameaça de lesão a direito líquido e certo.

III. Legitimado ativo é a pessoa física ou jurídica, pública ou privada, órgão público ou universalidade patrimonial, titular de direito líquido e certo, lesado ou ameaçado de lesão.

IV. Lei em tese não pode ser objeto do mandado de segurança, exceto se o ato normativo for de efeito concreto ou auto-executório.

Está correto SOMENTE o que se afirma em

- (a) I e II.
- (b) I e III.
- (c) II e IV.
- (d) I, III e IV.
- (e) II, III e IV.

TRT 15^a:: Analista Judiciário -
Exec. Mandados
FCC
2004

Assuntos relacionados

69.88 PGE-PE :: Procurador do Estado

Q.2158

Origem

Considere as seguintes disposições legais: "Art. 3o. Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece." (Lei de Introdução ao Código Civil) "Art. 139. O erro é substancial quando:

PGE-PE :: Procurador do Estado
FCC
2004

.....
III - sendo de direito e não implicando recusa à aplicação da lei, for o motivo único ou principal do negócio jurídico." (Código Civil) Diante das regras acima e das demais que regulam a invalidade do negócio jurídico, é correto afirmar que

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

- (a) inexistência de distinção entre erro de fato e erro de direito.
- (b) o art. 4o da Lei de Introdução ao Código Civil foi revogado por lei superveniente.
- (c) o negócio jurídico em nenhuma hipótese poderá ser anulado por erro de direito, cabendo, apenas, indenização por perdas e danos.
- (d) o negócio jurídico pode ser anulado por erro de direito se preenchidos os requisitos do art. 139, III, do Código Civil.
- (e) o art. 139, III, do Código Civil é ineficaz, porque contraria lei de hierarquia superior.

69.89 TRT 15ª:: Analista Judiciário - Administrativa

Q.2159

Origem

De acordo com o Código Civil brasileiro, quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta, ocorre

TRT 15ª:: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2004

- (a) a coação.
- (b) o estado de perigo.
- (c) a lesão.
- (d) o erro ou a ignorância.
- (e) a fraude contra credores.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.2160

Origem

Considere as afirmativas:

- I. O negócio jurídico anulável pode ser confirmado pelas partes, salvo direito de terceiro, devendo o ato de confirmação conter a substância do negócio celebrado e a vontade expressa de mantê-lo.
- II. Anulado o negócio jurídico, restituir-se-ão as partes ao estado em que antes dele se achavam, e, não sendo possível restituí-las, serão indenizadas com o equivalente.
- III. As nulidades devem ser pronunciadas pelo juiz quando conhecer do negócio jurídico ou dos seus efeitos e as encontrar provadas, sendo permitido supri-las a requerimento das partes.
- IV. Quando a anulabilidade do ato resultar da falta de autorização de terceiro, será validado se este a der posteriormente. Está correto SOMENTE o que se afirma em

- (a) I e IV.
(b) II e III.
(c) I, II e III.
(d) I, II e IV.
(e) II, III e IV.

TRT 15^a:: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2004

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

69.90 TRT 15^a:: Analista Judiciário - Exec. Mandados

Q.2161

Origem

A respeito dos defeitos dos atos jurídicos, é INCORRETO afirmar que o erro

- (a) é substancial quando concerne à identidade ou à qualidade essencial da pessoa a quem se refira a declaração de vontade, desde que tenha influído nesta de modo relevante.
- (b) na indicação da pessoa ou coisa, a que se referir a declaração de vontade, vicia o negócio, ainda que, por seu contexto e pelas circunstâncias, se puder identificar a coisa ou pessoa cogitada.
- (c) não prejudica a validade do negócio jurídico quando a pessoa, a quem a manifestação de vontade se dirige, se oferecer para executá-la na conformidade da vontade real do manifestante.
- (d) é substancial quando, sendo de direito e não implicando recusa à aplicação da lei, for o motivo único ou principal do negócio jurídico.
- (e) é substancial quando interessa à natureza do negócio, ao objeto principal da declaração, ou a alguma das qualidades a ele essenciais.

TRT 15^a:: Analista Judiciário -
Exec. Mandados
FCC
2004

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.2162

Origem

De acordo com o Código Civil brasileiro, o negócio jurídico é anulável, dentre outras hipóteses, quando

- (a) for indeterminável o seu objeto.
- (b) celebrado por pessoa absolutamente incapaz.
- (c) não revestir a forma prescrita em lei.
- (d) celebrado sob coação irresistível.
- (e) for ilícito ou impossível o seu objeto.

TRT 15^a:: Analista Judiciário -
Exec. Mandados
FCC
2004

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

69.91 TRT 15^a:: Técnico Judiciário - Administrativa

Q.2163

Origem

A respeito dos requisitos de validade dos atos jurídicos, é INCORRETO afirmar que

TRT 15^a:: Técnico Judiciário -
Administrativa
FCC
2004

- (a) o instrumento público é da substância do ato no negócio jurídico celebrado com a cláusula de não valer sem ele.
- (b) a impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico se for relativa, ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.
- (c) o silêncio não importa anuência, ainda que as circunstâncias ou os usos autorizarem e não for necessária a declaração de vontade expressa.
- (d) a validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.
- (e) a validade do negócio jurídico requer agente capaz; objeto lícito, possível, determinado ou determinável; e forma prescrita ou não defesa em lei.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

69.92 TRT 17^a:: Analista Judiciário - Administrativa

Q.2164

Origem

Com relação à invalidade do negócio jurídico, é INCORRETO afirmar que

TRT 17^a:: Analista Judiciário -
Administrativa
FCC
2004

- (a) se o negócio jurídico contiver os requisitos de outro, subsistirá este quando o fim a que visavam as partes permitir supor que o teriam querido, se houvessem previsto a nulidade.
- (b) é anulável o negócio jurídico por incapacidade relativa do agente, bem como por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores, além de outros casos expressamente declarados em lei.
- (c) considera-se nulo o negócio jurídico quando for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade, dentre outras hipóteses legais.
- (d) as nulidades devem ser pronunciadas pelo juiz, quando conhecer do negócio jurídico ou dos seus efeitos e as encontrar provadas, não lhe sendo permitido supri-las, ainda que a requerimento das partes.
- (e) a anulabilidade do negócio jurídico não tem efeito antes de julgada por sentença, nem se pronuncia de ofício; só os interessados a podem alegar, e aproveita exclusivamente aos que a alegarem, inclusive no caso de solidariedade ou indivisibilidade.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

69.93 TRT 17ª:: Analista Judiciário - Oficial de Justiça

Q.2165

Origem

Com relação à fraude contra credores, é certo que

TRT 17ª:: Analista Judiciário -
Oficial de Justiça
FCC
2004

- (a) anulado o negócio fraudulento, a vantagem resultante reverterá em proveito do credor que tiver promovido em juízo a respectiva anulação.
- (b) o credor quirografário que receber do devedor insolvente o pagamento da dívida ainda não vencida, ficará obrigado a repor ao acervo objeto do concurso de credores, a metade do que recebeu.
- (c) presumem-se de boa fé e têm validade as garantias de dívidas que o devedor insolvente tiver dado a algum credor.
- (d) presumem-se fraudulentários dos direitos dos outros credores os negócios ordinários indispensáveis à manutenção de estabelecimento mercantil, rural, ou industrial, ou à subsistência do devedor e de sua família.
- (e) se o adquirente dos bens do devedor insolvente ainda não tiver pago o preço e este for, aproximadamente, o corrente, desobrigar-se-á depositando-o em juízo, com a citação de todos os interessados. 30/04/04 - 10:18

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.2166

Origem

Jaqueline celebrou um negócio jurídico com Dionísio no dia 20/01/2000. Após um ano da celebração desse negócio, Jaqueline descobriu que Dionísio tinha 17 anos de idade na época da celebração. Tendo em vista a incapacidade relativa de Dionísio, o prazo decadencial para pleitear a anulação do negócio jurídico será de

TRT 17ª:: Analista Judiciário -
Oficial de Justiça
FCC
2004

- (a) 4 anos a contar do dia em que cessar a incapacidade.
- (b) 4 anos a contar do dia em que se realizou o negócio jurídico.
- (c) 5 anos a contar do dia em que cessar a incapacidade.
- (d) 5 anos a contar do dia em que se realizou o negócio jurídico.
- (e) 10 anos a contar do dia em que se realizou o negócio jurídico.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.2167

Origem

Não invalidam os negócios jurídicos as cláusulas contratuais que contenham condições

TRT 17ª:: Analista Judiciário -
Oficial de Justiça
FCC
2004

- (a) juridicamente impossíveis, quando suspensivas.
- (b) fisicamente impossíveis, quando resolutivas.
- (c) ilícitas ou de fazer coisa ilícita.
- (d) incompreensíveis.
- (e) contraditórias.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

69.94 TRT 17ª:: Técnico Judiciário

Q.2168

Origem

A respeito dos negócios jurídicos, é certo que

TRT 17ª:: Técnico Judiciário
FCC
2004

- (a) a manifestação de vontade é livre e nunca poderá depender de forma especial.
- (b) nas declarações de vontade se atenderá mais ao sentido literal da linguagem do que à intenção nelas consubstanciada.
- (c) os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se de forma ampla e irrestrita.
- (d) a impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico se for relativa, ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.
- (e) o silêncio importa em anuência, mesmo quando as circunstâncias ou os usos não o autorizarem.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

69.95 TRT 17ª:: Analista Judiciário - Oficial de Justiça

Q.2169

Origem

Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são

TRT 17ª:: Analista Judiciário -
Oficial de Justiça
FCC
2004

- (a) transmissíveis, irrenunciáveis, podendo o seu exercício sofrer limitações voluntárias.
- (b) intransmissíveis, irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitações voluntárias.
- (c) intransmissíveis, renunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitações voluntárias.
- (d) intransmissíveis, renunciáveis, podendo o seu exercício sofrer limitações voluntárias.
- (e) transmissíveis, renunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitações voluntárias.

Assuntos relacionados

69.96 TRT 22ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.2170

Origem

A respeito da execução para cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, é correto afirmar que:

TRT 22ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2004

- (a) Se fundada em título extrajudicial, a multa será fixada pelo credor e não pelo juiz da execução.
- (b) O valor da multa fixado na sentença não poderá ser modificado pelo juízo da execução, ainda que se tornar insuficiente.
- (c) Se determinada por título judicial, o juiz, se omissa a sentença, fixará multa por dia de atraso e a data a partir da qual ela será devida.
- (d) Quando o valor da multa estiver previsto no título extrajudicial, o juiz não poderá reduzi-lo, nem aumentá-lo.
- (e) O valor da multa fixado na sentença não poderá ser modificado pelo juízo da execução, mesmo que seja excessivo.

Assuntos relacionados

Q.2171

Origem

Numa ação ordinária, o réu foi condenado a pagar perdas e danos ao autor. A sentença não fixou o respectivo valor, nem determinou a liquidação por arbitramento, que também não é exigida pela natureza do objeto da liquidação. Ocorreu o trânsito em julgado. Nesse caso, a execução

TRT 22^a:: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2004

Assuntos relacionados

- (a) dependerá de prévia estimativa de valor, que poderá ser feita pelo contador do juízo, se o credor for beneficiário da justiça gratuita.
 - (b) será feita com base em cálculo apresentado pelo credor, com a possibilidade de ser impugnado pelo devedor.
 - (c) será feita com base em cálculo do contador, sujeito à impugnação das partes.
 - (d) não dependerá de liquidação, podendo o valor ser fixado durante a sua tramitação.
 - (e) dependerá de liquidação por artigos ou por arbitramento, quando convencionado pelas partes.
-

69.97 TRT 17^a:: Analista Judiciário - Oficial de Justiça

Q.2172

Origem

Considera-se bem imóvel, para efeitos legais,

TRT 17^a:: Analista Judiciário -
Oficial de Justiça
FCC
2004

- (a) o direito à sucessão aberta.
 - (b) a energia que tenha valor econômico.
 - (c) o direito real sobre objeto móvel e a ação correspondente.
 - (d) o direito pessoal de caráter patrimonial.
 - (e) a ação referente a direito pessoal de caráter patrimonial.
-

Assuntos relacionados

Capítulo 70

FGV

70.1 BESC :: Advogado

Q.2173

Origem

O pedido de reparação de danos por ato ilícito (Código Civil, art. 186) pode ser:

BESC :: Advogado
FGV
2004

- (a) indeterminado
- (b) alternativo
- (c) condicional
- (d) ilíquido
- (e) incerto

Assuntos relacionados

Atos jurídicos ilícitos

Q.2174

Origem

Todo ato jurídico será considerado NULO de pleno direito:
I. quando for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade;
II. quando praticado com vício resultante de erro, dolo e simulação;
III. quando praticado com vício resultante de coação ou fraude;
IV. quando praticado por pessoa relativamente incapaz. Assinale:

BESC :: Advogado
FGV
2004

- (a) se somente a afirmativa I estiver correta
- (b) se somente a afirmativa II estiver correta
- (c) se somente a afirmativa IV estiver correta
- (d) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas
- (e) se todas as afirmativas estiverem corretas

Assuntos relacionados

Atos jurídicos ilícitos

Q.2175

Origem

A respeito da prescrição, assinale a alternativa correta.

BESC :: Advogado
FGV
2004

- (a) O juiz pode conhecer da prescrição de direitos patrimoniais mesmo sem a invocação das partes.
- (b) A prescrição do principal não implica a prescrição dos acessórios.
- (c) Corre o prazo da prescrição entre ascendentes e descendentes, durante o pátrio poder.
- (d) A interrupção da prescrição por um credor aproveita aos outros.
- (e) A prescrição pode ser alegada em qualquer instância, pela parte a que aproveita.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Q.2176

Origem

No que diz respeito às pessoas jurídicas, assinale a afirmativa correta.

BESC :: Advogado
FGV
2004

(a) A teoria da desconsideração da pessoa jurídica é aplicável em caso de abuso na utilização da entidade para prejudicar terceiros ou fraudar a lei. Portanto, admite-se, excepcionalmente, a aplicação da teoria da aparência na citação de pessoa jurídica.

Assuntos relacionados

(b) As pessoas jurídicas não têm existência distinta das dos seus membros.

Pessoas jurídicas

(c) Os sócios, individualmente, têm legitimidade para defender os interesses da sociedade, em nome próprio, contra terceiros.

(d) Serão representadas em juízo apenas ativamente, por quem os respectivos estatutos designarem, ou, não os designando, por seus diretores.

(e) Serão representadas em juízo apenas passivamente, por quem os respectivos estatutos designarem, ou, não os designando, por seus diretores.

Q.2177

Origem

Os filhos nascidos na constância do casamento presumem-se legítimos, podendo esta legitimidade ser elidida:

BESC :: Advogado
FGV
2004

(a) pelos herdeiros, em qualquer hipótese.

(b) por qualquer interessado, se comprovado o adultério.

(c) pelo marido, privativamente.

(d) pelos ascendentes em linha direta.

(e) pelo Ministério Público, tendo em vista a relevância do interesse.

Assuntos relacionados

Sucessão em geral

Q.2178

Origem

A "cláusula constituti", aposta nas escrituras definitivas de compra e venda de imóveis:

BESC :: Advogado
FGV
2004

(a) é mera formalidade, consagrada pelo uso dos tabeliães.

(b) transmite o domínio, nas escrituras.

(c) é usada para transmitir e exercer posse em nome alheio.

(d) significa que o vendedor deve responder pela evicção de direito.

(e) significa que o comprador deve indenizar o vendedor em caso de evicção.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.2179

Origem

Pafúncio é devedor da quantia de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ao Banco da Praça S.A. Aconselhado pelo gerente do Banco, Pafúncio contraiu nova dívida no valor de R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais) para quitar, extinguir e substituir a dívida anterior. Do ponto de vista do direito das obrigações, nesse caso ocorreu uma:

BESC :: Advogado
FGV
2004

(a) transação

(b) remissão

(c) compensação

(d) dação em pagamento

(e) novação

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

Q.2180

Origem

Em se tratando de sentença penal condenatória transitada em julgado, é correto afirmar que é título:

BESC :: Advogado
FGV
2004

- (a) judicial líquido e certo, passível de imediata execução pela simples apresentação do cálculo.
- (b) judicial ilíquido e certo e pode ser exigido, apurado o seu quantum através de liquidação da sentença.
- (c) judicial, porém admite discutir a existência da autoria.
- (d) judicial e se executa no juízo que prolatou a sentença.
- (e) executivo extrajudicial, constituindo-se, no entanto, como título de crédito.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2181

Origem

Alterada uma lei, durante o prazo de vacatio legis da lei nova aplica-se:

BESC :: Advogado
FGV
2004

- (a) a lei nova.
- (b) a lei antiga.
- (c) a lei que o magistrado entender, segundo seu livre arbítrio, que deva ser aplicada.
- (d) o Código Civil.
- (e) a lei mais benéfica.

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

Q.2182

Origem

Denominam-se vícios do consentimento:

BESC :: Advogado
FGV
2004

- (a) erro, simulação e fraude.
- (b) dolo, simulação e coação.
- (c) fraude, coação e dolo.
- (d) erro, dolo e coação.
- (e) erro, dolo e simulação.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Capítulo 71

MPE/MG

71.1 MPE-MG :: Promotor

Q.2183

Analise as proposições abaixo.

- I - Na assunção de dívida não pode o novo devedor opor ao credor as exceções pessoais que competiam ao devedor primitivo;
- II - as despesas com o depósito, quando julgado procedente, correrão por conta do credor e, se improcedente, por conta do devedor;
- III - a finalidade da cláusula penal é prefixar as perdas e danos e não pode exceder o valor da obrigação principal;
- IV - no contrato de compra e venda com pagamento à vista, o vendedor não é obrigado a entregar a coisa antes de receber o preço;
- V - cessa o mandato pela revogação, pela renúncia, pela morte ou interdição de uma das partes, pelo término do prazo ou pela conclusão do negócio. Estão CORRETAS:

- (a) somente I, II e III;
- (b) somente I, IV e V;
- (c) somente II, III e V;
- (d) somente III, IV e V;
- (e) todas as proposições.

Origem

MPE-MG :: Promotor
MPE/MG
2004

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.2184

Origem

Assinale a alternativa CORRETA.

MPE-MG :: Promotor
MPE/MG
2004

- (a) A ação de alimentos é imprescritível, mas as parcelas devidas prescrevem em cinco (5) anos, contados da data em que se venceram as prestações;
- (b) é direito personalíssimo e imprescritível do marido, na constância do casamento, contestar o filho nascido de sua esposa, podendo seus herdeiros prosseguir na ação ajuizada;
- (c) verificando que o pai dilapidou bens do filho, cabe ao Ministério Público adotar medida que lhe pareça reclamada pela segurança do menor e seus haveres, até suspender o poder familiar provisoriamente;
- (d) falecido o usufrutuário, poderá o proprietário denunciar, no prazo de 30 (trinta) dias, o contrato de locação celebrado por aquele, outorgando ao locatário o prazo de 90 (noventa) dias para a desocupação;
- (e) a pessoa com mais de 16 (dezesseis) e menor de 18 (dezoito) anos, só poderá fazer codicilo, sem presença de testemunhas, com a assistência dos pais ou do Ministério Público.

Assuntos relacionados

Q.2185

Origem

Assinale a proposição INCORRETA.

MPE-MG :: Promotor
MPE/MG
2004

- (a) O fato de o negócio ter sido ajustado para salvar alguém de perigo grave, mesmo com certa onerosidade, não é só por isso anulável;
- (b) na união estável é lícito aos companheiros contratar qualquer regime de bens, não impondo a lei o regime de comunhão parcial;
- (c) os negócios ordinários e onerosos praticados pelo produtor rural insolvente e indispensáveis à manutenção da fazenda, são válidos, porque presumem-se de boa-fé;
- (d) requerida e comprovada a impossibilidade de manutenção do bem de família, o MP autoriza a venda do bem e a sub-rogação em outro imóvel de menor valor;
- (e) doações havidas com incomunicabilidade antes do casamento, não se comunicam, mesmo tendo os nubentes optado pelo regime de comunhão universal.

Assuntos relacionados

Q.2186

Origem

Assinale a alternativa CORRETA.

MPE-MG :: Promotor
MPE/MG
2004

- (a) O direito do promissário comprador à adjudicação compulsória não se condiciona ao registro do compromisso de compra e venda no cartório de imóveis;
- (b) o casamento é um ato jurídico único e solene, como o é a escritura pública de compra e venda de bem imóvel, celebrado por partes capazes;
- (c) havendo conflitos de interesses entre pai e filho, sendo aquele detentor do poder familiar, o juiz, ex officio, nomeará curador especial, ciente da querela;
- (d) pelo novo Código Civil podem os parentes consangüíneos e afins, e o cônjuge ou companheiro pedir uns aos outros alimentos de que necessitam para viver;
- (e) na sucessão ab intestato, o autor do patrimônio exerce seu direito de disposição da porção disponível por intermédio de testamento válido.

Assuntos relacionados

Q.2187

Origem

Assinale a alternativa CORRETA.

MPE-MG :: Promotor
MPE/MG
2004

- (a) Com a morte do pai extingue-se o poder familiar, suprida a falta com a nomeação de tutor pelo juiz competente;
- (b) os aluguéis vencidos e não recebidos à época da separação judicial passarão a pertencer àquele que ficou com o imóvel na partilha;
- (c) chama-se substituto o herdeiro nomeado pelo testador para dividir a herança em lugar do filho indigno na sucessão legítima;
- (d) no regime de separação de bens o cônjuge supérstite não terá o direito real de habitação, mas receberá a herança, chamado após os descendentes e os ascendentes;
- (e) o Ministério Público, em ação direta, mesmo sem manifestação dos pais, pode requerer a decretação de nulidade de casamento de pessoa portadora de doença mental incurável.

Assuntos relacionados

Q.2188

Origem

Assinale a alternativa INCORRETA.

MPE-MG :: Promotor
MPE/MG
2004

- (a) A lei não ilide a presunção legal da paternidade pelo simples fato de ter a mãe praticado e confessado o adultério na constância do casamento;
- (b) é defesa a condição puramente potestativa que obsta o negócio jurídico de todo efeito, mas são permitidas as condições que coadunam com a ordem jurídica;
- (c) o inventário que será sempre judicial, deve ser requerido pelos herdeiros no prazo de 30 (trinta) dias e ultimando-o dentro de 1 (um) ano, salvo prorrogação por justa causa;
- (d) são bens particulares os vencimentos dos funcionários públicos, embora casados no regime de comunhão universal, sendo, portanto, incomunicáveis;
- (e) considera-se válida a emancipação voluntária concedida pelos pais, mediante escritura pública, sem homologação do Juiz e oitiva do Ministério Público (MP).

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2189

Origem

Assinale a proposição INCORRETA.

MPE-MG :: Promotor
MPE/MG
2004

- (a) Na promessa de cessão de direitos cabe a preferência ao sublocatário e, em seguida, ao locatário, estando o imóvel sublocado;
- (b) apesar de não ser declarado falido, o administrador da sociedade limitada fica sujeito a todas as obrigações impostas em lei ao falido;
- (c) intimado o órgão do Ministério Público, o juiz dirigir-se-á à residência do falecido para arrecadar a herança jacente, esteja ou não presente o MP;
- (d) o advogado apresentará nos autos a cessão de direito hereditário do menor, lavrada em instrumento público, representado o menor pela mãe, cônjuge supérstite;
- (e) sendo resolutiva a condição, o negócio jurídico produzirá seus efeitos, gerando direitos adquiridos, podendo exercer-se desde a conclusão deste o direito por ele estabelecido, enquanto ela não se realizar.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2190

Origem

Assinale a proposição INCORRETA.

MPE-MG :: Promotor
MPE/MG
2004

- (a) Dependendo do tempo decorrido, a separação de fato não altera o regime de bens no casamento, mas a condição de herdeiro do cônjuge supérstite;
- (b) viúvo, sem prole ou ascendentes, o testador transmite a posse e a administração da herança ao testamentário, contrariando os interesses dos demais herdeiros, seus irmãos;
- (c) o Ministério Público pode alegar a nulidade do negócio jurídico, mas não a anulabilidade, que somente se argüi por quem foi juridicamente afetado pelo defeito do negócio;
- (d) aprovada alteração do estatuto da fundação, por voto de 2/3 (dois terços) dos administradores, restará ao Ministério Público ratificar o ato aprovado;
- (e) toda pessoa física ou jurídica que utiliza serviços como destinatário final é, no CDC, considerado consumidor pela lei extravagante.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2191

Origem

Das alternativas abaixo:

- I - A sentença proferida em ação de sonegados, movida por um único herdeiro, aproveita aos credores dos demais herdeiros;
- II - não está sujeita ao Código de Defesa do Consumidor (CDC) a empresa pública que presta serviços à população, aplicando-se a ela a legislação própria;
- III - pode ser excluído por indignidade o legatário que difama o testador três (3) anos após sua morte e concluído o inventário com partilha de bens;
- IV - verificando o Ministério Público que o pai aliena bens do filho, dilapidando seu patrimônio, poderá adotar medida que lhe pareça reclamada pela segurança do menor e requerer em juízo a suspensão do poder familiar;
- V - pode o consumidor requerer ao Ministério Público que ajuíze a competente ação para ser declarada a nulidade de cláusula contratual que contrarie o CDC, não assegurando o justo equilíbrio entre direitos e obrigações das partes. Estão CORRETAS:

- (a) somente I, II e V
- (b) somente II, IV e V
- (c) somente II, III e IV
- (d) somente I, III e IV
- (e) somente I, III e V

MPE-MG :: Promotor
MPE/MG
2004

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2192

Origem

Assinale a alternativa CORRETA.

- (a) A herança destinada aos legitimários é imutável, não importando o número de herdeiros, se poucos ou muitos, se todos ou alguns se habilitaram;
- (b) existindo herdeiro interditado, seu curador poderá requerer partilha amigável, comprovadamente vantajosa, ainda que o testador o proíba;
- (c) para igualar as legítimas, o ascendente, concorrendo com o cônjuge, deverá colacionar os bens que recebeu em doação, do seu finado filho;
- (d) o contrato de locação, com renovação compulsória garantida pela Lei n.8245/91, poderá prever sua rescisão de pleno direito, com a decretação da falência;
- (e) omitida pelo procurador do absolutamente incapaz, o juiz não pode, embora provocado pelo Ministério Público, suprir, de ofício, a alegação de prescrição.

MPE-MG :: Promotor
MPE/MG
2004

Assuntos relacionados

Capítulo 72

MPT

72.1 Ministério Público do Trabalho :: Procurador do Trabalho

Q.2193

Origem

Após ler com atenção as assertivas abaixo, I. Os atos processados em juízo e a presunção não são exemplos de atos jurídicos;

II. Se determinado ato jurídico for praticado por pessoa absolutamente incapaz, o Ministério Público, quando lhe couber intervir, deverá alegar sua nulidade;

III. A incapacidade relativa do agente torna nulo o ato jurídico e como tal poderá ser ratificado pelas partes;

IV. Os portadores de deficiência visual e portadores de deficiência auditiva não serão admitidos como testemunhas, se o que se quer provar depender dos respectivos sentidos que se lhes faltam; Assinale a alternativa CORRETA:

- (a) apenas as assertivas I e III são incorretas;
- (b) apenas as assertivas II e IV são incorretas;
- (c) apenas as assertivas I e III são corretas;
- (d) todas as assertivas são corretas;
- (e) todas as assertivas são incorretas;

Ministério Público do Trabalho ::
Procurador do Trabalho
MPT
2004

Assuntos relacionados

Atos jurídicos ilícitos

Q.2194

Origem

Após ler com atenção as assertivas abaixo, I. A cláusula penal não poderá exceder o valor da obrigação principal, ainda que estipulada em ato posterior;

II. A nulidade da obrigação não é extensiva à cláusula penal;

III. Admite-se a responsabilidade solidária de uma mesma coisa, em regime de comodato, entre duas ou mais pessoas;

IV. Nos contratos será aceita sempre a manifestação tácita de vontade; Assinale a alternativa CORRETA:

- (a) apenas as assertivas I e III são corretas;
- (b) apenas as assertivas II e IV são corretas;
- (c) apenas as assertivas I e III são incorretas;
- (d) todas as assertivas são corretas;
- (e) todas as assertivas são incorretas;

Ministério Público do Trabalho ::
Procurador do Trabalho
MPT
2004

Assuntos relacionados

Inadimplemento das obrigações

Q.2195

Origem

Leia as assertivas abaixo:

- I. toda e qualquer ação relativa a imóvel situado no Brasil é da competência exclusiva da autoridade brasileira;
- II. o foro do domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade e todas as ações em que o espólio for réu, ainda que o óbito tenha ocorrido no estrangeiro;
- III. a ação fundada em direito real sobre bens móveis será proposta no foro do domicílio do réu, salvo se ele não tiver domicílio nem residência no Brasil, hipótese em que a ação será proposta no foro do domicílio do autor;
- IV. a execução hipotecária é ação real, mas pode ser proposta no foro do domicílio ou de eleição;
- V. a competência na ação de acidente de trabalho determina-se no momento em que a ação é proposta, mas se após a sua propositura for alterado o domicílio do autor, pode este optar pela modificação da competência. Assinale a alternativa CORRETA:

- (a) todas as assertivas estão corretas;
- (b) somente as assertivas I, III e V, estão corretas;
- (c) somente a assertiva IV está incorreta;
- (d) somente a assertiva V está incorreta;
- (e) somente as assertivas IV e V, estão incorretas;

Ministério Público do Trabalho ::
Procurador do Trabalho
MPT
2004

Assuntos relacionados

Bens

Q.2196

Origem

- Após ler com atenção as assertivas abaixo, I. Em se tratando de obrigação alternativa, e não tendo havido estipulação prévia, a escolha caberá sempre ao devedor;
- II. O credor terá sempre o direito de exigir a prestação subsistente ou o valor correspondente, mais indenização por perdas e danos, se o devedor sem culpa deixar de prestá-la;
- III. Se por culpa do devedor nenhuma das prestações puderem ser cumpridas, e não competindo ao credor a escolha, aquele ficará obrigado a pagar o valor da prestação que por último ficou impossibilitada, além das perdas e danos;
- IV. Se todas as prestações se tomarem impossíveis, sem culpa do devedor, extinguir-seá a obrigação; Assinale a alternativa CORRETA:

- (a) apenas as assertivas I e IV são incorretas;
- (b) apenas a assertiva II é correta;
- (c) apenas as assertivas I e IV são corretas;
- (d) apenas a assertiva II é incorreta;
- (e) todas as assertivas são incorretas;

Ministério Público do Trabalho ::
Procurador do Trabalho
MPT
2004

Assuntos relacionados

Capítulo 73

NCE

73.1 Estado-MT :: Auditor - Direito

Q.2197

Origem

Em matéria de direitos do consumidor, pode-se afirmar que:

Estado-MT :: Auditor - Direito
NCE
2004

- (a) a responsabilidade civil do fornecedor é sempre subjetiva;
- (b) não há possibilidade de inversão do ônus da prova;
- (c) a autonomia da vontade para contratar é absoluta, não havendo intervenção estatal;
- (d) para efeito de responsabilidade do fornecedor por fato do produto ou do serviço, todas as vítimas do evento se equiparam a consumidor;
- (e) os fornecedores de produtos duráveis ou não duráveis não respondem solidariamente pelos vícios que os tornam impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

Q.2198

Origem

Verifica-se a solidariedade na obrigação quando:

Estado-MT :: Auditor - Direito
NCE
2004

- (a) o pagamento é efetuado até o vencimento;
- (b) há pluralidade de credores;
- (c) há pluralidade de credor ou devedor, cada um com direito ou obrigado à dívida toda;
- (d) o objeto é indivisível;
- (e) há pluralidade de devedores.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

Q.2199

Origem

NÃO se inclui entre as causas de suspensão da prescrição:

Estado-MT :: Auditor - Direito
NCE
2004

- (a) a absoluta incapacidade;
- (b) a ausência do país em serviço público do município;
- (c) a constância de sociedade conjugal entre credor e devedor;
- (d) o protesto cambial;
- (e) o não vencimento do prazo para o pagamento.

Assuntos relacionados

Sociedade

Q.2200

Origem

O início da existência legal das pessoas jurídicas de direito privado se dá, via de regra, com:

Estado-MT :: Auditor - Direito
NCE
2004

- (a) a celebração formal do ato constitutivo;
- (b) a publicação da lei que a institui;
- (c) a promulgação da lei que a institui;
- (d) a inscrição do ato constitutivo no registro respectivo;
- (e) a celebração, ainda que informal, do ato constitutivo.

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

Q.2201

Origem

Entre os absolutamente incapazes, **NÃO** se encontram:

Estado-MT :: Auditor - Direito
NCE
2004

- (a) os menores de 16 (dezesesseis) anos de idade;
- (b) os pródigos;
- (c) os que não puderem exprimir sua vontade;
- (d) os que não tiverem o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil;
- (e) os menores de 14 (quatorze) anos de idade.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

Q.2202

Origem

Pode-se afirmar que se:

Estado-MT :: Auditor - Direito
NCE
2004

- (a) houver absolvição do réu no processo criminal por insuficiência de provas, não poderá o mesmo ser condenado a indenizar a vítima no cível;
- (b) houver absolvição do réu no processo criminal por inexistência do fato, poderá o mesmo ser condenado a indenizar a vítima no cível;
- (c) houver absolvição do réu no processo criminal por negativa de autoria, não poderá o mesmo ser condenado a indenizar a vítima no cível;
- (d) a responsabilidade civil é totalmente dependente da criminal;
- (e) nenhuma conduta criminal implica responsabilidade civil.

Assuntos relacionados

Provas

Q.2203

Origem

Se a pessoa natural tiver diversas residências onde alternadamente viva, considerar-se-á:

Estado-MT :: Auditor - Direito
NCE
2004

- (a) seu domicílio qualquer uma delas;
- (b) que ela não tem domicílio;
- (c) seu domicílio apenas a primeira residência estabelecida em ordem cronológica;
- (d) seu domicílio apenas a última residência estabelecida em ordem cronológica;
- (e) seu domicílio apenas a residência de maior valor.

Assuntos relacionados

Domicílio

Q.2204

Origem

Em matéria de formação dos contratos, é INCORRETO afirmar que:

Estado-MT :: Auditor - Direito
NCE
2004

- (a) a proposta, via de regra, obriga proponente;
- (b) a oferta ao público equivale a proposta quando encerra os requisitos essenciais ao contrato;
- (c) a proposta é retratável;
- (d) a aceitação é irretratável;
- (e) antes da proposta, via de regra, tem a fase das tratativas ou negociações preliminares.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.2205

Origem

Entre as hipóteses de nulidade do negócio jurídico, **NÃO** se inclui:

Estado-MT :: Auditor - Direito
NCE
2004

- (a) a incapacidade absoluta do agente;
- (b) a ilicitude do objeto;
- (c) a simulação;
- (d) não revestir a forma prescrita em lei;
- (e) o estado de perigo.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Capítulo 74

OAB/DF

74.1 OAB-DF :: OAB

Q.2206

Em tema de parte geral do Código Civil é correto afirmar:

- (a) A coação física é causa de anulação conforme lei civil;
- (b) O princípio da primazia da realidade é elemento para decretação da nulidade absoluta;
- (c) O Código Civil em vigor, tal qual o anterior, dispõe sobre o benefício da restituição;
- (d) Quando as partes fingem um ato que é mera aparência, aquilo que não existe, então ocorre a simulação absoluta.

Origem

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2004

Assuntos relacionados

Q.2207

Com relação aos institutos da prescrição e da decadência:

- (a) O Código Civil em vigor deixou claro o antigo entendimento doutrinário no sentido de que a prescrição atinge a pretensão;
- (b) A decadência atinge direitos não-dotados de pretensão;
- (c) A prescrição é renunciável, expressa ou tacitamente; a decadência fixada em lei, não;
- (d) A suspensão da prescrição em favor de um dos credores aos outros aproveita.

Origem

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2004

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Q.2208

Assinale a alternativa correta:

- (a) Decadência e prescrição são causas de extinção de direito, então a sentença correspondente é de natureza declaratória, não ocorrendo o julgamento do mérito;
- (b) Reputam-se conexas duas ou mais ações sempre que há identidade quanto as partes e a causa de pedir;
- (c) O autor poderá alterar o seu pedido, após a citação do réu, com seu consentimento, até o saneamento do processo;
- (d) A sentença que indefere a inicial em razão de decadência é de mérito e faz coisa julgada formal.

Origem

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2004

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Q.2209

Origem

Assinale o item correto

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2004

- (a) Para exercer o direito de transferência, o superficiário pagará ao proprietário o laudêmio, que não poderá exceder de 2,5(b) O proprietário pode conceder a outrem, designado superficiário, o direito transferível de construir ou plantar em seu terreno, por tempo determinado, mediante escritura pública;
- (c) Considera-se fiduciária a propriedade resolúvel de coisa móvel infungível que o devedor, com o escopo de garantia, transfere ao credor;
- (d) O Código Civil manteve o sistema de constituição dos direitos reais dos móveis pela tradição e pela transcrição do título no registro competente relativamente aos imóveis.

Assuntos relacionados

Propriedade

Q.2210

Origem

Assinale a alternativa incorreta:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2004

- (a) Conforme o Código Civil Brasileiro a transação e o compromisso são formas especiais de extinção das obrigações;
- (b) As obrigações de dar podem ser divisíveis ou indivisíveis;
- (c) O contrato de adesão é integralmente elaborado pelo peticitante;
- (d) Em tema de vício redibitório a teoria mais aceita e acertada é a do inadimplemento contratual.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

Q.2211

Origem

Assinale o item correto

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2004

- (a) A multa cominatória nas obrigações de fazer pode ser modificada pelo juiz, para mais ou para menos, respeitado o valor pecuniário da obrigação a ser cumprida.
- (b) À execução da obrigação de entrega de coisa certa decorrente de título executivo judicial não cabem embargos de retenção por benfeitoria.
- (c) Cabe a imposição de multa pecuniária por tempo de atraso tanto nas ações que tenham por objeto o cumprimento de obrigação de fazer como naquelas que tenham por objeto a entrega de coisa.
- (d) Com o advento das reformas por que passou o Código de Processo Civil, a partir de 1994, é possível afirmar que o Livro II do CPC (Processo de Execução) sofreu sensível redução no seu âmbito de vigência material.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

74.2 OAB-DF :: OAB - III Exame 2004

Q.2212

Origem

No campo das obrigações:

OAB-DF :: OAB - III Exame 2004
OAB/DF
2004

(a) A obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela embora não mencionados, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso;

(b) A obrigação de dar coisa incerta corresponde a uma etapa posterior à configuração de dar coisa certa, na medida em que ainda não se conhece individualizadamente a coisa a ser entregue;

(c) A obrigação de fazer tem a subespécie infungível como única possível;

(d) Trata-se da substituição do credor que é pago por aquele que paga a dívida ou fornece a quantia para o pagamento, a isto se chama de imputação de pagamento.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

74.3 OAB-DF :: OAB

Q.2213

Origem

Sobre a desconsideração da pessoa jurídica:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2004

(a) O Código Civil consagrou a fraude como elemento necessário à aplicação da desconsideração da personalidade jurídica;

(b) No direito brasileiro, a teoria da desconsideração da personalidade jurídica desafiava a regra do art. 20 do Código Civil de 1916, que afirmava terem as pessoas jurídicas existência distinta da dos seus membros;

(c) No plano doutrinário, cabe invocar essa teoria quando a consideração da sociedade empresária implica a licitude dos atos praticados, exsurgindo a ilicitude apenas em seguida à desconsideração da personalidade da referida sociedade;

(d) A aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica dispensa a propositura de ação autônoma para tal;

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

Q.2214

Origem

Assinale o item correto

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2004

(a) A assunção de dívida, figura positivada pelo Código Civil brasileiro, guarda certa simetria com a cessão de crédito e tem afinidade com a novação subjetiva passiva;

(b) Na cessão de crédito, o devedor pode opor ao cessionário as exceções que lhe competir, bem como as que, no momento em que veio a ter conhecimento da cessão, tinha contra o cedente. Na assunção de dívida, o novo devedor não pode opor ao credor as exceções pessoais que competiam ao devedor primitivo;

(c) Na novação subjetiva passiva, novo devedor sucede ao antigo, extinguindo-se o débito anterior;

(d) Para que ocorra a novação é necessário ânimo de novar expresso.

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

Q.2215

Origem

Assinale a alternativa correta:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2004

(a) O casamento pode ser anulado por vício de vontade, se houver por parte de um dos nubentes, ao consentir, erro quanto ao objeto principal da declaração;

Assuntos relacionados

(b) A **affectio societatis** é a base da comunhão de bens no matrimônio;

Casamento

(c) O princípio da irrevogabilidade permanece vigente no Código Civil, quanto ao regime de bens entre os cônjuges;

(d) O companheiro na união estável é havido como herdeiro necessário conforme diploma legal civilista.

74.4 OAB-DF :: OAB - III Exame 2004

Q.2216

Origem

Sobre a invalidade do negócio jurídico:

OAB-DF :: OAB - III Exame 2004
OAB/DF
2004

(a) O sistema de invalidades do casamento, do processo civil; foge ao regime comum dos negócios jurídicos, regendo-se pelas regras particulares próprias;

Assuntos relacionados

(b) O Ministério Público jamais poderá alegar nulidade absoluta;

Casamento

(c) Os prazos de invalidade do negócio jurídico, quanto aos defeitos, de conformidade com o Código Civil são prescricionais;

(d) A anulabilidade é reconhecida por meio de ação declaratória.

74.5 OAB-DF :: OAB

Q.2217

Origem

Em tema de contratos é correto afirmar:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2004

(a) A promessa de recompensa exemplifica certo negócio jurídico bilateral;

(b) O contrato estimatório exemplifica certo contrato unilateral;

(c) O empreiteiro de uma obra pode contribuir para ela só com seu trabalho, caracterizando a empreitada de labor;

Assuntos relacionados

(d) A aceitação fora do prazo, com adições, restrições, ou modificações, não altera a proposta originária.

Contratos

Q.2218

Origem

Quanto aos contratos:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2004

- (a) O Código Civil brasileiro, diferentemente do que o antecedeu, prevê a função social do contrato como princípio a ser seguido e que, em certo sentido, limita o princípio do pacta sunt servanda;
- (b) O Código Civil de 1916, diferentemente do atual, não possuía disposição expressa cuidando da boa-fé objetiva;
- (c) A resolução do contrato por onerosidade excessiva pressupõe, no Código Civil brasileiro, tratar-se de i) contrato de execução continuada ou diferida; ii) situação extremamente vantajosa para a outra parte, em virtude de acontecimento extraordinário e imprevisível;
- (d) A lesão enorme, no novo Código Civil, é causa de nulidade do contrato.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.2219

Origem

Assinale o item correto

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2004

- (a) No contrato estimatório, o consignante transfere ao consignatário, temporariamente, o poder de alienação da coisa móvel consignada, com opção de pagamento do preço ajustado ou sua restituição no prazo ajustado;
- (b) O bem objeto do contrato estimatório não pode ser objeto de penhora pelos credores do consignatário, enquanto não pago integralmente o preço devido ao consignante;
- (c) Constitui anatocismo, vedado pelo direito civil, a capitalização anual de juros nos contratos de mútuo com fins econômicos;
- (d) Diversamente do anterior, o Código Civil brasileiro dispõe sobre o enriquecimento sem causa determinando que seja restituído o indevidamente auferido, com atualização dos valores monetários.

Assuntos relacionados

Contratos

74.6 OAB-DF :: OAB - III Exame 2004

Q.2220

Origem

Com relação ao direito dos contratos, marque a alternativa correta:

OAB-DF :: OAB - III Exame 2004
OAB/DF
2004

- (a) Quando se determina a área do imóvel que se está vendendo e se estipula preço por medida de extensão, estamos falando de venda "ad mensuram";
- (b) Em relação ao contrato de compra e venda é lícito a aqueles que tem o dever de ofício ou por profissão de zelar pelos bens alheios de adquirir estes bens para si;
- (c) As partes em momento algum do firmamento do contrato poderão por meio de cláusulas expressas excluir ou diminuir sua responsabilidade pela evicção;
- (d) O direito do adquirente de coisa que possua vício redibitório terá direito a somente a rescisão do contrato por meio de ação rescisória, onde deverá reaver a quantia paga pelo bem.

Assuntos relacionados

Contratos

74.7 OAB-DF :: OAB

Q.2221

Origem

Assinale o item correto

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2004

- (a) O direito à integridade física compreende a proteção jurídica ao corpo humano, quer em sua totalidade, quer em relação a tecidos, órgãos e partes do corpo humano suscetíveis de separação e individualização;
- (b) O indivíduo é livre para deliberar sobre a concessão ou não de material para fins de exame de DNA. A negativa, entretanto, gerará presunção absoluta da veracidade do fato que se pretendia provar;
- (c) Não basta o adultério da mulher, ainda que confessado, para elidir a presunção legal de paternidade;
- (d) Cabe ao marido o direito de contestar a paternidade dos filhos nascidos de sua mulher, sendo tal ação imprescritível.

Assuntos relacionados

Q.2222

Origem

Assinale a alternativa incorreta:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2004

- (a) A sentença que versa sobre ausência será constitutiva e objeto de registro, conforme fundamentação na Lei 6.015/73;
- (b) A expressão desconconsideração da pessoa jurídica teve como base famosos casos decididos em sistemas da **common law** ;
- (c) O Código Civil Brasileiro consagrou a teoria do abuso de direito;
- (d) Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros se a obrigação for indivisível.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2223

Origem

Assinale a alternativa correta:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2004

- (a) O costume conserva ainda o posto de segunda fonte de direito subjetivo conforme Lei de Introdução do Código Civil;
- (b) O legislador civilista dividiu os artigos que tratam dos direitos de personalidade nos de natureza e tutela destes direitos; e os demais artigos referem-se a específicos direitos de personalidade; o direito à integridade psicofísica, o direito à imagem e o direito à privacidade;
- (c) O erro quanto ao objeto principal da declaração é aquele que incide sobre as qualidades essenciais do objeto;
- (d) Sobre o tema pagamentos em consignação são cabíveis duas observações: A primeira é de que se trata de uma forma de extinção das obrigações, caracterizando-se em um pagamento "indireto" da prestação avençada. A segunda é a de que a consignação em pagamento não se trata de um dever, mas sim em mera faculdade do devedor, que não pôde adimplir a obrigação, por culpa do credor.

Assuntos relacionados

Direito civil

74.8 OAB-DF :: OAB - III Exame 2004

Q.2224

Origem

” Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum”.

OAB-DF :: OAB - III Exame 2004
OAB/DF
2004

- (a) Verifica-se no texto o planejamento social da norma jurídica;
- (b) O legislador considera primordiais valores sociais sobre os individuais, escolhendo claramente uma posição sobre a finalidade social do direito;
- (c) Não se atende e nem se considera o fim social da lei;
- (d) A função social da lei consoante a Lei de Introdução ao Código Civil não tem similar em qualquer diploma legal.

Assuntos relacionados

Direito civil

74.9 OAB-DF :: OAB

Q.2225

Origem

Assinale a alternativa incorreta:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2004

- (a) A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Introdução ao Código Civil adotaram o princípio da irretroatividade das leis como regra geral;
- (b) A analogia juris consiste em um conjunto de normas para obter elementos que permitam a sua aplicabilidade ao caso concreto não previsto, mas similar;
- (c) Em tema de eficácia da lei no espaço o nosso país adota o princípio rígido da extraterritorialidade;
- (d) As fontes secundárias na Lei de Introdução ao Código Civil são: analogia, costumes e princípios gerais de direito.

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

74.10 OAB-DF :: OAB - III Exame 2004

Q.2226

Origem

As principais funções da Lei de Introdução ao Código Civil são:

OAB-DF :: OAB - III Exame 2004
OAB/DF
2004

- (a) Impor a eficácia geral e abstrata da obrigatoriedade, inadmitindo a ignorância da lei vigente;
- (b) Desregulamentar o direito intertemporal;
- (c) Desregulamentar o direito internacional privado no Brasil;
- (d) Regular a existência e eficiência das normas jurídicas.

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

74.11 OAB-DF :: OAB

Q.2227

Origem

Assinale o item correto

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2004

- (a) O Código Civil disciplinou de forma autônoma os direitos da personalidade e determinou que essa disciplina seja aplicável, no que couber, às pessoas jurídicas;
- (b) O instituto da ausência, antes regulado no direito de família, figura, hoje, na parte geral do Código Civil e contempla um triplice aspecto: curadoria dos bens do ausente, sucessão provisória e sucessão definitiva;
- (c) O Código Civil admite a declaração de morte presumida sem decretação de ausência;
- (d) Na esteira do que já estava definido na Constituição de 1988, o Código Civil consagrou a responsabilidade subjetiva das pessoas jurídicas de direito público interno.

Assuntos relacionados

Bens

Q.2228

Origem

Assinale o item correto

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2004

- (a) Os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado, mas a obrigação de reparar é intransmissível, por ser de natureza personalíssima;
- (b) O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes;
- (c) É objetiva a responsabilidade pelo fato do produto prevista no Código Civil brasileiro;
- (d) A responsabilidade civil decorrente do abuso de direito independe de culpa e fundamenta-se no critério objetivo-finalístico.

Assuntos relacionados

Bens

74.12 OAB-DF :: OAB - III Exame 2004

Q.2229

Origem

Quanto aos bens:

OAB-DF :: OAB - III Exame 2004
OAB/DF
2004

- (a) Consideram-se bens móveis o direitos à sucessão aberta;
- (b) Consideram-se bens imóveis as energias que tenham valor econômico;
- (c) O direito de autor é bem móvel;
- (d) Os frutos armazenados em um depósito para expedição ou venda são percebidos;

Assuntos relacionados

Bens

Q.2230

Origem

Assinale a alternativa correta:

OAB-DF :: OAB - III Exame 2004
OAB/DF
2004

- (a) O Juiz verifica conforme Código de Processo Civil, quando da inspeção judicial, pessoas, livros contábeis, bens da parte contrária;
- (b) Cabe recurso especial contra acórdão, proferido em recurso ordinário;
- (c) Cabe efeito modificativo nos embargos declaratórios, regra geral, sempre que apresentado pelo embargante;
- (d) Os embargos declaratórios serão opostos no prazo de 5 (cinco) dias, indicando-se o ponto obscuro, contraditório ou omissivo.

Assuntos relacionados

Bens

Q.2231

Origem

Assinale a alternativa correta:

OAB-DF :: OAB - III Exame 2004
OAB/DF
2004

- (a) A penhora é instituto irretratável;
- (b) As modalidades de hasta pública adotada pelo Código de Processo Civil são: 1 - Em praça - Quando se trata de bens imóveis; 2 - Em leilão público - os bens imóveis, com exceção dos títulos cuja alienação couber a corretores de Bolsas de Valores; 3 - Em pregão de Bolsa de Valores - Quando se tratar de títulos emitidos por pessoas jurídicas de direito público interno e os que lhe são equiparados;
- (c) A fraude à execução tem como pressupostos o "eventus damni" e o "consilium fraudis";
- (d) A existência de questão federal de natureza infra constitucional é pressuposto de recurso extraordinário.

Assuntos relacionados

Bens

74.13 OAB-DF :: OAB

Q.2232

Origem

Assinale a alternativa incorreta:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2004

- (a) O Código Civil admite o erro de direito como inescusável, mesmo não implicando recusa à aplicação da lei, sendo o motivo único ou principal do negócio jurídico;
- (b) Em tema de obrigatoriedade das leis a teoria da necessidade social defendida por Clovis Bevilacqua é a mais aceita porque encontra-se fundamentada no fato de ser a lei obrigatória, devendo ser cumprida por todos, não de forma presumida ou ficta, a fim de se garantir a paz social e a garantia das relações jurídicas;
- (c) A lei tem como regra geral caráter permanente, mantendo-se em vigor até ser revogada por outra lei, caracterizando o princípio da continuidade;
- (d) A teoria da realidade pertence a uma das variáveis da teoria afirmativista.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.2233

Origem

Assinale o item correto

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2004

- (a) Dentre as inovações mais marcantes do Código Civil está a inserção do negócio jurídico como conceito e modelo de ato jurídico peculiar ao direito civil, em que predomina a autonomia da vontade, com as exceções cabíveis;
- (b) Tanto o testamento, que é unilateral, como o contrato, que é bilateral, são negócio jurídico;
- (c) O negócio jurídico é anulável por erro, dolo, coação, simulação, estado de perigo, lesão e fraude contra credores;
- (d) Partindo da premissa de que o negócio jurídico é o ato voluntário de efeitos também voluntários e de que o ato jurídico, em sentido estrito, é o ato voluntário de efeitos legais, pode-se afirmar que o dirigismo contratual provoca uma redução do âmbito de incidência do conceito de negócio jurídico.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

74.14 OAB-DF :: OAB - III Exame 2004

Q.2234

Origem

Sobre fatos jurídicos e negócio jurídico:

OAB-DF :: OAB - III Exame 2004
OAB/DF
2004

- (a) A expectativa de direito é idêntica aos direitos não deferidos;
- (b) A confusão é uma das formas de extinção dos direitos;
- (c) O Código Civil de 2002 adota a teoria unitária com base na escola alemã;
- (d) A finalidade do negócio jurídico está prevista exclusivamente em lei.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

74.15 OAB-DF :: OAB

Q.2235

Origem

Assinale a alternativa correta:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2004

- (a) A policação é uma declaração receptícia de vontade, dirigida pelo policante ao oblato, por força da qual o primeiro manifesta sua intenção de se considerar vinculado se a outra parte aceitar;
- (b) Os elementos integrantes do contrato de compra e venda são a coisa e o preço;
- (c) A "res nullius" é coisa sem dono porque foi abandonada pelo seu proprietário;
- (d) O Código Civil Brasileiro manteve o mesmo posicionamento jurídico daquele que o antecedeu, no sentido de que a obrigação de prestar alimentos transmite-se aos herdeiros do devedor.

Assuntos relacionados

74.16 OAB-DF :: OAB - III Exame 2004

Q.2236

Origem

Em tema de direitos de personalidade:

OAB-DF :: OAB - III Exame 2004
OAB/DF
2004

- (a) Os direitos de personalidade traduzem alicerce jurídicas com base exclusivamente na doutrina germânica, especialmente após a II Guerra mundial;
- (b) Os direitos da personalidade caracterizam-se por serem apenas absolutos e extrapatrimoniais;
- (c) Aquelas pessoas portadoras de uma incontável compulsão pela amputação de um membro específico de seu corpo, em razão do desconforto de estarem presos em um corpo que não corresponde à verdadeira identidade física que gostariam de ter, denominam-se wannabes;
- (d) Os elementos que permitem integrar o nome objetivando distinguir pessoas de uma mesma família com nomes iguais denomina-se cognomes.

Assuntos relacionados

74.17 OAB-DF :: OAB

Q.2237

Origem

Assinale a alternativa correta:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2004

- (a) Em tema dos interditos a interdição deve ser promovida: pelos pais ou tutores; pelo cônjuge; ou por qualquer parente; pelo Ministério Público;
- (b) O direito de anular a partilha correspondente a 1(hum) ano, sendo o prazo prescricional;
- (c) São herdeiros necessários os descendentes, os ascendentes e os colaterais até o 4º grau;
- (d) São testamentos ordinários: o público; o cerrado; o particular e conjuntivo.

Assuntos relacionados

Capítulo 75

TRT 12ª

75.1 TRT 12ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.2238

A respeito dos efeitos da posse é CORRETO afirmar:

- (a) O possuidor de boa fé tem direito à indenização e direito de retenção das benfeitorias necessárias, úteis e voluptuárias que realizar no imóvel.
- (b) O possuidor de boa fé não responde pela perda da coisa a menos que tenha agido com culpa.
- (c) O possuidor de má fé não tem direito aos frutos nem às despesas de produção e custeio.
- (d) O possuidor de má fé não tem direito à indenização por benfeitorias.
- (e) O possuidor de má fé responde pela perda da coisa, salvo se acidental.

Origem

TRT 12ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 12ª
2004

Assuntos relacionados

Posse

Q.2239

A respeito da solidariedade, é CORRETO afirmar:

- (a) Na solidariedade ativa de obrigação pecuniária, se um dos credores solidários falecer, cada um dos herdeiros poderá por inteiro a quota que cabia ao autor da herança.
- (b) Em razão da solidariedade ativa, o julgamento contrário a um dos co-credores atinge os demais.
- (c) Na solidariedade passiva, falecendo um dos devedores, cada um dos seus herdeiros poderá ser obrigados a pagar o total da dívida, desde que não exceda o valor total da herança.
- (d) Se o credor exonerar da solidariedade um dos co-devedores, ela subsistirá em relação aos demais.
- (e) Pelos juros de mora responderá apenas o co-devedor contra o qual a ação foi proposta e não pagou a dívida.

Origem

TRT 12ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 12ª
2004

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

Q.2240

Origem

A respeito da incapacidade civil, é CORRETO afirmar:

TRT 12ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 12ª
2004

- (a) A incapacidade pode ser alegada pelo próprio incapaz, pelo outro contratante ou pelo terceiro prejudicado, desde que relativa.
- (b) A declaração da incapacidade relativa aproveita a todos os co-interessados capazes.
- (c) São relativamente incapazes os que, por enfermidade, não tiverem o necessário discernimento para a prática do ato impugnado.
- (d) São relativamente os que não puderem exprimir sua vontade.
- (e) São relativamente incapazes os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

Q.2241

Origem

Em relação ao compromisso de compra e venda, é CORRETO afirmar:

TRT 12ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 12ª
2004

- (a) Para que o promitente comprador tenha direito real à aquisição da propriedade, é necessário que o compromisso tenha sido averbado à margem da matrícula.
- (b) O compromisso com cláusula de arrependimento pode ser objeto de adjudicação compulsória.
- (c) O compromisso de compra e venda é necessário sempre que o imóvel for vendido à prestação ou se estiver realizando a construção por incorporação imobiliária.
- (d) No caso de descumprimento do pactuado, a sentença judicial não poderá substituir a declaração de vontade de um dos contratantes.
- (e) O inadimplemento de contrato preliminar não admite execução específica.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.2242

Origem

A respeito do inadimplemento é CORRETO afirmar:

TRT 12ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 12ª
2004

- (a) Implica em inadimplemento relativo o pagamento efetuado fora do tempo, lugar ou forma convencionados.
- (b) A mora do devedor é objetiva, a do devedor é culposa.
- (c) Na responsabilidade civil subjetiva, a mora do devedor conta-se da propositura da ação indenizatória.
- (d) A mora do credor isenta o devedor da responsabilidade pela guarda da coisa.
- (e) O devedor em mora responde pela impossibilidade da prestação, salvo hipótese de caso fortuito ou força maior.

Assuntos relacionados

Inadimplemento das obrigações

Q.2243

Origem

A respeito da locação de imóveis residenciais urbanos é CORRETO afirmar:

TRT 12ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 12ª
2004

- (a) Durante o prazo indeterminado, o locador somente pode pleitear o despejo do locatário se o fizer para uso próprio, de ascendente ou descendente.
- (b) Se o imóvel for vendido no curso da locação, o adquirente deverá respeitar o contrato celebrado para finalidade residencial.
- (c) Se o inquilino falecer, a locação extinguir-se-á.
- (d) O locador poderá exercer denúncia vazia se a locação era por prazo determinado de trinta meses.
- (e) O locatário pode sublocar o imóvel sem anuência do locador.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.2244

Origem

A respeito da resolução do contrato por onerosidade excessiva, é CORRETO afirmar:

TRT 12ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 12ª
2004

- (a) A parte pode pedir a resolução do contrato por onerosidade excessiva se a prestação tornou-se impossível, gerando o enriquecimento da outra parte.
- (b) A resolução poderá ser evitada, se o réu concordar em modificar equitativamente as cláusulas do contrato.
- (c) À parte assiste o direito de pleitear a resolução do contrato, mas não a sua revisão.
- (d) Os efeitos da sentença que decretar a resolução retroagirão à data da assinatura do contrato.
- (e) A resolução poderá ser pleiteada se a prestação ficou onerosa em razão de acontecimento imprevisto anterior à assinatura do contrato.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.2245

Origem

Sobre a cláusula penal, é CORRETO afirmar:

TRT 12ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 12ª
2004

- (a) A cláusula penal será compensatória quando se referir ao descumprimento de uma cláusula específica do contrato.
- (b) Uma vez fixada a cláusula penal, ela será o máximo de indenização a que terá direito a parte prejudicada pelo inadimplemento.
- (c) A cláusula penal é o mínimo de indenização, podendo a parte pleitear no juízo cível a diferença.
- (d) A parte prejudicada somente poderá pleitear indenização adicional se houver no contrato expressa autorização para tal.
- (e) O juiz não pode reduzir o valor da cláusula penal estabelecida no contrato pelas partes.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.2246

Origem

Sobre a invalidade do negócio jurídico, é CORRETO afirmar:

TRT 12ª: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 12ª
2004

- (a) Ato praticado com erro, dolo, coação, simulação é anulável.
- (b) Apenas ato anulável pode ser confirmado pela novação.
- (c) A anulabilidade pode ser pronunciada a qualquer tempo ou grau de jurisdição, inclusive de ofício pelo Magistrado.
- (d) É de três anos o prazo de decadência para anulação do negócio jurídico.
- (e) A invalidade da obrigação principal implica na invalidade das acessórias, e a nulidade das acessórias, implica na nulidade das acessórias.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Capítulo 76

TRT 14^a

76.1 TRT 14^a:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.2247

Origem

ANALISE AS PROPOSIÇÕES:

- I. A um dos credores solidários não pode o devedor opor as exceções pessoais oponíveis aos outros.
- II. Enquanto alguns dos credores solidários não demandar o devedor comum, a qualquer daqueles poderá este pagar.
- III. Convertendo-se a prestação em perdas e danos, extingue-se, para todos os efeitos, a solidariedade.
- IV . Importará renúncia da solidariedade a propositura de ação pelo credor contra um ou alguns dos devedores. Aponte a alternativa correta:

- (a) apenas as proposições III e IV estão erradas
- (b) apenas as proposições I e III estão corretas
- (c) apenas a proposição III está errada
- (d) apenas a proposição IV está errada
- (e) apenas as proposições II e IV estão corretas

TRT 14^a:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14^a
2004

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

Q.2248

Origem

A TRANSAÇÃO:

- (a) far-se-á por escritura pública, nas obrigações em que a lei exige, ou por instrumento particular
- (b) far-se-á por instrumento particular, ainda que recair sobre direitos contestados em juízo
- (c) se anula por erro de direito a respeito das questões que foram objeto de controvérsia entre as partes
- (d) não é passível de anulação em caso de nulidade de uma cláusula
- (e) em se tratando de coisas indivisíveis, aproveita a terceiros

TRT 14^a:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14^a
2004

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

Q.2249

Origem

EM RELAÇÃO ÀS CARACTERÍSTICAS DA SOCIEDADE COOPERATIVA, PODEMOS AFIRMAR QUE:

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14ª
2004

- (a) É necessário o ato de constituição e capital social
- (b) Não exige, para sua criação, número mínimo e máximo de sócios
- (c) Há a possibilidade de transferências das quotas a terceiros, inclusive por herança
- (d) Há limitação do valor da soma de quotas do capital social que cada sócio poderá tomar
- (e) Para que o sócio tenha direito a voto nas deliberações, necessário que sua participação seja superior a 10

Assuntos relacionados

Sociedade

Q.2250

Origem

APONTE A ALTERNATIVA CORRETA:

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14ª
2004

- (a) Velará pelas fundações o Ministério Público do Estado onde situadas. Se estenderem suas atividades por mais Estado, caberá o encargo ao órgão ministerial da localidade em que se situar a sede principal da fundação
- (b) Se o estatuto não for elaborado no prazo assinado pelo instituidor, ou, não havendo prazo, em cento e oitenta dias, o Ministério Público poderá requerer a interdição da fundação
- (c) Para que se possa alterar o estatuto da fundação é mister que a reforma seja deliberada por um terço dos competentes para gerir e representar a fundação
- (d) Nos termos do parágrafo único do art. 62 do Código Civil, a fundação somente poderá constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.. Porém, a constituição de fundação para fins científicos, educacionais ou de promoção do meio ambiente está compreendida nesse permissivo legal
- (e) Tornando-se ilícita, impossível ou inútil a finalidade a que visa a fundação, ou vencido o prazo de sua existência, o órgão do Ministério Público lhe promoverá a sua extinção, leiloando os seus bens, entregando-se produto arrecadado a outra fundação, designada pelo juiz, que se proponha a fim igual ou semelhante

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

Q.2251

Origem

ANALISE AS PROPOSIÇÕES DADAS:

I. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil: os menores de dezesseis anos; os que, por deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos; os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade; os pródigos.

II. São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer: os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos; os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido; os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo; os pródigos.

III. Cessará, para os menores, a incapacidade: pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor não tiver dezesseis anos completos; pelo casamento; pelo exercício de emprego efetivo, com registro na CTPS e pelo estabelecimento civil ou comercial, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.

IV . Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência: se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida; se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até três anos após o término da guerra. Aponte a alternativa correta:

- (a) apenas as proposições II e IV estão corretas
- (b) apenas as proposições I e III estão corretas
- (c) apenas a proposição IV está correta
- (d) apenas a proposição I está correta
- (e) apenas a proposição II está correta

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14ª
2004

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

Q.2252

Origem

PERDE EFICÁCIA, QUANDO NÃO AJUIZADA A AÇÃO PRINCIPAL DENTRO DOS 30 [TRINTA] DIAS SEGUINTE À CONCESSÃO DA LIMINAR OU À PROLAÇÃO DA SENTENÇA FAVORÁVEL, A SEGUINTE MEDIDA JUDICIAL:

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14ª
2004

- (a) arresto
- (b) protesto interruptivo da prescrição
- (c) exibição
- (d) produção antecipada de provas
- (e) interpelação

Assuntos relacionados

Provas

Q.2253

Origem

A RESPEITO DAS PROVAS É CORRETO AFIRMAR QUE:

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14ª
2004

- (a) o perito será nomeado sempre pelo juiz da causa, mesmo que o exame tenha de ser realizado em localidade diferente do lugar do foro
 - (b) o prazo para entrega do laudo pericial poderá ser prorrogado pelo juiz uma só vez
 - (c) os pareceres dos assistentes técnicos serão apresentados em juízo dentro do mesmo prazo assinalado para entrega do laudo pelo perito judicial
 - (d) a juntada de laudos técnicos, na inicial e na contestação, impede a realização da perícia judicial
 - (e) os peritos são obrigados a comparecer à audiência judicial para prestação de esclarecimentos complementares, desde que notificados do ato com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência
-

Assuntos relacionados

Provas

José Bonifácio ajuizou, em fevereiro/2004, execução fundada em uma nota promissória emitida por Pedro de Alcântara, no valor de R\$ 5.000,00 e vencida em 20.12.2003. Ao receber a petição, percebeu o juiz que a petição inicial não informava o endereço do executado. Considerando a celeridade que deve ser imprimida à execução, notificou o advogado a completar sua petição em 5 dias, sob pena de indeferimento. O advogado do exequente, então, atendeu a ordem judicial, porém apenas no nono dia. O juiz, imediatamente, determinou a expedição de mandado de citação e penhora. Citado em 19.3.2004, o executado não pagou nem nomeou bens à penhora. O oficial de justiça, então, penhorou um conjunto de jóias, inclusive uma bela aliança de casamento pertencente à esposa de Pedro. O executado foi intimado da penhora em 2.4.2004, 6ª-feira, e o auto de penhora, com a certidão de tal intimação, foi juntado no dia 9.4.2004. Pedro, por meio de advogado, ofereceu embargos à execução no dia 20.4.2004, 3ª-feira. Em preliminar, sustentou que a o processo de execução deveria ser extinto por inépcia da petição inicial, já que a emenda não foi ofertada no prazo assinalado pelo juiz. Disse o embargante, no mérito, que a dívida era inexigível porque correspondia ao valor de uma motocicleta que lhe foi vendida pelo embargado e que, dois dias depois de entregue, teve uma pane elétrica que causou um incêndio com total destruição do veículo e ferimentos leves no condutor. Intimado da oposição dos embargos, José impugnou-os, sustentando, preliminarmente [a] a preclusão temporal porque a ação do executado fora proposta mais de dez dias após a efetivação da penhora e [b] a impossibilidade jurídica de discussão da matéria concernente a supostos vícios do bem, pois apenas nulidades processuais, pagamento, novação, transação, prescrição ou outros meios de remissão da dívida seriam alegáveis em sede de embargos. O juiz, depois de audiência de instrução em que ouviu as partes e três testemunhas, julgou os embargos. Rejeitou as preliminares de inépcia da inicial da execução e de intempestividade dos embargos e, no mérito, tendo por provados os vícios sobre o objeto adquirido, julgou procedentes os embargos, declarando a inexistência da dívida fundada em tal título, mas acolheu a preliminar suscitada pelo embargado, reconhecendo que os embargos não poderiam versar sobre aquela espécie de matéria fática. O executado apelou da sentença. Verificando que o recurso foi tempestivamente apresentado, o juiz recebeu-o, imprimindo-lhe efeito suspensivo, paralisando a execução. Antes que os autos subissem ao Tribunal de Justiça, o executado peticionou para solicitar a liberação dos bens penhorados. O juiz deferiu em parte o requerimento. OS EMBARGOS OFERECIDOS POR PEDRO PODERIAM TRATAR, DENTRE AS MATÉRIAS VENTILADAS POR SEU ADVOGADO, DE:

- (a) questões processuais e qualquer matéria referente à constituição da dívida representada pelo título executivo
- (b) questões processuais, exclusivamente
- (c) nenhuma das matérias constantes de sua ação
- (d) qualquer tema atinente à constituição da dívida, exclusivamente
- (e) questões processuais ou defeitos extrínsecos do título executivo, exclusivamente

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14ª
2004

Assuntos relacionados

Casamento

Q.2255

Origem

José Bonifácio ajuizou, em fevereiro/2004, execução fundada em uma nota promissória emitida por Pedro de Alcântara, no valor de R\$ 5.000,00 e vencida em 20.12.2003. Ao receber a petição, percebeu o juiz que a petição inicial não informava o endereço do executado. Considerando a celeridade que deve ser imprimida à execução, notificou o advogado a completar sua petição em 5 dias, sob pena de indeferimento. O advogado do exequente, então, atendeu a ordem judicial, porém apenas no nono dia. O juiz, imediatamente, determinou a expedição de mandado de citação e penhora. Citado em 19.3.2004, o executado não pagou nem nomeou bens à penhora. O oficial de justiça, então, penhorou um conjunto de jóias, inclusive uma bela aliança de casamento pertencente à esposa de Pedro. O executado foi intimado da penhora em 2.4.2004, 6ª-feira, e o auto de penhora, com a certidão de tal intimação, foi juntado no dia 9.4.2004. Pedro, por meio de advogado, ofereceu embargos à execução no dia 20.4.2004, 3ª-feira. Em preliminar, sustentou que a o processo de execução deveria ser extinto por inépcia da petição inicial, já que a emenda não foi ofertada no prazo assinalado pelo juiz. Disse o embargante, no mérito, que a dívida era inexigível porque correspondia ao valor de uma motocicleta que lhe foi vendida pelo embargado e que, dois dias depois de entregue, teve uma pane elétrica que causou um incêndio com total destruição do veículo e ferimentos leves no condutor. Intimado da oposição dos embargos, José impugnou-os, sustentando, preliminarmente [a] a preclusão temporal porque a ação do executado fora proposta mais de dez dias após a efetivação da penhora e [b] a impossibilidade jurídica de discussão da matéria concernente a supostos vícios do bem, pois apenas nulidades processuais, pagamento, novação, transação, prescrição ou outros meios de remissão da dívida seriam alegáveis em sede de embargos. O juiz, depois de audiência de instrução em que ouviu as partes e três testemunhas, julgou os embargos. Rejeitou as preliminares de inépcia da inicial da execução e de intempestividade dos embargos e, no mérito, tendo por provados os vícios sobre o objeto adquirido, julgou procedentes os embargos, declarando a inexistência da dívida fundada em tal título, mas acolheu a preliminar suscitada pelo embargado, reconhecendo que os embargos não poderiam versar sobre aquela espécie de matéria fática. O executado apelou da sentença. Verificando que o recurso foi tempestivamente apresentado, o juiz recebeu-o, imprimindo-lhe efeito suspensivo, paralisando a execução. Antes que os autos subissem ao Tribunal de Justiça, o executado peticionou para solicitar a liberação dos bens penhorados. O juiz deferiu em parte o requerimento. QUANTO À TEMPESTIVIDADE DOS EMBARGOS, É CORRETO AFIRMAR QUE:

- (a) os embargos foram tempestivamente apresentados, pois o prazo legal é de 30 (trinta) dias após a intimação da penhora
- (b) os embargos eram intempestivos por terem sido apresentados mais de 10 dias após a intimação da penhora
- (c) os embargos eram intempestivos por terem sido apresentados mais de 10 dias após a citação do executado
- (d) os embargos eram intempestivos por terem sido oferecidos mais de 5 dias após a intimação do executado
- (e) os embargos eram tempestivos por terem sido apresentados dentro dos 10 dias seguintes à juntada do mandado de intimação da penhora

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14ª
2004

Assuntos relacionados

Casamento

José Bonifácio ajuizou, em fevereiro/2004, execução fundada em uma nota promissória emitida por Pedro de Alcântara, no valor de R\$ 5.000,00 e vencida em 20.12.2003. Ao receber a petição, percebeu o juiz que a petição inicial não informava o endereço do executado. Considerando a celeridade que deve ser imprimida à execução, notificou o advogado a completar sua petição em 5 dias, sob pena de indeferimento. O advogado do exeqüente, então, atendeu a ordem judicial, porém apenas no nono dia. O juiz, imediatamente, determinou a expedição de mandado de citação e penhora. Citado em 19.3.2004, o executado não pagou nem nomeou bens à penhora. O oficial de justiça, então, penhorou um conjunto de jóias, inclusive uma bela aliança de casamento pertencente à esposa de Pedro. O executado foi intimado da penhora em 2.4.2004, 6ª-feira, e o auto de penhora, com a certidão de tal intimação, foi juntado no dia 9.4.2004. Pedro, por meio de advogado, ofereceu embargos à execução no dia 20.4.2004, 3ª-feira. Em preliminar, sustentou que a o processo de execução deveria ser extinto por inépcia da petição inicial, já que a emenda não foi ofertada no prazo assinalado pelo juiz. Disse o embargante, no mérito, que a dívida era inexigível porque correspondia ao valor de uma motocicleta que lhe foi vendida pelo embargado e que, dois dias depois de entregue, teve uma pane elétrica que causou um incêndio com total destruição do veículo e ferimentos leves no condutor. Intimado da oposição dos embargos, José impugnou-os, sustentando, preliminarmente [a] a preclusão temporal porque a ação do executado fora proposta mais de dez dias após a efetivação da penhora e [b] a impossibilidade jurídica de discussão da matéria concernente a supostos vícios do bem, pois apenas nulidades processuais, pagamento, novação, transação, prescrição ou outros meios de remissão da dívida seriam alegáveis em sede de embargos. O juiz, depois de audiência de instrução em que ouviu as partes e três testemunhas, julgou os embargos. Rejeitou as preliminares de inépcia da inicial da execução e de intempestividade dos embargos e, no mérito, tendo por provados os vícios sobre o objeto adquirido, julgou procedentes os embargos, declarando a inexistência da dívida fundada em tal título, mas acolheu a preliminar suscitada pelo embargado, reconhecendo que os embargos não poderiam versar sobre aquela espécie de matéria fática. O executado apelou da sentença. Verificando que o recurso foi tempestivamente apresentado, o juiz recebeu-o, imprimindo-lhe efeito suspensivo, paralisando a execução. Antes que os autos subissem ao Tribunal de Justiça, o executado peticionou para solicitar a liberação dos bens penhorados. O juiz deferiu em parte o requerimento. AO RECEBER A APELAÇÃO O JUIZ:

- (a) deveria tê-la recebido apenas no efeito devolutivo
- (b) deveria tê-la recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo
- (c) deveria, antes de decidir, ouvir a parte contrária; estando esta de acordo com o requerimento de efeito suspensivo, o juiz o deferiria
- (d) não deveria ter admitido o recurso porque não apreciou o mérito da demanda, mas apenas um incidente processual onde o recurso utilizado é incabível
- (e) receberia o recurso como agravo retido para posterior exame pelo tribunal

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14ª
2004

Assuntos relacionados

Casamento

José Bonifácio ajuizou, em fevereiro/2004, execução fundada em uma nota promissória emitida por Pedro de Alcântara, no valor de R\$ 5.000,00 e vencida em 20.12.2003. Ao receber a petição, percebeu o juiz que a petição inicial não informava o endereço do executado. Considerando a celeridade que deve ser imprimida à execução, notificou o advogado a completar sua petição em 5 dias, sob pena de indeferimento. O advogado do exequente, então, atendeu a ordem judicial, porém apenas no nono dia. O juiz, imediatamente, determinou a expedição de mandado de citação e penhora. Citado em 19.3.2004, o executado não pagou nem nomeou bens à penhora. O oficial de justiça, então, penhorou um conjunto de jóias, inclusive uma bela aliança de casamento pertencente à esposa de Pedro. O executado foi intimado da penhora em 2.4.2004, 6ª-feira, e o auto de penhora, com a certidão de tal intimação, foi juntado no dia 9.4.2004. Pedro, por meio de advogado, ofereceu embargos à execução no dia 20.4.2004, 3ª-feira. Em preliminar, sustentou que a o processo de execução deveria ser extinto por inépcia da petição inicial, já que a emenda não foi ofertada no prazo assinalado pelo juiz. Disse o embargante, no mérito, que a dívida era inexigível porque correspondia ao valor de uma motocicleta que lhe foi vendida pelo embargado e que, dois dias depois de entregue, teve uma pane elétrica que causou um incêndio com total destruição do veículo e ferimentos leves no condutor. Intimado da oposição dos embargos, José impugnou-os, sustentando, preliminarmente [a] a preclusão temporal porque a ação do executado fora proposta mais de dez dias após a efetivação da penhora e [b] a impossibilidade jurídica de discussão da matéria concernente a supostos vícios do bem, pois apenas nulidades processuais, pagamento, novação, transação, prescrição ou outros meios de remissão da dívida seriam alegáveis em sede de embargos. O juiz, depois de audiência de instrução em que ouviu as partes e três testemunhas, julgou os embargos. Rejeitou as preliminares de inépcia da inicial da execução e de intempestividade dos embargos e, no mérito, tendo por provados os vícios sobre o objeto adquirido, julgou procedentes os embargos, declarando a inexistência da dívida fundada em tal título, mas acolheu a preliminar suscitada pelo embargado, reconhecendo que os embargos não poderiam versar sobre aquela espécie de matéria fática. O executado apelou da sentença. Verificando que o recurso foi tempestivamente apresentado, o juiz recebeu-o, imprimindo-lhe efeito suspensivo, paralisando a execução. Antes que os autos subissem ao Tribunal de Justiça, o executado peticionou para solicitar a liberação dos bens penhorados. O juiz deferiu em parte o requerimento. COM RELAÇÃO À REGULARIDADE DA PETIÇÃO INICIAL DE JOSÉ BONIFÁCIO, É CORRETO AFIRMAR QUE:

- (a) a matéria é disciplinada exclusivamente pelas normas gerais do processo de conhecimento porque não há qualquer regra atinente à regularização de petições iniciais de execução no Livro do Código de Processo Civil destinado aos processos de execução
- (b) o juiz agiu bem: não havendo regra específica no conjunto de normas reguladoras da execução judicial, adotou medida saudável para imprimir a necessária celeridade ao fixar o prazo de cinco dias para regularização
- (c) o juiz agiu mal, inicialmente: o prazo de emenda à inicial, na execução, não pode ser livremente fixado pelo juiz, pois a lei fixa prazo exato (dez dias, segundo o CPC). Todavia, a apresentação da emenda à inicial da execução no nono dia sanou a tempo qualquer irregularidade, como bem decidido no julgamento dos embargos
- (d) o juiz agiu mal: deveria ter indeferido de plano a petição de execução incompleta
- (e) pelos fins a que se presta a execução e pela inexistência de fatos a serem discutidos, pois não há cognição na execução, não se pode falar em inépcia

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14ª
2004

Assuntos relacionados

Casamento

Q.2258

Origem

ANALISE AS PROPOSIÇÕES:

I. Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual.

II. Incorre de pleno direito o devedor na cláusula penal, desde que, dolosamente, deixe de cumprir a obrigação estipulada ou se constitua em mora.

III. Quando se estipular a cláusula penal para o caso de total inadimplemento da obrigação ajustada, esta converter-se-á em alternativa a benefício do devedor.

IV . Quando se estipular a cláusula penal para o caso de mora, ou em segurança especial de outra cláusula determinada, não poderá o credor a seu arbítrio exigir a satisfação da pena cominada, juntamente com o desempenho da obrigação principal. Aponte a alternativa correta:

- (a) apenas as proposições II e IV estão corretas
- (b) apenas as proposições I e III estão corretas
- (c) apenas a proposição IV está correta
- (d) apenas a proposição I está correta
- (e) apenas a proposição II está correta

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14ª
2004

Assuntos relacionados

Inadimplemento das obrigações

Q.2259

Origem

ANALISE AS PROPOSIÇÕES:

I. São causas que interrompem a prescrição, dentre outras: o despacho do juiz ordenando a citação, mesmo que incompetente o juízo, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual; o protesto cambial; a apresentação do título de crédito em juízo de inventário ou em concurso de credores; qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.

II. A interrupção da prescrição produzida contra o principal devedor não prejudica o fiador. Igualmente, a interrupção produzida por um credor não aproveita aos outros; semelhantemente, a interrupção operada contra o co-devedor, ou seu herdeiro, não prejudica aos demais coobrigados.

III. Não corre a prescrição, dentre outras hipóteses: contra os ausentes do País em serviço público da União, dos Estados, dos Municípios e de suas autarquias, fundações ou das empresas públicas; quando pendente condição suspensiva ou ação de evicção e não estando vencido o prazo.

IV . O juiz não pode suprir, de ofício, a alegação de prescrição, salvo se favorecer o relativamente ou absolutamente incapaz. Aponte a alternativa correta:

- (a) apenas as proposições II, III e IV estão erradas
- (b) apenas as proposições I e II e IV estão corretas
- (c) apenas a proposição III está errada
- (d) apenas a proposição IV está correta
- (e) apenas as proposições I e II estão corretas

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14ª
2004

Assuntos relacionados

Títulos de crédito

Q.2260

Origem

ESTÃO SUJEITOS AO REGISTRO PÚBLICO:

- I. a interdição por incapacidade absoluta ou relativa;
- II. a emancipação por outorga dos pais ou por sentença de juiz;
- III. os atos judiciais ou extrajudiciais que declararem ou reconhecerem a filiação.
- IV . Os atos judiciais ou extrajudiciais de adoção. Assinale a resposta correta:

- (a) todas estão corretas
 - (b) apenas I e II estão corretas
 - (c) apenas II e IV estão corretas
 - (d) apenas I e IV estão corretas
 - (e) nenhuma delas está correta
-

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14ª
2004

Assuntos relacionados

Direito civil

Capítulo 77

VUNESP

77.1 OAB-SP :: OAB

Q.2261

"A", domiciliado em Curitiba, é proprietário de um sítio em Londrina, onde mantém o caseiro "B". "A" arrendou parte desse sítio a "C", que plantou, nesse local arrendado, um alqueire de cana.

(a) "A" é possuidor indireto, com *ius possessionis*; "B" é possuidor direto; "C" é possuidor ilegítimo, mas de boa-fé, com direito de retenção sobre a benfeitoria feita.

(b) "A" é possuidor direto, com *ius possidendi*; "B" é possuidor indireto; "C" é possuidor de boa-fé, mas sem direito de retenção pela acessão realizada.

(c) "A" é possuidor indireto, com *ius possidendi*; "B" é detentor; "C" é possuidor legítimo, de boa-fé, com direito de retenção sobre a acessão feita.

(d) "A" é possuidor indireto, com *ius possessionis*; "B" é detentor; "C" é possuidor legítimo, de boa-fé, com direito de retenção pela benfeitoria realizada.

Origem

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2004

Assuntos relacionados

Posse

77.2 OAB-PE :: OAB

Q.2262

É caso de extinção do processo sem julgamento do mérito:

(a) quando as partes transigirem.

(b) quando o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição.

(c) quando o autor renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação.

(d) quando se verificar a ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo.

Origem

OAB-PE :: OAB
VUNESP
2004

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Q.2263

Origem

O processo será extinto sem julgamento do mérito quando

OAB-PE :: OAB
VUNESP
2004

- (a) as partes transigirem.
- (b) o juiz pronunciar a decadência.
- (c) o autor renunciar ao direito sobre que se funda a ação.
- (d) o juiz indeferir a inicial.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

77.3 OAB-SP :: OAB

Q.2264

Origem

A coisa julgada pode estender-se à motivação da sentença no caso de

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2004

- (a) acolhimento das alegações de prescrição ou decadência.
- (b) ações que versem sobre direitos não patrimoniais.
- (c) propositura de ação declaratória incidental.
- (d) revelia.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

77.4 OAB-PE :: OAB

Q.2265

Origem

Na administração do condomínio, compete ao síndico

OAB-PE :: OAB
VUNESP
2004

- (a) determinar o regimento interno do condomínio.
- (b) determinar as sanções a que estão sujeitos os condôminos, ou possuidores.
- (c) elaborar a quota proporcional e o modo de pagamento das contribuições dos condôminos para atender às despesas ordinárias e extraordinárias do condomínio.
- (d) elaborar o orçamento da receita e da despesa relativas a cada ano.

Assuntos relacionados

Propriedade

Q.2266

Origem

É correto afirmar que

OAB-PE :: OAB
VUNESP
2004

(a) aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como sua, por 3 anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural não superior a 50 hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.

(b) aquele que por 10 anos, sem interrupção nem oposição, possui como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé.

(c) aquele que possuir, como sua, área urbana de até 250 m², por 5 anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

(d) adquire também a propriedade do imóvel aquele que, contínua e incontestadamente, com justo título e boa-fé, possui-lo por 5 anos.

Assuntos relacionados

Propriedade

77.5 OAB-SP :: OAB

Q.2267

Origem

"A", proprietário de um veículo, empresta-o a "B", em um domingo, para este transportar um objeto seu para Guarujá. Durante o trajeto, "B", por realizar uma ultrapassagem em local proibido, abalroou e danificou o veículo de "C".

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2004

Assuntos relacionados

(a) "A" e "B" devem indenizar os prejuízos de "C", porque houve culpa *in eligendo* e *in vigilando* de "A", e negligência de "B". Trata-se de responsabilidade subjetiva de "A" e de "B".

(b) "A" e "B" devem indenizar os danos de "C", porque "A" é responsável objetivamente, por ser comitente, e "B" é responsável subjetivamente, por ter agido com culpa, sendo ambos solidários ao pagamento da indenização.

(c) "A" e "B" devem indenizar, solidariamente, os prejuízos sofridos por "C", porque são subjetivamente responsáveis.

(d) Somente "B" deve indenizar os prejuízos de "C", porque foi o único culpado. Trata-se de responsabilidade subjetiva, exclusivamente dele.

Responsabilidade civil

Q.2268

Origem

Ao atravessar determinado cruzamento, fora da faixa de pedestres, Antônio é atropelado e morto por Acácio, que dirigia o veículo do amigo, veículo esse que apresentava visíveis sinais de deterioração na lataria e na pintura, além de estar em atraso com o pagamento do IPVA. No caso,

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2004

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

(a) existe responsabilidade subjetiva do motorista (perante o dono do veículo, por via de regresso) e responsabilidade objetiva do proprietário do veículo (perante a vítima), por apresentar esse veículo visíveis sinais de deterioração na lataria e na pintura e, também, por estar em atraso com o pagamento do IPVA; responsabilidades essas atenuadas ante a ocorrência de culpa concorrente da vítima.

(b) existe responsabilidade subjetiva do motorista, por trafegar com veículo que apresenta visíveis sinais de deterioração na lataria e na pintura, e que também se encontra em atraso com o pagamento do IPVA.

(c) não existe responsabilidade do motorista, nem de seu amigo (proprietário do veículo), por ter sido o dano causado por culpa exclusiva do pedestre, o que constitui excludente total de responsabilidade civil.

(d) existe responsabilidade objetiva do proprietário do veículo, por emprestar, ao seu amigo, veículo que apresenta visíveis sinais de deterioração na lataria e na pintura, e que também se encontra em atraso com o pagamento do IPVA; responsabilidade essa atenuada ante a ocorrência de culpa concorrente da vítima.

77.6 OAB-PE :: OAB

Q.2269

Origem

O Código Civil estabelece, com relação às obrigações divisíveis e indivisíveis que

OAB-PE :: OAB
VUNESP
2004

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

(a) diante da pluralidade de credores, sendo indivisível a prestação, o devedor se desobrigará pagando a apenas um deles, desde que este lhe dê caução de ratificação dos outros credores.

(b) havendo dois ou mais devedores, cada um será responsável pela dívida toda, mesmo que a prestação seja divisível.

(c) quando se trata de obrigação divisível, o credor deverá recebê-la por partes do devedor.

(d) quando indivisível, a obrigação resolvida em perdas e danos não se descaracteriza como tal.

77.7 OAB-SP :: OAB

Q.2270

Origem

"A" e "B" obrigaram-se a entregar a "C" e "D" um boi de raça, que fugiu por ter sido deixada aberta a porteira, por descuido de "X", funcionário de "A" e "B". Pode-se dizer que a obrigação é

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2004

(a) indivisível, que se tornou divisível pela perda do objeto da prestação, com responsabilidade dos devedores "A" e "B", pela culpa de "X", seu funcionário.

(b) solidária, com responsabilidade dos devedores "A" e "B", por culpa de seu funcionário, ante a perda do objeto da obrigação.

(c) indivisível, tornando-se divisível com o perecimento do objeto, sem culpa dos devedores "A" e "B" e sem responsabilidade destes.

(d) simplesmente, divisível com o perecimento do objeto da prestação, respondendo objetivamente "A" e "B" pela culpa de seu empregado "X".

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

Q.2271

Origem

Benedito, maior e capaz, firmou declaração de dívida em nome de sociedade civil de que é proprietário de 90

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2004

(a) a declaração é anulável, mas eficaz, ante o direito de propriedade de Benedito, que se elegeu diretor, ratificando, com isso, a declaração anterior.

(b) a declaração é válida e eficaz, tendo em vista que a sociedade manifestou sua vontade por seu verdadeiro proprietário.

(c) a declaração é nula e ineficaz, temporariamente, porque Benedito, mesmo proprietário, não pode manifestar a vontade societária, enquanto não for diretor da sociedade.

(d) a declaração é inexistente e ineficaz, sem poder ratificar-se, porque a sociedade não manifestou sua vontade.

Assuntos relacionados

Sociedade

Q.2272

Origem

Oferecida a reconvenção,

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2004

(a) o processo principal fica suspenso, o autor reconvindo é citado para contestá-la no prazo de 5 dias e o juiz, com ou sem a colheita de provas, proferirá sentença julgando a reconvenção e determinando o prosseguimento ou a extinção do feito principal.

(b) o autor reconvindo será intimado na pessoa de seu procurador para contestá-la no prazo de 15 dias e o juiz, ao final, proferirá sentença única, julgando a ação e a reconvenção.

(c) o processo principal fica suspenso, o autor reconvindo é intimado na pessoa de seu advogado para apresentar contestação no prazo de 5 dias e o juiz, ao final, proferirá sentença julgando a reconvenção para, só depois, retomar a ação principal o seu curso normal, uma vez que o julgamento da reconvenção não interfere no julgamento da ação.

(d) a ação principal não é suspensão, o autor reconvindo é citado para responder os termos da reconvenção no prazo de 10 dias e o juiz proferirá decisão admitindo a reconvenção, ou negando-lhe seguimento para, no primeiro caso, julgá-la em conjunto com a ação ou, no segundo caso, determinar a sua extinção e arquivamento.

Assuntos relacionados

Provas

Q.2273

Assinale a alternativa indicativa da ordem da produção das provas em audiência.

- (a) Esclarecimentos periciais, depoimento do autor, depoimento do réu, oitiva de testemunhas.
- (b) Tentativa de conciliação, depoimento do autor, depoimento do réu, esclarecimentos periciais.
- (c) Tentativa de conciliação, esclarecimentos periciais, depoimento do autor, depoimento do réu.
- (d) Depoimento do autor, depoimento do réu, oitiva de testemunhas, esclarecimentos periciais.

Origem

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2004

Assuntos relacionados

Provas

77.8 PM Ribeirão Preto-SP :: Procurador

Q.2274

Sobre os princípios do processo civil, indique a assertiva correta.

- (a) O princípio do livre convencimento do juiz, ou da persuasão racional, é o que informa a apreciação e a avaliação das provas nos autos.
- (b) O princípio dispositivo relaciona-se com a possibilidade do jurisdicionado apresentar ou não sua pretensão em juízo.
- (c) Embora garantido expressamente pela Constituição Federal, o princípio do duplo grau de jurisdição comporta exceções, tais como nas hipóteses de competência originária do Supremo Tribunal Federal.
- (d) O fato de as partes serem obrigadas a se sujeitar aos resultados do processo, independentemente de suas vontades, traduz bem o princípio da inafastabilidade.
- (e) Pelo princípio da instrumentalidade das formas o juiz considerará inválido o ato praticado de outra maneira que não a prescrita em lei.

Origem

PM Ribeirão Preto-SP ::
Procurador
VUNESP
2004

Assuntos relacionados

Provas

Q.2275

Pertinente às provas, assinale a assertiva correta.

- (a) É nula a convenção que distribui de maneira diversa o ônus da prova mesmo quando recair sobre direito disponível da parte.
- (b) Ainda que a ação seja de separação judicial, a parte não é obrigada a depor de fatos a cujo respeito, por profissão, deva guardar sigilo.
- (c) A confissão judicial faz prova contra o confitente, não prejudicando os litisconsortes.
- (d) A prova exclusivamente testemunhal só se admite nos contratos que não excedam 100 salários mínimos da época da celebração.
- (e) A fim de evitar tumulto processual, é vedado às partes, durante a diligência, a apresentação de quesitos suplementares.

Origem

PM Ribeirão Preto-SP ::
Procurador
VUNESP
2004

Assuntos relacionados

Provas

77.9 OAB-PE :: OAB

Q.2276

A aceitação da herança

- (a) jamais pode ser tácita.
- (b) é inferida do fato de haver o herdeiro promovido o funeral do *de cujus*.
- (c) só se configura com a habilitação do herdeiro em inventário.
- (d) não se configura quando o herdeiro promove a cessão gratuita, pura e simples, da herança, aos demais herdeiros.

Origem

OAB-PE :: OAB
VUNESP
2004

Assuntos relacionados

Sucessão em geral

77.10 OAB-SP :: OAB

Q.2277

Estão legitimados a suceder, na sucessão legítima:

- (a) os já nascidos, os concebidos e a prole eventual de pessoas já existentes.
- (b) as pessoas nascidas ou já concebidas no momento da abertura da sucessão.
- (c) apenas as pessoas já nascidas com vida ao tempo da abertura da sucessão.
- (d) as pessoas físicas e jurídicas existentes ao tempo da abertura da sucessão.

Origem

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2004

Assuntos relacionados

Sucessão legítima

Q.2278

É correto afirmar que o testamento público, com o Código Civil de 2002,

- (a) exige a presença de 3 testemunhas para o ato.
- (b) é sempre escrito manualmente e nunca mecanicamente.
- (c) é a única forma permitida ao cego.
- (d) é aquele que só pode ser feito nas dependências de um tabelionato.

Origem

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2004

Assuntos relacionados

Sucessão testamentária

Q.2279

"A" obrigou-se a construir para "B" um edifício, com 12 andares, que foi terminado, segundo peremptória afirmação de "A". Por sua vez, "B" alega que houve cumprimento insatisfatório e inadequado da obrigação por parte de "A", que não observou, rigorosamente, a qualidade dos materiais especificados no memorial. Assim, "B" suspende os últimos pagamentos devidos a "A",

- (a) aguardando que este cumpra, corretamente, a obrigação.
- (b) ajuizando ação com fundamento na *exceptio non adimpleti contractus*.
- (c) ajuizando ação com fundamento na cláusula *rebus sic stantibus*.
- (d) ajuizando ação com fundamento na *exceptio non rite adimpleti contractus*.

Origem

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2004

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.2280

Origem

Negando-se o comodatário, constituído em mora, a devolver o bem ao comodante,

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2004

- (a) fica obrigado a restituir a coisa com juros legais, juros compensatórios e penalidades moratórias e, em se tratando de comodato de dinheiro, a restituir em dobro o valor emprestado.
- (b) passa a dever ao comodante valor correspondente a aluguel pelo uso do bem, até a sua efetiva devolução.
- (c) comete esbulho, sujeitando-se à propositura de ação de reintegração de posse, sem pagamento de aluguel, pois é gratuito o comodato.
- (d) não responde pelo perecimento do bem em caso de força maior ou por caso fortuito, a não ser que não tenha tomado as cautelas de praxe para a guarda da coisa e que não tenha registrado o contrato de comodato no Cartório competente.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.2281

Origem

Antônio emprestou para Benedito seu automóvel, por um dia. Benedito estava trafegando pela cidade quando foi assaltado em um semáforo. Nesse caso,

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2004

- (a) Benedito terá que restituir o valor do automóvel, mais perdas e danos.
- (b) Benedito terá que restituir o valor do automóvel, pura e simplesmente.
- (c) Benedito nada terá que restituir a Antônio.
- (d) Benedito terá que pagar, tão somente, perdas e danos.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

77.11 OAB-PE :: OAB

Q.2282

Origem

O credor pode consentir em receber prestação diversa da que lhe é devida através do instituto da

OAB-PE :: OAB
VUNESP
2004

- (a) novação.
- (b) dação em pagamento.
- (c) compensação.
- (d) remissão.

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

Q.2283

Origem

O pagamento

OAB-PE :: OAB
VUNESP
2004

- (a) só pode ser feito pelo devedor.
- (b) só pode ser feito pelo devedor ou por terceiro interessado.
- (c) pode ser feito mesmo por terceiro não interessado, se o fizer em nome e à conta do devedor, salvo oposição deste.
- (d) só pode ser feito pelo devedor, seu representante ou sucessor.

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

Q.2284

Origem

Dá-se a imputação do pagamento na seguinte hipótese:

OAB-PE :: OAB
VUNESP
2004

- (a) o credor consente em receber prestação diversa da que lhe é devida.
- (b) o terceiro interessado paga a dívida pela qual era ou podia ser obrigado, no todo ou em parte.
- (c) o devedor contrai com o credor nova dívida, substituindo ou extinguindo a anterior.
- (d) a pessoa obrigada por dois ou mais débitos da mesma natureza, ambos líquidos e vencidos, a um só credor, indica qual deles oferece o pagamento.

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

77.12 PM Ribeirão Preto-SP :: Procurador

Q.2285

Origem

A pessoa obrigada por 2 ou mais débitos da mesma natureza, a um só credor, tem o direito de indicar a qual deles oferece pagamento, se todos forem líquidos e vencidos. Essa forma especial de extinção da obrigação chama-se

PM Ribeirão Preto-SP ::
Procurador
VUNESP
2004

- (a) novação.
- (b) compensação.
- (c) dação em pagamento.
- (d) imputação do pagamento.
- (e) pagamento em consignação.

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

77.13 OAB-SP :: OAB

Q.2286

Origem

O bem de família regulado pelo Código Civil de 2002:

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2004

- (a) revogou o bem de família criado pela Lei n.º8.009/90 (residencial).
- (b) não revogou o bem de família criado pela Lei n.º8.009/90, regulando o bem de família independentemente da vontade (involuntário).
- (c) não revogou o bem de família criado pela Lei n.º8.009/90, regulando o bem de família voluntário móvel.
- (d) não revogou o bem de família criado pela Lei n.º8.009/90, regulando o bem de família voluntário imóvel.

Assuntos relacionados

Bem de família

77.14 OAB-PE :: OAB

Q.2287

É nulo o casamento contraído

- (a) pelo enfermo mental sem o necessário discernimento para os atos da vida civil.
- (b) em virtude de coação, quando o consentimento de um ou de ambos os cônjuges houver sido captado mediante fundado temor de mal considerável e iminente para a vida, a saúde e a honra, sua ou de seus familiares.
- (c) pelo incapaz de consentir ou manifestar, de modo inequívoco, o consentimento.
- (d) por erro essencial sobre a pessoa do outro cônjuge.

Origem

OAB-PE :: OAB
VUNESP
2004

Assuntos relacionados

Casamento

Q.2288

O pagamento

- (a) efetuar-se-á, em regra, no domicílio do credor, salvo se as partes convencionarem diversamente.
- (b) presume-se realizado quando o título é entregue ao devedor.
- (c) realizado por prestação diversa da que é devida a credor gera a obrigação de recebimento, se mais valiosa.
- (d) é inválido, ainda que feito de boa-fé a credor putativo.

Origem

OAB-PE :: OAB
VUNESP
2004

Assuntos relacionados

Domicílio

77.15 OAB-SP :: OAB

Q.2289

Antônio, viúvo, faleceu, nomeando, em seu testamento, para seu filho, tutor domiciliado em Paris, França. O Inventário foi requerido no último domicílio do autor da herança, em São Paulo, Brasil, tendo o juiz admitido a validade jurídica da tutela testamentária. Nesse caso,

- (a) a nomeação é válida e o tutelado terá que se domiciliar em Paris, com o tutor.
- (b) a nomeação é válida e o tutor terá que exercer a tutela no Brasil.
- (c) a nomeação é válida e o tutor exercerá a tutela em Paris, estando o tutelado em São Paulo.
- (d) a nomeação é anulável, podendo o juiz nomear um tutor dativo, domiciliado no Brasil.

Origem

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2004

Assuntos relacionados

Domicílio

77.16 OAB-PE :: OAB

Q.2290

A hipoteca

- (a) impede a venda do imóvel pelo proprietário.
- (b) será registrada no local onde deve ser paga a dívida.
- (c) não abrange todas as acessões e melhoramentos do imóvel.
- (d) pode ser constituída para garantia de dívida futura.

Origem

OAB-PE :: OAB
VUNESP
2004

Assuntos relacionados

Penhor
Hipoteca
Anticrese

Q.2291

A cláusula que autoriza o credor hipotecário a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento, é

- (a) nula.
- (b) válida.
- (c) ineficaz, se não for estipulada perante o tabelião.
- (d) essencial para a existência da hipoteca.

Origem

OAB-PE :: OAB
VUNESP
2004

Assuntos relacionados

Penhor
Hipoteca
Anticrese

Q.2292

A convenção pela qual o credor, retendo um imóvel do devedor, percebe, em compensação da dívida, os seus frutos e rendimentos para conseguir a soma de dinheiro emprestada, imputando na dívida, até seu resgate, as importâncias que for recebendo, denomina-se

- (a) penhor de direitos.
- (b) hipoteca.
- (c) anticrese.
- (d) quase-usufruto.

Origem

OAB-PE :: OAB
VUNESP
2004

Assuntos relacionados

Penhor
Hipoteca
Anticrese

77.17 OAB-SP :: OAB

Q.2293

Relativamente ao regime de bens entre cônjuges, pode ele ser alterado

- (a) por pacto antenupcial motivado.
- (b) por autorização judicial em pedido motivado por ambos os cônjuges.
- (c) por pedido direto dos cônjuges junto ao registro civil das pessoas naturais.
- (d) por pacto antenupcial, por escritura pública motivada.

Origem

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2004

Assuntos relacionados

Regime de bens entre os cônjuges

77.18 OAB-PE :: OAB

Q.2294

Quanto aos alimentos, nos termos do Código Civil, é CORRETO afirmar que

- (a) em nenhuma hipótese o cônjuge declarado culpado pela separação poderá obtê-los.
- (b) pode o credor não exercer, porém lhe é vedado renunciar o direito a alimentos, sendo o respectivo crédito insuscetível de cessão, compensação ou penhora.
- (c) a obrigação alimentar é uma obrigação alternativa porque o credor, a quem compete a escolha, pode escolher entre o pensionamento direto ou o gozo da casa e hospedagem do devedor.
- (d) na falta de ascendentes, cabe a obrigação aos descendentes, guardada a ordem de sucessão e, faltando estes, aos irmãos e tios.

Origem

OAB-PE :: OAB
VUNESP
2004

Assuntos relacionados

Alimentos

77.19 OAB-SP :: OAB

Q.2295

"A", casado, convive com sua esposa e com sua concubina, *more uxore*, ao mesmo tempo.

- (a) Assim como a esposa, a concubina tem direito à meação e a alimentos, em caso de dissolução da sociedade concubinária pura.
- (b) Sendo não adulterino o concubinato, a concubina tem direito a concorrer com a esposa de seu companheiro, em igualdade de condições, tendo direito à pensão alimentícia.
- (c) Sendo adulterino o concubinato, tem a concubina direito a apuração de seus haveres, quanto aos bens adquiridos com esforço comum.
- (d) Sendo o concubinato adulterino, inclusive ilícito penal, não pode gerar quaisquer efeitos em favor dos adúlteros.

Origem

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2004

Assuntos relacionados

Alimentos

Q.2296

Quanto à concessão de alimentos provisórios à companheira comprovada de homem solteiro, pode-se afirmar que é

- (a) incabível, pela ausência de parentesco com o companheiro.
- (b) cabível, como ação cautelar pela união estável.
- (c) incabível, por comportar pedido de tutela antecipada em ação de reconhecimento de união estável.
- (d) cabível, diante de inequívoca e prévia prova documental da união na ação de alimentos.

Origem

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2004

Assuntos relacionados

Alimentos

77.20 OAB-PE :: OAB

Q.2297

É anulável o contrato de

- (a) compra e venda, quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço.
- (b) doação, quando houver a doação de todos os bens sem reserva de parte ou renda suficiente para a subsistência do doador.
- (c) compra e venda quando feito pelos curadores dos bens confiados à sua guarda ou administração.
- (d) troca ou permuta, quando houver troca de valores desiguais entre ascendentes e descendentes, sem consentimento dos outros descendentes e do cônjuge do alienante.

Origem

OAB-PE :: OAB
VUNESP
2004

Assuntos relacionados

Contratos

Q.2298

É correto afirmar que na locação de imóveis urbanos

- (a) no contrato, pode o locador exigir do locatário mais de uma das modalidades de garantia.
- (b) salvo expressa disposição contratual em contrário, as benfeitorias voluptuárias introduzidas pelo locatário serão indenizáveis e permitem o exercício do direito de retenção.
- (c) não havendo acordo, o locador ou o locatário, após 3 anos de vigência do contrato ou do acordo anteriormente realizado, poderão pedir revisão judicial do aluguel, a fim de ajustá-lo ao preço de mercado.
- (d) a cessão do contrato poderá ser feita, independentemente do consentimento prévio do locador.

Origem

OAB-PE :: OAB
VUNESP
2004

Assuntos relacionados

Contratos

77.21 OAB-SP :: OAB

Q.2299

João, casado com Maria sob o regime da comunhão universal de bens, sem o conhecimento dela, figurou como fiador em contrato de locação de imóvel residencial, tendo renunciado ao benefício de ordem. Em razão do inadimplemento do locatário, foi ajuizada ação de despejo por falta de pagamento, cumulada com cobrança dos aluguéis não pagos, tendo o fiador participado dessa relação processual. Após o trâmite processual, que culminou com a procedência da ação, acabou sendo penhorado o único imóvel de propriedade de João e Maria, destinado à sua moradia. Na hipótese enfocada,

- (a) não é válida a penhora do imóvel do fiador, por se tratar de bem de família, único imóvel de sua propriedade, destinado à sua moradia.
- (b) não é válida a penhora desse bem de família, pois, embora se cuide, no caso, de exceção à regra da impenhorabilidade, a esposa do fiador não firmou o contrato de locação e a fiança foi pactuada sem a sua anuência.
- (c) é válida a penhora desse bem de família, para garantir os débitos decorrentes da fiança locatícia, pois cuidase, no caso, de exceção à regra da impenhorabilidade, destinando-se ao locador a totalidade do preço alcançado em hasta pública.
- (d) é válida a penhora desse bem de família, para garantir os débitos decorrentes da fiança locatícia, pois cuidase, no caso, de exceção à regra da impenhorabilidade, assegurando-se, à esposa do fiador, metade do preço alcançado em hasta pública.

Origem

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2004

Assuntos relacionados

Contratos

Q.2300

Antônio promove ação de despejo por falta de pagamento contra o locatário Benedito. O contrato de locação é garantido por fiança. Assinale a alternativa correta.

- (a) O fiador não precisa ser citado, para ser obrigado a pagar as custas processuais e os honorários advocatícios, na fase de execução da sentença do despejo.
- (b) O fiador não precisa ser citado, para ser obrigado a pagar os aluguéis, na fase de execução da sentença do despejo.
- (c) O fiador deve ser citado, para ser obrigado a pagar os aluguéis, as custas processuais e os honorários advocatícios, na fase de execução da sentença do despejo.
- (d) O fiador deve depositar as chaves do imóvel, para suspender sua responsabilidade pelo pagamento dos aluguéis.

Origem

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2004

Assuntos relacionados

Contratos

Q.2301

Origem

Antônio recebeu de Benedito um apartamento em locação, para fins residenciais, sendo celebrado contrato escrito com prazo determinado de 36 meses. No contrato, que não foi averbado na matrícula do imóvel, foi estipulado direito de preferência do inquilino na compra do imóvel, a ser exercido no prazo de 30 dias. Passado um ano de vigência da locação, o apartamento é vendido a um terceiro, sem ser consultado o locatário. Nesse caso,

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2004

Assuntos relacionados

Contratos

(a) a venda não pode ser desfeita, embora tenha sido estipulado direito de preferência do locatário.

(b) a venda pode ser desfeita, por ter sido desrespeitado o direito de preferência do locatário, que pode reclamar do vendedor as perdas e danos e, ainda, requerer, no prazo de 6 meses, contado da data do registro da venda no Cartório Imobiliário, que lhe seja conferida a titularidade do imóvel locado, depositando o preço e demais despesas do ato de transferência.

(c) a venda pode ser desfeita, por ter sido desrespeitado o direito de preferência do locatário, que pode reclamar do vendedor as perdas e danos e, ainda, requerer, no prazo de 6 meses, contado da data do registro da venda no Cartório Imobiliário, que lhe seja conferida a titularidade do imóvel locado, depositando somente o preço que constou da venda.

(d) a venda pode ser desfeita, por ter sido desrespeitado o direito de preferência do locatário, que pode reclamar do vendedor as perdas e danos ou requerer, no prazo de 6 meses, contado da data do registro da venda no Cartório Imobiliário, que lhe seja conferida a titularidade do imóvel locado, depositando o preço e demais despesas do ato de transferência.

Q.2302

Origem

"A" comprou de "B" uma casa, por escritura pública, pelo preço de R\$ 200.000,00, pagando R\$ 20.000,00 de sinal. "A" obrigou-se a pagar o restante do preço, ou seja, R\$ 180.000,00, com financiamento da Caixa Econômica Estadual, a ser obtido no prazo de 3 meses. Acontece que, após ter sido pago o sinal, referida Caixa fechou sua Carteira de Financiamento, pelo período de um ano, o que impossibilitou o comprador "A" de completar o pagamento do preço. Esse fato, em si

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2004

Assuntos relacionados

Contratos

(a) acarreta a extinção do contrato por resolução.

(b) acarreta a extinção do contrato por rescisão unilateral.

(c) acarreta a extinção do contrato por rescisão unilateral.

(d) não acarreta a extinção do contrato.

77.22 PM Ribeirão Preto-SP :: Procurador

Q.2303

Origem

É correto afirmar que

PM Ribeirão Preto-SP ::
Procurador
VUNESP
2004

- (a) tendo os nubentes domicílio diverso, regerá os casos de invalidade do matrimônio a lei do último domicílio conjugal.
- (b) a obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o proponente.
- (c) a sucessão por ausência obedece à lei do país em que nasceu o desaparecido, qualquer que seja a natureza e a situação dos bens.
- (d) os governos estrangeiros não podem adquirir a propriedade dos prédios necessários à sede dos representantes diplomáticos.
- (e) dependem de homologação as sentenças estrangeiras meramente declaratórias do estado das pessoas.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.2304

Origem

O benefício da excussão pode ser alegado

PM Ribeirão Preto-SP ::
Procurador
VUNESP
2004

- (a) no pacto adjeto estimatório.
- (b) nos contratos benéficos, como a doação.
- (c) pelo fiador, quando nomear bens livres do devedor.
- (d) quando o bem adquirido contiver vícios ocultos.
- (e) nos contratos de seguro, quando o bem for achado posteriormente ao sinistro.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.2305

Origem

No contrato de compra e venda, a cláusula que impõe ao comprador a obrigação de oferecer ao vendedor a coisa que aquele vai vender chama-se

PM Ribeirão Preto-SP ::
Procurador
VUNESP
2004

- (a) preempção.
- (b) perempção.
- (c) retrovenda.
- (d) venda a contento.
- (e) venda com reserva de domínio.

Assuntos relacionados

Contratos

77.23 OAB-PE :: OAB

Q.2306

Origem

Quanto ao reconhecimento dos filhos, pode-se afirmar que

OAB-PE :: OAB
VUNESP
2004

- (a) nunca pode ser feito postumamente, ou seja, após a morte do filho.
- (b) é inteiramente eficaz a oposição das modalidades acessórias dos negócios jurídicos, a exemplo do termo.
- (c) a ação de prova de filiação compete ao filho, enquanto viver, passando aos herdeiros somente se ele morrer menor.
- (d) pode preceder-lhe ao nascimento, por expressa disposição legal.

Assuntos relacionados

77.24 OAB-SP :: OAB

Q.2307

Origem

Antônio tem 31 anos de serviço público. Suponha que exista uma lei à época, que concede direito de aposentadoria a Antônio aos 30 anos de idade. Suponha, ainda, que se edite lei nova que só admite aposentadoria aos 35 anos de serviço público. Nesse caso, Antônio

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2004

Assuntos relacionados

- (a) tem direito de aposentar-se, mas fica impedido ante a nova lei.
- (b) tem direito de aposentar-se e pode exercer esse direito sob a vigência da lei nova, com fundamento na lei antiga.
- (c) não tem direito de aposentar-se, porque não exerceu esse direito sob a vigência da lei antiga.
- (d) não tem direito de aposentar-se, porque não completou 35 anos de serviço.

Direito civil

Q.2308

Origem

Julgada procedente ação de despejo por falta de pagamento, em que houve vício de citação, o locatário é citado, na execução de sentença, para pagar o débito decorrente da condenação ou para nomear bens à penhora. Para o executado evitar a penhora de seus bens constitui medida processual

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2004

Assuntos relacionados

- (a) embargos à execução.
- (b) ação declaratória de nulidade do processo de conhecimento, por vício de citação, com pedido de antecipação de tutela (art. 273 do Código de Processo Civil).
- (c) embargos de terceiro.
- (d) exceção de pré-executividade, sob o fundamento de que o vício da citação é matéria de ordem pública.

Bens

Q.2309

Origem

Alberto instituiu uma fundação por escritura particular, com finalidade educacional, e com dotação de bens livres, tendo registrado o instrumento no Cartório de Títulos e Documentos, deixando de mencionar a maneira de administrá-la.

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2004

Assuntos relacionados

- (a) A fundação não está corretamente instituída; todavia, o registro supre a irregularidade, uma vez que a finalidade é válida, sendo possível estipular, *a posteriori*, o modo de administrá-la.
- (b) A fundação está corretamente instituída, com registro e finalidade perfeitos, podendo estabelecer-se, *a posteriori*, o modo de administrá-la.
- (c) A fundação está corretamente instituída, porque, nela, o essencial é a finalidade e a dotação de bens livres.
- (d) A instituição fundacional é nula, integralmente, como nulo é o seu registro.

Bens

77.25 PM Ribeirão Preto-SP :: Procurador

Q.2310

Origem

A ação de

PM Ribeirão Preto-SP ::
Procurador
VUNESP
2004

- (a) prestação de contas competirá a quem tiver o direito de exigí-la, o mesmo não se podendo dizer em relação a quem tiver a obrigação de prestá-la.
- (b) desapropriação deverá ter a petição inicial instruída em especial com exemplar do jornal oficial que tiver publicado o decreto expropriatório, a planta ou descrição dos bens e suas confrontações, além da oferta do preço.
- (c) retificação de registro de imóveis poderá se convolar, no mesmo processo, em procedimento de jurisdição contenciosa, caso a alteração solicitada modificar a descrição das divisas e os confrontantes a impugnarem fundamentadamente.
- (d) nunciação de obra nova para impedir que a obra vizinha prejudique o prédio, suas servidões ou fins a que se destina, compete ao respectivo proprietário, mas não ao possuidor.
- (e) manutenção da posse, quando intentada depois de ano e dia da turbação, passa a seguir o procedimento ordinário, daí perdendo o caráter possessório.

Assuntos relacionados

Bens

77.26 OAB-PE :: OAB

Q.2311

Origem

Aos negócios jurídicos se apõem elementos acidentais, devendo-se salientar que

OAB-PE :: OAB
VUNESP
2004

- (a) invalidam os negócios jurídicos que lhes são subordinados as condições física ou juridicamente impossíveis, quando resolutivas.
- (b) considera-se não escrito o encargo ilícito ou impossível, salvo se constituir o motivo determinante da liberalidade, caso em que se invalida o negócio jurídico.
- (c) o termo inicial suspende a aquisição e o exercício do direito.
- (d) invalidam os negócios jurídicos as condições impossíveis, quando resolutivas, e as de não fazer coisa impossível.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.2312

Origem

Assinale a alternativa CORRETA, dentre as abaixo enumeradas, no que se refere à classificação dos negócios jurídicos.

OAB-PE :: OAB
VUNESP
2004

- I. Os negócios jurídicos típicos são apenas aqueles disciplinados pelo Código Civil.
- II. Os negócios jurídicos onerosos podem ser comutativos ou aleatórios.
- III. O seguro de vida é um negócio jurídico *mortis causa*.
- IV. A fiança não é um negócio jurídico acessório.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

- (a) Somente II está correta.
- (b) Todas estão corretas.
- (c) Somente I e II estão corretas.
- (d) Somente III está correta.

77.27 PM Ribeirão Preto-SP :: Procurador
Q.2313

É nulo o negócio jurídico resultante de

- (a) erro.
- (b) dolo.
- (c) lesão.
- (d) simulação.
- (e) estado de perigo.

Origem

PM Ribeirão Preto-SP ::
Procurador
VUNESP
2004

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

77.28 OAB-PE :: OAB
Q.2314

Consideram-se imóveis para os efeitos legais:

- (a) o direito à sucessão aberta.
- (b) as energias que tenham valor econômico.
- (c) os direitos pessoais de caráter patrimonial.
- (d) os materiais definitivamente separados de um prédio.

Origem

OAB-PE :: OAB
VUNESP
2004

Assuntos relacionados

77.29 OAB-SP :: OAB
Q.2315

Bernardo faleceu, deixando uma soma de dinheiro depositada em banco, ações de uma companhia, 2 automóveis e os utensílios domésticos de sua residência, no valor total de R\$ 3 000 000, 00) Neste caso, pode-se afirmar que

- (a) a cessão de direitos hereditários, pelo herdeiro de Bernardo, pode ser feita por instrumento particular, sendo a herança, sob cogitação, móvel, embora indivisível, até a partilha.
 - (b) a cessão de direitos hereditários, pelo herdeiro de Bernardo, deve ser feita por escritura pública, sendo a herança, sob cogitação, imóvel, mas divisível, até a partilha.
 - (c) a cessão de direitos hereditários, pelo herdeiro de Bernardo, pode ser feita por instrumento particular, sendo a herança, sob cogitação, móvel e divisível, podendo ser antecipada a partilha.
 - (d) a cessão de direitos hereditários, pelo herdeiro de Bernardo, deve ser feita por escritura pública, sendo a herança, sob cogitação, imóvel e indivisível, até a partilha.
-

Origem

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2004

Assuntos relacionados

Parte VII

2003

Capítulo 78

CESPE

78.1 TJ-DF :: Analista Judiciário (ativ. processual)

Q.2316

Origem

Com relação aos direitos das obrigações e seus efeitos, julgue os itens subseqüentes. I Na novação, a obrigação primitiva é substituída pela nova, permanecendo, entretanto, a obrigação preexistente. II Na obrigação solidária passiva, o devedor poderá alegar o benefício da divisão, caso o credor não exija o pagamento por parte dos demais devedores. III A parte que não deu causa ao descumprimento da obrigação poderá pleitear indenização suplementar, desde que prove que seu prejuízo foi maior que o valor das arras. Poderá também exigir a execução do contrato acrescida das perdas e danos, cujo valor mínimo deve corresponder ao das arras. IV A cláusula penal compensatória, estipulada para a hipótese de descumprimento total da obrigação, poderá sofrer redução judicial, sem violação do princípio de sua imutabilidade, quando já tiver havido cumprimento parcial da obrigação. V A invalidade da dação em pagamento importará sempre o restabelecimento da obrigação primitiva, perdendo efeito a quitação dada. Estão certos apenas os itens

TJ-DF :: Analista Judiciário
(ativ. processual)
CESPE
2003

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

- () I, II e III.
 - () I, II e IV.
 - () I, III e V.
 - () II, IV e V.
 - () III, IV e V.
-

Q.2317

Origem

Em relação aos recursos, julgue os itens a seguir. I Com exceção de ações especiais, não se reconhece interesse em recorrer ao réu que, embora vitorioso, insurge-se contra a sentença que julgou improcedente por falta de provas a ação contra ele proposta, pleiteando que o tribunal modifique o fundamento da sentença recorrida, embora mantendo a sua conclusão. II Não são cabíveis embargos infringentes contra decisão que, por maioria, em remessa de ofício, venha a modificar decisão de primeiro grau, se contra esta não se interpôs apelação voluntária. III O princípio *tantum devolutum quantum apelatum* aplica-se tanto aos recursos voluntários quanto às remessas de ofício, por tratar-se de princípio inderrogável em relação à segunda instância. IV É cabível agravo de instrumento da decisão do juízo de primeiro grau que admite apelação intempestiva. V A nova sistemática processual permite que o relator rejeite a apelação nos casos de inadmissibilidade e julgue o seu mérito se a decisão recorrida estiver de acordo com a jurisprudência dominante no tribunal ou contrária a ela. Estão certos apenas os itens

TJ-DF :: Analista Judiciário
(ativ. processual)
CESPE
2003

Assuntos relacionados

Provas

- () I e IV.
- () I e V.
- () II e III.
- () II e IV.
- () III e V.

Q.2318

Origem

Marcos e André, de onze e treze anos de idade, em litisconsórcio ativo facultativo, propuseram, pelo rito sumário, ação de alimentos contra Paulo, seu pai, pleiteando, para cada um deles, alimentos no valor de um salário mínimo mensal. Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir. I Considerando que o valor da causa nas ações de alimentos é calculado somando-se doze prestações mensais, ainda que sejam dois os autores, esse valor, na ação mencionada possibilita, de acordo com o Código de Processo Civil (CPC), a utilização do rito sumário. II Marcos e André, apesar de terem legitimidade ativa para pleitear alimentos, não possuem capacidade de estar em juízo, devendo atuar representados por sua mãe, ou, na falta desta, por representante legal. III Os alimentos provisórios podem ser fixados pelo juiz sem que a outra parte seja ouvida ou mesmo citada. IV Nas ações de alimentos, o princípio de que o juiz está adstrito ao pedido do autor é mitigado, já que o juiz pode condenar o réu ao pagamento de quantia maior do que aquela pedida pelo autor se verificar que as necessidades deste são maiores e que maiores também são as possibilidades do réu. V Eventual agravo de instrumento interposto contra o despacho que concedeu os provisórios deverá ser julgado prejudicado pelo relator do recurso caso sobrevenha, antes de seu julgamento, sentença definitiva na ação de alimentos. A quantidade de itens certos é igual a

TJ-DF :: Analista Judiciário
(ativ. processual)
CESPE
2003

Assuntos relacionados

Alimentos

- () 1.
- () 2.
- () 3.
- () 4.
- () 5.

Q.2319

Origem

Julgue os itens que se seguem, no que diz respeito à disciplina dos contratos na Lei n.º 8.078/1990 - Código Brasileiro de Defesa do Consumidor (CDC) - e no Código Civil. I O CDC adotou o princípio da conservação do negócio jurídico, ao prever que a nulidade da cláusula abusiva não invalida o restante do contrato. II Se as disposições dos contratos que regulam as relações de consumo comportarem mais de uma interpretação, a que trazer maiores vantagens ao consumidor deve ter preferência sobre as demais. III São nulas as cláusulas contratuais que importem, tácita ou expressamente, renúncia, pelo consumidor, dos direitos que lhe são assegurados. IV A renúncia à herança, aceita pelos demais herdeiros, e o abandono da coisa constituem modalidade de contrato de doação, por decorrerem de liberalidade de apenas uma parte contratante. V O condômino tem o direito de preferência à aquisição do quinhão do imóvel indiviso. A quantidade de itens certos é igual a

- () 1.
- () 2.
- () 3.
- () 4.
- () 5.

TJ-DF :: Analista Judiciário
(ativ. processual)
CESPE
2003

Assuntos relacionados

Contratos

Q.2320

Origem

Com referência à teoria dos contratos e ao contrato de compra e venda, assinale a opção correta.

- () A venda de ascendentes a descendentes, sem consentimento dos demais herdeiros, é um ato jurídico nulo, prescrevendo o direito de ação em vinte anos, contados da celebração do contrato.
- () Para que produza seus efeitos, a venda por amostra é condicionada à satisfação ou à manifestação de agrado por parte do comprador. Em caso de desconformidade, o comprador pode pedir a resolução do contrato cumulada com perdas e danos ou a diminuição do preço.
- () Em princípio, vendedor e comprador têm de ser capazes para acordarem no objeto e no preço. Assim, os incapazes, legalmente representados, podem validamente adquirir bens móveis ou imóveis.
- () Na compra e venda de imóveis, na modalidade ad mensuram (por extensão), o comprador não tem direito à complementação da área ou à redução do preço, ao contrário do que ocorre na modalidade de compra e venda ad corpus (coisa certa).
- () O adquirente que tiver seu veículo apreendido por ser bem furtado não terá direito de demandar pela garantia da evicção, porque a perda do veículo não decorreu de sentença judicial.

TJ-DF :: Analista Judiciário
(ativ. processual)
CESPE
2003

Assuntos relacionados

Contratos

Q.2321

Origem

Com referência ao contrato de fiança, julgue os itens abaixo. I O fiador, demandado pelo pagamento da dívida, poderá alegar ao credor compensação de dívida que tenha com este, ainda que o crédito seja proveniente de outra obrigação. II O fiador só responde pelas obrigações explicitamente assumidas, não se admitindo a interpretação extensiva. Assim, constando do contrato que o fiador responderá pela obrigação principal, ele não assume a responsabilidade pelos acessórios da dívida. III O contrato de fiança, com prazo certo, pode validamente conter cláusula contratual por força da qual o fiador renuncia ao direito de exonerar-se da garantia. IV Se o fiador for diretamente demandado pelo credor, poderá exigir que primeiro sejam executados os bens do devedor principal. V O contrato de fiança no qual esta supere o valor da obrigação principal ou a sua onerosidade será nulo de pleno direito por violar o princípio da acessoriedade que rege o mencionado contrato. Estão certos apenas os itens

TJ-DF :: Analista Judiciário
(ativ. processual)
CESPE
2003

Assuntos relacionados

Contratos

- () I e II.
- () I e IV.
- () II e III.
- () III e V.
- () IV e V.

78.2 TJ-DF :: Analista Judiciário (ex. mandados)

Q.2322

Origem

Em relação ao processo de execução, assinale a opção incorreta.

TJ-DF :: Analista Judiciário (ex. mandados)
CESPE
2003

- () É facultado ao credor, por medida de economia, na mesma execução, reunir dois ou mais títulos que obriguem o mesmo devedor.
- () Tratando-se de diferentes títulos relacionados ao mesmo negócio - contrato e nota promissória emitida em garantia -, a jurisprudência entende obrigatória a cumulação das execuções, sendo certo que, nesses casos, muitas vezes, não há coincidência de partes (por exemplo, o devedor do contrato é um e o avalista da promissória é outro).
- () É permitida a reunião de títulos heterogêneos (judicial e extrajudicial), sendo certo que, nesse caso, eventuais embargos do devedor opostos contra os títulos serão conhecidos conforme se trate de embargos opostos contra título judicial ou extrajudicial, respectivamente, nos limites do regime legal de cognição de cada um deles.
- () A desistência da execução tem cunho meramente processual e não equivale à renúncia ao crédito, não obstando à renovação futura de novo processo executivo.
- () O credor não pode desistir da execução, ainda que não embargada, ou de qualquer ato executivo, sem o consentimento do devedor, a exemplo do que ocorre no processo de conhecimento, que condiciona a desistência ao consentimento do réu, decorrido o prazo de resposta.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.2323

Origem

Julgue os itens que se seguem, com referência às obrigações. I Em se tratando de obrigação de fazer, é permitido ao juízo da execução, de ofício, ou a requerimento da parte, a imposição de multa cominatória. II O terceiro não-interessado que paga a dívida em seu próprio nome ao credor, sub-roga-se nos direitos do credor. III Cláusula penal é um pacto acessório, pelo qual as partes de determinado negócio jurídico fixam, previamente, as perdas e os danos a serem aplicados em caso de descumprimento culposo da obrigação principal, de alguma cláusula do contrato ou em caso de mora. IV Nas obrigações solidárias passivas, concorrem vários devedores, e cada um deles responde por parte da dívida. V O devedor beneficiado pela remissão, no caso de responsabilidade solidária, continua obrigado, proporcionalmente, pela parte do devedor insolvente. Estão certos apenas os itens

TJ-DF :: Analista Judiciário (ex. mandados)
CESPE
2003

Assuntos relacionados

Contratos

- () I, II e III.
- () I, II e IV.
- () I, III e V.
- () II, IV e V.
- () III, IV e V.

Q.2324

Origem

Com referência aos contratos, julgue os itens a seguir. I À luz do novo Código Civil, é correto afirmar que os princípios sociais do contrato eliminaram os princípios da autonomia privada e do pacta sunt servanda, ou seja, princípio da obrigatoriedade gerado pelas livres manifestações de vontades. II A garantia da evicção é a obrigação imposta àquele que indevidamente alienou a coisa, de indenizar o evicto dos prejuízos por ele sofridos com a perda da coisa. III No contrato de compromisso de compra e venda de imóvel, com o pagamento parcelado, o descumprimento da obrigação pelo promitente-comprador acarreta a rescisão do contrato, com a perda do sinal por parte deste e com a devolução das prestações pagas. IV A cláusula resolutiva tácita está implicitamente inserida em todos os contratos bilaterais. V No contrato de mútuo, o proprietário transmite a propriedade da coisa mutuada, obrigando-se o mutuário a compensá-lo com a entrega de outra coisa da mesma espécie, qualidade e quantidade. A quantidade de itens certos é igual a

TJ-DF :: Analista Judiciário (ex. mandados)
CESPE
2003

Assuntos relacionados

Contratos

- () 1.
- () 2.
- () 3.
- () 4.
- () 5.

Q.2325

Origem

Com referência aos fatos jurídicos, julgue os seguintes itens. I O poder de representação legal não pode ser substabelecido. II Regido pelo princípio da obrigatoriedade, o negócio jurídico é fundamentalmente um ato de vontade e deve ser interpretado literalmente. III A nulidade absoluta não pode ser suprida pelo juiz, ainda que a requerimento dos interessados, sendo também insuscetível de ratificação. IV Caso o devedor já insolvente conceda a remissão de dívida, poderão os credores com garantia real pleitear a ineficácia do perdão. V A prescrição da ação é matéria de ordem pública, nas ações relativas a direitos patrimoniais, reais ou pessoais, podendo ser alegada em qualquer grau de jurisdição ou ser conhecida de ofício pelo juiz. Estão certos apenas os itens

TJ-DF :: Analista Judiciário (ex. mandados)
CESPE
2003

Assuntos relacionados

Fatos jurídicos

- () I e II.
- () I e III.
- () II e IV.
- () III e V.
- () IV e V.

Q.2326

Origem

A respeito da penhora, da alienação de bens e da execução, assinale a opção incorreta.

TJ-DF :: Analista Judiciário (ex. mandados)
CESPE
2003

Assuntos relacionados

Bens

- () São penhoráveis os bens do devedor, ainda que gravados com direito real de garantia.
- () Na execução por carta, o pedido de substituição do bem penhorado no juízo deprecado deverá ser por ele decidido, porque se cuida de incidente relativo a ato de penhora.
- () A alienação e(ou) o gravame de bens do devedor obtidos mediante fraude à execução deverão ser anulados por ação pauliana ou revocatória, proposta pelo credor-exeqüente, onde se provará o consilium fraudis entre o executado e o adquirente do bem, para o desfazimento do negócio.
- () Os bens do devedor que se encontrem na posse de terceiros podem ser penhorados.
- () Concorrendo dois credores - o titular da penhora anterior, mas sem registro, e o titular da penhora posterior, com registro - terá preferência este último, que receberá seu crédito em primeiro lugar.

Capítulo 79

COMVEST/UEPB

79.1 SSP-PB :: Delegado Civil

Q.2327

Origem

A regra geral, sempre admitida, é no sentido de que a Decadência é contínua, não admitindo suspensão, impedimento ou interrupção. Sobre a Decadência, também é correto afirmar que:

SSP-PB :: Delegado Civil
COMVEST/UEPB
2003

- (a) Os absolutamente incapazes têm direito regressivo de indenização contra os seus representantes legais que derem causa à Decadência.
- (b) Não corre Decadência contra os absolutamente incapazes.
- (c) Não se aplicam à Decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a Prescrição.
- (d) A Decadência corre contra tudo e todos.
- (e) Ao termo, aplica-se a Prescrição e ao prazo, a Decadência.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Q.2328

Origem

O Código Civil em vigor trata, amplamente, das sociedades no livro dedicado ao Direito de Empresa. Para o Código:

SSP-PB :: Delegado Civil
COMVEST/UEPB
2003

- (a) As sociedades simples correspondem às sociedades civis.
- (b) As sociedades simples são as que não visam lucro.
- (c) As sociedades simples correspondem às associações.
- (d) As sociedades simples são os sindicatos e as cooperativas.
- (e) As sociedades simples não exigem grandes formalidades para sua constituição.

Assuntos relacionados

Sociedade personificada

Q.2329

Origem

A Emancipação é a cessação da incapacidade. Da Emancipação podemos dizer ainda que:

SSP-PB :: Delegado Civil
COMVEST/UEPB
2003

- (a) Toda Emancipação é revogável.
- (b) A Emancipação parental é dada, na ausência dos pais, pelos parentes mais próximos do incapaz (avós, irmãos, tios).
- (c) A Emancipação tutelar é a concedida pelo tutor.
- (d) A Emancipação legal deverá ser requerida ao juiz.
- (e) Pode ser parental, judicial e legal.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

Q.2330

Origem

Considere as proposições abaixo e assinale V para as verdadeiras e F para as falsas

() É competente o foro do lugar do domicílio do autor, quanto às ações de reparação de dano

() Havendo conexão ou continência, somente a requerimento das partes ou do Ministério Público poderá o juiz ordenar a reunião de ações propostas em separado

() O juiz da causa principal é também competente para reconvenção e para a ação acessória

() Dá-se a continência entre duas ou mais ações sempre que há identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o das outras

() Ocorre a conexão quando em duas ou mais ações, o objeto ou a causa de pedir forem comuns.

Marque a alternativa que apresenta a seqüência correta:

- (a) FFFVV
- (b) FFVVV
- (c) VVFVF
- (d) VVVFF
- (e) FFVVF

SSP-PB :: Delegado Civil
COMVEST/UEPB
2003

Assuntos relacionados

Domicílio

Q.2331

Origem

Uma das questões tratadas pela Lei de Introdução diz respeito às leis repristinadoras. Em relação à repristinação, podemos afirmar que:

- (a) A repristinação só pode ser tácita.
- (b) A repristinação pode ser tácita ou expressa.
- (c) A repristinação jamais será tácita.
- (d) A lei nova que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes revoga e modifica a anterior.
- (e) A repristinação pode ser parcial ou total.

SSP-PB :: Delegado Civil
COMVEST/UEPB
2003

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

Q.2332

Origem

Os navios e os aviões devem ser registrados em órgão próprio e, podem ser hipotecados. Sabendo-se que, em nosso sistema jurídico, o registro e a hipoteca são institutos típicos de bens imóveis, os navios e os aviões podem ser classificados como:

- (a) Bens móveis por antecipação.
- (b) Bens imóveis por força da lei.
- (c) Bens imóveis para fins de remoção.
- (d) Bens móveis por natureza.
- (e) Bens imóveis por acessão intelectual.

SSP-PB :: Delegado Civil
COMVEST/UEPB
2003

Assuntos relacionados

Bens

Capítulo 80

CONATEC

80.1 TRT-GO :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.2333

Antes de discutir o mérito da ação, cabe ao réu suscitar as questões preliminares. Não são questões preliminares:

- (a) Prescrição e decadência.
- (b) Perempção e coisa julgada.
- (c) Inépcia da inicial e nulidade da citação.
- (d) Carência da ação e convenção de arbitragem.

Origem

TRT-GO :: Analista Judiciário -
Judiciária
CONATEC
2003

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Q.2334

Uma das alternativas abaixo está incorreta. Assinale-a:

- (a) Ao contrário da prescrição, a decadência não admite solução de continuidade, não havendo, neste caso, hipóteses de suspensão ou interrupção dos prazos.
- (b) Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação.
- (c) Salvo o negócio a que se impõe forma especial, o fato jurídico pode ser provado mediante presunções.
- (d) A confissão é irrevogável, mas pode ser anulada se decorreu de erro de fato ou de coação.

Origem

TRT-GO :: Analista Judiciário -
Judiciária
CONATEC
2003

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Q.2335

Origem

Assinale a alternativa incorreta:

TRT-GO :: Analista Judiciário -
Judiciária
CONATEC
2003

- (a) O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
- (b) Comete ato ilícito o titular de direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.
- (c) Haverá responsabilidade de reparar o dano, independentemente de culpa, quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.
- (d) Não demonstrada a culpa de sua parte, o empregador não responde pelos atos de seus empregados, mesmo que praticados no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

Q.2336

Origem

Analise as assertivas abaixo e assinale a resposta correta:

TRT-GO :: Analista Judiciário -
Judiciária
CONATEC
2003

- I - Não importa renúncia da solidariedade a propositura de ação pelo credor contra um ou alguns dos devedores solidários.
- II - Na ação proposta pelos credores solidários em face do devedor comum, o julgamento contrário a algum deles não atinge os demais, mas o julgamento favorável aproveita-lhes, a menos que se funde em exceção pessoal do credor que o obteve.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

- (a) A primeira proposição é verdadeira e a segunda é falsa.
- (b) A primeira proposição é falsa e a segunda é verdadeira.
- (c) Ambas as proposições são verdadeiras.
- (d) Ambas as proposições são falsas.

Q.2337

Origem

Sobre as provas no processo civil, é incorreto afirmar que:

TRT-GO :: Analista Judiciário -
Judiciária
CONATEC
2003

- (a) A confissão extrajudicial, feita por escrito à parte ou a quem a represente, tem a mesma eficácia probatória que a judicial; feita a terceiro, ou contida em testamento, será livremente apreciada pelo juiz.
- (b) O juiz não pode ordenar que a parte exiba documento que está em seu poder quando contrarie seus interesses, uma vez que ninguém é obrigado a produzir prova contra si mesmo.
- (c) A prova exclusivamente testemunhal só se admite nos contratos cujo valor não exceda dez vezes o valor do salário mínimo vigente ao tempo em que foram celebrados.
- (d) O perito cumprirá escrupulosamente o encargo que lhe foi cometido, independentemente de termo de compromisso. Os assistentes técnicos são da confiança das partes e não estão sujeitos a impedimento ou suspeição.

Assuntos relacionados

Provas

Q.2338

Origem

Assinale a alternativa incorreta:

TRT-GO :: Analista Judiciário -
Judiciária
CONATEC
2003

- (a) Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso.
- (b) A manifestação de vontade não subsiste quando o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifesta, salvo se desta o destinatário tinha conhecimento.
- (c) O silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.
- (d) É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.

Assuntos relacionados

Domicílio

Q.2339

Origem

Assinale a alternativa correta:

TRT-GO :: Analista Judiciário -
Judiciária
CONATEC
2003

- (a) São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer os maiores de 16 (dezesseis) e menores de 21 (vinte e um) anos.
- (b) Não é possível a declaração de morte presumida sem a decretação de ausência.
- (c) Os direitos da personalidade são absolutamente intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo sofrer limitação voluntária.
- (d) São pessoas jurídicas de direito público externo os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público.

Assuntos relacionados

Capítulo 81

ESAF

81.1 Prefeitura do Recife :: Auditor do Tesouro Municipal

Q.2340

Origem

O manobrista de uma empresa, em relação ao automóvel do cliente, exerce sobre o automóvel uma:

Prefeitura do Recife :: Auditor do
Tesouro Municipal
ESAF
2003

- (a) posse indireta.
- (b) posse natural.
- (c) posse precária.
- (d) composses "pro indiviso".
- (e) posse direta.

Assuntos relacionados

Posse

81.2 SRF :: Procurador da Fazenda

Q.2341

Origem

Assinale a opção falsa.

SRF :: Procurador da Fazenda
ESAF
2003

- (a) O constituto possessório acarreta a perda da posse, pois o possuidor altera, em virtude da cláusula *constituti*, a relação possessória, passando a possuir em nome próprio aquilo que possuía em nome alheio.
- (b) Se o possuidor vier a defender sua posse, restabelecendo a situação ao estado anterior à turbação ou ao esbulho, o prazo de ano e dia não correrá.
- (c) Perde-se a posse da coisa pelo abandono se o possuidor intencionalmente se afastar do bem com o intuito de se privar de sua disponibilidade física e de não mais exercer sobre ela qualquer ato possessório.
- (d) As benfeitorias compensam-se com os danos que o possuidor esteja obrigado a ressarcir.
- (e) O possuidor de má-fé não tem direito de ser indenizado pelas benfeitorias úteis.

Assuntos relacionados

Posse

81.3 TRT 7ª:: Técnico Judiciário - Administrativa

Q.2342

Origem

O prazo para anular a constituição de pessoa jurídica de direito privado, por defeito no seu ato constitutivo, é de:

TRT 7ª:: Técnico Judiciário -
Administrativa
ESAF
2003

- (a) decadência de 5 anos, contado de seu registro.
- (b) prescrição de 4 anos, computado do conhecimento do vício.
- (c) decadência de 3 anos, contado da publicação de sua inscrição no registro.
- (d) prescrição de 10 anos.
- (e) decadência de 2 anos, computado da publicação de seu assento.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

81.4 SRF :: Procurador da Fazenda

Q.2343

Origem

Para que se tenha a usucapião extraordinária, um dos requisitos legais seria:

SRF :: Procurador da Fazenda
ESAF
2003

- (a) decurso do prazo de dez anos entre presentes.
- (b) presunção *juris et de jure* de boa-fé e justo título.
- (c) apresentação de justo título idôneo para operar a transferência da propriedade.
- (d) demonstração da boa-fé.
- (e) decorrência do prazo de 15 anos entre ausentes.

Assuntos relacionados

Propriedade

Q.2344

Origem

Escadas de emergência justapostas nos edifícios são consideradas:

SRF :: Procurador da Fazenda
ESAF
2003

- (a) imóveis por acessão física artificial.
- (b) imóveis por determinação legal.
- (c) imóveis por acessão intelectual.
- (d) móveis por determinação de lei.
- (e) móveis por antecipação.

Assuntos relacionados

Propriedade

81.5 Ministério do Trabalho :: Auditor Fiscal do Trabalho

Q.2345

Origem

A responsabilidade civil do empregador por ato lesivo de seu empregado, no exercício do trabalho, é:

Ministério do Trabalho :: Auditor
Fiscal do Trabalho
ESAF
2003

- (a) subjetiva, quanto ao fundamento, e indireta, quanto ao agente.
- (b) objetiva, quanto ao fundamento, e indireta, quanto ao agente.
- (c) complexa, quanto ao fundamento, e objetiva quanto ao agente.
- (d) subjetiva, quanto ao fundamento, e direta quanto ao agente.
- (e) objetiva, quanto ao fundamento, e direta quanto ao agente.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

81.6 TRT 7ª:: Analista Judiciário - Administrativa

Q.2346

Origem

Assinale a opção falsa.

TRT 7ª:: Analista Judiciário -
Administrativa
ESAF
2003

- (a) Na solidariedade, o co-devedor culpado pelos juros moratórios responderá aos outros pela obrigação acrescida.
- (b) O credor pode renunciar à solidariedade em favor de um, alguns ou todos os devedores.
- (c) A cláusula, condição ou obrigação adicional, estipulada entre um dos co-devedores e o credor, não poderá agravar a posição dos demais, sem anuência destes.
- (d) A morte de um dos devedores solidários rompe a solidariedade.
- (e) O pagamento parcial feito por um dos devedores e a remissão por ele obtida não aproveitarão aos demais, senão até a concorrência da quantia paga ou relevada.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

81.7 TRT 7ª:: Técnico Judiciário - Administrativa

Q.2347

Origem

Assinale a opção correta.

TRT 7ª:: Técnico Judiciário -
Administrativa
ESAF
2003

- (a) Entre os associados há reciprocidade de direitos e obrigações.
- (b) O novo Código Civil veda qualquer hipótese de elaboração dos estatutos da fundação pelo Ministério Público.
- (c) A fundação pode ser construída para a consecução de qualquer fim pretendido pelo fundador.
- (d) A qualidade de associado somente poderá ser transferida a terceiro, com o consenso da associação ou com permissão estatutária.
- (e) A minoria vencida, na reforma estatutária, nunca poderá impugná-la.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

Q.2348

Origem

Na obrigação indivisível:

TRT 7ª:: Técnico Judiciário -
Administrativa
ESAF
2003

- (a) os devedores da prestação, convertida no seu equivalente pecuniário, passarão a dever, cada um deles a sua quota-parte.
- (b) se apenas um dos devedores foi culpado pela inadimplência, todos responderão pelas perdas e danos.
- (c) há presunção *juris tantum* de que a obrigação está dividida em tantas obrigações, iguais e distintas, quantos forem os credores e devedores.
- (d) se todos os devedores forem culpados pelo descumprimento dela, qualquer um deles responderá pelas perdas e danos, exonerando-se os demais.
- (e) não se admite, mesmo se a culpa pelo seu inadimplemento for de todos os devedores, a responsabilidade *pro rata* pelas perdas e danos.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

Q.2349

Origem

Cômodos na obrigação de dar coisa certa:

TRT 7ª: Técnico Judiciário -
Administrativa
ESAF
2003

- (a) são vantagens produzidas pela coisa, pertencentes ao credor, que poderá exigir por elas o aumento no preço.
- (b) são acrescidos quantitativos ou qualitativos que pertencem, até a tradição, ao credor, que pode exigir o *quantum* apurado em razão da valorização oriunda dos acréscimos ocorridos.
- (c) são melhoramentos a que, até a tradição, faz jus o credor, acrescidos do valor estimado pelo devedor.
- (d) são vantagens produzidas pela coisa, isto é, seus melhoramentos e acrescidos, pertencentes ao devedor, que poderá exigir por eles aumento no preço ou a resolução da obrigação, se o credor não concordar em pagar o *quantum* apurado.
- (e) são benfeitorias, aquisições ou acessões naturais pertencentes ao credor.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

81.8 Prefeitura do Recife :: Auditor do Tesouro Municipal

Q.2350

Origem

A Fundação Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência é:

Prefeitura do Recife :: Auditor do
Tesouro Municipal
ESAF
2003

- (a) fundação particular.
- (b) associação de utilidade pública.
- (c) pessoa jurídica de direito público interno de administração direta.
- (d) sociedade simples.
- (e) pessoa jurídica de direito público interno de administração indireta.

Assuntos relacionados

Sociedade

81.9 Ministério do Trabalho :: Auditor Fiscal do Trabalho

Q.2351

Origem

Assinale a opção falsa.

Ministério do Trabalho :: Auditor
Fiscal do Trabalho
ESAF
2003

- (a) O empregador tem ação regressiva contra empregado para reaver o que pagou ao lesado, por ato lesivo culposo praticado durante o exercício do trabalho.
- (b) Os empresários e as pessoas jurídicas respondem pelos danos causados pelos produtos postos em circulação.
- (c) O empregador responde, por exemplo, por incêndio provocado por empregado ao consertar canalização de água, enquanto atendia a cliente seu.
- (d) Comitente só responde perante o lesado por ato do preposto se conseguir comprovar que este agiu com culpa.
- (e) Há responsabilidade objetiva e solidária do empregador pelos erros e enganos de seus prepostos para evitar que ele possa exonerar-se dela, provando que não houve culpa *in eligendo* ou *in vigilando*.

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

81.10 TRT 7ª:: Analista Judiciário - Administrativa

Q.2352

Origem

A Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência é:

TRT 7ª:: Analista Judiciário -
Administrativa
ESAF
2003

- (a) pessoa jurídica de direito público interno de administração direta.
- (b) pessoa jurídica de direito público interno de administração indireta.
- (c) pessoa jurídica de direito privado.
- (d) pessoa jurídica de direito público, dotada de personalidade jurídica de direito privado.
- (e) sociedade não personificada.

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

81.11 Prefeitura do Recife :: Auditor do Tesouro Municipal

Q.2353

Origem

Assinale a opção correta.

Prefeitura do Recife :: Auditor do
Tesouro Municipal
ESAF
2003

- (a) Pelo Código Civil (art.14, parágrafo único) não está nítida a consagração do princípio do consenso afirmativo, pelo qual cada um deve manifestar sua vontade de doar seus órgãos e tecidos para depois de sua morte, com objetivo terapêutico.
- (b) A senilidade, por si só, é causa de restrição da capacidade de fato.
- (c) O agente diplomático do Brasil que, citado no estrangeiro, alegar extraterritorialidade, sem indicar seu domicílio no País, poderá ser demandado no Distrito Federal ou no último ponto do território nacional onde o teve.
- (d) Os portadores de deficiência mental, que sofram apenas uma redução na sua capacidade de entendimento, poderão praticar atos na vida civil sem assistência de curador, mesmo que interditos.
- (e) A capacidade de gozo não se distingue da legitimação.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

81.12 TRT 7ª:: Analista Judiciário - Administrativa

Q.2354

Origem

A abertura da sucessão definitiva se dá:

TRT 7ª:: Analista Judiciário -
Administrativa
ESAF
2003

- (a) passados 180 dias de sua publicação pela imprensa.
- (b) passado um ano da arrecadação dos bens do ausente sem que se saiba do seu paradeiro, ou se ele deixou algum representante seu, em se passando três anos.
- (c) passados 120 dias do seu desaparecimento, em virtude de naufrágio.
- (d) seis meses depois do desaparecimento num acidente.
- (e) dez anos depois do trânsito em julgado da sentença que concedeu a abertura da sucessão provisória.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

81.13 TRT 7ª:: Técnico Judiciário - Administrativa

Q.2355

Origem

Os toxicômanos, com discernimento reduzido:

TRT 7ª:: Técnico Judiciário -
Administrativa
ESAF
2003

- (a) são absolutamente incapazes.
- (b) podem praticar todos os atos da vida civil.
- (c) não têm capacidade de direito.
- (d) têm capacidade de fato.
- (e) são relativamente incapazes e poderão praticar atos na vida civil com assistência de curador.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

Q.2356

Origem

Assinale a opção falsa.

TRT 7ª:: Técnico Judiciário -
Administrativa
ESAF
2003

- (a) O decreto judicial de interdição por incapacidade absoluta ou relativa não precisa ser assentado no Registro das Pessoas Naturais.
- (b) Os direitos da personalidade destinam-se a resguardar a dignidade humana, mediante sanções, que devem ser suscitadas pelo ofendido.
- (c) Os credores de obrigações vencidas e não pagas também têm legitimidade para promover a sucessão provisória.
- (d) Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida, desde que requerida depois de esgotadas as buscas e averiguações.
- (e) A senilidade, por si só, não é causa de restrição da capacidade de fato.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

81.14 SRF :: Procurador da Fazenda

Q.2357

Origem

Seguro de capital deferido configurar-se-á se:

SRF :: Procurador da Fazenda
ESAF
2003

- (a) várias pessoas se unem por meio de estatuto para dividir danos que cada uma poderia ter em razão de certo sinistro.
- (b) o segurado se obrigar a pagar um prêmio fixo, enquanto vivo, para que a seguradora pague indenização aos seus beneficiários após sua morte.
- (c) compreender a vida do próprio segurado ou de terceiro.
- (d) feito entre seguradora e marido e mulher, em que a indenização é paga ao cônjuge sobrevivente.
- (e) o segurado tiver direito à soma do seguro se ainda estiver vivo ao fim de certo número de anos. DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.2358

Origem

Se o depositário não conseguir provar suficientemente as despesas e os prejuízos, ou se o valor deles for ilíquido, deverá:

SRF :: Procurador da Fazenda
ESAF
2003

- (a) exigir caução idônea do depositante.
- (b) reembolsar *ex lege* o depositante.
- (c) pagar *ex contractu* as benfeitorias.
- (d) apurar, primeiramente, a liquidez do ressarcimento.
- (e) requerer, em primeiro lugar, a remoção da coisa para o depósito público.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

81.15 TCE-PR :: Auditor

Q.2359

Origem

Assinale a opção correta.

TCE-PR :: Auditor
ESAF
2003

- (a) O comodato é direito pessoal e se confunde com o direito real de uso.
- (b) O comodatário tem o dever de pagar as despesas extraordinárias e necessárias feitas, em caso de urgência, para conservar a coisa.
- (c) Na prestação de serviços, havendo discordância quanto à remuneração, dever-se-á recorrer ao arbitramento, para que a fixação do quantum do salário seja feita por peritos, no curso da ação da cobrança ou diretamente pelo magistrado.
- (d) O sublocatário não tem direito de reter o prédio para obter indenização das benfeitorias necessárias que realizou.
- (e) se não se admitir qualquer alteração na remuneração, seja qual for o custo da mão-deobra ou dos materiais, ter-se-á empreitada a preço fixo relativo.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

81.16 Prefeitura do Recife :: Auditor do Tesouro Municipal

Q.2360

Origem

A constituição do bem de família requer escritura pública, logo ter-se-á o requisito da:

Prefeitura do Recife :: Auditor do
Tesouro Municipal
ESAF
2003

- (a) forma especial única.
- (b) forma especial plural.
- (c) forma especial genérica.
- (d) forma geral.
- (e) forma contratual.

Assuntos relacionados

Bem de família

81.17 TRT 7ª:: Técnico Judiciário - Administrativa

Q.2361

Origem

Os marítimos têm por domicílio o lugar onde estiver matriculado o navio e tal domicílio é:

TRT 7ª:: Técnico Judiciário -
Administrativa
ESAF
2003

- (a) voluntário geral.
- (b) legal.
- (c) voluntário.
- (d) contratual.
- (e) voluntário especial.

Assuntos relacionados

Domicílio

81.18 SRF :: Procurador da Fazenda

Q.2362

Assinale a opção falsa.

- (a) Vencido o termo estipulado contratualmente para o adimplemento da obrigação, sem que o devedor a cumpra, este incorrerá de *pleno iure* na cláusula penal *dies interpellat pro homine*.
- (b) A cláusula penal representa uma preestimativa das perdas e danos que deverão ser pagas pelo devedor no caso de descumprimento do contrato principal.
- (c) A cláusula penal possui a característica da incondicionalidade, já que o dever de pagar a pena convencional não está subordinado a nenhum evento futuro e incerto.
- (d) A cláusula penal possui função ambivalente por reunir a compulsória e a indenizatória sendo, ao mesmo tempo, reforço do vínculo obrigacional, por punir seu inadimplemento, e liquidação antecipada das perdas e danos.
- (e) Será moratória a pena convencional se convencionada para o caso de simples mora.

Origem

SRF :: Procurador da Fazenda
ESAF
2003

Assuntos relacionados

Inadimplemento das obrigações

81.19 Prefeitura Fortaleza :: Auditor do Tesouro

Q.2363

A hipoteca, conferida ao ofendido sobre imóvel do delinqüente, para satisfação do dano causado pelo delito e pagamento de despesas judiciais, é a:

- (a) cedular
- (b) legal
- (c) judicial
- (d) convencional
- (e) judiciária

Origem

Prefeitura Fortaleza :: Auditor do
Tesouro
ESAF
2003

Assuntos relacionados

Penhor
Hipoteca
Anticrese

81.20 Prefeitura do Recife :: Auditor do Tesouro Municipal

Q.2364

Se houver temor de grave dano moral ou material à pessoa ou a algum parente seu, conhecido da outra parte, que compele o declarante a concluir contrato, mediante prestação exorbitante, tal negócio será passível de nulidade relativa, por ter havido a configuração de:

- (a) lesão
- (b) coação
- (c) dolo principal
- (d) estado de perigo
- (e) dolo accidental

Origem

Prefeitura do Recife :: Auditor do
Tesouro Municipal
ESAF
2003

Assuntos relacionados

Contratos

Q.2365

Origem

O contrato real é, quanto à forma, aquele que:

Prefeitura do Recife :: Auditor do
Tesouro Municipal
ESAF
2003

- (a) sobrevive com a persistência da obrigação, apesar de ocorrerem soluções periódicas, até que, pelo implemento de uma condição ou decurso de um prazo, vem a cessar o ato negocial.
- (b) se perfaz pela simples anuência das partes, sem necessidade de outro ato.
- (c) não impõe nenhuma forma para sua formação, exigindo apenas o consenso dos contratantes.
- (d) só se ultima com a entrega da coisa feita por um contratante a outro.
- (e) depende, para se ultimar, de escritura pública ou particular.

Assuntos relacionados

Contratos

81.21 TCE-PR :: Auditor

Q.2366

Origem

Se ficar estabelecido que o contrato de compra e venda da escultura "Afeto" só produzirá efeitos se for aceita numa exposição internacional, promovida pelo MASP, configura esta, no caso, uma obrigação:

TCE-PR :: Auditor
ESAF
2003

- (a) condicional resolutiva.
- (b) condicional suspensiva.
- (c) condicional puramente potestativa.
- (d) modal.
- (e) a termo.

Assuntos relacionados

Contratos

81.22 TRT 7ª:: Analista Judiciário - Administrativa

Q.2367

Origem

Se "A" fizer contrato de seguro de vida, omitindo moléstia grave, de que é portador, configurado está o vício designado:

TRT 7ª:: Analista Judiciário -
Administrativa
ESAF
2003

- (a) simulação absoluta
- (b) dolo positivo
- (c) reserva mental
- (d) simulação relativa
- (e) dolo negativo

Assuntos relacionados

Contratos

Q.2368

Origem

A cláusula expressa de exclusão da garantia contra a evicção:

TRT 7ª:: Analista Judiciário -
Administrativa
ESAF
2003

- (a) provoca, havendo conhecimento do risco da evicção pelo evicto, total isenção de responsabilidade, por parte do alienante e o evicto não terá direito a qualquer indenização, perdendo o que desembolsou.
- (b) gera o direito de reaver o preço desembolsado, se o adquirente assumir o risco da evicção de que foi informado.
- (c) não acarreta nenhum efeito jurídico.
- (d) não é admitida juridicamente, por isso é nula.
- (e) é tida como não escrita.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.2369

Origem

Se o *electus* era insolvente, fato esse desconhecido, no momento de sua indicação:

TRT 7ª:: Analista Judiciário -
Administrativa
ESAF
2003

- (a) o contrato com pessoa a declarar não irradiará qualquer efeito.
- (b) o contrato com pessoa a declarar só vinculará *stipulans e promittens*.
- (c) liberado estará o indicante.
- (d) a cláusula *pro amico eligendo* terá efeito *ex tunc* e o nomeado será tido como contratante originário.
- (e) ter-se-á a eficácia do contrato com pessoa a declarar, se o indicado aceitar sua nomeação, caso em que ficará adstrito à prestação obrigacional.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.2370

Origem

A e *mptio rei speratae* :

TRT 7ª:: Analista Judiciário -
Administrativa
ESAF
2003

- (a) é venda aleatória de coisa existente sujeita a risco de deterioração.
- (b) é alienação de coisa existente sujeita a risco de perda.
- (c) é contrato aleatório em que o adquirente, na alienação de coisa futura, assume o risco quanto à maior ou menor quantidade da coisa, sendo devido o preço ao alienante, desde que este não tenha culpa, mesmo que o objeto venha a existir em quantidade mínima.
- (d) é contrato aleatório em que um dos contratantes, na alienação de coisa futura, toma a si o risco relativo à existência da coisa, ajustando um preço, que será devido integralmente, mesmo que nada se produza, sem que haja culpa do alienante.
- (e) é venda aleatória de coisa existente que, na efetivação do contrato, não mais existia.

Assuntos relacionados

Contratos

81.23 TRT 7ª:: Técnico Judiciário - Administrativa

Q.2371

Origem

A oferta ao público:

TRT 7ª:: Técnico Judiciário -
Administrativa
ESAF
2003

- (a) é um simples convite, sem obrigatoriedade.
- (b) é uma proposta obrigatória, se contiver os requisitos essenciais ao contrato visado, salvo se o contrário resultar das circunstâncias ou dos usos.
- (c) não possibilita a aceitação.
- (d) é irrevogável.
- (e) é uma proposta, que sempre dispensa os elementos essenciais do contrato.

Assuntos relacionados

Contratos

81.24 Prefeitura Fortaleza :: Auditor do Tesouro

Q.2372

Origem

É obrigação do usufrutuário:

Prefeitura Fortaleza :: Auditor do
Tesouro
ESAF
2003

- (a) Aceitar a sub-rogação da indenização de danos causados por terceiros ou do valor da desapropriação no ônus do usufruto.
- (b) Perceber os frutos naturais pendentes ao tempo em que cessar o usufruto.
- (c) Dar caução real ou fidejussória, se lhe exigir o nuproprietário, garantindo a indenização dos prejuízos advindos de sua deterioração e a entrega da coisa usufruída.
- (d) Ir contra o segurador, quando segurada a coisa, que é objeto do usufruto.
- (e) Fazer reparação extraordinária, necessária à conservação do bem dado em usufruto.

Assuntos relacionados

Usufruto

81.25 Ministério do Trabalho :: Auditor Fiscal do Trabalho

Q.2373

Origem

Aquele que, em sua propriedade, usa cerca eletrificada que possa causar a morte do invasor:

Ministério do Trabalho :: Auditor
Fiscal do Trabalho
ESAF
2003

- (a) age em legítima defesa.
- (b) atua no exercício normal de um direito reconhecido.
- (c) atende a um estado de necessidade, ante a violência urbana.
- (d) pratica ato emulativo.
- (e) age illicitamente, por haver abuso de direito ou exercício irregular de um direito.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2374

Origem

Assinale a opção correta.

Ministério do Trabalho :: Auditor
Fiscal do Trabalho
ESAF
2003

- (a) A analogia "juris" é a aplicação de uma norma, que rege caso semelhante ao não previsto.
- (b) O princípio da territorialidade pode e deve ser sempre aplicado de modo absoluto.
- (c) Os princípios gerais de direito são normas de valor genérico que orientam a compreensão do ordenamento jurídico, em sua aplicação e integração, estejam ou não positivadas.
- (d) É irretroativa a norma que se aplica a qualquer situação jurídica constituída anteriormente.
- (e) A derrogação é a supressão total da norma anterior.

Assuntos relacionados

Direito civil

81.26 Prefeitura do Recife :: Auditor do Tesouro Municipal

Q.2375

Origem

Assinale a opção falsa.

Prefeitura do Recife :: Auditor do
Tesouro Municipal
ESAF
2003

- (a) A propriedade apresenta a característica da elasticidade, pois o domínio pode ser distendido ou contraído, no seu exercício, conforme lhe adicionem ou subtraíam poderes destacáveis.
- (b) O usufruto, que recai sobre a herança, é, quanto a sua extensão, universal.
- (c) É dever do credor pignoratício não usar da coisa empenhada, visto que não passa de depositário.
- (d) No contrato de compra e venda, com pacto de retrovenda, o adquirente é proprietário resolúvel.
- (e) A hipoteca legal concedida, no direito anterior, a incapaz sobre imóvel de tutor, já devidamente inscrita, não poderá, atualmente, ser cancelada, mesmo que o patrimônio do menor seja de valor considerável e o tutor tenha reconhecida idoneidade.

Assuntos relacionados

Direito civil

81.27 Prefeitura Fortaleza :: Auditor do Tesouro

Q.2376

Origem

Petróleo de um poço é:

Prefeitura Fortaleza :: Auditor do
Tesouro
ESAF
2003

- (a) fruto natural
- (b) parte integrante
- (c) produto
- (d) pertença
- (e) rendimento

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2377

Origem

Assinale a opção certa.

Prefeitura Fortaleza :: Auditor do
Tesouro
ESAF
2003

- (a) A posse-trabalho, para atender ao princípio da socialidade, reduz o prazo da usucapião extraordinária de 15 para 10 anos e o da ordinária de 10 para 5 anos, em se tratando de imóvel.
- (b) Responderá, salvo convenção em contrário, o adquirente pelas dívidas fiscais (IPTU, ITR, IPVA etc.) que gravarem o bem até o momento da transferência da propriedade.
- (c) Se a mistura de coisas pertencentes a pessoas diversas for involuntária, sendo uma delas a principal, cada proprietário continuará a ter o domínio sobre o mesmo bem, que lhe pertencia antes da mistura.
- (d) Se a causa da resolução da propriedade constar do próprio título constitutivo, seu efeito será *ex nunc*.
- (e) A construção de outro pavimento, destinado a conter novas unidades imobiliárias, requer aprovação de 2/3 dos votos dos condôminos.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2378

Origem

Assinale a opção falsa.

Prefeitura Fortaleza :: Auditor do
Tesouro
ESAF
2003

- (a) O portador de demência arteriosclerótica é considerado, por não possuir discernimento, havendo interdição, como absolutamente incapaz, devendo ser representado por um curador.
- (b) O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) é uma autarquia.
- (c) A cooperativa é uma sociedade simples, perante o novo Código Civil.
- (d) O pseudônimo é protegido legalmente e não pode ser usado sem autorização de seu titular, sob pena de perdas e danos.
- (e) No direito brasileiro, se alguém que, desapareceu em campanha ou foi feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra, não poderá ser declarado ausente.

Assuntos relacionados

Direito civil

81.28 TCE-PR :: Auditor

Q.2379

Origem

Apólice de dívida pública onerada com cláusula de inalienabilidade, decorrente de doação ou de testamento, é considerada como bem:

TCE-PR :: Auditor
ESAF
2003

- (a) móvel por antecipação.
- (b) imóvel por acessão intelectual.
- (c) móvel por determinação de lei.
- (d) imóvel por acessão física artificial.
- (e) imóvel por determinação legal.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2380

Origem

Assinale a opção falsa, tendo por base o novo Código Civil.

TCE-PR :: Auditor
ESAF
2003

- (a) A lesão especial dispensa a verificação do dolo da parte que dela tirou proveito e gera a anulabilidade contratual.
- (b) Pertença é coisa acessória destinada, de modo duradouro, a conservar, facilitar o uso, prestar serviço, ou ainda, servir de adorno do bem principal, sem contudo ser parte integrante.
- (c) Dá-se ao Judiciário o exercício do poder expropriatório, se o imóvel, reivindicado pelo proprietário, consistir em grande área, na posse ininterrupta e de boa-fé, por mais de cinco anos, de considerável número de pessoas, que nele realizaram obras e serviços de interesse socioeconômico, convertendo o dever de devolver o imóvel em justa indenização.
- (d) Ante o fato de o cônjuge sobrevivente ser herdeiro necessário privilegiado, concorrendo com descendentes e ascendentes do falecido, não terá mais direito real de habitação, nem direito ao usufruto viual.
- (e) Presume-se concebidos na constância do casamento filhos havidos a qualquer tempo quando se tratar de embriões excedentários, decorrentes de concepção artificial homóloga.

Assuntos relacionados

Direito civil

81.29 Prefeitura do Recife :: Auditor do Tesouro Municipal

Q.2381

Origem

Parte integrante é:

Prefeitura do Recife :: Auditor do
Tesouro Municipal
ESAF
2003

- (a) o aumento do volume ou do valor do objeto da propriedade devido a forças externas, fatos eventuais ou fortuitos.
- (b) o acessório que, unido ao principal, forma com ele um todo, sendo desprovida de existência material própria, embora mantenha sua identidade.
- (c) o acessório destinado, de modo duradouro, a conservar ou facilitar o uso, ou prestar serviço, ou, ainda, servir de adorno do bem principal.
- (d) a utilidade que a coisa produz periodicamente, cuja percepção mantém intacta a substância do bem que a gera.
- (e) a obra que cria coisa nova, que se adere à propriedade anteriormente existente.

Assuntos relacionados

Bens

81.30 SRF :: Procurador da Fazenda

Q.2382

Origem

Assinale a opção correta.

SRF :: Procurador da Fazenda
ESAF
2003

- (a) O enfiteuta não terá direito ao resgate do foro, após dez anos da constituição da enfiteuse, mediante pagamento de um laudêmio.
- (b) *Canon* é uma pensão anual e invariável paga ao senhorio direto pelo enfiteuta, fixada com base no valor proporcional ao domínio pleno.
- (c) A servidão *altius non tollendi*, ou seja, a de não construir além de certa altura, é aparente.
- (d) O usufruto não pode ter como objeto um patrimônio.
- (e) O titular do direito real de habitação pode alugar e emprestar o imóvel gravado.

Assuntos relacionados

81.31 Ministério do Trabalho :: Auditor Fiscal do Trabalho

Q.2383

Origem

"A" constitui uma renda em favor de "B", enquanto este estiver estudando. Trata-se de negócio que contém:

Ministério do Trabalho :: Auditor
Fiscal do Trabalho
ESAF
2003

- (a) condição resolutiva
- (b) encargo
- (c) condição necessária
- (d) condição contraditória
- (e) condição suspensiva

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

81.32 Prefeitura do Recife :: Auditor do Tesouro Municipal

Q.2384

Origem

A maioria pode ser considerada como:

Prefeitura do Recife :: Auditor do
Tesouro Municipal
ESAF
2003

- (a) fato jurídico extraordinário.
- (b) ato jurídico em sentido estrito, como participação.
- (c) fato jurídico ordinário.
- (d) negócio jurídico.
- (e) ato jurídico em sentido estrito, como mero ato material ou real.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

81.33 Prefeitura Fortaleza :: Auditor do Tesouro

Q.2385

Origem

Se alguém vier a vender um imóvel fora do valor mercadológico, para poder pagar uma cirurgia urgente, tal venda poderá ser anulada por apresentar o vício de consentimento chamado:

Prefeitura Fortaleza :: Auditor do
Tesouro
ESAF
2003

- (a) lesão
- (b) dolo principal
- (c) erro
- (d) estado de perigo
- (e) coação

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

81.34 SRF :: Procurador da Fazenda

Q.2386

Origem

Se um contratante supõe estar adquirindo um lote de terreno de excelente localização, quando, na verdade, está comprando um situado em péssimo local, configurado está:

SRF :: Procurador da Fazenda
ESAF
2003

- (a) o dolo acidental.
- (b) o dolo negativo.
- (c) o dolo principal.
- (d) o erro sobre o objeto principal da declaração.
- (e) o dolo positivo.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

81.35 TCE-PR :: Auditor

Q.2387

Origem

Se alguém fizer seguro de vida, omitindo moléstia grave, e vier a falecer poucos meses depois, havendo prova da intenção de prejudicar a seguradora e beneficiar seus sucessores, ter-se-á a configuração de:

TCE-PR :: Auditor
ESAF
2003

- (a) dolo.
- (b) simulação relativa subjetiva.
- (c) simulação absoluta.
- (d) reserva mental.
- (e) simulação relativa objetiva.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

81.36 TRT 7ª:: Analista Judiciário - Administrativa

Q.2388

Origem

Se "A" pensa adquirir uma jóia de prata, que, na verdade, é de aço, ter-se-á anulabilidade do negócio por:

TRT 7ª:: Analista Judiciário -
Administrativa
ESAF
2003

- (a) erro accidental.
- (b) erro quanto ao motivo do negócio.
- (c) lesão.
- (d) erro substancial sobre a qualidade essencial do objeto.
- (e) erro na transmissão da vontade por meios interpostos.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.2389

Origem

Aponte a opção correta.

TRT 7ª:: Analista Judiciário -
Administrativa
ESAF
2003

- (a) A confirmação retroage à data do negócio, tornando-o válido desde a sua formação, resguardados os direitos já constituídos de terceiro.
- (b) A declaração judicial de nulidade relativa produz efeito *ex tunc*.
- (c) O direito brasileiro não admite a conversão do ato negocial nulo.
- (d) Com a anulação da garantia real, o credor perderá o seu crédito.
- (e) A anulabilidade do negócio pode ser alegada não só pelos lesados como também *ex officio* pelo juiz.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

81.37 TRT 7ª:: Técnico Judiciário - Administrativa

Q.2390

Origem

Dissimulação:

TRT 7ª:: Técnico Judiciário -
Administrativa
ESAF
2003

- (a) provoca falsa crença num estado não real, quer enganar sobre a existência de uma situação não verdadeira, tornando nulo o negócio.
- (b) seria, por exemplo, o caso da emissão de título de crédito em favor de alguém, que não representa negócio algum, para lesar outrem.
- (c) oculta ao conhecimento de outrem uma situação existente, pretendendo incutir no espírito de alguém a inexistência de uma situação real.
- (d) não subsistirá no negócio, se válido for na substância e na forma.
- (e) é declaração enganosa da vontade exprimindo um negócio jurídico não havendo intenção de realizar ato algum.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.2391

Origem

Assinale a opção falsa.

TRT 7ª:: Técnico Judiciário -
Administrativa
ESAF
2003

(a) Se inválido for o instrumento que constituir uma hipoteca, inválida será esta, uma vez que não poderá subsistir sem o referido instrumento, nem por outra maneira provada.

(b) A nulidade parcial de um ato negocial não o atingirá na parte válida, se esta puder subsistir autonomamente, devido ao princípio *utile per inutile non vitiatur*.

(c) Não constitui ato ilícito a destruição de coisa alheia ou a lesão a pessoa a fim de remover perigo iminente.

(d) Com a invalidação do ato negocial ter-se-á, se for possível, a restituição das partes ao *status quo ante*.

(e) Se a lei prescrever a nulidade absoluta do negócio, sem estabelecer prazo para pleiteá-la, este será de dois anos contado da data da conclusão do ato negocial.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

81.38 Prefeitura do Recife :: Auditor do Tesouro Municipal

Q.2392

Origem

Assinale a opção falsa.

Prefeitura do Recife :: Auditor do
Tesouro Municipal
ESAF
2003

(a) Os cônjuges, não sendo o regime matrimonial o da comunhão universal, não havendo disposição em contrário, poderão efetivar doação entre si, importando adiantamento do que lhes cabe por herança.

(b) O comprador só tem direito aos frutos pendentes, devendo indenizar benfeitorias, porque a compra e venda não produz direito real, que só surge com a tradição ou o registro.

(c) O locador tem obrigação de responder pelos vícios ocultos do bem locado, anteriores à locação.

(d) O comitente tem direito de enjeitar a obra ou pedir abatimento no preço se houver descumprimento do ajuste ou das regras técnicas da arte.

(e) O substabelecimento do mandato não poderá ser feito por instrumento particular se se o outorgou por instrumento público.

Assuntos relacionados

81.39 TRT 7ª:: Analista Judiciário - Administrativa

Q.2393

Origem

Se "A" se comprometer perante "B", a demolir uma casa em ruínas ou a fazer melhoramentos nesse prédio, e não consegue licença da autoridade competente para a realização da reforma:

TRT 7ª:: Analista Judiciário -
Administrativa
ESAF
2003

- (a) o credor pode exigir ou a prestação subsistente ou o valor da outra, com perdas e danos.
 - (b) liberado está o devedor.
 - (c) o débito subsiste quanto à prestação remanescente.
 - (d) o credor pode reclamar o valor da que se impossibilitou por último mais perdas e danos.
 - (e) o credor pode exigir o valor de qualquer das duas, além das perdas e danos.
-

Assuntos relacionados

Capítulo 82

FCC

82.1 Estado-MA :: Defensor Público

Q.2394

Origem

Comete ato ilícito, ficando civilmente responsável pela reparação do dano

Estado-MA :: Defensor Público
FCC
2003

- (a) o causador de qualquer dano, exceto se provar culpa exclusiva da vítima.
- (b) o agente que pratica o ato em legítima defesa de direito de outrem, cabendo contra este ação regressiva.
- (c) aquele que age no exercício regular de um direito reconhecido, causando dano a outrem, salvo se for servidor público.
- (d) o que age em estado de necessidade, mesmo que o perigo tenha sido ocasionado pela pessoa lesada ou dono da coisa destruída.
- (e) o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social.

Assuntos relacionados

Atos jurídicos ilícitos

82.2 PGE-MA :: Procurador

Q.2395

Origem

Cometendo ato ilícito o incapaz,

PGE-MA :: Procurador
FCC
2003

- (a) respondem, em qualquer hipótese, somente seus pais, tutores ou curadores, sem direito de regresso contra o incapaz que estiver sob sua guarda e em sua companhia.
- (b) não responderá ele pelos prejuízos causados, que deverão ser ressarcidos por seus representantes e, na impossibilidade destes, pelo Estado.
- (c) ele sempre responderá pelos prejuízos que causar até o limite de seu patrimônio.
- (d) responderão seus representantes que poderão reaver o que pagou, salvo se o causador do dano for ascendente, descendente ou cônjuge absolutamente incapazes.
- (e) poderá ele responder pelos prejuízos que causar, pagando indenização equitativa e desde que não fique ele próprio nem as pessoas que dele dependam privados do necessário.

Assuntos relacionados

Atos jurídicos ilícitos

82.3 TRE-AC :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.2396

Origem

Roberto, que passava por local em que ocorria uma inundação, e em circunstâncias que tornaram o ato necessário, destruiu coisa alheia a fim de remover perigo iminente, não excedendo os limites do indispensável para a remoção do perigo. Nesta hipótese, Roberto

TRE-AC :: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2003

Assuntos relacionados

- (a) não comete ato ilícito, e, portanto, não tem o dever de indenizar, que está fundado na ilicitude.
- (b) não comete ato ilícito, mas tem o dever de indenizar, se o dono da coisa não for culpado pelo perigo.
- (c) comete ato ilícito, sendo solidariamente responsável com o causador do perigo pela indenização.
- (d) embora tenha cometido ato ilícito, está isento do dever de indenizar, por expressa disposição legal.
- (e) comete ato ilícito, mas estará obrigado à indenização apenas em caráter subsidiário, por ação regressiva.

Atos jurídicos ilícitos

82.4 TRE-BA :: Analista Judiciário - Judiciário

Q.2397

Origem

Considere as afirmações relativas aos atos ilícitos.

I. O ato ilícito pode decorrer também de omissão.

II. É necessário dano material para caracterizar o ato ilícito.

III. A destruição de coisa alheia, quando absolutamente necessária para remover perigo iminente e nos limites indispensáveis, não constitui ato ilícito.

Está correto APENAS o que se afirma em

TRE-BA :: Analista Judiciário -
Judiciário
FCC
2003

Assuntos relacionados

- (a) I.
- (b) II.
- (c) III.
- (d) I e III.
- (e) II e III.

Atos jurídicos ilícitos

82.5 TRF 5ª:: Técnico Judiciário

Q.2398

Origem

Para a configuração do ato ilícito, é imprescindível, entre outros fatores, que

TRF 5ª:: Técnico Judiciário
FCC
2003

- (a) ocorra um ato lesivo voluntário ou não, causado pelo agente sob qualquer circunstância.
- (b) tenha sido praticado no exercício regular de um direito reconhecido, sendo irrelevante o abuso desse direito.
- (c) haja nexo de causalidade entre um dano patrimonial ou moral e o comportamento do agente.
- (d) haja dano patrimonial e moral, sempre concomitantes, ou de qualquer outra natureza, indenizáveis ou não.
- (e) o fato lesivo seja causado pelo agente ou por terceiro, desde que por ação ou omissão.

Assuntos relacionados

Atos jurídicos ilícitos

82.6 TRF 5ª:: Analista Judiciário (ex. mandados)

Q.2399

Origem

Eu vinha mantendo posse sobre uma chácara havia mais de oito anos. Hoje tomei conhecimento de que há uma semana sofri esbulho dessa posse, uma vez que encontrei outra pessoa dentro da minha chácara. Nesse caso,

TRF 5ª:: Analista Judiciário (ex. mandados)
FCC
2003

- (a) perderei a posse se me abster de retomar, imediatamente, o imóvel, ou se, tentando recuperá-lo, for violentamente repellido.
- (b) reputa-se que já perdi a posse há uma semana, com o ato de invasão realizada pelo terceiro.
- (c) só perderei a posse se não usar de diligência para retomar, imediatamente, o imóvel.
- (d) considera-se que a posse foi perdida no exato momento em que tomei conhecimento do esbulho, nada podendo fazer sem o socorro judiciário.
- (e) só perderei a posse se não usar, imediatamente, do socorro judiciário.

Assuntos relacionados

Posse

82.7 Estado-MA :: Defensor Público

Q.2400

Origem

Extingue-se o processo, sem julgamento do mérito:

Estado-MA :: Defensor Público
FCC
2003

- (a) quando o juiz indeferir a petição inicial e pela convenção de arbitragem.
- (b) quando o juiz acolher a alegação de prescrição, litispendência ou de coisa julgada.
- (c) quando o autor desistir da ação, bem como quando as partes transigirem.
- (d) renunciando o autor ao direito sobre que se funda a ação.
- (e) se acolhida a alegação de perempção, preclusão ou decadência.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

82.8 PGE-MA :: Procurador

Q.2401

No que se refere ao ato do juiz que indefere liminarmente a petição inicial, por verificar o juiz desde logo a ocorrência de decadência ou prescrição, é correto afirmar que

- (a) desta sentença caberá recurso de apelação, facultando-se ao juiz retratar-se.
- (b) esta sentença formará somente coisa julgada formal, extinguindo-se portanto o processo, sem julgamento do mérito.
- (c) contra tal decisão cabe apelação, devendo o réu ser citado para o oferecimento de contra-razões.
- (d) o autor poderá demandar novamente aquele mesmo direito, desde que comprove ter adimplido as custas da primeira demanda.
- (e) contra tal decisão cabe recurso de apelação, não podendo o juiz retratar-se, pois já exaurida sua jurisdição.

Origem

PGE-MA :: Procurador
FCC
2003

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

82.9 TRE-AM :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.2402

Com relação à prescrição, é correto que

- (a) a prescrição ocorre em 20 anos quando a lei não haja fixado prazo menor.
- (b) o Juiz não pode suprir de ofício a alegação de prescrição, inclusive quando favorecer absolutamente incapaz.
- (c) a prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.
- (d) os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo entre as partes, diferentemente da decadência.
- (e) prescreve em 5 anos a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.

Origem

TRE-AM :: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2003

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Q.2403

Extingue-se o processo sem julgamento do mérito, dentre outros motivos,

- (a) pela transigência da parte.
- (b) quando o Juiz pronunciar a decadência.
- (c) quando o Juiz pronunciar a prescrição.
- (d) pela convenção de arbitragem.
- (e) no caso de o autor renunciar ao direito sobre que se funda a ação.

Origem

TRE-AM :: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2003

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

82.10 TRE-BA :: Analista Judiciário - Judiciário

Q.2404

Origem

Considere as afirmações abaixo.

- I. As causas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição aplicam-se à decadência, ante a similitude dos institutos.
- II. O prazo prescricional é fruto de previsão legal, enquanto o decadencial tanto pode ser legal como resultar de acordo entre as partes.
- III. À decadência, de regra, não se aplicam as causas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição, por expressa disposição legal.
- IV. O Juiz não pode conhecer a decadência de ofício, quando ela for convencional.
- Está correto APENAS o que se afirma em

TRE-BA :: Analista Judiciário -
Judiciário
FCC
2003

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

- (a) I e IV.
(b) I e II.
(c) III e IV.
(d) II e IV.
(e) II e III.

82.11 TRF 5ª:: Analista Judiciário (ex. mandados)

Q.2405

Origem

Quanto à decadência, é INCORRETO afirmar que

- (a) o prazo de decadência não corre contra os absolutamente incapazes.
- (b) o juiz deve, de ofício, conhecer da decadência, quando estabelecida por lei.
- (c) a renúncia à decadência fixada em lei é nula.
- (d) aplicam-se à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.
- (e) a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação, se a decadência for convencional.

TRF 5ª:: Analista Judiciário (ex.
mandados)
FCC
2003

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

82.12 Estado-MA :: Defensor Público

Q.2406

Origem

Quem, não sendo proprietário de outro imóvel urbano ou rural, possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio

Estado-MA :: Defensor Público
FCC
2003

Assuntos relacionados

- (a) somente depois de dez anos ininterruptos entre presentes e quinze anos entre ausentes, por usucapião ordinária.
- (b) por acessão, após dez anos ininterruptos.
- (c) por usucapião, após cinco anos ininterruptos.
- (d) somente após vinte anos ininterruptos, desde que ostente justo título e boa-fé, por usucapião.
- (e) apenas se ostentar justo título e boa fé, após dez anos ininterruptos desde o término da construção da moradia, pela usucapião social.

Propriedade

82.13 PGE-MA :: Procurador

Q.2407

Origem

Aquele que edifica em terreno alheio perde, em proveito do proprietário, a construção, mas

PGE-MA :: Procurador
FCC
2003

Assuntos relacionados

- (a) o construtor poderá tornar-se condômino do proprietário do terreno se depositar em Juízo 50(b) o proprietário do solo pode, sempre que o desejar, mandar demolir a construção, mas, neste caso, não tem direito a perdas e danos.
- (c) o proprietário sempre se tornará condômino do construtor independentemente do pagamento de qualquer valor.
- (d) se a construção exceder consideravelmente o valor do terreno, aquele que edificou de boa-fé adquirirá a propriedade do solo, mediante pagamento de indenização que pode ser fixada pelo Juiz.
- (e) o construtor adquirirá a propriedade do terreno por usucapião, após ano e dia do término da obra.

Propriedade

82.14 Prefeitura do Recife :: Procurador

Q.2408

Origem

O imóvel urbano que o proprietário abandonar, com a intenção de não mais conservar em seu patrimônio, e que não se encontrar na posse de outrem,

Prefeitura do Recife :: Procurador
FCC
2003

(a) poderá ser arrecadado, como bem vago, e passar, 3 (três) anos depois, à propriedade do Município ou à do Distrito Federal, se se achar nas respectivas circunscrições.

Assuntos relacionados

(b) passará ao domínio da União, como coisa vaga, depois de 5 (cinco) anos de abandono.

Propriedade

(c) passará ao domínio do Município, mediante sentença declaratória da usucapião, depois de 10 (dez) anos de abandono.

(d) só será arrecadado pelo município, depois que ficar provado que o proprietário conta oitenta (80) anos de idade e de cinco (5) anos atrás forem suas últimas notícias.

(e) apenas será arrecadado pelo Estado onde se situar ou pelo Distrito Federal se nele se encontrar, mediante prévia declaração de ausência do proprietário ou de sua morte presumida.

82.15 TRF 5ª.: Analista Judiciário (ex. mandados)

Q.2409

Origem

O prazo necessário, sem interrupção, nem oposição, para aquele que possuir como seu um imóvel, adquirir-lhe a propriedade, sem título ou boa-fé, mas tendo realizado no imóvel obras e serviços de caráter produtivo, ficou, no atual Código, reduzido a

TRF 5ª.: Analista Judiciário (ex. mandados)
FCC
2003

(a) 5 anos.

Assuntos relacionados

(b) 5 anos, se ali também fixar sua moradia habitual.

(c) 10 anos.

Propriedade

(d) 10 anos, se ali também fixar sua moradia habitual.

(e) 15 anos.

82.16 Estado-MA :: Defensor Público

Q.2410

Origem

Segundo a regra constitucional acerca desta matéria, no acidente de trabalho, a responsabilidade civil do empregador é

Estado-MA :: Defensor Público
FCC
2003

(a) objetiva, por aplicação da teoria da risco integral.

(b) subjetiva, sendo, porém, objetiva a da Previdência Social.

(c) objetiva, por aplicação da teoria do risco - proveito.

(d) excluída se houver contribuído para a Previdência Social.

Assuntos relacionados

(e) objetiva se não houver recolhido as contribuições previdenciárias e subjetiva se as houver recolhido.

Responsabilidade civil

82.17 Prefeitura do Recife :: Procurador

Q.2411

Origem

Haverá obrigação de reparar o dano,

Prefeitura do Recife :: Procurador
FCC
2003

(a) independentemente de culpa, apenas quando a lei estabelecer expressamente que a hipótese é de responsabilidade civil objetiva.

(b) independentemente de culpa, quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

(c) ainda que o réu seja absolvido no Juízo criminal, por qualquer fundamento, em razão do princípio da incomunicabilidade das instâncias civil e penal.

(d) pelas pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público, em razão dos atos praticados por seus empregados nessa qualidade, somente quando provada a culpa do agente.

(e) sempre que o seu causador ostentar situação econômica mais vantajosa que a do ofendido, presumindo-se a culpa daquele.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

82.18 PGE-MA :: Procurador

Q.2412

Origem

A desconsideração da pessoa jurídica para que os efeitos de certas relações de obrigações sejam estendidas aos bens particulares de seus administradores ou sócios é ato

PGE-MA :: Procurador
FCC
2003

(a) privativo do Ministério Público, a bem da Fazenda pública ou de incapazes.

(b) que o Juiz pode praticar sempre de ofício verificadas as causas legais.

(c) do Juiz ou de autoridade administrativa incumbida da administração fazendária.

(d) praticado sob responsabilidade exclusiva da parte, cabendo ao Juiz apenas determinar a penhora dos bens.

(e) do Juiz a requerimento da parte ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

82.19 Prefeitura do Recife :: Procurador

Q.2413

Origem

Há solidariedade ativa quando

Prefeitura do Recife :: Procurador
FCC
2003

(a) cada devedor estiver obrigado apenas por uma cota parte da obrigação.

(b) na mesma obrigação concorre mais de um credor, ou mais de um devedor, cada um com direito, ou obrigado, à dívida toda.

(c) cada credor tiver direito a receber apenas uma cota parte da obrigação.

(d) cada um dos credores tiver direito a exigir do devedor o cumprimento da prestação por inteiro.

(e) na fiança os fiadores estabeleceram entre si o benefício da divisão.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

82.20 TRF 5ª:: Analista Judiciário (ex. mandados)

Q.2414

Origem

Quanto ao concurso de credores, pode-se dizer que

TRF 5ª:: Analista Judiciário (ex. mandados)
FCC
2003

- (a) os títulos legais de preferência são apenas os direitos e obrigações reais.
- (b) os credores terão igual direito sobre os bens do devedor comum, desde que não haja título legal à preferência.
- (c) o crédito real prefere ao pessoal, ressalvado o crédito pessoal privilegiado, o qual antecede àquele.
- (d) um exemplo de privilégio especial é o crédito por despesa de funeral, feito segundo a condição do morto e costume do lugar.
- (e) a antigüidade do crédito dará preferência, quando concorrerem diversos credores da mesma classe e o produto não bastar para pagamento integral de todos.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

82.21 TRE-AC :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.2415

Origem

O direito de anular a constituição de pessoa jurídica de direito privado, por defeito do ato respectivo, decai em

TRE-AC :: Analista Judiciário - Judiciária
FCC
2003

- (a) cinco anos, da publicação de sua inscrição no registro.
- (b) cinco anos, do ato constitutivo.
- (c) cinco anos, do registro.
- (d) três anos, do ato constitutivo.
- (e) três anos, da publicação de sua inscrição no registro.

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

82.22 TRF 5ª:: Analista Judiciário (administrativa)

Q.2416

Origem

Foi aprovada alteração estatutária, por deliberação de noventa por cento dos competentes para gerir e representar a Fundação. Nesse caso,

TRF 5ª:: Analista Judiciário (administrativa)
FCC
2003

- (a) o Ministério Público, desde que nada contrarie ou desvirtue o fim da Fundação, está compelido a aprová-lo, pois o quorum necessário é de dois terços dos votos.
- (b) a alteração não produzirá nenhum efeito, uma vez que os estatutos de um fundação só podem ser alterados por unanimidade de votos.
- (c) o Ministério Público, ao receber os estatutos alterados, deverá dar ciência à minoria vencida para impugná-la, se quiser, em dez dias.
- (d) o fato de o quorum de aprovação ultrapassar dois terços faz com que as alterações tenham vigência imediata, sem necessidade de aprovação do Ministério Público.
- (e) o Ministério Público instaurará o necessário processo contraditório no Juízo competente, intimando a maioria e a minoria para acompanhá-lo.

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

82.23 TRF 5ª:: Técnico Judiciário

Q.2417

Nos casos de dissolução da pessoa jurídica ou de cassação da autorização para seu funcionamento, ela

- (a) funcionará sob a direção de um órgão público do ramo até sua final liquidação.
- (b) não mais subsistirá, sendo designada pessoa idônea para sua liquidação.
- (c) continuará a existir durante o prazo máximo de seis meses para fins de sua liquidação.
- (d) subsistirá para os fins de liquidação, até que esta se conclua.
- (e) será de imediato declarada extinta ou cassada e liquidada, cancelando-se a respectiva inscrição.

Origem

TRF 5ª:: Técnico Judiciário
FCC
2003

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

82.24 Estado-MA :: Defensor Público

Q.2418

Cessarà para os menores a incapacidade

- (a) por concessão do pai, ou da mãe, se esta tiver a guarda do filho, quando o menor completar 14 (catorze) anos de idade.
- (b) pela existência de relação de emprego, se em função dele o menor com 16 (dezesesseis) anos completos tiver economia própria.
- (c) pela conclusão de curso técnico profissionalizante.
- (d) pelo união estável com pessoa capaz.
- (e) pela nomeação para cargo público de provimento em comissão.

Origem

Estado-MA :: Defensor Público
FCC
2003

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

82.25 PGE-MA :: Procurador

Q.2419

São relativamente incapazes

- (a) os pródigos e os que por causa transitória não puderem exprimir sua vontade.
- (b) os ébrios habituais e os excepcionais sem desenvolvimento mental completo.
- (c) os menores entre dezesseis e vinte e um anos.
- (d) os que por enfermidade ou deficiência mental não tiverem o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil.
- (e) os silvícolas e os ausentes.

Origem

PGE-MA :: Procurador
FCC
2003

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

82.26 Prefeitura do Recife :: Procurador

Q.2420

Origem

A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida e a lei põe a salvo os direitos do nascituro, todavia,

Prefeitura do Recife :: Procurador
FCC
2003

(a) a lei, para todos os fins, equipara o nascituro à prole eventual, devendo a herança de quem o contemplar em testamento aguardar o nascimento do herdeiro esperado, até a morte dos possíveis genitores deste.

Assuntos relacionados

(b) a mãe não pode ter a posse dos bens a que o nascituro tiver direito por herança.

Pessoas naturais

(c) o nascituro está impedido de receber herança, mesmo que venha a nascer com vida.

(d) é válida disposição a favor de prole eventual de pessoa viva ao abrir-se a sucessão, mas, se decorridos dois anos após a abertura da sucessão, não for concebido o herdeiro esperado, os bens reservados, salvo disposição em contrário do testador, caberão aos herdeiros legítimos.

(e) o natimorto, para fins hereditários, também adquire personalidade jurídica, de modo que sempre sua genitora receberá os bens a que o nascituro tivesse Direito.

82.27 TRE-AC :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.2421

Origem

Observe as afirmações abaixo, relativas à incapacidade.

TRE-AC :: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2003

I. São absolutamente incapazes os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.

II. São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer, os menores de dezesseis anos.

III. São absolutamente incapazes os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.

Assuntos relacionados

IV. São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer, os pródigos. Está correto APENAS o que se afirma em

Pessoas naturais

- (a) I e III
- (b) I e IV
- (c) II e III
- (d) II e IV
- (e) III e IV

Q.2422

Origem

Serão registrados ou averbados no Registro Público, respectivamente,

TRE-AC :: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2003

(a) os atos extrajudiciais que reconheçam a filiação e a emancipação.

(b) os nascimentos e a interdição por incapacidade absoluta.

(c) as sentenças que decretarem o divórcio e os óbitos.

(d) os casamentos e os atos extrajudiciais de adoção.

Assuntos relacionados

(e) os atos judiciais de adoção e a sentença declaratória de morte presumida.

Pessoas naturais

82.28 TRE-AM :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.2423

Mario, soldado brasileiro das Forças Armadas do Brasil, embarcou para a guerra. Decorridos dois anos após o término dessa guerra e esgotadas as buscas e averiguações correspondentes, Mario não foi encontrado. Nesse caso,

- (a) poderá ser decretada a morte presumida de Mario, desde que anteriormente se decrete a sua ausência.
- (b) deverá ser decretada a ausência de Mario com a nomeação do cônjuge sobrevivente como curador.
- (c) deverá ser decretada a ausência de Mario com a nomeação de descendente como curador.
- (d) poderá ser decretada a morte presumida de Mario sem a decretação de ausência.
- (e) deverá ser decretada a ausência de Mario com a nomeação de representante das Forças Armadas do Brasil como curador.

Origem

TRE-AM :: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2003

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

82.29 TRF 5ª:: Analista Judiciário (administrativa)

Q.2424

Pode ser declarada a morte presumida de alguém que,

- (a) permanecendo em coma por mais de cinco anos, sofra declaração médica de "vida vegetativa".
- (b) declarado ausente com qualquer idade, não aparecer nos cinco anos seguintes à declaração de ausência.
- (c) sendo pródigo, não se recuperar integralmente em até dez anos da declaração de prodigalidade.
- (d) estando em perigo de vida e sendo extremamente provável sua morte, tenha sua ausência declarada e decorram dois anos sem que reapareça.
- (e) desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra.

Origem

TRF 5ª:: Analista Judiciário
(administrativa)
FCC
2003

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

Q.2425

Com o Novo Código Civil, o instituto da emancipação pela concessão dos pais

- (a) foi mantido, agora contemplando o menor com dezesseis anos completos.
- (b) deixou de existir, visto que a maioridade foi atribuída a quem contar dezoito anos completos.
- (c) passou a ser regido exclusivamente pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.
- (d) não foi modificado, continuando com os mesmos requisitos exigidos pelo Código anterior.
- (e) foi atenuado e desburocratizado, tanto que pode ser concedido por instrumento particular.

Origem

TRF 5ª:: Analista Judiciário
(administrativa)
FCC
2003

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

82.30 TRF 5ª:: Analista Judiciário (ex. mandados)

Q.2426

Origem

Havendo lesão ao direito da personalidade e estando a vítima morta, a legitimação para reparar a lesão e reclamar perdas e danos

TRF 5ª:: Analista Judiciário (ex. mandados)
FCC
2003

- (a) é exclusiva do cônjuge sobrevivente, se a vítima era casada, e, em caso contrário, de qualquer parente em linha reta.
(b) extingue-se, visto que os direitos personalíssimos são intransmissíveis.
(c) é do cônjuge sobrevivente ou de qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau.
(d) só pode ser reconhecida em favor de qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau.
(e) deve ser considerada inexistente, uma vez que a personalidade extingue-se com a morte e mors omnia solvit.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

82.31 Estado-MA :: Defensor Público

Q.2427

Origem

No Processo Civil brasileiro,

Estado-MA :: Defensor Público
FCC
2003

- (a) o juiz apreciará livremente a prova, levando em conta os fatos e as circunstâncias dos autos, mesmo que não alegados pelas partes.
(b) o juiz deve deferir todas as provas requeridas pelas partes, já que delas os interesses em litígio.
(c) o juiz só pode determinar a produção das provas requeridas pelas partes, dado o princípio da iniciativa da parte.
(d) é insuficiente para formar o livre convencimento do juiz o depoimento de testemunha única, dado o princípio da prova tarifada.
(e) o juiz responderá por perdas e danos quando proceder com dolo ou culpa no exercício de suas funções.

Assuntos relacionados

Provas

82.32 TRE-BA :: Analista Judiciário - Judiciário

Q.2428

Origem

Na audiência de instrução e julgamento, em um procedimento ordinário, serão produzidas as provas requeridas pelas partes:

TRE-BA :: Analista Judiciário - Judiciário
FCC
2003

- I. Testemunhas arroladas pelo autor.
II. Depoimento pessoal do autor.
III. Testemunhas arroladas pelo réu.
IV. Esclarecimentos do perito. Tais provas serão produzidas na seguinte ordem:

Assuntos relacionados

Provas

- (a) I, III, II e IV.
(b) II, I, III e IV.
(c) II, IV, I e III.
(d) III, IV, II e I.
(e) IV, II, I e III.

82.33 Estado-MA :: Defensor Público

Q.2429

Origem

Dá-se o direito de representação, quando a lei chama certos parentes do falecido a suceder em todos os direitos, em que ele sucederia, se vivo fosse

Estado-MA :: Defensor Público
FCC
2003

- (a) na linha reta descendente e, na transversal, somente em favor dos filhos de irmãos do falecido, quando com irmãos deste concorrem.
- (b) na linha reta descendente e ascendente.
- (c) somente na linha colateral, se filhos de irmão falecido forem os únicos herdeiros.
- (d) na linha reta descendente e na colateral, incluindo os afins.
- (e) na linha reta ascendente e na colateral até o quarto grau.

Assuntos relacionados

Sucessão em geral

Q.2430

Origem

São herdeiros necessários

Estado-MA :: Defensor Público
FCC
2003

- (a) o cônjuge e o companheiro.
- (b) apenas os descendentes e os ascendentes.
- (c) os descendentes e os colaterais até quarto grau.
- (d) os descendentes e o cônjuge.
- (e) os descendentes, os ascendentes e os colaterais até quarto grau.

Assuntos relacionados

Sucessão legítima

82.34 Prefeitura do Recife :: Procurador

Q.2431

Origem

A Lei no 8.245, de 18 de outubro de 1991, dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a eles pertinentes, entretanto, NÃO se incluem na sua disciplina:

Prefeitura do Recife :: Procurador
FCC
2003

I. As locações de imóveis de propriedade dos Estados e dos Municípios.

II. A locação não residencial se houver direito à ação renovatória do contrato de locação.

III. A locação de espaços destinados à publicidade.

IV. A locação para temporada. SOMENTE estão corretas as alternativas

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

- (a) I e II.
 - (b) I e III.
 - (c) I e IV.
 - (d) II e III.
 - (e) III e IV.
-

82.35 TRF 5ª:: Analista Judiciário (ex. mandados)

Q.2432

Origem

Recebi mandato para prática de certo negócio. Estando pendente um dos atos e havendo perigo na demora de sua prática, tomei conhecimento da morte do mandante. Nesse caso,

TRF 5ª:: Analista Judiciário (ex. mandados)
FCC
2003

- (a) cessa minha responsabilidade com a morte, devendo o espólio do outorgante prosseguir no negócio ou renovar o mandato.
- (b) está extinto o mandato pela ocorrência da morte.
- (c) a conclusão do negócio depende de urgente autorização judicial.
- (d) a morte solve o mandato, assim como o negócio já começado e as partes retornam ao status quo ante.
- (e) devo concluir o negócio já começado.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.2433

Origem

Quanto à fiança, pode-se afirmar que

TRF 5ª:: Analista Judiciário (ex. mandados)
FCC
2003

- (a) não sendo limitada, compreende todos os acessórios da dívida principal, inclusive as despesas judiciais, desde a citação do fiador.
- (b) admite interpretação extensiva, mas só pode ser contratada por escrito.
- (c) o credor não pode exigir a substituição do fiador que se tornar insolvente ou incapaz.
- (d) o fiador é solidário à dívida e não pode exigir que sejam primeiro executados os bens do devedor.
- (e) não podem os fiadores, em caso de pluralidade deles, estipular responsabilidade parcial pelo pagamento.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

82.36 Prefeitura do Recife :: Procurador

Q.2434

Origem

Ocorrerá sub-rogação legal

Prefeitura do Recife :: Procurador
FCC
2003

- (a) se o credor receber o pagamento de terceiro, expressamente transferindo a este os seus direitos.
- (b) se o terceiro não interessado pagar a dívida em seu próprio nome.
- (c) se o terceiro não interessado, com desconhecimento ou oposição do devedor, pagar a dívida em nome deste, salvo se houvesse meios para ilidir a ação.
- (d) quando terceira pessoa empresta ao devedor a quantia necessária para solver a dívida.
- (e) se o terceiro interessado pagar a dívida pela qual era ou podia ser obrigado.

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

82.37 TRF 5ª:: Analista Judiciário (administrativa)

Q.2435

Origem

Devo cumprir uma obrigação em meado do mês de fevereiro. Logo, devo cumpri-la

TRF 5ª:: Analista Judiciário
(administrativa)
FCC
2003

- (a) entre os dias 12 e 18, como ocorre com todos os meses do ano.
- (b) entre os dias 13 e 17, como ocorre com todos os meses do ano.
- (c) entre os dias 14 e 16, como ocorre com todos os meses do ano, salvo quando bissexto.
- (d) no dia 14, em anos normais, e no dia 15 nos anos bissextos.
- (e) no dia 15, quer seja ano bissexto, quer não.

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

82.38 TRF 5ª:: Analista Judiciário (ex. mandados)

Q.2436

Origem

Quanto ao pagamento, pode-se afirmar que

TRF 5ª:: Analista Judiciário (ex.
mandados)
FCC
2003

- (a) não é válido, quando feito ao credor putativo, ainda que de boa-fé.
- (b) o credor não é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, ainda que mais valiosa.
- (c) sua retenção, sob pretexto da não entrega de quitação, não é direito do devedor.
- (d) a posse do título pelo devedor não firma a presunção do pagamento.
- (e) o local previsto no contrato é irrenunciável, mesmo que o credor tenha reiteradamente recebido o pagamento em local diverso.

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

82.39 Prefeitura do Recife :: Procurador

Q.2437

Origem

A instituição do bem de família, pelos cônjuges ou entidade familiar, mediante escritura pública,

Prefeitura do Recife :: Procurador
FCC
2003

- (a) só pode abranger a residência da família qualquer que seja o seu valor.
- (b) exclui as regras sobre a impenhorabilidade do imóvel residencial estabelecida na Lei no 8.009, de 29/3/1990.
- (c) só pode abranger o imóvel residencial de menor valor, se houver mais de um no seu patrimônio.
- (d) tornou-se legalmente impossível depois da vigência da Lei no 8.009, de 29/3/1990, para não ferir o princípio da isonomia.
- (e) pode abranger parte de seu patrimônio, desde que não ultrapasse 1/3 (um terço) do patrimônio líquido existente ao tempo da instituição.

Assuntos relacionados

Bem de família

82.40 Estado-MA :: Defensor Público

Q.2438

Origem

Considera-se inexistente o casamento entre

Estado-MA :: Defensor Público
FCC
2003

- (a) pessoas do mesmo sexo.
- (b) ascendente e descendente.
- (c) pessoas que sejam casadas.
- (d) afins em linha reta ou na colateral.
- (e) o adotante e quem foi cônjuge do adotado.

Assuntos relacionados

Casamento

82.41 PGE-MA :: Procurador

Q.2439

Origem

A prescrição é interrompida

PGE-MA :: Procurador
FCC
2003

- (a) pelo protesto cambial.
- (b) pelo casamento do devedor com a credora.
- (c) se ajuizada ação de evicção.
- (d) se o credor tornar-se absoluta ou relativamente incapaz.
- (e) com o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, se a ação se originar de fato que teve de ser apurado no juízo criminal.

Assuntos relacionados

Casamento

82.42 Prefeitura do Recife :: Procurador

Q.2440

Origem

A união estável poderá converter-se em casamento, mediante pedido dos companheiros ao Juiz e assento no Registro Civil, mas o cônjuge sobrevivente terá obstada a união estável com o condenado por homicídio de seu consorte, PORQUE as causas suspensivas, em razão das quais as pessoas não devem casar, impedem a constituição da união estável.

Prefeitura do Recife :: Procurador
FCC
2003

Assuntos relacionados

- (a) se as duas asserções forem verdadeiras e a segunda for uma justificativa correta da primeira.
 - (b) se as duas asserções forem verdadeiras, mas a segunda não for uma justificativa correta da primeira.
 - (c) se a primeira asserção for uma proposição verdadeira e a segunda uma proposição incorreta.
 - (d) se a primeira asserção for uma proposição incorreta e a segunda uma proposição verdadeira.
 - (e) se tanto a primeira como a segunda forem proposições incorretas.
-

Casamento

82.43 Estado-MA :: Defensor Público

Q.2441

Origem

Têm domicílio necessário

Estado-MA :: Defensor Público
FCC
2003

- (a) os agentes diplomáticos do Brasil, enquanto servindo no estrangeiro.
- (b) somente os militares e os marítimos.
- (c) as pessoas casadas.
- (d) apenas o preso e os servidores públicos titulares de cargo efetivo.
- (e) os incapazes.

Assuntos relacionados

Domicílio

Q.2442

Origem

Salvo disposição legal ou contratual em contrário ou diferente, ou em razão da natureza da obrigação, o pagamento efetuar-se-á

Estado-MA :: Defensor Público
FCC
2003

- (a) em se tratando de prestações periódicas alternadamente no domicílio do devedor e do credor.
- (b) no domicílio do credor, ainda que reiteradamente feito em outro local, não fazendo isto presumir renúncia a disposição contratual.
- (c) indistintamente no domicílio do credor ou do devedor, a critério deste.
- (d) no domicílio do devedor, mas se reiteradamente feito em outro local faz presumir renúncia do credor relativamente ao previsto no contrato.
- (e) no domicílio do credor, podendo porém o devedor fazê-lo noutro local, desde que não haja prejuízo para aquele.

Assuntos relacionados

Domicílio

82.44 PGE-MA :: Procurador

Q.2443

Origem

É correto afirmar que

PGE-MA :: Procurador
FCC
2003

- (a) a competência para processar e julgar a execução da dívida ativa da Fazenda Pública exclui a de qualquer outro juízo, salvo o juízo universal da falência.
 - (b) proposta a execução fiscal, a posterior mudança de domicílio do executado desloca a competência já fixada.
 - (c) a dívida ativa regularmente inscrita goza de presunção legal e, portanto, absoluta, de liquidez e certeza.
 - (d) a dívida ativa regularmente inscrita goza de presunção relativa de liquidez e certeza, cabendo ao executado ou terceiro ilidi-la por prova inequívoca.
 - (e) a execução fiscal não pode ser movida contra sucessores do devedor.
-

Assuntos relacionados

Domicílio

82.45 Prefeitura do Recife :: Procurador

Q.2444

Origem

O advogado **A**, que reside permanentemente em Olinda, mas mantém escritórios, onde exerce sua profissão, em Recife e Petrolina, tem por domicílio,

Prefeitura do Recife :: Procurador
FCC
2003

- (a) apenas Recife, por ser a Capital do Estado.
- (b) apenas Olinda, onde mantém residência com ânimo definitivo.
- (c) quanto às relações concernentes à profissão neles praticadas, os Municípios de Recife e Petrolina.
- (d) Olinda, Petrolina e Recife para quaisquer relações jurídicas, indistintamente.
- (e) o lugar em que for encontrado, pois se trata de um itinerante.

Assuntos relacionados

Domicílio

82.46 TRE-BA :: Analista Judiciário - Judiciário

Q.2445

Origem

O Código Civil estabelece que o domicílio do incapaz é o de seu representante. Essa hipótese é a do domicílio denominado

TRE-BA :: Analista Judiciário -
Judiciário
FCC
2003

- (a) presumido.
- (b) convencional.
- (c) necessário
- (d) voluntário.
- (e) legal.

Assuntos relacionados

Domicílio

82.47 TRF 5ª.: Analista Judiciário (ex. mandados)

Q.2446

Origem

Para uma ação de reintegração de posse de imóvel cuja área esteja situada em mais de uma comarca, determinar-se-á a competência

TRF 5ª.: Analista Judiciário (ex.
mandados)
FCC
2003

- (a) pela prevenção, podendo a ação ser ajuizada em qualquer delas e estendendo-se a competência sobre a totalidade do imóvel.
- (b) pelo foro do domicílio do réu, mesmo que não se localize em uma das comarcas onde está situado o imóvel.
- (c) pelo foro do lugar em que estiver localizada a maior parte da área do imóvel.
- (d) pelo foro do lugar em que estiverem localizadas as principais benfeitorias.
- (e) pelo foro do domicílio do réu, se este se situar no imóvel objeto da ação.

Assuntos relacionados

Domicílio

82.48 TRF 5ª:: Técnico Judiciário

Q.2447

Origem

As pessoas jurídicas de direito privado brasileiras terão como domicílio

TRF 5ª:: Técnico Judiciário
FCC
2003

(a) o lugar onde funcionarem as respectivas diretorias e administrações ou onde elegerem domicílio especial no seu estatuto ou ato constitutivo.

(b) somente o lugar onde elegerem domicílio especial no seu estatuto ou atos constitutivos.

(c) apenas o lugar onde funcionarem as respectivas diretorias e administrações devidamente legalizadas.

(d) qualquer lugar do País que forem encontrados seus diretores, administradores ou representantes legais.

(e) o lugar onde residem as pessoas físicas que representam a entidade, ou o local de seu funcionamento.

Assuntos relacionados

Domicílio

82.49 PGE-MA :: Procurador

Q.2448

Origem

Praticado pelo devedor o ato a cuja abstenção se obrigara, o credor

PGE-MA :: Procurador
FCC
2003

(a) poderá, em caso de urgência, desfazê-lo ou mandar desfazer, independentemente de autorização judicial, sem prejuízo do ressarcimento devido.

(b) nunca poderá desfazer ou mandar desfazer o ato, sob pena de perder o direito à indenização, antes de decisão em processo no qual foi assegurado o contraditório.

(c) só terá direito à indenização se constituir o devedor em mora, mediante notificação judicial ou extrajudicial.

(d) não poderá requerer em Juízo o desfazimento, porque pelo descumprimento de obrigações de não fazer, o devedor só responde por perdas e danos.

(e) só poderá pleitear em Juízo a aplicação de multa diária até que o devedor desfaça o ato, salvo a existência de cláusula penal prevista no contrato, que, neste caso, é a única sanção possível.

Assuntos relacionados

Inadimplemento das obrigações

82.50 Estado-MA :: Defensor Público

Q.2449

Podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros alimentos

(a) mas o cônjuge declarado culpado na separação judicial perde definitivamente o direito a qualquer pensão alimentícia a cargo do cônjuge inocente.

(b) sendo que na falta de ascendentes cabe a obrigação aos colaterais e na falta destes aos descendentes.

(c) e sendo várias as pessoas obrigadas a prestar alimentos, todas devem concorrer na mesma proporção.

(d) porém, a obrigação jamais se transmite aos herdeiros do devedor.

(e) de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, mas serão apenas os indispensáveis à subsistência, quando a situação de necessidade resultar de culpa de quem os pleiteia.

Origem

Estado-MA :: Defensor Público
FCC
2003

Assuntos relacionados

Alimentos

82.51 PGE-MA :: Procurador

Q.2450

Sujeita-se ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo Tribunal competente a sentença

(a) que decretar o divórcio resultante da separação judicial.

(b) que julgar procedente a ação de investigação de paternidade cumulada com ação de alimentos.

(c) proferida contra sociedade de economia mista ou que julgar procedentes embargos à execução de dívida ativa da Fazenda Pública.

(d) que anular o casamento, se contraído de boa-fé por ambos os cônjuges.

(e) proferida contra as fundações de direito público, em que a condenação, ou o direito controvertido for de valor certo excedente a 60 salários mínimos.

Origem

PGE-MA :: Procurador
FCC
2003

Assuntos relacionados

Alimentos

82.52 Estado-MA :: Defensor Público

Q.2451

Em relação ao pedido inicial é correto afirmar que

(a) nos contratos com prestações periódicas, o pedido incluirá apenas as vencidas, devendo o autor, periodicamente, indicar nos autos o vencimento das demais.

(b) caso o autor formule pedidos sucessivos, o juiz deverá examinar o posterior, na hipótese de não ser acolhido o anterior.

(c) o pedido não pode ser aditado pelo autor, salvo somente nas ações possessórias, por sua fungibilidade.

(d) não poderá o autor, em nenhum caso, formular pedido genérico, o que impediria a prestação jurisdicional.

(e) para o caso de descumprimento da sentença, poderá ser pedida a cominação de pena pecuniária nas execuções por quantia certa contra devedor solvente.

Origem

Estado-MA :: Defensor Público
FCC
2003

Assuntos relacionados

Contratos

Q.2452

Origem

Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis,

Estado-MA :: Defensor Público
FCC
2003

Assuntos relacionados

Contratos

- (a) por se tratar de direito potestativo da parte prejudicada, a resolução não poderá ser evitada, ainda que o réu na ação de resolução ofereça modificar eqüitativamente as condições do contrato.
- (b) os efeitos de sua resolução judicial retroagirão à data da citação.
- (c) o Juiz só poderá acolher o pedido de resolução se houver concordância do réu, para não ferir o princípio da autonomia da vontade.
- (d) a resolução judicial só será admissível se o autor comprovar que já cumpriu pelo menos 40(e) a resolução judicial só produzirá efeitos a partir do trânsito em julgado da sentença.

Q.2453

Origem

Relativamente ao procedimento sumário,

Estado-MA :: Defensor Público
FCC
2003

Assuntos relacionados

Contratos

- (a) não se admitem ação declaratória incidental e a intervenção de terceiros, inclusive quando fundada em contrato de seguro, admitindo-se porém a assistência e o recurso de terceiro prejudicado.
- (b) não se admite a intervenção de terceiros, mas são possíveis a assistência e a ação declaratória incidental.
- (c) não se admite a ação declaratória incidental, mas são admissíveis a oposição e o recurso de terceiro prejudicado.
- (d) nenhuma modalidade de intervenção de terceiros é admitida.
- (e) não se admitem a ação declaratória incidental e a intervenção de terceiros, salvo a assistência, o recurso de terceiro prejudicado e a intervenção fundada em contrato de seguro.

Q.2454

Origem

Acerca do contrato preliminar é correto afirmar que

Estado-MA :: Defensor Público
FCC
2003

Assuntos relacionados

Contratos

- (a) não tem força obrigatória, podendo qualquer das partes dá-lo por desfeito mediante notificação judicial.
- (b) não comporta em qualquer hipótese execução específica e seu descumprimento apenas enseja o pagamento de perdas e danos.
- (c) deve conter todos os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado, exceto quanto à forma.
- (d) deve observar, sob pena de nulidade, a forma do contrato a ser celebrado, em virtude da regra segundo a qual o acessório segue o principal.
- (e) tem a mesma função do sinal ou arras na venda e compra.

82.53 PGE-MA :: Procurador

Q.2455

Origem

Acerca da dissolução e liquidação de sociedades é correto afirmar:

PGE-MA :: Procurador
FCC
2003

- (a) o contrato não pode prever outras causas de dissolução exceto aquelas dispostas em lei.
- (b) o liquidante poderá realizar novas operações, dentro do objeto social, enquanto o patrimônio não tiver sido alienado.
- (c) vencido o prazo de duração, a dissolução é inevitável, ainda que concordem todos os sócios para que se prorrogue por tempo indeterminado.
- (d) dissolver-se-á por deliberação dos sócios, por maioria absoluta, na sociedade por prazo determinado.
- (e) dissolve-se na falta de pluralidade de sócios, se não reconstituída no prazo de cento e oitenta dias.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.2456

Origem

A rescisão unilateral dos contratos, quando expressa ou implicitamente permitida por lei,

PGE-MA :: Procurador
FCC
2003

- (a) sempre exige o pagamento de indenização à outra parte, porque se trata de ato que diz respeito à conveniência somente de uma das partes que abdicou do negócio.
- (b) dispensa a notificação à outra parte, bastando a cessação do cumprimento das obrigações.
- (c) após denúncia notificada à outra parte, que tenha feito investimentos consideráveis para sua execução, só produzirá efeito depois de transcorrido prazo compatível com a natureza e o vulto dos investimentos.
- (d) depende sempre de intervenção judicial, para verificação da procedência dos motivos alegados para sua extinção.
- (e) só será possível se a outra parte não houver iniciado o cumprimento de sua obrigação.

Assuntos relacionados

Contratos

82.54 TRE-AC :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.2457

Origem

Observe os elementos abaixo, relacionados ao contrato de locação de coisas.

TRE-AC :: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2003

- I. A infungibilidade da coisa.
- II. A retribuição.
- III. A fungibilidade da coisa.
- IV. O tempo determinado. São elementos obrigatórios do mencionado contrato os constantes de:

Assuntos relacionados

Contratos

- (a) I e II
- (b) I e IV
- (c) II e III
- (d) II e IV
- (e) III e IV PROCESSUAL CIVL

Q.2458

Fernando adquire de Pedro um automóvel que apresenta defeito oculto, apto a torná-lo impróprio ao uso a que se destina, diminuindo-lhe consideravelmente o valor. A hipótese é de

- (a) evicção, cuja responsabilidade não pode ser excluída ou diminuída por cláusula contratual.
- (b) evicção, cabendo ao evicto, além da restituição integral do preço, indenização pelas despesas do contrato.
- (c) vício redibitório, cabendo ao alienante, se desconhecia o defeito da coisa, optar entre a rescisão e o abatimento do preço.
- (d) vício redibitório, cabendo ao adquirente optar entre a redibição do contrato ou o abatimento do preço.
- (e) evicção, cabendo ao alienante optar entre a rescisão e o abatimento do preço.

Origem

TRE-AC :: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2003

Assuntos relacionados

Contratos

82.55 TRE-BA :: Analista Judiciário - Judiciário

Q.2459

O vício redibitório, previsto nas disposições gerais sobre os contratos, diz respeito

- (a) à manifestação de vontade.
- (b) ao dolo do vendedor.
- (c) à coisa.
- (d) à capacidade das partes.
- (e) ao preço contratado.

Origem

TRE-BA :: Analista Judiciário -
Judiciário
FCC
2003

Assuntos relacionados

Contratos

82.56 TRF 5ª:: Analista Judiciário (administrativa)

Q.2460

Com o novo Código Civil,

- (a) proíbe-se, parcialmente, que a herança de pessoa viva seja objeto de contrato, ficando revogada a regra do Código anterior, que era permissiva.
- (b) passou-se a permitir que a herança de pessoa viva venha a ser, livremente, objeto de contrato.
- (c) a herança de pessoa viva só pode ser objeto de contrato sob autorização judicial.
- (d) persiste a proibição de a herança de pessoa viva ser objeto de contrato.
- (e) a herança de pessoa viva pode ser objeto de contrato apenas quando presentes no contrato todos os futuros herdeiros, em tudo concordando.

Origem

TRF 5ª:: Analista Judiciário
(administrativa)
FCC
2003

Assuntos relacionados

Contratos

Q.2461

Origem

Quanto à formação dos contratos, é INCORRETO afirmar que

TRF 5ª:: Analista Judiciário
(administrativa)
FCC
2003

- (a) considera-se presente a pessoa que contrata por telefone ou por meio de comunicação semelhante.
- (b) a aceitação fora do prazo, com adições, restrições, ou modificações não importa, necessariamente, nova proposta.
- (c) pode revogar-se a oferta pela mesma via de sua divulgação, desde que ressalvada esta faculdade na oferta realizada.
- (d) considera-se inexistente a aceitação, se antes dela ou com ela chegar ao proponente a retratação do aceitante.
- (e) o contrato reputa-se celebrado no lugar onde foi proposto.

Assuntos relacionados

Contratos

82.57 TRF 5ª:: Analista Judiciário (ex. mandados)

Q.2462

Origem

Comprei uma máquina. Quando recebida, notei ter defeito oculto que reduzia sensivelmente a produção, diminuindo, em consequência, o seu valor. O vendedor conhecia o defeito e ofereceu-me um abatimento no preço, em valor superior à diminuição da capacidade da máquina. Nesse caso,

TRF 5ª:: Analista Judiciário (ex. mandados)
FCC
2003

- (a) se quiser, posso aceitar o oferecimento de abatimento no preço, mas estou impedido de enjeitar a coisa.
- (b) sou obrigado a aceitar a oferta de abatimento, que cobre, superiormente, a menor capacidade da máquina.
- (c) posso enjeitar a coisa viciada e recuperar o que paguei, mas não tenho direito a perdas e danos.
- (d) posso enjeitar a coisa viciada e recuperar o que paguei, com perdas e danos.
- (e) a decadência do direito de enjeitar ou de aceitar o abatimento oferecido ocorre no prazo de noventa dias.

Assuntos relacionados

Contratos

82.58 TRF 5ª:: Técnico Judiciário

Q.2463

Origem

Em matéria de domicílio civil, na legislação brasileira

TRF 5ª:: Técnico Judiciário
FCC
2003

- (a) o domicílio estipulado nos contratos é denominado necessário ou legal.
- (b) o agente diplomático, em qualquer situação, responderá sempre à Justiça do País onde for encontrado.
- (c) o marítimo e o militar gozam do domicílio conhecido como voluntário.
- (d) a pluralidade de domicílio é admitida se a pessoa natural tiver mais de uma residência.
- (e) as capitais dos Estados são consideradas o domicílio de seus municípios.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.2464

Dentre outras situações em matéria contratual, é certo que será também obrigatória a proposta se,

- (a) feita mediante oferta ao público, contendo os elementos essenciais do contrato, como a exposição de objetos em lojas com ficha indicativa de preço.
- (b) realizada sem prazo a uma pessoa por meio de mandatário ou por comunicação telefônica gravada, não foi imediatamente aceita.
- (c) enviada sem prazo a pessoa ausente, por meio de cartas, já tenha decorrido tempo suficiente para que a resposta chegue ao conhecimento do peticitante.
- (d) efetuada a pessoa ausente, estabelecendo-se prazo para a espera da resposta, esta não foi expedida dentro do prazo dado.
- (e) antes dela ou simultaneamente, chegar ao conhecimento do oblato a retratação do proponente.

Origem

TRF 5ª:: Técnico Judiciário
FCC
2003

Assuntos relacionados

Contratos

Q.2465

O contrato em que a prestação de uma ou ambas as partes depende de um risco futuro e incerto, não se podendo antecipar seu montante, denomina-se

- (a) promessa de fato de terceiro.
- (b) atípico ou inominado.
- (c) com pessoa a declarar.
- (d) estipulação de terceiro.
- (e) aleatório.

Origem

TRF 5ª:: Técnico Judiciário
FCC
2003

Assuntos relacionados

Contratos

82.59 TRE-AM :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.2466

Considerar-se-ão, também, bens imóveis para os efeitos legais,

- (a) as energias que tenham valor econômico.
- (b) os direitos pessoais de caráter patrimonial e suas respectivas ações.
- (c) os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram.
- (d) os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes.
- (e) os materiais provenientes de demolição de algum prédio, mesmo sem objetivo do reemprego.

Origem

TRE-AM :: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2003

Assuntos relacionados

Direitos reais

82.60 TRF 5ª:: Técnico Judiciário

Q.2467

Origem

No que se refere aos fatos jurídicos é certo que

TRF 5ª:: Técnico Judiciário
FCC
2003

- (a) os atos negociais benéficos devem ser interpretados de forma ampliativa.
- (b) a validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.
- (c) os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme boa-fé e desconsiderados os usos do lugar de sua celebração.
- (d) nas declarações de vontade atender-se-á mais ao sentido literal da linguagem no que a intenção nelas consubstanciada.
- (e) o silêncio sempre importa em anuência, confirmando que a parêmia ” *quem cala consente* ” tem juridicidade.

Assuntos relacionados

Fatos jurídicos

82.61 Estado-MA :: Defensor Público

Q.2468

Origem

A Lei no 6.766, de 19/12/1979, ao dispor que nos loteamentos urbanos ”os lotes terão área mínima de 125 m2 (cento e vinte e cinco metros quadrados)”, estabelece sobre estes

Estado-MA :: Defensor Público
FCC
2003

- (a) fungibilidade.
- (b) indivisibilidade convencional.
- (c) indivisibilidade legal.
- (d) intangibilidade.
- (e) a qualidade de imóveis para efeitos legais.

Assuntos relacionados

Direito civil

82.62 Prefeitura do Recife :: Procurador

Q.2469

Origem

X , Y e Z são servidores públicos, contando, respectivamente, onze (11), dez (10) e quatro (4) anos de serviço na data de 26/5/2003. A Lei Municipal no 1 estabelecia que a cada cinco (5) anos de serviço ao servidor será deferido um adicional equivalente a 5

Prefeitura do Recife :: Procurador
FCC
2003

Assuntos relacionados

- (a) X e Y têm direito a apenas dois adicionais e Z não tem direito a nenhum adicional.
- (b) X tem direito a um adicional e mais 20(c) Z , Y e X terão direito, respectivamente, a um (1), dois (2) e três (3) adicionais.
- (d) X , Y e Z terão suprimidos todos os adicionais, a partir da entrada em vigor da Lei no 2, porque o Direito adquirido só se refere àquilo que já foi pago em razão do princípio da irrepetibilidade dos alimentos.
- (e) X , Y e Z continuarão a incorporar outros quinquênios até a data de suas respectivas aposentadorias, porque nomeados ao tempo em que vigorava a Lei no 1

Direito civil

82.63 TRE-AC :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.2470

Origem

O Partido Político Alfa, integrante da Coligação Beta, apresentou, por seu presidente, comunicação verbal da prática de crime eleitoral ao Juiz Eleitoral da Zona onde o mesmo se verificou. A comunicação foi reduzida a termo, assinado pelo apresentante e por duas testemunhas e remetida ao Ministério Público. O órgão do Ministério Público requereu o arquivamento e o Juiz, não concordando, ordenou a remessa da comunicação ao Procurador Regional Eleitoral, tendo este insistido no pedido de arquivamento. Nesse caso,

TRE-AC :: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2003

Assuntos relacionados

Direito civil

- (a) o juiz remeterá a comunicação ao Tribunal Superior Eleitoral.
- (b) o Juiz poderá baixar Portaria, instaurando a ação penal.
- (c) o Partido Político Alfa poderá oferecer denúncia substitutiva.
- (d) a Coligação Beta poderá oferecer denúncia substitutiva.
- (e) o Juiz estará obrigado a atender e deverá determinar o arquivamento da comunicação.

82.64 Estado-MA :: Defensor Público

Q.2471

Origem

A Lei nova que estabelecer disposição geral a par da lei especial em vigor

Estado-MA :: Defensor Público
FCC
2003

- (a) não revoga nem modifica a lei especial.
- (b) apenas modifica a lei especial.
- (c) revoga a lei especial.
- (d) derroga, mas não ab-roga a lei especial.
- (e) só entrará em vigor depois de expressamente revogada a lei especial.

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

82.65 PGE-MA :: Procurador

Q.2472

Origem

"O alcance, portanto, da regra do efeito imediato entre nós, é o de que a nova lei, em princípio, atinge as partes posteriores dos *facta pendentia* com a condição de não ferir o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada." **A afirmação acima, de um dos autores que estudaram o direito intertemporal, se refere**

PGE-MA :: Procurador
FCC
2003

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

- (a) à vedação expressa na Constituição de lei com efeito retroativo.
- (b) apenas à regra constitucional que preserva da lei nova o direito adquirido.
- (c) à regra contida na legislação ordinária, segundo a qual a lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.
- (d) à proibição contida na lei ordinária de que as leis e regulamentos tenham efeito retroativo.
- (e) à regra segundo a qual a lei entra em vigor imediatamente a partir de sua publicação, se nada dispuser em sentido contrário, mas serão respeitados o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

82.66 Estado-MA :: Defensor Público

Q.2473

Origem

Considere as afirmações abaixo sobre o regime de bens entre cônjuges.

I. É admissível a alteração do regime de bens, mediante autorização judicial em pedido motivado de ambos os cônjuges, devendo ser apurada a procedência das razões invocadas e ressalvados direitos de terceiros.

II. O regime da separação de bens é obrigatório se a mulher for maior de 50 [cinquenta] anos.

III. Se o da comunhão parcial, incluem-se na comunhão os bens adquiridos na constância do casamento por título oneroso, ainda que só em nome de um dos cônjuges e os decorrentes de doação, herança ou legado em favor de ambos os cônjuges.

IV. É nulo o pacto antenupcial feito por escritura pública se não lhe seguir o casamento.

V. No regime de participação final nos aquestos, cada cônjuge possui patrimônio próprio, mas à época da dissolução da sociedade conjugal caber-lhe-á metade dos bens adquiridos pelo casal, a título oneroso, na constância do casamento. S

OMENTE estão corretas as afirmações

- (a) I, II e IV.
- (b) I, III e V.
- (c) I, IV e V.
- (d) II, IV e V.
- (e) III, IV e V.

Estado-MA :: Defensor Público
FCC
2003

Assuntos relacionados

Bens

Q.2474

Origem

No que se refere ao processo de interdição,

(a) o interditando será citado para comparecer perante o juiz, que o examinará, interrogando-o minuciosamente acerca de sua vida, negócios, bens e do mais que lhe parecer necessário para valorar seu estado mental, reduzidas a auto as perguntas e respostas.

(b) a impugnação do pedido de interdição poderá ser apresentada pelo interditando em 15 dias.

(c) o Ministério Público representará facultativamente o interditando nos autos, podendo ser o requerente da medida.

(d) após o interrogatório do interditando, o juiz poderá dispensar a perícia, com base em sua livre convicção sobre a causa.

(e) apresentado o laudo pericial sobre as condições mentais do interditando, poderá o juiz dispensar a audiência de instrução e julgamento se o exame realizado for conclusivo sobre a capacidade de o interditando exercer seus direitos pessoalmente.

Estado-MA :: Defensor Público
FCC
2003

Assuntos relacionados

Bens

82.67 PGE-MA :: Procurador

Q.2475

Origem

Constitui universalidade de fato

PGE-MA :: Procurador
FCC
2003

- (a) o conjunto de bens que, embora reunidos, consideram-se de per si, independentemente dos demais.
- (b) o complexo de relação jurídicas de uma pessoa, dotado de valor econômico.
- (c) a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária.
- (d) a pluralidade de bens que não podem ser objeto de relações jurídicas próprias, devendo sempre ser alienados como um todo.
- (e) a construção feita sobre terreno alheio e que passa a pertencer ao proprietário deste.

Assuntos relacionados

Bens

Q.2476

Origem

O bem de família, instituído pelos cônjuges ou entidade familiar, poderá consistir

PGE-MA :: Procurador
FCC
2003

- (a) em prédio residencial ou não, com suas pertenças e acessórios, destinando-se a domicílio familiar ou a renda para subsistência da família e conservação do restante dos bens que vierem a ser herdados ou doados aos filhos menores.
- (b) em prédio residencial urbano ou rural com suas pertenças e acessórios, destinando-se a domicílio familiar e também abranger valores mobiliários, cuja renda será aplicada na conservação do imóvel e no sustento da família.
- (c) apenas de prédio urbano de área não superior a 250 m², desde que os instituidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural.
- (d) somente de prédio urbano ou rural, desde que os instituidores não sejam proprietários de outro imóvel no mesmo município.
- (e) de quaisquer bens, móveis ou imóveis, desde que seu valor não ultrapasse um terço do patrimônio líquido existente ao tempo da instituição.

Assuntos relacionados

Bens

Q.2477

Origem

A compra e venda entre cônjuges é

PGE-MA :: Procurador
FCC
2003

- (a) válida com relação a bens integrantes ou não da comunhão.
- (b) nula com relação a quaisquer bens, porque implica alteração do regime de bens entre cônjuges.
- (c) anulável, com relação a bens excluídos da comunhão e nula em relação aos que integram a comunhão.
- (d) válida com relação a bens excluídos da comunhão.
- (e) ineficaz enquanto não dissolvida a sociedade conjugal.

Assuntos relacionados

Bens

82.68 TRE-BA :: Analista Judiciário - Judiciário

Q.2478

Origem

NÃO é bem imóvel:

TRE-BA :: Analista Judiciário -
Judiciário
FCC
2003

- (a) bem fungível.
- (b) direito à sucessão aberta.
- (c) aquele que for incorporado naturalmente ao solo.
- (d) direito real sobre imóvel.
- (e) aquele que for incorporado artificialmente ao solo.

Assuntos relacionados

Bens

82.69 TRF 5ª:: Analista Judiciário (administrativa)

Q.2479

Origem

Os bens públicos dominicais são

TRF 5ª:: Analista Judiciário
(administrativa)
FCC
2003

- (a) alienáveis, desde que sejam observadas as exigências da lei.
- (b) inalienáveis, enquanto conservarem essa qualificação.
- (c) aqueles que, desde tempos imemoriais, pertencem ao poder público, como os rios e mares.
- (d) os únicos bens públicos que podem ser usucapidos, desde que para servir de moradia, nos termos da Constituição Federal.
- (e) aqueles que, pela destinação, servem de estradas, ruas e praças.

Assuntos relacionados

Bens

Q.2480

Origem

Deu cupim no madeirame de minha casa e, para sua troca, tive que retirar todas as telhas, uma a uma, com cuidado para depois reempregá-las. Nesse caso, minha telha

TRF 5ª:: Analista Judiciário
(administrativa)
FCC
2003

- (a) é um bem móvel, como sempre foi e seguirá sendo.
- (b) não perdeu sua condição de bem imóvel, porque provisoriamente separada do prédio.
- (c) esteve imobilizada, mas, desfeito o telhado, retornou à categoria de bem móvel.
- (d) é um bem móvel, pois se houvesse transformação em imóvel de tudo o que se agrega ao solo, o cupim também seria bem imóvel por incorporação.
- (e) é um bem imóvel por natureza, pois toda telha existe para ser usada em cobertura de prédios, realidade imóvel a que se integra.

Assuntos relacionados

Bens

Q.2481

Origem

Quanto aos bens, é correto afirmar que

TRF 5ª:: Analista Judiciário
(administrativa)
FCC
2003

- (a) pertencas são os bens principais e acessórios, vistos como uma coletividade de direitos.
- (b) os bens que formam a universalidade de fato não podem ser objeto de relações jurídicas próprias.
- (c) somente a determinação da lei, não a vontade das partes, pode tornar indivisível um bem naturalmente divisível.
- (d) são fungíveis os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- (e) o direito à sucessão aberta é um exemplo de bem móvel.

Assuntos relacionados

Bens

82.70 TRF 5ª:: Analista Judiciário (ex. mandados)

Q.2482

Origem

Quanto aos bens considerados em si mesmos, têm-se como certo que

TRF 5ª:: Analista Judiciário (ex. mandados)
FCC
2003

- (a) os acréscimos ou melhoramentos sobrevindos ao bem sem intervenção do proprietário consideram-se também benfeitorias.
- (b) as ações que asseguram os direitos reais sobre imóveis são consideradas bens móveis.
- (c) os materiais provenientes da demolição de prédios mantêm sua condição de bens imóveis.
- (d) enquanto não separados do bem principal, os frutos e produtos não podem ser objeto de negócio jurídico.
- (e) as energias que tenham valor econômico são consideradas bens móveis.

Assuntos relacionados

Bens

82.71 TRF 5ª:: Técnico Judiciário

Q.2483

Origem

Os ornamentos, geradores, máquinas agrícolas, aparelhos de ar-condicionado, entre outros, são qualificados como

TRF 5ª:: Técnico Judiciário
FCC
2003

- (a) especiais, podendo ser tidos como móveis ou imóveis infungíveis.
- (b) partes integrantes e são tidos como móveis por determinação legal.
- (c) acessórios e considerados como imóveis por acessão física artificial.
- (d) relevantes e considerados como móveis por sua própria destinação.
- (e) pertencas e são tidos como imóveis por acesso intelectual.

Assuntos relacionados

Bens

Q.2484

Origem

Em relação aos bens públicos:

I. Os terrenos destinados a serviço das autarquias ou prédios onde funcionam tribunais, escolas públicas, entre outros, são considerados bens públicos de uso comum do povo.

II. As enseadas, baías, golfos e rios, entre outros, são caracterizados juridicamente como bens públicos de uso especial.

III. As terras devolutas, as estradas de ferro e os títulos de dívida pública, entre outros, são considerados bens públicos dominicais.

Está correto APENAS o que se afirma em

- (a) I.
- (b) II.
- (c) III.
- (d) I e II.
- (e) II e III.

TRF 5ª: Técnico Judiciário
FCC
2003

Assuntos relacionados

Bens

82.72 PGE-MA :: Procurador

Q.2485

Origem

Sobre a invalidade dos negócios jurídicos considere as seguintes afirmações:

I. É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se for válido na substância e na forma.

II. É nulo o negócio jurídico celebrado em estado de perigo.

III. É anulável o negócio jurídico quando se verifica a lesão, porém não se decretará a anulação se a parte favorecida concordar com a redução do proveito.

IV. É anulável o negócio jurídico celebrado por pessoa absoluta ou relativamente incapaz.

V. É nulo o negócio jurídico quando tiver por objetivo fraudar lei imperativa.

SOMENTE está correto o que se afirma em

- (a) I, II e III.
- (b) I, III e V.
- (c) II, III e IV.
- (d) II, IV e V.
- (e) III, IV e V.

PGE-MA :: Procurador
FCC
2003

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.2486

Origem

Constituída uma fundação de direito privado por negócio jurídico entre vivos,

(a) o instituidor não precisará fazer a dotação de bens desde logo, podendo reservar-se para fazê-la por testamento.

(b) o instituidor, necessariamente, declarará no mesmo instrumento a maneira de administrá-la.

(c) seu objeto poderá ter finalidade lucrativa.

(d) se o instituidor não lhe transferir a propriedade dos bens ou outro direito real sobre os bens dotados, serão registrados em nome dela por mandado judicial.

(e) os bens imóveis objeto da dotação podem estar hipotecados, facultando-se ao instituidor levantar o ônus no prazo de dez anos.

PGE-MA :: Procurador
FCC
2003

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

82.73 TRE-AM :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.2487

Origem

Em se tratando de negócio jurídico, considera-se condição a cláusula que, derivando

TRE-AM :: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2003

- (a) exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.
- (b) da vontade das partes ou de terceiros interessados, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.
- (c) exclusivamente da vontade das partes, subordina a existência do negócio jurídico a evento futuro, certo e determinado.
- (d) da vontade das partes ou de terceiros interessados, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e certo.
- (e) da vontade das partes, de terceiros interessados ou não, subordina a existência do negócio jurídico a evento futuro, certo e determinado.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.2488

Origem

Quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga à prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta, ocorrerá

TRE-AM :: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2003

- (a) a lesão.
- (b) o estado de perigo.
- (c) o erro substancial.
- (d) o dolo acidental.
- (e) o dolo eventual.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.2489

Origem

É anulável o negócio jurídico quando

TRE-AM :: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2003

- (a) o seu objeto for indeterminável.
- (b) tiver por objeto fraudar lei imperativa.
- (c) não revestir a forma prescrita em lei.
- (d) celebrado por pessoa absolutamente incapaz.
- (e) ocorrer fraude contra credores.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

82.74 TRE-BA :: Analista Judiciário - Judiciário

Q.2490

Antonio, 17 anos de idade, recusa-se a entregar bem que vendeu a Carlos, sendo certo que no momento da venda afirmou ter 19 anos e recebeu o preço. Nessa hipótese,

- (a) o negócio é sempre anulável ante a incapacidade relativa de Antonio.
- (b) o negócio é nulo ante a incapacidade absoluta de Antonio.
- (c) o representante legal de Antonio deve postular em juízo a nulidade da venda.
- (d) Antonio não pode invocar a idade para se eximir da obrigação de entregar o bem.
- (e) Antonio pode invocar sua incapacidade para se eximir da obrigação de entregar o bem.

Origem

TRE-BA :: Analista Judiciário -
Judiciário
FCC
2003

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

82.75 TRF 5ª:: Analista Judiciário (administrativa)

Q.2491

Premido pela necessidade de salvar pessoa de minha família, de grave dano conhecido pela outra parte, assumi obrigação excessivamente onerosa. Nesse caso, estamos falando do vício que torna anulável o ato ou negócio jurídico e que é conhecido como

- (a) dolo.
- (b) coação.
- (c) estado de perigo.
- (d) fraude.
- (e) erro de direito.

Origem

TRF 5ª:: Analista Judiciário
(administrativa)
FCC
2003

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

82.76 TRF 5ª:: Técnico Judiciário

Q.2492

A personalidade é objeto de direito e consiste num conjunto de caracteres próprios da pessoa. Logo, NÃO são considerados caracteres do direito de personalidade, a

- (a) imprescritibilidade e a impenhorabilidade.
- (b) transmissibilidade e a renunciabilidade.
- (c) irrenunciabilidade e a inexpropriabilidade.
- (d) indisponibilidade e a intransmissibilidade.
- (e) inexpropriabilidade e a imprescritibilidade.

Origem

TRF 5ª:: Técnico Judiciário
FCC
2003

Assuntos relacionados

82.77 TRE-AM :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.2493

Origem

Em matéria de competência é correto que

TRE-AM :: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2003

(a) a única hipótese em que o Ministério Público será ouvido no conflito de competência será quando a lide versar sobre interesses de absolutamente incapaz.

(b) o conflito de competência não obsta que à parte, que não o suscitou, ofereça exceção declinatória de foro.

(c) não há conflito de competência quando entre dois ou mais Juízes surgir controvérsia acerca da reunião ou separação de processos.

(d) não há conflito de competência quando dois ou mais Juízes se declararem incompetentes.

(e) o Tribunal declara qual o Juiz competente, mas não se pronunciará sobre a validade dos atos do Juiz incompetente ao decidir o conflito. DIREITO CIVIL PROCESSUAL

Assuntos relacionados

82.78 TRE-BA :: Analista Judiciário - Judiciário

Q.2494

Origem

É INCORRETO afirmar que

TRE-BA :: Analista Judiciário -
Judiciário
FCC
2003

(a) a incompetência absoluta deve ser declarada de ofício e pode ser alegada, em qualquer tempo e grau de jurisdição, independentemente de exceção.

(b) se considera prevento um Juiz apenas quando, correndo em separado ações conexas perante Juízes que têm a mesma competência territorial, profere sentença de mérito em primeiro lugar.

(c) se prorroga a competência relativa, se o réu não opuser exceção declinatória do foro e de juízo, no caso e prazo legais.

(d) há conflito de competência quando entre dois ou mais Juízes surge controvérsia acerca da reunião ou separação de processos.

(e) se reputam conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o objeto ou causa de pedir.

Assuntos relacionados

82.79 PGE-MA :: Procurador

Q.2495

Origem

Poderão os interessados requerer a sucessão definitiva do ausente

PGE-MA :: Procurador
FCC
2003

(a) dez anos depois de passada em julgado a sentença que concede a abertura da sucessão provisória.

(b) somente quando o ausente contar oitenta anos de idade e que de cinco anos antes datem suas últimas notícias ou vinte anos depois de passada em julgado a sentença que concedeu a sucessão provisória.

(c) apenas se ficar provada sua morte.

(d) dez anos após a arrecadação de seus bens ou se o ausente contar oitenta anos de idade e de cinco anos antes forem suas últimas notícias.

(e) somente depois de quinze anos de seu desaparecimento, ou se contar setenta anos de idade e de cinco anos antes forem suas últimas notícias.

Assuntos relacionados

Capítulo 83

FEC

83.1 TRF 2ª:: Analista Judiciário (ex.mandados)

Q.2496

É correto afirmar que:

- (a) é plena a propriedade, quando todos os seus direitos elementares se acham reunidos no do proprietário; limitada, quando têm ônus real, ou é resolúvel;
- (b) no concurso de credores, a discussão entre os credores pode versar apenas sobre a preferência entre eles disputada;
- (c) o possuidor de boa-fé responde sempre pela perda ou deterioração da coisa;
- (d) as ações de manutenção e as de esbulho possessório são sempre sumárias;
- (e) as benfeitorias realizadas pelo possuidor compensam-se com os danos, e obrigam ao ressarcimento ainda que não existam ao tempo da evicção.

Origem

TRF 2ª:: Analista Judiciário
(ex.mandados)
FEC
2003

Assuntos relacionados

Posse

83.2 TRF 2ª:: Analista Judiciário

Q.2497

Distinguem-se doutrinariamente as sentenças em sentenças terminativas e definitivas. Diz-se que há sentença terminativa quando:

- (A) o juiz acolhe a alegação de decadência ou de prescrição do feito;
- (B) o autor renuncia ao direito em que se funda a ação;
- (C) as partes transigem;
- (D) o réu reconhece a procedência do pedido;
- (E) o autor desiste da ação.

Origem

TRF 2ª:: Analista Judiciário
FEC
2003

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Q.2498

Origem

Segundo o artigo 177 do Código Civil, as ações reais prescrevem ordinariamente em:

TRF 2ª:: Analista Judiciário
FEC
2003

- (A) 20 anos entre presentes e 25 anos entre ausentes;
- (B) 10 anos entre presentes e 20 anos entre ausentes;
- (C) 15 anos entre presentes e 20 anos entre ausentes;
- (D) 05 anos entre presentes e 10 anos entre ausentes;
- (E) 10 anos entre presentes e 15 anos entre ausentes.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

83.3 TRT 1ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.2499

Origem

Quanto à prescrição e à decadência, é correto afirmar que:

TRT 1ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FEC
2003

- (a) o prazo prescricional é estabelecido por lei ou por vontade das partes, o prazo decadencial somente é estabelecido por lei;
- (b) a decadência e a prescrição são conhecidas de ofício pelo magistrado;
- (c) a decadência e a prescrição são renunciáveis;
- (d) a decadência não corre contra os ausentes;
- (e) a prescrição pode ser interrompida por qualquer interessado.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

83.4 TRF 2ª:: Analista Judiciário

Q.2500

Origem

No que se refere à posse e propriedade, é correto dizer que:

TRF 2ª:: Analista Judiciário
FEC
2003

- (A) o possuidor de má-fé tem direito, enquanto ela dura, aos frutos percebidos;
- (B) os frutos naturais, industriais e civis reputam-se percebidos dia por dia;
- (C) o possuidor de má-fé responde por todos os frutos colhidos e percebidos, bem como pelos que, por culpa sua, deixou de perceber, desde o momento em que se constituiu de má-fé; tem direito, porém, às despesas de produção e custeio;
- (D) adquire-se a propriedade imóvel pelo constituto possessório;
- (E) as ações de manutenção, e as de esbulho serão ordinárias, quando intentadas dentro em ano e dia da turbção ou esbulho; e passado esse prazo, sumárias, não perdendo, contudo, o caráter possessório.

Assuntos relacionados

Propriedade

83.5 TRT 1ª:: Analista Judiciário - Administrativa

Q.2501

Origem

Leia as assertivas abaixo, referentes às Obrigações.

- I - É lícito convencionar o aumento progressivo de prestações sucessivas.
- II - Na obrigação de dar coisa certa, os frutos percebidos e pendentes são do devedor.
- III - Extingue-se a obrigação de não-fazer, desde que, sem culpa do devedor, se lhe torne impossível abster-se do ato, que se obrigou a não praticar.
- IV - O pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é inválido, ainda provado depois que não era credor.
- V - O devedor que paga tem direito à quitação regular, e pode reter o pagamento, enquanto esta não lhe seja dada. Sobre as assertivas acima, pode-se afirmar que estão corretas:

- (a) I, II e III;
- (b) II, III e V;
- (c) I, III e IV;
- (d) II, IV e V;
- (e) I, III e V.

TRT 1ª:: Analista Judiciário -
Administrativa
FEC
2003

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

83.6 TRT 1ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.2502

Origem

Leia atentamente as assertivas abaixo acerca das obrigações solidárias.

- I - A suspensão da prescrição em favor de um dos credores solidários estender-se-á a todos.
- II - O julgamento contrário a um dos credores solidários não atinge os demais.
- III - O pagamento feito a um dos credores solidários extingue inteiramente a dívida.
- IV - A um dos credores solidários não pode o devedor opor as exceções pessoais oponíveis aos outros.
- V - Convertendo-se a prestação em perdas e danos, subsiste, para todos os efeitos, a solidariedade. Sobre as assertivas acima, pode-se afirmar que estão corretas:

- (a) I, II e III;
- (b) II, IV e V;
- (c) I, III e IV;
- (d) II, III e IV;
- (e) III, IV e V.

TRT 1ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FEC
2003

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

83.7 TRT 1ª:: Analista Judiciário - Administrativa

Q.2503

Origem

O direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, decai:

TRT 1ª:: Analista Judiciário -
Administrativa
FEC
2003

- (a) em cinco anos, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro;
- (b) em dois anos, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro;
- (c) em três anos, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro;
- (d) em cinco anos, a contar da data da assembléia de constituição;
- (e) em três anos, a contar da data da assembléia de constituição.

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

83.8 TRF 2ª:: Analista Judiciário (ex.mandados)

Q.2504

Origem

São relativamente incapazes em relação a certos atos da vida civil:

TRF 2ª:: Analista Judiciário
(ex.mandados)
FEC
2003

- (a) os menores de dezesseis anos;
- (b) os silvícolas;
- (c) os loucos de todos o gênero;
- (d) os ausentes, declarados tais por atos do juiz;
- (e) os maiores de 70 anos.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

83.9 TRT 1ª:: Analista Judiciário - Administrativa

Q.2505

Origem

São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer:

TRT 1ª:: Analista Judiciário -
Administrativa
FEC
2003

- (a) os maiores de dezesseis e menores de vinte e um anos;
- (b) os loucos de todo gênero;
- (c) os surdos-mudos;
- (d) os maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos;
- (e) os maiores de dezoito e menores de vinte e um anos.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

Q.2506

Origem

Segundo o Artigo 513 do Código Civil, o direito de preferência ou preempção na compra deve ser exercido no prazo máximo de:

TRT 1ª:: Analista Judiciário -
Administrativa
FEC
2003

- (a) 90 dias, se a coisa for móvel, ou 2 anos, se imóvel;
- (b) 180 dias, se a coisa for móvel, ou 2 anos, se imóvel;
- (c) 120 dias, se a coisa for móvel, ou 10 anos, se imóvel;
- (d) 180 dias, se a coisa for móvel, ou 5 anos, se imóvel;
- (e) 90 dias, se a coisa for móvel, ou 5 anos, se imóvel.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

83.10 TRT 1ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.2507

Origem

É correto afirmar que:

TRT 1ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FEC
2003

- (a) a aceitação do mandato deve ser expressa;
- (b) quando o mandato contiver a cláusula de irrevogabilidade e o mandante o revogar, pagará perdas e danos;
- (c) é vedado ao mandatário reter a coisa de que tenha a posse em virtude do mandato;
- (d) o mandato presume-se oneroso, quando não houver estipulação em contrário;
- (e) o mandatário poderá compensar os prejuízos a que deu causa com os proveitos que, por outro lado, tenha granjeado ao seu constituinte.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

83.11 TRF 2ª:: Analista Judiciário

Q.2508

Origem

Quanto ao pagamento da obrigação, é correto afirmar que:

TRF 2ª:: Analista Judiciário
FEC
2003

- (A) o devedor, que paga, tem direito à quitação regular, sendo-lhe contudo, vedado reter o pagamento sob justificativa de que esta não lhe foi dada;
- (B) o pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é inválido, mesmo que depois se prove que não era o credor;
- (C) ao credor assistirá o direito de cobrar a dívida antes de vencido o prazo estipulado no contrato ou na lei se, executado o devedor, se abrir concurso creditório;
- (D) presumem-se a cargo do credor as despesas com o pagamento e a quitação;
- (E) efetuar-se-á o pagamento no domicílio do credor, salvo se o contrário dispuserem as circunstâncias, a natureza da obrigação ou a lei.

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

Q.2509

Origem

É correto afirmar que:

TRF 2ª:: Analista Judiciário
FEC
2003

(A) no contrato de depósito, sendo dois ou mais os depositantes, e divisível a coisa, a cada um só entregará o depositário a respectiva parte, ainda que exista solidariedade entre eles;

(B) é defeso ao depositário exercer direito de retenção sobre o bem depositado, a pretexto do não-pagamento das despesas ou dos prejuízos advindos da conservação do bem depositado, ainda que provados;

(C) a fiança somente pode ser estipulada com o consentimento do devedor;

(D) as obrigações nulas são suscetíveis de fiança, ainda que a nulidade resulte apenas de incapacidade pessoal do devedor;

(E) na fiança, cada fiador pode taxar, no contrato, a parte da dívida que toma sob sua responsabilidade, e, neste caso, não será obrigado a mais.

Assuntos relacionados

Contratos

83.12 TRT 1ª:: Analista Judiciário - Administrativa

Q.2510

Origem

Leia atentamente as assertivas abaixo.

I - O cônjuge somente necessitará do consentimento do outro para propor ações que versem sobre direitos reais imobiliários.

II - O gerente da filial ou agência presume-se autorizado, pela pessoa jurídica estrangeira, a receber citação inicial para o processo de conhecimento, de execução, cautelar e especial.

III - É competente o foro do domicílio do credor, para anulação de títulos extraviados ou destruídos.

IV - Dá-se conexão quando duas ou mais ações têm em comum o mesmo objeto ou a causa de pedir, mas o objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o das outras.

V - Argúi-se por meio de exceção a incompetência em razão do valor da causa e do território. Sobre as assertivas acima, pode-se afirmar que:

TRT 1ª:: Analista Judiciário -
Administrativa
FEC
2003

Assuntos relacionados

Direitos reais

(a) I, III e IV estão corretas;

(b) I, IV e V estão corretas;

(c) II, III e IV estão corretas;

(d) I, II e V estão corretas;

(e) II, IV e V estão corretas.

83.13 TRF 2ª:: Analista Judiciário (ex.mandados)

Q.2511

Origem

No que se refere aos defeitos dos atos jurídicos:

TRF 2ª:: Analista Judiciário
(ex.mandados)
FEC
2003

- (a) em havendo intuito de prejudicar a terceiros ou infringir preceito de lei, os contraentes poderão alegar em juízo a existência de simulação nos casos de litígio contra terceiros;
- (b) não se considera coação a ameaça do exercício normal de um direito, nem o simples temor reverencial;
- (c) a coação, quando exercida por terceiro, não vicia o ato;
- (d) o erro na indicação da pessoa, ou coisa, a que se referir a declaração de vontade viciará o ato, ainda que, por seu contexto e pelas circunstâncias, se puder identificar a coisa ou pessoa cogitada;
- (e) presumem-se de boa-fé as garantias de dívidas que o devedor insolvente tiver dado a algum dos seus credores.

Assuntos relacionados

Fatos jurídicos

83.14 TRF 2ª:: Analista Judiciário

Q.2512

Origem

Leia atentamente as assertivas abaixo.

TRF 2ª:: Analista Judiciário
FEC
2003

I - Na execução por quantia certa contra devedor solvente, pode o devedor, a todo tempo, remir a execução, pagando ou consignando a importância da dívida, mais juros, custas e honorários advocatícios, ainda que já arrematados ou adjudicados os bens.

II - Na execução por quantia certa contra devedor solvente, são absolutamente impenhoráveis os vencimentos dos magistrados, dos professores e dos funcionários públicos, o soldo e os salários, salvo para o pagamento de prestação alimentícia.

III - Quando por vários meios o credor puder promover a execução, o juiz mandará que se faça pelo modo menos gravoso para o devedor.

IV - Condenado o devedor de obrigação de fazer, a emitir declaração de vontade, a sentença, uma vez transitada em julgado, produzirá todos os efeitos da declaração não emitida.

V - Na execução por quantia certa contra devedor solvente, ter-se-á por ineficaz a nomeação de bens à penhora, ainda que com o consentimento do credor, quando, em havendo bens no foro da execução, outros hajam sido nomeados. Estão corretas as assertivas:

Assuntos relacionados

Bens

- (A) II, III e IV;
- (B) I, III e IV;
- (C) II, IV e V;
- (D) I, IV e V;
- (E) III, IV e V.

Q.2513

Origem

Segundo a Lei de Introdução ao Código Civil, no que se refere à eficácia da lei no espaço, a regra "lex rei sitae", aplica-se:

TRF 2ª:: Analista Judiciário
FEC
2003

- (A) à sucessão "*causa mortis*" ou por ausência;
- (B) à qualificação dos bens e à regulação das relações a eles concernentes;
- (C) à qualificação e regime das obrigações;
- (D) ao direito de família;
- (E) ao regime de bens do casamento.

Assuntos relacionados

Bens

83.15 TRF 2ª:: Analista Judiciário (ex.mandados)

Q.2514

Origem

Consideram-se móveis para os efeitos legais:

TRF 2ª:: Analista Judiciário
(ex.mandados)
FEC
2003

- (a) tudo quanto no imóvel o proprietário mantiver intencionalmente empregado em sua exploração industrial, aformoseamento, ou comodidade;
- (b) as apólices da dívida pública oneradas com a cláusula de inalienabilidade;
- (c) os direitos de obrigação e as ações respectivas;
- (d) o direito à sucessão aberta;
- (e) os direitos reais sobre imóveis, inclusive o penhor agrícola, e as ações que os asseguram.

Assuntos relacionados

Bens

Q.2515

Origem

Na execução por quantia certa contra devedor solvente, o devedor deverá ser citado para pagar ou nomear bens à penhora. Não encontrando o devedor, o oficial de justiça procederá ao:

TRF 2ª:: Analista Judiciário
(ex.mandados)
FEC
2003

- (a) seqüestro dos bens;
- (b) adjudicação dos bens;
- (c) arrolamento dos bens;
- (d) arresto dos bens;
- (e) busca e apreensão dos bens.

Assuntos relacionados

Bens

83.16 TRT 1ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.2516

Leia atentamente as assertivas abaixo.

I - É lícita a compra e venda entre cônjuges, com relação a bens excluídos da comunhão.

II - Nas coisas vendidas conjuntamente, o defeito oculto de uma autoriza a rejeição de todas.

III - É nula a troca de valores desiguais entre ascendentes e descendentes, sem consentimento dos outros descendentes.

IV - O comodatário não poderá jamais recobrar do comodante as despesas feitas com o uso e gozo da coisa emprestada.

V - Os atos praticados por quem não tenha mandato, ou o tenha sem poderes suficientes, são ineficazes em relação àquele em cujo nome foram praticados, salvo se este os ratificar.

Sobre as assertivas acima, pode-se afirmar que estão corretas:

- (a) I, III e V;
- (b) III, IV e V;
- (c) II, III e V;
- (d) I, IV e V;
- (e) I, II e III.

Origem

TRT 1ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FEC
2003

Assuntos relacionados

Bens

83.17 TRT 1ª:: Analista Judiciário - Administrativa

Q.2517

Dentre os elementos acidentais do negócio jurídico, pode-se citar:

- (a) o dolo;
- (b) a capacidade do agente;
- (c) a simulação;
- (d) a condição;
- (e) o erro.

Origem

TRT 1ª:: Analista Judiciário -
Administrativa
FEC
2003

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

83.18 TRT 1ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.2518

Dentre os defeitos do negócio jurídico, pode-se citar:

- (a) o objeto ilícito;
- (b) a condição;
- (c) o erro substancial;
- (d) a incapacidade do agente;
- (e) o encargo.

Origem

TRT 1ª:: Analista Judiciário -
Judiciária
FEC
2003

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

83.19 TRF 2ª:: Analista Judiciário (ex.mandados)

Q.2519

Origem

Leia com atenção as assertivas abaixo:

I - Na obrigação de dar coisa certa, os frutos percebidos e pendentes são do devedor.

II - Extingue-se a obrigação de não-fazer, desde que, sem culpa do devedor, se lhe torne impossível abster-se do fato, que se obrigou a não praticar.

III - Nas indenizações por fato ilícito prevalecerá o valor mais favorável ao devedor.

IV - O depositário responderá pelos casos fortuitos e de força maior quando não puder prová-los.

V - Quando a fiança exceder o valor da dívida ou for mais onerosa que ela, não valerá senão até ao limite da obrigação afiançada. Pode-se afirmar que estão corretas as assertivas:

- (a) I, II, V;
- (b) II, III e IV;
- (c) II, III e V;
- (d) II, IV e V;
- (e) I, III e IV.

TRF 2ª:: Analista Judiciário
(ex.mandados)

FEC

2003

Assuntos relacionados

Capítulo 84

MPE/MG

84.1 MPE-MG :: Promotor

Q.2520

”Antônio, contratado para prestar serviços de vaqueiro, veio a falecer em 2002, em decorrência de uma chifrada de touro pertencente ao dono da fazenda para o qual trabalhava. O filho menor de Antônio pretende receber indenização pela perda do pai.” Em face desse caso, é INCORRETO afirmar que

- (a) é devida a indenização fundada em acidente de trabalho exigível de órgão previdenciário, sem a apuração de culpa de quem quer que seja.
- (b) o fazendeiro responde pela indenização, independentemente de culpa, pois, nos termos do Código Civil, cabe ao dono do animal ressarcir os danos por este causados.
- (c) o fazendeiro será responsável pela indenização se provado o dolo ou culpa sua, seja esta grave ou não.
- (d) a indenização por danos materiais, porventura devida, consistirá na prestação de alimentos ao filho menor do vaqueiro.
- (e) é cabível a pretensão de indenização por danos morais cumulada com danos materiais.

Origem

MPE-MG :: Promotor
MPE/MG
2003

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

Q.2521

Origem

A compromissou-se em face de B, relativamente à entrega de um quadro pintado por artista plástico consagrado, obrigando-se a proceder à tradição da coisa no próprio domicílio do credor, o qual contratou uma cara festa para a exibição do quadro adquirido. Ocorre que, às vésperas do prazo avençado, A, negligentemente, inutilizou a obra de arte, por inteiro, ao tentar limpá-la. Analise a situação e assinale a alternativa correta:

MPE-MG :: Promotor
MPE/MG
2003

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

- (a) Trata-se de dívida portátil, da espécie obrigação de dar, cujo objeto pereceu por culpa do devedor, incumbindo-lhe, por consequência, o dever de responder pelo equivalente, mais perdas e danos.
- (b) Trata-se de dívida portátil, da espécie obrigação de dar, sendo certo que a ocorrência da perda total do objeto, antes da tradição, por negligência do devedor, implicará na dupla possibilidade de o credor aceitá-la no estado em que se acha, ou exigir o equivalente, sempre com direito à indenização por perdas e danos.
- (c) Trata-se de dívida quesível, da espécie obrigação de dar, cuja inexecução deve-se ao perecimento culposo da coisa, objeto da prestação, restando o devedor obrigado à entrega de outra, de igual qualidade e quantidade, para o efeito da satisfação do interesse jurídico do credor.
- (d) Trata-se de dívida quesível, da espécie obrigação de fazer, cujo devedor culposo, em face da impossibilidade de proceder à entrega, estará obrigado, tão apenas, à indenização por perdas e danos ao credor, titular do direito subjetivo.
- (e) Trata-se de dívida portátil, da espécie obrigação de fazer, de caráter imaterial (infungível a coisa), cuja impossibilidade de adimplir obrigará o devedor culposo ao pagamento do equivalente em dinheiro, bem como à devolução do preço pago.

Q.2522

Origem

É INCORRETA a seguinte assertiva

MPE-MG :: Promotor
MPE/MG
2003

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

- (a) Pode-se validar por novação obrigação nula.
- (b) Segundo o Código Civil de 1916, a cessão de créditos é eficaz perante terceiros quando celebrada por instrumento público ainda que não transcrito no registro público.
- (c) Nas indenizações por fato ilícito, prevalecerá o valor mais favorável ao lesado.
- (d) Nas obrigações alternativas, o devedor não pode obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra.
- (e) O terceiro não interessado, que paga dívida alheia em seu próprio nome, não se sub-roga nos direitos do credor, embora tenha direito a reembolsar-se do que pagou.

Q.2523

Origem

Para que seja possível a imputação do pagamento, deverão concorrer os seguintes requisitos:

MPE-MG :: Promotor
MPE/MG
2003

- (a) Dois ou mais débitos de um devedor a um só credor, de igual valor, com vencimentos distintos.
- (b) Dois ou mais débitos de um devedor a um só credor, positivos, ainda que ilíquidos, mas com vencimentos simultâneos.
- (c) Dois ou mais débitos de um devedor a um só credor, um deles mais antigo que o(s) outro(s).
- (d) Dois ou mais débitos de um devedor a um só credor, da mesma natureza, positivos e vencidos.
- (e) Dois ou mais débitos de um devedor a um só credor, constituídos de capital e juros, de igual valor, o segundo mais antigo que o primeiro.

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

Q.2524

Origem

Todas as proposições abaixo são incorretas, EXCETO:

MPE-MG :: Promotor
MPE/MG
2003

- (a) A sociedade em conta de participação adquire personalidade jurídica com a inscrição, no registro próprio e na forma da lei, dos seus atos constitutivos.
- (b) Os cônjuges somente poderão contratar sociedade entre si se forem casados em regime da separação obrigatória ou da comunhão universal de bens.
- (c) Código Civil de 2002 autoriza expressamente a despersonalização da pessoa jurídica, desde que haja abuso caracterizado pelo desvio de finalidade ou confusão patrimonial.
- (d) As edificações, quando separadas do solo e removidas para outro local, mesmo conservando sua unidade, perdem o caráter de bens imóveis.
- (e) pseudônimo, mesmo adotado para atividades lícitas, não goza da proteção da lei civil.

Assuntos relacionados

Q.2525

Origem

As proposições abaixo estão corretas, EXCETO:

MPE-MG :: Promotor
MPE/MG
2003

- (a) casamento putativo pode ser nulo ou anulável.
- (b) A separação ou divórcio do cônjuge acometido de doença mental grave, manifestada após o casamento, pode ser impetrada apenas pelo curador ou pelo irmão.
- (c) Os regimes de bens previstos pelo Código Civil Brasileiro são exemplificativos e não taxativos.
- (d) No regime de bens da participação final nos aquestos, o direito à meação não é renunciável ou penhorável na vigência do regime matrimonial.
- (e) As mulheres casadas, bem como aqueles que tiverem sob sua guarda mais de três filhos, podem excusar-se do exercício do cargo de tutores.

Assuntos relacionados

Q.2526

Origem

Assinale a assertiva INCORRETA

MPE-MG :: Promotor
MPE/MG
2003

- (a) O Ministério Público tem legitimação para promover a decretação de nulidade de casamento.
- (b) O cônjuge não separado judicialmente é, de direito, curador do outro, quando interdito.
- (c) O casamento é negócio jurídico bilateral que pode ser celebrado por procurador especial.
- (d) Com autorização judicial, o tutor pode adquirir validamente em hasta pública bem do menor por ele tutelado.
- (e) Pode o Ministério Público promover a interdição em caso de loucura furiosa.

Assuntos relacionados

Q.2527

Origem

Todas as proposições abaixo são incorretas, EXCETO:

MPE-MG :: Promotor
MPE/MG
2003

- (a) Prescreve em três anos, a partir da data do vencimento, a pretensão para cobrar as prestações alimentares.
- (b) incapaz nunca responde pelos prejuízos que causar, mesmo se seus responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes para tal.
- (c) A administração atribuída no contrato social a todos os sócios estende-se de pleno direito aos que posteriormente adquiram esta qualidade.
- (d) A sentença que decretar/homologar a separação judicial do empresário só pode ser oposta a terceiros depois de arquivada e averbada no Registro Público de Empresas Mercantis.
- (e) pagamento de título de crédito, que contenha obrigação de pagar soma determinada, pode ser garantido por aval, podendo este ser total ou parcial.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2528

Origem

São CORRETAS as seguintes assertivas, SALVO

MPE-MG :: Promotor
MPE/MG
2003

- (a) A venda de ascendentes para descendentes, sem anuência dos demais descendentes, é nula no regime do Código Civil de 1916, e anulável pelo novo Código.
- (b) No sistema do Código Civil de 1916, a procuração poder ser substabelecida, ainda que o outorgante tenha proibido o substabelecimento.
- (c) Em caso de homicídio, pago o valor do seguro de vida, a seguradora tem ação regressiva contra o autor do delito.
- (d) Considera-se não residencial a locação contratada por pessoa jurídica ainda que o imóvel se destine à residência de seus sócios, diretores ou empregados.
- (e) No mútuo, o domínio da coisa emprestada é transferida ao mutuário.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2529

Origem

É correto afirmar, EXCETO:

MPE-MG :: Promotor
MPE/MG
2003

- (a) A posse pode ser adquirida por terceiro, mesmo sem mandato, mas pendente de ratificação.
- (b) contrato, título à propriedade fiduciária, deverá, necessariamente, conter a descrição da coisa objeto da transferência, o total da dívida e a taxa de juros, se houver.
- (c) usufruto pode recair em títulos de crédito e, neste caso, o usufrutuário tem direito a cobrar as respectivas dívidas.
- (d) direito de representação na linha transversal se dá somente em favor dos filhos de irmãos do falecido, se com irmãos deste concorrerem.
- (e) direito de demandar a exclusão dos herdeiros extingue-se em quatro anos, a partir do falecimento do autor da herança e não são válidas as alienações onerosas de bens hereditários a terceiros de boa-fé antes da sentença de exclusão.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2530

Origem

Todas as proposições abaixo são corretas, EXCETO:

MPE-MG :: Promotor
MPE/MG
2003

- (a) prazo da usucapião extraordinária pode ser reduzido de quinze para dez anos, caso o possuidor tenha estabelecido no imóvel a sua moradia constante, ou mesmo, se nele houver realizado obras ou serviços de cunho produtivo.
- (b) A realização de obras voluptuárias no condomínio depende do voto de dois terços dos condôminos.
- (c) Uma das causas da extinção do usufruto, inclusive com o cancelamento do registro no Cartório de Registro de Imóveis, é a não-fruição da coisa sobre a qual o usufruto recai.
- (d) As pertencas são bens que, embora não constituam partes integrantes, destinam-se ao uso, serviço ou ao aformoseamento de outro bem de forma duradoura.
- (e) A morte é presumida quanto aos ausentes, nas hipóteses em que a lei autoriza a abertura da sucessão, seja ela provisória ou definitiva.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2531

Origem

Todas as proposições abaixo são corretas, EXCETO:

MPE-MG :: Promotor
MPE/MG
2003

- (a) Na sociedade limitada a contribuição dos sócios pode ser mediante investimento de capital ou prestação de serviços.
- (b) A decadência, quando fixada em lei, é irrenunciável.
- (c) Nas associações não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.
- (d) São indícios da aplicação dos princípios sociais aos contratos, no Código Civil de 2002, os institutos da lesão e do estado de perigo.
- (e) Os pactos e declarações antenupciais do empresário, o título de doação, herança, ou legado, de bens clausulados de incomunicabilidade ou inalienabilidade, deverão ser arquivados no Registro Civil e no Registro Público de Empresas Mercantis.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2532

Origem

Todas as proposições abaixo são corretas, EXCETO:

MPE-MG :: Promotor
MPE/MG
2003

- (a) Código Civil de 2002 mantém o princípio da tipicidade dos direitos reais.
- (b) É competência privativa da assembléia geral das associações eleger e destituir administradores, alterar o estatuto e aprovar as contas.
- (c) Os negócios jurídicos são invalidados apenas pelas condições ilícitas, de fazer coisa ilícita ou pelas condições física ou juridicamente impossíveis, quando suspensivas.
- (d) Compete ao Ministério Público a elaboração do estatuto da fundação, caso este não seja feito no prazo assinado pelo instituidor ou, se não houver prazo, no lapso temporal de 180 (cento e oitenta dias).
- (e) Quando a lei prever que determinado ato é anulável, e não estabelecer prazo para pleitear-se sua anulação, este será de 2 anos a contar da data de conclusão do ato.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2533

Origem

Assinale a assertiva INCORRETA

MPE-MG :: Promotor
MPE/MG
2003

- (a) Nos casos de usucapião e direito hereditário, adquire-se a propriedade imóvel antes do registro em cartório competente.
- (b) O possuidor de má fé tem direito a ser ressarcido pelas benfeitorias necessárias.
- (c) O objeto da garantia pode ser dado em pagamento ao credor pignoratício, anticrético ou hipotecário.
- (d) O motorista que dirige o automóvel do patrão não é possuidor do veículo.
- (e) Ao sucessor singular, não é facultado unir sua posse à do antecessor para os efeitos legais.

Assuntos relacionados

Q.2534

Origem

É INCORRETO dizer que

MPE-MG :: Promotor
MPE/MG
2003

- (a) a simulação é causa de anulabilidade do negócio jurídico no Código Civil de 1916 e de nulidade no de 2002.
- (b) não vicia o negócio jurídico a coação exercida por terceiro.
- (c) a fundação pode ser criada por testamento particular.
- (d) o negócio jurídico nulo não pode ser ratificado pelas partes.
- (e) a prescrição corre contra os menores relativamente incapazes.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.2535

Origem

Todas as proposições abaixo estão incorretas, EXCETO:

MPE-MG :: Promotor
MPE/MG
2003

- (a) A escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos para constituição e transferência de direitos reais sobre imóveis de valor superior a vinte salários mínimos.
- (b) Os negócios jurídicos entre vivos, sem prazo preestabelecido, são exeqüíveis trinta dias após o descumprimento de cláusula contratual.
- (c) erro é substancial somente quando se refere à identidade ou qualidade essencial da pessoa a quem se refira a declaração de vontade e prejudica sempre a validade do negócio jurídico.
- (d) A anulabilidade dos negócios jurídicos só tem efeito após a sentença e aproveita somente aos interessados que a alegarem, exceto em caso de solidariedade ou indivisibilidade.
- (e) Se não houver testamentário nomeado pelo testador, ficará em seu lugar um herdeiro nomeado pelo juiz.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.2536

Origem

Assinale a assertiva INCORRETA

MPE-MG :: Promotor
MPE/MG
2003

- (a) O filho adotivo tem os mesmos direitos hereditários do filho biológico, ainda que a adoção seja anterior à atual Constituição Federal.
- (b) No regime do Código Civil de 2002, o cônjuge é herdeiro necessário.
- (c) Toda sucessão universal decorre de direito hereditário.
- (d) Morrendo pessoa solteira, sem deixar descendentes, é herdeiro único seu pai, se a mãe já era morta, ainda que estejam vivos os avós maternos.
- (e) Concorrendo à herança do falecido, irmãos bilaterais com irmãos unilaterais, cada um destes herdará metade do que cada um daqueles herdar.

Assuntos relacionados

Capítulo 85

MPE/PB

85.1 MP - PB :: Promotor de Justiça

Q.2537

Sobre prescrição é correto afirmar que:

- (a) prescreve em dois anos a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos;
- (b) prescreve em cinco anos a pretensão para haver prestações alimentares a contar do vencimento;
- (c) prescreve em um ano a pretensão de reparação civil;
- (d) prescreve em cinco anos a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes em instrumento público;
- (e) prescreve em quinze anos a pretensão quando a lei não fixar prazo menor.

Origem

MP - PB :: Promotor de Justiça
MPE/PB
2003

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Q.2538

Por disposição legal, é vedado ter nome empresarial a sociedade:

- (a) em nome coletivo; b)em conta de participação; c)em comandita simples; d)cooperativa; e)limitada.

Origem

MP - PB :: Promotor de Justiça
MPE/PB
2003

Assuntos relacionados

Sociedade

Q.2539

Origem

Leia as afirmações abaixo:

I. A cooperativa independentemente de seu objetivo considera-se sociedade simples.

II. O sócio, admitido em sociedade simples (art.

1. 025, Cc) já constituída, somente responderá pelas dívidas sociais posteriores ao seu ingresso.

III. O órgão do Ministério Público terá legitimidade para promover a liquidação judicial de sociedade, dissolvida por força de cassação da autorização para o seu funcionamento, se os administradores, no período de trinta dias a partir da ocorrência, ou seu sócio, tão logo verificada a dissolução, não a tiverem pleiteado.

IV. Na sociedade em comandita simples, os comanditados são responsáveis pelas obrigações sociais até o valor de suas cotas. Estão incorretas somente as contidas nos itens:

(a) I e II b) I e IV c) I e III d) II e III e) II e IV

MP - PB :: Promotor de Justiça
MPE/PB
2003

Assuntos relacionados

Sociedade

Q.2540

Origem

Indique a espécie de testamento que não admite escrita a rogo:

(a) público; b) cerrado; c) particular; d) aeronáutico; e) militar.

MP - PB :: Promotor de Justiça
MPE/PB
2003

Assuntos relacionados

Sucessão testamentária

Q.2541

Origem

Não é caso de Remessa Necessária a sentença que:

(a) concluir pela improcedência em Ação Popular;

(b) declarar a nulidade de casamento;

(c) julgar procedente ação que condena autarquia pública ao pagamento de indenização acima de R\$ 30.000,00;

(d) julgar procedentes embargos em execução de dívida ativa no valor acima de R\$ 35.000,00;

(e) julgar improcedentes embargos em execução de dívida ativa da Fazenda Pública.

MP - PB :: Promotor de Justiça
MPE/PB
2003

Assuntos relacionados

Casamento

Q.2542

Origem

”Sinhozinho Malta, ao morrer, vivia em união estável com Porcina. O casal conseguiu durante o período de convivência adquirir onerosamente bens imóveis. Não houve prole em comum. Entretanto, o extinto era pai de dois filhos (Armando e Félix) oriundos de relacionamentos amorosos esporádicos mantidos com mulheres diferentes, e, ainda, três filhos (Manoel José, Mário e Márcio) gerados em seu casamento, desfeito pelo divórcio antes da união com Porcina, sendo que um deles (Manoel José), já falecido, era genitor de dois adolescentes (Lucas e João). Sinhozinho Malta não deixou testamento”. Com base na situação hipotética apresentada, assinale a alternativa que se amolda à sucessão de Sinhozinho Malta:

MP - PB :: Promotor de Justiça
MPE/PB
2003

Assuntos relacionados

Casamento

- (a) Porcina terá direito, como herança, à quota correspondente à metade do que couber a Armando, enquanto Lucas e João herdarão por estirpe a parte que tocara a Manoel José;
- (b) Porcina terá direito, a título de herança, à quota equivalente à de Mário, enquanto Lucas e João herdarão por estirpe a parte que tocara a Manoel José;
- (c) Porcina terá direito a herdar o equivalente a um terço da herança, enquanto Mário, Márcio, Armando e Félix herdarão por cabeça e Lucas e João, por representação;
- (d) Porcina não concorrerá na herança, que será partilhada entre Mário, Márcio, Armando e Félix, que herdarão por cabeça, Lucas e João, por estirpe;
- (e) Porcina terá direito, como herança, à quota correspondente ao que couber a Lucas e João, que herdarão por representação, enquanto Mário, Márcio, Armando e Félix terão direito a herdar por cabeça.

Q.2543

Origem

Considere as assertivas abaixo:

- I. As mulheres com 16 (dezessex) anos de idade e os homens com 18 (dezoito) anos podem se casar, exigida, contudo, autorização de ambos os pais ou de seus representantes legais.
- II. Uma vez concedida pelos pais a autorização para casamento de filho, e desde que homologada pelo juiz a permissão para o casamento em regular processo de habilitação, expedida a respectiva certidão, não mais poderão aqueles revogar a autorização.
- III. Será permitido o casamento daqueles que ainda não atingiram a idade núbil, desde que para evitar a imposição de pena criminal e, caso imposta, para evitar-lhe a execução, valendo a permissão, igualmente, para o caso de gravidez. Assinale a opção correta:

MP - PB :: Promotor de Justiça
MPE/PB
2003

Assuntos relacionados

Casamento

- (a) todas as assertivas são verdadeiras;
- (b) todas as assertivas são falsas;
- (c) apenas a assertiva III é verdadeira;
- (d) apenas a assertiva II é verdadeira;
- (e) as assertivas II e III são verdadeiras.

Q.2544

Origem

”Dr. Jesuíno é médico e reside com sua família (uma esposa e dois filhos) na cidade de Campina Grande-PB, onde pernoita, diariamente, em um apartamento próprio. Atende, na segunda e terça-feira, das 08h00 às 16h00 em Hospital localizado em Esperança-PB; na quarta e quinta-feira é plantonista diurno em um nosocômio público da cidade de Areia-PB e, na sexta-feira feira à tarde e sábados pela manhã, realiza atendimentos em um consultório particular que há anos mantém, em imóvel de sua propriedade, na cidade de Alagoa Grande-PB, sua terra natal”. Frente a tal conjuntura pode-se afirmar que:

MP - PB :: Promotor de Justiça
MPE/PB
2003

Assuntos relacionados

Domicílio

- (a) o Dr. Jesuíno tem como único domicílio a cidade de Campina Grande, onde reside com a família, com ânimo definitivo, para as relações jurídicas correspondentes;
- (b) tanto a cidade de Campina Grande como as de Esperança, Areia e Alagoa Grande são considerados domicílio do Dr. Jesuíno, para as relações jurídicas que lhe corresponderem;
- (c) o Dr. Jesuíno tem como domicílio apenas as cidades de Esperança, Areia e Alagoa Grande, nas quais exerce a sua profissão para as relações jurídicas que lhe corresponderem;
- (d) são domicílios do Dr. Jesuíno somente Campina Grande e Alagoa Grande, cidades onde possui bens imóveis, mantém residência e exercita profissão, respectivamente, para todas as relações jurídicas que lhe corresponderem;
- (e) todos as proposições estão erradas.

Q.2545

Origem

Analise as seguintes assertivas:

- I. O Ministério Público pode ser intimado de sentença em cartório ou por publicação de nota de foro.
 - II. Não é permitido ao Magistrado, em nenhum caso, exercer o juízo de retratação em apelação.
 - III. A sentença que declara a carência de ação não impossibilita a discussão e análise do mesmo fato em outra demanda.
 - IV. A sentença proferida em ação de alimentos faz coisa julgada formal.
- Das assertivas acima podemos afirmar que:

MP - PB :: Promotor de Justiça
MPE/PB
2003

Assuntos relacionados

Alimentos

- (a) apenas a assertiva I está incorreta;
- (b) apenas a assertiva II está errada;
- (c) apenas a assertiva III está errada;
- (d) apenas a assertiva IV está correta;
- (e) apenas as assertivas I e II estão erradas.

Q.2546

Origem

Assinale a alternativa incorreta:

- (a) os contratos de hipoteca declararão obrigatoriamente a taxa dos juros se houver;
- (b) os contratos de penhor deverão declarar, sob pena de perder eficácia, o bem dado em garantia;
- (c) não pode ser objeto de hipoteca o domínio útil;
- (d) podem ser objeto de hipoteca as aeronaves;
- (e) pode ser objeto de hipoteca o domínio direto.

MP - PB :: Promotor de Justiça
MPE/PB
2003

Assuntos relacionados

Contratos

Q.2547

Origem

”Odorico Nassal assinou contrato com Almeida & Filhos Ltda., pelo qual este se obrigara a entregar àquele, no dia aprazado, 05 (cinco) portões eletrônicos, subscrevendo o contratante, na oportunidade, uma só via de Nota Promissória no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). Ocorre que a firma contratada, 05 (cinco) dias antes do estabelecido para o resgate do referido título, cedeu-o a Genival Ferragens Ltda., mediante simples tradição. A propósito do ocorrido, Odorico Nassal continua comprometido junto a Almeida & Filhos Ltda.”:

I. em face da obrigação assumida;
II. como também junto a Genival Ferragens Ltda.;
III. uma vez que a eficácia da cessão de crédito só ocorreria se o devedor tivesse sido notificado opcionalmente em escrito público;
IV. pois a eficácia da cessão de crédito só ocorreria se o devedor tivesse sido notificado obrigatoriamente em escrito público;
V. porque a eficácia da cessão de crédito em relação ao devedor depende da notificação prévia deste. Assinale a opção correta:

- (a) está correta apenas assertiva II;
- (b) está correta apenas a assertiva I;
- (c) estão corretas apenas as assertivas I, IV e V;
- (d) estão corretas apenas as assertivas I, III e V;
- (e) estão corretas apenas as assertivas III e V.

MP - PB :: Promotor de Justiça
MPE/PB
2003

Assuntos relacionados

Contratos

Q.2548

Origem

”Na pequena comuna, sua condição de homem íntegro atraía-o a um sem-número de chamados, a todos respondidos com uma presteza incondicional. Todos, no Fórum, já sabiam: qualquer necessidade, deviam chamar logo o barbeiro Antunes. Ele estava ali não somente para a limpeza dos pêlos dos seus fregueses, mas também porque, trabalhando parede-meia com o Juiz, este já se acostumara a apontá-lo para encargos diversos. Dessa vez, Jorginho, o vizinho de Antunes, ficara órfão de pai e mãe. Acidente horrível levava-os deste mundo. E a ainda conservada camioneta Ford, ano 1998, passara, com a concessão da tutela de Jorginho a Antunes, a sua responsabilidade. Sem descuidar de sua responsabilidade - como era de todos sabido - Antunes, enquanto se ajeitava no aprendizado para a condução do veículo e dos negócios assumidos pelos defuntos, passou gratuitamente a camioneta, por quinze dias apenas, a Honorato, seu irmão, que a aceitou.” Antunes para tanto:

I. não precisava de autorização especial;
II. podia obter autorização especial a posteriori;
III. precisava de autorização especial em conjunto com Honorato;
IV. precisava de uma autorização especial;
V. precisava de uma simples autorização. Assinale a opção correta:

- (a) estão corretas as assertivas II e V;
- (b) apenas está correta a assertiva I;
- (c) estão corretas as assertivas III e IV;
- (d) apenas está correta a assertiva IV;
- (e) apenas está correta a assertiva V.

MP - PB :: Promotor de Justiça
MPE/PB
2003

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2549

Origem

É incorreto afirmar que:

MP - PB :: Promotor de Justiça
MPE/PB
2003

- (a) poderá a mulher, independentemente da outorga uxória, reivindicar, judicialmente, imóvel que haja sido alienado pelo marido sem o seu consentimento, exceto quando casados sob o regime da separação de bens;
- (b) sempre que a realização do casamento depender de suprimimento judicial para um dos nubentes, bem como quando qualquer destes contar com mais de 60 (sessenta) anos de idade, será obrigatório o regime da separação de bens;
- (c) nenhum dos cônjuges pode, sem autorização do outro, salvo no regime da separação absoluta, prestar fiança ou aval, exceto mediante suprimimento judicial;
- (d) na hipótese de um dos cônjuges realizar compras a crédito de coisas necessárias à economia doméstica, será o outro solidariamente responsável pelas respectivas dívidas contraídas;
- (e) ressalvados os direitos de terceiros, há possibilidade de alteração do regime de bens mediante autorização judicial, em pedido conjunto, devidamente fundamentado.

Assuntos relacionados

Bens

Q.2550

Origem

À luz das disposições da Lei nº8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), assinale a alternativa que contém a afirmativa incorreta:

MP - PB :: Promotor de Justiça
MPE/PB
2003

- (a) a inversão do ônus da prova é postulado aplicável a todas as situações jurídicas derivadas do consumo de bens ou serviços;
- (b) a responsabilidade civil do comerciante, como parte, nos acidentes de consumo, é subsidiária;
- (c) o profissional liberal somente será responsabilizado civilmente por danos causados aos consumidores em razão de serviços por ele prestado quando restar demonstrada a ocorrência de culpa subjetiva, em qualquer de suas modalidades;
- (d) é uma das causas excludentes de responsabilidade civil do fornecedor nos acidentes de consumo a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro pela sua ocorrência;
- (e) prescreve em cinco anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço, contados a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.

Assuntos relacionados

Bens

Capítulo 86

MPT

86.1 Ministério Público do Trabalho :: Procurador do Trabalho

Q.2551

Origem

I. o ato jurídico é anulável por dolo acidental;
II. o representado responde civilmente, de forma integral, pelo dolo de seu representante na prática do ato jurídico;
III. na apreciação da coação, será levado em conta o temperamento do paciente;
IV. a simulação não acarreta a anulabilidade do ato, quando não houver intenção de prejudicar terceiros ou de violar a lei.
Examinando o que consta das assertivas acima, assinale a alternativa correta abaixo:

Ministério Público do Trabalho ::
Procurador do Trabalho
MPT
2003

Assuntos relacionados

Atos jurídicos ilícitos

- (a) todas as assertivas são corretas;
- (b) somente a assertiva IV é correta;
- (c) as assertivas I e II são corretas, sendo incorretas as demais;
- (d) as assertivas III e IV são corretas, sendo incorretas as demais;
- (e) as assertivas I, II e III são corretas, sendo incorreta a assertiva IV;

Q.2552

Origem

I. a renúncia da prescrição só vale depois de sua consumação;
II. a prática pelo interessado de ato incompatível com a prescrição faz presumir a renúncia tácita;
III. a prescrição iniciada contra uma pessoa se interrompe por sua morte em relação a seus herdeiros;
IV. a prescrição se interrompe pendendo condição suspensiva.
Examinando o que consta das assertivas acima, assinale a alternativa correta abaixo:

Ministério Público do Trabalho ::
Procurador do Trabalho
MPT
2003

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

- (a) todas as assertivas estão corretas;
 - (b) somente a assertiva II é correta;
 - (c) as assertivas I e II são corretas, sendo incorretas as demais;
 - (d) as assertivas III e IV são corretas, sendo incorretas as demais;
 - (e) as assertivas I, II e III são corretas, sendo incorreta a assertiva IV;
-

Q.2553

Origem

Assinale a alternativa correta: Para diferenciar o contrato de trabalho do contrato de empreitada é elemento suficiente:

Ministério Público do Trabalho ::
Procurador do Trabalho
MPT
2003

- (a) a subordinação jurídica ou hierárquica;
- (b) a pessoalidade;
- (c) a dependência econômica;
- (d) a habitualidade;
- (e) a natureza do serviço em relação à atividade da empresa:

Assuntos relacionados

Contratos

Q.2554

Origem

I. a obrigatoriedade da lei brasileira nos Estados Estrangeiros, quando admitida. tem início 3 (três) meses depois de oficialmente publicada:
II. a revogação de lei que revogou lei anterior tem efeito repristinatório:
III. as declarações de vontade se interpretam literalmente:
IV. o termo inicial da obrigação suspende a aquisição do direito,
Examinando o que consta das assertivas acima, assinale a alternativa correta abaixo:

Ministério Público do Trabalho ::
Procurador do Trabalho
MPT
2003

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

- (a) nenhuma das assertivas é correta;
- (b) somente a assertiva I é correta;
- (c) as assertivas I e II são corretas, sendo incorretas as demais;
- (d) as assertivas III e IV são corretas, sendo incorretas as demais;
- (e) as assertivas II e III são corretas, sendo incorretas as assertivas I e IV:

Capítulo 87

MPU

87.1 MPF :: Procurador

Q.2555

Origem

ASSINALE A AFIRMATIVA CERTA:

MPF :: Procurador
MPU
2003

(a) Os tapumes especiais são exigidos para impedir que os animais de grande porte ultrapassem os limites da propriedade.

(b) A coexistência de posses paralelas decorre da possibilidade do desdobramento da relação possessória.

(c) É permitida a alteração do regime de bens desde que os cônjuges manifestem a vontade em escritura pública.

(d) A diminuição do risco no curso do contrato de seguro acarreta automática e proporcionalmente a redução do prêmio estabelecido.

Assuntos relacionados

Propriedade

Q.2556

Origem

ASSINALE A ALTERNATIVA CERTA:

MPF :: Procurador
MPU
2003

(a) É elemento característico do negócio jurídico bilateral a previsão de obrigações para as duas partes.

(b) O proprietário pode realizar obras para represamento de águas em seu prédio mas, se as águas represadas invadirem prédio alheio, deverá indenizar o proprietário deste pelo dano sofrido. Entretanto, do quantum da indenização deverá ser deduzido o valor do benefício obtido pelo indenizado.

(c) O julgamento contrário a um dos credores solidários atinge aos demais.

(d) Nas hipóteses em que cabe ao incapaz responder pelos prejuízos que causar, ele não poderá ser dispensado de efetuar o pagamento da respectiva indenização.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

Q.2557

Origem

ASSINALE A ALTERNATIVA CERTA:

MPF :: Procurador
MPU
2003

(a) O poder de resilir unilateralmente o contrato tem a natureza jurídica de um direito potestativo.

(b) A transformação de uma sociedade sempre depende do consentimento de todos os sócios.

(c) A aquisição superveniente da propriedade não torna eficaz as garantias reais estabelecidas por quem não era dono.

(d) Todos herdeiros necessários são obrigados à colação.

Assuntos relacionados

Sociedade

Q.2558**Origem**

ASSINALE A AFIRMATIVA CERTA:

MPF :: Procurador
MPU
2003

- (a) A declaração do juiz na celebração do casamento civil tem natureza constitutiva.
- (b) As partes, de comum acordo, podem alterar os prazos de prescrição.
- (c) Quando o devedor obriga-se a usar de prudência e diligência normais na prestação de certo serviço para atingir um resultado, estamos diante de uma obrigação de resultado.
- (d) O reconhecimento de filho, quando feito em testamento, pode ser revogado.

Assuntos relacionados

Casamento

Q.2559**Origem**

ASSINALE A AFIRMATIVA CERTA:

MPF :: Procurador
MPU
2003

- (a) Em razão da inexecução de uma obrigação de pagamento em dinheiro, se o credor demonstrar que os juros de mora não cobrem o prejuízo, o juiz pode conceder-lhe indenização suplementar, ainda que esteja prevista pena convencional.
- (b) O seguro de um interesse por menos do que valha acarreta sempre a redução proporcional da indenização, no caso de sinistro parcial.
- (c) O sócio admitido em sociedade já constituída pode ser responsabilizado pro dividas sociais anteriores ao seu ingresso.
- (d) As regras relativas à guarda e prestação de alimentos aos filhos menores não se aplicam aos maiores incapazes.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2560**Origem**

ASSINALE A AFRMATIVA CORRETA:

MPF :: Procurador
MPU
2003

- (a) No condomínio voluntário o condômino é obrigado, na proporção de sua parte, concorrer para as despesas de conservação ou divisão da coisa e não pod eximir-se do pagamento das despesas e dívidas.
- (b) As relações eventuais entre o homem e a mulher impedidos de casar constituem concubinato.
- (c) No procedimento de fusão de sociedades é permitido aos sócios votar o laudo de avaliação da sociedade de que façam parte.
- (d) A oferta ao público, em regra, equivale à proposta quando encerra os requisitos do contrato, mas pode ser revogada se esta faculdade estiver prevista na oferta realizada e receber a mesma divulgação.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2561**Origem**

ASSINALE ALTERNATIVA CORRETA:

MPF :: Procurador
MPU
2003

- (a) O adultério da mulher, por esta confessado, é suficiente para afastar a presunção legal a paternidade.
- (b) A denuncia unilateral do contrato sempre produz efeito imediato.
- (c) enquanto o titulo de credito estiver circulando não poderá ser dado em garantia, separadamente, os direitos que representa.
- (d) o cônjuge tem direito a 1/3 (um terço) da herança se concorrer com ascendente do de cujus , em qualquer grau.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2562**Origem**

ASSINALE ALTERNATIVA CORRETA:

MPF :: Procurador
MPU
2003

(a) Na fiança conjuntamente prestada a um só devedor, o compromisso de solidariedade entre os fiadores impede, por se só, que os fiadores invoquem o benefício de ordem.

(b) O exercício de um direito pelo seu titular pode implicar a prática de um ato ilícito.

(c) A dissolução da sociedade conjugal extingue de plena direito a bem de família.

(d) A responsabilidade da cedente, perante o cessionário, pela existência do crédito ao tempo em que se operou a cessão por título oneroso, somente se verifica quando aquele a tanto obrigou-se. PROCESSUAL CIVIL 1743

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2563**Origem**

ASSINALE A AFIRMATIVA CERTA:

MPF :: Procurador
MPU
2003

(a) Falecendo um dos credores solidários que deixa dois herdeiros, qualquer um destes pode sempre, individualmente, exigir e receber integralmente a parte que no crédito cabia ao de cujus.

(b) A deserção é a exclusão, por disposição testamentária, dos herdeiros legítimos.

(c) Ao portador de deficiência física pode ser nomeado curador para cuidar de seus negócios.

(d) A quota é sempre indivisível em relação à sociedade.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2564**Origem**

ASSINALE A AFIRMATIVA CERTA:

MPF :: Procurador
MPU
2003

(a) Havendo comoriência o direito brasileiro estabelece a presunção juris et de jure da simultaneidade das mortes.

(b) Ocorrendo desmembramento territorial posterior ao registro de imóveis, não é necessária sua repetição no novo cartório.

(c) O fiador fica desonerado da obrigação prevista no contrato sempre que o credor conceder moratória ao devedor.

(d) O lugar estabelecido para o domicílio de algumas pessoas configura o domicílio Necessário mas trata-se de presunção juris tantum

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2565**Origem**

ASSINALE A ALTERNATIVA CERTA:

MPF :: Procurador
MPU
2003

(a) Mesmo cassada a autorização para o seu funcionamento a pessoa jurídica subsiste até que se conclua a sua liquidação.

(b) O exercício, ainda que parcial, da tutela é indelegável.

(c) Paderá ser representado no casamento nupcial o nubente que estiver em iminente risco de vida.

(d) A culpa do terceiro elide a responsabilidade contratual do transportador por acidente com passageiro.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2566

Origem

ASSINALE A ALTERNATIVA CERTA:

MPF :: Procurador
MPU
2003

- (a) A instituição de herdeiro sob condição captatória não invalida a disposição testamentária.
- (b) O gestor de negócios responde pelo caso fortuito se a gestão for iniciada contra a vontade manifesta ou presumível do dono do negócio, sendo irrelevante a prova de que o caso fortuito teria sobrevivendo ainda que se houvesse absterido.
- (c) A presunção de que a concepção verificou-se na constância do casamento não é afastada em relação aos filhos havidos a qualquer tempo, em razão de concepção artificial homóloga.
- (d) Se não for anulado o negócio jurídico em que se verificou dolo de terceiro, este não poderá ser responsabilizado por perdas e danos pela parte ludibriada.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2567

Origem

ASSINALE A ALTERNATIVA CERTA:

MPF :: Procurador
MPU
2003

- (a) Todo bem consumível é necessariamente fungível.
- (b) O encargo ilícito ou impossível nunca gera a invalidade do negócio jurídico, visto que se considera não escrito.
- (c) O contratos de mutuo e de seguro são consensuais.
- (d) o ato praticado por um cônjuge sem a outorga do outro é anulável, mas a superveniente aprovação por este ultimo, ainda que feita em documento particular autenticado, torna-o valido.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.2568

Origem

ASSINALE A AFIRMATIVA CERTA:

MPF :: Procurador
MPU
2003

- (a) As alienações feitas pelo herdeiro aparente a terceiro de boa-fé são eficazes, ainda que realizadas a título gratuito.
- (b) O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, mas convalesce pelo decurso do tempo.
- (c) Os efeitos da adoção começam sempre a partir do trânsito em julgado da sentença respectiva.
- (d) Enquanto não pago integralmente o preço, a coisa consignada não pode ser objeto de penhora ou seqüestro pelos credores do consignatário.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.2569

Origem

ASSINALE A ALTERNATIVA CERTA:

MPF :: Procurador
MPU
2003

- (a) A discussão entre credores do insolvente somente pode versar sobre a preferência entre eles disputada.
- (b) No contrato a título oneroso pode o credor contratar, exigir que o devedor lhe preste garantia real, ou fidejussória.
- (c) Se vier a perecer, em razão de vício oculto e preexistente a coisa objeto do contrato de compra e venda que já se encontra em poder do adquirente, tem aplicação a regra res perit domino.
- (d) O titular de crédito empenhado pode receber o pagamento independente da anuência do credor pignoratício.

Assuntos relacionados

Capítulo 88

NCE

88.1 ELETROBRÁS :: Advogado

Q.2570

Origem

Proposta ação possessória de imóvel em face de pessoa casada, a citação do cônjuge:

ELETROBRÁS :: Advogado
NCE
2003

- (a) será indispensável;
- (b) somente será indispensável se a área for rural;
- (c) somente será indispensável se a área for urbana;
- (d) somente será indispensável se ambos forem compossuidores;
- (e) será desnecessária.

Assuntos relacionados

Posse

Q.2571

Origem

Reconhecido pelo Juiz o decurso do prazo prescricional:

ELETROBRÁS :: Advogado
NCE
2003

- (a) extingue-se o processo com apreciação do mérito;
- (b) extingue-se o processo sem apreciação do mérito;
- (c) não se extingue o processo;
- (d) extingue-se o processo com ou sem apreciação do mérito, conforme determinação do Juiz;
- (e) extingue-se o processo com ou sem apreciação do mérito, conforme determinação do autor da ação.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Q.2572

Origem

Pode-se afirmar que pelo Novo Código Civil:

ELETROBRÁS :: Advogado
NCE
2003

- (a) não existe mais o instituto da decadência;
- (b) verifica-se a instituição da decadência convencional;
- (c) a decadência se confunde totalmente com a prescrição, submetendo-se ao mesmo regime desta;
- (d) somente existe decadência para os direitos obrigacionais;
- (e) somente existe decadência para os direitos reais.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Q.2573

Origem

Em hipótese de obrigação solidária passiva, suspensa a prescrição em relação a um dos devedores solidários, verifica-se a suspensão em relação:

ELETROBRÁS :: Advogado
NCE
2003

- (a) a todos os demais devedores;
- (b) à metade dos demais devedores;
- (c) a todos os demais devedores, se a obrigação for indivisível;
- (d) a todos os demais devedores, se a obrigação for de dar;
- (e) a todos os demais devedores, se a obrigação for de fazer.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Q.2574

Origem

Pela sistemática do Novo Código Civil:

ELETROBRÁS :: Advogado
NCE
2003

- (a) está prevista apenas a responsabilidade civil subjetiva;
- (b) está prevista apenas a responsabilidade civil objetiva;
- (c) estão previstas a responsabilidade civil subjetiva genérica e apenas hipóteses específicas de responsabilidade civil objetiva;
- (d) estão previstas de forma genérica, tanto a responsabilidade civil subjetiva quanto a responsabilidade civil objetiva;
- (e) a responsabilidade civil será regulamentada apenas em lei especial.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

Q.2575

Origem

Pode-se afirmar que os contratos de trato sucessivo vigentes por prazo indeterminado:

ELETROBRÁS :: Advogado
NCE
2003

- (a) somente se extinguem por descumprimento de cláusula contratual ou de obrigação legal;
- (b) somente se extinguem por distrato;
- (c) podem ser extintos por rescisão unilateral;
- (d) não se extinguem nunca;
- (e) embora não estejam extintos, não mais produzem efeitos jurídicos.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.2576

Origem

Pela sistemática do Novo Código Civil, a simulação é, como regra, causa de:

ELETROBRÁS :: Advogado
NCE
2003

- (a) nulidade do negócio jurídico;
- (b) anulabilidade do negócio jurídico;
- (c) rescisão do negócio jurídico;
- (d) revisão do negócio jurídico;
- (e) validação do negócio jurídico.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.2577

Origem

É sempre cabível a denunciação da lide:

ELETROBRÁS :: Advogado
NCE
2003

- (a) em ação de cobrança;
- (b) em ação de evicção;
- (c) em ação de reparação de danos;
- (d) em mandado de segurança;
- (e) em ação popular.

Assuntos relacionados

100000064

Capítulo 89

OAB/DF

89.1 OAB-DF :: OAB

Q.2578

Registre a questão que carrega erro:

(a) É anulável o negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com aquele tratou, mas o prazo de decadência para pleitear-se a sua anulação é de cento e oitenta dias, a contar da conclusão do negócio ou da cessação da incapacidade.

(b) Invalidam os negócios jurídicos que lhes são subordinados: I - as condições físicas ou juridicamente impossíveis, desde que suspensivas; II - as condições ilícitas, ou de fazer coisa ilícita; III - as condições incompreensíveis ou contraditórias.

(c) O erro é substancial quando: I - interessa à natureza do negócio, ao objeto principal da declaração, ou a alguma das qualidades a ele essenciais; II - concerne à identidade ou à qualidade essencial da pessoa a quem se refira a declaração de vontade, desde que tenha influído nesta de modo relevante; III - sendo de direito e não implicando recusa à aplicação da lei, for o motivo único ou principal do negócio jurídico.

(d) Pode também ser anulado o negócio jurídico por dolo de terceiro, se a parte a quem aproveite dele tivesse ou devesse ter conhecimento; em caso contrário, ainda que subsista o negócio jurídico, o terceiro responderá, solidariamente, por todas as perdas e danos da parte a quem ludibriou.

Origem

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2003

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Q.2579

Origem

Destaque a alínea errada:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2003

(a) Sem instrumento de mandato, o advogado não será admitido a procurar em juízo. Poderá, todavia, em nome da parte intentar ação, a fim de evitar decadência ou prescrição, bem como intervir, no processo, para praticar atos reputados urgentes, situação em que o advogado se obrigará, independentemente de caução, a exibir o instrumento de mandato no prazo de quinze (15) dias, prorrogável até outros quinze (15), por despacho do juiz, sob pena de o atos praticados serem reputados inexistentes.

(b) A alienação da coisa ou do direito litigioso, a título particular, por ato entre vivos, não altera a legitimidade das partes e, assim, o adquirente ou o cessionário não poderá ingressar em juízo, substituindo o alienante, ou o cedente, sem que o consinta a parte contrária, salvo se na condição de assistente.

(c) O advogado poderá, a qualquer tempo e independentemente do consentimento da parte a em representa em juízo, renunciar ao mandato, provando que cientificou o mandante a fim de que este nomeie substituto, sendo que, durante os dez dias seguintes, continuará a representar o mandante, desde que necessário para lhe evitar prejuízo.

(d) Pendendo uma causa entre duas ou mais pessoas, o terceiro, que tiver interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma delas, poderá intervir no processo para assisti-la, situação por força da qual se obsta a que a parte principal reconheça a procedência do pedido, desista da ação ou transija sobre direitos controvertidos.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Q.2580

Origem

Destaque a alínea em que há erro:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2003

(a) Respeitada a intenção das partes, a invalidade parcial de um negócio jurídico não o prejudicará na parte válida, se esta for separável, a invalidade da obrigação principal implica a das obrigações acessórias, mas a destas não induz a da obrigação principal.

(b) A interrupção da prescrição por um credor não aproveita aos outros; semelhantemente, a interrupção operada contra o co-devedor, ou seu herdeiro, não prejudica aos demais coobrigados, mas a interrupção produzida contra o principal devedor prejudica o fiador.

(c) Se um dos credores reemitir a dívida, a obrigação não ficará extinta para com os outros; mas estes só a poderão exigir, descontada a quota do credor remitente, sendo que o mesmo critério se observará no caso de transação, novação compensação ou confusão.

(d) É facultado a terceiro assumir a obrigação do devedor, com o consentimento expresso do credor, mas sem exonerar a solidariedade do devedor primitivo, salvo se aquele, ao tempo da assunção, era insolvente e o credor o ignorava.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

Q.2581

Origem

Sublinhe a alínea errada:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2003

(a) É controlada: I - a sociedade de cujo capital outra sociedade possua a maioria dos votos nas deliberações dos quotistas ou da assembléia geral e o poder de eleger a maioria dos administradores; II - a sociedade cujo controle, referido no inciso antecedente, esteja em poder de outra, mediante ações ou quotas possuídas por sociedades ou sociedades por esta já controladas.

(b) O possuidor de má-fé responde por todos os frutos colhidos e percebidos, bem como pelos que, por culpa sua, deixou de perceber, desde o momento em que se constituiu de má-fé, mas terá direito às despesas da produção e custeio.

(c) Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como sua, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.

(d) Aquele que possuir, como sua, área urbana de até trezentos metros quadrados, por cinco anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

Assuntos relacionados

Sociedade

Q.2582

Origem

Escolha a premissa em cujo corpo há erro:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2003

(a) O devedor somente pode compensar com o credor o que este lhe dever; mas o fiador pode compensar sua dívida com a de seu credor ao afiançado.

(b) Na sociedade em comandita simples tomam parte sócios de duas categorias: os comanditados, pessoas físicas ou jurídicas, responsáveis solidário e ilimitadamente pelas obrigações sociais; e os comanditários, obrigados somente pelo valor de sua quota.

(c) Somente pessoas físicas podem tomar parte na sociedade em nome coletivo, respondendo todos os sócios, solidária e ilimitadamente, pelas obrigações sociais. Sem prejuízo da responsabilidade perante terceiros, podem, porém, os sócios, no ato constitutivo, ou por unânime convenção posterior, limitar entre si a responsabilidade de cada um.

(d) Na sociedade cooperativa, a responsabilidade dos sócios pode ser limitada ou ilimitada.

Assuntos relacionados

Sociedade

Q.2583

Origem

Assinale a opção errada:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2003

(a) A ação principal e a cautelar poderão ser propostas pelo Ministério Público, pela União, pelos Estados e Municípios. Poderão também ser propostas por autarquia, empresa pública, fundação, sociedade de economia mista ou por associação que: a] esteja constituída há pelo menos um ano, nos termos da lei civil; b] inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao meio-ambiente, ao consumidor, ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

(b) Fazem coisa julgada: a] a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença; e b] a apreciação da questão prejudicial, decidida incidentemente no processo.

(c) A sentença de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando:

(I -) se verificar que foi dada por prevaricação, concussão ou corrupção do juiz; II - proferida por juiz impedido ou absolutamente incompetente; III - resultar de dolo da parte vencedora em detrimento da parte vencida, ou de colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei; IV - ofender a coisa julgada; (V -) violar literal disposição de lei; VI - se fundar em prova, cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou seja provada na própria ação rescisória; VII - depois da sentença, o autor obtiver documento novo, cuja existência ignorava, ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável; VIII - houver fundamento para invalidar confissão, desistência ou transação, em que se baseou a sentença; IX - fundada em erro de fato, resultante de atos ou de documentos da causa.

(d) Quando o dispositivo do acórdão contiver julgamento por maioria de votos e julgamento unânime, e forem interpostos embargos infringentes, o prazo para recurso extraordinário ou recurso especial, relativamente ao julgamento unânime, ficará sobrestado até a intimação da decisão nos embargos. Quando não forem interpostos embargos infringentes, o prazo relativo à parte unânime da decisão terá como dia de início aquele em que transitar em julgado a decisão por maioria de votos.

Assuntos relacionados

Sociedade

Q.2584

Origem

Aponte a questão em erronia:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2003

(a) As pessoas jurídicas de direito público interno (a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, os Municípios); as autarquias e as demais entidades de caráter público criadas por lei são civilmente responsáveis por atos de seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo.

(b) Se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões tomar-se-ão pela maioria de votos dos presentes, salvo se o ato constitutivo dispuser de modo diverso, as quais podem ser anuladas, no prazo de três anos, quando violarem a lei ou estatuto, ou forem eivadas de erro, dolo, simulação ou fraude.

(c) Constitui-se uma fundação para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência, ressaltando-se que, para que se possa alterar a reforma do estatuto, é mister que: a) seja deliberada por maioria dos componentes para gerir e representar a fundação; b) não contrarie ou desvirtue a finalidade da fundação; e c) seja aprovada pelo órgão do Ministério Público, e, caso este a denegue, poderá o juiz supri-la, a requerimento do interessado.

(d) Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal não abrangem as pertenças, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso.

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

Q.2585

Origem

Entre as ilações jurídicas, há, contudo, uma errada:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2003

(a) Decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro competente.

(b) Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.

(c) A alteração do estatuto da fundação se subordina a que: I - seja deliberada por dois terços dos competentes para gerir e representar a fundação; II - não contrarie ou desvirtue o fim da fundação; III - seja aprovada pelo órgão do Ministério Público, e, em denegando, poderá o juiz supri-la, a requerimento do interessado.

(d) Constitui universalidade de fato a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária; constitui universalidade de direito o complexo de relações jurídicas, de uma ou mais pessoa, dotadas de valor econômico.

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

Q.2586

Origem

Assinale a opção correta:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2003

(a) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil: os menores de dezesseis anos; os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos; os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade; e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.

(b) São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer: os maiores de quatorze e os menores de dezoito anos; os ébrios habituais, os viciados em tóxicos; os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo; os pródigos.

(c) Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência: se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida; se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra, casos em que a declaração da morte presumida somente poderá ser requerida depois de esgotadas as buscas e averiguações, devendo a sentença fixar a data provável do falecimento.

(d) A sentença que confere e declara a emancipação dispensa registro em registro público, sendo suficiente a publicação no Diário de Justiça.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

Q.2587

Origem

Sublinhe a assertiva correta:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2003

(a) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil: I - os menores de dezesseis anos; II - os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos; III - os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.

(b) São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer: I - os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos; II - Os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido; III - os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade; IV - os pródigos.

(c) Serão registrados em registro público: I - os nascimentos, casamentos e óbitos; II - a emancipação por outorga dos pais ou por sentença do juiz; III - a interdição por incapacidade absoluta ou relativa; IV - a sentença declaratória de ausência e de morte presumida.

(d) Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência: I - se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida; II - se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até três anos após o término da guerra, situação em decorrência da qual a declaração da morte presumida somente poderá ser requerida depois de esgotadas as buscas e averiguações, devendo a sentença fixar a data provável do falecimento.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

Q.2588

Origem

Marque a opção incorreta:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2003

- (a) Em qualquer hipótese, o juiz que proferir a sentença, se entender necessário, poderá mandar repetir as provas já produzidas.
- (b) Serão representados em juízo, ativa ou passivamente: I) a União, os Estados, o Distrito Federal, por seus procuradores; II - o Município, por seu Prefeito ou procurador; III - a massa falida, pelo síndico; IV - a herança jacente ou vacante, por seu curador; V - o espólio, pelo inventariante; VI - as pessoas jurídicas, por quem os respectivos estatutos designarem, ou, não os designando, por seus diretores; VII - as sociedades sem personalidade jurídica, pela pessoa a quem couber a administração dos seus bens; VIII - a pessoa jurídica estrangeira, pelo gerente, representante ou administrador de sua filial, agência ou sucursal aberta ou instalada no Brasil; IX - o condomínio, pelo administrador ou pelo síndico.
- (c) Feita a citação, é defeso ao autor modificar o pedido ou a causa de pedir, sem o consentimento do réu, mantendo-se as mesmas partes, salvo as substituições permitidas por lei. A alteração do pedido ou da causa de pedir em nenhuma hipótese será permitida após o saneamento do processo.
- (d) Extingue-se o processo pela morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes; e suspende-se pela morte do seu representante legal ou de seu procurador.

Assuntos relacionados

Provas

Q.2589

Origem

Defina a alínea em que há uma afirmação falsa:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2003

- (a) A confissão é irrevogável, mas pode ser anulada se decorreu de erro de fato ou de coação.
- (b) Quando a escolha couber ao credor e uma das prestações tornar-se impossível por culpa do devedor, o credor terá direito de exigir a prestação subsistente ou o valor da outra, com perdas e danos; se, por culpa do devedor, ambas as prestações se tornarem inexecutíveis, poderá o credor reclamar o valor de qualquer das duas, além da indenização por perdas e danos.
- (c) julgamento contrário a um dos credores solidários não atinge os demais; o julgamento favorável aproveita-lhes, a menos que se funde em exceção pessoal ao credor que o obteve.
- (d) pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é válido, salvo se provado depois que não era credor.

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

Q.2590

Origem

Defina a questão falsa:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2003

(a) Não devem casar: I - o viúvo ou a viúva que tiver filho do cônjuge falecido, enquanto não fizer inventário dos bens do casal e der partilha aos herdeiros; II - a viúva, ou a mulher cujo casamento se desfaz por ser nulo ou ter sido anulado, até dez meses depois do começo da viuvez, ou da dissolução da sociedade conjugal; III - o divorciado, enquanto não houver sido homologada ou decidida a partilha dos bens do casal; IV - o tutor ou o curador e os descendentes, ascendentes, irmãos, cunhados ou sobrinhos, com a pessoa tutelada ou curatelada, enquanto não cessar a tutela ou curatela, e não estiverem saldadas as respectivas contas.

(b) A anulação do casamento dos menores de dezesseis anos será requerida: a] pelo próprio cônjuge menor; b] por seus representantes legais; e c] por seus ascendentes.

(c) presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos: I - nascidos cento e oitenta dias depois de estabelecida a convivência conjugal; II - nascidos nos trezentos dias subseqüentes à dissolução da sociedade conjugal, por morte, separação judicial, nulidade e anulação do casamento; III - havidos por fecundação artificial homóloga, mesmo que falecido o marido; IV - havidos, a qualquer tempo, quando se tratar de embriões excedentários, decorrentes de concepção artificial homóloga; V - havidos por inseminação artificial heteróloga, desde que tenha prévia autorização do marido.

(d) o filho maior não pode ser reconhecido sem o seu consentimento, e o menor pode impugnar o reconhecimento, nos dois anos que se seguirem à maioridade, ou à emancipação.

Assuntos relacionados

Casamento

Q.2591

Origem

Defina a alínea certa:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2003

(a) A rescisão unilateral, nos casos em que a lei expressa ou implicitamente o permita, opera mediante denúncia notificada à outra parte, mas, dada a natureza do contrato, uma das partes houver feito investimentos consideráveis para a sua execução, a denuncia unilateral só produzirá efeito depois de transcorrido prazo compatível com a natureza e o vulto dos investimentos.

(b) O vendedor de coisa imóvel pode reservar-se o direito de recobrá-la no prazo máximo de decadência de dois anos, restituindo o preço recebido e reembolsando as despesas do comprador, inclusive as que, durante o período de resgate, se efetuaram com a sua autorização escrita, ou para a realização de benfeitorias necessárias.

(c) Subordina às normas do contrato de transporte o feito gratuitamente, por amizade ou cortesia.

(d) Tem-se como válido o contrato para garantia de risco proveniente de ato doloso do segurado, do beneficiário, ou de representante de um ou de outro.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.2592

Origem

Marque a assertiva errada:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2003

- (a) Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos ordinários, mas imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato. Os efeitos da sentença que a decretar retroagirão à data da citação.
- (b) É lícita a compra e venda entre cônjuges, com relação a bens excluídos da comunhão.
- (c) A indenização mede-se pela extensão do dano. Se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, equitativamente, a indenização.
- (d) Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros, desde que não tenham casado no regime da comunhão universal de bens, ou no da separação obrigatória.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.2593

Origem

Selecione a afirmação errada:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2003

- (a) A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á: I - por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual; II - por protesto, nas condições do inciso antecedente; III - por protesto cambial; IV - pela apresentação do título de crédito em juízo de inventário ou em concurso de credores; V - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor; VI - por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.
- (b) Aquele que se nega a submeter-se a exame médico necessário não poderá aproveitar-se de sua recusa, que, em tratando de perícia médica ordenada pelo juiz, poderá suprir a prova que se pretendia obter com o exame.
- (c) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao devedor, se outra coisa não se estipulou, mas não pode o devedor obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra.
- (d) O credor não pode renunciar à solidariedade em favor de um, de alguns ou de todos os devedores, sem o consentimento dos devedores remanescentes.

Assuntos relacionados

Títulos de crédito

Q.2594

Origem

Escolha a alternativa que carrega uma impropriedade:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2003

- (a) É de simples participação a sociedade de cujo capital outra sociedade possua menos de dez por cento do capital com direito de voto.
- (b) São direitos reais: a] a propriedade; b] a superfície; c] as servidões; d] o usufruto; e] o uso; f] a habitação; g] o direito do promitente comprador do imóvel; h] o penhor; i] a hipoteca; j] a anticrese.
- (c) A acessão pode dar-se: a] por formação de ilhas; b] por aluvião; c] por avulsão; d] por abandono de álveo; e] por plantações ou construções.
- (d) Depende da aprovação da maioria dos votos dos condôminos a alteração da convenção e do regimento interno. A mudança da destinação do edifício, ou da união imobiliária, depende de aprovação pela unanimidade dos condôminos.

Assuntos relacionados

Usufruto

Q.2595

Origem

Escolha a letra em que há uma afirmação errada:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2003

- (a) Dez anos depois de passada em julgado a sentença que concede a abertura da sucessão provisória, poderão os interessados requerer a sucessão definitiva e o levantamento das cauções prestadas.
- (b) São pessoas jurídicas de direito público interno: I - a União; II - os Estados, o Distrito Federal e os Territórios; III - os Municípios; IV - as autarquias; V - as demais entidades de caráter público criadas por lei.
- (c) Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la, com a ressalva de que somente pode constituir-la para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.
- (d) Consideram-se móveis para os efeitos legais: I - as energias que tenham valor econômico; II - os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes; III - os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações; e IV - o direito à sucessão aberta.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2596

Origem

Ressalte a proposição incorreta:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2003

- (a) A obrigação do fiador passa aos herdeiros; mas a responsabilidade da fiança se limita ao tempo decorrido até a morte do fiador, e não pode ultrapassar as forças da herança.
- (b) A transação só se anula por dolo, coação, ou erro essencial quanto à pessoa ou coisa controversa.
- (c) Até dois anos depois de averbada a modificação do contrato, responde o cedente solidariamente com o cessionário, perante a sociedade e terceiros, pelas obrigações que tinha como sócio.
- (d) A administração da sociedade, nada dispondo o contrato social, compete conjuntamente aos sócios.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2597

Origem

Assinale a afirmativa incorreta:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2003

- (a) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada, sendo que, nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia noventa dias depois de oficialmente publicada.
- (b) Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue, mas a lei nova, ainda estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
- (c) Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.
- (d) Leis interpretativas são aplicáveis a fatos ocorridos a partir de sua entrada em vigor, não a situações sujeitas ao domínio temporal exclusivo das normas interpretadas.

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

Q.2598

Origem

Defina a opção que porta erro:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2003

(a) A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça será divulgada pelas seguintes publicações; I - Diário da justiça; II - ementário de Jurisprudências do Superior Tribunal de Justiça e Boletim do Superior Tribunal de Justiça; III - revista do Superior Tribunal de Justiça; IV - repositórios autorizados.

(b) Tem lugar, como procedimento preparatório, a exibição judicial: I - de coisa móvel em poder de outrem e que o requerente repute sua ou tenha interesse em conhecer; II - de documento próprio ou comum, em poder de co-interessado, sócio, condômino, credor ou devedor; ou em poder de terceiros que o tenha em sua guarda, como inventariante, testamento, depositário ou administrador de bens alheios; III - da escrituração comercial por inteiro, balanços e documentos de arquivo, nos casos expressos em lei.

(c) Concorrendo à remição vários pretendentes, preferirá o que oferecer maior preço; em condições iguais de oferta, deferir-se-á na seguinte ordem: I - ao cônjuge; II - ascendentes; III - descendentes.

(d) O juiz poderá, de ofício, modificar o valor ou a periodicidade da multa, caso verifique que se tornou insuficiente ou excessivo.

Assuntos relacionados

Bens

Q.2599

Origem

Assinale a opção falsa:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2003

(a) Pode requerer o arrolamento todo aquele que tem interesse na conservação dos bens. O interesse do requerente pode resultar de direito já constituído ou que deva ser declarado em ação própria. Aos credores só é permitido requerer arrolamento nos casos em que tenha lugar a arrecadação de herança.

(b) Na sentença, que declarar a insolvência, o juiz: I - nomeará, dentre os maiores credores, um administrador da massa; II - mandará expedir edital, convocando os credores para que apresentem, no prazo de trinta (30) dias, a declaração de créditos, acompanhada do respectivo título.

(c) Não se efetuará a praça de imóvel hipotecado ou emprazado, sem que seja intimado, com dez (10) dias pelo menos de antecedência, o credor hipotecário ou o senhorio direto, que não seja de qualquer modo parte na execução.

(d) Incumbe ao devedor, ao fazer a nomeação de bens, observar a seguinte ordem: I - dinheiro; II - pedras e metais preciosos; III - títulos da dívida pública da União ou dos Estados; IV - títulos de crédito, que tenham cotação em bolsa; V - móveis; VI - veículos; VII - semoventes; VIII - imóveis; IX - navios e aeronaves; X - direitos e ações.

Assuntos relacionados

Bens

Q.2600

Origem

Sublinhe a opção incorreta:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2003

(a) É admissível alteração do regime de bens, mediante autorização judicial em pedido motivado de ambos os cônjuges, apurada a procedência das razões alegadas e ressaltados os direitos de terceiros.

(b) São excluídos da sucessão os herdeiros ou legatários: I - que houverem sido autores, co-autores ou partícipes de homicídio doloso ou culposo, ou tentativa deste, contra a pessoa de cuja sucessão se tratar, seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente; II - que houverem acusado caluniosamente em juízo o autor da herança ou incorrerem em crime contra a sua honra, ou de seu cônjuge ou companheiro; III - que, por violência ou meios fraudulentos, inibirem ou obstarem o autor da herança de dispor livremente de seus bens por ato de última vontade.

(c) Somente é reconhecido direito sucessório ao cônjuge sobrevivente se, ao tempo da morte do outro, não estavam separados judicialmente, nem separados de fato há mais de dois anos, salvo prova, neste caso, de que essa convivência se tornara impossível sem culpa do sobrevivente.

(d) Na linha transversal, somente se dá o direito de representação em favor dos filhos de irmãos do falecido, quando com irmãos deste concorrerem.

Assuntos relacionados

Bens

Q.2601

Origem

Destaque a opção totalmente correta:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2003

(a) Consideram-se bens públicos: a] os de uso comum do povo, tais como rios, estradas, mares, ruas e praças; b] os de uso especial, tais como edifícios, ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias; e c] os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades. Não dispondo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado e às pessoas jurídicas de direito privado, que explorem e prestem, mediante concessão, serviços públicos.

(b) Configura-se a coação quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.

(c) É nulo o negócio jurídico quando: a] celebrado por pessoa absolutamente incapaz; b] for ilícito impossível ou indeterminável o objeto; c] o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito; d] não revestir a forma prescrita na lei; e] for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade; f] tiver por objeto fraudar a lei imperativa; g] a lei taxativamente o declarar nulo, ou proibir-lhe a prática, sem cominar sanção. Além dos casos expressamente declarados na lei, é anulável o negócio jurídico: a] por incapacidade relativa do agente; b] por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, simulação, lesão, fraude contra credores.

(d) É de quatro anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contado: a] no caso de coação, do dia em que ela cessar; b] no de erro, dolo, fraude, contra credores, estado de perigo ou lesão, do dia em que se realizou o negócio jurídico; c] no de atos de incapazes, do dia em que cessar a incapacidade.

Assuntos relacionados

Bens

Q.2602

Origem

Opte pela alínea com erro:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2003

(a) Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra: I - conhecer de ações relativas a imóveis situados no Brasil; II - proceder a inventário e partilha de bens, situados no Brasil, ainda que o autor da herança seja estrangeiro e tenha residido fora do território nacional.

(b) Se o conhecimento da lide depender necessariamente da verificação da existência de fato delituoso, pode o juiz mandar sobrestar no andamento do processo até que se pronuncie a justiça criminal, mas, se a ação penal não for exercida dentro de 30 (trinta) dias, contados da intimação do despacho de sobrestamento, cessará o efeito deste, decidindo o juiz cível a questão prejudicial.

(c) Há conflito de competência: a) quando dois ou mais juízes se declaram competentes; II - quando dois ou mais juízes se consideram incompetentes; b) quando entre dois ou mais juízes surge controvérsia acerca da reunião ou separação de processos. O conflito pode ser suscitado por qualquer das partes, pelo Ministério Público, que será ouvido em todos os conflitos de competência, salvo naqueles em que suscitar com a qualidade de parte, ou pelo juiz.

(d) Pode suscitar conflito a parte que, no processo, ofereceu exceção de incompetência.

Assuntos relacionados

Bens

Q.2603

Origem

Sublinhe a alínea errada:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2003

(a) pertence aos herdeiros necessários, de pleno direito, a metade dos bens de herança, constituindo a legítima.

(b) Na falta de irmãos, herdarão os filhos destes e, não os havendo, os tios. Se concorrem à herança somente filhos de irmãos falecidos, herdarão por estirpe. Se concorrem filhos de irmãos bilaterais com filhos de irmãos unilaterais, cada um destes herdará a metade do que herdar cada um daqueles. Se todos forem filhos de irmãos bilaterais, ou todos os irmãos unilaterais, herdarão por igual.

(c) a substituição fideicomissária somente se permite em favor dos não concebidos ao tempo da morte do testador. Se, ao tempo da morte do testador, já houver nascido o fideicomissário, adquirirá este a propriedade dos bens fideicometidos, convertendo-se em usufruto o direito do fiduciário.

(d) se o herdeiro for devedor ao espólio, sua dívida será partilhada igualmente entre todos, salvo se a maioria consentir que o débito seja imputado inteiramente no quinhão do devedor.

Assuntos relacionados

Bens

Q.2604

Origem

Escolha a premissa errada:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2003

(a) O partidor organizará o esboço da partilha de acordo com a decisão, observando nos pagamentos a seguinte ordem: I - dívidas atendidas; II - meação disponível; III - meação do cônjuge; IV - quinhões hereditários, a começar pelo co-herdeiro mais velho.

(b) O inventariante será removido: I - se não prestar, no prazo legal, as primeiras e as últimas declarações; II - se não der ao inventário andamento regular, suscitando dúvidas infundadas ou praticando atos meramente protelatórios; III - se, por culpa sua, se deteriorarem, forem dilapidados ou sofrerem dano bens do espólio; IV - se não defender o espólio nas ações em que for citado, deixar de cobrar dívidas ativas ou não promover as medidas necessárias para evitar o perecimento de direitos; V - se não prestar contas ou as que prestar não forem julgadas boas; VI - se sonegar, ocultar ou desviar bens do espólio.

(c) É lícita a cumulação da ação de demarcação e de ação de divisão, situação mediante a qual se deverá processar-se, primeiramente, a demarcação total ou parcial da coisa comum, citando-se os confinantes e os condôminos.

(d) Comete atentado a parte que no curso do processo: I - viola penhora, arresto, seqüestro ou imissão na posse; II - prossegue em obra embargada; III - prática outra qualquer inovação ilegal no estado de fato.

Assuntos relacionados

Bens

Q.2605

Origem

Defina a opção falsa:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2003

(a) Vicia o negócio jurídico a coação exercida por terceiro, se dela tivesse ou devesse ter conhecimento a parte a que aproveite, situação em decorrência da qual ambos responderão solidariamente por perdas e danos.

(b) Configura-se o estado de perigo quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.

(c) Ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.

(d) credor quirografário, que receber do devedor insolvente o pagamento da dívida ainda não vencida, ficará obrigado a repor, em proveito do acervo sobre que se tenha de efetuar o concurso de credores e em dobro, aquilo que recebeu.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.2606

Origem

Ressalte a opção que carrega uma afirmativa inadequada:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2003

(a) termo inicial suspende o exercício, mas não a aquisição do direito.

(b) encargo não suspende a aquisição e muito menos o exercício do direito, salvo quando expressamente imposto no negócio jurídico, pelo disponente, como condição suspensiva.

(c) falso motivo somente vicia a declaração de vontade quando exposto como razão determinante.

(d) dolo do representante legal ou convencional de uma das partes obriga o representado a responder civil e solidariamente por perdas e danos.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.2607

Origem

Escolha a afirmação incorreta:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2003

(a) Além dos casos expressamente declarados na lei, é anulável o negócio jurídico: I - por incapacidade relativa do agente; II - por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão, simulação ou fraude contra credores.

(b) É de quatro anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contado: I - no caso de coação, do dia em que ela cessar; II - no de erro, dolo, fraude contra credores, estado de perigo ou lesão, do dia em que se realizou o negócio jurídico; III - no de atos de incapazes, do dia em que cessar a incapacidade.

(c) Comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

(d) Não corre a prescrição: I - entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal; II - entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar; III - entre tutelados ou curatelados e seus tutores ou curadores, durante a tutela ou curatela; IV - contra os absolutamente incapazes; V - contra os ausentes do País, desde que em serviço público da União, dos Estados ou dos Municípios; V - os que se acharem servindo as Forças Armadas, em tempo de guerra; VI - pendendo condição suspensiva; VII - não estando vencido o prazo; VIII - pendendo ação de evicção.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.2608

Origem

Marque a premissa certa:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2003

(a) Configura-se lesão quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.

(b) Ocorre estado de perigo quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta, sendo que a desproporcionalidade se aprecia conforme os valores das prestações vigentes ao tempo em que foi celebrado o negócio jurídico.

(c) A coação, para viciar a declaração da vontade, há de ser tal que incuta ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família, ou aos seus bens, motivo pelo qual o negócio jurídico é considerado nulo.

(d) É nulo o negócio jurídico quando: I - celebrado por pessoa absolutamente incapaz; II - for ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto; III - o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito; IV - não revestir a forma prescrita em lei; V - for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade; VI - tiver por objetivo fraudar lei imperativa; VII - a lei taxativamente o declarar nulo, ou proibir-lhe a prática, sem cominar sanção.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.2609

Origem

Somente uma das premissas confirma uma assertiva correta:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2003

(a) A existência da pessoa natural termina com a morte, que pode ser, conforme a nova disciplina jurídica do Código Civil, presumida quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão provisória, requerida pelos interessados.

(b) Far-se-á averbação em registro público: I - das sentenças que decretarem a nulidade ou anulação do casamento, o divórcio, a separação judicial e o restabelecimento da sociedade conjugal; II - dos atos judiciais ou extrajudiciais que declararem ou reconhecerem a filiação; III - dos atos judiciais ou extrajudiciais de adoção; e IV - a interdição por incapacidade absoluta ou relativa.

(c) Com o regresso do ausente nos dez anos seguintes à abertura da sucessão definitiva, ou algum de seus descendentes ou ascendentes, aquele ou estes haverão só os bens existentes no estado em que se acharem, os sub-rogados em seu lugar, ou o preço que os herdeiros e demais interessados houverem recebido pelos bens alienados depois daquele tempo. No entanto, se, nestes dez anos, o ausente não regressar, e nenhum interessado promover a sucessão definitiva, os bens arrecadados passarão ao domínio do Município ou do Distrito Federal, se localizados nas respectivas circunscrições, incorporando-se ao domínio da União, quando situados em território federal.

(d) Decorrido um ano da arrecadação dos bens do ausente, ou, se ele deixou representante ou procurador, em se passando três anos, poderão os interessados requerer que se declare a ausência e se abra definitivamente a sucessão. Registre-se, contudo, que somente se consideram interessados: I - o cônjuge não separado judicialmente; II - os herdeiros presumidos, legítimos ou testamentários; III - os que tiverem sobre os bens do ausente direito dependente de sua morte; IV - os credores de obrigações vencidas e não pagas.

Assuntos relacionados

Q.2610

Origem

Destaque a assertiva correta:

OAB-DF :: OAB
OAB/DF
2003

(a) Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, mas, em se tratando de morto, somente terá legitimação para requerer a medida prevista neste artigo o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau.

(b) Decorrido dois anos da arrecadação dos bens do ausente, ou, se ele deixou representante ou procurador, em se passando três anos, poderão os interessados requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão.

(c) A sentença que determinar a abertura da sucessão provisória só produzirá efeito cento e vinte dias depois de publicada pela imprensa; mas, logo que passe em julgado, proceder-se-á à abertura do testamento, se houver, e ao inventário e partilha dos bens, como se o ausente fosse falecido.

(d) Os imóveis do ausente só se poderão alienar ou hipotecar, com o consentimento e intervenção de todos os herdeiros.

Assuntos relacionados

Capítulo 90

Polícia Civil/GO

90.1 Polícia Civil-GO :: Delegado

Q.2611

Origem

Pelo novo Código Civil, o adquirente do apartamento responde pelas contribuições condominiais pretéritas. Esta contribuição classifica-se como

Polícia Civil-GO :: Delegado
Polícia Civil/GO
2003

- (a) obrigação com eficácia real.
- (b) ônus real, pois onera a coisa.
- (c) foi *propter rem*, mas, a partir do novo Código Civil, transformou-se em ônus real.
- (d) *propter rem*.

Assuntos relacionados

Propriedade

Q.2612

Origem

A propósito do direito de propriedade, marque a alternativa CORRETA:

Polícia Civil-GO :: Delegado
Polícia Civil/GO
2003

- (a) O direito de propriedade abrange o solo e os cursos d'água particulares, mas não as jazidas e demais recursos minerais.
- (b) O direito de propriedade abrange o solo, o espaço aéreo e o subsolo.
- (c) O direito de propriedade abrange o solo, e não só os cursos d'água particulares, jazidas e outros recursos minerais.
- (d) O direito de propriedade abrange o solo, os cursos d'água particulares, o espaço aéreo e o subsolo em altura e profundidade úteis ao seu exercício.

Assuntos relacionados

Propriedade

Q.2613

Origem

A teoria intitulada *ultra vires societatis* diz respeito à

Polícia Civil-GO :: Delegado
Polícia Civil/GO
2003

- (a) desconsideração da pessoa jurídica.
- (b) responsabilização civil dos dirigentes da pessoa jurídica.
- (c) proibição a que os dirigentes usem a razão social para prestarem garantia fidejussória.
- (d) limitação de prática de atos jurídicos sob pena de os dirigentes responderem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

Q.2614

Origem

Diz o art. 50 do novo Código Civil que "em caso de abuso de personalidade, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento de parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica". Na aplicação dessa teoria, o juiz observará:

- (a) O abuso de personalidade jurídica deve ser examinado sob o prisma da boa-fé subjetiva.
- (b) O juiz deverá sempre indagar com maior profundidade sobre a existência de dolo e culpa.
- (c) Desconsideração da pessoa jurídica e responsabilidade civil dos dirigentes societários equivalem-se.
- (d) A desconsideração da pessoa jurídica é aplicação do princípio de equidade trazido modernamente pela lei.

Polícia Civil-GO :: Delegado
Polícia Civil/GO
2003

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

Q.2615

Origem

A respeito da solidariedade e indivisibilidade, é CORRETO afirmar:

- (a) Tanto a obrigação solidária como a indivisível, ao transformarem-se em perdas e danos, perdem suas características.
- (b) São iguais, porquanto em ambas, havendo pluralidade de devedores e de credores, cada credor tem direito a receber o todo, e cada devedor responde pela obrigação por inteiro.
- (c) A indivisibilidade permanece, se transferida aos herdeiros do devedor, enquanto a solidariedade desaparece. d) A indivisibilidade nada mais é que a solidariedade perfeita, pois não se permite fracionar o pagamento.

Polícia Civil-GO :: Delegado
Polícia Civil/GO
2003

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

Q.2616

Origem

Certo fazendeiro vendeu 50 vacas para serem entregues em 30 dias. Antes da tradição, 30 delas deram crias. Marque a alternativa CORRETA:

- (a) As crias pertencem ao vendedor, pois equivalem a acessório da coisa principal. b) As crias são do vendedor, que poderá exigir aumento do preço para entregá-las ao comprador, e se este não anuir, poderá resolver a obrigação.
- (c) O vendedor não pode exigir aumento, pois não empregou trabalho e esforço, mas resultou de acréscimo da natureza
- (d) Nesse caso, omisso o contrato sobre a apropriação das crias, devem-se aplicar os costumes locais.

Polícia Civil-GO :: Delegado
Polícia Civil/GO
2003

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

Q.2617

Origem

Em tema de morte presumida, é CORRETO afirmar:

- (a) Sem decretação de ausência, não pode ser declarada a morte presumida.
- (b) Somente pode ser declarada a morte presumida após decorridos dois anos da decretação da ausência.
- (c) Se a pessoa estava em perigo de vida, a morte presumida pode ser declarada após um ano da decretação da ausência.
- (d) Pode ser declarada a morte presumida sem a decretação de ausência.

Polícia Civil-GO :: Delegado
Polícia Civil/GO
2003

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

Q.2618

Origem

O novo Código Civil preceitua no seu art. 12, que "se pode exigir que cesse a ameaça ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei". Em caso de morte, tem legitimação para requerer a medida prevista no artigo citado

Polícia Civil-GO :: Delegado
Polícia Civil/GO
2003

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

- (a) o cônjuge sobrevivente e os demais descendentes.
- (b) o cônjuge sobrevivente, qualquer parente em linha reta e colateral até o terceiro grau.
- (c) o cônjuge sobrevivente, qualquer parente em linha reta e colateral até quarto grau.
- (d) o cônjuge sobrevivente, qualquer parente em linha reta e o colateral em segundo grau.

Q.2619

Origem

Antônio internou-se para uma neurocirurgia, sendo informado do risco. O resultado não foi o esperado, porquanto perdeu o movimento de três dedos da mão direita. Por isso, moveu ação contra o médico, alegando que o serviço não foi prestado a contento. Marque a alternativa CORRETA:

Polícia Civil-GO :: Delegado
Polícia Civil/GO
2003

Assuntos relacionados

Provas

- (a) O juiz, no caso, deverá, obrigatoriamente, inverter o ônus da prova.
- (b) O paciente tem de provar que o médico agiu com imperícia, para ter direito à indenização.
- (c) Pelo novo Código Civil, sendo a neurocirurgia atividade de risco, o juiz pode aplicar a teoria objetiva.
- (d) O médico, para não ser responsabilizado, tem de provar que agiu com perícia.

Q.2620

Origem

Um advogado perdeu o prazo de apelar. O cliente propôs ação reparatória ante a negligência do profissional. Nesse caso, a conclusão CORRETA do exame da causa é:

Polícia Civil-GO :: Delegado
Polícia Civil/GO
2003

Assuntos relacionados

Provas

- (a) Será procedente o pedido, pelo simples fato de o cliente perder a chance de ter o mérito do seu recurso apreciado na superior instância, ainda que as provas indicassem que não havia chance de ser provido o apelo.
 - (b) Se se evidenciar pelos dados do processo que o cliente não teria a menor chance de êxito, o pedido será improcedente.
 - (c) O advogado só responderia em caso de dolo, pois não estava obrigado a recorrer, uma vez que não havia chance de vitória.
 - (d) À responsabilidade civil do advogado, não se aplica a teoria que os franceses desenvolveram e denominaram *perte d'une chance*.
-

Q.2621

Origem

Certo fazendeiro, que era parceiro, comprou as reses objeto da parceria. No presente caso, a tradição recebe o nome específico de

- (a) *traditio brevi manu*
- (b) *traditio longa manu*
- (c) *constituto prossessorio*
- (d) *traditio ficta*

Polícia Civil-GO :: Delegado
Polícia Civil/GO
2003

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

Q.2622

Origem

Pelo art.

1. 711 do novo Código Civil, os cônjuges ou a entidade familiar, mediante escritura pública ou testamento, podem destinar parte do seu patrimônio para instituir bem de família. Quanto à natureza jurídica do bem de família, assinale a alternativa CORRETA:

- (a) Ocorre afetação.
- (b) É meio de colocar a coisa fora do comércio por força exclusivamente legal.
- (c) Transferência do bem à entidade familiar e que passa a ter o direito de disposição.
- (d) Instituição de um condomínio entre os pais e os filhos.

Polícia Civil-GO :: Delegado
Polícia Civil/GO
2003

Assuntos relacionados

Bem de família

Q.2623

Origem

Angélica, mãe solteira, tem dois filhos e um único imóvel residencial. A fim de ajudar uma irmã a obter capital para abrir um pequeno comércio, na condição de terceiro garante, consentiu em dar sua casa em hipoteca. Vencido o débito e não pago, o banco credor penhorou a casa. Diante do caso acima, marque a alternativa CORRETA:

- (a) O imóvel é penhorável, pois foi dado em hipoteca pela proprietária.
- (b) O imóvel é impenhorável, pois a hipoteca não redundou em benefício da família.
- (c) O imóvel é penhorável, pois foi dado em garantia pela entidade familiar, representada pela mãe.
- (d) O imóvel é impenhorável, pois é o único de Angélica.

Polícia Civil-GO :: Delegado
Polícia Civil/GO
2003

Assuntos relacionados

Penhor
Hipoteca
Anticrese

Q.2624

Origem

Certo cliente deixou seu carro pernoitar num posto de gasolina com os dizeres "Não nos responsabilizamos pelos veículos que pernoitem no pátio", tendo sido o carro furtado. Marque a alternativa CORRETA:

- (a) A cláusula de não indenizar exclui a responsabilidade do dono do posto, que não assumiu o dever de guarda.
- (b) A cláusula de não indenizar não valerá, posto que resultante de imposição unilateral, mesmo incorrendo contrato de depósito na espécie.
- (c) Ainda que bilateral e consensual, a cláusula de não indenizar pode ser aposta em qualquer contrato.
- (d) O direito não aceita a cláusula de não indenizar nem a cláusula de limitação de responsabilidade.

Polícia Civil-GO :: Delegado
Polícia Civil/GO
2003

Assuntos relacionados

Contratos

Q.2625

Origem

Quem transborda os limites aceitáveis de um direito, causando prejuízo a outrem, comete abuso de direito. Assim, a respeito desse tema, é CORRETO afirmar:

Polícia Civil-GO :: Delegado
Polícia Civil/GO
2003

- (a) Sem culpa do agente ou dolo, não se pode falar em abuso de direito.
- (b) Abuso de direito e ato ilícito confundem-se e identificam-se porque são ontologicamente iguais, gerando o dever de reparar.
- (c) A noção de dolo não é essencial ao abuso de direito, mas a noção de culpa sim, pois está contida no critério objetivo finalístico adotado pelo novo Código Civil.
- (d) No abuso de direito, a noção de dolo e culpa deve ser afastada.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2626

Origem

Os bens que, não constituindo partes integrantes, destinam-se, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro, podem ser classificados como

Polícia Civil-GO :: Delegado
Polícia Civil/GO
2003

- (a) pertença.
- (b) acessório.
- (c) imóvel por acessão intelectual.
- (d) imóvel por acessão física.

Assuntos relacionados

Bens

Q.2627

Origem

Na dicção do novo Código Civil "são anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio". Considerando, assim, o novo Código Civil, é CORRETA a seguinte assertiva:

Polícia Civil-GO :: Delegado
Polícia Civil/GO
2003

- (a) A escusabilidade do erro, tendo o novo Código Civil abandonado o credo voluntarista, não tem qualquer significado na anulabilidade, mas deve ser investigada pelo intérprete como subsídio ao julgamento.
- (b) A causa de anulação é o erro perceptível pelo outro contraente, vício que prevalecerá ainda que seja inescusável o erro cometido.
- (c) O novo Código Civil desprezou a escusabilidade do erro como requisito da anulabilidade.
- (d) O novo Código Civil igualou, para efeito de anulabilidade, a inescusabilidade e a cognoscibilidade.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Capítulo 91

TJSC

91.1 TJ-SC :: Juiz

Q.2628

Considerando os dispositivos do Código Civil de 2002, assinale a alternativa correta:

- (a) O devedor pode opor a todos os credores solidários as exceções pessoais que tiver contra um deles.
- (b) O julgamento contrário a um dos credores solidários atinge todos os demais credores solidários.
- (c) De regra, o julgamento favorável a um dos credores solidários aproveita os demais credores solidários.
- (d) Mesmo que o julgamento favorável a um dos credores solidários se funde em exceção pessoal ao credor que o obteve, aproveita aos demais credores solidários.
- (e) A conversão da prestação em perdas e danos faz desaparecer a solidariedade ativa.

Origem

TJ-SC :: Juiz
TJSC
2003

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

Q.2629

Considerando as disposições do Código Civil de 2002, assinale a alternativa correta:

- (a) A menoridade cessa aos 21 (vinte e um) anos completos.
- (b) O menor que, com 16 (dezesseis) anos completos mantenha relação de emprego e, em função dela, tenha economia própria, tem capacidade plena.
- (c) A colação de grau em curso de ensino superior apenas converte a incapacidade total em incapacidade relativa.
- (d) É admitida a emancipação de menor com 16 anos completos, por instrumento particular, desde que autenticadas as firmas dos pais e homologada judicialmente.
- (e) A emancipação do menor com 16 anos completos, ainda que feita por escritura pública, depende, para a sua validade, de homologação judicial.

Origem

TJ-SC :: Juiz
TJSC
2003

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

Q.2630

Origem

Assinale, considerando as normas do Código Civil de 2002, dentre as alternativas seguintes, a INCORRETA :

TJ-SC :: Juiz
TJSC
2003

- (a) Nas hipóteses em que a lei excluir a prova testemunhal, serão admitidas as presunções legais e as presunções não legais.
- (b) Nos casos em que a lei excluir a prova testemunhal, serão admitidas apenas as presunções legais.
- (c) A recusa à perícia médica ordenada pelo juiz poderá suprir a prova que se pretendia obter com o exame.
- (d) Aquele que se nega a submeter-se a exame médico necessário não pode aproveitar-se de sua recusa.
- (e) Ninguém pode ser obrigado a depor sobre fato a que não possa responder sem desonra de amigo íntimo.

Assuntos relacionados

Provas

Q.2631

Origem

No que diz respeito ao EMPRÉSTIMO, regulado pelo novo Código Civil em seus arts. 579 a 592, englobando o COMODATO e o MÚTUO, pergunta-se qual das alternativas abaixo é INCORRETA :

TJ-SC :: Juiz
TJSC
2003

- (a) Constituído em mora o comodatário, somente o Juiz terá poderes para arbitrar o aluguel a ser pago ao comodante até à restituição, não sendo válido o arbitramento feito unilateralmente pelo comodante.
- (b) O mútuo feito a menor, pode ser reavido dele ou de seus fiadores caso o empréstimo tenha revertido a seu favor.
- (c) No mútuo destinado a fins econômicos não se presume ser ele gratuito, ainda que não fixados juros.
- (d) No mútuo destinado a fins econômicos, os juros podem ser capitalizados anualmente.
- (e) No contrato de mútuo, os juros não podem ser estipulados à taxa excedente àquela que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.2632

Origem

Assinale, entre as afirmações a seguir, qual a correta, considerando-se as disposições do Código Civil/2002:

TJ-SC :: Juiz
TJSC
2003

- (a) A validade da assunção de uma dívida, por terceiro, independe da anuência expressa do credor.
- (b) A assunção da dívida não exonera o devedor primitivo, ficando a sua obrigação intacta até que o assuntor cumpra a obrigação.
- (c) As garantias especiais, originariamente dadas pelo devedor primitivo ao credor extinguem-se a partir da assunção por terceiro da dívida garantida, não subsistindo mesmo que o devedor primitivo concorde expressamente com ela.
- (d) O novo devedor pode opor ao credor as exceções pessoais que cabiam ao devedor primitivo, exceções essas que se transferem ao assuntor como efeito da própria assunção da dívida.
- (e) Em se tratando de imóvel hipotecado aquele que o adquirir pode tomar a seu cargo o pagamento do débito garantido, validando-se a transferência do débito se o credor, notificado, não impugnar essa transferência no prazo de 30 (trinta) dias.

Assuntos relacionados

Transmissão das obrigações

Q.2633

Origem

Referentemente ao contrato de EMPREITADA, previsto nos arts. 610 a 626 do Código Civil em vigor, quais das alternativas abaixo é correta:

TJ-SC :: Juiz
TJSC
2003

- (a) O contrato para elaboração de um projeto implica na obrigação de fiscalizar-lhe a execução.
- (b) O dono da obra não poderá pleitear a revisão do preço global convencionado, mesmo que haja diminuição do preço do material ou da mão-de-obra e essa diminuição for superior a um décimo do preço global ajustado.
- (c) Após iniciada a construção, não pode o dono da obra suspender-lhe a execução, ainda que pague ao empreiteiro as despesas e lucros relativos aos serviços já feitos, mais indenização de lucros cessantes.
- (d) O empreiteiro poderá suspender a obra se, no decorrer dos serviços se manifestarem dificuldades imprevisíveis de execução, resultantes de causas geológicas ou hídricas ou outras semelhantes, quando implicarem em excessiva onerosidade da empreitada, opondo-se o dono da obra ao reajuste do preço inerente ao projeto por ele elaborado.
- (e) O contrato de empreitada sempre se extingue pela morte de qualquer das partes.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.2634

Origem

Com relação aos CONTRATOS COM PESSOA A DECLARAR (arts. 467 a 471, CC/2002), assinale a alternativa correta:

TJ-SC :: Juiz
TJSC
2003

- (a) A aceitação do nomeado poderá ser feita verbalmente, mesmo que o contrato tenha sido realizado por escrito.
- (b) Os direitos e obrigações da pessoa indicada, uma vez aceita a nomeação, não retroagem à data da celebração do contrato.
- (c) Inexistente indicação de pessoa, no prazo previsto no Código Civil (5 dias) ou em outro estipulado pelas partes, o contrato se extingue.
- (d) Se a pessoa a nomear era incapaz no momento da nomeação, o contrato não produz efeitos em relação aos contratantes originários.
- (e) Todas as alternativas são incorretas.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.2635

Origem

Considerando-se a disciplina introduzida pelo novo Código Civil, identifique o candidato a resposta INCORRETA :

TJ-SC :: Juiz
TJSC
2003

- (a) De regra, para a validade do aval prestado por um dos cônjuges é necessária a autorização do outro cônjuge.
- (b) De regra, para a validade da fiança prestada por um dos cônjuges é indispensável a autorização do outro cônjuge.
- (c) No regime de separação absoluta de bens, para a validade da fiança e do aval prestados por um dos cônjuges, faz-se indispensável a autorização do outro.
- (d) Exceto no regime de separação absoluta de bens é sempre necessária a autorização do outro cônjuge para a validade da fiança e do aval prestados.
- (e) O juiz pode suprir a outorga do cônjuge que se recusar, sem justo motivo, a autorizar a prestação de fiança ou aval.

Assuntos relacionados

Q.2636

Origem

Aplicando as disposições do Código Civil de 2002, assinale a alternativa **INCORRETA**, relativamente à CURADORIA DOS BENS DO AUSENTE:

TJ-SC :: Juiz
TJSC
2003

- (a) O cônjuge do ausente, separado de fato há menos de 2 (dois) anos antes da declaração de ausência, é seu legítimo curador.
- (b) Viúvo o declarado ausente, legítimo curador será o seu pai.
- (c) No exercício da curadoria dos bens do ausente, o filho mais velho prefere ao mais novo.
- (d) Na falta de cônjuge vivo, de ascendentes ou descendentes do ausente, legítimo curador de seus bens será o colateral mais próximo.
- (e) Na falta de cônjuge vivo, de ascendentes ou descendentes do ausente, incumbe ao juiz a escolha do curador.

Assuntos relacionados

Bens

Q.2637

Origem

Em tema de DOAÇÃO, consideradas as disposições do Código Civil em vigor, é correto afirmar-se que:

TJ-SC :: Juiz
TJSC
2003

- (a) É válida a estipulação, pelo doador, de que os bens doados revertam ao patrimônio de terceiro, sobrevivendo ele ao donatário.
- (b) De regra, a doação em comum a mais de uma pessoa entenda-se distribuída entre elas por igual, entretanto, se os donatários forem marido e mulher a doação subsistirá na sua totalidade, para o cônjuge sobrevivente, na hipótese de morte de um deles.
- (c) O doador pode renunciar antecipadamente ao direito de revogar a doação por ingratidão do donatário.
- (d) A doação não pode ser revogada, no caso de calúnia praticada contra o doador pelo donatário, se este é descendente do doador.
- (e) No caso de homicídio doloso, praticado pelo donatário contra o doador, o direito à revogação pode ser exercido pelos herdeiros do donatário, ainda que o doador houver externado, de forma válida, o seu perdão.

Assuntos relacionados

Bens

Q.2638

Origem

Consideradas as disposições do Código Civil em vigor, assinale, dentre as alternativas abaixo, a correta:

TJ-SC :: Juiz
TJSC
2003

- (a) Além da propriedade, a enfiteuse também esta inscrita como direito real.
- (b) A anticrese não se constitui em direito real de garantia.
- (c) O direito do promitente comprador do imóvel constitui-se em direito real.
- (d) A habitação e o uso não são previstos como direitos reais.
- (e) As rendas expressamente constituídas sobre imóveis caracterizam-se como direitos reais.

Assuntos relacionados

Q.2639

Origem

A LESÃO é vício de consentimento previsto no atual Código Civil.
Assinale, então, entre as alternativas seguintes, a INCORRETA :

TJ-SC :: Juiz
TJSC
2003

- (a) A lesão tem como um dos seus pressupostos a premente necessidade daquele que se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- (b) A lesão ocorre, também, quando alguém, por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- (c) A lesão não é causa de anulação do negócio jurídico, se o favorecido concordar com a redução do proveito que obteve.
- (d) A desproporção entre as prestações há que considerar, para que haja lesão, os valores vigentes quando da celebração do negócio jurídico.
- (e) Há lesão, ainda quando a manifesta desproporcionalidade entre o valor da prestação a que se obriga alguém e o valor da prestação oposta, decorrer de fato superveniente.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Capítulo 92

TRT 14^a

92.1 TRT 14^a:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.2640

Origem

Quanto ao pagamento das obrigações é correto afirmar:

TRT 14^a:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14^a
2003

- (a) compreende a reparação do dano, mais juros simples, desde o ajuizamento da inicial;
- (b) compreende a reparação do dano, mais juros ordinários, desde o evento;
- (c) qualquer interessado na extinção da dívida pode pagá-la, usando, se o credor se opuser, dos meios conducentes à exoneração do devedor.
- (d) além dos juros ordinários, à satisfação compreende juros simples, a partir da citação inicial;
- (e) todas as alternativas são incorretas.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

Q.2641

Origem

Nas diversas espécies de sociedade a responsabilidade dos sócios é:

TRT 14^a:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14^a
2003

- I) ilimitada de todos os sócios, por todas as obrigações assumidas, nas em comandita simples;
 - II) ilimitada de todos os sócios, por todas as obrigações assumidas, nas sociedades em nome coletivo;
 - III) limitada ao valor nominal das ações, nas sociedades anônimas;
 - IV) ilimitada de todos os sócios, nas sociedades em comandita por ações;
- Assinale a resposta:

Assuntos relacionados

Sociedade

- (a) todas as afirmativas estão corretas;
 - (b) apenas a afirmativa IV está incorreta;
 - (c) apenas as afirmativas I, III e IV estão incorretas;
 - (d) apenas as afirmativas I e IV estão incorretas;
 - (e) apenas a afirmativa I está incorreta.
-

Q.2642

Origem

Assinale a incorreta:

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14ª
2003

- (a) cabe ao Ministério Público, como fiscal da lei, velar pelos interesses das pessoas jurídicas de Direito Público;
- (b) o que determina a intervenção do Ministério Público nos processos é o interesse público e não o interesse da Fazenda Pública;
- (c) cabe a qualquer das partes e ao juiz, de ofício, respectivamente, promover e determinar a intimação do Ministério Público nas causas em que a lei considere obrigatória e a sua intervenção, sob pena de nulidade;
- (d) mesmo atuando na condição de fiscal da lei, tem o Ministério Público legitimidade autônoma para recorrer.
- (e) cabe ao MP intervir nas ações coletivas pela posse da terra.

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

Q.2643

Origem

O direito de nomear tutor cabe ao pai, à mãe, ao avô paterno e ao materno, na ordem em que cada um faltar. Assim:

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14ª
2003

- (a) válida é a nomeação de tutor pelo pai que ao tempo de sua morte não tinha o poder familiar;
- (b) é nula a nomeação de tutor pelo pai ou pela mãe que, ao tempo de sua morte, não tinha o poder familiar;
- (c) válida será a nomeação do tutor se, feita no exercício do pátrio poder, o genitor, ao falecer, não mais o possuíse, por interdição;
- (d) a tutela testamentária feita pelo pai será válida ainda que lhe sobreviva a mãe com capacidade para exercer o pátrio poder;
- (e) todas as alternativas estão incorretas.

Assuntos relacionados

Tutela
Curatela

Q.2644

Origem

A exceção do contrato não cumprido:

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14ª
2003

- I) é uma defesa oponível pelo contratante demandado contra oco-contratante inadimplente, em que o demandado se recusa a cumprir a sua obrigação, sob a alegação de não ter aquele que a reclama cumprido o seu dever;
 - II) pode ser argüida se houver renúncia;
 - III) não pode ser argüida se houver impossibilidade da prestação;
 - IV) pode ser argüida mesmo nos contratos de compra e venda a crédito.
- Assinale a resposta;

Assuntos relacionados

Contratos

- (a) todas as afirmativas estão corretas;
- (b) apenas a afirmativa II está incorreta;
- (c) apenas as afirmativas II e IV estão incorretas;
- (d) apenas a afirmativa IV está incorreta;
- (e) apenas as afirmativas I, II e IV estão incorretas;

Q.2645

Origem

Quanto ao processo de execução, assinale a alternativa correta:

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14ª
2003

- (a) contra a Fazenda Pública não haverá penhora e o juiz requisitará o precatório diretamente ao Poder Executivo;
- (b) o juiz pode conceder ao credor o usufruto de empresa, quando o reputar menos gravoso ao devedor e eficiente para o pagamento da dívida;
- (c) não é admitida a propositura da ação pelo Ministério Público, por se tratar de direito disponível;
- (d) quando o juiz decidir relação jurídica sujeita a condição ou termo, o credor poderá executar, de imediato, a sentença;
- (e) não é permitido ao credor cumular várias execuções contra o mesmo devedor, ainda que fundada em títulos diferentes.

Assuntos relacionados

Usufruto

Q.2646

Origem

No tocante aos bens é correto dizer:

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 14ª
2003

- (a) que são fungíveis os imóveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade;
- (b) os bens naturalmente divisíveis podem se tornar indivisíveis por vontade das partes;
- (c) para efeitos legais as energias que tenham valor econômico são consideradas bens imóveis;
- (d) O penhor agrícola é considerado bem móvel;
- (e) toda as alternativas estão corretas.

Assuntos relacionados

Bens

Capítulo 93

TRT 1ª

93.1 TRT 1ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.2647

Origem

Quando a questão prejudicial é alcançada pela autoridade da coisa julgada?

TRT 1ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 1ª
2003

- (a) Quando a prescrição é pronunciada **ex officio** ;
- (b) Quando a hipótese é de decadência;
- (c) Quando do retorno dos autos à Vara de origem, a prejudicial integrar a parte dispositiva da sentença, por ter sido decretada a nulidade em grau revisional pela falta de apreciação daquela questão;
- (d) Quando for pronunciada a prescrição em matéria patrimonial em audiência;
- (e) Na hipótese de ação declaratória incidental quando a apreciação da prejudicial se dá no dispositivo.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Q.2648

Origem

Recebendo uma petição inicial, o Juiz constata a decadência; o procedimento correto seria o de:

TRT 1ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 1ª
2003

- (a) julgar extinto o processo sem julgamento do mérito, eis que constatada evidente carência do direito de ação;
- (b) declarar o processo extinto sem julgamento do mérito, já que ausente pressuposto básico para sua constituição e prosseguimento;
- (c) decretar a extinção do processo com julgamento do mérito;
- (d) conceder o prazo de 15 dias para o autor apresentar emenda objetivando sanar a falha verificada;
- (e) não tomar qualquer providência de ofício, porquanto a declaração de extinção só pode ocorrer se houver manifestação da parte interessada.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Q.2649

Origem

Assinale a assertiva correta:

TRT 1ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 1ª
2003

- (a) o prazo decadencial pode ser suspenso ou interrompido nos casos previstos em lei;
- (b) o juiz deve conhecer de ofício o prazo decadencial convencional;
- (c) é vedado o conhecimento de ofício do prazo prescricional, em qualquer hipótese;
- (d) a prescrição admite renúncia expressa antes de consumado o prazo respectivo;
- (e) os prazos de prescrição podem ser convencionalmente alterados.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Q.2650

Origem

Assinale a proposição correta:

TRT 1ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 1ª
2003

- (a) a citação sempre interrompe a prescrição;
- (b) a citação nunca interrompe a prescrição;
- (c) a citação válida, ainda que determinada por juiz incompetente, interrompe a prescrição;
- (d) só a citação válida e quando determinada por juiz competente é que interrompe a prescrição;
- (e) a citação, ainda que invalidada, se determinada por juiz competente interrompe a prescrição.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Q.2651

Origem

Assinale a proposição correta: A obrigação **propter rem** :

TRT 1ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 1ª
2003

- (a) Prende o titular de um direito real em virtude de sua condição de proprietário ou possuidor;
- (b) Não basta o abandono do direito real para que se livre o devedor da obrigação;
- (c) A obrigação não se transmite aos sucessores a título singular do devedor;
- (d) Sempre decorre da manifestação expressa ou tácita da vontade do devedor;
- (e) A mera condição de possuidor não tem o condão de atrair esta obrigação para o titular do direito real.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

Q.2652

Origem

Assinale a assertiva correta:

TRT 1ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 1ª
2003

- (a) nas obrigações alternativas a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou;
- (b) nas obrigações alternativas ocorre a indivisibilidade, admitida somente nas prestações anuais a faculdade de opção em cada período;
- (c) nas obrigações alternativas ocorre a indivisibilidade, admitido, nas prestações periódicas, o exercício do **jus variandi** em cada período;
- (d) nas obrigações alternativas se, por culpa do devedor, não se puder cumprir nenhuma das prestações, não competindo ao devedor a escolha, ficará aquele obrigado a pagar o valor da que por último se impossibilitou, mais as perdas e danos que o caso determinar;
- (e) nenhuma das respostas acima está correta.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

Q.2653

Origem

Na conformidade com o que dispõe o novo Código Civil, marque com "V" a assertiva verdadeira e com "F" a falsa, assinalando, em seguida, a opção correspondente

TRT 1ª: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 1ª
2003

() independentemente de seu objeto, considera-se sociedade simples a sociedade cooperativa, podendo a responsabilidade dos sócios ser limitada ou ilimitada, dispensada sua inscrição na Junta Comercial, uma vez que não desenvolve atividade mercantil

Assuntos relacionados

() a sociedade estrangeira, qualquer que seja seu objeto, não poderá funcionar no País, ainda que por estabelecimentos subordinados, sem autorização do Poder Executivo, sendo-lhe facultado, para conceder a autorização, estabelecer condições convenientes à defesa dos interesses nacionais

Sociedade personificada

() a obrigação de reparar dano causado, independentemente de culpa, far-se-á nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem

() a interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á por protesto cambial; pela apresentação do título de crédito em juízo de inventário ou em concurso de credores; somente por despacho do juiz competente que ordenar a citação, devendo o interessado promovê-la no prazo e na forma da lei processual; por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor e por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.

- (a) F, V, V, F.
- (b) V, F, V, F.
- (c) V, V, F, F.
- (d) F, F, F, V.
- (e) F, V, F, V.

Q.2654

Origem

Aponte abaixo o texto afirmativo correto:

TRT 1ª: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 1ª
2003

(a) Independentemente de seu objeto, consideram-se empresárias a sociedade simples e as cooperativas;

(b) O empresário casado precisa da outorga uxória para alienar imóvel que integre o patrimônio da empresa, salvo se casado pelo regime da comunhão parcial de bens;

(c) O sócio ostensivo da Sociedade em Conta de Participação não pode jamais admitir novos sócios;

(d) É facultado aos cônjuges contratarem sociedade entre si, ou com terceiros, desde que o regime da sociedade conjugal não seja o da comunhão universal ou o da separação obrigatória de bens;

(e) A maioria civil é atualmente alcançada aos 18 (dezoito) anos, todavia, com esta idade, a autorização paterna ou equivalente, é imprescindível para que seja exercido o direito de ação perante o poder público.

Assuntos relacionados

Sociedade

Q.2655

Origem

De acordo com o Código Civil:

I - A contribuição em prestação de serviços para a integralização do capital social de sociedade limitada depende de avaliação feita por 3 (três) peritos ou por empresa especializada, nomeados em reunião ou assembléia dos sócios;

II - Podem os cônjuges, ou a entidade familiar, mediante escritura pública ou testamento, destinar parte de seu patrimônio para instituir bem de família, desde que não ultrapasse dois terços do patrimônio líquido existente ao tempo da instituição, mantidas as regras sobre a impenhorabilidade do imóvel residencial estabelecida em lei especial;

III - Incorre de pleno direito o devedor na cláusula penal, desde que, culposamente, deixe de cumprir a obrigação ou se constitua em mora;

IV - Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito ou causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito;

V - A deliberação em assembléia dos sócios de sociedade limitada será obrigatória se o número de sócios for superior a 7 (sete). Marque:

- (a) Se estão corretos os itens II e IV e errado o item III;
- (b) Se errado está o item III, mas certos os itens I e V;
- (c) Se o item IV está correto, estando errados os itens II e V;
- (d) Estando errado o item V e corretos os itens I e II;
- (e) Se estão errados os itens I e IV, e correto o item III.

TRT 1ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 1ª
2003

Assuntos relacionados

Sociedade

Q.2656

Origem

Trata-se de contrato comutativo, aquele que:

- (a) Pode ter a estimativa da prestação avaliada pelas partes no momento em que se aperfeiçoa;
- (b) Tem a estimativa da prestação aleatória, dependendo de circunstâncias supervenientes ao momento em que se aperfeiçoa;
- (c) Tem como característica fundamental a equivalência das prestações;
- (d) Tem a estimativa da prestação aleatória, ao menos por uma das partes, que não pode antecipar o montante da prestação que receberá, em troca da que fornece;
- (e) Sempre tem a estimativa das prestações aleatória, e para ambas as partes.

TRT 1ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 1ª
2003

Assuntos relacionados

Contratos

Q.2657

Origem

Assinale a assertiva correta:

TRT 1ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 1ª
2003

- (a) os atos jurídicos são anuláveis: por incapacidade relativa do agente, por vício resultante de erro, dolo, coação, simulação, lesão e fraude contra credores;
- (b) os atos jurídicos são anuláveis: por incapacidade relativa do agente, por vício resultante de erro, dolo, coação, simulação, estado de perigo, lesão, fraude contra credores;
- (c) os atos jurídicos são anuláveis: por incapacidade relativa do agente, por vício resultante de erro, dolo, coação, simulação, estado de perigo, lesão, fraude contra credores e nos demais casos expressos em lei;
- (d) os atos jurídicos são anuláveis: por incapacidade relativa do agente, por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão, fraude contra credores e nos demais casos expressos em lei;
- (e) os atos jurídicos são anuláveis: por incapacidade relativa do agente, por vício resultante de erro, dolo, coação, simulação, estado de perigo, lesão, fraude contra credores e quando o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.

Assuntos relacionados

Fatos jurídicos

Q.2658

Origem

No crime de difamação a exceção da verdade é admissível quando:

TRT 1ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 1ª
2003

- (a) O agente é incapaz, e portanto, devida a verificação da falsidade da imputação;
- (b) O ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções;
- (c) O ofendido macula a honra subjetiva do agente anteriormente ao fato criminoso por este praticado;
- (d) O agente é funcionário público e o fato que lhe é imputado efetivou-se fora do exercício funcional;
- (e) O fato é praticado mediante paga ou promessa de recompensa.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2659

Origem

Quais as espécies de tipo?

TRT 1ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 1ª
2003

- (a) Tipos subjetivos, legitimadores e privilegiados;
- (b) Tipos normativos e objetivos;
- (c) Tipos permissivos, derivados, privilegiados e omissivos;
- (d) Tipos permissivos ou justificadores e tipos incriminadores;
- (e) Tipos comissivos, derivados e incriminadores.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2660

Origem

Ocorre fraude à execução em virtude:

TRT 1ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 1ª
2003

- (a) da alienação dos bens do devedor após citado este para o pagamento.
- (b) da alienação dos bens do devedor a qualquer tempo, devendo ser examinada em ação dita pauliana ajuizada na Justiça Comum.
- (c) da ausência de satisfação ou garantia do que devido, até o prazo de 48 horas após ter sido efetivada a citação.
- (d) da alienação de bens, à época em que tramitava contra o executado demanda capaz de reduzi-lo à insolvência.
- (e) da alienação de bens do devedor, unicamente se reconhecido este como sócio da pessoa jurídica executada, observada a teoria da desconsideração da personalidade jurídica.

Assuntos relacionados

Bens

Q.2661

Origem

Não invalidam os negócios jurídicos:

TRT 1ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 1ª
2003

- (a) as condições física ou juridicamente impossíveis, quando suspensivas;
- (b) as condições ilícitas, ou de fazer coisa ilícita;
- (c) as condições incompreensíveis ou contraditórias;
- (d) as condições captatórias;
- (e) nenhuma das respostas acima.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.2662

Origem

Assinale a assertiva incorreta:

TRT 1ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 1ª
2003

- (a) na assunção de dívida, se a substituição do devedor vier a ser anulada, restaura-se o débito, com todas as suas garantias, salvo as garantias especiais por ele originariamente dadas ao credor.
- (b) dada a evicção da coisa renunciada por um dos transigentes, ou por ele transferida à outra parte, não revive a obrigação extinta pela transação.
- (c) se o credor for evicto da coisa recebida em pagamento, restabelecer-se-á a obrigação primitiva, ficando sem efeito a quitação dada, ressalvados os direitos de terceiros.
- (d) a compensação efetua-se entre dívidas líquidas, vencidas e de coisas fungíveis, sendo que a diferença de causa nas dívidas impede a compensação em qualquer hipótese.
- (e) obrigando-se por terceiro uma pessoa, não pode compensar essa dívida com a que o credor dele lhe dever.

Assuntos relacionados

Capítulo 94

TRT 20ª

94.1 TRT 20ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.2663

Considere as proposições em seguida:

I - As obrigações de fazer, infungíveis que são, somente poderão ser executadas pelo próprio devedor, sendo, pois, *intuitu personae*.

II - De acordo com o código civil, o ato de transformação independe de dissolução ou liquidação da sociedade, e obedecerá aos preceitos reguladores da constituição e inscrição próprios do tipo em que vai converter-se.

III - Em matéria de preferência e privilégio creditório, o crédito real prefere ao pessoal de qualquer espécie; o crédito pessoal privilegiado, ao simples; e o privilégio especial, ao geral.

IV - Na celebração de contrato por correspondência ou carta, segundo o sistema da informação, reputa-se concluído o negócio quando o proponente tem efetivo conhecimento da aceitação do oblato. Analisando-as, verifica-se:

- (a) apenas a I e a III estão incorretas;
- (b) apenas a IV está incorreta;
- (c) apenas a III e a IV estão incorretas;
- (d) apenas a I está incorreta;
- (e) apenas a II e a III estão incorretas.

Origem

TRT 20ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 20ª
2003

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

Q.2664

Origem

No tocante à obrigação natural é correto afirmar que:

TRT 20ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 20ª
2003

(a) há nela os elementos *debitum* e *obligatio*, segundo a teoria dualista de Brinz do vínculo jurídico obrigacional;

(b) se trata de uma consequência dos contratos bilaterais válidos;

(c) é sempre nula por ilicitude do objeto;

(d) não encontra previsão no direito brasileiro;

(e) é inexigível, entretanto, depois de validamente cumprida não enseja repetição.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

Q.2665

Origem

A procuração outorgada a vários procuradores com a esfera de atuação deles devidamente delimitada, cabendo a cada um agir apenas em seu setor, caracteriza:

- (a) mandato plural fracionário;
- (b) mandato plural solidário;
- (c) mandato plural conjunto;
- (d) mandato plural substituto;
- (e) mandato plural alternativo.

TRT 20ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 20ª
2003

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.2666

Origem

O itinerante tem por domicílio:

- (a) o Distrito Federal;
- (b) sua última residência conhecida;
- (c) a Capital do Estado em que por último tenha residido;
- (d) o lugar em que for encontrado;
- (e) a Capital do Estado em que tiver de ser demandado.

TRT 20ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 20ª
2003

Assuntos relacionados

Domicílio

Q.2667

Origem

A liberdade de contratar, segundo preceito expresso na lei civil, será exercida em razão e nos limites da função social do contrato PORQUE o código civil vigente traz uma maior preocupação com a dignidade da pessoa humana, quando visualiza o contrato como instrumento de integração do homem na sociedade.

TRT 20ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 20ª
2003

Assuntos relacionados

- (a) se as duas são verdadeiras e a segunda justifica a primeira;
- (b) se as duas são verdadeiras e a segunda não justifica a primeira;
- (c) se a primeira é verdadeira e a segunda é falsa;
- (d) se a primeira é falsa e a segunda é verdadeira;
- (e) se as duas são falsas.

Contratos

Q.2668

Origem

Para que se possa, sob o fundamento na teoria da imprevisão, atingir o contrato, é necessário que ocorram os seguintes requisitos de apuração certa, exceto :

TRT 20ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 20ª
2003

Assuntos relacionados

- (a) vigência de um contrato de execução diferida ou continuada;
- (b) alteração radical das condições econômicas objetivas no momento da execução, em confronto com o ambiente objetivo no da celebração;
- (c) onerosidade excessiva para um dos contratantes e benefício exagerado para o outro;
- (d) imprevisibilidade da modificação;
- (e) a ordinariedade com que acontece o fato causador do enriquecimento sem causa.

Contratos

Q.2669

Origem

Em ação de cobrança, que seguia o procedimento ordinário, o autor alegou haver firmado com o réu contrato verbal de mútuo. O réu, no entanto, esclareceu já haver pago o débito, tendo, inclusive, testemunhas que presenciaram o pagamento. Após a réplica, as partes ingressaram nos autos, requerendo a dispensa da audiência de tentativa de conciliação prevista no art. 331 do Código de Processo Civil, por não terem qualquer interesse em realizar a conciliação. Nesse caso, deve o juiz:

TRT 20ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 20ª
2003

Assuntos relacionados

Contratos

- (a) julgar antecipadamente a lide;
- (b) designar audiência de instrução e julgamento;
- (c) proferir despacho saneador independentemente de audiência;
- (d) realizar a audiência de conciliação, fixando os pontos controvertidos inclusive;
- (e) tornar prejudicada a conciliação, não realizando a audiência.

Q.2670

Origem

Analise as proposições abaixo, à luz do Código Civil atual:

I - A natureza jurídica do rio Tietê, cujo percurso, desde sua nascente, limita-se ao estado de São Paulo, acerca de sua classificação, é de bem público de uso comum federal.

II - O pacto de melhor comprador é o pacto adjeto à compra e venda em que o comprador de coisa móvel ou imóvel fica com a obrigação de oferecê-la a quem lha vendeu, para que este use do seu direito de comprá-la e ser novamente proprietário da coisa.

III - Configura-se o estado de perigo quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.

IV - O instrumento particular antedatado configura simulação, por isso, nulo o ato. Julgando-as, verifica-se que:

TRT 20ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 20ª
2003

Assuntos relacionados

Direito civil

- (a) todas estão incorretas;
- (b) apenas a II e a III estão corretas;
- (c) apenas a III está correta;
- (d) apenas a IV está correta;
- (e) apenas a II e a IV estão corretas.

Q.2671

Origem

A boa-fé pode estar configurada por um modelo de conduta social, onde se deve agir de acordo com determinados padrões, socialmente recomendados PORQUE representa a boa-fé subjetiva um estado psicológico da pessoa ou ao seu convencimento de estar agindo de forma a não prejudicar outrem numa relação contratual.

TRT 20ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 20ª
2003

Assuntos relacionados

Direito civil

- (a) se as duas são verdadeiras e a segunda justifica a primeira;
- (b) se as duas são verdadeiras e a segunda não justifica a primeira;
- (c) se a primeira é verdadeira e a segunda é falsa;
- (d) se a primeira é falsa e a segunda é verdadeira;
- (e) se as duas são falsas.

Q.2672

Origem

Na ação civil de improbidade administrativa:

TRT 20ª.: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 20ª
2003

- (a) é cabível o seqüestro de bens adquiridos antes do evento ilícito;
- (b) somente podem ser seqüestrados os bens adquiridos após o ato antijurídico, salvo aqueles que se enquadrem na categoria de imóveis impenhoráveis;
- (c) quaisquer bens podem ser seqüestrados, inclusive os que integram o patrimônio pessoal de quem perpetrrou a ilicitude, isso em face do princípio da abrangência de improbidade plural;
- (d) sem exceção de nenhuma natureza, somente poderão vir a ser seqüestrados os bens adquiridos após os fatos delituosos, bem como os valores acrescidos ao patrimônio do infrator;
- (e) como corolário do princípio da moralidade, o STF já determinou que todos os bens, indiscriminadamente, deverão ser seqüestrados. A razão de tal atitude, de acordo com a Suprema Corte, justifica-se pelo seguinte: seqüestrar todo e qualquer bem adstringe-se à teoria da intimidação, em razão da qual uma punição presente reparará tanto os atos ímprobos do passado quanto evitará os do futuro.

Assuntos relacionados

Bens

Capítulo 95

TRT 9ª

95.1 TRT 9ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.2673

Origem

CONSIDERE AS SEGUINTE PROPOSIÇÕES:

TRT 9ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 9ª
2003

I - O juiz pode suprir de ofício a alegação de prescrição quando favorecer a menores de 18 anos.

II - A prescrição pode ser interrompida pelo protesto cambial.

III - Deve o juiz conhecer de ofício da decadência legal ou convencional.

IV - Não corre o prazo de decadência contra os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.

Assuntos relacionados

V - A lei civil assegura expressamente aos absolutamente incapazes e às pessoas jurídicas ação contra os seus representantes legais, que derem causa à prescrição, ou não a alegarem oportunamente. Assinale a alternativa correta:

Prescrição
Decadência

- (a) todas as proposições estão incorretas
 - (b) estão corretas as proposições II, III e IV
 - (c) estão corretas as proposições I, II e III
 - (d) estão incorretas as proposições I, III e V
 - (e) estão incorretas as proposições I e IV
-

Q.2674

Origem

CONSIDERE AS SEGUINTE PROPOSIÇÕES:

I - No que respeita à responsabilidade civil, o sistema geral do Código Civil em vigor é o da responsabilidade civil subjetiva, que se funda na teoria da culpa.

II - Ao permitir ao devedor pedir a resolução do contrato em razão de onerosidade excessiva, desde que preenchidos requisitos específicos, a lei civil consagrou a teoria da imprevisão. Os efeitos da sentença que decretar a resolução do contrato retroagirão à data da citação.

III - Em razão do princípio da autonomia da vontade que informa os contratos, o valor da cominação imposta na cláusula penal poderá exceder o da obrigação principal.

IV - O inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, no seu termo, constitui de pleno direito em mora o devedor. Não havendo termo, a mora se constitui mediante interpelação judicial ou extrajudicial. Assinale a alternativa correta:

- (a) Apenas uma proposição está incorreta
- (b) Apenas duas proposições estão incorretas
- (c) Apenas três proposições estão incorretas
- (d) Todas as proposições estão incorretas
- (e) Todas as proposições estão corretas

TRT 9ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 9ª
2003

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

Q.2675

Origem

CONSIDERE AS SEGUINTE PROPOSIÇÕES:

I - Segundo a lei civil, como regra geral, ressalvados outros casos previstos em lei especial, a responsabilidade dos empresários individuais e das empresas pelos danos causados pelos produtos postos em circulação é subjetiva.

II - Aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Nos termos da lei civil, é responsável pela reparação civil o empregador, desde que haja culpa de sua parte, por seus empregados, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele.

III - Em todos os casos de responsabilidade indireta vigora o princípio do direito de regresso daquele que suporta seus efeitos contra aquele que tiver praticado o ilícito.

IV - A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal. Quais estão corretas?

- (a) Todas estão corretas
- (b) Apenas a IV
- (c) I, II e III
- (d) II e III
- (e) II e IV

TRT 9ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 9ª
2003

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

Q.2676

Origem

CONSIDERE AS SEGUINTE PROPOSIÇÕES:

I - A lei civil adota o princípio da não-presunção da solidariedade.
II - Por força da solidariedade passiva prevista na lei civil, cada um dos credores tem direito a exigir do devedor o cumprimento da prestação por inteiro.

III - Extingue-se a obrigação de não fazer, desde que, sem culpa do devedor, se lhe torne impossível abster-se do ato, que se obrigou a não praticar.

IV - Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou. Assinale a alternativa correta:

- (a) Todas as proposições estão corretas
- (b) Apenas três proposições estão corretas
- (c) Apenas uma proposição está correta
- (d) Apenas duas proposições estão corretas
- (e) Todas as proposições estão erradas

TRT 9ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 9ª
2003

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

Q.2677

Origem

ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA: Segundo o art. 982, do Código Civil, salvo as exceções expressas, considera-se empresária a sociedade que tem por objeto o exercício de atividade própria de empresário sujeito a registro. Independentemente de seu objeto, considera-se empresária a sociedade:

- (a) limitada
- (b) cooperativa
- (c) civil
- (d) por ações
- (e) de capital e indústria

TRT 9ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 9ª
2003

Assuntos relacionados

Sociedade

Q.2678

Origem

CONSIDERE AS SEGUINTE PROPOSIÇÕES:

I - No direito processual civil, o princípio *iura novit curia* (o juiz conhece o direito) é absoluto e isento de exceções.

II - Só são admitidas no processo civil as provas lícitas ou moralmente legítimas. O enunciado contempla o princípio da licitude da prova, tido pela doutrina e jurisprudência atuais como absoluto.

III - Segundo a lei processual civil, não dependem de prova: a] os fatos públicos; b] afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária; c] admitidos, no processo, como incontroversos; d] em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade. Quais estão corretas?

- (a) Somente a I e III
- (b) Somente I e II
- (c) Somente II e III
- (d) Todas estão corretas
- (e) Nenhuma

TRT 9ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 9ª
2003

Assuntos relacionados

Provas

Q.2679

Origem

ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA: Segundo a legislação processual civil, a petição escrita em que o requerente pleitear medida cautelar preparatória deverá conter necessariamente os seguintes requisitos:

TRT 9ª.: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 9ª
2003

- (a) a autoridade judiciária, a que for dirigida; a qualificação completa do requerente e requerido; a lide e seu fundamento; a exposição circunstanciada do direito ameaçado e o receio da lesão; as provas que serão produzidas.
- (b) a autoridade judiciária, a que for dirigida; a qualificação completa do requerente e requerido; a lide e seu fundamento; a exposição sumária do direito ameaçado e o receio da lesão; as provas que serão produzidas.
- (c) a distribuição por dependência; a qualificação completa do requerente e requerido; a lide e seu fundamento; a exposição sumária do direito ameaçado e o receio da lesão; as provas que serão produzidas.
- (d) a autoridade judiciária, a que for dirigida; a qualificação completa do requerente e requerido; a exposição sumária do direito ameaçado e o receio da lesão, sendo faculdade da parte indicar as provas que serão produzidas.
- (e) nenhuma das alternativas acima está correta.

Assuntos relacionados

Provas

Q.2680

Origem

CONSIDERE AS SEGUINTE PROPOSIÇÕES:

I - Segundo a lei civil, é também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde está exercida. Se a pessoa exercer a profissão em lugares diversos, cada um deles constituirá domicílio para as relações que lhe correspondam.

II - Segundo a lei civil, têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso.

III - Nos termos da lei civil, considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto. Como regra geral, são vedadas as condições perplexas e as puramente potestativas, afirmando a doutrina que a condição resolutiva puramente potestativa é admitida juridicamente.

IV - O Código Civil Brasileiro albergou a teoria do abuso de direito no art. 187: "Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes". Trata-se, segundo a doutrina, de categoria autônoma, de concepção objetiva e finalística. Quais estão corretas?

TRT 9ª.: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 9ª
2003

Assuntos relacionados

Domicílio

- (a) Todas as proposições estão corretas
- (b) Estão corretas apenas as proposições I, III e IV
- (c) Apenas a proposição II está correta
- (d) Apenas as proposições I e IV estão corretas
- (e) Estão erradas as proposições II e IV

Q.2681

Origem

Fulano de Tal foi condenado, em sentença trânsito em julgado, a prestar alimentos a vítima tornada inválida, em razão de ato ilícito. Como garantia do cumprimento da obrigação, ofereceu um imóvel de sua propriedade. No que diz respeito à indisponibilidade desse patrimônio é correto afirmar que:

TRT 9ª: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 9ª
2003

- (a) persistirá somente até a maioridade da vítima.
- (b) cessará quando a vítima completar 65 anos.
- (c) cessará, em regra, com a morte da vítima.
- (d) cessará se houver penhora do imóvel, deferida em processo de execução.
- (e) as letras "a" e "d" estão corretas.

Assuntos relacionados

Alimentos

Q.2682

Origem

Nas obrigações alternativas, quando a escolha couber ao devedor, que prazo este terá para exercer a opção e realizar a prestação, se outro prazo não lhe foi determinado em lei, no contrato ou na sentença? Indique a alternativa correta:

TRT 9ª: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 9ª
2003

- (a) 10 dias (CPC, art. 571)
- (b) 05 dias
- (c) 15 dias
- (d) 30 dias
- (e) nenhuma resposta está correta

Assuntos relacionados

Contratos

Q.2683

Origem

CONSIDERE AS SEGUINTE PROPOSIÇÕES:

I - Pendendo uma causa entre duas ou mais pessoas, o terceiro, que tiver interesse jurídico ou econômico em que a sentença seja favorável a uma delas, poderá intervir no processo para assisti-la.

II - A denúncia da lide é obrigatória aos devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns deles, parcial ou totalmente, a dívida comum.

III - Conforme o Código de Processo Civil, é admissível o chamamento ao processo daquele que estiver obrigado, pela lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda. Quais estão corretas?

TRT 9ª: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 9ª
2003

Assuntos relacionados

Contratos

- (a) Todas estão corretas
- (b) Somente a II e III
- (c) Somente a I
- (d) Somente I e II
- (e) Nenhuma

Q.2684

Origem

Castro Alves ajusta empréstimo em dinheiro a José Bonifácio e este, como garantia, vincula um imóvel ao contrato, em regime de hipoteca. A dívida tem prazo certo de vencimento, em 30-12-2003. O imóvel dado em garantia é penhorado por Rui Barbosa, em execução de título judicial. À vista do exposto e do que dispõe a legislação civil, indique a alternativa correta:

TRT 9ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 9ª
2003

Assuntos relacionados

Contratos

- (a) Castro Alves pode cobrar a dívida, independentemente do vencimento do prazo contratual.
- (b) Castro Alves terá de esperar o vencimento de seu contrato para cobrar a dívida.
- (c) Castro Alves necessariamente terá que notificar Rui Barbosa de sua condição de credor hipotecário e aguardar o vencimento do prazo de seu contrato para cobrar a dívida.
- (d) Castro Alves deverá aguardar o vencimento do prazo do contrato e, se não houver pagamento, poderá executar a hipoteca.
- (e) Castro Alves, para resguardar seus direitos, deverá opor embargos de terceiro contra Rui Barbosa.

Q.2685

Origem

CONSIDERE AS SEGUINTE PROPOSIÇÕES:

- I - A compra e venda não pode ter por objeto coisa futura.
- II - No contrato de compra e venda, a fixação do preço pode ser deixada ao arbítrio de terceiro ou ao arbítrio exclusivo de uma das partes.
- III - A tradição da coisa vendida, na falta de estipulação expressa, dar-se-á no lugar da celebração do contrato de compra e venda.
- IV - A lei civil autoriza expressamente a compra e venda entre cônjuges, com relação a bens excluídos da comunhão. Assinale a alternativa correta:

TRT 9ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 9ª
2003

Assuntos relacionados

Contratos

- (a) Apenas uma proposição está errada
- (b) Apenas duas proposições estão erradas
- (c) Apenas três proposições estão erradas
- (d) Todas as proposições estão erradas
- (e) Todas as proposições estão corretas

Q.2686

Origem

Considerando o que dispõe a lei civil sobre os bens, pode-se afirmar que:

- I - Consideram-se imóveis para os efeitos legais os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram e o direito à sucessão aberta.
- II - Os bens naturalmente divisíveis não podem se tornar indivisíveis por vontade das partes.
- III - Não dispondo a lei em contrário, consideram-se bens públicos de uso especial os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.
- IV - Os bens públicos também estão sujeitos a usucapião. Assinale a alternativa correta:

TRT 9ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 9ª
2003

Assuntos relacionados

Direitos reais

- (a) Apenas a proposição I está correta
- (b) Apenas as proposições I e III estão corretas
- (c) Apenas a proposição II está incorreta
- (d) Apenas a proposição IV está incorreta
- (e) Todas as proposições estão erradas

Q.2687

Origem

CONSIDERE AS SEGUINTE PROPOSIÇÕES:

I - A legislação civil em vigor considera absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil, dentre outros, os menores de dezesseis anos e os ausentes, declarados tais por ato do juiz.

II - Cessará para os menores a incapacidade, dentre outros casos, pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego.

III - Segundo o Código Civil em vigor, são pessoas jurídicas de direito público interno a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, os Municípios, as autarquias e os partidos políticos.

IV - Decai em quatro anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro. Assinale a alternativa correta:

- (a) Apenas uma proposição está errada
 - (b) Todas as proposições estão erradas
 - (c) Apenas duas proposições estão erradas
 - (d) Apenas três proposições estão erradas
 - (e) Todas as proposições estão corretas
-

TRT 9ª: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 9ª
2003

Assuntos relacionados

Capítulo 96

VUNESP

96.1 OAB-SP :: OAB

Q.2688

Se o quantum da pensão alimentícia for fixado judicial-mente, a pretensão para cobrar as prestações não pagas

- (a) prescreverá em cinco anos.
- (b) será imprescritível.
- (c) prescreverá em dois anos.
- (d) decairá em três anos.

Origem

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2003

Assuntos relacionados

Ação de alimentos

96.2 OAB-RN :: OAB

Q.2689

Assinale a alternativa correta.

- (a) Nos prazos decadenciais criados pela autonomia privada, a renúncia à decadência é nula tal qual o é quando fixada em lei.
- (b) A conversão do ato negocial nulo é o meio jurídico em virtude do qual, verificados certos requisitos, transforma-se em outro negócio jurídico o inicialmente nulo, com fim de salvaguardar, na medida do possível, o resultado prático que as partes visam com ele alcançar.
- (c) Os escritos em língua estrangeira poderão ser registrados aqui no original, para fins de conservação ou perpetuidade e também com o fim de produzirem efeitos jurídicos e legais, independentemente de tradução.
- (d) Tem direito a não testemunhar, em face do princípio da dignidade da pessoa humana, aquele que, se o fizer, desonrará o cônjuge, o convivente, qualquer parente, ou mesmo um amigo íntimo.

Origem

OAB-RN :: OAB
VUNESP
2003

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

96.3 OAB-SP :: OAB

Q.2690

Caio aciona Tício, menor impúbere, representado por sua mãe. Marque a variante correta.

- (a) Se já tiver ocorrido a prescrição, o juiz poderá indeferir a petição inicial, proferindo sentença extintiva do processo sem julgamento de mérito.
- (b) O juiz ordenará a regularização do pólo passivo, pois, sendo Tício menor impúbere, não pode ocupar a posição de réu.
- (c) Ainda que tenha ocorrido a prescrição, o juiz não pode reconhecê-la de ofício, razão pela qual deverá deter-minar a citação do réu.
- (d) Se já se tiver consumado a prescrição, o juiz poderá indeferir a petição inicial, proferindo sentença definitiva.

Origem

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2003

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Q.2691

Não se classifica como matéria preliminar a alegação de

- (a) coisa julgada.
- (b) prescrição.
- (c) incompetência absoluta.
- (d) inépcia da inicial.

Origem

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2003

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Q.2692

A coisa julgada pode se estender à motivação da sentença no caso de

- (a) acolhimento das alegações de prescrição ou decadência.
- (b) ações que versem sobre direitos não patrimoniais.
- (c) propositura de ação declaratória incidental.
- (d) revelia.

Origem

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2003

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Q.2693

É um dos efeitos jurídicos da solidariedade ativa, na relação entre co-credores e devedor:

- (a) a interrupção da prescrição, requerida por um co-credor, estender-se-á a todos, prorrogando-se, assim, a existência da ação correspondente ao direito creditório.
- (b) o credor que remitir a dívida responderá aos outros pela parte que lhes caiba.
- (c) o pagamento parcial feito por um dos devedores e a remissão por ele obtida não aproveitarão aos demais, senão até a concorrência da quantia paga ou relevada.
- (d) o devedor culpado pelos juros de mora responderá aos outros pela obrigação acrescida.

Origem

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2003

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Q.2694

Origem

Assinale a opção correta.

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2003

- (a) Se a causa da resolução da propriedade constar do próprio título constitutivo, seu efeito será ex nunc.
- (b) A construção de outro pavimento destinado a conter novas unidades imobiliárias requer a aprovação de 2/3 dos votos dos condôminos.
- (c) A destruição de vidros de vitrine por desordeiro é dano indireto e o estrago causado pelas chuvas aos artigos expostos, em razão de falta de vidro, é dano direto.
- (d) A perda de coisa com valor afetivo é dano moral indireto.

Assuntos relacionados

Propriedade

Q.2695

Origem

Assinale a alternativa falsa.

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2003

- (a) A posse - trabalho, para atender ao princípio da função social da propriedade, reduz o prazo da usucapião extraordinária de 15 para 10 anos e o da ordinária, de 10 para 5 anos, em se tratando de bem imóvel.
- (b) O mandatário, ao aceitar o encargo, passará a ter o direito de pedir ao mandante que adiante a importância das despesas necessárias à execução do mandato.
- (c) Se a mistura de coisas pertencentes a pessoas diversas for involuntária, sendo uma delas a principal, cada proprietário continuará a ter o domínio sobre o mesmo bem que lhe pertencia antes da mistura.
- (d) O portador de demência arteriosclerótica é considerado, havendo interdição, como absolutamente incapaz, devendo ser representado por um curador.

Assuntos relacionados

Propriedade

Q.2696

Origem

A desapropriação judicial de imóvel, fundada na posse-trabalho, dá-se quando houver posse por

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2003

- (a) 5 anos, sem oposição, de área rural não superior a 50 hectares, por quem não for proprietário de imóvel rural ou urbano.
- (b) mais de 5 anos, de uma extensa área, reivindicada pelo proprietário e traduzida em trabalho criador de um número considerável de pessoas, concretizado em construção de moradia ou em investimentos de caráter produtivo ou cultural, mediante pagamento de justo preço ao titular da propriedade, valendo a sentença como título para o registro da propriedade imobiliária em nome dos possuidores.
- (c) 5 anos, de área urbana de até 250 m² por quem, não sendo proprietário de imóvel urbano ou rural, a utilizar para sua moradia.
- (d) 10 anos, independentemente de título e boa fé, de imóvel, por quem nele estabelecer morada habitual e realizar obras produtivas.

Assuntos relacionados

Propriedade

Q.2697

Origem

Se o transmitente de bem móvel, que o possui em nome próprio, passar a possuí-lo em nome do adquirente, ter-se-á aquisição da propriedade mobiliária por

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2003

- (a) tradição real.
- (b) tradição simbólica.
- (c) traditio breve manu.
- (d) constituto possessório ou tradição ficta.

Assuntos relacionados

Propriedade

96.4 OAB-RN :: OAB

Q.2698

Origem

Assinale a alternativa correta.

OAB-RN :: OAB
VUNESP
2003

- (a) As obrigações decorrentes de competições esportivas são exigíveis. O participante pode cobrar judicialmente a entrega do prêmio oferecido ao pretenso vencedor, desde que tenha obedecido às prescrições legais e regulamentares.
- (b) Não há direito de repetição mesmo quando a dívida de jogo foi ganha com dolo, ou se o perdente for incapaz.
- (c) A prestação de serviço não poderá ser convencionada por mais de quatro anos. Se, decorrido este prazo, a obra não estiver concluída, prorrogar-se-á automaticamente o contrato.
- (d) Mesmo quando o mútuo for feito a menor, sem prévia autorização do seu representante legal, o mutuante poderá reaver coisa emprestada do mutuário ou de seus fiadores.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

96.5 OAB-SP :: OAB

Q.2699

Origem

"A", "B" e "C" são devedores solidários de "D" pela quantia de R\$ 60.000,00) "D" renuncia à solidariedade em favor de "A". Com isso

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2003

- (a) "D" perde o direito de exigir de "A" prestação acima de sua parte no débito, isto é R\$ 20.000,00) "B" e "C" responderão solidariamente por R\$ 40.000,00, abatendo da dívida inicial de R\$ 60.000,00 a quota de "A". Assim os R\$ 20.000,00 restantes só poderão ser reclamados daquele que se beneficiou com a renúncia da solidariedade.
- (b) "D" pode cobrar de "A" uma prestação acima de R\$ 20.000,00; "B" e "C" responderão solidariamente pelos R\$ 60.000,00.
- (c) "D" perde o direito de exigir de "A" prestação acima de sua parte no débito e "B" e "C" continuarão respondendo solidariamente pelos R\$ 60.000,00.
- (d) "A", "B" e "C" passarão a responder, ante a renúncia da solidariedade, apenas por sua parte no débito, ou seja, cada um deverá pagar a "D" R\$ 20.000,00.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

96.6 OAB-RN :: OAB

Q.2700

Origem

Assinale a alternativa correta.

OAB-RN :: OAB
VUNESP
2003

- (a) O revel em processo civil, não poderá produzir provas mesmo comparecendo em tempo oportuno.
- (b) É cabível recurso extraordinário para reapreciar provas desde que obtidas por meios ilícitos.
- (c) O Ministério Público tem legitimidade para recorrer no processo em que oficiou como *custos legis*, ainda que não haja recurso da parte.
- (d) Não cabe recurso especial contra acórdão proferido em julgamento de agravo de instrumento.

Assuntos relacionados

Provas

96.7 OAB-SP :: OAB

Q.2701

Origem

Assinale a alternativa indicativa da ordem da produção das provas em audiência.

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2003

- (a) Tentativa de conciliação, depoimento do autor, depoimento do réu, esclarecimentos periciais.
- (b) Esclarecimentos periciais, depoimento do autor, depoimento do réu, oitiva de testemunhas.
- (c) Tentativa de conciliação, esclarecimentos periciais, depoimento do autor, depoimento do réu.
- (d) Depoimento do autor, depoimento do réu, oitiva de testemunhas, esclarecimentos periciais.

Assuntos relacionados

Provas

Q.2702

Origem

Locatário ajuizou ação indenizatória contra o locador, para ser ressarcido dos vultosos gastos com reparos na rede hidráulica do prédio locado e, desde então, deixou de pagar os aluguéis. Com o processo já em fase de provas, o locador aforou ação de despejo por falta de pagamento, contra o locatário. Este, ao defender-se nessa ação, em preliminar, na contestação, poderá argüir

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2003

Assuntos relacionados

Provas

- (a) litispendência, pela unicidade da relação jurídica, que é a locação.
- (b) conexão, por ser comum o objeto das duas ações, que é o contrato locatício.
- (c) continência, pela relação de prejudicidade a evitar julgamento conflitante de ações análogas.
- (d) que essas preliminares são incabíveis, porque as ações não se fundam no mesmo fato jurídico.

Q.2703

Origem

João instituiu como seus herdeiros: Mateus, seu tio. Paulo, seu irmão. Maria, Augusta e Beatriz, filhas de seu irmão Rodrigo e, ainda, Roberto e Eduardo, filhos de sua irmã Salette. Sua herança deverá ser dividida

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2003

- (a) em 7 porções idênticas.
- (b) em 3 porções idênticas.
- (c) em 4 porções idênticas, pois as pessoas nomeadas coletivamente equiparam-se às indicadas individualmente, visto que a divisão da herança operar-se-á, em relação a elas, por estirpe.
- (d) 2/7 para Paulo e Mateus; 3/7 para as filhas de Rodrigo e 2/7 para os filhos de Salette.

Assuntos relacionados

Sucessão legítima

Q.2704

Origem

Se forem nomeados herdeiros "A" com 1/6 da herança, "B" com 2/6 e "C" com 3/6, sendo substitutos entre si. Se "A" não aceitar a herança, sua quota será dividida

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2003

- (a) entre "B" e "C", recebendo cada um metade de 1/6 de "A".
- (b) entre "B" e "C", recebendo "B" uma parcela de 1/6 e "C", duas parcelas daquele 1/6.
- (c) em partes iguais aos seus substitutos A e B.
- (d) entre "B" e "C" na mesma proporção fixada pelo testador, logo "B" receberá duas partes de 1/6 de "A" e "C", três partes de 1/6 de "A".

Assuntos relacionados

Sucessão legítima

Q.2705

Origem

É absolutamente incapaz, para atuar como testemunha testamentária,

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2003

- (a) o cego.
- (b) o testamenteiro.
- (c) o funcionário do cartório em que se lavra a disposição de última vontade.
- (d) o estrangeiro.

Assuntos relacionados

Sucessão testamentária

Q.2706

Origem

Romper-se-á o testamento se

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2003

- (a) o testador dispuser de sua metade, não contemplando herdeiros necessários de cuja existência saiba.
- (b) ocorrer superveniência de descendente sucessível ao testador, que não tinha ou não o conhecia quando testou.
- (c) o testador manifestar vontade contrária à que se encontra expressa no anterior.
- (d) herdeiro nomeado desamparou o autor da herança, sendo descendente seu, com o intuito de atentar contra sua vida.

Assuntos relacionados

Sucessão testamentária

96.8 OAB-PE :: OAB

Q.2707

Indique a afirmativa correta.

- (a) A coisa dada em consignação não poderá ser penhorada, nem será suscetível de seqüestro pelos credores do consignatário, mesmo quando tiver pago integralmente o seu preço.
- (b) O empreiteiro que, sem justa causa, vier a suspender a execução da obra, deverá pagar ao comitente uma indenização correspondente ao dano emergente e aos lucros cessantes.
- (c) Se o doador foi dolosamente assassinado pelo donatário, seus herdeiros poderão revogar a liberalidade feita, mesmo que o doador, antes de falecer, tenha perdoado o seu algoz.
- (d) Se o seguro for pessoal, a soma estabelecida na apólice tão-somente indicará o limite máximo da responsabilidade do segurador, devendo-se averiguar se não houve causa eliminatória daquela responsabilidade e a extensão do dano sofrido, mediante provas adequadas.

Origem

OAB-PE :: OAB
VUNESP
2003

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

96.9 OAB-RN :: OAB

Q.2708

Assinale a alternativa correta.

- (a) Considera-se a contento a compra e venda em que se estipulou que o comprador pode trocar por outra coisa vendida se não lhe agradar.
- (b) Na permuta *rei speratae*, atribui-se mais importância à esperança e à probabilidade do que à coisa, devendo o outro permutante entregar a coisa ajustada.
- (c) Retrocessão é a operação securitária em que duas ou mais seguradoras, com a concordância do segurado, compartilham em percentuais previamente estabelecidos os riscos de uma apólice de seguro, respondendo, cada co-segurado, unicamente pelo limite da responsabilidade assumida.
- (d) Resseguro é a operação pela qual o segurador, preventivamente, contrata seguro para diminuir os riscos assumidos em seguros vultosos ou de perigo exacerbado, compartilhando o risco com mais resseguradoras.

Origem

OAB-RN :: OAB
VUNESP
2003

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

96.10 OAB-SP :: OAB

Q.2709

Doação com cláusula de reversão é

- (a) uma constituição de renda a título gratuito.
- (b) a que, sob aparência de mera liberalidade, revela o propósito do doador de retribuir serviço prestado pelo donatário.
- (c) a feita em comum a várias pessoas, distribuída por igual entre elas, sendo obrigação divisível, exceto disposição em contrário que venha a estabelecer que a parte do que faltar acresça à do que vier a sobreviver.
- (d) aquela em que o doador estipula que o bem doado retorne ao seu patrimônio se sobreviver ao donatário.

Origem

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2003

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.2710

Origem

O depósito de bagagem dos hóspedes nas hospedarias onde estiverem é modalidade de depósito

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2003

- (a) irregular.
- (b) convencional.
- (c) necessário.
- (d) voluntário.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.2711

Origem

O prazo para revogar doação por ingratidão é

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2003

- (a) decadencial de um ano, contado do conhecimento do fato pelo próprio doador.
- (b) prescricional de 4 anos, contado da ciência do fato.
- (c) decadencial de 2 anos, a partir da data da prática dos atos ofensivos.
- (d) prescricional de 5 anos, contado do dia em que o doador soube da ingratidão.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.2712

Origem

Superveniência de filho adotivo

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2003

- (a) não acarreta a revogação de doação de imóvel anterior à adoção, feita pelo adotante a terceiro.
- (b) pode gerar a redução de doação vultosa feita pelo adotante.
- (c) não causa o rompimento de testamento do adotante, feito antes da adoção.
- (d) só causa rompimento de testamento feito posteriormente à adoção, apenas se no ato de última vontade houver a distribuição de imóveis em legados.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.2713

Origem

Assinale a opção correta.

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2003

- (a) Não se pode, no direito brasileiro, declarar morte presumida, sem antes decretar ausência, indicando curador.
- (b) Há responsabilidade solidária pelos danos causados pelo tutor a tutelado, não só daquele que tinha o dever de fiscalizar a atividade do tutor como daquele que tiver concorrido para a causação dos referidos prejuízos.
- (c) A hipoteca legal concedida a incapaz sobre imóvel de tutor, já devidamente inscrita, não poderá ser cancelada, mesmo que o patrimônio do menor seja de valor considerável e o tutor tenha reconhecida idoneidade.
- (d) A curatela do enfermo ou portador de deficiência física opera-se por interdição, nomeando-se curador cuja autoridade se limitará apenas à pessoa do curatelado, não se estendendo à regência de seu patrimônio.

Assuntos relacionados

Tutela
Curatela

Q.2714

Origem

"A" deve a "B", R\$ 8.000,00. "C", amigo de "A", sabendo do débito, pede ao credor que libere "A", ficando "C" como devedor. No caso está configurada a

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2003

- (a) novação subjetiva ativa.
- (b) novação subjetiva passiva por delegação.
- (c) novação objetiva.
- (d) novação subjetiva passiva por expromissão.

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

Q.2715

Origem

A consignação extrajudicial é

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2003

- (a) meio indireto de o devedor exonerar-se do liame obrigacional, consistente no depósito judicial da coisa devida, nos casos e formas legais.
- (b) aquela em que o devedor, ou terceiro interessado na extinção do débito pecuniário, deposita o pagamento do quantum devido em estabelecimento bancário oficial, onde houver, e não havendo em banco privado, situado no local do pagamento, em conta com atualização monetária, cientificado o credor por carta com aviso de recepção, dando prazo de 10 dias para manifestação de recusa.
- (c) meio indireto de o devedor exonerar-se da obrigação consistente no depósito em juízo ou em estabelecimento bancário da quantia devida.
- (d) a substituição, nos direitos creditórios, daquele que solveu obrigação alheia.

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

Q.2716

Origem

Se "A" deve pagar a "B" R\$ 200.000,00 ou entregar-lhe o imóvel "X", que se tornou inalienável,

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2003

- (a) o credor poderá exigir ou a prestação subsistente ou o valor da outra, com perdas e danos.
- (b) o negócio será válido somente quanto à prestação restante, aplicando-se a tese da redução do objeto.
- (c) a obrigação extinguir-se-á, liberando-se as partes.
- (d) o devedor fica obrigado a pagar o valor da última prestação, que se impossibilitou, mais as perdas e danos.

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

Q.2717

Origem

A operação de mútua quitação entre credores recíprocos é

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2003

- (a) confusão.
- (b) compensação.
- (c) imputação.
- (d) transação.

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

96.11 OAB-PE :: OAB

Q.2718

Assinale a alternativa correta.

- (a) Se o menor foi entregue pelos pais a outrem, a autorização para que ele contraia casamento não poderá ser concedida pela pessoa a quem se fez tal entrega, mesmo quando não for possível o consentimento dos pais, quando então se recorre ao suprimimento judicial.
- (b) As causas suspensivas da celebração do casamento podem ser opostas pelos parentes sangüíneos ou afins, bem como pelo Ministério Público, na qualidade de representante da sociedade.
- (c) O assento do matrimônio deverá ser lavrado no livro do registro imediatamente após a cerimônia nupcial. Sua falta não invalidará o casamento, mesmo que haja dolo ou culpa do oficial.
- (d) Ocorrendo o divórcio direto ou o por conversão da separação judicial, mantém-se o direito do cônjuge de manter o nome de casado mesmo havendo novas núpcias.

Origem

OAB-PE :: OAB
VUNESP
2003

Assuntos relacionados

Casamento

96.12 OAB-SP :: OAB

Q.2719

No regime de participação final dos aqüestos,

- (a) se um dos cônjuges vier a pagar débito do outro, utilizando bens de seu patrimônio, o valor desse pagamento, sem atualização monetária, deverá ser imputado na data da dissolução do casamento, à meação do outro consorte.
- (b) há presunção juris et de jure de que os bens móveis foram adquiridos durante o casamento.
- (c) se não houver convenção antenupcial admitindo a livre disposição dos bens imóveis particulares, nenhum dos cônjuges poderá aliená-los sem a anuência do outro.
- (d) o cônjuge pode renunciar e ceder o seu direito à meação durante a vigência desse regime matrimonial de bens.

Origem

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2003

Assuntos relacionados

Casamento

Q.2720

A ignorância de moléstia grave e transmissível por contágio ou hereditariedade, preexistente ao casamento, capaz de pôr em risco a saúde do outro consorte ou de sua descendência, é caso suscetível de

Origem

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2003

Assuntos relacionados

- (a) declaração de nulidade absoluta do casamento.
- (b) separação judicial litigiosa.
- (c) divórcio litigioso direto como sanção.
- (d) declaração de nulidade relativa do casamento.

Casamento

Q.2721

Origem

É anulável o casamento

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2003

- (a) por incompetência *ratione loci* do celebrante.
- (b) entre afins em linha reta.
- (c) por incompetência *ratione materiae* do celebrante.
- (d) de enfermo mental sem necessário discernimento para os atos da vida civil.

Assuntos relacionados

Casamento

Q.2722

Origem

Por ser causa suspensiva da celebração do casamento, não deve casar

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2003

- (a) o cônjuge sobrevivente com o condenado por homicídio ou tentativa de homicídio contra o seu consorte.
- (b) o menor em idade núbil, quando não autorizado por seu representante legal.
- (c) o divorciado, enquanto não houver sido homologada ou decidida a partilha dos bens do casal.
- (d) a pessoa portadora de doença mental grave.

Assuntos relacionados

Casamento

Q.2723

Origem

Quanto à concessão de alimentos provisórios à companheira comprovada de homem solteiro, pode-se afirmar que é

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2003

- (a) incabível pela ausência de parentesco com o companheiro.
- (b) cabível como ação cautelar pela união estável.
- (c) incabível, por comportar pedido de tutela antecipada em ação de reconhecimento de união estável.
- (d) cabível, diante de inequívoca e prévia prova documental da união na ação de alimentos.

Assuntos relacionados

Alimentos

96.13 OAB-PE :: OAB

Q.2724

Origem

Assinale a alternativa correta.

OAB-PE :: OAB
VUNESP
2003

- (a) Havendo melhoramentos em bem restituível, em razão de dispêndio por parte do devedor, em todo e qualquer contrato, o credor deverá pagá-los ao devedor.
- (b) A desproporção das prestações, ocorrendo lesão, deverá ser apreciada, segundo valores vigentes no momento da execução do negócio jurídico, pela técnica pericial e avaliada pelo magistrado.
- (c) A correção judicial do contrato, se requerida pela parte, em razão de desproporção manifesta entre o valor da prestação devida e o do momento de sua execução pode dar-se, quer nos contratos de execução imediata, quer nos de execução continuada.
- (d) Uma vez convencionada a condição resolutiva expressa, o contrato rescindir-se-á automaticamente, fundando-se no princípio da obrigatoriedade dos contratos, justificando-se quando o devedor estiver em mora.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.2725

Origem

Indique a alternativa correta.

OAB-PE :: OAB
VUNESP
2003

(a) Se terceiro anuir em executar a prestação e não a cumprir, o promitente, por estar equiparado ao fiador, será obrigado a indenizar pelo inadimplemento daquele dever assumido.

(b) A cláusula *exceptio non adimpleti contractus*, que se prende ao contrato bilateral, aplica-se no caso de inadimplemento parcial da prestação.

(c) Em que pese a proibição de contratar entre cônjuges, poderá um deles alienar seus bens particulares ao outro, independente do regime de bens.

(d) A venda a contento é a cláusula que subordina o contrato à condição de ficar este desfeito se o comprador não se agrada da coisa; esta cláusula é inserida tão somente no contrato de compra e venda de gêneros que se costumam provar, medir, pesar ou experimentar antes de aceitos.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.2726

Origem

É correto afirmar que

OAB-PE :: OAB
VUNESP
2003

(a) *Emptio rei sperate* é uma modalidade de contrato aleatório em que um dos contraentes, na alienação da coisa futura, toma para si o risco relativo à existência da coisa, ajustando um preço, que será devido integralmente, mesmo que nada se produza, sem que haja culpa do alienante.

(b) o comissário tem o dever de obrar com cuidado a diligência necessária para a boa guarda e conservação dos bens, evitando dano ao comitente e proporcionandolhe os lucros que do negócio possam advir, por isso também responderá pela insolvência da pessoa com quem vier a contratar.

(c) se se comprovar que os juros da mora não cobrem as perdas e danos, não havendo cláusula penal, o órgão judicante poderá conceder ao credor uma indenização suplementar que abranja todo o prejuízo por ele sofrido.

(d) se houver cláusula expressa de exclusão da garantia, sem que o adquirente haja assumido o risco da evicção de que foi informado, não terá direito de reaver o preço que desembolsou.

Assuntos relacionados

Contratos

96.14 OAB-RN :: OAB

Q.2727

Origem

Assinale a alternativa correta.

OAB-RN :: OAB
VUNESP
2003

(a) Se o vendedor promete vender o bem, se vier a adquirilo de terceiro, ter-se-á promessa de compra e venda e não contrato de compra e venda.

(b) A falta de capacidade civil negocial impede que se celebrem contratos de compra e venda.

(c) As despesas com quaisquer outros melhoramentos sobre o imóvel devem ser ressarcidas, independentemente de autorização do vendedor.

(d) No contrato estimatório, o consignante há de ser, necessariamente, o proprietário da coisa entregue ao consignatário, para que este possa dela dispor e pague no prazo determinando o preço estipulado ou a devolva.

Assuntos relacionados

Contratos

96.15 OAB-SP :: OAB

Q.2728

Origem

Em determinado contrato particular, as partes convencionam remeter à arbitragem qualquer disputa que eventualmente advier no curso da execução contratual. A esta avença dá-se o nome de cláusula

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2003

- (a) de expromissão.
- (b) de prelação.
- (c) compromissória.
- (d) de eleição arbitral.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.2729

Origem

Sulpício celebrou contrato de compra e venda com Tício e a mulher deste, Cornélia. Com o objetivo de o anular, ingressou com demanda judicial em face de Tício. A sentença julgou-a procedente. Diante dessa decisão, Cornélia

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2003

- (a) pode ingressar nos autos, a qualquer tempo, mediante petitio simplex dirigida ao órgão singular, alegando que o processo deve ser anulado por se tratar de litisconsórcio necessário.
- (b) pode interpor recurso de apelação, no prazo de 15 dias, alegando que a sentença não pode subsistir por se tratar de litisconsórcio necessário.
- (c) pode interpor recurso de apelação, no prazo de 15 dias, na condição de assistente simples de Tício.
- (d) não pode recorrer, na medida em que não é parte na demanda e considerando que, pelo atual Código Civil, o marido é substituto processual da mulher.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.2730

Origem

Contrato com declarações intervaladas, sob o prisma de sua formação, é aquele em que

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2003

- (a) se estabelece prazo para a espera da resposta a uma oferta feita.
- (b) a proposta é obrigatória ao solicitante.
- (c) estando o oblato ausente, o proponente deverá aguardar lapso de tempo suficiente para que a oferta chegue ao destinatário, calculando-se o tempo conforme o meio de comunicação utilizado, tendo-se em vista a demora normal de entrega e retorno.
- (d) a oferta não obriga o proponente que, depois de tê-la feito, se arrepender desde que a retratação chegue ao conhecimento do oblato antes da proposta ou ao mesmo tempo que ela.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.2731

A emissão de título de crédito que não representa qualquer negócio, feita pelo marido, em favor de amigo, antes da separação judicial, para prejudicar a mulher na partilha de bens, é passível de nulidade absoluta, por estar configurada a

- (a) simulação relativa objetiva.
- (b) simulação absoluta.
- (c) reserva mental.
- (d) simulação relativa subjetiva.

Origem

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2003

Assuntos relacionados

Títulos de crédito

Q.2732

Assinale a opção correta.

- (a) O legatário pode entrar na posse da coisa legada por autoridade própria, visto que a posse direta do bem legado se lhe transmite ope legis no instante da morte do testador.
- (b) Se ao tempo da abertura da sucessão, já houver nascido o fideicomissário, adquirirá este a nua-propriedade dos bens fideicomitidos, convertendo-se em usufruto o direito do fiduciário pelo tempo previsto no testa-mento.
- (c) O testamenteiro pode adquirir bens da herança.
- (d) O testamento de emergência ou o testamento particular excepcional, escrito de próprio punho e assinado pelo testador em risco de vida, sem qualquer testemunha, não poderá ser confirmado a critério do juiz.

Origem

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2003

Assuntos relacionados

Usufruto

96.16 OAB-RN :: OAB

Q.2733

Assinale a alternativa correta.

- (a) Se o marido autorizou a inseminação artificial heteróloga, não poderá negar a paternidade, em razão da origem genética, mas admitir-se-á a investigação de paternidade, com idêntico fundamento.
- (b) O empresário casado pode, sem necessidade de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integram o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus reais.
- (c) A extinção da comunhão, em qualquer hipótese, por si só faz nascer a responsabilidade dos cônjuges pelas dívidas que foram contraídas por qualquer deles na constância do casamento.
- (d) As funções de tutor ficam sob inspeção judicial. A figura do pró-tutor surge quando o juiz nomeia-o substituto do tutor.

Origem

OAB-RN :: OAB
VUNESP
2003

Assuntos relacionados

Q.2734

Origem

Assinale a alternativa correta.

OAB-RN :: OAB
VUNESP
2003

- (a) A legislação pátria veda qualquer intervenção ou tratamento médico que exponha o paciente a risco de vida, sem que haja o consentimento, decorrente do prévio conhecimento do paciente das razões da tentativa, quer do tratamento quer da cirurgia.
- (b) Nas hipóteses de conflito entre o nome identificador da pessoa na sociedade e o registral, deverá constar no registro a forma registrada e não aquela pela qual a pessoa é conhecida.
- (c) Se alguém exerce a sua profissão em lugares diversos, deverá eleger, obrigatoriamente, um deles para se constituir o seu domicílio.
- (d) A impossibilidade absoluta do objeto existe só em relação ao sujeito, à pessoa a quem incumbe cumprir a prestação pactuada.

Assuntos relacionados

Direito civil

96.17 OAB-PE :: OAB

Q.2735

Origem

Assinale a alternativa correta.

OAB-PE :: OAB
VUNESP
2003

- (a) Ninguém poderá, juntamente com outrem, ainda que marido e mulher, dispor de parte de seus bens, em favor de alguém, em um só testamento.
- (b) Não havendo parente sucessível, o companheiro
- (a) sobrevivente terá direito à totalidade do acervo hereditário alusivo ao patrimônio obtido, de modo gratuito ou oneroso, durante a convivência.
- (c) Se o testador, ao testar, já tinha conhecimento da prática de ato ofensivo contra sua pessoa ou contra seus familiares, e mesmo assim contempla o ofensor no testamento, o indigno não poderá suceder no limite da disposição testamentária.
- (d) O cônjuge supérstite, independente do regime de bens do casamento, concorrerá, segundo a legislação vigente, não só com os descendentes como também com os ascendentes do falecido.

Assuntos relacionados

Bens

Q.2736

Origem

Marque a afirmação correta.

OAB-PE :: OAB
VUNESP
2003

- (a) Se um filho vier a falecer sem ter iniciado a ação de prova de sua filiação, sendo maior e capaz, seus herdeiros poderão vindicar um estado que o finado por alguma razão pessoal não quis sustentar.
- (b) Exige-se a escritura pública para a efetivação da adoção de maiores de dezoito anos, por ser ela um negócio jurídico solene; será imprescindível o registro do referido ato.
- (c) Se os nubentes não escolherem o regime de bens, deixando de fazer o pacto antenupcial, ou se nula for a convenção por eles feita, vigorará o regime legal - o regime de participação final dos aqüestos.
- (d) O empresário casado poderá, sem necessidade de outorga conjugal, independente do regime de bens, alienar os imóveis que integram o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus reais.

Assuntos relacionados

Bens

96.18 OAB-SP :: OAB

Q.2737

Companheiro, na concorrência com colateral de 3º grau do falecido, na sua sucessão quanto aos bens onerosamente adquiridos na vigência da união estável, fará jus a:

- (a) 1/2 do que couber ao colateral.
- (b) 1/3 daquela herança.
- (c) 1/4 daquela herança.
- (d) quota equivalente ao que, legalmente, couber ao colateral.

Origem

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2003

Assuntos relacionados

Bens

Q.2738

Gaio propõe aforar pendenga em relação a Paulo, julgada procedente para o fim de condenar o réu ao pagamento de indenização. A sentença transita em julgado. Na seqüência, Gaio deverá promover

- (a) execução por quantia certa contra devedor solvente, requerendo a citação de Paulo para pagar ou nomear bens à penhora.
- (b) execução por quantia certa contra devedor solvente, requerendo a intimação de Paulo para pagar ou nomear bens à penhora.
- (c) processo de liquidação por cálculo do contador, se o valor devido não estiver delimitado.
- (d) intimação de Paulo para cumprir a sentença, sob pena de dar início à execução lato sensu.

Origem

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2003

Assuntos relacionados

Bens

Q.2739

Na substituição fideicomissária, o fiduciário terá o direito de

- (a) prestar caução de restituir os bens fideicomitidos, se lho exigir o fideicomissário.
- (b) indenizar as benfeitorias úteis e necessárias que aumentarem o valor da coisa fideicometida.
- (c) ter propriedade restrita e resolúvel da herança ou do legado.
- (d) proceder ao inventário dos bens fideicomitidos.

Origem

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2003

Assuntos relacionados

Bens

Q.2740

Assinale a alternativa falsa.

- (a) No Brasil é inadmissível que pessoa, em pleno gozo de suas faculdades mentais, mas portadora de deficiência física, tenha seu patrimônio administrado por curador.
- (b) Como não há mais obrigatoriedade de hipoteca legal dos bens do tutor, a inscrita em conformidade com o inciso IV do art. 827 do Código Civil de 1916 poderá ser cancelada.
- (c) A tutela terminará em relação ao pupilo se ele atingir a maioridade, for emancipado, cair sob o poder familiar em caso de reconhecimento ou adoção, se alistar ou for sorteado para serviço militar ou falecer.
- (d) Aquele que tiver em seu poder mais de três filhos poderá, se o quiser, escusar-se à tutela testamentária, legítima ou dativa.

Origem

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2003

Assuntos relacionados

Bens

Q.2741

Origem

No curso da execução, ao credor poderão ser adjudicados bens penhorados

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2003

- (a) se o devedor não for localizado.
- (b) se o devedor não opuser embargos à execução.
- (c) sempre que assim o desejar.
- (d) se à praça não ocorrerem licitantes.

Assuntos relacionados

Bens

Q.2742

Origem

Cornélia e Fúlvio são casados e estão em processo de separação litigiosa. Fúlvio, irritado com o comportamento da mulher, resolveu destruir todos os bens comuns do casal que estão em sua posse. Cornélia, visando impedir esse proceder e salvaguardar ditos bens, deverá mover ação cautelar incidental de

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2003

- (a) busca e apreensão.
- (b) seqüestro.
- (c) arresto.
- (d) separação de corpos.

Assuntos relacionados

Bens

96.19 OAB-PE :: OAB

Q.2743

Origem

Assinale a alternativa cuja assertiva está correta.

OAB-PE :: OAB
VUNESP
2003

- (a) Seja onerosa ou gratuita a concessão da superfície, o superficiário arcará com o pagamento de todos os encargos ou ônus, inclusive fiscais, que incidirem sobre o imóvel.
 - (b) O dono do prédio serviente não terá direito de remover a servidão de um local para outro que seja mais favorável à sua utilização.
 - (c) O usufruto, em qualquer hipótese ou situação, estender-se-á aos acessórios da coisa e seus acréscidos, em razão de consequência natural do direito real que o vincula ao bem.
 - (d) O desmembramento do ônus real liberará o devedor originário da responsabilidade de continuar pessoalmente obrigado se, executada a hipoteca, o produto não bastar para o pagamento da dívida.
-

Assuntos relacionados

Q.2744

Pode-se afirmar que

(a) se o representante vier a efetivar negócio jurídico consigo mesmo no seu interesse ou por conta de outrem, anulável será tal ato, independentemente da autorização do representado.

(b) dolo positivo vem a ser a manobra astuciosa que constitui uma omissão dolosa ou reticente para induzir um dos contratantes a realizar determinado negócio.

(c) a dissimulação provoca falsa crença num estado não real, quer enganar sobre a existência de uma situação não verdadeira, tornando nulo o negócio.

(d) a requerimento de qualquer interessado, será declarada a morte presumida do ausente, após dez anos do trânsito em julgado da sentença da abertura da sucessão provisória, sem que o ausente apareça, ou cinco anos depois das últimas notícias do desaparecido que conte com oitenta anos de idade.

Origem

OAB-PE :: OAB
VUNESP
2003

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

96.20 OAB-RN :: OAB

Q.2745

Assinale a alternativa correta.

(a) Algumas declarações de vontade são emitidas e dirigidas a determinado destinatário infungível, em razão do interesse deste, no conteúdo da declaração. São as declarações não receptícias.

(b) A boa fé negocial traduz-se no dever de cada parte agir de forma a não defraudar a confiança da outra parte, alcançando todos os participantes da relação jurídica, não importando o ponto de vista psicológico de uma das partes, servindo como norte e padrão de conduta a ser seguido.

(c) A condição de representante deve ser comprovada pelo título que lhe concede o *dominus negotii* e o poder de representar. O mandato não pode existir sem representação.

(d) Existem casos em que a presença de um erro, por mais que seja relevante, não importa a possível anulação do negócio. O Código Civil não permite a retificação de declaração de vontade quando caracterizado o chamado erro de cálculo.

Origem

OAB-RN :: OAB
VUNESP
2003

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.2746

Assinale a alternativa correta.

(a) O estado de perigo caracteriza-se como uma situação de desequilíbrio entre a prestação e a contra-prestação, grave, que autoriza o prejudicado a anular o negócio.

(b) No estado de necessidade, exige-se que o perigo tenha sido causado voluntariamente pelo autor do dano e que este seja inevitável.

(c) Na coação, a parte possui violento temor de dano, que dela toma conta, e a faz participar de negócio excessivamente oneroso.

(d) A coação exercida por terceiro, quando insciente a parte que dela se aproveita, não vicia o negócio jurídico, mas subsistirá, devendo tão somente o terceiro coator responder civilmente pelos prejuízos causados à vítima da coação.

Origem

OAB-RN :: OAB
VUNESP
2003

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.2747

Origem

Assinale a alternativa correta.

OAB-RN :: OAB
VUNESP
2003

- (a) A mora está caracterizada independentemente da possibilidade de o credor obter o cumprimento do restante da obrigação devida.
- (b) A entrega gratuita de bem em cumprimento à obrigação natural é considerada doação.
- (c) A infungibilidade resulta da própria natureza da relação intersubjetiva, ou da manifestação da vontade das partes, estabelecendo de forma expressa a pessoalidade da prestação.
- (d) Na doação remuneratória, há um dever jurídico exigível pelo donatário; por isso o doador sente-se no dever moral de remunerá-lo em virtude da prestação de algum serviço realizado em seu favor.

Assuntos relacionados

Q.2748

Origem

Assinale a alternativa correta.

OAB-RN :: OAB
VUNESP
2003

- (a) Os deficientes mentais com discernimento reduzido são privados dos atos da vida civil porque absolutamente incapazes.
- (b) O ordenamento jurídico brasileiro só reconhece o fim da personalidade da pessoa natural pela morte física ou pela declaração de ausência após longo processo, previsto nos Códigos Civil e Processual Civil, daí a necessidade de decretação de ausência para ser declarada a morte presumida.
- (c) Averbação consiste na anotação feita à margem de assento já existente sobre determinado fato jurídico, que o modifica ou acautela. Para que ocorra qualquer averbação no registro civil é indispensável a audiência do Ministério Público.
- (d) Com a morte de um indivíduo, certos direitos são-lhe assegurados e devem ser respeitados, em função de sua personalidade, que se projeta no tempo. Em razão disso, quaisquer familiares do morto terão legitimidade para, em Juízo, exigir a cessação de ameaça ou lesão a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos.

Assuntos relacionados

Parte VIII

2002

Capítulo 97

CESPE

97.1 AGU :: Procurador Federal

Q.2749

Julgue os itens subseqüentes, referentes à responsabilidade civil, inclusive por danos causados ao meio ambiente e ao consumidor, previstos, respectivamente, no Código Civil, na Lei n.º6.938/1981 e na Lei n.º8.078/1990.

- () A responsabilidade civil decorrente de dano ecológico exclui a possibilidade de responsabilização penal ou administrativa.
- () A responsabilidade civil objetiva foi adotada para o dano ambiental, consoante a Lei n.º6.938/1981.
- () No Código Civil, a regra é a da responsabilidade civil objetiva, assim como no Código Brasileiro de Defesa do Consumidor.
- () Na responsabilização civil por dano ecológico, há necessidade de se provar a culpa do agente.
- () No Código Civil, os relativamente incapazes são passíveis de responsabilização civil.

Origem

AGU :: Procurador Federal
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

97.2 Senado Federal :: Consultor Legislativo (Área 3)

Q.2750

Origem

Fábio, com quinze anos de idade, dirigia embriagado e atropelou Flávia, com 23 anos de idade, tendo agido com culpa. Marco, pai de Fábio e dono do veículo, possuidor de capacidade plena, proibiu seu filho de dirigir a partir daquele momento, pois, antes, deixava a chave do carro à disposição de Fábio. Flávia, em decorrência do atropelamento, ficou paraplégica. Com base na situação hipotética apresentada e considerando a legislação civil vigente relativa à responsabilidade civil por ato ilícito e obrigações solidárias, julgue os itens que se seguem.

Senado Federal :: Consultor
Legislativo (Área 3)
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

- () Fábio e Marco são solidariamente responsáveis pelo dano causado a Flávia.
- () Marco é responsável pelo evento em razão de o causador do dano ser seu filho Fábio - culpa in vigilando - e por ter deixado a chave à disposição deste.
- () Flávia, ao ingressar com ação indenizatória, pode movê-la contra Fábio, contra Marco ou contra ambos.
- () Caso houvesse obrigação solidária passiva no exemplo apresentado, a solidariedade seria decorrente da vontade das partes.
- () Se Fábio tivesse dezessete anos de idade, a situação jurídica com relação à solidariedade se modificaria.

Q.2751

Origem

A firma Varejista Camargo, que costumeiramente vende bens, vendeu a Lima um computador da marca Mishiba, que vinha sendo exposto a intempéries cotidianamente. Lima convidou Júlio para jogarem juntos no novo computador. Procurou o manual de instruções de instalação do produto e verificou que este não havia sido fornecido pelo fabricante. Mesmo assim, ligou o computador, que explodiu. Júlio foi ferido e teve seu rosto totalmente queimado. Considerando a situação hipotética apresentada à luz da legislação civil vigente relativa à responsabilidade civil, ao fato do produto e à defesa do consumidor, julgue os itens a seguir.

Senado Federal :: Consultor
Legislativo (Área 3)
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

- () Por se tratar de produto industrial, ao fabricante caberia prestar as informações a respeito do computador, por meio de impressos apropriados, que devem acompanhar o produto.
- () No caso, o estabelecimento comercial Varejista Camargo pode ser responsabilizado.
- () Supondo que haja defeito de fabricação no computador, a firma Varejista Camargo, caso indenize Júlio, poderá mover ação regressiva contra o fabricante Mishiba, pedindo restituição de parte do que pagou.
- () Por ter sido a compra realizada por Lima, Júlio não tem direito de pedir indenização.
- () Nesse caso, entre Lima e a firma Varejista Camargo não há relação de consumo, sendo que Lima e Júlio não são consumidores perante a situação descrita.

97.3 AGU :: Advogado Geral da União

Q.2752

Origem

Referente aos defeitos dos atos jurídicos e às obrigações, julgue os itens a seguir.

AGU :: Advogado Geral da União
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

() Na obrigação de dar coisa certa, o devedor cumpre integralmente a obrigação se entregar coisa mais valiosa e não tiver agido com dolo (defeito do ato jurídico que causa a nulidade do ato).

() Extingue-se a obrigação de não fazer na hipótese de se tornar impossível ao devedor abster-se do fato, ainda que por sua culpa.

() Nas obrigações indivisíveis com pluralidade de devedor, cada um será obrigado pela dívida toda. O devedor que paga a dívida sub-roga-se no direito do credor em relação aos outros coobrigados.

() A solidariedade não se presume: resulta da lei ou da vontade das partes. É anulável a obrigação solidária resultante da vontade das partes, quando a declaração de vontade do devedor emanou de erro substancial.

() Toda obrigação firmada entre agentes capazes, com objeto lícito e forma prescrita ou que não seja defesa em lei - e não ocorrendo defeito que conduza à anulação do ato -, inevitavelmente opera efeitos entre as partes e entre seus herdeiros.

97.4 AGU :: Procurador Federal

Q.2753

Origem

Suponha que Alberto (devedor), jogador inveterado, contraiu dívida de jogo com Pedro (credor), em janeiro de 1960. Em face dessa situação, considerando a legislação civil vigente relativa às obrigações, à prescrição e à decadência, julgue os itens que se seguem.

AGU :: Procurador Federal
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

() Caso Alberto tivesse pago a dívida em janeiro de 2001, Pedro seria obrigado a devolver a quantia paga.

() Pedro poderia ter entrado com ação de cobrança contra Alberto em janeiro de 1964.

() Na obrigação referida, há os elementos dever de Alberto de pagar (debitum) e a responsabilidade que alcança o patrimônio de Alberto (obligatio), que caracterizam as obrigações civis, segundo a teoria dualista de Brinz do vínculo jurídico obrigacional.

() Alberto, caso pague a Pedro, não poderá recobrar o valor pago.

() Nessa circunstância, há uma obrigação natural, razão pela qual Alberto não pode compensar a sua dívida com outro crédito que possua em relação a Pedro.(ANULADA)

97.5 Senado Federal :: Consultor Legislativo (Área 3)

Q.2754

Origem

Julgue os itens abaixo, relativos às modalidades de obrigações.

Senado Federal :: Consultor
Legislativo (Área 3)
CESPE
2002

- () Se Jurandir obrigou-se a entregar a Jonas um veículo e um animal, ele firmou uma obrigação composta cumulativa.
- () Se José obrigou-se a entregar a Cícero duas sacas de café, ele firmou uma obrigação divisível.
- () Se existirem vários devedores solidários passivos, cada um deles responde pela dívida inteira.
- () A obrigação do advogado, em regra, é uma obrigação de meio.
- () A obrigação do transportador de passageiros, em regra, é uma obrigação de resultado.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

Q.2755

Origem

Quanto à tutela específica do art. 461 do CPC e ao processo de execução, julgue os itens seguintes.

Senado Federal :: Consultor
Legislativo (Área 3)
CESPE
2002

- () Nas ações para a obtenção da tutela nas obrigações de fazer, optando o autor pela conversão em perdas e danos, só poderá obter a quantia convertida após prévia liquidação e por meio de processo de execução autônomo, segundo o rito dos artigos que cuidam da execução para pagamento de quantia certa contra devedor solvente, se o devedor não cumprir voluntariamente o preceito condenatório previsto na sentença.
- () A exceção de pré-executividade é medida excepcional que visa extinguir o processo de execução, quando ao título faltar algum requisito indispensável, exigindo-se, no caso, a garantia do juízo com depósito da quantia executada ou indicação de bens à penhora.
- () A multa prevista no §4.º do art. 461, fixada pelo juiz em sede de antecipação de tutela, somente pode ser executada a partir do trânsito em julgado da sentença final.
- () O STJ entende ser penhorável, e portanto não ser alcançado pelo benefício instituído pela Lei n.º 8.009/1990, o bem que retornou ao patrimônio dos devedores por força de ação pauliana.
- () O terceiro adquirente, prejudicado com a decisão que julga ineficaz, em relação ao credor do alienante, alienação feita em fraude à execução, pode pleitear o seu ingresso no feito como assistente do devedor ou propor oposição contra ambas as partes.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

Q.2756

Origem

Murilo - devedor - contraiu com Álvaro - credor -, seu filho e único herdeiro, uma dívida quérable de R\$ 100,00. Após o vencimento da dívida, murilo falece, sem que tenha havido o pagamento. Com base na situação descrita e considerando a legislação civil vigente relativa a obrigações bem como a doutrina a respeito da teoria geral das obrigações, julgue os itens a seguir.

- () A dívida, em regra, deveria ser paga no domicílio de Álvaro.
- () Na hipótese, houve forma de pagamento indireto com a extinção da obrigação.
- () No caso, não haverá a extinção da obrigação, enquanto não houver pagamento em dinheiro.
- () Na situação hipotética, há a figura da remissão da dívida com a sua conseqüente extinção.
- () Se Murilo tivesse outros herdeiros, a dívida, em regra, não seria extinta totalmente.

Senado Federal :: Consultor
Legislativo (Área 3)
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

97.6 TJ-PA :: Juiz Substituto

Q.2757

Origem

Julgue os itens abaixo, relativos às modalidades das obrigações.

- () A obrigação civil, em contraste com a obrigação natural, pode ser exigida pelo credor. Na obrigação natural, o credor não tem o direito de exigir a prestação; em compensação, se o devedor, voluntariamente, efetua o pagamento, este não tem o direito de repeti-lo.
- () A obrigação líquida é certa quanto a sua existência e indeterminada quanto a seu objeto. A compensação só pode ser realizada para as dívidas líquidas.
- () A obrigação, imposta aos proprietários e inquilinos de um prédio, de não prejudicar a segurança, o sossego e a saúde dos vizinhos é denominada obrigação propter rem.
- () Se o objeto de uma obrigação for um animal, e este der cria, o devedor fica obrigado a entregá-la, juntamente com o animal, por ser a cria um fruto percebido que pertence ao credor.
- () Nas obrigações de dar coisa incerta, assim como nas obrigações de dar coisa certa, o devedor poderá alegar a perda ou deterioração da coisa.

TJ-PA :: Juiz Substituto
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

97.7 Senado Federal :: Consultor Legislativo (Área 3)

Q.2758

Origem

Com relação aos direitos do consumidor e ao CDC, julgue os itens abaixo.

Senado Federal :: Consultor
Legislativo (Área 3)
CESPE
2002

() O contrato entre uma loja estabelecida sob a forma de sociedade anônima e um comprador de bens para uso é um contrato de consumo.

() Uma pessoa natural que vende, uma vez na vida, um carro para outra é fornecedor, conforme o CDC.

() De acordo com o CDC, a responsabilidade civil é sempre objetiva.

() O prazo prescricional para a reparação de dano oriundo de fato do produto é quinquenário.

() O CDC, à semelhança do Código Civil vigente, contém expressa previsão de desconsideração da pessoa jurídica.

Assuntos relacionados

Sociedade

97.8 TCE-DF :: Auditor

Q.2759

Origem

Devido ao rompimento de um oleoduto, uma grande quantidade de óleo vazou para a Mata Atlântica, provocando danos significativos à fauna e à flora da região. Posteriormente, constatou-se que o acidente aconteceu em razão da negligência de três empregados da Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS) que trabalhavam no setor de manutenção. O Tribunal de Contas da União (TCU) realizou auditoria na referida empresa, com o objetivo de avaliar a eficiência e a eficácia dos sistemas operacionais e dos procedimentos adotados pela estatal, concernentes às atividades de proteção ao meio ambiente. Durante a elaboração do relatório da auditoria, alguns aspectos relacionados à questão foram debatidos pelos analistas do TCU, inclusive a possibilidade de haver lacunas na legislação que rege a matéria. Considerando o texto acima e sabendo que a PETROBRAS é uma sociedade de economia mista federal, exploradora de atividade econômica, julgue os itens seguintes.

TCE-DF :: Auditor
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Sociedade

- () No que se refere ao pagamento de indenização pelos prejuízos causados ao meio ambiente em decorrência do acidente citado no texto, a responsabilidade da PETROBRAS independe de dolo ou culpa de seus empregados, por força de expressa disposição constitucional que obriga empresas públicas e sociedades de economia mista a responderem objetivamente pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.
- () Os três empregados negligentes podem responder civilmente pelos eventuais prejuízos causados à PETROBRAS em razão do acidente citado no texto, com base na responsabilidade subjetiva decorrente da prática de ato ilícito.
- () Caso a PETROBRAS seja condenada, por meio de sentença judicial transitada em julgado, a pagar indenização pelos prejuízos decorrentes do acidente citado no texto, deve cumprir a decisão, mesmo que o seu posicionamento administrativo seja contrário a ela. Essa situação exemplifica o fato de que, assim como existe uma hierarquia entre as normas jurídicas, também as interpretações jurídicas são hierarquizadas.
- () A PETROBRAS, na condição de pessoa jurídica de direito privado, tem capacidade jurídica que se estende a vários campos do direito, abrangendo, por exemplo, direitos da personalidade, direitos reais e direitos obrigacionais.
- () Uma das formas de preenchimento de lacunas no ordenamento jurídico é a analogia. Para haver aplicação analógica, seja analogia legis ou analogia juris, é cumulativamente necessário que o caso sub judice não esteja previsto em norma jurídica, que o caso não-contemplado nas normas jurídicas tenha com o caso nelas previsto, pelo menos, uma relação de semelhança e que o elemento de identidade entre eles seja um elemento essencial.

97.9 Senado Federal :: Consultor Legislativo (Área 3)

Q.2760

Origem

Proposta pelo Banco do Povo S.A. ação de rito ordinário para exigir o cumprimento de obrigação assumida pelo estado de São Paulo, e que deveria ser satisfeita no Distrito Federal (DF) a fazenda pública paulista contestou o feito no 45.º dia do prazo, alegando, em preliminar de contestação, a incompetência absoluta do juízo *ratione personae* já que, sendo pessoa de direito público interno, possui foro privativo em uma das varas da fazenda pública, não se submetendo a julgamento pelo juízo cível. Juntamente com a apresentação da peça de defesa, ofertou exceção de incompetência relativa do foro de Brasília, já que, pela regra do art. 94 do Código de Processo Civil (CPC), a demanda deveria ter sido no foro do domicílio do réu, a capital do estado de São Paulo. O magistrado indeferiu de plano a exceção, por entendê-la intempestiva, e despachou no processo principal pelo acolhimento da preliminar de incompetência absoluta, remetendo os autos para distribuição a uma das varas da fazenda pública do DF. O estado de São Paulo agravou da decisão que rejeitou a exceção e o Banco do Povo S.A. agravou da decisão que acolheu a preliminar de incompetência absoluta. O juízo da vara da fazenda, ao receber os autos principais e os da exceção, entendendo que o foro competente seria o da capital do estado de São Paulo - domicílio do réu - despachou, remetendo os autos para aquela comarca. O juízo da vara cível, ao receber a cópia do agravo interposto pelo Banco do Povo S.A., retratou-se da decisão e, reconhecendo sua competência, oficiou ao juízo da Vara da Fazenda Pública, requisitando os autos de volta. Acerca dessa situação hipotética e da legislação pertinente, julgue os itens a seguir.

Senado Federal :: Consultor
Legislativo (Área 3)
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Domicílio

- () O juízo cível de Brasília não é competente para julgar ações movidas contra a fazenda pública do estado, pois este possui foro privativo em vara de fazenda pública.
- () O juízo de retratação do agravo interposto na exceção somente poderia ter por objeto a tempestividade da exceção, jamais o seu mérito, já que o agravo foi interposto contra a decisão que inadmitiu a exceção devido a sua intempestividade.
- () Havendo o juízo da vara da fazenda pública remetido os autos para a comarca de São Paulo, o relator do agravo interposto pelo Banco do Povo S.A. contra a decisão que acolheu a preliminar de incompetência absoluta deverá dá-lo por prejudicado, negando-lhe seguimento.
- () Se o agravado, em qualquer das hipóteses, não se conformar com o juízo de retratação exercido pelo magistrado prolator da decisão agravada, poderá interpor reclamação ao tribunal, com efeito suspensivo.
- () Se o juiz paulista a quem forem distribuídos os autos entender não ser competente, porque o foro seria o do local do cumprimento da obrigação, deverá suscitar conflito negativo de competência, que será dirimido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

97.10 TJ-PA :: Juiz Substituto

Q.2761

Origem

TJ-PA :: Juiz Substituto
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Alimentos

André, nascido em agosto de 1992, propôs, representado por sua mãe, ação de investigação de paternidade contra João alegando que sua mãe e o suposto pai mantiveram relações sexuais no período de sua concepção. O réu contestou negando que tivesse tido qualquer relacionamento com a mãe do autor. Havendo o réu negado o fato constitutivo do direito do autor, o juiz intimou este a se pronunciar a respeito da contestação. Em réplica, André alegou que sua mãe e o investigado viajaram juntos no período de sua concepção, juntando, inclusive, fotos da viagem e comprovantes do hotel onde ficaram hospedados. O juiz saneou o feito, deferiu a juntada das fotos e determinou a produção das provas orais requeridas pelas partes. Finda a instrução, proferiu sentença julgando procedentes os pedidos do autor, reconhecendo a paternidade de João em relação a André e condenando aquele a pagar a este pensão alimentícia no valor de dois salários mínimos, a partir do trânsito em julgado da decisão. O autor deixou transcorrer in albis o prazo para recurso, conformando-se com a sentença. O réu apelou pleiteando a nulidade da sentença a partir da réplica, sustentando que o autor, ao alegar fatos novos - a viagem de sua mãe e do investigado, não narrada na inicial -, alterou a causa de pedir sem o seu consentimento, o que é vedado pelo art. 264 do CPC. Intimado a responder o recurso, no último dia do prazo, o autor apresentou contra-razões e interpôs apelação adesiva, pleiteando a reforma da sentença na parte em que determinou que os alimentos fossem devidos a partir do trânsito em julgado da decisão, para que retroagissem à data da citação. O tribunal negou provimento ao apelo do réu e não conheceu da apelação adesiva, modificando, entretanto, a sentença para majorar os alimentos de dois para três salários mínimos mensais já que o contra-cheque de João, acostado aos autos, comprovava que seus rendimentos ultrapassavam R\$ 7 mil mensais. Considerando a situação hipotética acima, julgue os itens a seguir.

- () Os fatos novos alegados por André por ocasião da réplica não constituem alteração na causa de pedir, mas referem-se à mesma causa de pedir já alegada na inicial, ilustrando-a.
- () O apelante já não poderia discutir na apelação a matéria relativa à alteração da causa de pedir porque sobre ela ocorreu a preclusão, tendo em vista não haver o réu agravado do despacho judicial que saneou o feito, deferindo a juntada dos documentos novos apresentados e deferindo a produção de prova relativa aos novos fatos alegados.
- () O tribunal agiu acertadamente ao não conhecer do recurso adesivo, pois este tratava de matéria não abrangida no recurso principal, só sendo lícito ao apelante adesivo recorrer de matéria conexa à da apelação principal. Ademais, o autor, conformando-se com a sentença, praticou ato incompatível com a vontade de recorrer, faltando-lhe, portanto, interesse recursal.
- () O tribunal agiu acertadamente ao majorar os alimentos fixados na sentença, apesar de não ter a matéria sido objeto de impugnação, pois o direito discutido nos autos é indisponível. Ademais, sendo um dos pólos da demanda ocupado por menor, é lícito ao tribunal agir ex officio na defesa de seus interesses, considerando-se, ainda, existirem nos autos provas suficientes a amparar a decisão do tribunal.
- () Interposta apelação contra a sentença, o autor não poderá executá-la provisoriamente, ficando a condenação em alimentos sobrestada, sendo-lhe, porém, lícito interpor agravo de instrumento com objetivo de conceder efeito suspensivo ao despacho que recebeu a apelação.

97.11 AGU :: Procurador Federal

Q.2762

Origem

A coisa recebida em virtude de contrato comutativo pode ser enjeitada, por vícios ou defeitos ocultos, que a tornem imprópria ao uso a que é destinada ou lhe diminua o valor. Diante de tal ocorrência, e perante a legislação civil contratual e obrigacional, julgue os itens seguintes.

AGU :: Procurador Federal
CESPE
2002

Assuntos relacionados

- () A coisa que for vendida em hasta pública pode, com os vícios referidos acima, sofrer ação redibitória.
- () Em vez de rejeitar a coisa, poderá haver ação para pedir abatimento do preço.
- () Se a coisa for vendida em hasta pública, não cabe a ação de pedir abatimento no preço.
- () As doações gravadas com encargo estão sujeitas ao vício redibitório.
- () Em um contrato de compra e venda, em regra, podem ser alegados vícios redibitórios.

Contratos

Q.2763

Origem

Luís adquiriu um imóvel de Fábio. No entanto, ao solicitar o registro da escritura no Cartório de Registro Imobiliário, descobriu que Fábio não era o proprietário do imóvel, sendo este de propriedade de Antônio, amigo de Fábio. Em face dessa situação hipotética e segundo a legislação civil vigente relativa ao registro público e às obrigações e contratos, julgue os itens que se seguem.

AGU :: Procurador Federal
CESPE
2002

Assuntos relacionados

- () Independentemente da situação descrita, Luís deverá ser o proprietário do imóvel oriundo de contrato de compra e venda, causa suficiente para a transferência de propriedade.
- () Com base na escritura de compra e venda assinada entre Luís e Fábio, aquele poderá exigir de Antônio que transfira o imóvel para sua propriedade.
- () Na hipótese de Fábio ser absolutamente incapaz e mesmo que Luís desconheça essa circunstância, Luís não poderá requerer a devolução do dinheiro pago a Fábio.
- () O registro imobiliário poderá ser modificado, impondo-se pela escritura pública que Fábio seja considerado o proprietário do imóvel.
- () A titularidade da propriedade prevista no Registro Imobiliário não poderá ser contestada em nenhuma hipótese por ser uma presunção absoluta.

Contratos

Q.2764

Origem

Julgue os itens subseqüentes, a respeito dos contratos de compra e venda.

AGU :: Procurador Federal
CESPE
2002

() Pelo contrato de compra e venda, um dos contratantes obriga-se a transferir o domínio de certa coisa, e o outro, a pagar-lhe outra coisa em troca.

() Os ascendentes não podem vender aos descendentes, sem que os outros descendentes expressamente consentam.

() Na cláusula de retrovenda, o vendedor pode reservar-se o direito de recobrar, em certo prazo, o imóvel que vendeu, restituindo o preço acrescido das despesas feitas pelo comprador.

() A venda a contento é a cláusula que subordina o contrato à condição de ficar desfeito se o comprador não agrada da coisa. Em regra, a venda a contento reputar-se-á feita sob condição suspensiva, não se aperfeiçoando o negócio enquanto o adquirente não se declarar satisfeito. (ANULADA)

() O pacto de melhor comprador é o pacto adjeto à compra e venda em que o comprador de coisa móvel ou imóvel fica com a obrigação de oferecê-la a quem lhe vendeu, para que este use do seu direito de comprá-la e ser novamente proprietário da coisa.

Assuntos relacionados

Contratos

97.12 Senado Federal :: Consultor Legislativo (Área 3)

Q.2765

Origem

Julgue os itens subseqüentes com relação a contratos e seus princípios.

Senado Federal :: Consultor
Legislativo (Área 3)
CESPE
2002

() No direito civil, as coisas futuras podem ser objeto de contrato.

() O princípio da supremacia da ordem pública relaciona-se à liberdade de contratar e consiste no poder de criar obrigações, o qual é conferido aos contratantes.

() Em contratos de consumo, as cláusulas abusivas não são anuláveis.

() No Código Brasileiro de Defesa do Consumidor (CDC), só existe a previsão normativa de regular contratos individuais.

() Considerando-se, em um contrato, a inflação como fenômeno previsível, mesmo assim, segundo a jurisprudência dominante, pode ser invocada a cláusula rebus sic stantibus.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.2766

Origem

Leandro, vendedor, com quatorze anos de idade, realizou, sozinho, contrato de compra e venda de uma barra de ouro com Henrique, comprador, plenamente capaz, que conhecia perfeitamente a incapacidade de fato de Leandro. Considerando a situação hipotética apresentada e à luz da doutrina de Marcos Bernardes de Mello e Pontes de Miranda acerca do fato jurídico e da legislação a respeito da personalidade, julgue os itens subseqüentes.

Senado Federal :: Consultor
Legislativo (Área 3)
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Contratos

- () Há, na hipótese, um fato jurídico lato sensu.
- () Na situação hipotética, quanto ao plano da validade e da eficácia, há um ato inválido que não surte efeitos.
- () Todo fato jurídico válido produz, necessariamente, efeito imediato e todo fato jurídico inválido não produz, necessariamente, efeitos.
- () Na situação hipotética, houve a transferência de propriedade em decorrência do contrato celebrado.
- () Se Henrique não entrar com ação anulatória, o fato será convalidado tacitamente pelo decurso do tempo.

97.13 TCE-DF :: Auditor

Q.2767

Origem

Jonas, fazendeiro, viúvo da filha do prefeito do município de Mulungu do Norte - BA, doou a esse município um terreno com a condição de que este fosse utilizado para a construção de um açude. O contrato de doação foi feito por meio de escritura pública que estabelecia expressamente a finalidade da doação: a construção de um açude. Após o término da obra, os técnicos do tribunal de contas, em inspeção no local, questionaram o fato de que o açude estava sendo utilizado somente em benefício da fazenda de Jonas, visto que, após a sua construção, a área teria sido cercada, impedindo o acesso da população. Para justificar o ocorrido, Jonas afirmou que, ao doar o terreno, tinha a convicção de que o açude a ser construído seria utilizado somente pelas fazendas contíguas e que não teria efetuado a doação do terreno se soubesse que o açude seria de utilização livre por toda a população do município. Todavia, o instrumento de doação era omissivo quanto a esse aspecto. A respeito dos temas jurídicos que poderiam influenciar a decisão do tribunal de contas quanto ao processo oriundo da situação hipotética em apreço, julgue os itens subseqüentes.

TCE-DF :: Auditor
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Contratos

- () Não há nenhuma relação de parentesco ou afinidade entre Jonas e o prefeito, uma vez que a morte de um dos cônjuges desfaz o vínculo jurídico antes existente, de modo que antigos afins tornam-se juridicamente estranhos.
- () Segundo a Lei de Introdução ao Código Civil, não se consideram direitos adquiridos os direitos sujeitos a condição preestabelecida inalterável a arbítrio de outrem.
- () De acordo com expressiva parcela da doutrina pátria, a manifestação de vontade subsiste ainda que o autor haja feito reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento.
- () Para que o negócio jurídico seja anulável por erro, é necessário que o erro seja considerado substancial e inescusável.
- () Diferentemente da condição resolutiva não-realizada, o encargo não suspende a aquisição nem o exercício do direito, salvo quando expressamente imposto no ato, pelo disponente, como condição suspensiva.

97.14 TJ-PA :: Juiz Substituto

Q.2768

Origem

Flávio, comerciante, tem residências em Brasília - DF e em Vitória - ES, em razão de suas ocupações profissionais, vivendo, em média, seis meses do ano em Brasília - DF e os outros seis meses em Vitória - ES. Ao contratar Lúcio, domiciliado em Salvador - BA, estabeleceu como cláusula contratual que qualquer contenda judicial decorrente do contrato seria resolvida no foro judicial de Goiânia - GO. Com base na situação hipotética apresentada e considerando a legislação civil vigente relativa ao domicílio, julgue os itens que se seguem.

TJ-PA :: Juiz Substituto
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Contratos

- () A cláusula contratual referida, na qual foi eleito o foro judicial de Goiânia, mostra-se inválida, pois nem Flávio nem Lúcio são domiciliados em Goiânia.
- () Perante a legislação civil pátria, que permite a pluralidade de domicílios, o domicílio civil de Flávio poderá ser tanto Brasília, como Vitória.
- () Em decorrência de dívida contraída em negócio jurídico distinto do referido na situação hipotética, no qual não foi eleito domicílio, Flávio poderia, também, ser acionado em Goiânia.
- () Goiânia é domicílio necessário de Flávio, enquanto Brasília e Vitória são domicílios legais por eleição.
- () Caso Lúcio fosse absolutamente incapaz, seu domicílio seria o mesmo de seu representante legal.

Q.2769

Origem

Considerando os princípios que regem o processo civil, julgue os itens abaixo.

TJ-PA :: Juiz Substituto
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Contratos

- () Se o autor, fundado em contrato de mútuo, promove uma ação de cobrança contra o devedor e este não contesta a existência do contrato, mas simplesmente alega já haver pago a dívida, ou que a mesma está prescrita, ao juiz não é dado ter o contrato de mútuo por inexistente.
- () Em ação de anulação de casamento em que o autor alegue algum vício que torne anulável o casamento, se a outra parte nada opuser quanto à existência do alegado vício, o julgador não ficará obrigado a aceitar esse fundamento, podendo, ex officio, ordenar a produção de quaisquer provas necessárias à descoberta da verdade dos fatos articulados na causa, devendo rejeitar a demanda se não estiver convencido da existência do questionado defeito, mesmo que ambas as partes o afirmem existente.
- () Se o autor de uma ação reivindicatória deixar de cumular ao pedido de restituição da coisa o de condenação do possuidor injusto a indenizar-lhe perdas e danos, o juiz poderá incluir na sentença essa condenação, tendo em vista o caráter dúplice das ações possessórias e petitórias.
- () Se o autor pleiteia indenização no valor de R\$ 50 mil, e requer antecipação de tutela no valor de R\$ 5 mil, é vedado ao juiz conceder a antecipação em valor superior a R\$ 5 mil, embora o pedido final seja maior.
- () Quando uma das partes do processo for incapaz, não é obrigatória a intervenção do Ministério Público no feito se aquela estiver devidamente representada ou assistida por seu representante legal, desde que não haja colidência de interesses entre eles.

97.15 Senado Federal :: Consultor Legislativo (Área 3)

Q.2770

Origem

Julgue os itens abaixo, relativos a diferenças entre direitos pessoais e direitos reais.

Senado Federal :: Consultor
Legislativo (Área 3)
CESPE
2002

- () O direito real é absoluto e oponível erga omnes, enquanto o direito pessoal é relativo e vincula os sujeitos ativo e passivo.
- () O direito pessoal possui o direito de seqüela.
- () Os direitos reais são *numerus clausus*, enquanto os obrigacionais apresentam-se em número determinado.
- () A obrigação *propter rem* constitui espécie exclusiva de direito real.
- () Os direitos de vizinhança geram exclusivamente direitos reais, não produzindo direitos pessoais.

Assuntos relacionados

Direitos reais

Q.2771

Origem

Fernando, casado no regime de separação legal de bens, contraiu dívida em seu nome, no valor de R\$ 1 milhão, com Benício, por mútuo. Fernando, mutuário, ofereceu em garantia um avião de propriedade da sua empresa, uma sociedade anônima. Acerca da situação hipotética apresentada e com base na legislação e na doutrina relativas aos direitos reais de garantia, julgue os itens a seguir.

Senado Federal :: Consultor
Legislativo (Área 3)
CESPE
2002

- () O fato de o avião ser um bem móvel não impede que ele seja objeto de hipoteca.
- () Não é possível a hipoteca do avião, pois o bem não pertence ao mutuário.
- () Considerando que a hipoteca sobre o avião seja válida, caso haja o pagamento de parte substancial do empréstimo, pelo princípio da indivisibilidade, não se altera o ônus real que incide sobre o avião.
- () Na hipótese de hipoteca, não haveria a transferência da propriedade do avião para Benício.
- () Se o bem fosse um navio que pertencesse a Fernando e a sua esposa, seria o caso de penhora e não de hipoteca.

Assuntos relacionados

Direitos reais

97.16 AGU :: Advogado Geral da União

Q.2772

Origem

O processo judicial, desde a sua formação, segue procedimento próprio e adequado para a análise e o julgamento da situação litigiosa apresentada, caminhando progressivamente para o ato judicial final - a sentença. Acerca da sentença e da coisa julgada, julgue os itens subseqüentes.

AGU :: Advogado Geral da União
CESPE
2002

Assuntos relacionados

() Pelo princípio da congruência entre o pedido e a sentença, é defeso ao juiz proferir sentença condenando o réu em objeto diverso do que lhe foi demandado. Deve a sentença ser certa, ainda quando decida relação jurídica condicional.

Direito civil

() Na ação que tenha por objeto obrigação de fazer, o juiz, ao julgar procedente o pedido, poderá, independentemente de pedido do autor, impor multa diária ao réu, se for suficiente ou compatível com a obrigação.

() A sentença deve refletir o estado de fato da lide no momento da decisão, devendo o juiz, de ofício ou a requerimento da parte, ao proferir a sentença, considerar o fato superveniente ao ajuizamento da causa e influenciador no julgamento da lide.

() A coisa julgada material é a qualidade de imutabilidade e indiscutibilidade que adquire a sentença não mais sujeita a revisão por tribunal superior, fazendo coisa julgada formal e material a apreciação de questão prejudicial decidida incidentemente na sentença.

() Toda sentença proferida contra a União e suas autarquias está sujeita ao reexame necessário, ou seja, está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal competente.

Q.2773

Origem

Referente aos recursos, julgue os itens abaixo.

AGU :: Advogado Geral da União
CESPE
2002

() O recurso adesivo é cabível quando vencidas as partes ativa e passiva, ficando subordinado ao recurso principal e devendo ser interposto no prazo de que a parte dispõe para responder, sendo admissível, entre outros, nos embargos de declaração.

() O recurso de apelação presta-se à correção tanto do error in procedendo quanto do error in judicando. O tribunal revisor, tratando-se de sentença meramente terminativa, não poderá conhecer diretamente do mérito, ainda que a lide verse questão exclusivamente de direito, sob pena de supressão de um grau de jurisdição.

() Ao recurso de apelação são atribuídos, em regra, os efeitos devolutivo e suspensivo. No entanto, será recebido só no efeito devolutivo quando interposto contra sentença que confirmar a antecipação dos efeitos da tutela.

() Das decisões interlocutórias proferidas em audiência cabe agravo retido que poderá ser interposto oralmente ou, preferindo a parte, ser apresentado por escrito no prazo de cinco dias.

() É cabível o recurso de agravo de instrumento contra a decisão posterior à sentença que, em apelação interposta de sentença que rejeitou liminarmente embargos à execução, a recebeu nos efeitos devolutivo e suspensivo.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2774

Origem

A respeito da matéria atinente às partes do processo, como também da admissão de intervenção de terceiros, julgue os itens que se seguem.

AGU :: Advogado Geral da União
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Direito civil

- () O conceito processual de parte é obtido com a simples visualização da relação jurídico-processual, sem necessária correspondência com os titulares da relação jurídica litigiosa - parte é o integrante da relação processual.
- () A legitimidade de parte, uma das condições da ação, é a identidade dos integrantes do processo com os titulares da relação jurídica de direito material objeto da ação judicial, seja por meio da legitimação ordinária seja por meio da extraordinária.
- () No litisconsórcio - que é obrigatório nas relações plurissubjetivas e que se caracteriza pela pluralidade de sujeitos em um ou em ambos os lados da relação processual -, há sempre pluralidade de partes e cúmulo de ações.
- () O terceiro que tiver interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes poderá requerer a sua intervenção no processo na qualidade de assistente. O limite temporal para esse terceiro solicitar o seu ingresso na ação coincide com a prolação da sentença.
- () É admissível o chamamento do fiador ao processo na ação em que apenas o devedor figure como réu.

97.17 AGU :: Procurador Federal

Q.2775

Origem

O Movimento das donas de casa e consumidores de Minas Gerais propôs ação civil pública contra a Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. (EMBRATEL) e a Telecomunicações de Minas Gerais S.A. (TELEMAR), perante o juízo da 1.^a Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais (Belo Horizonte), requerendo a intimação da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). Instada a dizer se tinha interesse na causa, a ANATEL manifestou-se no sentido da falta de interesse. O juiz federal, então, remeteu os autos à justiça estadual, para prosseguir no feito. Acerca dessa situação hipotética e de temas a ela pertinentes, julgue os itens abaixo.

AGU :: Procurador Federal
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Direito civil

- () O juiz federal, ao constatar a sua incompetência, diante da falta de interesse da ANATEL, deveria ter suscitado conflito negativo de competência, em vez de remeter os autos ao juízo estadual.
- () O juiz federal, constatada a falta de interesse da ANATEL, deveria ter extinto o feito, sem julgamento de mérito, por falta de um dos pressupostos processuais exigíveis para regular e validar o desenvolvimento do processo: a competência do juízo.
- () Na hipótese em apreço, ainda que não haja interesse da ANATEL, o juiz federal a quem fora distribuída originariamente a ação é competente para processar e julgar o feito, tendo em vista o princípio da perpetuatio jurisdictionis.
- () Na situação considerada, cabe reclamação contra a decisão do juiz que remeteu os autos ao juízo estadual.
- () Na situação descrita, se o juiz estadual, ao receber os autos, suscitar conflito negativo de competência, este será dirimido pelo TRF da região à qual pertencer o juiz federal suscitado.

Q.2776

Origem

A respeito de ação civil pública e popular, julgue os itens em seguida.

AGU :: Procurador Federal
CESPE
2002

() A propositura de ação civil pública pelo Ministério Público, visando a reparação a danos causados ao meio ambiente, não impede a propositura de ação individual para a reparação de danos oriundos do mesmo fato, não se verificando litispendência entre as ações.

() Verifica-se a ocorrência de conexão a justificar a reunião dos processos, se um deles, embora já extinto por sentença, ainda não tiver transitado em julgado, pendente o exame de apelação.

() A ação civil pública deve ser ajuizada, em regra, no foro do local onde ocorreu o dano. Tratando-se de comarca em que não haja juiz federal, e sendo a União chamada a integrar a lide, prorroga-se a competência para o juiz de direito do lugar do dano, por força do texto constitucional, salvo se na comarca existir vara da justiça federal.

() A propositura da ação popular previne a jurisdição do juízo para todas as ações posteriormente intentadas contra as mesmas partes e sob os mesmos fundamentos. Correndo as ações em juízos de competência territorial diversa, torna-se competente aquele que primeiro citar validamente o réu.

() Segundo o mais recente entendimento do STF, não é viável a declaração incidental de inconstitucionalidade de lei como fundamento do pedido em ação civil pública, pois esta ação, operando seus efeitos erga omnes, equiparar-se-ia, por vias transversas, à ação direta, em controle concentrado.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2777

Origem

Considerando a legislação civil vigente relativa ao direito das coisas, julgue os itens a seguir.

AGU :: Procurador Federal
CESPE
2002

() Ao possuidor de má-fé é assegurado o direito de retenção da coisa principal, pelo valor das benfeitorias voluptuárias e necessárias.

() O possuidor de boa-fé poderá exercer o direito de retenção pelo valor das benfeitorias úteis e necessárias.

() As benfeitorias podem ser compensadas pelos danos causados pelo possuidor.

() A acessão é modo derivado de aquisição da propriedade imobiliária.

() É direito do usufrutuário alienar a coisa para quem quiser.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2778

Origem

Em relação às medidas cautelares e aos procedimentos especiais, julgue os itens subseqüentes.

AGU :: Procurador Federal
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Direito civil

() Pelo princípio da fungibilidade das cautelares e do poder geral de cautela do juiz, é lícito conceder-se ao autor, em tutela antecipada, providência diversa daquela requerida ou, ainda, conceder-se, de ofício, a antecipação da tutela, desde que presentes o *fumus bonis iuris* e o *periculum in mora*.

() Não tem interesse na cautelar o credor que possui título e pode propor desde logo a execução.

() Tendo em vista a possibilidade de execução imediata das antecipações de tutela, não é lícito ao juiz conceder tais medidas em causas que versem acerca de direitos indisponíveis, só se admitindo a antecipação nas causas que envolvam direitos patrimoniais.

() A execução das medidas antecipatórias de tutela são executadas após citação da parte contrária, na pessoa de seu advogado.

() Quando a tutela antecipada requerida pelo autor possuir caráter satisfativo, o juiz deve, executada a medida, extinguir o feito sem julgamento de mérito, por perda superveniente do interesse de agir.

Q.2779

Origem

Julgue os itens seguintes.

AGU :: Procurador Federal
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Direito civil

() A execução da decisão condenatória, objeto de recurso extraordinário, é provisória, e não definitiva, e deve obedecer aos princípios do art. 588 do Código de Processo Civil.

() A eventual pendência de recurso contra a sentença que julgar improcedentes os embargos do devedor, na execução de título judicial, não obsta à definitividade da execução, podendo a parte promover, apesar dele, a hasta pública.

() Procedentes os embargos do devedor, a execução continuará suspensa na pendência da apelação.

() Não sendo possível a reunião de processos por conexão quando se tratar de incompetência absoluta, tramitando ação na justiça estadual, se uma das partes denunciar a lide à União, o juiz deverá suspender o processo principal, remetendo à justiça federal tão-somente o incidente de denunciação para que lá seja julgado.

() São cabíveis embargos infringentes em ação cautelar de competência originária do tribunal, julgada por maioria de votos, ainda que acessória de ação rescisória.

Q.2780

Origem

Julgue os itens abaixo, relativos à Lei de Introdução do Código Civil (LICC - Decreto-lei n.º 4.657/1942).

AGU :: Procurador Federal
CESPE
2002

() Se João, brasileiro, domiciliado na Espanha, falecer ao visitar parentes no Japão, então, perante a LICC, a sucessão, em regra, deverá seguir a lei japonesa.

() Se Juan Carlos, argentino, apaixonar-se por Gabriela, paraguaia, desejando com ela contrair matrimônio, e ambos estiverem domiciliados no Brasil, então, perante a LICC, será aplicada a lei brasileira para os impedimentos dirimentes e a lei argentina para os impedimentos impeditivos.

() Se Marcos, alemão naturalizado brasileiro, celebrar contrato, no Brasil, com Vinícius, brasileiro, então, perante a LICC, será aplicada a lei brasileira em face do princípio locus regit actum.

() Considere a seguinte situação hipotética. Mário, marroquino, já casado perante a legislação brasileira, com Marta, brasileira, deseja registrar no Brasil o seu segundo casamento realizado no Marrocos. Nesse caso, perante a LICC, será possível tal registro em face do princípio da territorialidade moderada adotado no Brasil.

() Os governos estrangeiros não podem adquirir bens imóveis no Brasil.
(ANULADA)

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2781

Origem

Em relação à competência, julgue os itens seguintes.

AGU :: Procurador Federal
CESPE
2002

() Nas hipóteses em que se verificar a conexão ou a continência, como causas modificadoras da competência relativa, pode o juiz, de ofício, reconhecer a incompetência, determinando a reunião dos processos, ainda que o réu se tenha mantido inerte, não apresentando exceção de incompetência.

() Se o réu não opuser exceção de incompetência na medida cautelar antecipatória que lhe for proposta, não mais poderá insurgir-se contra a incompetência relativa na ação principal.

() Se o juiz tiver sua competência prorrogada para julgar causa aforada em outra comarca, em virtude de conexão com causa de sua competência, e as partes vierem a transigir na demanda que atraiu o outro feito para o foro prevalente, pondo fim a essa demanda, o juiz perderá sua competência para decidir a lide que veio de outro foro.

() Não é possível o simultaneus processus, pela cumulação processual, de causas que sejam, respectivamente, de atribuição da justiça federal e da justiça local. Se, porém, em ação proposta perante órgão da justiça estadual, intervier a União, haverá cumulação subjetiva, com deslocamento imediato da competência para a justiça federal.

() Se a fazenda pública estadual intervier como terceiro em causa que corra em comarca do interior, onde não haja juízo fazendário, a causa continuará a tramitar no juízo cível onde foi proposta, em virtude de não possuir o estado foro privativo, mas se a causa correr no foro da capital, essa intervenção afetará a competência do juízo, e, assim, ocorrerá superveniente incompetência absoluta do juízo, deslocando a competência para processar e julgar a demanda da vara cível em que se encontrar a ação para a vara especializada dos feitos da fazenda pública.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2782

Origem

A empresa SILVERFLASH impetrou mandado de segurança para anular sanção administrativa que lhe fora imposta pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), em decisão proferida em processo administrativo, por violação à ordem econômica, em razão de determinada cláusula contratual imposta aos consumidores de seus serviços e que representava limitação ao acesso destes aos prestadores de serviços médicos. O juízo da 1.^a Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal concedeu liminar, suspendendo os efeitos do acórdão. A partir da situação hipotética acima, julgue os itens a seguir.

AGU :: Procurador Federal
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Direito civil

() O CADE não possui legitimidade ativa para pleitear suspensão de segurança, se entender que a medida liminar concedida no writ é potencialmente danosa à ordem pública, à economia, à saúde ou a qualquer outro interesse da coletividade, devendo a medida ser requerida pelo procurador-geral da República.

() O presidente do TRF da seção judiciária a que pertence o juiz prolator da decisão cuja suspensão se requer é competente para conceder a suspensão de segurança.

() Nas hipóteses em que a liminar é concedida pelo desembargador relator em processo de competência originária do tribunal, cabe ao presidente do STF ou do STJ, conforme a matéria seja constitucional ou infraconstitucional, apreciar o pedido de suspensão da execução da liminar ou da sentença, e não ao presidente do tribunal ao qual pertence o relator.

() Não é recorrível o despacho que indefere a suspensão, mas cabe agravo da decisão que defere a suspensão.

() Não viola o princípio da unicidade recursal o entendimento de que é admissível agravo da decisão que concede liminar em mandado de segurança, para exame da ocorrência de ilegalidade ou abuso de poder ou qualquer outro vício daquela decisão, apesar da previsão estabelecida na Lei n.º 4.348/1964, para suspensão da execução da liminar ou da sentença.

Q.2783

Origem

Em relação aos recursos, julgue os itens que se seguem.

AGU :: Procurador Federal
CESPE
2002

() Considerando que a devolução ao órgão ad quem na apelação e nos recursos extraordinário e especial tem efeitos diversos, é possível que o recorrido, vencedor da demanda, tenha necessidade de aderir ao recurso extraordinário ou ao especial para ensejar ao STF ou ao STJ a apreciação de determinada questão, mas não tenha a necessidade de fazê-lo em hipótese análoga na apelação.

() Interpostos e admitidos recursos extraordinário e especial, de regra, primeiro processa-se e julga-se o recurso especial; só depois remetem-se os autos ao STF, para julgamento do extraordinário, caso não esteja prejudicado.

() É possível que o recurso extraordinário, sendo prejudicial ao especial, suspenda este, julgando-se aquele em primeiro lugar.

() Podem ser objeto de recurso extraordinário, entre outros, acórdãos proferidos em causa de competência originária de tribunal e em casos de reexame obrigatório em segundo grau de jurisdição, ainda que ninguém haja apelado.

() Ao contrário do recurso especial, o extraordinário é cabível contra decisões de órgãos de primeiro grau não-impugnáveis por outra via, como a decisão da turma acerca de recurso contra sentença do juizado especial cível.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2784

Origem

Julgue os itens a seguir.

AGU :: Procurador Federal
CESPE
2002

() O arrendatário é parte legítima para requerer o depósito judicial em consignação em face do credor do arrendante, para impedir a penhora sobre o imóvel arrendado.

() Alegada a insuficiência do depósito, poderá o réu levantar, desde logo, a quantia ou a coisa depositada, com a conseqüente liberação parcial do autor, prosseguindo o processo quanto à parcela controvertida.

() O cheque prescrito pode ser cobrado na via especial da ação monitória.

() Ainda que a ação possessória seja intentada depois de ultrapassado o prazo de ano e dia da consumação da agressão à posse, permanece limitado o campo de cognição do juiz exclusivamente às questões de natureza possessória.

() Os pedidos de regulamentação de guarda de menor, porque têm efeitos previdenciários, correm perante a justiça federal, sendo evidente o interesse do INSS no feito.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2785

Origem

Suponha que Aldo, com dezoito anos de idade, deseja ser emancipado por seus pais. Nessa situação e de acordo com a legislação civil vigente relativa à emancipação e à família, julgue os itens em seguida.

AGU :: Procurador Federal
CESPE
2002

() Se apenas o pai de Aldo desejar emancipá-lo, essa emancipação terá efeito de pleno direito, nos termos do Código Civil vigente.(ANULADA)

() A hipótese de emancipação apresentada é classificada pela doutrina como emancipação voluntária.

() Caso Aldo case-se com Maria, de vinte anos de idade, tornar-se-á plenamente capaz, apesar de não ter 21 anos de idade, o mesmo ocorrendo com ela.

() Supondo que Aldo esteja concluindo a 3.^asérie do ensino médio, caso ele seja aprovado no vestibular, será automaticamente emancipado.

() Caso Aldo seja emancipado com a concordância de seus pais e queira se casar após a emancipação, ainda assim deverá ter a autorização deles.

Assuntos relacionados

Direito civil

97.18 Senado Federal :: Consultor Legislativo (Área 3)

Q.2786

Origem

Julgue os itens que se seguem, relativos aos direitos das sucessões.

Senado Federal :: Consultor
Legislativo (Área 3)
CESPE
2002

() O Código Civil considera possível a renúncia da herança condicional.

() A herança por stirpe, no sentido de linhagem, dá-se pela representação de herdeiro pré-morto.

() O grau de parentesco, medida do parentesco, entre um tio e o seu sobrinho é três.

() Perante o conceito de parentesco na legislação civil, o clone é parente do ser clonado.

() A companheira possui direitos sucessórios em relação aos bens do seu companheiro.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2787

Origem

Em cada um dos itens abaixo, é apresentada uma situação hipotética referente a defeitos jurídicos de negócios, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Senado Federal :: Consultor
Legislativo (Área 3)
CESPE
2002

- () Carlos vendeu a João um relógio dourado como se fosse de ouro, induzindo-o ao erro. Trata-se de situação de dolo direto.
- () Maria trocou relógio prateado como se fosse de prata com Pedro, que forneceu relógio dourado como se fosse de ouro, sendo ambos induzidos ao erro. Nesse caso, trata-se de erro bilateral.
- () Marta, por meio de ameaça, forçou Mário a comprar seu relógio usado. Nessa circunstância, trata-se de simulação.
- () Um devedor insolvente doou bem para amigo com a condição de que, posteriormente, este o devolveria. Nessa hipótese, trata-se de fraude contra credores.
- () Vanessa casou-se com Agnaldo e descobriu que ele, na verdade, era do sexo feminino. Nesse caso, trata-se de simulação.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2788

Origem

Lúcio contraiu com Leonel dívida de enorme quantia, decorrente de jogo de pôquer. Leonel recebeu parte do valor devido por Lúcio, que pagou espontaneamente, após Leonel tê-lo empregado em sua firma. Acerca da situação hipotética apresentada e da legislação civil vigente relativa a obrigação natural, julgue os itens seguintes.

Senado Federal :: Consultor
Legislativo (Área 3)
CESPE
2002

- () Leonel pode exigir judicialmente o pagamento do restante da quantia devida por Lúcio.
- () O valor que Lúcio pagou a Leonel pode ser objeto de ação de repetição do indébito.
- () Lúcio e Leonel não poderão compensar, no futuro, o valor restante da dívida com as dívidas trabalhistas que Leonel - empregador - possa contrair com Lúcio - empregado.
- () Dívidas de jogo, dívidas prescritas e juros não-convencionados são espécies de obrigações naturais previstas no Código Civil vigente.
- () Obrigação natural é espécie de obrigação civil, podendo o seu cumprimento ser exigido pelo credor.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2789

Origem

Sebastião, filho único e pai de dois filhos, atirou em seu pai, Armando, viúvo. Sebastião foi condenado por esse ato, criminalmente, com sentença transitada em julgado. Acerca da situação hipotética apresentada acima, e da legislação pertinente ao direito sucessório, julgue os itens que se seguem.

Senado Federal :: Consultor
Legislativo (Área 3)
CESPE
2002

- () Sebastião, apesar de ter matado seu pai, terá direito, em qualquer hipótese, à herança, em face da ordem de vocação hereditária prevista no Código Civil.
- () Para a exclusão de Sebastião do rol dos herdeiros, basta o ato por ele cometido, que opera como razão de exclusão automática.
- () A ação de exclusão por indignidade deve ser proposta até quatro anos após a abertura da sucessão, sob pena de decadência.
- () Na situação apresentada, não há como Sebastião reabilitar-se.
- () Sebastião deixará de ser indigno à herança, caso seus filhos perdoem o ato por ele cometido.

Assuntos relacionados

Direito civil

97.19 TJ-PA :: Juiz Substituto

Q.2790

Origem

Com relação à paternidade e à filiação, julgue os itens subseqüentes.

TJ-PA :: Juiz Substituto
CESPE
2002

- () A presunção legal de paternidade, prevista no art. 338 do Código Civil, é absoluta (iure et de iure), não admitindo prova em contrário.
- () A ação negatória de paternidade pode ser intentada pelo marido ou pelo filho nos termos do Código Civil vigente.
- () A ação negatória de paternidade, por ser uma ação de estado, é imprescritível, nos termos do Código Civil vigente.
- () A presunção legal de paternidade, prevista no Código Civil, abarca tanto os filhos de pais casados, como os filhos havidos fora do casamento.
- () A legitimidade passiva da ação de investigação de paternidade recai no suposto pai ou, se este já for falecido, no espólio do falecido, nos termos da legislação civil.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2791

Origem

Carlos deseja ceder a Marcos o direito de cobrar de João uma dívida de R\$ 10.000,00, que venceu há um mês, o que acarretou o juro convencionado de R\$ 500,00. Julgue os itens a seguir, relativos à cessão de crédito e à situação hipotética apresentada anteriormente.

TJ-PA :: Juiz Substituto
CESPE
2002

- () O crédito de Carlos não constitui, em regra, bem de caráter patrimonial suscetível de transferência perante a legislação civil em vigor.
- () Ao ceder para Marcos, sem ressalvas, a cobrança da dívida, o valor correspondente à cobrança dos juros não terá sido transferido.
- () Na hipótese, considerando-se a cessão de créditos válida, Carlos é o cedente, Marcos é o cessionário e João é o cedido.
- () Se Marcos for tutor de João, a cessão de créditos será inválida.
- () A cessão, referida na situação hipotética, não pode ocorrer de forma onerosa, só podendo ser realizada de forma gratuita.

Assuntos relacionados

Direito civil

97.20 Senado Federal :: Consultor Legislativo (Área 3)

Q.2792

Origem

Sérgio propôs contra Vilma, em janeiro de 1997, ação de reconhecimento de união estável e partilha dos bens comuns, alegando que a convivência entre ambos iniciara-se em dezembro de 1988 - após a promulgação da Constituição da República, que instituiu proteção especial a tal espécie de união - perdurando até dezembro de 1993. Vilma contestou a ação, alegando que um dos bens fora adquirido quando ainda era casada com Antônio - pleiteando, quanto a ele, declaratória incidental de bem reservado - e que os outros bens, embora adquiridos durante a convivência das partes, o foram com recursos exclusivos seus, não havendo Sérgio em nada colaborado para a aquisição deles. Alegou que Sérgio esteve desempregado durante todo o tempo em que viveram juntos. Sérgio, em réplica, alegou a incidência, na hipótese, da Lei n.º 9.278/1996 - que regulamentou o §3.º do art. 226 da Constituição, estipulando o condomínio em partes iguais dos bens adquiridos por um ou por ambos os conviventes durante a união. Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

Senado Federal :: Consultor
Legislativo (Área 3)
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Bens

() Apesar da convivência entre as partes se haver iniciado após a promulgação da Constituição da República de 1988, não incidirá na espécie a Lei n.º 9.278/1996, que somente alcançará as uniões estabelecidas a partir da sua vigência.

() É cabível a declaratória de bem reservado requerida por Vilma, devendo, no caso, o juiz determinar que Vilma requeira a citação de Antônio para integrar a lide, sendo facultado a Sérgio participar do incidente como terceiro interessado.

() Se o juiz indeferir o pedido de declaratória incidental, Vilma deverá apelar da decisão, podendo o juiz exercer o juízo de retratação previsto para as sentenças que extinguem o feito sem julgamento de mérito.

() Tendo a união das partes terminado em 1993, antes, portanto da edição da Lei n.º 9.278/1996, não se aplica à ação que tramita entre as partes o dispositivo instituído por aquele diploma legal que determina ser da competência das varas de família o processo e julgamento das causas que versem a respeito da união estável.

() Na hipótese de Vilma ser funcionária pública federal, deverá a União ser citada para integrar a lide pois, na eventualidade de ser reconhecida a união estável, Sérgio poderá vir a ser beneficiário de pensão por morte de sua ex-companheira, caso em que a competência será deslocada para a justiça federal.

Maria, vítima de grave lesão corporal decorrente de imprudência médica em cirurgia plástica a que se submeteu, ingressou com ação de reparação de danos, pleiteando a condenação do médico ao pagamento de R\$ 200 mil por danos materiais e morais, pleiteando, ainda indisponibilidade de tantos bens do réu quanto bastassem para garantir o pagamento da condenação pleiteada e o imediato levantamento da importância de R\$ 8 mil reais para cobrir despesas médicas e de internação hospitalar que se faziam urgentes e que impediriam o agravamento de sua saúde enquanto perdurasse o processo. Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens subseqüentes.

Senado Federal :: Consultor
Legislativo (Área 3)
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Bens

() O pedido de indisponibilidade dos bens do réu para garantir o pagamento da indenização pode ser feito na própria ação indenizatória e constitui antecipação dos efeitos da tutela principal.

() Na situação considerada, o pedido de levantamento da importância de R\$ 8 mil não constitui pedido de antecipação dos efeitos da tutela já que esta identifica-se com o próprio pedido final que, na hipótese, é de R\$ 200 mil. Constitui, assim, pedido de natureza cautelar a garantir que a saúde do autor seja preservada até o final do julgamento da causa.

() A reforma processual de 1994 em nada modificou a disciplina relativa às cautelares propriamente ditas, sendo certo que o pedido de indisponibilidade dos bens, constituindo pedido cautelar, deve ser objeto de ação própria, feita anteriormente ou incidentalmente ao pedido principal.

() Na hipótese em apreço, o juiz poderá, convencendo-se do perigo de dano existente para o autor e verificada a verossimilhança de suas alegações, antecipar totalmente os efeitos da tutela pleiteada, autorizando o levantamento imediato dos R\$ 200 mil.

() Na hipótese em apreço, o juiz poderá, ao prolatar a sentença condenatória na qual acolher inteiramente o pedido do autor, antecipar os efeitos da tutela em quantia não-superior a R\$ 8 mil, hipótese em que a eventual apelação contra a sentença será recebida, na parte que antecipar a tutela, somente em seu efeito devolutivo.

97.21 TCE-DF :: Auditor

Q.2794

Origem

Lei n.º99.999, de 25 de julho de 2002. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de Cajazeiras. O Presidente da República. Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art.

TCE-DF :: Auditor
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Bens

1. °Fica autorizado o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de Cajazeiras, com natureza jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Educação, com sede no município de Cajazeiras, Estado da Paraíba. Art. 2.ºA Fundação Universidade Federal de Cajazeiras adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição do seu estatuto no registro civil das pessoas jurídicas. Art. 3.ºO patrimônio da Fundação será constituído pelos bens e direitos que essa entidade venha a adquirir, incluindo os bens que lhe venham a ser doados pela União, pelo estado, pelo município e por outras entidades públicas e particulares. Art. 4.ºOs recursos financeiros da Fundação serão provenientes de:

I - auxílios e subvenções que lhe venham a ser concedidos por quaisquer entidades públicas ou particulares;

II - remuneração por serviços prestados a entidades públicas ou particulares;

III - operações de crédito e juros bancários;

IV - receitas eventuais. Art. 5.ºEsta lei entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 25 de julho de 2002; 181.ºda Independência e 114.ºda República. Supondo que a lei hipotética acima tenha sido publicada no Diário Oficial da União em 26 de julho de 2002, julgue os itens abaixo.

() É correto afirmar, apenas pela leitura do texto da lei, que se trata de lei vigente e não-revogadora de nenhuma outra lei.

() É correto asseverar que a Lei n.º99.999, de 25/7/2002, por não apresentar vacatio legis, observa os princípios da irretroatividade e da obrigatoriedade das leis.

() Diferentemente das pessoas naturais, cuja existência no direito brasileiro prescinde de qualquer registro público, no caso da Fundação Universidade Federal de Cajazeiras - pessoa jurídica instituída na forma do direito privado - a inscrição do estatuto dela no registro civil terá natureza constitutiva da personalidade jurídica da Fundação.

() Os bens móveis ou imóveis, fungíveis ou não-fungíveis, consumíveis ou não-consumíveis, materiais ou imateriais, que a Fundação Universidade Federal de Cajazeiras vier a adquirir serão objeto de consagração, significando que somente poderão ser utilizados com vistas à consecução dos fins a que se destina a pessoa jurídica, enquanto detiverem a condição de afetados.

() Assim como a Fundação Universidade Federal de Cajazeiras, os professores e os demais empregados daquela pessoa jurídica terão como domicílio necessário o município de Cajazeiras, onde funcionarão a diretoria e a administração da Fundação e onde os empregados exercerão suas funções.

Q.2795

Origem

TCE-DF :: Auditor
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Bens

Jorge, brasileiro, servidor público aposentado, domiciliado em Portugal, elaborou, em 1990, em Portugal, um testamento, por meio do qual deixou todos os seus bens imóveis situados no Brasil para a sua única neta, brasileira, Cacilda, domiciliada no Brasil. Em visita ao Brasil, em 1994, ele compareceu ao Cartório do Ofício de Notas e lavrou escritura pública de adoção de Cacilda, que contava, então, com seis anos de idade. Em 1999, o testador faleceu. Em 2000, Cacilda, devidamente representada, requereu à repartição competente a concessão da pensão civil, instituída pelo avô, na condição de beneficiária, sob a alegação de ser filha adotiva do instituidor. No mesmo ano, Cacilda, desejou requerer o inventário dos bens contemplados no testamento. Considerando a situação hipotética acima descrita, julgue os itens que se seguem.

() Os requisitos de validade do testamento elaborado por Jorge devem ser avaliados de acordo com as leis portuguesas vigentes em 1990; todavia, a eficácia jurídica das disposições testamentárias relativas a Cacilda há de ser examinada segundo as leis brasileiras vigentes ao tempo da abertura da sucessão.

() A sucessão dos bens imóveis situados no Brasil será regulada pela lei brasileira, em benefício de Cacilda, que é a pessoa de nacionalidade brasileira contemplada no testamento, a menos que a ela seja mais favorável a lei portuguesa.

() O ato jurídico de adoção de Cacilda, efetuado por meio de escritura pública, padece de nulidade absoluta, ante a ausência de requisito essencial à validade do ato.

() Caso Cacilda necessite ingressar na justiça para exigir o cumprimento das disposições testamentárias, o prazo de prescrição dessa ação ficará suspenso até que ela complete dezesseis anos de idade.

() Consoante previsto no direito positivo brasileiro, quando a lei é omissa acerca de um determinado assunto polêmico, está-se diante de um vazio jurídico, devendo o juiz recorrer preferencialmente ao princípio da equidade para a solução da controvérsia.

97.22 TJ-PA :: Juiz Substituto

Q.2796

Origem

TJ-PA :: Juiz Substituto
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Considere as seguintes situações hipotéticas. I Arthur adquire de Saulo um relógio dourado pensando ser de ouro, quando qualquer outra pessoa, nas mesmas circunstâncias objetivas e subjetivas, não cometeria tal erro. Saulo nada afirmou com relação a ser de ouro o relógio. II Jânio compra de Paulo um relógio dourado, porque Paulo lhe disse que era de ouro, querendo enganá-lo. III Mário compra um relógio dourado, porque João o obriga a fazê-lo, apontando uma arma para sua cabeça. Com base nas situações acima, julgue os itens a seguir, quanto aos defeitos do negócio jurídico.

- () Na situação I, Arthur não pode pleitear a anulação do negócio jurídico.
- () Na situação II, Jânio só pode pleitear a anulação do negócio jurídico, não podendo pedir indenização por perdas e danos.
- () Na situação III, o ato jurídico realizado possui a mesma invalidade que o da situação II.
- () Os defeitos do negócio jurídico existentes nas situações I e II não terão o mesmo efeito jurídico no plano da validade do ato jurídico.
- () Na situação III, há coação física (vis absoluta), faltando elemento essencial ao ato jurídico.
-

Capítulo 98

ESAF

98.1 Banco Central :: Procurador

Q.2797

A posse do locatário de coisa é:

- (a) indireta
- (b) não derivada
- (c) direta temporária
- (d) natural
- (e) ad usucapionem

Origem

Banco Central :: Procurador
ESAF
2002

Assuntos relacionados

Posse

Q.2798

Origem

O exercício do poder expropriatório, previsto no novo Código Civil, pelo poder judiciário, poderá dar-se se:

Banco Central :: Procurador
ESAF
2002

Assuntos relacionados

- (a) o possuidor, contínua e incontestadamente, houver estabelecido, por 10 anos, no imóvel sua morada ou nele realizado obras ou serviços, independentemente de justo título e boa-fé.
- (b) alguém possuir, contínua e incontestadamente, por 5 anos, imóvel que adquiriu onerosamente, com base em registro, posteriormente cancelado, nele estabelecendo sua morada ou fazendo investimentos sócio-econômicos.
- (c) houver posse ininterrupta e de boa-fé por número considerável de pessoas, por mais de 5 anos, que realizou obras e serviços de interesse social e econômico em extensa área imobiliária reivindicada pelo seu proprietário.
- (d) houver posse contínua, sem oposição, por 5 anos de prédio urbano de até 250m², por quem nele fixar sua morada ou a de sua família.
- (e) alguém possuir por 5 anos, continuamente e sem oposição, área rural não superior a 50 hectares, tornando-a produtiva.

Posse

Q.2799

Origem

Assinale a opção falsa.

Banco Central :: Procurador
ESAF
2002

(a) A responsabilidade, fundada no risco, consiste na obrigação de indenizar o dano produzido por atividade exercida no interesse do agente e sob seu controle, sem que haja qualquer indagação sobre o comportamento do lesante.

(b) A destruição de vidro de uma vitrina por um desordeiro é dano indireto e o estrago causado pelas chuvas nos artigos expostos, em razão da falta de vidro, é dano direto.

(c) Na responsabilidade subjetiva o ilícito é o seu fato gerador.

(d) O proprietário de um automóvel, que vier a emprestá-lo a um sobrinho, sem carta de habilitação, ocasionando um acidente, terá culpa aquiliana.

(e) A perda de coisa com valor afetivo é dano moral indireto.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

Q.2800

Origem

Assinale a opção correta.

Banco Central :: Procurador
ESAF
2002

(a) O mandato plural conjunto ocorre se os vários mandatários puderem agir, independentemente da ordem de nomeação.

(b) O substabelecimento sem reserva de poderes, não havendo notificação do constituinte, isenta o procurador de responder pelas obrigações do mandato.

(c) O mandante terá a obrigação de revogar ad nutum o mandato.

(d) O mandatário, ao aceitar o encargo, passará a ter o direito de pedir ao mandante que adiante a importância das despesas necessárias à execução do mandato.

(e) No mandato plural fracionário, cada mandatário poderá agir na falta do outro pela ordem da nomeação.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

98.2 TCU :: Analista de Controle Externo

Q.2801

Origem

A companhia de Pesquisa de Recursos Minerais é:

TCU :: Analista de Controle
Externo
ESAF
2002

(a) empresa pública.

(b) pessoa jurídica de direito público interno de administração indireta.

(c) autarquia.

(d) sociedade de economia mista.

(e) associação.

Assuntos relacionados

Sociedade

98.3 Banco Central :: Procurador

Q.2802

Origem

O depósito, que recair sobre bem fungível ou consumível, é o:

Banco Central :: Procurador
ESAF
2002

- (a) regular
- (b) miserável
- (c) ordinário
- (d) legal
- (e) irregular

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.2803

Origem

A empreitada a preço fixo:

Banco Central :: Procurador
ESAF
2002

(a) contém cláusula permissiva de variação de preço em consequência de aumento ou diminuição valorativa da mão-de-obra e dos materiais.

(b) não é incompatível com o parcelamento das prestações, pois não deixará de ser "forfaitário" o preço, pela circunstância de se ajustar seu pagamento escalonadamente, desde que determinado em função da obra como conjunto.

(c) é compatível com a empreitada por medida, na qual o pagamento é feito proporcionalmente ao valor do custo da obra.

(d) estabelece um limite de valor que não pode ser ultrapassado pelo

empregado.

(e) é a que, na fixação do preço, se atende ao fracionamento da obra, considerando-se as partes em que se divide.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.2804

Origem

A doação de um bem feita por A a B, com o dever de este continuar a viver em companhia de uma pessoa doente, é considerada:

Banco Central :: Procurador
ESAF
2002

- (a) remuneratória
- (b) condicional
- (c) conjuntiva
- (d) onerosa
- (e) sob a forma de subvenção periódica

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.2805

Origem

Preempção é:

Banco Central :: Procurador
ESAF
2002

- (a) pacto adjeto à compra e venda em que o comprador de coisa móvel ou imóvel fica com a obrigação de oferecê-la a quem lhe vendeu, para que este use do seu direito de prelação em igualdade de condições, no caso de pretender vendê-la ou dá-la em pagamento.
- (b) cláusula em que o vendedor reserva para si a propriedade da coisa até o momento em que se dê o pagamento integral do preço.
- (c) cláusula pela qual o vendedor se reserva o direito de reaver, em certo prazo, o imóvel alienado, restituindo ao comprador o preço, mais as despesas por ele realizadas, inclusive as empregadas em melhoramentos do imóvel.
- (d) cláusula inserida no contrato pelo qual os contratantes anuem que a venda se desfaça, caso o comprador deixe de cumprir suas obrigações no prazo estipulado.
- (e) cláusula que subordina a contrato à condição de ficar desfeito se o comprador não se agradar da coisa.

Assuntos relacionados

Espécies de contrato

Q.2806

Origem

A deve a B R\$ 50.000,00. C, amigo de A, pede ao credor que libere A, ficando C como devedor. Configurou-se, no caso:

Banco Central :: Procurador
ESAF
2002

- (a) delegação novatória.
- (b) novação subjetiva passiva por expromissão.
- (c) novação subjetiva ativa.
- (d) delegação sem efeito novatório.
- (e) novação subjetiva passiva por delegação.

Assuntos relacionados

Adimplemento
Extinção das obrigações

Q.2807

Origem

O anticresista tem direito de:

Banco Central :: Procurador
ESAF
2002

- (a) vindicar seus direitos contra o adquirente do imóvel e credores quirografários e hipotecários posteriores à inscrição da anticrese.
- (b) exigir a conservação do prédio.
- (c) reaver o imóvel assim que o débito se liquidar.
- (d) pedir contas ao devedor anticrético para verificar se não houve exorbitância no exercício de seus direitos.
- (e) ceder ao credor o direito de perceber os frutos e rendimentos.

Assuntos relacionados

Penhor
Hipoteca
Anticrese

98.4 PM-FORTALEZA :: Procurador Municipal

Q.2808

O prazo para o advogado mover ação para receber pagamento de honorários, contado do vencimento do contrato, da decisão final do processo ou da revogação do mandato, é de:

- (a) 2 anos
- (b) 4 anos
- (c) 1 ano
- (d) 5 anos
- (e) 6 meses

Origem

PM-FORTALEZA :: Procurador
Municipal
ESAF
2002

Assuntos relacionados

Contratos

98.5 SRF :: Auditor Fiscal da Receita Federal

Q.2809

Contrato com declarações intervaladas, sob o prisma de sua formação, é aquele

- (a) em que, se tratando de oblato ausente, o proponente deverá aguardar um lapso de tempo suficiente para que a oferta chegue ao destinatário, calculando-se o tempo conforme o meio de comunicação utilizado, tendo-se em vista a demora normal de entrega e retorno.
- (b) em que se estabelece prazo para a espera da resposta a uma oferta feita.
- (c) em que a oferta não obriga o proponente que, depois de tê-la feito, se arrepender, desde que a retratação chegue ao conhecimento do oblato antes da proposta ou ao mesmo tempo que ela.
- (d) em que a proposta é obrigatória ao solicitante.
- (e) em que a falta de obrigatoriedade flui da natureza do negócio.

Origem

SRF :: Auditor Fiscal da Receita
Federal
ESAF
2002

Assuntos relacionados

Contratos

98.6 INSS :: Auditor Fiscal da Previdência Social

Q.2810

O usufruto instituído para beneficiar várias pessoas, extinguindo-se, gradativamente, em relação a cada uma das que falecerem, é o:

- (a) sucessivo
- (b) impróprio
- (c) legal
- (d) simultâneo
- (e) quase-usufruto

Origem

INSS :: Auditor Fiscal da
Previdência Social
ESAF
2002

Assuntos relacionados

Usufruto

98.7 Banco Central :: Procurador

Q.2811

A verificação feita pessoalmente pelo magistrado, quer examinando uma pessoa, quer verificando o objeto, com o escopo de colher dados para a prova, é a (o):

- (a) vistoria
- (b) presunção simples
- (c) exame
- (d) arbitramento
- (e) inspeção judicial

Origem

Banco Central :: Procurador
ESAF
2002

Assuntos relacionados

Direito civil

98.8 INSS :: Auditor Fiscal da Previdência Social

Q.2812

Assinale a opção correta.

- (a) O doador tem o dever de pagar juros moratórios e está sujeito à evicção.
- (b) a preempção é o pacto adjeto à compra e venda em que o comprador de coisa móvel ou imóvel fica com a obrigação de oferecê-la a quem lhe vendeu, para que este use do seu direito de prelação em igualdade de condições, no caso de pretender vendê-la ou dá-la em pagamento.
- (c) A servidão predial não pode ser locada juntamente com o prédio dominante.
- (d) No mandato plural solidário, os vários procuradores não podem agir separadamente.
- (e) O fiador, que pagar integralmente a dívida, não se sub-roga nos direitos do credor.

Origem

INSS :: Auditor Fiscal da
Previdência Social
ESAF
2002

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2813

São condições de validade jurídica do testamento:

- (a) capacidade testamentária ativa; nomeação de testamenteiro e estipulação de direito de acrescer entre herdeiros e legatários.
- (b) capacidade testamentária ativa e passiva; ausência de deserção e observância de todas as formalidades legais.
- (c) cumprimento das formalidades legais; capacidade testamentária passiva; declaração de indignidade.
- (d) capacidade testamentária passiva; instituição de substituição hereditária ordinária e observância dos requisitos legais.
- (e) capacidade civil dos testadores e das testemunhas testamentárias, homologação judicial do testamento e indicação de testamenteiro.

Origem

INSS :: Auditor Fiscal da
Previdência Social
ESAF
2002

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2814

Origem

A hipoteca legal é, por exemplo, a conferida:

INSS :: Auditor Fiscal da
Previdência Social
ESAF
2002

- (a) à Fazenda Pública Federal, Estadual ou Municipal, sobre os imóveis dos tesoureiros, coletores, administradores, exatores, prepostos, rendeiros e contratadores de rendas e fiadores.
- (b) ao devedor que foi condenado a executar sua obrigação.
- (c) ao emissor de título representativo de crédito com esse ônus real.
- (d) àquele que a constituir por meio de um acordo de vontade.
- (e) a quem liberar o imóvel onerado, mediante pagamento do quatum devido, independentemente do consentimento do credor.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2815

Origem

Quando o Código Civil dispõe que não podem casar as pessoas por qualquer motivo coactas e as incapazes de consentir, ou manifestar, de modo inequívoco, o consentimento, refere-se a uma modalidade de:

INSS :: Auditor Fiscal da
Previdência Social
ESAF
2002

- (a) impedimento proibitivo.
- (b) impedimento dirimente público.
- (c) impedimento dirimente absoluto.
- (d) impedimento dirimente relativo.
- (e) impedimento impediante.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2816

Origem

Constitui modo terminativo da propriedade imóvel:

INSS :: Auditor Fiscal da
Previdência Social
ESAF
2002

- (a) posse de outrem
- (b) tradição
- (c) implemento de condição resolutiva
- (d) constituto possessório
- (e) acessão artificial

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2817

Origem

A separação judicial litigiosa como remédio ocorre quando:

INSS :: Auditor Fiscal da
Previdência Social
ESAF
2002

- (a) um dos cônjuges imputar ao outro conduta desonrosa.
- (b) o cônjuge a requer por ter havido, por parte de outro, descumprimento do dever de mútua assistência.
- (c) houver abandono voluntário do lar conjugal, durante mais de dois anos contínuos, por culpa exclusiva de um dos cônjuges, sem motivo justo.
- (d) um dos cônjuges imputar ao outro ato que importe em grave violação dos deveres matrimoniais.
- (e) o cônjuge a pede ante o fato de estar o outro acometido de grave doença mental, manifestada após o casamento, que torne impossível a continuação da vida em comum, desde que, após uma duração de cinco anos, a enfermidade tenha sido reconhecida de cura improvável.

Assuntos relacionados

Direito civil

98.9 PM-FORTALEZA :: Procurador Municipal

Q.2818

Origem

Se com a doação o doador ficar insolvente, os credores prejudicados poderão anulá-la, a não ser que o donatário, com o consenso daqueles credores, assuma o passivo do doador, dando-se, então, uma:

PM-FORTALEZA :: Procurador
Municipal
ESAF
2002

- (a) novação subjetiva ativa.
- (b) novação objetiva.
- (c) novação subjetiva passiva por delegação.
- (d) novação real.
- (e) novação subjetiva passiva por expromissão.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2819

Origem

Assinale a opção falsa.

PM-FORTALEZA :: Procurador
Municipal
ESAF
2002

- (a) A solidariedade não se presume.
- (b) A obrigação, que tem por objeto uma prestação de dinheiro, é pecuniária, constituindo-se em modalidade de obrigação de dar, que se caracteriza pelo valor da quantia devida.
- (c) Os ônus reais são obrigações que limitam a fruição e a disposição da propriedade.
- (d) A obrigação propter rem é uma obrigação acessória mista por vincular-se a direito real, objetivando uma prestação devida ao seu titular.
- (e) A obrigação de restituir geralmente é divisível.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2820

Origem

O depósito de mercadorias nos armazéns gerais é o:

PM-FORTALEZA :: Procurador
Municipal
ESAF
2002

- (a) judicial
- (b) ordinário
- (c) irregular
- (d) regular
- (e) legal

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2821

Origem

A apólice onde estiver prevista a substituição da coisa segurada, fazendo-se o seguro por uma soma global, como se verifica em relação a mercadorias armazenadas, é a:

PM-FORTALEZA :: Procurador
Municipal
ESAF
2002

- (a) simples
- (b) plúrima
- (c) específica
- (d) flutuante
- (e) aberta

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2822

Origem

Não se pode efetuar por meio de mandato:

- (a) o ato de onerar imóvel com hipoteca.
- (b) a emissão de nota promissória.
- (c) o exercício do pátrio poder.
- (d) a transmissão de dívidas.
- (e) a doação.

PM-FORTALEZA :: Procurador
Municipal
ESAF
2002

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2823

Origem

A servidão de energia elétrica, quanto ao modo de exercício, classifica-se como:

- (a) servidão contínua
- (b) servidão legal
- (c) servidão negativa
- (d) servidão natural
- (e) servidão descontínua

PM-FORTALEZA :: Procurador
Municipal
ESAF
2002

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2824

Origem

Assinale a opção correta.

- (a) O direito de rescisão unilateral é transmissível causa mortis aos herdeiros do dono da obra, mas não se estende aos credores.
- (b) A falência do empreiteiro não provocará a cessação do contrato de empreitada.
- (c) A empreitada por preço máximo opera-se quando o empreiteiro se obriga a realizar o trabalho, ficando sob sua responsabilidade o fornecimento dos materiais e o pagamento da mão-de-obra, mediante o reembolso do dispendido, acrescido do lucro assegurado.
- (d) A empreitada por preço de custo não é compatível com a empreitada por medida.
- (e) A gratuidade da prestação de serviço pode ser presumida, se o contrato for omissivo quanto à remuneração.

PM-FORTALEZA :: Procurador
Municipal
ESAF
2002

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2825

Origem

Interpelação é:

- (a) ato pelo qual se participa a outrem que determinada ocorrência se verificou ou se verificará, em certo prazo.
- (b) ato do credor em atenção ao devedor, para obter o pagamento, não constituindo-o em mora.
- (c) ato pelo qual alguém cientifica outrem de fato que a este interessa conhecer.
- (d) ato pelo qual alguém impugna a realização de ato futuro, ou nega anuência ao que a requer.
- (e) ato pelo qual alguém participa a outrem a intenção de exigir-lhe certo comportamento.

PM-FORTALEZA :: Procurador
Municipal
ESAF
2002

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2826**Origem**

Os metais preciosos de uma mina são:

- (a) frutos pendentes
- (b) acessões
- (c) produtos
- (d) pertenças
- (e) frutos estantes

PM-FORTALEZA :: Procurador
Municipal
ESAF
2002

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2827**Origem**

Assinale a opção correta.

- (a) O direito de prelação que resulta da natureza do direito real de garantia não sofre qualquer exceção.
- (b) A adjudicação judicial e a remição envolvem a excussão pignoratícia.
- (c) O direito real de garantia é divisível, pois o pagamento de parte do débito importará exoneração correspondente da garantia, se esta compreender vários bens.
- (d) O credor pignoratício, por investir-se na posse da coisa empenhada, está autorizado a usá-la.
- (e) O adquirente do imóvel hipotecado não tem o direito de resgate.

PM-FORTALEZA :: Procurador
Municipal
ESAF
2002

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2828**Origem**

O usufrutuário tem:

- (a) posse injusta
- (b) posse violenta
- (c) posse clandestina
- (d) posse direta
- (e) posse ad usucapionem

PM-FORTALEZA :: Procurador
Municipal
ESAF
2002

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2829**Origem**

A disposição contratual estipulada para garantir a execução de alguma cláusula especial do título obrigacional, possibilitando ao credor o direito de exigir a satisfação da pena cominada juntamente com o desempenho da obrigação principal, é:

- (a) cláusula penal compensatória.
- (b) cláusula penal moratória.
- (c) multa penitencial.
- (d) modalidade especial de arras.
- (e) obrigação facultativa.

PM-FORTALEZA :: Procurador
Municipal
ESAF
2002

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2830

Origem

Assinale a opção falsa.

PM-FORTALEZA :: Procurador
Municipal
ESAF
2002

- (a) Não se pode alegar usucapião pendendo condição suspensiva.
- (b) A posse ad usucapionem deverá ser exercida com animus domini, mansa e continuamente, durante o prazo exigido por lei.
- (c) A posse do credor pignoratício não afasta a possibilidade de usucapião.
- (d) O usucapião tem por fundamento a consolidação da propriedade, dando juridicidade a uma situação fática: a posse unida ao tempo.
- (e) O usucapião é um modo de aquisição da propriedade e de outros direitos reais (usufruto, uso, habitação, enfiteuse e servidão predial) pela posse prolongada da coisa com a observância dos requisitos legais.

Assuntos relacionados

Direito civil

98.10 SEFAZ-PA :: Fiscal de Tributos Estaduais

Q.2831

Origem

A obrigação consistente em um vínculo jurídico pelo qual o devedor se compromete a realizar diversas prestações, de tal modo que não se considerará cumprida a obrigação até a execução de todas as prestações prometidas, sem exclusão de uma só, é a

SEFAZ-PA :: Fiscal de Tributos
Estaduais
ESAF
2002

- (a) obrigação simples.
- (b) obrigação cumulativa.
- (c) obrigação facultativa.
- (d) obrigação disjuntiva.
- (e) obrigação alternativa.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2832

Origem

Depois de decretada a interdição,

SEFAZ-PA :: Fiscal de Tributos
Estaduais
ESAF
2002

- (a) será nomeado um curador ao interdito, por não ter mais a capacidade de exercício.
- (b) a pessoa interditada perde a capacidade de gozo, despindo-se de todos os atributos da personalidade.
- (c) recusa-se ao interdito a capacidade de direito.
- (d) nomear-se-á um tutor ao interdito, pois a capacidade de exercício supõe a de gozo.
- (e) a capacidade jurídica do interdito passará a ser limitada, visto que não mais terá o gozo de um direito, pois seu representante legal o exercerá em seu nome.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2833

Origem

Assinale a opção falsa.

SEFAZ-PA :: Fiscal de Tributos
Estaduais
ESAF
2002

- (a) Se a lei fixar prazo final de sua vigência, completado este ela não mais produzirá efeitos.
- (b) A cláusula de revogação deverá enumerar expressamente as leis ou disposições legais revogadas.
- (c) As disposições transitórias são elaboradas pelo legislador no próprio texto normativo para conciliar a nova norma com as relações já definidas pela anterior.
- (d) O critério *lex posterior derogat legi priori* significa que, de duas normas do mesmo escalão, a última prevalece sobre a anterior.
- (e) Os atos que forem praticados de conformidade com a antiga norma, no período que decorre entre a publicação da lei nova e o início de sua vigência, não terão validade.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2834

Origem

É dever do comodante

SEFAZ-PA :: Fiscal de Tributos
Estaduais
ESAF
2002

- (a) pagar as despesas extraordinárias e necessárias feitas pelo comodatário com a conservação da coisa emprestada, em caso de urgência, se não pôde ser avisado, oportunamente, para autorizá-las.
- (b) responder se, correndo risco o objeto do comodato, vier a salvar o que lhe pertence, abandonando aquele à sua sorte, fazendo com que, por culpa sua, sofra deteriorações.
- (c) restituir a coisa emprestada *in natura* no momento convencionado.
- (d) limitar o uso do bem ao estipulado no contrato ou de acordo com sua natureza, sob pena de responder por perdas e danos.
- (e) responder pela mora e pagar o aluguel pelo tempo do atraso em restituir o bem dado em comodato

Assuntos relacionados

Direito civil

98.11 SRF :: Auditor Fiscal da Receita Federal

Q.2835

Origem

A garantia locatícia - que não pode exceder ao valor de três meses de aluguel, efetuada mediante depósito em carteira de poupança autorizada pelo Poder Público pelo prazo de duração da locação, cabendo ao locatário as vantagens daí decorrentes, por ocasião do levantamento da soma respectiva - é o[a]

SRF :: Auditor Fiscal da Receita
Federal
ESAF
2002

Assuntos relacionados

Direito civil

- (a) seguro de fiança locatícia.
- (b) caução fidejussória.
- (c) caução real.
- (d) caução em dinheiro.
- (e) fiança.

Q.2836

Origem

Se na apólice estiver prevista a substituição da coisa segurada, fazendo-se o seguro por uma soma global, ter-se-á:

- (a) apólice aberta.
- (b) apólice simples.
- (c) apólice nominativa.
- (d) apólice ao portador.
- (e) apólice flutuante.

SRF :: Auditor Fiscal da Receita
Federal
ESAF
2002

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2837

Origem

Assinale a opção falsa.

- (a) A especialização do penhor, da hipoteca e da anticrese vem a ser a pormenorizada enumeração dos elementos caracterizadores da obrigação e do bem dado em garantia.
- (b) O objeto da caução de título de crédito é o próprio título em que se documenta o direito.
- (c) A lei não confere hipoteca à União, sobre aeronaves, peças e equipamentos adquiridos no exterior com aval, fiança ou qualquer outra garantia do Tesouro Nacional ou de seus agentes financeiros.
- (d) O usucapião de liberdade é um dos modos extintivos da hipoteca.
- (e) O anticresista tem direito de reter o imóvel do devedor pelo prazo de 15 anos, se outro menor não for avençado pelas partes ou até que seu crédito seja pago.

SRF :: Auditor Fiscal da Receita
Federal
ESAF
2002

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2838

Origem

A lanchonete "Casa do Pão de Queijo", por produzir e vender prestações de serviços inventadas pelo franqueador, sob o prisma contratual, é uma:

- (a) franquia industrial.
- (b) franquia de comércio.
- (c) franquia de serviço.
- (d) franquia de distribuição.
- (e) lifreding.

SRF :: Auditor Fiscal da Receita
Federal
ESAF
2002

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2839

Origem

Pode ser adquirida por usucapião:

- (a) a servidão não-aparente.
- (b) a servidão contínua e aparente.
- (c) a servidão altius non tollendi.
- (d) a servidão negativa.
- (e) a servidão descontínua e não-aparente.

SRF :: Auditor Fiscal da Receita
Federal
ESAF
2002

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2840

Origem

O repentino deslocamento de uma porção de terra por força natural violenta, desprendendo-se de um prédio para se juntar a outro, fazendo com que haja a aquisição da propriedade do acréscimo por parte do dono do imóvel a que se aderem essas terras, é o modo originário de aquisição de propriedade imobiliária denominado:

SRF :: Auditor Fiscal da Receita
Federal
ESAF
2002

Assuntos relacionados

- (a) aluvião própria.
- (b) acessão artificial.
- (c) aluvião imprópria.
- (d) abandono de álveo.
- (e) avulsão.

Direito civil

Q.2841

Origem

Assinale a opção correta.

SRF :: Auditor Fiscal da Receita
Federal
ESAF
2002

- (a) Para a configuração do direito de retenção será preciso que haja detenção de coisa alheia, originada por uma causa anormal ou ilícita.
- (b) Se houver cumprimento incompleto, defeituoso ou inexato da prestação por um dos contratantes, admite-se a exceptio non rite adimpleti contractus, em que o outro poderá recusar-se a cumprir a sua obrigação até que aquela prestação se complete ou melhore.
- (c) A responsabilidade pelos riscos da evicção não é inerente aos contratos onerosos.
- (d) A ignorância do vício redibitório pelo alienante o eximirá da responsabilidade.
- (e) O pacto de retrovenda não tem eficácia direta contra terceiros.

Assuntos relacionados

Direito civil

98.12 TCU :: Analista de Controle Externo

Q.2842

Origem

Um avalista avalizou documento cambial para seu irmão, por julgar que a quantia se destinava a ampliar determinado negócio, segundo informação deste último; porém, a verdade é que a importância visava encobrir certo valor indevidamente apropriado. Neste caso configurou-se:

TCU :: Analista de Controle
Externo
ESAF
2002

Assuntos relacionados

- (a) simulação absoluta.
- (b) simulação relativa subjetiva.
- (c) dolo principal.
- (d) dolo accidental.
- (e) simulação relativa objetiva.

Direito civil

Q.2843

Origem

Assinale a opção falsa.

TCU :: Analista de Controle
Externo
ESAF
2002

- (a) O locatário tem o dever de dar caução em dinheiro, garantia fidejussória ou seguro de fiança locatício, se o locador exigir, em caso de locação predial urbana.
- (b) Quando na fixação do preço se atender ao fracionamento de obra, considerando-se as partes em que ela se divide ou a medida, ter-se-á empreitada por preço de custo.
- (c) A prestação de serviço não pode ser convencionada por mais de quatro anos.
- (d) O comodato é um contrato real porque só se completa com a tradição do objeto.
- (e) O locador tem a obrigação de responder pelos vícios ocultos do bem locado, anteriores à locação.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2844

Origem

A classificação da obrigação em divisível e indivisível tem por base:

TCU :: Analista de Controle
Externo
ESAF
2002

- (a) o seu objeto.
- (b) seu modo de execução.
- (c) a pluralidade de sujeitos.
- (d) o seu conteúdo.
- (e) os seus elementos acidentais.

Assuntos relacionados

Direito civil

98.13 Banco Central :: Procurador

Q.2845

Origem

Uma galeria de quadros constitui:

Banco Central :: Procurador
ESAF
2002

- (a) universalidade de direito
- (b) coisa singular composta
- (c) coisa singular simples
- (d) universalidade de fato
- (e) coisa singular

Assuntos relacionados

Bens

98.14 INSS :: Auditor Fiscal da Previdência Social

Q.2846

Origem

Assinale a opção **falsa** .

INSS :: Auditor Fiscal da
Previdência Social
ESAF
2002

- (a) Os frutos estantes são os armazenados em depósitos para expedição ou venda.
- (b) Uma universalidade de direito constitui-se por bens singulares corpóreos heterogêneos ou incorpóreos, ante o fato de que a norma jurídica, com o intuito de produzir certos efeitos, lhes dá unidade.
- (c) são bens móveis por antecipação árvores convertidas em lenha.
- (d) O empréstimo ad pompam vel ostentationem de frutas para uma decoração, devendo estas ser devolvidas, faz com que sejam inconsumíveis até a restituição.
- (e) A pertença, apesar de ser coisa acessória, conserva sua individualidade e autonomia, tendo apenas com a principal uma subordinação econômico-jurídica, desde que haja incorporação.

Assuntos relacionados

Bens

98.15 PM-FORTALEZA :: Procurador Municipal

Q.2847

Origem

São atos não registráveis em circunscrição imobiliária:

PM-FORTALEZA :: Procurador
Municipal
ESAF
2002

- (a) os que constituem bem de família.
- (b) penhora, arresto e seqüestro de imóvel.
- (c) termos de responsabilidade pela preservação de floresta.
- (d) sentenças que adjudicarem bens de raiz em pagamento de débitos da herança.
- (e) opção de compra de imóvel e locação de serviço em imóvel.

Assuntos relacionados

Bens

98.16 Banco Central :: Procurador

Q.2848

Origem

Um pai tem seu filho seqüestrado, paga vultosa soma de resgate, vendendo jóias a preço inferior ao mercado, a quem tenha conhecimento do fato, aproveitando-se da situação, valendo-se do terror alheio. Tal venda será suscetível de anulação por:

Banco Central :: Procurador
ESAF
2002

- (a) coação
- (b) lesão
- (c) reserva mental
- (d) dolo
- (e) estado de perigo

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.2849

Origem

Venda realizada a terceiro para que transmita a coisa a descendente do alienante, a quem se tem a intenção de transferi-la desde o início, é suscetível de ser anulada em razão de:

Banco Central :: Procurador
ESAF
2002

- (a) simulação relativa subjetiva.
- (b) dolo de terceiro.
- (c) dolo de ambas as partes.
- (d) simulação absoluta.
- (e) simulação relativa objetiva.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.2850

Origem

No mercado de Barretos (Estado de São Paulo), os negócios de gado, por mais avultados que sejam, celebram-se dentro da maior confiança, verbalmente, dando origem a:

Banco Central :: Procurador
ESAF
2002

- (a) princípio geral de direito
- (b) costume praeter legem
- (c) costume contra legem
- (d) desuso
- (e) costume secundum legem

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Capítulo 99

FCC

99.1 TCE-PI :: Assessor Jurídico

Q.2851

Já promovida a interdição, quando necessária, não corre prescrição contra

- (a) pródigos e menores de dezesseis anos.
- (b) surdos mudos que não puderem exprimir sua vontade e maiores de dezesseis mas menores de vinte e um anos.
- (c) menores absoluta ou relativamente incapazes.
- (d) menores de dezesseis anos e surdos mudos que não puderem exprimir sua vontade.
- (e) loucos e pródigos.

Origem

TCE-PI :: Assessor Jurídico
FCC
2002

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

99.2 TCE-SE :: Subprocurador

Q.2852

Dispondo o artigo 175 do Código Civil que "a prescrição não se interrompe com a citação nula por vício de forma, por circunduta, ou por se achar perempta a instância, ou a ação", significa que a prescrição não se terá por interrompida

- (a) se ordenada a citação por Juiz incompetente.
- (b) se o processo for extinto sem apreciação do mérito, em razão de inércia do autor, que deixou de promover os atos e diligências que lhe competiam, abandonando-o por mais de trinta dias.
- (c) se houver extinção do processo com julgamento do mérito.
- (d) se o processo vier a ser suspenso por convenção das partes.
- (e) se o autor não comparecer à audiência para prestar depoimento pessoal.

Origem

TCE-SE :: Subprocurador
FCC
2002

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

99.3 TRE-PI :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.2853

Origem

Corria uma prescrição contra Joaquim e ele veio a morrer. Nesse caso, a

TRE-PI :: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2002

(a) morte interrompe o curso da prescrição, recomeçando a contar do início contra os herdeiros.

(b) morte suspende o curso da prescrição, que recomeça a correr contra os herdeiros trinta dias depois.

(c) prescrição continua a correr contra seus herdeiros, se não existirem causas impeditivas ou suspensivas.

(d) prescrição deixa de correr e é considerada extinta para todos os fins.

(e) prescrição continua a correr, mas o prazo prescricional é contado em dobro.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

99.4 TCE-PI :: Assessor Jurídico

Q.2854

Origem

Na responsabilidade civil subjetiva, o agente poderá ser compelido a indenizar a vítima, se o ato, embora não considerado ilícito, for praticado

TCE-PI :: Assessor Jurídico
FCC
2002

(a) em estado de necessidade.

(b) em legítima defesa própria.

(c) no exercício regular de um direito.

(d) no cumprimento do estrito dever legal.

(e) em legítima defesa de outrem.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

99.5 TJ-RN :: Juiz Substituto

Q.2855

Origem

Pode-se afirmar que há responsabilidade civil objetiva

TJ-RN :: Juiz Substituto
FCC
2002

(a) do patrão em caso de acidente do trabalho.

(b) no contrato de transporte de coisas, por via terrestre, estando a cláusula de segurança implícita na obrigação de custódia.

(c) pessoal dos profissionais liberais na prestação de serviço considerado defeituoso, quando o contrato for regido pelo Código de Defesa do Consumidor.

(d) do curador pelos atos de seus curatelados dementes, em qualquer circunstância.

(e) sempre que se verificar o dano moral, independentemente do dano material.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

99.6 PGE-SP :: Procurador Geral do Estado

Q.2856

Origem

Considerando-se a antecipação de tutela genérica prevista no art. 273 e a antecipação de tutela específica das obrigações de fazer e não fazer do art. 461, §3o, ambos do CPC, é correto afirmar que

PGE-SP :: Procurador Geral do
Estado
FCC
2002

- (a) apesar do art. 461, §3o, nada mencionar quanto à irreversibilidade da medida, deve-se também tê-la como limite, pois aplica-se o disposto no §2o, do artigo 273, que é dispositivo que regulamenta genericamente a antecipação de tutela em nosso sistema jurídico, razão pela qual esse parâmetro deve ter os mesmos contornos em ambas as normas.
- (b) a antecipação do art. 273 tem como limite absolutamente intransponível à sua concessão a irreversibilidade da medida, enquanto que é da própria natureza da antecipação do art. 461, §3o, a irreversibilidade.
- (c) a decisão que defere a tutela do art. 273 e a do art. 461, em primeiro grau de jurisdição, pode ser impugnada por recurso que, a princípio, somente terá efeito devolutivo, tal qual a apelação da sentença que confirma a antecipação de tutela antes concedida.
- (d) a decisão quanto à antecipação do art. 273 decorre de cognição sumária, enquanto a antecipação do art. 461, §3o, exige cognição plena, razão pela qual comporta, inclusive, audiência de justificação, o que não se verifica quanto àquela.
- (e) ambas medidas somente podem ser deferidas ou indeferidas liminarmente, ou, quanto à tutela antecipada das obrigações de fazer ou não fazer, até a audiência de justificação prévia.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

99.7 MP - PE :: Promotor de Justiça

Q.2857

Origem

Nos processos de execução por quantia certa contra devedor solvente, a teoria da desconsideração da pessoa jurídica pode ser aplicada

MP - PE :: Promotor de Justiça
FCC
2002

- (a) para admitir que a sociedade irregularmente constituída integre o pólo passivo da demanda.
- (b) para admitir que o patrimônio individual do sócio responda pela dívida da sociedade.
- (c) quando inviabilizada a citação pessoal do representante legal da sociedade.
- (d) para permitir que o credor tenha a alternativa de endereçar a execução contra o sócio (pessoa física) ou a sociedade (pessoa jurídica).
- (e) para justificar a extinção da execução, sem julgamento do mérito, pelo Juízo por falta de uma das condições da ação.

Assuntos relacionados

Sociedade

99.8 PGE-SP :: Procurador Geral do Estado

Q.2858

Ajuizada execução fiscal contra determinada pessoa jurídica, indicada como única devedora na certidão de dívida ativa, e citada válida e regularmente para pagar, sob pena de penhora,

(a) os bens particulares do sócio serão penhorados, caso não localizados bens da executada na comarca na qual tramita a ação, pois são responsáveis solidários com a sociedade quanto às obrigações tributárias.
(b) poderão ser indicados à penhora bens de terceiros responsáveis, que serão oportunamente intimados para proceder à remição dos bens ou ao pagamento da dívida, sob pena de tornarem-se obrigatoriamente parte na relação processual.

(c) somente mostra-se admissível, como meio de defesa, a oposição dos embargos à execução, após a garantia do juízo, ainda que a matéria a ser suscitada seja o pagamento integral do débito, pela executada, antes da propositura da ação.

(d) opostos embargos à execução - depois de garantido o juízo - e julgados procedentes apenas em parte, terá a exequente o prazo de 30 dias para recorrer, sob pena de consumação da coisa julgada.

(e) se opostos embargos à execução, o julgamento destes não deverá ser influenciado pela procedência de ação declaratória de inconstitucionalidade da lei que impunha a cobrança do tributo que originou a dívida, caso o trânsito em julgado desta decisão ocorrer após o oferecimento da impugnação pela embargada.

Origem

PGE-SP :: Procurador Geral do
Estado
FCC
2002

Assuntos relacionados

Sociedade

99.9 TCE-PI :: Assessor Jurídico

Q.2859

A desconsideração da personalidade da pessoa jurídica pelo Juiz importa

(a) a anulação de seu ato constitutivo para que os sócios respondam pelas dívidas da sociedade.

(b) atingir o patrimônio de seus sócios, quando agirem contrariamente à lei ou a seus estatutos, a fim de ressarcir os prejudicados.

(c) suspensão de sua existência legal até a solução de todos os seus débitos.

(d) a declaração de indisponibilidade dos bens dos sócios, enquanto não provada a legalidade de todos os seus atos por ocasião da extinção de uma sociedade.

(e) o cancelamento do registro, ficando extinta a pessoa jurídica.

Origem

TCE-PI :: Assessor Jurídico
FCC
2002

Assuntos relacionados

Sociedade

99.10 TJ-RN :: Juiz Substituto

Q.2860

Origem

Na sucessão legítima, é correto afirmar que

TJ-RN :: Juiz Substituto
FCC
2002

- (a) o cônjuge sobrevivente na constância da sociedade conjugal concorre na herança com o colaterais até o quarto grau.
- (b) os descendentes do herdeiro excluído por indignidade também são excluídos da sucessão.
- (c) o direito representação, na linha transversal, só se dá em favor dos filhos de irmão do falecido, quando concorrerem com irmão deste.
- (d) o direito de representação se dá na linha reta ascendente e descendente.
- (e) não havendo herdeiros da classe dos descendentes, são chamados à sucessão o cônjuge ou o companheiro e inexistindo qualquer destes, chamam-se os ascendentes.

Assuntos relacionados

Sociedade

99.11 TCE-SE :: Subprocurador

Q.2861

Origem

São pessoas jurídicas de Direto privado

TCE-SE :: Subprocurador
FCC
2002

- (a) as sociedades de economia mista e as autarquias.
- (b) os partidos políticos e as empresas públicas.
- (c) as fundações e o Distrito Federal.
- (d) somente as pessoas jurídicas mercantis.
- (e) o condomínio em edificações e a sociedade de fato.

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

99.12 PGE-SP :: Procurador Geral do Estado

Q.2862

Origem

As servidões de trânsito por caminho marcado, de canalização de águas servidas e a altius non tollendi, são classificadas, respectivamente, como

PGE-SP :: Procurador Geral do
Estado
FCC
2002

- (a) descontínuas e aparentes; contínuas e não aparentes; contínuas e aparentes.
- (b) contínuas e não aparentes; contínuas e aparentes; descontínuas e aparentes.
- (c) contínuas e não aparentes; contínuas e não aparentes; contínuas e aparentes.
- (d) contínuas e não aparentes; descontínuas e aparentes; descontínuas e não aparentes.
- (e) descontínuas e aparentes; contínuas e aparentes; contínuas e não aparentes.

Assuntos relacionados

Servidões

99.13 MP - PE :: Promotor de Justiça

Q.2863

Origem

A esposa de Roque morreu e, antes que ele providenciasse o inventário dos bens do casal e desse partilha aos filhos herdeiros, casou-se com Roberta. Nesse caso, existia um impedimento

MP - PE :: Promotor de Justiça
FCC
2002

- (a) dirimente relativo e o casamento pode ser anulado por quem detenha o legítimo interesse.
- (b) dirimente absoluto e está o casamento contaminado por nulidade de pleno direito.
- (c) impeditivo, o novo casamento é válido, mas está sujeito a sanções de ordem civil.
- (d) proibitivo e sua transgressão dá ensejo à existência do casamento putativo.
- (e) impeditivo relativo, e o novo casamento pode ser convalidado, se requerido no prazo legal.

Assuntos relacionados

Casamento

Q.2864

Origem

Os conviventes podem, de comum acordo e a qualquer tempo, requerer a conversão da união estável em casamento,

MP - PE :: Promotor de Justiça
FCC
2002

- (a) dispensadas as formalidades usuais, salvo o decurso dos editais com prazo de 60 dias.
- (b) sendo, nesse caso, obrigatório o regime de separação total de bens.
- (c) independentemente de qualquer prova ou habilitação.
- (d) por requerimento ao Oficial do Registro Civil da Circunscrição de seu domicílio.
- (e) sendo desnecessário o assento e valendo a cópia autenticada do requerimento como certidão do casamento.

Assuntos relacionados

Casamento

99.14 PGE-SP :: Procurador Geral do Estado

Q.2865

Paulo e Maria casaram-se, um ano após o nascimento de sua filha Paula, pelo regime da comunhão parcial de bens. Por convenção antenupcial doaram seus bens de um a outro, para depois da morte, e excluíram da comunhão os frutos dos bens particulares de cada cônjuge, percebidos na constância do casamento. Nesse caso, é correto afirmar que

- (a) entram na comunhão os bens adquiridos na constância do casamento por título oneroso, ainda que só em nome de um dos cônjuges, como também os adquiridos com valores pertencentes exclusivamente a um dos cônjuges em sub-rogação de bens particulares.
- (b) a comunhão dos aqüestos é rechaçada pelo legislador brasileiro, no regime de bens escolhido por Paulo e Maria.
- (c) é nula a primeira disposição do pacto celebrado, na parte em que a liberalidade excedeu o que o cônjuge poderia dispor em testamento.
- (d) o regime de bens adotado pelo casal contrariou disposição expressa de lei, pois, em decorrência da gravidez de Maria, é obrigatória a separação de bens.
- (e) dissolvida a sociedade conjugal pela morte, a integralidade dos bens do patrimônio comum e individual devem ser partilhados.

Origem

PGE-SP :: Procurador Geral do
Estado
FCC
2002

Assuntos relacionados

Casamento

99.15 MP - PE :: Promotor de Justiça

Q.2866

A ação especial de alimentos NÃO pode ser ajuizada

- (a) pelo menor em face do espólio do indigitado pai.
- (b) pela nora em face dos sogros.
- (c) pelo filho menor adulterino em face dos filhos legítimos do indigitado pai.
- (d) pelo pai em face da filha casada que dependa economicamente do marido.
- (e) pela mulher que, mesmo separada de fato do marido, permaneça vivendo no domicílio do casal.

Origem

MP - PE :: Promotor de Justiça
FCC
2002

Assuntos relacionados

Alimentos

Q.2867

Origem

Émerson, maior de idade e necessitado, pediu alimentos a seu pai, Cléberson, que nunca lhe pagou nada a esse título. Na contestação, Cléberson alegou renúncia aos alimentos, pois nunca lhe foram cobrados, e, em assim não sendo, prescrição dos valores. Nesse caso, é importante lembrar que

MP - PE :: Promotor de Justiça
FCC
2002

Assuntos relacionados

Alimentos

- (a) os alimentos são irrenunciáveis, assim como as verbas alimentares são imprescritíveis.
 - (b) deixar de exercer o direito de pedir alimentos induz sua renúncia, além do que não se cobra parcela atrasada a título de alimentos.
 - (c) os alimentos são irrenunciáveis, mas quem viveu até agora sem as parcelas atrasadas já decaiu do direito de cobrá-las.
 - (d) não ocorreu a renúncia aos alimentos, que deve sempre ser expressa, e que as verbas alimentares não renunciadas são imprescritíveis.
 - (e) os alimentos são irrenunciáveis e a prescrição ocorre em cinco anos, mês a mês.
-

Q.2868

Origem

Lúcio, para esconder receitas oriundas de venda e compra de imóveis, negociava-os em nome de seu amigo Ângelo, usando-o como "laranja" ou "testa de ferro". Em cada contrato, o ato jurídico foi viciado

MP - PE :: Promotor de Justiça
FCC
2002

Assuntos relacionados

Contratos

- (a) pela simulação, podendo ser anulado a requerimento de quem tenha legítimo interesse.
 - (b) pela simulação e não gera nenhum efeito, porque é nulo de pleno direito.
 - (c) pelo dolo, em face da má-fé de Lúcio e de Ângelo, causa de sua nulidade.
 - (d) pelo dolo de Lúcio e pela ignorância de Ângelo, considerando-se inexistente.
 - (e) pela coação irresistível de Lúcio sobre Ângelo, sem a qual ele não subscreveria os atos necessários.
-

99.16 TCE-PI :: Assessor Jurídico

Q.2869

Ensina Orlando Gomes que "para justificar as exceções que a equidade impõe ao princípio da intangibilidade do conteúdo dos contratos, a doutrina, inicialmente, faz ressurgir antiga proposição do Direito canônico, a chamada cláusula *rebus sic stantibus* e, em seguida, adotou a construção teórica conhecida por teoria da imprevisão". Interpretando essa colocação do renomado jurista, conclui-se que

- (a) o Juiz só pode promover a revisão das cláusulas contratuais, se argüida a exceção do contrato não cumprido.
- (b) o princípio da autonomia da vontade não vigora atualmente, sendo que em qualquer situação o Juiz pode rever as cláusulas contratuais.
- (c) o princípio da intangibilidade veda a revisão dos contratos pelo Juiz, ressalvando-se, todavia, as hipóteses abarcadas pela teoria da imprevisão ou com fundamento na cláusula *rebus sic stantibus*.
- (d) a impossibilidade de revisão dos contratos pelo Juiz se funda no princípio da relatividade, só derogado pela teoria da imprevisão ou pela cláusula *rebus sic stantibus*.
- (e) não mais vigoram os princípios da autonomia da vontade e da força obrigatória dos contratos, que foram substituídos pelas regras da obrigação natural.

Origem

TCE-PI :: Assessor Jurídico
FCC
2002

Assuntos relacionados

Contratos

99.17 TCE-SE :: Subprocurador

Q.2870

O princípio da relatividade dos efeitos dos contratos significa que

- (a) se produzem exclusivamente entre as partes e por isto não aproveitam nem prejudicam terceiros.
- (b) o Poder Judiciário não pode alterar cláusulas contratuais.
- (c) deve ser preservada a equação econômica do contrato, sob pena de nulidade.
- (d) sempre deve aplicar-se a teoria da imprevisão.
- (e) a autonomia da vontade está limitada pelas disposições legais.

Origem

TCE-SE :: Subprocurador
FCC
2002

Assuntos relacionados

Contratos

Q.2871

Origem

José, agricultor, comprometeu-se, em 30 de dezembro de 2000, a vender toda safra de trigo, ao moinho "X", no dia 30 de maio de 2001, sob a condição de o preço do trigo, até aquela data, atingir determinado valor. Verificando que o preço do trigo somente caía, resolveu vender, em 28 de fevereiro de 2001, o produto para o moinho "Y". Deu-se, todavia, que, inesperadamente, em 30 de maio, o preço do trigo atingiu o valor ajustado entre José e o moinho "X", que exigiu a entrega do produto. Não tendo isto sido possível, o moinho "X" exigiu indenização, a que

TCE-SE :: Subprocurador
FCC
2002

Assuntos relacionados

Contratos

- (a) não tem direito, porque, subordinando-se a eficácia do ato a condição suspensiva, enquanto esta se não verificar, não se terá adquirido o direito, a que ele visa.
- (b) não tem direito, porque José celebrou, apenas, um contrato preliminar, que não obriga as partes.
- (c) tem direito porque, se alguém dispuser de uma coisa sob condição suspensiva, e, pendente esta, fizer quanto àquela novas disposições, estas não terão valor, realizada a condição, se com ela forem incompatíveis.
- (d) terá direito pela metade dos prejuízos apenas, pois o risco era de ambas as partes.
- (e) terá direito a receber o preço do trigo em dobro, porque, neste caso, o encargo acordado de o vendedor guardar o bem até a data aprazada não suspendeu a aquisição nem o exercício do direito pelo comprador.

99.18 TJ-RN :: Juiz Substituto

Q.2872

Origem

Caio, em 20/05/2002, ajuizou ação de rescisão de contrato contra Tício, perante a 2ªVara Cível da Comarca de Mirandópolis. O despacho ordenado a citação de Tício foi proferido em 22/05/2002, sendo Tício citado em 10/06/2002. No tocante a Tício, este havia ajuizado perante a 1ªVara Cível da referida Comarca ação para compelir Caio a cumprir o mesmo contrato. A ação de Tício fora ajuizada em 18/05/2002 e a determinação de citação havia ocorrido em 25/05/2002, sendo Caio citado em 08/06/2002. Havendo conexão entre as duas ações, deverão ser reunidas para julgamento conjunto perante a

TJ-RN :: Juiz Substituto
FCC
2002

Assuntos relacionados

Contratos

- (a) 2ªVara Cível, que está preventa, pois a determinação de citação ocorreu em primeiro lugar.
- (b) 1ªou 2ªVara Cível, dependendo de qual juiz acolha a legação de conexão em primeiro lugar
- (c) 2ªVara Cível, que está preventa por força da continência.
- (d) 1ªVara Cível, que está preventa, pois a citação naquele processo ocorreu em primeiro lugar.
- (e) 1ªVara Cível, que está preventa pois a ação foi para ela distribuída em primeiro lugar.

Q.2873

Origem

Denomina-se exceção do contrato não cumprido a regra segundo a qual

TJ-RN :: Juiz Substituto
FCC
2002

- (a) o distrato se dará sempre pela forma por que firmado o contrato.
- (b) subordinando-se a eficácia do negócio jurídico a condição suspensiva, enquanto esta não se verificar não se poderá exercer o direito a que ele se verificar não se poderá exercer o direito a que ele visa, embora este direito já se considere adquirido.
- (c) o que estipula em favor de terceiro pode exigir o cumprimento da obrigação, se não o fizer o terceiro em favor de quem se estipulou a obrigação.
- (d) nos contratos bilaterais, nenhum dos contraentes antes de cumprida a sua obrigação, pode exigir o implemento da do outro.
- (e) os contratos valem apenas entre as partes, não beneficiando nem prejudicando terceiros.

Assuntos relacionados

Contratos

99.19 TRE-PI :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.2874

Origem

Rubens celebrou um contrato contendo uma cláusula de não valer sem instrumento público. Nesse caso,

TRE-PI :: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2002

- (a) o instrumento público é da substância do ato.
- (b) a cláusula é reputada inexistente, se o instrumento público não for da substância do ato.
- (c) o contrato só é legal se seu objeto for o pacto antenupcial ou o reconhecimento de filho.
- (d) a vontade das partes não pode suplantar a da lei, quando esta não exige instrumento público.
- (e) o ato jurídico é nulo, por expressa disposição legal.

Assuntos relacionados

Contratos

99.20 PGE-SP :: Procurador Geral do Estado

Q.2875

Origem

É correto afirmar que

PGE-SP :: Procurador Geral do
Estado
FCC
2002

- (a) a cláusula comissória não é aceita nos direitos reais de garantia.
- (b) é válida a constituição de uma hipoteca onde se estipule que o credor hipotecário fique com o bem dado em garantia, se a dívida não for paga no vencimento.
- (c) são direitos reais de garantia o penhor, a hipoteca e a servidão.
- (d) constituído o usufruto em favor de cônjuges, o falecimento de um deles gera, automaticamente, o direito de acrescer ao sobrevivente.
- (e) o direito hereditário e o usucapião são direitos reais que necessitam para sua aquisição da transcrição no registro de imóveis.

Assuntos relacionados

Direitos reais

99.21 MP - PE :: Promotor de Justiça

Q.2876

Origem

A Constituição Federal contempla uma figura de usucapião de área urbana que, diferentemente dos usucapiões ordinário e extraordinário do Código Civil, além de outros requisitos,

MP - PE :: Promotor de Justiça
FCC
2002

- (a) exige sua utilização para moradia do possuidor ou de sua família.
- (b) pode ser reconhecido ao possuidor, como direito, mais de uma vez.
- (c) tem por objeto imóveis públicos ou particulares.
- (d) incide sobre imóvel de, no máximo, quinhentos metros quadrados.
- (e) não pode ser deferido a duas pessoas, salvo se forem marido e mulher.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2877

Origem

Luís teve três filhos: Edílson, Rogério e José. Os filhos deram a Luís, respectivamente, os netos Edílson Júnior, Rogério Júnior e José Júnior. Edílson matou o irmão Rogério e, no dia seguinte, matou também Luís e teve sua indignidade declarada por sentença. Na sucessão de Luís concorrem

MP - PE :: Promotor de Justiça
FCC
2002

- (a) Edílson Júnior, por direito de representação, e José; Rogério era pré-morto.
- (b) Edílson, Rogério Júnior e José, o segundo por direito de representação.
- (c) Rogério Júnior, por direito de representação, e José; o indigno não herda nem é representado.
- (d) José, unicamente; Edílson foi declarado indigno e Rogério era pré-morto.
- (e) Edílson Júnior, Rogério Júnior e José, os dois primeiros por direito de representação.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2878

Origem

Minha cachorrinha Cindy fugiu e publiquei anúncio dizendo que daria quinhentos reais para quem a encontrasse e me devolvesse. Osvaldo, pessoa muito rica, encontrou-a e devolveu-me. Nesse caso,

MP - PE :: Promotor de Justiça
FCC
2002

- (a) não se configura a obrigação unilateral, porque esta implica promessa solene e formal.
- (b) posso recompensar Osvaldo com o valor que quiser, porque a promessa não gera obrigação.
- (c) não estou obrigado ao pagamento, porque Osvaldo é pessoa rica e não agiu movido pela recompensa.
- (d) tenho a obrigação de pagar o valor prometido, porque me comprometi àquele pagamento.
- (e) não se trata de obrigação unilateral, porque está ausente o requisito da aceitação expressa.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2879

Origem

Realizei meu sonho comprando uma casa, recebi a escritura de venda e compra e levei-a para registrar. Como o Oficial fez algumas exigências, que achei descabidas, requeri que ele suscitasse dúvida para que o juízo competente a dirimisse. Nesse caso,

MP - PE :: Promotor de Justiça
FCC
2002

Assuntos relacionados

- (a) o oficial providenciará a prenotação do título pelo prazo máximo de trinta dias.
- (b) a decisão terá natureza administrativa e não impedirá o uso do processo contencioso adequado.
- (c) eu posso contestar a dúvida perante o juízo, no prazo de dez dias contados de minha citação.
- (d) o Ministério Público será ouvido no prazo de dez dias, mas não poderá recorrer da decisão.
- (e) eu posso produzir livremente as provas pertinentes e permitidas em direito.

Direito civil

99.22 PGE-SP :: Procurador Geral do Estado

Q.2880

Origem

Em 6 de maio de 2002, Pedro, fazendeiro, comprou de João, seu vizinho e amigo, um touro de raça, com o fim de usá-lo como reprodutor. A entrega do animal ficou marcada para um mês depois do ajuste. No entanto, o comprador, de posse do animal, veio a descobrir ser este estéril. Hoje, quanto a eventual direito de Pedro, é correto afirmar que ele

PGE-SP :: Procurador Geral do
Estado
FCC
2002

Assuntos relacionados

- (a) poderá propor ação redibitória em face de João, pela ocorrência do vício oculto, uma vez que o prazo prescricional não se escoou.
- (b) não poderá pleitear abatimento no preço pago, em ação judicial, ainda que demonstrado o vício redibitório, por estar prescrita a ação.
- (c) poderá anular o negócio celebrado em decorrência de erro sobre qualidade essencial do animal, uma vez que o prazo prescricional não se escoou.
- (d) poderá optar em propor ação anulatória ou redibitória.
- (e) não poderá optar em pedir o abatimento do preço ou a rescisão do negócio, pois se trata de vício redibitório.

Direito civil

Q.2881

Origem

I. O parcelamento do solo é admitido para fins urbanos em zona urbana, de extensão urbana ou de urbanização específica assim definida em plano diretor e aprovada por lei estadual.

II. São espécies de parcelamento do solo urbano: desmembramento e loteamento.

III. O loteador, ainda que já tenha vendido todos os lotes, ou os vizinhos, são partes legítimas para promover ação destinada a impedir construção em desacordo com restrições legais ou contratuais.

IV. Considera-se desmembramento a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias já existentes.

V. Nos contratos de compromisso de venda e compra será nula de pleno direito a cláusula de rescisão por inadimplemento do adquirente, quando o loteamento não estiver regularmente registrado.

SOMENTE está correto o que se afirma em

- (a) I e II.
- (b) II e IV.
- (c) IV e V.
- (d) I, II e IV.
- (e) II, III e V.

PGE-SP :: Procurador Geral do
Estado
FCC
2002

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2882

Origem

A cláusula penal

(a) confunde-se com a obrigação alternativa, pois havendo inadimplemento da obrigação principal, o credor pode exigir ou o cumprimento da obrigação ou a pena convencionada.

(b) corresponde a uma condição, pois sua exigibilidade está suspensa até o momento da ocorrência do inadimplemento.

(c) estipulada contra quem não cumpre a sua obrigação, não se confunde com a multa penitencial que é forma de exercício do direito de arrependimento e importa em indenização por uma expectativa não realizada.

(d) guarda afinidade com as arras, tendo ambas finalidade de reforço do vínculo, porém diferenciam-se quanto à natureza real, da primeira, e consensual, da última.

(e) é convencionada para proteção do devedor, atuando como limitação de sua responsabilidade na medida em que prefixa a indenização a ser paga em caso de inadimplemento da obrigação.

PGE-SP :: Procurador Geral do
Estado
FCC
2002

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2883

Origem

I. Os direitos da personalidade são absolutos, extrapatrimoniais, intransmissíveis, imprescritíveis, impenhoráveis, irrenunciáveis, vitalícios e necessários.

II. A ofensa ilícita aos direitos da personalidade gera uma obrigação de indenizar.

III. A tutela civil aos direitos da personalidade se exerce por meio de sanções, podendo compreender pedidos não cumuláveis de indenização e de imposição de pena.

IV. A proteção legal do direito ao nome não se organiza exclusivamente no interesse do indivíduo, mas também da sociedade, daí não se restringir às ações de indenização, proibição de utilização ou usurpação, mas prever normas protetivas no campo do direito público: penal e administrativo.

V. O princípio da inalterabilidade do nome não é de ordem pública, por consequência é possível a alteração do nome quando houver erro gráfico, exposição do seu portador ao ridículo ou causar embaraços, tal como a homonímia.

SOMENTE está correto o que se afirma em

- (a) I e II.
- (b) II e IV.
- (c) IV e V.
- (d) I, II e IV.
- (e) II, III e V.

PGE-SP :: Procurador Geral do
Estado
FCC
2002

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2884

Origem

Marcos, Alberto, Carla, José e Paulo são irmãos. Quando José morreu e deixou quatrocentos mil reais de herança, os três primeiros eram falecidos. Marcos deixou dois netos: Kátia e Manoel, Alberto dois filhos: Mauro e João, e Carla não deixou descendentes. Aberta a sucessão, a herança será deferida

PGE-SP :: Procurador Geral do
Estado
FCC
2002

Assuntos relacionados

(a) a Paulo, duzentos mil reais; a Mauro, João, Kátia e Manoel, cinquenta mil reais a cada um.

(b) igualmente a Paulo, Mauro, João, Kátia e Manoel.

(c) a Paulo integralmente.

(d) igualmente a Paulo, Mauro e João.

(e) a Paulo, duzentos mil reais; a Mauro e João, cem mil reais a cada um.

Direito civil

Q.2885

Origem

Caio, menor com 16 (dezesesseis) anos de idade, durante o horário regular de aula, consegue evadir-se da escola vindo a furtar e danificar alguns equipamentos de uma loja nas redondezas. Neste caso, é INCORRETO afirmar:

PGE-SP :: Procurador Geral do
Estado
FCC
2002

- (a) os seus pais poderão se eximir da responsabilidade de indenizar o comerciante lesado, comprovada em concreto a ausência de culpa.
- (b) o menor responderá com seu patrimônio pelos prejuízos provocados, caso fique comprovado ser o causador dos danos.
- (c) a culpa, para efeito de caracterização da obrigação de indenizar, pode ser própria ou de terceiro. A responsabilidade civil dos pais, em relação ao menor, é do segundo tipo.
- (d) para configuração da responsabilidade civil, na espécie, há necessidade de se comprovar: a antijuridicidade da conduta dos pais do menor; a ocorrência do dano e sua extensão e o nexo de causalidade.
- (e) o pai que perdeu judicialmente o pátrio poder não tem responsabilidade sobre os atos lesivos praticados pelo menor.

Assuntos relacionados

Direito civil

99.23 TCE-PI :: Assessor Jurídico

Q.2886

Origem

Para responder esta questão considere a disposição legal abaixo e o fato descrito. Lei no 6.766, de 19/12/1979, dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências: "Art. 4o - Os loteamentos deverão atender, pelo menos, aos seguintes requisitos:

TCE-PI :: Assessor Jurídico
FCC
2002

.....

II. os lotes terão área mínima de 125m² (cento e vinte e cinco metros quadrados) e frente mínima de 5 (cinco) metros, salvo quando a legislação estadual ou municipal determinar maiores exigências, ou quando o loteamento se destinar a urbanização específica ou edificação de conjuntos habitacionais de interesse social, previamente aprovados pelos órgãos públicos competentes." José faleceu, deixando um único bem, consistente de terreno com 200 m² herdado por seus filhos Pedro e João. Considerando o disposto na regra legal transcrita, o terreno, inexistindo as exceções nela estabelecidas,

Assuntos relacionados

Direito civil

- (a) poderá sofrer divisão geodésica apenas depois de cinco (05) anos da morte de José.
- (b) permanecerá indivisível somente até o término do inventário de José.
- (c) deixará de ser indivisível com a morte de José, para atender ao direito dos herdeiros, no instante do óbito.
- (d) tornar-se-á divisível mediante escritura pública de divisão registrada no Serviço de Registro de Imóveis.
- (e) não poderá sofrer divisão geodésica, mas poderão os herdeiros tornarem-se condôminos.

99.24 TCE-SE :: Subprocurador

Q.2887

Origem

O princípio geral de Direito ” *nemo auditur propriam turpitudinem allegans*” foi incorporado em disposição do Código Civil segundo a qual

TCE-SE :: Subprocurador
FCC
2002

(a) no apreciar a coação, se terá em conta o sexo, a idade, a condição, a saúde, o temperamento do paciente e todas as demais circunstâncias, que lhe possam influir na gravidade.

(b) os atos de transmissão gratuita de bens, ou remissão de dívida, quando os pratique o devedor já insolvente, ou por eles reduzido à insolvência, poderão ser anulados pelos credores quirografários como lesivos dos seus direitos.

(c) o erro na indicação da pessoa, ou coisa, a que se referir a declaração de vontade, não viciará o ato, quando, por seu contexto e pelas circunstâncias, se puder identificar a coisa ou pessoa cogitada.

(d) tendo havido intuito de prejudicar a terceiros, ou infringir preceito de lei, nada poderão alegar, ou requerer os contraentes em juízo quanto à simulação do ato, em litígio de um contra o outro, ou contra terceiros.

(e) nos atos bilaterais o silêncio intencional de uma das partes a respeito de fato ou qualidade que a outra parte haja ignorado, constitui omissão dolosa, provando-se que sem ela se não teria celebrado o contrato.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2888

Origem

José, com dezenove (19) anos de idade, foi nomeado para um cargo de provimento em comissão e Pedro, com a mesma idade, aprovado em concurso público, foi nomeado e entrou imediatamente em exercício no respectivo cargo público. Neste caso, a incapacidade

TCE-SE :: Subprocurador
FCC
2002

(a) cessou para José e Pedro definitivamente.

(b) cessou para José, enquanto estiver exercendo o cargo para o qual foi nomeado, e para Pedro, definitivamente.

(c) cessou para Pedro, mas não cessou para José.

(d) não cessou nem para José, nem para Pedro, salvo se tiverem sido previamente emancipados.

(e) cessará para José e para Pedro enquanto estiverem no exercício dos respectivos cargos.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2889

Origem

Não se considera ilícito o ato, entretanto, o agente poderá, em alguma circunstância, ser compelido a indenizar a vítima, quando praticá-lo

TCE-SE :: Subprocurador
FCC
2002

(a) no exercício regular de um direito.

(b) em legítima defesa.

(c) com imprudência ou imperícia.

(d) com negligência.

(e) em estado de necessidade.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2890

Origem

O município "X" instituiu, pela Lei no 1, que entrou em vigor em 01/01/1990, procedimento administrativo próprio para a demissão de servidores estatutários, onde foi assegurado o prazo de dez (10) dias para a defesa prévia e de vinte (20) dias para as alegações finais. A Lei no 2, que entrou em vigor em 01/01/1998 alterou os prazos da defesa prévia para cinco (05) dias e das razões finais para dez (10) dias. José estava sendo processado, sendo que apresentou sua defesa prévia na vigência da Lei no 1, mas para a apresentação das razões finais foi intimado na vigência da Lei no 2) Seu prazo para apresentação de razões finais será de

TCE-SE :: Subprocurador
FCC
2002

Assuntos relacionados

Direito civil

- (a) dez (10) dias, porque em razão do efeito imediato da lei nova esta irá atingir as partes posteriores dos processos pendentes.
 - (b) quinze (15) dias, porque a lei que encurta prazo deve ser aplicada levando-se em conta a média entre o prazo antigo e o novo.
 - (c) vinte (20) dias, em razão da regra que manda preservar o direito adquirido.
 - (d) trinta (30) dias, porque a soma dos dois prazos atende à equidade.
 - (e) cinco (05) dias, porque tendo a lei nova o objetivo de encurtar os prazos, os processos antigos devem observar o menor tempo possível.
-

99.25 TJ-RN :: Juiz Substituto

Q.2891

Origem

NÃO se admite usucapião de

TJ-RN :: Juiz Substituto
FCC
2002

- (a) imóveis pertencentes e devidamente registrados em nome de pessoas absoluta ou relativamente incapazes.
- (b) coisas móveis.
- (c) servidões não aparentes.
- (d) bens imóveis gravados com cláusula de inalienabilidade.
- (e) domínio útil do imóvel objeto de enfiteuse.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2892

Origem

É direito dos condomínios requerer a divisão da coisa comum,

TJ-RN :: Juiz Substituto
FCC
2002

- (a) contudo, a divisão terá de ser sempre judicial.
 - (b) porém, é possível instituir-se a indivisibilidade convencional por prazo não superior a cinco anos, suscetível de prorrogação ulterior.
 - (c) e contra esta faculdade não prevalece qualquer hipótese de indivisibilidade legal.
 - (d) sendo a divisão atributiva da propriedade e não, meramente, declaratória.
 - (e) todavia, se a coisa for indivisível e não desejando os condomínios assim permanecer terão de vender judicialmente a coisa, sendo vedado a qualquer deles adjudicá-la.
-

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2893

Origem

A garantia fidejussória de um crédito se dará por

TJ-RN :: Juiz Substituto
FCC
2002

- (a) fiança, na qual o benefício de ordem será afastado, se o devedor for insolvente ou falido.
- (b) hipoteca, que não pode ser ofertada por terceiro.
- (c) penhor, que pode ser ofertado por terceiro ou pelo devedor.
- (d) anticrese, ficando os rendimentos depositados em instituição financeira indicada de comum acordo pelo credor e devedor.
- (e) caução de títulos de crédito, não podendo o devedor, ciente de estar caucionando o seu título de débito, aceitar quitação do credor caucionante, sob pena de responder solidariamente por perdas e danos ao caucionado.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2894

Origem

"A" emprestou a "B" a importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), exigindo que este firmasse instrumento público de confissão de dívida. "B", tendo por escritura pública, tendo, porém, o credor e ofertado por instrumento particular. Neste caso, a quitação é

TJ-RN :: Juiz Substituto
FCC
2002

Assuntos relacionados

- (a) ineficaz.
- (b) inexistente.
- (c) nula.
- (d) anulável.
- (e) válida.

Direito civil

Q.2895

Origem

Desaparecendo uma pessoa em naufrágio, inundação ou incêndio, provando-se sua presença no local de desastre e não sendo encontrado o cadáver para exame,

TJ-RN :: Juiz Substituto
FCC
2002

- (a) poderão os juízes togados admitir justificação para o assento de óbito.
- (b) somente poderá ser lavrado o assento de óbito cinco anos após o fato.
- (c) apenas será lavrado o assento de óbito depois de a pessoa desaparecida contar oitenta anos de idade.
- (d) será aberta a sucessão definitiva e lavrado o assento de óbito, dez anos após o fato ou se a pessoa desaparecida contar oitenta anos de idade e se nos últimos cinco anos nenhuma notícia houver.
- (e) será aberta a sucessão provisória e lavrado o assento de óbito também, um ano após o fato.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2896

Origem

Na separação judicial, a guarda dos filhos

TJ-RN :: Juiz Substituto
FCC
2002

(a) será confiada ao pai se ambos os cônjuges forem responsáveis pela separação judicial, salvo se o juiz verificar que de tal solução possa advir prejuízo de ordem moral para os menores.

(b) será confiada sempre a mãe.

(c) não poderá, em qualquer hipótese, ser confiada ao cônjuge que deu causa à separação.

(d) poderá ser atribuído a pessoa notoriamente idônea da família de qualquer dos cônjuges, se verificado que os filhos não devam permanecer em poder da mãe nem do pai.

(e) será confiada ao cônjuge que tiver melhores condições financeiras para manutenção dos menores, ficando ao outro cônjuge apenas ressalvado o direito de visita.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2897

Origem

Considere as seguintes proposições:

I. Não se interrompe nem se suspende.

II. Pode ser interrompido apenas uma vez e recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que o interrompeu, ou do último do processo para o interromper, não ficando, porém, reduzido para menos de 05 (cinco) anos.

III. Suspenso durante a tramitação do procedimento administrativo para análise do direito do particular que pleiteia o recebimento de dívida considerada líquida, recomeça pela metade do tempo faltante, se o pedido for indeferido pela Administração.

IV. Admite-se distinção entre a prescrição parcelar e a prescrição nuclear ou de fundo de direito.

V. Será sempre de vinte anos. No tocante ao prazo prescricional a favor da Fazenda Pública são corretas as proposições

TJ-RN :: Juiz Substituto
FCC
2002

Assuntos relacionados

Direito civil

(a) III e V.

(b) I e III.

(c) I e V.

(d) II e IV.

(e) II e V

99.26 TRE-PI :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.2898

Origem

Procuo uma casa para comprar e, encontrando uma satisfatória, fiz uma proposta escrita de compra, tendo o proprietário ficado de examiná-la, porque não se achava em condições de aceitá-la imediatamente. Encontrando um negócio melhor

TRE-PI :: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2002

- (a) posso desistir da primeira proposta, desde que pague eventuais perdas e danos pela desistência.
- (b) devo notificar o proprietário da primeira casa de minha desistência e, só então, posso realizar o segundo negócio.
- (c) não posso realizar o negócio, porque minha proposta anterior é válida e obrigatória, podendo ser aceita a qualquer momento.
- (d) só posso realizá-lo com a anuência do primeiro proprietário, visto que proposta feita equivale a negócio a termo.
- (e) posso realizá-lo, porque minha proposta anterior não foi imediatamente aceita, deixando de ser obrigatória.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2899

Origem

Comprei um quadro de que gostei muito, paguei-o, e o vendedor prometeu entregá-lo em três dias, mas o quadro se perdeu, havendo culpa do vendedor. Expirando o prazo, pretendeu que eu recebesse uma outra obra de arte com o dobro do valor. Nesse caso

TRE-PI :: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2002

- (a) o vendedor culpado deve devolver meu dinheiro em dobro, além de recompor minhas perdas e danos.
- (b) sou obrigado a receber a coisa mais valiosa, porque seu valor cobre o preço que paguei e mais perdas e danos.
- (c) o vendedor está obrigado a devolver singelamente o preço, resolvendo-se a obrigação.
- (d) não estou obrigado a receber a outra obra de arte, ainda que mais valiosa.
- (e) estou impedido, por dispositivo expresso de lei, de aceitar uma obra pela outra.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2900

Origem

Arnaldo foi casado com Arminda, de quem é separado judicialmente. Sendo a mãe de Arminda viva,

TRE-PI :: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2002

- (a) o parentesco por afinidade entre ela e seu genro deixou de existir com a separação.
- (b) ela não tem, assim como nunca teve, nenhum laço de parentesco com Arnaldo.
- (c) a afinidade entre ela e Arnaldo não está extinta.
- (d) somente o acordo entre os separandos tinha o poder de manter a afinidade entre ela e Arnaldo.
- (e) somente o acordo entre os separandos tinha o poder de extinguir a afinidade entre ela e Arnaldo.

Assuntos relacionados

Direito civil

99.27 MP - PE :: Promotor de Justiça

Q.2901

Origem

Meu pai legou-me em testamento sua bela fazenda, dentro das forças de sua metade disponível. Minha única irmã, de quem gosto muito, não apreciou o ato de liberalidade de meu pai e eu não quero magoá-la. Nesse caso,

MP - PE :: Promotor de Justiça
FCC
2002

- (a) posso recolher o legado e aceitar a herança apenas em pequena parte, de modo que eu e minha irmã recebamos bens de igual valor.
- (b) se eu rejeitar o legado, estarei também repudiando, automaticamente, a herança.
- (c) posso repudiar o legado e aceitar a herança em igualdade de condições à minha irmã.
- (d) o legado e a herança têm a mesma natureza e, portanto, o mesmo destino: aceitação ou renúncia.
- (e) a aceitação da herança é um direito do herdeiro, mas o legado não é repudiável.

Assuntos relacionados

Bens

Q.2902

Origem

Ronaldo pretendia ajuizar ação de investigação de paternidade contra Édison, que há 25 anos conhecia como seu suposto pai. Sabendo-se que Édison morreu ontem, no estado de casado no regime da comunhão universal de bens e que deixou dois filhos, Ronaldo

MP - PE :: Promotor de Justiça
FCC
2002

- (a) não mais pode postular o reconhecimento, porque a filiação é um direito personalíssimo que se extinguiu com a morte de Édison.
- (b) deve propor a ação contra os herdeiros de Édison para demandar o reconhecimento da filiação.
- (c) tinha contra si a prescrição do direito de pleitear a investigação da paternidade pelo decurso de mais de vinte anos.
- (d) só pode propor ação de investigação de paternidade contra os herdeiros de Édison se provar que a prescrição não ocorreu, em virtude de suspensão ou interrupção.
- (e) pode propor a ação contra a viúva de Édison e demandar o reconhecimento da paternidade.

Assuntos relacionados

Bens

99.28 TCE-SE :: Subprocurador

Q.2903

Origem

Entram na classificação de bens consumíveis

TCE-SE :: Subprocurador
FCC
2002

- (a) todos os que também forem tangíveis.
- (b) todos os que também forem fungíveis.
- (c) somente os móveis cujo uso importar destruição imediata ou paulatina da própria substância.
- (d) todos os móveis que integrarem uma universalidade.
- (e) os móveis destinados a alienação.

Assuntos relacionados

Bens

99.29 TJ-RN :: Juiz Substituto

Q.2904

Origem

Pode o testador gravar os bens da herança ou o legado com cláusula de

TJ-RN :: Juiz Substituto

FCC

2002

(a) incomunicabilidade ou impenhorabilidade, somente se, também, gravá-los com a cláusula de inalienabilidade.

(b) inalienabilidade que implicará, também, na de incomunicabilidade e de impenhorabilidade.

(c) impenhorabilidade que automaticamente determinará sua inalienabilidade.

(d) incomunicabilidade que, entretanto, não prevalecerá se o herdeiro ou legatário, mediante pacto antenupcial, adotar o regime da comunhão universal de bens.

(e) inalienabilidade vitalícia, impedindo, também, a transmissão desses bens desembaraçados por testamento ou por sucessão legítima.

Assuntos relacionados

Bens

Q.2905

Origem

José e Maria, casados sob o regime da comunhão universal de bens e cujo patrimônio era estimado em R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), em

TJ-RN :: Juiz Substituto

FCC

2002

16/07/2002, instituíram como bem de família um imóvel no valor de R\$

500.000,00 (quinhentos mil reais), com base no caput do artigo 70 do

Código Civil em vigor que estabelece: "É permitido aos chefes de família

destinar um prédio para domicílio desta, com a cláusula de ficar isento de

execução por dívidas, salvo as que provierem de impostos relativos ao

mesmo prédio". O novo Código Civil (Lei nº10.406, de 10/01/2002)

publicado em 11/01/2002, para entrar em vigor 01 (um) ano após a sua

publicação, entretanto, prescreve, no artigo 1.711: "Podem os cônjuges, ou

a entidade familiar, mediante escritura pública ou testamento, destinar

parte de seu patrimônio para instituir bem de família, desde que não

ultrapasse um terço do patrimônio líquido existente ao tempo da

instituição, mantidas as regras sobre a impenhorabilidade do imóvel

residencial estabelecida em lei especial". Tendo em conta o disposto na Lei

de Introdução ao Código Civil, a instituição do bem de família por José e

Maria, com a entrada em vigor no novo Código Civil, é considerada

Assuntos relacionados

Bens

(a) inexistente, porque ocorreu violação de norma de ordem pública inserida em lei já publicada, embora ainda não vigente.

(b) nula, por consubstanciar fraude à lei, pois o novo Código Civil já havia sido publicado quando da instituição do bem de família.

(c) anulável, se José e Maria vierem a contrair dívidas superiores a seu patrimônio depois de instituído o bem de família.

(d) ineficaz em relação a quaisquer credores futuros, porque, depois da instituição do bem de família, não poderiam contrair dívidas voluntariamente.

(e) válida, porque a lei nova não pode retroagir para prejudicar o ato jurídico perfeito.

Q.2906

Origem

Em agravo de instrumento não é necessário demonstrar que da decisão pode resultar lesão grave e de difícil reparação na

TJ-RN :: Juiz Substituto
FCC
2002

- (a) adjudicação e remição de bens.
- (b) impugnação ao valor da causa e indeferimento liminar de reconvenção.
- (c) tutela antecipada e levantamento de dinheiro sem caução idônea.
- (d) exceção de pré-executividade e prisão civil.
- (e) exceção de incompetência relativa e adjudicação.

Assuntos relacionados

Bens

99.30 TRE-PI :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.2907

Origem

Daniela morava e trabalhava em Teresina, sendo certo que, sobrevindo-lhe uma incapacidade para gerir sua pessoa e seus bens, foi interditada. O seu pai, que é divorciado de sua mãe, foi nomeado curador. Nesse caso, o domicílio de Daniela é

TRE-PI :: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2002

- (a) o mesmo anterior, pois o domicílio não se altera com a incapacidade.
- (b) tanto o domicílio de seu pai como o de sua mãe.
- (c) o domicílio de seu pai e curador.
- (d) Teresina, porque o domicílio em razão do trabalho é o de atração mais forte.
- (e) qualquer local onde for encontrada.

Assuntos relacionados

Bens

Q.2908

Origem

No processo de execução, não havendo título legal à preferência e recaindo mais de uma penhora sobre os mesmos bens,

TRE-PI :: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2002

- (a) haverá reunião das execuções para formação do concurso universal de todos os credores.
- (b) será obrigatório o rateio entre todos os credores.
- (c) receberá em primeiro lugar o que promoveu a execução, fazendo-se o rateio entre os demais.
- (d) a arrematação tornará insubsistentes todas as demais penhoras.
- (e) cada credor conservará o seu título de preferência originário de sua penhora.

Assuntos relacionados

Bens

Q.2909

Origem

Lucas, tendo muita afeição por sua afilhada Jeuzza, que está grávida de seu marido, pretende doar, hoje mesmo, alguns bens ao filho dela que vai nascer. Nesse caso, a doação

TRE-PI :: Analista Judiciário -
Judiciária
FCC
2002

- (a) só será possível após o nascimento com vida, quando começa a personalidade civil.
- (b) tem plena validade, mas precisa ser aceita pelos pais.
- (c) independe de aceitação, visto que, em razão das circunstâncias especiais, a lei a dispensa.
- (d) é impossível e, se feita, será considerada nula de pleno direito.
- (e) equivale a uma promessa de doação e terá que ser ratificada após o nascimento.

Assuntos relacionados

Bens

99.31 PGE-SP :: Procurador Geral do Estado

Q.2910

Origem

Joaquim doa vinte automóveis ao Estado de São Paulo, estabelecendo que estes deverão ser utilizados na fiscalização do uso de defensivos agrícolas, resolvendo-se o negócio caso o doador não consiga adquirir igual número de veículos, por sua escassez no mercado, até o início de sua próxima safra de café. Nesse caso,

PGE-SP :: Procurador Geral do
Estado
FCC
2002

Assuntos relacionados

(a) foi celebrado negócio jurídico unilateral, real e gratuito, com a eficácia do ato subordinada a evento futuro, não constituindo a estipulação e designação da utilização dos veículos em encargo para o Estado.

Negócio jurídico

(b) recebidos os automóveis, o Estado de São Paulo será detentor de direito adquirido, porém de caráter resolúvel.

(c) para a perfeição do negócio jurídico realizado há necessidade da tradição dos bens móveis e dispensável a aceitação por parte do Estado, por se tratar de contrato benéfico.

(d) o descumprimento, por parte do Estado de São Paulo, quanto à destinação estabelecida para os bens doados importa em resolução do contrato.

(e) a doação realizada obriga a efetiva entrega dos bens, ainda que o doador se arrependa do ato de liberalidade, ou perca a propriedade dos bens por sentença judicial.

Capítulo 100

FEC

100.1 CAERD :: Técnico de Nível Superior - Direito

Q.2911

Origem

A assertiva correta está na opção:

CAERD :: Técnico de Nível
Superior - Direito
FEC
2002

- (a) é possuidor aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas;
- (b) na posse de mais de ano e dia, nenhum possuidor será mantido, ou reintegrado judicialmente, senão contra os que não tiverem melhor posse;
- (c) a posse não se transmite aos herdeiros e legatários;
- (d) ao possuidor de má-fé serão ressarcidas somente as benfeitorias necessárias, mas não lhe assiste o direito de retenção pela importância destas, nem o de levantar as voluptuárias;
- (e) o possuidor, ainda que de boa-fé, responde sempre pela perda ou deterioração da coisa.

Assuntos relacionados

Posse

Q.2912

Origem

São relativamente incapazes em relação a certos atos da vida civil:

CAERD :: Técnico de Nível
Superior - Direito
FEC
2002

- (a) os menores de dezesseis anos, os pródigos, e os silvícolas;
- (b) os silvícolas, os pródigos e os maiores de dezesseis e menores de vinte e um anos;
- (c) os loucos de todos o gênero, os silvícolas e os pródigos;
- (d) os ausentes, declarados tais por atos do juiz, os maiores de dezesseis e menores de vinte e um anos, e os pródigos;
- (e) os surdos-mudos, que não puderem exprimir a sua vontade, os pródigos e os silvícolas.

Assuntos relacionados

Pessoas naturais

Q.2913

Origem

Leia atentamente as assertivas abaixo. I Efetua-se o pagamento no domicílio do credor, salvo se as partes convencionarem diversamente, ou se o contrário dispuserem as circunstâncias, a natureza da obrigação ou a lei. II Nas indenizações por fato ilícito prevalecerá o valor mais favorável ao lesado. III É depósito necessário o que se faz em desempenho de obrigação legal, o que se efetua por ocasião de alguma calamidade, como o incêndio, a inundação, o naufrágio, ou o saque, bem como o das bagagens dos viajantes, hóspedes ou fregueses, nas hospedarias, estalagens ou casas de pensão. IV As obrigações nulas não são suscetíveis de fiança, ainda que a nulidade resulte da incapacidade pessoal do devedor. V No concurso de credores, quando concorrerem aos mesmos bens, e por título igual, dois ou mais credores da mesma classe, especialmente privilegiados, haverá entre eles rateio, proporcional ao valor dos respectivos créditos, se o produto não bastar para o pagamento integral de todos. Estão corretas as assertivas:

- (a) II, III e V;
- (b) I, IV e V;
- (c) II, III e IV;
- (d) I, III e IV;
- (e) I, II e III.

CAERD :: Técnico de Nível
Superior - Direito
FEC
2002

Assuntos relacionados

Domicílio

Q.2914

Origem

É anulável o ato jurídico quando:

- (a) for impossível o seu objeto;
- (b) não revestir a forma legal;
- (c) for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para sua validade;
- (d) praticado por pessoa absolutamente incapaz;
- (e) resulta de erro, dolo, coação, simulação ou fraude.

CAERD :: Técnico de Nível
Superior - Direito
FEC
2002

Assuntos relacionados

Fatos jurídicos

Q.2915

Origem

A assertiva correta está na opção:

- (a) nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada;
- (b) a lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare; quando seja com ela incompatível; quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior;
- (c) a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga a lei anterior;
- (d) para qualificar os bens e regular as relações a eles concernentes, aplicar-se-á a lei do país do seu proprietário;
- (e) a sucessão por morte ou por ausência obedece à lei do país em que ocorreu o óbito.

CAERD :: Técnico de Nível
Superior - Direito
FEC
2002

Assuntos relacionados

Lei de introdução ao código civil

Q.2916

Origem

No que se refere à eficácia da lei no espaço, a regra "locus regit actum", segundo a Lei de Introdução ao Código Civil, aplica-se:

- (a) à sucessão por morte ou ausência;
- (b) à qualificação dos bens e às relações a eles concernentes;
- (c) ao regime de bens do casamento;
- (d) à qualificação e regime das obrigações;
- (e) ao direito de família.

CAERD :: Técnico de Nível
Superior - Direito
FEC
2002

Assuntos relacionados

Bens

Q.2917

Origem

Leia atentamente as assertivas abaixo. I A incapacidade de uma das partes não pode ser invocada pela outra em proveito próprio, salvo se for divisível o objeto do direito ou de obrigação comum. II Só vicia o ato a falsa causa, quando expressa como razão determinante ou sob forma de condição. III O dolo acidental só obriga à satisfação das perdas e danos. É acidental o dolo, quando a seu despeito o ato se teria praticado, embora por outro modo. IV A coação vicia o ato, ainda quando exercida por terceiro. V A simulação será considerada defeito do ato jurídico, ainda que não tenha havido intenção de prejudicar a terceiros, ou de violar disposição de lei. Estão corretas as assertivas:

- (a) I, II e V;
- (b) II, IV e V;
- (c) II, III e IV;
- (d) I, III e IV;
- (e) I, III e V.

CAERD :: Técnico de Nível
Superior - Direito
FEC
2002

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Capítulo 101

IMES

101.1 PM Campinas-SP :: Auditor Fiscal

Q.2918

Origem

O lugar onde a pessoa estabelece a sua residência, com vontade definitiva, é:

PM Campinas-SP :: Auditor
Fiscal
IMES
2002

- (a) domicílio civil.
- (b) endereço pessoal.
- (c) endereço comercial.
- (d) domicílio comercial
- (e) endereço prestador.

Assuntos relacionados

Domicílio

Q.2919

Origem

As pessoas podem ser divididas em:

PM Campinas-SP :: Auditor
Fiscal
IMES
2002

- (a) naturais e físicas.
- (b) físicas e jurídicas.
- (c) civis ou públicas.
- (d) naturais e jurídicas.
- (e) públicas ou jurídicas.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2920

Origem

Uma pessoa se individualiza

PM Campinas-SP :: Auditor
Fiscal
IMES
2002

- (a) através de seus pais.
- (b) através do registro público.
- (c) através do nome.
- (d) através do apelido familiar.
- (e) através de junção dos nomes da família.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2921

Origem

O tempo em que o empreiteiro de materiais e execução ficará responsável pela segurança da obra é de

PM Campinas-SP :: Auditor
Fiscal
IMES
2002

- (a) 3 anos.
- (b) 5 anos.
- (c) 1 ano e 6 meses.
- (d) 6 anos.
- (e) 2 anos.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2922

Origem

O constrangimento físico ou moral a alguém, para obrigá-lo à prática do ato, chama-se:

PM Campinas-SP :: Auditor
Fiscal
IMES
2002

- (a) fraude contra credores.
- (b) dolo.
- (c) simulação.
- (d) condição.
- (e) coação.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2923

Origem

A pessoa, absolutamente incapaz, tem seus atos da vida civil exercitados por

PM Campinas-SP :: Auditor
Fiscal
IMES
2002

- (a) assistência.
- (b) procuração.
- (c) representação.
- (d) mandato.
- (e) ato próprio.

Assuntos relacionados

Direito civil

101.2 PM Campinas-SP :: Procurador

Q.2924

Origem

A consignação tem lugar se

PM Campinas-SP :: Procurador
IMES
2002

- (a) ocorrer dúvida sobre quem deva legitimamente receber o objeto do pagamento.
- (b) pender litígio sobre o objeto ao pagamento
- (c) se o credor, sem justa causa, recusar receber o pagamento.
- (d) se o credor for desconhecido ou estiver declarado ausente.
- (e) não houver concurso de preferência aberto contra o credor, ou se este for capaz de receber pagamento.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2925

Origem

São absolutamente impenhoráveis:

PM Campinas-SP :: Procurador
IMES
2002

- (a) vencimentos dos magistrados e seus automóveis
- (b) quaisquer imagens e objetos do culto religioso
- (c) retratos de família e anel nupcial
- (d) vestido de núpcias
- (e) tenças, montepios e relógios de família

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2926

Origem

Das decisões interlocutórias caberá:

PM Campinas-SP :: Procurador
IMES
2002

- (a) apelação
- (b) embargos declaratórios
- (c) agravo
- (d) embargos infringentes
- (e) reconsideração

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2927

Origem

A lei estabelece, dentre outras, a seguinte consequência da mora do credor, se não houver dolo do devedor,

PM Campinas-SP :: Procurador
IMES
2002

- (a) sujeita o credor a dar a coisa, no valor mais favorável ao devedor, se tiver havido a variação após o início da mora
- (b) obriga o credor a indenizar o devedor pelos danos que resultem do fato da mora, com juros compensatórios de seis por cento ao ano
- (c) liberar o devedor de toda a responsabilidade a respeito do objeto da prestação, em geral
- (d) obriga o credor a ressarcir em dobro, ao devedor, as despesas efetuadas com a conservação da coisa, após o início da mora
- (e) obriga o credor a ressarcir em dobro, ao devedor, os juros compensatórios ou penas convencionais

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2928

Origem

Perde-se a posse das coisas

PM Campinas-SP :: Procurador
IMES
2002

- (a) pelo abandono
- (b) pelo esbulho
- (c) pelo furto
- (d) estelionato
- (e) por falta de pagamento

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2929**Origem**

O proprietário que anuir em janela, sacada, terraço ou goteira sobre seu prédio, poderá exigir que se desfaça

PM Campinas-SP :: Procurador
IMES
2002

- (a) até o lapso de 30 dias após a conclusão da obra.
- (b) até o lapso de 45 dias após a conclusão da obra.
- (c) até o lapso de 60 dias após a conclusão da obra.
- (d) até o lapso de ano e dia após a conclusão da obra.
- (e) até o lapso de 90 dias após a conclusão da obra.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2930**Origem**

Diz-se elemento da Dação

PM Campinas-SP :: Procurador
IMES
2002

- (a) substituição da prestação
- (b) liberação pelo credor
- (c) dívida não adimplida
- (d) depósito pelo devedor
- (e) sub-rogação pelo credor

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2931**Origem**

São hipóteses de extinção do crédito tributário

PM Campinas-SP :: Procurador
IMES
2002

- (a) compensação, remissão, decisão administrativa irreformável
- (b) conversão do depósito, compensação, transação
- (c) transação penal, arresto, remissão
- (d) pagamento, prescrição, perdão
- (e) decisão judicial, arresto, consignação em pagamento

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2932**Origem**

As ações de manutenção e as de esbulho serão:

PM Campinas-SP :: Procurador
IMES
2002

- (a) sumárias, quando intentadas dentro de seis meses da turbacão e esbulho
- (b) sumárias, quando intentadas dentro de um mês da turbacão e esbulho
- (c) sumárias, quando intentadas em qualquer prazo da turbacão e esbulho
- (d) cautelares intentadas, quando intentadas 24 horas da turbacão ou esbulho
- (e) sumárias, quando intentadas em ano e dia da turbacão e esbulho

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2933**Origem**

Deverão ser transcritos no respectivo Registro:

PM Campinas-SP :: Procurador
IMES
2002

- (a) ilhas situadas nos rios não navegáveis
- (b) os julgados, pelos quais, nas ações divisórias, se puser termo à indivisão
- (c) dotes
- (d) bens móveis adquiridos por herança
- (e) bens móveis arrematados em hasta pública

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2934

Origem

Na execução de obrigação de fazer, fundada em título extrajudicial, o juiz fixará ao despachar a inicial:

PM Campinas-SP :: Procurador
IMES
2002

- (a) prazo para cumprimento da obrigação
- (b) multa por dia de atraso no cumprimento da obrigação
- (c) prazo para oposição de embargos, inicialmente
- (d) data para início da fixação de multa, a partir da qual será devida
- (e) a citação do fiador

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2935

Origem

Aquele que pretenda no todo a coisa ou direito, sobre o que controvertem autor e réu, poderá, até ser proferida a sentença, oferecer:

PM Campinas-SP :: Procurador
IMES
2002

- (a) oposição
- (b) reconvenção
- (c) impugnação
- (d) nomeação à autoria
- (e) embargos

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2936

Origem

O arresto tem lugar quando o devedor

PM Campinas-SP :: Procurador
IMES
2002

- (a) se ausenta por mais de 15 dias
- (b) se ausenta por mais de 30 dias
- (c) contrai núpcias em regime de comunhão universal de bens
- (d) efetua novação
- (e) que tem bens de raiz, intenta a dá-los em anticrese

Assuntos relacionados

Bens

Capítulo 102

MPE/MG

102.1 MPE-MG :: Promotor

Q.2937

Pedro emprestou R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a seu amigo Mário. No vencimento da obrigação Mário não pagou o empréstimo. Pedro, dispondo de título executivo, ingressa com a ação de execução. Nenhum bem de Mário é encontrado para ser penhorado. Pedro, porém, descobre que Mário, após vencido o débito e antes de ajuizada a execução, vendeu para seu irmão Igor o único imóvel de que era titular: o apartamento em que vivia com sua esposa e seus filhos, avaliado em R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Assinale a alternativa CORRETA à luz da legislação em vigor:

- (a) O negócio jurídico de compra e venda é eficaz, não podendo, portanto, o imóvel ser penhorado na execução.
- (b) O ato de alienação do imóvel é nulo pleno iure, podendo o vício ser reconhecido de ofício pelo juízo da execução ou a requerimento do Ministério Público.
- (c) Porque configurada a fraude à execução, o ato de alienação do imóvel é ineficaz, não produzindo seus efeitos em relação ao credor Pedro.
- (d) O negócio jurídico de compra e venda do imóvel é anulável pelo vício da fraude contra credores, devendo ser decretado nos próprios autos da execução.
- (e) n.d.a.

Origem

MPE-MG :: Promotor
MPE/MG
2002

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2938

A Lei n.º 6.015, de 31.12.1973 (Lei de Registros Públicos) regula uma série de procedimentos em que consigna a necessidade de oitiva do representante do Ministério Público. São procedimentos em que a lei de registros públicos prevê a participação do Ministério Público, EXCETO:

- (a) Restauração, suprimimento e retificação de assentamento no registro civil.
- (b) Substituição do prenome em razão de fundada coação ou ameaça decorrente da colaboração com a apuração de crime.
- (c) Habilitação para o casamento, com emissão de certidão de que os interessados se acham habilitados para se casarem.
- (d) Assento de óbitos de pessoas falecidas a bordo de navio brasileiro e o registro de óbitos verificados em campanha.
- (e) Retificação de erro constante do registro de imóveis de que resultar alteração da descrição das divisas ou da área do imóvel.

Origem

MPE-MG :: Promotor
MPE/MG
2002

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2939

Origem

Considere as proposições abaixo:

I) A responsabilidade civil do empregador decorrente de acidente do trabalho é objetiva. Assim, pretendendo o empregado acidentado obter diretamente do empregador a reparação dos prejuízos está dispensado da prova da culpa ou dolo.

II) A responsabilidade civil dos notários e registradores pelos atos ilícitos praticados no exercício de suas atividades delegadas é objetiva.

III) Os pais podem apenas se eximir da responsabilidade civil decorrente dos atos ilícitos de seus filhos menores provando caso fortuito e força maior. Assinale a opção CORRETA:

- (a) Todas as proposições são verdadeiras.
- (b) Todas as proposições são falsas.
- (c) Apenas a proposição III é verdadeira.
- (d) Apenas a proposição II é verdadeira.
- (e) As proposições II e III são verdadeiras.

MPE-MG :: Promotor
MPE/MG
2002

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2940

Origem

João doou a Maria uma fazenda de que era proprietário no Município de Sete Lagoas/MG. Na escritura pública de doação, devidamente registrada, consignou-se cláusula segundo a qual o bem reverteria para o patrimônio do doador se a donatária Maria falecesse antes de João. No que tange aos efeitos da doação pactuada, assinale a opção INCORRETA:

- (a) Falecendo João antes de Maria a propriedade se consolidará na titularidade desta última.
- (b) A cláusula de reversão, nos moldes da ajustada na doação descrita no enunciado, configura condição resolutiva.
- (c) João não poderá reaver o imóvel se, falecendo Maria primeiro, tiver sido transferido pela donatária a terceiros. Nesta hipótese, o doador poderá apenas exigir dos sucessores de Maria indenização por perdas e danos.
- (d) Maria é titular de propriedade resolúvel. No regime desta, se a doação for resolvida por outra causa superveniente (p. ex., ingratidão de Maria), o imóvel doado não poderá ser reivindicado, pelo doador, de terceiros que o tiverem adquirido do donatário por título anterior à resolução do domínio.
- (e) nda.

MPE-MG :: Promotor
MPE/MG
2002

Assuntos relacionados

Direito civil

Capítulo 103

NCE

103.1 Polícia Civil-RJ :: Delegado de Polícia

Q.2941

A responsabilidade civil decorrente do fato do serviço, nas relações de consumo, é:

- (a) de regra objetiva;
- (b) sempre subjetiva;
- (c) de regra subjetiva, podendo ser objetiva quando a lei expressamente dispõe neste sentido;
- (d) subjetiva, porém com culpa presumida;
- (e) subjetiva ou objetiva, conforme entendimento do juiz.

Origem

Polícia Civil-RJ :: Delegado de
Polícia
NCE
2002

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

103.2 Ministério Público-RJ :: Secretário de Procuradoria

Q.2942

Nas obrigações de restituir, até a efetiva entrega da coisa:

- (a) o dono da coisa é o devedor;
- (b) o dono da coisa é o credor;
- (c) a coisa pertence tanto ao credor como ao devedor;
- (d) o devedor não responde pelos danos que a coisa venha a sofrer por sua culpa;
- (e) o devedor responde pelos danos que a coisa venha a sofrer mesmo em virtude de caso fortuito ou força maior.

Origem

Ministério Público-RJ ::
Secretário de Procuradoria
NCE
2002

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

103.3 Polícia Civil-RJ :: Delegado de Polícia

Q.2943

Origem

Em tema de casamento, pode-se afirmar que:

Polícia Civil-RJ :: Delegado de
Polícia
NCE
2002

- (a) a separação judicial dissolve a sociedade conjugal, enquanto que o divórcio extingue o próprio matrimônio;
- (b) a separação judicial extingue o matrimônio, enquanto que o divórcio apenas dissolve a sociedade conjugal;
- (c) tanto a separação judicial quanto o divórcio apenas dissolvem a sociedade conjugal, sendo que a anulação é que extingue o casamento;
- (d) tanto a separação judicial quanto o divórcio extinguem o casamento;
- (e) divórcio e separação judicial são sinônimos.

Assuntos relacionados

Casamento

103.4 Ministério Público-RJ :: Secretário de Procuradoria

Q.2944

Origem

Caso o contrato silencie sobre quem deve escolher a coisa devida nas obrigações alternativas, a escolha cabe:

Ministério Público-RJ ::
Secretário de Procuradoria
NCE
2002

- (a) ao devedor;
- (b) ao credor;
- (c) a terceiro;
- (d) ao juiz;
- (e) ao credor ou ao devedor.

Assuntos relacionados

Contratos

103.5 Polícia Civil-RJ :: Delegado de Polícia

Q.2945

Origem

Adriano vendeu um aparelho de fax para Liliane pelo preço correspondente a quatrocentos reais, a serem pagos em oito parcelas fixas de cinquenta reais. Foi convencionado que o aparelho seria entregue cinco dias após a celebração do contrato. Pode-se afirmar que a propriedade do bem:

Polícia Civil-RJ :: Delegado de
Polícia
NCE
2002

- (a) somente será transmitida por ocasião do pagamento integral do preço;
- (b) somente será transmitida no momento da entrega do aparelho ao comprador;
- (c) está transmitida desde a celebração do contrato;
- (d) somente será transmitida quando ao menos a metade do preço tiver sido pago;
- (e) será transmitida por ocasião do pagamento da primeira parcela, eis que neste momento é que se considera perfeito o contrato.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.2946

Origem

O contrato de compra e venda celebrado sob a égide do Código Civil de 1916, cujo pagamento deva ser feito na vigência do novo Código Civil, deverá ser regido:

Polícia Civil-RJ :: Delegado de
Polícia
NCE
2002

- (a) somente pelo novo Código Civil;
- (b) somente pelo Código Civil de 1916;
- (c) pelo Código Civil de 1916, até o início da vigência do Novo Código Civil, momento a partir do qual será regido por este Estatuto Legal;
- (d) pelo Novo Código Civil, apenas nos aspectos pertinentes ao pagamento, permanecendo aplicável, no resto, o Código Civil de 1916;
- (e) pelo novo Código Civil apenas nos aspectos processuais.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.2947

Origem

André constitui usufruto de um apartamento pelo prazo de dez anos em favor de Lauro. Ocorre que Lauro falece após três anos. É correto afirmar que:

Polícia Civil-RJ :: Delegado de
Polícia
NCE
2002

- (a) Verônica, única filha de Lauro, herda o usufruto, podendo exercê-lo pelo prazo que resta;
- (b) Verônica, única filha de Lauro, herda o usufruto, podendo exercê-lo pela metade do prazo que resta;
- (c) extingue-se o usufruto, voltando André a ter a propriedade plena do imóvel;
- (d) o direito de uso e gozo do bem é atribuído a Verônica, única filha de Lauro, mas a posse retorna para André;
- (e) o direito de uso e gozo do bem é atribuído a André, mas a posse fica com Verônica, única filha de Lauro.

Assuntos relacionados

Usufruto

103.6 Ministério Público-RJ :: Secretário de Procuradoria

Q.2948

Origem

O direito de representação:

Ministério Público-RJ ::
Secretário de Procuradoria
NCE
2002

- (a) na linha ascendente só vai até o segundo grau;
- (b) nunca ocorre na linha colateral;
- (c) nunca ocorre na linha ascendente;
- (d) na linha ascendente só vai até o segundo grau;
- (e) depende de previsão testamentária.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2949

Origem

No ato ilícito:

Ministério Público-RJ ::
Secretário de Procuradoria
NCE
2002

- (a) o dano é um de seus elementos;
- (b) o dano não é elemento essencial;
- (c) o dano deve ser exclusivamente material;
- (d) o dano deve ser exclusivamente moral;
- (e) não pode haver cumulação de dano material e dano moral.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2950

Origem

O menor relativamente incapaz:

Ministério Público-RJ ::
Secretário de Procuradoria
NCE
2002

- (a) não responde pelos atos ilícitos em que for culpado;
- (b) responde pelos atos ilícitos em que for culpado;
- (c) responde pelos atos ilícitos em que for culpado desde que tenha 18 anos completos;
- (d) responde pelos atos ilícitos em que for culpado caso seus pais não possuam bens;
- (e) responde pelos atos ilícitos em que for culpado até a metade de seu patrimônio.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2951

Origem

O Direito brasileiro admite o divórcio:

Ministério Público-RJ ::
Secretário de Procuradoria
NCE
2002

- (a) direto após um ano de separação de fato;
- (b) conversão após dois anos da sentença de separação judicial;
- (c) direto com atribuição de culpa depois de um ano de separação de fato;
- (d) conversão depois de três anos da sentença de separação judicial;
- (e) direto após dois anos de separação de fato e conversão após um ano da sentença de separação judicial.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2952

Origem

São legitimados para requerer a interdição do pródigo somente:

Ministério Público-RJ ::
Secretário de Procuradoria
NCE
2002

- (a) ascendentes e filhos;
- (b) filhos;
- (c) descendentes, ascendentes e cônjuge;
- (d) descendentes, ascendentes, cônjuges e colaterais até o quarto grau;
- (e) pais.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2953

Origem

Na ação de investigação de paternidade, no caso de falecimento do suposto pai, são legitimados passivos exclusivamente:

Ministério Público-RJ ::
Secretário de Procuradoria
NCE
2002

- (a) o espólio;
- (b) o inventariante;
- (c) o cônjuge do suposto pai;
- (d) os ascendentes do suposto pai;
- (e) os herdeiros do suposto pai.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2954

Origem

Na falta de ascendentes, cabe a obrigação alimentar exclusivamente aos:

Ministério Público-RJ ::
Secretário de Procuradoria
NCE
2002

- (a) descendentes;
- (b) irmãos;
- (c) descendentes e faltando estes, aos irmãos germanos;
- (d) descendentes e faltando estes, aos irmãos unilaterais;
- (e) descendentes e faltando estes, tanto aos irmãos germanos como aos unilaterais.

Assuntos relacionados

Direito civil

103.7 Polícia Civil-RJ :: Delegado de Polícia

Q.2955

Origem

Silvio, valendo-se de violência física, expulsa André da casa onde residia, apoderando-se do imóvel e passando a utilizá-lo para sua moradia. Diante da inércia de André, pode-se afirmar que Silvio:

Polícia Civil-RJ :: Delegado de
Polícia
NCE
2002

- (a) passou a ser possuidor do bem, podendo, inclusive, contar o prazo de sua posse para fins de usucapião, a partir da cessação da violência;
- (b) jamais poderá ser considerado possuidor do bem;
- (c) poderá ser considerado possuidor do bem, mas jamais poderá adquiri-lo por usucapião, por ser titular de mera posse violenta;
- (d) poderá ser considerado possuidor do bem, mas jamais poderá adquiri-lo por usucapião, por ser titular de mera posse precária;
- (e) passou a ser mero detentor, e somente será possuidor após vinte anos.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2956

Origem

O comodatário, no direito brasileiro, é:

Polícia Civil-RJ :: Delegado de
Polícia
NCE
2002

- (a) mero detentor do bem comodado;
- (b) possuidor indireto do bem comodado;
- (c) possuidor direto do bem comodado;
- (d) equivalente, em direitos e deveres sobre o bem comodado, ao usufrutuário;
- (e) depositário do bem comodado.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2957

Origem

Após receber em doação um imóvel de Cláudio, Tício, de forma ingrata, atentou contra a vida do doador. É correto afirmar, neste caso, que:

Polícia Civil-RJ :: Delegado de
Polícia
NCE
2002

- (a) Cláudio pode requerer judicialmente a revogação da doação, sendo o prazo de que dispõe para este fim de natureza decadencial;
- (b) Cláudio pode requerer judicialmente a anulação da doação, sendo o prazo de que dispõe para este fim de natureza decadencial;
- (c) Cláudio pode requerer extrajudicialmente a revogação da doação, sendo o prazo de que dispõe para este fim de natureza prescricional;
- (d) Cláudio pode requerer judicialmente a revogação da doação, inexistindo prazo para este fim;
- (e) Cláudio não pode requerer nem a revogação nem a anulação da doação.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2958

Origem

A regra, no direito brasileiro, é que o nome civil:

Polícia Civil-RJ :: Delegado de
Polícia
NCE
2002

- (a) somente pode ser alterado na hipótese de erro gráfico;
- (b) somente pode ser alterado na hipótese de expor seu titular ao ridículo ou a constrangimento;
- (c) não pode ser alterado em hipótese alguma;
- (d) de regra não pode ser alterado, exceto quando a lei o autoriza;
- (e) pode ser alterado em qualquer hipótese, tratando-se de um direito potestativo do titular.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2959

Origem

A autodefesa da posse, no direito brasileiro:

Polícia Civil-RJ :: Delegado de
Polícia
NCE
2002

- (a) pode ser exercida até um ano e um dia após a turbação ou o esbulho;
- (b) pode ser exercida até uma semana após a turbação ou o esbulho;
- (c) pode ser exercida até um dia após a turbação ou o esbulho;
- (d) pode ser exercida no prazo necessário para que o possuidor consiga viabilizar o êxito de sua reação;
- (e) deve ser exercida no momento exato do esbulho ou da turbação. 1826

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2960

Origem

Irmãos são parentes:

Polícia Civil-RJ :: Delegado de
Polícia
NCE
2002

- (a) de terceiro grau na linha reta;
- (b) de terceiro grau na linha colateral;
- (c) de primeiro grau na linha reta;
- (d) de primeiro grau na linha colateral;
- (e) de segundo grau na linha colateral.

Assuntos relacionados

Direito civil

103.8 Ministério Público-RJ :: Secretário de Procuradoria

Q.2961

Origem

A sentença de divórcio direto litigioso:

Ministério Público-RJ ::
Secretário de Procuradoria
NCE
2002

- (a) tem que decidir sobre a partilha de bens;
- (b) não está obrigada a decidir sobre a partilha;
- (c) é declaratória;
- (d) não necessita de fundamentação;
- (e) não faz coisa julgada.

Assuntos relacionados

Bens

103.9 Polícia Civil-RJ :: Delegado de Polícia

Q.2962

Origem

Na hipótese da sucessão mortis causa, pode-se dizer que:

Polícia Civil-RJ :: Delegado de
Polícia
NCE
2002

- (a) os bens do falecido são transmitidos aos herdeiros tão logo transitada em julgado a sentença de partilha;
- (b) os bens do falecido são transmitidos aos herdeiros tão logo requerida a abertura do inventário;
- (c) os bens do falecido são transmitidos aos herdeiros tão logo eles requeiram a liberação por alvará;
- (d) os bens do falecido são transmitidos aos herdeiros após trinta dias da abertura da sucessão;
- (e) os bens são transmitidos aos herdeiros por ocasião da abertura da sucessão.

Assuntos relacionados

Bens

Q.2963

Origem

Por ocasião da separação judicial de Antônio e Maria, ficou determinado pelo juiz que a guarda do filho do casal, Eduardo, então com 18 anos de idade, ficaria com o pai. Por considerar que o filho já tinha maturidade suficiente para dirigir sua pessoa e administrar seus bens, Antônio elaborou um instrumento particular de emancipação e o encaminhou para o registro competente, sem que a mãe do menor tivesse conhecimento. Na hipótese a emancipação:

Polícia Civil-RJ :: Delegado de
Polícia
NCE
2002

Assuntos relacionados

Bens

- (a) é válida, pois cabe prioritariamente ao pai emancipar o filho;
 - (b) é válida, pois o pai, por estar com a guarda do filho, detém a exclusividade do pátrio poder;
 - (c) é válida, pois qualquer dos pais pode emancipar o filho, independentemente da vontade do outro;
 - (d) não é válida, pois o pátrio poder deve ser exercido em igualdade de condições pelo pai e pela mãe;
 - (e) não é válida porque somente pode ser feita por instrumento público.
-

Q.2964

Origem

Os silvícolas, no direito brasileiro:

Polícia Civil-RJ :: Delegado de
Polícia
NCE
2002

- (a) são sempre considerados absolutamente incapazes;
- (b) são considerados absolutamente incapazes, quando não tiverem condições de dirigir sua pessoa e administrar seus bens;
- (c) são considerados relativamente incapazes, quando não tiverem condições de dirigir sua pessoa e administrar seus bens;
- (d) não possuem personalidade jurídica, se não registrados;
- (e) não possuem capacidade de fato, se não registrados.

Assuntos relacionados

Bens

103.10 Ministério Público-RJ :: Secretário de Procuradoria

Q.2965

Origem

O dolo de terceiro determina a:

Ministério Público-RJ ::
Secretário de Procuradoria
NCE
2002

- (a) anulação do negócio jurídico mesmo que as partes o desconheçam;
- (b) nulidade do negócio jurídico;
- (c) inexistência do negócio jurídico;
- (d) anulação do negócio jurídico se uma das partes o soube;
- (e) ineficácia do negócio jurídico.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Capítulo 104

OAB/DF

104.1 OAB-DF :: OAB - III Exame 2002

Q.2966

Assinale a letra errada:

- (a) O condômino é obrigado a concorrer, na proporção de sua parte, para as despesas de conservação ou divisão da coisa e suportar na mesma razão os ônus, a que estiver sujeita.
- (b) As dívidas contraídas por um dos condôminos em proveito da comunhão, e durante ela, obrigam o contraente; mas asseguram-lhe ação regressiva contra os demais.
- (c) Nenhum dos comproprietários pode alterar a coisa comum, sem o consenso dos outros.
- (d) Qualquer um dos condôminos pode, se tiver o consenso da maioria, dar posse, uso, ou gozo da propriedade a estranhos.

Origem

OAB-DF :: OAB - III Exame 2002
OAB/DF
2002

Assuntos relacionados

Propriedade

104.2 OAB-DF :: OAB - II Exame 2002

Q.2967

Marque a resposta incorreta:

- (a) A responsabilidade civil independe da criminal, mas se tolda o questionamento sobre a existência do fato, ou quem seja o seu autor, se essas questões se acharem decididas no crime.
- (b) Aquele que habitar uma casa, ou parte dela, responde pelo dano proveniente das coisas, que dela caírem ou forem lançadas em lugar indevido.
- (c) No contrato de locação, pode o locador exigir do locatário as seguintes modalidades de garantia: 1) caução; 2) fiança; 3) seguro de fiança locatícia. A escolha da modalidade, contudo, cabe ao locatário.
- (d) Por força da lei, no Registro de Imóveis, há apenas os seguintes livros: 1) Livro nº1 - Protocolo; 2) Livro nº2 - Registro Geral; 3) Livro nº3 - Registro Auxiliar; 4) Livro nº4 - Indicador Real; e 5) Livro nº5 - Indicador Pessoal.

Origem

OAB-DF :: OAB - II Exame 2002
OAB/DF
2002

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

104.3 OAB-DF :: OAB - I Exame 2002

Q.2968

Origem

Assinale a opção certa:

OAB-DF :: OAB - I Exame 2002
OAB/DF
2002

- (a) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou.
- (b) A solidariedade resulta de lei ou da vontade das partes, se presumindo nas obrigações alternativas.
- (c) A cláusula penal, estipulada conjuntamente com a obrigação ou em ato posterior, pode referir-se à inexecução completa da obrigação, à de alguma cláusula especial ou simplesmente à mora.
- (d) Nas obrigações negativas, o devedor fica constituído em mora na data em que for notificado que não deveria ter praticado o ato.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

104.4 OAB-DF :: OAB - III Exame 2002

Q.2969

Origem

Registre a resposta errada:

OAB-DF :: OAB - III Exame 2002
OAB/DF
2002

- (a) A assistência não obsta a que a parte principal reconheça a procedência do pedido, desista da ação ou transija sobre direitos controvertidos; casos em que, terminando o processo, cessa a intervenção do assistente.
- (b) Aquele que detiver a coisa em nome alheio, sendo-lhe demandada em nome próprio, deverá denunciar à lide o proprietário ou o possuidor.
- (c) É competente para as causas dos Juizados Especiais Cíveis o Juizado do foro: I - do domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório; II - do lugar onde a obrigação deva ser satisfeita; III - do domicílio do autor ou do local do ato ou fato, nas ações para reparação de dano de qualquer natureza.
- (d) Não poderão ser partes, no processo de competência dos Juizados Cíveis Especiais, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.

Assuntos relacionados

Domicílio

Q.2970

Origem

Marque a opção errada:

OAB-DF :: OAB - III Exame 2002
OAB/DF
2002

- (a) O consumidor pode desistir do contato, no prazo de 7 dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio.
- (b) O fornecedor do produto ou serviço é solidariamente responsável pelos atos de seus prepostos ou representantes, ainda que autônomos.
- (c) O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.
- (d) Considera-se locação para temporada aquela destinada à residência temporária do locatário, para prática de lazer, realização de cursos, tratamento de saúde, feitura de obras em seu imóvel, e outros fatos que decorram tão-somente de determinado tempo, e contratada por prazo não superior a trinta dias, esteja ou não mobiliado o imóvel.

Assuntos relacionados

Domicílio

Q.2971

Origem

Escolha a letra certa :

OAB-DF :: OAB - III Exame 2002
OAB/DF
2002

- (a) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país trinta dias depois de oficialmente publicada.
- (b) A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule a matéria de que tratava a lei anterior, ainda que parcialmente.
- (c) O regime de bens, legal ou convencional, obedece à lei do país em que tiverem os nubentes domicílio, e, se este for diverso, à do último domicílio conjugal.
- (d) É competente a autoridade judiciária brasileira, quando for o réu, mesmo que estrangeiro, domiciliado no Brasil ou aqui tiver de ser cumprida a obrigação.

Assuntos relacionados

Domicílio

104.5 OAB-DF :: OAB - II Exame 2002

Q.2972

Origem

Assinale a alternativa errada:

OAB-DF :: OAB - II Exame 2002
OAB/DF
2002

- (a) O direito à prestação de alimentos é recíproco entre os pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaiando a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros.
- (b) Os filhos menores são postos em curatela: 1) falecendo os pais, ou sendo julgado ausentes; e 2) decaindo os pais do pátrio poder.
- (c) Os imóveis pertencentes aos menores sob o regime de tutela somente podem ser vendidos: 1) quando houver manifesta vantagem; 2) sempre em hasta pública.
- (d) Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima.

Assuntos relacionados

Alimentos

104.6 OAB-DF :: OAB - III Exame 2002

Q.2973

Origem

Em relação ao direito de família, a assertiva incorreta é:

OAB-DF :: OAB - III Exame 2002
OAB/DF
2002

- (a) O direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaiando nos mais próximos em grau, uns em falta dos outros.
- (b) São devidos os alimentos quando o parente, que os pretende, não tem bens, nem pode prover, pelo seu trabalho, à própria manutenção, e o de quem se reclamam, pode fornecê-los, sem desfalque do necessário ao seu sustento.
- (c) A pessoa obrigada a suprir alimentos poderá pensionar o alimentando, ou dar-lhe em casa hospedagem e sustento.
- (d) Pode-se deixar de exercer, mas não se pode renunciar o direito a alimentos, salvo se diferentemente for ajustado no contrato de sociedade familiar.

Assuntos relacionados

Alimentos

104.7 OAB-DF :: OAB - I Exame 2002

Q.2974

Origem

Marque a resposta correta:

OAB-DF :: OAB - I Exame 2002
OAB/DF
2002

- (a) Pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva.
- (b) Uma das hipóteses em que pode o adquirente demandar pela evicção é aquela em que for privado da coisa, não pelos meios judiciais, mas por caso fortuito, força maior, roubo ou furto.
- (c) São requisitos essenciais do testamento particular: que seja escrito e assinado pelo testador; que nele intervenham cinco testemunhas, além do testador; que seja lido perante as testemunhas, e, depois de lido, por elas assinado.
- (d) Podem ser testemunhas em testamentos os descendentes do herdeiro instituído.

Assuntos relacionados

Contratos

104.8 OAB-DF :: OAB - II Exame 2002

Q.2975

Origem

Marque a opção certa:

OAB-DF :: OAB - II Exame 2002
OAB/DF
2002

- (a) Adquirirá o domínio da coisa móvel o que a possuir como sua, sem interrupção, nem oposição, durante 2 (dois) anos.
- (b) O domínio das coisas não se transfere pelos contratos antes da tradição. Mas esta se subentende, quando a transmitente continua a possuir pelo constituto possessório.
- (c) Na propriedade em comum, com propriedade, ou condomínio, cada condomínio ou consorte pode: 1) usar livremente da coisa conforme seu destino, e sobre ela exercer todos os direitos compatíveis com a indivisão; 2) reivindicá-la de terceiro; 3) alhear a respectiva parte indivisa, ou gravá-la, desde que haja o consentimento da maioria.
- (d) O sucessor universal continua de direito a posse do seu antecessor, mas ao sucessor singular é obrigatório unir sua posse à do antecessor, para os efeitos legais.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.2976

Origem

Destaque a proposta que se apresenta com erro:

OAB-DF :: OAB - II Exame 2002
OAB/DF
2002

- (a) Considera-se em mora o devedor que não efetuar o pagamento, razão por que responde pelos prejuízos a que a sua mora der causa, salvo se for de ordem moral.
- (b) Nos contratos bilaterais, nenhum dos contraentes, antes de cumprida a sua obrigação, pode exigir o implemento da do outro. Mas, se depois de concluído o contrato, sobreviver a uma das partes contratantes diminuição em seu patrimônio, capaz de comprometer ou tornar duvidosa a prestação pela qual se obrigou, pode a parte, a quem incumbe fazer prestação em primeiro lugar, recusar-se a esta, até que a outra satisfação a que lhe compete ou dê garantia bastante de satisfazê-la.
- (c) A cláusula penal, estipulada conjuntamente com a obrigação ou em ato posterior, pode referir-se à inexecução completa da obrigação, à de alguma cláusula especial ou simplesmente à mora.
- (d) Salvo estipulação em contrário, as arras em dinheiro consideram-se princípio de pagamento. Fora esse caso, devem ser restituídas, quando o contrato for concluído ou ficar desfeito.

Assuntos relacionados

Contratos

104.9 OAB-DF :: OAB - III Exame 2002

Q.2977

Origem

Sobre locação, sublinhe a opção verdadeira:

OAB-DF :: OAB - III Exame 2002
OAB/DF
2002

- (a) No contrato de locação, pode o locador exigir do locatário, em se tratando de prédio urbano ou rural, uma das seguintes garantias: caução, fiança, seguro de fiança locatícia.
- (b) Se, findo o prazo, o locatário continuar na posse da coisa alugada, sem oposição do locador, presumir-se-á prorrogada a locação pelo mesmo aluguel, por igual prazo.
- (c) Morrendo o locador, ou locatário, transfere-se aos seus herdeiros, desde que haja previsão contratual, a locação por tempo determinado.
- (d) Não é lícito ao locatário reter a coisa alugada, exceto no caso de benfeitorias necessárias, benfeitorias úteis, ou benfeitorias voluptuárias, se estas houverem sido feitas com expresse consentimento do locador.

Assuntos relacionados

Contratos

104.10 OAB-DF :: OAB - II Exame 2002

Q.2978

Origem

Escolha a opção correta:

OAB-DF :: OAB - II Exame 2002
OAB/DF
2002

- (a) Resolvido o domínio pelo implemento da condição ou pelo advento do termo, entendem-se também resolvidos os direitos reais concedidos na sua pendência, e o proprietário, em cujo favor se opera a resolução, pode reivindicar a coisa do poder de quem a detenha.
- (b) Os direitos reais sobre coisas móveis, quando constituídos, ou transmitidos por atos entre vivos, só se adquirem com a transcrição.
- (c) A servidão pode ser presumida, aparente ou mesmo ostensiva.
- (d) Pertence ao pescador o peixe, que pescar, e o que arpoado, ou farpado, perseguir, salvo se outrem o colha.

Assuntos relacionados

Direitos reais

104.11 OAB-DF :: OAB - III Exame 2002

Q.2979

Origem

Assinale a opção errada:

OAB-DF :: OAB - III Exame 2002
OAB/DF
2002

(a) A prescrição interrompe-se: I - pela citação pessoal feita ao devedor, ainda que ordenada por juiz incompetente ou se achar perempta a instância, ou ação; II - pelo protesto, nas condições do número anterior; III - pela apresentação do título de crédito em juízo de inventário, ou em concurso de credores; IV - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor; V - por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.

(b) O comerciante é igualmente responsável, nos termos do artigo anterior, quando: I - o fabricante, o construtor, o produtor ou o importador não puderem ser identificados; II - o produto for fornecido sem identificação clara do seu fabricante, produtor construtor ou importador; III - não conservar adequadamente os produtos perecíveis.

(c) O serviço é defeituoso quando não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar, levando-se relevantes, entre as quais: I - o modo de seu fornecimento; II - o resultado e os riscos que razoavelmente dele se esperam; III - a época em que foi fornecido.

(d) O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social. A desconsideração também será efetiva quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocadas por má administração.

Assuntos relacionados

Títulos de crédito

104.12 OAB-DF :: OAB - I Exame 2002

Q.2980

Origem

Assinale a opção correta:

OAB-DF :: OAB - I Exame 2002
OAB/DF
2002

(a) A lei começa a vigorar a partir da data de sua publicação, se outro prazo não for assinalado.

(b) As correções a texto de lei já em vigor não se consideram lei nova, por se tratar de erro material.

(c) Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que foi celebrado, mesmo que pendente de condição suspensiva, que verificada produzirá o efeito perseguido ou pretendido.

(d) Ao ingressar no mundo jurídico, a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga e modifica a anterior mesmo que não declare expressamente.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2981

Origem

Defina a proposta que se apresenta com erro:

OAB-DF :: OAB - I Exame 2002
OAB/DF
2002

- (a) Os direito reais sobre coisas móveis, quando constituídos, ou transmitidos por atos entre vivos, só se adquirem com a tradição.
- (b) A enfiteuse extingue-se: pela natural deterioração do prédio aforado, quando chegue a não valer o capital correspondente ao foro e mais um quinto deste; pelo comisso, deixando o foreiro de pagar as pensões devidas, por três anos consecutivos, caso em que o senhorio o indenizará das benfeitorias necessárias; e falecendo o enfiteuta, sem herdeiros, salvo o direito dos credores.
- (c) As crias dos animais pertencem ao usufrutuário, deduzidas quantas bastem, para inteirar as cabeças de gado existentes ao começar o usufruto.
- (d) O domínio presume-se exclusivo e limitado, até prova em contrário.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2982

Origem

Destaque a afirmação correta:

OAB-DF :: OAB - I Exame 2002
OAB/DF
2002

- (a) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil: os menores de dezesseis anos; os loucos de todo o gênero; os surdos-mudos, que não puderem exprimir a sua vontade; e os silvícolas.
- (b) Entre as hipóteses de cessação, para os menores, da incapacidade se insere aquela decorrente do exercício de emprego público ou privado.
- (c) O domicílio dos oficiais e tripulantes da marinha mercante é o lugar da base em que sirvam.
- (d) Consideram-se bens imóveis para os efeitos legais: os direitos reais sobre imóveis, inclusive o penhor agrícola, e as ações que os asseguram; as apólices da dívida pública oneradas com a cláusula de inalienabilidade; e o direito à sucessão aberta.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2983

Origem

Em relação à proteção e defesa do consumidor, sublinhe a opção correta:

OAB-DF :: OAB - I Exame 2002
OAB/DF
2002

(a) O fornecedor de serviços, incluindo os profissionais liberais, responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à execução dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

Assuntos relacionados

Direito civil

(b) Os fornecedores respondem solidariamente pelos vícios de quantidade do produto sempre que, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, seu conteúdo líquido for inferior às indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou de mensagem publicitária, situação mediante a qual a lei autoriza o consumidor a exigir duas das seguintes alternativas: 1) abatimento proporcional do preço; 2) complementação do peso ou medida; 3) a substituição do produto por outro da mesma espécie, marca ou modelo, sem os aludidos vícios; e 4) a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos.

(c) O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação, caduca em sessenta dias, em se tratando de fornecimento de serviço e de produto não duráveis; em noventa dias, na hipótese de fornecimento de serviço e de produto duráveis.

(d) O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de sete dias, a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio.

Q.2984

Origem

Encontra-se errada a letra:

OAB-DF :: OAB - I Exame 2002
OAB/DF
2002

(a) As benfeitorias podem ser voluptuárias (as de mero deleite ou recreio, que não aumentam o uso habitual da coisa, ainda que a tornem mais agradável ou sejam de elevado valor), úteis (as que aumentam ou facilitam o uso da coisa) ou necessárias (as que têm por fim conservar a coisa ou evitar que se deteriore), sendo que não se consideram benfeitorias os melhoramentos sobrevindos à coisa sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor.

Assuntos relacionados

Direito civil

(b) Chama-se deferido o direito futuro, quando sua aquisição pende somente do arbítrio do sujeito; não deferido, quando se subordina a fatos ou condições fálveis.

(c) Se o ato doloso teve o concurso de ambas as partes, nenhuma delas pode invocá-lo, para anulá-lo ou reclamar indenização.

(d) A ordem jurídica contempla a condição resolutiva expressa da obrigação, vedando-se a condição resolutiva tácita da obrigação.

104.13 OAB-DF :: OAB - II Exame 2002

Q.2985

Origem

Assinale a opção correta:

OAB-DF :: OAB - II Exame 2002
OAB/DF
2002

- (a) A lei começa a vigorar a partir da data de sua publicação, salvo disposição em contrária.
- (b) A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule parcialmente a matéria de que tratava a lei anterior.
- (c) Ao ingressar no mundo jurídico, a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
- (d) Consideram-se adquiridos os direitos que somente seu titular possa exercer, como aqueles cujo começo do exercício tenha termo prefixo, ou condição preestabelecida inalterável, a arbítrio de outrem.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2986

Origem

Destaque a afirmação correta:

OAB-DF :: OAB - II Exame 2002
OAB/DF
2002

- (a) Considera-se bem imóvel tudo quanto no imóvel o proprietário mantiver intencionalmente empregado em sua exploração industrial, aformoseamento, ou comodidade.
- (b) Na proteção que o Código Civil confere aos incapazes, compreende-se o benefício de restituição.
- (c) O preso tem domicílio no lugar onde mora a sua família; mas à falta dela, no local onde cumpre a sentença.
- (d) São relativamente incapazes a certos atos da vida, ou à maneira de os exercer: os ausentes, assim declarados por ato do juiz.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2987

Origem

Encontra-se errada a letra:

OAB-DF :: OAB - II Exame 2002
OAB/DF
2002

- (a) Ninguém pode reclamar o que, por uma obrigação anulada, pagou a um incapaz, se não provar que reverteu em proveito dele a importância paga.
- (b) Anulado o ato, restituir-se-ão as partes ao estado, em que antes dele se achavam, e não sendo possível restituí-las, serão indenizadas com o equivalente.
- (c) A lei exige que a renúncia da prescrição seja sempre expressa, e só valerá, sendo feita sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar.
- (d) A prescrição pode ser alegada, em qualquer instância, pela parte a quem aproveita, sendo que, na execução de sentença, somente pode ser argüida quando superveniente à sentença.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2988

Origem

Sobre a proteção e defesa do consumidor, destaque a opção correta:

OAB-DF :: OAB - II Exame 2002
OAB/DF
2002

- (a) Os fornecedores respondem solidariamente pelos vícios de quantidade do produto sempre que, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, seu conteúdo líquido for inferior às indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou de mensagem publicitária, situação mediante a qual a lei autoriza o consumidor a exigir, a seu nuto, uma das seguintes alternativas: 1) abatimento proporcional do preço; 2) complementação do peso ou medida; 3) a substituição do produto por outro da mesma espécie, marca ou modelo, sem os aludidos vícios; e 4) a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos.
- (b) Com o Código de Proteção e Defesa do Consumidor, os profissionais liberais sujeitam-se à obrigação de reparar o dano causado, independentemente da existência de culpa, haja vista que, se lesarem o direito do consumidor, respondem como os demais prestadores de serviço.
- (c) O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de cinco dias, a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio.
- (d) As sociedades coligadas só responderão pelas obrigações decorrentes de suas relações de consumo em caso de dolo.

Assuntos relacionados

Direito civil

104.14 OAB-DF :: OAB - III Exame 2002

Q.2989

Origem

Destaque a premissa correta:

OAB-DF :: OAB - III Exame 2002
OAB/DF
2002

- (a) É proibido o testamento conjuntivo, seja simultâneo ou recíproco, mas permitido o correspectivo.
- (b) São requisitos essenciais do testamento público que: I - seja escrito por oficial público em seu livro de notas, de acordo com o ditado ou as declarações do testador, em presença de três testemunhas; II - as testemunhas assistam a todo o ato; III - depois de escrito, seja lido pelo oficial, na presença do testador e das testemunhas, ou pelo testador, se o quiser, na presença destas e do oficial; IV - em seguida à leitura, seja o ato assinado pelo testador, pelas testemunhas e pelo oficial.
- (c) Se, entre muitos co-herdeiros ou legatários de partes desiguais, for estabelecida substituição recíproca, a proporção dos quinhões, fixada na primeira disposição, entender-se-á mantida na segunda. Se, porém, com as outras anteriormente nomeadas, for incluída mais alguma pessoa na substituição, o quinhão vago pertencerá em partes iguais aos substitutos.
- (d) A partir do término do inventário, pertence ao legatário a coisa legada, com os frutos que produzir.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.2990

Origem

Escolha a letra correta:

OAB-DF :: OAB - III Exame 2002
OAB/DF
2002

(a) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil: I - os menores de dezesseis anos; II - os loucos de todo o gênero; III - os surdos-mudos, que não puderem exprimir a sua vontade; IV - os ausentes, declarados tais por ato do juiz; V - os índios, ainda não civilizados.

Assuntos relacionados

Direito civil

(b) Os bens públicos são: I - os de uso comum do povo, tais como os mares, rios, estradas, ruas e praças; II - os de uso especial, tais como os edifícios ou terrenos aplicados a serviço ou estabelecimento federal, estadual ou municipal; III - Os dominicais, isto é, os que constituem o patrimônio da União, dos Estados, ou dos Municípios, como objetivo de direito pessoal ou real de cada uma dessas entidades; IV - os de reserva legal, assim definidos em lei.

(c) Nas declarações de vontade se atenderá mais à sua intenção que ao sentido literal da linguagem, ainda que dispense o exercício hermenêutico.

(d) O erro na indicação da pessoa, ou coisa, a que se referir a declaração de vontade, não viciará o ato, quando, por seu contexto e pelas circunstâncias, se puder identificar a coisa ou pessoa cogitada.

Q.2991

Origem

Escolha a letra errada:

OAB-DF :: OAB - III Exame 2002
OAB/DF
2002

(a) Não havendo testamento, a herança é jacente, e ficará sob a guarda, conservação e administração de um curador: I - Se o falecimento não deixar cônjuge, nem herdeiro descendente ou ascendente, nem colateral sucessível, notoriamente conhecido; II - se os herdeiros, descendentes ou ascendentes, renunciarem a herança, e não houver cônjuge, ou colateral sucessível, notoriamente conhecido.

Assuntos relacionados

Direito civil

(b) Se com tio ou tios concorrem filhos de irmão unilateral ou bilateral, terão eles, por direito de representação, à parte que caberia ao pai ou à mãe, se vivessem.

(c) Em falta de irmãos, herdarão os filhos destes: se só concorrerem à herança filhos de irmãos falecidos, herdarão por cabeça; se só concorrerem filhos de irmãos bilaterais, com filhos de irmãos unilaterais, cada um destes herdará a metade do que herdar cada um daqueles; se todos forem filhos de irmãos germanos, ou todos de irmãos unilaterais, herdarão todos por igual.

(d) a pessoa excluída da sucessão não é obrigada a restituir os frutos e rendimentos que dos bens da herança houver percebido.

Q.2992

Origem

Aponte a opção equívoca :

OAB-DF :: OAB - III Exame 2002
OAB/DF
2002

(a) A culpa accidental só obriga à satisfação das perdas e danos. É acidente a culpa, quando a seu despeito o ato se teria praticado, embora por outro modo.

(b) Nos atos bilaterais o silêncio intencional de uma das partes a respeito de fato ou qualidade que a outra parte haja ignorado, constitui omissão dolosa, provando-se que sem ela se não teria celebrado o contrato.

(c) O herdeiro não responde por encargos superiores às forças da herança; incumbe-lhe, porém, a prova do excesso, salvo se existir inventário, que a escuse, demonstrando o valor dos bens herdados.

(d) Na sucessão legítima, a parte do renunciante acresce à dos outros herdeiros da mesma classe, e, sendo ele o único desta, devolve-se aos da subsequente.

Assuntos relacionados

Direito civil

104.15 OAB-DF :: OAB - I Exame 2002

Q.2993

Origem

Escolha a opção correta:

OAB-DF :: OAB - I Exame 2002
OAB/DF
2002

(a) No regime de comunhão parcial ou limitada, não se comunicam: os bens que cada cônjuge possuir ao casar, e os que sobrevierem, na constância do matrimônio, por doação ou por sucessão; os adquiridos com valores exclusivamente pertencentes a um dos cônjuges, em sub-rogação dos bens particulares; os rendimentos de bens de filhos anteriores ao matrimônio, a que tenha direito qualquer dos cônjuges em consequência do pátrio poder; os demais bens que se consideram também excluídos da comunhão universal.

(b) O adultério da mulher, com quem o marido vivia sob o mesmo teto, ilide a presunção legal da legitimidade da prole.

(c) Sujeitam-se à curatela: os loucos de todo o gênero; os surdos-mudos, sem educação que os habilite a enunciar precisamente a sua vontade; e os pródigos. A interdição pode ser promovida pelo pai, mãe, tutor, cônjuge, parente próximo, Ministério Público ou qualquer interessado, na condição de credor .

(d) O casamento válido se dissolve pela morte de um dos cônjuges ou pela separação judicial, transitada em julgado.

Assuntos relacionados

Bens

Q.2994

Origem

Destaque a assertiva falsa:

OAB-DF :: OAB - I Exame 2002
OAB/DF
2002

- (a) Cabem embargos infringentes quando não for unânime o julgado proferido em apelação e ação rescisória.
- (b) A execução por quantia certa tem por objeto expropriar bens do devedor, a fim de satisfazer o direito do credor, com a característica de que a expropriação consiste: na alienação de bens do devedor; na adjudicação em favor do credor; e no usufruto de imóvel ou de empresa.
- (c) Podem ser penhorados, à falta de outros bens: os frutos e os rendimentos dos bens inalienáveis, salvo se destinados a alimentos de incapazes, bem como de mulher viúva, solteira, separada judicialmente, ou de pessoa idosa; bem como as imagens e os objetos do culto religioso, sendo de grande valor.
- (d) Na execução de sentença ou de decisão, que fixa os alimentos provisionais, o juiz mandará citar o devedor para, em 24 (vinte e quatro) horas, efetuar o pagamento, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo.

Assuntos relacionados

Bens

104.16 OAB-DF :: OAB - II Exame 2002

Q.2995

Origem

Assinale a opção incorreta:

OAB-DF :: OAB - II Exame 2002
OAB/DF
2002

- (a) Se forem maiores e capazes, os herdeiros poderão fazer partilha amigável, por instrumento público ou particular, termo nos autos do inventário, homologado pelo juiz.
- (b) Será sempre judicial a partilha se os herdeiros divergirem, assim como se algum deles for menor, ou incapaz.
- (c) Não poderá dispor de seus bens em testamento cerrado quem não saiba, ou não possa ler.
- (d) São requisitos essenciais do testamento particular que: 1) seja escrito e assinado pelo testador; 2) nele intervenham três testemunhas, além do testador; 3) seja lido perante as testemunhas, e, depois de lido, por elas assinado.

Assuntos relacionados

Bens

Q.2996

Origem

Marque a correta:

OAB-DF :: OAB - II Exame 2002
OAB/DF
2002

- (a) Na execução, recebidos os embargos, o juiz mandará citar o credor para impugná-los no prazo de 15 (quinze) dias, designando em seguida audiência de conciliação.
- (b) A extinção do processo de execução só produz efeito quando declarada por sentença de mérito.
- (c) Há excesso de execução quando se processa de modo diferente do que foi determinado na sentença.
- (d) Declarada a insolvência, o devedor mantém o direito de administrar os seus bens e de dispor deles, até a liquidação total da massa.

Assuntos relacionados

Bens

104.17 OAB-DF :: OAB - I Exame 2002

Q.2997

Origem

Assinale a alternativa errada:

OAB-DF :: OAB - I Exame 2002
OAB/DF
2002

Assuntos relacionados

(a) A criança e o adolescente têm direito à liberdade, que compreende o seguinte: ir, vir e estar em logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; opinião e expressão; crença e culto religioso; brincar, praticar esportes e divertir-se; participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação; participar da vida política, na forma da lei; e buscar refúgio, auxílio e orientação.

(b) Em relação aos direitos autorais, é correto afirmar-se que são direitos morais do autor: o de reivindicar, a qualquer tempo, a paternidade da obra; o de ter seu nome, pseudônimo ou sinal convencional indicado ou anunciado, como sendo o autor, na utilização da obra; o de conservá-la inédita; o de assegurar-lhe a integridade, opondo-se a quaisquer modificações, ou à prática de atos que, de qualquer forma, possam prejudicá-la, ou atingi-lo, como autor, em sua reputação ou honra; o de modificá-la, antes ou depois de utilizá-la; e o de retirá-la de circulação, ou de lhe suspender qualquer forma de utilização já autorizada.

(c) Em caso de separação de fato, separação judicial, divórcio ou dissolução da sociedade concubinária, a locação prosseguirá com o cônjuge ou companheiro que permanecer no imóvel, a quem cabe comunicar, por escrito, a sub-rogação ao locador, que terá o direito de exigir, no prazo de trinta dias, a substituição do fiador ou o oferecimento de qualquer das garantias previstas na lei de locação, desde que não configure a existência de mais de uma modalidade de garantia.

(d) Serão registrados no Registro Civil de Pessoas Naturais: os nascimentos; os casamentos; os óbitos, as alterações ou abreviaturas de nomes, as emancipações, as interdições, as sentenças declaratórias de ausência, as opções de nacionalidade, as sentenças que deferirem a legitimação adotiva.

Capítulo 105

TRT 12ª

105.1 TRT 12ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.2998

Origem

Analise a assertiva dada e assinale a alternativa incorreta: Não corre a prescrição:

TRT 12ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 12ª
2002

- (a) pendente ação de evicção;
- (b) pendendo condição resolutiva;
- (c) contra os ausentes do Brasil em serviço público da União, dos Estados ou dos Municípios;
- (d) não estando vencido o prazo;
- (e) entre ascendentes e descendentes, durante o pátrio poder.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Q.2999

Origem

Prescrição e decadência. Analise as assertivas abaixo e indique a alternativa correta:

TRT 12ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 12ª
2002

- I - a prescrição atinge o próprio direito e, por via oblíqua, o direito de ação;
- II - a decadência não se interrompe nem se suspende;
- III - na falta de prazo especial, aplicam-se à prescrição os prazos gerais;
- IV - a decadência pode ser renunciada pelo titular do direito;
- V - não corre a prescrição entre os cônjuges, na constância do matrimônio.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

- (a) todas as proposições são corretas
- (b) apenas três proposições são corretas
- (c) apenas duas proposições são corretas
- (d) apenas uma proposição é correta
- (e) n. d. a.

Q.3000

Origem

Assinale a alternativa incorreta:

- (a) nas obrigações de dar coisa incerta a escolha ou concentração será sempre do devedor;
- (b) somente a solidariedade passiva pode resultar da lei ou da vontade das partes; a solidariedade ativa resulta somente da vontade das partes, pois nosso ordenamento não prevê casos de solidariedade *ex lege* ;
- (c) é a principal característica da solidariedade: a possibilidade de o credor escolher um dos vários avalistas, executá-lo pela dívida toda, mesmo havendo o devedor principal e outros avalistas;
- (d) sobre a cláusula penal podemos afirmar que: seu valor não pode exceder ao valor da obrigação principal, que ainda poderá ser reduzido proporcionalmente em caso de cumprimento parcial da obrigação;
- (e) n. d. a.

TRT 12ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 12ª
2002

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

Q.3001

Origem

Dada a assertiva abaixo, indique o princípio pertinente: "Compete ao réu alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito, com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir" (art. 300, CPC).

TRT 12ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 12ª
2002

- (a) livre investigação da prova
- (b) eventualidade
- (c) devido processo legal
- (d) celeridade e economia processuais
- (e) n. d. a.

Assuntos relacionados

Provas

Q.3002

Origem

Leia as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

- I - tendo a pessoa natural diversas residências onde alternadamente viva, ou vários centros de ocupações habituais, considerar-se-á domicílio seu qualquer destes ou daquelas;
- II - o domicílio do Município é o lugar onde funciona a administração municipal;
- III - tendo a pessoa jurídica de direito privado diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um será considerado domicílio para os atos nele praticados;
- IV - os oficiais e tripulantes das Marinhas de Guerra e mercante têm seu domicílio onde estiver matriculado o navio em que servem;
- V - domicílio contratual ou de eleição é o estabelecido de forma escrita ou verbal pelas partes, que especificam onde serão cumpridos os direitos e deveres oriundos da avença.

TRT 12ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 12ª
2002

Assuntos relacionados

Domicílio

- (a) apenas uma proposição é correta
- (b) apenas duas proposições são corretas
- (c) apenas três proposições são corretas
- (d) todas as proposições são corretas
- (e) n. d. a.

Q.3003

Origem

Em relação aos contratos é incorreto afirmar:

TRT 12ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 12ª
2002

- (a) a manifestação da vontade nos contratos pode ser tácita, quando a lei não exigir que seja expressa;
- (b) os contratos benéficos interpretar-se-ão estritamente;
- (c) a impossibilidade da prestação invalida o contrato, mesmo sendo relativa ou cessando antes de realizada a condição;
- (d) reputar-se-á celebrado o contrato no lugar em que foi proposto;
- (e) considera-se inexistente a aceitação, se antes dela ou com ela chegar ao proponente a retratação do aceitante.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.3004

Origem

Analise as assertivas abaixo e aponte a alternativa correta:

TRT 12ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 12ª
2002

I - o contrato de locação de serviços é sempre bilateral, oneroso e consensual; não havendo prazo estipulado, o contrato de locação de serviços poderá ser objeto de rescisão unilateral mediante prévio aviso, que deve observar os seguintes prazos: trinta dias, se o pagamento tiver sido fixado por tempo de um mês ou mais; oito dias, se o pagamento se tiver sido ajustado por semana ou quinzena; de véspera, quando o pagamento se tiver sido ajustado por periodicidade menor do que oito dias;

II - a empreitada é contrato em que uma das partes obriga-se a realizar determinada obra, pessoalmente, mediante remuneração a ser paga pela outra, de acordo com as instruções desta e sem relação de subordinação;

III - poderá haver a resolução do contrato de empreitada por iniciativa do dono da obra, hipótese em que deverá este pagar perdas e danos ao empreiteiro; porém, poderá o dono da obra rescindir por justa causa o contrato, sem indenizar, se por enfermidade ou qualquer outra causa o empreiteiro se tornar incapaz dos serviços contratados;

IV - o comodato, contrato unilateral, temporário, não solene, é empréstimo gratuito de coisas não fungíveis e perfaz-se com a tradição do objeto; já o mútuo, sendo empréstimo gratuito de coisas fungíveis, acarreta a transferência de domínio e se caracteriza como contrato real.

Assuntos relacionados

Contratos

- (a) são corretas somente as assertivas I e IV
- (b) são corretas somente as assertivas II e III
- (c) são corretas somente as assertivas III e IV
- (d) são corretas somente as assertivas I e II
- (e) n. d. a.

Q.3005

Origem

Quanto ao compromisso de compra e venda:

I - é contrato típico pelo qual as partes se obrigam a reciprocamente tornar eficaz a transferência de um bem imóvel, através de reprodução do consentimento no título hábil;

II - em caso de inadimplemento, será condição para propositura de ação de resolução, cumulada com pedido de reintegração de posse, a notificação; sua falta implica carência de ação;

III - a jurisprudência admite a oposição de embargos de terceiro fundados em alegação de posse advinda do compromisso de compra e venda, ainda que desprovido de registro;

IV - o compromisso de compra e venda só se extingue pela execução voluntária, pela execução específica, denominada adjudicação compulsória, pela resolução, quando ocorre o inadimplemento do devedor, ou pela dissolução, quando as partes, de comum acordo, põem termo ao contrato.

- (a) são corretas somente as assertivas I e IV
- (b) são corretas somente as assertivas II e III
- (c) são corretas somente as assertivas I e II
- (d) todas as assertivas são corretas
- (e) n. d. a.

TRT 12ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 12ª
2002

Assuntos relacionados

Contratos

Q.3006

Origem

Leia as proposições e aponte a alternativa correta: I o Código Civil brasileiro somente considera fontes de obrigações os contratos, as declarações unilaterais da vontade e os atos ilícitos dolosos; II em nosso direito são três os casos de obrigação natural: dívidas prescritas, dívidas de jogo e juros não convencionados, sendo-lhe comum apenas a característica da inexigibilidade de seu cumprimento; III são elementos acidentais do negócio jurídico a condição, o termo, o encargo ou modo; as obrigações condicionais são aquelas cuja eficácia está subordinada a um evento futuro e certo; nas obrigações a termo, a eficácia está subordinada a um evento futuro e incerto; as modais são as oneradas com algum gravame; IV as obrigações *propter rem* pertencem à categoria das obrigações híbridas, assim denominadas por constituírem um misto de direito pessoal e de direito real.

- (a) são corretas somente as assertivas I e IV
- (b) são corretas somente as assertivas II e III
- (c) são corretas somente as assertivas II e IV
- (d) todas as assertivas são incorretas
- (e) n. d. a.

TRT 12ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 12ª
2002

Assuntos relacionados

Contratos

Q.3007

Origem

Analise as assertivas abaixo e indique a alternativa correta:

I - a sub-rogação opera-se de *pleno jure* em favor do credor que paga a dívida do devedor comum ao credor, a quem competia direito de preferência;

II - é convencional a sub-rogação quando o credor recebe o pagamento de terceiro e expressamente lhe transfere todos os seus direitos;

III - a consignação tem lugar quando pender litígio sobre o objeto do pagamento;

IV - dá-se a novação quando o novo devedor sucede ao antigo, ficando este quite com o credor.

- (a) todas as proposições são corretas
- (b) apenas uma proposição é correta
- (c) apenas duas proposições são corretas
- (d) apenas três proposições são corretas
- (e) n. d. a.

TRT 12ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 12ª
2002

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3008

Origem

Sobre cláusula penal é incorreto afirmar:

- (a) incorre de pleno direito o devedor na cláusula penal, desde que se vença o prazo da obrigação, ou, se o não há, desde que se constitua em mora;
- (b) a cláusula penal pode ser estipulada conjuntamente com a obrigação ou em ato posterior;
- (c) quando se estipular a cláusula penal para o caso de total inadimplemento da obrigação, esta converter-se-á em alternativa a benefício do credor;
- (d) o valor da cominação imposta não pode exceder o dobro da obrigação principal;
- (e) quando se cumprir em parte a obrigação, poderá o juiz reduzir proporcionalmente a pena estipulada para o caso de mora ou de inadimplemento.

TRT 12ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 12ª
2002

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3009

Origem

Interpretação das leis. Complete a assertiva abaixo e indique a alternativa correta: "A interpretação da lei é quando o seu sentido é explicado por uma outra lei; é quando visa a reconstruir o pensamento do legislador."

- (a) autêntica; histórica
- (b) teleológica; gramatical
- (c) lógica; histórica
- (d) sistemática; gramatical
- (e) n. d. a.

TRT 12ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 12ª
2002

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3010

Origem

Leia as proposições e aponte a alternativa correta: I segundo o Código Civil vigente, no tocante a seu conteúdo, a obrigação de dar coisa certa confere ao credor simples direito pessoal e não real; II entretanto, a jurisprudência vem admitindo, no caso de contrato de promessa de compra e venda de imóvel, ainda que não registrado, a ação de adjudicação compulsória, na qual o juiz, substituindo o devedor inadimplente, adjudica o imóvel compromissado ao credor, conferindo-lhe caráter de direito real oponível a terceiros; III segundo o Direito Civil vigente, se o objeto do contrato de compra e venda for um animal, e este der cria, o devedor não pode ser constrangido a entregá-la; IV se o animal, objeto de comodato, não puder ser restituído, por ter perecido devido a um raio, resolve-se a obrigação do comodatário, que responderá apenas por perdas e danos.

- (a) são corretas somente as assertivas I e IV
- (b) são corretas somente as assertivas II e III
- (c) são corretas somente as assertivas I e II
- (d) todas as assertivas são corretas
- (e) n. d. a.

TRT 12ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 12ª
2002

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3011

Origem

Escolha a alternativa incorreta:

- (a) o devedor, que paga, tem direito a quitação regular, e pode reter o pagamento enquanto lhe não for dada;
- (b) nos débitos, cuja quitação consista na devolução do título, perdido este, poderá o devedor exigir, retendo o pagamento, declaração do credor que inutilize o título sumido;
- (c) efetuar-se-á o pagamento no domicílio do credor, salvo se as partes convencionarem diversamente, ou se o contrário dispuserem as circunstâncias, a natureza da obrigação ou a lei;
- (d) as obrigações condicionais cumprem-se na data do implemento da condição, incumbida ao credor a prova de que deste houve ciência o devedor;
- (e) considera-se em mora o devedor que não efetuar o pagamento, e o credor que o não quiser receber no tempo, lugar e forma convencionados.

TRT 12ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 12ª
2002

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3012

Origem

Ainda sobre a interpretação das leis, leia as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

- I - quando o fato individual se enquadra no conceito abstrato contido na norma, tem-se a subsunção;
- II - apenas a analogia, os princípios gerais do direito e a equidade são meios de integração da norma jurídica;
- III - denomina-se ab-rogação a espécie de revogação que torna sem efeito uma parte da norma;
- IV - costume *praeter legem* é o que se reveste de caráter supletivo, suprimindo a lei nos casos omissos;
- V - salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país 45 dias após sua publicação; nos Estados estrangeiros a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia noventa dias depois de oficialmente publicada.

- (a) todas as proposições são corretas
- (b) apenas uma proposição é correta
- (c) apenas duas proposições são corretas
- (d) apenas três proposições são corretas
- (e) n. d. a.

TRT 12ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 12ª
2002

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3013

Origem

Leia as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

- I - a doutrina conceitua o ato jurídico como sendo o acontecimento, previsto em norma jurídica, em razão do qual nascem, se modificam, subsistem e se extinguem relações jurídicas;
- II - embora a ignorância seja a ausência completa de conhecimento sobre algo, e o erro a falsa noção sobre algum objeto, o legislador os equiparou nos seus efeitos jurídicos;
- III - considera-se condição a cláusula que subordina o efeito do ato jurídico a evento futuro e certo;
- IV - a condição resolutiva subordina a ineficácia do negócio a um evento futuro e certo;
- V - o ato anulável pode ser sempre objeto de ratificação pelas partes.

- (a) são incorretas as proposições I, II e III
- (b) são incorretas as proposições II, III e IV
- (c) são incorretas as proposições III, IV e V
- (d) todas as proposições são incorretas
- (e) n. d. a.

TRT 12ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 12ª
2002

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3014

Origem

Leia com atenção as assertivas abaixo e escolha a alternativa correta:

I - na execução por quantia certa tem legitimidade para arrematar "todo aquele que estiver na livre administração de seus bens", exceto os tutores, os curadores, os testamentários, os administradores, os síndicos ou liquidantes, quanto aos bens confiados à sua guarda e responsabilidade; os mandatários, quanto aos bens de cuja administração ou alienação estejam encarregados; o juiz, o escrivão, o depositário, o avaliador, o advogado da parte e o oficial de justiça;

II - caso vários credores, que tenham penhorado o mesmo bem em diferentes execuções ou tenham sobre ele direito real de garantia, ofereçam lance do mesmo valor para arrematá-lo, terá preferência o que tiver crédito privilegiado, nessa ordem: fiscal, trabalhista, previdenciário, crédito com garantia real;

III - a arrematação constará de auto, que será lavrado vinte e quatro horas depois de realizada a praça ou o leilão; durante esse intervalo, pode ainda haver a remição dos bens ou da execução, que deixará sem efeito a alienação judicial;

IV - lavrado e assinado o auto, a arrematação considerar-se-á perfeita, acabada e irretratável, só podendo ser desfeita por vício de nulidade, se não for pago o preço ou não for dada a caução, quando o arrematante provar, nos três dias seguintes, a existência de ônus real não mencionado no edital, quando não tiver sido intimado o credor hipotecário, com dez dias pelo menos de antecedência da praça.

- (a) são corretas somente as assertivas I e IV
- (b) são corretas somente as assertivas II e III
- (c) são corretas somente as assertivas II e IV
- (d) todas as assertivas são corretas
- (e) n. d. a.

TRT 12ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 12ª
2002

Assuntos relacionados

Bens

Q.3015

Origem

Execução. Analise as assertivas abaixo e indique a alternativa correta:

I - a sentença homologatória de conciliação ou de transação, ainda que verse matéria não posta em juízo, é título executivo judicial; a letra de câmbio é um título executivo extrajudicial;

II - a execução provisória far-se-á do mesmo modo que a definitiva, mas não abrange os atos que importem alienação do domínio;

III - considera-se em fraude de execução a alienação ou oneração de bens quando, ao tempo da alienação ou oneração, corria contra o devedor demanda capaz de reduzi-lo à insolvência;

IV - a garantia do juízo não constitui pressuposto para a oposição de embargos à execução pela Fazenda Pública;

V - na execução por carta, os embargos serão oferecidos no juízo deprecante ou no juízo deprecado, mas a competência para julgá-los é sempre daquele.

- (a) todas as proposições são corretas
- (b) apenas uma proposição é incorreta
- (c) apenas duas proposições são incorretas
- (d) apenas três proposições são incorretas
- (e) n. d. a.

TRT 12ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 12ª
2002

Assuntos relacionados

Bens

Capítulo 106

VUNESP

106.1 TJ-SP :: Ortogante

Q.3016

Assinale a alternativa incorreta.

- (a) Qualquer possuidor que fizer jus ao ressarcimento de benfeitorias necessárias terá direito de retenção pelo valor correspondente.
- (b) Ao possuidor de boa-fé serão ressarcidas as benfeitorias necessárias.
- (c) Ao possuidor de má-fé serão ressarcidas as benfeitorias necessárias.
- (d) Ao possuidor de boa-fé serão ressarcidas as benfeitorias úteis.

Origem

TJ-SP :: Ortogante
VUNESP
2002

Assuntos relacionados

Posse

106.2 OAB-AM :: OAB

Q.3017

A prescrição

- (a) não corre pendendo ação de evicção.
- (b) é suspensa pela citação válida, ainda que ordenada por juiz incompetente.
- (c) suspensa em favor de um dos credores solidários, aproveita-se em qualquer caso a todos os outros credores.
- (d) pode ser interrompida nos casos legais, mas não suspensa.

Origem

OAB-AM :: OAB
VUNESP
2002

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

106.3 OAB-SP :: OAB

Q.3018

São hipóteses de extinção do processo sem julgamento do mérito:

- (a) indeferimento da petição inicial; desistência da ação; transação entre as partes; reconhecimento de decadência do direito de ação.
- (b) indeferimento da petição inicial; acolhimento de alegação de preempção; acolhimento de alegação de coisa julgada; acolhimento de alegação de litispendência.
- (c) transação entre as partes; desistência da ação; acolhimento de alegação de prescrição ou decadência; renúncia, pelo autor, ao direito sobre o qual se funda a ação.
- (d) renúncia, pelo autor, ao direito sobre o qual se funda a ação; desistência da ação; acordo entre as partes; acolhimento de alegação de coisa julgada.

Origem

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2002

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

106.4 TJ-SP :: Ortogante

Q.3019

Assinale a alternativa incorreta.

- (a) Quem pagou dívida prescrita não pode reclamar devolução.
- (b) Ainda que não invocada pelas partes, o juiz pode reconhecer, de ofício, a prescrição de direitos patrimoniais.
- (c) Não corre a prescrição contra os absolutamente incapazes.
- (d) Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros, se o objeto da obrigação for indivisível.

Origem

TJ-SP :: Ortogante
VUNESP
2002

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Q.3020

Assinale a alternativa incorreta.

- (a) Só se poderá cogitar de usucapião especial de área urbana se perfeitamente identificado, quanto a suas divisas e confrontações, o terreno ocupado por cada possuidor.
- (b) O direito de preempção confere ao Poder Público preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares.
- (c) O direito de superfície será concedido mediante escritura pública registrada no Registro de Imóveis.
- (d) A constituição do condomínio especial previsto no Estatuto da Cidade depende de prévia sentença judicial.

Origem

TJ-SP :: Ortogante
VUNESP
2002

Assuntos relacionados

Propriedade

Q.3021

Origem

No que concerne à convenção de condomínio, é correto dizer que, desde que reúna as assinaturas de titulares de direitos

TJ-SP :: Ortogante
VUNESP
2002

- (a) que representem a maioria das frações ideais que compõem o condomínio, considera-se aprovada a convenção, que deverá ser registrada no Registro de Imóveis.
- (b) que representem, no mínimo, dois terços das frações ideais que compõem o condomínio, considera-se aprovada a convenção, que deverá ser registrada no Registro de Imóveis.
- (c) que representem a maioria das frações ideais que compõem o condomínio, considera-se aprovada a convenção, que deverá ser registrada no Registro de Títulos e Documentos.
- (d) que representem, no mínimo, dois terços das frações ideais que compõem o condomínio, considera-se aprovada a convenção, que deverá ser registrada no Registro de Títulos e Documentos.

Assuntos relacionados

Propriedade

106.5 OAB-AM :: OAB

Q.3022

Origem

A responsabilidade civil

OAB-AM :: OAB
VUNESP
2002

- (a) assim como a penal, está respaldada no interesse público de reparação do dano.
- (b) ocorre apenas quando o prejuízo é ocasionado por fato próprio.
- (c) quando contratual, também é chamada de aquiliana.
- (d) quando objetiva, obedece aos dogmas da teoria do risco.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

106.6 PM São Paulo-SP :: Procurador Municipal

Q.3023

Origem

A responsabilidade civil

PM São Paulo-SP :: Procurador
Municipal
VUNESP
2002

- (a) admite os mesmos pressupostos da responsabilidade penal.
- (b) por danos morais, dependerá de uma liquidação prévia para poder ser requerida.
- (c) quando decorrente de atos de prestador de serviços públicos é objetiva.
- (d) depende da prova de culpa do causador do dano em quaisquer casos.
- (e) independe de dano patrimonial ou extrapatrimonial para gerar obrigação de indenizar.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

106.7 SEFAZ-SP :: Agente Fiscal de Rendas

Q.3024

Origem

"X", "Y" e "Z" foram processados criminalmente pelo mesmo fato, sendo que, quanto a "X", a sentença declarou extinta a punibilidade pela prescrição, pois se contou por metade, uma vez que, à época de sua prolação, o réu já tinha mais de (70) setenta anos de idade; quanto a "Y", foi absolvido por insuficiência de provas de sua participação no ato; e "Z" foi absolvido, porque ficou provado não ter praticado o ato. No tocante à responsabilidade civil,

SEFAZ-SP :: Agente Fiscal de Rendas
VUNESP
2002

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

- (a) "X", "Y" e "Z" ficaram automaticamente isentos de compor indenização.
- (b) Apenas "Y" e "Z" ficaram isentos de responder civilmente pelos danos.
- (c) Apenas "X" não poderá ser demandado por indenização, uma vez que é considerado incapaz em razão da idade.
- (d) Apenas "Z" está definitivamente livre de pagar indenização em razão dos fatos por que foi processado.
- (e) Apenas "Y" não poderá ser demandado pela vítima, para compor indenização, porque a prova da acusação, em que o Ministério Público não teve sucesso, prevalece sobre qualquer outra a ser produzida no Juízo cível.

106.8 SEFAZ-SP :: Agente Fiscal de Rendas - ICMS (contencioso)

Q.3025

Origem

Em matéria de responsabilidade civil é, correto afirmar:

SEFAZ-SP :: Agente Fiscal de Rendas - ICMS (contencioso)
VUNESP
2002

- (a) aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência violar direito ou causar prejuízo a outrem fica obrigado a reparar o dano
- (b) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes nessa qualidade causarem a terceiros somente se os referidos agentes tiverem obrado com dolo ou culpa
- (c) a compensação financeira decorrente da reparação do dano moral é incompatível com a indenização por dano material
- (d) na responsabilidade civil contratual as perdas e danos sempre serão devidas, independente de dolo ou culpa de qualquer das partes, desde que verificado o nexo causal e o prejuízo

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

106.9 TJ-SP :: Ortogante

Q.3026

Origem

Em uma favela, todas as construções eram de madeira. Nero, ali residente, soltou um balão, que caiu sobre o barraco de Pedro, incendiando-o. Entre o de Pedro e o de Antônio, ficava o barraco de João, que foi alcançado pelo fogo. Antônio, para evitar que o incêndio atingisse sua própria morada, destruiu, a machadadas, o barraco de João. Neste caso, pode-se afirmar que

TJ-SP :: Ortogante
VUNESP
2002

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

- (a) João poderá reclamar indenização de Antônio, com fundamento na prática de ato ilícito por este.
- (b) João não poderá reclamar indenização de Antônio, pois este agiu em estado de necessidade, nem de Pedro.
- (c) João poderá reclamar indenização de Antônio, apesar de não praticado ato ilícito por este, que ficará com ação regressiva contra Nero.
- (d) João poderá reclamar indenização de Pedro, com fundamento em direito de vizinhança, ou de Nero, por culpa, mas não de Antônio.

106.10 OAB-AM :: OAB

Q.3027

Origem

A enfiteuse

OAB-AM :: OAB
VUNESP
2002

- (a) pode ter como objeto qualquer bem infungível.
- (b) não gera obrigações ao enfiteuta.
- (c) pode ter como objeto quaisquer bens.
- (d) é perpétua.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

Q.3028

Origem

É correto afirmar que

OAB-AM :: OAB
VUNESP
2002

- (a) se dá a novação quando, em virtude de obrigação nova, outro credor é substituído ao antigo, ficando o devedor quite com este.
- (b) a novação, por substituição do devedor, é dependente do consentimento deste.
- (c) a novação pode validar quaisquer obrigações ainda que nulas ou extintas.
- (d) a novação realizada em contrato garantido por fiança mantém o ônus do fiador, ainda que feita sem o seu consentimento pelo devedor principal.

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

Q.3029

Origem

É correto afirmar que

OAB-AM :: OAB
VUNESP
2002

- (a) os direitos morais de autor podem ser objeto de cessão de direitos.
- (b) as pessoas jurídicas podem ser titulares de direitos morais de autor.
- (c) o autor possui o direito de conservar a obra inédita.
- (d) todos os direitos autorais podem ser cedidos ou licenciados.

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

106.11 PM São Paulo-SP :: Procurador Municipal

Q.3030

Origem

Indique a afirmação correta, relativamente às provas.

PM São Paulo-SP :: Procurador
Municipal
VUNESP
2002

- (a) Pelo sistema da prova legal, o juiz tem plena liberdade para valorar e decidir consoante as provas constantes dos autos.
- (b) No sistema do livre convencimento, o juiz possui a função de constatar a ocorrência da prova, reconhecendo-a como produzida, aplicando-a livremente.
- (c) Com o sistema da persuasão racional, impõem-se ao magistrado determinadas restrições à formação do seu convencimento, devendo, não obstante, apreciar a prova conforme seu entendimento.
- (d) O ordenamento jurídico brasileiro adota o sistema do livre convencimento.
- (e) O sistema da persuasão racional é derivado do direito medieval, que impôs restrições aos julgadores.

Assuntos relacionados

Provas

106.12 TJ-SP :: Ortogante

Q.3031

Origem

Caio foi proprietário da Fazenda Nova Roma de 1970 a 1990. Júlio, por testamento de 1985, legou essa mesma fazenda, que não lhe pertencia, a César. Em 1990, o mencionado imóvel foi comprado, de Caio, por Júlio. Assinale a alternativa verdadeira, para o caso de morte de Júlio.

TJ-SP :: Ortogante
VUNESP
2002

- (a) Basta a existência do testamento de 1985 para que o legado seja válido.
- (b) César receberá o legado, desde que Júlio tenha ratificado o testamento de 1985 após a aquisição, em 1990, da fazenda.
- (c) César não receberá a fazenda, pois é nulo o legado de coisa alheia.
- (d) A validade do legado dependerá da anuência de Caio, seja por ocasião da venda do bem a Júlio, seja posteriormente.

Assuntos relacionados

Sucessão testamentária

Q.3032

Origem

Assinale a alternativa verdadeira.

TJ-SP :: Ortogante
VUNESP
2002

- (a) A concessão do direito de superfície poderá ser gratuita ou onerosa.
- (b) Por morte do superficiário, o direito de superfície será extinto.
- (c) O direito de superfície não pode ser transferido a terceiros.
- (d) O direito de superfície não abrange o direito de utilizar o subsolo.

Assuntos relacionados

Superfície

Q.3033

Origem

Frederico, mediante mandato, outorgou a Ricardo poderes para vender sua casa na Rua do Império. Dias depois, viajou para Jerusalém e, no percurso, afogou-se. Ricardo, ignorando o óbito, vendeu a casa a Felipe, que a comprou de boa-fé. Neste caso, o ato

TJ-SP :: Ortogante
VUNESP
2002

Assuntos relacionados

- (a) é nulo.
- (b) é anulável.
- (c) só será válido se o mandato for por prazo indeterminado.
- (d) é válido.

Espécies de contrato

Q.3034

Origem

No que concerne à locação, pode-se afirmar que

TJ-SP :: Ortogante
VUNESP
2002

Assuntos relacionados

- (a) o locatário somente poderá exercer direito de retenção por benfeitorias se estas houverem sido autorizadas pelo locador.
- (b) a caução em dinheiro não poderá exceder o equivalente a um ano de locação.
- (c) não havendo acordo a respeito, caberá ação revisional de aluguel após três anos de vigência do contrato.
- (d) no caso de venda do imóvel, o locatário terá preferência para adquiri-lo, desde que conste expressamente do contrato cláusula específica nesse sentido.

Espécies de contrato

Q.3035

Origem

Assinale a alternativa que corresponde à imputação do pagamento.

TJ-SP :: Ortogante
VUNESP
2002

Assuntos relacionados

- (a) Quem tiver de pagar, a um só credor, dois ou mais débitos da mesma natureza, líquidos e vencidos, tem o direito de indicar a qual deles oferece pagamento.
- (b) Quem tiver a receber, de um só devedor, dois ou mais débitos da mesma natureza, líquidos e vencidos, tem o direito de indicar a qual deles corresponderá o pagamento recebido.
- (c) Quem sofrer cobrança de débito, líquido e vencido, já transferido a terceiro, imputará a este a responsabilidade pelo pagamento.
- (d) Quem tiver direito ao recebimento de débito, líquido e vencido, que saiba ter sido transferido pelo devedor originário a terceiro, poderá imputar a este a responsabilidade pelo pagamento.

Adimplemento
Extinção das obrigações

106.13 OAB-AM :: OAB

Q.3036

Origem

É correto afirmar, quanto ao regime dos bens entre os cônjuges, que

OAB-AM :: OAB
VUNESP
2002

Assuntos relacionados

- (a) pode ser revogado por mútuo consentimento.
- (b) será válido ainda que o casamento não ocorra.
- (c) se for o da comunhão universal, estão excluídas as obrigações provenientes de atos ilícitos.
- (d) se for o da comunhão parcial, comunicam-se os bens doados ou sucedidos, desde que tal evento tenha ocorrido na constância do casamento.

Casamento

106.14 OAB-SP :: OAB

Q.3037

A Lei no 10.532, de 26.12.2001, excluiu da obrigatoriedade do reexame "necessário" ou recurso *ex officio*, as sentenças proferidas contra

- (a) sociedades de economia mista, empresas públicas e sobre anulação de casamento.
- (b) autarquias federais, estaduais e municipais.
- (c) sociedades de economia mista e empresas públicas.
- (d) fundações de direito público.

Origem

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2002

Assuntos relacionados

Casamento

106.15 TJ-SP :: Ortogante

Q.3038

As convenções antenupciais deverão ser registradas

- (a) pelo Oficial do Registro Civil, antes da celebração do casamento.
- (b) pelo Oficial do Registro Civil, depois da celebração do casamento.
- (c) pelo Oficial do Registro de Imóveis.
- (d) pelo Oficial do Registro de Títulos e Documentos.

Origem

TJ-SP :: Ortogante
VUNESP
2002

Assuntos relacionados

Casamento

106.16 SEFAZ-SP :: Agente Fiscal de Rendas

Q.3039

"X", com (19) dezenove anos de idade, foi aprovado em concurso público e nomeado para um cargo da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Os pais de "X" são domiciliados na Capital de São Paulo, porém "X" foi exercer o seu cargo na cidade de Ribeirão Preto. Neste caso, "X" terá por domicílio

- (a) A cidade de Ribeirão Preto, mas continuará relativamente incapaz.
- (b) A Capital de São Paulo, onde são domiciliados seus pais e continuará relativamente incapaz.
- (c) A cidade de Ribeirão Preto e para ele cessou a incapacidade.
- (d) A Capital de São Paulo, onde são domiciliados seus pais, mas para ele cessou a incapacidade.
- (e) Alternadamente a cidade de Ribeirão Preto e a Capital de São Paulo e continuará relativamente incapaz.

Origem

SEFAZ-SP :: Agente Fiscal de
Rendas
VUNESP
2002

Assuntos relacionados

Domicílio

106.17 TJ-SP :: Ortogante

Q.3040

Quanto à cláusula penal, é incorreto dizer que

- (a) pode se referir à inexecução de alguma cláusula especial.
- (b) deverá sempre ser estipulada conjuntamente com a obrigação, não se admitindo estipulação posterior.
- (c) não pode impor cominação de valor superior ao da obrigação principal.
- (d) a pena estipulada para o caso de inadimplemento poderá ser proporcionalmente reduzida pelo juiz quando se cumprir em parte a obrigação.

Origem

TJ-SP :: Ortogante
VUNESP
2002

Assuntos relacionados

Inadimplemento das obrigações

106.18 OAB-SP :: OAB

Q.3041

Fixados os alimentos a favor do filho menor impúbere, com 10 anos de idade, o alimentante passou a pagar apenas 2/3 do valor da pensão, e essa prática perdurou por seis anos. A inadimplência veio a motivar a execução de sentença pela representante da criança. Em fase de embargos, o alimentante aduziu prescrição (Cód. Civil, art. 178, §10, n.

I) das prestações vencidas há cinco anos. Em impugnação aos embargos, deverá ser argüido que

- (a) a prestação de alimentos é imprescritível.
- (b) a prescrição não corre contra menores até 18 anos completos.
- (c) a prescrição não corre contra menores impúberes.
- (d) a prescrição é do direito a alimentos em si e não atinge prestações vencidas.

Origem

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2002

Assuntos relacionados

Alimentos

106.19 OAB-AM :: OAB

Q.3042

Sobre a ação renovatória de aluguel, considere as seguintes proposições:

- I. deverá ser proposta em até 3 (três) meses antes do término do contrato;
 - II. o contrato a renovar deverá ter sido celebrado por escrito e com prazo determinado;
 - III. o processo tramita durante o período de férias forenses;
 - IV. o valor da causa corresponderá a 4 (quatro) alugueres.
- Está correto o contido em

- (a) I e II, apenas.
- (b) II e III, apenas.
- (c) III e IV, apenas.
- (d) I e IV, apenas.

Origem

OAB-AM :: OAB
VUNESP
2002

Assuntos relacionados

Contratos

Q.3043

Origem

A cláusula de não indenizar

OAB-AM :: OAB
VUNESP
2002

(a) é considerada nula por ser imoral e contrária a qualquer interesse social juridicamente tutelável.

(b) é possível apenas nos contratos comutativos quando realizados por adesão.

(c) deve ser admitida de forma restrita, ponderando-se a bilateralidade do consentimento e a não colisão com preceito cogente de lei, ordem pública e bons costumes.

(d) deverá ser declarada válida em razão da aplicação dos princípios norteadores dos contratos, como por exemplo, a autonomia da vontade e a força vinculante.

Assuntos relacionados

Contratos

106.20 OAB-SP :: OAB

Q.3044

Origem

A teoria adotada pelo Código Civil, relativa ao momento da conclusão do contrato, é a

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2002

(a) da cognição.

(b) da declaração, na subteoria da recepção.

(c) da informação.

(d) da agnição, na subteoria da expedição.

Assuntos relacionados

Contratos

106.21 PM São Paulo-SP :: Procurador Municipal

Q.3045

Origem

A evicção

PM São Paulo-SP :: Procurador
Municipal
VUNESP
2002

(a) não pode ser excluída nos contratos onerosos.

(b) garante ao evicto o ressarcimento das despesas do contrato e dos prejuízos diretos, salvo estipulação em contrário.

(c) permite ao adquirente demandar, ainda que tenha sido privado da coisa por força maior.

(d) não poderá ser reforçada ou diminuída pelas partes.

(e) garante o adquirente nos contratos gratuitos.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.3046

Origem

No contrato de compra e venda

PM São Paulo-SP :: Procurador
Municipal
VUNESP
2002

- (a) um dos contraentes se obriga a transferir a posse de coisa certa.
- (b) depois de formado o vínculo, mesmo ainda não tendo ocorrido a tradição, os riscos da coisa correm por conta do comprador.
- (c) pode-se incluir a cláusula de se desfazer, se, dentro de certo prazo, aparecer quem ofereça maior vantagem, desde que o bem seja imóvel.
- (d) salvo cláusula em contrário, ficarão as despesas da escritura a cargo do vendedor, e a cargo do comprador as da tradição.
- (e) de coisas vendidas conjuntamente, o defeito oculto de uma autoriza a rejeição de todas.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.3047

Origem

Indique a afirmação correta quanto à ação de despejo.

PM São Paulo-SP :: Procurador
Municipal
VUNESP
2002

- (a) Quando fundamentada na falta de pagamento, a lei do inquilinato não permite que o inquilino evite a rescisão do contrato com o pagamento dos aluguéis em atraso.
- (b) Admite-se a tutela antecipada.
- (c) Não existem peculiaridades próprias a cada espécie de ação de despejo.
- (d) É cabível para restituição da coisa locada nas locações de "uso e fruição".
- (e) Todas as modalidades de ações de despejo possuem natureza condenatória.

Assuntos relacionados

Contratos

106.22 SEFAZ-SP :: Agente Fiscal de Rendas - ICMS (contencioso)

Q.3048

Origem

A hipoteca é direito real de garantia que exige instrumento público para o título, que é o contrato de empréstimo e a garantia que é dada. Paga a dívida, o cancelamento da hipoteca exige

SEFAZ-SP :: Agente Fiscal de
Rendas - ICMS (contencioso)
VUNESP
2002

- (a) escritura pública porque o distrato se faz pela mesma forma do contrato
- (b) decisão judicial, liberando o imóvel
- (c) prova da quitação, admitindo-se instrumento particular.
- (d) anuência do cônjuge do credor hipotecário porque a hipoteca é direito real imobiliário.
- (e) sentença declarando a aquisição do bem por usucapião a favor do devedor se o prazo do mútuo tiver sido superior a vinte anos.

Assuntos relacionados

Contratos

106.23 TJ-SP :: Ortogante

Q.3049

Assinale a alternativa incorreta em relação à alienação fiduciária de coisa imóvel.

- (a) Para que se constitua a propriedade fiduciária de coisa imóvel, basta o registro do contrato no Registro de Imóveis.
- (b) Com a constituição da propriedade fiduciária, torna-se o fiduciante (devedor) único possuidor da coisa imóvel, na qualidade de titular da propriedade resolúvel.
- (c) Vencida e não paga, no todo ou em parte, a dívida, e constituído em mora o fiduciante (devedor), consolidar-se-á a propriedade imóvel em nome do fiduciário.
- (d) A mora poderá ser purgada no Registro de Imóveis.

Origem

TJ-SP :: Ortogante
VUNESP
2002

Assuntos relacionados

Contratos

Q.3050

Responsabilidade aquiliana é

- (a) a oriunda do descumprimento do contrato.
- (b) a derivada de ato ilícito.
- (c) a que decorre de ato de terceiro.
- (d) a fundada no risco.

Origem

TJ-SP :: Ortogante
VUNESP
2002

Assuntos relacionados

Contratos

106.24 OAB-AM :: OAB

Q.3051

O testamento particular

- (a) constitui ato jurídico informal.
- (b) pode ser realizado em língua estrangeira, contanto que as testemunhas a compreendam.
- (c) necessita que nele intervenham pelo menos 7 (sete) testemunhas além do testador.
- (d) constitui negócio jurídico sinalagmático cujas formalidades são da substância do ato.

Origem

OAB-AM :: OAB
VUNESP
2002

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3052

A sucessão legítima defere-se na ordem seguinte:

- (a) descendentes, ascendentes, cônjuge sobrevivente e colaterais.
- (b) descendentes, cônjuge sobrevivente, ascendentes e colaterais.
- (c) cônjuge sobrevivente, ascendentes, descendentes e colaterais.
- (d) descendentes, ascendentes, colaterais e cônjuge sobrevivente.

Origem

OAB-AM :: OAB
VUNESP
2002

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3053

Origem

O empréstimo

OAB-AM :: OAB
VUNESP
2002

- (a) é chamado de comodato quando gratuito e de coisas fungíveis.
(b) quando consistir em mútuo, transfere o domínio da coisa emprestada ao mutuário, por cuja conta correm todos os riscos desde a tradição.
(c) pode ser oneroso, se a coisa não for fungível.
(d) não é tratado pelo ordenamento jurídico civil brasileiro como contrato, mas sim como forma de transferência indireta de posse.

Assuntos relacionados

Direito civil

106.25 OAB-SP :: OAB

Q.3054

Origem

Caso sejam nomeados herdeiros: "A" com 1/6 da herança, "B" com 2/6 e "C" com 3/6, sendo substitutos entre si, se "A" não aceitar a herança, sua quota será dividida entre "B" e "C", na mesma proporção fixada na primeira disposição, isto é, "B" receberá duas partes dela e "C", três. Nesta hipótese, temos:

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2002

- (a) substituição compendiosa.
(b) substituição ordinária singular.
(c) substituição recíproca.
(d) substituição ordinária plural.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3055

Origem

Diante do fato de haver possibilidade de o internauta casado participar, por meio de *chats* voltados a envolvimento amorosos, geradores de laços afetivo-eróticos virtuais, pode caracterizar, na Internet, infidelidade por *e-mail* e contatos sexuais imaginários com outra pessoa, que não seja seu cônjuge, dando causa

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2002

- (a) à separação litigiosa como falência.
(b) à separação litigiosa como sanção.
(c) ao divórcio litigioso direto como falência.
(d) à separação litigiosa como remédio.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3056

Origem

Por deliberação de 2/3 em assembléia condominial de prédio residencial, o síndico ajuizou ação contra condômino, por perturbação do sossego, visando interditar-lhe o acesso ao edifício. A medida intentada é

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2002

- (a) legal, por constituir contravenção penal.
(b) ilegal, porque as transgressões a deveres dos condôminos são passíveis apenas de sanções pecuniárias.
(c) legal, pois que a decisão da Assembléia é soberana no regime das relações de condomínio.
(d) ilegal, por falta de decisão unânime dos condôminos.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3057

Origem

A exclusão da restituição do indébito dar-se-á se

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2002

- (a) o gerente pagar débito de empresa, supondo que se tratava de dívida própria.
- (b) o *solvens* pagar débito condicional antes da realização da condição.
- (c) alguém pagou imposto ilegal ou inconstitucional.
- (d) o *solvens* pagou juros não convencionados.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3058

Origem

Indique a alternativa correta.

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2002

- (a) Não está sujeito à conferência o seguro instituído em favor do descendente, por não haver rompimento da igualdade das legítimas dos mais descendentes do *de cujus*.
- (b) Se o sonegador for o inventariante, apenas será removido do cargo, mesmo que seja herdeiro do autor da herança.
- (c) O legatário entra na posse da coisa legada por autoridade própria, haja, ou não, permissão do testador, pois com a abertura da sucessão, tanto o domínio como a posse daquele bem podem transmitir-se *ipso iure*.
- (d) O direito de representação pode dar-se na sucessão legítima e na testamentária.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3059

Origem

Assinale a opção falsa.

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2002

- (a) O empréstimo *ad pompam vel ostentationem* de frutas para uma decoração, devendo estas ser restituídas, faz com que sejam inconsumíveis até a devolução.
- (b) A preempção é o pacto adjeto à compra e venda em que o comprador de coisa móvel ou imóvel fica com a obrigação de oferecê-la a quem lhe vendeu, para que este use do seu direito de prelação em igualdade de condições, no caso de pretender vendê-la ou dá-la em pagamento.
- (c) O mandato plural conjunto ocorre se os vários mandatários puderem agir independentemente da ordem de nomeação.
- (d) O depósito irregular recai sobre bem fungível ou consumível, de modo que o dever de restituir não tem por objeto a mesma coisa depositada, mas outra do mesmo gênero, qualidade e quantidade, regendo-se pelo disposto acerca do mútuo.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3060

Origem

Quando houver acréscimo de terras às margens de um rio mediante desvio de águas ou afastamento destas, que descobrem parte do álveo, importando em aquisição da propriedade, por parte do dono do terreno marginal, do solo descoberto pela retração daquelas águas, configura-se a

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2002

- (a) aluvião imprópria.
- (b) avulsão.
- (c) aluvião própria.
- (d) acessão por abandono de álveo.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3061

Origem

É direito do credor pignoratício

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2002

- (a) impedir o uso da coisa gravada.
- (b) receber o remanescente do preço na venda judicial.
- (c) exigir o reforço da garantia se a coisa empenhada se deteriorar ou perecer.
- (d) conservar a posse indireta do bem empenhado.

Assuntos relacionados

Direito civil

106.26 PM São Paulo-SP :: Procurador Municipal

Q.3062

Origem

Sobre a estipulação em favor de terceiro é correto afirmar que

PM São Paulo-SP :: Procurador
Municipal
VUNESP
2002

- (a) a faculdade de revogar o benefício é pessoal, não passando aos herdeiros do estipulante, no caso do seu falecimento.
- (b) é desprezada a aceitação do terceiro, tanto na realização da obrigação quanto no seu cumprimento.
- (c) apenas o estipulante pode exigir a obrigação.
- (d) é necessária a anuência do outro contratante para a substituição do beneficiário.
- (e) a substituição do beneficiário pode ser feita por ato entre vivos, mas não por disposição de última vontade.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3063

Origem

É correto afirmar que

PM São Paulo-SP :: Procurador
Municipal
VUNESP
2002

- (a) o pagamento indevido obriga aquele que recebeu dívida condicional antes de cumprida a condição a restituí-la.
- (b) ao que voluntariamente pagou o indevido não se requer prova do erro.
- (c) não fica isento de restituir o pagamento indevido aquele que, recebendo-o por conta de dívida verdadeira, inutilizou o título.
- (d) o terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar, sub-rogando-se nos direitos do credor.
- (e) vale o pagamento, ainda quando não realizado, ao credor ou a quem de direito o representante.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3064

Origem

A propriedade imóvel

PM São Paulo-SP :: Procurador
Municipal
VUNESP
2002

- (a) pode ser adquirida por acessão.
- (b) pode ser adquirida apenas por usucapião, pela transcrição do título de transferência no Registro do Imóvel, ou pelo direito hereditário.
- (c) é adquirida pelas mesmas formas que a propriedade móvel.
- (d) não é transmitida ao cônjuge nos casamentos realizados sob o regime de comunhão universal de bens.
- (e) não perece.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3065

Origem

É correto afirmar que

PM São Paulo-SP :: Procurador
Municipal
VUNESP
2002

- (a) antinomia é um conflito de normas.
- (b) derrogação é uma revogação total.
- (c) revogação é espécie de ab-rogação.
- (d) a revogação é expressa e a derrogação é tácita.
- (e) ab-rogação é uma revogação parcial.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3066

Origem

A Publicidade

PM São Paulo-SP :: Procurador
Municipal
VUNESP
2002

- (a) é considerada abusiva, quando inteira ou parcialmente falsa, ou capaz de induzir ao erro o consumidor.
- (b) é enganosa por omissão quando deixar de informar sobre dado essencial do produto ou serviço.
- (c) é considerada enganosa quando se aproveitar de deficiência de julgamento e experiência da criança.
- (d) pode ser realizada de forma indireta sem que o consumidor a identifique.
- (e) deve ser realizada sem envolver quaisquer falsidades, ainda que não digam respeito ao produto ou serviço.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3067

Origem

O direito de autor

PM São Paulo-SP :: Procurador
Municipal
VUNESP
2002

- (a) compreende toda obra intelectual de criação.
- (b) não tutela os programas de computador.
- (c) protege os desenhos industriais.
- (d) desde que registrado, garante os direitos morais e patrimoniais sobre a obra.
- (e) garante ao criador o direito de reivindicar, a qualquer tempo, a autoria da obra.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3068

Origem

O Estatuto da Criança e do Adolescente

PM São Paulo-SP :: Procurador
Municipal
VUNESP
2002

- (a) considera criança a pessoa até 14 anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
- (b) prevê que a falta ou carência de recursos materiais é motivo suficiente para a perda ou suspensão do pátrio poder.
- (c) admite a regularização da posse de fato pela guarda, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, ainda que feita por estrangeiros.
- (d) admite a colocação da criança ou adolescente em família substituta, mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente.
- (e) entende por família natural a comunidade formada obrigatoriamente pelo pai e pela mãe e seus descendentes.

Assuntos relacionados

Direito civil

106.27 SEFAZ-SP :: Agente Fiscal de Rendas

Q.3069

Origem

Há solidariedade quando:

SEFAZ-SP :: Agente Fiscal de
Rendas
VUNESP
2002

- (a) Na mesma obrigação concorre mais de um credor, ou mais de um devedor, cada um com direito, ou obrigação à dívida toda.
- (b) Pela mesma obrigação, cada devedor pode ser demandado apenas por parte da dívida.
- (c) Por obrigações distintas o mesmo devedor puder ser demandado simultaneamente pelo mesmo credor.
- (d) Se responde subsidiariamente pelo débito, caso o devedor principal não cumpra a obrigação convencionada no seu respectivo termo.
- (e) Na mesma obrigação, um dos devedores se responsabilizar pela solvabilidade dos demais, dando em garantia bens de seu patrimônio.

Assuntos relacionados

Direito civil

106.28 SEFAZ-SP :: Agente Fiscal de Rendas - ICMS (contencioso)

Q.3070

Origem

O fâmulos da posse não se confunde com o possuidor sendo correto afirmar, considerando-se a distinção entre posse e detenção, que

SEFAZ-SP :: Agente Fiscal de
Rendas - ICMS (contencioso)
VUNESP
2002

- (a) a detenção é o estado de fato subordinado á posse.
- (b) o possuidor, segundo a concepção subjetiva de Savigny, não tem o animus domini
- (c) o objeto da posse é a coisa, no sentido de bem corpóreo e, por isto, confunde-se com o domínio mas difere da mera detenção
- (d) o poder jurídico decorrente da propriedade equivale ao da posse e por isto existe fungibilidade entre ação possessória e ação reivindicatória.
- (e) tanto a posse como a detenção correspondem á exteriorização do domínio, porém o detentor tem a seu favor a ação petitória e o possuidor a ação possessória.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3071

Origem

Na empreitada por medida ou ad mensuraram, se o dono da obra pagar o preço da etapa concluída.

SEFAZ-SP :: Agente Fiscal de
Rendas - ICMS (contencioso)
VUNESP
2002

- (a) o empreiteiro poderá exigir, também, o pagamento da mão-de-obra.
- (b) em nenhuma hipótese poderá recebe-la inacabada com abatimento no preço.
- (c) o arquiteto não terá direito a aumento de preço sob o fundamento da imprevisão, em razão de expressa vedação legal
- (d) tudo o que se pagou presume-se verificado
- (e) o construtor poderá exigir o reajuste no preço, para as etapas falantes, pois presume-se que outro contrato foi entabulado

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3072

Origem

Constitui exigência para o testamento hológrafo, que seja

SEFAZ-SP :: Agente Fiscal de
Rendas - ICMS (contencioso)
VUNESP
2002

- (a) escrito por oficial público em seu livro de notas, de acordo com o ditado ou as declarações do testador na sua presença e de cinco testemunhas
- (b) escrito e assinalado pelo próprio testador que seja lido perante cinco testemunhas e, depois de lido, seja por ele assinado.
- (c) escrito pelo testador, ou por outra pessoa, a seu rogo, e entregue ao oficial, em presença de cinco testemunhas lavrando-se o auto de aprovação.
- (d) escrito pelo testador ou por outra pessoa a serviço do exército em campanha dentro ou fora do país ante duas testemunhas ou três se o testador não puder assinar, caso em que assinará por ele a terceira.
- (e) escrito pelo testador a bordo de aeronave militar ou comercial, e que vem a caducar se o testador não morre na viagem, nem nos três meses subseqüentes ao seu desembarque

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3073

Origem

A sucessão legítima defere-se na ordem seguinte

SEFAZ-SP :: Agente Fiscal de
Rendas - ICMS (contencioso)
VUNESP
2002

- (a) aos descendentes, ascendentes, cônjuge sobrevivente ou companheiro, colaterais até terceiro grau, União, Distrito Federal e Estados
- (b) aos descendentes, cônjuge sobreviventes ou companheiros, ascendentes, colaterais até quarto grau, Estados, Municípios, União e Distrito Federal
- (c) aos descendentes, ascendentes, cônjuge sobrevivente ou companheiro, colaterais até segundo grau Estados, Universidade Publica do local do óbito, Distrito Federal ou União.
- (d) aos descendentes, ascendentes colaterais até quarto grau cônjuge sobrevivente ou companheiro Estados Municípios União e Distrito Federal
- (e) aos descendentes, ascendentes, cônjuge sobrevivente ou companheiro, colaterais até quarto grau, Municípios, Distrito Federal ou União.

Assuntos relacionados

Direito civil

106.29 TJ-SP :: Ortogante

Q.3074

Origem

Assinale a alternativa incorreta.

TJ-SP :: Ortogante
VUNESP
2002

- (a) Aprovado o projeto de loteamento, o loteador deverá submetê-lo ao registro imobiliário, no prazo legal, sob pena de caducidade da aprovação.
- (b) Aprovado o projeto de loteamento, o loteador deverá apresentar ao registro imobiliário os documentos necessários, entre os quais exemplar do contrato-padrão.
- (c) O contrato-padrão deverá conter cláusula de retratabilidade, garantindo a possibilidade de arrependimento a qualquer tempo.
- (d) A falência de qualquer das partes não rescindir os contratos de compromisso de compra e venda que tenham por objeto a área loteada ou os lotes.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3075

Segundo a Lei n 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), "o fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos". Assinale a alternativa verdadeira.

- (a) Quanto aos profissionais liberais, aplica-se a regra, mas com a ressalva de que depende da verificação de culpa.
- (b) Equipara-se a serviço defeituoso o prestado com adoção de novas técnicas, não previstas originalmente.
- (c) Por se tratar de responsabilidade objetiva, o fornecedor de serviços não poderá se eximir mediante prova da culpa exclusiva de terceiro.
- (d) Por se tratar de responsabilidade objetiva, o fornecedor de serviços não poderá se eximir mediante prova da culpa exclusiva do consumidor.

Origem

TJ-SP :: Ortogante
VUNESP
2002

Assuntos relacionados

Direito civil

106.30 OAB-AM :: OAB

Q.3076

Na ação de reintegração de posse, *não é lícito* ao autor cumular, ao pedido possessório, o de

- (a) arresto de bens do esbulhador.
- (b) condenação em perdas e danos.
- (c) cominação de pena para o caso de novo esbulho.
- (d) desfazimento de construção feita em detrimento de sua posse.

Origem

OAB-AM :: OAB
VUNESP
2002

Assuntos relacionados

Bens

Q.3077

Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra, conhecer ações relativas a

- (a) bens imóveis situados no Brasil.
- (b) guarda de menores nascidos no Brasil.
- (c) cumprimento de obrigação no território brasileiro.
- (d) separação de cônjuges, quando o casamento foi celebrado no Brasil.

Origem

OAB-AM :: OAB
VUNESP
2002

Assuntos relacionados

Bens

106.31 OAB-SP :: OAB

Q.3078

Em ação de investigação de paternidade, cumulada com partilha de bens, a audiência preliminar, segundo o critério previsto pela Lei 10.444, de 07.05.2002, é

Origem

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2002

- (a) inadmissível, porque a ação relativa ao estado de pessoas não permite transação.
- (b) facultativa, porque a ação investigatória não constitui ação de estado.
- (c) obrigatória, porque a partilha versa sobre direitos que admitem transação.
- (d) facultativa, porque a ação de investigação de paternidade é indiferente a natureza do direito em debate, seja direito disponível ou indisponível.

Assuntos relacionados

Bens

Q.3079

Julgada procedente ação de despejo por falta de pagamento, em que houve vício de citação, o locatário é citado para a execução de sentença, a fim de pagar o débito decorrente de condenação ou nomear bens à penhora. A medida processual cabível para o executado evitar a penhora de seus bens é

Origem

OAB-SP :: OAB
VUNESP
2002

- (a) embargos à execução.
- (b) ação declaratória de nulidade do processo de conhecimento, por vício de citação, com pedido de antecipação de tutela (CPC, art. 273).
- (c) exceção de pré-executividade, sob o fundamento de que o vício da citação é matéria de ordem pública.
- (d) embargos declaratórios cumulados com pedido de antecipação de tutela.

Assuntos relacionados

Bens

106.32 SEFAZ-SP :: Agente Fiscal de Rendas

Q.3080

"A" faleceu em 20/11/1985, quando não incidia imposto sobre transmissão de bens móveis, sendo o seu patrimônio composto, somente, de ações de algumas sociedades, que devem ser partilhadas entre seus herdeiros necessários. O inventário ainda se achava em curso quando o Juiz determinou que se fizesse o cálculo do imposto sobre transmissão, porque, no decorrer do processo, o imposto passou a ser devido, também, no caso de a herança compor-se apenas de bens móveis. A decisão do magistrado é

Origem

SEFAZ-SP :: Agente Fiscal de
Rendas
VUNESP
2002

Assuntos relacionados

Bens

- (a) Correta, porque a sucessão só se terá por aberta com a partilha dos bens.
- (b) Incorreta, porque a sucessão se abriu no momento do óbito e, naquela oportunidade, o imposto não era devido.
- (c) Incorreta, porque o imposto só será devido com a transferência das ações, no livro próprio de cada companhia, pois este é o momento em que se dará a sucessão hereditária.
- (d) Correta, porque a lei nova atinge as partes posteriores dos fatos pendentes.
- (e) Incorreta, se "A" deixou testamento, porque a sucessão testamentária ocorre no momento do óbito e correta se "A" faleceu sem deixar testamento, porque, neste caso, a sucessão se abre apenas com o término do inventário.

Q.3081

Origem

"X" faleceu, deixando, entre outros bens, um terreno situado em loteamento regulado pela Lei 6766, de 19/12/1979, medindo 210 m², sendo que a área mínima de lotes nessas circunstâncias é de 125 m². O referido terreno foi atribuído, na partilha, a dois herdeiros, com a condição de indivisão imposta em testamento. Decorridos (10) dez anos da partilha, os herdeiros resolveram promover, por escritura pública, a divisão do imóvel, fazendo constar do memorial descritivo a área de cada um. Levada a registro a escritura, não a obtiveram, sob a alegação de obstáculo legal. Neste caso, é possível afirmar que existe

SEFAZ-SP :: Agente Fiscal de Rendas
VUNESP
2002

Assuntos relacionados

Bens

- (a) Apenas indivisibilidade por natureza.
- (b) Indivisibilidade convencional, se o autor da herança for o loteador.
- (c) Indivisibilidade por natureza e indivisibilidade legal.
- (d) Indivisibilidade legal e indivisibilidade testamentária, sendo que esta perdura por (20) vinte anos.
- (e) Apenas indivisibilidade legal, porque a indivisibilidade imposta no testamento já ultrapassara o limite temporal previsto em lei.

106.33 TJ-SP :: Ortogante

Q.3082

Origem

Considere as seguintes afirmações:

I. o fiador, quando executado, poderá nomear à penhora bens livres e desembaraçados do devedor;

II. o espólio responde pelas dívidas do falecido e, feita a partilha, cada herdeiro responde por elas com a totalidade de seu patrimônio, de forma solidária;

III. o sócio, quando demandado pela dívida, tem direito de exigir que sejam primeiro executados os bens da sociedade;

IV. os bens do devedor estão sujeitos à execução, ainda quando em poder de terceiros. Pode-se dizer que está correto o contido em

TJ-SP :: Ortogante
VUNESP
2002

Assuntos relacionados

Bens

- (a) I e III, somente.
 - (b) I, II e III, somente.
 - (c) I, III e IV, somente.
 - (d) I, II, III e IV.
-

Q.3083

Origem

Considere as seguintes afirmações, relativas aos inventários e arrolamentos de bens:

TJ-SP :: Ortogante
VUNESP
2002

I. no arrolamento, não são conhecidas ou apreciadas questões relativas ao lançamento, ao pagamento ou à quitação de taxas judiciárias e de tributos incidentes sobre a transmissão da propriedade de bens do espólio;

II. o juiz julgará por sentença a partilha depois de pago o imposto de transmissão a título de morte e apresentada a certidão negativa de dívida para com a Fazenda Pública;

III. a partilha amigável somente pode ser homologada mediante prova da quitação dos tributos relativos aos bens do espólio e às suas rendas;

IV. a existência de credores do espólio impede a homologação da partilha ou da adjudicação até o pagamento da dívida. Pode-se dizer que estão corretas as afirmações

Assuntos relacionados

Bens

- (a) I e II, apenas.
- (b) II e III, apenas.
- (c) I, II e III, apenas.
- (d) I, II, III e IV.

Q.3084

Origem

Indique a alternativa incorreta.

TJ-SP :: Ortogante
VUNESP
2002

(a) O penhor comum sobre coisas móveis é passível de transcrição no Registro de Títulos e Documentos.

(b) A impenhorabilidade do bem de família, no regime da Lei nº 8.009/90, não compreende bens móveis.

(c) Álveo é a superfície que as águas cobrem sem transbordar para o solo normalmente enxuto.

(d) Se a posse da coisa móvel se prolongar por cinco anos, produzirá usucapião independentemente de título e boa-fé.

Assuntos relacionados

Bens

Q.3085

Origem

Heleno morreu sem testamento e deixou três filhos vivos: Péricles, Alcebiades e Milcíades. Um outro filho, Temístocles, havia falecido dois anos antes, deixando, por sua vez, três filhos vivos. Péricles tem dois filhos. Alcebiades também tem dois filhos. Milcíades tem apenas um filho. Ocorre que Alcebiades, por indignidade, foi excluído da sucessão. Assinale a alternativa verdadeira quanto aos bens de Heleno.

TJ-SP :: Ortogante
VUNESP
2002

Assuntos relacionados

Bens

(a) A totalidade da herança caberá a Péricles e Milcíades, que a dividirão igualmente.

(b) A herança será dividida em cinco quotas iguais, atribuídas a Péricles, Milcíades e aos três filhos de Temístocles.

(c) A herança será dividida em três quotas iguais. Uma caberá a Péricles. Outra a Milcíades. A terceira será subdividida em três porções distintas, atribuídas a cada um dos filhos de Temístocles.

(d) As partes de Péricles e Milcíades corresponderão, cada uma, a um quarto da herança.

Q.3086

Origem

Assinale a afirmação verdadeira.

TJ-SP :: Ortogante
VUNESP
2002

- (a) O pacto antenupcial pode ser celebrado por instrumento particular, desde que subscrito por duas testemunhas.
- (b) A simulação não viciará o ato jurídico se não houver intenção de prejudicar terceiros ou de violar disposição de lei.
- (c) Se ambas as partes procederam com dolo, qualquer delas pode alegá-lo, para anular o ato ou reclamar indenização.
- (d) A coação exercida por terceiro só vicia o ato se for previamente conhecida pela parte a quem aproveite.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.3087

Origem

Assinale a afirmação incorreta.

TJ-SP :: Ortogante
VUNESP
2002

- (a) São fases da ausência: curadoria, sucessão provisória e sucessão definitiva.
- (b) Só há ausência, em sentido técnico, se reconhecida como tal por decisão judicial.
- (c) A abertura da sucessão provisória coincide com o advento da presunção de morte do ausente.
- (d) A ausência, importando em ruptura da vida em comum, pode ser causa de separação judicial e divórcio.

Assuntos relacionados

Parte IX

2001

Capítulo 107

ESAF

107.1 SEFAZ-PI :: Auditor

Q.3088

Assinale a opção falsa.

- (a) O juiz não pode conhecer da prescrição de direitos patrimoniais se não foi invocada pelos interessados.
- (b) A prescrição iniciada contra uma pessoa não continua correr contra seu herdeiro.
- (c) A prescrição pode ser alegada em qualquer instância, ou fase do processo, pela parte a quem aproveita.
- (d) Somente depois de consumada a prescrição, desde que não haja prejuízo de terceiro, é que pode haver renúncia expressa ou tácita por parte do interessado.
- (e) As pessoas que a lei priva de administrar os próprios bens têm ação regressiva contra os seus representantes legais, quando estes, por dolo, ou negligência, derem causa à prescrição.

Origem

SEFAZ-PI :: Auditor
ESAF
2001

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

107.2 SERPRO :: Analista de Assuntos Jurídicos

Q.3089

A Dersa é:

- (a) sociedade de economia mista.
- (b) autarquia.
- (c) pessoa jurídica de direito público interno de administração direta.
- (d) pessoa jurídica de direito público interno de administração indireta.
- (e) empresa pública.

Origem

SERPRO :: Analista de Assuntos
Jurídicos
ESAF
2001

Assuntos relacionados

Sociedade

107.3 ESTADO-MT :: Agente Tributário

Q.3090

Origem

Os partidos políticos são:

ESTADO-MT :: Agente
Tributário
ESAF
2001

- (a) pessoas jurídicas de direito público interno de administração direta
- (b) fundações públicas
- (c) fundações particulares
- (d) pessoas jurídicas de direito privado
- (e) pessoas jurídicas de direito público interno de administração indireta

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

107.4 Estado-CE :: Promotor de Justiça

Q.3091

Origem

Noiva de vítima de acidente aéreo propôs ação de indenização (despesas com futura cerimônia de casamento) em face da transportadora que, em defesa, alega duas preliminares, a saber: primeira - ilegitimidade ativa da autora e segunda - sua ilegitimidade passiva já que outros parentes da vítima, reconhecendo inexistência de culpa da transportadora, propuseram ação contra o fabricante da peça defeituosa do avião, logrando sentença de procedência já transitada em julgado. Por suposto que o Ministério Público devesse *ex vi legis* emitir parecer no feito, sua opinião correta seria no sentido de que o juiz deveria:

Estado-CE :: Promotor de Justiça
ESAF
2001

Assuntos relacionados

Casamento

- (a) acolher a defesa e extinguir o feito dando por verificada a ilegitimidade ativa da autora, reconhecendo, de outro lado, a legitimidade passiva da ré
- (b) acolher a defesa e extinguir o feito, dando por verificada a ilegitimidade passiva da ré, reconhecendo, de outro lado, a legitimidade ativa da autora
- (c) rejeitar a defesa entendendo que ambas as preliminares confundem-se com o mérito
- (d) rejeitar a segunda preliminar porquanto traduz matéria de mérito a ser apreciada em momento oportuno e rejeitar a primeira preliminar já que a autora é titular de direito próprio e autônomo
- (e) extinguir o processo pelo reconhecimento *ex officio* da existência da coisa julgada

Q.3092

Origem

A sucessão no direito real de habitação do imóvel destinado à residência da família opera-se em favor do

Estado-CE :: Promotor de Justiça
ESAF
2001

- (a) convivente sobrevivente, apenas enquanto não se casar
- (b) cônjuge ou do convivente sobrevivente, enquanto viver ou não constituir nova união ou casamento, ou, ainda, do filho portador de deficiência, impossibilitado para o exercício de uma profissão
- (c) descendente do *de cujus* em concorrência com o cônjuge sobrevivente
- (d) consorte supérstite na falta de descendente e ascendente do falecido
- (e) ascendente em concorrência com o cônjuge ou convivente supérstite

Assuntos relacionados

Casamento

107.5 Banco Central :: Procurador

Q.3093

Origem

Quando a existência e eficácia do contrato estiverem na dependência de evento futuro e incerto, ter-se-á:

Banco Central :: Procurador
ESAF
2001

- (a) contrato aleatório *emptio rei speratae*
- (b) contrato aleatório relativo a coisa existente sujeita a risco
- (c) contrato aleatório *emptio spei*
- (d) contrato aleatório alusivo à coisa futura
- (e) contrato condicional

Assuntos relacionados

Contratos

107.6 Estado-CE :: Promotor de Justiça

Q.3094

Origem

O princípio pelo qual o simples acordo de duas ou mais vontades basta para gerar o contrato válido, não se exigindo, em regra, qualquer forma especial para a formação do vínculo contratual, é o do(da)

Estado-CE :: Promotor de Justiça
ESAF
2001

- (a) consensualismo
- (b) obrigatoriedade da convenção
- (c) boa-fé
- (d) relatividade dos efeitos do negócio jurídico
- (e) autonomia da vontade

Assuntos relacionados

Contratos

107.7 ESTADO-MT :: Agente Tributário

Q.3095

Origem

Engano sobre peso ou medida do objeto do contrato é considerado:

ESTADO-MT :: Agente
Tributário
ESAF
2001

- (a) erro accidental
- (b) erro substancial
- (c) erro de fato
- (d) erro de direito
- (e) *error in qualitate*

Assuntos relacionados

Contratos

107.8 SERPRO :: Analista de Assuntos Jurídicos

Q.3096

Origem

O comodato é um contrato real porque:

SERPRO :: Analista de Assuntos
Jurídicos
ESAF
2001

- (a) a coisa infungível emprestada pode ser bem móvel ou imóvel.
- (b) só se completará com a tradição do objeto, de modo que o comodatário passe a ter posse direta, ficando o comodante com a indireta.
- (c) o objeto não pode ser cedido pelo comodatário, sob o mesmo título, a terceiro, por traduzir um favorecimento pessoal.
- (d) é uma cessão sem contraprestação, onerando um dos contratantes, proporcionando ao outro uma vantagem.
- (e) coloca uma só das partes na posição de devedor, ficando a outra na de credor.

Assuntos relacionados

Contratos

107.9 Estado-CE :: Promotor de Justiça

Q.3097

Origem

Quando **A**, dono de um imóvel, mediante contrato, cede a **B** a nua propriedade, reservando para si o usufruto, ter-se-á:

Estado-CE :: Promotor de Justiça
ESAF
2001

- (a) usufruto convencional por alienação
- (b) quase-usufruto
- (c) usufruto convencional por retenção
- (d) usufruto impróprio
- (e) usufruto simultâneo

Assuntos relacionados

Usufruto

107.10 Banco Central :: Procurador

Q.3098

Origem

Assinale a opção correta.

Banco Central :: Procurador
ESAF
2001

- (a) A servidão pode ser instituída em favor da parte ideal do prédio dominante.
- (b) O senhorio direto deverá pagar previamente os credores, quando abandonar a quem de direito o prédio aforado.
- (c) Em se tratando de condomínio ordinário, objetivando bem divisível, o estado de comunhão é transitório e qualquer condômino tem o direito de exigir, a qualquer tempo, a divisão da coisa comum.
- (d) O constituto possessório tem os mesmos caracteres da *traditio brevi manu*.
- (e) Se o braço do rio abrir a terra, a ilha resultante desse desdobramento continua a pertencer aos proprietários ribeirinhos, mesmo se o rio for público.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3099

Origem

Aponte a opção falsa.

Banco Central :: Procurador
ESAF
2001

- (a) O processo genético da pessoa jurídica de direito privado apresenta duas fases: a do ato constitutivo e a do registro público.
- (b) A teoria da ficção legal de Savigny conclui que, como só o homem é capaz de ser sujeito de direito, a pessoa jurídica é uma criação artificial da lei para exercer direitos patrimoniais e facilitar a função de certas entidades.
- (c) O Conselho Administrativo de Defesa Econômica é pessoa jurídica de direito público interno de administração indireta.
- (d) A *universitas bonorum* não é o patrimônio personalizado destinado a um fim que lhe dá unidade.
- (e) As pessoas jurídicas de direito público extinguem-se pela ocorrência de fatos históricos e por imposição de norma constitucional, de lei especial ou de tratado internacional.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3100

Origem

As súmulas do STF são:

Banco Central :: Procurador
ESAF
2001

- (a) fontes materiais
- (b) fontes formais não estatais
- (c) fontes formais estatais legislativas
- (d) fontes formais estatais convencionais
- (e) fontes formais estatais jurisprudenciais

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3101

Origem

Ter-se-á exclusão da restituição do indébito se

Banco Central :: Procurador
ESAF
2001

- (a) o consumidor for cobrado de quantia indevida.
- (b) alguém pagou imposto ilegal ou inconstitucional.
- (c) o *solvens* pagar débito condicional antes da realização da condição.
- (d) o *solvens* pagou juros não-convencionados.
- (e) o gerente pagou débito de empresa, supondo que se tratava de dívida própria.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3102

Origem

A operação de mútua quitação entre credores recíprocos é:

Banco Central :: Procurador
ESAF
2001

- (a) novação objetiva
- (b) transação
- (c) novação subjetiva
- (d) dação
- (e) compensação

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3103

Origem

Pela teoria da imprevisão,

Banco Central :: Procurador
ESAF
2001

(a) a onerosidade excessiva, oriunda de evento extraordinário e imprevisível, que dificulta extremamente o adimplemento da obrigação de uma das partes, é motivo de resolução contratual, por se considerar subentendida a cláusula *rebus sic stantibus*.

Assuntos relacionados

(b) a dissolução do vínculo contratual apenas se dará se deliberada por ambos os contraentes.

Direito civil

(c) permite-se a revisão do contrato por onerosidade excessiva em razão de fato superveniente, não se exigindo a imprevisibilidade e extraordinariedade.

(d) não se permite revisão judicial do contrato ante o princípio da autonomia da vontade, que deverá, então, prevalecer.

(e) as estipulações feitas contratualmente deverão ser fielmente cumpridas.

Q.3104

Origem

O devedor pignoratício tem o dever de

Banco Central :: Procurador
ESAF
2001

(a) obter licença do credor para alienar bem onerado.

(b) entregar o que sobeje do preço, quando a dívida for paga, seja por excussão judicial, ou por venda amigável.

(c) conservar o bem gravado com diligência e cuidado.

(d) reter o objeto empenhado até o implemento da obrigação.

(e) executar o bem gravado.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3105

Origem

Pelo princípio da vigência sincrônica,

Banco Central :: Procurador
ESAF
2001

(a) a norma não tem possibilidade de ser aplicada, por depender de lei posterior para produção de efeitos.

(b) a obrigatoriedade da lei é simultânea, porque entrará em vigor a um só tempo em todo país, ou seja, quarenta e cinco dias após sua publicação, não havendo data estipulada para sua entrada em vigor.

(c) a norma não será válida por si por relacionar-se com outras normas.

(d) a norma pode ter eficácia sem ter vigência.

(e) a norma sempre terá eficácia residual.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3106

Origem

O hermeneuta, ao empregar a técnica gramatical para desvendar as várias possibilidades de aplicação da norma, deverá, na busca do sentido literal do texto normativo, ter em vista que:

Banco Central :: Procurador
ESAF
2001

- (a) deve conferir ao texto normativo um sentido que resulte haver a norma regulado a espécie a favor e não em prejuízo de quem ela visa proteger.
- (b) deve, havendo palavras com sentido diverso, fixar-lhes o adequado ou verdadeiro.
- (c) deve tomar uma atitude formal, que procura solucionar eventuais incompatibilidades pelo estabelecimento de regras gerais relativas à simultaneidade de aplicação de normas, que introduzem os critérios de sucessividade, de especialidade, de irretroatividade ou de retroatividade.
- (d) deve ter por base a averiguação dos antecedentes da norma.
- (e) é preciso adaptar a finalidade da norma às novas exigências sociais.

Assuntos relacionados

Direito civil

107.11 Estado-CE :: Promotor de Justiça

Q.3107

Origem

O parentesco na linha transversal será igual, quando

Estado-CE :: Promotor de Justiça
ESAF
2001

- (a) houver vínculo de ascendência e descendência entre os parentes
- (b) houver vínculo de afinidade além do terceiro grau
- (c) entre o antepassado comum e os parentes considerados, a distância em gerações for a mesma
- (d) entre o antepassado comum e os parentes considerados, a distância em gerações não for a mesma
- (e) se estabelece entre os parentes do adotante com os do adotado

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3108

Origem

A estação ecológica tem por escopo

Estado-CE :: Promotor de Justiça
ESAF
2001

(a) a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais.

Assuntos relacionados

Direito civil

(b) a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas, sendo de posse e domínio públicos, de modo que as áreas particulares incluídas em seus limites deverão ser desapropriadas.

(c) a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

(d) a preservação de sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica, podendo ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários.

(e) a proteção de ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória e pode constituir-se por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com o uso da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários.

Q.3109

Origem

Podem, se o quiserem, escusar-se à tutela testamentária, legítima ou dativa,

Estado-CE :: Promotor de Justiça
ESAF
2001

(a) os maiores de 50 anos

(b) os administradores de empresa

(c) os que, completando 21 anos, adquirirem plena capacidade civil

(d) os que já tiverem em seu poder dois filhos

(e) os que já estiverem no exercício da tutela ou curatela

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3110

Origem

Entre tio-avô e sobrinho-neto há parentesco

Estado-CE :: Promotor de Justiça
ESAF
2001

(a) colateral em terceiro grau

(b) na linha transversal igual

(c) dúplice na linha colateral

(d) transversal em quarto grau

(e) colateral em segundo grau

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3111

Origem

A vigência da lei orçamentária, que estabelece a despesa e a receita nacional pelo período de um ano, cessará

Estado-CE :: Promotor de Justiça
ESAF
2001

- (a) pelo decurso do tempo
- (b) pela consecução do fim a que se propõe
- (c) por revogação expressa
- (d) por revogação tácita
- (e) pelo término do estado de coisas não-permanentes

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3112

Origem

Assinale a opção correta.

Estado-CE :: Promotor de Justiça
ESAF
2001

- (a) As entidades que mantiverem programas de abrigo não poderão, em caráter excepcional e de urgência, abrigar crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente.
- (b) A municipalização do atendimento aos direitos do menor e a manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos Conselhos dos direitos da criança e do adolescente são algumas das diretrizes da política de atendimento aos direitos do menor.
- (c) Estão dispensados da inscrição junto ao Conselho Municipal dos direitos da criança e do adolescente não só os programas de assistência sócio-educativa destinados a crianças e adolescentes em regime de liberdade assistida ou de orientação e apoio sócio-familiar e os programas de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos e opressão, bem como os programas de serviços de identificação e localização de menores e de pais ou responsáveis desaparecidos.
- (d) As entidades que mantiverem programas de abrigo a crianças e adolescentes não precisarão ocupar-se da integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem.
- (e) As entidades que desenvolverem programas de internação de crianças e adolescentes não deverão comunicar à autoridade judiciária, periodicamente, os casos em que se mostre inviável ou impossível o reatamento dos vínculos familiares.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3113

Origem

O pátrio-poder é:

Estado-CE :: Promotor de Justiça
ESAF
2001

- (a) compatível com a tutela
- (b) disponível
- (c) renunciável
- (d) direito-função e poder-dever
- (e) prescritível

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3114

Origem

Se o dono das sementes e materiais de construção plantar ou construir em terreno alheio,

Estado-CE :: Promotor de Justiça
ESAF
2001

(a) adquirirá a propriedade das sementes e dos materiais, mas fica obrigado a pagar o seu valor, além de responder por perdas e danos, se agiu de má-fé.

Assuntos relacionados

(b) perderá em proveito do proprietário do imóvel a plantação e a construção, podendo, se comprovada a sua má-fé, ser compelido a repor as coisas no estado anterior, pagando todos os prejuízos causados; mas se estava de boa-fé terá direito a uma indenização, embora perca sua construção ou plantação.

Direito civil

(c) ficará com a plantação e a construção, pagando uma indenização ao proprietário do imóvel.

(d) cobrará do proprietário do solo a indenização devida.

(e) adquirirá a propriedade da construção e da plantação, por haver presunção de que houve consenso tácito do dono da terra.

Q.3115

Origem

Assinale a opção falsa.

Estado-CE :: Promotor de Justiça
ESAF
2001

(a) Sem posse não há usucapião, precisamente porque ele é aquisição do domínio pela posse prolongada.

(b) A posse direta é sempre temporária, uma vez que se baseia numa relação transitória de direito.

Assuntos relacionados

(c) O *jus retentionis* é um meio direto de defesa que a lei concede ao possuidor para conservar em seu poder coisa alheia além do momento em que a deveria devolver, como garantia de pagamento das despesas feitas com o bem.

Direito civil

(d) A aluvião imprópria opera-se quando o acréscimo de terra se forma em razão do afastamento das águas que descobrem parte do álveo do rio.

(e) O condômino não tem o direito de gravar a parte indivisa.

107.12 ESTADO-MT :: Agente Tributário

Q.3116

Origem

Assinale a opção falsa.

ESTADO-MT :: Agente
Tributário
ESAF
2001

(a) A empreitada será *ad mensuram* se contiver cláusula permissiva de variação do preço em consequência do aumento ou diminuição valorativa da mão-de-obra e dos materiais.

(b) A sublocação contém duas relações jurídicas: a relação *ex locato* entre locador e locatário e a entre este (sublocador) e o sublocatário.

Assuntos relacionados

(c) O comodatário terá o dever de responsabilizar-se solidariamente, se houver mais comodatários, devido ao caráter benéfico do comodato e ao disposto em lei, para melhor assegurar a devolução da coisa.

Direito civil

(d) A prestação de serviço não poderá ser convencionada por mais de quatro anos.

(e) O comitente tem o direito de pedir o pagamento de materiais que foram entregues ao empreiteiro e por ele inutilizados devido à sua imperícia.

Q.3117

Origem

Havendo inexecução de uma das prestações por culpa do devedor de obrigação alternativa, competindo a escolha delas ao credor:

ESTADO-MT :: Agente
Tributário
ESAF
2001

- (a) o credor somente poderá pleitear perdas e danos.
- (b) o credor pleiteará o equivalente de qualquer delas mais perdas e danos.
- (c) o credor terá direito de exigir ou a prestação subsistente ou o valor da outra com perdas e danos.
- (d) o credor poderá reclamar o valor de qualquer das duas.
- (e) cessará o *jus variandi* do devedor que não poderá forçar o credor a receber o valor da que se perdeu.

Assuntos relacionados

Direito civil

107.13 SEFAZ-PI :: Auditor

Q.3118

Origem

Pertença é

SEFAZ-PI :: Auditor
ESAF
2001

- (a) bem acessório, que unido ao principal, forma com ele um todo, sendo desprovida de existência material própria, embora mantenha sua identidade.
- (b) bem móvel que o proprietário, intencionalmente, empregar na exploração industrial de um imóvel, no seu aformoseamento ou na sua comodidade.
- (c) modo originário de adquirir, em virtude do qual fica pertencendo ao proprietário tudo quanto se une ou se incorpora ao seu bem.
- (d) utilidade que a coisa periodicamente produz.
- (e) obra ou despesa feita em móvel ou imóvel alheio para conservá-lo, melhorá-lo ou embelezá-lo.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3119

Origem

Quando a norma estabelecer verdade legal, não admitindo prova contrária ao fato presumido, ter-se-á:

SEFAZ-PI :: Auditor
ESAF
2001

- (a) presunção simples
- (b) presunção hominis
- (c) presunção juris et de jure
- (d) arbitramento
- (e) presunção juris tantum

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3120

Origem

A posse oriunda de abuso de confiança por parte de quem recebe a coisa com o dever de restituí-la, é a:

SEFAZ-PI :: Auditor
ESAF
2001

- (a) posse clandestina
- (b) posse violenta
- (c) posse indireta
- (d) posse precária
- (e) posse de boa fé

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3121

Origem

Assinale a opção falsa.

SEFAZ-PI :: Auditor
ESAF
2001

- (a) A proteção jurídica dos incapazes realiza-se por meio da representação ou assistência.
- (b) O instituto da incapacidade visa proteger os que são portadores de uma deficiência jurídica apreciável.
- (c) A legitimação é a posição das partes, num ato jurídico, negocial ou não, concreto e determinado, em virtude da qual elas têm competência para praticá-lo.
- (d) A capacidade é a regra e a incapacidade é a exceção.
- (e) A capacidade de gozo é a aptidão para exercer por si os atos da vida civil.

Assuntos relacionados

Direito civil

107.14 SERPRO :: Analista de Assuntos Jurídicos

Q.3122

Origem

O art. 1246 do Código Civil sobre empreitada quando exige instruções escritas que podem ser apresentadas sob qualquer forma gráfica, desde simples epístola até a escritura pública, está se referindo à:

SERPRO :: Analista de Assuntos
Jurídicos
ESAF
2001

- (a) forma especial única.
- (b) forma contratual.
- (c) forma especial plural.
- (d) forma especial genérica.
- (e) forma geral.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3123

Origem

Pelo princípio da vigência sincrônica:

SERPRO :: Analista de Assuntos
Jurídicos
ESAF
2001

- (a) a norma é efetiva quando ocorrer o comportamento que ela configura e a consequência jurídica que ela prevê.
- (b) a norma pode ter efeito repristinatório.
- (c) a lei entrará em vigor a um só tempo em todo o país.
- (d) a lei nova tem força obrigatória antes do decurso da vacatio legis.
- (e) não há obrigatoriedade da lei revogada durante a vacatio legis.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3124

Origem

Se alguém fizer seguro de vida, omitindo moléstia grave, e vier a falecer poucos meses depois, vindo a prejudicar a seguradora e a beneficiar os sucessores, ter-se-á a configuração de:

SERPRO :: Analista de Assuntos
Jurídicos
ESAF
2001

- (a) dolo positivo.
- (b) dolo accidental.
- (c) simulação relativa subjetiva.
- (d) simulação absoluta.
- (e) dolo negativo.

Assuntos relacionados

Direito civil

107.15 Estado-CE :: Promotor de Justiça

Q.3125

Origem

Em execução por carta, o devedor-fiador sofreu penhora em bens próprios e, após intimação, pretende oferecer sua defesa atacando o fato de que não fora réu em processo de conhecimento e bem por isso não responde por "honorários de sucumbência em precedente ação de despejo". Em virtude dessa sua resistência, o devedor-fiador deve oferecer:

Estado-CE :: Promotor de Justiça
ESAF
2001

Assuntos relacionados

- (a) "exceção de pré-executividade" no juízo competente para apreciar a matéria, exatamente o juízo deprecado
- (b) embargos à execução protocolando-os no juízo competente, exatamente o juízo deprecado, para julgamento
- (c) embargos à execução protocolando-os no juízo deprecado e requerer que o juízo deprecante aprecie a matéria
- (d) "exceção de pré-executividade" no juízo competente para apreciar a matéria, exatamente o juízo deprecante
- (e) "exceção de pré-executividade" no juízo deprecado e pedir que o juízo deprecante aprecie a matéria

Bens

Q.3126

Origem

Assinale a opção falsa .

Estado-CE :: Promotor de Justiça
ESAF
2001

Assuntos relacionados

- (a) Com a sentença declaratória da vacância, os herdeiros poderão reclamar os bens vagos, habilitando-se legalmente durante o prazo de 5 anos da abertura da sucessão, findo o qual o acervo hereditário incorporar-se-á ao patrimônio público definitivamente.
- (b) O cessionário sucede *inter vivos* um bem ou uma universalidade de coisas sendo sucessor a título singular e por isso só responde pelas dívidas *intra vires hereditatis*.
- (c) Havendo cessão da herança, o cedente sempre responde pela evicção, por ter a cessão caráter aleatório.
- (d) Não pode haver repúdio parcial da herança, por ser esta uma unidade indivisível até a partilha.
- (e) O indigno recebe a posse e o domínio da herança por ocasião da abertura da sucessão, vindo a perder os bens hereditários somente com o trânsito em julgado da sentença declaratória de sua indignidade.

Bens

Q.3127

Origem

Um escritor pode ceder seus direitos autorais sem outorga uxória porque tais direitos são considerados bens

Estado-CE :: Promotor de Justiça
ESAF
2001

Assuntos relacionados

- (a) móveis por antecipação
- (b) imóveis por acessão física artificial
- (c) imóveis por acessão intelectual
- (d) móveis por determinação legal
- (e) móveis por natureza

Bens

Q.3128

Origem

A medida cautelar conhecida como "indisponibilidade de bens" é

Estado-CE :: Promotor de Justiça
ESAF
2001

- (a) privativa do Erário público e só pode ser interposta contra um contribuinte já citado para uma execução fiscal.
- (b) medida cautelar inominada que pode ser ajuizada por qualquer credor em defesa de seu direito creditório consubstanciado ou não em título executivo; presentes os pressupostos que autorizem o Juiz conservar o patrimônio do devedor para futura satisfação do credor.
- (c) privativa dos bancos e demais entidades do sistema financeiro brasileiro contra devedores apenas do "cheque especial".
- (d) privativa de credor de título executivo extrajudicial líquido e certo, seja esse credor pessoa física ou jurídica.
- (e) privativa do Ministério Público desde que findo o competente inquérito civil com indícios para a concessão da medida cautelar.

Assuntos relacionados

Bens

Q.3129

Origem

Nula será a cláusula do pacto antenupcial que

Estado-CE :: Promotor de Justiça
ESAF
2001

- (a) prive um dos consortes do pátrio-poder, liberando-o do dever de mútua assistência
- (b) escolha um dos regimes de bens entre marido e mulher, previstos no Código Civil
- (c) contenha disposição atinente às relações econômicas dos cônjuges
- (d) estipule na hipótese de superveniência de filhos a conversão do regime de separação em casamento com comunhão parcial
- (e) nomeie, em caso de regime de separação de bens, um dos cônjuges como procurador para administrar os bens do outro

Assuntos relacionados

Bens

107.16 ESTADO-MT :: Agente Tributário

Q.3130

Origem

Quando se empresta *ad pompam vel ostentationem* a alguém garrafas de vinho para serem usadas numa exposição, com o dever de serem restituídas, sem que possam ser substituídas por outras da mesma espécie, tais garrafas são tidas como:

ESTADO-MT :: Agente
Tributário
ESAF
2001

- (a) bens fungíveis
- (b) bens consumíveis
- (c) pertencas
- (d) bens móveis por antecipação
- (e) bens infungíveis

Assuntos relacionados

Bens

Capítulo 108

FCC

108.1 TRF 5ª.: Juiz Federal Substituto

Q.3131

Origem

No tocante à obrigação natural é correto afirmar que

TRF 5ª.: Juiz Federal Substituto
FCC
2001

- (a) pode ser exigida judicialmente caso não a cumpra o devedor e não está sujeita a decadência ou prescrição.
- (b) não encontra previsão no direito brasileiro.
- (c) se trata de uma consequência dos contratos bilaterais válidos.
- (d) é sempre nula por ilicitude do objeto.
- (e) é inexigível, entretanto, depois de validamente cumprida não enseja repetição.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Q.3132

Origem

A prescrição a favor da Fazenda Pública está sujeita à seguinte regra:

TRF 5ª.: Juiz Federal Substituto
FCC
2001

- (a) não admite suspensão nem interrupção.
- (b) interrompe-se durante a demora no estudo feito pelos funcionários do pedido que formular o particular.
- (c) somente pode ser interrompida uma vez, e recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu.
- (d) interrompida, recomeça a correr, pelo prazo de cinco anos, a partir da data do ato que a interrompeu.
- (e) suspensão, recomeça a correr pela metade do prazo faltante na data do pedido administrativo formulado pelo particular.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Q.3133

Origem

Na responsabilidade civil, a indenização por dano moral

TRF 5ª.: Juiz Federal Substituto
FCC
2001

- (a) é sempre dependente da comprovação do dano material.
- (b) pode ser cumulada com a indenização por dano material.
- (c) prescinde da comprovação do dano material, mas com este é inacumulável.
- (d) exige prévia condenação do causador do dano em processo criminal.
- (e) não pode ser superior à indenização por dano material.

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

108.2 SEFAZ-DF :: Fiscal da Receita

Q.3134

Origem

Considera-se me mora o devedor, I. nas obrigações negativas, desde o dia em que executar o ato de que se devia abster.
II. nas obrigações provenientes de delito, somente após a citação válida no processo em que for cobrada a respectiva indenização.
III. nas obrigações positivas e líquidas, com o inadimplemento nos respectivos termos.
IV. nas obrigações sem prazo, desde a interpelação, notificação ou protesto.
V. com a citação, ainda que nula por vício de forma, se ordenada por Juiz competente.
Das afirmações acima, são corretas APENAS

SEFAZ-DF :: Fiscal da Receita
FCC
2001

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

- (a) III, IV e V.
- (b) I, III e IV.
- (c) I, III e V.
- (d) I, II e III.
- (e) II, IV e V.

Q.3135

Origem

Constituída a sociedade comercial e tendo adquirido a personalidade jurídica é certo que

SEFAZ-DF :: Fiscal da Receita
FCC
2001

Assuntos relacionados

- (a) não é possível ocorrer a desconsideração da pessoa jurídica.
- (b) o seu patrimônio responde ilimitadamente pelas obrigações por ela assumidas.
- (c) passa ela a ter um patrimônio comum com as pessoas físicas instituidoras.
- (d) seu nome social é privativo não podendo ser atribuído às sociedades de fato.
- (e) a nacionalidade estrangeira não é permitida para empresas que pretendam atuar no Brasil.

Sociedade

108.3 TRF 5ª:: Juiz Federal Substituto

Q.3136

Origem

Têm personalidade jurídica privada

TRF 5ª:: Juiz Federal Substituto
FCC
2001

Assuntos relacionados

- (a) as sociedades de economia mista e os partidos políticos.
- (b) o condomínio em edificações e a sociedade de fato.
- (c) as autarquias e as fundações.
- (d) as empresas públicas e as autarquias.
- (e) o condomínio regulado pelo Código Civil e as fundações instituídas por pessoa física mediante escritura pública.

Sociedade

108.4 SEFAZ-DF :: Fiscal da Receita

Q.3137

Origem

Os partidos políticos e o Distrito Federal são

SEFAZ-DF :: Fiscal da Receita
FCC
2001

- (a) entidades sem personalidade jurídica.
- (b) pessoas jurídicas de Direito Público interno.
- (c) fundações criadas pelo Poder Público.
- (d) pessoas jurídicas de Direito Privado.
- (e) pessoas jurídicas privada e pública, respectivamente.

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

108.5 TRF 1ª:: Analista Judiciário (administrativa)

Q.3138

Origem

As pessoas jurídicas serão representadas, ativa e passivamente, nos atos judiciais e extrajudiciais

TRF 1ª:: Analista Judiciário
(administrativa)
FCC
2001

- (a) sempre por seus diretores.
- (b) sempre pelos seus respectivos advogados.
- (c) sempre por quem os respectivos estatutos obrigatoriamente designarem.
- (d) por quem as leis comerciais designarem ou, não o designando, pelo sócio fundador.
- (e) por quem os respectivos estatutos designarem, ou, não o designando, por seus diretores.

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

108.6 TRF 1ª:: Analista Judiciário (ex. mandados)

Q.3139

Origem

Processam-se durante as férias e não se suspendem pela superveniência delas, as causas relacionadas

TRF 1ª:: Analista Judiciário (ex. mandados)
FCC
2001

- (a) ao direito de família.
- (b) às ações de cobrança em geral.
- (c) à produção de provas.
- (d) à parceria agrícola.
- (e) aos procedimentos de jurisdição voluntária, bem como aos atos necessários à conservação de direito.

Assuntos relacionados

Provas

108.7 TRF 1ª:: Técnico Judiciário (administrativa)

Q.3140

Origem

Observe as proposições abaixo.

- I. O domicílio dos oficiais e tripulantes da marinha mercante é o correspondente ao lugar onde estiver o navio.
II. O funcionário público que não exerça função temporária, periódica ou em comissão, tem o seu domicílio onde a desempenha.
III. Os incapazes têm por domicílio o dos seus representantes.
Das proposições SOMENTE

TRF 1ª:: Técnico Judiciário
(administrativa)
FCC
2001

Assuntos relacionados

Domicílio

- (a) I está correta.
(b) III está correta.
(c) I e II estão corretas.
(d) I e III estão corretas.
(e) II e III estão corretas.

108.8 TRF 5ª:: Juiz Federal Substituto

Q.3141

Origem

O itinerante tem por domicílio

TRF 5ª:: Juiz Federal Substituto
FCC
2001

- (a) o Distrito Federal.
(b) sua última residência conhecida.
(c) a Capital do Estado em que por último tenha residido.
(d) o lugar em que for encontrado.
(e) a Capital do Estado em que tiver de ser demandado.

Assuntos relacionados

Domicílio

108.9 SEFAZ-DF :: Fiscal da Receita

Q.3142

Origem

Art. 9º§2º- "A obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o proponente". "Art.

1. 087 - Reputar-se-á celebrado o contrato no lugar em que foi proposto." Considerando-se o disposto no §2ºdo artigo 9ºda Lei de Introdução ao Código Civil e no artigo 1.087 do Código Civil, acima transcritos,

SEFAZ-DF :: Fiscal da Receita
FCC
2001

Assuntos relacionados

- (a) é facultativo ao Juiz aplicar qualquer das disposições legais colidentes transcritas, segundo seu prudente arbítrio, nos casos concretos.
(b) o §2ºdo artigo 9ºda Lei de Introdução ao Código Civil, por ser posterior, revogou tacitamente o antigo 1.087 do Código Civil.
(c) não há incompatibilidade entre as disposições transcritas da Lei de Introdução ao Código Civil e do Código Civil, porque naquela expressão "em que residir o proponente" pode ser entendida como "em que estiver o proponente".
(d) essas disposições legais revogaram-se reciprocamente.
(e) o artigo 1.087 do Código Civil impede a vigência do §2ºdo artigo 9ºda Lei de Introdução ao Código Civil, porque aquele se aça em legislação codificada e, portanto, hierarquicamente superior.

Contratos

108.10 TRF 1ª:: Analista Judiciário (administrativa)

Q.3143

Origem

Em matéria contratual é correta a afirmação de que

TRF 1ª:: Analista Judiciário
(administrativa)
FCC
2001

- (a) não se considera presente a pessoa que contrata por telefone, fax ou (e-) mail .
- (b) o contrato benéfico deve ser interpretado amplamente.
- (c) a herança de pessoa viva não pode ser objeto de contrato.
- (d) a impossibilidade da prestação sempre invalida o contrato.
- (e) é imprescindível que a manifestação de vontade no contrato seja expressa.

Assuntos relacionados

Contratos

108.11 TRF 1ª:: Analista Judiciário (ex. mandados)

Q.3144

Origem

Nos contratos de compra e venda, até o momento da tradição, os riscos

TRF 1ª:: Analista Judiciário (ex. mandados)
FCC
2001

- (a) do preço correm por conta do vendedor e do devedor, proporcionalmente.
- (b) da coisa correm por conta do vendedor e do devedor, proporcionalmente.
- (c) da coisa correm por conta do devedor.
- (d) da coisa correm por conta do vendedor.
- (e) do preço correm por conta do devedor.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.3145

Origem

Tício vendeu a Mévio, éguas para reprodução de cavalos "quarto de milha", porém estéreis. Diante do vício existente, é INCORRETO afirmar que se

TRF 1ª:: Analista Judiciário (ex. mandados)
FCC
2001

- (a) os animais tivessem sido vendidos em hasta pública, não caberia a ação redibitória, nem a de pedir abatimento.
- (b) desconhecido o vício, pelo alienante, este tão somente restituirá o valor recebido, mais os valores do contrato.
- (c) conhecido o vício, pelo alienante, este restituirá o que recebeu com perdas e danos.
- (d) tratando de animais recebidos em virtude de contrato comutativo, não podem ser eles enfeitados por vícios ou defeitos ocultos de qualquer natureza.
- (e) em vez de rejeitar os animais, redibindo o contrato, pode o adquirente reclamar o abatimento do preço.

Assuntos relacionados

Contratos

108.12 TRF 1ª:: Técnico Judiciário (administrativa)

Q.3146

Origem

A proposta de contrato obriga o proponente se

TRF 1ª:: Técnico Judiciário
(administrativa)
FCC
2001

- (a) feita sem prazo a uma pessoa presente, não foi imediata e expressamente recusada.
- (b) o contrário não resultar dos termos dela, da natureza do negócio, ou das circunstâncias do caso.
- (c) feita sem prazo à pessoa ausente, tiver decorrido tempo suficiente para chegar a resposta ao conhecimento do proponente.
- (d) antes dela, ou simultaneamente, chegar ao conhecimento da outra parte a retratação do proponente.
- (e) feita a pessoa ausente, não tiver sido expedida a resposta dentro do prazo dado.

Assuntos relacionados

Contratos

108.13 TRF 5ª:: Juiz Federal Substituto

Q.3147

Origem

Os atos entre vivos, sem prazo, são exequíveis desde logo, salvo se a execução tiver de ser feita em lugar diverso ou depender de tempo (art. 127 do Código Civil),

TRF 5ª:: Juiz Federal Substituto
FCC
2001

- (a) e desde a assinatura do contrato encontra-se o devedor em mora.
- (b) todavia, a mora só começa com a citação válida em ação de cobrança.
- (c) mas não se admite a mora do credor.
- (d) contudo, não se admite a mora do devedor.
- (e) porém, a mora começa desde a interpelação, notificação, ou protesto.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.3148

Origem

O benefício de ordem no contrato de fiança significa que

TRF 5ª:: Juiz Federal Substituto
FCC
2001

- (a) prestada conjuntamente a um só débito por mais de uma pessoa, importa o compromisso de solida-riedade.
- (b) havendo mais de um fiador, o credor só pode cobrar uma cota parte de cada um.
- (c) o fiador demandado pelo pagamento da dívida tem direito a exigir, até a contestação da lide, que sejam primeiro executados os bens do devedor.
- (d) o fiador e o devedor são sempre solidariamente responsáveis pelo pagamento da dívida, salvo se declararem que a obrigação é conjunta.
- (e) o fiador, mesmo que tenha se obrigado como devedor solidário, não poderá ser demandado pelo credor do afiançado, se este não for insolvente.

Assuntos relacionados

Contratos

108.14 SEFAZ-DF :: Fiscal da Receita

Q.3149

Origem

Quando ilícito seu objeto, o ato jurídico será considerado

SEFAZ-DF :: Fiscal da Receita
FCC
2001

- (a) válido, se a vontade das partes tiver sido manifestada livremente.
- (b) inexistente.
- (c) anulável
- (d) nulo.
- (e) ineficaz.

Assuntos relacionados

Direito civil

108.15 TRF 1ª:: Analista Judiciário (administrativa)

Q.3150

Origem

Todo ato lícito que tenha por fim imediato, entre outros, resguardar, transferir ou modificar direitos, denomina-se

TRF 1ª:: Analista Judiciário
(administrativa)
FCC
2001

- (a) representação jurídica.
- (b) interesse jurídico.
- (c) capacidade jurídica.
- (d) ato jurídico.
- (e) fato jurídico.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3151

Origem

É certo que a personalidade civil do homem começa

TRF 1ª:: Analista Judiciário
(administrativa)
FCC
2001

- (a) na data em que foi feito o registro de seu nascimento.
- (b) quando ele atinge os vinte e um anos de idade.
- (c) com a sua emancipação.
- (d) do seu nascimento com vida.
- (e) no momento de sua concepção.

Assuntos relacionados

Direito civil

108.16 TRF 1ª:: Analista Judiciário (ex. mandados)

Q.3152

Origem

As ações de manutenção e as de esbulho possessório, considerada a data da turbação e do esbulho, serão

TRF 1ª:: Analista Judiciário (ex. mandados)
FCC
2001

- (a) sumárias, quando intentadas dentro em cento e oitenta dias.
- (b) ordinárias, quando intentadas dentro em cento e oitenta dias.
- (c) cautelares, quando intentadas dentro em um ano e dia.
- (d) ordinárias, quando intentadas dentro em um ano e dia.
- (e) sumárias, quando intentadas dentro em um ano e dia da turbação ou esbulho, e têm procedimento especial.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3153

Origem

No chamado usucapião ordinário, o domínio do imóvel será conferido ao possuidor que, por

TRF 1ª.: Analista Judiciário (ex. mandados)
FCC
2001

- (a) 15 anos entre ausentes, possuir o imóvel como seu, contínua e pacificamente, com justo título e boa-fé.
- (b) 15 anos entre presentes, possuir imóvel como seu, contínua e pacificamente, independentemente de justo título e boa-fé.
- (c) 10 anos entre ausentes, possuir o imóvel como seu, contínua e pacificamente, com justo título e boa-fé.
- (d) 10 anos entre presentes, computando-se os períodos de interrupção ou suspensão, independentemente de justo título e boa-fé.
- (e) 05 anos entre presentes, possuir o imóvel urbano em que resida com a sua família, com boa-fé, independentemente de título.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3154

Origem

Incumbe ao oficial de justiça, entre outras atribuições,

TRF 1ª.: Analista Judiciário (ex. mandados)
FCC
2001

- (a) estar presente às audiências e coadjuvar o juiz na manutenção da ordem.
- (b) executar os mandados e dar certidão do ocorrido, colhendo, obrigatoriamente, a "ciência", por escrito, da parte interessada.
- (c) juntar o mandado aos autos, no prazo máximo de 48 horas depois de cumprido.
- (d) executar as ordens de juízes, dos serventuários de justiça e dos representantes do Ministério Público aos quais esteja adstrito.
- (e) fazer pessoalmente as citações e prisões, sempre na presença de duas testemunhas.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3155

Origem

Quanto às regras do pagamento previstas no Código Civil, é INCORRETO afirmar que

TRF 1ª.: Analista Judiciário (ex. mandados)
FCC
2001

- (a) se o pagamento consistir na tradição de bem imóvel, ou em prestações relativas a imóvel, far-se-á no lugar onde este se acha.
- (b) o pagamento deve ser feito ao credor ou a quem de direito o represente, sob pena de só valer depois de por ele ratificado.
- (c) o devedor, que paga, tem direito a quitação regular, e pode reter o pagamento, enquanto lhe não for dada.
- (d) de regra, a entrega do título ao devedor firma a presunção do pagamento.
- (e) se o credor mudar de domicílio ou morrer, deixando herdeiros em lugares diferentes, correrá por conta do devedor a despesa acrescida.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3156

Origem

Observe as proposições abaixo.

I. O credor de coisa certa pode ser obrigado a receber outra, ainda que mais valiosa.

II. Na obrigação de fazer, o credor é obrigado a aceitar de terceiro a prestação, mesmo quando for convencionado que o devedor a faça pessoalmente.

III. Extingue-se a obrigação de não fazer, desde que, sem culpa do devedor, se lhe torne impossível abster-se do fato, que se obrigou a não praticar.

Das proposições SOMENTE

- (a) II está correta.
- (b) III está correta.
- (c) I e II estão corretas.
- (d) I e III estão corretas.
- (e) II e III estão corretas.

TRF 1ª.: Analista Judiciário (ex. mandados)
FCC
2001

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3157

Origem

Sou contador e, eventualmente, faço corretagem de imóveis, sem, contudo, possuir registro no respectivo órgão profissional; resido em cidade pequena, onde não existe engenheiro; tomei conhecimento de minha nomeação, pelo juiz, para proceder à avaliação de um imóvel situado na mesma rua em que moro. Nesse caso, a nomeação é

- (a) irregular e pode ser impugnada porque não tenho inscrição no órgão profissional.
- (b) válida, mas posso escusar-me do encargo se apresentar motivo legítimo.
- (c) irregular e pode ser impugnada, pois só engenheiro, devidamente inscrito no órgão profissional, deve realizar a perícia; na falta ou impedimento deste, a nomeação recairá em engenheiro da cidade mais próxima.
- (d) válida e devo aceitá-la, sendo vedada a recusa do encargo por se tratar de " *munus publicum* ".
- (e) válida e devo realizar a perícia no prazo máximo de trinta dias, sob pena de desobediência.

TRF 1ª.: Analista Judiciário (ex. mandados)
FCC
2001

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3158

Origem

Quanto ao mandato diz-se que

- (a) só pode ser expresso ou tácito.
- (b) não pode o mandante ratificar ou impugnar os atos praticados em seu nome sem poderes suficientes.
- (c) não se admite mandato verbal para os atos que exigem instrumento particular.
- (d) o poder de transigir importa o de firmar compromisso.
- (e) pode ser geral a todos os do mandante.

TRF 1ª.: Analista Judiciário (ex. mandados)
FCC
2001

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3159

Origem

No que concerne às citações, cumpre ao oficial de justiça atentar que não se fará ela

TRF 1ª:: Analista Judiciário (ex. mandados)
FCC
2001

- (a) a qualquer parente do morto, no dia do falecimento e nos sete dias seguintes.
- (b) aos noivos, nos sete primeiros dias de bodas.
- (c) quando verificar que o réu é demente.
- (d) durante as férias e aos comprovadamente doentes.
- (e) no período das 6 às 21 horas, e, em hipótese alguma, nos domingos e feriados.

Assuntos relacionados

Direito civil

108.17 TRF 1ª:: Técnico Judiciário (administrativa)

Q.3160

Origem

O fato lesivo, causado pelo agente, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, gerando a alguém dano patrimonial ou moral, acarreta o dever de indenizar, quando praticado

TRF 1ª:: Técnico Judiciário (administrativa)
FCC
2001

- (a) em desacordo com a ordem jurídica.
- (b) em legítima defesa.
- (c) em estado de necessidade.
- (d) no exercício regular de um direito reconhecido.
- (e) com deterioração da coisa alheia, a fim de remover perigo iminente, não excedendo os limites do indispensável para a remoção do perigo.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3161

Origem

São considerados incapazes, relativamente a certos atos da vida civil, ou à maneira de os exercer os

TRF 1ª:: Técnico Judiciário (administrativa)
FCC
2001

- (a) menores de dezesesseis anos.
- (b) loucos de todo o gênero.
- (c) surdos-mudos, que não puderem exprimir a sua vontade.
- (d) ausentes, declarados tais por ato do juiz.
- (e) pródigos.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3162

Origem

O ato jurídico, é passível de anulação, quando

TRF 1ª:: Técnico Judiciário (administrativa)
FCC
2001

- (a) não revestir a forma prescrita em lei.
- (b) praticado por pessoa absolutamente incapaz.
- (c) ilícito, ou impossível, o seu objeto.
- (d) apresentar vício resultante de erro, dolo, coação, simulação ou fraude.
- (e) for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3163

Origem

São meios de aquisição da propriedade imóvel,

- (a) a apreensão.
- (b) a acessão.
- (c) a simples disposição da coisa.
- (d) o exercício do direito sobre a coisa.
- (e) a posse.

TRF 1ª:: Técnico Judiciário
(administrativa)
FCC
2001

Assuntos relacionados

Direito civil

108.18 TRF 5ª:: Juiz Federal Substituto

Q.3164

Origem

A regra do artigo 1º, *caput*, da Lei de Introdução ao Código Civil, que estabelece a *vacatio legis* de quarenta e cinco dias, salvo disposição contrária,

TRF 5ª:: Juiz Federal Substituto
FCC
2001

- (a) aplica-se, apenas, às leis ordinárias federais.
- (b) não se aplica aos decretos.
- (c) não foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988.
- (d) aplica-se, também, nos Estados estrangeiros, quando admitida a obrigatoriedade da lei brasileira.
- (e) foi revogada tacitamente por lei superveniente.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3165

Origem

Os direitos patrimoniais do autor

TRF 5ª:: Juiz Federal Substituto
FCC
2001

- (a) não admitem sucessão hereditária.
- (b) perduram por vinte anos, contados da data do óbito do autor.
- (c) perduram por sessenta anos contados de 1º de janeiro do ano subsequente ao de seu falecimento, obedecida a ordem sucessória.
- (d) perduram por setenta anos contados de 1º de janeiro do ano subsequente ao de seu falecimento, obedecida a ordem sucessória.
- (e) perduram a partir do óbito do autor por trinta anos se não tiver herdeiros necessários e por sessenta anos se tiver herdeiros necessários

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3166

Origem

Segundo o artigo 526 do Código Civil, "a propriedade do solo abrange a do que lhe está superior e inferior em toda a altura e em toda a profundidade, úteis ao seu exercício". Este direito

TRF 5ª:: Juiz Federal Substituto
FCC
2001

- (a) não mais compreende a livre exploração dos recursos minerais encontrados no subsolo, porque estes pertencem à União.
- (b) só prevalece caso não prejudique o direito de quem é proprietário do imóvel vizinho, há mais de vinte anos, de continuar com vistas para as paisagens naturais.
- (c) equivale a um usufruto, podendo ser destacado da propriedade imóvel.
- (d) tem apenas a natureza de uma servidão aparente, que pode ser alienada para exploração mineral ou do potencial turístico.
- (e) se harmoniza com a Constituição Federal, que assegura ao proprietário todas as faculdades inerentes ao domínio, salvo no caso de desapropriação.

Assuntos relacionados

Direito civil

108.19 TRF 1ª:: Analista Judiciário (administrativa)

Q.3167

Origem

Os bens móveis destinados à alienação; e aqueles que não podem substituir-se por outro da mesma espécie, qualidade e quantidade, classificam-se, respectivamente, como

TRF 1ª:: Analista Judiciário
(administrativa)
FCC
2001

- (a) divisíveis e singulares.
- (b) consumíveis e infungíveis.
- (c) singulares e fungíveis.
- (d) principais e indivisíveis.
- (e) coletivos e acessórios.

Assuntos relacionados

Bens

108.20 TRF 1ª:: Analista Judiciário (ex. mandados)

Q.3168

Origem

Considere as proposições que seguem, relativas à matéria de competência.
I. Compete à autoridade brasileira, com exclusão de qualquer outra, proceder a inventário e partilha de bens, situados no Brasil, ainda que o autor da herança seja estrangeiro e tenha residido fora do território nacional.

TRF 1ª:: Analista Judiciário (ex. mandados)
FCC
2001

II. Apenas para as causas em que a União for autora ou ré, é competente o foro da Capital do Estado.

III. A ação fundada em direito pessoal e a ação fundada em direito real sobre móveis serão sempre propostas no foro do domicílio do réu.

IV. É competente o foro do domicílio ou da residência do alimentando (autor), para a ação em que se pedem alimentos. Estão corretas SOMENTE

Assuntos relacionados

Bens

- (a) I e III
 - (b) I e IV
 - (c) II e III
 - (d) I, II e IV
 - (e) II, III e IV
-

108.21 TRF 1ª:: Técnico Judiciário (administrativa)

Q.3169

Origem

No que tange à classificação dos bens adotada pelo Código Civil, é INCORRETO afirmar que são

TRF 1ª:: Técnico Judiciário
(administrativa)
FCC
2001

(a) móveis, os suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia.

(b) consumíveis, os móveis cujo uso importa destruição imediata da própria substância, dentre outros.

(c) indivisíveis, os que se não podem partir sem alteração na sua substância.

(d) fungíveis, os móveis que não podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.

(e) considerados imóveis, dentre outros, os materiais provisoriamente separados de um prédio para nele mesmo se reempregarem.

Assuntos relacionados

Bens

Capítulo 109

OAB/DF

109.1 OAB-DF :: OAB - I Exame 2001

Q.3170

Indique a alternativa verdadeira:

- (a) Em matéria de tutela das obrigações de fazer ou não fazer o juiz pode, de ofício, fixar multa com o escopo de pressionar o obrigado a cumprir o preceito por deliberação própria.
- (b) Se o juiz se deparar com lei distrital que consiste inconstitucional frente à lei Orgânica do DF, deve remeter os autos ao Tribunal com as razões de seu membros de seu Órgão especial, aprecie a matéria.
- (c) Nos casos expressamente previstos em lei de responsabilidade dos sócios com seus próprios bens, não se lhes admite o "beneficium excussionis personalis".
- (d) Deparando-se o juiz com a presença da fraude de execução, deve emitir pronunciamento nos próprios autos declarando ineficaz a venda feita pelo devedor e submetendo os respectivos bens à constrição.

Origem

OAB-DF :: OAB - I Exame 2001
OAB/DF
2001

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

109.2 OAB-DF :: OAB - III Exame 2001

Q.3171

Marque a opção certa:

- (a) Feito e assinado, ou somente assinado por quem esteja na disposição e administração livre de seus bens, o instrumento particular, desde que subscrito por duas testemunhas, prova as obrigações convencionais independentemente do valor e produz efeitos em relação a terceiros, após o reconhecimento de firma dos subscritores.
- (b) menor, entre dezesseis e vinte e um anos, equipara-se ao maior quanto às obrigações resultantes de atos ilícitos, em que for culpado.
- (c) Em nome da garantia e segurança das relações jurídicas, a prescrição é irrenunciável.
- (d) Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros, se o objeto da obrigação for divisível.

Origem

OAB-DF :: OAB - III Exame 2001
OAB/DF
2001

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

109.3 OAB-DF :: OAB - I Exame 2001

Q.3172

Origem

No que se refere as provas no processo civil, assinale a alternativa errada .

OAB-DF :: OAB - I Exame 2001
OAB/DF
2001

- (a) Juiz para decidir a lide se contenta com a verdade processual, sendo prescindível a verdade real;
- (b) Embora não exista hierarquia entre as provas e o Juiz tendo livre convencimento motivado, a confissão prevalece sobre as outras, pela sua própria natureza;
- (c) O ônus da prova tanto pode caber ao autor quanto ao réu;
- (d) A Inspeção judicial é um meio de prova, tanto quanto a prova testemunhal, pericial, depoimento pessoal, confissão e documental.

Assuntos relacionados

Provas

109.4 OAB-DF :: OAB - III Exame 2001

Q.3173

Origem

Em conformidade com as premissas formuladas sobre o casamento, assinale falso ou verdadeiro e, em seguida, aponte a resposta correta:

OAB-DF :: OAB - III Exame 2001
OAB/DF
2001

I - A separação judicial põe termo aos deveres de coabitação, fidelidade recíproca e ao regime matrimonial de bens, e dissolve o casamento válido.

II - Para o casamento dos maiores de 18 anos e menores de 21 anos, prescinde-se do consentimento de ambos os pais.

III - O regime dos bens entre os cônjuges começa a vigorar desde a data do casamento, momento a partir do qual sofre a influência do princípio da imutabilidade, razão por que é irrevogável.

IV - No regime da separação total de bens, o marido ou a mulher pode, independentemente do consentimento do cônjuge, alienar imóvel auferido antes do casamento, porque, na hipótese, o bem não se comunica.

V - No regime da comunhão universal de bens, excluem-se da comunhão as dívidas anteriores ao casamento, salvo se provierem de despesas com seus aprestos, ou reverterem em proveito comum. VI - No regime da comunhão parcial de bens, não se comunicam os bens que cada cônjuge possuir ao casar, mas se lhe incluem os bens que sobrevierem na constância do matrimônio, por doação ou sucessão, independentemente dos respectivos valores.

Assuntos relacionados

Casamento

- (a) V - F - V - V - V - V .
- (b) F - V - F - V - F - V.
- (c) V - F - F - F - V - F.
- (d) F - F - V - F - V - F.

109.5 OAB-DF :: OAB - I Exame 2001

Q.3174

Origem

Para efeitos civis, é considerado o domicílio da mulher casada:

OAB-DF :: OAB - I Exame 2001
OAB/DF
2001

- (a) Sempre do seu marido;
- (b) Na zona eleitoral de sua cidade;
- (c) Dos seus genitores quando estiver em processo de separação;
- (d) Nenhuma das alternativas anteriores.

Assuntos relacionados

Domicílio

109.6 OAB-DF :: OAB - III Exame 2001

Q.3175

Origem

Em conformidade com as assertivas formuladas sobre filiação, parentesco e alimentos, assinale falso ou verdadeiro e, em seguida, aponte a resposta correta:

OAB-DF :: OAB - III Exame 2001
OAB/DF
2001

- I - Cabe, privativamente, ao marido o direito de contestar a legitimidade dos filhos nascidos de sua mulher, no prazo prescricional de quatro meses.
- II - Os filhos do tio em relação ao sobrinho são parentes em quarto grau na linha reta.
- III - O filho maior não pode ser reconhecido sem o seu consentimento, salvo se a ação for proposta pelo Ministério Público; o menor pode impugnar o reconhecimento, no prazo de quatro anos que se seguiram à maioridade, ou emancipação.
- IV - A filiação paterna e a materna podem resultar de casamento declarado nulo, ainda mesmo sem as condições do putativo.
- V - O direito a alimentos tem características de irrenunciabilidade, inalienabilidade, reciprocidade, irrepetibilidade e impennhorabilidade.
- VI - Sempre que no exercício do pátrio poder colidirem os interesses dos pais com os dos filhos, a requerimento deste ou do Ministério Público, o juiz lhe dará curador especial.

Assuntos relacionados

Alimentos

- (a) F - F - F - V - V - V.
- (b) V - V - V - F - F - F.
- (c) V - V - F - V - F - V.
- (d) V - F - V - F - V - F.

109.7 OAB-DF :: OAB - II Exame 2001

Q.3176

Origem

A excpetio nom adimpleti contratus alicerça a tese do devedor acionado para implemento do contrato, segundo a qual:

OAB-DF :: OAB - II Exame 2001
OAB/DF
2001

- (a) O credor se furtou de cumprir a obrigação que lhe tocava.
- (b) Inexiste a obrigação contratual exigida .
- (c) Ocorreu caso fortuito.
- (d) Sucedeu a teoria da força maior.

Assuntos relacionados

Contratos

109.8 OAB-DF :: OAB - III Exame 2001

Q.3177

Origem

Pousando-se os olhos sobre o Direito das Obrigações e Contratos, selecione as proposições falsas ou verdadeiras e, em seguida, escolha a resposta correta:

OAB-DF :: OAB - III Exame 2001
OAB/DF
2001

I - Nas obrigações alternativas, a escolha compete ao credor, à falta de outra estipulação.

Assuntos relacionados

II - Na solidariedade ativa, cada um dos credores tem o direito a exigir do devedor o cumprimento da prestação, por inteiro, mas aquele que tiver remitido a dívida ou recebido o pagamento responderá aos outros pela parte, que lhes caiba.

Contratos

III - O terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar e sub-roga-se nos direitos do credor.

IV - Importa exoneração do fiador a novação feita sem seu consenso com o devedor principal.

V - A responsabilidade civil é independente da penal, de tal sorte que é defeso renovar a discussão sobre a existência do fato ou sobre quem seja o autor, quando já se acharem resolvidas e decididas na esfera criminal. VI - Não pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva.

- (a) F - V - F - V - V - V.
- (b) V - V - F - F - V - F.
- (c) V - F - V - V - F - V.
- (d) F - F - V - F - V - V.

Q.3178

Origem

Após a leitura das assertivas abaixo lançadas, destaque o conjunto correto:

OAB-DF :: OAB - III Exame 2001
OAB/DF
2001

I - As rendas expressamente constituídas sobre imóveis constituem direitos reais.

II - Nas dívidas garantidas por penhor, anticrese ou hipoteca, a coisa dada em garantia fica sujeita, por vínculo pessoal, ao cumprimento da obrigação.

Assuntos relacionados

III - É nula a cláusula que autoriza o credor pignoratício, anticrético, hipotecário ou o proprietário fiduciário a ficar com a coisa dada em garantia, na hipótese em que a dívida não for paga no seu vencimento.

Direitos reais

IV - Faculta-se ao dono do imóvel hipotecado constituir sobre ele, mediante novo título, outra hipoteca, em favor do mesmo, ou de outro credor.

V - São suscetíveis do contrato de hipoteca os navios, ainda que em construção. VI - O dano de uma servidão tem o direito a fazer todas as obras necessárias à sua conservação e uso.

- (a) F - F - V - F - V - V .
 - (b) F - V - F - V - F - F.
 - (c) V - F - V - V - V - V.
 - (d) V - V - F - F - F - F .
-

109.9 OAB-DF :: OAB - I Exame 2001

Q.3179

Origem

Assinale a única alternativa CORRETA abaixo.

OAB-DF :: OAB - I Exame 2001
OAB/DF
2001

- (a) Os testamentos ordinários podem ser públicos, particulares e nuncupativos;
- (b) Os legatários podem ser testemunhas em testamentos;
- (c) Os testamentos marítimos e militares são forma especial de testar.
- (d) O Codicilo não poderá ser revogado por outro igual.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3180

Origem

As ações relativas a direitos pessoais prescrevem em:

OAB-DF :: OAB - I Exame 2001
OAB/DF
2001

- (a) Ordinariamente em vinte anos contados da data em que poderiam ter sido propostas;
- (b) trinta anos quando as partes residirem em localidades diversas;
- (c) Dez anos entre presentes e quinze entre ausentes, contados da data em que deveriam ter sido propostas;
- (d) nenhuma das alternativas está correta.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3181

Origem

Quanto a CLÁUSULA PENAL, assinale a alternativa ERRADA.

OAB-DF :: OAB - I Exame 2001
OAB/DF
2001

- (a) Só pode ser estipulada conjuntamente com a obrigação principal;
- (b) Pode referir-se à inexecução completa da obrigação, ou simplesmente a mora;
- (c) A cominação imposta não pode exceder 100(d) A nulidade da obrigação importa a da cláusula penal.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3182

Origem

São considerados vícios sociais:

OAB-DF :: OAB - I Exame 2001
OAB/DF
2001

- (a) Simulação e fraude contra credores;
- (b) Dolo e coação;
- (c) Erro e ignorância
- (d) Todas as anteriores.

Assuntos relacionados

Direito civil

109.10 OAB-DF :: OAB - II Exame 2001

Q.3183

Origem

O condômino em um bem imóvel:

OAB-DF :: OAB - II Exame 2001
OAB/DF
2001

- (a) Pode, livremente, vender sua parte no condomínio sem a anuência dos mais co-proprietários.
- (b) Somente pode vender se for unidade autônoma em prédio de apartamentos.
- (c) Somente pode vender, ofertando a preferência aos demais condôminos, se o bem for economicamente indivisível.
- (d) Somente pode vender, quando não for prédio em apartamentos, dando preferência aos demais condôminos, se o imóvel for materialmente indivisível.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3184

Origem

São critérios válidos para interpretação das leis, exceto:

OAB-DF :: OAB - II Exame 2001
OAB/DF
2001

- (a) A real intenção do legislador deve ser verificada;
- (b) A interpretação se fará restritivamente em matéria fiscal;
- (c) O intérprete não deve distinguir onde a lei não distingue;
- (d) As leis excepcionais ou especiais não devem ser interpretadas restritivamente.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3185

Origem

Em decorrência de chuvas torrenciais, um comerciante se viu impedido de entregar, no prazo, ajustado contratualmente a mercadoria vendida, causando prejuízo ao credor. Por conseguinte, o dano experimentado pelo credor:

OAB-DF :: OAB - II Exame 2001
OAB/DF
2001

- (a) Não se sujeita à reparação, haja vista que o caso fortuito exclui a relação de causalidade.
- (b) Deve ensejar reparação, inexistindo cláusula contratual de não indenizar.
- (c) Não pode ensejar reparação, posto que a cláusula contratual de não indenizar é absoluta, operando, inclusive, além do espectro obrigacional.
- (d) Deve provocar a reparação, eis que o caso fortuito não exclui a responsabilidade civil e a relação de causalidade.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3186

Origem

Assinale os elementos integradores da norma jurídica:

OAB-DF :: OAB - II Exame 2001
OAB/DF
2001

- (a) A portaria, a resolução e a analogia.
- (b) O decreto regulamentar, a portaria e os princípios gerais de direito.
- (c) A resolução, o decreto e os costumes.
- (d) A analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3187

Origem

O devedor que não efetuar o pagamento no tempo, lugar e forma convencionados, se acha em mora, conforme estabelece o art. 955 do Código Civil. Considerando-se a teoria da mora no direito civil brasileiro:

OAB-DF :: OAB - II Exame 2001
OAB/DF
2001

(a) Apresenta-se harmônica com a norma a afirmação de que inexiste mora do credor, porque a mora ex persona somente se constitui quando o devedor deixa de adimplir a obrigação no tempo e condições que a lei estabelece.

(b) A mora é sempre contratual.

(c) A mora é sempre extracontratual.

(d) Na mora ex re, o devedor é incurso pela simples falta de cumprimento da obrigação, positiva e líquida, independentemente de provocação do credor.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3188

Origem

O possuidor de má-fé tem direito à indenização:

OAB-DF :: OAB - II Exame 2001
OAB/DF
2001

(a) Das benfeitorias necessárias.

(b) Correspondente aos frutos percebidos, inclusive os que tenham sido antecipados.

(c) Correspondente aos frutos pendentes, ainda não colhidos.

(d) Das benfeitorias úteis.

Assuntos relacionados

Direito civil

109.11 OAB-DF :: OAB - III Exame 2001

Q.3189

Origem

Sobre direito de sucessões, observe as assertivas e, em seguida, destaque a resposta correta:

OAB-DF :: OAB - III Exame 2001
OAB/DF
2001

I - Não havendo herdeiros da classe dos descendentes, são chamados à sucessão os ascendentes.

II - Considera-se testamento o ato irrevogável pelo qual alguém, de conformidade com a lei, dispõe, no todo ou em parte, do seu patrimônio, para depois de sua morte.

III - Pode o pai fazer a partilha, por ato entre vivos ou de última vontade, desde que se preserve a legítima dos herdeiros necessários.

IV - Consideram-se testamentos ordinários: o público, o cerrado e o particular.

V - A sucessão legítima defere-se na seguinte ordem:

1) aos descendentes; 2) ao cônjuge sobrevivente; 3) aos ascendentes; 4) aos colaterais; e 5) aos Municípios, ao Distrito Federal ou à União. VI - O direito de representação dá-se na linha reta descendente, mas nunca na ascendente.

(a) V - V - V - F - V - F .

(b) V - V - V - F - F - V .

(c) F - F - F - V - V - F .

(d) V - F - V - V - F - V .

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3190

Origem

Examinados os institutos da posse e da propriedade, marque as proposições falsas ou verdadeiras e, em seguida, escolha a resposta correta:

I - Considera-se, também, possuidor direto aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas.

II - O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de esbulho; restituído, na hipótese de turbação.

III - O possuidor de boa-fé poderá exercer o direito de retenção pelo valor das benfeitorias necessárias e úteis.

IV - Ao possuidor de má-fé serão ressarcidas somente as benfeitorias necessárias, sem que se lhe tutele o direito de retenção pela importância que elas representam.

V - Considera-se plena a propriedade, quando todos os seus direitos elementares se acham reunidos no do proprietário; limitada, quando têm ônus real, ou é resolúvel. VI - Para efeito de usucapião, o possuidor pode somar à sua posse o tempo da posse do seu antecessor, contanto que ambas sejam contínuas e pacíficas.

- (a) F - V - V - F - F - F.
- (b) V - V - F - V - V - F.
- (c) F - F - V - V - V - V.
- (d) V - F - F - F - F - V.

OAB-DF :: OAB - III Exame 2001
OAB/DF
2001

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3191

Origem

Encontra-se errada a letra:

(a) Chama-se deferido o direito futuro, quando sua aquisição pende somente do arbítrio do sujeito; não deferido, quando se subordina a fatos ou condições falíveis.

(b) Nas declarações de vontade, valoriza-se mais a intenção que o sentido literal da linguagem.

(c) Se o ato doloso teve o concurso de ambas as partes, nenhuma delas pode invocá-lo, para anulá-lo ou reclamar indenização.

(d) Veda-se a condição resolutiva tácita da obrigação, haja vista que a ordem jurídica contempla apenas a expressa, que se opera de pleno direito.

OAB-DF :: OAB - III Exame 2001
OAB/DF
2001

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3192

Origem

Assinale a opção incorreta:

(a) Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.

(b) Direito objetivo é a norma jurídica; o direito subjetivo, a faculdade jurídica.

(c) Ao ingressar no mundo jurídico, a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga a anterior mesmo que não declare expressamente.

(d) A lei revogada, salvo disposição em contrário, não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

OAB-DF :: OAB - III Exame 2001
OAB/DF
2001

Assuntos relacionados

Direito civil

109.12 OAB-DF :: OAB - I Exame 2001

Q.3193

Origem

Assinale a alternativa que apresenta os regimes dos bens entre os cônjuges adotado pela legislação civil brasileira.

OAB-DF :: OAB - I Exame 2001
OAB/DF
2001

- (a) Do Companheirato, Comunhão Parcial, Universal e da Separação;
- (b) Da Separação. Da Comunhão Parcial e Total com pacto antenupcial;
- (c) Da Comunhão Universal e Parcial, da Separação e o Dotal;
- (d) Nenhuma das alternativas anteriores.

Assuntos relacionados

Bens

109.13 OAB-DF :: OAB - II Exame 2001

Q.3194

Origem

Casado pelo regime de comunhão universal de bens, o de cujus deixou seis netos, filhos de seus filhos pré-morto - um do primeiro filho, dois do segundo filho, três do terceiro filho - além de viúva, pai e um irmão. Quem herda e como?

OAB-DF :: OAB - II Exame 2001
OAB/DF
2001

- (a) A viúva herda a metade e os netos a outra metade.
- (b) Herdam os seis netos em partes iguais.
- (c) O pai herda a metade e os netos a outra metade.
- (d) Herdam a viúva e o pai em partes iguais.

Assuntos relacionados

Bens

Q.3195

Origem

De acordo com os princípios e preceitos do direito civil brasileiro, distinguem-se, perfeitamente, a nulidade absoluta e a nulidade relativa. Em sendo assim, é correto afirmar-se que:

OAB-DF :: OAB - II Exame 2001
OAB/DF
2001

- (a) A nulidade absoluta é alegável por qualquer interessado, ou mesmo pelo Ministério Público, quando lhe couber intervir, mas a anulabilidade do ato só é argüível pelos interessados;
- (b) O negócio jurídico anulável ou nulo não produz qualquer efeito válido.
- (c) A anulabilidade, diferentemente da nulidade, se mostra insuscetível de prevalecer por força do fenômeno prescricional.
- (d) O ato anulável pode ser pronunciado de ofício e o ato nulo pode ter sua nulidade suprida pelo juiz, se uma das partes assim postular.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

109.14 OAB-DF :: OAB - III Exame 2001

Q.3196

Origem

Destaque a afirmação correta:

OAB-DF :: OAB - III Exame 2001
OAB/DF
2001

- (a) Em situações excepcionais, a lei não distingue entre nacionais e estrangeiros quanto à aquisição e ao gozo dos direitos civis.
 - (b) Na proteção que o Código Civil confere aos incapazes se compreende o benefício de restituição.
 - (c) A teoria existencialista adotada pelo Código Civil se inspira na regra de que a personalidade civil do homem começa do nascimento com vida, ressaltados, contudo, os direitos do nascituro, desde a concepção.
 - (d) Registra-se no Registro Civil de Pessoas Naturais a emancipação por outorga do pai ou mãe, bem como por sentença judicial.
-

Assuntos relacionados

Capítulo 110

TRT 9ª

110.1 TRT 9ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.3197

Origem

EM RELAÇÃO À PRESCRIÇÃO E À DECADÊNCIA É CORRETO AFIRMAR QUE:

TRT 9ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 9ª
2001

I) Ambas não se confundem, apesar de passíveis de suspensão, pois, na prescrição ocorre a perda do direito de ação e na decadência, a perda do direito material.

II) Ocorre interrupção de prescrição na propositura de ação de evicção, computando-se o tempo já transcorrido antes da causa que a motivou.

III) A decadência é oponível "erga omnes", enquanto a prescrição não é oponível a certas pessoas, como menores de 16 anos e portadores de doença mental.

IV) São requisitos da prescrição e da decadência a inércia do titular de um direito e o decurso do tempo para o exercício desse mesmo direito, sendo que a decadência pode ser declarada "ex officio" pelo juiz.

- (a) I e IV estão incorretas.
- (b) II e IV estão corretas.
- (c) III e IV estão corretas.
- (d) Todas as alternativas estão corretas.
- (e) Nenhuma das alternativas está correta.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Q.3198

Origem

ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

TRT 9ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 9ª
2001

(a) A pronúncia da prescrição ou da decadência pelo juiz acarreta a extinção do processo sem julgamento do mérito.

(b) O juiz conhecerá, com ou sem a provocação das partes, a eventual ausência dos pressupostos processuais, condições da ação ou a existência de perempção, litispendência ou de coisa julgada.

(c) O juiz suspenderá o processo quando a sentença de mérito depender do julgamento de outra causa ou da declaração da existência ou inexistência da relação jurídica, que constitua o objeto principal de outro processo pendente, pelo prazo de até dois anos.

(d) A impossibilidade jurídica do pedido, embora acarrete a extinção do processo sem julgamento do mérito, não é causa de inépcia da petição inicial.

(e) Com a distribuição da petição inicial onde houver mais de uma vara ou com o despacho do juiz, considera-se proposta a ação, tornando prevento o Juízo e induzindo a litispendência.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Q.3199

Origem

PESSOA JURÍDICA. Em relação às sociedades civis, religiosas, morais, científicas ou literárias é correto afirmar que são:

TRT 9ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 9ª
2001

- (a) Pessoas jurídicas de direito natural.
- (b) Pessoas jurídicas de direito público.
- (c) Pessoas jurídicas de direito privado.
- (d) Pessoas jurídicas de direito misto.
- (e) Pessoas jurídicas de direito alternativo.

Assuntos relacionados

Pessoas jurídicas

Q.3200

Origem

ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA.

TRT 9ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 9ª
2001

I - Todos os meios legais de provas são admitidos para provar a verdade dos fatos em que se funda a ação, mas o documento particular, admitido expressa ou tacitamente, é indivisível, sendo defeso à parte que pretende se utilizar dele aceitar os fatos que lhe são favoráveis e recusar os que são contrários ao seu interesse, salvo se provar que estes não se verificaram.

II - Dentro do procedimento probatório, a única verdade que existe é a consubstanciada na prova dos autos, podendo o juiz, ao formar sua convicção, apreciar livremente a prova invocando a cognição privada por possuir conhecimento pessoal dos fatos, ante o preceituado no art. 335 do CPC, à exceção do exame pericial.

III - Todas as provas devem ser produzidas em audiência.

IV - É do autor o ônus da prova quanto ao fato constitutivo do seu direito e do réu quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

V - Os fatos notórios, os afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária, os admitidos no processo, como incontroversos e os não contestados não dependem de prova.

- (a) I e IV estão incorretas.
- (b) II, III e V estão corretas.
- (c) I, IV e V estão corretas.
- (d) II, IV e V estão incorretas.
- (e) Todas estão incorretas.

Assuntos relacionados

Provas

Q.3201

Origem

ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

I - Para a validade da sentença, é necessário constar o nome das partes, o resumo do pedido e da defesa, a apreciação das provas e a respectiva conclusão, não sendo o relatório a principal parte da mesma e sim o dispositivo que faz lei entre as partes.

II - Em relação à sentença, é considerado "extra petita" aquela que defere algum direito não postulado, enquanto que a "ultra petita" é aquela que defere além do que foi postulado.

III - A sentença faz coisa julgada em relação aos direitos constantes da parte dispositiva gerando coisa julgada material que é a eficácia que a torna imutável e indiscutível não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário.

IV - Preclusão é a perda do direito de praticar ato processual por decurso de prazo, enquanto que coisa julgada formal ocorre quando não mais se pode discutir no processo o que já se decidiu.

- (a) I e II estão corretas.
- (b) III e IV estão incorretas.
- (c) Todas estão corretas
- (d) Apenas I está incorreta.
- (e) Nenhuma das alternativas.

TRT 9ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 9ª
2001

Assuntos relacionados

Provas

Q.3202

Origem

EM RELAÇÃO AOS CONTRATOS DE COMODATO E MÚTUO, É CORRETO DIZER:

- (a) que comodato é o empréstimo de coisa imóvel. O mútuo é empréstimo de coisa móvel.
- (b) O comodato é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis. O mútuo é o empréstimo de coisas fungíveis.
- (c) O mútuo não transfere o domínio da coisa emprestada ao mutuário.
- (d) O comodato é o empréstimo de coisa móvel. O mútuo o empréstimo de coisa imóvel.
- (e) As letras "c" e "d" estão corretas.

TRT 9ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 9ª
2001

Assuntos relacionados

Contratos

Q.3203

Origem

ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA. QUANTO AOS JUROS DE MORA.

- (a) Os juros não convencionados não podem ultrapassar a taxa de 12(b) A taxa de juros moratórios, quando não convencionada, será de seis por cento ao ano.
- (c) A cobrança de juros de seis por cento ao ano exige convenção expressa.
- (d) As letras "a" e "c" estão corretas.
- (e) Nenhuma das alternativas anteriores.

TRT 9ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 9ª
2001

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3204

Origem

ASSINALAR A ALTERNATIVA CORRETA. Para sabermos se um ato jurídico é válido devemos analisar: I Se quem o praticou tinha capacidade. II Se seu objeto era lícito. III Se a forma foi prevista ou não proibida por lei. IV Se na declaração da vontade se atendeu mais ao sentido literal da linguagem que sua intenção.

TRT 9ª: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 9ª
2001

Assuntos relacionados

- (a) I e IV estão corretas.
- (b) II, III e IV estão corretas.
- (c) I e III são incorretas.
- (d) Apenas a IV está incorreta.
- (e) Todas alternativas são incorretas.

Direito civil

Q.3205

Origem

ASSINAR A ALTERNATIVA CORRETA.

TRT 9ª: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 9ª
2001

I - O começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e o direito de família são determinados pela lei do país em que a pessoa for residente.
II - A incapacidade absoluta para os menores poderá cessar por concessão do pai ou da mãe e por sentença do juiz, ouvido o tutor.
III - Os pródigos e silvícolas são absolutamente incapazes para certos atos ou à maneira de os exercer.
IV - Acaba a menoridade, ficando habilitado para todos os atos da vida civil aquele que completa 21 anos, contrai matrimônio ou cola grau científico em curso superior.

Assuntos relacionados

- (a) I e IV estão corretas.
- (b) II e IV estão incorretas.
- (c) II e III estão corretas.
- (d) Só IV está correta.
- (e) Todas as alternativas estão corretas.

Direito civil

Q.3206

Origem

ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

TRT 9ª: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 9ª
2001

- (a) Residência é o local onde a pessoa habita com a intenção de permanecer, enquanto habitação ou moradia é o local que a pessoa ocupa esporadicamente.
- (b) O domicílio compõe-se de dois elementos: o elemento objetivo, que é o local onde a pessoa se fixa, e o subjetivo, consistente na vontade de permanecer com ânimo definitivo.
- (c) Domicílio de eleição é o local onde a pessoa escolhe para exercer o seu direito de voto, normalmente coincidente com o local de residência da pessoa física.
- (d) O domicílio do itinerante é o local onde for encontrado e o do condenado, o local onde estiver cumprindo a pena.
- (e) A pessoa jurídica de direito privado pode ser demandada no domicílio da agência ou estabelecimento em que se praticou o ato.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3207

Origem

ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA. Caberá a consignação em pagamento:

- I) se o credor, sem justa causa, recusar a receber o pagamento, ou dar quitação na devida forma.
- II) Se o credor não for, nem mandar receber a coisa no lugar, tempo e condições devidas.
- III) Se ocorrer dúvida sobre quem deva legitimamente receber o objeto do pagamento.
- IV) Se pender litígio sobre o objeto do pagamento.
- V) Se houver concurso de preferência aberto contra o credor ou se este for incapaz de receber o pagamento.

- (a) Estão corretas as proposições I, III e IV.
- (b) Estão corretas as proposições II e III.
- (c) Estão corretas as proposições IV e V.
- (d) Estão corretas as proposições I, II, III e IV.
- (e) Estão corretas todas as proposições.

TRT 9ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 9ª
2001

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3208

Origem

CONSIDERANDO AS PROPOSIÇÕES SEGUINTESS, ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- I. Na aplicação da lei o juiz utiliza-se da subsunção e da integração. Através da integração o juiz enquadrará o fato concreto à norma abstrata, utilizando-se da interpretação. A subsunção ocorre quando o juiz ao enquadrar o fato concreto encontra lacuna legislativa e para resolução do caso utiliza-se da analogia, dos costumes e dos princípios gerais do direito.
- II. A interpretação autêntica é aquela desenvolvida pela doutrina, ou seja, pelos estudiosos do direito, juristas e professores.
- III. Ontológica é a interpretação que busca a finalidade da Lei, os seus objetivos.
- IV. Teleológica é a interpretação que busca a essência da lei, sua razão de ser.
- V. Lata é a interpretação cujo resultado restringe o objeto, por exemplo, na interpretação da palavra "alienar" apenas como "vender".

- (a) Estão corretas todas as proposições.
- (b) Estão corretas as proposições I e II.
- (c) Estão corretas as proposições III e IV.
- (d) Estão corretas as proposições III, IV e V.
- (e) Estão incorretas todas as proposições.

TRT 9ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 9ª
2001

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3209

Origem

EM RELAÇÃO À FIANÇA, É CORRETO AFIRMAR QUE:

- (a) a fiança dar-se-á por escrito e não admite interpretação extensiva.
- (b) De acordo com o novo ordenamento constitucional, a fiança de pessoas casadas não exige a outorga uxória.
- (c) Por todos os meios de prova se pode demonstrar a existência do contrato de fiança.
- (d) Corretas as alternativas "b" e "c".
- (e) Corretas as alternativas "a", "b" e "c".

TRT 9ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 9ª
2001

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3210

Origem

EM RELAÇÃO À PROCURAÇÃO, É CORRETA A SEGUINTE AFIRMAÇÃO:

TRT 9ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 9ª
2001

- (a) na procuração para o foro em geral está inserido o poder de transigir.
- (b) A procuração para o foro em geral não confere os poderes para atos que os exijam especiais.
- (c) a procuração para o foro em geral confere os poderes para atos que os exijam especiais.
- (d) As alternativas "a" e "c" estão corretas.
- (e) As alternativas "a" e "b" estão erradas.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3211

Origem

SÃO NULOS OS ATOS JURÍDICOS:

I - Quando praticados por pessoa absolutamente incapaz.

II - Que têm seu efeito negado por lei.

III - Que sejam praticados com inobservância de alguma solenidade que a Lei considere essencial para sua validade.

IV - Que sejam praticados em fraude contra credores.

TRT 9ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 9ª
2001

Assuntos relacionados

Direito civil

- (a) I e III estão corretas.
- (b) I e IV estão incorretas.
- (c) Apenas a IV esta incorreta.
- (d) Todas as alternativas são incorretas.
- (e) Todas as alternativas estão corretas.

Q.3212

Origem

CONSIDERANDO AS PROPOSIÇÕES SEGUINTE, ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

I. Negócios jurídicos neutros são aqueles que não podem ser incluídos na categoria dos onerosos, nem dos gratuitos, pois lhes falta atribuição patrimonial.

II. Negócios jurídicos bifrontes são aqueles que podem ser onerosos ou gratuitos, segundo a vontade das partes, como o mútuo e o mandato.

III. No ato jurídico em sentido estrito, os efeitos brotam da lei mais do que da vontade das partes, ou seja, os efeitos produzem-se mesmo que não tenham sido previstos ou queridos pelas partes, por isso diz-se que são *ex lege* mais do que *ex voluntate*.

IV. O dolo acidental ou *dolus incidens* não acarreta a anulação do negócio jurídico, obrigando apenas à satisfação das perdas e danos ou a uma redução da prestação convencionada.

V. O dolo praticado por terceiro, sem que o contratante favorecido o saiba, não invalida o negócio jurídico celebrado pelas partes contratantes.

TRT 9ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 9ª
2001

Assuntos relacionados

Direito civil

- (a) Estão corretas as proposições IV e V.
- (b) Estão corretas as proposições II, III, IV e V.
- (c) Estão corretas as proposições I, II e IV.
- (d) Estão corretas as proposições III, IV e V.
- (e) Estão corretas todas as proposições.

Q.3213

Origem

ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

TRT 9ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 9ª
2001

- (a) A contagem do prazo para a entrada em vigor das leis que estabeleçam período de vacância far-se-á com a inclusão da data de publicação e do último dia do prazo, entrando em vigor no dia seguinte à sua consumação integral.
- (b) Considera-se direito adquirido apenas aquele decorrente de um negócio jurídico fundado na lei vigente ao tempo em que foi praticado.
- (c) A revogação da lei comporta duas espécies: a ab-rogação ou revogação parcial da lei e a derrogação que é a supressão total da lei.
- (d) Uma vez revogada uma lei, não mais retorna à vida, mesmo quando a lei revogadora desaparece, salvo disposição em contrário, pois o direito brasileiro adota o princípio da repristinação das leis.
- (e) Recaindo em domingo ou feriado o último dia da contagem da *vacatio legis*, prorrogase o prazo até o dia útil seguinte.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Q.3214

Origem

ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

TRT 9ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 9ª
2001

- (a) A coação é a pressão física ou moral exercida contra alguma pessoa para induzi-la à realização de um negócio jurídico.
- (b) A coação exercida por terceiro não anula o negócio jurídico se o outro contratante dela não tiver conhecimento, ou seja, esteja realizando o negócio jurídico com boa-fé.
- (c) Nos negócios jurídicos onerosos para a configuração da fraude contra credores há necessidade da ocorrência conjunta do elemento objetivo - *eventus damni* e do elemento subjetivo - *consilium fraudis*.
- (d) A fraude contra credores, que causa a anulabilidade do negócio jurídico, deve ser atacada por ação pauliana ou revogatória.
- (e) Uma das espécies de simulação apontada pela doutrina é a inocente, a qual é realizada sem a intenção de prejudicar terceiros ou violar a lei, não constituindo defeito do negócio jurídico.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Capítulo 111

VUNESP

111.1 Estado-MS :: OAB

Q.3215

Extingue-se o processo com julgamento do mérito quando:

- (a) o juiz reconhecer a prescrição;
- (b) o juiz acolher a alegação de litispendência ou coisa julgada;
- (c) a ação for julgada intransmissível por disposição legal;
- (d) o autor desistir da ação ou ocorrer confusão entre autor e réu.

Origem

Estado-MS :: OAB
VUNESP
2001

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Q.3216

A prescrição:

- (a) em favor da União e suas autarquias independe sempre da alegação;
- (b) pode ser alegada na audiência de instrução e julgamento;
- (c) pode ser alegada até mesmo em recurso extraordinário ou especial;
- (d) não atinge créditos da União.

Origem

Estado-MS :: OAB
VUNESP
2001

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Q.3217

Benedito, maior e capaz, firmou declaração de dívida, em nome da sociedade civil, de que é proprietário de 90

- (a) a declaração é anulável, mas eficaz, ante o direito de propriedade de Benedito, que se elegeu diretor, ratificando, com isso, a declaração anterior;
- (b) a declaração é nula e ineficaz, tendo em vista que a sociedade manifestou sua vontade por seu verdadeiro proprietário;
- (c) a declaração é inexistente e ineficaz, temporariamente, porque Benedito, mesmo proprietário, não pode manifestar sua vontade, enquanto não for diretor da sociedade;
- (d) a declaração é inexistente e ineficaz, sem poder ratificar-se, porque a sociedade não manifestou sua vontade.

Origem

Estado-MS :: OAB
VUNESP
2001

Assuntos relacionados

Sociedade

Q.3218

Origem

Sobre o concubinato é incorreto dizer:

Estado-MS :: OAB
VUNESP
2001

- (a) para gerar direito à partilha dos bens adquiridos na constância da união estável, a concubina não mais depende da comprovação da sociedade de fato em virtude de previsão legal;
- (b) a concubina só pode pleitear indenização patrimonial que compense o esforço comum para amealhar patrimônio;
- (c) a união estável com objetivo de constituir família, pelo sistema vigente, é sempre considerada como entidade familiar, equiparando-se ao casamento em comunhão parcial de bens, salvo estipulação contrária entre os conviventes;
- (d) o direito de alimentos da concubina, dissolvida a união, é sempre o mesmo que tocara à esposa, pela atual sistemática protetiva.

Assuntos relacionados

Sociedade

Q.3219

Origem

"A" cometeu contra "B" um crime de homicídio. A família de "B" pretende receber indenização de "A" e ingressa com a ação competente. Marque a resposta que apresenta uma circunstância que impede a procedência da ação:

Estado-MS :: OAB
VUNESP
2001

- (a) "A" morreu logo após a sentença de pronúncia;
- (b) a sentença criminal absolveu o réu, por falta de provas;
- (c) "A" foi beneficiado com decreto de anistia;
- (d) a sentença criminal reconheceu que "A" cometeu o crime em legítima defesa.

Assuntos relacionados

Provas

Q.3220

Origem

Define-se posse justa como aquela:

Estado-MS :: OAB
VUNESP
2001

- (a) adquirida sem violência, clandestinidade ou precariedade;
- (b) transferida através de contrato, por exemplo, de locação;
- (c) exercida por uma pessoa em nome de outra;
- (d) exercida por ato de tolerância do proprietário.

Assuntos relacionados

Contratos

Q.3221

Origem

"A", "B" e "C" vendem a "D" o quadro "X" de Rafael, que deverá ser entregue dentro de 6 meses. Foi estipulado que, em caso de inadimplemento da obrigação, deveria ser paga multa de R\$ 90.000,00. Por ocasião do adimplemento da obrigação, "B" verificou que o quadro fora destruído juntamente com alguns objetos antigos, por descuido de "A". "D" ingressou em juízo, para pleitear seus direitos, contra "A", "B" e "C" para receber a multa de R\$ 90.000,00. Os devedores rebelaram-se contra isso, apresentando a seguinte defesa:

Estado-MS :: OAB
VUNESP
2001

Assuntos relacionados

Direito civil

- (a) a ação só poderia ser demandada contra o culpado, pois os demais co-devedores solidários não têm direito à ação regressiva;
- (b) apenas o culpado incorre na pena e proporcionalmente à sua parte, por ser solidária a obrigação;
- (c) por ser indivisível a obrigação, todos os devedores, caindo em falta um deles, incorrerão na pena, mas esta só poderá ser exigida integralmente do culpado, pois os demais responderão apenas pela sua quota, tendo ação regressiva contra o que deu causa à aplicação da pena;
- (d) todos os co-devedores, culpados ou não, estão isentos de cumprir a cláusula penal, por ser ela excessiva.

Q.3222

Origem

Quando o alienante retém a coisa em suas mãos por um outro título, ao invés de proceder a entrega da mesma, temos:

Estado-MS :: OAB
VUNESP
2001

- (a) tradição real;
- (b) constituto possessório;
- (c) retenção indevida;
- (d) compensação real.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3223

Origem

Assinale a opção falsa :

Estado-MS :: OAB
VUNESP
2001

- (a) qualquer dos contratantes terá direito, ad nutum, de rescindir mandato, sem o consenso do outro, sem qualquer justificativa, mediante simples manifestação volitiva unilateral, salvo se houver convenção proibindo sua revogação pelo mandante;
- (b) o substabelecimento é a outorga de poderes representativos recebidos pelo mandatário a um terceiro de sua confiança que o substitui na execução do mandato;
- (c) o mandato é uma representação legal, logo os negócios reputar-se-ão válidos em relação ao mandante, mesmo sem qualquer ratificação, uma vez que o mandatário é seu representante ex lege;
- (d) se vários procuradores forem constituídos para a mesma causa e pela mesma pessoa e se um deles puder agir na falta do outro pela ordem de nomeação, o mandato será "plural substitutivo".

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3224

Origem

"A" domiciliado em Curitiba é proprietário de um sítio em Londrina, onde mantém um caseiro "B". "A" arrendou parte deste sítio a "C", que plantou neste local arrendado um alqueire de cana:

Estado-MS :: OAB
VUNESP
2001

- (a) A é possuidor indireto; B é possuidor direto; C é possuidor ilegítimo, mas de boa-fé, com direito de retenção sobre a benfeitoria feita;
- (b) A é possuidor direto; B é possuidor indireto; C é possuidor de boa-fé, mas sem direito de retenção pela acessão realizada;
- (c) A é possuidor indireto; B é detentor; C é possuidor legítimo, de boa-fé, com direito de retenção pela acessão feita;
- (d) A e B são possuidores diretos; C é possuidor de boa-fé, mas sem direito de retenção pela acessão realizada.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3225

Origem

Quanto ao mandato não é possível dizer que:

Estado-MS :: OAB
VUNESP
2001

- (a) pode ser expresso ou tácito, verbal ou escrito, especial ou geral;
- (b) para os atos que exigem instrumento público ou particular exige-se mandato escrito;
- (c) o mandato em termos gerais não confere poderes que extrapolam a administração;
- (d) não pode o mandante impugnar os atos praticados em seu nome sem poderes suficientes.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3226

Origem

"A" doa um terreno a "B", com a cláusula de que deverá destiná-lo à construção de um hospital. Trata-se de doação:

Estado-MS :: OAB
VUNESP
2001

- (a) com encargo;
- (b) sob condição resolutiva;
- (c) sob condição promiscua;
- (d) sob condição suspensiva.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3227

Origem

Não são absolutamente incapazes:

Estado-MS :: OAB
VUNESP
2001

- (a) os surdo-mudos que puderem exprimir sua vontade;
- (b) os menores de 16 anos;
- (c) os loucos de todo gênero;
- (d) os ausentes declarados tais por ato do juiz. 1851

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3228

Origem

Antônio tem 31 anos de serviço público, existindo lei que autoriza a aposentadoria aos 30 anos de serviço. Edita-se lei nova que só admite aposentadoria aos 35 anos de serviço público:

Estado-MS :: OAB
VUNESP
2001

- (a) Antônio tem direito de aposentar-se, mas fica impedido ante a lei nova;
- (b) Antônio não tem direito de aposentar-se, porque não exerceu direito sob a vigência da lei antiga;
- (c) Antônio tem direito de aposentar-se e pode exercer esse direito sob a vigência da lei nova, com fundamento na lei antiga;
- (d) Antônio tem direito de aposentar-se, mas sob a vigência da Lei antiga.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3229

Origem

Emerson Alberto invade a propriedade de Carlos Odilon que de imediato percebe e toma providências no sentido de, usando de sua força física, expulsar o invasor. Para tanto espanca à exaustão o fraco Emerson. No caso em apreço pode-se dizer que Carlos:

Estado-MS :: OAB
VUNESP
2001

- (a) agiu corretamente pois agiu em legítima defesa de sua posse;
- (b) a princípio estava correto, porém agiu com excesso ao espancar Emerson;
- (c) a qualquer tempo poderia praticar os atos de desforço e por isso precipitou-se a levá-los a cabo;
- (d) jamais poderia praticar estes atos de desforço, devendo de imediato recorrer às vias judiciais competentes.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3230

Origem

São imprescritíveis as ações que versam sobre:

Estado-MS :: OAB
VUNESP
2001

- (a) prestação vencida de renda temporária ou vitalícia;
- (b) estado de pessoa, como, por exemplo, filiação e cidadania, salvo os direitos patrimoniais dele decorrentes;
- (c) reparação de dano causado por fato do produto ou do serviço;
- (d) prestação acessória vencida, pagável por período não excedente a um ano.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3231

Origem

Assinale a alternativa falsa :

Estado-MS :: OAB
VUNESP
2001

- (a) é lícito formular pedido genérico nas ações universais, se o autor não puder individuar os bens demandados e quando não for possível determinar de modo definitivo as consequências do ato ou fato ilícito;
- (b) é lícito formular pedido genérico quando a determinação do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo réu;
- (c) o pedido deve ser sempre certo ou determinado, sem exceção;
- (d) é lícito formular mais de um pedido em ordem sucessiva.

Assuntos relacionados

Bens

Q.3232

Origem

"A", devedor, entregou ao credor "B", como garantia do cumprimento da obrigação assumida, um bem móvel. Houve entre as partes um negócio jurídico chamado:

Estado-MS :: OAB
VUNESP
2001

- (a) anticrese;
- (b) penhor;
- (c) hipoteca;
- (d) garantia fiduciária.

Assuntos relacionados

Negócio jurídico

Parte X

2000

Capítulo 112

OAB/DF

112.1 OAB-DF :: OAB - II Exame 2000

Q.3233

Assinale a alternativa correta:

- (a) As obrigações contraídas por menores, relativamente incapazes, são anuláveis, quando resultarem de atos por eles praticados, sem autorização de seus legítimos representantes;
- (b) Constitui ato ilícito a deterioração ou destruição de coisa alheia, a fim de remover perigo iminente;
- (c) Anulado o ato, as partes serão obrigatoriamente indenizadas, vedada a restituição ao estado em que antes dele se encontravam;
- (d) Todas as alternativas são incorretas;

Origem

OAB-DF :: OAB - II Exame 2000
OAB/DF
2000

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

112.2 OAB-DF :: OAB - I Exame 2000

Q.3234

Assinale a alternativa incorreta:

- (a) no regime de comunhão parcial de bens excluem-se da comunhão os bens que cada cônjuge possuir antes do casamento;
- (b) no regime de comunhão parcial de bens, entram na divisão os bens adquiridos na constância do casamento por título oneroso, ainda que adquiridos em nome de um só dos cônjuges;
- (c) no regime de comunhão parcial de bens presumem-se adquiridos na constância do casamento os bens móveis, se não houver prova documental de que foram adquiridos antes do casamento;
- (d) no regime de separação de bens, cada cônjuge poderá dispor de seus bens imóveis adquiridos antes do casamento independente de outorga do outro;

Origem

OAB-DF :: OAB - I Exame 2000
OAB/DF
2000

Assuntos relacionados

Casamento

Q.3235

Origem

Qual o foro competente para a ação de reparação de danos:

OAB-DF :: OAB - I Exame 2000
OAB/DF
2000

- (a) do domicílio do autor;
- (b) do domicílio do réu;
- (c) do lugar em que ocorreu o fato;
- (d) nenhuma das alternativas está correta;

Assuntos relacionados

Domicílio

112.3 OAB-DF :: OAB - II Exame 2000

Q.3236

Origem

Assinale a alternativa correta:

OAB-DF :: OAB - II Exame 2000
OAB/DF
2000

- (a) A manifestação de vontade das partes nos contratos pode ser tácita, quando a lei não exigir que seja expressa;
- (b) O contrato de compra e venda é anulável quando deixa ao arbítrio exclusivo do comprador ou vendedor a fixação do preço;
- (c) A herança de pessoa viva pode ser objeto de contrato;
- (d) Todas as alternativas são incorretas;

Assuntos relacionados

Contratos

112.4 OAB-DF :: OAB - I Exame 2000

Q.3237

Origem

Consideram-se bens imóveis para todos os efeitos legais:

OAB-DF :: OAB - I Exame 2000
OAB/DF
2000

- (a) o direito à sucessão aberta;
- (b) os direitos do autor;
- (c) os direitos reais sobre objetos móveis e ações correspondentes;
- (d) nenhuma das alternativas está correta.

Assuntos relacionados

Direitos reais

Q.3238

Origem

As ações relativas a direitos reais prescrevem em:

OAB-DF :: OAB - I Exame 2000
OAB/DF
2000

- (a) vinte anos, contados da data em que poderiam ter sido propostas;
- (b) trinta anos, quando as partes residirem em localidades diversas;
- (c) dez anos, entre presentes e quinze entre ausentes, contados da data em que deveriam ter sido propostas;
- (d) nenhuma das alternativas está correta;

Assuntos relacionados

Direitos reais

Q.3239**Origem**

A validade dos atos jurídicos requer:

OAB-DF :: OAB - I Exame 2000
OAB/DF
2000

- (a) personalidade;
- (b) agente capaz, objeto lícito e forma prescrita em lei;
- (c) instrumento público firmado pelas partes;
- (d) nenhuma das alternativas está correta;

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3240**Origem**

O direito de propor a ação rescisória extingue-se:

OAB-DF :: OAB - I Exame 2000
OAB/DF
2000

- (a) em um ano, contado do trânsito em julgado da decisão;
- (b) em dois anos, contados do trânsito em julgado da decisão;
- (c) em cinco anos, contados do trânsito em julgado da decisão;
- (d) não há prazo para a propositura da ação rescisória.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3241**Origem**

A emancipação do menor de 21 e um anos e maior de 18 anos constitui forma de cessação de incapacidade civil, pela qual:

OAB-DF :: OAB - I Exame 2000
OAB/DF
2000

- (a) os pais conferem ao filho a outorga de capacidade civil por tempo determinado, que pode ser revogada enquanto não alcançada a maioridade civil;
- (b) os pais autorizam o filho a praticar atos da vida civil por eles assistidos;
- (c) os pais outorgam ao filho, no exercício do pátrio poder, capacidade civil mediante escritura pública irrevogável, inscrita no registro civil competente;
- (d) nenhuma das alternativas está correta;

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3242**Origem**

O credor que demandar por dívida integralmente paga fica obrigado:

OAB-DF :: OAB - I Exame 2000
OAB/DF
2000

- (a) a pagar ao demandado o dobro do que foi cobrado;
- (b) a restituir o equivalente ao que exigiu;
- (c) a responder apenas pelas custas e honorários de advogado;
- (d) nenhuma das alternativas está correta;

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3243**Origem**

O agravo de instrumento contra decisão interlocutória é interposto:

OAB-DF :: OAB - I Exame 2000
OAB/DF
2000

- (a) perante o juiz da causa, em petição fundamentada;
- (b) perante o Presidente do Tribunal competente, em petição contendo os requisitos do art. 524 do CPC;
- (c) em petição dirigida ao Presidente do Tribunal competente contendo as peças que o agravante entender necessárias;
- (d) nenhuma das alternativas está correta.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3244**Origem**

São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

OAB-DF :: OAB - I Exame 2000
OAB/DF
2000

- (a) os menores de 18 anos;
- (b) os silvícolas;
- (c) os pródigos;
- (d) nenhuma das alternativas está correta.

Assuntos relacionados

Direito civil

112.5 OAB-DF :: OAB - II Exame 2000**Q.3245****Origem**

Tem início a personalidade civil:

OAB-DF :: OAB - II Exame 2000
OAB/DF
2000

- (a) Com o registro no Cartório Civil;
- (b) Desde o nascimento com vida;
- (c) A partir da concepção;
- (d) Nenhuma das alternativas está correta;

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3246**Origem**

Assinale a alternativa correta:

OAB-DF :: OAB - II Exame 2000
OAB/DF
2000

- (a) A obrigação solidária não se presume, resulta da lei ou da vontade das partes;
- (b) Quando a cominação decorrer de cláusula penal, o seu valor poderá exceder o da obrigação principal;
- (c) Credor que propõe ação contra um dos devedores solidários fica impedido de fazê-lo contra os outros;
- (d) Todas as alternativas estão incorretas;

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3247**Origem**

Assinale a alternativa incorreta:

OAB-DF :: OAB - II Exame 2000
OAB/DF
2000

- (a) Extingue-se o direito de propor ação rescisória em cinco anos, contados do trânsito em julgado da decisão;
- (b) Prescreve em um ano, a ação do filho, para desobrigar e reivindicar os imóveis de sua propriedade, alienados pelo pai, fora dos casos expressamente previstos em lei;
- (c) As ações sobre direitos reais, prescrevem em 10 (dez) anos, entre presentes e 15 (quinze) anos entre ausentes, contados da data em que poderiam ter sido propostas;
- (d) A citação realizada com vício de forma não interrompe a prescrição;

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3248

Origem

São incapazes absolutamente de praticar determinados atos da vida civil:

OAB-DF :: OAB - II Exame 2000
OAB/DF
2000

- (a) Os maiores de dezesesseis anos e menores de 21 anos;
- (b) Os ausentes, quando declarados por decisão judicial;
- (c) Os pródigos;
- (d) Os silvícolas;

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3249

Origem

Assinale a alternativa incorreta:

OAB-DF :: OAB - II Exame 2000
OAB/DF
2000

- (a) O possuidor tem direito de ser mantido na posse em caso de turbação e reintegrado em caso de esbulho;
- (b) Considera-se possuidor aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções;
- (c) O Código Civil reconhece como justa a posse que não for violenta, clandestina ou precária;
- (d) A posse de terras públicas não autoriza a aquisição da propriedade através de usucapião;

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3250

Origem

Considera-se nulo o ato jurídico quando:

OAB-DF :: OAB - II Exame 2000
OAB/DF
2000

- (a) For relativamente incapaz o agente que o praticou;
- (b) Praticado com vício resultante de erro, dolo, coação, simulação ou fraude;
- (c) For preterida alguma solenidade que a lei considere como essencial para a sua validade;
- (d) Nenhuma das alternativas é verdadeira;

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3251

Origem

Assinale a alternativa correta:

OAB-DF :: OAB - II Exame 2000
OAB/DF
2000

- I) O ato jurídico para ter validade requer agente capaz, objeto lícito e forma prescrita ou não proibida em lei;
- II) Nas declarações de vontade se atenderá mais a sua intenção que ao sentido literal da linguagem;
- III) O ato jurídico é anulável quando for ilícito ou impossível o seu objeto;
- IV) A validade das declarações de vontade não dependerá de forma especial, salvo quando a lei a exigir de forma expressa;

Assuntos relacionados

Direito civil

- (a) Somente o item I está correto;
- (b) Os itens I e II estão corretos;
- (c) Os itens I, II e IV estão corretos;
- (d) Todos os itens estão corretos;

112.6 OAB-DF :: OAB - I Exame 2000

Q.3252

Origem

No direito brasileiro adquire-se a propriedade de bens imóveis:

OAB-DF :: OAB - I Exame 2000
OAB/DF
2000

- (a) pela compra e venda realizada através de escritura pública;
- (b) pela transcrição do título de transferência no cartório do registro de imóveis;
- (c) pelo instrumento particular ou público de promessa de compra e venda;
- (d) nenhuma das alternativas está correta;

Assuntos relacionados

Bens

112.7 OAB-DF :: OAB - II Exame 2000

Q.3253

Origem

Adquire-se a propriedade de bens imóveis:

OAB-DF :: OAB - II Exame 2000
OAB/DF
2000

- I) Através da escritura pública de compra e venda lavrada em cartório;
- II) Pela acessão;
- III) Pelo direito hereditário;
- IV) Pela transcrição do título de transferência no cartório do registro de imóveis;

Assuntos relacionados

Bens

- (a) Todos os itens estão corretos;
 - (b) Somente o item I está correto;
 - (c) Somente os itens I, II e III estão corretos;
 - (d) Somente os itens II, III e IV estão corretos;
-

Capítulo 113

TRT 12^a

113.1 TRT 12^a:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.3254

Origem

Analise as proposições abaixo:

- I - a responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo, todavia, questionar mais sobre a existência do fato ou de quem seja o autor, quando estas questões se acharem decididas no crime;
- II - em qualquer caso, o direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la transmitem-se com a herança;
- III - aquele que ressarcir o dano causado por outrem, se este não for descendente seu, pode reaver, daquele por quem pagou, o que houver pago;
- IV - o dono ou detentor do animal ressarcirá o dano por este causado se não provar que o guardava e vigiava com o cuidado preciso;
- V - aquele que habitar uma casa, ou parte dela, responde pelo dano proveniente das coisas, que dela caírem ou forem lançadas em lugar indevido. Assinale a alternativa correta:

- (a) incorretas as proposições I, II e III
- (b) incorretas as proposições II, III e IV
- (c) incorretas as proposições III, IV e V
- (d) incorretas as proposições II, IV e V (E) n.d.a.

TRT 12^a:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 12^a
2000

Assuntos relacionados

Responsabilidade civil

Q.3255

Origem

Considere as seguintes assertivas:

- I - em qualquer caso, na obrigação de fazer o credor é obrigado a aceitar de terceiro a prestação;
- II - nas obrigações negativas, o devedor fica constituído em mora desde o dia em que executar o ato de que se devia abster;
- III - nas obrigações alternativas a escolha cabe ao devedor, se outra coisa não se estipulou;
- IV - o pagamento feito a um dos credores solidários extingue inteiramente a dívida. O mesmo efeito resulta da novação, da compensação e da remissão;
- V - se houver vários devedores, sendo a obrigação indivisível, cada um deles será obrigado pelo débito todo. Assinale a alternativa correta:

- (a) todas as proposições estão corretas
- (b) apenas as proposições I e II estão corretas
- (c) apenas as proposições I, II e III estão corretas
- (d) incorretas as proposições I, III e V
- (e) incorreta apenas a proposição I

TRT 12^a:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 12^a
2000

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

Q.3256

Origem

Analise as assertivas abaixo, indicando a alternativa correta:

- I - denomina-se de capacidade de gozo ou de direito a aptidão da pessoa para adquirir direitos e contrair obrigações na vida civil;
II - denomina-se de capacidade de fato ou de exercício a aptidão da pessoa para exercer por si os atos da vida civil;
III - a capacidade de exercício pressupõe a de gozo, mas esta pode subsistir sem a de fato ou de exercício;
IV - são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil, entre outros, os menores de dezesesseis anos e os ausentes e declarados tais por ato do juiz;
V - são incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer, entre outros, os pródigos e os maiores de dezesesseis e os menores de vinte e um anos.

- (a) todas as proposições estão corretas
(b) estão corretas apenas as proposições I, II e V
(c) está incorreta apenas a proposição II
(d) estão incorretas apenas as proposições I e II
(e) estão incorretas apenas as proposições I, II e III

TRT 12ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 12ª
2000

Assuntos relacionados

Modalidades de obrigações

Q.3257

Origem

Leia atentamente as assertivas abaixo e aponte a alternativa correta:

- I - ao juiz é vedado determinar a produção de provas não requerida pelas partes;
II - é nula a convenção feita entre as partes no sentido de distribuir de maneira diversa o ônus da prova;
III - a confissão extrajudicial feita por escrito à parte ou a quem a represente não tem a mesma eficácia probatória da confissão judicial;
IV - o princípio da inércia impede que o juiz determine, de ofício, que a parte exiba a coisa que se ache em seu poder;
V - o juiz pode, de ofício, em qualquer estado do processo, determinar o comparecimento pessoal das partes, a fim de interrogá-las sobre os fatos da causa.

- (a) são incorretas as assertivas I, II e IV
(b) são incorretas as assertivas III, IV e V
(c) são incorretas as assertivas II, III e IV
(d) são incorretas as assertivas I, III, e IV
(e) n.d.a.

TRT 12ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 12ª
2000

Assuntos relacionados

Provas

Q.3258

Origem

Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta:

I - a residência da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece o seu domicílio com ânimo definitivo;

II - muda-se a residência transferindo o domicílio, com intenção manifesta de a mudar;

III - o domicílio do militar em serviço ativo é do lugar da sede do comando militar ao qual está ligado;

IV - tendo a pessoa jurídica de direito privado diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um será considerado domicílio para os atos nele praticados;

V - ter-se-á domicílio voluntário quando escolhido livremente, podendo ser "geral", se fixado pela própria vontade do indivíduo quando capaz, e "especial", se estabelecido conforme os interesses das partes em um contrato. Assinale a alternativa correta:

- (a) apenas a proposição IV está correta
- (b) apenas a proposição V está correta
- (c) estão corretas apenas as proposições IV e V
- (d) estão corretas as proposições I, II, IV e V
- (e) todas as proposições estão incorretas.

TRT 12ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 12ª
2000

Assuntos relacionados

Domicílio

Q.3259

Origem

Considere as seguintes proposições:

I - a validade dos atos jurídicos requer agente capaz, objeto lícito e forma prescrita ou não defesa em lei;

II - têm por finalidades os atos lícitos: aquisição de direitos, defesa dos direitos, modificação dos direitos e extinção dos direitos;

III - o dolo accidental obriga a satisfação de perdas e danos e lucros cessantes;

IV - o ato pode também ser anulado por dolo de terceiro, se uma das partes o soube;

V - são nulos os atos jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial. São corretas as alternativas:

- (a) I, II e III
- (b) I, II e IV
- (c) I, III e V
- (d) I e II
- (e) n.d.a.

TRT 12ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 12ª
2000

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3260

Origem

Sobre a mora e o inadimplemento não é correto afirmar:

TRT 12ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 12ª
2000

- (a) purga-se a mora, por parte do devedor e do credor, renunciando aquele que se julgar por ela prejudicado os direitos que da mesma lhe provierem;
- (b) configura-se a *mora solvendi* quando o devedor não cumprir, por culpa sua, a prestação devida na forma, tempo e lugar estipulados;
- (c) o inadimplemento da obrigação, positivo e líquida, no seu termo constitui de pleno direito em mora o devedor;
- (d) a mora do credor subtrai o devedor isento de dolo à responsabilidade pela conservação da coisa, obriga o credor a ressarcir as despesas empregadas em conservá-la, e sujeita-o a recebê-la pela sua mais alta estimação, se o seu valor oscilar entre o tempo do contrato e o do pagamento;
- (e) considera-se em mora o credor que não efetuar o pagamento e o devedor que não o quis receber no tempo, lugar e forma convencionados.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3261

Origem

Das proposições abaixo, aponte a incorreta:

TRT 12ª:: Juiz do Trabalho
Substituto
TRT 12ª
2000

- (a) a transação interpreta-se restritivamente;
- (b) não estipulada cláusula penal conjuntamente com a obrigação, poderá ser estipulada por ato posterior;
- (c) poderá o credor eximir-se da cláusula penal alegando ser excessiva;
- (d) a compensação efetua-se entre dívidas líquidas, vencidas e de coisas fungíveis;
- (e) trata-se a novação de ato que cria uma nova obrigação, destinada a extinguir a precedente, substituindo-a.

Assuntos relacionados

Direito civil

Capítulo 114

TRT 1ª

114.1 TRT 1ª:: Juiz - 1ªetapa

Q.3262

Origem

Assinale a proposição correta. Estabelece a lei que, na proteção conferida aos incapazes, não se compreende o benefício da restituição:

TRT 1ª:: Juiz - 1ªetapa
TRT 1ª
2000

- (a) Para dar segurança aos atos praticados em nome do incapaz, por seu representante;
- (b) Para excluir a responsabilidade patrimonial do incapaz, em caso de ação lesiva de seu representante;
- (c) Para evitar que o incapaz fosse obrigado a restituir o legado recebido em excesso de legítima;
- (d) Para que a restituição, em caso de excesso de legítima, fique limitada à metade do patrimônio do testador;
- (e) Para que não se restabeleçam os atos praticados pelo representante anterior do incapaz, quando destituído o atual curador.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3263

Origem

São absolutamente incapazes, em conformidade com o art. 5º, do Código Civil brasileiro, exceto:

TRT 1ª:: Juiz - 1ªetapa
TRT 1ª
2000

- (a) Os menores de dezesseis anos;
- (b) Os pródigos;
- (c) Os surdos-mudos, que não puderem exprimir a sua vontade;
- (d) Os ausentes, declarados tais por ato do juiz;
- (e) Os loucos de todo o gênero.1920

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3264

Origem

No que se refere à obrigação de dar, prevista no Livro III do Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa incorreta:

TRT 1ª.: Juiz - 1ªetapa
TRT 1ª
2000

- (a) Se a coisa certa se perde, sem culpa do devedor, antes da tradição, ou pendente a condição suspensiva, ficará resolvida a obrigação para ambas as partes;
- (b) Sendo deteriorada a coisa certa por culpa do devedor, o credor poderá exigir o equivalente, ou aceitar a coisa no estado em que se acha, podendo ainda reclamar, apenas nesta segunda hipótese, indenização por perdas e danos;
- (c) Se a coisa certa, a ser restituída, perder-se, sem culpa do devedor, antes da tradição, sofrerá o credor a perda, e a obrigação se resolverá, salvos, porém, a ele os seus direitos até o dia da perda;
- (d) Relativamente à coisa incerta, antes da escolha, o devedor não poderá alegar a perda ou deterioração da coisa, ainda que por força maior ou caso fortuito;
- (e) A coisa incerta será indicada, ao menos, pela quantidade e pelo gênero.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3265

Origem

Acaba a menoridade, ficando o indivíduo habilitado para todos os atos da vida civil:

TRT 1ª.: Juiz - 1ªetapa
TRT 1ª
2000

- (a) Pelo casamento;
- (b) Ao completar vinte e um anos;
- (c) Por concessão do pai ou da mãe;
- (d) Por sentença judicial;
- (e) Todas as respostas acima estão corretas.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3266

Origem

Assinale a proposição correta. No Direito Civil, a plena capacidade de direito, ou seja, a possibilidade de adquirir direitos e contrair obrigações conquista-se:

TRT 1ª.: Juiz - 1ªetapa
TRT 1ª
2000

- (a) Com a maioridade, aos 16 anos;
- (b) Com a maioridade, aos 18 anos;
- (c) Com a maioridade, aos 21 anos;
- (d) Desde a concepção, postos a salvo os direitos do nascituro;
- (e) Desde o nascimento com vida.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3267

Origem

Não corre a prescrição:

- I - contra os ausentes do Brasil em serviço público dos Municípios;
- II - entre ascendentes e descendentes, durante o pátrio poder;
- III - entre cônjuges, na constância do matrimônio;
- IV - pendendo ação de evicção; Tendo em vista as proposições acima, marque a alternativa correta, dentre as que se seguem:

TRT 1ª:: Juiz - 1ªetapa
TRT 1ª
2000

Assuntos relacionados

Direito civil

- (a) Estão corretas apenas as proposições II e III;
- (b) Está correta apenas a proposição III;
- (c) Estão corretas as proposições I, II e III;
- (d) Todas as proposições estão corretas;
- (e) Está incorreta apenas a proposição III.

Q.3268

Origem

Quanto às obrigações alternativas, assinale a opção correta:

TRT 1ª:: Juiz - 1ªetapa
TRT 1ª
2000

Assuntos relacionados

Direito civil

- (a) A escolha sempre caberá ao devedor;
 - (b) O devedor poderá obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra;
 - (c) Quando a obrigação for de prestações anuais, o devedor não terá o direito de exercer, a cada ano, a opção, uma vez procedida à primeira escolha;
 - (d) Se uma das duas prestações se tornar inexecutível, a obrigação se resolverá;
 - (e) Se, por culpa do devedor, não se puder cumprir nenhuma das obrigações, não competindo ao credor a escolha, o devedor ficará obrigado a pagar o valor da prestação que por último se impossibilitou, mais as perdas e danos que o caso determinar.
-

Capítulo 115

TRT 2ª

115.1 TRT 2ª:: Magistratura do trabalho - 2ªetapa

Q.3269

Origem

Nas obrigações solidárias a transação:

TRT 2ª:: Magistratura do
trabalho - 2ªetapa
TRT 2ª
2000

- (a) concluída entre um dos credores e o devedor extingue a obrigação deste apenas para com o credor transigente;
- (b) concluída entre um dos credores e o devedor extingue a obrigação deste para como todos os credores;
- (c) só é válida se envolver todos os obrigados;
- (d) só é válida se envolver todos os obrigados;

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3270

Origem

O pagamento de indenização:

TRT 2ª:: Magistratura do
trabalho - 2ªetapa
TRT 2ª
2000

- (a) supõe a ilicitude do ato e a culpabilidade do agente;
- (b) pode ocorrer mesmo quando o ato praticado é considerado lícito pelo ordenamento jurídico;
- (c) tem em regra seu valor agravado quando o ato é praticado com dolo e não apenas com culpa;
- (d) não pode ser exigido quando o ato é praticado por pessoas incapazes;

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3271

Origem

A coação violenta é causa de:

TRT 2ª:: Magistratura do
trabalho - 2ªetapa
TRT 2ª
2000

- (a) inexistência do ato;
- (b) nulidade do ato;
- (c) anulabilidade do ato;
- (d) ineficácia do ato;

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3272

Origem

O ato anulável:

TRT 2ª:: Magistratura do
trabalho - 2ªetapa
TRT 2ª
2000

- (a) deve ser ratificado de forma expressa, vigorando a ratificação ex nunc;
- (b) pode ser ratificado de forma expressa, sendo desnecessária ratificação quando cumprida a obrigação, com ciência do vício que a inquinava;
- (c) a ratificação expressa não importa renúncia das impugnações ou exceções de que poderia dispor o devedor contra o ato ratificado;
- (d) a novação não é meio próprio para confirmação de obrigação anulável;

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3273

Origem

A proposta de contrato:

TRT 2ª:: Magistratura do
trabalho - 2ªetapa
TRT 2ª
2000

- (a) não obriga o proponente, salvo se o contrário resultar dos termos dela;
- (b) não obriga o proponente antes de celebrado o contrato;
- (c) obriga, em regra, o proponente;
- (d) obriga sempre o proponente;

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3274

Origem

A prescrição:

TRT 2ª:: Magistratura do
trabalho - 2ªetapa
TRT 2ª
2000

- (a) comporta renúncia tácita ou expressa, mas apenas depois de consumada;
- (b) comporta renúncia tácita ou expressa, antes ou depois de consumada;
- (c) comporta renúncia expressa, mas não tácita, e somente depois de consumada;
- (d) comporta renúncia expressa, mas não tácita, antes ou depois de consumada;

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3275

Origem

Advogado devidamente constituído retirou os autos em Cartório (Secretaria) e os reteve por seis meses. Intimado a devolver referidos autos em 24 horas, só o fez decorridos cinco dias. Houve comunicação à Ordem dos Advogados do Brasil - OAB. A retenção dos autos devolvidos depois do prazo assinado pelo Juiz:

TRT 2ª:: Magistratura do
trabalho - 2ªetapa
TRT 2ª
2000

- (a) sujeita o advogado apenas a comunicação administrativa e multa e não configura crime ou tentativa de crime;
- (b) tipifica a tentativa de crime;
- (c) caracteriza, com a devolução intempestiva, arrependimento eficaz não passível de outras cominações;
- (d) caracteriza-se como crime contra a Administração da Justiça.

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3276

Origem

Cumprida parcialmente a obrigação, a pena estipulada para o caso de mora ou de inadimplemento:

TRT 2ª:: Magistratura do
trabalho - 2ªetapa
TRT 2ª
2000

- (a) não pode ser reduzida pelo juiz, em respeito ao ato jurídico perfeito;
- (b) só pode ser reduzida por novo acordo das partes, em respeito à força obrigatória do contrato;
- (c) poderá ser reduzida proporcionalmente pelo juiz;
- (d) fica prejudicada, por ser exigível apenas no caso de inadimplemento integral;

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3277

Origem

A indenização por dano moral, segundo a jurisprudência:

TRT 2ª:: Magistratura do
trabalho - 2ªetapa
TRT 2ª
2000

- (a) pode ser cumulada com a indenização por dano material, mas não beneficia pessoa jurídica;
- (b) não pode ser cumulada com indenização por dano material, mas beneficia pessoa jurídica;
- (c) não pode ser cumulada com a indenização por dano material e beneficia também pessoa jurídica;
- (d) pode ser cumulada com a indenização por dano material e beneficia também pessoa jurídica;

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3278

Origem

Adquire-se a propriedade imóvel:

TRT 2ª:: Magistratura do
trabalho - 2ªetapa
TRT 2ª
2000

- (a) pelo contrato de compra e venda, pelo usucapião e pelo dinheiro hereditário;
- (b) pelo contrato de compra e venda, pela acessão e pelo usucapião;
- (c) pela transcrição do título próprio do registro competente, pela acessão e por dinheiro hereditário;
- (d) pela transcrição do título próprio no registro competente, por doação, pelo usucapião e por direito hereditário;

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3279

Origem

Em ação cautelar, deferida liminarmente produção antecipada de prova e julgada procedente a ação:

TRT 2ª:: Magistratura do
trabalho - 2ªetapa
TRT 2ª
2000

- (a) deve o autor propor a ação principal no prazo máximo de trinta dias, a partir do ajuizamento da ação cautelar, sob perda de eficácia da medida cautelar deferida;
- (b) deve o autor propor a ação principal no prazo máximo de trinta dias, a partir do deferimento da liminar, sob pena de perda de eficácia da medida cautelar deferida;
- (c) deve o autor propor a ação principal no prazo máximo de trinta dias, a partir da sentença de procedência da cautelar, sob pena de perda de eficácia da medida cautelar deferida;
- (d) a não propositura da ação principal não afetará a eficácia da medida cautelar deferida;

Assuntos relacionados

Direito civil

Q.3280

Origem

Na venda ad corpus, sendo o imóvel menor do que o afirmado pelo vendedor:

TRT 2ª:: Magistratura do
trabalho - 2ªetapa
TRT 2ª
2000

- (a) pode o comprador optar pela rescisão do contrato ou pelo abatimento do preço;
- (b) será nulo o contrato;
- (c) será nulo o contrato, se a diferença for igual ou superior a 1/20 da extensão total enunciada;
- (d) nada pode reclamar o comprador;

Assuntos relacionados

Direito civil